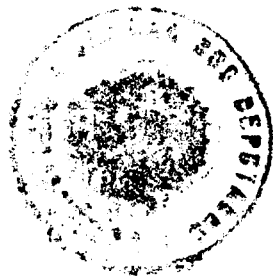


COLEÇÃO DAS LEIS
DA
REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DE
1938

VOLUME I
DECRETOS-LEIS
(JANEIRO A MARÇO)



— RIO DE JANEIRO —
IMPRENSA NACIONAL — 1939

INDICE

1938

DECRETOS-LEIS

	Págs.
N. 158 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 3 de janeiro de 1938 — Restabelece o cargo de ajudante da agência postal telegráfica de Colatina, na Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do Espírito Santo..	3
N. 159 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 3 de janeiro de 1938 — Altera o plano de uniforme da Polícia Militar do Distrito Federal.....	3
N. 160 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 3 de janeiro de 1938 — Autoriza a aquisição, pela importância de 2:757\$062, de um terreno em Belo Horizonte, para a Estrada de Ferro Central do Brasil.....	4
N. 161 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 3 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 39:140\$, para aquisição de dois lotes de terreno em Vassouras e uma pedreira em Itacurussá.	5
N. 162 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 4 de janeiro de 1938 — Extingue a carreira de revisor de prova, do Quadro III do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.....	5
N. 163 — EDUCAÇÃO E SAÚDE E FAZENDA — Decreto-lei de 4 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 27:868\$, para pagamento de vencimentos, gratificações, etc., a vários funcionários da mesma Secretaria de Estado.....	6
N. 164 — GUERRA — Decreto-lei de 4 de janeiro de 1938 — Modifica o art. 60 do decreto-lei n. 38, de 2 de dezembro de 1937.....	6

N. 165 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Prorroga até 30 de junho do corrente ano, o prazo estabelecido no art. 25 do decreto n. 23.938, de 28 de fevereiro de 1934, e dá outras providências.....	7
N. 166 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Cria, sem onus para o Tesouro Nacional, o quadro de suplentes de oficiais de Justiça das Varas dos Feitos da Fazenda Pública.....	8
N. 167 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Regula a instituição do Juri.	8
N. 168 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Reorganiza os quadros de funcionários das Secretarias do Tribunal de Apelação e da Procuradoria Geral do Distrito Federal, e dá outras providências	21
N. 169 — Decreto-lei — Não foi publicado.	
N. 170 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Regula as disposições sobre as contas em moeda nacional de residentes no exterior, para efeito da fiscalização das operações de câmbio.....	24
N. 171 — MARINHA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Prorroga o prazo de permanência em seus cargos dos atuais juizes do Tribunal Marítimo Administrativo....	25
N. 172 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Cria, sem onus para os cofres públicos, tres logares de Depositários Judiciais na Justiça Local do Distrito Federal.....	25
N. 173 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de \$11:500\$, para despesas decorrentes da repressão ao contrabando.	25
N. 174 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de \$2:830\$, para pagamento ao Comité International Technique d'Experts Juridiques Aériens.....	26
N. 175 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de \$14.223:200\$, para pagamento de juros de apólices da Dívida Pública Interna.....	26
N. 176 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Transforma em especiais os créditos extraordinários abertos pelo decreto-reservado n. 1.651 e decreto-lei n. 10, de 1937.....	27

Págs.

N. 177 — EDUCAÇÃO E SAÚDE E FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 5:427\$600, para pagamento a Mirabeau Gomes Rocha.....	28
N. 178 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 34:088\$400, para pagamento de remuneração que compete a professores da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro	28
N. 179 — GUERRA E FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de 639:293\$800, para custear despesas com a aquisição de terrenos e bemfeitorias em Curitiba...	29
N. 180 — AGRICULTURA E FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 17:000\$, para pagamento a S. Fragelli & Cia. Ltda.	29
N. 181 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de 1:200\$, para pagamento a Democraciano Felix.	29
N. 182 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Revoga disposições contidas no decreto n. 22.626, de 1933, e nas leis ns. 454 e 492, de 1937.....	30
N. 183 — AGRICULTURA E FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 563:459\$, destinado a despesas da Secretaria de Estado.....	30
N. 184 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 45:000\$, para ocorrer ao pagamento de indenização devida à D. Lísia Carolina Gosling	31
N. 185 — EDUCAÇÃO E SAÚDE E FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 12:335\$500, para pagamento ao professor Dr. Francisco Pinheiro Guimarães.	31
N. 186 — EDUCAÇÃO E SAÚDE E FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 12:000\$, para pagamento de vencimentos a um professor do curso de Odontologia da Faculdade de Medicina de Porto Alegre.	31
N. 187 — EDUCAÇÃO E SAÚDE E FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 62:000\$, para o Instituto Ezequiel Dias.....	32

N. 188 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 36:000\$, para pagamento de salários dos penitenciários.....	32
N. 189 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 499:103\$400, para pagamento de dívidas relacionadas.....	33
N. 190 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 5 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 30:000\$, para pagamento de vencimentos do chefe de Polícia do Território do Acre.....	33
N. 191 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 6 de ja- neiro de 1938 — Dispõe sobre a representação da Se- cretaria de Estado das Relações Exteriores no Conselho Federal de Comércio Exterior.....	33
N. 192 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de janeiro de 1938 — Dispõe sobre o prazo dos contratos de câmbio.....	34
N. 193 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de janeiro de 1938 — Autoriza o Departamento Nacional do Café a alterar as percentagens estabelecidas na cláusula 8ª do último Convênio Cafeeiro.	34
N. 194 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, FAZENDA E AGRI- CULTURA — Decreto-lei de 21 de janeiro de 1938 — Fixa as taxas de que trata o parágrafo único do art. 42 do regulamento que baixou com o decreto n. 24.548, de 3 de julho de 1934, e dá outras providências.....	35
N. 195 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 21 de janeiro de 1938 — Dispõe sobre faltas dadas ao ser- viço, no período de 27 de dezembro de 1934 a 4 de ja- neiro de 1935, pelos funcionários do Departamento dos Correios e Telégrafos.....	36
N. 196 — GUERRA, FAZENDA E MARINHA — Decreto-lei de 22 de janeiro de 1938 — Dispõe sobre a contribuição para o montepio militar e a pensão correspondente dos herdeiros.	36
N. 197 — GUERRA E MARINHA — Decreto-lei de 22 de ja- neiro de 1938 — Regulamenta a inatividade dos mili- tares do Exército e da Armada.....	38
N. 198 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 25 de janeiro de 1938 — Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a celebrar contrato para o serviço de navegação nos rios Mamoré e Guaporé, no Estado de Mato Grosso.	45
N. 199 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 25 de janeiro de 1938 — Providencia	

	Págs.
quanto ao pagamento dos vencimentos do pessoal da extinta Justiça Eleitoral.....	46
N. 200 — MARINHA — Decreto-lei de 25 de janeiro de 1938 — Regula a praticagem individual nas localidades do domínio marítimo, fluvial ou lacustre da União.....	46
N. 201 — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de janeiro de 1938 — Estabelece medidas concernentes à ação fiscalizadora do Departamento Nacional do Café sobre o trânsito, comércio e exportação do café, e dá outras providências.	47
N. 202 — EDUCAÇÃO E SAÚDE E FAZENDA — Decreto-lei de 25 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 300:000\$, para subvencionar a instituição "Obra de Assistência a Mendigos e Menores Desamparados do Rio de Janeiro"....	49
N. 203 — RELAÇÕES EXTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 25 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 646:390\$, para execução do Estatuto Jurídico da fronteira com o Uruguai.	49
N. 204 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, FAZENDA, GUERRA, MARINHA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, RELAÇÕES EXTERIORES, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE E TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 25 de janeiro de 1938 — Dispõe sobre os serviços do pessoal nos Ministérios e dá outras providências.	50
N. 205 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA — Decreto-lei de 26 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 14:802\$700, para pagamento de indenização a Manuel Carbonsini.....	53
N. 206 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA — Decreto-lei de 26 de janeiro de 1938 — Concede a 25 milhas postal e telegráfica para a correspondência a Banco do Brasil relativa aos serviços do ouro e à Fiscalização Bancária.	53
N. 207 — EDUCAÇÃO E SAÚDE E FAZENDA — Decreto-lei de 26 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 24:000\$, para pagamento de gratificações, em virtude do decreto número 23.546, de 1933.....	53
N. 208 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 26 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 25:935\$, para pagamento de vencimentos ao bacharel Antonio Faustino Nascimento.	54
N. 209 — EDUCAÇÃO E SAÚDE E FAZENDA — Decreto-lei de 26 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 11:425\$800, para pagamento ao professor catedrático Dr. Luiz Sebastião Guedes Alcoforado.....	54

N. 210 — EDUCAÇÃO E SAÚDE E FAZENDA — Decreto-lei de 26 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 54:376\$, para pagamento de vencimentos relativos a exercícios passados.	55
N. 211 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA — Decreto-lei de 26 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 6:580\$, para pagamento de indenização por acidente de trabalho.....	55
N. 212 — EDUCAÇÃO E SAÚDE E FAZENDA — Decreto-lei de 26 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 114:100\$, para pagamento a fiscais regionais e de exame, relativo aos exercícios de 1933 a 1935.....	56
N. 213 — EDUCAÇÃO E SAÚDE E FAZENDA — Decreto-lei de 26 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 136:000\$, para pagamento de indenização devida à Prefeitura do Distrito Federal.	56
N. 214 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 26 de janeiro de 1938 — Prorroga, até 31 de dezembro de 1938, o prazo a que se refere a lei n. 24, de 13 de fevereiro de 1935.	57
N. 215 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 26 de janeiro de 1938 — Aprova o Acordo Internacional sobre a regulamentação da produção e do comércio do açúcar e Protocolo anexo, firmados em Londres a 6 de maio de 1937.	57
N. 216 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 25 de janeiro de 1938 — Aprova cinco atos internacionais, assinados em Buenos Aires, em 23 de dezembro de 1936, por ocasião da Conferência Interamericana de Consolidação da Paz.....	58
N. 217 — AGRICULTURA E FAZENDA — Decreto-lei de 26 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 933\$400, para pagamento a Lafayette Pereira da Silva.....	58
N. 218 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, GUERRA, MARINHA, AGRICULTURA, RELAÇÕES EXTERIORES, EDUCAÇÃO E SAÚDE E TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 26 de janeiro de 1938 — Muda o nome do Instituto Nacional de Estatística e o do Conselho Brasileiro de Geografia.....	59
N. 219 — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 70.000:000\$, para pagamento de sentença arbitral.	59

N. 220 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA — Decreto-lei de 27 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 4.995:171\$800, para desapropriação de imóveis necessários à ampliação da estação D. Pedro II.....	60
N. 221 — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de janeiro de 1938 — Concede isenções aos bonus emitidos pelos Banco do Brasil para financiamento das operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, e dá outras providências.	60
N. 222 — GUERRA — Decreto-lei de 27 de janeiro de 1938 — Autoriza a aquisição de quatro lotes de terras, contíguos ao atual quartel do 9º regimento de artilharia montada	61
N. 223 — GUERRA — Decreto-lei de 27 de janeiro de 1938 — Aposenta com vantagens integrais o diretor da Secretaria de Estado da Guerra.....	61
N. 224 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 28 de janeiro de 1938 — Revoga os decretos ns. 989, de 27 de julho de 1936, e 1.007, de 4 de agosto do mesmo ano.....	62
N. 225 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 29 de janeiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 7:753\$300, para pagamento a Aristófanes Monteiro de Barros de Barbosa Lima.....	62
N. 226 — Decreto-lei — Não foi publicado.	
N. 227 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA — Decreto-lei de 1 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 11.063:000\$0, para transformação e adaptação das linhas ALEGRE, Rio d'Ouro e Teresópolis.....	62
N. 228 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 1º de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 3.000:000\$, para pagamento e regularização de despesas efetuadas com o preparo das eleições que se realizariam a 3 de janeiro de 1938.....	63
N. 229 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA — Decreto-lei de 1º de fevereiro de 1938 — Faz diversas alterações no orçamento da despesa do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o exercício de 1938, na parte relativa ao Departamento Nacional de Estrada de Rodagem.	64
N. 230 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 150:000\$, para a 1ª Exposição Filatélica Internacional, e dá outras providências.	129

- N. 231 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 99:277\$100, para pagamento de gratificação a funcionários do Tribunal de Contas..... 65
- N. 232 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 10:000\$, para aquisição de uma pedreira situada no ramal de Ouro Preto 66
- N. 233 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 44:021\$600, para pagamento de dívidas relacionadas 66
- N. 234 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 2.000:000\$, para aparelhamento da Estrada de Ferro Tocantins..... 66
- N. 235 — MARINHA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1938 — Remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados 67
- N. 236 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1938 — Impede o efeito da cláusula ouro contra bancos e firmas nacionais, e dá outras providências..... 68
- N. 237 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, GUERRA, MARINHA, RELAÇÕES EXTERIORES, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE E TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1938 — Regula o início dos trabalhos do Recenseamento Geral da República em 1940, e dá outras providências..... 68
- N. 238 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 4.836:624\$500, para o pagamento de dívidas relacionadas. 83
- N. 239 — GUERRA — Decreto-lei de 4 de fevereiro de 1938 — Autoriza entrega de imóvel ao Governo do Estado de Sergipe, e dá outra providência..... 83
- N. 240 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, GUERRA, MARINHA, RELAÇÕES EXTERIORES, AGRICULTURA, EDUCAÇÃO E SAÚDE E TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 4 de fevereiro de 1938 — Dispõe sobre o pessoal extranumerário e o pessoal para obras, e dá outras providências 84
- N. 241 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 4 de fevereiro de 1938 — Dispõe sobre o imposto de licença para funcionamento, no Distrito Federal, dos casinos-balneários, e dá outras providências..... 93

Págs.

N. 242 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 4 de fevereiro de 1938 — Regula a cobrança da taxa de expediente municipal.....	94
N. 243 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 4 de fevereiro de 1938 — Dispõe sobre a prestação de serviços de assistência, de enterramento e proteção sanitária animal e medicina veterinária e cobrança das respectivas taxas remuneratórias, e dá outras providências.	97
N. 244 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 4 de fevereiro de 1938 — Unifica as taxas de assistência, sanitária e de vigilância, sob a denominação de taxa de serviços municipais e suprime os adicionais de 20 %, de 5 % e de 1 % (quota de saúde) na tributação do Distrito Federal.....	107
N. 245 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 4 de fevereiro de 1938 — Reorganiza a Contadoria Geral da Prefeitura o Distrito Federal, e dá outras providências.	108
N. 246 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 4 de fevereiro de 1938 — Regula a cobrança da taxa de averbação.	110
N. 247 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 4 de fevereiro de 1938 — Dispõe sobre a previsão e a apropriação da receita e da despesa na Prefeitura do Distrito Federal.....	111
N. 248 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 4 de fevereiro de 1938 — Cria na Diretoria da Receita da Secretaria Geral da Finanças da Prefeitura do Distrito Federal a Sub-Diretoria do Imposto de Licença para localização, e dá outras providências.....	114
N. 249 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 4 de fevereiro de 1938 — Altera disposições do decreto n. 4.611, de 2 de janeiro de 1934, e dá outras providências.	116
N. 250 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 4 de fevereiro de 1938 — Dispõe sobre a fiscalização e cobrança do imposto de transcrição de atos no Registro de Imóveis, e dá outras providências.....	119
N. 251 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 4 de fevereiro de 1938 — Dispõe sobre a concessão de licença para localização de estabelecimentos no Distrito Federal e sobre a arrecadação do respectivo imposto.	119
N. 252 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 4 de fevereiro de 1938 — Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1938.....	129

	Págs.
N. 253 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 7 de fevereiro de 1938 — Retifica o decreto-lei n. 198, de 25 de janeiro de 1938.....	130
N. 254 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1938 — Eleva para 55 o número dos Consules de 3ª classe.....	131
N. 255 — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de fevereiro de 1938 — Cria sete logares de Ajudante de Tesoureiro na Recebedoria do Distrito Federal, e dá outras providências	131
N. 256 — RELAÇÕES EXTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 9 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério do Exterior, um crédito especial de 359:654\$800, para despesas com vencimentos e representação de um Embaixador em Comissão.....	132
N. 257 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 9 de fevereiro de 1938 — Aprova o Convênio sobre troca de publicações entre o Brasil e a Bolívia, firmado no Rio de Janeiro a 30 de agosto de 1937.....	133
N. 258 — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de fevereiro de 1938 — Corrige falhas encontradas na classificação de cargos do Quadro I do Ministério da Fazenda.....	133
N. 259 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 9 de fevereiro de 1938 — Extingue o cargo de diretor, padrão G, da Escola Profissional da Inspetoria do Tráfego, do Quadro II do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.	140
N. 260 — GUERRA — Decreto-lei de 9 de fevereiro de 1938 — Modifica a organização e denominação da carreira de "Atendente", do Quadro I do Ministério da Guerra.....	140
N. 261 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 9 de fevereiro de 1938 — Dispõe sobre a remessa, ao Juízo dos Feitos da Fazenda Pública, dos processos de inventário e arrecadação não concluídos, dentro do prazo legal ou quando excedido o prazo de prorrogação	142
N. 262 — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1938 — Releva multas impostas por infração do art. 40 do Código de Contabilidade da União.....	142
N. 263 — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 1.354:973\$, para pagamento de notas de papel-moeda	143
N. 264 — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 3.599:458\$600, para pagamento de dívidas relacionadas.	143
N. 265 — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial	

Págs.

de 4:320\$, para indenização à firma Valter Hendler & Companhia.	144
N. 266 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 11 de fevereiro de 1938 — Dispõe sobre o pessoal do Colégio Universitário da Universidade do Brasil.	144
N. 267 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 11 de fevereiro de 1938 — Reorganiza as Secretarias do Tribunal de Apelação e da Procuradoria Geral do Distrito Federal, e dá outras providências.	145
N. 268 — GUERRA — Decreto-lei de 11 de fevereiro de 1938 — Organiza o 2º Batalhão Ferroviário de que trata o decreto n. 24.287, de 1934, e dá outras providências.	147
N. 269 — EDUCAÇÃO E SAÚDE E FAZENDA — Decreto-lei de 11 de fevereiro de 1938 — Inclue a quadra 9 do Cais do Porto na relação a que se refere o art. 17 da lei n. 452, de 5 de julho de 1937.	148
N. 270 — MARINHA — Decreto-lei de 11 de fevereiro de 1938 — Estabelece regras para a reforma de Sargentos e Praças que contarem menos de vinte (20) anos de serviço.	148
N. 271 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 12 de fevereiro de 1938 — Dispõe sobre a realização de concursos nos estabelecimentos de ensino superior da Universidade do Brasil.	148
N. 272 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 12 de fevereiro de 1938 — Aprova as cláusulas da concessão a ser outorgada à Companhia Aero-postal Brasileira para a exploração de aeroportos.	149
N. 273 — Decreto-lei — Não foi publicado.	
N. 274 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 15 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 17.514:198\$, para pagamento de indenização à Madeira-Mamoré Railway Co. Ltd.	154
N. 275 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA — Decreto-lei de 15 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 250:000\$, para conclusão do aeroporto de Póços de Caldas.	155
N. 276 — GUERRA — Decreto-lei de 15 de fevereiro de 1938 — Autoriza permuta de terreno	155
N. 277 — Decreto-lei — Não foi publicado.	
N. 278 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 16 de fevereiro de 1938 — Determina as especificações de cimento Portland comum e os métodos de ensino para as provas de cimento e controle de concreto.	156

	Págs.
N. 279 — GUERRA — Decreto-lei de 16 de fevereiro de 1938 — Dispõe sobre a organização do Ministério da Guerra.	179
N. 280 — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de fevereiro de 1938 — Cria seis lugares de ajudante de tesoureiro na Alfândega do Rio de Janeiro.....	183
N. 281 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 18 de fevereiro de 1938 — Sujeita ao registo industrial do Departamento Nacional da Indústria e Comércio todas as firmas e empresas industriais, e dá outras providências.	183
N. 282 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 18 de fevereiro de 1938 — Concede autorização à Pan American Airways Inc. para executar a linha aérea internacional Miami-Assunção, mediante condições.....	184
N. 283 — GUERRA — Decreto-lei de 18 de fevereiro de 1938 — Regula as matrículas na Escola Militar.....	186
N. 284 — GUERRA — Decreto-lei de 19 de fevereiro de 1938 — Autoriza a aplicação do regime administrativo dos decretos ns. 21.266, de 8 de abril de 1932 e 29.485, de 26 de junho de 1934, para a construção da ponte sobre o rio Amambai, em Mato Grosso.....	187
N. 285 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 19 de fevereiro de 1938 — Prorroga o prazo do contrato celebrado com a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em virtude do decreto n. 8.888, de 12 de fevereiro de 1883.....	187
N. 286 — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de fevereiro de 1938 — Modifica dispositivos do decreto n. 14.655, de 21 de janeiro de 1921, revigorado pelo decreto n. 19.525, de 24 de dezembro de 1930, e da lei n. 449, de 11 de junho de 1937, relativos a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil.....	192
N. 287 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de fevereiro de 1938 — Corrige falha encontrada na classificação de um funcionário do Quadro I do Ministério da Fazenda.....	193
N. 288 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, GUERRA, MARINHA, RELAÇÕES EXTERIORES, AGRICULTURA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO E EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 23 de fevereiro de 1938 — Cria o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.	194
N. 289 — MARINHA E GUERRA — Decreto-lei de 23 de fevereiro de 1938 — Estabelece normas para o pagamento ao pessoal militar e funcionários civis dos Ministérios da Marinha e da Guerra, em comissão em país estrangeiro.	200

Págs.

N. 290 — AGRICULTURA E TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 23 de fevereiro de 1938 — Dispõe sobre o emprego da seda e seus compostos.....	203
N. 291 — AGRICULTURA E FAZENDA — Decreto-lei de 23 de fevereiro de 1938 — Dispõe sobre a pesca e indústrias derivadas, e dá outras providências.....	204
N. 292 — RELAÇÕES EXTERIORES, EDUCAÇÃO E SAÚDE, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES, FAZENDA, VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, GUERRA, MARINHA, AGRICULTURA E TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 23 de fevereiro de 1938 — Regula o uso da ortografia nacional.	206
N. 293 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 169:736\$900, para pagamento de gratificações adicionais a desembargadores do Tribunal de Apelação do Distrito Federal...	207
N. 294 — RELAÇÕES EXTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 27:080\$600, para pagamento dos vencimentos do redator-chefe dos Anais.....	207
N. 295 — RELAÇÕES EXTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 105:000\$, para despesas da Legação na América Central, com sede em Guatemala.	208
N. 296 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1938 — Transfere para a cidade de Campo Grande a sede da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do sul do Estado de Mato Grosso, localizada em Corumbá, removendo para esta cidade a agência postal-telegráfica de 1ª classe, existente em Campo Grande.	208
N. 297 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1938 — Cria no Ministério da Educação e Saúde o Quadro Suplementar.....	209
N. 298 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 1:933\$900, para pagamento de gratificação adicional ao desembargador João Rodrigues do Lago.....	209
N. 299 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 44:649\$600, para atender ao pagamento de vencimentos dos magistrados e serventuários da Vara Federal, em São Paulo.	210

	Págs.
N. 300 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1938 — Regula a concessão de isenção e redução de direitos aduanheiros.	240
N. 301 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de fevereiro de 1938 — Aprova o regulamento para a arrecadação e fisca- lização do imposto de consumo.	251
N. 302 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 25 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 580:400\$, para as despesas do Tribunal de Segurança Nacional..	431
N. 303 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 200:000\$, para ocorrer à instalação do Serviço do Pessoal.	432
N. 304 — GUERRA — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1938 — Concede uma pensão a tres filhos menores de uma praça falecida em consequência de um desastre de aviação.	433
N. 305 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 26 de feve- reiro de 1938 — Regula a situação administrativa das instalações de ensino superior da República.	433
N. 306 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1938 — Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a contratar com The Amazon River Steam Navigation Co. (1911) Ltd. (Companhia Brasi- leira de Navegação do Rio Amazonas), os serviços de navegação do rio Amazonas e seus afluentes, mediante subvenção.	435
N. 307 — GUERRA — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1938 — Regula as condições de matrícula, no corrente anno, na Escola Militar.	436
N. 308 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 26 de fevereiro de 1938 — Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a celebrar contrato para o serviço de navegação entre Porto Esperança e Corumbá, no Estado de Mato Grosso.	437
N. 309 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 27 de fevereiro de 1938 — Concede pen- são mensal a Isabel Fernandes de Azevedo.	437
N. 310 — MARINHA E FAZENDA — Decreto-lei de 2 de março de 1938 — Abre, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de 1.500:000\$, para desapropriação na ilha do Governador.	438
N. 311 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 2 de março de 1938 — Dispõe sobre a divisão terri- torial do país, e dá outras providências.	438

- N. 312 — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de março de 1938 — Dispõe sobre consignações em folha de pagamento dos funcionários públicos civis, do pessoal extranumerário, dos inativos e pensionistas civis da União..... 441
- N. 313 — GUERRA — Decreto-lei de 4 de março de 1938 — Autoriza a aquisição de dois terrenos limítrofes aos da Fábrica de Pólvora e Explosivos..... 445
- N. 314 — GUERRA — Decreto-lei de 4 de março de 1938 — Autoriza a aquisição de um terreno em Curitiba, para internada do 9º Regimento de Artilharia Montada..... 445
- N. 315 — RELAÇÕES EXTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 5 de março de 1938 — Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 49:333\$300, para pagamento de vencimentos e representação de um 1º secretário, padrão "L"..... 445
- N. 316 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 5 de março de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 4:583\$900, para pagamento de vencimentos ao bacharel Bento Ribeiro. 446
- N. 317 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 7 de março de 1938 — Desapropria terrenos e benfeitorias necessários à execução das obras de reforço do abastecimento de água da Capital da República..... 447
- N. 318 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 7 de março de 1938 — Dispõe sobre a disponibilidade do juiz substituto e do 1º suplente do extinto Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal..... 447
- N. 319 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 7 de março de 1938 — Cria uma penitenciária agrícola no Distrito Federal, e dá outras providências. 448
- N. 320 — Decreto-lei — Não foi publicado.
- N. 321 — AGRICULTURA E FAZENDA — Decreto-lei de 8 de março de 1938 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 200:000\$, para a realização de um certamen Sul-Americano de Botânica..... 449
- N. 322 — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de março de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 16:800\$, para pagamento de gratificação de função a chefes de secção do Serviço do Pessoal..... 450
- N. 323 — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de março de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 46:990\$900, para pagamento de dívidas relacionadas... 450
- N. 324 — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de março de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de

	Págs.
2.916:670\$900, para restituição de imposto adicional de 10 %.....	450
N. 325 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 9 de março de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 150:000\$, para despesas do Primeiro Congresso Nacional de Direito Judiciário.	451
N. 326 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto-lei de 14 de março de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 1.500:000\$, para auxílio aos Estados de Pernambuco e Paraíba....	451
N. 327 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 14 de março de 1938 — Declara em disponibilidade os Juizes Substitutos da extinta Justiça Federal.....	452
N. 328 — MARINHA — Decreto-lei de 15 de março de 1938 — Cria o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.....	452
N. 329 — MARINHA — Decreto-lei de 15 de março de 1938 — Cria o quadro de oficiais auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais.	454
N. 330 — EDUCAÇÃO E SAÚDE E FAZENDA — Decreto-lei de 15 de março de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 106:260\$, para pagamento de vencimentos a assistentes da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil.....	455
N. 331 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA — Decreto-lei de 15 de março de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 2.300:000\$, para despesas a cargo da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense.	455
N. 332 — EDUCAÇÃO E SAÚDE E FAZENDA — Decreto-lei de 15 de março de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 1.046:000\$, para pagamento de subvenções de 1937.....	455
N. 333 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 15 de março de 1938 — Revoga a lei n. 4, de 7 de novembro de 1934	456
N. 334 — AGRICULTURA, TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, FAZENDA E RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 15 de março de 1938 — Estabelece a classificação e fiscalização dos produtos agrícolas e pecuários e matérias primas do país, destinados à exportação, visando a sua padronização.....	456
N. 335 — MARINHA — Decreto-lei de 15 de março de 1938 — Cria o Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha.....	458
N. 336 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 16 de março de 1938 — Dispõe sobre a criação de uma	

Delegacia da Diretoria Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos em Porto Velho, Estado do Amazonas	459
N. 337 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 16 de março de 1938 — Organiza o Parque Nacional de Itatiaia, criado pelo decreto n. 1.713, de 14 de junho de 1937, dispõe sobre as obras necessárias ao mesmo, abre o crédito especial de 150:000\$, e dá outras providências.....	460
N. 338 — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de março de 1938 — Dispõe sobre a realização do plano de sorteio denominado "Sweepstake"	461
N. 339 — Decreto-lei — Não foi publicado.	
N. 340 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS E FAZENDA — Decreto-lei de 17 de março de 1938 — Faz diversas alterações no orçamento da despesa do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o exercício de 1938.....	462
N. 341 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO, JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 17 de março de 1938 — Regula a apresentação de documentos, por estrangeiros, ao Registro de Comércio, e dá outras providências.....	464
N. 342 — AGRICULTURA — Doa ao Estado de Minas Gerais 18 hectares das terras pertencentes ao antigo Posto Experimental de Veterinária de Belo Horizonte, e dá outras providências.	466
N. 343 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E FAZENDA — Decreto de 22 de março de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 395:952\$, para pagamento de abono provisório.....	467
N. 344 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 22 de março de 1938 — Aprova o Tratado sobre Ligação Ferroviária entre o Brasil e a Bolívia, firmado no Rio de Janeiro a 25 de fevereiro de 1938.....	467
N. 345 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 22 de março de 1938 — Aprova o Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Bolívia, firmado no Rio de Janeiro a 25 de fevereiro de 1938.....	468
N. 346 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 23 de março de 1938 — Autoriza a Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul a permutar e a vender as áreas de terrenos que menciona.....	468
N. 346-A — AGRICULTURA — Decreto-lei de 22 de março de 1938 — Institue no Serviço de Fruticultura, subordinado ao Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, a fiscalização de estabelecimentos que exploram a produção de plantas cítricas, e dá outras providências.....	469

	Págs.
N. 347 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 23 de março de 1938 — Derroga o § 1º do art. 1º do decreto n. 24.511, de 29 de junho de 1934.....	470
N. 348 — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de março de 1938 — Regula a incidência do Imposto sobre Vendas e Consignações, no caso de transferência de mercadorias.....	470
N. 349 — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de março de 1938 — Dispõe sobre alterações em quadros do Ministério da Fazenda.	471
N. 350 — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de março de 1938 — Isenta de quaisquer impostos as operações de compra de ouro efetuadas pelo Banco do Brasil para o Tesouro Nacional.	473
N. 351 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 24 de março de 1938 — Dispõe sobre a arrecadação dos impostos devidos à Fazenda do Distrito Federal nos inventários e outros procedimentos judiciais.....	474
N. 352 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 24 de março de 1938 — Determina que na cobrança da taxa de expediente municipal, no Distrito Federal, sejam observadas as disposições do decreto-lei n. 242, de 4 de fevereiro último, com as modificações desta lei	476
N. 353 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 24 de março de 1938 — Modifica a alínea e do art. 5º, do decreto-lei n. 291, de 23 de fevereiro de 1938.....	477
N. 354 — Decreto-lei — Não foi publicado.	
N. 355 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES E EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 25 de março de 1938 — Declara feriado nacional o dia 6 de abril de 1938, data do primeiro centenário da morte de José Bonifácio de Andrada e Silva, e dá outras providências.....	477
N. 356 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 25 de março de 1938 — Dispõe sobre a admissão do pessoal do Colégio Universitário, até que esteja constituído o respectivo corpo de funcionários efetivos, e dá outras providências.	478
N. 357 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 28 de março de 1938 — Cria o Departamento de Administração Geral no Ministério da Educação e Saúde.....	478
N. 358 — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de março de 1938 — Suspende, no mês de março, os descontos autorizados em folha de pagamento.....	479
N. 359 — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de março de 1938 — Prorroga até 30 de junho de 1938 o prazo estabelecido no decreto-lei n. 150, de 30 de dezembro de 1937.....	480

DECRETOS-LEIS DE 1938

DECRETOS-LEIS

1938

DECRETO-LEI N. 158 — DE 3 DE JANEIRO DE 1938

Restabelece o cargo de ajudante da agência postal telegráfica de Colatina, na Diretoria Regional dos Correios e Telegráfos do Espírito Santo.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e tendo em vista o que consta do processo n. 17.864, de 1937, da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas,

Decreta:

Artigo único. Fica revogado, na parte que se refere à supressão do cargo de ajudante da agência postal telegráfica de Colatina, na Diretoria Regional dos Correios e Telegráfos do Espírito Santo, o decreto n. 22.691, de 5 de maio de 1933.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1938; 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 159 — DE 3 DE JANEIRO DE 1938

Altera o plano de uniforme da Polícia Militar do Distrito Federal

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e

Considerando que a experiência tem demonstrado a necessidade de alteração no plano de uniforme da Polícia Militar do Distrito Federal, sem prejuízo do seu conjunto;

Decreta:

Art. 1.º Ficam estabelecidas as seguintes alterações no plano de uniforme aprovado pelo decreto n. 24.184, de 30 de abril de 1934:

1º, a flanela denominada caqui será substituída pela flanela cor verde garrafa, tipo aviador;

2º, a camisa e o colarinho duplo de cor bege serão substituídos pelos de cor branca;

3º, com uniforme de brim branco, a passeio ou em qualquer outro ato, serão usados sapatos de pelica ou de camurça branca e meias

DECRETOS-LEIS

brancas, e os de verniz preto e meias pretas de sêda, quando em atos oficiais e sociais fôr recomendado o uso de camisa branca de peito duro, colarinho de ponta virada e gravata preta com laço horizontal;

4º, o capote para oficiais será de pano azul marinho impermeabilizado, forrado de baetilha azul até a cintura, tipo Reiglan, abotoado por 4 botões grandes de massa preta, com cinto da mesma fazenda, fechado por uma fivela oxidada de 0m,04, mangas com canhão nos punhos, de 0m,17 x 0m,15, também forrado de baetilha, alças laterais do mesmo pano abotoadas por pequenos botões de massa preta, capuz de idêntico pano, preso na gola por cinco botões lisos de massa preta, e insígnias do posto em politáche dourado;

5º, o distintivo da arma ou do serviço será colocado na lapela dos uniforme brancos e verde garrafa;

6º, o atual distintivo de curso da Escola Profissional será colocado no interior do laço, nos uniformes de flanela verde garrafa e de brim branco dos oficiais;

7º, fica suprimido o retângulo de azul natié, da pelerine;

8º, na instrução os oficiais usarão capacetes de côr caqui, tipo colonial, do modelo existente, sendo-lhes permitido o uso de calção ou calça de brim azul mescla e respectiva camisa;

9º, aos oficiais e praças, quando montados é permitido o uso de calções dos respectivos uniformes e de botas pretas;

10º, as chapas dos cintos e os botões dos oficiais e sargentos, exceptuados os do quadro do Serviço de Saúde terão, em relevo uma esfera armilar.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1938; 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 160 — DE 3 DE JANEIRO DE 1938

Autoriza a aquisição pela importância de 2:757\$062, de um terreno em Belo Horizonte, para a Estrada de Ferro Central do Brasil

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição:

Decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a aquisição, pela importância de réis 2:757\$062 (dois contos setecentos e cinquenta e sete mil e sessenta e dois réis), da faixa de terreno com a área de 275.^m27062. parte do lote n. 7 do quarteirão n. 58 da 7ª Secção suburbana de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, de propriedade do Sr. Getro de Souza, já ocupado pela Estrada de Ferro Central do Brasil.

Art. 2.º A despesa a que se refere o presente decreto-lei, retificativo da lei n. 362, de 30 de dezembro de 1936, correrá pela verba própria para o exercício de 1938.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1938; 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 161 — DE 3 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 39:140\$000, para aquisição de dois lotes de terreno em Vassouras e uma pedreira em Itacurussá.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, tendo em vista o art. 3º da lei n. 569, de 1 de novembro de 1937 e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de 39:140\$000 (trinta e nove contos cento e quarenta mil réis), sendo 4:140\$000 (quatro contos cento e quarenta mil réis) para aquisição de dois lotes de terreno pertencentes a Antônio Tomé e sua mulher, situados na cidade de Vassouras, e 35:000\$000 (trinta e cinco contos de réis) para aquisição de uma pedreira, em Itacurussá, no Estado do Rio de Janeiro, pertencente a João Batista Bondim.

Rio de Janeiro, 3 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 162 — DE 4 DE JANEIRO DE 1938

Extingue a carreira de revisor de prova, do Quadro III do Ministério da Justiça e Negócios Interiores

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 180, da Constituição Federal, e atendendo à proposta feita pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil, e, ainda:

Considerando serem de incontestável vantagem para o serviço público, as medidas consubstanciadas na lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, relativamente à extinção das carreiras em que se dobra a atividade dos artífices gráficos;

Considerando, também, o alcance ali pretendido ao estabelecer-se a admissão de extranumerários para exercerem as funções de tal natureza;

Considerando, finalmente, que a proposta do Conselho Federal do Serviço Público Civil resultou de solicitação feita pelo diretor da Imprensa Nacional, sobre a qual opinou favoravelmente a Comissão de Eficiência do Ministério da Justiça e Negócios Interiores,

Decreta:

Art. 1.º Fica extinta a carreira de revisor de provas do Quadro III do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Parágrafo único. Aos atuais ocupantes dos cargos dessa carreira é assegurada sua situação pessoal, direitos e vantagens de que estão investidos, inclusive acesso.

Art. 2.º Para exercer as funções correspondentes a essa carreira, o Governo admitirá, oportunamente, extranumerários, na forma da legislação que vigorar.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 163 — DE 4 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 27:868\$000, para pagamento de vencimentos, gratificações, etc., a vários funcionários da mesma Secretaria de Estado

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de vinte e sete contos oitocentos e sessenta e oito mil réis (27:868\$000), para ocorrer ao pagamento devido aos seguintes funcionários, na conformidade dos processos que instruem o da n. 55.863/37, do Tesouro Nacional: Carlos Sepúlveda, 960\$0; José Caio de Carvalho, 3:522\$6; Roberta Gonçalves Scusa Brito, 666\$6; Dr. Antenor Nascentes, 3:767\$7; Araken de Azevedo Coutinho, 4:500\$0; Dr. Carlos Eiras Júnior, 100\$0; Sabino Costa, 96\$8; Custódio Machado, 970\$; Dr. Carlos Duarte Pereira, 11:875\$8; Valdemiro Pedro França, 328\$5, e Dr. Álvaro Ribeiro dos Santos, 1:080\$0 — 27:868\$0.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 164 — DE 4 DE JANEIRO DE 1938

Modifica o art. 60 do decreto-lei n. 38, de 2 de dezembro de 1937

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições contidas no art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que a lei n. 38, que regula as promoções do Exército em tempo de paz só foi promulgada em 2 de dezembro do ano findo;

Considerando que essa lei arbitra o prazo máximo de 90 dias para a sua regulamentação;

Considerando que as autoridades referidas no artigo 26 da citada lei não poderão, consequentemente, dar execução ao disposto no artigo 60 das disposições transitórias,

Resolve:

Art. 1.º Ficar^á com a seguinte redacção o art. 60 das disposições transitórias da lei n. 38, de 2 de dezembro de 1937: "Nas promoções do ano de 1938, as datas citadas no art. 26, para organização da proposta do quadro de acéss^o e para chegada dessa proposta à Comissão de Promoções serão, respectivamente, 28 de fevereiro e 15 a 31 de março de 1938".

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS
Eurico G. Dutra

DECRETO LEI N. 165 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Prorroga até 30 de junho do corrente ano, o prazo estabelecido no art. 25 do decreto n. 23.938, de 28 de fevereiro de 1934, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e,

Considerando que a tolerancia da mistura de açúcar ao café, no ato de torração dêste, obedeceu ao fato de tratar-se de uso inveterado em algumas regiões do país;

Considerando que essa mesma tolerancia, outorgada pelo prazo de noventa (90) dias pelo art. 25 do decreto n. 23.398, de 28 de fevereiro de 1934, para atender aos próprios motivos de sua concessão, teve de ser sucessivamente prorrogada pelos decretos números 24.665, 65 e 188, respectivamente, de 11 de julho, 24 de setembro e 29 de dezembro de 1934; 212, de 28 de junho de 1935; 924, de 29 de junho de 1936 e 1.581, de 22 de abril de 1937;

Considerando, entretanto, que se faz necessário pôr termo definitivo ao regime de exceção de que se vem tratando, para o efeito de chegar-se á proibição estabelecida no já citado decreto n. 23.938, decreta:

Art. 1.º — Fica prorrogado, até 30 de junho do corrente ano, o prazo de tolerancia previsto no art. 25 do decreto n. 23.938, de 28 de fevereiro de 1934.

Art. 2.º. A partir de 1 de julho do corrente ano, a percentagem de 5% de açúcar, tolerada para mistura com o café no ato da torração, será reduzida a:

4% até 31 de agosto;

3% até 31 de outubro;

2% até 31 de dezembro; tudo do corrente ano, e finalmente abolida em 28 de fevereiro de 1939.

Parágrafo único. A partir de 1 de março de 1939, fica expressamente proibida a mistura de açúcar ao café industrializado para consumo, em pó ou em grão, incorrendo os infratores nas multas e penalidades previstas na legislação em vigor.

Art. 3.º. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS
Arthur de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 166 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Cria, sem onus para o Tesouro Nacional, o quadro de suplentes de oficiais de Justiça das Varas dos Feitos da Fazenda Pública

O Presidente da República:

Usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal,

Decreta:

Art. 1.º Cada uma das Varas dos Feitos da Fazenda Pública do Distrito Federal terá, além dos seis oficiais de Justiça efetivos, dez suplentes, nomeados dentre os extranumerários das extintas Varas Federais.

§ 1.º Os juizes das ditas varas enviarão ao ministro da Justiça, dentro de 48 horas, da data da publicação deste decreto, relações dos extranumerários que, a seu juízo, merecerem ser aproveitados, excluídos os que exercerem outra função pública.

§ 2.º Se o número de extranumerários de uma vara exceder às possibilidades de aproveitamento da mesma vara, poderá o Governo aproveitar o excedente nas outras duas varas, dentro dos limites acima fixados.

Art. 2.º Os oficiais a que se refere este decreto só servirão nas causas aforadas nos cartórios dos 1.º, 2.º e 3.º officios, correspondentes aos das Varas Federais extintas.

Parágrafo único. O juíz na sua vara respectiva designará dentre os oficiais efetivos o que deva exercer as funções de porteiro dos auditórios dos Feitos da Fazenda Pública.

Art. 3.º As causas em que seja interessada a Fazenda Municipal, já anteriormente aforadas nas varas federais, continuarão a ser processadas no cartório correspondente.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Campos

DECRETO-LEI N. 167 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Regula a instituição do Juri

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição.

Decreta:

CAPITULO I

DA APLICAÇÃO DA LEI, COMPETÊNCIA DO JURI E FUNÇÃO DO JURADO

Art. 1.º A presente lei applica-se em todo o território da República, ressalvada a subsistência de leis estaduais de processos

concernentes a atos, termos ou prazos que, em razão de distancias, dificuldades de comunicação ou peculiaridades locais, devam por elas ser regulados.

Art. 2.º O Tribunal do Juri compõe-se de um juiz de direito, que é o seu presidente, e de vinte e um jurados, sorteados dentre os alistados, sete dos quais constituirão o conselho de setença em cada sessão de julgamento.

Art. 3.º Ao presidente e aos jurados competem, respectivamente, a pronúncia e o julgamento, nos crimes definidos pelos artigos 294 a 296, 298, 298 parágrafo único, 299, 310, 359 e 360 parte primeira da Consolidação das Leis Penais, quando consumados ou tentados.

Art. 4.º No caso de continência ou conexidade de crimes, prevalecerá a jurisdição do Tribunal do Juri sobre a dos juizes singulares, salvo si concorrer crime funcional, de resistência, desacato, tirada ou fuga de presos ou acometimento de prisões.

Art. 5.º O serviço do juri é obrigatório aos cidadãos maiores de vinte e cinco anos até sessenta, alistados na forma da lei.

Art. 6.º A recusa de servir no juri, motivada por convicção religiosa, filosófica ou politica, importará a perda dos direitos políticos. (Constituição Federal, art. 19, letra b).

Art. 7.º Os jurados devem ser escolhidos dentre os cidadãos que, por suas condições, ofereçam garantias de firmeza, probidade e inteligência no desempenho da função.

Parágrafo único. São isentos de servir no Juri:

- I — o Presidente da República e ministros de Estado;
- II — os Governadores de Estado e seus secretários;
- III — os membros do Parlamento Nacional, do Conselho da Economia Nacional, das Assembléias Legislativas dos Estados e das Câmaras Municipais, enquanto durarem suas reuniões;
- IV — os prefeitos municipais;
- V — os magistrados e membros do Ministério Público;
- VI — os serventuários e empregados de Justiça;
- VII — o chefe, autoridades e empregados da policia e segurança pública;
- VIII — os militares em serviço ativo;
- IX — as mulheres que não exerçam função pública e provem que, por suas ocupações domésticas, o serviço do juri lhes é particularmente difficil;
- X — por um ano, mediante requerimento, os que tiverem efetivamente exercido a função de jurado, salvo nos lugares onde tal isenção possa redundar em prejuizo do serviço normal do juri;
- XI — quando o requererem: a) os médicos, onde não haja mais de um; b) os farmacêuticos e parteiras, no mesmo caso.

Art. 8.º O exercício efetivo da função de jurado constitue serviço público relevante, estabelece presunção de idoneidade moral e assegura prisão especial, em caso de crime comum, até o julgamento definitivo, bem como preferência, em igualdade de condições, na concorrência a serviços públicos e fornecimentos a repartições do Estado.

Art. 9.º Os jurados são responsáveis criminalmente, nos mesmos termos em que o são os juizes de officio, por prevaricação, inexactão, peita ou suborno. (Consol. das Leis Penais, arts. 207, n. 8, 211, § 2º, 215 e 216).

São igualmente passíveis de pena os que, por meio de dinheiro, dádivas, promessas, influência pessoal ou sugestão, procurarem orientar em qualquer sentido o voto do jurado. (Consol. das Leis Penais, art. 217).

CAPITULO II

DA ORGANIZAÇÃO DO JURI

Art. 10. Anualmente serão alistados pelo juiz presidente do Juri, mediante escolha por conhecimento pessoal ou informação fidedigna, e sob sua responsabilidade, tresentos a quinhentos jurados no Distrito Federal e comarcas de mais de cem mil habitantes, e cento e vinte a tresentos nas comarcas ou nos termos de menor população.

O juiz poderá requisitar a autoridades locais, associações de classe, sindicatos profissionais e repartições públicas a indicação de cidadãos que reúnam as condições legais de idoneidade.

Parágrafo único. A lista geral, publicada em novembro de cada ano, poderá ser alterada "ex-officio", ou em virtude de reclamação de qualquer do povo, até publicação definitiva, na segunda quinzena de dezembro, com recurso dentro de dez dias para a instância superior, sem efeito suspensivo. Essa lista será todo ano parcialmente renovada, por aquele processo e na mesma época, substituindo-se os que já tenham efetivamente servido (art. 7º parágrafo único, n. X), os falecidos, os que se hajam mudado e os que se tenham revelado incapazes para o exercício da função.

Art. 11. A lista geral dos jurados, com indicação das respectivas profissões, será publicada pela imprensa, onde houver, ou em editais afixados á porta do edificio do Tribunal, lançando-se os nomes dos alistados, com indicação das residências, em cartões iguais que, após verificação com a presença do representante do Ministério Público, ficarão guardados em uma urna com chave, sob a responsabilidade do escrivão, ou, si vários, do mais antigo.

Art. 12. Nas comarcas ou termos onde fôr necessário, organizar-se-á uma lista de jurados suplentes, depositando-se as cédulas em urna especial, observado o disposto no art. 1º *in-fine*.

CAPITULO III

DA PRONÚNCIA E DOS ATOS PREPARATÓRIOS DO JULGAMENTO

Art. 13. Terminado o prazo para apreciação das provas pelas partes, o processo será enviado ao presidente do Tribunal do Juri, o qual, depois de previamente ordenar, si for o caso, as diligências necessárias para sanar qualquer nulidade ou suprir falta que prejudique o esclarecimento da verdade, proferirá sentença na forma dos artigos seguintes. Nos Estados onde a lei não atribuir a pronúncia ao presidente do Juri, o juiz competente procederá na mesma conformidade.

Art. 14. Si o juiz, apreciando livremente as provas existentes nos autos, se convencer da existência do crime e de indícios de que o réo seja o seu autor, pronunciará-lo-á, dando os motivos do seu convencimento.

§ 1º Na sentença de pronúncia o juiz deverá declarar o dispositivo legal em cuja sanção julgar incurso o réo mandar lançar-lhe o nome no rôl dos culpados, recomendá-lo ao presídio em que se achar, ou expedir as ordens necessárias para sua prisão.

§ 2º. Tratando-se de crime afiançável, será, desde logo, arbitrado o valor da fiança, que constará do mandado de prisão.

§ 3º. A pronúncia torna o réo incompatível com exercício de cargo público, sem prejuízo, entretanto, do acesso legal que lhe compete.

§ 4º. O juiz pode afastar-se da classificação do crime, feita na queixa ou denúncia, caso reconheça que outra deva ser adotada, ainda que isto importe sujeição do réu à pena mais grave, uma vez que, com a nova classificação, não fique prejudicada a defesa.

§ 5º. Si das provas do sumário resultar o reconhecimento de que são culpados outros indivíduos não compreendidos na queixa ou denúncia, o juiz, ao proferir a decisão de pronúncia ou impronúncia, ordenará que os autos voltem ao ministério público, para aditamento da peça inicial do processo e demais diligências do sumário.

Art. 15. Si o juiz não se convencer da existência de crime ou não houver indício de que seja o réo o seu autor, julgará improcedente a queixa ou denúncia.

§ 1º. Da sentença de impronúncia caberá recurso, que somente terá efeito suspensivo na hipótese do art. 13, "in fine".

§ 2º. A impronúncia não obsta que em qualquer tempo seja repetido processo contra o réo, no caso de novas provas, enquanto o crime não prescrever.

Art. 16. Si o juiz se convencer, em discordância com a denúncia ou queixa, da existência de crime diverso dos referidos no artigo 3º, remeterá o processo, no Distrito Federal, ao juiz competente para julgá-lo, procedendo-se nos Estados e Território do Acre, de acordo com a legislação vigente no tocante ao julgamento pelos juizes singulares. Si estiver preso, o réu deverá ser pôsto à disposição do juiz competente.

Art. 17. O juiz absolverá desde logo o réu quando se convencer da existência de alguma justificativa ou dirimente (Consol. das Leis Penais, arts. 27 e 32 a 35), recorrendo, de officio, da sua decisão. Este recurso terá efeito suspensivo e será sempre para o Tribunal de Apelação.

Parágrafo único. A sentença de absolvição, depois de confirmada, terá força de coisa julgada.

Art. 18. A sentença de pronúncia deve ser intimada ao réu pessoalmente, sobrestando-se no processo até que isso ocorra. Se houver mais de um réu, somente em relação ao que fôr intimado prosseguirá o feito.

§ 1º. No caso de crime afiançável, achando-se o réu em lugar incerto e não sabido, a intimação será feita por edital, com o prazo de 15 dias. Findo este, e não comparecendo o réu, prosseguir-se-á no processo, dando-lhe o juiz defensor para todos os atos ulteriores, inclusive os de julgamento.

§ 2º. Ainda no caso de crime afiançável, desde que se verifique que o réu se está ocultando para não ser citado, poderá sê-lo por editais, com o prazo de tres dias, procedendo-se, quanto ao mais, de acordo com o disposto no parágrafo anterior.

Art. 19. Da sentença de pronúncia caberá recurso, na forma das leis processuais vigentes, com efeito suspensivo tão somente do julgamento.

Parágrafo único. O réu não poderá recorrer antes de recolhido à prisão, ou de prestar fiança, si fôr caso.

Art. 20. Passada em julgado a pronúncia, que especificará todas as circunstâncias qualificativas do crime e só poderá ser alterada por fato superveniente que modifique o título do delito, o escrivão

imediatamente dará vista dos autos ao representante do ministério público, pelo prazo de cinco dias, para oferecer o libelo acusatório.

Art. 21. O libelo, assinado pelo promotor, deve conter:

I — o nome do réu;

II — a exposição, deduzida por artigos, do fato criminoso e das circunstâncias agravantes, si ocorrerem;

III — o pedido de condenação, indicando-se o grau da pena e a lei que a impõe.

Sendo vários os réus, haverá um libelo para cada um.

Parágrafo único. Com o libelo poderá o promotor apresentar o ról das testemunhas que devam depôr em plenário, até o máximo de cinco, juntar documentos e requerer diligências.

Art. 22. O juiz não receberá o libelo a que faltem os requisitos legais, ordenando nova vista ao representante do ministério público, para apresentação de outro, no prazo de quarenta e oito horas.

Art. 23. Si findar o prazo legal sem que o libelo seja oferecido pelo promotor, incorrerá este na multa de 50\$000, salvo si justificada a demora por motivo de força maior, concedendo-se-lhe a prorrogação de quarenta e oito horas. Esgotada a prorrogação, si não tiver sido apresentado o libelo, a multa será de 200\$000, comunicando-se o ocorrido ao procurador geral. Neste caso, passará a funcionar no feito o substituto legal, ou, si não houver, um promotor "ad-hoc" nomeado pelo juiz.

Art. 24. Si se tratar de queixa, será o acusador notificado para apresentar o libelo dentro de quarenta e oito horas, contadas da notificação; não apresentado o libelo, o juiz o haverá por lançado, ordenando vista ao ministério público, na forma do art. 20.

Art. 25. Recebido o libelo, o escrivão, dentro de três dias, entregará ao réu, mediante recibo de seu punho ou de alguém a seu rogo, a respectiva cópia, com o ról de testemunhas, devendo ser notificado o defensor para que, no prazo de cinco dias, ofereça a contrariedade.

Parágrafo único. Si o réu estiver afiançado, o escrivão lhe dará cópia quando ele ou seu defensor o solicitar. Neste caso, o escrivão exigirá e juntará aos autos recibo passado pelo réu, ou alguém a seu rogo, assim como do seu defensor.

Art. 26. Si, ao ser recebido o libelo, não houver advogado constituido nos autos para a defesa, o juiz dará defensor ao réu, podendo este em qualquer tempo constituir advogado para substituir o defensor dativo.

Art. 27 — As justificações e perícias requeridas pelas partes deverão ser feitas perante o presidente do Tribunal, com intimação dos interessados, ou perante o juiz a quem couber o preparo do processo até o julgamento.

Art. 28. Si o interesse da ordem pública o reclamar, ou houver séria dúvida sobre a imparcialidade do Juri ou segurança pessoal do réu, o Tribunal de Apelação, a requerimento de qualquer das partes ou mediante representação do juiz, poderá desaforar o julgamento para comarca ou termo próximo, onde não subsistam aqueles motivos, precedendo sempre informação do juiz, si a medida não tiver sido solicitada, de officio, por ele próprio.

Art. 29. O presidente do Tribunal do Juri, depois de ordenar, de officio ou a requerimento das partes, as diligências que julgar necessárias para sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse à decisão da causa, ou para tornar conhecida a vida pregressa do acusado, marcará dia para o julgamento, determinando sejam intimadas as partes e as testemunhas.

Parágrafo único. Quando a lei de organização judiciária local não atribuir ao presidente do Tribunal do Juri o preparo dos processos para o julgamento, o juiz competente remeter-lhe-á os processos preparados, até cinco dias antes do sorteio a que se refere o art. 32. Deverão também ser remetidos, após esse prazo, os processos que forem sendo preparados até o encerramento da sessão.

Art. 30. O Tribunal do Juri, no Distrito Federal, reunir-se-á todos os meses, celebrando em dias úteis sucessivos, salvo justo impedimento, as sessões necessárias para julgar os processos preparados. Nos Estados e Território do Acre, observar-se-á, no concernente à época das sessões, o que prescrever a lei local.

Art. 31. A convocação do júri será feita mediante editais, depois do sorteio dos vinte e um jurados que tiverem de servir na sessão. Esse sorteio será feito, no Distrito Federal, de dez a quinze dias antes do primeiro julgamento marcado, observando-se nos Estados e Território do Acre o que estabelecer a lei local.

Art. 32. O sorteio far-se-á a portas abertas, tirando uma criança, da urna geral, as cédulas com os nomes dos jurados, as quais serão recolhidas a outra urna, cuja chave ficará em poder do juiz, reduzindo o escrivão a termo o que ocorrer, no livro para esse fim destinado, com especificação dos vinte e um sorteados.

Art. 33. Concluído o sorteio, o juiz mandará expedir desde logo o edital a que se refere o art. 31, com menção do dia em que o Juri deve reunir-se e convite nominal aos jurados sorteados para comparecerem, sob as penas da lei. Determinará também que sejam feitas as diligências necessárias para intimação dos mesmos jurados, réus e testemunhas.

§ 1.º O edital será afixado à porta do edificio do Tribunal e publicado pela imprensa, onde houver.

§ 2.º A intimação do jurado que não fôr encontrado entender-se-á feita, quando em sua residência fôr entregue por oficial de justiça uma cópia do mandado, desde que se verifique, e seja certificado, não se achar o jurado fora do município.

Art. 34. Os dias de sessão do Juri reputam-se por inteiro consagrados ao serviço da Justiça, não se fazendo ao jurado sorteado que comparecer nenhum desconto nos proventos do seu emprego.

Art. 35. Salvo motivo de interesse público, não é permitido alterar a ordem do julgamento dos processos, assim determinada:

- I — pela preferência dos réus presos aos afiançados;
- II — entre os presos, pela antiguidade da prisão;
- III — pela prioridade da pronuncia, em igualdade de condições.

Art. 36. Antes do dia designado para o primeiro julgamento, será afixada na porta do edificio do Tribunal na ordem estabelecida no artigo anterior, a lista dos processos que devam ser julgados.

CAPITULO IV

DO JULGAMENTO PELO JURI

Art. 37. No dia e hora designados para a reunião do Juri, presente o representante do Ministério Público, o presidente, depois de verificar si a urna contém as cédulas com os nomes dos vinte e um jurados sorteados, mandará que o escrivão proceda á chamada destes, declarando instalada a sessão si comparecerem pelo menos quinze deles, ou, na falta de número legal, convocando nova sessão para o dia útil imediato.

Art. 38. Num e noutro caso, o jurado que sem causa legitima não comparecer ficará multado em 100\$000 por dia de sessão realizada ou não realizada por falta de número legal, incorrendo na multa de 300\$000 o que, tendo comparecido, se retirar antes de dispensado pelo presidente.

§ 1.º A imposição da multa resulta do simples fato do não comparecimento, sem dependência de ato do presidente ou termo especial.

§ 2.º As excusas de comparecimento só serão aceitas quando apresentadas até o momento da chamada dos jurados e fundadas em motivo relevante, devidamente comprovado.

§ 3.º As multas serão cobradas executivamente, observado no Distrito Federal o art. 350 do Código de Processo Penal, e nos Estados e no Território do Acre o disposto na respectiva legislação vigente.

§ 4.º O presidente sómente poderá, sob pena de responsabilidade, relevar as multas em que incorrerem os jurados faltosos, si, dentro de quarenta e oito horas após o encerramento da sessão, aqueles o requererem, e pela prova oferecida se tornar evidente o impedimento.

Art. 39. Verificando não estar completo o número de vinte e um jurados, ainda que haja número legal para a instalação da sessão, o juiz procederá ao sorteio de tantos suplentes quantos forem necessários para inteirar aquele número, repetindo-se o sorteio para tal fim sempre que for preciso.

§ 1.º Os nomes dos suplentes serão consignados na ata, seguindo-se a respectiva notificação de comparecimento.

§ 2.º Os jurados ou suplentes que não comparecerem ou forem, por qualquer maneira, dispensados de servir na sessão periódica, serão, desde logo, considerados como sorteados para a seguinte.

§ 3.º Sorteados os suplentes, os jurados substituídos não mais serão admitidos a funcionar no curso da sessão periódica.

Art. 40. Aos suplentes são aplicáveis os dispositivos referentes às dispensas, faltas, excusas e multas.

Art. 41. Aberta a sessão, o presidente do Tribunal, depois de resolver sobre as excusas, na forma dos artigos anteriores, abrirá a urna, verificará publicamente as cédulas que nela se acharem, colocará na urna as cédulas relativas aos jurados presentes e, fechando-a, anunciará qual o processo que vai ser submetido a julgamento, ordenando ao porteiro que apregoe as partes e as testemunhas arroladas no libelo e na contrariedade, bem como o auxiliar da acusação.

Parágrafo único — Para admissão de auxiliar de acusação no plenário de julgamento, será necessário requerimento com antecedência pelo menos de três dias.

Art. 42. Si não comparecer o representante do Ministério Público por motivo de força maior, o presidente adiará o julgamento para outro dia da mesma sessão periódica. Persistindo o impedimento, funcionará o substituto legal, si houver, ou promotor "ad-hoc" nomeado pelo juiz.

Parágrafo único. Si o representante do Ministério Público deixar de comparecer sem excusa legitima, será igualmente adiado o julgamento, nomeando-se porém, desde logo, promotor "ad-hoc", caso não haja substituto legal, comunicado o fato ao procurador geral.

Art. 43. Apregoados o réu, e comparecendo, perguntar-lhe-á o juiz o nome, a idade e si tem advogado, nomeando-lhe curador, si for menor e não o tiver, ou defensor, si maior, caso ainda não o tenha. Em tais hipóteses, o julgamento poderá ser adiado para o pri-

meio dia útil desimpedido, quando o requerer o curador, ou o defensor nomeado. Será igualmente adiado o julgamento si o réo melhor não aceitar o defensor dativo.

Parágrafo único — O julgamento só uma vez poderá ser adiado, devendo o réo ser julgado quando chamado pela segunda vez. Neste caso, a defesa será feita por quem o juiz nomear, ressalvado ao réo o direito de ser defendido por advogado de sua escolha, desde que se ache presente.

Art. 44. A falta sem excusa legítima do defensor do réo, ou do curador anteriormente nomeado, será imediatamente comunicada ao Conselho da Ordem dos Advogados, quando se tratar de advogado, nomeando o presidente do Tribunal, em substituição, outro defensor, ou curador, observado o disposto no artigo anterior.

Art. 45. Si o réo ou o acusador não comparecer com excusa legítima, o julgamento será adiado para a seguinte sessão periódica, si não puder realizar-se na que estiver em curso.

Parágrafo único. Si se tratar de crime afiançável, não comparecendo o réo sem motivo legítimo, far-se-á o julgamento á sua revelia: sendo-lhe porém nomeado defensor pelo juiz.

Art. 46. Si o acusador particular deixar de comparecer sem excusa legítima, a acusação será devolvida ao Ministério Público, não se adiando por aquele motivo o julgamento.

Art. 47. As testemunhas que faltarem incorrerão na multa de 100\$000 a 200\$000, ou prisão de três a dez dias, imposta pelo presidente do Tribunal.

Parágrafo único. Ás testemunhas, enquanto a serviço do Juri, applica-se o disposto no art. 34.

Art. 48. Antes de constituido o conselho de sentença, as testemunhas, separadas as de acusação das de defesa, serão recolhidas a lugar de onde não possam ouvir os debates, nem as respostas umas das outras.

Art. 49. A falta de alguma das testemunhas não será motivo de adiamento, salvo si qualquer das partes o requerer, indicando com a necessária antecedência o seu paradeiro certo e declarando não prescindir do depoimento. Proceder-se-á entretanto ao julgamento si a testemunha não tiver sido encontrada no local indicado.

§ 1.º Si, intimada, a testemunha não comparecer, o juiz suspenderá os trabalhos e mandará trazê-la coercitivamente pelo official de justiça, ou adiará o julgamento para o primeiro dia útil desimpedido, ordenando igual providência ou requisitando da Policia a apresentação.

§ 2.º Não conseguida, ainda assim, a presença da testemunha, proceder-se-á ao julgamento.

Art. 50. O porteiro do Tribunal certificará haver apregoado as partes e as testemunhas, mencionando as que comparecerem e as que faltarem.

Art. 51. Verificado, publicamente, pelo juiz, que se encontram na urna as cédulas relativas aos jurados presentes, será feito o sorteio de sete destes para formação do conselho de sentença.

Art. 52. Antes do sorteio do conselho de sentença, o juiz advertirá os jurados dos impedimentos deles entre si, (art. 56), bem como das incompatibilidades legais, por suspeição, em razão de parentesco com o juiz, o promotor, o advogado, o réo ou a vítima, na forma do disposto na legislação vigente sobre os impedimentos ou suspeição dos juizes togados.

§ 1.º Na mesma ocasião, deverá o juiz advertir os jurados de que, uma vez sorteados, não se podem comunicar com outrem, ou

manifestar sua opinião sobre o processo, sob pena de serem excluídos do conselho e multa de 200\$000 a 500\$000.

§ 2.º Constitue crime a ocultação dos impedimentos ou motivos de suspeição estabelecidos pela lei, devendo alegá-los os próprios jurados. (Consol. das Leis Penais, art. 207, n. 8). Dos impedidos entre si por parentesco servirá o sorteado e o primeiro lugar.

Art. 53. Os jurados excluídos por impedimento ou suspeição serão computados para constituição do número legal.

§ 1.º Si, em consequência das suspeições ou recusações, não houver número para formação do conselho, será adiado o julgamento para o primeiro dia útil desimpedido.

§ 2.º A medida que forem as cédulas tiradas da urna por uma criança e lidas pelo juiz, o réo ou seu defensor e, depois dele, o acusador, farão suas recusações, sem as motivar, até o número de três cada um. Aceito o jurado por ambas as partes, o juiz o convidará a tomar assento.

Art. 54. A suspeição arguida ao presidente do Tribunal, ao representante do Ministério Público, aos jurados ou a qualquer funcionário, quando não reconhecida, não suspenderá o julgamento, devendo, entretanto, constar da ata a arguição.

Art. 55. Si os réos forem dois ou mais, poderão incumbir das recusas um só defensor; não convindo nisto, e si não coincidirem as recusas, dar-se-á a separação dos julgamentos, realizando-se nesse dia somente o do réo que houver aceitado o jurado, salvo si este, recusado por um réo e aceito por outro, fôr também recusado pela acusação.

Art. 56. São impedidos de servir no mesmo conselho marido e mulher, ascendentes e descendentes, sogros e genro ou nora, irmãos, cunhados, durante o cunhadio, tio e sobrinho, padrasto ou madrastra e enteado.

Art. 57. O mesmo conselho poderá conhecer de mais de um processo na mesma sessão de julgamento, se as partes o aprovarem, mas prestará novo compromisso de cada vez.

Art. 58. Formado o conselho, o juiz, levantando-se, e com êle todos os presentes, fará aos jurados a seguinte exortação:

“Em nome da lei, concito-vos a examinar a acusação que pesa sobre o réo, sem ódios ou simpatias, mas com a retidão e a imparcialidade necessárias para que o vosso julgamento traduza a vossa coragem pela verdade e zelo pela Justiça, tal como a sociedade espera de vós.”

Os jurados, nominalmente chamados pelo juiz, responderão, erguendo a mão direita:

“Assim o prometo.”

Art. 59. Em seguida o presidente interrogará o réo pela forma estabelecida na lei processual.

Art. 60. Feito e assinado o interrogatório, o presidente, sem manifestar sua opinião sobre o mérito da acusação ou da defesa, fará o relatório do processo, expondo o fato, as provas existentes e as conclusões das partes.

§ 1.º Nos lugares onde seja possível, o presidente mandará distribuir aos jurados cópias dactilografadas ou impressas da pronúncia, do libelo e da contrariedade, além de outras peças que considerar úteis para o julgamento da causa.

§ 2.º Os jurados poderão também, a qualquer momento, e por intermédio do juiz, pedir ao orador que indique a folha dos autos onde se encontra a peça por ele lida ou referida.

Art. 61. Terminado o relatório, o promotor lerá o libelo e os dispositivos da lei penal em que o réo se achar incurso, e produzirá a acusação, mostrando as provas em que se funda.

§ 1.º Havendo auxiliar de acusação, este falará depois do promotor.

§ 2.º Sendo o processo promovido pela parte ofendida, o promotor falará depois dela, tanto na acusação, como na réplica.

Art. 62. Finda a acusação, terá a palavra o defensor, para desenvolver a defesa.

Art. 63. Em seguida, serão introduzidas na sala da sessão, cada uma por sua vez, as testemunhas de acusação, que deporão sobre os artigos do libelo; inquirindo-as primeiro o juiz, o acusador e o auxiliar da acusação, depois o advogado do réo e, por fim, os jurados que o quizerem.

Art. 64. Ouvidas as testemunhas de acusação, as testemunhas do réo serão introduzidas na sala e deporão sobre os artigos da contrariedade ou os fatos alegados pela defesa, sendo inquiridas sucessivamente pelo juiz, pelo advogado do réo, pelo acusador particular, pelo promotor e pelos jurados que o quizerem.

Art. 65. Os depoimentos das testemunhas de acusação, como das de defesa, serão reduzidos resumidamente a escrito, sendo cada termo assinado pela respectiva testemunha, com o juiz e as partes.

Art. 66. Quando duas ou mais testemunhas divergirem sobre pontos essenciais da causa, o juiz as reperguntará, em face umas das outras, mandando que expliquem a divergência ou contradição, reduzindo-se a termo a acareação.

Art. 67. O acusador poderá replicar e a defesa treplicar, sendo admitida a reinquirição de qualquer das testemunhas já ouvidas em plenário.

Art. 68. O tempo, tanto para a acusação, quanto para a réplica, não excederá de uma hora, observando-se o mesmo prazo para a defesa e a tréplica.

Parágrafo único — Havendo mais de um acusador ou de um defensor, combinarão entre si a distribuição do tempo, o qual, na falta desse entendimento, será marcado pelo juiz, de modo que não sejam excedidos os prazos fixados neste artigo.

Art. 69. Durante o julgamento não é permitida a produção ou leitura de documento que não tenha sido comunicado á parte contrária com antecedência pelo menos de tres dias, compreendida nessa proibição a leitura de jornais ou qualquer escrito cujo conteúdo versar sobre matéria de fato do processo.

Art. 70. Aos jurados, quando se recolherem á sala secreta ou destinada a descanso, serão sempre entregues os autos do processo, bem como, si o pedirem, os instrumentos do crime, devendo o juiz estar presente para evitar que se exerça influência de uns sobre outros.

Art. 71. Sendo impossivel ou inconveniente a verificação immediata de algum fato, que o juiz reconheça essencial á decisão da causa, será dissolvido o conselho, devendo as partes formular desde logo quesitos para as diligências que se tenham de realizar e aos quais poderá o juiz acrescentar os que entender necessários.

Art. 72. Achando-se a causa em estado de ser decidida, o juiz indagará dos jurados si se acham habilitados a julgá-la ou si precisam de mais algum esclarecimento.

§ único — Si qualquer dos jurados necessitar de novos esclarecimentos, sobre questão de fato, o juiz lhes dará, ou mandará que o faça o escrivão.

Art. 73. Em seguida, lendo os quesitos por êle formulados e explicando a significação legal de cada um e o efeito que terá a resposta afirmativa ou negativa do jurado, o juiz indagará das partes si têm algum requerimento ou reclamação a fazer, devendo constar da ata qualquer reclamação não atendida.

Art. 74. Lidos os quesitos, o juiz, annunciando que se vai proceder ao julgamento, fará retirar o réu e convidará os assistentes a deixarem a sala.

Art. 75. Fechadas as portas, o conselho, sob a presidência do juiz, assistido do escrivão, que servirá de secretário, do promotor e do advogado, que se conservarão nos seus lugares, sem intervir nas discussões e votações, e de dois oficiais de justiça, passará a votar os quesitos que lhe forem propostos, observada completa incomunicabilidade dos jurados.

§ único — Onde fôr possível, a votação será feita em sala especial, com o mesmo caráter secreto.

Art. 76. Antes ou durante a votação, poderão os jurados consultar os autos do processo, ou examinar qualquer outro elemento material de prova que tenha sido apresentado em juízo e conste do processo.

Art. 77. O juiz não permitirá que o promotor ou o defensor intervenham na votação, perturbando a livre manifestação do conselho e fará retirar da sala aquele que se portar inconvenientemente, impondo-lhe a multa de 200\$000 a 500\$000, sem prejuízo da responsabilidade penal que couber.

Art. 78. Os quesitos serão formulados com observancia das seguintes regras:

I — O primeiro deles versará sobre o fato principal, de conformidade com o libelo.

II — Si entender que alguma circumstancia, exposta no libelo, não é absolutamente conexas ou inseparável do fato de maneira que este não possa existir ou subsistir sem ela, o juiz desdobrará o quesito em tantos quantos forem necessários.

III — A cada circumstancia agravante, articulada no libelo, corresponderá um quesito.

IV — Si resultar dos debates o conhecimento da existência de alguma circumstancia agravante não articulada no libelo, o juiz formulará, a requerimento do acusador, o quesito a ela relativo.

V — Si o réu apresentar, na sua defesa, ou alegar, nos debates, qualquer fato que a lei qualifique como justificativa ou dirimente, ou importe desclassificação do delito, o juiz formulará os quesitos correspondentes.

VI — Si os fatos da acusação forem diversos, o juiz proporá, acerca de cada um deles, os quesitos que julgar convenientes.

VII — O juiz formulará sempre um quesito sobre a existência de circunstâncias atenuantes.

VIII — Nos crimes de homicidio, os quesitos relativos ás causas que não constarem do libelo só serão formulados a requerimento de qualquer das partes.

IX — Si forem dois ou mais os réus, o juiz formulará tantas séries de quesitos quantos forem êles.

X — No caso do n. VI, quando o juiz tiver que fazer diferentes quesitos, sempre os formulará em proposições simples e bem distintas, de maneira que a cada um deles se possa responder sem o menor equívoco.

Art. 79. Não será admitido quesito sobre existência de concausa nos casos em que fôr evidente que o evento, no homicídio, resultou da natureza e sede do ferimento, ou da preexistente constituição ou estado morbido da vítima.

Art. 80. Após os quesitos relativos ao fato principal, o juiz formulará os propostos pela defesa, seguindo-se os referentes às circunstâncias agravantes e atenuantes.

Art. 81. O juiz, antes de se proceder á votação de cada um dos quesitos, mandará distribuir pelos jurados pequenas cédulas, feitas de papel opaco e facilmente dobraveis, contendo umas a palavra "sim" e outras a palavra "não", afim de, secretamente, serem recolhidos os votos.

Art. 82. Distribuidas as cédulas, o juiz lerá o quesito sobre o fato principal, mandando que um official de justiça receba os votos dos jurados, que os collocarão numa urna ou saco que lhes fôr apresentado, recolhendo outro official de justiça, de igual maneira, as cédulas não utilizadas.

Art. 83. Após a votação de cada quesito, o presidente tomará as urnas e. verificados os votos e as cédulas não utilizadas, mandará escrever o resultado pelo escrivão, declarando o número de votos afirmativos e negativos.

Parágrafo único. Si o Juri decidir existirem circunstâncias atenuantes, o juiz porá em votação cada uma das enumeradas na lei penal, mandando escrever as que forem reconhecidas.

Art. 84. As decisões do Juri serão tomadas por maioria de votos.

Art. 85. Si a resposta a algum dos quesitos estiver em contradição com outra ou outras já proferidas, o juiz, explicando aos jurados em que consiste a contradição, submeterá novamente á votação os quesitos a que se referirem tais respostas.

Art. 86. Si, pela resposta dada a qualquer dos que sitos, o juiz verificar que ficam prejudicados os seguintes, assim o declarará, dando por finda a votação.

Art. 87. Em seguida, o juiz lavrará a sentença, de acôrdo com as respostas do Juri, lendo-a de público.

Art. 88. Si o juri negar o fato, ou, afirmando-o, reconhecer alguma dirimente ou justificativa, o juiz absolverá o réu. Tratando-se, porém, de crime inafiançável, não determinará a soltura, senão depois de passar em julgado a sentença.

Art. 89. De cada sessão de julgamento o escrivão lavrará uma ata, assinada pelo juiz e pelo representante do ministério público.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DO TRIBUNAL DO JURI

Art. 90. São atribuições do presidente do Tribunal do Juri, além de outras que lhe são expressamente conferidas nesta lei:

I — Regular a policia das sessões e prender os desobedientes.

II — Requisitar o auxilio da força pública, que ficará sob sua exclusiva autoridade.

III — Regular os debates.

IV — Resolver as questões incidentes, que não dependam da decisão do Juri.

V — Nomear defensor ao réu quando o considerar indefeso, podendo neste caso dissolver o conselho, marcado novo dia para o julgamento e nomeado outro defensor.

VI — Fazer retirar da sala o réu que, com injúrias ou ameaças, dificultar o livre curso do julgamento, prosseguindo-se, neste caso, independentemente de sua presença.

VII — Suspender a sessão pelo tempo indispensável à execução de diligências requeridas ou julgadas necessárias, mantida a incommunicabilidade dos jurados.

VIII — Interromper a sessão por algum tempo para repouso ou refeição dos jurados.

IX — Decidir *ex-officio*, ouvidos o Ministério Público e o representante da defesa, ou a requerimento de qualquer das partes, a preliminar da extinção da ação penal.

X — Resolver as questões de direito que se apresentarem no decurso do julgamento.

XI — Ordenar *ex-officio*, ou a requerimento das partes ou de algum jurado, as diligências destinadas a sanar qualquer nulidade, ou ao mais amplo esclarecimento da verdade.

XII — Dar execução à sentença do Juri.

CAPITULO VI

DA APELAÇÃO E DO PROTESTO POR NOVO JURI

Art. 91. Só se admitirá apelação de qualquer das partes quando interposta por escrito, depois de dissolvido o conselho de sentença, e dentro de cinco dias, sempre com efeito suspensivo, salvo si, no caso de absolvição, e tratando-se de crime afiançável, o réu estiver preso.

Art. 92. A apelação sómente pode ter por fundamento:

a) nulidade posterior à pronúncia;

b) injustiça da decisão, por sua completa divergência com as provas existentes nos autos ou produzidas em plenário.

Art. 93. Provida a apelação por motivo de nulidade, o Tribunal de Apelação mandará o réu a novo julgamento, guardadas as formalidades legais.

Art. 94. Si se verificar divergência entre a sentença proferida pelo presidente do Juri e as respostas dos jurados, o Tribunal de Apelação fará a retificação devida, applicando a pena legal.

Art. 95. No caso de incongruência entre as respostas aos quesitos, o Tribunal de Apelação fará prevalecer a que se ajustar à prova dos autos, salvo quando uma importar a absolvição e outra a condenação do réu caso em que se declarará a nulidade do julgamento.

Art. 96. Si, apreciando livremente as provas produzidas, quer no sumário de culpa, quer no plenário de julgamento, o Tribunal de Apelação se convencer de que a decisão do juri nenhum apoio encontra nos autos, dará provimento à apelação, para aplicar a pena justa, ou absolver o réu, conforme o caso.

Art. 97. O protesto por novo julgamento é privativo do acusado e só se admitirá uma única vez, quando a sentença condenatória fór de prisão por vinte e quatro anos ou mais.

Parágrafo único. O protesto invalida qualquer outro recurso interposto e deverá ser feito na forma e prazo estabelecidos para interposição da apelação, sendo tomado por termo nos autos.

Art. 98. No novo julgamento não podem servir jurados que tenham tomado parte no primeiro, podendo, no entanto, presidí-lo o mesmo juiz.

CAPITULO VII

DAS NULIDADES

Art. 99. Não será declarada a nulidade de nenhum ato processual, quando este não haja influido concretamente na decisão da causa ou na apuração da verdade material.

Art. 100. Não será igualmente declarada a nulidade, quando já não seja possível a repetição ou retificação do ato, ou quando, não obstante sua irregularidade, tenha êle conseguido o fim visado, em relação a todos os interessados.

Art. 101. Nenhuma das partes pode arguir as nulidades a que haja dado causa ou referentes a dispositivos cuja observância lhe seja indiferente.

Art. 102. A nulidade de citação, intimação ou notificação é sanada desde que a parte interessada compareça em juízo, embora declare que o faz para o único fim de argui-la. Todavia, reconhecendo que a irregularidade prejudica efetivamente o direito de defesa, o juiz ordenará a repetição do ato.

Art. 103. A nulidade de um ato, uma vez declarada, acarretará a dos atos sucessivos que dêle diretamente dependam.

Art. 104. — Não obstante a inobservância das formalidades prescritas, nenhum ato será declarado nulo si as partes, ainda que tacitamente, lhe tenham aceitado os efeitos, salvo tratando-se de omissão de formalidade de ordem pública.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 105. Os crimes que, no Distrito Federal e no Território do Acre, deixam, pela presente lei, de caber à competência do Tribunal do Júri, passam a ser processados e julgados pelos juizes de direito competentes para as causas criminaes.

Art. 106. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

§ 1.º Para o corrente ano, a lista de jurados a que se refere o artigo 10 será feita e publicada dentro de 15 dias, após o decurso dos prazos estabelecidos no art. 2º da Introdução do Código Civil, podendo ser alterada, *ex-officio*, ou mediante reclamação de qualquer do povo, até sua publicação definitiva, que se fará 15 dias depois da primeira, e devendo renovar-se, de acôrdo com o dispôsto no parágrafo 2º do art. 10.

§ 2.º Enquanto não fôr possível o sorteio de jurados dentre os alistados, segundo a forma acima estabelecida, continuarão a servir os jurados presentemente alistados.

§ 3.º O dispôsto no art. 96 só se aplicará aos processos julgados pelo Juri na vigência desta lei, prevalecendo, neste particular, em relação aos julgados anteriormente, a legislação processual até agora vigente.

Art. 107. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Campos

DECRETO-LEI N. 168 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Reorganiza os quadros de funcionários das Secretarias do Tribunal de Apelação e da Procuradoria Geral do Distrito Federal, e dá outras providências.

O Presidente da República:

Considerando que o desenvolvimento dos serviços judiciários do Distrito Federal já reclamava uma revisão dos quadros do funciona-

lismo das Secretarias do Tribunal de Apelação e da Procuradoria Geral, e dos cartórios dos Juizes Criminaes, no intuito de ampliá-los, de modo a melhor atender às necessidades dos mesmos serviços;

Considerando que essa necessidade se tornou hoje mais premente com a extinção da Justiça Federal, e consequente transferência para a Justiça local de grande soma de atribuições que àquela competiam;

Considerando que com o aproveitamento dos funcionários em disponibilidade da Justiça Eleitoral, também extinta, o reajustamento daqueles quadros pode ser feito com pequeno aumento de despesa;

Decreta, no uso das atribuições que lhe confere o art. 180, da Constituição Federal:

Art. 1.º O quadro de funcionários da Secretaria do Tribunal de Apelação do Distrito Federal fica assim constituído:

- 1 secretário (letra K);
- 3 chefes de secção (letra J);
- 12 oficiais (letra H);
- 5 escrivães (letra G);
- 6 dactilógrafos (letra G);
- 1 zelador (letra G);
- 1 porteiro (letra G);
- 6 contínuos (letra E);
- 12 serventes (letra C);
- 3 correios (letra D);
- 1 chefe de máquinas, da letra G;
- 2 auxiliares técnicos (letra F);
- 3 ascensoristas (letra D);
- 1 motorista (letra F).

Parágrafo único. Um dos oficiais exercerá as funções de chefe de secção de jurisprudência; outro, as de bibliotecário-arquivista, e outro as de protocolista.

Art. 2.º O secretário será nomeado dentre os bachareis de direito, maiores de 25 e menores de 58 anos, com cinco anos, pelo menos de prática forense.

§ 1.º Os chefes de secção serão nomeados, por merecimento, dentre os oficiais, segundo classificação feita pelo Conselho de Justiça.

§ 2.º Os oficiais serão nomeados por promoção dentre os escrivães.

§ 3.º O cargo de escrivão é considerado como início de carreira, e será preenchido por concurso de provas, versando sobre: a) português; b) redação oficial; c) instrução cívica; d) noções de contabilidade administrativa; e) organização judiciária; f) noções de prática do processo civil e criminal.

§ 4.º O dactilógrafo será nomeado por concurso de provas, versando sobre: a) português; b) redação oficial; c) instrução cívica; d) organização judiciária; e) dactilografia.

§ 5.º A nomeação de zelador será feita por promoção do porteiro; deste, pelos contínuos e correios; a de contínuos ou correio, por promoção dentre os serventes.

§ 6.º A nomeação para servente, cargo considerado como de início de carreira, será feito mediante concurso de provas, versando sobre: a) noções de português; b) aritmética elementar; c) elementos de instrução cívica.

§ 7.º A nomeação de chefe de máquinas será feita por promoção dentre os auxiliares técnicos; a destes, dentre os ascensoristas.

§ 8.º A nomeação de ascensoristas e de motorista, cargos considerados iniciais de carreira, será feita mediante requerimento ins-

truído com atestado idôneo de preparo técnico especializado, ou certidão de licença profissional passada por autoridade competente, valendo por concurso de títulos.

Art. 3.º Todas as promoções, exceto a de chefe de secção, serão feitas, metade por antiguidade e metade por merecimento, a começar por esta.

Parágrafo único. Quando couber a promoção ao princípio de merecimento, a lista, organizada pelo Presidente do Tribunal, será triplíce, para as vagas de oficiais; nos demais casos, sempre que possível a lista será constituída de dois nomes, observado em todos os casos o disposto nos arts. 33, §§ 2º e 4º, e 34, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936.

Art. 4.º Os concursos serão organizados, e nomeada a respectiva comissão examinadora, pelo Presidente do Tribunal.

Parágrafo único. Os diplomados em direito serão dispensados das provas de português, instrução cívica, organização judiciária e noções de prática do processo.

Art. 5.º As atribuições dos funcionários a que se refere o art. 1º serão as estabelecidas pelo Tribunal no uso da faculdade constitucional de organização de sua secretaria (Constituição Federal, artigo 93, letra a).

Art. 6.º No Pretório, ou edificio sede das Pretorias, servirão os seguintes funcionários: 1 diretor (letra L); 1 porteiro, (letra G); 1 correio, (letra D); e 5 serventes, (letra C).

Parágrafo único. Esses funcionários ficam imediatamente subordinados ao Presidente do Tribunal de Apelação, observando-se, quanto às suas nomeações, o estabelecido para os cargos equivalente desse Tribunal.

Art. 7.º — A Secretaria da Procuradoria Geral de Distrito Federal será constituída dos seguintes funcionários: 1 secretário (letra J); 1 oficial, (letra H); 3 escriturários, (letra G); 1 datilógrafo, (letra G); 1 contínuo, (letra E); 1 servente, (letra D); e 1 motorista, (letra F).

§ 1.º — O secretário será nomeado por promoção do oficial; este por promoção dentre os escriturários e o datilógrafo, metade por antiguidade e metade por merecimento, por indicação, em lista de dois nomes, do procurador geral; o contínuo pela promoção do servente.

§ 2.º — A nomeação de escriturário e datilógrafo será feita por concurso nos termos do art. 2º, parágrafos 3º e 4º, e a de servente, nos termos do § 6º do mesmo artigo.

Art. 8.º Ficam creados mais dezeseis cargos de escreventes juramentados (letra G), um em cada uma das Vara e Pretorias Criminais.

Art. 9.º Os cargos excedentes da actual organização das secretarias do Tribunal de Apelação e da Procuradoria Geral, bem assim os novos, ora creados, do Pretório e das Varas e Pretorias Criminais, serão preenchidos por funcionários em disponibilidade da extinta Justiça Eleitoral, de acôrdo com as respectivas classes.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de janeiro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 170 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Regula as disposições sobre as contas em moeda nacional de residentes no exterior, para efeito da fiscalização das operações de câmbio

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e atendendo à necessidade de regular as disposições sobre as contas em moeda nacional de residentes no exterior, para efeito de fiscalização das operações de câmbio, nos termos do decreto-lei n. 97, de 25 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º As ordens de pagamento do exterior, em moeda nacional, só poderão ser cumpridas mediante a venda simultânea ao Banco do Brasil das cambiais correspondentes em moeda estrangeira, de curso internacional, em cobertura de ditas ordens.

Art. 2.º Nenhuma firma, individual ou coletiva, banco ou casa bancária, estabelecidos no país, poderão manter em seus livros saldos devedores, em moeda nacional, em nome da firma individual ou coletiva, banco ou casa bancária estabelecidos no exterior.

Parágrafo único. Os saldos devedores nesta data deverão ser comunicados ao Banco do Brasil, pelos interessados, dentro de 48 (quarenta e oito) horas da data da publicação deste decreto-lei. Esses saldos devedores serão liquidados no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, a contar desta data, pela venda ao Banco do Brasil da cobertura equivalente em divisas estrangeiras de curso internacional.

Art. 3.º São disponíveis os saldos credores, em moeda nacional, de formas individuais ou coletivas, bancos ou casas bancárias estabelecidos no exterior, em conta corrente, com firmas, bancos ou casas bancárias estabelecidos no país, desde que esses saldos sejam provenientes de operações aqui realizadas e não de transferências ou ordens de pagamento do exterior, e representem o produto:

a) de cobranças do exterior, devidamente comprovadas, mediante a apresentação ao órgão fiscal dos documentos de importação necessários;

b) da venda de mercadorias consignadas, provenientes do exterior;

c) de juros, dividendos, aluguéis ou prestações contratuais.

Art. 4.º As infrações destas disposições serão punidas com as mesmas penalidades previstas no art. 7.º do decreto-lei n. 97, de 25 de dezembro de 1937.

Art. 5.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 171 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Prorroga o prazo de permanência em seus cargos dos atuais juizes do Tribunal Marítimo Administrativo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e atendendo à reorganização do Tribunal Marítimo Administrativo que ora se processa, decreta:

Art. único Fica prorrogado por três (3) meses o prazo de permanência no exercício de suas funções dos atuais juizes do Tribunal Marítimo Administrativo, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de janeiro de 1938; 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique Aristides Guilhem.

DECRETO-LEI N. 172 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Cria, sem onus para os cofres públicos, três lugares de Depositários Judiciais na Justiça Local do Distrito Federal

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, Decreta:

Art. 1.º Ficam criados, sem onus para os cofres públicos, na Justiça Local do Distrito Federal, três lugares de Depositários Judiciais funcionando junto ao Juízo dos Feitos da Fazenda Pública, um em cada Vara.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 173 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 111:500\$000, para despesas decorrentes da repressão ao contrabando

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, Decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de cento e onze contos e quinhentos mil réis (111:500\$000), destinado a atender às despesas de pessoal e material, a cargo da

Superintendência do Serviço de Repressão ao contrabando na fronteira do Rio Grande do Sul, relativas ao exercício de 1937, sendo:

I — Pessoal	72:740\$000
II — Material	38:760\$000
	<hr/>
	111:500\$000

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 174 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de 2:830\$000, para pagamento ao Comité International Technique d'Experts Juridiques Aériens.

O Presidente da República, tendo em vista a autorização contida na lei n. 522, de 3 de outubro de 1937, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de dois contos, oitocentos e trinta mil réis (2:830\$000), destinado ao pagamento da contribuição correspondente ao ano de 1934, devida pelo Brasil ao "Comité International Technique d'Experts Juridiques Aériens".

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938; 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 175 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 14.223:200\$000, para pagamento de juros de apólices da Dívida Pública Interna.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de quatorze mil duzentos e vinte e três contos e duzentos mil réis (14.223:200\$000), para atender ao serviço de juros de títulos da Dívida Pública Interna, como segue:

Apólices do Reajustamento Econômico

(Emitidas por força do decreto n. 1.590, de 28 de abril de 1937)

Exercício de 1937..... 12.500:000\$000

Encampação da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro

(Emitidas em consequência do decreto n. 1.967, de 15 de setembro de 1937)

Meses de novembro e dezembro de 1937..... 1.245:000\$000

Conclusão do Monumento a Santos Dumont e Heróis de Laguna e Dourados

(Emitidas, em virtude da lei n. 122, de 27 de novembro de 1935)

2º semestre de 1936.....	17:825\$000	
Exercício de 1937.....	35:650\$000	53:475\$000

Conclusão das obras da nova Capital de Goiás

(Emitidas de acordo com a lei n. 181, de 10 de janeiro de 1936)

2º semestre de 1936.....	141:575\$000	
Exercício de 1937.....	283:150\$000	424:725\$000
		<u>14.223:200\$000</u>

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 176 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Transforma em especiais os créditos extraordinários abertos pelo decreto-reservado n. 1.651 e decreto-lei n. 10, de 1937

O Presidente da República usando da faculdade que lhe confiere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Ficam transformados em especiais os créditos extraordinários de vinte mil contos de réis (20.000:000\$) e dez mil contos de réis (10.000:000\$), abertos ao Ministério da Guerra, respectivamente pelo decreto-reservado n. 1.651, de 17 de maio de 1937, e decreto-lei n. 10, de 22 de novembro de 1937, afim de que tenham também vi-

gência no exercício de 1938, para o qual serão transferidos de acordo com a legislação em vigor.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

Eurico G. Dutra

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 177 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 5:427\$6, para pagamento a Mirabeau Gomes Rocha

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de cinco contos quatrocentos e vinte e sete mil e seiscentos réis (5:427\$600), para atender ao pagamento dos vencimentos devidos a Mirabeau Gomes Rocha, como professor da cadeira de linguagem do Instituto de Surdos Mudos, no período de 25 de julho de 1936 a 25 de janeiro de 1937.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 178 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 34:088\$400, para pagamento de remuneração que compete a professores da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta: Artigo único — Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de trinta e quatro contos oitenta e oito mil e quatrocentos réis (Rs. 34:088\$400), para atender ao pagamento da remuneração que compete a professores de cursos equiparados e complementares da Faculdade Nacional de Medicina, da Universidade do Rio de Janeiro, referente ao exercício de 1934.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 179 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de 639:293\$800 para custear despesas com a aquisição de terrenos e benfeitorias em Curitiba

O Presidente da República, tendo em vista a autorização constante do art. 2º da lei n. 430, de 30 de abril de 1937, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal,

Decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de seiscentos e trinta e nove contos, duzentos e noventa e tres mil e oitocentos réis (639:293\$800) para custear a despesa com a aquisição dos terrenos e benfeitorias especificadas na lei n. 430, de 30 de abril de 1937, destinados ao Serviço de Subsistência da Quinta Região Militar, em Curitiba.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

Eurico G. Dutra

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 180 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 17:000\$000 para pagamento a S. Fragelli & Cia. Ltda.

O Presidente da República, tendo em vista a autorização contida na lei n. 509, de 10 de setembro de 1927, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de dezessete contos de réis (17:000\$000) para atender ao pagamento devido à firma S. Fragelli & Cia. Ltda., pela execução, em 1935, de duas obras de reforma no prédio em que funciona o Serviço de Aguas, do Departamento Nacional da Produção Mineral.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 181 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de 1:200\$000, para pagamento a Democraciano Felix.

O Presidente da República, tendo em vista a autorização contida na lei n. 521, de 3 de outubro de 1937, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único — Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de um conto e duzentos mil réis (1:200\$000) afim de ocorrer ao pagamento da diferença de vencimentos ao enfermeiro da Secretaria da Camara dos Deputados, Democraciano Felix, no periodo de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1931.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 182 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Revoga disposições contidas no decreto n. 22.626, de 1933, e nas leis ns. 454 e 492, de 1937

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e, considerando a necessidade de se atender às operações de financiamento à agricultura, decreta:

Artigo único. Ficam revogadas as disposições contidas nos parágrafos 1° e 2° do art. 1° do decreto n. 22.626, de 7 de abril de 1933, bem como as constantes do parágrafo único do art. 7° da lei n. 454, de 9 de julho de 1937, e do art. 32 da lei n. 492, de 30 de agosto de 1937.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 183 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de réis 563:459\$000, destinado a despesas da Secretaria de Estado

O Presidente da República, tendo em vista a autorização contida na lei n. 533, de 7 de outubro de 1937 e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 563:459\$000 (quinhentos e sessenta e três centos, quatrocentos e cinquenta e nove mil réis), para ocorrer às despesas com as obras de adaptação e equipamento do edificio em que funciona a referida Secretaria de Estado.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 184 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 45:000\$000, para ocorrer ao pagamento de indenização devida à D. Lísia Carolina Gosling.

O Presidente da República, tendo em vista a autorização contida na lei n. 538, de 11 de outubro de 1937, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de quarenta e cinco contos de réis (45:000\$), destinado a ocorrer ao pagamento de indenização devida à D. Lísia Carolina Gosling, Condessa de Gosling, pela desapropriação de um imóvel de sua propriedade, no Distrito Federal, por ocasião da abertura da Avenida Central.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938; 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 185 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de réis 12:335\$500, para pagamento ao professor Dr. Francisco Pinheiro Guimarães.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único — Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de doze contos, trezentos e trinta e cinco mil e quinhentos réis (12:335\$500), afim de atender ao pagamento da diferença de vencimentos devida ao professor Dr. Francisco Pinheiro Guimarães, no período de 1 de janeiro de 1929 a 26 de junho de 1934, em virtude do decreto n. 5.622, de 28 de dezembro de 1928.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 186 — DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de réis 12:000\$000 para pagamento de vencimentos a um professor do curso de Odontologia da Faculdade de Medicina de Porto Alegre.

O Presidente da República, usando da Faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único — Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de doze contos de réis (12:000\$000), para atender ao

pagamento dos vencimentos de regente da cadeira de Ortodontia e Odontopediatria do curso de Odontologia na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, relativos ao exercício de 1936.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50 da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO LEI N. 187, DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de réis 62:000\$000, para o Instituto Ezequiel Dias

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único — Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de sessenta e dois contos de réis (62:000\$), para atender ao pagamento da contribuição devida pela União ao Estado de Minas Gerais, em 1937, em consequência da lei n. 164, de 2 de janeiro de 1936, que transferiu para aquele, o Instituto Ezequiel Dias.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO LEI N. 188, DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 36:000\$000, para pagamento de salários dos penitenciários

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único — Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de trinta e seis contos de réis (36:000\$000), para atender ao pagamento dos salários dos penitenciários da Casa de Correção, relativos ao exercício de 1937.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 189, DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 499:103\$400, para pagamento de dívidas relacionadas

O Presidente da República, tendo em vista a autorização contida na lei n. 490, de 27 de agosto de 1937, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de quatrocentos e noventa e nove contos cento e tres mil e quatrocentos réis (499:103\$400), para atender ao pagamento de dívidas relacionadas pelo Ministério da Fazenda e resultantes de fornecimentos feitos, além das dotações orçamentárias, nos exercícios de 1931, 1932 e 1933, à Polícia Especial do Distrito Federal.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 190, DE 5 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 30:000\$000, para pagamento de vencimentos do chefe de Polícia do Território do Acre

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de 30:000\$000 (trinta contos de réis), para atender ao pagamento dos vencimentos do chefe de Polícia do Território do Acre, relativos ao exercício de 1937, "ex-vi" da lei n. 366, de 30 de dezembro de 1936.

Rio de Janeiro, 5 de janeiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 191 — DE 6 DE JANEIRO DE 1938

Dispõe sobre a representação da Secretaria de Estado das Relações Exteriores no Conselho Federal de Comércio Exterior

O Presidente da República, tendo em vista o que dispõe o artigo 11 do decreto-lei n. 74 de 16 de dezembro de 1937,

Decreta:

Art. 1.º O representante da Secretaria de Estado das Relações Exteriores no Conselho Federal de Comércio Exterior, de que co-

Decretos-leis de 1938 — Vol. I

gita o parágrafo 3º do art. 2º, do decreto-lei n. 74, de 16 de dezembro de 1937, será o assistente direto do ministro de Estado das Relações Exteriores para tôdas as questões de ordem econômica e financeira submetidas ao exame da mesma Secretaria de Estado.

Art. 2º O ministro de Estado das Relações Exteriores expedirá as necessárias instruções para a execução dêste decreto-lei que entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Mario de Pimentel Brandão.

DECRETO-LEI N. 192 — DE 21 DE JANEIRO DE 1938

Dispõe sobre o prazo dos contratos de câmbio

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, e no intuito de assegurar ao comércio do País, prazo suficiente para colocação de seus produtos, com relação ao fechamento dos contratos de câmbio, decreta:

Art. 1º O prazo dos contratos de câmbio, seja de importação ou de exportação, de que trata o art. 4º do decreto-lei n. 97, de 23 de dezembro de 1937, fica dilatado para doze (12) meses.

Art. 2º Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 193 — DE 21 DE JANEIRO DE 1938

Autoriza o Departamento Nacional do Café a alterar as percentagens estabelecidas na cláusula 8ª ao último Convênio Cafeeiro

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que, com o aumento da exportação, consequente à redução das taxas, alguns portos se ressentem da falta de qualidades reclamadas pelos mercados consumidores;

Considerando que, em alguns casos, o suprimento dessas qualidades não poderá ser feito com sistemas rígidos, decreta:

Art. 1º Fica o Departamento Nacional do Café autorizado a alterar as percentagens estabelecidas na cláusula 8ª do Convênio Cafeeiro de 14 de maio de 1937, para as entradas, nos portos de exportação, de cafés das safras nova e velha, sempre que houver necessi-

dade de suprir os mercados internos com qualidades reclamadas pelos países consumidores.

Art. 2.º Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 194 — DE 21 DE JANEIRO DE 1938

Fixa as taxas de que trata o parágrafo único do art. 42 do regulamento que baixou com o decreto n. 24.548, de 3 de julho de 1934, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º As empresas de estradas de ferro, empresas de navegação ou quaisquer outras que transportem animais vivos, cobrarão, no ato de cada despacho, uma taxa denominada "taxa de desinfecção" para custeio das despesas de desinfecção dos veículos utilizados nesse transporte a que se refere o art. 42 do regulamento aprovado pelo decreto n. 24.548, de 3 de julho de 1934.

Art. 2.º A "taxa de desinfecção" será de trezentos réis (\$300), por cabeça para as espécies bovina, equina, asinina, suína, caprina e ovina e de cincoenta réis (\$50) para aves.

§ 1.º Para despacho de menos de dez (10) aves, cobrar-se-á a taxa única de quinhentos réis (\$500).

§ 2.º Ficam isentos do pagamento da "taxa de desinfecção", os animais transportados por conta da União, as aves canoras e ornamentais e outras espécies de animais não incluídas entre as já citadas.

Art. 3.º A partir desta data, ficam a Estrada de Ferro Central do Brasil e as demais empresas de transporte da União, obrigadas a cobrar as taxas fixadas neste decreto-lei, que serão escrituradas como renda da União e recolhido o seu produto ao Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. As empresas de transporte da União que não tiverem serviço de desinfecção organizado, deverão tê-lo instalado dentro de seis (6) meses, contados da data em que entrar em vigor o presente decreto-lei.

Art. 4.º Qualquer outra empresa que transporte animais vivos, fica obrigada a providenciar imediatamente as instalações necessárias ao serviço de desinfecção de vagões e outros veículos utilizados para esse fim, nas condições previstas pelo regulamento baixado com o decreto n. 24.548, de 3 de julho de 1934.

Parágrafo único. Dentro do prazo de seis (6) meses a contar da data de vigência do presente decreto-lei, deverão estar concluídas as instalações de que trata este artigo.

Art. 5.º Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de cento e sessenta e cinco contos e seiscentos mil réis (165:600\$000) para atender, no corrente ano, às despesas do pessoal variável necessário ao serviço dos postos de desinfecção de vagões da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Art. 6.º Os serviços dos postos de desinfecção poderão ser chefiados por práticos rurais do quadro único do Ministério da Agricultura, sendo mantido em funções equivalentes às que já vem exercendo, o pessoal que já se encontra nesse serviço.

Art. 7.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 195 — DE 21 DE JANEIRO DE 1938

Dispõe sobre faltas dadas ao serviço, no período de 27 de dezembro de 1934 a 4 de janeiro de 1935, pelos funcionários do Departamento dos Correios e Telégrafos

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição; e

Atendendo ao que propuzeram o diretor geral dos Correios e Telégrafos e o ministro de Estado da Viação e Obras Públicas, decreta:

Artigo único. Serão contados como de efetivo serviço público federal, para todos os efeitos, exceto os de percepção de vantagens pecuniárias, que não serão abonadas, os dias em que os funcionários do Departamento dos Correios e Telégrafos deixaram de comparecer ao serviço, no período de 27 de dezembro de 1934 a 4 de janeiro de 1935, por terem participado, direta ou indiretamente, do movimento grevista então verificado.

Rio de Janeiro, 21 de janeiro de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 196 — DE 22 DE JANEIRO DE 1938

Dispõe sobre a contribuição para o montepio militar e a pensão correspondente dos herdeiros

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, considerando que a pensão de montepio atribuída pela legislação vigente aos herdeiros dos militares é por demais reduzida, sobrelevando o fato da elevação sensível que se tem verificado na remuneração do contribuinte, determinando, assim, após a sua morte, um profundo desequilíbrio na vida das respectivas famílias,

Decreta, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal:

Art. 1.º As contribuições para o montepio militar dos oficiais, sub-oficiais, sub-tenentes e sargentos do Exército e da Armada, em

serviço ativo, serão iguais a um dia do sôldo da tabela de vencimentos resultante da lei n. 287, de 28 de outubro de 1936.

§ 1.º São contribuintes do montepio militar, além dos servidores a que se refere este artigo:

a) Os oficiais da reserva de 1ª classe e reformados do Exército e da Armada;

b) Os sub-oficiais e sub-tenentes reformados;

c) Os sargentos reformados na vigência da lei n. 5.167 A, de 12 de janeiro de 1927;

d) Os funcionários civis com honras ou graduações militares que forem contribuintes do montepio militar;

e) Os escreventes do Ministério da Guerra, "ex-vi" do § 4º do art. 12 do decreto n. 24.632, de 10 de julho de 1934.

f) Os oficiais demissionários, bem como os sargentos licenciados ou excluídos, na forma do art. 11 do decreto n. 695, de 28 de agosto de 1890.

§ 2.º As contribuições devidas pelos oficiais, sub-oficiais, sub-tenentes e sargentos da reserva ou reformados, serão correspondentes a um dia do sôldo que perceberem na inatividade.

§ 3.º As contribuições dos funcionários civis de que trata a letra "d" do § 1º, serão iguais a um dia de sôldo do posto constante da patente de oficial honorário ou graduação militar que tiverem, pela tabela a que se refere este artigo.

§ 4.º As contribuições dos escreventes do Ministério da Guerra serão iguais a um dia de ordenado da tabela da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936.

Art. 2.º Os sargentos ajudantes e primeiros sargentos que se reformarem de acordo com o art. 1º da lei n. 390, de 6 de fevereiro de 1937, contribuirão com um dia de sôldo do posto de segundo tenente, mesmo que só tenham ficado com o sôldo deste posto.

Parágrafo único. O disposto neste artigo fica extensivo aos atuais sargentos ajudantes e primeiros sargentos reformados na vigência do decreto n. 20.371, de 3 de setembro de 1931.

Art. 3.º Os sub-tenentes ficam dispensados de pagamento da joia de que trata o art. 13 do decreto n. 22.837, de 17 de junho de 1933, não sendo restituídas as quantias já descontadas.

Art. 4.º As contribuições dos herdeiros serão reguladas pelos arts. 15, 16 e 17 do decreto n. 695, de 28 de agosto de 1890.

Art. 5.º As pensões de montepio dos herdeiros dos contribuintes serão sempre iguais a quinze vezes a quota mensal das contribuições, ou seja a metade do soldo das tabelas que serviram de base a estas contribuições.

Art. 6.º É permitida a acumulação de quaisquer pensões militares ou militares e civis até o limite de 900\$000.

Art. 7.º As pensões de montepio dos herdeiros dos militares que faleceram na vigência do art. 34 da lei n. 2.290, de 13 de dezembro de 1910, por força do qual contribuíram com um dia de soldo da tabela A, a que se refere o art. 1º da mesma lei e deixaram a metade do soldo da tabela constante do art. 5º da lei n. 1.473, de 9 de janeiro de 1906, serão revistas afim de ser o cálculo definitivo feito na base das tabelas por que foram realizados os descontos mensais (pensão igual a quinze vezes a quota de contribuição).

Esta revisão atingirá também as pensões concedidas de acordo com o art. 9º do decreto n. 108-A, de 20 de dezembro de 1889.

Nun e noutro caso, sem direito a pagamento de qualquer diferença anterior à presente lei.

Art. 8.º Para a percepção da pensão de montepio militar, os filhos adotivos passam a ser contemplados na segunda ordem dos herdeiros.

Art. 9.º Na segunda ordem dos herdeiros se incluem também os filhos de contribuintes desquitados, nascidos posteriormente à sentença passada em julgado.

Art. 10. Os herdeiros dos militares que tenham gozado do abono provisório, concedido pela lei n. 51, de 14 de maio de 1935, incorporado aos vencimentos militares pela lei n. 287, de 28 de outubro de 1936, poderão, a partir da data desta lei, gozar das pensões de montepio a que se refere o art. 5.º, desde que descontem as quotas de contribuição correspondentes ao posto que tinham seus maridos, pais, filhos ou irmãos, nos termos do n. 2 do art. 91 do decreto n. 18.712, de 25 de abril de 1929.

Art. 11. O disposto no art. 1.º do decreto n. 20.199, de 10 de julho de 1931, só poderá ser aplicado aos herdeiros de pensões militares, quando tais pensões somadas aos proventos da função ou cargo público exercido por esses herdeiros excedam de 650\$000, não devendo, entretanto, a redução fazer as vantagens descerem desse limite.

Art. 12. Continuam em vigor as leis, decretos e regulamentos que tratam de meio soldo, montepio, pensão especial e pensão por acidentes, bem como a lei n. 429, de abril de 1937, desde que não contrariem os dispositivos desta lei.

Art. 13. O processo de habilitação a que se referem os decretos ns. 24.312, de 30 de maio de 1934, e 24.685, de 12 de julho do mesmo ano, será regulamentado.

Art. 14. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 197 — DE 22 DE JANEIRO DE 1938

Regulamenta a inatividade dos militares do Exército e da Armada

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

TÍTULO I

Da inatividade dos militares do Exército e da Armada

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1.º Os militares do Exército e da Armada passam à situação de inatividade:

- a) Por agregação ao respectivo Quadro.
- b) Pela transferência para a Reserva.
- c) Pela reforma.
- d) Por demissão do serviço militar.
- e) Licenciamento, expulsão ou exclusão do serviço militar.

§ 1.º A situação de inatividade será declarada por decreto nos casos das letras *a*, *b*, *c*, e *d*, e não permitirá a reversão ao serviço ativo senão no caso da letra *a* ou por nulidade do ato de transferência em virtude de sentença judiciária.

§ 2.º A inatividade nos casos *a*, *b* e *c*, é remunerada, e nos casos *d* e *e*, sem remuneração.

TÍTULO II

Da inatividade remunerada

CAPÍTULO I

DA AGREGAÇÃO

Art. 2.º Os militares com vitaliciedade assegurada serão agregados aos respectivos quadros, pelos seguintes motivos:

- a) Por terem sido considerados inaptos para o serviço em inspeção de saúde, após um ano de moléstia continuada e curável.
- b) Por terem obtido licença para dedicar-se a trabalho na indústria particular.
- c) Por terem obtido licença maior de seis meses, para tratar de interesses particulares.
- d) Durante o cumprimento de sentença passada em julgado, maior de seis meses e menor de dois anos, excetuadas as praças de pret que serão, nesse caso, excluídas.
- e) Por terem sido considerados desertores ou extraviados.
- f) Por terem obtido licença para aceitar cargo público civil temporário de nomeação.
- g) Por estarem nas condições do artigo 13 e seus parágrafos do Decreto n. 24.287, de 24 de maio de 1934.

Art. 3.º Os militares serão agregados pelos motivos das letras *b*, *c* e *f*, do artigo anterior pelo prazo mínimo de seis meses.

Art. 4.º Os militares agregados não poderão ser promovidos nem contar antiguidade, exceto aqueles a que se refere o decreto número 24.287, de 24 de maio de 1934 e os compreendidos na letra *f*, do art. 2.º.

Parágrafo único. Readquire a antiguidade, entretanto, o que fôr absolvido, nos casos da letra *e*, do artigo 2.º.

Art. 5.º É lícito ao Governo reverter o militar agregado à atividade, em qualquer tempo, exceto nos casos das letras *a* e *d*, do artigo 2.º.

Art. 6.º A licença a que se referem as letras *b*, *c* e *f*, do artigo 2.º, só poderá ser concedida aos militares com mais de dez anos de serviço e se a licença não contrariar o interesse do serviço militar.

Art. 7.º Considera-se extraviado, para os efeitos deste Decreto-Lei, o militar que, no desempenho de qualquer serviço, em campanha ou em naufrágio, vier a desaparecer por mais de trinta dias.

Art. 8.º O militar agregado fica sujeito a todas as obrigações disciplinares, no que respeita às suas relações com os outros militares e autoridades civis.

Art. 9.º Os nomes dos militares agregados figurarão no *Almanak* ou Boletim do pessoal militar, logo após a relação dos do mesmo quadro e graduação, sob o título — “Agregados”.

Art. 10. Os militares agregados serão obrigados a se apresentar à maior autoridade do Exército ou da Armada, conforme o caso, do local onde permanecer mais de quarenta e oito horas ou quando dele se ausentar e bem assim quando fôr decretada mobilização, estado de guerra ou de emergência.

CAPITULO II

DA RESERVA REMUNERADA

Art. 11. A Reserva remunerada é constituída:

a) Pelos militares que completarem a idade limite para permanência no serviço ativo.

b) Pelos oficiais e sub-oficiais ou praças de pret que, com mais de vinte e cinco e vinte anos de serviço, respectivamente, solicitarem transferência para a Reserva.

c) pelos oficiais dos vários quadros da Marinha de Guerra que forem indicados para a transferência para a Reserva, para completar a quota anual de vagas obrigatórias nos quadros ativos;

d) pelos militares que forem transferidos para a Reserva em consequência de processo administrativo ou criminal;

e) pelos oficiais que aceitarem cargo eletivo, respeitadas as restrições do decreto-lei n. 24, de 29 de novembro de 1937;

f) pelos militares que forem julgados incapazes moral ou tecnicamente em processo regular, com exceção das praças de pret que serão, nesse caso, excluídas do serviço ativo;

g) pelos oficiais da Marinha de Guerra que não lograrem aprovação nas escolas que cursarem para preenchimento de cláusula de acesso, quando lhes couber a promoção por antiguidade;

h) pelas praças de pret da Armada, com mais de vinte e cinco anos de serviço, que incidirem nas disposições da letra g.

Art. 12. A transferência para a Reserva far-se-á sempre no mesmo posto ou graduação da atividade, ressalvada a exceção prevista no art. 32 e fica isenta de quaisquer selos ou emolumentos.

Art. 13. O militar que, reformado por invalidez, fôr julgado apto em inspeção de saúde, por junta superior de recurso, e não tiver excedido a idade limite para servir na Reserva, será para ela transferido.

Art. 14. A idade limite para permanência dos militares no serviço ativo a que se refere a letra a do art. 11, será:

I — Para os oficiais combatentes e para os médicos do Exército:

General de divisão ou vice-almirante	66	anos
General de brigada ou contra-almirante	63	anos
Coronel ou capitão de Mar e Guerra	60	anos
Tenente coronel ou capitão de fragata	58	anos
Major ou capitão de corveta	54	anos
Capitão ou capitão tenente	50	anos
Primeiro tenente	46	anos
Segundo tenente	43	anos

II — Para os oficiais dos demais quadros:

General de brigada ou contra-almirante	65	anos
Coronel ou capitão de Mar e Guerra	62	anos
Tenente coronel ou capitão de fragata	50	anos

Major ou capitão de corveta	56	anos
Capitão ou capitão tenente	52	anos
Primeiro tenente	48	anos
Segundo tenente	45	anos
Segundo-tenente mestre de música	54	anos

III — Para o sub-oficial da Armada e praças de pret do Exército e da Armada:

Sub-oficial da Armada.....	54	anos
Sub-tenente radiotelegrafista	50	anos
Sub-tenente	48	anos
Sargentos da Armada	50	anos
Sargentos do Exército.....	45	anos
Praças do Exército e da Armada	45	anos

§ 1.º São oficiais combatentes, no Exército, os das diversas armas; na Marinha os do Corpo da Armada, os da Aviação Naval e os do Corpo de Fuzileiros Navais.

§ 2.º Os oficiais do Exército, da arma da Aviação, serão transferidos para a categoria de extranumerários, ao atingirem, em cada posto, o limite de idade abaixo fixado:

Coronel	54	anos
Tenente coronel	52	anos
Major	48	anos
Capitão	45	anos
Primeiro tenente	42	anos
Segundo tenente	40	anos

CAPÍTULO III

DA REFORMA

Art. 15. A reforma dos militares do Exército e da Armada verificar-se-á:

- a) por invalidez definitiva;
- b) por incapacidade física declarada após um ano de agregação por moléstia curável;
- c) por sentença judiciária condenatória à reforma, passada em julgado;
- d) por ter atingido a idade limite para o serviço na Reserva.

§ 1.º A invalidez nos casos das letras *a* e *b* verificada com inspeção de saúde, poderá ser consequente de:

- a) moléstia ou ferimentos adquiridos em campanha ou moléstia deles proveniente;
- b) desastre ou acidente em serviço;
- c) moléstia adquirida, em tempo de paz, com relação de causa e efeito às condições inerantes ao serviço;
- d) moléstia contagiosa e incurável;
- e) moléstia não adquirida em serviço.

§ 2.º Os casos de que tratam as letras *a*, *b*, e *c*, do parágrafo anterior, serão provados por meio de inquérito sanitário de origem ou termo de acidente.

§ 3.º Os sargentos e praças com menos de dez anos de serviço que se invalidarem não terão direito à reforma, mas serão incluídos no Asilo de Inválidos da Pátria, se satisfizerem as condições estabelecidas no respectivo regulamento.

Art. 16. A reforma, por invalidez, isenta definitivamente o militar do serviço.

Art. 17. Em janeiro de cada ano o Departamento do Pessoal enviara ao ministro a relação do pessoal que houver atingido a idade limite para a permanência na Reserva, afim de ser reformado *ex-officio*.

§ 1.º As idades limites para a reforma compulsória dos militares serão:

Officiais generais	68	anos
Officiais superiores	66	anos
Capitães e officiais subalternos.	60	anos
Sub-officiais e sub-tenentes	58	anos
Sargentos e praças	55	anos

§ 2.º A reforma será isenta do pagamento de sêlo ou quaisquer emolumentos.

§ 3.º A reforma será sempre concedida no mesmo posto ou graduação.

TÍTULO III

Da inatividade não remunerada

CAPÍTULO I

DA DEMISSÃO DO SERVIÇO MILITAR

Art. 18. A demissão do serviço militar é facultada:

- a) Aos officiais com mais de cinco anos de serviço como official;
- b) Aos sub-officiais depois da conclusão do tempo de serviço a que se comprometeram a servir.

§ 1.º Antes do prazo acima só poderá ser concedida demissão voluntária, mediante indenização das despesas arbitradas para cada caso, pelo respectivo Ministério.

§ 2.º O militar demissionário reverterá à vida civil, com perda total das honras, vantagens e regalias do seu posto, ficando, entretanto, classificado como reservista.

Art. 19. A demissão será também aplicada *ex-officio* quando o militar fôr condenado por sentença passada em julgado:

- a) A pena de demissão;
- b) A qualquer pena maior de dois anos;
- c) A pena por crime contra a segurança do Estado.

CAPÍTULO II

DO LICENCIAMENTO, EXPULSÃO OU EXCLUSÃO DO SERVIÇO MILITAR

Art. 20. As praças do Exército ou da Armada, que concluírem o seu tempo de serviço e não fôrem engajadas, serão licenciadas do serviço militar.

Art. 21. As praças engajadas, do Exército ou da Armada, com mais de metade do tempo de serviço a que se obrigaram a cumprir, será facultado o licenciamento do serviço militar, quando requere-rem, desde que não haja prejuízo para o serviço ou não esteja iminente qualquer perturbação da ordem pública.

Art. 22. Serão expulsas ou excluídas as praças que, com qualquer tempo de serviço, incorrerem nas disposições dos regulamentos disciplinares na pena de exclusão ou expulsão do serviço militar.

Art. 23. Serão licenciadas do serviço militar, se o requererem, as praças que, depois de incorporadas, se tornarem arrimo de família.

TÍTULO IV

Do tempo de serviço computável para efeitos de transferência para a inatividade

Art. 24. O tempo de agregação não será computado como de serviço militar, excepto o de agregação, por deserção ou extravio, desde que seja absolvido do crime imputado, em última instância, ou por moléstia adquirida em serviço, ou ainda pelo motivo da letra *f* do artigo 2º, ressalvados também os casos previstos pelo decreto n. 24.287, de 24 de maio de 1934.

Art. 25. Não será computado como tempo de serviço:

- a) O passado nas Escolas Militares sem aproveitamento;
- b) O decorrido em ocupação estranha ao serviço dos Ministérios da Marinha ou da Guerra ou em serviços que não sejam explicitamente considerados pelo ministro como de natureza militar, ressalvados os casos previstos no decreto n. 24.287, de 24 de maio de 1934, e os da letra *f* do artigo 2º.
- c) O de aluno em academias ou escolas civis e colégios militares.

Art. 26. O tempo de serviço em campanha será computado pelo dôbro para efeitos de inatividade, entendendo-se como tal aquele em que fôr abonado o têrço de campanha.

Art. 27. O militar que desistir de gozar licença-prêmio a que tiver direito, incorporará ao seu tempo de serviço, para efeitos de inatividade, um período igual ao dôbro da referida licença.

Parágrafo único. De igual modo se procederá *ex-officio* com aqueles que fôrem transferidos para a inatividade sem ter gozado a referida licença.

Art. 28. O militar que incidir nas disposições que o obriguem à transferência para a inatividade e se achar em gôzo de licença de qualquer natureza, será transferido imediatamente, interrompendo a licença.

Parágrafo único. Quando estiver no gôzo de licença-prêmio, incorporará ao seu tempo de serviço o dôbro do período que deixar de gozar.

TÍTULO V

Das vantagens da inatividade

Art. 29. Os militares terão os seguintes vencimentos e vantagens quando:

- a) Agregados no caso da letra *a* do artigo 2º, os vencimentos de acôrdo com a lei sôbre licença por motivo de saúde;
- b) Agregados no caso da letra *d* do artigo 2º, o sôlido do seu posto;
- c) Agregados nos casos das letras *b*, *c*, *e* e *f* do mesmo artigo 2º — nada perceberão;
- d) Agregados de acôrdo com o decreto n. 24.287, de 24 de maio de 1934 — as vantagens referidas nesse decreto;
- e) Invalidados pelo disposto na letra *a* do § 1º do artigo 15, serão promovidos ao posto imediatamente superior e em seguida reformados, percebendo os vencimentos e vantagens dêsse posto;
- f) Invalidados pelo disposto na letra *b* do § 1º do artigo 15, serão reformados no mesmo posto, percebendo os seguintes vencimentos:

I) Podendo, ou não, angariar meios de subsistência: vencimentos e vantagens do posto ou graduação;

II) Não podendo angariar meios de subsistência e requerendo cuidados especiais: vencimentos e vantagens do posto e uma diária de alimentação.

g) invalidados pelo disposto na letra c do parágrafo 1º do artigo 15, serão reformados com os vencimentos e vantagens da atividade.

h) invalidados por moléstias contagiosas e incurável, serão reformados com os vencimentos da atividade.

i) invalidados pelo disposto na letra e do parágrafo 1º do artigo 15, serão reformados com tantas trigésimas partes dos vencimentos, quantos forem os anos de serviço.

Art. 30. Os militares reformados pelo disposto na letra c do artigo 15 perceberão tantas vigésimas quintas partes do soldo quantos forem os anos de serviço, não podendo entretanto exceder do soldo integral.

Art. 31. Os militares reformados pelo disposto na letra d do artigo 15 perceberão os mesmos vencimentos ou vantagens de que já estiverem em gozo na reserva.

Art. 32. Os militares transferidos para a Reserva remunerada perceberão tantas vigésimas quintas partes do soldo quantos forem os anos de serviço completos até vinte e cinco e mais tantas quotas de cinco por cento sobre o soldo, quantos forem os anos de serviço ou fração excedentes de vinte e cinco, ressalvados os sub-oficiais e praças que serão transferidos para a Reserva, com as honras, vencimentos e vantagens concedidas pela legislação anterior, referentes à reforma a pedido.

Parágrafo único. Os oficiais que contarem mais de trinta e cinco anos de serviço perceberão o soldo do posto imediatamente superior da hierarquia militar e mais cinco por cento sobre esse soldo por ano ou fração excedente de vinte e cinco.

Art. 33. Qualquer que seja a forma da inatividade os vencimentos e vantagens não poderão exceder o que fôr percebido pelo militar na ativa, excetuado o caso previsto nos artigos 1º e 2º do decreto n. 23.794, de 23 de janeiro de 1934.

Art. 34. Para efeitos do presente decreto-lei, entende-se como "vencimentos" o conjunto de soldo e gratificação de posto, sendo o "soldo" constituído por dois terços dos vencimentos.

Parágrafo único — Entende-se por "vantagens" tudo quanto fôr percebido, além dos vencimentos, pelo militar da ativa, e que não dependa da natureza ou espécie da comissão em que se encontre.

Art. 35. Os militares mortos em consequência de ferimentos ou moléstias adquiridas em campanha, serão considerados reformados no posto imediatamente superior.

Parágrafo único. Os atuais segundos-tenentes convocados do Exército que falecerem em consequência do disposto no presente artigo, serão considerados reformados no posto de segundo-tenente.

Art. 36. Aos herdeiros dos militares, falecidos nas condições do artigo anterior, será concedida uma pensão, igual aos vencimentos do posto que tinham em vida, consideradas as praças como engajadas.

§ 1º. Aos herdeiros dos militares falecidos em consequência de acidente em ato de serviço, será concedida uma pensão, igual a dois terços da prevista no presente artigo, se maiores vantagens não tiverem.

§ 2º. Para os efeitos desta disposição são considerados herdeiros os que a legislação em vigor define como tais para percepção do montepio, com os mesmos direitos de preferência à reversão.

Art. 37. O militar reformado ou transferido para a Reserva não poderá mais reverter ao quadro ativo.

Art. 38. O militar agregado reverterá ao serviço ativo logo cesse o motivo que determinou a sua agregação ou no caso do artigo 5°.

Parágrafo único. O militar que reverter à atividade, ficará adido ao seu quadro, sem número, e homólogo ao que se lhe seguir em antiguidade, devendo entrar na escala na primeira vaga que se verificar no seu quadro e posto.

Art. 39. O militar adido, na forma do artigo anterior, tem os mesmos direitos, vencimentos, vantagens e obrigações dos que estiverem no quadro ativo.

Art. 40. O militar ao terminar a sua agregação deverá apresentar-se, à sua própria custa, ao Departamento do Pessoal, na sede do respectivo ministério ou à autoridade militar do local em que se achar, quando autorizado pelo ministro, por conveniência do serviço.

Art. 41. O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua sanção.

Art. 42. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 22 de janeiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS

Eurico Gaspar Dutra

Henrique Aristides Guilhem

DECRETO-LEI N. 198 — DE 25 DE JANEIRO DE 1938

Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a celebrar contrato para o serviço de navegação nos rios Mamoré e Guaporé, no Estado de Mato Grosso.

O Presidente da República:

Usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Viação e Obras Públicas autorizado a contratar, mediante concorrência pública, o serviço de navegação nos rios Mamoré e Guaporé, no Estado de Mato Grosso, mediante as seguintes condições, além das constantes dos arts. 2.º e 4.º da lei n. 107, de 26 de outubro de 1935:

- a) o prazo do contrato será de dez anos;
- b) haverá duas viagens redondas, por mês, entre os referidos portos, podendo, entretanto, uma delas, a juízo do Governo, ser entre Guarajá-Mirim e o forte do Príncipe da Beira, no rio Guaporé;
- c) a subvenção anual não será superior a 300:000\$000.

Art. 2.º Fica igualmente o mesmo Ministério autorizado a prorrogar o prazo do atual contrato até a celebração do novo contrato.

Art. 3.º O pagamento da subvenção correrá anualmente pela dotação para esse fim constante da lei orçamentária, sendo a mesma calculada por milha realmente navegada.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 199, DE 25 DE JANEIRO DE 1938

Providencia quanto ao pagamento dos vencimentos do pessoal da extinta Justiça Eleitoral

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal,

Decreta:

Art. 1.º O pagamento dos vencimentos do pessoal da extinta Justiça Eleitoral, posto em disponibilidade pelo Decreto-Lei n. 63, de 13 de dezembro findo, será atendido pela dotação de cinco mil contos de réis (5.000:000\$000), da sub-consignação n. 14 — Disponibilidade, nos termos do art. 182 da Constituição Federal — do n. III do — Pessoal — da verba n. 1 do anexo 4 do art. 3.º, do Decreto-Lei n. 107, de 27 do referido mês de dezembro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 200 — DE 25 DE JANEIRO DE 1938

Regula a praticagem individual nas localidades do domínio marítimo, fluvial ou lacustre da União

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A praticagem individual nas localidades do domínio marítimo, fluvial ou lacustre da União só será permitida onde não houver associação de praticagem organizada na forma da legislação em vigor.

Art. 2.º São declarados sem efeito quaisquer ordens, atos ou decisões permitindo ou mandando permitir a praticagem individual fóra dos casos previstos no art. 1.º.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 201, DE 25 DE JANEIRO DE 1938

Estabelece medidas concernentes à ação fiscalizadora do Departamento Nacional do Café sobre o trânsito, comércio e exportação do café, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e,

Considerando que, restabelecido o regime da concorrência para os negócios do café e da relativa liberdade de comércio, ainda assim devem subsistir as medidas asseguradoras da defesa desse gênero de produção nacional;

Considerando que tais medidas devem compreender o trânsito, o comércio e a exportação, do produto, visando o cumprimento das leis e regulamentos em vigor, e impedindo o contrabando na exportação do café;

Considerando a necessidade de coibir as infrações aos princípios disciplinadores do escoamento das safras e aos que instituem a entrega de Quotas de Equilíbrio ao Departamento Nacional do Café, com o objetivo de manter o equilíbrio estatístico;

Considerando a vantagem que decorre da sistematização das normas relativas às penalidades e às formas processuais aplicáveis, decreta:

Art. 1.º As infrações ao que dispõe o decreto-lei n. 51, de 8 de dezembro de 1937, sobre trânsito, comércio e exportação de café, serão aplicadas as mesmas penas previstas nos arts. 2.º e 3.º do decreto n. 19.318, de 27 de agosto de 1930, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

Art. 2.º A ação fiscalizadora do Departamento Nacional do Café mencionadamente a que se refere à repressão às fraudes e adulteração na produção, transporte, comércio e consumo do café brasileiro, exercer-se-á em qualquer ponto do território da República onde possam ocorrer irregularidades ou infrações à legislação em vigor.

Art. 3.º A exportação do café de produção nacional para o estrangeiro só poderá ser feita pelos portos e pontos do território nacional estabelecidos pelo Departamento Nacional do Café.

Parágrafo único. É equiparada ao crime de contrabando a exportação da mercadoria, realizada em desacôrdo com a determinação deste artigo, ficando sujeitos, além da apreensão e inutilização do café, à multa de 10\$000 (dez mil réis) por saca de 60 (sessenta) quilos, e ao dobro no caso de reincidência, os que direta ou indiretamente, intervierem na operação, sem prejuízo das penalidades previstas na legislação penal.

Art. 4.º As disposições do parágrafo anterior são igualmente aplicáveis aos infratores dos regulamentos de embarque expedidos pelo Departamento Nacional do Café, na parte relativa à entrega de Quotas de Equilíbrio.

Art. 5.º As multas e penalidades previstas nos Regulamentos de Embarque do Departamento Nacional do Café e nas suas Resoluções, bem como as estabelecidas no presente decreto-lei e no decreto n. 19.318, de 27 de agosto de 1930, serão impostas pelo presidente do mesmo Departamento. O produto dessas multas será recolhido ao Tesouro Nacional, constituindo renda eventual da União.

Art. 6.º As infrações, apreensões e imposições de multas mencionadas neste decreto-lei serão processadas mediante autos lavrados por funcionário do Departamento Nacional do Café, que os assinará com o infrator ou seu representante legal e duas testemunhas.

§ 1.º Nos autos serão consignados o dia, hora e local da diligência, os nomes dos remitentes e dos consignatários da mercadoria ou de seus proprietários, bem como os necessários característicos que a identifiquem. Dever-se-á também fazer menção à ausência do infrator ou de seu representante legal, ou à recusa de qualquer deles em assinar o auto.

§ 2.º Após a diligência a autoridade processante intimará, por carta, entregue em protocolo ou registrada pelo Correio, o infrator ou seu representante legal a apresentar no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de revelia, a sua defesa escrita.

Art. 7.º A cobrança judicial das multas processar-se-á por intermédio do Juízo dos Feitos da Fazenda Pública, na forma da legislação em vigor para as dívidas ativas da União Federal.

Art. 8.º Das decisões proferidas em autos de infração pelo presidente do Departamento Nacional do Café caberá recurso voluntário para o ministro da Fazenda, dentro do prazo de 5 (cinco) dias, contados da data da publicação das mesmas decisões nos órgãos oficiais da União ou dos Estados.

Parágrafo único. Tratando de decisão em que haja imposição de multa, esse recurso só poderá ser interposto quando precedido do depósito em dinheiro, nos cofres do Tesouro Nacional, da importância correspondente a essa multa.

Art. 9.º As decisões condenatórias que passarem em julgado serão registradas no Departamento Nacional do Café, em livro próprio, constituindo as certidões extraídas desses registros títulos de dívida líquida e certa, com a virtualidade indispensável para o ingresso em Juízo, na forma da legislação vigente para a cobrança das dívidas ativas da União Federal.

Art. 10. A inutilização dos cafés apreendidos será feita pela forma estabelecida pelo Departamento Nacional do Café.

Art. 11. Para a fiscalização do transporte do café, fica o Departamento Nacional do Café autorizado a requisitar das autoridades competentes as providências que se tornarem necessárias, sem prejuízo das que competem às empresas de transportes, na forma de seus regulamentos.

Parágrafo único. Fica ressalvada a competência das autoridades sanitárias sobre a fiscalização do produto, em grão ou em pó, exposto ao consumo público, nos termos do decreto n. 19.605, de 15 de janeiro de 1934.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS

Arthur de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 202 — DE 25 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 300:000\$000 para subvencionar a instituição "Obra de Assistência a Mendigos e Menores Desamparados do Rio de Janeiro"

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de trezentos contos de réis (300:000\$000) destinado a subvencionar a instituição "Obra de Assistência a Mendigos e Menores Desamparados do Rio de Janeiro", com sede nesta Capital, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 203 — DE 25 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 646:390\$000, para execução do Estatuto Jurídico da fronteira com o Uruguai

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de seiscentos e quarenta e seis contos trezentos e noventa mil réis (646:390\$000), para custeio dos trabalhos iniciais exigidos pela execução do Convênio para a fixação do Estatuto Jurídico da Fronteira Brasil-Uruguai, firmado em Montevideu, em 20 de dezembro de 1935, regulando as relações de boa vizinhança nas imediações da linha divisória dos dois países, discriminadas as despesas da seguinte forma:

a) — Pessoal extranumerário	150:600\$000
b) — Serviços e encargos	495:790\$000
	<u>646:390\$000</u>

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 1938, 116ª da Independência e 49ª da República.

GETULIO VARGAS.

Mario de Pimentel Brandão.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 204 — DE 25 DE JANEIRO DE 1938

Dispõe sobre os serviços do pessoal nos Ministérios e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º Haverá em cada Ministério um órgão incumbido da coordenação sistemática dos assuntos relativos aos funcionários públicos civis e aos extranumerários, bem como da execução e fiscalização das medidas de caráter administrativo, econômico e financeiro que a seu respeito forem adotadas.

Art. 2.º O órgão a que se refere o artigo anterior denominar-se-á:

a) "Divisão do Pessoal Civil", subordinada ao Departamento do Pessoal do Exército e à Diretoria do Pessoal da Armada, nos Ministérios da Guerra e da Marinha;

b) "Serviço do Pessoal", nos demais Ministérios.

Parágrafo único. Além dos órgãos enumerados nas alíneas *a* e *b*, haverá serviços de pessoal para atender a determinadas regiões ou repartições, segundo as necessidades da administração.

Art. 3.º Os órgãos a que se referem as alíneas *a* e *b* do art. 2.º serão articulados com a Comissão de Eficiência, e com o departamento administrativo previsto no art. 67 da Constituição.

Art. 4.º Fica criado um Serviço do Pessoal no Ministério da Agricultura e outro no Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 5.º A atual Diretoria do Expediente e Contabilidade do Ministério da Agricultura passa a denominar-se Diretoria da Contabilidade.

Parágrafo único. Fica criado no Quadro Único do Ministério da Agricultura um cargo de diretor, em comissão, padrão N (Diretor do Pessoal).

Art. 6.º A atual Diretoria de Expediente e do Pessoal do Ministério da Fazenda passa a denominar-se "Serviço do Pessoal".

Art. 7.º A Diretoria da Justiça e a Diretoria do Interior do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ficam fundidas, constituindo a "Diretoria da Justiça e do Interior".

Parágrafo único. O cargo de diretor de uma das Diretorias acima mencionadas fica transformado no de diretor, em comissão, padrão N, do Quadro I do referido Ministério (Diretor do Pessoal).

Art. 8.º A Diretoria Geral de Expediente do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio passa a denominar-se "Serviço do Pessoal".

Art. 9.º A Diretoria Geral de Expediente do Ministério da Viação e Obras Públicas passa a denominar-se "Serviço do Pessoal".

Art. 10. A Diretoria do Pessoal do Ministério da Educação e Saúde passa a denominar-se "Serviço do Pessoal".

Art. 11. O regimento a ser expedido pelo Presidente da República fixará as atribuições e as normas da "Divisão do Pessoal Civil" dos Ministérios da Guerra e da Marinha e do "Serviço do Pessoal" dos demais Ministérios.

Parágrafo único. Os encargos das Diretorias ora transformadas e que não constarem do regimento dos serviços de pessoal serão distribuídos por outros órgãos do Ministério.

Art. 12. O regimento dos serviços do pessoal dos Ministérios será observado pelos serviços regionais, no que lhes for aplicável.

Art. 13. Para uniformidade na execução dos trabalhos, serão adotados modelos padronizados de fichas, livros, impressos, folhas de pagamento e outros relativos a pessoal.

Art. 14. Serão distribuídos pelos diferentes Serviços criados e transformados os funcionários e extranumerários atualmente lotados nas repartições referidas na presente lei.

Art. 15. Os funcionários designados para chefiar as secções dos serviços do pessoal terão, cada um, a gratificação de função anual de 4:800\$000, para os serviços dos Ministérios, e 2:400\$000 para os das regiões ou repartições.

Art. 16. O departamento administrativo, previsto no art. 67 da Constituição, orientará a organização dos serviços do pessoal, de maneira a emprestar-lhes a imprescindível uniformidade.

Art. 17. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 18. Ficam expressamente revogados os dispositivos legais e regulamentares que contrariem a presente lei.

Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Mario de Pimentel Brandão.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falcão.

Do mês de.....de 19.....

/ /

Local de trabalho

OBSERVAÇÕES: _____

Visto do chefe de serviço

Quando houver retificações ou complementos ao boletim de freqüência de mês anterior, o nome do funcionário deverá figurar em duas linhas consecutivas, sendo a primeira para comunicação normal do mês a que se referir o boletim e a segunda para as retificações ou complementos, anotando-se na coluna "observações" o mês a que se referirem.

FICHA FINANCEIRA INDIVIDUAL

Nome.....		Límite de averbação				28 dias		30 dias		31 dias		Dif. vencimentos		28 dias		30 dias		31 dias	
Cargo ou carreira.....				Venc.															
Padrão ou classe:..... Código:.....		%		\$		Adic.						Grat. função							
		%		\$															

19.....	Vencimentos		Imp. aditiva		Dif. de venci		Licença		Grat. função		Zona insalubre		Exer. leprozário		Diária viagem		Extraordinário		N.º de faltas	Frequência	
	Folha	Importância	Folha	Importância	Folha	Importância	Folha	Importância	Folha	Importância	Folha	Importância	Folha	Importância	Folha	Importância	Folha	Importância		Adt.	Geral
Janeiro.....																					
Fevereiro.....																					
Março.....																					
Abril.....																					
Mai.....																					
Junho.....																					
Julho.....																					
Agosto.....																					
Setembro.....																					
Outubro.....																					
Novembro.....																					
Dezembro.....																					
TOTAL.....																					

OBSERVAÇÕES:

Matrícula Nome.....

Formato 0,28 x 0,52

19.....

19.....

FINANCEIRA

DECRETO-LEI N. 205 — DE 26 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 14:802\$700, para pagamento de indenização a Manuel Carbonsini

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de quatorze contos, oitocentos e dois mil e setecentos réis (14:802\$700), para atender ao pagamento da indenização devida ao Sr. Manuel Carbonsini, em virtude das avarias causadas em auto-ônibus de sua propriedade pela locomotiva n. 551 da Estrada de Ferro Central do Brasil, no acidente ocorrido em 27 de maio de 1932, na cidade de Carlos de Campos, Estado de São Paulo.

Rio de Janeiro 26 de janeiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 206 — DE 26 DE JANEIRO DE 1938

Concede franquia postal e telegráfica para a correspondência do Banco do Brasil relativa aos serviços do ouro e à Fiscalização Bancária

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal,

Decreta :

Artigo único. Fica concedida franquia postal e telegráfica para a correspondência expedida pelo Banco do Brasil e suas agências, relativa aos serviços do ouro e à Fiscalização Bancária.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 207 — DE 26 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 24:000\$000 para pagamento de gratificações, em virtude do decreto n. 23.546, de 1933

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta :

Artigo único. Fica aberto pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de vinte e quatro contos de réis (24:000\$000).

para atender ao pagamento da gratificação devida aos membros das comissões designadas, em 1935, para procederem às verificações de que trata o Art. 10, § 1º do decreto n. 23.546, de 5 de dezembro de 1933, nas Faculdades de Direito, de Farmácia e Odontologia de Pelotas e nas Escolas de Farmácia e Odontologia de Ubá e Araraquara

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1937, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 208 — DE 26 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 25:935\$000, para pagamento de vencimentos ao bacharel Antônio Faustino Nascimento

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto na lei n. 386, de 26 de janeiro de 1937, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito especial de vinte e cinco contos novecentos e trinta e cinco mil réis (25:935\$000), para atender ao pagamento dos vencimentos que competem ao primeiro suplente do extinto Juiz dos Feitos da Fazenda Municipal, bacharel Antônio Faustino Nascimento, no período de 1º de janeiro a 15 de novembro de 1937.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1938, 115º da Independência e 49º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 209 — DE 26 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 11:425\$800 para pagamento ao professor catedrático Dr. Luís Sebastião Guedes Alcoforado

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de onze contos, quatrocentos e vinte e cinco mil e oitocentos réis (11:425\$800) para atender ao pagamento dos vencimentos do professor catedrático da Faculdade de Direito do Recife, Dr. Luís Sebastião Guedes Alcoforado, no período de 2 de ago-

to a 31 de dezembro de 1937, pela regência da cadeira de "Ciência das Finanças".

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 210 — DE 26 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 54:376\$000 para pagamento de vencimentos relativos a exercícios passados

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta :

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de cincoenta e quatro contos, trezentos e setenta e seis mil réis (54:376\$000), para ocorrer ao pagamento de vencimentos dos seguintes funcionários :

João Francisco de Lacerda Coutinho — Ex. de 1928	400\$0
Dr. Francisco de Mendonça — Ex. de 1932-35	23:100\$0
Aquiles de Meira Lima — Ex. de 1932-36	25:476\$0
Dr. Emílio Diniz da Silva — Ex. de 1934	5:400\$0
	<hr/>
	54:576\$0

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 211 — DE 26 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 6:580\$000, para pagamento de indenização por acidente de trabalho

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta :

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de seis contos, quinhentos e oitenta mil réis (6:580\$000), afim de atender ao pagamento da indenização devida aos herdeiros do operário da Comissão de Estradas de Rodagem

Paraná-Santa Catarina, Sebastião Silvestre de Castro, falecido em consequência de acidente ocorrido na rodovia Curitiba-Ribeira.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 212 — DE 26 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 114:100\$000 para pagamento a fiscais regionais e de exame, relativo aos exercícios de 1933 a 1935

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de cento e quatorze contos e cem mil réis (114:100\$000) para ocorrer ao pagamento de gratificações a fiscais regionais de exame da Inspeção Geral do Ensino Comercial, nos exercícios de 1933 a 1935.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 213 — DE 26 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de réis 136:000\$, para pagamento de indenização devida à Prefeitura do Distrito Federal

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de cento e trinta e seis contos de réis (136:000\$), para indenizar à Prefeitura do Distrito Federal os prejuízos causados ao edifício e mobiliário do Conselho Municipal, durante a sua ocupação por aquela Secretaria de Estado, sendo:

a) de utensílios inutilizados.....	6:000\$000
b) de móveis, tapeçarias e cortinas deterioradas.....	110:000\$000
c) de estragos no edifício.....	20:000\$000
	<hr/>
	136:000\$000

Art. 2.º A liquidação desses compromissos da União far-se-á por encontro de contas com a Prefeitura do Distrito Federal, isto é, creditando-se na conta desta última com o Tesouro Nacional a importância de 136:000\$ a que se refere o presente decreto-lei.

Art. 3.º O crédito ora aberto será distribuído ao Tesouro Nacional, para os fins de classificação da despesa e respectiva escrituração na Contadoria Central da República.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 214 — DE 26 DE JANEIRO DE 1938

Prorroga, até 31 de dezembro de 1938, o prazo a que se refere a lei n. 24, de 13 de fevereiro de 1935

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal,

Decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado, até 31 de dezembro de 1938, o regime a que se refere a lei n. 24, de 13 de fevereiro de 1935, que regula a concessão de ajudas de custo aos membros do Corpo Diplomático e do Consular.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Mario de Pimentel Brandão.

DECRETO-LEI N. 215 — DE 26 DE JANEIRO DE 1938

Aprova o Acordo Internacional sobre a regulamentação da produção e do comércio do açúcar e Protocolo anexo, firmados em Londres a 6 de maio de 1937

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do art. 180 da Constituição da República,

Resolve aprovar o Acordo Internacional sobre a regulamentação da produção e do comércio do açúcar e Protocolo anexo, firmados em Londres a 6 de maio de 1937.

Rio de Janeiro, em 26 de janeiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Mario de Pimentel Brandão.

DECRETO-LEI N. 216 — DE 25 DE JANEIRO DE 1938

Aprova cinco atos internacionais, assinados em Buenos Aires, em 23 de dezembro de 1936, por ocasião da Conferência Inter-americana de Consolidação da Paz

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do art. 180 da Constituição da República,

Resolve aprovar os seguintes atos internacionais, assinados em Buenos Aires, em 23 de dezembro de 1936, por ocasião da Conferência Inter-americana de Consolidação da Paz:

- a) convenção para promover as relações culturais inter-americanas;
- b) convenção sobre intercâmbio de publicações;
- c) convenção sobre facilidades para exposições artísticas;
- d) convenção sobre orientação pacífica do ensino;
- e) convenção sobre facilidades aos filmes educativos ou de propaganda.

Rio de Janeiro, em 26 de janeiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Mário de Pimentel Brandão.

DECRETO-LEI N. 217 — DE 26 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 933\$400 para pagamento a Lafayette Pereira da Silva

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de novecentos e trinta e tres mil e quatrocentos réis (933\$400), para atender ao pagamento de vencimentos a que fez jus Lafayette Pereira da Silva, como chefe de Cultura do Campo de Sementes de Sete Lagoas, no período de 1 de março a 10 de abril de 1933.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 218 — DE 26 DE JANEIRO DE 1938

Muda o nome do Instituto Nacional de Estatística e o do Conselho Brasileiro de Geografia

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição da República:

Atendendo à estrutura definitiva com que ficou o Instituto Nacional de Estatística, *ex-vi*, dos decretos ns. 24.609, de 6 de julho de 1934, 1.200, de 17 de novembro de 1936 e 1.527, de 24 de março de 1937;

Considerando o que propuseram o Conselho Nacional de Estatística e o Conselho Brasileiro de Geografia, respectivamente, pelas resoluções ns. 31 e 6, de 10 e 13 de julho de 1937;

Considerando, ainda, a conveniência de uniformidade na designação dos órgãos deliberativos do Instituto;

Decreta:

Art. 1.º O Instituto Nacional de Estatística passa a denominar-se Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ficando ambos os seus órgãos colegiais de direção — o de Geografia e o de Estatística — com a denominação de “Conselho Nacional”.

Art. 2.º Ao secretário geral do Conselho Nacional de Geografia será extensivo, a partir de 1 de janeiro do corrente ano, o disposto no parágrafo único do art. 12 do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, relativamente ao secretário geral do antigo Instituto Nacional de Estatística.

Art. 3.º A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Eurico G. Dutra

Henrique A. Guilhem.

Fernando Costa.

Mario de Pimentel Brandão.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 219 — DE 27 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 70.000:000\$, para pagamento de sentença arbitral

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de setenta mil contos de réis (70.000:000\$), afim de atender

aos pagamentos decorrentes da execução da sentença proferida por Juízo Arbitral nos autos do processo sobre a situação da Companhia Nacional de Navegação Costeira e Empresas Anexas perante o Governo da União.

Art. 2.º O crédito a que se refere o presente decreto-lei será distribuído ao Tesouro Nacional, processados os pagamentos mediante prévio parecer da Comissão Executiva do Laudo Arbitral.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 220 — DE 27 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o credito especial de 4.995:171\$800, para desapropriação de imóveis necessários a ampliação da estação D. Pedro II.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de quatro mil novecentos e noventa e cinco contos cento e setenta e um mil e oitocentos réis (4.955:171\$800) destinado a ocorrer ao pagamento devido aos proprietários dos imóveis desapropriados, na conformidade do decreto n. 1.791, de 9 de julho de 1937, para execução do plano de ampliação da nova estação D. Pedro II, da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 221 — DE 27 DE JANEIRO DE 1938

Concede isenções aos bonus emitidos pelos Banco do Brasil para financiamento das operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que o Governo deve contribuir para a facilidade e desenvolvimento das operações de crédito agrícola e industrial,

Art. 1.º Ficam isentos de quaisquer impostos, taxas de selos, contribuições ou outras tributações federais, estaduais ou municipais os bonus que o Banco do Brasil emitir para financiamento da

agricultura, criação e outras indústrias, na conformidade do art. 4º da lei n. 454, de 9 de julho de 1937.

Art. 2.º As custas e emolumentos de tabeliães, escrivães, oficiais de registros, hipotecas e protestos em que incidam ou venham a incidir todos e quaisquer documentos relativos a operações que forem efetuadas por intermédio da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial serão cobrados pela metade dos respectivos regimentos.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 222 — DE 27 DE JANEIRO DE 1938

Autoriza a aquisição de quatro lotes de terras contíguos ao atual quartel do 9º regimento de artilharia montada

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Guerra autorizado a adquirir para a União, afim de ampliar o quartel do 9º regimento de artilharia montada, em Curitiba, quatro lotes de terra, contíguos ao atual quartel e com frente para a rua Brigadeiro Franco.

Art. 2.º As despesas com a aquisição, na importância de setenta e seis contos e duzentos mil réis (76:200\$000) correrão por conta dos saldos recolhidos à Caixa Geral de Economias da Guerra.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 223 — DE 27 DE JANEIRO DE 1938

Aposenta com vantagens integrais o diretor da Secretaria de Estado da Guerra

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. É aposentado, compulsoriamente, no cargo de diretor da Secretaria de Estado da Guerra, o coronel honorário do Exército Laurenio Lago, visto ter atingido a idade prevista no art. 156, letra d, da Constituição, percebendo todas as vantagens pecuniárias em cujo gozo se acha, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 224 — DE 28 DE JANEIRO DE 1938

Revoga os decretos ns. 989, de 27 de julho de 1936, e 1.007, de 4 de agosto do mesmo ano

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e,

Considerando ultimada a finalidade da Comissão Reguladora do Tabelamento, cujas funções devem ser substituídas por severa repressão às fraudes e falsificações e rigorosa fiscalização da exatidão de pesos e medidas, através as repartições competentes, decreta:

Artigo único. Ficam revogados os decretos ns. 989, de 27 de julho de 1936, e 1.007, de 4 de agosto de 1936.

Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 225 — DE 29 DE JANEIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 7:753\$300, para pagamento a Aristófanes Monteiro de Barros de Barbosa Lima

O Presidente da República, tendo em vista a autorização contida na lei n. 562, de 29 de outubro de 1937, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de sete contos setecentos e cinquenta e tres mil, trezentos réis (7:753\$300), destinado a ocorrer ao pagamento da gratificação adicional de 20 % sobre os vencimentos, a que tem direito Aristófanes Monteiro de Barros de Barbosa Lima, correspondente ao período de 27 de julho de 1932 a 31 de dezembro de 1936.

Rio de Janeiro, 29 de janeiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Campos

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 226 — NÃO FOI PUBLICADO.

DECRETO-LEI N. 227 — DE 1 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 11.000:000\$000 para transformação e adaptação das linhas Auxiliar, Rio d'Ouro e Terezópolis

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de onze mil contos de réis (11.000:000\$000)

destinado a atender às despesas com as obras de transformação e adaptação das linhas Auxiliar, Rio d'Ouro e Terezópolis, para o aproveitamento dos carros e locomotivas que ficam disponíveis com o tráfego eletrificado da bitola larga.

Rio de Janeiro, 1 de fevereiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 228 — DE 1° DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 3.000:000\$000 para pagamento e regularização de despesas efetuadas com o preparo das eleições que se realizariam a 3 de janeiro de 1938

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de tres mil contos de réis (3.000:000\$), destinado a atender ao pagamento e regularização das despesas efetuadas com o preparo das eleições que se realizariam a 3 de janeiro de 1938.

Art. 2.º O crédito a que se refere o artigo anterior, compreendendo "Serviços e Encargos", será distribuído ao Tesouro Nacional e terá a seguinte aplicação:

a) quinhentos contos de réis (500:000\$000), no pagamento de despesas que forem requisitadas pelo Ministro da Justiça;

b) dois mil e quinhentos contos de réis (2.500:000\$000), na classificação e regularização das despesas realizadas à conta do adiantamento de igual quantia, feito ao Ministério da Justiça, à vista do processo de comprovação das mesmas, devidamente aprovado pelo respectivo titular.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1° de fevereiro de 1938, 117° da Independência, e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 229 — DE 1º DE FEVEREIRO DE 1938

Faz diversas alterações no orçamento da despesa do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o exercício de 1938, na parte relativa ao Departamento Nacional de Estrada de Rodagem

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e, tendo em vista a exposição que lhe foi feita pelo ministro de Estado da Viação e Obras Públicas.

Decreta:

Art. 1.º — Fazam-se as seguintes alterações no anexo 8 (Ministério da Viação e Obras Públicas), do orçamento da despesa para o exercício de 1938, mantido o total das verbas:

Verba 2ª — Material de consumo:

Sub-consignação 8 — Matérias primas, produtos manufaturados, etc., item 18, aumentada de 800:000\$000 para 2.000:000\$000;

Sub-consignação 9 — Combustível, explosivos, lubrificantes, etc., item 18, aumentada de 800:000\$000 para 2.000:000\$000;

Diversas despesas:

Sub-consignação 19 — Estivas, capatazias, armazenagens, etc., item 16, aumentada de 100:000\$000 para 850:000\$000.

Verba 5ª — Obras, melhoramentos, aparelhamentos e equipamentos:

VI — Estradas de Rodagem — Sub-consignação 13 — Construção de Estradas de Rodagem, prosseguimento de obras e estudos, item 01 — Construção da Estrada Arêas-Caxambu, reduzida de réis 7.000:000\$000 para 4.800:000\$000;

Item 02 — Construção da Estrada Rio-Baía, reduzida de réis 6.000:000\$ para 4.050:000\$000;

Item 03 — Prosseguimento dos estudos da Estrada Rio-Baía, reduzida de 500:000\$000 para 350:000\$000;

Item 04 — Prosseguimento de estudos da Estrada Rio-São Paulo (Curitiba-Porto Alegre), reduzida de 500:000\$000 para 250:000\$000;

Item 05 — Para prosseguimento dos trabalhos de construção da Rodovia Porto Velho-Presidente Pena, reduzida de 1.000:000\$000 para 500:000\$000;

Item 06 — Prosseguimento da Estrada Bagé-Aceguá, substituído pela conclusão da estrada para o Aeroporto Bartolomeu de Gusmão e para tratamento superficial asfáltico da Estrada União e Indústria (Areal Paraibuna), com a dotação de 1.900:000\$000.

Art. 2.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1º de fevereiro de 1938. 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 230, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 150:000\$000, para a 1ª Exposição Filatélica Internacional e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica oficializada a 1ª Exposição Filatélica Internacional a realizar-se na cidade do Rio de Janeiro, no mês de junho de 1938, sob o patrocínio do Clube Filatélico do Brasil.

Art. 2.º O Ministério da Viação e Obras Públicas, por intermédio do Departamento dos Correios e Telégrafos, providenciará uma emissão de 200.000 séries ou blocos de selos comemorativos desse certame, num valor total de duzentos contos de réis (200:000\$000).

Art. 3.º Fica berto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de cento e cinquenta contos de réis (150:000\$000), destinado a atender às despesas de propaganda dentro e fóra do País, preparo e realização da mencionada exposição e pagamento da emissão do selo.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será distribuído ao Tesouro Nacional e aplicado mediante requisições expedidas pelo Ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 231, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 99:277\$100, para pagamento de gratificação a funcionários do Tribunal de Contas.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de noventa e nove contos, duzentos e setenta e sete mil e cem réis (Rs. 99:277\$100), para ocorrer a despêsas do "Pessoal" com o pagamento de gratificação de função devida aos funcionários do Tribunal de Contas que serviram em comissão, como delegados e auxiliares das delegações do referido Instituto, junto aos ministérios e repartições pagadoras do Distrito Federal no período de 1935 a 1936.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 232 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 10:000\$000, para aquisição de uma pedreira situada no ramal de Ouro Preto

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de 10:000\$000 (dez contos de réis), subordinado ao título "Material" e destinado à aquisição, pela Estrada de Ferro Central do Brasil, da pedreira situada no quilômetro 614,600 do ramal de Ouro Preto e de propriedade do Sr. José Eustáquio de Oliveira.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 233 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 44:021\$600, para pagamento de dívidas relacionadas

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de quarenta e quatro contos vinte e um mil e seiscentos réis (44:021\$600), para atender ao pagamento de dívidas de exercícios anteriores — Dívida Flutuante, — relacionadas no processo do Tesouro Nacional, n. 49.327-37.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1938, 116° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 234, DE 2 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 2.000:000\$, para aparelhamento da Estrada de Ferro Tocantins.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal:

Decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de dois mil contos de réis (2.000:000\$),

subordinado ao título "Obras, Melhoramentos, Aparelhamentos e Equipamentos" e destinado a atender às despesas com o completo aproveitamento das possibilidades da Estrada de Ferro Tocantins, a saber: prolongamento da mencionada estrada até Jatobal, aparelhamento do pôrto dessa cidade com trapiche para atracação de motores e armazens para mercadorias, e melhoramento da linha em tráfego e material rodante.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 235 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1938

Remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e atendendo à necessidade de definir a competência dos Ministerios da Marinha e da Viação e Obras Públicas quanto à promoção de remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados; decreta:

Art. 1.º A promoção das providências necessárias à remoção de embarcações naufragadas ou encalhadas e de cascos abandonados, observadas as normas disciplinadas pela legislação vigente, compete:

a) ao Ministério da Viação e Obras Públicas, representado pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, nos trechos dos portos organizados ou em suas vias de acesso nos quais operam os navios para atracação e desatracação das instalações portuárias existentes;

b) ao Ministério da Marinha, representado pelas Capitánias dos Portos, em todos os demais casos não atribuídos ao Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Os armadores ficam obrigados, pelas embarcações sob suas responsabilidades, ao custeio das despesas com a remoção de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 236 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1938

Impede o efeito da cláusula ouro contra bancos e firmas nacionais, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 186 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Em cas. de execução ou de falência promovidas no estrangeiro contra bancos ou firmas brasileiras, com fundamento em cláusula ouro de quaisquer contratos e títulos, será negado cumprimento, *in limine*, às respectivas cartas rogatórias, sendo irrecurível o despacho denegatório.

Art. 2º. Aqueles contra os quais se movam, no estrangeiro ou no Brasil, esses processos, poderão liberar-se mediante depósito, no Banco do Brasil, do correspondente, em moeda nacional, ao débito de moeda estrangeira corrente e não do ouro, constante dos contratos ou títulos, ao câmbio do dia do depósito, sendo este notificado pelo

Banco ao respectivo credor, cujo endereço será declarado pelo depositante no ato do depósito.

Parágrafo único. O depósito obriga apenas o Banco à entrega da soma depositada em moeda nacional, podendo, entretanto, si assim preferir o credor, convertê-la em saques da moeda estrangeira, de que resultou o depósito, à taxa do dia de cada remessa e dentro das possibilidades cambiais do país. O direito de utilizar o depósito, por uma dessas duas formas, prescreverá em vinte e quatro meses, contado de sua data.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 237 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1938

Regula o início dos trabalhos do Recenseamento Geral da República em 1940 e dá outras providências

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição da República,

Decreta:

Art. 1º. Na forma do disposto no decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934 (artigos 1º e 5º), o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em que se transformou o Instituto Nacional de Estatística, é autorizado a iniciar desde já os trabalhos preparatórios do Recenseamento Geral da República em 1940.

Art. 2º. Para a realização da referida operação censitária, que abrangerá os aspectos demográficos, econômicos e sociais, ficam aprovadas as bases para a organização, execução e divulgação do Re-

censeamento Geral, constantes da Resolução n. 50, de 17 de julho de 1937 (anexa ao presente decreto), da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística.

Art. 3º. Em substituição da providência prevista no artigo 2º da Resolução citada, fica marcado o prazo de 90 dias a contar da sua instalação, para que a Comissão Censitária Nacional, organizada na conformidade das bases ora aprovadas, apresente ao Governo, por intermédio da presidência do Instituto, o projecto ou projetos da legislação censitária, pela qual se institua o Serviço Nacional de Recenseamento a que se refere o artigo 3º, parágrafo 2º, alínea 1, do decreto número 24.609, e se determinem as normas e preceitos legislativos permanentes dos Recenseamentos Gerais da República.

Art. 4º. Para os trabalhos preparatórios do Recenseamento no corrente exercício utilizará o Instituto a verba de 3.800 contos, prevista na Lei Orçamentária em vigor.

§ 1º. Fica aprovada em princípio a distribuição geral da referida verba como foi previsto no artigo 4º da Resolução número 8, de 31 de dezembro de 1936, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística.

§ 2º. Essa distribuição, todavia, poderá ser modificada pela Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística, tendo em vista:

a) a obtenção de recursos para custear a Secretaria Geral do Conselho Nacional de Geografia e os trabalhos com que o mesmo Conselho colaborará nos serviços censitários;

b) a montagem imediata da oficina gráfica subordinada à Secretaria Geral do Instituto, a cujo cargo fique todo o trabalho tipográfico do Recenseamento e que satisfaça aos fins previstos na cláusula XXV, da Convenção Nacional de Estatística.

§ 3º. Os fundos necessários aos objetivos indicados no parágrafo precedente poderão ser destacados das verbas referidas nos itens I, II e III do parágrafo 1º do artigo 4º da citada resolução número 8, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, ficando constituídos:

a) por uma quota proporcional uniforme sobre as verbas que se houverem de distribuir na forma dos itens II e III;

b) pela parte que sobrar do item I, tendo em vista o adiamento que fôr julgado conveniente para o início da colaboração das Agências Municipais.

Art. 5º. Verificada a eleição dos três membros da Comissão censitária Nacional, na forma do item VI do artigo 1º da Resolução n. 50, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, os nomes escolhidos serão apresentados ao Governo, para a devida ratificação e nomeação, com a detalhada qualificação de cada um dos indicados.

Art. 6º. As funções do Presidente da Comissão Censitária Nacional, compreendendo a direcção geral do Serviço Nacional do Recenseamento, serão exercidas em comissão, em regime de tempo integral. Se o nomeado já ocupar cargo público, interromperá o exercício do mesmo para ficar à disposição do Instituto sem direito a outra remuneração, além da que lhe competir em suas novas funções.

Parágrafo único. Será de 5 contos de réis a remuneração mensal do Presidente da Comissão Censitária Nacional e Diretor do Serviço Nacional de Recenseamento. As ajudas de custo e diárias que lhe devam caber quando em viagem a serviço do seu cargo, serão ob-

jeto de Resolução da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística.

Art. 7º. Para os membros da Comissão Censitária que representarem serviços de estatística, as respectivas funções constituem decorrência dos cargos que exercerem, sem direito à remuneração especial. Para os dois outros, as funções serão honoríficas e gratuitas, constituindo seu exercício, porém, relevante benemerência pública.

Art. 8º. A Comissão reunir-se-á semanalmente, cabendo a cada um dos seus membros, por sessão realizada, a quota de presença de 100\$000.

Art. 9º. Distribuídas as tarefas segundo o campo de competência de cada um dos seus órgãos, as campanhas de 1938 e 1939 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística serão planificadas visando o aperfeiçoamento intensivo das estatísticas nacionais, afim de que, nos seus dados de 1940, sejam elas as mais completas e exatas possível, e, em particular, o encaminhamento das medidas para que o ano do recenseamento estejam plenamente atingidos os seguintes objetivos: -

a) a revisão da área do Brasil e do seu parcelamento, segundo as unidades federadas e os municípios, efetuando-se, também, se possível, o computo das áreas distritais;

b) a descrição sistemática das divisas dos distritos e municípios;

c) a revisão da Carta do Centenário da Independência ao milionésimo;

d) a elaboração do Atlas Estatístico Corográfico Municipal;

e) o cômputo da área e população urbana das sedes municipais e distritais, com o levantamento dos respectivos efetivos prediais;

f) o cadastro predial e domiciliário das Capitais Regionais, organizado na conformidade do serviço padrão que o Distrito Federal deverá instituir na forma prevista pela Cláusula XXXII, da Convenção Nacional de Estatística;

g) a intensificação do Registro Civil e a normalização do seu levantamento estatístico;

h) a regularização e o aperfeiçoamento das estimativas agrícolas e industriais;

i) o levantamento do cadastro das propriedades rurais;

j) a organização do cadastro industrial;

l) a organização das táboas itinerárias brasileiras;

m) o alargamento das estatísticas dos meios de transporte e vias de comunicação;

n) o aperfeiçoamento da estatística das importações e exportações inter-estaduais;

o) o levantamento da estatística dos serviços de higiene e embelezamento urbanos;

p) a ampliação das estatísticas sobre a remuneração do trabalho e o custo da vida;

q) o estudo estatístico das organizações sociais trabalhistas;

r) o computo da produção bibliográfica brasileira;

s) o levantamento dos quadros do funcionalismo público federal, estadual e municipal;

t) o estudo estatístico do cadastro patrimonial da União, dos Estados e dos Municípios;

u) o estudo estatístico dos sistemas tributários da União, dos Estados e dos Municípios;

v) o levantamento esquemático-estatístico da organização administrativa da União, dos Estados e dos Municípios;

x) a regularidade da divulgação, em tôdas as Unidades da Federação, do Anuário Municipal de Legislação e Administração, previsto na Resolução n. 13, da assembléia geral do Conselho Nacional de Estatística;

z) o arrolamento de todos os elementos da organização nacional, de ordem econômica, social, cultural e administrativa, cujo conhecimento seja útil à administração em geral ou, em particular, aos trabalhos censitários e à segurança nacional.

Art. 10. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

M. de Pimentel Brandão.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falcão.

Resolução n. 50, da assembléia geral do Conselho Nacional de Estatística, anexa ao decreto-lei n. 237, do Governo Federal

PROPÕE AS BASES PARA A ORGANIZAÇÃO, EXECUÇÃO E DIVULGAÇÃO DO RE-
CENSEAMENTO GERAL DA REPÚBLICA EM 1940

A Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística, no uso das suas atribuições e tendo em vista que a iniciativa e a responsabilidade da execução dos Recenseamentos Gerais da República competem ao Instituto Nacional de Estatística, na conformidade do que ficou exposto na mensagem anexa, que a Junta Executiva Central deste Conselho apresentou ao Senhor Presidente da República solicitando suas providências sobre os recursos necessários aos trabalhos preliminares da operação desde 1938;

Considerando as condições novas que, quanto à cooperação dos serviços regionais e locais de estatística, decorrem da existência de grande sistema nacional em que todos eles gravitam harmonicamente;

Considerando as seguras lições que resultam dos trabalhos do Recenseamento de 1920;

Considerando as exigências do pensamento moderno nos domínios da estatística, a experiência das nações adiantadas, as sugestões dos especialistas nas obras técnicas e nas resoluções dos congressos internacionais, e, especialmente, os novos rumos abertos, no campo internacional, á missão da estatística em geral e da

pesquisas censitárias em particular pela obra magnífica da Liga das Nações;

Considerando as condições peculiaríssimas da vida brasileira, a natureza e complexidade dos seus problemas, e, sobretudo, o surto poderoso do seu progresso, tudo a exigir o concurso urgente, na forma mais desdobrada e profunda possível, da documentação estatística, sobre todos os aspectos estáticos e dinâmicos do Estado Brasileiro,

Considerando que certos domínios estatísticos ainda inabordados no Brasil, só poderão ser devassados e abertos às pesquisas regulares em consequência de um trabalho intensivo de desbravamento como o que sómente uma operação censitária de grande envergadura consegue realizar;

Considerando ainda as disposições orgânicas constantes da legislação do Instituto Nacional de Estatística;

Resolve:

Art. 1º. O plano geral que ao Instituto Nacional de Estatística cabe formular para o Recenseamento Geral da República em 1940 fica assentado nas seguintes bases:

I — Todos os trabalhos censitários de caráter nacional se realizarão simultaneamente em uma grande operação, que se repetirá decenalmente nos anos de milésimo O. executada a 1 de setembro.

II — Cada operação censitária compreenderá: a) o censo demográfico; b) o censo econômico e todos os inquéritos complementares sobre os aspectos sociais, culturais e administrativos da vida nacional.

III — A publicação dos resultados censitários se fará em duas séries de volumes — a série nacional e a série regional. A série nacional conterá tantos volumes quantos os distintos censos realizados, desdobrando-se cada um nos tomos necessários, organizados de modo a só conterem em suas tabelas, no que se referir a cada ordem de fatos a síntese nacional dos resultados e o seu desdobramento pelas Unidades da Federação em condições de imediata comparabilidade. A série regional terá tantas partes quantas as Unidades da Federação, cada parte com um desenvolvimento análogo à série nacional, mas apresentados os resultados com os desdobramentos possíveis em função da divisão municipal e distrital.

IV — Tanto a série nacional como cada parte da série regional terá um volume introdutório, de monografias especializadas sobre os aspectos fundamentais da vida municipal ou regional, colaboradas por especialistas de renome em cada assunto, com o que se manterá e ampliará o feliz alvitre adotado na publicação do censo de 1920.

V — Todos os trabalhos censitários propriamente ditos obedecerão aos planos, instruções e normas que assentar a Comissão Censitária Nacional, com sede na Capital da República. Essa Comissão se constituirá nos anos de milésimo oito, com mandato normal de cinco anos, prorrogável.

VI — A Comissão Censitária Nacional se comporá dos seis membros da Junta Executiva Central do Conselho Nacional de Estatística que representam organizações de estatística, de um representante do Conselho Atuarial e de tres outros membros — um dos quais como presidente, — eleitos pela mesma Junta em nome do Conselho Nacional de Estatística, entre pessoas de eminente qualificação, não só como administradores, mas ainda como economistas, sociólogos, demografistas e estatistas em geral. O mandato dos membros da Comissão será confirmado por ato do Poder Executivo.

VII — Auxiliarão a Comissão Censitária Nacional as Comissões Censitárias Regionais. Cada Comissão Censitária Regional se comporá: do delegado regional do Recenseamento, como seu presidente, do diretor, em exercício, da Repartição Central Regional de Estatística e de um outro técnico eleito pela Junta Executiva Regional. Haverá também Comissões Censitárias Municipais, às quais caberá colaborar na propaganda da operação, auxiliando-lhe os trabalhos em tudo o que estiver a seu alcance; cada uma destas Comissões se comporá do prefeito municipal, como presidente, e das autoridades e mais elementos destacadamente representativos da sociedade local, que puderem prestar útil concurso à campanha censitária.

VIII — A direção executiva dos serviços caberá, na sua compreensão nacional, ao presidente da Comissão Censitária Nacional; nas Unidades Federadas, aos delegados regionais; e aos municípios, aos delegados municipais.

IX — Colaborarão nos serviços censitários, dentro das respectivas atribuições e segundo o plano especial que lhes fôr atribuído conjuntamente com os necessários recursos, todos os órgãos federais, estaduais e municipais integrados no Instituto. Todavia, qualquer funcionário federal, estadual ou municipal, que for comissionado nos serviços censitários, afastar-se-á do exercício do cargo efetivo, ficando-lhe assim, vedada a acumulação de funções. Esta disposição, entretanto, não abrange os diretores de serviços estatísticos que forem membros da Comissão Censitária, cuja investidura é considerada inerente aos respectivos cargos.

X — O regulamento da operação censitária preverá o concurso que aos órgãos recenseadores e aos serviços permanentes de estatística devam prestar, o Conselho Brasileiro de Geografia e os órgãos técnicos ao mesmo subordinados. Determinará, outrossim, a contribuição que as pesquisas e trabalhos censitários devam trazer ao desenvolvimento dos serviços geográficos.

XI — Concretizando de modo special essa colaboração, o Plano Censitário abrangerá a publicação de uma edição especial do Atlas Corográfico Municipal, divulgando, para cada Unidade da Federação, segundo plano rigorosamente sistemático, uma coleção de cartas físicas e políticas dos municípios, cada qual acompanhada de um minucioso estudo corográfico do município em que se divulguem como ilustração, os dados censitários locais.

XII — Os mapas do Atlas Estatístico Corográfico deverão subordinar-se às normas fixadas na Resolução n. 6 da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Estatística.

XIII — O plano censitário determinará ainda a publicação complementar sob o título "Indicador Censitário", em tantos fascículos distintos quantos os assuntos tratados, dos prentuários a cujo preparo e material censitário se prestar e cuja divulgação possa ser útil à administração ou ao público em geral.

Art. 2º. O presidente do Instituto submeterá a presenté Resolução ao Poder Executivo, para seu estudo e subsequente encaminhamento ao Poder Legislativo, fazendo-a acompanhar de um anteprojeto — que a Junta Executiva Central organizará em prazo não excedente de 0 dias — da Lei Censitária, pelo qual se determinem as disposições permanente dos Recenseamentos Gerais da República e se autorize o início, em 1938, dos trabalhos do Censo de 1940, fixados desde logo os competentes recursos.

Art. 3º. A presente Resolução fica anexada exprimindo o inteiro aplauso da Assembléa Gral, a rrepresentação que ao Senhor Presidente da República dirigiu a Junta Executiva Central, em 4

de maio de 1937, propondo providências relativas aos trabalhos preparatórios do Recenseamento Geral de 1940.

Rio de Janeiro, 17 de julho de 1937, ano 2º do Instituto — Conferido e numerado. — *Benedicto Silva*, secretário assistente da Assembléia. Visto e rubricado. — *M. A. Teixeira de Freitas*, secretário geral do Instituto. Publique-se. — *José Carlos de Macedo Soares*, presidente do Instituto e Conselho.

Representação da Junta Executiva Central, do Conselho Nacional de Estatística, anexa à "resolução" n. 50

Senhor presidente — Ao aprovar e ratificar a Convenção Inter-Administrativa de 11 de agosto de 1936, o Governo Federal, que a convocara e promovera, assumiu vários compromissos, entre os quais e de aceitar as bases que, para a regulamentação do Conselho Nacional de Estatística, fossem fixadas na mesma convenção. E como o estabelecimento das referidas bases constituiu a preocupação dominante daquele conclave, tanto que las formam o conteúdo da cláusula 1ª do instrumento convencional, o Governo da União, fiel ao seu compromisso, dele se exonerou no momento oportuno, baixando, em 17 de novembro de 1936, o decreto n. 1.200, que regula a constituição e funcionamento do sobredito conselho.

Uma vez constituído e funcionando, a esse órgão passaram a competir, automaticamente, a orientação e direção superiores das atividades do Instituto Nacional de Estatística, em virtude de taxativa disposição do decreto-lei n. 24.609, de 6 de julho de 1934 e cujo artigo 9º determina:

"A orientação e direção superiores das atividades do Instituto competirão ao Conselho Nacional de Estatística, o qual terá por sede a Capital da República".

Entidade "sui generis", de organização composta, directamente subordinada ao Presidente da República (parágrafo único do artigo 9º do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934), o Conselho Nacional de Estatística tem por órgão de comando a assembléia geral, constituída pelos membros da Junta Executiva Central, representantes do Governo da União, e pelos presidentes das Juntas Executivas Regionais, representantes dos Governos dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre (art. 4º do dec. 1.200, de 17 de novembro de 1936).

Cabe à assembléia geral do Conselho, entre outras, a expressa atribuição de propor, aos poderes competentes, as providências necessárias ao desenvolvimento normal das finalidades do Instituto (art. 10, parágrafo único, letra h), do decreto n. 1.200, de 17 de novembro de 1936).

O Instituto, como se sabe, foi criado e está funcionando afim de promover e fazer executar, ou orientar tecnicamente, em regime racional, "o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais", mediante progressiva articulação e cooperação das tres ordens administrativas integrantes da nossa organização política. Em consequências, ao Instituto competem, lógica, legal e legitimamente, as iniciativas pertinentes ao recenseamento geral da República, de vez que a expressão "o levantamento sistemático de todas as estatísticas nacionais", textualmente tomada do artigo 1º do decreto-lei número

24.609, de 6 de julho de 1934, abrange os censos gerais. Sobre a competência do Instituto para sugerir ou propor qualquer providência relativa ao recenseamento geral da população, parece que nenhuma dúvida pode ser suscitada, porquanto o parágrafo 2º do art. 3º do mencionado decreto-lei inclui explicitamente, entre as instituições obrigatoriamente filiadas ao Instituto, o Serviço dos Censos Nacionais — demográficos e econômicos — serviço esse de existência temporária, a ser instituído somente quando se tiver de realizar um censo geral.

Normalmente os censos gerais se efetuam, em todos os países civilizados, por iniciativa e ação do governo central, a este cabendo as respectivas despesas. O Brasil, no Império, como na República, nunca fugiu a essa regra. Além do recenseamento de 1872, primeira operação censitária digna deste nome, que fez entre nós, aí estão os claros dispositivos do art. 28, §§ 1º e 2º, da Constituição de 91:

“Art. 28. A Câmara dos Deputados compõe-se de representantes do povo eleitos pelos Estados e pelo Distrito Federal, mediante o sufrágio direto, garantida a representação da minoria.

§ 1º. O número de deputados será fixado por lei, em proporção que não excederá de um por setenta mil habitantes, não devendo esse número ser inferior a quatro por Estado.

§ 2º. Para esse fim mandará o Governo Federal proceder, desde já, ao recenseamento da população da República o qual será revisto decenalmente”.

Hoje, mais do que nunca, é insusceptível de dúvida a competência privativa da União para fazer o recenseamento geral do efetivo demográfico, “ex-vi” do item XVII do art. 5º, da Constituição de 16 de julho de 1934.

As disposições legais até aqui invocadas deixam em evidência indiscutível cinco pontos básicos, nos quais esta representação se esboça, considerando-se demonstrado:

a) que compete primitivamente à União o recenseamento geral da massa demográfica brasileira;

b) que está prevista em lei a instituição de um serviço temporário — o Serviço dos Censos Nacionais (demográficos e econômicos) — especialmente destinado a executar aquela operação censitária;

c) que esse Serviço, órgão subordinado e de existência intermitente, sempre que instituído, será necessariamente filiado ao Instituto Nacional de Estatística, organização subordinante e de existência permanente;

d) que a orientação e direção superiores das atividades do Instituto competem ao Conselho Nacional de Estatística, o qual foi instituído e regulamentado de tal maneira que o seu conteúdo corresponde inteiramente à sua denominação; e

e) finalmente, que o principal órgão do Conselho é a Assembléia Geral, instalada com a sessão que realizou na Capital da República, em 1936, iniciando a 15 e terminando a 31 de dezembro os seus trabalhos.

Posto isto, vimos representar a V. Ex. no sentido de, como medida inicial de preparação do “recenseamento geral — demográfico, econômico e social de 1940”, ser transformado em fato, se V. Ex. julgá-lo oportuno, o objeto da proposta de que cogita o

art. 4º da "Resolução" n. 8, que a Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, no uso das suas atribuições, baixou em 31 de dezembro de 1936, determinando as providências que devem ser solicitadas aos Poderes Públicos, no corrente ano, para o aperfeiçoamento da estatística brasileira e preparação do recenseamento de 1940. É o seguinte o texto do referido artigo 4º, valendo aqui a sua reprodução por um pedido formal da providência de que o mesmo trata:

(Art. 4º. A Junta Executiva Central, quando tiver de representar ao Governo da República, solicitará a inclusão, no orçamento geral de 1938.....
.....
.....
de uma verba extraordinária, de 3.800 contos, no mínimo, destinada ao início dos trabalhos preparatórios do recenseamento geral (demográfico, econômico e social) de 1940.

§ 1º. A referida verba, que constituirá "auxílio ao Instituto, na forma do art. 24, alínea a, do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, será distribuída, em números redondos, na forma seguinte:

I — 1.500 contos para gratificação de 1:000\$000, pagos em quatro quotas trimestrais, a cada um dos agentes municipais de estatística, ou delegados de repartições regionais, afim de lhes poder o Instituto exigir o trabalho intenso de pesquisa, indagação e arrolamento, necessário ao serviço preparatório do censo.

II — 1.100 contos para auxílio às repartições centrais regionais, afim de se habilitarem com o aparelhamento e o pessoal extraordinário contratado, necessário à execução das tarefas que lhes atribuir o plano geral traçado, ficando asentada, como critério de distribuição, a proporcionalidade com a população das unidades políticas, na base de 30 contos pelos primeiros 100.000 habitantes e um conto para cada um dos demais grupos do mesmo efetivo.

III — 1.000 contos como verba suplementar distribuída em quotas de 200 contos a cada uma das cinco repartições federais, para que alarguem, intensifiquem e atualizem aqueles de seus trabalhos que constituírem base, subsídio pelos primeiros 100.000 habitantes e um conto para cada um dos demais grupos do mesmo efetivo.

IV — 200 contos destinados aos trabalhos especiais que, por sua natureza, a Junta Executiva Central julgue conveniente atribuir diretamente à Secretaria Geral do Instituto".

Impõe-se agora a exposição dos motivos por que o Conselho Nacional de Estatística previu, propõe e está disposto a preparar a realização, em 1940, do recenseamento geral da República. Trata-se de um conjunto de motivos que, filiando-se embora uns à técnica demográfica, outros à organização política do país, outros aos interesses da administração pública e outros ainda à economia nacional, convergem todos para o mesmo polo, como que se reforçando mutuamente e formando, em última análise, uma verdadeira evidenciação da necessidade de se proceder, em 1940, a um balanço estatístico geral do Brasil, como passamos a demonstrar.

MOTIVOS DE ORDEM TÉCNICA

Os princípios gerais que regulam a aplicação do método estatístico às várias ordens de fenômenos de massa ou coletivos, ordinariamente são discutidos e estabelecidos nos Congressos Internacionais de Estatística, que uma organização prestigiosa — o Instituto Internacional de Estatística — vem promovendo, periodicamente, a partir do ano de 1851, nas capitais de diferentes países. As questões relativas ao recenseamento da população têm sido objeto de numerosas e aprofundadas discussões no seio desses Congressos. E em relação a vários problemas demográficos, as discussões, resumidas e transformadas em decisões convencionais, passaram a constituir normas que os serviços de estatística de todos os países civilizados adotam irrestritamente. Entre as convenções internacionais assim estabelecidas, figuram os princípios gerais que surgiram do Congresso de Estatística de São Petersburgo (1872), relatados pelo estatista Bodenheimer e, mais tarde, convenientemente ordenados pelo referido Instituto Internacional de Estatística. O quarto princípio geral adotado pelo Congresso de São Petersburgo foi assim formulado:

“Les recensements sont opérés, une fois au moins, tous les dix ans, dans l'année ou le millésime se termine par un zéro. L'exécution des dénombrements intermédiaires est abandonnée à l'appréciation des gouvernements des différents pays). (J. Bertillon, *Statistique Administrative*, 1895, pag. 188).

Mundial e pacificamente aceita, essa norma tem sido observada pela maioria dos países ditos decisivos, cujos recenseamentos gerais se fazem com intervalos de 10 anos e invariavelmente em ano de milésimo zero. E' certo que alguns países, particularmente preocupados com a sua expansão demográfica, ultimamente tem promovido censos populacionais de cinco em cinco anos, não obstante os pesados onus financeiros que esse regime acarreta. Tem prevalecido, porém, como regra universal, o intervalo de dez anos para a verificação, por parte de cada país, do estado da respectiva população, regra essa aliás prescrita para o Brasil no período de vigência da Constituição de 91, cuja art. 28, § 2º, anteriormente citado, impunha que se procedesse “decenalmente” à revisão do recenseamento geral da República. E se, quanto à periodicidade, não pode o país cumprir o dispositivo constitucional, no tocante às datas em que realizou os tres últimos recenseamentos, ao menos parte daquela convenção internacional foi adotada, uma vez que se seguiu o critério do milésimo zero — 1890, 1900 e 1920.

Cumprê esclarecer que a escolha do milésimo zero, feita no citado Congresso, foi puramente arbitrária e convencional. Está bem visto que em ano de qualquer milésimo se poderiam recensear os efetivos demográficos nacionais, contanto que ficasse assegurada a uniformidade de datas em todos os países para a realização das operações censitárias. Agora, a exigência de uniformidade de datas tem o seu fundamento técnico e científico. E' que, o que valoriza os resultados estatísticos são as comparações e estas carecem de sentido quando aqueles deixam de ser perfeitamente comparáveis entre si. Si se levantassem, por exemplo, os censos demográficos de cada país em datas diferentes, nunca se poderiam comparar os respectivos grupos populacionais, perdendo a investigação estatística, no caso, o seu principal elemento de prestígio, isto é, a com-

parabilidade, ou seja o que confere tao conhecimento quantitativo o papel de poderoso ampliador da experiência humana.

Nessas condições, duas alternativas se nos apresentam relativamente ao futuro recenseamento geral: ou o realizamos em 1940, que é o mais próximo ano de milésimo zero, ou o adiamos novamente, transferindo essa tarefa para 1950 — suposto, bem entendido, que queiramos realizá-la de acordo com os precedentes brasileiros e a referida convenção internacional, é dizer, em ano de milésimo zero. No primeiro caso, teríamos um período inter-censitário inevitável de 20 anos, igual ao ocorrido entre os dois últimos recenseamentos. No segundo caso, iríamos estabelecer deliberadamente um período de 30 anos, sem precedentes na história administrativa da República e o que é peor, de todo incompatível com o gráu atual de nosso progresso. Pelo que se deduz que é oportuna a realização do recenseamento geral ao próximo ano de 1940.

MOTIVOS DE ORDEM POLÍTICA

Estes são imperiosos. Como é sabido, compõe-se a Câmara dos Deputados de representantes do povo eleitos mediante sistema proporcional, em sufrágio universal, igual e direto, e de representantes eleitos pelas organizações profissionais, na forma que a lei indicar. A fixação do número de deputados, objeto de lei especial, deverá obedecer, quanto aos do povo, ao critério da rigorosa proporcionalidade com a população de cada Estado e do Distrito Federal, não podendo áquele número exceder de 1 por 150.000 habitantes, até o máximo de 20, e deste limite para cima, de 1 por 250.000 habitantes. E de conformidade com o preceito constitucional, ao Tribunal Superior de Justiça Eleitoral caberá determinar, com a necessária antecedência e de acordo com os últimos computos oficiais da população, o número de deputados do povo que devam ser eleitos em cada um dos Estados e no Distrito Federal (art. 23, §§ 1º e 2º da Constituição de 16 de julho de 1934). Forramo-nos ao trabalho inutil de argumentar que a observância estrita de tão importante norma do nosso regime político, jamais poderá dar-se à revelia de um recenseamento geral da população, que venha comunicar às nossas estimativas demográficas um grau aceitavel de aproximação, já agora tornado impossível pela comprovada obsolescência das taxas inter-censitárias relativas ao período de 1900-1920. Opina um tratadista de boa reputação que, “quanto mais nos distanciamos, cronologicamente, do momento em que se realizou uma comprovação precisa do número de habitantes, tanto mais aventureiro é determinar o estado atual da população, pois se o excesso de nascimentos sobre falecimentos pode estabelecer-se com segurança quasi absoluta nos Estados civilizados, mediante os registros eclesiásticos e civis, não constitue tarefa tão simples, em compensação, o determinar-se o *deficit* ou o *superavit* demográfico, ocasionado pelo predomínio ou da imigração ou da emigração.”

MOTIVOS DE ORDEM ADMINISTRATIVA

Os motivos de ordem administrativa, de limites flutuantes, como que se confundem com outros, de ordem social, complexos, estes e aqueles, por definição. Podem, entretanto, ser enunciados da seguinte maneira: o bom exercício, por parte da União, das numerosas e difíceis atribuições privativas que lhe deu a Constituição, tanto na parte administrativa, como na parte legislativa, está imediatamente condicionado — salvo melhor juízo — à realização inadiável dos censos gerais do Brasil único meio de que dispõem os Poderes Executivo e

Legislativo para se assegurarem o imprescindível conhecimento numérico dos problemas nucleares do *complexus* econômico e social brasileiro. A essa circunstância ainda se reúne o fato auspicioso de possuir o Brasil, já agora, um sistema estatístico verdadeiramente nacional, organicamente articulado pelo Instituto e capaz de assumir as pesadas responsabilidades de projetar e levar a efeito, com as necessárias garantias de bom êxito os censos gerais da República.

Do ponto de vista das necessidades da administração pública brasileira, seria ocioso insistir na absoluta conveniência de se efetuar, na primeira oportunidade, isto é, em 1910, o censo geral do Brasil, tanto mais quanto é certo que os resultados do último recenseamento (1920), hoje mal traduzem uma noção recuada e incompleta da realidade brasileira, enormemente modificada no curso destes últimos anos. Ensina o mesmo autor já citado que "diversas finalidades administrativas e científicas exigem, de tempo em tempo, com absoluta necessidade, o conhecimento do número de habitantes, juntando-se a isso o fato de que a everiguação dos diversos componentes que integram a população, dificilmente pode fazer-se por caminho que não seja o da realização de um censo".

MOTIVOS DE ORDEM ECONÔMICA

Consideramos digno de apreço especial os motivos de ordem econômica. Senão, vejamos: determina o art. 16 das disposições transitórias da Constituição Federal, que deverá ser "imediatamente elaborado um plano de reconstrução econômica nacional". Como já está definitivamente demonstrado por técnicos de nomeada — e, neste particular, a intervenção dos especialistas apenas confirma as conclusões naturais do senso comum — é absolutamente impossível a elaboração e, muito mais, a execução de um plano de reconstrução econômica nacional, sobretudo em país do tipo do Brasil, onde os fatores fundamentais da economia — capital e trabalho — ainda atuam com caracter extensivo, sem o conhecimento numérico prévio do comportamento, distribuição e extensão das energias — energias em atividade e energias em potencial — que devem ser, necessariamente, objeto de profundo estudos por parte dos elaboradores do plano.

Os conceitos que se seguem, transcritos do artigo intitulado "*A imprescindibilidade da estatística na organização dos planos econômicos*", e publicado no "Mensário de Estatística da Produção", da Diretoria do mesmo nome, em abril de 1935 (ns. 3 e 4), corroboram valiosamente os argumentos já expendidos. Embora longa, essa transcrição se impõe, porque enumera fatos e articula argumentos contraditáveis, sendo difícil tratar-se do assunto em apreço de maneira mais objetiva:

"Em 1919, quando a Alemanha, vencida e exausta, tratou de recompor a sua economia, cujas forças haviam atuado durante quatro anos, esgotante e integralmente ao serviço da guerra, numerosos planos de reconstrução econômica foram elaborados naquele país. Um deles, talvez um dos mais discutidos, foi o da autoria do economista Otto Neurath e por este apresentado ao governo da Saxônia. Não ha lugar aqui para apreciações em torno do plano econômico de Neurath, cuja exposição sucinta e crítica se encontra às págs. 155/157 da tradução francesa do livro de Karl Steuermano sobre a crise mundial.

O que desejamos salientar é apenas a importância logicamente atribuída à estatística pelo autor do referido plano. Exigia ele, antes de mais nada, para iniciar e levar a efeito a execução do plano, o estabelecimento de um departamento Central de Economia, com atribuições de órgão diretor, cuja primeira tarefa seria o *levantamento quantitativo de todas as forças produtivas e do movimento das matérias primas, energias e dos produtos*.

“Os dados de um estatística assim universal — palavras de Neurath — seriam utilizadas pela Secção Contábil do Departamento Central de Economia, para fins de administração e estabelecimento de um plano econômico”.

Basta esse trecho para indicar que o citado economista austriaco reputava, com inteira razão, imprescindível o prévio conhecimento quantitativo das forças econômicas nacionais para habilitarem o Departamento Central de Economia, e, baseando nesse conhecimento, atuar no sentido de reconstruir a economia alemã em uma época em que essa tarefa era realmente esmagadora, porque o país se achava, como se sabe, profundamente arruinado e desorganizado pela guerra.

O famoso “Plano Sexenal” do México, já em auspiciosa execução, igualmente não pode prescindir das informações seguras que somente a estatística é capaz de fornecer à administração. Verifica-se, efetivamente, que os organizadores do plano reconheceram desde logo a importância básica e insubstituível da estatística na ordenação da economia coletiva, tanto que a ela dispensaram uma atenção muito particular:

“Entendiendo su desarrollo en una constante ampliación cíclica en extensión territorial y en perfeccionamiento y aplicación de los datos catalogados”, o Departamento de Estadística deverá conceder especial importância “a la organización de las estadísticas sobre producción, distribución y demanda de cereales, frutales, fibras y en general de toda la producción vegetal considerada de primera necesidad para el abastecimiento del consumo nacional”. Elaborar, além disso, “las estadísticas sobre existencia de las distintas especies de ganado en el país, su distribución, los distintos sistemas de cría y explotación y las razas y variedades de cada región. Las estadísticas indicadas se referirán: al rendimiento, cantidad, cualidades, variedades, fechas de producción, coste y precios de venta”. Cabe ainda ao Departamento organizar “las estadísticas sobre los factores de 1ª producción, a fin de precisar los datos relacionados con: inversiones, salarios, tributación, intercambio y beneficio, ampliando los relacionados a los sistemas de financiamiento, precisando los capitales fondiarios, mobiliarios y circulante, etc.”

Convém esclarecer que a estruturação do Plano Econômico do México só se tornou factível graças aos censos gerais que ali se fizeram em 1930 e cujos resultados foram os melhores possíveis.

Nos Estados Unidos, a despeito do elevado grau de aperfeiçoamento a que já atingira mas estatísticas, a obra de reerguimento econômico nacional do Presidente Roosevelt impôs a criação de um Instituto Central de Estadística (decreto de 27 de julho de 1933), incumbido de “dar informações e conselhos sobre todos os questionários das repartições encarregadas de fazer a coleta de dados estatísticos necessários à realização dos objetivos da N. I. R. A.,

rever os planos de tabulação e classificação dessas estatísticas, coordenar e melhorar todos os serviços de estatística da União”.

Releva notar que dentre as medidas excepcionais postas em prática pelo atual governo americano com o objetivo de combater a crise, a N. I. R. A. (National Industrial Recovery Act) ou Lei de Reerguimento Industrial Nacional, é precisamente a mais importante de todas, do bom êxito da sua execução dependendo o triunfo da política econômica do Presidente Roosevelt. É uma lei que começa (art. 1º) por confessar a existência, nos Estados Unidos, de “uma crise nacional, geradora de *chômage* intenso o de desorganização de indústria, pesando no comércio interno e externo, afetando a prosperidade nacional e rebaixando o nível de vida do povo americano”. Pois foi para tornar possível a consecução dos objetivos de uma lei assim, à qual estão modularmente vinculados os interesses vitais de 125 milhões de habitantes, que o governo dos Estados Unidos recorreu à estatística, organizando o instituto central a que fizemos referência. Por que? Porque a estatística, estudo numérico dos fatos sociais, condensa em algarismos a extensão dos problemas coletivos, indicando assim a oportunidade das soluções e a intensidade com que estas devem ser adotadas. E, às vezes, mostra igualmente o melhor modo de adotá-las.

Concluamos, pois, que o dispositivo constitucional com que abrimos o presente artigo exige, “imediatamente”, o conhecimento quantitativo das nossas forças econômicas, desde a área cultivada e cultivável, até as atividades industriais, comércio e consumo interno, custo de vida nas capitais, nas cidades, no litoral e nas zonas mediterrâneas, etc., etc. A menos que nos abalancemos a traçar um plano de reconstrução econômica sem os índices numéricos — no caso absolutamente indispensáveis — daquilo que deverá ser o objeto da reconstrução — a economia do país.

A organização de um plano econômico pressupõe a existência de informações estatísticas atuais e tão completas quanto possível.

Os exemplos trazidos à tona documentam a nossa afirmativa. Em relação a toda e qualquer medida destinada a ordenar, reerguer, estruturar, racionalizar a economia de um povo — a estatística exerce, implacável, o papel de tirana que certa vez um filósofo lhe atribuiu. É insubstituível e, sobretudo, imprescindível.

Eis a razão por que quanto maiores são as dificuldades econômicas com que um povo se vê a braços, tanto maior e mais alastrante se torna o prestígio da estatística.

Além de tudo quanto ficou dito, circunstâncias outras, que longo fôra enumerar, reclamam a realização dos censos gerais do Brasil em 1940.

Atendo-nos de preferência aos dispositivos constitucionais, permitimo-nos, entretanto, a liberdade de deixar à superior visão de V. Ex. a tarefa de, quando tiver de deliberar sobre esta representação, suplementá-la com os fatos e elementos acumulados pela experiência do seu governo, bemérito por todos os títulos.

Resta-nos agora demonstrar a necessidade dos trabalhos preparatórios que deverão ser custeados por conta da verba ora solicitada. Quanto a este ponto, basta mencionar que a deliberação da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística teve a assistência, sofreu a discussão e conseguiu os votos unânimes dos técnicos — diretores de todas as repartições federais e estaduais de estatísticas, além de numerosos assistentes e especialistas — aos quais se acham entregues

todas as funções de direção e execução inerentes ao Instituto. A fixação do *quantum* da verba foi precedida de estudos conscienciosos e detidos, tendo-se levado em conta o volume, natureza e ritmo dos trabalhos preliminares dos censos, o material necessário, o pessoal correspondente, bem como os tipos atuais de remuneração, tudo isso apreciado o mais objetivamente possível e sob a influência da certeza de que a atual situação financeira do país, conquanto animadora e em fase de franca recuperação, não comporta os gastos de oportunidade discutível. Os recursos orçamentários ora pedidos representam, assim, o mínimo necessário ao preparo da tarefa gigantesca, que ha de ser, forçosamente, o recenseamento geral do Brasil em 1940, verdadeira operação de envergadura continental.

Inspirou-se também a Assembléa Geral no recenseamento de 1920, para cujos trabalhos preliminares foram abertos tres créditos especiais, perfazendo um total de 750.000\$000. Atendendo-se ao encarecimento da vida a partir daquela época, processo que está sofrendo visível aceleração nestes últimos tres anos; considerando-se também, que a população recenseada em 1920 — menos de 31 milhões de habitantes — não representará mais do que dois terços da população a recensear em 1940; atendendo-se a elevação dos preços das utilidades a consumir, entre as quais copioso material cuja matéria prima básica é o papel; considerando-se o extraordinário desenvolvimento operado na economia nacional nos dois decênios desde então decorridos; considerando-se ainda que os censos de 1940 deverão ser, tanto quanto possível, mais profundos do que o recenseamento de 1920; considerando-se, finalmente, que o bom êxito da projetada operação censitária depende, em linha reta, dos trabalhos preparatórios — propaganda intensiva e extensiva, levantamento de milhares de cadastros, coleta e organização dos elementos de crítica, adextramento do pessoal, etc. — parece-nos ilícita a conclusão de que não ha nenhum exagero no *quantum* da verba solicitada.

Terminando, não podemos fugir à declaração de que os trabalhos preparatórios dos censos gerais de 1940 virão completar de modo cabal a série feliz de providências com que o atual Governo está anulando a velha rebeldia do problema da estatística brasileira.

Queira V. Ex. aceitar, Sr. Presidente, os protestos de nossa alta estima e respeitosa consideração.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1937. — A Junta Executiva Central: *José Carlos de Macedo Soares*, presidente do Instituto e do Conselho Nacional de Estatística. — *Heitor Bracet*, diretor de Estatística Geral do Ministério da Justiça e Negócios Interiores. — *Léo d'Affonseca*, diretor de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda. — *Oswaldo Costa Miranda*, diretor do Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. — *Rafael Xavier*, diretor de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura. — *Mario Augusto Teixeira de Freitas*, diretor de Estatística do Ministério da Educação e Saúde e secretário geral do Instituto Nacional de Estatística. — *Joaquim Licínio de Souza Almeida*, presidente da Comissão de Estatística do Ministério da Viação e secretário do ministro da Viação e Obras Públicas. — Tenente-coronel *Custodio dos Reis Príncipe Junior*, representante do Ministério da Guerra. — Capitão de corveta contador naval *Manoel Pinto Ribeiro Espindola*, representante do Ministério da Marinha. — Consul *Carlos*

Alberto Gonçalves, representante de Ministério das Relações Exteriores.

DECRETO-LEI N. 238 — DE 2 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 4.836:624\$500, para o pagamento de dívidas relacionadas

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de quatro mil oitocentos e trinta e seis contos, seiscentos e vinte e quatro mil e quinhentos réis (4.836:624\$500), para atender ao pagamento de dívidas de exercícios anteriores — Dívida Flutuante — relacionadas no processo do Tesouro Nacional, n. 71.828, de 1937.

Rio de Janeiro, 2 de fevereiro de 1938, 117^a da Independência e 50^a da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 239 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1938

Autoriza entrega de imóvel ao Governo do Estado de Sergipe e dá outra providência

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1^o. Fica o Ministério da Guerra autorizado a entregar ao Governo do Estado de Sergipe o imóvel e respectivo terreno, onde, em Aracaju, está aquartelado o 28^o Batalhão de Caçadores.

Art. 2^o. Em troca, o Governo do Estado de Sergipe entregará a esse Ministério dois lotes de terras, também em Aracaju, destinados, um, à localização do novo quartel com sua enfermaria, e outro, a campo de instrução; uma contribuição de 300:000\$ (trezentos contos de réis), em dinheiro, como auxílio à construção do novo quartel, comprometendo-se, ainda, a levar até ao local do primeiro terreno, as redes de energia elétrica, água e serviço de bondes.

Art. 3^o. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1938, 117^a da Independência e 50^a da República.

GETULIO VARGAS.

General Eurico Gaspar Dutra.

DECRETO-LEI N. 240, DE 4 DE FEVEREIRO DE 1938

Dispõe sobre o pessoal extranumerário e o pessoal para obras e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. Além dos funcionários públicos civis regularmente investidos em cargos públicos criados por lei, poderá haver, nos serviços públicos federais, pessoal extranumerário.

Art. 2º. O pessoal extranumerário será sempre admitido, ou reconduzido a título precário, com funções determinadas, e salário fixado, dentro dos limites das dotações orçamentárias próprias da verba pessoal, parte variável.

Art. 3º. O pessoal extranumerário se divide em:

- I — Contratado.
- II — Mensalista.
- III — Diarista.
- IV — Tarefairo.

Art. 4º. O orçamento da despesa classificará em *itens* distintos as dotações relativas a cada uma das modalidades dos extranumerários.

Art. 5º. Nenhum extranumerário contratado ou mensalista será admitido ou reconduzido, ou terá melhoria de salário, sem prévia autorização do Presidente da República.

Art. 6º. Nenhum pagamento do pessoal extranumerário poderá se realizar sem o registro prévio da folha respectiva no Tribunal de Contas ou em uma de suas delegações.

Art. 7º. Nenhum ato relativo a pessoal extranumerário terá validade sem a publicação no *Boletim do Pessoal* ou no *Diário Oficial*.

CAPÍTULO II

DO CONTRATADO

Art. 8º. Contratado é o admitido, mediante a assinatura de um contrato bi-lateral, registrado no Tribunal de Contas, para o desempenho de função reconhecidamente especializada, e para a qual a critério da Comissão de Eficiência, não haja nos quadros do funcionalismo pessoa devidamente habilitada e disponível na respectiva lotação.

Art. 9º. Para a admissão do contratado, o chefe de serviço fará proposta, devidamente justificada, ao ministro de Estado, por intermédio do Serviço de Pessoal, instruindo-a com os seguintes documentos:

- a) prova de capacidade técnica para a função;
- b) folha corrida;
- c) prova de quitação com o serviço militar;
- d) atestado de vacinação;
- e) atestado de sanidade e capacidade física para o desempenho da função.

Parágrafo único. As exigências das alíneas *b*, *c*, *e* e *e* não se estenderão aos estrangeiros não residentes no País e as da alínea *c* não se aplicam aos estrangeiros residentes no País.

Art. 10. O Serviço do Pessoal fará a verificação dos documentos, informará se ha recursos orçamentários disponíveis e minutará o contrato, que encaminhará, juntamente com o processo, à Comissão de Eficiência.

Art. 11. A Comissão de Eficiência estudará a proposta, julgará os documentos de habilitação e submeterá seu parecer, devidamente justificado, à apreciação do ministro de Estado, opinando, em termos precisos, sobre o contrato, tendo em vista as reais necessidades do serviço.

Art. 12. Aceita pelo ministro de Estado, a proposta será submetida, com a exposição de motivos numerada e assinada pelo respectivo titular, à decisão do Presidente da República.

Art. 13. Se aprovada pelo Presidente da República, a proposta será encaminhada ao Serviço do Pessoal, que fará:

- a) lavratura do contrato em livro próprio;
- b) remessa ao Tribunal de Contas para registro;
- c) publicação no *Boletim do Pessoal* ou no *Diário Oficial*, com indicação do número e data da exposição de motivos;
- d) abertura de ficha financeira individual;
- e) abertura do assentamento individual.

Art. 14. Dos contratados constarão, obrigatoriamente, as condições de locação, salário e o prazo de validade.

Art. 15. Os contratos que interessarem à segurança pública ou à defesa do País não terão divulgação e prescindirão de registro no Tribunal de Contas.

CAPÍTULO III

DO MENSALISTA

Art. 16. Mensalista é o admitido mediante portaria do ministro de Estado para suprir temporariamente deficiências dos quadros do funcionalismo.

Parágrafo único. O prazo estabelecido na portaria de admissão não poderá exceder o do exercício financeiro.

Art. 17. Haverá para cada repartição uma tabela de mensa-
listas, aprovada pelo Presidente da República, com a indicação do número, função e salário mensal correspondente, a qual não poderá ser alterada senão por ocasião da revisão anual a que se refere o artigo 24.

Art. 18. A admissão do mensalista só poderá se verificar na função de menor salário, para cada natureza de atividade prevista na tabela da repartição, e na forma seguinte:

I — O chefe de serviço fará as propostas de admissão, por intermédio do Serviço de Pessoal, anexando os seguintes documentos:

- a) prova de nacionalidade brasileira;
- b) prova de capacidade para a função;
- c) folha corrida;
- d) prova de quitação com o serviço militar;
- e) atestado de vacina;
- f) atestado de sanidade e capacidade física para o desempenho da função.

Art. 19. O Serviço de Pessoal fará o exame dos documentos e verificação da vaga existente na tabela, encaminhando a proposta, devidamente informada, à Comissão de Eficiência.

Art. 20. A Comissão de Eficiência estudará o processo, julgará os documentos de habilitação e submeterá seu parecer, devidamente justificado, à apreciação do ministro de Estado, opinando, em termos precisos, pela aceitação ou não da proposta, tendo em vista, ainda, as reais necessidades do serviço.

Art. 21. Aceita a proposta pelo ministro de Estado, será a mesma submetida à decisão do Presidente da República, por intermédio do Departamento Administrativo previsto no art. 67 da Constituição, acompanhada de exposição de motivos numerada e assinada pelo respectivo titular.

Art. 22. Aprovada pelo Presidente da República, a proposta será encaminhada ao Serviço de Pessoal, que fará:

- a) publicação no *Boletim do Pessoal* ou no *Diário Oficial*, com indicação do número e data da exposição de motivos;
- b) lavratura da portaria a ser expedida pelo ministro;
- c) abertura da ficha financeira individual;
- d) abertura do assentamento individual.

Art. 23. Quando houver vaga em função que não seja a de menor salário na tabela respectiva, a admissão se fará por aproveitamento do mensalista de salário imediatamente inferior, desde que prove a necessária habilitação, observando-se o mesmo processamento indicado nos artigos 18, 19, 20, 21 e 22, podendo ser dispensada a anexação de documentos, desde que o Serviço do Pessoal verifique já haver registro dos mesmos no respectivo assentamento individual.

Art. 24. Anualmente será feita a revisão das tabelas de mensalistas de cada repartição, aprovadas pelo Presidente da República, de acordo com o que prescreve o artigo 17.

Parágrafo único. Essa revisão compreenderá a recondução dos mensalistas cujos serviços forem indispensáveis, a exclusão dos que não forem necessários ou não tenham correspondido plenamente à expectativa, no desempenho das suas funções e a inclusão de novas funções e dos nomes propostos, a vigorar a partir do próximo exercício financeiro, respeitada, inflexivelmente, a dotação orçamentária.

Art. 25. O conjunto de tabelas das repartições constituirá a relação geral para cada ministério.

Art. 26. A revisão anual se processará da seguinte forma:

I — A Secção Financeira do Serviço de Pessoal relacionará, nominalmente, na primeira quinzena de novembro, os mensalistas de cada repartição, na situação exata em que tenham figurado em folha de pagamento no mês anterior.

II — A relação nominal de cada repartição conterá os nomes dos mensalistas, números de matrícula respectivos, função exercida e salário.

III — A relação nominal assim elaborada será remetida à Secção Administrativa do Serviço de Pessoal, que, à vista dos elementos anteriormente recebidos e registrados providenciará:

- a) recondução dos mensalistas cujos serviços se tornem indispensáveis;
- b) a exclusão dos nomes dos mensalistas cujos serviços não se tornem mais necessários e dos que não tenham correspondido às condições exigíveis para o exato desempenho das funções;
- c) a alteração da situação de mensalistas aproveitados em funções de maior salário, com indicação do número do *Boletim do Pessoal* ou do *Diário Oficial* que tenha divulgado o ato que au-

torizou a modificação. Si a alteração se tiver efetuado anteriormente à elaboração da relação nominal, será feita apenas a referência justificativa na coluna de "Observações".

d) a inclusão dos admitidos nas funções de menor salário, com indicação do número do *Boletim do Pessoal* ou do *Diário Oficial*, que divulgou o ato de admissão. Si a admissão for anterior à elaboração da relação nominal, será feita apenas a referência justificativa na coluna de "Observações";

e) a inclusão das novas funções que se tornarem necessárias e dos nomes propostos para desempenhá-las, com observância do disposto nos artigos 18 e 19.

IV. O Serviço de Pessoal encaminhará ao ministro de Estado todo o processado, isto é, a relação geral, em tres vias, com as observações que julgar cabíveis. Essa relação geral, composta das relações de cada repartição, organizadas na forma prescrita nos itens anteriores, será enviada ao Departamento Administrativo previsto no artigo 67 da Constituição, que a examinará, submetendo-a, em seguida, com o seu parecer, à apreciação do Presidente da República.

V. A aprovação do Presidente da República implicará na recondução dos mensalistas já em exercício e na autorização para admissão dos novos incluídos na relação geral expedindo-se as respectivas portarias, conforme o modelo anexo.

VI. Uma das vias da relação geral de cada ministério, depois de aprovada pelo Presidente da República, será encaminhada pelo Departamento Administrativo ao Tribunal de Contas, para controle, quando do registro das folhas de pagamento, que deverão ser elaboradas com a mesma disposição adotada na relação.

VII. A primeira via da relação geral de cada ministério, aprovada pelo Presidente da República, será devolvida ao *Serviço de Pessoal*, que fará:

- a) a divulgação no *Boletim do Pessoal* ou no *Diário Oficial*;
- b) a anotação ou abertura da ficha financeira individual;
- c) a anotação ou abertura do assentamento individual;
- d) o preparo da portaria ou anotação, quando se tratar de recondução.

CAPÍTULO IV

DO DIARISTA

Art. 27. Diarista é o admitido pelo diretor da repartição para o desempenho de funções auxiliares ou transitórias.

Art. 28. É absolutamente vedada a admissão de diarista para funções inerentes às profissões liberais, trabalhos de escritório, de qualquer natureza, exceto os de conservação e asseio.

Parágrafo único. O chefe de serviço que infringir o presente dispositivo, será passível de pena de suspensão, além da indenização aos cofres públicos da importância indevidamente paga ao diarista, que será imediatamente dispensado.

Art. 29. O diarista perceberá o salário por dia de trabalho efetivamente realizado.

§ 1º. A escala do serviço será organizada de maneira que o total de diárias, em cada mês, não exceda de 25.

§ 2º. O salário diário não poderá exceder, em caso algum, a importância de 30\$000.

§ 3º. Serão baixadas pelo Presidente da República tabelas de diárias, tendo em vista as condições e natureza do trabalho.

Art. 30. No início de cada exercício, o diretor da repartição dividirá, pelos órgãos que a integram, o crédito orçamentário global correspondente ao item de diaristas à mesma distribuição, promovendo as devidas comunicações aos Serviços de Pessoal e de Contabilidade, para os efeitos de registo e divulgação.

Art. 31. O chefe de serviço, que precisar admitir diaristas, fará a proposta justificada ao diretor da repartição, por intermédio do Serviço do Pessoal, com indicação do local e natureza dos trabalhos, juntando os documentos seguintes:

- a) atestado de boa conduta, firmado por pessoa idônea;
- b) atestado de capacidade para o desempenho da função;
- c) atestado de vacina;

Art. 32. O Serviço do Pessoal verificará os documentos e informará si ha recursos orçamentários, dentro da distribuição prevista no art. 30, para atender à despesa com a proposta.

Art. 33. A proposta, acompanhada do parecer do Serviço do Pessoal, será submetida a despacho do diretor da repartição.

Art. 34. Aprovada pelo diretor da repartição, a proposta será restituída ao Serviço de Pessoal, para abertura do assentamento individual, da ficha financeira individual e divulgação no *Boletim de Pessoal* ou no *Diário Oficial*.

CAPÍTULO V

DO TAREFEIRO

Art. 35. Tarefeiro é a pessoa admitida pelo diretor da repartição para o desempenho de determinadas funções e que percebe salário na base da produção por unidade.

Art. 36. A admissão far-se-á mediante processo, encaminhado pelo Serviço de Pessoal, que informará dos recursos orçamentários e condições de locação.

Parágrafo único. Do processo constará, como condições de locação: indicação do trabalho, fixação do prazo, mínimo de produção, condições de execução, acabamento e pagamento.

Art. 37. Despachado o processo pelo diretor da repartição, será feita a divulgação da admissão com as respectivas condições, pelo Serviço de Pessoal no *Diário Oficial* ou no *Boletim do Pessoal*.

CAPÍTULO VI

PESSOAL PARA OBRAS

Art. 38. Poderá ser admitido pessoal para obras, cujo pagamento correrá à conta da verba de obras.

Parágrafo único. O pessoal assim admitido não será classificado entre os extranumerários, nem ficará sujeito às disposições desta lei que a ele não se referirem de modo expresso.

Art. 39. O chefe do Serviço responsável pela obra poderá admitir pessoal mediante salário diário nunca superior a 30\$000 e os ministros de Estado até o máximo de 60\$000.

§ 1º. O salário diário, fixado no ato de admissão, deverá corresponder ao estabelecido para os extranumerários, em casos análogos de condições e natureza de trabalho.

§ 2º. Poderá ser dispensada a apresentação de documentos, exceto os de comprovação de capacidade profissional, para os de salário diário inferior a 30\$000.

§ 3º. Não serão abertos assentamentos individuais relativos ao pessoal para obras.

§ 4º. O pessoal para obras não tem direito a nenhuma vantagem ou regalia, além do respectivo salário, pago na base de dia de trabalho efetivamente realizado.

§ 5º. O pessoal para obras estará automaticamente dispensado com a conclusão dos trabalhos para os quais tenha sido admitido, não lhe sendo contado, para nenhum efeito, o tempo em que neles tenha servido, embora seja posteriormente admitido para serviço de natureza permanente.

§ 6º. As cadernetas de ponto, boletim de frequência, ficha financeira e folhas de pagamento serão de modelo privativo, para esse pessoal, devendo o pagamento ser feito ao próprio interessado.

§ 7º. O pessoal para obras não poderá, em hipótese alguma, ser aproveitado, mesmo em caráter transitório, em funções de natureza permanente.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 40. Nenhuma importância global poderá ser solicitada para realização de obras, sem prévio projeto e respectivo orçamento, desdobrado este em despesa com pessoal e material.

§ 1º. Sancionado o orçamento da despesa, será revisto o programa dos trabalhos a serem executados, tendo-se em vista as dotações nele consignadas.

§ 2º. A discriminação da despesa com o pessoal para obras em relação às diversas fases do programa de trabalho, será previamente registrada nos serviços de pessoal, de contabilidade e no serviço técnico respectivo.

Art. 41. As despesas do pessoal extranumerário, parte variável do orçamento, ficam sujeitas a registro prévio do Tribunal de Contas, desde que não tenha se verificado a distribuição a repartições pagadores onde haja delegações. As ordens de pagamento serão encaminhadas diretamente ao Tribunal de Contas, devendo constar, de modo expresso, que foram observadas as prescrições legais para a admissão desse pessoal, inclusive os limites previstos nos artigos 30 e 45 desta lei. A inobservância dessa exigência importará na recusa do registro, sem prejuízo das penas do artigo 28, parágrafo único, desta lei, à autoridade que concorrer para esse mesmo fato.

Art. 42. O pagamento de qualquer folha de extranumerário, sem o registro determinado no artigo 41, importará em pena de multa ao chefe da repartição que determinar o pagamento e ao tesoureiro que o providenciar, além de outras sanções penais previstas em lei.

Art. 43. Nenhum nome de extranumerário poderá ser incluído em folha de pagamento ou ter a situação anterior alterada, sem que esse fato decorra do assentamento feito na ficha financeira individual.

Art. 44. Excetuada apenas a averbação de descontos autorizados, nenhum assentamento novo ou alteração poderá ser feito na ficha financeira individual, sem que tenham sido observadas todas as normas fixadas na presente lei, inclusive a publicação no *Boletim do Pessoal* ou no *Diário Oficial*, cuja referência será obrigatoriamente lançada na mesma ficha.

Art. 45. As folhas de pagamento de salário e de demais despesas com o pessoal, só poderão ser elaboradas e processadas dentro dos limites da distribuição feita para as sub-consignações próprias.

Art. 46. É absolutamente vedado admitir pessoal extranumerário ou para obras à conta de verba que não seja a própria.

§ 1º. É igualmente vedado admitir pessoal extranumerário ou para obras à conta de saldo de verba pessoal, parte fixa.

§ 2º. Os funcionários que infringirem as disposições deste artigo serão passíveis de pena de suspensão.

Art. 47. Nenhum pagamento poderá ser feito ao pessoal extranumerário, correspondendo a serviço prestado além das horas regimentais de trabalho, sem a comprovação de ter havido autorização de autoridade competente, dada em processo de que constem a discriminação dos serviços, a indicação dos dias, horas e local de trabalho, e o empenho da despesa à conta da dotação própria.

Art. 48. É vedado empenhar qualquer importância, como se fora para trabalho executado além do período regimental, com o objetivo de estabelecer melhor salário, qualquer que seja o motivo.

Art. 49. Excetuando-se os contratados, o pessoal extranumerário não poderá ter salário superior aos vencimentos dos funcionários que executarem trabalho análogo.

Art. 50. O pessoal extranumerário não poderá perceber qualquer estipêndio além dos salários tabelados e do que for expressamente estabelecido em lei, observadas sempre as normas fixadas na presente lei.

Art. 51. O extranumerário de qualquer das modalidades poderá ser aproveitado ou classificado em função de menor salário, não lhe cabendo, por isso, remuneração suplementar.

Art. 52. A designação de um extranumerário para executar trabalhos correlatos com o da função que exerce, não lhe dá direito a maior salário, sendo vedado o comissionamento com remuneração aditiva.

Art. 53. É vedado atribuir aos extranumerários gratificações de qualquer espécie em virtude da natureza e condições especiais do trabalho ou pelo desempenho de atribuições pertinentes a funcionários com vencimentos maiores que os seus salários, desde que não decorra de dispositivo expresso da lei, havendo dotação orçamentária própria.

Art. 54. As vantagens relativas a férias, licenças e consignações dos funcionários públicos são extensivas, no que lhes for aplicável, aos contratados e mensalistas, dentro do prazo de validade do contrato para aqueles e do exercício financeiro para estes.

Art. 55. Será obrigatória a publicação periódica, pelo *Boletim do Pessoal*, de toda e qualquer despesa realizada com o pessoal, em cada órgão do serviço.

Art. 56. Os órgãos pagadores serão balanceados, no mínimo duas vezes por ano, não se julgando legal qualquer despesa de pessoal, cujo comprovante não corresponda fielmente às publicações feitas no *Boletim do Pessoal*, embora autorizadas pela autoridade competente.

Parágrafo único. O Serviço do Pessoal diligenciará no sentido do cumprimento deste artigo.

Art. 57. A presença em serviço deverá ser constatada por meio de relógio-ponto, sempre que possível.

Art. 58. Será fixada uma tabela de produção mínima para cada natureza e condição de trabalho industrial.

Parágrafo único. O extranumerário que não produzir o mínimo estipulado na tabela estará automaticamente dispensado.

Art. 59. Nenhum extranumerário poderá servir fora da repartição para a qual tenha sido admitido, salvo caso previsto em lei.

Art. 60. O extranumerário admitido para determinada função só poderá ser aproveitado em função de natureza diferente, mediante todo o processamento previsto para as admissões, inclusive a prova de habilitação.

Parágrafo único. A infração deste artigo determinará a dispensa automática do extranumerário e a responsabilidade do chefe de serviço respectivo.

Art. 61. É vedado permitir-se que qualquer pessoa entre em exercício, antes de se ultimar o processo de sua admissão.

Art. 62. É vedado ao pessoal extranumerário sindicalizar-se.

Art. 63. Os funcionários e chefes de serviço que não observarem rigorosamente a presente lei, serão punidos com suspensão até 30 dias, além da responsabilidade pecuniária correspondente à despesa realizada.

Art. 64. O Departamento Administrativo, previsto no art. 67, da Constituição, promoverá inspeções periódicas nos Serviços de Pessoal e nas repartições, determinando o cancelamento imediato de quaisquer atos que estiverem em desacordo com a presente lei e tomando as providências complementares nela previstas.

Art. 65. São nulos de pleno direito quaisquer atos que contrariem o disposto na presente lei.

Art. 66. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 67. Ficam revogados os decretos ns. 871, 872 e 873, de 1 de junho de 1936.

Parágrafo único. Continuam em vigor as tabelas que figuram anexadas aos decretos referidos, até que sejam expedidas outras em sua substituição.

Art. 68. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

M. de Pimentel Brandão.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falcão.

Portaria n. de de de 19...

O Ministro de Estado,
devidamente autorizado pelo Senhor Presidente da República, em
despacho exarado na exposição de motivos n. de de

..... de 19...., e na forma do que prescreve o item V do art. 26 do decreto-lei n. de de de 19....

Resolve:

admitir como extranumerário mensalista

(nome por extenso)

pelo prazo de..... meses, para desempenhar as funções de

(denominação da função)

(repartição)

mediante o salário mensal de\$.... (.....), correndo a despesa correspondente por conta da verba consignação "Pessoal Variável", sub-consignação n., item, do orçamento em vigor.

Esta portaria de admissão poderá ser cancelada antes de terminado o prazo nela estipulado, se assim convier aos interesses da administração pública e sem que caiba ao extranumerário mensalista qualquer direito de indenização ou reclamação.

Rio de Janeiro, de de 19.....

De acordo com o despacho exarado pelo Senhor Presidente da República na exposição de motivos n., de de de 19....., deste Ministério, que acompanhou a relação nominal publicada no de de de 19...., fica a presente portaria prorrogada até de de 19....

Rio de Janeiro, de de 19....

De acordo com o despacho exarado pelo Senhor Presidente da República na exposição de motivos n., de de de 19....., deste Ministério, que acompanhou a relação nominal publicada no de de de 19...., fica a presente portaria prorrogada até de de 19....

Rio de Janeiro, de de 19....

De acordo com o despacho exarado pelo Senhor Presidente da República na exposição de motivos n., de de de 19....., deste Ministério, que acompanhou a relação nominal publicada no de de de 19...., fica a presente portaria prorrogada até de de 19....

Rio de Janeiro, de de 19....

De acordo com o despacho exarado pelo Senhor Presidente da República na exposição de motivos n., de de de 19....., deste Ministério, que acompanhou a relação nominal publicada no de de de 19...., fica a presente portaria prorrogada até de de 19....

Rio de Janeiro, de de 19....

De acordo com o despacho exarado pelo Senhor Presidente da República na exposição de motivos n., de de de 19....., deste Ministério, que acompanhou a relação nominal publicada no de de de 19....., fica a presente portaria prorrogada até de de 19....

Rio de Janeiro, de de 19....
.....

DECRETO-LEI N. 241 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1938

Dispõe sobre o imposto de licença para funcionamento, no Distrito Federal, dos casinos-balneários e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º O imposto de licença para funcionamento, no Distrito Federal dos casinos-balneários, a que se referem as instruções de 4 de março de 1935, da antiga Diretoria Geral da Fazenda Municipal e o disposto no n. 80 do decreto legislativo municipal n. 122, de 14 de novembro de 1936, é, para cada um deles, desdobrado em duas partes: a primeira, fixa para cada trimestre do ano, a segunda proporcional ao número de meses de jogo em funcionamento.

§ 1.º A primeira parte do imposto é fixada em 9, 10, 11 e 12 contos de réis diários, respectivamente, nos 1.º, 2.º, 3.º e 4.º trimestres do ano.

§ 2.º A segunda parte do imposto é calculada à razão de 250\$000 por mesa de jogo que funcionar em cada sessão diária.

§ 3.º No imposto acima está incluída a taxa de serviços municipais, sujeito, entretanto, ainda, o casino ao pagamento do imposto de licença para localização de estabelecimento.

Art. 2.º Da renda líquida apurada, depois de deduzidos os encargos da Inspetoria de Fiscalização e a quota de um terço da renda bruta a título de licença especial de funcionamento, será deduzida a percentagem de 10 %, que competirá à Polícia Civil do Distrito Federal, podendo o prefeito utilizar-se, a seu critério, da de 20 % para subvenções a instituições de assistência social e fomento do turismo.

Art. 3.º A fiscalização da fiel observância da arrecadação dos impostos devidos, bem como das prescrições e instruções regulando o funcionamento dos casinos, será exercida pelo pessoal da Inspetoria Fiscal de Diversões e Jogos em Casinos Balneários, superintendida por um inspetor geral, cujo quadro e respectivos vencimentos compreenderá:

1 inspetor geral, com vencimento anual de	33:000\$000
4 inspetores, com vencimento anual, cada um.....	30:000\$000
12 fiscais, com vencimento anual, cada um, de.....	21:600\$000
Paragrafo único. Como auxiliares de administração haverá ainda o seguinte pessoal, com a composição e vencimentos seguintes:	
2 amanuenses, com vencimento anual, cada um, de..	12:000\$000
1 datilógrafo, com vencimento anual de.....	9:000\$000
1 servente, com vencimento anual de	5:400\$000

Art. 4.º O pessoal da Inspetoria será nomeado pelo Prefeito.

Paragrafo único. O cargo de inspetor-geral será provido, em comissão, por livre escolha do Prefeito.

Art. 5.º Os serventuários da actual Inspetoria Geral do Jogo, que não forem aproveitados nos quadros a que se refere o artigo 3.º desta lei, mas reunirem condições de idoneidade, capacidade e mais qualidades necessarias á admissão aos cargos publicos, serão mantidos, enquanto bem servirem, a juizo do Prefeito, sob o regimen de contrato, após feita a revisão dos titulos respectivos, podendo ingressar, segundo as suas aptidões, nos quadros das repartições da Prefeitura em que estiverem servindo ou vierem a servir.

Paragrafo unico. Ao pessoal contratado, sem exercicio em qualquer repartição, será abonado, mensalmente, o estipendio correspondente á metade dos vencimentos dos respectivos contratos.

Art. 6.º As vagas que ocorrerem no quadro da extinta Inspetoria Geral do Jogo serão suprimidas até atingir o numero fixado nos quadros desta lei, para cada categoria, sendo, daí em diante, providas, as de fiscal-chefe, por fiscaes, e as demais por pessoas idoneas, sempre a juizo do Prefeito.

§ 1.º As substituições interinas, nos quadros efectivos, far-se-ão obedecendo á seguinte ordem: a de inspetor, por fiscal, a de fiscal por fiscal excedente do quadro efectivo, ou, no caso de não haver serventuario dessa categoria excedente do quadro efectivo, por pessoa idonea designada em qualquer caso, pelo Secretario Geral de Finanças.

§ 2.º Será observado, no provimento efectivo dos cargos dos quadros ora creados, o mesmo critério adoptado para as substituições interinas, cabendo ao Prefeito a expedição dos atos respectivos.

Art. 7.º Fica subordinada á Secretaria Geral de Finanças a Inspetoria Fiscal de Diversões e Jogos em Casinos-balnearios, cabendo recurso ao Secretario Geral de Finanças das decisões proferidas pelo inspetor-geral.

Art. 8.º O Prefeito baixará, dentro em 30 dias, instruções para a execução deste decreto.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1938. 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 242 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1938

Regula a cobrança da taxa de expediente municipal

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º A taxa de expediente será cobrada pela Prefeitura do Distrito Federal em estampilhas municipais de expediente, inutilizadas com a data e assinatura quando apostas pela parte, ou inutilizadas nos departamentos da Prefeitura, mediante data e carimbo, quando apostas em documentos já em processo, de conformidade com as seguintes disposições:

§ 1.º. Os documentos apresentados pelos interessados pagarão de acordo com a seguinte tabela:

a) Requerimento, memorial ou representação.....	3\$600
b) Requerimento pedindo: concessão para exploração do serviço ou utilidade pública; renovação daquela cujo prazo haja terminado; auxílios ou favores.	240\$000

- c) Qualquer documento, inclusive procuração e atestado, acompanhando os referidos nas letras anteriores, ou apresentados para instruir requerimento ou processo 2\$000

§ 2º. A execução, por solicitação de parte interessada, dos atos que vão discriminados está sujeita à seguinte tabela:

- a) Certidão por folha 6\$000
 b) Certidão expedida nos termos do art. 30 do decreto n. 830, de 1911 6\$000
 c) Busca de papeis para certidão, relativamente a cada ano indicado pela parte 5\$000
 d) Levantamento de perempção, pelo esgotamento do prazo legal para apresentação de recurso, ou satisfação de exigência 12\$000
 e) Revalidação de qualquer ato 12\$000

§ 3º. A expedição de guia para os pagamentos abaixo mencionados está sujeita a expediente de acordo com a seguinte tabela:

- a) Do imposto de transmissão de bens móveis, ou imóveis, neste caso por prédio ou terreno que constar da guia 6\$000
 b) Para o trânsito de carnes, miúdos de rezes, inflamáveis, corrosivos, explosivos e lança-perfumes, cada uma 2\$000
 c) De outros impostos não compreendidos nas letras anteriores, cada uma 2\$000

§ 4º. A nova remessa aos guichês de cobrança, depois do dia da emissão, de certidões e guia extraídas por solicitação dos interessados e que foram devolvidas por culpa dos mesmos, está sujeita a pagamento de expediente pela seguinte tabela:

- a) Do imposto de transmissão de propriedade 10\$000
 b) De outro qualquer imposto, taxa, contribuição ou emolumento 5\$000
 c) De alvará ou guia de imposto que deva ser pago diariamente 3\$000

§ 5º. Os atos relativos ao pessoal da Prefeitura estão sujeitos, conforme discriminação, à seguinte tabela:

- a) Nomeação ou designação efetiva, interina ou em comissão para cargo municipal, sobre a totalidade dos vencimentos de um ano 4 %

A — A importância da taxa será cobrada em prestações no prazo de um ano, salvo o caso do interessado preferir pagá-la de uma só vez.

II — A taxa sobre nomeação interina ou em comissão, ainda que o interino ou comissionado seja empregado municipal, será cobrada em quotas mensais e pelo período de exercício não excedente a um ano.

III — A importância da taxa paga em virtude de nomeação interina ou efetiva, anteriormente verificada, será levada em conta no cálculo da devida pelo novo ato.

- b) Pelo aumento de vencimentos ou de quaisquer outros proventos (quotas, percentagens e gratificação de função), em consequência de promoção, transferência de cargo, ou designação, será pago de uma só vez e relativamente à diferença fixa ou estimada. 4 %

c) Pela concessão de licença, ou prorrogação da concedida a funcionários:

- | | |
|---|---------|
| I — Com vencimentos mensais até 600\$000..... | 5\$000 |
| II — Com vencimentos superiores a essa importância. | 10\$000 |

§ 6.º A taxa de expediente da nomeação efetiva ou interina de despachante ou de preposto de despachante será paga de uma só vez para a expedição do respectivo título de acordo com a seguinte tabela:

- | | |
|---|----------|
| a) Nomeação de despachante. | 240\$000 |
| b) Idem de preposto de despachante..... | 120\$000 |

§ 7.º Nos contratos celebrados pela Prefeitura, que sejam lavrados nos livros de seus departamentos, será cobrada a taxa de expediente, por conto de réis ou fração de 3\$000.

§ 8.º Os pagamentos relativos a contratos e fornecimentos estão sujeitos às seguintes taxas:

- | | |
|---|--------|
| a) Das arrematações nas vendas efetuadas por leiloeiros, em casas de penhores, sobre o produto de cada lote | 2 % |
| b) Pelos anúncios de leilão colocados nos prédios em que ele se realize, e por anúncio..... | 2\$000 |
| c) Pelos avisos de aluguel ou vendas de prédios colocados em qualquer parte dos mesmos, cada aviso..... | 2\$000 |

§ 10. Estão sujeitos a pagamento de multa, nos termos da seguinte tabela:

- | | |
|---|----------|
| a) Procura de certidão requerida, depois de 30 dias da data marcada, no ato do pedido, para a sua entrega, em estampilhas de expediente..... | 10\$000 |
| b) Pela infração do disposto nas letras a e b, do § 9º, paga pelo leiloeiro, além do principal devido, em cada caso. | 100\$000 |
| c) Pela infração do disposto na letra c, do § 9º, pagará o responsável. | 30\$000 |
| d) Pelo aproveitamento de estampilha de taxa de expediente que já tenha servido, pagará o responsável, além da taxa que for devida, a multa de..... | 100\$000 |

§ 11. O funcionário que receber da parte requerimento ou documento sujeito a taxa de expediente, sem exigir a aplicação da que for devida, incorre na multa, descontada de seus vencimentos, de 50\$000.

§ 12. São isentos da taxa de expediente:

a) os requerimentos solicitando admissão de menores nos Institutos Profissionais da Prefeitura e os documentos exigidos para a admissão;

b) os conhecimentos de averbação e outros documentos fornecidos pela Prefeitura, juntos a requerimento;

c) as certidões e os requerimentos respectivos, relativamente ao serviço de sorteio militar, e bem assim para fins eleitorais;

d) as certidões de tempo de serviço ou de exercício de qualquer comissão, requeridas por funcionários ou operários municipais, e os respectivos requerimentos;

e) os títulos de pensões, requerimentos e quaisquer outros documentos ou papéis relativos aos negócios do Montepio dos Empregados Municipais;

f) os contratos de empreitada e os de locação de serviços em que o empreiteiro ou locador forneça exclusivamente seu trabalho pessoal, e os que tenham por objeto trabalhos intelectuais celebrados por advogados, médicos, professores, e outros profissionais;

g) as matrículas para a utilização dos serviços dos ambulatórios da Assistência Municipal, quando se tratar de pessoas de reconhecida pobreza;

h) os requerimentos de associações de beneficência, caridade, ou instrução gratuita.

§ 13. Estende-se ao Montepio dos funcionários municipais, no que lhe for aplicado, o disposto nas letras a e c do § 1º, a e c, do § 2º, § 5º, e § 12.

Art. 2º Fica revogado o decreto n. 4.617, de 2 de janeiro de 1934, e mais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 243 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1938

Dispõe sobre a prestação de serviços de assistência, de enterramento e proteção sanitária animal e medicina veterinária e cobrança das respectivas taxas remuneratórias, e dá outras providências.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, de 10 de novembro de 1937, decreta:

Art. 1º. A cobrança das taxas de socorro, de enterramento e dos serviços de proteção sanitária animal e medicina veterinária, será feita de acordo com a presente lei e observadas as tabelas a, b e c anexas.

Art. 2º. Os medicamentos ou material cedidos pelas farmácias, dispensários e hospitais em casos de extrema urgência, e excepcionais, em dose restrita para aplicação imediata, serão cobrados pelo preço do custo.

Art. 3º. O internamento e tratamento nas enfermarias serão gratuitos para os pobres. Os doentes de necessidade relativa ou tendo responsáveis não necessitados, pagarão a taxa n. 170.

Art. 4º. Os socorros prestados aos acidentados na via pública ou em lugares públicos, salvo os casos de acidentes de trabalho, estão isentos da cobrança das taxas.

Parágrafo único. Os primeiros socorros prestados nos dispensários e hospitais aos acidentados na via pública ou em lugares públicos, serão gratuitos, salvo os de acidente de trabalho e em pessoas não necessitadas que precisem de grandes intervenções médicas ou cirúrgicas, exames especializados ou internação, e que não possam ou não queiram ser removidos.

Art. 5º. Em caso de lesões múltiplas, a cobrança do socorro será feita sempre por uma única rubrica da tabela; prevalecendo entretanto a de maior preço.

Art. 6º. Será atribuída ao médico ou acadêmico que praticar o socorro a classificação do mesmo no respectivo boletim, indicando

juntamente com o diagnóstico, o número que lhe corresponder na presente tabela.

Art. 7º. Caso o socorrido, ou o seu representante legal, não satisfaça o pagamento do socorro dentro do prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do recebimento da intimação, nem seja exonerado da dívida, ser-lhe-á imposta a multa de 50\$ (cincoenta mil réis), elevada ao dobro si não for paga dentro de novo prazo de 15 (quinze) dias, observadas as formalidades instituídas no Regulamento da Secretaria de Saúde e Assistência, que estiver em vigor.

Art. 8º. Os funcionários ou empregados municipais, terão um abatimento de 50 % extensivo às pessoas de sua família que vivam às suas expensas, em todas as taxas discriminadas na tabela, sendo gratuito para os que, funcionários municipais ou não, tiverem vencimentos inferiores a 500\$ (quinhentos mil réis), incluindo-se outrossim, nessa isenção, os que, embora de vencimentos superiores e no máximo até 1:000\$ (um conto de réis), forem pais de prole numerosa.

Art. 9º. O diretor de Assistência Hospitalar, de acordo com os documentos que lhe forem apresentados e a seu critério, poderá fazer reduções em todas as taxas, nunca ultrapassando, porem, o máximo de 30 %.

Art. 10. A inumação de indigente será gratuita.

Art. 11. O embelezamento do carneiro consiste na colocação de lápides, ornatos, símbolos ou monumentos que não poderão, entretanto, exceder os limites das respectivas paredes.

Art. 12. O embelezamento da sepultura rasa consiste na construção de baldrames, com a altura máxima de quarenta centímetros e sem prejuízo das ruas de separação, sobre os quais poderão ser colocados símbolos, ornatos e lápides.

Art. 13. O ladrilhamento do solo em torno do carneiro ou jazigo poderá ser permitido desde que atinja toda a largura das ruas de separação.

Art. 14. Os interessados perderão direito ao material ou ornamentos retirados dos carneiros ou sepulturas rasas, si não reclamados até trinta (30) dias depois da exumação.

Art. 15. Todos os proprietários de animais no Distrito Federal, estão sujeitos ao pagamento de impostos e taxas para fins de inspeção veterinária, sob pena de multa, salvo os casos previstos nos dispositivos legais.

§ 1º. A matrícula e o imposto de licença, a taxa, a guia de transferência e a baixa serão cobrados de acordo com a presente lei e os regulamentos vigentes.

§ 2º. A guia de transferência do animal será paga pelo adquirente.

§ 3º. Os proprietários de animais na zona rural pagarão os impostos de licença e matrícula com abatimento de 50 % (cincoenta por cento).

Art. 16. O Hospital Veterinário Municipal pode se encarregar de serviços de Assistência Médica Veterinária mediante solicitação dos interessados pelos animais, desde que os proprietários se submeçam ao pagamento dos respectivos serviços médicos de acordo com a tabela anexa, excetuados os casos de gratuidade previstos por lei.

Art. 17. As diárias de animais no Hospital Veterinário serão cobradas de acordo com as taxas estabelecidas na presente lei.

Parágrafo único. Por uma diária entende-se o período decorrido de vinte e quatro horas de estadia dos animais no depósito ou nas enfermarias do Hospital Veterinário Municipal.

Art. 18. Os proprietários de cães inhumados perderão direito ao

rasas si os não reclamarem até 15 (quinze) dias depois de findo o prazo de sepultamento.

§ 1º. As sepulturas rasas devem obedecer às disposições regulamentares.

§ 2º. Qualquer construção de jazigo ou embelezamento de sepultura raza ou carneiro de cães não poderá ser iniciada sem a autorização prévia da repartição.

Art. 19. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Tabelas de taxas dos serviços da Secretaria Geral de Saúde e Assistência Pública, a que se refere o decreto n. 243, de 4 de fevereiro de 1938

TABELA A

TAXAS DE SOCORRO

1. Socorro médico ou cirúrgico de urgência, compreendendo exame, terapêutica, por via oral, balneoterapia, clisteres, enteroclises, revulsões cutâneas, ventosas*secas ou sarjadas, oxigenoterapia ou carbogenoterapia, respiração artificial, inalações ou ainda pequenos curativos oclusivos e pequenas saturas superficiais.....	10\$000
2. Injeções sedativas, analgésicas, cardiotônicas (por quaisquer vias) por empola	2 \$000
3. Injeções de soros (preventivos ou curativos) por empola	5\$000
4. Injeções de soro fisiológico (250 cc.).....	5\$000
5. Injeções de soro glicosado (250 cc.).....	8\$000
6. Lavagem do estômago.....	10\$000
7. Sangria.	20\$000
8. Pequenas anestésias gerais.....	20\$000
9. Grandes anestésias gerais.....	50\$000
10. Sutures profundas e extensas.....	50\$000
11. Pavilhão auricular, língua, nariz, cavidade bucal ou pálpebras.	20\$000
12. Sutures nervosas ou tendinosas.....	20\$000
13. Sutura vascular.	100\$000
14. Corpos estranhos superficiais (com ou sem Raio X)	20\$000
15. Corpos estranhos profundos.....	50\$000
16. Intervenção em vasos profundos.....	100\$000
17. Intervenção em abscessos ou panarícios.....	20\$000
18. Intervenção em flemões.....	50\$000
19. Uretroscopia.	50\$000
20. Esofagoscopia.	150\$000
21. Bronquioscopia.	200\$000
22. Cistoscopia.	50\$000
23. Retoscopia ou anuscopia.....	20\$000
24. Sigmoidoscopia.	50\$000
25. Transfusão de sangue.....	200\$000

26. Sangue para transfusão (grama).....	1\$000
27. Sangue imunizado para transfusão (grama).....	1\$500

Tratamentos especializados

Cabeça :

28. Contusão do crâneo (incluindo a raquicêntese, com ou sem Raio X).....	250\$000
29. Fratura fechada do crâneo (incluindo a raquicêntese, com ou sem Raio X).....	300\$000
30. Fratura aberta do crâneo.....	400\$000
31. Craneotomia descompressiva.....	500\$000
32. Craneotomia por lesões meninge-encefálicas ou vasculares.	1:000\$000
33. Fratura fechada dos ossos da face.....	50\$000
34. Fratura aberta dos ossos da face.....	200\$000
35. Intervenções nos ossos da face.....	300\$000
36. Luxação do maxilar inferior.....	20\$000
37. Fratura fechada do maxilar inferior.....	50\$000
38. Fratura aberta do maxilar inferior.....	200\$000
39. Corpos estranhos da córnea.....	20\$000
40. Corpos estranhos intra-oculares.....	50\$000
41. Corpos estranhos no conduto auditivo externo.....	20\$000
42. Corpos estranhos nas fossas nasais.....	20\$000
43. Trepanação da mastoide.....	400\$000
44. Enucleação do globo ocular.....	400\$000
45. Epistaxis.	20\$000
46. Trepanação dos antros faciais.....	200\$000
47. Sutura no globo ocular.....	50\$000
48. Paracêntese do tímpano.....	20\$000

Pescoço :

49. Feridas dos vasos e nervos profundos.....	200\$000
50. Feridas do conduto laringo-traqueal.....	300\$000
51. Feridas da faringe e esôfago.....	500\$000
52. Traqueotomia.	100\$000
53. Tubagem da laringe.....	50\$000
54. Corpos estranhos da laringe e faringe.....	30\$000

Rache :

55. Luxação da coluna vertebral.....	200\$000
56. Fratura fechada da coluna vertebral.....	500\$000
57. Fratura aberta da coluna vertebral.....	1:000\$000

Tórax:

58. Ferida penetrante.	100\$000
59. Intervenção no pulmão.	500\$000
60. Intervenção no coração.	800\$000
61. Intervenção em vasos profundos.....	800\$000
62. Punção na pleura.....	50\$000
63. Pleurotomia de urgência.....	200\$000
64. Punção no pericárdio.....	50\$000
65. Pericardiotomia de urgência.....	300\$000
66. Luxação da clavícula.....	20\$000
67. Fratura fechada da clavícula, externo ou omoplata.....	50\$000
68. Fratura aberta da clavícula, externo ou omoplata..	100\$000
69. Osteosíntese de clavícula, externo ou omoplata...	200\$000
70. Fratura fechada de costelas.....	50\$000
71. Fratura aberta de costelas.....	100\$000
72. Ressecção costal de urgência.....	200\$000
73. Pneumotórax de urgência.....	150\$000

Abdomen e bacia :

74. Feridas penetrantes do abdomen, tóraco-abdominais, contusões abdominais com lesões viscerais, ou vasculares, torsão de pedículo do ovário, ileons mecânicos ou dinâmicos ou quaisquer abdomens agudos cirúrgicos, exigindo laparatomias ou tóraco-freno laparatomias.	1:000\$000
75. Apendicictomias e hérnias estranguladas em geral	500\$000
76. Anus contra a natureza.	500\$000
77. Paracênteses do abdomen.	30\$000
78. Fratura fechada da bacia.	50\$000
79. Fratura fechada da bacia com lesões de tecidos ou órgãos.	500\$000
80. Fratura aberta da bacia.	300\$000
81. Fratura aberta da bacia com lesões de tecidos ou órgãos.	500\$000

Aparelho gênito-urinário :

82. Colpotomia de urgência.	200\$000
83. Curagem e curetagem.	200\$000
84. Hematocolpos.	200\$000
85. Feridas ou pequenas intervenções da vulva e vagina	50\$000
86. Perineorrafia de urgência.	200\$000
87. Nefrectomia de urgência descapsularização.	800\$000
88. Fleimão urinoso.	200\$000
89. Rutura traumática da uretra.	200\$000
92. Cateterismo da uretra.	20\$000
91. Cistostomia.	200\$000
92. Cateterismo da uretra.	30\$000
93. Punção vesical.	20\$000
94. Prolápio uterino (reduções)	50\$000
95. Inversão utérica (cura).	500\$000
96. Fimoses.	50\$000
97. Parafimoses.	30\$000
98. Cateterismo uretral.	200\$000

Reto e anus :

99. Imperfuração ano-retal.	100\$000
100. Feridas e ruturas do reto.	500\$000
101. Corpos estranhos do reto.	30\$000
102. Prolápio retal, redutível.	30\$000
103. Prolápio retal irreductível.	200\$000
104. Feridas ou ruturas da bexiga.	500\$000
105. Feridas no rim (lombotomia).	600\$000
106. Contusão renal.	100\$000
107. Uretrotomia interna.	80\$000
108. Idem externa.	150\$000
109. Parto natural.	200\$000
110. Intervenção em parto distócico.	400\$000
111. Cesariana abdominal.	500\$000

Membros:

Redução e imobilização provisória nas luxações ou fraturas:

112. Membro superior (sem R. X.)	20\$000
113. Membro inferior (sem R. X.)	30\$000
114. Das falanges e temporo-mandibular.	10\$000
115. Do carpo ou tarso.	10\$000
116. Do punho ou tornozelo.	20\$000
117. Do cotovelo ou joelho.	50\$000

118. Da escápulo-humeral.	30\$000
119. Do quadril.	50\$000

Nota : No caso de redução e imobilização definitiva as taxas serão acrescidas de 20 %.

Tratamento sangrento das luxações :

120. Das falanges.	50\$000
121. Do carpo ou tarso.....	100\$000
122. Do punho, tornozelo ou clavícula.....	200\$000
123. Do cotovelo ou joelho.....	300\$000
124. Da escápula humeral ou quadril.....	400\$000

Tratamento sangrento das fraturas :

125. Das falanges.	50\$000
126. Do carpo ou tarso.....	300\$000
127. Do braço ou coxa.....	400\$000

Tratamento das fraturas ou luxações complicadas :

128. Das falanges e têmporo-mandibulares.....	100\$000
129. Do carpo ou tarso.....	200\$000
130. Do punho ou tornozelo.....	300\$000
131. Do cotovelo ou joelho.....	500\$000
132. Da escápula humeral ou quadril.....	800\$000

Artrotomias: (por traumatismos articulares):

133. Pequenas articulações.	50\$000
134. Grandes articulações.	300\$000

Amputações — Desarticulações ou Ressecções :

135. Das falanges (por falange).....	20\$000
136. De mão ou pé (total ou parcial).....	200\$000
137. De ante-braço ou perna.....	300\$000
138. De braço ou coxa.....	500\$000

Feridas articulares :

139. Das grandes articulações	200\$000
140. Das pequenas articulações	30\$000
141. Entorses (com radioscopia).....	20\$000

Queimaduras :

142. Parciais.	10\$000
143. Generalizadas (1º curativo).....	100\$000

Rádio-diagnóstico:

144. Mão — punho — ante-braço — cotovelo — braço, pé ou tornozelo.....	50\$000
145. Costela e maxilar inferior.....	80\$000
146. Perna — joelho — coxa — quadril ou sacrum.....	80\$000
147. Crâneo ou face.....	100\$000
148. Bacia.	100\$000
149. Rache (qualquer segmento).....	120\$000
150. Bacia (com fim obstétrico).....	150\$000
151. Pulmões.	100\$000
152. 1 rim ou utero ou bexiga.....	80\$000
153. 2 rins ou 2 ureteres.....	120\$000
154. Ventre.	100\$000
155. Esôfago.....	100\$000
156. Coração e grossos vasos.....	120\$000

157. Estômago e duodeno.....	120\$000
158. Estômago e duodeno e série.....	150\$000
159. Cecum — apêndice.....	120\$000
160. Grosso intestino	150\$000
161. Ventriculografia.	500\$000
162. Mielografia.	400\$000
163. Colecistografia.	120\$000
164. Uretrografia ou pneumacistografia.....	120\$000
165. Pielografia.	200\$000
166. Histero-salpingografia	300\$000
167. Artropneumografia.	200\$000
168. Decalque de radiografia.....	10\$000

Nota : Todas estas taxas se referem aos primeiros socorros.

Internamento :

169. Quarto de 1ª classe (diária) — (para os grandes queimados haverá um acréscimo de 50 % até o 10º dia de internação).....	40\$000
170. Acompanhantes sem direito a refeição (diária)...	20\$000
171. Quarto de 2ª classe (para os grandes queimados haverá um acréscimo de 20 % até o 10º dia da internação) — (diária).....	20\$000
172. Enfermaria (diária).	10\$000

Sala de operações :

173. Para pequenas intervenções.....	50\$000
174. Para grandes intervenções	100\$000

Socorro a domicílio :

175. Na tabela relativa aos socorros urgentes, quando seja necessário ambulância, haverá um acréscimo da taxa de.	5\$000
---	--------

Aluguel de ambulâncias para remoções:

176. 1ª hora.	30\$000
177. Pelas demais horas que se seguirem a.....	20\$000
178. Aluguel para remoção de cadáveres (hora).....	40\$000

Nota : A primeira hora será sempre cobrada por inteiro e as que se seguirem por fração de meia hora.

Matrícula :

179. Sobre cada cartão de matrícula emitido pelo Dispensário ou Hospital e válido para o período do exercício vigente será cobrada, em selo municipal colocado no próprio cartão, a taxa de.....	2\$000
--	--------

TABELA B

TAXAS DE CEMITÉRIOS

Inhumações em sepultura raza :

1. Adulto, por cinco anos.....	25\$000
2. Infante, por tres anos.....	10\$000

Inhumações em carneiro :

3. Adulto, por cinco anos.....	300\$000
4. Infante, por tres anos.....	180\$000

Reforma de prazo :

5. Sepultura raza de infante, por tres anos.....	20\$000
6. Sepultura raza de adulto, por cinco anos.....	40\$000
7. Carneiro de adulto, por cinco anos.....	400\$000
8. Carneiro de infante, por tres anos.....	220\$000

Concessões perpétuas:

9. Sepultura raza de adultos, perpetuada.....	350\$000
10. Sepultura raza de infante, perpetuada.....	250\$000
11. Carneiro de adulto, perpetuado.....	1:000\$000
12. Carneiro de infante, pepetuado.....	850\$000
13. Si qualquer dessas perpetuidades for solicitada dentro dos primeiros seis meses da occupação ou reforma, levar-se-á em conta toda a importância da taxa que houver sido paga.	
14. Terreno para jazigo perpétuo, por metro quadrado..	300\$000
15. Nicho em columbário para ossada, exhumação nos cemitérios municipais ou de outras procedências.	120\$000

Outras taxas :

16. Abertura da sepultura para depósito de ossada....	10\$000
17. Abertura e fechamento de carneiro perpétuo para nova exhumação.....	30\$000
18. Exhumação a requerimento do interessado.....	20\$000
19. Abertura de cova a requerimento do interessado antes de vencido o prazo regulamentar.....	500\$000
20. Depósito de ossada por seis meses (art. 227 do regulamento em vigor).....	60\$000
21. Licença para construção de jazigo por metro quadrado.	15\$000
22. Embelezamento de carneiro.....	60\$000
23. Embelezamento de sepultura raza.....	10\$000
24. Retirada de ossada do cemitério.....	20\$000
25. Retirada de ossada do cemitério para nicho ou jazigo	60\$000
26. Depósito de ossos em jazigo, quando requerido pelo respectivo proprietário, de pessoas não incluídas na lei civil.....	120\$000

TABELA C

TAXAS DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SANITÁRIA ANIMAL E MEDICINA VETERINÁRIA

Imposto :

1. O imposto anual por animal de pequeno porte.....	2\$000
2. Idem, idem, de grande porte.....	5\$000

Matrícula :

3. Animal de grande porte.....	5\$000
4. Animal de pequeno porte.....	2\$000
5. Numeração do animal.....	1\$000
6. Retificações.	1\$000

Animais em trânsito :

Inspecção Veterinária por ocasião do embarque e desembarque no Distrito Federal :

7. Volume, contendo até 24 aves.....	1\$200
8. Volume, excedendo a 24 aves, por cabeça excedente	\$100
9. Animal de grande porte (exceto o que for remetido ao Hospital Veterinário para o respectivo exame)	2\$000

10. Animal de pequeno porte.....	\$500
11. Animal de tração, montaria, cargueiro em trânsito diário, para fora do Distrito Federal (Guia de Fiscalização anual)	10\$000
Transferência :	
12. Por transferência de local ou propriedade por animal	2\$000
Baixa :	
13. Registo de baixa por animal.....	2\$000
Provas biológicas :	
14. Por provas biológicas, no total, por conveniência de serviço.	5\$000
Caderneta de inspeção :	
15. Aquisição de caderneta de inspeção veterinária....	15\$000
Assistência médica :	
16. Vacinação ante-rábica a domicílio com a série completa de vacina para uma pessoa :	
a) zona urbana.	150\$000
b) zona suburbana.	200\$000
c) zona rural.	250\$000
d) quando houver mais de uma pessoa a vacinar no mesmo domicílio, serão pagas a mais, apenas as empolas de vacina ao preço de.....	1\$000
17. Vacinação anti-rábica no Instituto Pasteur, serão pagas apenas as empolas de vacina ao preço por unidade de.	1\$000
18. Vacina anti-rábica fenicada, empola.....	2\$000
19. Diagnóstico da raiva em animal morto:	
a) exame histopatológico.	80\$000
b) inoculação.	50\$000
Diária :	
20. Para tratamento no Hospital Veterinário Municipal, de animal de grande porte.....	8\$000
21. Diária de provas biológicas de grande animal no Hospital Veterinário.	8\$000
22. Para tratamento no Hospital Veterinário Municipal, de animal de pequeno porte.....	5\$000
23. Diária de depósito no Hospital Veterinário Municipal, de animal de grande porte.....	3\$000
24. Idem, idem, de pequeno porte.....	1\$500
Tratamento de animais :	
25. Visita médica veterinária a domicílio :	
a) zona urbana.	20\$000
b) zona suburbana.	30\$000
c) zona rural.	50\$000
26. Socorro a domicílio compreendendo pequena cirurgia de urgência de 50\$000 a.....	100\$000
27. Curativos por animal de grande porte no Hospital Veterinário, de 3\$000 a.....	5\$000
28. Curativo por animal de pequeno porte no Hospital Veterinário, de 2\$000 a.....	3\$000
29. Tratamento de fraturas sub-cutâneas, de 30\$000 a	100\$000
30. Idem, idem, expostas, de 50\$000 a.....	150\$000
31. Castração de animais machos de grande porte.....	50\$000

32. Castração de animais machos de pequeno porte....	25\$000
33. Castração de animais fêmeas de grande porte.....	120\$000
34. Castração de animais fêmeas de pequeno porte.....	100\$000
35. Caudotomia, de 20\$000 a.....	50\$000
36. Corte de orelhas.....	50\$000
37. Intervenções de pequena cirurgia não especificadas, de 20\$000 a.....	50\$000
38. Intervenções de alta cirurgia, de 50\$000 a.....	300\$000
39. Anestesia geral, de 30\$000 a.....	100\$000
40. Anestesia local, de 5\$000 a.....	30\$000
41. Exame toxicológico de grande animal.....	500\$000
42. Exame toxicológico de pequeno animal inclusive aves, de 100\$000 a.....	300\$000

Nota : O receituário será de acôrdo com as drogas empregadas.

Exame de laboratório :

43. Exame completo de urina.....	40\$000
44. Pesquisas de elementos anormais.....	20\$000
45. Pesquisas de um elemento anormal.....	5\$000
46. Dosagem de u elemento anormal.....	8\$000
47. Dosagem dos elentos anormais.....	20\$000
48. Microscopia do sedimento.....	10\$000
49. Hemocultura.	50\$000
50. Contagem global.	40\$000
51. Contagem de leucocitos.....	20\$000
52. Contagem de hematias.....	20\$000
53. Fórmulas leucocitária.	30\$000
54. Dosagem de hemoglobina.....	20\$000
55. Resistência globular.	30\$000
56. Exame bacterioscópico.	15\$000
57. Exame bacteriológico	15\$000
58. Prova de inocução.....	50\$000
59. Pesquisas de protozoário.....	20\$000
60. Pesquisas de ovos e larvas de vermes.....	15\$000
61. Exame citológico de exudados.....	15\$000
62. Exame químico de leite.....	100\$000
63. Exame microscópico do leite.....	100\$000
64. Exame histopatológico	80\$000

Necrópsia :

65. Por necropsia de animal de grande porte.....	200\$000
66. Por necrópsia de animal de pequeno porte.....	100\$000

Inhumações, concessões perpétuas, etc. :

67. Inhumação em sepultura raza por dois anos.....	5\$000
68. Inhumação em carneiro por dois anos.....	100\$000
69. Concessões perpétuas em sepultura raza.....	100\$000
70. Concessões perpétuas em carneiro.....	250\$000
71. Terreno para jazigo perpétuo, por metro quadrado..	30\$000
72. Aberturas de covas a requerimento de interessado antes de vencido o prazo regulamentar.....	50\$000
73. Licença para embelezamento de carneiro ou sepul- tura raza.	5\$000
74. Licença para construção de jazigo por metro qua- drado.	5\$000
75. Reforma de prazo para sepultura raza, por dois anos	20\$000
76. Reforma de prazo para carneiro, po rdois anos.....	50\$000
77. Reforma dos ossos para o ossário.....	20\$000

Transporte :

78. 1ª Zona — Compreendida pelas circunscrições fiscais de Candelária, São José, Santa Rita, São Domingos, Sacramento, Ajuda, Santo Antonio, Glória, Santana, Espírito Santo, Rio Comprido, Engenho Velho, Andaraí, Tijuca até a Estrada Nova da Tijuca, São Cristovão e Santa Tereza, um animal.	10\$000
79. Idem, idem, até tres animais.....	15\$000
80. 2ª Zona — Compreendida pelas circunscrições fiscais de Piedade, Inhaúma, Penha, Madureira, Irajá, Jacarépaguá, Pavuna, Realengo, Anchieta, um animal.	20\$000
81. Idem, idem, até tres animais.....	30\$000
82. 3ª Zona — Compreendida pelas circunscrições fiscais de Campo Grande, Santa Cruz e Ilhas, com exceção do frete da barca ou outro meio de condução, um animal.	40\$000
83. Idem, idem, até tres animais.....	45\$000

DECRETO-LEI N. 244 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1938

Unifica as taxas de assistência, sanitária e de vigilância, sob a denominação de taxa de serviços municipais e suprime os adicionais de 20 %, de 5 % e de 1 % (quota de saúde) na tributação do Distrito Federal

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição e considerando que a multiplicidade de taxas e adicionais cobradas até o presente pela Prefeitura do Distrito Federal sobre não trazer vantagens de ordem técnica à previsão ou à apropriação da receita constitue impedimento à facil intelligência da legislação fiscal pelos contribuintes, decreta:

Art. 1.º As taxas de assistência, sanitária e de vigilância, cobradas até a presente data pela Prefeitura do Distrito Federal, passam a constituir a taxa de serviços municipais, cobravel do modo seguinte:

a) Juntamente com o imposto predial, à razão de 60\$000 por ano e mais 2,5 % (dois e meio por cento) sobre o valor locativo que sirva de base ao cálculo desse imposto; mas o máximo até o total de seis contos de réis por ano e por prédio.

b) Juntamente com o imposto de licença para localização do estabelecimento, à razão de 10\$000 por mês e mais 1 % (um por cento) sobre o valor locativo mensal que sirva de base ao cálculo desse imposto; mas no máximo até o total de quinhentos mil réis por mês e por estabelecimento.

c) Juntamente com cada um dos demais tributos compreendidos no Sub-título Renda dos Tributos, da Renda Ordinária, à razão de 10 % (dez por cento) sobre as importancias respectivas, e exceptuados:

1 — Os impostos sobre vendas e consignações e sobre diversões públicas.

2 — Os emolumentos sobre cadernetas de registo fiscal de propriedade e sobre alvarás de licença para localização de estabelecimento.

3 — As taxas de averbação e de expediente.

4 — Os impostos em cuja taxação se declare incluída a taxa de serviços municipais.

Art. 2.º A taxa de serviços municipais representa a contribuição devida pelos munícipes para o custeio dos serviços de limpeza pública e remoção de lixo; de vigilância pública e os de socorros, assistência médica, dentária e hospitalar prestados gratuitamente.

Art. 3.º Constituirão renda eventual da Diretoria de Limpeza Pública e Particular as importâncias provenientes de:

a) Remoção de lixo dos circos, à razão de 200\$000 por mês.

b) Remoção de animais mortos, à razão de 30\$000 cada um.

c) Remoção especial e extraordinária de lixo, mediante solicitação do interessado, à razão de 10\$000 por metro cúbico ou fração deste volume.

d) Depósito de bens móveis ou semoventes em dependências da Diretoria, de acordo com a tabela vigente para o Depósito Central.

e) Venda de estrume ou de resíduos de câmaras de fermentação desnecessários aos serviços da Prefeitura.

Parágrafo único. Os domicílios ou estabelecimentos são obrigados a usar depósitos higiênicos de lixo, facilmente acessíveis à coleta.

Art. 4.º A partir da data deste Decreto-Lei é vedada a alteração de tributação sob forma de adicionais aos impostos, taxas, quotas, emolumentos ou contribuições cobradas pela Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 5.º Ficam revogados: os arts. 89 e seu parágrafo 1º, 114, 136 e 137 do Decreto n. 121, de 14 de novembro de 1936; os Decretos ns. 4.619, de 2 de janeiro de 1934; 5.567, de 30 de maio de 1936, 3, de 27 de junho de 1935, 5.057, de 14 de julho de 1934; o art. 463 do Decreto n. 3.357, de 2 de janeiro de 1930; e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de fevereiro de 1938. 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 245 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1938

Reorganiza a Contadoria Geral da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º A Contadoria Geral da Prefeitura, criada pelo decreto n. 4.264, de 23 de junho de 1933, e modificada pelo decreto número 4.862, de 11 de junho de 1934, constitui uma Diretoria Técnica, subordinada diretamente ao Secretário Geral de Finanças.

Art. 2.º Os serviços da Contadoria Geral serão executados por tres secções: de contabilidade financeira, patrimonial e mecânica.

§ 1.º A distribuição de atribuições e do pessoal pelas tres secções da Contadoria será feita pelo contador diretor, de acordo com as necessidades do serviço.

§ 2º. Fica o Prefeito autorizado a organizar, nas diversas Secretarias Gerais, quando julgar conveniente, Contadorias Seccionais subordinadas à Secretaria Geral de Finanças por intermédio da Contadoria Geral, extinguindo os serviços de contadoria nelas existentes, mas aproveitando os funcionários técnicos nas Contadorias Seccionais, desde que preenchham as condições estabelecidas na lei federal n. 21.033, de 8 de fevereiro de 1932.

Art. 3º. O quadro dos funcionários técnicos da Contadoria Geral será constituído da seguinte forma:

- 1 Contador diretor (em comissão);
- 1 Contador sub-diretor;
- 3 Contadores chefes;
- 12 Contadores ajudantes;
- 18 Auxiliares técnicos;
- 36 Praticantes técnicos.

Parágrafo único. Os vencimentos anuais dos contadores ajudantes, dos auxiliares técnicos e dos praticantes técnicos, ficam fixados em 18.000\$000, 12.000\$000 e 9.000\$000, respectivamente.

Art. 4º. Fica organizado um quadro administrativo provisório, anexo à Contadoria Geral, constituído por escriturários, cujos vencimentos mínimos são fixados em 6.000\$000 anuais, e que terão direito a aumentos bienais de 1.200\$000 anuais, até que atinjam os vencimentos máximos de 18.000\$000 anuais, devendo o primeiro aumento ser concedido em janeiro de 1939.

§ 1º. Esse quadro administrativo provisório será constituído pela efetivação dos serventuários contratados, que trabalham atualmente na Contadoria, e pelos funcionários do quadro da extinta Diretoria Geral de Fazenda, que, também trabalhando atualmente na Contadoria, para o mesmo solicitarem transferência, dentro do prazo de 10 dias a contar da data deste decreto.

§ 2º. Os serventuários efetivados nesse quadro provisório, ou para o mesmo transferidos, na forma prevista no parágrafo anterior, continuarão com os mesmos vencimentos que atualmente percebem, até que tenham direito aos aumentos bienais de que trata este artigo.

§ 3º. Não serão preenchidas as vagas que ocorrerem no quadro administrativo provisório.

§ 4º. Serão suprimidas no quadro da extinta Diretoria Geral de Fazenda, as vagas dos funcionários que obtiverem transferência para o quadro administrativo da Contadoria Geral.

§ 5º. O escriturário do quadro administrativo provisório que tiver atingido o vencimento máximo e preencher as condições estabelecidas no decreto federal n. 21.033, de 8 de fevereiro de 1932, concorrerá às vagas de contador-chefe do quadro técnico, nas mesmas condições que os contadores-ajudantes.

Art. 5º. Fica constituído um quadro composto de um contínuo e tres serventes, devendo ser aproveitados no mesmo os serventuários dessa categoria que ora trabalham na Contadoria.

Parágrafo único. Ficam extintos no quadro das suas repartições de origem os lugares dos funcionários aproveitados em consequência do cumprimento do disposto neste artigo.

Art. 6º. As vagas de praticantes técnicos só serão preenchidas, quando o número de escriturários do quadro administrativo provisório for inferior a 36 e de forma que o número de praticantes técnicos mais o de escriturários seja sempre igual à cifra acima indicada.

Parágrafo único. As vagas de praticantes técnicos da Contadoria Geral serão providas mediante concurso, salvo a exceção criada pelo art. 7º deste decreto.

Art. 7º. As vagas que inicialmente decorrerem da execução deste decreto serão preenchidas pela promoção de funcionários do atual quadro da Contadoria Geral e as que ainda restarem, feitas as promoções, pela nomeação de funcionários municipais efetivos que satisfizerem as condições do decreto federal n. 21.033, de 8 de fevereiro de 1932 ou de candidatos classificados no concurso para auxiliar técnico aprovado em agosto de 1935..

Art. 8º. Não será concedido o aumento bienal, de que trata o art. 4º, ao escriturário que em qualquer um dos anos do biênio:

- a) incorrer em penalidade prevista nos regulamentos;
- b) afastar-se do serviço, sem licença, por mais de 15 dias;
- c) aceitar comissão estranha à Prefeitura por mais de 60 dias;
- d) gozar qualquer licença, sem vencimentos, para tratar de interesses;
- e) recusar comissão sem causa justificada;
- f) tiver mais de 30 faltas não justificadas.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1938.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 246 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1938

Regula a cobrança da taxa de averbação

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe atribue o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Estão sujeitas à taxa uniforme de trinta mil réis (30\$000), as averbações dos seguintes atos nos registros municipais e nos documentos dos interessados:

- a) Transferência de imóvel, a qualquer título, por ato *inter-vivos*, inclusive desquite, ou *causa-mortis*; para cada prédio ou fração de prédio ou de terreno, havendo ou não condomínio.
- b) Inscrição de precatória e inventário, dos quais não constem bens sujeitos ao pagamento do imposto de transmissão de propriedade.
- c) Retificação em consequência de erros cometidos pelos tabeliães, escrivães e pelas partes ou seus prepostos, no interesse dos mesmos.
- d) Transferência de propriedade de veículo.
- e) Transformação da licença de automovel a frete para automovel particular e vice-versa.
- f) Transferência de local de estacionamento ou de nome de ambulante.

Art. 2º. Ficam revogados o decreto n. 4.616, de 2 de janeiro de 1934 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 247 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1938

Dispõe sobre a previsão e a apropriação da receita e da despesa na Prefeitura do Distrito Federal

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1º. A previsão e a apropriação da Receita da Prefeitura do Distrito Federal, devem obedecer à seguinte classificação:

TÍTULO DA RECEITA

- 10 — Renda Ordinária.
- 20 — Renda Extraordinária.

SUB-TÍTULO DA RENDA ORDINÁRIA

- 11 — Rendas dos Tributos.
- 12 — Rendas dos Serviços Municipais.
- 13 — Renda do Patrimônio Municipal.

SUB-TÍTULO DA RENDA EXTRAORDINÁRIA

- 21 — Cobrança da Dívida Ativa.
- 22 — Produtos de Operações de Crédito.
- 23 — Rendas Diversas.

§ 1º. Os sub-títulos da renda ordinária e da renda extraordinária compreenderão *rubricas*, cada rubrica correspondendo a um determinado tributo, serviço municipal, produto de locação ou venda de bem patrimonial, produto de operação de crédito ou finalmente a uma arrecadação de proveniência imprevista.

§ 2º. A “cobrança da dívida ativa” será prevista e apropriada pelas rubricas vigentes nos exercícios anteriores.

§ 3º. As “Rendas diversas” serão previstas e apropriadas pelas rubricas: Indenizações; Juros de mora e multas; Eventuais.

§ 4º. Cada rubrica da receita será simbolizada por um número de ordem que se conservará o mesmo em exercícios subsequentes.

Art. 2º. A previsão e a apropriação da despesa da Prefeitura do Distrito Federal devem obedecer à seguinte discriminação em ordem de diferenciação crescente:

Despesa total — desdobrando-se em verbas, uma para cada serviço, departamento, estabelecimento ou repartição.

Verba — desdobrando-se em consignações (itens), uma para cada um dos seguintes fins:

- 1) remuneração de “Pessoal”.
- 2) aquisição de “Material”.
- 3) aquisição de “Imóveis”.
- 4) custeio de “Encargos correntes”.
- 5) retribuição de “Serviços adjudicados”.
- 6) cumprimento de “Obrigações”.
- 7) pagamento de “Eventuais”.

Consignação — desdobrando-se em sub-consignações. **Discriminam estas:**

a) na consignação (1) as dotações para remuneração de "Pessoal", de acordo com sua investidura:

- 1 — Em comissão.
- 2 — Efetivo.
- 3 — Contratado.
- 4 — Adido.
- 5 — Em disponibilidade.
- 6 — Aposentado.

b) na consignação (2) "Material" as dotações para aquisição de material, de acordo com seu destino ou sua duração provável quando posto em serviço;

- 1 — De consumo.
- 2 — De transformação.
- 3 — Semi-permanente.
- 4 — Permanente.

c) na consignação (3) "Imóveis", as dotações para aquisição de imóveis, de acordo com a natureza da operação:

- 1 — Por desapropriação.
- 2 — Por compra.

d) na consignação (4) as dotações para custeio de Encargos correntes" de acordo com sua finalidade:

- 1 — Transportes e comunicações.
- 2 — Consumo de gaz, eletricidade, água, etc.
- 3 — Locação de imóveis e de equipamento.
- 4 — Seguros.
- 5 — Subvenções e auxílios.
- 6 — Restituições e indenizações.
- 7 — Assinaturas de periódicos e publicações na imprensa.
- 8 — Taxas, quotas e custas.
- 9 — Pronto pagamento e encargos diversos;

e) na consignação (5) as dotações para retribuição de "Serviços adjudicados", conforme sua finalidade:

- 1 — Hospedagem e alimentação.
- 2 — Limpeza e conservação.
- 3 — Publicidade e propaganda.
- 4 — Trabalhos técnicos e administrativos.
- 5 — Reparações e instalações.
- 6 — Edificações.
- 7 — Obras públicas.
- 9 — Serviços adjudicados diversos:

f) na consignação (6) as dotações para pagamento de "Obrigações", de acordo com sua natureza:

- 1 — Juros de empréstimos externos.
- 2 — Resgate de títulos de empréstimos externos.
- 3 — Juros de empréstimos internos.
- 4 — Resgate de títulos de empréstimos internos.
- 5 — Amortização da dívida flutuante.
- 6 — Pensões.
- 7 — Comissões de empréstimos.
- 9 — Diversas obrigações.

§ 1.º As sub-consignações relativas a “Pessoal” se subdividirão em parágrafos, de acordo com a espécie da remuneração percebida:

- 1 — Vencimento.
- 2 — Representação ou gratificação de função.
- 3 — Aumento periódico ou adicionais.
- 4 — Diferenças de vencimentos.
- 5 — Salário extraordinário.
- 6 — Gratificação pro-labore.
- 7 — Auxílios (fardamento, aluguel de casa, locomoção, etc.).
- 8 — Quotas e percentagens.
- 9 — Remuneração por substituição.

§ 2.º Os parágrafos relativos a “Pessoal em comissão ou efetivo” se subdividirão em sub-parágrafos, de acordo com a espécie genérica desse pessoal:

- 1 — Superior.
- 2 — Técnico e administrativo.
- 3 — Operário e auxiliar.

§ 3.º Os sub-parágrafos relativos a pessoal em comissão ou efetivo, se subdividirão em *alíneas* de acordo com as categorias, constituindo os quadros desse pessoal.

§ 4.º A consignação para remuneração de pessoal compreenderá uma parte fixa e outra variável: aquela correspondendo às remunerações prefixadas de pessoal, em comissão ou efetivo de cargos criados em lei, e esta às demais.

§ 5.º A consignação para pagamento de obrigações se desdobrará em parte fixa e parte variável sendo aquela atribuída às dotações de pagamento da parte dos empréstimos com vencimento contratual certo no exercício.

§ 6.º Para fins de apropriação da despesa, as sub-consignações relativas às consignações 2 a 6 poderão, quando conveniente e a juízo do Secretário das Finanças, ser subdivididas em parágrafos.

Art. 3.º Para a previsão das rubricas da receita de cada exercício ter-se-á em vista a renda efetiva proveniente de cada uma delas em três exercícios anteriores, e à razão média do respectivo acréscimo ou decréscimo.

Art. 4.º No curso de cada exercício as dotações da despesa discriminadas em sub-consignações, com exceção das relativas a pessoal, poderão ser alteradas, dentro da respectiva consignação, por ato especial do Prefeito, mediante solicitação do Secretário Geral interessado, e com audiência do Secretário Geral de Finanças.

Art. 5.º As dotações para despesa com sua atribuição por verbas, consignações e sub-consignações, pressupõem sua utilização no decurso do exercício, só devendo ter sido utilizada em cada trimestre a quarta parte da dotação anual prevista.

§ 1.º. Nos casos em que por sua natureza e utilização não possa ser feita uniformemente em curso de exercício, poderá o Prefeito, mediante representação do responsável, autorizar antes da utilização, uma distribuição diversa.

§ 2.º. O excedente de dotação em sub-consignação num período trimestral só poderá ser acumulado para utilização em período subsequente mediante autorização do Prefeito.

Art. 6°. As prestações de contas por adiantamentos para pronto pagamento serão trimestrais, dependendo de aprovação prévia das contas de um trimestre, o adiantamento para o subsequente.

Art. 7°. Depende da autorização prévia do Prefeito ao Secretário interessado a utilização, parcela por parcela, da lotação "Eventual", atribuída à respectiva Secretaria.

Art. 8°. Para fins de apropriação, tanto as despesas correndo sob o título de "Pronto pagamento", como sob o de "Eventuais", deverão ser lançadas sob as discriminações próprias, de acordo com a respectiva utilização.

Art. 9°. Para a proposta orçamentária é exigida a discriminação da despesa em verbas, sendo para cada uma destas feita a discriminação por consignações (itens), e, a título elucidativo, o desdobramento de cada consignação em sub-consignações.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de fevereiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 248 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1938

Cria na Diretoria da Receita da Secretaria Geral de Finanças da Prefeitura do Distrito Federal a Sub-Diretoria do Imposto de Licença para localização e dá outras providências

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.° Fica criada na Diretoria da Receita da Secretaria Geral de Finanças da Prefeitura do Distrito Federal a Sub-Diretoria do Imposto de Licença, com a incumbência dos serviços de preparo e controle da arrecadação dos impostos de licença.

Art. 2.° A Sub-Diretoria do Imposto de Licença terá a seguinte organização:

- a) Gabinete do Sub-Diretor;
- b) Secção do Controle;
- c) Secção de Cobrança;
- d) Secção de Comunicações;
- e) Serviço de Mecanização;
- f) Zeladoria.

Art. 3.° As funções dos vários órgãos da Sub-Diretoria ora criada serão especificadas, juntamente com os deveres dos respectivos funcionários, em regulamentos especiais a serem baixados dentro de sessenta dias da data deste decreto.

Art. 4.° O quadro do pessoal da Sub-Diretoria do Imposto de Licença será constituído de conformidade com a tabela anexa ao presente decreto.

Art. 5.° Ficam creados os seguintes cargos: um sub-diretor; tres chefes de secção; quinze controladores; cincoenta cobradores-fiscaes; seis praticantes de official; um contínuo; um zelador; dois serventes e dois estafetas.

§ 1.º O cargo de sub-diretor será provido em comissão por funcionário da Secretaria Geral de Finanças, designado pelo respectivo Secretário Geral.

§ 2.º Os demais cargos mencionados neste artigo serão providos em caráter provisório, pelo prazo de um ano, por funcionários de vencimentos e categorias equivalentes dos quadros atuais da mesma Secretaria ou por funcionários, nas mesmas condições, dos quadros de outras repartições municipais.

§ 3.º Findo o prazo de um ano a que se refere o parágrafo anterior, serão efetivados nos respectivos cargos os funcionários que tenham correspondido às exigências dos serviços, a juízo do Secretário de Finanças.

Art. 6.º Além dos vencimentos atribuídos aos funcionários desta Sub-Diretoria, constante da tabela anexa, terão direito a quotas os funcionários aí especificadamente designados, sendo elas calculadas de conformidade com os seguintes parágrafos:

§ 1.º Da importância correspondente a 3 1/2 por cento da média mensal da arrecadação à boca do cofre, num trimestre, pelos cobradores-fiscais ou pela Recebedoria e proveniente dos impostos de licença e dos tributos cobrados juntamente com os mesmos, far-se-á a dedução da despesa média mensal, em igual período, com restituições e pagamento do pessoal efetivo ou não, em serviço na Sub-Diretoria. O saldo resultante, dividido pela quantidade de quotas vigentes, de conformidade com a tabela anexa, dará o valor, a vigorar no trimestre seguinte, de cada quota mensal para a aplicação desta tabela.

§ 2.º O total mensal proveniente de quotas a atribuir a um funcionário não poder ultrapassar dois terços dos seus respectivos vencimentos mensais.

Art. 7.º O provimento do cargo de cobrador-fiscal fica sujeito à prestação prévia da fiança de dez contos de réis, na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. O cobrador-fiscal além dos vencimentos que lhe são atribuídos conforme a tabela anexa, perceberá:

- a) \$300 (trezentos réis) por declaração mensal coletada.
- b) 1\$000 (um mil réis) pelo imposto mensal por ele coletado de cada estabelecimento.

Art. 8.º Os cargos atuais dos funcionários municipais que sejam aproveitados efetivamente, após o prazo de que trata o § 3º do artigo 5º, para a formação do quadro da Sub-Diretoria, serão extintos.

Art. 9.º Os trabalhos para a implantação da Sub-Diretoria ora creada serão executados, mediante contrato, durante o prazo máximo de seis meses a contar do respectivo início.

Art. 10. Fica o Prefeito autorizado a abrir os créditos necessários à execução deste decreto, os quais correrão por conta da receita proveniente da cobrança de emolumentos dos alvarás de licença para localização, instituídos no decreto-lei n. desta data.

Art. 11. No exercício de 1938 caberá à Sub-Diretoria ora creada somente a execução dos serviços correspondentes ao imposto de li-

cença para localização, devendo os relativos aos demais impostos de licença serem a ela atribuídos a partir de janeiro de 1939.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de fevereiro de 1937, 117° da Independência, 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Tabela anexa ao decreto-lei n. 248, de 4 de janeiro de 1938

		Quotas mensais
1 Sub-Diretor a 31:600\$000 anuais, com 50 quotas mensais.	31:600\$000	50
3 Chefes de Secção a 24:000\$000 anuais, com 40 quotas mensais.	72:000\$000	120
15 Controladores a 18:000\$000 anuais com 30 quotas mensais.	270:000\$000	450
50 Cobradores-fiscais a 7:200\$000 anuais.	360:000\$000	—
6 Praticantes de oficial a 6:900\$000 anuais	41:400\$000	—
1 Contínuo a 7:000\$000 anuais.	7:000\$000	—
1 Zelador a 6:000\$000 anuais.	6:000\$000	—
2 Serventes a 5:400\$000 anuais.	10:800\$000	—
2 Estafetas a 4:800\$000 anuais.	9:600\$000	—
Totais.	808:400\$000	620

DECRETO-LEI N. 249 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1938

Altera disposições do decreto n. 4.611, de 2 de janeiro de 1934 e dá outras providências

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º O imposto de licença para tráfego de veículos de propulsão mecânica é dividido em duas quotas: Uma fixa, constante da tabela anexa, nela incluída já a parte relativa à taxa de serviços municipais, e outra variável, de tráfego.

Art. 2.º A quota variável, de tráfego, proporcional à carga e à quilometragem, será, para os veículos movidos a gasolina pura ou em mistura, apurada pelo dispêndio de carburante e devida à razão de 160 réis por litro, incumbindo às companhias ou firmas individuais ou coletivas fornecedoras do carburante efetuar, por antecipação, esse pagamento, na Recebedoria da Prefeitura do Distrito Federal, mediante guias expedidas pela Delegacia de Inflamáveis, juntamente com a de trânsito para abastecimento aos postos de distribuição.

§ 1.º Pelo adiantamento das importancias e como retribuição dos serviços prestados, terão direito as companhias ou firmas individuais ou coletivas fornecedoras da essência ou mistura, ao desconto de cinco por cento, importancia a ser deduzida do montante da guia.

§ 2.º A quota variável do imposto de que trata este artigo não será calculada, para os efeitos desta lei, sobre o carburante destinado a pontos situados fora do Distrito Federal.

§ 3.º As importancias correspondentes à quota variável do imposto de licença de veículos, calculada e cobrada sobre a essência pura destinada a fins outros, que não a propulsão de veículos, serão restituídas pela Prefeitura ao consumidor, mediante apresentação dos documentos comprovantes.

Art. 3.º Para os veículos movidos a óleo ou à eletricidade, à falta de meio idôneo de apreciação da quilometragem percorrida, será a quota de tráfego paga *à forfait*, segundo a tabela anexa.

Art. 4.º Fica o Prefeito autorizado, caso julgue mais conveniente aos interesses do Distrito Federal, a modificar, a qualquer tempo, o processo de cobrança previsto no art. 2.º para veículos a gasolina, substituindo-o pelo art. 3.º, com a respectiva tabela, devendo em tal caso ser feita a cobrança, no exercício em que tal se verificar, com a redução correspondente ao número de meses já decorridos.

Art. 5.º Aos particulares ou empresas, proprietários de mais de 4 veículos a óleo ou eletricidade, ou de mais de 12 a gasolina, é concedido, mediante requerimento, o pagamento em duodécimos do total do imposto no primeiro caso, ou da parte fixa, no segundo, acrescido de cinco por cento (5 %) o pagamento feito nestas condições.

Art. 6.º É suprimida a taxa de pesagem de veículos estando já incluído no valor da licença o emolumento relativo a essa operação.

Art. 7.º A transferência de local de veículo particular de passageiro, de qualquer espécie, quando o local for a residência do proprietário, far-se-á mediante a simples apresentação da licença de veículo, independente de pagamento da taxa de averbação.

Art. 8.º Fica derogado o art. 4.º do decreto n. 4.611, de 1934, excetuado o disposto no seu parágrafo único.

Art. 9.º Do total apurado com o imposto de licença de veículos, qualquer que seja o meio de tração ou propulsão, dois terços serão considerados como retribuição das obras de construção e conservação de calçamento e das de construção e conservação de estradas de rodagem no Distrito Federal, podendo ser a importância correspondente dada em garantia de empréstimos especiais com essa finalidade.

Art. 10. Os veículos de carga, particulares ou a frete, destinados à entrega de mercadorias, em geral, não compreendidas no decreto municipal n. 5.424, de 1 de março de 1935, poderão trafegar nos dias úteis fora das horas regulamentares e, nos domingos e feriados, das 7 às 17 horas, mediante pagamento, na Delegacia Fiscal de Emplacamento, da taxa especial fixa de 200\$000, por veículo, aplicando-se aos infratores deste artigo a multa de 100\$000, dobrada no caso de reincidência.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 4 de fevereiro de 1938, 117.ª da Independência e 56.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

TABELA ANEXA

ESPÉCIES	Imposto de licença			Vistoria
	Parte fixa		Parte variavel do tráfego à Forfait	
	1ª licença	Renovação		
Automóveis de passageiros:				
a) Particular .	250\$000	200\$000	720\$000	100\$000
b) A frete.....	150\$000	100\$000	900\$000	100\$000
Para lotação superior a 6 passageiros: por passageiro adicional...	—	—	42\$000	—
Automovel de carga:				
Particular ou a frete	150\$000	100\$000	1.440\$000	100\$000
Para carga toda (incluído tara) superior a 4 toneladas, por tonelada ou fração excedente.	—	—	240\$000	—
Veículos com aros revestidos de borra-cha massiça:				
Adicional	120\$000	120\$000	120\$000	—
Motociclete:				
a) Com side-car.	120\$000	100\$000	360\$000	60\$000
b) Sem side-car.	90\$000	70\$000	240\$000	60\$000
Tricicle (a motor).	120\$000	100\$000	450\$000	60\$000

DECRETO-LEI N. 250 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1938

Dispõe sobre a fiscalização e cobrança do imposto de transcrição de atos no Registro de Imóveis e dá outras providências

O Presidente da República: usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Todas as transcrições no Registro de Imóveis ficam sujeitas, quando se efetuarem no Distrito Federal, ao pagamento do imposto de um por cento (1 %) sobre o valor dos bens, na conformidade da legislação em vigor.

Art. 2.º A fiscalização e cobrança do imposto de transcrição de atos no Registro de Imóveis competirão á Diretoria de Receita, por intermedio dos funcionários que, pelo respectivo Diretor, forem designados para esse fim.

Art. 3.º Fica extinto o quadro do pessoal a que se refere o decreto n. 4.911, de 29 de junho de 1934 e declarado insubsistente o decreto n. 4.859, de 9 de junho do mesmo ano, cessando, a partir do corrente ano, qualquer abono de percentagens sobre a arrecadação dos impostos a que se reportam essas leis.

Parágrafo único. Os serventuários do quadro extinto serão mantidos nos respectivos cargos, com os vencimentos fixos que lhes competirem, obrigados, porém, a executar os encargos que, a juízo do Diretor de Receita, lhes forem cometidos.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário, especialmente as dos decretos ns. 4.234, 4.358, 4.359 e 4.487, de 1933, e 4.859 e 4.911, de 1934.

Rio de Janeiro, em 4 de fevereiro de 1938 — 117.º da Independência e 50.º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 251 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1938

Dispõe sobre a concessão de licença para localização de estabelecimentos no Distrito Federal e sobre a arrecadação do respectivo imposto.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe atribue o art. 180 da Constituição Federal, tendo em vista o Decreto-Lei n. 118 de 29 de dezembro de 1937, decreta:

CAPÍTULO I

DA CONCESSÃO E DO ALVARÁ DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO

Art. 1.º Todos os estabelecimentos — nesta expressão também compreendidos os escritórios, consultórios, instituições, associações e corporações — localizados ou que se venham a localizar em qualquer ponto do Distrito Federal, ainda que no recinto de outros estabelecimentos, com o objetivo de exercer qualquer atividade legalmente permitida, estão sujeitos a licença para localização, concedida em alvará pela Prefeitura, nos termos deste Decreto.

§ 1º. Não se compreendem neste artigo os estabelecimentos da União, dos Estados e dos Municípios.

§ 2º. A eventual isenção do pagamento do imposto de licença não importa na desnecessidade da concessão desta, na conformidade deste artigo.

Art. 2º. O alvará será expedido, mediante requerimento do interessado.

a) no prazo de trinta dias da data da entrada do requerimento, para os estabelecimentos existentes no Distrito Federal à data deste Decreto; e posteriormente a esta data para os que, dentre estes, passem a funcionar sob a responsabilidade de outro nome, razão social ou denominação;

b) no prazo de cinco dias da data da entrada do requerimento para o estabelecimento que posteriormente à data deste Decreto e satisfeitas as exigências legais vigentes, venha a existir; ou a ter nova localização; ou a incorrer no disposto no § 1º do art. 5º; ou tenham alterações nas condições que regulam a taxaço do imposto de licença.

§ 1º. Para cada estabelecimento em cada local, expedir-se-á um alvará, não se considerando, entretanto, como local diverso, o de um estabelecimento que ocupe dois ou mais imóveis contíguos e intercomunicados ou vários pavimentos de um mesmo imóvel.

§ 2º. O alvará conterá essencialmente os seguintes característicos:

- a) localização do estabelecimento;
- b) nome, razão social ou denominação sob cuja responsabilidade deva funcionar o estabelecimento;
- c) indicação das condições de taxaço do imposto de licença a que esteja sujeito o estabelecimento, de acordo com este Decreto;
- d) indicação do horário de funcionamento do estabelecimento (art. 5º e § 1º);
- e) número de inscrição do estabelecimento.

§ 3º. Vigorará o alvará enquanto os característicos essenciais nele contidos correspondam efetivamente aos do estabelecimento por ele licenciado.

§ 4º. O alvará de licença para localização provisória de estabelecimentos vigorará pelo prazo nele estipulado, o qual não deverá exceder:

- a) de dois meses, para os que só funcionem durante as épocas de certamens ou festividades públicas;
- b) de tres meses, para os de exposições de arte ou outras permitidas;
- c) de 12 meses, para as pedreiras, olarias, barreiras e cocheiras.

§ 5º. O alvará será entregue ao respectivo estabelecimento contra o pagamento de emolumentos de sessenta mil réis, de uma só vez ou em seis prestações mensais e deverá ser afixado no recinto do estabelecimento, em lugar próprio e facilmente visível.

§ 6º. Quando haja extravio ou destruição do existente, requererá o estabelecimento novo alvará.

Art. 3º. O requerimento será feito de acordo com modelo próprio, fornecido pela Prefeitura, independentemente do pagamento de qualquer taxa ou emolumentos; e deverá:

- a) preceder de cinco dias, no mínimo à alteração dos característicos mencionados nas letras a), c) e d) do § 2º do art. 2º; bem como à abertura de novo estabelecimento em qualquer local;

b) suceder de 30 dias, no máximo, à ultimateção do processo de alteração do característico mencionado na letra b do § 2º do art. 2º;

c) suceder de tres dias, no máximo, ao extravio ou destruição do alvará existente; ou à notificação de mudança compulsória de horário.

Parágrafo único. O requerimento de alvará, para os estabelecimentos existentes na data deste Decreto, deverá ser feito dentro dos prazos de:

a) tres dias da entrega no estabelecimento do modelo referido neste artigo;

b) 10 dias da data do edital da Secretaria de Finanças para os estabelecimentos existentes, aos quais não tenha sido entregue esse modelo.

Art. 4º. O estabelecimento que não tiver o respectivo alvará conforme o disposto neste Decreto, está sujeito à multa nos termos do art. 30; e o que não possuir alvará está sujeito à interdição nos termos do art. 33.

Parágrafo único. A prova de requerimento de alvará entregue à Sub-Diretoria do Imposto de Licença, dentro dos prazos estipulados no art. 3º, substituirá áquele provisoriamente, para fins de fiscalização.

CAPÍTULO II

DO FUNCIONAMENTO

Art. 5º. É livre o horário de funcionamento dos estabelecimentos, respeitados porem: os direitos dos empregados de conformidade com a legislação federal do trabalho; as convenções dos interessados homologadas pelo Prefeito; e o sossego ou decoro públicos.

§ 1º. Mediante ato especial, o Prefeito poderá limitar o horário de estabelecimentos, quando:

a) homologar convenção feita pelos estabelecimentos que acordarem em um horário especial para seu funcionamento, desde, porem, que essa convenção seja adotada no mínimo por tres quartas partes dos estabelecimentos por ela atingidos;

b) atender a requisições legais e justificadas de autoridade competente, sobre estabelecimentos que perturbem o sossego ou ofendam o decoro públicos; ou reincidam nas sanções da legislação federal do trabalho.

§ 2º. As convenções, depois de homologadas, passarão a constituir posturas municipais, obrigando, a partir da data fixada no ato de homologação, todos os estabelecimentos nelas compreendidos e sujeitando os infratores às penalidades nelas cominadas.

§ 3º. A qualquer tempo, nova convenção dos interessados, homologada pelo Prefeito, revogará a anterior.

§ 4º. O Prefeito poderá determinar, como julgar mais conveniente, o fechamento dos estabelecimentos nos dias de comemoração ou solenidade civicas ou religiosas.

CAPÍTULO III

DO IMPOSTO DE LICENÇA PARA LOCALIZAÇÃO

Art. 6º. O imposto de licença para localização é devido por mês, contando-se como tal qualquer fração de mês, e incide sobre

os estabelecimentos de que trata o art. 1º deste Decreto, excetuando aqueles cujas atividades sejam exercidas sem objetivo de lucro ou remuneração.

Art. 7º. O imposto de licença para localização será representado pela soma de duas quotas:

a) quota de localização — 8 % (oito por cento) sobre a importância do valor locativo mensal do imóvel, ou parte de imóvel, ocupado pelo estabelecimento, ressalvando-se o disposto nos §§ 1º e 2º deste artigo;

b) quota de funcionamento — 20\$000 (vinte mil réis), por mês ou fração de mês de funcionamento do estabelecimento, ressalvando-se o disposto no § 5º deste artigo.

§ 1º. Para os fins deste artigo não será computado o excesso sobre vinte e cinco contos de réis de valor locativo mensal.

§ 2º. A percentagem para o cálculo da quota de localização será de:

a) 14 % (quatorze por cento) para os estabelecimentos que explorem jogos permitidos, ou apostas, ou loterias;

b) 12 % (doze por cento) para os estabelecimentos que explorem comércio ou indústria de bebidas alcoólicas de qualquer teor;

c) 10 % (dez por cento) para os estabelecimentos que explorem comércio ou indústria de fumo sob qualquer forma; ou de inflamáveis, explosivos ou corrosivos;

d) 12 % (doze por cento) para os estabelecimentos que utilizem rádios, vitrolas, ruídos ou pregão para despertar a atenção pública ou fazer demonstrações;

e) 4 % (quatro por cento), mas no mínimo 15\$000 (quinze mil réis) mensais, para os “estabelecimentos profissionais”.

§ 3º. Considerar-se-á “estabelecimento profissional” aquele que explore exclusivamente arte, ofício ou profissão, sem intercorrência nessas atividades de operações diretas ou indiretas de venda ou locação de bens ou coisas.

§ 4º. Não se considerarão como operações de venda ou locação, para fins de classificação dos estabelecimentos, de conformidade com o parágrafo anterior:

a) as assinaturas, a venda avulsa e a publicidade de jornais e outras publicações periódicas, quando diretamente realizadas pelas empresas editoras respectivas;

b) a venda de obras de arte, quando feita pelos respectivos autores;

c) a hospedagem e a alimentação fornecidas aos respectivos alunos por estabelecimentos de ensino;

d) a utilização de materiais indispensáveis ao exercício de qualquer arte, ofício ou profissão.

§ 5º. Não será cobrada a “quota de funcionamento” aos estabelecimentos profissionais.

§ 6º. As oficinas de jornais e periódicos, quando executando outros trabalhos tipográficos e litográficos, serão consideradas como estabelecimentos independentes, sujeitos ao imposto calculado de acordo com este artigo.

§ 7º. Verificada a concomitância de casos especificados no parágrafo 2º deste artigo, prevalecerá, para o cálculo da quota de localização, a percentagem mais elevada, acrescida da quota suplementar de 2 % (dois por cento) sobre o valor locativo, para cada um dos casos concorrentes, excetuando o principal.

Art. 8º. Com o imposto de licença para localização, serão cobradas:

- a) a taxa de expediente à razão de 2\$000 (dois mil réis) por conhecimento mensal;
- b) a taxa de serviços municipais de acordo com a legislação vigente.

Parágrafo único. As taxas de expediente e de serviços municipais devidas pelos estabelecimentos profissionais, estão incluídas na percentagem da quota de localização respectiva, atribuindo-se na apropriação da receita: 2\$000 (dois mil réis) para taxa de expediente; 5\$000 (cinco mil réis) para a taxa de serviços municipais; e o excedente para o imposto de licença.

CAPÍTULO IV

DO VALOR LOCATIVO E DO CÁLCULO DO IMPOSTO

Art. 9°. A importância do valor locativo a que se refere a letra a do art. 7° será representada:

- a) pelo aluguel mensal estimativo, quando o proprietário seja o próprio estabelecimento ocupante ou quando o locador seja pessoa interessada no mesmo;
- b) pelo aluguel mensal efetivo, quando haja locação feita por terceiros.

Parágrafo único. A importância de que trata este artigo não incluirá as taxas de água, saneamento, conservação de calçamento, serviços municipais, averbação e expediente.

Art. 10. A importância do valor locativo a adotar, mensalmente, para o cálculo do imposto, será a declarada pelo estabelecimento de conformidade com este Decreto.

§ 1°. Na falta ou em caso de inexatidão evidente da declaração a que se refere este artigo, adotar-se-á para o cálculo do imposto o valor locativo que for apurado pela Sub-Diretoria do imposto de Licença.

§ 2°. Para apuração do valor locativo, nos casos previstos no parágrafo anterior, proceder-se-á, no que lhes for aplicável, de acordo com o disposto no art. 6° e seu parágrafo único do Decreto-Lei n. 157, de 31 de dezembro de 1937, sendo o resultado notificado diretamente ao interessado.

CAPÍTULO V

DAS ISENÇÕES

Art. 11. Serão isentos do pagamento do imposto de licença para localização:

- a) os estabelecimentos de criação ou cultura de produtos naturais para alimentação;
- b) os estabelecimentos de ensino primário ou profissional que admitam, mediante indicação do Prefeito, alunos gratuitos na proporção mínima de 10 % dos neles matriculados;
- c) os estabelecimentos de rádio-difusão que requeiram essa isenção, obrigando-se a irradiar, de acordo com as respectivas possibilidades, notícias de interesse da Prefeitura;
- d) os órgãos da imprensa carioca, ressalvado o disposto no § 6° do art. 7°;

c) os estabelecimentos em liquidação forçada ou amigável, a partir de quando cessarem completamente as respectivas transações.

Art. 12. Poderão ser isentos total ou parcialmente do imposto de licença para localização, mediante ato especial do Prefeito, os estabelecimentos que, por sua finalidade e atividade, se tornem mercedores do amparo do poder público municipal.

Art. 13. A isenção do imposto não implica, em nenhum caso, na isenção das taxas de expediente e de serviços municipais devidas com o mesmo.

CAPÍTULO VI

DA COBRANÇA

Art. 14. O cobrança do imposto de licença e das taxas com ele devidas mensalmente pelos estabelecimentos, nos termos deste Decreto, será feita mediante conhecimento mensal, elaborados na Sub-Diretoria do Imposto de Licença (SD-IL) e apresentados cada mês nas sedes dos estabelecimentos pelos cobradores-fiscais desta repartição.

§ 1º. Uma parte destacável do conhecimento mensal constituirá a declaração de alterações que deverá ser preenchida pelo responsável de cada estabelecimento e cobrada pelo cobrador-fiscal, ainda que não seja pago o imposto.

§ 2º. Gozará do abatimento de cinco por cento sobre a importância total do conhecimento, o pagamento feito no ato da sua apresentação pelo cobrador-fiscal.

§ 3º. O cobrador-fiscal prestará contas diariamente, após o recolhimento, aos cofres municipais, das importâncias por ele recebidas no mesmo dia; não sendo permitida sua volta à cobrança sem que faça essa prestação de contas.

Art. 15. O Distrito Federal será dividido em núcleos de cobrança, cada núcleo correspondendo a um agrupamento geográfico de estabelecimentos percorriáveis em um dia de trabalho por um cobrador-fiscal.

§ 1º. A totalidade dos núcleos a percorrer em um dia de trabalho pelos cobradores-fiscais da SD-IL, conveniona-se denominar lote.

§ 2º. Haverá tantos núcleos quantos sejam necessários à perfeita eficiência dos serviços de cobrança e no máximo dez lotes, cada um destes correspondendo a um dia de trabalho em cada quinzena.

§ 3º. Salvo casos excepcionais, assim julgados pelo sub-diretor da SD-IL, um cobrador-fiscal só poderá proceder à revisão da cobrança ou voltar à cobrança dos estabelecimentos localizados em um determinado núcleo, depois de efetuar os referidos serviços nos demais núcleos existentes, o que fará alternadamente, por núcleos de alta e de baixa densidade, de maneira a haver entre todos os cobradores-fiscais perfeita equidade na distribuição do trabalho de cobrança.

§ 4º. A identificação de cada estabelecimento localizado no Distrito Federal será feita, independentemente no número do alvará, por um número de ordem dentro de cada núcleo e lote, devendo ser feita anualmente a revisão de tais números de ordem para atender às alterações verificadas.

Art. 16. A cobrança correspondente ao primeiro lote será feita no primeiro dia útil da primeira quinzena de cada mês e a dos demais lotes nos dias úteis subsequentes, até o último inclusive.

§ 1º. A revisão da cobrança do primeiro lote será feita no primeiro dia útil da segunda quinzena de cada mês e a dos demais lotes nos dias úteis subsequentes até o décimo inclusive.

§ 2º. Os dias úteis eventualmente restantes em cada quinzena de cada mês, serão reservados à atualização dos arquivos, ao levantamento de mapas estatísticos da arrecadação e a outros serviços necessários.

Art. 17. Para cada núcleo, em cada lote, se registrará, no início dos serviços, a importância total a arrecadar, a qual sob a denominação de "total predeterminado" e incluindo as alterações subsequentes, constituirá a base do sistema de controle da arrecadação, em cada dia.

§ 1º. As importâncias correspondentes às alterações no total predeterminado de cada núcleo, serão lançadas a seu crédito ou débito.

§ 2º. A soma dos totais predeterminados de todos os núcleos constituirá o total geral predeterminado, que será controlado por débitos e créditos correspondentes às alterações gerais para mais e para menos, pelo chefe da Seção de Cobrança e pelo sub-diretor.

Art. 18. Os conhecimentos de cada mês que não forem pagos ao cobrador-fiscal, por ocasião da cobrança ou da revisão da cobrança, serão arrolados e remetidos à Recebedoria, que tomará carga dos mesmos pelos respectivos valores.

§ 1º. Os conhecimentos de que trata este artigo permanecerão em cobrança na Recebedoria durante o prazo de noventa dias, contados da data da respectiva emissão, findo o qual serão devolvidos à SD-IL, acompanhados de uma relação.

§ 2º. Diariamente a Recebedoria recolherá à Tesouraria a importância da arrecadação, acompanhada dos respectivos comprovantes e de um balancete, dos quais serão enviadas cópias à SD-IL.

§ 3º. A SD-IL emitirá certidões de dívida correspondentes aos conhecimentos devolvidos pela Recebedoria, remetendo-as devidamente relacionadas, à Procuradoria, para cobrança executiva.

Art. 19. Não sendo feito o pagamento do conhecimento de um mês, podem ser aceitos os dois conhecimentos subsequentes, que trarão anotação explícita de atraso, cessando esta somente quando saldato o débito.

§ 1º. A ausência da anotação de atraso provará quitação do imposto até à data do conhecimento.

§ 2º. Na emissão dos conhecimentos pelos controladores é obrigatória, quando seja o caso, a inclusão da anotação de que trata o artigo anterior, constituindo falta funcional passível das penalidades previstas na legislação em vigor o não cumprimento deste dispositivo.

Art. 20. O abono dos pagamentos efetuados será feito: pelos cobradores-fiscais sobre as segundas vias das Relações de Cobrança; pela Seção de Controle sobre as primeiras vias das Relações de Cobrança, que, devidamente encadernadas, constituirão um livro de registro da cobrança; pela Recebedoria, sobre as relações de cobrança amigável; pela Seção de Mecanização sobre as fichas perfuráveis que tenham servido à extração dos conhecimentos e das relações.

CAPÍTULO VII

DAS RECLAMAÇÕES

Art. 21. Terá cabimento reclamação ou recurso do interessado, na forma dos arts. 22 e 23:

a) quando for denegada a concessão de licença;

b) quando o imposto de licença for calculado na base de valor locativo apurado nos termos da letra a do art. 9º e § 2º do art. 10.

§ 1.º A reclamação ou recurso, na hipótese da letra b, não terá efeito suspensivo da cobrança.

§ 2.º O pagamento do imposto calculado na base do valor locativo apurado não importará em reconhecimento, pelo interessado, da exatidão desse valor, desde que tenha o mesmo formulado a reclamação ou recurso dentro dos prazos previstos nos arts. 22 e 23.

Art. 22. Dentro dos prazos improrrogáveis e respectivos de cinco e dez dias, contados das datas da denegação da licença ou do recebimento da notificação de que trata o § 2º do art. 10, o interessado poderá apresentar à SD-IL reclamação, acompanhada dos documentos que julgar necessários, em requerimento dirigido ao Diretor da Receita.

Parágrafo único. A requerimento, depois de devidamente informado pelo SD-IL no prazo de dez (10) dias, subirá a despacho do diretor da Receita, que decidirá em primeira instância, sendo seu despacho publicado no órgão oficial da Prefeitura.

Art. 23. Dentro do prazo improrrogável de quinze (15) dias, contados da data da publicação da decisão do diretor da Receita, a que se refere o parágrafo único do artigo anterior, os contribuintes poderão, no caso de não se conformarem com a mesma, apresentar recurso na Diretoria da Receita, acompanhado dos documentos que julgarem necessários, em requerimento dirigido ao secretário geral de Finanças.

§ 1.º O requerimento, depois de devidamente incorporado ao processo respectivo e informado pelo diretor da Receita, dentro do prazo máximo de dez dias, subirá à despacho do secretário geral de Finanças, que decidirá em segunda e última instância, sendo seu despacho publicado no órgão oficial da Prefeitura.

§ 2.º A decisão do secretário geral de Finanças será precedida das diligências requeridas ou julgadas necessárias, inclusive visitória, com a participação do recorrente ou seu representante.

Art. 24. As decisões de que tratam os artigos anteriores, produzirão o efeito de coisa julgada, a partir da data do fato que motivou a reclamação.

Art. 25. Serão arquivadas por perempção:

a) as reclamações ou recursos, para decisão dos quais se façam exigências, desde que estas não sejam satisfeitas dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da publicação dos respectivos despachos;

b) as reclamações ou recursos apresentados fóra dos prazos previstos nos arts. 22 e 23.

Art. 26. Os documentos juntados aos requerimentos de reclamação ou recurso serão restituídos, após decisão final ou arquivamento do processo, aos respectivos signatários, contra recibo dos mesmos no processo, independentemente de quaisquer outras formalidades.

CAPÍTULO VIII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 27. A fiscalização relativa ao alvará de licença para localização de estabelecimento, será exercida pelos cobradores-fiscais nos núcleos em que estiverem funcionando.

Art. 28. O cobrador-fiscal que encontre funcionando estabelecimento sem alvára de licença ou com alvára expedido para condições diversas das efetivas (§ 3º do art. 2º) deverá entregar, ao estabelecimento, um modelo a preencher de requerimento de alvára, cobendo-lhe a importância de dez mil réis pelo novo alvára que venha a ser expedido em virtude desse requerimento.

Parágrafo único. Deverá o cobrador-fiscal comunicar à SD-IL todos os casos de inobservância deste Decreto, no mesmo dia da respectiva verificação.

Art. 29. A fiscalização relativa às posturas municipais compete às Delegacias Fiscais de cada circunscrição na forma da legislação em vigor.

CAPÍTULO IX

DAS LICENÇAS E MULTAS

Art. 30. Constituem infrações passíveis de multa, imposta pelo Diretor da Receita mediante proposta do Sub-Diretor da SD-IL, notificada ao interessado por via pessoal e estipulada na conformidade dos itens seguinte.

a) Falta de alvára de licença.....	300\$000
b) Alvára de licença fóra de vigor nos termos do § 2º do art. 2º.....	200\$000
c) Alvára de licença não afixado de acordo com o § 5º do art. 2º.....	100\$000
d) Entrega de requerimento de alvára fora dos prazos estipulados no art. 3º: por mês ou fração de mês de atraso.....	50\$000

Parágrafo único. No caso de falsidade das declarações exigidas do estabelecimento, objetivando sonegar o imposto de licença, será a multa igual a duas vezes o imposto devido.

Art. 31. Para cobrança das multas, a SD-IL procederá à elaboração de conhecimentos especiais que serão cobrados de uma só vez e processados como se fossem conhecimentos do imposto de licença.

Art. 32. A multa, ainda que paga, não isenta o estabelecimento do cumprimento dos dispositivos legais que tenham dado origem à sua imposição, nem de outros onus a que esteja o mesmo obrigado, de conformidade com este decreto.

Art. 33. No caso da infração mencionada no item "a" do artigo 30, o estabelecimento poderá ser interditado imediatamente após as 48 horas seguintes à verificação da infração, a juízo do Secretário das Finanças, e desde que dentro do mesmo prazo não de entrada na SD-IL o requerimento de alvára.

Art. 34. Incidirão automaticamente em caducidade os alvarás de licença dos estabelecimentos que forem fechados nos determinação de autoridade federal competente.

CAPÍTULO X

DAS NORMAS E INSTRUÇÕES

Art. 35. A Secretaria de Finanças dará conhecimento aos interessados, por editais publicados no órgão oficial da Prefeitura e na imprensa, de quaisquer normas relativas à execução deste decreto-lei.

Art. 36. O execução dos serviços da SD-IL e demais órgãos da Secretaria Geral de Finanças, relativamente à concessão de licença e à arrecadação do respectivo imposto, será regulada em instruções baixadas pelo Secretário Geral de Finanças.

CAPÍTULO XI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 37. Não poderão transacionar com a Prefeitura os estabelecimentos que não proveni quitação fiscal atualizada.

Art. 38. O cessionário ou sucessor de estabelecimento é responsável pelo débito do antecessor, até expedição de novo alvará.

Parágrafo único. (Não será expedido alvará de licença a favor de cessionário ou sucessor de estabelecimento enquanto em débito com a Prefeitura.

Art. 39. Os alvarás expedidos durante o exercício de 1938, em virtude do disposto na letra "a" do § 1º do art. 5º, pagarão apenas os emolumentos de vinte mil réis.

Art. 40. Enquanto não reguladas expressamente, passarão a ser cobradas pelas Delegacias Fiscais, de acordo com a legislação vigente até a data deste decreto:

- a) a taxa de aferição, inclusive a das bombas de gasolina;
- b) o imposto de licença das bancas de jornais e revistas, localizadas em logradouros públicos;
- c) o imposto de licença dos descarregadores de lenha nos cais e estações ferroviárias.

Art. 41. Não constitui estabelecimento, nos termos deste decreto-lei, estando por isto isento de licença para localização e do pagamento do respectivo imposto, o abrigo ou garage existente em imóvel residencial ou não e destinado à guarda de automóveis para uso exclusivo dos ocupantes do mesmo imóvel.

Art. 42. Os funcionários sinalários de informações falsas ou inexatas, são passíveis de penalidade, na forma da legislação administrativa em vigor, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal em que tenham incorrido, verificada após inquerito sumário procedido pelo Diretor da Receita.

Art. 43. O presente decreto-lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação, abrangendo, entretanto, de conformidade com o decreto-lei n. 418, de 29 de dezembro de 1937, o período fiscal iniciado em 1 de janeiro de 1938.

Parágrafo único. O imposto de licença para localização correspondente aos meses decorridos até aquele em que for iniciada a cobrança, nos termos deste decreto-lei, será cobrado juntamente com o devido por esse mês.

Art. 44. Fica revogado o decreto municipal n. 4.612 de 2 de janeiro de 1934 e demais disposições em contrário, ressalvado o disposto no art. 40 deste decreto-lei.

Rio de Janeiro, 3 de fevereiro de 1938. 117ª de Independência e 50ª da República.

GEFÚLIO VARGAS

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 252 — DE 4 DE FEVEREIRO DE 1938

Orça a Receita e fixa a Despesa do Distrito Federal para o exercício de 1938

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. O Orçamento Geral do Distrito Federal para o exercício de 1938 estima a Receita em quatrocentos mil e seiscentos contos de réis (400.600:000\$000) e calcula a despesa em trezentos e noventa e nove mil duzentos e noventa e cinco contos duzentos e quarenta e nove mil réis (399.295:249\$000).

Art. 2º. A Receita, conforme o anexo n. 1, será realizada com o produto do que for arrecadado sob os seguintes títulos e subtítulos:

I — Renda Ordinária:

a) Renda dos Tributos	311.400:000\$000
b) Renda dos Serviços Municipais.....	55.000:000\$000
c) Renda do Patrimônio	8.550:000\$000
Total da Renda Ordinária.....	374.950:000\$000

II — Renda Extraordinária:

a) Cobrança da Dívida Ativa.....	22.650:000\$000
b) Produto de Operações de Crédito (a realizar) ..	\$
c) Diversas Rendas	3.000:000\$000
Total da Renda Extraordinária.....	25.650:000\$000

Art. 3º. A Despesa, conforme o anexo n. 2, que contem sua discriminação por intens para cada órgão e de acordo com os quadros elucidativos anexados sob os ns. 3 a 10, distribuir-se-á da seguinte forma:

Anexos	Fixo	Variável	Totais
3. Administração do Distrito Federal	1.254:118\$	7.086:420\$	8.340:538\$
4. Tribunal de Contas	1.150:840\$	187:600\$	1.338:440\$
5. Secretaria Geral do Interior e Segurança.....	19.783:036\$	8.712:748\$	28.495:784\$
6. Secretaria Geral de Finanças.....	67.907:651\$	53.602:425\$	121.510:076\$
7. Secretaria Geral de Educação e Cultura.	46.193:294\$	38.110:192\$	84.303:486\$
8. Secretaria Geral de Saúde e Assistência.	21.952:470\$	18.039:493\$	39.991:953\$
9. Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas	60.379:697\$	52.130:343\$	112.510:040\$
10. Órgãos extintos . .	2.654:922\$	150:000\$	2.804:922\$
Total.	221.276:028\$	178.019:221\$	399.295:249\$

Art. 4°. Fazem parte do presente decreto-lei, ao qual ficam integrados, os anexos que o acompanham, de ns. 1 a 10, especificando a Receita, citada a respectiva legislação, e discriminando a Despesa, fixa e variável, na sua rigorosa especialização.

Art. 5°. Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias, para a antecipação da Receita e amortização da Dívida Flutuante até o máximo de 50.000 contos, podendo ser aplicada ao serviço das referidas operações a dotação orçamentária destinada a pagamento da Dívida Flutuante.

Art. 6°. Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a aplicar em melhoramentos públicos o saldo que vier a verificar-se na execução deste decreto-lei.

Art. 7°. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de fevereiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 253, DE 7 DE FEVEREIRO DE 1938

Retifica o Decreto-Lei n. 198, de 25 de janeiro de 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição Federal, e tendo em vista a exposição que lhe foi feita pelo ministro de Estado da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1° — São feitas as seguintes modificações no decreto-lei n. 198, de 25 de janeiro de 1938:

Art. 1° — letra *b*, “haverá duas viagens redondas, por mês, sendo uma entre as cidades de Guajará-Mirim e Vila Bela de Mato Grosso e a outra entre aquela cidade e o Forte do Príncipe da Beira, no rio Guaporé”.

Art. 2° — “Fica igualmente o mesmo ministério autorizado a prorrogar o prazo do atual contrato até a celebração do novo contrato, fazendo realizar, desde já, as duas viagens a que se refere a letra *b* do art. 1°, mediante a subvenção mencionada na letra *c*, do referido artigo”.

Art. 2° — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de fevereiro de 1938; 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 254 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1938

Eleva para 55 o número dos Consules de 3ª classe

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, resolve:

Art. 1.º Fica elevado para cinquenta e cinco (55) o número de consules de 3ª classe, classe "J", da carreira de "Consul", no quadro único do Ministério das Relações Exteriores, estabelecido pela Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936.

Art. 2.º Nos cargos criados pela presente Lei somente serão aproveitados os funcionários efetivos ou contratados do Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único. As vagas decorrentes do aproveitamento desses funcionários deverão ser preenchidas por acesso ou extintas quando se tratar de cargo inicial.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1938, 117º da Independência 50º da República.

GETULIO VARGAS.

M. de Pimentel Brandão.

DECRETO-LEI N. 255 — DE 8 DE FEVEREIRO DE 1938

Cria sete logares de Ajudante de Tesoureiro na Recebedoria do Distrito Federal, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180, da Constituição Federal.

Decreta:

Art. 1.º. Ficam criados no quadro III — Recebedorias Federais — do Ministério da Fazenda, mais cinco (5) logares de Ajudante de Tesoureiro do Selo e dois (2) de Ajudante de Tesoureiro Geral, todos em comissão, atribuindo-se aos respectivos serventuários, que deverão ter exercício na Recebedoria do Distrito Federal, o ordenado do padrão J, a que se refere o artigo 20 da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, e dezesseis (16) quotas mensais.

Art. 2.º. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de Rs. 198:406\$300 (cento e noventa e oito contos, quatrocen-

tos (e seis mil e trezentos réis), para atender ao pagamento, no corrente ano, dos vencimentos dos cargos ora criados, sendo:

a) Pessoal Permanente.

Pessoal em comissão:

5 Ajudantes de Tesoureiro do Sêlo (ord.) J	60:000\$000
2 Ajudantes de Tesoureiro Geral (ord.) J	24:000\$000
b) Para o pagamento de 112 quotas mensais, computado o excesso da arrecadação sobre a lotação oficial, até o máximo estabelecido na alínea "a" do parágrafo único do artigo 23, da lei número 284, de 28 de outubro de 1936	114:406\$300
	<hr/> 198:406\$300 <hr/>

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de fevereiro de 1938. 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 256, DE 9 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Exterior, um crédito especial de 359:654\$800, para despesas com vencimentos e representação de um Embaixador em Comissão.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição da República, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de trezentos e cinquenta e nove contos, seiscentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos réis (359:654\$800), para atender a despesas de "Pessoal", com o pagamento de vencimentos e representação de um Embaixador em Comissão, nomeado de acôrdo com o art. 62 do decreto n. 24.113, no período seguinte:

Vencimentos, de 1 a 31 de dezembro de 1937 e de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1938, na base de 37:200\$000 por ano.....	40:300\$000
Representação, de 7 a 31 de dezembro de 1937 e de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 1938, na base de 250:000\$000 anuais e respectivas percentagens	319:354\$800
Total	<hr/> 359:654\$800 <hr/>

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

M. de Pimentel Brandão.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 257 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1938

Aprova o Convênio sobre troca de publicações entre o Brasil e a Bolívia, firmado no Rio de Janeiro, a 30 de agosto de 1937

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do artigo 180 da Constituição promulgada em 10 de novembro de 1937 :

Resolve aprovar o convênio sobre troca de publicações entre o Brasil e a Bolívia, firmado no Rio de Janeiro, a 30 de agosto de 1937.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1938. 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Mario de Pimentel Brandão.

DECRETO-LEI N. 258 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1938

Corrige falhas encontradas na classificação de cargos do Quadro I do Ministério da Fazenda

O presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e atendendo à proposta feita pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil, com fundamento no disposto no art. 10, letra *a*, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, e, ainda,

Considerando que as correções propostas pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil visam corrigir falhas encontradas na classificação de vários cargos isolados e de carreira, do Quadro I do Ministério da Fazenda;

Considerando que essas retificações contribuirão para tornar uniforme a aplicação do critério geral que presidiu ao reajustamento dos cargos públicos, nas tabelas anexas à lei n. 284.

Decreta:

Art. 1°. As anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, ficam substituídas na parte relativa às carreiras de arquivista, contabilista, contínuo, desenhista, engenheiro, escrivão, fotógrafo e zelador, aos cargos de cobrador e chefe de portaria e à carreira de auxiliar de escrita, do Quadro I do Ministério da Fazenda, pelas que acompanham o presente decreto-lei.

Art. 2°. As modificações resultantes do disposto neste decreto-lei vigorarão, para todos os efeitos, a contar de 1 de janeiro de 1937

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO

Tesouro

Situação antiga		
Número de funcionários	Denominação do cargo	Repartição
1	Cartorário	Tesouro Nacional
1	Arquivista conservador	Diretoria do Domínio da União. }
1	Ajudante	Tesouro Nacional
1	Contínuo arquivista	Contadoria Central da República..
1	Ajudante arquivista	Diretoria do Domínio da União..
1	Cob. alug. de próprios nacionais	Diretoria do Domínio da União..
3	Sub-contador	Contadoria Central da República..
12	Guarda-livros	Contadoria Central da República..
28	Auxiliar técnico	Contadoria Central da República..
10	Praticante	Contadoria Central da República..
1	Correio	Diretoria do Domínio da União. }
21	Contínuo	Tesouro Nacional
3	Contínuo	Diretoria do Domínio da União. }
1	Contínuo	Contadoria Central da República. }
6	Correio	Tesouro Nacional

DA FAZENDA

Nacional

QUADRO I

Situação nova

Número de funcionários	de carreira Nova denominação e linha	Observações
ARQUIVISTA		
1	(Ord.) CLASSE I	12 quotas mensais — 1 excelente..
1	(Ord.) CLASSE H	10 quotas mensais.
1	(Ord.) CLASSE G	8 quotas mensais.
2	(Ord.) CLASSE F	6 quotas mensais — 1 vago, a ser preenchido quando se extinguir o excedente.
COBRADOR		
1	(Ord.) G	8 quotas mensais.
CONTABILISTA		
3	(Ord.) CLASSE I	30 quotas mensais.
12	(Ord.) CLASSE K	20 quotas mensais.
28	(Ord.) CLASSE J	16 quotas mensais.
—	(Ord.) CLASSE H	12 quotas mensais — 10 excedentes, cuja dotação será aproveitada na criação de contabilistas das Contadorias Seccionais.
CONTINUO		
5	(Ord.) CLASSE G	7 quotas mensais — 31 excedentes

Situação antiga		
Número de funcionários	Denominação do cargo	Repartição
1	Contínuo	Administração do Domínio da União
3	Contínuo	Dir. Estat. Econômica e Financeira
3	Desenhista	Diretoria do Domínio da União..
2	Desenhista	Administração do Domínio da União
1	Auxiliar de desenhista.....	Administração do Domínio da União
1	Sub-diretor	Diretoria do Domínio da União....
1	Engenheiro ajudante.....	Diretoria do Domínio da União. }
1	Engenheiro Chefe de secção...	Administ. do Domínio da União. }
1	Engenheiro de 1ª classe.....	Diretoria do Domínio da União. }
1	Engenheiro construtor	Administ. do Domínio da União. }
2	Engenheiro de 2ª classe.....	Administ. do Domínio da União. }
1	Administrador de obras.....	Administ. do Domínio da União. }
2	Condutor técnico.....	Diretoria do Domínio da União....
2	Condutor técnico.....	Administração do Domínio da União

Situação nova

Número de funcionários	Nova denominação e linha de carreira		Observações
CONTÍNUO			
20	(Ord.)	CLASSE F	7 quotas mensais — 19 vagos, a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.
—	(Ord.)	CLASSE D	7 quotas mensais — 3 excedentes.
DESENHISTA			
1	(Ord.)	CLASSE J	16 quotas mensais — 2 excedentes.
2	(Ord.)	CLASSE I	14 quotas mensais.
3	(Ord.)	CLASSE H	12 quotas mensais — 2 vagos, a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.
ENGENHEIRO			
1	(Ord.)	CLASSE L	30 quotas mensais.
3	(Ord.)	CLASSE K	20 quotas mensais — 4 excedentes.
3	(Ord.)	CLASSE J	16 quotas mensais — 1 vago, a ser preenchido à medida que se extinguirem os excedentes.
3	(Ord.)	CLASSE I	12 quotas mensais — 1 vago, a ser preenchido à medida que se extinguirem os excedentes.
5		CLASSE H	5 vagos, a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.

Situação antiga

Número de funcionários	Denominação do cargo	Repartição
1	Escrivão geral de Registo....	Diretoria do Domínio da União.
1	Escrivão do Registo.....	Administração do Domínio da União }
1	Fotógrafo encar. da Mapoteca.	Diretoria do Domínio da União....
1	Zelador do Palácio do Catete.	Diretoria do Domínio da União....
1	Zelador do Palácio Guanabara.	Diretoria do Domínio da União....
1	Zelador do Palácio Rio Negro.	Diretoria do Domínio da União....
1	Porteiro	Tesouro Nacional.....
1	Porteiro	Gabinete do Ministro.....
1	Porteiro	Dir. Estat. Economica e Financeira
3	Auxiliar de 1ª classe.....	Diretoria do Domínio da União.
2	Auxiliar de 1ª classe.....	Administração do Domínio da União }
4	Auxiliar de 2ª classe.....	Diretoria do Domínio da União.
5	Auxiliar de 3ª classe.....	Diretoria do Domínio da União.
2	Auxiliar de 2ª classe.....	Administr. do Domínio da União }
2	Auxiliar de 3ª classe.....	Administração do Domínio da União }

Situação nova

Número de funcionários	Nova denominação e linha de carreira		Observações
	ESCRIVÃO		
1	(Ord.)	CLASSE K	20 quotas mensais — 1 excedente.
1		CLASSE J	1 vago, a ser preenchido quando se extinguir o excedente.
	FOTÓGRAFO		
1	(Ord.)	CLASSE G	8 quotas mensais.
	ZELADOR		
1	(Ord.)	CLASSE G	10 quotas mensais.
1	(Ord.)	CLASSE F	8 quotas mensais.
1	(Ord.)	CLASSE E	6 quotas mensais.
1	Chefe de Portaria (ord.) I		12 quotas mensais — Extinto, quando se vagar.
1	Chefe de Portaria (ord.) I		12 quotas mensais — Extinto, quando se vagar.
1	Chefe de Portaria (ord.) H		12 quotas mensais — Extinto, quando se vagar.
	AUXILIAR DE ESCRITA		Carreira extinta. Feitas as promoções, serão suprimidos os cargos de menor vencimento.
5	(Ord.)	CLASSE H	12 quotas mensais.
11	(Ord.)	CLASSE G	9 quotas mensais.
2	(Ord.)	CLASSE E	5 quotas mensais.

DECRETO-LEI N. 259 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1938

Extingue o cargo de diretor, padrão G, da Escola Profissional da Inspeção do Tráfego, do Quadro II do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O Presidente da República: usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal e atendendo á proposta feita pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil, com fundamento no disposto no artigo 10, letra e, da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, Decreta:

Art. 1.º Fica extinto o cargo de diretor, padrão G, da Escola Profissional da Inspeção do Tráfego, do Quadro II do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Polícia do Distrito Federal).

Parágrafo único. Ao atual ocupante desse cargo ficam assegurados sua situação pessoal, direitos e vantagens de que se acha investido.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 260 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1938

Modifica a organização e denominação da carreira de "Atendente", do Quadro I do Ministério da Guerra

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e atendendo à proposta feita pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil, com fundamento no disposto no art. 2.º e seu parágrafo, do Capítulo VI da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936,

Decreta:

Art. 1.º. Fica retificada, para "Enfermeiro", a denominação da carreira de "Atendente", do Quadro I do Ministério da Guerra, constante das tabelas anexas à Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936.

Art. 2.º. É declarada extinta a carreira em apreço, ressalvados porem, aos atuais ocupantes dos cargos que a integram, todos os direitos e vantagens de que estão investidos, inclusive acesso.

Art. 3.º. A composição dessa carreira será a constante da tabela que a este acompanha.

Art. 4.º. As modificações resultantes deste decreto-lei vigorarão, para todos os efeitos, a contar de 1 de janeiro de 1937.

Art. 5.º. As diferenças de vencimentos que, em consequência da tabela anexa, deverão ser pagas aos funcionários pertencentes à aludida carreira, correrão por conta das dotações orçamentárias para tal fim destinadas.

Art. 6.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

MINISTÉRIO DA GUERRA

QUADRO I

Situação antiga			Situação nova		
Número de funcionários	Denominação do cargo	Repartição	Número de funcionários	Nova denominação e linha de carreira	Observações
2	Enfermeiro-mor	Diretoria de Saúde.	10	ENFERMEIRO	Carreira extinta. Feitas as promoções, serão suprimidos os cargos de menor vencimento.
1	Enfermeiro de 1ª classe	Idem		CLASSE G	3 excedentes.
7	Enfermeiro de 2ª classe	Idem		CLASSE F	3 vagos, a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.
3	Enfermeiro de 1ª classe	Idem			
7	Enfermeiro de 2ª classe	Diretoria de Saúde...	10	CLASSE E	12 excedentes.
22	Enfermeiro de 3ª classe	Diretoria de Saúde...	10	CLASSE D	12 vagos, a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.
1	Enfermeiro do Col. Mil. de P. Alegre.....	Diretoria de Saúde...	10		

Conselho Federal do Serviço Público Civil, em de fevereiro de 1938.

DECRETO-LEI N. 261 — DE 9 DE FEVEREIRO DE 1938

Dispõe sobre a remessa, ao Juízo dos Feitos da Fazenda Pública, dos processos de inventário e arrecadação não concluídos, dentro do prazo legal ou quando excedido o prazo de prorrogação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Os juízes de direito farão remeter ao Juízo dos Feitos da Fazenda Pública, *ex-officio* ou a requerimento do procurador da Fazenda, do curador de Orphãos e Ausentes, do inventariante judicial ou de qualquer herdeiro, os processos de inventário e arrecadação que não estiverem concluídos dentro do prazo legal, ou já excedido o prazo de prorrogação.

§ 1.º No Juízo dos Feitos da Fazenda Pública, far-se-á liquidação dos impostos devidos à Prefeitura do Distrito Federal e remeter-se-á o processo ao juízo originário, para que se prossiga nos ulteriores termos e partilha.

§ 2.º Desde a expiração do prazo legal ou da prorrogação, si concedida por despacho, o juiz do inventário ou da arrecadação torna-se incompetente, sob pena de nulidade, para julgar o cálculo ou determinar qualquer medida concernente à liquidação de impostos.

§ 3.º No prazo de 90 dias, a contar desta data, será observado o que dispõe o art. 1.º em relação a todos os processos que se acham paralizados, cumprindo ao procurador da Fazenda requerer a providência indispensável à execução deste preceito, em cada vara ou juízo.

Art. 2.º Nos inventários e arrecadações em que é interessada a Fazenda Pública do Distrito Federal, as percentagens devidas por lei, ao procurador, sub-procuradores, oficiais, avaliadores e quaisquer funcionários, serão contados, quando se proceder ao cálculo para pagamento de impostos e recolhidos aos cofres públicos da Prefeitura, juntamente com o imposto calculado.

Parágrafo único. O recolhimento das percentagens far-se-á mediante guia especial, em que se discriminarão as importâncias e nomes dos que a elas têm direito, devendo fazer-se a escrituração respectiva em livro próprio e nominalmente, afim de que sejam, no mês seguinte ao recolhimento, restituídas aos beneficiários, que passarão recibo no mesmo livro.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de fevereiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 262, DE 10 DE FEVEREIRO DE 1938

Releva multas impostas por infração, do art. 40 do Código de Contabilidade da União

O Presidente da República usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Ficam relevadas as multas que foram impostas pelo Tribunal de Contas ao ex-diretor da Estrada de Ferro Central

do Brasil, Coronel João de Mendonça Lima, e ao tesoureiro da mesma Estrada, Aurélio Valporto de Sá, respectivamente as importâncias de dez contos de réis (10:000\$000) e cinco contos de réis (5:000\$000) por infração do art. 40 do Código de Contabilidade da União.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 263 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 1.354:973\$000 para pagamento de notas de papel-moeda

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta :

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de mil trezentos e cinquenta e quatro contos, novecentos e setenta e três mil reis (1.354:973\$000), para atender á despesa (Serviços e Encargos com as encomendas de notas de papel-moeda para a Caixa de Amortização, feitas em agôsto de 1937 aos seguintes fornecedores :

a) Walterlow & Sons.

2.000.000 de notas de 50\$000, 17ª, estampa, séries 51ª, a 70ª, pelo preço de £ 4.850-0-0 e 2.000.000 de notas de 200\$000, 17ª, estampa, séries 31ª. a 50ª, pelo preço de £ 5.550-0-0, no total de £ 10.400-0-0	915:148\$000
--	--------------

b) American Bank Note C.º.

1.000.000 de notas de 500\$000, 15ª, estampa, séries 35ª, a 44ª, pelo preço de \$ 25.000	439:825\$000
	<u>1.354:973\$000</u>

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 264 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 3.599:458\$600, para pagamento de dívidas relacionadas

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta :

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de três mil, quinhentos e noventa e nove contos, quatro-

centos e cinquenta e oito mil e seiscentos reis (3.599:458\$600), para ocorrer ao pagamento de dívidas de exercícios anteriores — Dívida Flutuante, — relacionadas no processo do Tesouro Nacional, número 73.868-36.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 265 — DE 10 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de 4:320\$000, para indenização à firma Vatter Hendler & Companhia

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de quatro contos, trezentos e vinte mil réis (4:320\$000), para atender ao pagamento de indenização (Material) à firma Vatter Hendler & Companhia, referente à partida de barricas com clorato de potassa de sua propriedade, que se destinavam ao porto de Cabedelo e foram, por ordem superior, desembarcadas na Alfândega do Rio de Janeiro e, posteriormente, levadas a leilão de consumo.

Rio de Janeiro, 10 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 266 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1938

Dispõe sobre o pessoal do Colégio Universitário da Universidade do Brasil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º Fica criado, no quadro I do Ministério da Educação e Saúde, o cargo, a ser provido em comissão, de diretor do Colégio Universitário, da Universidade do Brasil, com os vencimentos equivalentes, ao padrão L.

Art. 2.º Até que esteja constituído o corpo de funcionários efetivos do Colégio Universitário, serão os seus professores e todo o demais pessoal admittidos na forma do decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938.

Parágrafo único. A habilitação técnica dos professores a serem anualmente contratados será julgada em concurso de títulos.

Art. 3.º O Colégio Universitário funcionará nos edifícios e instalações que forem designados pelo ministro da Educação e Saúde, até que esteja construído e montado o seu prédio próprio, dentro da Universidade do Brasil.

Art. 4.º O Poder Executivo baixará o regulamento do Colégio Universitário.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 56º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 267 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1938

Reorganize as Secretarias do Tribunal de Apelação e da Procuradoria Geral do Distrito Federal e dá outras providências

O Presidente da República:

Considerando que o desenvolvimento dos serviços judiciários do Distrito Federal já reclamava uma revisão das Secretarias do Tribunal de Apelação e da Procuradoria Geral do Distrito Federal, de modo a melhor atender às necessidades dos mesmos serviços;

Considerando que essa necessidade se tornou hoje mais premente com a extinção da Justiça Federal, e consequente transferência para a Justiça Local de grande soma de atribuições que áquela cuniciam;

Considerando que com o aproveitamento dos funcionários em disponibilidade da Justiça Eleitoral, também extinta, a reorganização pode ser feita com pequeno aumento de despesa;

Decreta, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal:

Art. 1.º A Secretaria do Tribunal de Apelação do Distrito Federal terá os seguintes cargos:

1	Secretário	Padrão K
Oficial administrativo		
3		Classe J
4		Classe I
10		Classe H
Escrivurário		
2		Classe G
3		Classe F
4		Classe E
Dactilógrafo		
1		Classe G — 2 excedentes.
2		Classe F — 2 vagos a serem preenchidos á medida que se extinguirem os excedentes.
3		Classe E
1	Zelador	Padrão G — Extinto quando se vagar.
1	Porteiro	Padrão G — Extinto quando se vagar.

	Continuo	
1		Classe G
2		Classe F
3	Servente	Classe E — 2 excedentes.
4		Classe D
7		Classe C — 4 excedentes.
10		Classe B — 10 vagos, dos quais 4 serão preenchidos á medida que se extinguirem os 4 excedentes da classe C.
1	Motorista	Classe E
	Electricista	— Carreira extinta. Feitas as promoções, serão suprimidos os cargos de menor vencimento. Para exercer estas funções o Govêrno admitirá, oportunamente, extranumerários, na forma da legislação que vigorar.
1		Classe G
2		Classe F
3	Ascensorista	Padrão D — Cargos extintos. Para exercer estas funções o Governo admitirá, oportunamente, extranumerários, na forma da legislação que vigorar.

Art. 2º. A Secretaria da Procuradoria Geral do Distrito Federal terá os seguintes cargos:

Oficial administrativo

1		Classe J
1		Classe I
1		Classe H
	Escriturário	
1		Classe G
1		Classe F
1		Classe E
	Datilógrafo	
1		Classe G
	Motorista	
1		Classe F
	Servente	
1		Classe E
1		Classe D
1		Classe C

Art. 3º. Os atuais funcionários da Secretaria do Tribunal de Apelação e da Secretaria da Procuradoria Geral do Distrito Federal, cujos cargos constam das tabelas anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, serão aproveitados nos cargos e carreira referidos nos artigos 1º e 2º da presente lei, respeitadas a profissão e os padrões de vencimentos.

Art. 4º. O provimento dos cargos, as promoções, férias, licenças, direitos, deveres e vantagens dos funcionários da Secretaria do Tribunal de Apelação e da Secretaria da Procuradoria Geral do Distrito Federal, obedecerão à legislação em vigor para os demais funcionários públicos civis da União.

Art. 5º. As atribuições dos funcionários a que se refere o artigo 1º, serão as estabelecidas pelo Tribunal, no uso da faculdade constitucional de organização de sua secretaria.

Art. 6º. Fica creado um cargo de "Diretor", padrão L, do Pretorio ou edificio sede das Pretorias.

Parágrafo único. O presidente do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, designará dentre os funcionários mencionados no artigo 1º os que devam ter exercício no Pretorio, ou edificio-sede das Pretorias.

Art. 7º. Ficam creados dezesseis (16) cargos de "Escrivente juramentado", classe F, tendo exercicio um em cada uma das Varas e Pretorias Criminaes.

Art. 8º. Os cargos creados pela presente lei, serão preenchidos por funcionários em disponibilidade da extinta Justiça Federal.

Art. 9º. Fica revogado o decreto-lei n. 168, de 5 de janeiro de 1938.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 268 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1938

Organiza o 2º Batalhão Ferro-Viário de que trata o decreto número 24.287, de 1934, e dá outras providências

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal,

Considerando a necessidade de iniciar, desde já, a construção dos trechos ferroviários Pelotas-Santa Maria-Rio Negro-Caxias;

Considerando que o orçamento do Ministério da Guerra do corrente ano, consigna a verba de 6.000:000\$ para o inicio das respectivas obras;

Decreta:

Art. 1º. Fica organizado o 2º Batalhão Ferro-Viário, de que trata o decreto n. 24.287, de 25 de maio de 1934.

Art. 2º. No corrente ano, apenas um núcleo terá efetivo assim constituído: órgãos de comando e companhia extra-numerária.

Art. 3º. A medida das necessidades, será dado o enquadramento em graduados das Companhias mandadas organizar.

Art. 4º. O Estado Maior do Exército deverá propor a organização e o efetivo da companhia extra-numerária.

Art. 5º. Da organização do 2º batalhão Ferro-Viário não decorrerá, no corrente ano, anualmente do quadro de oficiais da arma de engenharia, devendo ser aproveitados os officiaes dos corpos sem efetivo da referida arma.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1938: 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gen. Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 269 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1938

Inclue a quadra 9 do Cais do Porto na relação a que se refere o artigo 17 da Lei 452, de 5 de julho de 1937

O Presidente da República decreta :

Art. 1.º Fica incluída na relação de que trata o art. 17 da lei n. 452, de 5 de julho de 1937, para ser alienada para o mesmo objetivo, a quadra 9 do Cais do Porto, no Distrito Federal.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 270, DE 11 DE FEVEREIRO DE 1938

Estabelece regras para a reforma de Sargentos e Praças que contarem menos de vinte (20) anos de serviço

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição da República,

Decreta :

Art. 1.º Os Sargentos e Praças da Marinha, reformados compulsoriamente, desde a vigência da atual Constituição, excetuados os casos de invalidez que são regulados por leis especiais, contando menos de vinte (20) anos de serviço, perceberão como vencimentos de inatividade, tantas vigésimas partes dos respectivos soldos, quantos forem os anos completos de serviço que tiverem prestado, não podendo esse vencimento ser, em caso algum, menor do que um terço (1/3) do referido soldo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de fevereiro de 1938; 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 271 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1938

Dispõe sobre a realização de concursos nos estabelecimentos de ensino superior da Universidade do Brasil

O Presidente da República decreta :

Art. 1.º O parecer das comissões julgadoras dos concursos para provimento de cargos vagos de professor catedrático nos estabelecimentos de ensino superior da Universidade do Brasil, cujas congregações não disponham de professores catedráticos efetivos em nú-

mero de dois terços de sua totalidade, será submetido à aprovação do Conselho Universitário da mesma Universidade.

Art. 2.º O Conselho Universitário, ao pronunciar-se sobre o parecer de que trata o artigo anterior, obedecerá ao disposto no § 2º do art. 54, do decreto n. 19.854, de 11 de abril de 1931.

Art. 3.º Os concursos de que trata o art. 1º d'este decreto-lei obedecerão às determinações da legislação vigente.

§ 1.º Será exigida para inscrição em qualquer concurso, a apresentação da tese, observado o disposto no parágrafo único do artigo 5º, da lei n. 114, de 11 de novembro de 1935 e no parágrafo único do art. 6º, da lei n. 44, de 4 de junho de 1937.

§ 2.º O ministro da Educação e Saúde poderá mandar reabrir todas as inscrições encerradas há mais de um ano, sem prejuízo dos candidatos legalmente inscritos.

§ 3.º Da decisão do Conselho Universitário caberá recurso para o ministro da Educação e Saúde.

Art. 4.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETÚLIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 272 — DE 12 DE FEVEREIRO DE 1938

Aprova as cláusulas da concessão a ser outorgada à Companhia Aeropostal Brasileira para a exploração de aeroportos

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal; e,

Considerando que “os aeroportos serão estabelecidos e mantidos pela União, ou, mediante concessão desta, pelos Estados, municipalidades e particulares, empresas, sociedades ou companhias nacionais”, conforme o disposto no art. 28 do decreto-lei n. 20.914, de 6 de janeiro de 1932;

Considerando que anteriormente ao referido decreto foram adquiridos e utilizados para pouso de aeronaves alguns terrenos pela Companhia Aeropostal Brasileira, dos quais se serve a S. A. Air France para o tráfego de suas aeronaves;

Considerando, finalmente, que os estabelecimentos feitos nessas condições devem ser ajustados ao regime dos aeroportos, mediante os entendimentos determinados pelo art. 54 do citado decreto n. 20.914, de 6 de janeiro de 1932,

Decreta:

Artigo único. Fica autorizado o ministro de Estados dos Negócios da Viação e Obras Públicas a contratar, com a Companhia Aeropostal Brasileira, nos termos das cláusulas que com este baixam, as áreas

pelo mesmo ministro, a exploração, no regime de concessão previsto no decreto n. 20.914, de 6 de janeiro de 1932, dos aeroportos pertencentes à referida companhia.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1938; 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Cláusulas a que se refere o decreto-lei n. 272, desta data

CLÁUSULA I

A Companhia Aeropostal Brasileira obriga-se, de acordo com as cláusulas da presente concessão, a manter o aeroporto estabelecido por sua conta em cada uma das seguintes localidades: Natal, no Estado do Rio Grande do Norte; Maceió, no Estado de Alagoas; Itapoan (município do Salvador) e Caravelas, no Estado da Bahia; Vitória, no Estado do Espírito Santo; Jacarépaguá, no Distrito Federal; Itaipú (município de São Vicente) no Estado de São Paulo; Florianópolis, no Estado de Santa Catarina; Porto Alegre e Pelotas, no Estado do Rio Grande do Sul.

CLÁUSULA II

A concessão, outorgada de acordo com o decreto n. 20.914, de 6 de janeiro de 1932, terminará no prazo de 25 anos, contados do início de sua exploração, na conformidade deste contrato, ficando marcado para esse fim o prazo de 30 dias após o registro pelo Tribunal de Contas.

Parágrafo único. Extinta a concessão e amortizado totalmente o capital, todo o acervo de propriedade plena da concessionária reverterá de pleno direito para o domínio da União, livre de indenização e de qualquer onus, considerando-se de nenhum efeito quaisquer atos de alienação ou constituição de onus real em desacordo com esta cláusula.

CLÁUSULA III

Verificada a impossibilidade de amortização do capital na vigência da concessão, será esta renovado pelo prazo necessário à obtenção desse resultado, não preferindo o Governo indenizar à concessionária o restante do capital não amortizado.

CLÁUSULA IV

A concessionária obriga-se a manter em perfeito estado de conservação o aeroporto, executando para esse fim, à sua custa, os serviços de conservação exigidos pela fiscalização. Obriga-se também a prover todos os serviços de sua direta incumbência e velar pelos incumbidos a terceiros, no sentido de oferecer às aeronaves as facilidades e recursos que devam encontrar nas dependências do aeroporto.

Parágrafo único. A concessionária deverá igualmente executar as obras complementares ou alterações e melhoramentos exigidos pelo Departamento de Aeronáutica Civil, sendo o valor das mesmas incorporado ao capital, na ocasião das Tomadas de Contas.

CLÁUSULA V

A concessionária, sem direito a indenização, obriga-se a reservar nos aeroportos, sem prejuízo das instalações e serviços existentes, as áreas necessárias para os serviços federais, civis e militares, de acordo com os planos que forem aprovados pelo Governo.

CLÁUSULA VI

As instalações feitas no aeroporto, nas áreas para esse fim reservadas ou em terrenos adjacentes ou não adjacentes, para abrigo, reparação e abastecimento das aeronaves, pela concessionária ou por terceiros, devidamente autorizados pelo Governo, ouvida a concessionária, ficam sujeitas a ser utilizadas por quaisquer aeronaves que se sirvam de aeroporto, mediante pagamento das taxas aprovadas.

Entretanto o estabelecimento de instalações privativas poderá ser autorizado, quando já existem as instalações previstas na primeira alínea desta cláusula.

Parágrafo único. As instalações já existentes e privativas de linhas aéreas regulares em exploração continuam reservadas para esse fim exclusivo, salvo acordo com outros interessados.

CLÁUSULA

Os serviços dos aeroportos serão remunerados pela cobrança de sobretaxas, taxas de utilização e taxas accessórias, mediante tabelas propostas pela concessionária, aprovadas pelo Governo e sujeitas a revisão de comum acordo.

§ 1.º As sobretaxas, destinadas ao serviço de amortização e juros do capital reconhecido, empregado no estabelecimento de cada aeroporto, suas melhorias, ampliações e instalações, somente se aplicarão às aeronaves comerciais, e sua cobrança cessará logo que se verifique a completa amortização do capital.

As sobretaxas serão fixadas de forma a produzirem uma anuidade suficiente para atender aos juros de 8 % calculados sobre o capital reconhecido e mais a quota variável de amortização, e serão revistas por ocasião das tomadas de contas para exato cumprimento do que nesta alínea se determina.

§ 2.º As taxas de utilização, uniformes para todos os aeroportos, serão cobradas por pouso de qualquer aeronave, sem distinção de espécie alguma, e calculadas na justa proporção das despesas de custeio e conservação das aeroportos.

Para atender às despesas gerais que não serão apuradas nas tomadas de contas, inclusive as de direção superior, o produto das taxas de utilização sofrerá a dedução prévia de 15 %, a título de quota de administração.

O saldo que se verificar, em cada exercício, depois de atendidas pelos 85 % restantes todas as despesas de custeio e conservação, inclusive as referidas na cláusula IV, será aplicado:

a) a compensar as eventuais insuficientes das anuidades previstas nesta cláusula, § 1º, alínea segunda:

b) por conta do restante, metade à amortização do capital, que por essa forma poderá ser antecipada, e a outra metade em benefício da concessionária.

§ 3.º As taxas accessórias correspondem à utilização das instalações para abrigo, reparação e abastecimento das aeronaves e de outros serviços auxiliares.

§ 4.º São isentas das taxas de utilização apenas as aeronaves públicas.

CLAUSULA VIII

Ressalvado o direito de desapropriação, o Governo poderá ocupar em qualquer tempo os terrenos e instalações dos aeroportos por motivo de interesse público, e, nesse caso, a concessionária terá direito a uma indenização correspondente à média de renda percebida no período imediatamente anterior, não excedente de cinco anos.

A ocupação, entretanto, limitada ao tempo estritamente necessário ao motivo de interesse público que a tiver determinado, poderá ser feita sem prejuízo do funcionamento regular do aeroporto ou dos aeroportos ocupados.

CLAUSULA IX

O Governo reserva-se o direito de executar por sua conta, e sem nenhum onus para a concessionária, as obras de ampliação, adaptação e melhoramentos que julgar conveniente, em qualquer aeroporto, ao qual serão incorporadas essas ampliações, adaptação e melhoramentos, sob o mesmo regime de conservação imposto neste contrato.

CLAUSULA X

O capital da concessionária, aplicado em cada aeroporto, será fixado mediante avaliação aprovada pelo Governo, em que se terão em consideração as despesas de aquisição e adaptação dos aeroportos mencionados no art. 1.º, à vista dos comprovantes exibidos pela concessionária, recorrendo-se a arbitramento em caso de divergência.

§ 1.º Procedendo-se a arbitramento, haverá um árbitro do Governo, um da concessionária, e um desempatador previamente escolhido pelos dois primeiros, de comum acordo.

§ 2.º A concessionária, doze meses antes do fim da concessão, obriga-se a apresentar ao Governo os documentos de propriedade e posse dos terrenos, para transferência dos mesmos à União, no fim do prazo da concessão, ou da prorrogação prevista na cláusula III, quando os aeroportos deverão reverter à União, de acordo com o parágrafo único da cláusula II.

Excectuam-se da obrigação constante deste parágrafo os terrenos de Maceió, Porto Alegre e Pelotas, os dois primeiros obtidos por concessão dos Estados de Alagoas e Rio Grande do Sul e o terceiro por concessão do Município de Pelotas, os quais passarão à posse do Governo Federal ao mesmo título de concessão pelo qual a concessionária os possui.

§ 3.º O reconhecimento de qualquer aumento do capital dependerá de prévia aprovação, pelo Governo dos planos e orçamentos das obras novas.

CLÁUSULA XI

Proceder-se-á anualmente, nos termos das instruções que forem aprovadas pelo Governo, à tomada de contas da cada exercício da vigência do contrato, para o fim de efetuar o cálculo da amortização e determinar o capital que passa para o exercício seguinte.

As despesas de custeio e conservação serão apuradas em face dos documentos comprobatórios de sua efetividade, de acordo com as verbas prefixadas em harmonia com a fiscalização.

Parágrafo único. No caso de serem as receitas, em qualquer exercício da vigência do contrato, inferiores às despesas totais de administração, custeio e conservação, e comprovado a insuficiência nas tomadas de contas, na mesma ocasião serão revistas as taxas de utilização.

CLÁUSULA XII

Poderá o Governo decretar a caducidade do presente contrato, independente de interposição judicial:

I — se a concessionária abandonar a exploração dos aeroportos;

II — se se verificar que a exploração dos aeroportos se afasta dos fins a que se destinam;

III — se a concessionária deixar de satisfazer as exigências da fiscalização, no tocante aos serviços de conservação e outros, conforme a cláusula IV, depois de multa, reincidência na falta e nova multa aplicada por motivo desta reincidência;

IV — se a concessionária deixar de integralizar a caução, quando desfalçada pelo desconto de multa, dentro do prazo de 30 dias, depois de intimada para esse fim.

Parágrafo único. Em caso de caducidade, nos termos desta cláusula a indenização será restrita ao valor não amortizado dos terrenos, se os aeroportos não continuarem a ser utilizados, ou abrangerá também o valor não amortizado das obras autorizadas e existentes, se o Governo resolver conservar os aeroportos, sendo o pagamento da indenização feito à medida que se arrecadarem as sobretaxas.

CLÁUSULA XIII

Verificando-se a desnecessidade da utilização de qualquer dos aeroportos explorados pela concessionária, esta terá pleno liberdade de lhe dar o destino que lhe convier, desde que recolha previamente aos cofres públicos a importância já amortizada do capital respectivo, reservando-se o Governo o direito de efetuar a cobrança dessa importância em falta de acordo.

CLÁUSULA XIV

Pela infração de qualquer das suas obrigações impostas neste contrato ou pelas suas responsabilidades, apuradas pela fiscalização, a concessionária incorrerá em multas de 200\$ a 2:000\$, que serão deduzidas da caução, caso o seu pagamento pela concessionária não se comprove dentro de 30 dias da data da intimação.

Haverá para a concessionária recurso, para o ministro da Viação e Obras Públicas, das multas impostas, dentro do prazo de 30 dias da notificação da multa; o recurso, entretanto, só poderá ter andamento, mediante depósito prévio comprovado da importância da multa.

CLAUSULA XV

Para garantia do cumprimento de suas obrigações, a concessionária depositará no Tesouro Nacional a importância de 10:000\$000, em títulos da dívida pública federal, pelo seu valor nominal, obrigando-se nos casos de desconto de multa, a integralizar essa caução, que será restituída quando extintas as suas obrigações contratuais.

Parágrafo único. No caso de caducidade previsto na cláusula XII a caução reverterá em favor dos cofres públicos.

CLAUSULA XVI

A concessionária submete-se a quaisquer outras obrigações que decorram do decreto n. 20.914, de 6 de janeiro de 1932, e obriga-se a observar nos serviços de seus aeroportos as condições estabelecidas no Regulamento para os Serviços Cíveis de Navegação Aérea, aprovado pelo decreto n. 16.983, de 22 de julho de 1925, e outras disposições já estabelecidas ou que vierem a vigorar, com relação ao assunto ou a interesses correlatos, bem assim o regulamento aprovado pelo decreto n. 20.291, de 12 de agosto de 1931, as leis gerais do país e as convenções postas em vigor.

CLAUSULA XVII

O encarregado de cada aeroporto deverá ser um brasileiro nato, e sua designação será precedida de aprovação pelo Departamento de Aeronutica Civil.

CLAUSULA XVIII

Sendo um serviço público federal o objeto da presente concessão, nos termos do art. 53 do decreto n. 20.914, de 6 de janeiro de 1932, ficam isentos de impostos, quer federais, quer estaduais ou municipais, durante a vigência da mesma concessão, os aeroportos, suas instalações e respectivo aparelhamento.

Rio de Janeiro, 12 de fevereiro de 1938.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 273 — NÃO FOI PUBLICADO.

DECRETO-LEI N. 274 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 17.514:198\$, para pagamento de indenização à Madeira Mamoré Railway Co. Ltd.

O Presidente da República:

Tendo em vista a autorização contida na lei n. 520, de 3 de outubro de 1937, e usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de dezessete mil quinhentos e quatorze

contos, cento e noventa e oito mil réis (17.514:198\$000), para pagamento de indenização devida à Madeira Mamoré Railway Co. Ltd., na conformidade do decreto n. 1.547, de 5 de abril de 1937. Públicas, o crédito especial de dezeseite mil, quinhentos e quatorze

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1937, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 275 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 250:000\$600, para conclusão do aeroporto de Poços de Caldas

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal,

Decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de duzentos e cinquenta contos de réis (250:000\$000), para ocorrer às despesas com a conclusão dos trabalhos do aeroporto de Poços de Caldas.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1938. 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 276 — DE 15 DE FEVEREIRO DE 1938

Autoriza permuta de terreno

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Guerra autorizado a permutar um terreno da União, sob a sua jurisdição e anexo ao Hospital Central do Exército, por um outro, vizinho ao mesmo Hospital e pertencente à Companhia Brasileira de Artefatos de Borracha, que para integrar o valor do primeiro entregará ainda a esse Ministério a quantia de 82:209\$000 (oitenta e dois contos, duzentos e noventa mil réis).

Art. 2.º O terreno da União dá frente para a Avenida Suburbana e mede 3.404 metros quadrados; o da Companhia Brasileira de Artefatos de Borracha está encravado em terrenos do Hospital Central do Exército e mede 2.697 metros quadrados.

Art. 3.º O Ministério da Guerra empregará a quantia indicada em obras de melhoramentos do Hospital Central do Exército.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS,

Gen. Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 277 — NÃO FOI PUBLICADO.

DECRETO-LEI N. 278 — DE 16 DE FEVEREIRO DE 1938

Determina as especificações de cimento Portland comum e os métodos de ensaio para as provas de cimento e controle de concreto

O Presidente da República, atendendo ao que lhe expôs o ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio e usando da atribuição que lhe confere o art. 139 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Todo cimento Portland comum, adquirido por qualquer repartição do Governo, deverá obedecer às especificações que, assinadas pelo ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, vão anexas ao presente decreto.

Art. 2.º Nas provas do cimento e no controle de concreto em obras executadas para quaisquer repartições do Governo, serão observados os métodos de ensaios para cimento Portland e para concreto que vão anexos ao presente decreto, assinados pelo ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS,

Waldemar Falsão.

Especificação para cimento Portland comum, a que se refere o art. 1.º do decreto-lei n. 278, de 16 de fevereiro de 1938

PRIMEIRA PARTE

ESPECIFICAÇÃO DO RECEBIMENTO

Objetivo

Art. 1.º Esta primeira parte das especificações é aplicável ao recebimento de cimento Portland destinado à preparação de concreto para as obras correntes.

Definição

Art. 2.º Cimento Portland é o aglomerante obtido pela pulverização de *clinker* resultante da calcinação até fusão incipiente de uma mistura íntima e convenientemente proporcionada de materiais calcários e argilosos, sem adição, após a calcinação, de outras substâncias, a não ser água e gesso.

Métodos de ensaio

Art. 3.º O cimento deve ser ensaiado de acordo com o "Método de Ensaio para Cimento Portland", exceptuando-se a análise química, a qual deverá ser feita de acordo com o método adotado pela American Society for Testing Materials.

A — LIMITES IMPOSTOS

Composição química

Art. 4.º Os limites abaixo especificados não podem ser excedidos:

	Limites	Tolerâncias
Perda ao fogo, em %.....	4,00	0,25
Resíduo insolúvel, em %.....	0,85	0,15
Anidrido sulfúrico (SO ₃), em %.....	2,50	0,10
Óxido de magnésio (MgO), em %....	6,00	0,40

Finura

Art. 5.º O resíduo deixado na peneira normal de 0,075mm. não deve exceder 15 % em peso.

Início da pega

Art. 6.º O início da pega deverá verificar-se, no mínimo, uma hora após o lançamento da água de amassamento.

Expansibilidade

Art. 7.º A expansibilidade da pasta normal não poderá exceder os limites fixados abaixo:

I — Expansibilidade a frio.....	10 mm.
II — Expansibilidade a quente.....	10 mm.

Resistência à compressão

Art. 8.º A resistência média à compressão de seis corpos de prova de argamassa normal composta de uma parte de cimento e três partes de areia normal, em peso, não deve ser inferior aos limites abaixo especificados:

3 dias de idade	80 kg/ cm.
7 dias de idade	150 kg/ cm.
28 dias de idade	250 kg/ cm.

B — INSPEÇÃO*Retirada da amostra*

Art. 9.º A amostra destinada aos ensaios será colhida, de acordo com o critério especificado no § 2º deste artigo, pelos interessados, de comum acordo, em local previamente combinado.

§ 1.º A amostra, a pedido dos interessados, poderá ser retirada por um laboratório oficial.

§ 2.º Para cada lote de 100 sacos (ou equivalente em barricas) deve-se retirar uma amostra parcial de, no mínimo, 5 kg.; as amostras parciais, cuidadosamente misturadas, constituirão a amostra média destinada aos ensaios, e esta pesará, no mínimo, 50 kg.

§ 3.º Os sacos ou as barricas escolhidas para a retirada das amostras parciais deverão estar em perfeito estado.

§ 4.º Formada a amostra, deverá ela ser colocada em recipiente impermeável, e este será fechado e rubricado pelas pessoas que a colheram, e, em seguida, os interessados enviá-la-ão para o laboratório oficial escolhido.

Ensaaios

Art. 10. Verificada a autencidade da amostra remetida, o laboratório iniciará, dentro de tres dias, os ensaios do produto, expedindo, em tempo útil um certificado de análise da amostra.

Condições de acondicionamento

Art. 11. O cimento será recebido com o acondicionamento original da fábrica, que poderá ser em sacos de papel ou de algodão, em barricas ou tambores. Em todos os recipientes serão indicados, em caracteres bem visíveis, a marca do cimento, seu peso líquido, a marca da fábrica e o local de fabricação. Admite-se uma tolerância de 2 % em relação ao peso declarado no recipiente. Os recipientes devem estar em perfeito estado de conservação na data da inspeção.

§ 1.º Os sacos de cimento, quando de procedência nacional, devem conter 42,5 kg. líquidos de material.

§ 2.º Para casos especiais poderão ser adotados outros tipos de acondicionamento, desde que, para tal, os interessados entrem em acordo.

Condições de armazenamento

Art. 12. O cimento deve ser armazenado e mltugarsado, abrigado das intempéries e de fácil acesso para a inspeção de cada partida.

C — REJEIÇÃO*Rejeição*

Art. 13. Quando um ou mais dos ensaios efetuados sobre a amostra de cimento der ou derem resultados em desacordo com os limites fixados nas presentes especificações, o fornecimento será rejeitado.

§ 1.º Serão, ainda, rejeitados, independentemente de ensaios, os sacos ou as barricas que estiverem avariadas ou cujos conteúdos tenham sido alterados pela humidade.

§ 2.º A responsabilidade do fornecedor só cessará 45 dias após a retirada das amostras, afim de levar tempo suficiente para a realização dos ensaios.

SEGUNDA PARTE

CERTIFICADOS DE PRODUÇÃO E DE PARTIDA DE IMPORTAÇÃO

Objetivo

Art. 14. Além do caso previsto na primeira parte das presentes especificações, relativamente ao recebimento de lotes de cimento, é facultado aos fabricantes e aos importadores desse material a obtenção de certificados oficiais dos característicos físicos, químicos e mecânicos concernentes, respectivamente, à produção num certo período de tempo ou a uma data partida importada, nas condições determinadas nos artigos que a este seguem.

A — CERTIFICADOS DE PRODUÇÃO

Cimento de produção nacional

Art. 15. A qualquer fábrica de cimento nacional, mediante acordo com laboratório oficial é facultada a obtenção de certificados de produção, de carater informativo correspondente ao produto fabricado em um dado período de tempo.

Amostras

Art. 16. As amostras destinadas aos ensaios serão colhidas, semanalmente, estando a fábrica em franco funcionamento, por funcionário de laboratório oficial, nos silos, nos vagões ou nos depósitos distribuidores, a seu critério.

§ 1.º Serão proporcionadas pelos interessados, ao funcionário a que alude este artigo todas as facilidades para o desempenho de sua missão.

§ 2.º A amostra, depois de rubricada pelo funcionário de laboratório oficial, será remetida, pelos interessados, ao laboratório.

Ensaios

Art. 17. verificada a autencidade da amostra remetida, o laboratório iniciará, dentro de tres dias, os ensaios do produto.

Certificado de produção

Art. 18. Os resultados obtidos para cada amostra serão condensados em um certificado de produção.

§ 1.º O certificado de produção tem, apenas, por intuito facultar ao comprador o conhecimento dos característicos médios do cimento que está sendo fabricado, sem que no entanto possa garantir a identidade de toda a produção.

§ 2.º O certificado de produção de uma fábrica não substitue os certificados de ensaios de amostras de determinados lotes, para os efeitos de recebimento dos mesmos lotes.

B — CERTIFICADO DE PARTIDA DE IMPORTAÇÃO

Cimento de produção estrangeira

Art. 19. A qualquer importador ou representante de cimento fabricado fora do País, mediante acordo com laboratório oficial, é

facultada a obtenção de certificado de partida, relativos ao produto de uma dada partida.

Amostras

Art. 20. As amostras destinadas aos ensaios serão colhidas, por funcionário de laboratório oficial, a bordo do navio que trazer a partida, nos vagões ou nos depósitos distribuidores, a seu critério.

§ 1.º Serão proporcionadas, pelos interessados, ao funcionário a que este artigo se refere todas as facilidades para o desempenho de sua missão.

§ 2.º A amostra, depois de rubricada pelo funcionário, será remetido, pelos interessados, ao laboratório oficial.

Ensaio

Art. 21. Verificada a autenticidade da amostra remetida, o laboratório iniciará, dentro de tres dias, os ensaios do produto.

Certificado de partida de importação

Art. 2.º Os resultados obtidos para cada amostra serão condensados em um certificado de partida de importação.

§ 1.º O certificado de partida tem por fim, apenas, facultar ao comprador o conhecimento dos característicos do cimento de uma dada partida na época do seu exame.

§ 2.º O certificado de partida de importação refere-se, exclusivamente, à partida ou carregamento total de uma mesma marca chegado em um mesmo vapor.

§ 3.º O certificado de partida referir-se-á à documentação apresentada pelo interessado para identificar a partida à qual se refere o atestado.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1938. — *Waldemar Falcão*.

Métodos de ensaios para cimento Portland e para concreto, a que se refere o art. 2º do decreto-lei n. 278, de 16 de fevereiro de 1938.

I

MÉTODO PARA ENSAIO DE CIMENTO

Objetivo

Art. 1.º O método tem por objetivo indicar o modo como deve ser executado o ensaio normal de cimento Portland, abrangendo:

- A — Finura;
- B — Pega;
- C — Expansibilidade;
- D — Resistência à compressão.

A — FINURA

Quantidade de cimento a peneirar

Art. 2.º A quantidade de cimento a peneirar de cada vez será de 50 gramas.

Balança

Art. 3.º A balança empregada para a pesagem da amostra de cimento deverá ser capaz de pesar 50 g. com a aproximação de $\pm 0,05$ g. e 0,1 g. com a aproximação $\pm 0,01$ g.

Parágrafo único. A sensibilidade da balança deverá ser tal que permita satisfazer às exigências deste artigo.

Peneiras

Art. 4.º A tela empregada nas peneiras terá seus fios de latão ou de bronze e será montada, bem esticada e sem distorção, em guarnição de metal, com a forma de anel circular, de 20 cm. de diâmetro e 5 ou 2,5 cm. de altura, acima da tela; na periferia da tela, bem junto à parede do anel, será corrido um cordão tênue de solda. A peneira possuirá tampa e fundo apropriados.

Característicos da tela e tolerâncias

Art. 5.º A tela empregada nas peneiras deverá ter malhas quadradas de 0,075 mm. de abertura e fios de 0,053 mm. de diâmetro:

§ 1.º Medindo-se os diâmetros de dez fios consecutivos da trama e de dez da urdidura, toleram-se os afastamentos de 15 e de 35 %, respectivamente, para menor e para o maior diâmetro achado. Para a média das aberturas de dez malhas consecutivas, medidas no sentido da trama e no da urdidura, tomadas separadamente, tolera-se um afastamento de ± 8 % em relação à abertura nominal; para a abertura máxima, tolera-se o afastamento de 60 %.

§ 2.º A medida dos diâmetros dos fios e das aberturas das malhas poderá ser feita por meio de microscópio micrométrico, aparelho de projeção ou dispositivo semelhante e de precisão conveniente, evitando-se, em qualquer caso, os efeitos da difração ao visar as gerações dos fios.

Peneiramento

Art. 6.º Colocam-se as 50 g. de cimento na peneira, munida do fundo apropriado, fecha-se com a sua tampa e procede-se ao peneiramento.

O operador segura o conjunto com uma das mãos e mantendo-o ligeiramente inclinado, imprime-lhe um movimento de vai-vem com o auxílio de movimentos do pulso e do antebraço, batendo-o, ao mesmo tempo, na palma da outra mão. A operação dura 10 a 15 minutos, e a velocidade de peneiramento deverá ser de 150 vai-venos por minuto devendo o operador, de 25 em 25 vai-venos, girar a peneira de mais ou menos 60°.

Estará terminada a operação, convenientemente chamada peneiramento completo, quando, após um minuto de peneiramento contínuo, passar através da peneira menos de 0,1 % do peso da amostra em exame.

Finura

Art. 7.º A finura do cimento será caracterizada pelo material retido na peneira de 0,075 mm., expresso em percentagem do peso da amostra em exame, calculada até aos décimos.

Parágrafo único. Os resultados a fornecer representação a média de duas determinações, tolerando-se a diferença de uma unidade nas percentagens obtidas.

Peneiramento mecânico

Art. 8.º É permitido o emprêgo de peneiradores mecânicos, desde que sejam capazes de reproduzir o peneiramento completo definido no art. 6.º.

B — Pega

Pasta empregada

Art. 9.º A determinação será feita com a pasta de consistência normal no art. 19.

Quantidade de cimento

Art. 10. A quantidade de cimento a empregar para a execução da pasta deverá ser de 400 g.; após a passagem, o operador coloca uma quantidade de cimento num recipiente de folha, conforme mostra a fig. 1.

Modo de ajuntar a água

Art. 11. Dispõe-se o cimento em forma de corôa e lança-se de uma vez a quantidade de água definida no art. 13, no interior da corôa assim formada, e, com uma espátula de aço (figura 1), deita-se sobre o líquido o material circundante, devendo essa operação durar um minuto.

Amassamento da pasta

Art. 12. Em seguida, com o auxílio da espátula, a mistura é amassada energicamente durante cinco minutos.

Quantidade de água

Art. 13. A quantidade de água a empregar para o amassamento da pasta, expressa em percentagem do peso do cimento, será tal, que lhe empreste a consistência normal definida no artigo 10.

Formas para moldagem

Art. 14. A forma destinada a conter a pasta será de material não absorvente, em forma de anel circular de 8 cm. de diâmetro e 4 cm. de altura, e será provida de uma chapa plana de vidro, ou de metal, que lhe servirá de base.

Modo de encher as formas

Art. 15. Terminado o amassamento, coloca-se a espátula no anel assente sobre a chapa (art. 14), a pasta, em pequenas porções, sem socamento e, apenas, com leve agitação da espátula para distribuir bem a pasta no molde.

Em seguida, procede-se à rasadura do material que ultrapassar os bordos da fôrma com uma regua, que o operador fará deslizar sobre os bordos do molde, em sentido normal à sua direção, dando-lhe, também, um ligeiro movimento de vai-vem na direção da mesma regua.

Aparelho de Vicat

Art. 16. O aparelho de Vicat terá dispositivos tais que permitam a sonda de Tetmajer (ou a agulha de Vicat), a ele adaptável, descer livremente, mantendo-se em posição vertical; possuirá, ainda, uma escala que permita a leitura, em mm., da distância entre o fundo do molde e a extremidade da sonda (ou da agulha). O peso da haste móvel do aparelho tendo adaptada a sua extremidade a sonda (ou a agulha) será de 300g.

Sonda de Tetmajer

Art. 17. A sonda de Tetmajer será metálica, cilíndrica, de seção circular, lisa, de 10 mm. de diâmetro, e determinará em seção reta: no momento de seu emprego estará seca e limpa.

Medida da consistência

Art. 18. Terminada as alterações descritas no art. 15, faz-se descer sobre a pasta, na parte central do molde, a sonda de Tetmajer, sem choque e sem velocidade inicial, sustentando-a para isso com os dedos; lê-se, em seguida, na escala, logo que a sonda estaciona, o índice de consistência, isto é, a distância, em mm., da extremidade da solda do fundo do molde.

Parágrafo único. Não é permitido fazer-se mais de uma sondagem na mesma pasta.

Consistência normal

Art. 19. A consistência da pasta será normal quando, medida de acordo com o processo descrito nos artigos anteriores, der um índice de consistência igual a 6 mm.

Agulha de Vicat

Art. 20. A agulha de Vicat será metálica, lisa, cilíndrica, circular com 1 mm.,² de área e terminará em seção reta; no momento de seu emprego, estará limpa e seca.

Quando se adaptar a agulha ao aparelho deve-se colocar, sobre o prato existente na extremidade de sua haste, a tara que o acompanha e que se destina a completar a carga de 300 g. (artigo 16).

Determinação do início da pega

Art. 21. Será considerado como início da pega o momento em que a agulha, adaptada ao aparelho de Vicat, descendo sobre a pasta

de consistência normal com as precauções indicadas no art. 18, estacionar a 1 mm. do fundo do molde.

§ 1.º O início da pega é contado a partir do instante em que se lançou a água de amassamento.

§ 2.º Não é permitida a determinação da pega na pasta que já tenha servido para a pesquisa da consistência normal.

Determinação do fim da pega

Art. 22. Será considerado como fim da pega o momento em que a agulha, aplicada suavemente sobre a superfície da pasta, não deixar vestígios apreciáveis.

§ 1.º O fim da pega é contado a partir do instante em que se lançou a água de amassamento.

§ 2.º A determinação do fim da pega é facultativa.

Temperatura e humidade do ambiente

Art. 23. As determinações do início e fim da pega serão feitas em câmara úmida; a umidade relativa dessa câmara será superior a 85 % e a sua temperatura será de $21^{\circ} \pm 2^{\circ} \text{ C.}$

C — EXPANSIBILIDADE

Fôrmas para moldagem

Art. 24. As agulhas de Le Chatelier, empregadas para a medida da expansibilidade da pasta de cimento, serão cilíndricas, com 30 mm. de diâmetro, e 30 mm. de altura, de chapa de latão de 0,5mm. de espessura, fendidas segundo uma geratriz, e terão, soldadas de um e de outro lado da fenda, duas hastes do mesmo material e com 150 mm. de comprimento.

Moldagem

Art. 25. A agulha é colocada sobre uma chapa de vidro e, depois de cheia cuidadosamente com pasta de consistência normal, cobre-se com outra chapa de vidro, colocando-se sobre esta um peso suficiente para que a fôrma não gire devido ao peso das hastes.

As chapas de vidro, no momento de seu emprego, são ligeiramente untadas com óleo mineral.

Condições de sazonalidade

Art. 26. Logo após à moldagem, o conjunto todo (agulha, corpo de prova, chapas e contrapêso) é imerso em um tanque de água potável, mantido a uma temperatura de $21^{\circ} \pm 2^{\circ} \text{ C.}$

Doze horas após o momento em que uma amostra da mesma pasta, conservada na mesma água, puder suportar uma forte pressão do polegar, retiram-se, com cuidado as chapas de vidro e coloca-se a agulha em um recipiente cheio de água fria, que, para o ensaio a quente, será progressivamente levada à ebulição, e esta deverá começar depois de quinze e antes de trinta minutos. A ação

da água quente deverá durar cinco horas ou mais, de acordo com o que especifica o art. 27, § 1°.

§ 2.º Quando se tratar de ensaio a frio, a agulha será colocada em um tanque de água potável e aí permanecerá durante sete dias.

§ 3.º O molde deverá ficar, em ambos os casos, com as suas agulhas em posição vertical e com as suas extremidades fora da água, para facilitar as medidas.

Medida da expansibilidade da pasta

Art. 27. O afastamento das extremidades das agulhas, em mm. será medido:

Para o ensaio a frio:

1º — Logo após a execução dos corpos de prova;

2º — Após sete dias consecutivos em água fria.

Para o ensaio a quente:

3º — Momentos antes da colocação dos corpos de prova na água da estufa;

4º — Após três horas de ebulição, sem esperar que a água esfrie, e sem retirar o corpo de prova do recipiente de água;

5º — Tantas vezes quantas necessárias para satisfazer as condições especificadas no § 1º deste artigo.

§ 1.º A ebulição será prolongada, após a medida especificada no inciso 4º deste artigo, até que se verifique, em duas horas consecutivas de ebulição, aumento de afastamento das extremidades das agulhas.

§ 2.º Do atestado de ensaio constarão as expansibilidades a quente e a frio.

Denominar-se-á expansibilidade a frio a diferença, em mm., entre os afastamentos especificados nos incisos 2º e 1º deste artigo.

Denominar-se-á expansibilidade a quente a diferença, em mm., entre os afastamentos especificados nos incisos 5º e 3º deste artigo.

§ 3.º Os resultados fornecidos deverão representar, pelo menos, à média de três determinações.

§ 4.º Todos os corpos de prova executados, quer para o ensaio à frio, quer para o ensaio a quente, serão medidos antes e após a retirada das chapas de vidro, com o objetivo de se verificar si essa retirada provocou deslocamento do corpo de prova na fôrma; se houver deslocamento o corpo de prova será eliminado.

Aferição dos moldes

Art. 28. Para a verificação da flexibilidade das agulhas de Le Chatelier, prende-se uma das agulhas a uma pinça fixa, o mais próximo possível da sua ligação com o cilindro, de modo que a outra agulha fique proximalmente em posição horizontal, e, pendurando-se um peso de 300 g. no lugar em que essa agulha se destaca do molde, a extremidade dessa agulha deverá afastar-se de 15 a 20 mm. de sua posição inicial.

D — Resistência à compressão

Gênero de solicitação

Art. 29. O gênero de solicitação adotado é a compressão; os corpos de prova serão cilíndricos, de argamassa normal, moldados, sazoados e rompidos de acordo com estas instruções.

Areia normal

Art. 30. A areia normal será natural, proveniente do rio Tieté, em São Paulo, lavada e peneirada, e terá a sua composição granulométrica fixada pela classificação de seus grãos por intermédio das peneiras definidas nos §§ 1º a 3º deste artigo.

§ 1º As peneiras empregadas para o fabrico da areia normal graduada serão de malhas quadradas, e as suas características serão as seguintes:

Denominação das peneiras.	Abertura das malhas em mm.	Diâmetro dos fios em mm.	Tolerâncias — %			
			Abertura média	Abertura máxima	Diâmetro menor	Diâmetro maior
2,4	2,4	0,85	± 3	10	15	30
0,2	1,2	0,54	± 3	10	15	30
0,6	0,6	0,33	± 5	25	15	30
0,3	0,3	0,188	± 6	40	15	35
0,15	0,15	0,102	± 6	40	15	15

§ 2º Para a média das aberturas de dez malhas consecutivas, medidas no sentido da trama e no da urdidura, tomadas separadamente, toleram-se os afastamentos, em relação à abertura nominal, indicados na coluna "Abertura média" e, para a abertura máxima, os indicados na coluna "Abertura máxima". Medindo-se os diâmetros de dez fios consecutivos da trama de dez urdiduras, toleram-se os afastamentos indicados nas colunas "Diâmetro menor" e "Diâmetro maior", respectivamente, para o menor e para o maior diâmetro achado.

§ 3º A medida dos diâmetros dos fios e das aberturas das malhas serão feitas por meio dos aparelhos indicados no art. 5º, § 2º.

§ 4º A areia natural destinada à fabricação da areia normal, proveniente do rio Tieté, em São Paulo, depois de lavada, é seca ao ar e, em seguida, separada com o auxílio das peneiras adotadas. A composição granulométrica dessa areia normal graduada será a constante do quadro seguinte:

Material retido entre peneiras	Percentagens em peso
2,4 e 1,2	25
1,2 e 0,6	25
0,6 e 0,3	25
0,3 e 0,15	25

Tipo e traço da argamassa normal

Art. 31. A argamassa normal será de consistência plástica (artigo 36) e de traço em peso de 1 de cimento para 3 de areia normal.

Quantidade de materiais secos a misturar

Art. 32. A quantidade de materiais secos a misturar de cada vez é de 1.248 g., isto é, 312 g. de cimento e 936 g. de areia normal.

Parágrafo único. O operador deve compor a areia normal graduada no momento do seu emprego; e, colocada essa areia composta no recipiente apropriado, deve ajuntar-lhe o cimento e proceder à mistura íntima desses materiais secos, com o auxílio da espátula adotada.

O recipiente de fôlha e a espátula de aço empregados para o amassamento são os referidos no art. 10.

Modo de ajuntar a água

Art. 33. Dispõe-se a mistura de cimento e areia em forma de coroa e lança-se, de uma vez, a quantidade de água necessária (artigo 35) no interior da cratera assim formada. Em seguida, com a espátula, deita-se sobre o líquido o material circundante, devendo essa operação durar um minuto.

Amassamento da argamassa

Art. 34. Com o auxílio da espátula, a mistura é amassada energeticamente durante cinco minutos.

Quantidade de água

Art. 35. A quantidade de água a empregar para o amassamento da argamassa normal, expressa em centímetros cúbicos de água por grama de cimento, será tal que empreste à argamassa a consistência normal definida no art. 36.

Consistência normal

Art. 36. A consistência da argamassa medida de acordo com o processo indicado nos arts. 37 a 41, será normal quando der um fn-

+

dice de consistência de 165 mm. \pm 5 mm.

—

Aparelho para medida da consistência

Art. 37. O aparelho é constituído por uma mesa metálica horizontal e tem uma haste fixada em seu centro, que, dirigida por uma guia conveniente, recebe, de um excêntrico, um movimento ascendente e vertical, de 14 mm. de carso, e dessa altura cái A fig. 3 indica as dimensões principais do aparelho, que convém seja fixado em uma mesa de madeira com cerca de 24 kg. de peso.

Fôrma para consistência

Art. 38. A fôrma metálica empregada é de formato tronco-cônico e tem as dimensões indicadas na fig. 3; terá espessura suficiente para não se deformar durante a moldagem do corpo de prova e com o uso.

Modo de encher as fôrmas para consistência

Art. 39. Lubrifica-se ligeiramente a mesa do aparelho de consistência com óleo mineral e coloca-se sobre ela, bem centrada, a fôrma tronco-cônica, com a sua base maior encostada à mesa.

Um auxiliar, durante a moldagem, mantém a fôrma na mesma posição, — enquanto o operador com o auxílio da espátula, coloca a argamassa na fôrma, em três camadas sensivelmente da mesma altura, e com o soquete normal (art. 46), dá 15, 10 e 5 golpes moderados, respectivamente, nas camadas primeira, segunda e terceira.

Terminado esse socamento, remove-se o material que ultrapassar os bordos da fôrma e aliza-se o tópo com a estátula.

Abatimento do tronco de cone de argamassa

Art. 40. Terminado o enchimento, retira-se a fôrma, levantando-a verticalmente, com cuidado. Em seguida, move-se a manivela do aparelho, fazendo-se com que a mesa dê trinta quedas em, aproximadamente, 30 segundos, o que provocará o abatimento do tronco de cone de argamassa.

Índice de consistência da argamassa

Art. 41. A medida do diâmetro da base do tronco do cone de argamassa, após à deformação, será o índice representativo do grau de consistência da argamassa; essa medida, expressa em mm., é feita com o auxílio de um calibre.

§ 1.º O índice de consistência de uma argamassa será obtido tomando-se a média aritmética de dois diâmetros ortogonais, representando-se o ensaio sempre que houver uma diferença de mais de 5 mm. $5 \pm 0,1$ cm. de diâmetro.

Temperatura da sala e dos materiais secos

Art. 42. A temperatura da sala de execução e a dos materiais secos pode variar de 18 a 26° C.

Formato e dimensões dos corpos de prova

Art. 43. Os corpos de prova devem ser de formato cilíndrico, de secção circular e de altura igual ao dobro do diâmetro da base. Considera-se normal o corpo da prova de $10 \pm 0,2$ cm. de altura e $5 \pm 0,1$ cm. de diâmetro.

Fôrmas para a moldagem

Art. 44. Os moldes serão metálicos, de formato cilíndrico, com as dimensões indicadas no desenho de fig. 4, e deverão ter espessura suficiente para não se deformarem durante a moldagem dos corpos de prova e com o uso. Os bordos, superior e inferior, da forma devem estar em esquadro com a sua superfície lateral interna.

Cada forma deverá ser acompanhada de uma base, constituída por uma chapa plana, de vidro ou de metal, com dimensões suficientes para que, colocado o molde sobre ela, ainda sobre espaço para a colocação do cordão de cera (art. 45) e de outra chapa semelhante à anterior, destinada à abertura do corpo de prova após a moldagem.

Estanqueidade das formas

Art. 45. Antes de apertar-se o anel do molde, como garantia de estanqueidade, passa-se uma leve camada de cera preparada, na superfície lateral externa da forma ao longo de toda a extensão da fenda vertical, e aperta-se, depois, fortemente, o parafuso do anel. (A cera preparada pode ser obtida fundindo cera virgem com óleo mineral em proporção tal que produza uma mistura plástica a frio).

Em seguida coloca-se a forma sobre a base e, entre esta e a superfície lateral externa da forma, junto ao seu topo inferior, dispõe-se um cordão de cera preparada, garantindo a estanqueidade.

Terminada a operação anterior, unta-se a superfície lateral interna e o fundo da forma com uma leve camada de óleo mineral.

Soquete normal

Art. 46. O soquete normal será constituído por uma haste metálica, de seção circular, com as dimensões indicadas na fig. 4.

Moldagem

Art. 47. O recipiente que contem a argamassa deve estar junta às fôrmas durante o amassamento; a moldagem dos corpos de prova deverá ser feita imediatamente após os amassamento e com a maior rapidez possível.

Parágrafo único. A colocação da argamassa na fôrma é feita com o auxílio da espátula, em quatro camadas, de altura proximalmente iguais, recebendo cada camada, com o objetivo de distribuir bem a massa, trinta golpes moderados do soquete normal.

Remate dos corpos de prova

Art. 48. Decorridas seis a quinze horas do momento da moldagem, retira-se a chapa de vidro que capeava o tópo do corpo de prova, passa-se sobre este uma escova grossa e remata-se o mesmo com pasta de cimento.

Parágrafo único. Esse remate deve ser terminado com a razadura do tópo do corpo de prova, por meio de uma régua, que o operador fará deslizar sobre os bordos do molde, em direção normal à régua, dando-lhe também um ligeiro movimento de vai-vém na sua direção.

Terminado esse remate, retira-se a chapa da base, vira-se a fôrma e remata-se o tópo inferior, seguindo-se o mesmo processo empregado para o outro tópo.

Findas essas operações, coloca-se a fôrma deitada, para que ambos os tópos fiquem expostos ao ar.

Remoção das fôrmas

Art. 49. Decorridas vinte a vinte e quatro horas, após a moldagem, procede-se à retirada do corpo de prova, desapertando-se a cinta da fôrma, e fazendo o mesmo corpo de prova deslizar no molde, para o lado do tópo inferior, com cuidado suficiente para que não sejam molestados os bordos dos tópos.

Condições de sazonalimento

Art. 50. Logo após a moldagem, o corpo de prova deverá ser depositado em uma câmara úmida, onde permanecerá durante vinte e quatro horas. A temperatura da câmara úmida deverá ser de $21 \pm 2^\circ \text{C}$, e a sua umidade relativa será superior a 85 %.

Parágrafo único. Terminado esse período inicial de sazonalimento o corpo de prova será imerso em um tanque de água potável, onde permanecerá até à data da rutura. A temperatura deste tanque será de $21 \pm 2^\circ \text{C}$, sendo a água renovada semanalmente.

Idades de rutura

Art. 51. Os corpos de prova serão rompidos aos 3, aos 7 e aos 28 dias de idade (também 1 dia para cimentos de endurecimento rápido).

Máquina de compressão

Art. 52. A prensa destinada à rutura dos corpos de prova deverá ter um dos seus pratos articulados e ser capaz de permitir a transmissão da carga ao corpo de prova de modo progressivo e sem choques.

Parágrafo único. As indicações do dinamômetro da máquina devem ser exatas, tolerando-se um erro máximo de $\pm 1 \%$. A prensa deverá ser periodicamente aferida.

Velocidade de solicitação

Art. 53. A velocidade de solicitação, ao transmitir-se a carga de compressão ao corpo de prova, deve ser de cerca de 2,5 kg. por cm^2 por segundo.

Tratamento dos tôpos dos corpos de prova

Art. 54. Retirado o corpo de prova da água, é ele enxuto com um pano, e, em seguida, ambos os seus tôpos são ligeiramente polidos com uma lixa fina, para se remover qualquer irregularidade existente, com o objetivo de bem distinguir a carga de compressão.

Centragem dos corpos de prova na prensa

Art. 55. O corpo de prova é centrado, cuidadosamente, no prato da máquina de ensaio.

Ensaio de compressão

Art. 56. Terminadas as operações accessórias, descritas anteriormente, o corpo de prova é rompido à compressão. Considera-se como carga de rutura a carga máxima em kg. indicada pelo ponteiro do dinamômetro da máquina durante o ensaio.

Resistência individual à compressão

Art. 57. A resistência individual à compressão, em kg. cm^2 , será obtida pela divisão de carga de rutura pela área da secção do corpo de prova.

Resistência média à compressão

Art. 58. A resistência média à compressão, em kg. cm², um característico do cimento ensaiado, é a média aritmética dos resultados obtidos com seis corpos de prova feitos na mesma ocasião.

Parágrafo único. Serão eliminados, não entrando na média aritmética, os resultados de corpos de prova defeituosos e os que se afastarem de 10 %, ou mais, dessa média; si, contudo, mais de dois corpos de prova se afastarem de 10 % ou mais, todos os resultados da série deverão ser desprezados.

II

MÉTODO PARA MOLDAGEM E SAZONAMENTO DE CORPOS DE PROVA CILÍNDRICOS DE CONCRETO

Objetivo

Art. 1°. Este método tem por objetivo indicar o modo pelo qual devem ser moldados e sazoados corpos de prova cilíndricos de amostras de concreto plástico empregado em obras de concreto simples ou armado.

Formato e dimensões dos corpos de prova

Art. 2°. Os corpos de prova devem ser de formato cilíndrico, de secção circular e de altura igual ao dobro do diâmetro da base. Considera-se normal o corpo de prova de 15 cm. de diâmetro e 30 cm. de altura.

Parágrafo único. O corpo de prova normal será empregado para concreto cujo agregado tiver diâmetro máximo até 50 mm.; para diâmetros máximos maiores do que 50 mm. deverão ser empregados cilindros de 20 cm. de diâmetro ou mais.

Fôrmas para moldagem dos corpos de prova

Art. 3°. Os moldes serão metálicos, de formato cilíndricos, com as dimensões características indicadas na fig. 5.

§ 1°. Os bordos, superior e inferior, da fôrma devem constituir planos normais à sua superfície lateral.

§ 2°. Cada fôrma deverá ser acompanhada de uma base, constituída por uma chapa plana, de aço ou de ferro fundido, com dimensões suficientes para que, colocado o molde sobre ela, ainda sobre espaço para a colocação do cordão de cêra (§ 1°, do art. 4°) e de outra chapa semelhante à anterior ou de vidro, destinada à cobertura do corpo de prova após a moldagem.

Estanqueidade das fôrmas

Art. 4°. Antes de apertar-se o anel do molde, para melhor garantia da estanqueidade, passa-se uma leve camada de cêra preparada na superfície lateral externa da fôrma, em toda a extensão da fenda vertical; aperta-se depois, fortemente, o parafuso do anel.

§ 1°. Em seguida coloca-se a fôrma sobre a base e, entre esta e a superfície lateral externa da fôrma, junto e ao longo do seu bordo inferior, dispõe-se um cordão de cêra preparada, de modo a garantir perfeita estanqueidade à fôrma. (A cêra preparada pode

ser obtida fundindo cêra virgem com óleo mineral, de modo que resulte uma mistura plástica à frio).

§ 2º. Terminada a operação anterior, unta-se levemente a superfície lateral interna e o fundo da fôrma com óleo mineral.

Haste para distribuição

Art. 5º. A haste para a distribuição do concreto será constituída por uma barra de aço, de secção circular, apontada e com as dimensões indicadas na fig. 5.

Amostra de concreto

Art. 6º. Cada amostra de concreto destinado a moldagem de corpos de prova deve ser retirada, imediatamente após o seu lançamento, de um ponto da obra perfeitamente identificável para referências futuras.

§ 1º. Ao retirar-se cada amostra, coloca-se, por meio de uma pá ou utensílio semelhante, o concreto em uma balde ou outro receptáculo estanque, para ser, em seguida, transportado para o local de moldagem. A quantidade de concreto a ser retirada deve ser suficiente para a moldagem de, pelo menos, dois corpos de prova, para cada idade.

§ 2º. Amostras, em número razoável, serão retiradas de diferentes pontos da obra, durante a sua execução, para que os corpos de prova possam representar uma média da resistência do concreto que estiver sendo lançado.

§ 3º. Quando for impraticável a obtenção de amostras pelo modo indicado neste artigo, elas deverão ser colhidas quando o concreto estiver saindo do local do amassamento, tomando-se as precauções necessárias para que cada amostra represente a mistura que acabar de ser feita.

Moldagem dos corpos de prova

Art. 7º. A amostra de concreto deve ser transportada tão rapidamente quando possível para o local escolhido para a moldagem e cuidadosamente revolvida com uma pá ou colher de pedreiro.

§ 1º. Cada corpo de prova deve ser moldado colocando-se o concreto na fôrma em quatro camadas sucessivas, de modo que cada uma venha ocupar aproximadamente a quarta parte do volume do molde. Cada camada deve receber 30 golpes da haste; esses golpes serão distribuídos de modo uniforme pela seção do molde e dados de maneira que não atinjam a camada anterior. Terminada essa operação na última camada, a superfície do tópo do corpo de prova deve ser alisada com a colher de pedreiro, e em seguida, coberta com a chapa destinada a esse fim. (Na execução da última camada, é aconselhável que haja uma ligeira deficiência de concreto com relação aos bordos da fôrma; essa precaução fará com que o remate resulte daí com uma espessura razoável, de 2 a 4 mm.).

§ 2º. O lugar destinado à moldagem dos corpos de prova deve ser protegido das intempéries.

Remate dos corpos de prova

Art. 8º. Decorridas algumas horas do momento da moldagem, retira-se a chapa que capeava a fôrma, passa-se sobre a superfície do tópo do corpo de prova uma escova grossa e remata-se o mesmo

com uma camada de pasta de cimento. Esse remate deve ficar aderente ao corpo de prova e não trincar durante a aplicação da carga no ensaio de compressão.

§ 1º. Esse remate deve ser terminado pela rasadura do tópo do corpo de prova, por meio de uma régua, que o operador fará deslizar sobre os bordos do molde, em direção normal à régua, dando-lhe também um ligeiro movimento de vai-vem na sua direção, de modo a remover o excesso da pasta.

§ 2º. Quando o corpo de prova não tiver sido rematado no canteiro, poderá sê-lo no laboratório, de modo que a superfície do tódo fique plana e normal ao eixo do cilindro.

Remoção dos corpos de prova das fôrmas

Art. 9º. Vinte e quatro horas após a moldagem, procede-se à retirada do corpo de prova; para isso, calça-se o corpo da prova, desaperta-se o anel e faz-se deslizar a fôrma para o lado do seu tópo inferior, com cuidado suficiente para que não sejam molestados os bordos dos tópos.

Condições de sazramento do canteiro

Art. 10. Os corpos de prova, durante a sua permanência no canteiro, devem ser conservados em areia úmida, serragem úmida de madeira, ou envolvidos em sacos molhados.

Transporte dos corpos de prova para o laboratório

Art. 11. Os corpos de prova devem ser removidos o mais cedo possível para o laboratório.

Parágrafo único. O meio de transporte dos corpos de prova para o laboratório deve ser tal que neles não se produzam avarias. (Para o transporte podem ser adotadas caixas de madeira, especialmente recomendáveis para os corpos de prova a serem ensaiados com pouca idade. Os corpos de prova devem trazer apenas um número de ordem a tinta fixa, escrito na sua superfície lateral; ao serem enviados ao laboratório, devem ser acompanhados de uma papeleta trazendo, entre outras, as seguintes indicações: remetente; número de ordem; procedência: data da execução; idade de rutura).

Condições de sazramento no laboratório

Art. 12. Os corpos de prova imediatamente após a recepção no laboratório deverão ser colocados em câmara úmida onde permanecerão até o dia da rutura, a uma temperatura próxima de 24° C.

Ensaíos com o sazramento análogo ao da estrutura

Art. 13. Os corpos que se destinam ao contróle nas condições de sazamento análogos às da estrutura devem ser conservados na obra, o mais próximo possível do local de onde foi retirada a amostra, a ser submetidos a idêntico tratamento dado à parte da estrutura que representam. Os corpos só deverão ser remetidos para o laboratório depois de terem atingido $3/4$ partes da idade de rutura.

III

MÉTODO PARA O ENSAIO À COMPRESSÃO DE CORPOS DE PROVA CILÍNDRICOS DE CONCRETO

Objetivo

Art. 1º. Este método tem por objetivo indicar o modo pelo qual devem ser rompidos à compressão corpos de prova cilíndricos feitos com amostras de concreto empregado em obras de concreto simples ou armado.

Corpos de prova

Art. 2º. Os corpos de prova devem ser moldados, rematados e sazoados de acordo com o "método para moldagem e sazoadamento de corpos de prova cilíndricos de concreto".

§ 1º. As superfícies dos tôpos, superior e inferior, do corpo de prova devem apresentar-se, para o ensaio, lisas e planas, de modo que os contatos com os pratos, superiores e inferiores, da máquina sejam tão perfeitos quanto possível.

§ 2º. O ensaio de compressão é feito imediatamente após a retirada do corpo da câmara úmida.

Idade dos corpos de prova

Art. 3º. Para controle normal da resistência do concreto, os corpos de prova serão rompidos com as idades de 7 a 28 dias; as idades de 3, 6 e 12 meses são recomendáveis para verificação da ulterior resistência do concreto. (Em certos casos, especialmente, para concretos feitos com cimento de endurecimento rápido, pode ser, necessário ensaiar corpo de prova com um, dos ou três dias de idade).

Máquina de compressão

Art. 4º. A prensa destinada à rutura dos corpos de prova deverá ser capaz de permitir a transmissão da carga aos mesmos, de modo progressivo e sem choques, e deverá possuir um dos seus pratos articulados.

Parágrafo único. As indicações do dinamômetro da máquina devem ser exatas, tolerando-se um erro máximo de 1 %. (A prensa deve ser periodicamente aferida e todas as indicações da máquina corrigidas por intermédio dos gráficos de taragem).

Centragem dos corpos de prova no prato da prensa

Art. 5º. O corpo de prova é centrado, cuidadosamente, no prato inferior da máquina de ensaio.

Ensaio de compressão

Art. 6º. Terminadas as operações acessórias, anteriormente descritas, o corpo de prova é rompido à compressão, pela elevação progressiva da carga. A velocidade de solicitação, ao transmitir-se a carga de compressão ao corpo de prova, deve ser de 1kg. por cm² por segundo.

Resistência individual à compressão

Art. 7º. Considera-se como carga de rutura a carga máxima em quilos indicada pelo ponteiro da máquina durante o ensaio; essa

carga será expressa em kg. por cm^2 , dividindo-se a carga lida pela área, em cm^2 , da secção do corpo de prova, desprezada a fração. A área é calculada em função do diâmetro médio, cuidadosamente medido antes do ensaio.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1938. — *Waldemar Falcão*.

Figuras indicadas em vários artigos dos métodos de ensaios para cimento Portland e para concreto, a que se refere o art. 2º do decreto-lei n. 278, de 16 de fevereiro de 1938.

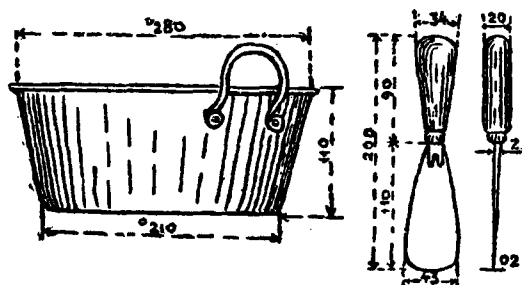


Fig. I — Recipiente e espátula para a mistura da pasta e da argamassa normal

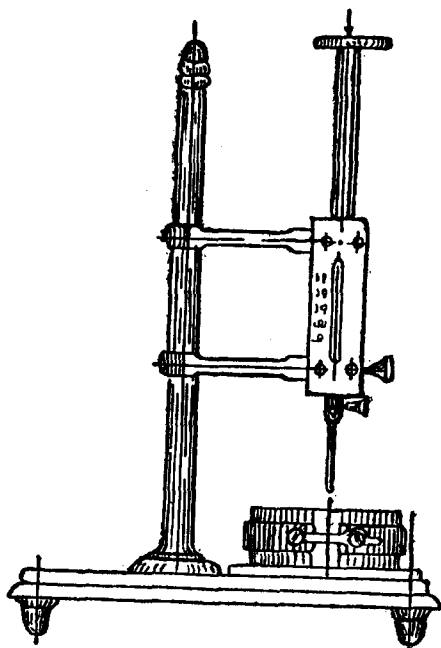


Fig. 2 — Aparelho para o ensaio de pega.

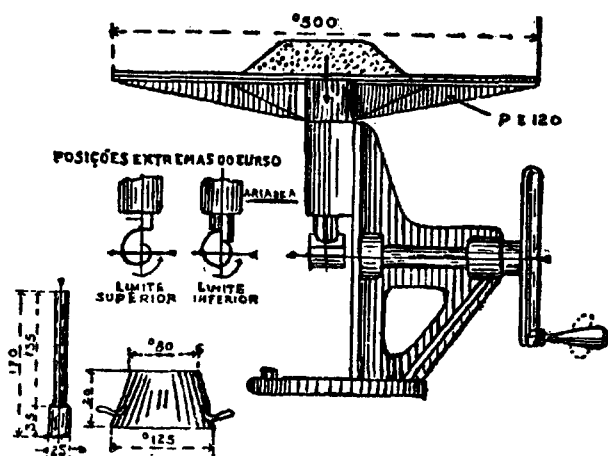


Fig. 3 — Aparelho para a determinação da consistência da argamassa normal

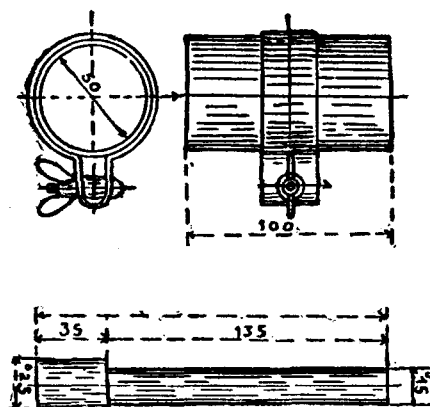


Fig. 4 — Forma e soquete para moldagem dos corpos para o ensaio de compressão

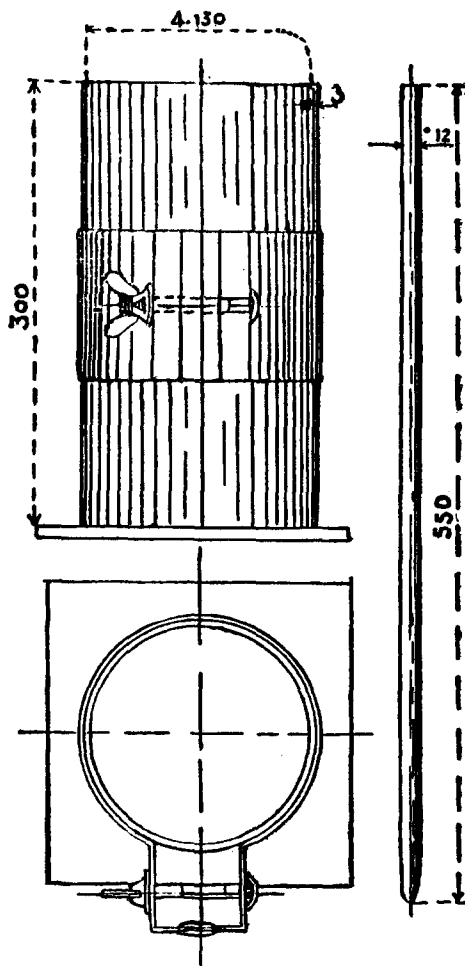


Fig. 5 — Forma adotada para a moldagem de corpos de prova de compressão. Haste para distribuição.

Sr. Presidente da República:

Na indústria moderna constitue, sem dúvida, uma das mais razoáveis exigências a que procura garantir, na uniformização do material, a permanência das qualidades que dele se reclamam.

Dá a tendência para a ampliação do regime industrial aos tipos de mercadoria que permitam ao vendedor, como ao comprador, uma base estável sobre a qual assentem suas transações. Daí a necessidade, que cada dia mais se reconhece, da padronização dos produtos e da normalização dos materiais, sem as quais degenera o comércio

num verdadeiro mercado de incógnitas, no qual nem quem vende sabe o que vende, nem quem compra conhece o que compra.

A definição, porem, dos tipos uniformes e dos padrões regulares só se pode, em regra geral, fazer no terreno quantitativo.

Para se garantir que o produto é o mesmo, não bastará exigir que seja de primeira ou de ótima qualidade; é indispensável definir, em números, as características que deva possuir.

São estas, Sr. Presidente, verdades hoje universalmente reconhecidas, embora, desgraçadamente, ainda não aplicadas de modo universal. E as condições próprias de nossa indústria, tão nova ainda e tão dificilmente estabelecida, não lhe permitiram, salvo como exceção, chegar à uniformização dos tipos e dos padrões que lhe torne sempre possível o crédito, ao qual, pelo seu admirável progresso, já faz jús em tantos exemplos confortadores.

Na sua função de estimulador do desenvolvimento industrial do País, não podia o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio descurar a importância de tal problema. E, pelos seus órgãos técnicos, vem, de ha muito, procurando resolver a questão, delicada e difficil. Nela as soluções não se improvisam nem se impõem empiricamente. Só no estudo cuidadoso que leve em conta as possibilidades dos meios industriais, o aparelhamento dos meios técnicos, as justas exigências dos meios compradores, poderá conseguir, a pouco e pouco, a obtenção de soluções particulares, de cuja soma ha de resultar o triunfo completo.

Agora, Sr. Presidente, podemos ter a grata satisfação de levar ao conhecimento de V. Ex. a primeira vitória, em escala verdadeiramente nacional, obtida por este ministério na campanha rude e paciente pela padronização de tipos industriais no Brasil.

É que, por iniciativa do Instituto Nacional de Tecnologia, órgão técnico por excelência, que vem trabalhando, na obscuridade em que se geram as grandes obras, pela racionalização dos processos industriais de nossa pátria, se realizou recentemente, no mesmo Instituto, a 1ª reunião dos Laboratórios Nacionais de Ensaios.

A ela compareceram cerca de 40 entidades mais representativas na técnica e na indústria; não só todos os principais laboratórios de ensaios que permitem o controle quantitativo dos produtos; não apenas as escolas de engenharia, onde se formam os que vão dirigir o emprego dos materiais fabricados; mas também todas as fábricas que no País produzem os materiais a cujo estudo a reunião se propôs, e ainda todas as mais importantes repartições consumidoras dos produtos obtidos.

E na reunião realizada aprovou-se definitivamente o primeiro tipo padrão de material a usar em todo o País, sendo adotadas pelas entidades que ali estavam presentes as especificações únicas para todo o cimento Portland comum que for empregado no Brasil. São estas as primeiras especificações nacionais.

Com ela poderá o Brasil entrar no rol dos países suficientemente adiantados em matéria industrial para terem as suas especificações próprias, atendendo às suas possibilidades e às suas necessidades peculiares.

Com as especificações para o cimento aprovou a reunião os métodos de ensaios para cimento e concreto, que tornam possível aplicar e completar a especificação adotada.

E é para coroar a obra realizada pelos técnicos e pelos interessados no assunto, que peço a V. Ex. se sirva de oficializar as especificações e os métodos de ensaio aprovados.

Para outros cimentos, tais como o de alta resistência inicial, o resistente às águas sulfatadas, o de baixo calor de hidratação, etc., serão oportunamente organizadas as competentes especificações.

Com isso dará o Governo de V. Ex. o primeiro passo para a racionalização dos nossos processos industriais e para a padronização nos nossos produtos, — passo tanto mais importante quanto se refere exatamente ao mais moderno dos materiais e ao de mais ampla aplicação em todos os trabalhos de construção, desde as barragens que vencem as secas no Nordeste até aos arranha-céus que atestam, nas cidades, o gênio empreendedor de nossa gente.

Tenho, pois, a honra, Sr. Presidente, de submeter à alta consideração de V. Ex. o incluso projeto de decreto, em que se consubstancia a medida alvitrada, certo, que estou, de representar notável colaboração na grande obra de construção de um Brasil mais forte, mais próspero e mais feliz.

Rio de Janeiro, 27 de janeiro de 1938. — *Waldemar Falcão.*

DECRETO-LEI N. 279, DE 16 DE FEVEREIRO DE 1938

Dispõe sobre a organização do Ministério da Guerra

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e:

Atendendo que a atual legislação pertinente á Organização do Ministério da Guerra não mais consulta aos modernos interesses do aparelhamento militar do país;

Atendendo que certos órgãos de elevada importancia do Ministério da Guerra estão sobrecarregados de atribuições em detrimento das suas verdadeiras finalidades;

Atendendo que é imprecisa e deficiente na legislação vigente, a definição das funções dos altos órgãos, que, com grandes prejuizos para o serviço, se vêm cerceados em suas iniciativas;

Atendendo, finalmente, que o ministro da Guerra não dispõe junto a si dos órgãos de preparação, de execução e de fiscalização que lhe são absolutamente indispensáveis ao exercício das suas funções.

Decreta:

Lei de organização do Ministério da Guerra

CAPÍTULO I

ORGANIZAÇÃO DO MINISTÉRIO

Art. 1.º Para o desempenho de sua função, o ministro da Guerra dispõe dos seguintes órgãos, sob sua autoridade imediata.

Gabinete do ministro.

Estado-Maior do Exército.

Secretaria Geral.

Diretorias.

Inspetorias.

Parágrafo único. O ministro da Guerra é o presidente do Conselho Superior de Guerra, ao qual apresenta, para estudo e parecer, as questões relativas aos planos de operações e ás bases gerais da organização, do equipamento, da mobilização e da instrução do Exér-

cito. A organização e as funções do Conselho Superior de Guerra são reguladas por decreto especial.

CAPÍTULO II

GABINETE DO MINISTRO

Art. 2.º O gabinete do ministro assiste ao ministro na execução das funções que exigem sua intervenção pessoal.

Parágrafo único. São atribuições do gabinete:

Manter a ligação entre os diferentes órgãos do Ministério, assim como as relações entre o Ministério da Guerra e os outros Ministérios;

Redigir a correspondência pessoal do ministro;
Estudar as questões de exclusiva competência do ministro;
Questões de ordem política;
Estatuto dos militares;
Disciplina geral do Exército;
Questões relativas aos oficiais gerais.

Art. 3.º O gabinete do ministro compreende:

Um chefe de gabinete;
Secções.

Parágrafo único. Para manter a direção dos serviços auxiliares, comuns a todos os órgãos do Ministério, o chefe do gabinete dispõe de um chefe dos Serviços Auxiliares do Ministério, ao qual são subordinados:

A Secção do Correio;
A Imprensa Militar;
O Gabinete Fotográfico;
A Biblioteca do Ministério;
A Tesouraria;
O Almoarifado.

CAPÍTULO III

ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO

Art. 4.º Ao Estado-Maior do Exército cabe preparar as decisões do ministro e elaborar as ordens e instruções resultantes dessas decisões, no que concerne a:

Organização do Exército;
Mobilização;
Instruções;
Escolha do armamento e do material;
Defesa do território.

§ 1.º. O Chefe do Estado Maior do Exército desempenha, nos limites das atribuições acima definidas, o papel de orientador das Diretorias de Armas e Serviços.

§ 2.º. Nas mesmas condições, o chefe do Estado Maior do Exército promove a elaboração das diretrizes ministeriais para as inspeções, recebe os relatórios consequentes e transmite-os, com o seu parecer e proposta, ao ministério.

Art. 5º. O Estado Maior do Exército compreende:

um chefe;
um gabinete;
dois sub-chefes;
Secções.

Art. 6º. O chefe do Estado Maior do Exército desempenha, em relação aos oficiais do Quadro de Estado Maior, as atribuições de diretor de Serviço.

Parágrafo único. A Escola de Estado Maior e o Serviço Geográfico e Histórico do Exército são subordinados ao chefe do Estado Maior do Exército.

CAPÍTULO IV

SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA GUERRA

Art. 7º. Ao secretário geral do Ministério da Guerra incumbe tratar, por delegação geral do ministro, de todos os casos que interessam à administração do Exército:

estudar as questões referentes aos trabalhos legislativos e orçamentários;
chefiar o serviço do contencioso administrativo;
orientar e coordenar todos os órgãos do Ministério da Guerra, dentro dos limites das suas atribuições;
receber, os relatórios apresentados pelo inspetor de Administração e Finanças.

Art. 8º. A secretaria Geral do Ministério da Guerra consta de:

um secretário geral do Ministério da Guerra;
um gabinete;
Secções.

CAPÍTULO V

DIRETORIA DE ARMAS E SERVIÇOS

Art. 9º. As Diretorias de Armas e Serviços são encarregadas de por a Arma ou o Serviço em condições de desempenhar sua missão particular, segundo o plano elaborado pelo Estado Maior do Exército.

§ 1º. Cada Diretoria de Arma ou de Serviço dirige seu pessoal, ministra seu material, gére seus créditos e regula todas as questões relativas à arma ou ao serviço.

§ 2º. A ação das Diretorias de Armas ou de Serviços se exerce:
diretamente, sobre os corpos e estabelecimentos da Arma ou Serviço de immediata dependência do ministro;
indiretamente, por intermédio dos comandantes de Região, nos demais casos.

§ 3º. A ação dos diretores dos Serviços sobre os corpos e estabelecimentos de todas as Armas ou pretencentes a Serviço diferente do seu, é definida nos regulamentos de Administração do Exército.

Art. 10. As Diretorias são as seguintes:

de Infantaria;
de cavalaria;
de Artilharia;

- de Engenharia (Arma e Serviço);
- de Aeronáutica (Arma e Serviço);
- de Carros de Combate e Moto-mecanização;
- de Material Bélico;
- de Trem e Transportes;
- de Recrutamento;
- de Intendência;
- de Saúde;
- de Remonta e Serviço de Veterinária;
- de Fundos.

Parágrafo único. Podem ser creadas sub-diretorias, correspondentes às sub-divisões de Armas e Serviços.

CAPÍTULO VI

INSPETORIA

Art. 11. Os inspetores gerais inspecionam em tempo de paz, tendo em vista a preparação para a guerra, as grandes unidades e os órgãos encarregados de sua mobilização.

Parágrafo único. O número de inspetores gerais e suas atribuições são fixados em decreto especial.

Art. 12. Os inspetores de Armas e de Serviços são encarregados de inspecionar cada Arma ou Serviço, tendo em vista a preparação para a guerra.

Parágrafo único. São as seguintes as Inspetorias:

- de Infantaria;
- de Cavalaria, Unidades de Trem, Remonta e do Serviço de Veterinária.
- de Artilharia;
- de Engenharia (Arma e Serviço);
- de Aeronáutica (Arma e Serviço);
- de Recrutamento e Mobilização;
- do Serviço de Intendência;
- do Serviço de Saúde.

Art. 13. O inspetor do Ensino é encarregado de verificar e fiscalizar a administração do ensino nas Escolas Militares e a execução das prescrições a elle relativas. Proponha ao Ministério os métodos a seguir para que o ensino seja eficaz e homogêneo.

Art. 14. O inspetor de Administração e Finanças é encarregado, tendo em vista a salvaguarda dos interesses do Tesouro e os direitos individuais, de verificar, em todos os corpos e serviços, a observancia das leis, decretos e regulamentos concernentes à administração e as finanças.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 15. O quadro do pessoal em serviço nos diferentes órgãos do Ministério da Guerra constitue objecto da lei de Organização dos Quadros e Efetivos do Exército.

Art. 16. O ministro da Guerra fica autorizado a crear a Inspetoria de Carros de Combate e Moto-Mecanização, quando o julgar oportuno e necessário.

Art. 17. O Ministério da Guerra providenciará sobre a regulamentação imediata da presente lei.

Parágrafo único. O funcionamento dos diferentes órgãos constantes desta lei será regido, durante o tempo necessário à sua regulamentação, por instruções baixadas pelo ministro da Guerra.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 280 — DE 17 DE FEVEREIRO DE 1938

Cria seis lugares de ajudante de tesoureiro na Alfândega do Rio de Janeiro

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Ficam criados mais seis lugares de ajudante de tesoureiro, em comissão, no quadro VIII — Alfândegas, do Ministério da Fazenda, atribuindo-se aos respectivos serventuários, que deverão ter exercício na Alfândega do Rio de Janeiro, o ordenado do padrão G e oito quotas mensais.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 281 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1938

Sujeita ao registro industrial do Departamento Nacional da Indústria e Comércio todas as firmas e empresas industriais e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Todas as firmas e empresas industriais ficam sujeitas a inscrever seus estabelecimentos no Registro Industrial do Departamento Nacional da Indústria e Comércio, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2.º A inscrição a que o artigo anterior se refere será gratuita e efetuada dentro do prazo de 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação do presente decreto-lei, à vista das fichas ou boletins fornecidos pelo Departamento Nacional da Indústria e Comércio e preenchidos pelos interessados.

Art. 3.º A distribuição das fichas ou boletins a que alude o artigo anterior será feita, nos Estados, por intermédio das Inspe-

torias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, das Coletorias e Mesas de Rendas Federais e dos Sindicatos profissionais competentes.

Art. 4.º O responsável por estabelecimento industrial fica obrigado:

a) a remeter, anualmente, até 31 de março, ao Departamento mencionado no art. 1.º o boletim de produção e movimento da fábrica relativos ao ano findo;

b) a comunicar ao Departamento as modificações introduzidas nas instalações;

c) a prestar quaisquer esclarecimentos solicitados pelo referido Departamento.

Art. 5.º Nenhum produto industrial nacional poderá apresentar-se a concorrência pública sem que o estabelecimento que o fabricou esteja registado no Departamento Nacional da Indústria e Comércio.

Art. 6.º O pagamento de impostos e taxas a que estejam obrigados os estabelecimentos industriais só poderá ser feito mediante exibição de certificado do registo a que se refere o art. 1.º, deste decreto-lei.

Art. 7.º A infração de qualquer dispositivo deste decreto-lei será punida com a multa de 10:000\$000 (dez contos de réis) a 50:000\$000 (cincoenta contos de réis).

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 282 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1938

Concede autorização à Pan American Airways Inc. para executar a linha aérea internacional Miami-Assunção, mediante condições

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e:

Atendendo ao que requereu a Pan American Airways, Inc., autorizada a funcionar na República pelo decreto n. 18.768, de 28 de maio de 1929;

De acordo com o art. 47 do decreto n. 20.914, de 6 de janeiro de 1932, e com os arts. 44, 64 e 65 do Regulamento para os Serviços Cíveis de Navegação Aérea, aprovado pelo decreto n. 16.985, de 22 de julho de 1925;

Tendo em vista o decreto n. 1.757, de 2 de julho de 1937:

E conforme parecer do Conselho de Segurança Nacional, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a Pan American Airways, Inc., na sua linha internacional Miami-Assunção, a fazer escalas em Belém, Camocim, Recife, São Salvador, Vitória, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba e Foz do Iguassú, obedecendo às seguintes condições:

1ª, a presente permissão é dada a título precário, podendo ser revogada desde que o Governo julgue essa medida oportuna ou tenha sido feita concessão a uma companhia nacional para realizar serviços de aero-navegação comercial na rota Rio de Janeiro-Assunção;

2ª, o Governo se reserva também o direito de suspender, quando julgar conveniente, o tráfego aéreo em parte ou na totalidade de seu percurso em território nacional, sem que, por isso, assista à Pan American Airways, Inc., o direito de protestar ou de pleitear qualquer indenização por danos, prejuízos ou qualquer outra espécie de reclamação;

3ª, a rota a seguir no território nacional, a partir do Rio de Janeiro, passará obrigatoriamente pelas cidades de São Paulo, Curitiba, Palmeiras, Itatí, Guarapuava e Fóz do Iguassú, obrigando-se a Pan American Airways, Inc., a instalar, em tempo oportuno, e por sua conta, nessa rota, os aeroportos e todos os serviços e organizações necessários à segurança do tráfego aéreo;

4ª, os aeroportos referidos na cláusula anterior tornar-se-ão de uso público e serão fiscalizados pelo Governo, na forma por este estabelecida;

5ª, fica formalmente interdita a aerofotografia de qualquer parte da rota entre Curitiba a Fóz do Iguassú; os aparelhos fotográficos, cujo transporte for permitido a bordo das aeronaves, serão obrigatoriamente lacrados durante todo esse percurso, devendo ser observado na rota sobre o território nacional, desde o Norte do país até Curitiba, o disposto no art. 4º do decreto n. 24.572, de 4 de julho de 1934;

6ª, o pessoal de bordo será da nacionalidade da matrícula do avião ou brasileiro;

7ª, durante o percurso entre Curitiba e a Fóz do Iguassú, cada aeronave deverá ter a seu bordo um piloto brasileiro ou fiscal de rota, designado pelo Ministério da Guerra, cumprindo a esse piloto manter a aeronave sobre essa rota e exercer as demais funções de fiscalização que lhe forem confiadas por aquele ministério;

8ª, a União se reserva o direito de adquirir, quando cassada ou revogada esta permissão, e si assim lhe convier, os elementos de infraestrutura da rota ou parte deles que a Companhia dispuser ou haja executado em território nacional, ao preço de custo provado, menos a amortização pelo uso dos ditos elementos, que se fixará por taxação;

9ª, em caso de mobilização, fica o Governo brasileiro com a faculdade de requisitar todos os elementos da infraestrutura da rota ou parte deles que se encontrarem em território nacional;

10ª, o tráfego aéreo só poderá ser iniciado quando os aeroportos de escala obrigatória satisfizerem as indispensáveis condições técnicas de segurança para a chegada e a partida das aeronaves, e, bem assim, puderem funcionar satisfatoriamente as organizações e serviços necessários à segurança do mesmo tráfego aéreo, cabendo ao Ministério da Viação e Obras Públicas verificar o preenchimento dessas condições;

11, no tráfego aéreo ora permitido só poderá ser realizada uma viagem semanal, em cada sentido;

12, a Pan American Airways, Inc., por si ou por seus representantes ou prepostos, se obriga a cumprir e a fazer cumprir fielmente todas as disposições deste decreto e das leis, regulamentos ou

instruções que existam ou venham a existir, referentes ou aplicáveis aos seus serviços, e a prestar as informações e a fornecer os dados que lhe forem requisitados pelo Departamento de Aeronautica Civil, atinentes aos mesmos serviços;

13, as ações judiciais que possam resultar da falta de cumprimento da presente permissão se processarão nos tribunais brasileiros da capital da República.

Parágrafo único. A presente permissão é concedida sem monopólio ou privilégio de espécie alguma, nem onus para a União, e não prejudica o estabelecido pelas portarias ns. 179 e 364, respectivamente, de fevereiro e de maio, tudo do ano de 1934.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 283 — DE 18 DE FEVEREIRO DE 1938

Regula as matrículas na Escola Militar

O Presidente da República, considerando:

Que a Lei do Ensino Militar em vigor, já data de vários anos;

Que os Regulamentos dos Colégios Militares estabelecem condições para as matrículas na Escola Militar, quando essas condições deveriam constar, exclusivamente, do Regulamento ou das instruções para o funcionamento dessa Escola;

Que a seleção para a matrícula na Escola Militar exige, para sua maior eficiência, que os candidatos sejam apreciados de um modo uniforme e sob a mesmo critério de julgamento,

No uso das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal,

Decreta:

Art. 1.º As matrículas na Escola Militar a partir do ano de 1939 inclusive, serão procedidas após os concursos anuais de admissão a esse estabelecimento.

Art. 2.º As provas de saúde, físicas e intelectuais a que devem ser submetidos todos os candidatos, sem exceções, realizar-se-ão na própria Escola Militar.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de fevereiro de 1938; 11.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

General Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 284 — DE 19 DE FEVEREIRO DE 1938

Autoriza a aplicação do regime administrativo dos decretos números 21.266, de 8 de abril de 1932 e 29.485, de 26 de junho de 1934 para a construção da ponte sobre o rio Amambai, em Mato Grosso.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil no uso da atribuição que lhe confere o artigo 180, da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica o Ministério da Guerra autorizado a aplicar na construção de uma ponte sobre o rio Amambai, em Mato Grosso, o regime administrativo estabelecido pelos decretos ns. 21.266, de 8 de abril de 1932 e 29.485, de 26 de junho de 1934, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1938, 117° da Independência

GETULIO VARGAS.

General Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 285 — DE 19 DE FEVEREIRO DE 1938

Prorroga o prazo do contrato celebrado com a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em virtude do decreto n. 8.888, de 17 de fevereiro de 1883

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da autorização constante do art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1°. Ficam aprovadas as cláusulas que com esse baixam, assinadas pelo ministro de Estado da Viação e Obras Públicas, para a novação e prorrogação, pelo prazo de cinquenta (50) anos, do contrato celebrado com a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, em virtude do decreto n. 8.888, de 17 de fevereiro de 1883, para, a construção, uso e gozo do prolongamento de sua linha férrea, desde o ponto mais conveniente até a margem esquerda do Rio Grande, no Estado de São Paulo, e, bem assim, de um ramal para Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Cláusulas para novação do contrato de concessão das linhas do Rio Grande e Caldas da Companhia Mogiana de Estradas de Ferro, a que se refere o decreto-lei n. 285, desta data

I

Fica novado e prorrogado, pelo prazo de cinquenta (50) anos, a contar da data do registro no Tribunal de Contas, o contrato cele-

brado com a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro e constantes das cláusulas adotadas pelo decreto imperial número 8.888, de 17 de fevereiro de 1883, continuando a concessionária, como até o presente, na plena propriedade, uso e gozo das linhas concedidas, de Entroncamento às margens do Rio Grande, no Estado de São Paulo, e do ramal de Cascavel, neste último Estado, até Poços de Caldas, no Estado de Minas Gerais.

Além do privilégio exclusivo dos transportes ferroviários entre esses pontos, gozará a concessionária dos seguintes favores:

1º — Direito de desapropriação, na forma da legislação em vigor, dos terrenos de domínio particular ou municipal, prédios e bemfeitorias que forem necessários à ampliação, expansão e melhoramentos dos serviços a cargo da Companhia.

2º — Isenção de direitos de importação para os materiais necessários aos serviços de locomoção, tração, tráfego e linha, que não tiverem similar no país em quantidade suficiente a juízo da Comissão de Similares.

II

O Governo terá o direito de resgatar a linha e o ramal a que se refere este contrato, depois de decorridos dez (10) anos, a contar da data do seu registro no Tribunal de Contas.

O preço do resgate será regulado, na falta de acordo, pelo termo médio do rendimento líquido do último quinquênio e tendo-se em consideração a importância das obras, material e dependências no estado em que estiverem então.

Se o resgate se efetuar depois de expirado o prazo do privilégio, o Governo só pagará à Companhia o valor das obras e material no estado em que se acharem, contanto, que a soma que tiver de despendar não exceda ao que se tiver efetivamente empregado na construção da mesma estrada.

A importância do resgate poderá ser paga em títulos da dívida pública interna de 5 % de juro anual.

Fica entendido que a presente cláusula só é applicavel nos casos ordinários e que não abroga o direito de desapropriação que tem o Estado.

III

Se a renda líquida, durante três anos seguidos, exceder de 8 % do capital reconhecido pelo Governo, o excedente será repartido, igualmente, entre a União e a Companhia, até que seja o Estado reembolsado dos juros pagos, *ex-vi* do decreto n. 8.888, de 17 de fevereiro de 1883.

Poderá a Companhia, a qualquer tempo que julgar conveniente, restituir, de uma só vez, os juros recebidos do Império e da União Federal. Nesse caso, cessará a ingerência que o Governo exerce sobre os negócios da concessionária, salvo, sempre, o direito que lhe assiste de regular e fixar as tarifas de transportes e o de manter a fiscalização sobre a policia e a segurança da estrada.

IV

Se a renda líquida exceder, durante três anos consecutivos, de 10 % do capital reconhecido das linhas referidas, terá o Governo o direito de exigir a redução das tarifas em vigor.

O capital reconhecido, como efetivamente empregado nas linhas férreas desta concessão, será composto pela soma de todas as despesas, devidamente verificadas e aprovadas pelo Governo, que forem ou

vierem a ser realizadas pela Companhia na construção da estrada, aquisição do material fixo e rodante e seus acessórios, linhas telegráficas ou telefônicas, edifícios, armazéns, estações e mais dependências, compra de terrenos, indenização de bemfeitorias e bem assim quaisquer outras despesas realizadas desde o início dos trabalhos da construção e sua aceitação definitiva.

Nessa conta serão também incorporadas as importâncias empregadas em obras e melhoramentos de qualquer espécie, depois de previamente autorizadas pelo Governo.

V

Os preços de transporte serão fixados em tarifas aprovadas pelo Governo e serão revistas pelo menos de três em três anos, por proposta da Companhia ou por iniciativa do Governo.

VI

A Companhia obriga-se a transportar gratuitamente:

a) as sementes e plantas enviadas pelo Governo da União e dos Estados ou associações oficiais de agricultura, para serem distribuídas gratuitamente aos lavradores das zonas servidas pela estrada;

b) as malas do correio e seus condutores, em carros especialmente adaptados para esse serviço, os funcionários encarregados da linha telegráfica e quaisquer somas de dinheiro pertencentes ao Tesouro Nacional.

Com abatimento de 50 % dos preços comuns:

1) — As autoridades, escoltas policiais e respectiva bagagem, quando estiverem em diligência;

2) — a munição de guerra e qualquer número de soldados do Exército, da Armada e da Polícia, com seus oficiais e respectiva bagagem, quando mandados a serviço público a qualquer parte da linha, depois de requisitado o transporte pelo Governo ou autoridade devidamente autorizada;

3) os colonos e imigrantes, suas bagagens e ferramentas, utensílios e instrumentos agrários, salvo o caso de primeiro estabelecimento, em que será gratuito o transporte;

4) todos os gêneros de qualquer natureza, enviados pelo Governo da União ou dos Estados, para atender a socorros públicos, exigidos pela seca, inundação, peste, guerra ou outra calamidade pública.

Os demais passageiros, bagagens e cargas, da União e dos Estados, em serviço público, serão transportados com 15% de abatimento, assim como os destinados às obras municipais, no território dos municípios servidos pela estrada.

VII

Sempre que o Governo o exigir, em circunstâncias extraordinárias, originadas de guerra, rebelião ou comoção intestina, a Companhia porá à sua disposição todos os meios de transporte de que dispuser.

O Governo, se assim o preferir, poderá ocupar, temporariamente, na sua totalidade ou em parte, a estrada de ferro, mediante indenização não inferior à renda média arrecadada no período correspondente do quinquênio precedente à ocupação.

VIII

A Companhia é obrigada a prestar anualmente contas ao Governo da exploração do tráfego das estradas, precipuamente para os fins de apurar-se o excesso da renda líquida a que se referem as cláusulas III e IV.

Para esse fim, serão consideradas:

Como renda bruta: — A soma de todas as rendas ordinárias, extraordinárias e eventuais arrecadadas pela Companhia nas estradas de que trata este contrato.

Considerar-se-ão como arrecadadas ou recebidas as rendas desde que houverem sido emitidos os bilhetes e passes ou expedidas as cargas consignadas nos conhecimentos de despacho, salvo caso de retenção por determinação de autoridade competente.

Como despesa de custeio: — Todas as que forem relativas ao tráfego das estradas de que trata este contrato, á conservação ordinária e extraordinária da linha, edificios e dependências e do material fixo e rodante; as resultantes de accidentes na estrada, roubos, incêndios, quando não ficar provada culpa da estrada, as de seguro e as de administração superior, que forem aprovadas pelo Governo.

Como renda líquida: — a diferença entre a renda bruta e a despesa de custeio acima definidas, incluída nesta a quota de fiscalização.

IX

A Companhia obriga-se a exhibir sempre que lhe forem reclamados, os livros de receita e despesa do custeio da estrada, seu movimento, e mais documentos justificativos; a entregar á fiscalização até o último dia do mês de abril de cada ano, um relatório circunstanciado, segundo modelo estabelecido pelo Governo, dos resultados do tráfego no ano anterior, contendo os dados estatísticos necessários, quer quanto à receita, quer quanto à despesa de custeio, especificado o movimento de viajantes, discriminados por classes, e também o de bagagens, encomendas, animais e mercadorias discriminadamente para os principais artigos, com indicação das respectivas distâncias médias percorridas; a prestar á fiscalização todo os esclarecimentos por ela pedidos em relação ao tráfego e à segurança da linha.

A Companhia obriga-se ainda a submeter à aprovação do Governo o quadro do respectivo pessoal e a tabela de seus vencimentos mínimos e máximos. Este quadro não poderá ser alterado quer na quantidade do pessoal, quer na importância dos vencimentos, sem prévia autorização do Governo.

X

A Companhia é obrigada a conservar com cuidado, durante todo o tempo da concessão, e a manter em estado que possam preencher o seu destino, tanto a estrada de ferro e suas dependências, como o material rodante, sob pena de multa, suspensão da concessão ou de ser a conservação feita pelo Governo à custa da Companhia.

XVI

Para garantia e fiel execução do contrato, a Companhia depositará no Tesouro Nacional, em dinheiro ou títulos da dívida pública federal, a quantia de 20:000\$000.

XVII

A fiscalização das linhas concedidas e seus serviços será feita pelo Governo por intermédio de funcionários designados, de conformidade com a respectiva legislação.

A Companhia manterá, junto ao Governo Federal, um representante para tratar dos assuntos relativos à execução deste contrato.

Para as despesas de fiscalização das linhas de que tratam as presentes cláusulas, a Companhia concorrerá, anualmente, com a quantia de 24:000\$000, que será recolhida ao Tesouro Nacional em prestações semestrais adiantadas.

XVIII

No caso de desacordo entre o Governo e a Companhia sobre a inteligência das presentes cláusulas, esta será decidida por arbitros nomeados um pelo Governo, outro pela Companhia e o terceiro por sorte entre quatro nomes, dois indicados pelo Governo e dois pela Companhia.

Rio de Janeiro, 19 de fevereiro de 1938. — *João de Mendonça Lima.*

DECRETO-LEI N. 286 — DE 11 DE FEVEREIRO DE 1938

Modifica dispositivos do decreto n. 14.655, de 21 de janeiro de 1921, revigorado pelo decreto n. 19.525, de 24 de dezembro de 1930, e da lei n. 449, de 14 de junho de 1937, relativos a Carteira de Redescontos do Banco do Brasil

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º O Conselho de Administração da Carteira de Redescontos, restabelecida no Banco do Brasil pelo decreto n. 19.525, de 24 de dezembro de 1930, será composto do seu diretor e de mais dois membros de livre nomeação e demissão do Presidente da República.

Art. 2.º O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, pelo menos uma vez por semana, e, extraordinariamente, sempre que o Presidente do Banco ou o diretor da Carteira convocar, e somente poderá funcionar com a presença de todos os seus membros.

Art. 3.º Nas suas ausências ou impedimentos ocasionais, de curta duração, os membros do Conselho de Administração serão substituídos por pessoas designadas pelo presidente do Banco do Brasil, e no caso contrário, pelo ministro da Fazenda.

Art. 4.º O pessoal encarregado do serviço da Carteira compôr-se-á de um contador-tesoureiro, um ajudante, um conferente, tres

escripturários e dois contínuos, podendo ser aumentado, si as circunstâncias o exigirem, por proposta do diretor e nomeação do presidente do Banco.

Art. 5.º A gratificação a que se refere o art. 27 da lei n. 449, de 14 de junho de 1937, ficará sendo de 1 % (um por cento) para o diretor da Carteira, 1 % (um por cento) para o presidente do Banco do Brasil, fixando-se em Rs. 30:000\$000 (trinta contos de réis), por semestre, o máximo do produto de cada uma dessas percentagens.

Parágrafo único. Cada membro do Conselho de Administração perceberá, anualmente, a gratificação fixa de Rs. 18:000\$000 (dezoito contos de réis).

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 287 — DE 22 DE FEVEREIRO DE 1938

Corrige falha encontrada na classificação de um funcionário do Quadro I do Ministério da Fazenda

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, e, atendendo á proposta feita pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil, e, ainda,

Considerando que a correção proposta pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil visa retificar, para a carreira de Intendente, do Quadro I do Ministério da Fazenda, a classificação de um funcionário incluído, de acôrdo com as tabelas anexas á lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, na carreira de Engenheiro, do mesmo quadro;

Considerando que essa correção está perfeitamente de acôrdo com o princípio geral estabelecido no artigo 1º da aludida lei;

Considerando, ainda, que a modificação em apreço não acarretará qualquer aumento de despesa,

Decreta:

Art. 1.º As tabelas relativas ás carreiras de Engenheiro e Intendente, do Quadro I do Ministério da Fazenda, anexas á lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, com as modificações resultantes do decreto-lei n. 258, de 9 de fevereiro de 1938, ficam substituídas, a contar de 1 de janeiro de 1937, pelas que acompanham o presente decreto-lei.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO

Tesouro

SITUAÇÃO ANTIGA

N. func.	Denominação do cargo	Repartição
1	Sub-diretor	Diretoria do Domínio da União..
1	Engenheiro-ajudante	Diretoria do Domínio da União {
1	Engenheiro-chefe de secção	Administ. do Domínio da União {
2	Engenheiro de 1ª classe....	Diretoria do Domínio da União {
1	Engenheiro construtor	Administ. do Domínio da União {
1	Engenheiro de 1ª classe....	Administ. do Domínio da União {
2	Condutor técnico	Diretoria do Domínio da União..
2	Condutor técnico	Administ. do Domínio da União..
1	Sub-diretor	Diretoria do Domínio da União {
1	Administrador	Administ. do Domínio da União {
1	Ajudante	Diretoria do Domínio da União {
1	Chefe de secção	Administ. do Domínio da União {
1	Intendente	Diretoria do Domínio da União {
1	Administrador de obras....	Administ. do Domínio da União {

DECRETO-LEI N. 288 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1938

Cria o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado

O Presidente da República, no exercício da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado (I. P. A. S. E.), com personalidade jurídica e sede no Distrito Federal.

Art. 2.º O I. P. A. S. E. tem por objeto realizar as funções de órgão de assistência aos servidores do Estado e praticar operações de previdência e assistência a favor de seus contribuintes.

DA FAZENDA

Quadro I

Nacional

SITUAÇÃO NOVA

N. func.	Nova denominação e linha de carreira		Observações
Engenheiro			
1	(Ord.)	Classe L	30 quotas mensais.
3	(Ord.)	Classe K	20 quotas mensais — 3 excedentes.
3	(Ord.)	Classe J	16 quotas mensais — 1 vago, a ser preenchido á medida que se extinguirem os excedentes.
3	(Ord.)	Classe I	12 quotas mensais — 1 vago, a ser preenchido á medida que se extinguirem os excedentes.
5		Classe H	5 vagos, a serem preenchidos á medida que se extinguirem os excedentes.
Intendente			
1	(Ord.)	Classe L	30 quotas mensais — 1 excedente.
2	(Ord.)	Classe K	20 quotas mensais — 2 excedentes.
2		Classe J	2 vagos, a serem preenchidos á medida que se extinguirem os excedentes.

Art. 3.º São contribuintes obrigatórios do I. P. A. S. E.:

- a) os funcionários civis efetivos, interinos, ou em comissão;
- b) os extranumerários que executem serviços de natureza permanente;
- c) os empregados do próprio Instituto.

Art. 4.º São contribuintes facultativos do I. P. A. S. E. os que exercerem função pública ou civil ou militar, federal, estadual, ou municipal, inclusive os membros do Poder Legislativo e do Executivo.

Art. 5.º Aos contribuintes obrigatórios, a que se refere a alínea "a" do art. 3.º, o I. P. A. S. E. assegura os proventos de aposentadoria, na forma regulada pela legislação em vigor.

Art. 6.º Aos contribuintes indicados nas alíneas "b" e "c" do art. 3.º assegura o I. P. A. S. E., completados dois anos de serviço, as mesmas vantagens atribuídas aos da alínea "a" do mesmo artigo.

Art. 7.º O processo de verificação de invalidez e os exames necessários constarão do regulamento que for expedido para execução desta lei.

Art. 8.º Ocorrendo a morte do contribuinte obrigatório, terão seus beneficiários, a partir do mês do falecimento, as seguintes vantagens:

a) pensão vitalícia, o conjugue sobrevivente, do sexo feminino, ou o do sexo masculino, se se tratar de inválido, ou maior de 68 anos de idade, não estando em gozo de pensão de aposentadoria;

b) pensão, cada filho legítimo ou legitimado, de menos de 22 anos, até que atinja esta idade, ou enteado nas mesmas condições;

c) pecúlio em dinheiro, a pessoa designada pelo contribuinte.

Art. 9.º As importâncias das pensões, ou pecúlios, que o artigo anterior assegura aos beneficiários serão fixados no regulamento a que alude o art. 7.º.

Art. 10. A inscrição facultativa, nos limites que determinar o regulamento, poderá ser realizada em qualquer operação de seguro que venha a praticar o I. P. A. S. E.

Art. 11. Inicialmente, terá o I. P. A. S. E. as seguintes modalidades de seguros facultativos:

a) seguro de renda, conferido ao contribuinte, ao atingir a idade prefixada, o direito de entrar em gozo de pensão vitalícia;

b) seguro de morte, dando à pessoa designada como beneficiária o direito de receber o pecúlio segurado, por falecimento do contribuinte.

Art. 12. Nos seguros facultativos pagáveis por morte, será estabelecido um período de carência, antes do qual não serão exigíveis os benefícios, exceto no caso de acidente.

Art. 13. É facultado ao contribuinte determinar a transformação total ou parcial do pecúlio em pensão temporária, ou vitalícia, aos beneficiários que designar.

Art. 14. As pensões citadas nesta lei são individuais e irreversíveis.

Art. 15. A exoneração do serviço público implicará a liquidação da inscrição obrigatória; e, caso não tenha sido motivada por falta cometida e tenha o contribuinte mais de dois anos de serviço, ficarão assegurados benefícios reduzidos como determinar o regulamento.

Art. 16. A falta de pagamento durante seis meses consecutivos, nas operações de seguro facultativo, implicará a caducidade dos benefícios.

Art. 17. As condições de liquidação e revalidação dos benefícios considerados caducos serão aquelas que determinar o regulamento.

Art. 18. Fica a Administração do I. P. A. S. E. autorizada a criar novas modalidades de seguros facultativos, bem como outras modalidades de previdência e assistência.

Art. 19. Por ocasião da inscrição deverá o contribuinte fazer declaração de família, de idade, e de condições do seguro, e apresentar a documentação exigida na forma que o regulamento estipular.

Art. 20. Verificado ser errônea a declaração de idade do contribuinte, far-se-á a qualquer tempo sua retificação, tendo como consequência a alteração dos benefícios.

§ 1.º. Para o contribuinte obrigatório prevalecerão os benefícios que lhe competiriam como se, desde o início, a declaração fosse exata.

§ 2º. Para os contribuintes facultativos a retificação importará na alteração dos benefícios, conforme indicar o cálculo de equivalência a que procederá o I. P. A. S. E. de acordo com o regulamento.

Art. 21. Antes de prova bastante de idade, não será iniciado o pagamento, ao contribuinte ou a seus beneficiários, de qualquer das vantagens contingentes asseguradas por esta lei.

Art. 22. Os contribuintes obrigatórios pagarão à Fazenda Nacional, mediante desconto em folha, uma percentagem sobre a sua remuneração, na seguinte base:

a) até o máximo de 4 % quando a remuneração for inferior ou igual à correspondente ao padrão "D" de vencimentos (art. 20 da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936);

b) até o máximo de 5 % quando a remuneração for superior à correspondente ao padrão "D" e inferior, ou igual, à correspondente ao padrão "H";

c) até o máximo de 6 % quando a remuneração for superior à correspondente ao padrão "H" e inferior ou igual, à correspondente ao padrão "K";

d) até o máximo de 7 % quando a remuneração for superior à correspondente ao padrão "K".

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo compreendem-se como remuneração os vencimentos dos cargos públicos e os salários dos extranumerários.

Art. 23. Os prêmios dos seguros facultativos serão pagos mediante desconto em folha ou, diretamente, na Tesouraria do I. P. A. S. E.

Art. 24. A contribuição total do Governo para os benefícios obrigatórios criados por esta lei corresponderá, no máximo, a 18 % (dezoito por cento) da dotação total, do Orçamento da Despesa, das verbas "Pessoal" destinadas a serviços providos por contribuintes do I. P. A. S. E., de contada a despesa efetiva que tiver o Tesouro Nacional com os inativos civis.

Art. 25. A importância referida no artigo anterior constará anualmente, com título próprio, do Orçamento da Despesa e será recolhida em duodécimos, no primeiro dia útil de cada mês, ao Banco do Brasil, à disposição do I. P. A. S. E.

Art. 26. As reservas e disponibilidades do I. P. A. S. E. serão aplicadas em operações de crédito realizadas com seus contribuintes, em imóveis, títulos com garantia real e títulos garantidos pelo Governo Federal.

Art. 27. As percentagens das reservas e disponibilidades a atribuir a cada gênero de operação, condições e taxas serão fixadas pelo órgão atuarial do I. P. A. S. E.

Art. 28. O regulamento fixará as condições para operações sobre imóveis, assim como o financiamento de construções.

Art. 29. Em quaisquer operações do I. P. A. S. E. efetuadas com seus contribuintes será permitida, pelo Serviço de Pessoal respectivo, a averbação em folha de pagamento.

Art. 30. A administração do I. P. A. S. E. será exercida por um presidente e uma Comissão Deliberativa, composta de cinco membros.

Art. 31. A Comissão Deliberativa será constituída por pessoas que já exerçam função pública, incluído nesse número um delegado do Conselho Federal do Serviço Público Civil.

Art. 32. Compete ao presidente:

a) superintender todos os negócios e operações do I. P. A. S. E.;

b) presidir as reuniões da Comissão Deliberativa, com direito a voto apenas para desempate;

- c) prestar contas da administração;
- d) admitir e dispensar os empregados do I. P. A. S. E., e impor-lhes penalidades;
- e) representar o I. P. A. S. E. em suas relações com terceiros ou em juízo, podendo constituir mandatários.

Art. 33. Compete à Comissão Deliberativa:

- a) resolver sobre assuntos que lhe forem submetidos pelo presidente do I. P. A. S. E.;
- b) votar os orçamentos do I. P. A. S. E.;
- c) aprovar os balanços anuais;
- d) organizar o quadro do pessoal, fixando-lhe as remunerações;
- e) autorizar o presidente a fazer operações de crédito e a adquirir e alienar bens;
- f) autorizar novas operações de seguro, mediante proposta do órgão atuarial;
- g) julgar recursos interpostos de atos do presidente;
- h) reunir-se quatro vezes por mês e sempre que for convocada pelo presidente;
- i) resolver os casos omissos no regulamento.

Art. 34. O presidente e os membros da Comissão Deliberativa serão designados pelo Presidente da República.

Parágrafo único. O mandato dos membros da Comissão Deliberativa, renovável, será de cinco anos, operando-se a renovação anualmente pelo quinto, com observância do critério da idade, para os primeiros designados.

Art. 35. Os empregados do I. P. A. S. E., só poderão ser admitidos mediante provas públicas de habilitação.

Art. 36. Os limites das despesas administrativas serão fixados, no regulamento, em função das diversas atividades.

Art. 37. Os lucros líquidos anuais, apurados no encerramento do exercício, terão aplicação de acordo com os seguintes itens:

1.º Os lucros de mortalidade e de desvios das leis básicas supostas deverão constituir um fundo especial para melhoria dos benefícios respectivos ou redução dos encargos do Estado.

2.º Os lucros decorrentes de aplicação de capital a taxa superior à prevista serão divididos:

- a) em gratificações aos empregados do I. P. A. S. E., até o máximo de 10 % (dez por cento);
- b) em benefícios a distribuir no exercício seguinte, até o máximo de 20 % (vinte por cento).

3.º O restante dos lucros a que se refere o item 2º constituirá um fundo, que deverá ser aplicado na elevação dos benefícios.

Art. 38. Mediante proposta do órgão atuarial do I. P. A. S. E. homologada pela Comissão Deliberativa, poderão ser alterados pelo Governo, após cinco anos, contados da data inicial da vigência desta lei, os limites fixados para operações a realizar com contribuintes, despesas e critérios de distribuição de lucros.

Art. 39. Das decisões do I. P. A. S. E. caberá recurso para o ministro do Trabalho, cujo despacho porá termo ao processo administrativo.

Art. 40. Os proventos das aposentadorias concedidas pelo Governo, após a data que entrar em vigor o regulamento da presente lei, correrão por conta do I. P. A. S. E.

Art. 41. Ao I. P. A. S. E. ficam assegurados os direitos, regalias e privilégios de que goza a Fazenda Nacional.

Art. 42. Para atender aos encargos criados pela presente lei, correspondentes à contribuição do Estado, fica instituída uma taxa de

3 %, sob o título de — taxa de assistência social — cobrada, por verba, sobre a importância total das guias de aquisição de selos do imposto de consumo.

Art. 43. O Hospital dos Funcionários Públicos passa a denominar-se Hospital dos Servidores do Estado.

Art. 44. O I. P. A. S. E. encarregar-se-á da aplicação e administração dos fundos do Hospital dos Servidores do Estado (H. S. E.), pagando-lhe juros à taxa apurada na aplicação de seu ativo.

Parágrafo único. As contribuições criadas para manutenção do Hospital serão depositadas no I. P. A. S. E.

Art. 45. O Hospital a que se refere o artigo anterior dará assistência médica e dentária a seus contribuintes e pessoas de suas famílias, na forma que for estabelecida em seu regimento interno.

Art. 46. A administração do Hospital, com autonomia financeira, será exercida por uma Junta, composta de um presidente e cinco membros, designados pelo Presidente da República, sendo um deles escolhido de uma lista de tres nomes fornecidos pelo I. P. A. S. E.

Art. 47. O regulamento da presente lei fixará os encargos da administração do H. S. E., suas atribuições e vantagens.

Art. 48. Serão estabelecidas no regulamento as modalidades de contribuição para manutenção do H. S. E.

Art. 49. No regulamento da presente lei será determinada a forma pela qual o I. P. A. S. E. assistirá financeiramente ao H. S. E. e fixar-se-ão as quantias máximas que poderão ser empenhadas para esse fim.

Art. 50. Os empregados do H. S. E. serão admitidos mediante provas públicas de habilitação.

Art. 51. Ao I. P. A. S. E. é incorporado o Instituto Nacional de Previdência, com todos os seus encargos ativos e passivos.

Art. 52. Aos atuais contribuintes do Instituto Nacional de Previdência é assegurado continuar em caráter facultativo, com suas operações de seguro, com os mesmos prêmios, gozando, entretanto, da liberdade de designação de beneficiários.

Parágrafo único. Aos que não desejarem continuar a contribuir para os pecúlios obrigatórios será garantido um seguro saldado, com o valor que for apurado por meio de tabelas próprias.

Art. 53. Os atuais pensionistas do Instituto Nacional de Previdência continuarão no gozo de suas pensões temporárias, ou vitalícias não cabendo, entretanto, qualquer opção antes de atingida a idade de 21 anos, ocasião em que serão pagas as respectivas quotas.

Art. 54. O regulamento determinará a forma por que deverão se ajustar as operações do Instituto Nacional de Previdência à presente lei.

Art. 55. Não estão compreendidos no disposto no artigo 3º os contribuintes obrigatórios dos atuais Institutos e Caixa de Aposentadoria e Pensões subordinados ao Conselho Nacional do Trabalho do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 56. Aos contribuintes do Montepio é permitida a opção entre o regime anterior e o Instituto por esta lei, para o efeito de benefício de família.

Art. 57. O Presidente da República designará uma Comissão, constituída de tres membros, com as seguintes atribuições:

a) organizar o I. P. A. S. E., fazendo todos os estudos técnicos preliminares indispensáveis ao funcionamento dos seus órgãos fundamentais;

b) elaborar os ante-projetos de regulamentos e de regimentos internos que forem necessários à execução desta lei;

c) realizar o censo dos contribuintes em todo o país, para a fixação das contribuições e benefícios;

d) apresentar, no prazo de 180 dias, relatório acompanhado dos projetos de regulamentos e regimentos que deverão ser expedidos pelo Presidente da República;

e) tomar as demais medidas que se tornarem necessários à instalação do I. P. A. S. E.

Art. 58. As despesas com a organização do I. P. A. S. E. serão custeadas com os recursos do Instituto Nacional de Previdência, até o limite de 600:000\$000 (seiscentos contos de réis).

Parágrafo único. Esse crédito ficará à disposição da Comissão Organizadora, que fará a comprovação das despesas realizadas.

Art. 59. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1938; 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

M. de Pimentel Brandão.

Fernando Costa.

Waldemar Falcão.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 289 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1938

Estabelece normas para o pagamento ao pessoal militar e funcionários civis dos Ministérios da Marinha e da Guerra, em comissão em país estrangeiro.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Os militares e funcionários civis dos Ministérios da Marinha e da Guerra, quando nomeados para comissão em terra, em país estrangeiro, receberão a título de ajuda de custo, uma importância igual ao quádruplo dos vencimentos mensais (soldo ou ordenado e gratificação) correspondentes aos respectivos postos, categorias ou classes.

§ 1.º Metade dessa ajuda de custo será concedida aos que regressarem ao Brasil depois de terem permanecido mais de doze (12) meses na comissão, ou que o fizerem em virtude de desastre em serviço.

§ 2.º Quando o regresso da comissão for realizado antes do prazo de doze (12) meses e não depender de solicitação do interessado, ou resultar de passagem para a reserva, reforma, aposentadoria ou moléstia adquirida em consequência do serviço no local da comissão, será concedida uma ajuda de custo igual à metade da estabelecida no § 1.º.

§ 3.º Essas ajudas de custo serão calculadas em relação ao posto, categoria ou classe do interessado no dia em que ele deixar o último

porto nacional ou o último porto estrangeiro, conforme se trate de ida ou de regresso de comissão.

§ 4.º O pessoal que já estiver em comissão no estrangeiro e receber ordem de mudança de sede perceberá uma ajuda de custo igual à terça parte de seus vencimentos mensais (soldo ou ordenado e gratificação) paga de acordo com as condições estabelecidas no art. 8º, desde que a nova sede continue a ser no estrangeiro.

Art. 2.º Quando o pessoal de que trata o art. 1º fôr designado para comissão no estrangeiro em navios de guerra, mercante ou fretado pelo Governo, ou incorporado transitória e à Armada e que neles deva permanecer embarcado, perceberá uma ajuda de custo igual a dois quintos (2/5) da estabelecida no art. 1º, sem direito a outra de regresso.

§ 1.º Ao que durante a viagem, no estrangeiro, adquirir moléstia ou sofrer acidente em consequência dos deveres do serviço e deva desembarcar com ordem de regresso, sendo o meio de transporte diverso do citado neste artigo, será abonada uma ajuda de custo igual à estipulada no § 1º do art. 1º.

§ 2.º Ao que, porém, regressar por outro qualquer motivo independente de sua vontade se abonará uma ajuda de custo igual à estabelecida no § 2º do art. 1º.

§ 3.º As disposições deste artigo são também applicáveis ao pessoal da Aviação quando embarcado em avião, nas mesmas situações.

Art. 3.º As comissões militares desempenhadas no estrangeiro a bordo de navios mercantes dão direito às ajudas de custo estabelecidas no artigo precedente.

Art. 4.º As ajudas de custo de ida estabelecidas nos artigos anteriores serão pagas no Brasil e as de regresso pela Delegacia do Tesouro Brasileiro em Londres, pela forma estabelecida no final do artigo 8º.

Art. 5.º Os que receberem ajudas de custo e não seguirem as comissões designadas, por motivos independentes de suas vontades, indenizarão a Fazenda Nacional pela decima parte do soldo ou ordenado de metade da quantia que tiverem recebido sob o título acima.

Parágrafo único. No caso, porém, de não seguirem a comissão, a seu pedido, a ajuda de custo será restituída integral e imediatamente.

Art. 6.º As comissões em terra, no estrangeiro, deverão ter uma sede fixada pelos Ministros da Marinha ou da Guerra, na qual o comissionado estabelecerá a sua residência.

§ 1.º O afastamento da sede, em virtude de ordem de autoridade competente, dará direito á percepção das seguintes diárias:

- 10\$000 aos que tiverem vencimentos até 400\$000 inclusive.
- 12\$000 aos que tiverem vencimentos de mais de 400\$000 até 550\$000.
- 15\$000 aos que tiverem vencimentos de mais de 550\$000 até 1:000\$000.
- 20\$000 aos que tiverem vencimentos de mais de 1:000\$000 até 1:500\$000.
- 30\$000 aos que tiverem vencimentos de mais de 1:500\$000 até 2:000\$000.
- 40\$000 aos que tiverem vencimentos de mais de 2:500\$000 até 4:000\$000.
- 50\$000 aos que tiverem vencimentos de mais de 4:000\$000.

§ 2.º Os guardas-marinha e aspirantes a oficiais terão a diária de 20\$000.

§ 3.º O direito à sua percepção começará no dia da saída da sede e terminará no de regresso.

§ 4.º Esta disposição é extensiva ao pessoal da guarnição de navios de guerra ou da guarnição de navios mercantes fretados, quando se tiver de transportar a serviço do Governo para cidades realizadas fora do porto onde se achar o navio fundeado tornando impossível o alojamento ou arranchamento a bordo daqueles navios. Esta disposição também será applicada ao pessoal que desembarcar e estiver aguardando transporte para regresso.

§ 5.º Estas diárias não serão abonadas nos dias de viagem com alojamento e alimentação fornecidas pelo meio de transporte.

Art. 7.º Aos adidos navais e militares e outros officiaes da Armada e do Exercito e das classes anexas que exercerem, eventualmente, comissões de representação de carater pessoal em país estrangeiro, será abonada mensalmente, mais uma importância a título de representação, fixada pelo respectivo Ministro, de acordo com a natureza e o local da comissão a desempenhar.

§ 1.º O valor dessa importância será no máximo igual a um mês de vencimentos (soldo ou ordenado e gratificação) do posto respectivo e no mínimo a quarta parte desse vencimento.

§ 2.º Nas comissões de representação sem carater pessoal, feitas por intermédio de unidades do Exercito, da Armada ou entidades analogas, as despesas de representação correrão por conta da verba especial posta à disposição dos respectivos chefes.

Art. 8.º As quantias correspondentes a vencimentos e vantagens a que na forma deste decreto-lei e de outros dispositivos legais tiver direito o pessoal militar e civil quando em comissão em terra no estrangeiro, serão pagas pelo quadruplo do seu valor em mil réis.

§ 1.º Ao pessoal de que tratam os artigos 2º e 3º o pagamento dos mesmos vencimentos e vantagens será feito pelo triplo. Da mesma forma serão pagos os que permanecerem em comissão de terra quando a alimentação e alojamento não correrem por sua própria conta.

§ 2.º Os quantitativos correspondentes a diárias e representação de que tratam os artigos 6º e 7º serão pagos pelo quadruplo do seu valor em mil réis.

§ 3.º As gratificações de aviação e submarinos só serão pagas nas condições estabelecidas neste artigo às pessoas que estiverem em serviço efetivo a bordo de submarinos ou aviões.

Art. 9.º Para efeito de vencimentos e vantagens de que trata este decreto, são considerados funcionários civis todos os que, sob qualquer forma, prestem serviços aos Ministérios da Guerra e da Marinha.

Art. 10. O direito à percepção de vencimentos e vantagens de que trata este decreto na forma estabelecida no artigo 8º e seu parágrafo 1º, começará no dia em que o comissionado deixar o último ponto de parada em território nacional e terminará naquele em que sair do último estrangeiro.

Parágrafo único. Exceptua-se do disposto neste artigo a gratificação de representação, cujo inicio de pagamento será a data da posse do cargo e o fim a de sua passagem ao respectivo substituto.

Art. 11. Não se comprehendem nas disposições deste decreto-lei os militares ou funcionarios civis da Marinha ou da Guerra que forem postos à disposição de outro Ministério para exercerem quaisquer comissões no estrangeiro, os quais continuarão a perceber seus

vencimentos como se estivessem no Brasil, pagos pelos Ministérios a que pertencerem, sem prejuizo das vantagens que lhes forem abonadas pelo Ministério onde se acharem comissionados.

Art. 12. Os ministros da Guerra e da Marinha, caso julguem conveniente, poderão conceder permissão para a realização de estudos no estrangeiro com vencimentos e vantagens pagos no Brasil.

Art. 13. Todos os pagamentos feitos no estrangeiro que se referiram a vencimentos, diárias, gratificações, ajudas de custo e outras vantagens, na forma do presente decreto-lei, serão feitos em libras, à razão de conversão de sessenta mil réis (60\$000) por libra.

Art. 14. O presente decreto-lei entrará em vigor no dia 1º de março do corrente ano.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS. . .

Henrique A. Guilhem.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 290 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1938

Dispõe sobre o emprego da sêda e seus compostos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. A palavra sêda e seus compostos não poderão ser empregados não para designar os fios, tecidos e artigos fabricados, exclusivamente, de produtos e sub-produtos provenientes de casulos de insetos sericígenos.

Art. 2º. Os fios, tecidos e artigos a que se refere o artigo anterior, antes de sua introdução no comércio, serão identificados por meio de marca especial, de acôrdo com o que fôr estabelecido em regulamento.

Art. 3º. Aos infratores dêste decreto-lei serão impostas multas de 1:000\$000 até o máximo de 50:000\$000 e apreendidas as mercadorias ilegalmente introduzidas no comércio.

Art. 4º. Dentro de trinta dias contados da publicação do presente decreto-lei será expedido o regulamento a que alude o art. 2º.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

Fernando Costa

Waldemar Falcão

DECRETO-LEI N. 291 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1938

Dispõe sobre a pesca e indústrias derivadas e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições contidas no art. 180 da Constituição em vigor;

Considerando que a pesca constitui, no Brasil, uma grande fonte de riqueza a ser aproveitada;

Considerando que a saúde, a instrução e o aperfeiçoamento técnico dos profissionais da pesca merecem toda a atenção do Governo;

Considerando que o comércio e a indústria do pescado não têm sido devidamente impulsionados pelo poder público, ficando os mercados internos entregues aos produtos de origem estrangeira; e

Considerando, finalmente, que os assuntos relacionados com essas atividades devem ser objeto de estudos técnicos;

Decreta:

Art. 1.º Fica instituída uma taxa, denominada "Expansão da Pesca", destinada a desenvolver a pesca e indústrias derivadas, a amparar a classe dos pescadores e a ampliar o Serviço de Caça e Pesca, do Departamento Nacional da Produção Animal, reajustando-o às necessidades do país.

Art. 2.º A taxa "Expansão da Pesca" recairá sobre os produtos industriais da pesca, procedentes do estrangeiro.

Parágrafo único. Essa taxa será cobrada, juntamente com os despachos alfandegários, à razão de \$300 (trezentos réis) por quilo líquido de mercadoria.

Art. 3.º Para efeitos de cobrança da taxa "Expansão da Pesca", são considerados como produtos industriais da pesca todos os artigos alimentares ou não, cuja matéria prima animal tenha origem aquática, qualquer que seja o processo de fabricação ou de conservação.

Art. 4.º O produto da arrecadação da taxa, instituída no artigo 1.º, será levado à conta da Receita Geral da República.

Art. 5.º Fica o ministro de Estado dos Negócios da Agricultura autorizado:

a) a criar e a instalar três (3) escolas de pesca, sendo uma no Distrito Federal, uma ao norte e outra ao sul do país, em pontos a serem, oportunamente, escolhidos;

b) a instalar ou reformar as sedes das atuais colônias de pescadores, dando-lhes, quando necessário, nova organização;

c) a instalar duas Estações Experimentais de Pesca, sendo uma ao norte e outra ao sul, em pontos que a técnica aconselhar;

d) a instalar, definitivamente, o Entrepasto Federal de Pesca do Distrito Federal;

e) a instalar entrepostos de pesca em outros Estados da Federação;

f) a auxiliar e a fomentar a indústria do pescado, concedendo empréstimos às empresas que se organizarem, segundo o critério estabelecido pelo Ministério da Agricultura;

g) a enviar ao estrangeiro funcionários técnicos, do quadro do ministério, afim de se especializarem em assuntos de pesca e indústrias derivadas;

h) a instalar as dependências do Serviço de Caça e Pesca, previstas nos arts. 156 e 157 do Código de Caça e Pesca, aprovado pelo decreto n. 23.672, de 2 de janeiro de 1934.

Art. 6.º As sedes das colônias de pescadores, que forem instaladas em consequência da autorização contida no presente decreto-

lei, só poderão ser utilizadas para o fim indicado ou como agências do Serviço de Caça e Pesca.

Art. 7.º A instalação e exploração comercial do frigorífico e da fábrica de gelo dos Entrepostos de Pesca poderão ser objeto de contrato com terceiros, mediante concorrência.

Art. 8.º Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 3.000:000\$000 (três mil contos de réis) para atender às despesas (Serviços e Encargos) com a execução do disposto na alínea e do art. 5º, do presente decreto-lei.

Parágrafo único. Para a execução dos demais itens do mesmo artigo, serão abertos créditos a medida que se tornarem necessários, dentro sempre do limite da arrecadação produzida pela taxa "Expansão da Pesca".

Art. 9.º Sobre o valor total das vendas em leilão nos Entrepostos Federais de Pesca, será cobrada uma percentagem de 5 % (cinco por cento) pelos leiloeiros, que as realizarem, de conformidade com o regulamento aprovado pelo decreto n. 704, de 24 de março de 1936.

§ 1.º Aos leiloeiros caberão, a título de honorários, 2/5 (dois quintos) da percentagem a que se refere o presente artigo e os 3/5 (três quintos) restantes serão por eles entregues à associação de classe dos pescadores, designada pelo ministro de Estado dos Negócios da Agricultura, afim de constituírem o fundo de uma caixa de crédito para pescadores e armadores da pesca.

§ 2.º Sobre o valor total das vendas que se efetuarem sem a interferência de leiloeiros, será cobrada uma quota de 3 % (três por cento), que deverá ser entregue pelo pescador à mesma associação para o fim indicado no § 1º do presente artigo.

Art. 10. A entrega da percentagem à entidade de classe, consoante o que determina o § 1º do art. 9º, do presente decreto-lei, será feita diariamente e terá por base a importância total das vendas realizadas cada dia pelos leiloeiros e pescadores.

§ 1.º O leiloeiro ou pescador que não recolher, no mesmo dia, essa percentagem, será impedido de ingressar no Entreposto e responsabilizado criminalmente.

§ 2.º Idênticas penalidades sofrerá aquele que sonegar qualquer importância de vendas do pescado.

Art. 11. Fica creada a Caixa de Crédito para pescadores e armadores de pesca, a qual funcionará com os recursos previstos no art. 9º.

Art. 12. O Ministério da Agricultura baixará instruções regulando o funcionamento da Caixa de Crédito, a que se refere o artigo anterior, a qual será fiscalizada pelo Serviço de Caça e Pesca.

Art. 13. Fica, desde já, estabelecido que a Caixa de Crédito, a que se refere o § 1º do art. 9º, só poderá operar com as seguintes finalidades:

- a) aquisição de material de pesca, gelo e combustíveis;
- b) aquisição de motores, acessórios e embarcações;
- c) montagem de pequenas indústrias de pesca e aproveitamento de sub-produtos;
- d) montagem de pequenos frigoríficos.

Art. 14. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de fevereiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 292 — DE 23 DE FEVEREIRO DE 1938

Regula o uso da ortografia nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. É obrigatório o uso da ortografia resultante do acordo, a que se refere o decreto n. 20.108, de 15 de junho de 1931, entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa, no expediente das repartições públicas e nas publicações oficiais de todo o país, bem como em todos os estabelecimentos de ensino, mantidos pelos poderes públicos ou por eles fiscalizados.

Parágrafo único. A acentuação gráfica, nos termos das bases do acordo de que trata este artigo, fica fixada nas regras, que acompanham este decreto-lei.

Art. 2º. Será publicado pelo Ministério da Educação e Saúde, e terá uso obrigatório, nos termos do art. 1º deste decreto-lei, um vocabulário ortográfico da língua nacional, no qual serão resolvidos os casos especiais de grafia não constantes do acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia das Ciências de Lisboa.

Art. 3º. A partir de 1 de junho de 1939, não serão admitidos, nos estabelecimentos de ensino oficiais ou reconhecidos oficialmente, livros didáticos escritos em ortografia diferente da referida no artigo 1º deste decreto-lei.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 23 de fevereiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

M. de Pimentel Brandão.

Gustavo Capanema.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

M. de Pimentel Brandão.

Fernando Costa.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 293 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 169:736\$900, para pagamento de gratificações adicionais a desembargadores do Tribunal de Apelação do Distrito Federal.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de cento e sessenta e nove contos setecentos e trinta e seis mil e novecentos réis (169:736\$900), para atender a despesas de "Pessoal", com o pagamento das gratificações adicionais devidas aos desembargadores do Tribunal de Apelação do Distrito Federal, como segue:

Antônio Angra de Oliveira	
Período de 14/1/1928 a 31/12/1937.....	134:169\$500
Elviro Carrilho da Fonseca e Silva	
Período de 1/1/1937 a 15/11/1937.....	11:781\$000
José Ovídio Marcondes Romeiro.	
Período de 1/1/1937 a 15/11/1937.....	11:781\$000
José Antônio de Sousa Gomes	
Período de 1/1/1937 a 21/11/1937.....	12:005\$400
	<hr/>
	169:736\$900

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1938; 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 294 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 27:080\$600, para pagamento dos vencimentos do redator-chefe dos Anais.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de vinte e sete contos oitenta mil e seiscentos réis (27:080\$600), para atender a despesas de "Pessoal", com o pagamento dos vencimentos do redator-chefe dos Anais, padrão L, do quadro único do referido ministério, relativos ao período de 8 de janeiro a 31 de dezembro do corrente ano.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Mario de Pimentel Brandão.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 295 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 105:000\$000, para despesas da Legação na América Central, com sede em Guatemala.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de cento e cinco contos de réis (105:000\$000), para atender, no corrente exercício, às despesas de "Material" da Legação na América Central, com sede em Guatemala, sendo:

a) Aluguel de casa, de janeiro a dezembro do corrente ano	90:000\$000
b) Expediente do mesmo período	10:000\$000
c) Organização de bibliotecas especializadas, referentes às seis Repúblicas centro-americanas..	5:000\$000
	<hr/>
	105:000\$000

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Mario de Pimentel Brandão.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 296 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1938

Transfere para a cidade de Campo Grande a sede da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos do sul do Estado de Mato Grosso, localizada em Corumbá, removendo para esta cidade a agência postal-telegráfica de 1ª classe, existente em Campo Grande.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica transferida para a cidade de Campo Grande, Estado de Mato Grosso, a sede da Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos, instalada em Corumbá, com o mesmo pessoal constante do quadro XII do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2.º Em consequência, fica igualmente transferida para a cidade de Corumbá a agência postal-telegráfica de 1ª classe, existente em Campo Grande, com o seguinte pessoal.

1 agente da classe "G";
1 ajudante da classe "F";
1 tesoureiro da classe "F".

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 297 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1938

Crêa no Ministério da Educação e Saúde o Quadro Suplementar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição decreta:

Art. 1º. Fica creado, no Ministério da Educação e Saúde, além dos oito quadros de pessoal ora existentes, um quadro novo, denominado Quadro Suplementar, no qual se incluirão todos os funcionários, cujos cargos devam ser extintos à medida que vagarem.

Parágrafo único. O Poder Executivo baixará decreto contendo a relação do pessoal de que trata o presente artigo.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 24 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 298 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 1.933\$900, para pagamento de gratificação adicional ao desembargador João Rodrigues do Lago.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de um conto novecentos e trinta e tres mil e novecentos réis (1:933\$900), para atender a despesas de "Pessoal" com o pagamento da gratificação adicional, relativa ao período de 12 de maio de 1927 a 13 de janeiro de 1928, devida ao desembargador da Justiça do Território do Acre, ora aposentado, João Rodrigues do Lago.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1938; 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 299 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 44:649\$600, para atender ao pagamento de vencimentos dos magistrados e serventuários da Vara Federal, em São Paulo.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de quarenta e quatro contos seiscentos e quarenta e nove mil e seiscentos réis (44:649\$600), para atender a despesas de "Pessoal", com o pagamento dos vencimentos relativos ao exercício de 1937, dos magistrados e serventuários da Vara Federal, na Seccção do Estado de São Paulo, criada pela lei número 488, de 26 de agosto de 1937.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1938; 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 300 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1938

Regula a concessão de isenção e redução de direitos aduaneiros

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

CAPÍTULO I

DA CONCESSÃO EM GERAL

Art. 1º. As isenções e reduções de direitos de importação para consumo somente serão concedidas às mercadorias e materiais se estiverem clara e expressamente incluídos nas disposições do presente decreto-lei, constarem de disposição ou concessão especial de lei, ou de contratos já celebrados com o Governo Federal.

Parágrafo único. Na expressão — *direitos de importação para consumo* — compreende-se somente o imposto de que trata o inciso 1 do art. 1º das leis orçamentárias da receita geral da República.

Art. 2º. Na concessão de isenção e redução de direitos de importação, o inspetor da Alfândega tomará as cautelas fiscais que julgar convenientes.

Art. 3º. É da competência dos inspetores das alfândegas a concessão das isenções e reduções de direitos de importação para consumo e taxas aduaneiras, salvo quando a importação se fizer pelo serviço de *colis postaux*, cuja secção estiver subordinada à Delegacia Fiscal do Estado, caso em que essa competência será do respectivo delegado fiscal.

Parágrafo único. O Ministro da Fazenda poderá atribuir essa competência aos administradores das mesas de rendas, sempre que o interesse público o exija.

Art. 4º. O inspetor da Alfândega poderá reduzir as quantidades e excluir do pedido de isenção ou de redução de direito as mercadorias ou materiais que lhe pareçam não enquadrados nos limites ou dispositivos legais reguladores da matéria, salvo se existir cláusula contratual sobre a qual tenha havido decisão administrativa ou arbitral.

Art. 5º. Não será atendida solicitação de isenção ou redução de direitos feita por telegrama, ou que não tenha obedecido a todas as exigências deste decreto-lei, ainda mesmo dos governos estaduais, municipais ou do Distrito Federal, salvo caso especial devidamente justificado.

Parágrafo único. Não se dará isenção ou redução de direitos a mercadorias ou materiais que ainda não tenham sido encomendados ou chegados ao porto de destino.

Art. 6º. Observadas as exceções previstas nos contratos vigentes nos arts. 4º e 5º das disposições preliminares da Tarifa das Alfândegas e no presente decreto-lei, os favores concedidos não compreenderão, quaisquer que sejam os termos das leis, decretos, regulamentos ou contratos:

a) as mercadorias, matérias primas ou materiais dos quais houver similar na produção nacional, em quantidade suficiente para suprir as necessidades constantes dos serviços e das obras favorecidas com isenção ou redução de direitos;

b) as mercadorias e materiais que já tenham sido despachados mediante pagamento integral dos direitos devidos, salvo se o chefe da repartição houver denegado o favor e o interessado haja usado dos recursos facultados em lei;

c) as mercadorias e materiais que não forem importados diretamente, isto é, com a consignação nominativa de quem pleitear o favor, o que será provado pelo conhecimento de carga.

§ 1º. O disposto neste artigo não se aplica às embarcações de guerra de nações amigas.

§ 2º. As exceções contidas na letra a deste artigo não se aplicam às mercadorias e materiais referidos nos incisos 2 a 18, 26 a 31, 33, 34, 36 a 40, 42, 44 e 47 a 51, do art. 11 e incisos 1, 2, 11, 13, 16 e 17, do art. 12.

§ 3º. Independem da condição da letra c, deste artigo, as mercadorias e materiais referidos nos incisos 2 a 17, 28, 33, 38, 42 a 44 e 46 a 48 do art. 11 e incisos 1, 2, 13, 16 e 17, do art. 12, art. 14 e os declarados livres pela Tarifa das Alfândegas.

Art. 7º. A isenção ou redução de direitos de importação para aplicação ou emprego por mais de um ano só será concedida se se tratar de material de consumo imprevisto ou de difícil previsão.

Art. 8º. As mercadorias e materiais importados com os favores deste decreto-lei, salvo as exceções nele previstas, não poderão ser objeto de cessão, empréstimo ou venda, sem o prévio pagamento dos direitos integrais, exceto aos igualmente beneficiados.

Parágrafo único. Essas mercadorias e materiais poderão, todavia, ser vendidos a terceiros, mediante prévia autorização da autoridade competente e pagamento dos direitos, segundo o valor que tiverem na época, atendida a sua depreciação decorrente do uso. Essa avaliação será procedida por funcionários da Seção de Isenção de Direitos, designados pelo chefe da Repartição.

Art. 9º. A administração federal, estadual ou municipal não poderá estabelecer em seus contratos cláusulas concessivas ou promitentes de isenção ou redução de direitos de importação para consumo ou taxas aduaneiras, sem expressa autorização em lei federal, considerando-se nulas ou insubsistentes as que contrariarem este dispositivo.

Art. 10. Sempre que houver qualquer novação, modificação ou alteração nos contratos celebrados entre o Governo e as empresas, companhias, associações, firmas ou particulares em que haja cláusula de isenção ou de redução de direitos de importação para consumo ou taxas aduaneiras, fica implicitamente compreendido que, haja ou não estipulação expressa, não serão consignados favores maiores do que os concedidos pelo presente decreto-lei, sendo obrigatória a audiência prévia e parecer favorável do Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO II.

DAS ISENÇÕES DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO E DEMAIS TAXAS ADUANEIRAS

Art. 11. Será concedida isenção de direitos de importação para consumo e demais taxas aduaneiras:

1) às mercadorias e materiais que forem importados por conta da União para o serviço da República;

2) à platina, ouro e prata, em mina, pó, barra, resíduos ou de qualquer outro modo em bruto ou em obras inutilizadas;

3) ao papel-moeda, títulos e papéis de crédito, nacionais e estrangeiros;

4) às obras velhas de qualquer metal fino, estando inutilizadas;

5) aos objetos de uso próprio, que trouxerem em sua bagagem, ao chegarem ao território brasileiro; os embaixadores, ministros, encarregados de negócios, secretários e adidos a missões diplomáticas junto ao Governo da República;

6) às mercadorias que importarem diretamente, para uso próprio, os embaixadores, ministros e encarregados de negócios, acreditados junto ao Governo da República, e às que, nas mesmas condições, importarem os secretários e adidos às embaixadas e legações, desde que haja reciprocidade do favor aos nossos representantes dessa última categoria, nos seus países;

7) aos móveis e outros objetos de uso próprio dos cônsules gerais, cônsules e vice-cônsules de carreira, importados diretamente para sua primeira instalação;

8) aos objetos de escritório diretamente importados pelas missões diplomáticas e consulados de carreira no Brasil para o respectivo expediente;

9) às mercadorias e peças acessórias importadas para uso de aeronaves, navios de guerra e navios-escolas ainda que mercantes, de nações amigas, e de embarcações de recreio que viajam sob o pavilhão da Marinha de Guerra, bem como de suas respectivas tripulações; as que forem importadas diretamente pelas empresas telegráficas para uso dos navios destinados ao lançamento e manutenção de sua rede de cabos submarinos e da respectiva tripulação, mediante requisição dos gerentes das companhias e certificado da repartição competente do Ministério da Viação, declaratório de estarem tais embarcações naqueles serviços;

10) às amostras de nenhum ou diminuto valor, considerando-se como tais os fragmentos ou parte de qualquer mercadoria, em quantidade estritamente necessária para dar a conhecer sua natureza,

espécie e qualidade e cujos direitos totais não excedam de 5\$000;

11) as encomendas postais contidas em um volume e cujos direitos não excedam o limite do inciso anterior;

12) às mercadorias pertencentes à carga de embarcações procedentes de portos da República e arribadas a outro ou naufragadas, desde que não haja dúvida sobre a origem nacional de tais mercadorias e salvados;

13) às mercadorias de produção nacional exportadas para portos brasileiros, em trânsito por território estrangeiro, exceto o xarque;

14) às peças usadas do vestiário, os objetos, utensílios, instrumentos do uso pessoal e profissional, os livros científicos e literários, contanto que não haja mais de um exemplar de cada obra, os livros mercantis escriturados e quaisquer manuscritos, os retratos de família, as joias e baixelas com sinais de uso, os baús, malas, sacos, cestas e cadeiras de viagem, que fizerem parte da bagagem dos passageiros;

15) aos móveis ordinários e usados, objetos de uso doméstico, instrumentos agrícolas e profissionais, que fizerem parte da bagagem dos colonos e pessoas de sua família, que vierem residir na República, em quantidade e qualidade proporcionais à sua situação;

16) à roupa, malas, baús e sacos de viagem, tudo usado, do comandante e pessoal da tripulação dos navios; aos instrumentos náuticos, livros, cartas, mapas e utensílios próprios de seu uso e profissão, quer os conservem a bordo, quer os retirem ou levem consigo, quando deixarem os navios em que servirem, bem como dos que hajam falecido fora do País;

17) aos objetos de uso próprio, inclusive automóvel, trazidos pelos funcionários do corpo diplomático e consular brasileiro, que forem transferidos para a Secretaria de Estado das Relações Exteriores; o mesmo benefício gozarão os funcionários de outras secretarias, ao regressarem ao país, quando dispensados de qualquer comissão de caráter efetivo exercida no exterior;

18) às obras de arte de pintura, escultura e semelhantes produzidas no estrangeiro por artistas nacionais e às de igual natureza de autores estrangeiros introduzidas por estabelecimentos de instrução e propaganda de belas artes, mediante certificado expedido pela Escola Nacional de Belas Artes, aos desenhos, esboços, maquetes ou modelos, acabados ou não no estrangeiro, de artistas nacionais, que retornem ao país;

19) aos livros, modelos, móveis, máquinas, materiais de laboratório, drogas, reativos, vacinas, culturas e quaisquer outros materiais destinados à instrução, estudo e experiências científicas, quando importados por estabelecimentos públicos, mantidos pelos governos estadual ou municipal, ou equiparados aos congêneres federais;

20) aos maquinismos, aparelhos, ferramentas, instrumentos e materiais importados pelas empresas, companhias ou firmas, que explorarem a indústria de extração do petróleo, do carvão mineral, fabricação de cimento e de vidro plano, observadas as condições estabelecidas no Capítulo VI;

21) aos maquinismos, seus sobressalentes e acessórios: aparelhos de movimento e transmissão; vagonetes com os respectivos sobressalentes; toda e qualquer substância química, drogas, reativos, metais e metaloides empregados no tratamento do minério do ouro e de outros metais preciosos; ferramentas; instrumentos, utensílios, chapéus e lâmpadas para mineiros; lubrificantes; vasilhames e envasamentos dos líquidos importados com isenção de direitos e taxas;

quaisquer outros artigos e materiais destinados à extração e ao tratamento do minério, transporte, segurança, trabalho e custeio das empresas, observadas as condições e exigências do Capítulo VII;

22) ao material destinado à combustão, destilação e gaseificação eficientes dos combustíveis nacionais, bem como à destilação e gaseificação do *schisto* betuminoso nacional, a juízo do Ministério da Agricultura;

23) aos materiais adequados à fabricação, no país, de tonéis, tambores, vasilhames, tanques e navios-tanques, exclusivamente destinados à guarda e transporte de álcool anidro, ouvidos o Instituto do Açúcar e do Alcool e a Comissão de Similares; aos aparelhos destinados à fabricação do álcool anidro; ao material julgado necessário ao melhoramento das destilarias atuais, bem como aos desidratantes do álcool; vagões-tanques, tambores, tonéis, tanques e vasilhames de ferro ou aço estanhado duplamente a fogo, os de ferro ou aço revestidos de vernizes especiais e os fabricados com ligas especiais de alumínio, destinados exclusivamente à guarda e transporte de álcool anidro. Esses materiais devem trazer, em alto relevo, ou de forma perfeitamente visível, a indicação — especial para álcool anidro — ou outra equivalente, para evitar a sua aplicação a fim diverso, ficando compreendido que os favores aqui mencionados só serão concedidos enquanto não houver fabricação no país, a juízo da Comissão de Similares. É indispensável, em todos os processos da isenção referida, a audiência do Instituto do Açúcar e do Alcool, que expedirá um certificado de verificação;

24) aos aparelhos, drogas e utensílios de laboratório destinados ao serviço de fiscalização técnica e controle da fabricação do açúcar e do álcool, bem assim aos materiais descritos no inciso anterior, importados pelo Instituto do Açúcar e do Alcool para os seus respectivos serviços;

25) aos materiais, combustíveis e lubrificantes importados pelo Lloyd Brasileiro, necessários ao tráfego dos seus navios e às suas oficinas, bem como aos que, para o mesmo fim, forem importados pelas demais companhias brasileiras de navegação que executem serviços de transportes marítimos ou fluviais em virtude de contratos com a União, dos quais conste essa concessão;

26) aos materiais, importados pela Fundação Rockefeller e bem assim a quaisquer artigos e objetos trazidos pelo seu pessoal médico com as respectivas bagagens;

27) aos materiais importados para os serviços científicos, hospitalares e ambulatórios da Fundação Gaffrée e Guinle e Hospital dos Funcionários Públicos, Centro Internacional de Leprologia do Rio de Janeiro;

28) às injeções, vacinas, sôros e remédios específicos, de aplicação exclusiva no tratamento do câncer, sífilis, tuberculose e lepra, reconhecidamente autênticos e aprovados pelo Ministério da Educação e Saúde;

29) aos mostruários trazidos pelos caixeiros viajantes e ao material cênico e animais pertencentes a companhias teatrais ou de outras diversões; às obras de arte, de pintura, escultura e semelhantes, destinadas à exposição de iniciativa particular ou não, bem assim os instrumentos trazidos por profissionais em excursões artísticas; aos animais e mercadorias destinados a figurar em exposições, feiras, *raids* e outros "cerlaments" que se fizerem no País, por iniciativa dos governos federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, escolas superiores, associações científicas, industriais, agrícolas e congêneres, na forma do Capítulo XIX;

30) aos automóveis e motocicletas de propriedade e uso pessoal dos que vierem ao território nacional, em viagem de recreio, na

no Brasil, tenham saído para o estrangeiro, na forma do mesmo capítulo;

31) aos produtos e sub-produtos da pesca das embarcações nacionais;

32) ao material terrestre ou marítimo destinado ao aparelhamento dos corpos, companhias ou associações de bombeiros mantidos ou subvencionados pelos cofres públicos, mediante requisição do poder executivo local;

33) às vacinas, soros, medicamentos específicos de uso veterinário, empregados na profilaxia e tratamento da febre aftosa, aborto epizootico, mal de cadeia, d'urina e outras zoonoses, reconhecidamente autênticos e aprovados pelo Ministério da Agricultura, mediante requisição do mesmo Ministério;

34) aos animais destinados a jardins zoológicos ou experimentações científicas, os quais, mortos, serão entregues aos museus públicos: às estampas, quadros, mostruários, modelos anatômicos e animais de qualquer espécie empalhados, dissecados, mumificados, conservados em álcool ou por outro processo, para ensino, estudo ou próprios para gabinetes escolares e museus de história natural, quando importados por estabelecimentos de instrução pública;

35) ao papel comum, branco, branco ou de cor, áspero, calandrado, *couché*, assetinado ou liso, que contenha em toda a sua largura ou comprimento, linha d'água (*verge*), até as dimensões de 0m,05, ou 0m,05, ou contenha, visivelmente legível, o nome do jornal ou revista a que se destinar, com espaço máximo de 0m,20 em 0m,20, observadas as formalidades do Capítulo XVII;

36) aos modelos de máquinas, de embarcações, de instrumentos e de qualquer invento ou melhoramento feito nas artes;

37) às coleções científicas de história natural, numismáticas e de antiguidades; às estátuas e bustos de quaisquer matérias, que forem destinadas a exposições temporárias;

38) aos livros de propaganda e *films* cinematográficos, instrutivos, que se ocupem exclusivamente do Brasil, mediante requisição do Ministério da Educação e Saúde;

39) aos livros, instrumentos e utensílios de uso próprio dos literatos, cientistas ou de qualquer sábio que venha explorar a natureza brasileira, mediante requisição do Ministério da Agricultura;

40) aos livros didáticos e científicos, importados diretamente pelas escolas superiores de ensino, oficiais ou equiparadas, para uso exclusivo de seus alunos, sem qualquer lucro, não podendo o aluno adquirir mais de um exemplar de cada obra;

41) aos livros, modelos, móveis, aparelhos, máquinas e material escolar destinados ao ensino público em estabelecimentos de instrução popular, gratuita, mantidos por associações, mediante requisição do Ministério da Educação e Saúde;

42) aos cartões cortados, livros e músicas, avulsos, brochados, cartonados ou encadernados, almanaques ou folhinhas, jornais, periódicos e revistas com caracteres em relevo, sistema Braille; às máquinas para impressão dos referidos caracteres e aos aparelhos, tais como: optofontos, fotoeletrografos, livros sonoros ou falantes, seus pertences e partes, inclusive *films* e discos, tudo para instrução dos cegos;

43) aos instrumentos e máquinas agrícolas, tais como: abacadeiras, arados, arrancadeiras de tocos ou de tubérculos, carpidadeiras, ceifadeiras, charruas, escarificadeiras, cultivadeiras, extirpadeiras, grades com dentes rígidos ou flexíveis, plantadeiras, rolos

Croskill, Cambridge e semelhantes; semeadeiras, sulcadeiras, tratores, transplantadeiras e semelhantes;

44) aos arbustos, árvores e plantas vivas, de qualquer espécie, exceto os destinados a jardins;

45) às máquinas, decalcomanias, fitas de marcar, *clchés* e carimbos especiais, fôlhas douradas, prateadas ou aluminadas, destinados exclusivamente à marcação de tecidos e seus artefatos e aplicação nos produtos da fábrica importadora;

46) aos adubos; orgânicos naturais, tais como: guano, ossos, calcinados em branco, resíduo de carne ou peixe pulverizados e semelhantes; e químicos, minerais ou orgânicos, naturais ou artificiais, tais como: cianamida de cálcio, escórias Tomas, guanos artificiais, nitratos impuros de potássio e de sódio ou salitre do Chile, sulfonitrato de amônio, superfosfato de cálcio mineral ou ossos e outros, simples ou complexos, reconhecidos de aplicação na agricultura;

47) às mercadorias de produção nacional e às estrangeiras nacionalizadas pelo pagamento dos direitos devidos, que, tendo sido exportadas, regressarem ao país dentro de um ano, contado da data de sua saída de porto nacional, desde que possam ser perfeitamente identificadas;

48) ao quinino e seus sais *in natura*, quando importados por instituições oficiais ou oficializadas;

49) aos nitratos de sódio, necessários à fabricação de produtos aproveitáveis à defesa nacional, a juízo do Ministério da Guerra ou da Marinha;

50) aos animais reprodutores, importados por criadores como tais registrados no Ministério da Agricultura, e que provem possuir campo de criação mediante certificado do mesmo Ministério. Se ficar apurado que os animais tiveram destino diverso, serão aplicadas ao importador as penas do art. 68, letra a, deste decreto-lei;

51) aos objetos, medicamentos, aparelhos e material científico importados pelo Centro Internacional de Leprologia do Rio de Janeiro, para os seus respectivos serviços e bem assim a quaisquer artigos e objetos trazidos com as respectivas bagagens, pelos membros estrangeiros da Comissão de direção do Centro e funcionários ou técnicos pela mesma nomeados.

CAPÍTULO III

DA ISENÇÃO DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

Art. 12. Será concedida isenção de direitos de importação para consumo:

1) aos livros em brochuras, editados em Portugal, e às obras originais de caráter literário e artístico, compreendidas na classificação estabelecida pelas convenções internacionais assinadas pelo Brasil;

2) às frutas frescas originárias de países que tenham acordo com o Brasil, ou dêem às brasileiras o mesmo tratamento;

3) aos maquinismos, seus sobressalentes e acessórios; aparelhos de movimento e transmissão; vagonetes com os respectivos sobressalentes; toda e qualquer substância química, drogas, reativos, metais e metalóides empregados no tratamento do minério; ferramentas, instrumentos, utensílios, chapéus e lâmpadas para mineiros; lubrifi-

cantes e quaisquer outros artigos ou materiais destinados à extração e ao tratamento do minério, transporte, segurança, trabalho e custeio das empresas que explorarem a indústria da mineração em geral, observadas as condições e exigências do capítulo VII;

4) aos maquinismos, aparelhos, instrumentos destinados à extração, seleção e preparação da madeira; à construção, instalação e funcionamento das fábricas e estações de energia elétrica; à montagem dos laboratórios de química, destinados à fabricação da celulose, por processos químicos de preparação, empregando exclusivamente vegetais do país, observadas as regras do Capítulo VIII;

5) aos maquinismos e aparelhos necessários às primeiras instalações de maltearias, dotadas de todas as exigências moderna, para fabricação de cerveja, com cevada nacional, observadas as condições do Capítulo IX;

6) às esteiras de palha ordinária de trigo, aveia e centeio, sem preparo ou alveamento, conhecidas sob denominação de palhões, que se destinarem à embalagem ou acondicionamento de cachos ou palmas de banana destinados a exportação, observando-se o que determina o capítulo X;

7) aos maquinismos, aparelhos e materiais necessários à exploração do fabrico do óleo de linhaca e outros vegetais, desde que sejam empregadas exclusivamente sementes de produção nacional, observadas as condições do Capítulo XI;

8) aos maquinismos, aparelhos e materiais necessários às primeiras instalações das fábricas de produtos da soda cáustica e seus sub-produtos e as do extrato de quebracho, observadas as condições do Capítulo XII;

9) às aeronaves montadas ou desmontadas, motores e peças respectivas, gasolina apropriada, óleo, lubrificante especial, pneumáticos de aviões, aparelhos radio-telegráficos usados na aviação, instrumentos de navegação aérea, aparelhos salvavidas para aeronaves, postes, material para produção de gás, material e ferramentas para faróis e demais apetrechos para sinalação de aeródromos e hangares, e oficinas reparadoras, quando importados por empresas, companhias ou firmas, que tenham concessão para explorar o serviço de navegação aérea no país e se comprometam a dar 50 % de abatimento no preço de suas passagens aos funcionários públicos civis ou militares, quando viajarem em objeto de serviço, mediante requisição do respectivo Ministério;

10) às máquinas de compor (linotipos, intertipos e monotipos) e de impressão tipográfica (planas, rotativas), e as peças avulsas para substituição pelo uso, aos prelos, tipos, fontes de matrizes, aparelhos de estereotipia (*clicherie*), cortadores, serras, flans, chamfradores tipográficos, matrizes de papelão para estereotipia, cortiça para calandra, frisos de couro ou de borracha para máquinas de impressão, importados pelas empresas jornalísticas para uso dos seus periódicos;

11) aos medicamentos e aparelhos importados pelos Estados e Municípios e mesas administrativas de estabelecimentos de caridade ou assistência hospitalar gratuita, não se estendendo o favor às sociedades, confrarias, ordens, irmandades e outras associações cujos associados contribuam para a sua manutenção;

12) às redes, linhas, fios, anzóis e mais aparelhos de pesca; às máquinas necessárias à confecção dos instrumentos acima mencionados; aos motores, máquinas e mais material necessário ao serviço da pesca e de conserva do pescado e aproveitamento industrial dos

produtos aquáticos, inclusive combustíveis e lubrificantes, observadas as condições do capítulo XVIII;

13) sementes para agricultura ou horticultura, rizomas, tubérculos e estacas importados por agricultores, associações ou sindicatos agrícolas, excetuados as destinadas a jardins mediante requisição do Ministério da Agricultura;

14) ao material necessário à prática de desportos náuticos e terrestres, importado por sociedades de amadores, para uso de seus associados, reconhecidas de utilidade pública pelos governos federal ou estaduais;

15) às máquinas de fiação e ressecadores de casulos e utensílios para sericicultura, mediante requisição e condições estabelecidas pelo Ministério da Agricultura;

16) aos óvulos do bicho da seda;

17) aos enxames de abelhas de raça e seus acondicionamentos apropriados, quando importados por apicultores, mediante certificado Ministério da Agricultura;

CAPITULO IV

DAS REDUÇÕES DE DIREITOS DE IMPORTAÇÃO PARA CONSUMO

Art. 13. Será concedida redução de direitos de importação, estabelecidos na Tarifa das Alfândegas.

§ 1º. Pagando 15 % sobre os direitos:

1) aos maquinismos, aparelhos, ferramentas e utensílios destinados ao aperfeiçoamento do fabrico de açúcar e à construção ou melhoramentos dos engenhos centrais, importados por agricultores ou empresas agrícolas;

2) aos maquinismos, aparelhos e acessórios e ingredientes necessários à refinação da borracha em bruto e os importados para a fabricação de artefatos de borracha e produção de pneumáticos, câmaras de ar, maciços ou rodados para automóveis, compreendendo os acessórios e ingredientes, não só as substâncias químicas como todas as substâncias outras que sejam necessárias ao preparo da borracha e fabrico de seus artefatos, como lona cordonel de algodão crú, válvulas de cobre, paninhos transparente de algodão para envoltório de vulcanite e fio de aço cobrado;

3) ao material importado para o plantio, cultivo e beneficiamento da borracha, caucho ou balata, na forma do Capítulo XV.

§ 2º. Pagando 25 % do direitos:

Ao material rodante e de tração, inclusive acessórios destinados à construção, conservação e renovação e exploração do serviço de transportes, quer de cargas, quer de passageiros, em estradas de ferro comum ou de viação urbana, exploradas pelos Estados, pelo Distrito Federal ou municípios, diretamente ou por meio de empresas delegadas ou concessionárias deles ou do Governo Federal.

§ 3º. Pagando 50 % sobre os direitos:

1) aos materiais, maquinismos, peças manufaturadas, importados para construções, execução, custeio, exploração e conservação dos serviços públicos de transporte, fornecimento de água, esgoto, luz, telefone, energia elétrica, telefonia, telefones, radio-telefonia e radio-tele-

grafia, executados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios, diretamente ou por empresas delegadas ou concessionárias dos mesmos ou do Governo Federal;

2) ao asfalto ou betume importado pelos governos dos Estados dos Municípios ou do Distrito Federal, destinado ao calçamento de ruas e logradouros públicos, observado o Capítulo XVI;

3) às máquinas, instrumentos, aparelhos, utensílios, matéria para envoltório, folha de Flandres, veículos destinados exclusivamente ao transporte dos produtos e materiais necessários à construção e funcionamento de entrepostos e fábricas de produtos cárnis e seus derivados, quando importados por associações de classe, constituídas de criadores, invernadores, grangeiros e outros proprietários rurais, que tenham por fim a intensificação da indústria e do comércio de produtos derivados do animal de corte ou de açougue.

Art. 14. Os preparados complexos de enxofre, de sulfato de cobre, o fósforo branco ou amarelo em cilindros e outros apropriados à destruição de carrapatos, formigas e insetos nocivos à lavoura como tais reconhecidos pelo Ministério da Agricultura, pagarão, de direitos de importação, a taxa de 200 réis por quilo, considerada específica, dependendo a concessão do favor de expedição de circular do Ministério da Fazenda.

Art. 15. O arame ovalado entre 2 e 6 mm. de eixo, destinado a cercas e trabalhos de lavoura e pecuária, quando importado por agricultores, criadores, associações ou federações devidamente registradas no Ministério da Agricultura, pagará a taxa de \$160, papel, por quilo, taxa esta considerada específica para os efeitos regulamentares.

Art. 16. O fio sizal destinado exclusivamente a ceifadeiras e atadeiras, quando importado por agricultores devidamente registrados no Ministério da Agricultura, pagará a taxa de \$400, papel, por quilo, taxa essa considerada específica.

Art. 17. O papel especial, bem como os sacos próprios à embalagem de frutas nacionais, importado por sindicatos de fruticultores e pelos exportadores de frutas do país contendo as dimensões e dizeres estabelecidos pelo Ministério da Agricultura e declarados em circular pelo da Fazenda, pagarão de direitos de importação taxa de 400 réis, por quilo, taxa essa considerada específica.

CAPÍTULO V

DO PROCESSO PARA CONCESSÃO DE ISENÇÃO E REDUÇÃO DE DIREITOS

Art. 18. As isenções de direitos dos materiais importados pelo Governo Federal serão concedidas à vista de requisição dos Ministros de Estado ou chefes de serviço, aos quais haja sido delegada essa atribuição, sem prejuízo da requisições feitas pelo presidente da Comissão Central de Compras.

Art. 19. As isenções ou reduções de direitos dos materiais importados pelos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, serão concedidas à vista de requisição dos respectivos chefes do Poder Executivo.

Art. 20. Das requisições deverão constar: o dispositivo legal em que assenta o pedido, acompanhando-as uma relação, em duplicata, indicando o nome e nacionalidade do vapor e data de sua entrada no porto; armazem ou local onde estejam depositados os volumes e sua

marca, número, quantidade e espécie; quantidade e especificação do material com a declaração do peso ou medida e valor.

Art. 21. Serão processadas mediante portaria, observadas as formalidades essenciais ao despacho (avervação do manifesto, apresentação dos documentos aduaneiros e conferência) as isenções de direitos das mercadorias importadas como carga;

a) pelos embaixadores, ministros, encarregados de negócios, secretários e adidos às missões diplomáticas acreditadas junto ao Governo da Republica; pelos cônsules gerais, cônsules ou vice-cônsules de carreira, de nações amigas, quando requisitadas pelo Ministério das Relações Exteriores;

b) pelas missões militares, quando requisitadas pelos Ministérios interessados ou pelos chefes das referida missões, se assim estiver estipulado em contrato ou ajuste;

c) pela Fundações Rockefeller e Gaffrée e Guinle, Hospital dos Funcionários Públicos, Centro Internacional de Leprologia do Rio de Janeiro e outros congêneres, legalmente constituídos, quando requisitadas pelos seus chefes ou diretores;

d) pelos cônsules, ou na ausência destes, pelos comandantes das aeronaves, belonaves, navios-escolas e embarcações de recreio sob o pavilhão da marinha de guerra de nações amigas.

Parágrafo único. As mercadorias importadas como bagagem e encomendas postais serão desembaraçadas mediante despachos dos chefes das repartições, exarados nas próprias requisições, solicitando a concessão do favor.

Art. 22. As demais isenções ou reduções de direitos, serão processadas mediante requerimento que indicará:

a) o nome da empresa, sociedade, companhia, firma ou particular que pretende o favor, sua sede social ou escritório;

b) o nome e nacionalidade do navio que conduziu o material e data da sua entrada;

c) armazem ou local onde se acham depositados;

d) o local dos serviços e o fim a que é destinado o material;

e) dispositivo legal ou contratual em que se funda o pedido;

f) data do registro do contrato, no Tribunal de Contas, quando houver.

§ 1º. Ao requerimento acompanhará:

a) a relação, em duplicata, devidamente selada, sem emendas, nem rasuras, do material a despachar com indicação da marca, numeração, quantidade, espécie e peso bruto de cada volume; quantidade, qualidade, peso real ou legal ou medida e o valor das mercadorias, em algarismos e por extenso;

b) planta e orçamento das obras ou serviços a serem instalados ou modificados, quando disso se tratar.

§ 2º. Quando se tratar de serviço a ser executado em virtude do contrato celebrado com o Governo estadual, municipal ou do Distrito Federal, essas relações deverão trazer o visto do fiscal respectivo, se houver.

Art. 23. A concessão de isenção ou redução de direitos será precedida, de certificado técnico passado no verso das duas vias da relação de material, pagando-se em ambas as vias, e declarando:

a) natureza e aplicação do material e característicos inerentes ao serviço ou obra a que se destinar, e si se trata de material manufaturado de matérias primas ou produtos naturais;

b) se o pedido está em quantidade relativa ao plano dos serviços, ou obras, quando for o caso;

c) que o material foi examinado, em presença de funcionário aduaneiro, nominalmente indicado, no local em que se achar depositado, em se tratando de certificado expedido na forma da letra c do art. 24.

Parágrafo único. Não serão exigidos esses certificados para as mercadorias e materiais compreendidos nos incisos 1 a 17, 25 a 40, 44 e 46 a 51, do art. 11, e incisos 1, 2, 6, 11 e 13 a 17, do art. 12 e arts. 14 a 17.

Art. 24. Os certificados técnicos serão passados:

a) os referentes às empresas, companhias ou firmas fiscalizadas pelo Governo Federal, pelas respectivas repartições fiscalizadoras, dentro do prazo de oito dias, sob pena de responsabilidade pessoal do funcionário certificante;

b) os referentes às empresas, companhias ou firmas que tenham assinado contrato com o Governo Federal, do qual exista cláusula de fiscalização permanente, pelos respectivos fiscais, no prazo de oito dias, sob pena de dispensa das funções do fiscal; e

c) os demais pelo técnico designado pelo inspetor da Alfândega, devendo ser passados com precisão e clareza, e apresentados no prazo máximo de cinco dias, contados na data do recebimento do processo, em protocolo, sob pena de transferência do serviço a outro técnico, perda de remuneração e cancelamento do registro de seu título, na Alfândega.

Parágrafo único. Poderá ser dispensado o certificado técnico, no caso da alínea c, quando se verificar que os materiais têm aplicação inconfundível e são de fácil distinção.

Art. 25. Ouvido o manifesto e apreciado o mérito do processo pelo serviço de isenções, na forma da legislação vigente, subirá, incontinenti, a despacho final do inspetor da Alfândega.

§ 1º. Concedido o favor, será formulado o despacho respectivo, como se fosse pagar direitos integrais, e, a seguir, calculados os direitos que forem de fato devidos tendo em vista o despacho do inspetor.

§ 2º. Ao despacho de que trata o parágrafo anterior, será colado, obrigatoriamente, o processo concessivo da isenção ou redução, ficando a 2ª via da relação junta às faturas e conhecimentos de carga, com a cópia da decisão final proferida pelo inspetor.

§ 3º. Pagos os tributos devidos e numerados o despacho, voltará o processo ao chefe do serviço de isenções para as necessárias anotações, o que feito, subirá à distribuição.

§ 4º. Os documentos aduaneiros serão anexados ao respectivo processo. Quando o interessado preferir organizar mais de um processo para mercadorias contidas na mesma fatura consular, deverá apresentar todos os pedidos na mesma oportunidade, sendo colados os documentos aduaneiros a um dos processos e fazendo o empregado do manifesto referência a essa circunstância nos demais.

CAPÍTULO VI

DAS EMPRESAS, COMPANHIAS OU FIRMAS QUE explorem a indústria de extração do petróleo, do carvão mineral, fabricação de cimento e de vidro plano

Art. 26. As empresas, companhias ou firmas constituídas ou que se constituírem, no país, para a indústria de extração de petróleo, de carvão mineral, fabricação de cimento e de vidro plano, serão concedidos os favores do inciso 20 do art. 11, pelo prazo de cinco anos, desde que, além das obrigações de caráter geral, satisfaçam, mediante contrato, as seguintes:

a) fazer prova da existência legal da empresa, companhia ou firma, com certidão do seu registro ou documento hábil que o supra;

b) provar que tem capital realizado mínimo de dez mil contos de réis (10.000:000\$000);

c) apresentar, em duplicata, ao exame do Ministério da Agricultura que, depois de aprovados, os remeterá ao da Fazenda, todos os planos, orçamentos, especificações e mais detalhes concernentes à construção, instalação e funcionamento das fábricas, inclusive ampliações, alterações ou modificações, os quais serão considerados aprovados, para todos os efeitos, se não tiverem sido impugnados por despacho ministerial, dentro do prazo de sessenta dias, contados da data da apresentação à repartição competente, responsabilizado o funcionário causador da demora por qualquer prejuízo, que em consequência venha a sofrer a Fazenda Nacional;

d) vender ao Governo Federal, para as suas necessidades, até 30 % da produção anual das fábricas, a preços nunca superiores e condições nunca inferiores àqueles pelos quais estejam vendendo aos atacadistas o produto de sua fabricação;

e) sujeitar-se à fiscalização do Governo, franqueando ao fiscal ou a qualquer funcionário devidamente autorizado, as dependências e a escrita do estabelecimento, no que se refere ao objetivo do contrato, prestando ainda todas as informações e esclarecimentos necessários;

f) empregar, nos seus serviços, pelo menos 80 % de operários brasileiros e manter nas fábricas, até 10 menores aprendizes, bem como três técnicos que tiverem concluído o curso de engenharia industrial, modalidade de indústrias químicas, com as melhores notas, na Escola Politécnica da Universidade do Rio de Janeiro ou em outras a esta equiparadas, ou no curso de química anexo à Escola Superior de Agricultura e Medicina Veterinária ou em outros cursos a este equiparados, pelo prazo de um ano, cada um, e com a gratificação não inferior a 500\$ mensais a cada um desses técnicos, devendo os diretores das escolas fazer as propostas ao ministro da Fazenda, para a competente designação, até 15 de abril de cada ano;

g) caucionar no Tesouro Nacional, antes da assinatura do contrato e para garantia de sua execução, a quantia de cem contos de réis (100:000\$000); e, adiantadamente, a quota anual de dezoito contos de réis (18:000\$000), para despesas de fiscalização.

§ 1º. As empresas, companhias ou firmas que explorarem a indústria de fabricação de cimento, ficam ainda obrigadas a:

a) instalar, dentro de um ano, contado a partir da data da assinatura do contrato, fábricas com capacidade mínima anual de vinte e cinco mil (25.000) toneladas;

b) empregar matéria-prima exclusivamente nacional;

c) provar que dispõem de jazidas de calcáreo e argila que se prestem ao fabrico de cimento, capazes de abastecer a respectiva fábrica, durante o período de quinze anos, com a produção acima fixada; e

d) não lançar ao consumo o cimento produzido, sem prévia autorização do engenheiro fiscal, que certificará a composição, qualidade, densidade, grau de pulverização, resistência e tração, deformação a frio e a quente, especificações estas que não poderão ser contrárias às que forem estabelecidas pelo Governo.

§ 2º. As empresas, companhias ou firmas que explorarem a indústria da fabricação de vidro plano, ficam ainda obrigadas a:

a) instalar dentro do prazo de um ano, contado a partir da data da assinatura do contrato, a respectiva fábrica com a capacidade produtora mínima de cinco mil toneladas;

b) empregar matéria prima exclusivamente nacional;

c) provar que dispõem de jazidas de calcáreo e areia que se prestem ao fabrico de vidro e com capacidade para abastecer a respectiva fábrica durante o período de quinze anos, com a produção mínima fixada na letra a deste parágrafo.

§ 3º. Os favores de que trata este artigo compreendem os maquinismos, aparelhos, instrumentos, ferramentas e materiais necessários à extração, preparo e beneficiamento do produto; à construção, instalação e funcionamento completo das fábricas, estações de energia elétrica, armazens de depósito e matérias primas, inclusive silos; ao transporte marítimo, fluvial, por estrada de ferro de pequeno percurso ou cabos aéreos, das matérias primas para as fábricas ou depósitos e destes para os centros de escoamento; a produção e transporte de energia elétrica bem como aos materiais destinados aos laboratórios de física e química, que forem indispensáveis aos serviços das fábricas.

§ 4º. A isenção se refere apenas à instalação, ampliação, alteração ou modificação da instalação das obras e serviços em geral, inclusive substituição de peças, maquinismos, aparelhos, instrumentos, não compreendendo, em caso algum, qualquer matéria que entre na composição do produto ou no seu acondicionamento ou embalagem, os combustíveis ou lubrificantes, em geral, bem como qualquer outro material de custeio.

§ 5º. As empresas, companhias ou firmas, mencionadas no artigo supra, ficam obrigadas a terminar as instalações e a iniciar o funcionamento das fábricas nos prazos estipulados nos contratos, sob pena de caducidade do favor e pagamento dos direitos integrais de todo o material que já houver sido despachado com os favores deste decreto.

CAPÍTULO VII

DAS EMPRESAS, COMPANHIAS OU FIRMAS QUE EXPLORAREM A INDÚSTRIA DA MINERAÇÃO

Art. 27. As empresas, companhias ou firmas estabelecidas no País, que explorarem a indústria de mineração, em geral, serão concedidos os favores de que trata o inciso 3 do art. 12, satisfeitas as exigências deste decreto.

Parágrafo único. As que explorarem a indústria de extração do ouro e outros metais preciosos, serão concedidos os favores do

inciso 21 do art. 11, satisfeitas as obrigações de caráter geral e mais as seguintes:

a) fiscalização do Governo Federal, entregando-lhe toda a produção, após a verificação do respetivo pêsso e título, na Casa da Moeda; e

b) pagamento das despesas de fiscalização da lavra a ser exercida por intermédio do Ministério da Agricultura, de acôrdo com o que fôr arbitrado pelo Ministro da Fazenda.

CAPÍTULO VIII

DAS EMPRESAS, COMPANHIAS OU FIRMAS FABRICANTES DE CELULOSE

Art. 28. As empresas, companhias ou firmas, constituídas, ou que se constituírem, no País, para a fabricação de celulose, com processos químicos de preparação, empregando exclusivamente vegetais do País, serão concedidos os favores de que trata o inciso 4 do art. 12, pelo prazo de dez anos, satisfeitas as obrigações gerais dêste decreto e mais o seguinte:

§ 1º. Quanto às que fabricarem mais de cinco toneladas diárias:

a) assinar contrato no Ministério da Fazenda;

b) provar a existência legal da empresa, companhia ou firma, extraída da Junta Comercial ou autoridade competente;

c) provar que tem realizado o capital mínimo de dois mil contos de réis (2.000:000\$000);

d) provar que a fábrica tem capacidade de produção mínima diária de cinco toneladas;

e) provar que dispõe de terras próprias ou arrendadas, nas quais existam, em abundância, ou possam ser cultivados vegetais fibrosos, próprios para o aproveitamento no fabrico da celulose;

f) apresentar ao Ministério da Fazenda, para aprovação, os planos, orçamentos, especificações e mais detalhes concernentes à construção, instalação e funcionamento das fábricas e serviços, inclusive as ampliações, alterações e modificações das instalações, os quais serão considerados aprovados para todos os efeitos se não tiverem sido impugnados dentro do prazo de sessenta dias, contados da data da entrada na repartição competente;

g) satisfazer as mesmas exigências da alínea f do art. 26; e

h) recolher ao Tesouro Nacional em garantia da execução do contrato, que assinará, a importância de cincoenta contos de réis (50:000\$000) e, adiantadamente, a quota de dezoito contos de réis (18:000\$000) anuais, destinada à fiscalização.

§ 2º. As que fabricarem até cinco toneladas diárias, inclusive, gozarão da isenção unicamente para a primeira instalação e ficam obrigadas a satisfazer os requisitos das alíneas a, b e c do parágrafo anterior, e, quando a produção fôr superior ao limite acima, passarão a satisfazer os demais requisitos do parágrafo anterior.

§ 3º. As empresas, companhias ou firmas referidas no § 1º dêste artigo ficam obrigadas a terminar as instalações e a iniciar o funcionamento da fábrica no prazo que fôr estipulado pelo contrato, sob pena de caducidade do favor e pagamento dos direitos integrais de todo o material que já houver sido despachado com os mesmos favores.

CAPÍTULO IX

DAS EMPRESAS, COMPANHIAS OU FIRMAS QUE EXPLORAREM MALTEARIAS

Art. 29. As empresas, companhias ou firmas, legalmente constituídas ou que se venham a constituir, no País, para exploração de maltearias, dotadas de todos os maquinismo modernos, para a fabricação de cerveja, com cevada nacional, serão concedidos os favores de que trata o inciso 5 do art. 12, pelo prazo de cinco anos, desde que satisfaçam as seguintes condições, além das obrigações gerais:

- a) prova da existência legal da empresa, companhia ou firma, mediante certidão da Junta Comercial ou autoridade competente;
- b) prova de que tem realizado um capital nunca inferior a quinhentos contos de réis (500:000\$000); e
- c) apresentar ao Ministério da Fazenda, para aprovação, os planos orçamentos, especificações e mais detalhes concernentes à construção, instalação e funcionamento das fábricas, os quais serão aprovados, para todos os efeitos, se não tiverem sido impugnados, dentro do prazo de sessenta dias, contados da data da entrada na repartição competente.

CAPÍTULO X

DAS EMPRESAS, COMPANHIAS OU FIRMAS CULTIVADORAS OU PLANTADORAS DE BANANAS

Art. 30. As empresas, companhias ou firmas plantadoras ou cultivadoras de bananas, serão concedidos os favores de que trata o inciso 6 do art. 12, satisfeitas as seguintes condições, além das obrigações gerais:

- a) prova da existência legal da empresa, companhia ou firma, extraída da Junta Comercial ou autoridade competente;
- b) escritura de propriedade ou de arrendamento dos terrenos destinados ao plantio das bananeiras, valôr das mesmas terras e a estimativa da respectiva produção anual;
- c) prova de que tem realizado um capital mínimo de cinquenta contos de réis (50:000\$000), destinado à exploração e incentivo do plantio e da exportação da banana; e
- d) declaração do local do depósito dos produtos a serem exportados e bem assim das esteiras já importadas.

Parágrafo único. Só poderá ser concedido o favor para as esteiras que meçam entre 0m,50 x 0m,50 e 0m,80 x 0m,80 ou até 100 e obedeçam ao tipo que fôr adotado pelo Ministério da Agricultura.

CAPÍTULO XI

DAS EMPRESAS, COMPANHIAS OU FIRMAS QUE explorem o fabrico do óleo de linhaça e outros vegetais

Art. 31. As empresas, companhias ou firmas que, legalmente constituídas ou que se venham a constituir no País, para o fabrico do óleo de linhaça e outros vegetais, empregando sementes exclusivamente de produção nacional, serão concedidos os favores do inciso 7

do art. 12, pelo prazo de cinco anos, desde que satisfaçam as seguintes condições, além das obrigações gerais:

- a) prova da existência legal da empresa, companhia ou firma, mediante certidão da Junta Comercial ou autoridade competente;
- b) prova de que tem realizado um capital nunca inferior a duzentos contos de réis (200:000\$000); e,
- c) apresentar ao Ministério da Fazenda, para aprovação, os planos, orçamentos, especificações e mais detalhes concernentes à construção, instalação e funcionamento das fábricas, os quais serão considerados aprovados, para todos os efeitos, se não tiverem sido impugnados, dentro do prazo de sessenta dias, contados da data da entrada na repartição competente.

CAPÍTULO XII

DAS EMPRESAS, COMPANHIAS OU FIRMAS QUE EXPLORAM O FABRICO DE SODA CÁUSTICA E SEUS SUB-PRODUTOS E DO EXTRATO DE QUEBRACHO

Art. 32. As empresas, companhias ou firmas constituídas ou que se venham a constituir no País, para o fabrico da soda cáustica e seus sub-produtos e para o fabrico de extrato de quebracho, serão concedidos os favores do inciso 8 do art. 12, pelo prazo de cinco anos, desde que satisfaçam as seguintes condições, além das obrigações gerais:

- a) assinar contrato no Ministério da Fazenda;
- b) prova da existência legal da empresa, companhia ou firma, extraída da Junta Comercial ou autoridade competente;
- c) provar que tem realizado o capital mínimo de mil contos de réis (1.000:000\$000);
- d) apresentar ao Ministério da Fazenda, para aprovação, os planos, orçamentos, especificações e mais detalhes concernentes à construção, instalação e funcionamento das fábricas e serviços, inclusive as ampliações, alterações e modificações das instalações, os quais serão considerados aprovados para todos os efeitos se não tiverem sido impugnados por despacho ministerial dentro do prazo de sessenta dias contados da data da entrega na repartição competente;
- e) recolher ao Tesouro Nacional, em garantia da execução do contrato, que assinará, a importância de cem contos de réis (100:000\$000) e, adiantadamente, a quota de dezoito contos de réis (18.000\$000), destinada à fiscalização; e
- f) cumprir a exigência constante da alínea f do art. 26.

Parágrafo único. As empresas, companhias ou firmas, referidas neste artigo, ficam obrigadas a terminar as instalações e a iniciar o funcionamento da fábrica no prazo que fôr estipulado pelo contrato, sob pena de caducidade do favor e pagamento dos direitos integrais de todo o material que já houver sido despachado com os mesmos favores.

CAPÍTULO XIII

DAS USINAS DE AÇUCAR E ENGENHOS CENTRAIS

Art. 33. As empresas, companhias, agricultores ou firmas que explorarem o fabrico do açúcar, serão concedidos os favores de que trata o § 1º do art. 13, desde que cumpram as obrigações gerais e mais o seguinte:

- a) prova anual de ser agricultor ou industrial agrícola, por meio de certidão da repartição competente da localidade em que es-

tiver situada a propriedade a que se destinarem os materiais, com letra e firma reconhecidas;

b) planta e orçamento das obras, quando se tratar de novas instalações ou de modificar as existentes.

CAPÍTULO XIV

DAS EMPRESAS, COMPANHIAS OU FIRMAS DE REFINAÇÃO DE BORRACHA E FABRICAÇÃO DE ARTEFATOS DE BORRACHA

Art. 34. As empresas, companhias ou firmas, de refinação de borracha e às de fabricação de artefatos de borracha e produção de pneumáticos, câmaras de ar, maciços ou rodados para automóveis, serão concedidos os favores do art. 13, § 1º, inciso 2º, devendo apresentar planta e orçamento das obras, quando se tratar de novas instalações ou de modificar as existentes, mediante as seguintes condições:

a) assinar contrato com o Ministério da Fazenda com o prazo de quinze (15) anos;

b) apresentar prova da existência legal da empresa, companhia ou firma;

c) recolher ao Tesouro Nacional em garantia da execução do contrato a importância de cem contos de réis (100:000\$000), e adiantadamente a quota anual de dezoito contos de réis (18:000\$000), destinada à fiscalização.

CAPÍTULO XV

AS EMPRESAS, COMPANHIAS OU FIRMAS QUE SE ORGANIZAREM PARA O PLANTIO E BENEFICIAMENTO DA BORRACHA, CAUCHO OU BALATA

Art. 35. As empresas, companhias ou firmas que, em virtude de contrato celebrado com o Governo Federal, estadual ou do Território do Acre, se obrigarem a fazer o plantio, cultivo e beneficiamento da borracha, caucho ou balata, serão concedidos os favores de que trata o § 1º, inciso 3, do art. 13, desde que cumpram as obrigações gerais e mais o seguinte:

a) apresentar certidão do contrato celebrado com o Governo Federal, estadual ou do Território do Acre, para fazer o plantio, cultivo e beneficiamento da borracha, caucho ou balata;

b) fazer prova que tem um capital realizado, mínimo de quarenta e cinco mil contos de réis (45.000:000\$000), obrigando-se a invertê-lo, dentro de tres anos, nos serviços da concessão, com uma anuidade consecutiva de quinze mil contos de réis (15.000:000\$000);

c) provar que dispõe de uma área nunca inferior a quinhentos mil (500.000) hectares de terra, para fazer esse plantio e cultivo;

d) fabricar artefatos dessa matéria.

Parágrafo único. Nos favores do § 1º, inciso 3, do art. 13, se compreendem:

a) os maquinismos, aparelhos, materiais de construção, e acessórios necessários ao desenvolvimento dos serviços;

b) as locomotivas, vagões, trilhos, barcos, substâncias químicas, material de iluminação elétrica e ferramentas, automóveis, caminhões e quaisquer veículos apropriados ao serviço;

- c) maquinismos e materiais destinados à construção e conservação de estradas de rodagem;
- d) aparelhos e materiais empregados na filtragem e purificação da água potável e nos trabalhos de saneamento;
- e) medicamentos, materiais cirúrgicos, ambulâncias e mais objetos destinados à instalação e manutenção de hospitais, inclusive ambulâncias;
- f) livros, móveis, e, em geral, todo o material escolar.

CAPÍTULO XVI

DO ASFALTO OU BETUME

Art. 36. A Prefeitura do Distrito Federal, aos governos estaduais e municipais, serão concedidos os favores do § 2º, inciso 2, do art. 13, desde que satisfaçam as obrigações gerais d'este decreto-lei.

CAPÍTULO XVII

DAS EMPRÊSAS JORNALÍSTICAS

Art. 37. As sociedades, firmas ou indivíduos responsáveis pela exploração da indústria do jornal ou de revistas de natureza política, científica, literária, artística e desportiva, somente serão concedidos os favores do inciso 36 do art. 11, deste decreto-lei, se observarem as seguintes exigências e formalidades:

I) Inscrever o jornal ou revista no registo da Alfândega, pela qual tiver de ser feita a importação do papel, provando:

a) que a revista ou jornal se acha registado no Cartório de Títulos e Documentos do Distrito Federal, Território do Acre ou dos Estados e tenha obtido do Ministério da Justiça a necessária autorização;

b) que a firma ou sociedade exploradora se acha devidamente legalizada na repartição competente;

c) que os jornais ou revistas, em circulação na data da publicação do presente decreto-lei e sem oficina própria, se acham circulando há mais de um ano, ininterruptamente; dos que tenham menos de um ano de existência ou que circularem posteriormente à publicação deste decreto-lei quando editados em oficinas alheias, exigir-se-á para obtenção do registo o recolhimento em depósito aos cofres da Alfândega da importância, em moeda corrente, ou títulos da União, ou caderneta da Caixa Econômica Federal, correspondente aos direitos, na base de \$080 (oitenta réis) por quilo, sobre a quantidade de papel registado, correspondente a um semestre de circulação, e durante um ano, depósito esse que será restituído depois de feita a comprovação da aplicação do papel empregado e constatado que não é devedor à Fazenda Nacional por multa decorrente da mesma aplicação;

d) qual o modelo e o fabricante da máquina impressora da revista ou jornal;

e) tratando-se de jornal ou revista cujo título já fôra anteriormente usado, que a antiga empresa nada ficou a dever à Fazenda Nacional, tendo sido dada baixa no registo primitivo no Departamento Nacional de Propriedade Industrial, sob pena de responder o novo requerente pelos débitos do antecessor no que disser respeito à importação do papel.

II) Os jornais ou revistas que obtiverem a inscrição nas Alfândegas, requererão, semestralmente, a fixação da quantidade e qualidade do papel necessário ao consumo do semestre, declarando no requerimento:

a) sede da redação e oficinas em que o jornal ou revista é impresso, com indicação da rua e número, se houver;

b) dia e hora exatos da impressão da revista ou do jornal, quantidade de exemplares de cada edição, quantidade e qualidade do papel necessário para consumo, até o último dia do semestre, em quilogramas;

c) a quantidade do papel empregado no semestre anterior, em quilogramas, tratando-se de jornal ou revista já existente.

III) Para obtenção do registo, os responsáveis preencherão mais os seguintes requisitos:

a) submeter-se à fiscalização da Alfândega que, para fixar a quantidade de papel destinado ao consumo do semestre poderá examinar a escrita geral do requerente;

b) escriturar em livro especial, conforme o modelo adotado no presente decreto-lei, o movimento do papel recebido e empregado diariamente e, quando não se tratar de jornal ou revista diária, nas datas de sua impressão, mantendo, ainda, na oficina em que fôr impresso, um livro auxiliar, rigorosamente escriturado, de entradas e movimento do papel empregado em cada edição, conforme modelo anexo;

c) facilitar o exame da coleção completa das edições do semestre anterior, tratando-se de jornal ou revista já existentes, sem prejuízo da remessa à Fiscalização de dois exemplares de cada edição.

IV) Apurada pela Alfândega a quantidade do papel empregado, no semestre anterior, será concedido o registo necessário ao consumo do semestre em curso, tomando-se por base o consumo do semestre anterior, para o que o interessado assinará termo de responsabilidade, com fiador idôneo pela boa aplicação do papel concedido e pelo pagamento dos direitos e multas em que porventura venha a incorrer.

§ 1º. Os beneficiários dos favores deste artigo comunicarão à Alfândega que houver concedido a inscrição da revista ou jornal as alterações que se verificarem na representação da empresa, firma ou companhia.

§ 2º. Quando o papel não fôr depositado nas próprias oficinas impressoras do jornal em nome do qual foi importado, a retirada do armazem, no qual se achar recolhido, dependerá de guia, assinada por pessoa cuja firma esteja registada na Alfândega e que faça parte da administração do jornal e visada pelo fiscal do papel, na quantidade necessária ao consumo de oito dias, se fôr diário e para cada edição, se fôr periódico, não sendo permitido o depósito sem prévia autorização da Alfândega.

Art. 38. Os favores da presente lei não abrangem as publicações destinadas à propaganda sistemática de produtos de fábricas, boletins de informações individuais ou coletivas e outros periódicos que visem exclusivamente propagandas de qualquer natureza e lucros comerciais.

Art. 39. As empresas que se encarregarem da impressão de jornais ou revistas, em suas oficinas, só poderão dar início à impressão depois de prévia comunicação escrita à Alfândega, com antecedência mínima de 24 horas, cobrando recibo.

Art. 40. Nenhum jornal ou revista poderá renovar o registro anual sem que haja requerido dentro do prazo a comprovação da boa aplicação do papel importado no semestre anterior.

Art. 41. Só será concedida autorização para a cessão de papel, por um jornal a outro, quando ficar provada a impossibilidade de fornecimento na ocasião por firmas registadas nos termos do artigo 47 deste decreto-lei.

Art. 42. A posse, emprego ou uso de papel importado com os favores deste decreto-lei, encontrado em poder de quem não esteja habilitado com o necessário registo das Alfândegas, salva a hipótese do art. 41, constitui contravenção fiscal.

Art. 43. É permitido às empresas jornalísticas o emprego, nos seus serviços, das aparas ou restos de papel utilizáveis.

Parágrafo único. As aparas ou restos inaproveitáveis e o papel avariado que se torne imprestável, depois de devidamente inutilizados de modo a não poderem ter outra aplicação, poderão ser vendidos, diretamente pelos jornais ou empresas importadoras, às fábricas que os empregarem com matéria prima, cabendo ao vendedor enviar à Alfândega, mensalmente, cópia autêntica da respectiva fatura.

Art. 44. O papel importado com os favores do inciso 36 do artigo 11 deste decreto-lei, que houver caído em comisso nas Alfândegas, só poderá ser vendido em leilão às empresas habilitadas nos termos deste decreto-lei e às fábricas referidas no art. 43. Não havendo licitantes, será o papel vendido à fábrica que apresentar melhor proposta. No caso de não ser feita qualquer oferta, será o papel incinerado.

Art. 45. As empresas jornalísticas são obrigadas a publicar o jornal ou revista com todas as páginas numeradas, datadas e com a declaração do respectivo título.

Art. 46. A fiscalização do papel de imprensa compete ao chefe da Secção de Isenção de Direitos, auxiliado por outros funcionários, designados pelo Inspetor da Alfândega, ou pelo Delegado Fiscal, onde não houver repartição aduaneira.

Art. 47. As empresas, companhias ou firmas legalmente estabelecidas no país que representem fabricantes de papel, que gozem dos favores deste decreto-lei, serão concedidos tais favores desde que satisfaçam as seguintes condições:

a) prova da existência legal da empresa, companhia ou firma e da representação com certidão do seu registo ou documento que a supra;

b) prova de que tem realizado um capital mínimo de quinhentos contos de réis (500:000\$000);

c) fazer na Tesouraria da Alfândega onde se registar o depósito de 50:000\$000 como garantia dos direitos, impostos e multas em que possa incorrer;

d) sujeitar-se a todas as exigências e formalidades consignadas do art. 67 deste decreto-lei;

e) sujeitar-se à fiscalização exercida pelos funcionários, recolhendo trimestralmente nos cofres da Alfândega a quantia de 4:500\$, destinada a essa fiscalização;

f) possuir depósito próprio ou alugado, onde armazene exclusivamente todo o papel despachado com os favores deste decreto-lei.

g) só vender o papel importado com os favores deste decreto-lei às empresas jornalísticas referidas no art. 37, mediante guias em triplicata, assinadas pelo adquirente, devidamente processadas nas Alfândegas, que não permitirão entrega em quantidades superiores às necessidades de oito dias, salvo para as empresas jornalísticas no interior do país, que poderão adquirir quantidade suficiente para trinta dias, remetendo sempre a primeira via à Alfândega, a segunda ao adquirente do papel e arquivando a terceira.

Parágrafo único. A infração de qualquer dos dispositivos deste artigo será punida com o cancelamento sumário da concessão e perda do depósito, sem prejuízo de outras penalidades cominadas no presente decreto-lei.

CAPÍTULO XVIII

DA PESCA E INDÚSTRIA DO PESCADEO

Art. 48. As associações de pescadores gozarão dos favores do inciso 12 do art. 12 deste decreto-lei, desde que provem sua inscrição na Diretoria de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura.

Art. 49. As empresas, companhias ou firmas, que, em virtude de contrato celebrado com o Governo Federal, se constituírem, no País, para a exploração industrial do pescado, serão concedidos, pelo prazo de cinco anos, os favores do artigo anterior, desde que satisfaçam as seguintes condições, além das obrigações gerais:

- a) fazer prova da existência da empresa, companhia ou firma com certidão do seu registro ou com documento hábil que o supra;
- b) provar que tem realizado um capital mínimo de 500:000\$000;
- c) provar que se acha inscrita na Diretoria de Caça e Pesca do Ministério da Agricultura;
- d) permitir o estágio ou embarque dos técnicos dessa diretoria em fábricas, estabelecimentos ou embarcações para estudos;
- e) apresentar à mesma diretoria os planos, orçamentos, especificações e detalhes concernentes à construção, instalação e funcionamento das fábricas, os quais se considerarão aprovados, para todos os efeitos, se não tiverem sido impugnados dentro do prazo de 60 dias, contados da data da publicação;
- f) submeter-se, ainda, à inspeção da citada diretoria e à fiscalização aduaneira, fornecendo aos funcionários designados todos os esclarecimentos e informes que solicitarem, franqueado-lhes a respectiva escrituração;
- g) admitir em seus estabelecimentos, de preferência, empregados filhos de pescadores; e
- h) fornecer ao Governo os produtos de sua indústria com o abatimento de 10 % sobre os preços correntes no mercado atacadista.

CAPÍTULO XIX

DA FRANQUIA ADUANEIRA TEMPORÁRIA

Art. 50. Os mostruários trazidos por caixeiros viajante, munidos de passaportes ou carteiras de identidade, visados por autoridade consular brasileira ou pelas firmas comerciais a que pertencerem, gozarão dos favores do inciso 29 do art. 11, pelo prazo de um ano, mediante o prévio depósito da importância que for arbitrada, dos direitos respectivos, como garantia do reembarque ou termo de responsabilidade com fiador idôneo. Iguais favores serão concedidos às obras de arte, pintura e outras semelhantes, destinadas a exposição de iniciativa particular ou não, e, bem assim, aos instrumentos trazidos por profissionais em excursões artísticas.

Art. 51. Os caixeiros viajantes ou representantes de firmas comerciais ou industriais que quizerem gozar do favor do artigo anterior, ficam obrigados a requerê-lo, juntando carteira de identidade, acompanhada da relação, em duplicata, das mercadorias, mencionando a quantidade, qualidade, espécie, peso ou medida de cada uma delas.

§ 1º. O desembaraço desses mostruários será feito à vista da relação das mercadorias, na qual se averbará a importância recebida em depósito, ficando a primeira via na Alfândega e a segunda via em poder do interessado.

§ 2º. O reembarque se fará mediante a apresentação da relação acima declarada, verificada a sua perfeita identidade com o exemplar existente na Alfândega, restituindo-se o depósito respectivo ou dando-se baixa no termo de responsabilidade, a requerimento do interessado.

Se o reembarque se verificar em repartição diferente, esta enviará a relação à Alfândega que a houver expedido para que possa ter logar a restituição do depósito.

Art. 52. Os automóveis e motocicletas, de que trata o inciso 30 do art. 11, gozarão da franquía aduaneira por um ano, desde que se verifique:

- a) a identidade do veículo;
- b) ser aplicável ao veículo o regime da "Caderneta de Passagem nas Alfândegas", nos termos do art. 62;
- c) a autenticidade e validade da caderneta; e
- d) a prova de que no país de procedência ficou assegurado o pagamento integral dos direitos de importação e demais taxas cobráveis no Brasil.

Essa prova será feita com a "Caderneta de Passagem nas Alfândegas" abonada, no Brasil, por fiador idôneo responsável pela quantia que se tornar devida. Essa responsabilidade será assegurada, por termo lavrado nas Alfândegas, assinado pelo representante legal da associação que expedir a caderneta e servirá para garantia dos direitos acaso devidos por todos os veículos por ela afiançados.

Art. 53. Satisfeitas as exigências do artigo anterior, fará a repartição, por onde tiver passagem o veículo, a devida anotação no talão fixo e no destacável, conservando este e restituindo a caderneta ao seu portador.

Art. 54. Será processada, mediante requerimento do interessado, do Automóvel Clube do Brasil ou do Touring Clube do Brasil, a franquía aduaneira a automóveis e motocicletas que tiverem entrada no país, de acôrdo com o inciso 30 do art. 11.

Art. 55. Por ocasião da saída do veículo, a Alfandega fará a devida anotação no talão fixo e no destacável, conservando este e restituindo a caderneta ao portador.

Art. 56. O talão de saída será confrontado com o de entrada, e verificada a identidade do número de ordem e a completa observância dos preceitos regulamentares aplicáveis ao caso serão arquivados conjuntamente, considerando-se regularizada a passagem do veículo pelo país.

Parágrafo único. Se a Alfândega que averbar a saída não fôr a mesma que tiver averbado a entrada, o talão de saída será remetido a quem averbou a entrada, para proceder de conformidade com o disposto neste artigo.

Art. 57. Em caso de extravio ou perda da "Caderneta de Passagem nas Alfândegas", esta poderá ser substituída por outra emitida sob a responsabilidade de qualquer associação autorizada e filiada à Associação Internacional de Automóveis Clubes ou "Alliance Internationale de Tourisme".

Art. 58. O proprietário de automóveis ou motocicletas que, por acidente ou incêndio, tiver inutilizado o seu veículo em território brasileiro, deverá para eximir-se ao pagamento dos direitos e demais taxas alfandegárias, provar com o bloco do motor, no qual está gravado o número respectivo, que o restante do automóvel não tem valor comercial. Havendo, ainda, valor comercial, o proprietário do veículo ficará obrigado a pagar os impostos e taxas aduaneiras devidos ou a reexportá-lo.

Art. 59. Poderão entrar e sair do Brasil, livre de direitos de importação para consumo e taxas, os automóveis e motocicletas de transporte pessoal em trânsito, cujos proprietários estiverem munidos da referida "Caderneta", emitida pelas associações que, por ato expresso, o Governo tiver declarado idônea, e sob a responsabilidade do Automóvel Clube do Brasil ou do Touring Clube do Brasil.

Art. 60. O pagamento integral dos direitos de importação para consumo e taxas será exigido, caso o veículo transporte passageiro a frete, ultrapasse o prazo da concessão ou seja vendido no Brasil.

Art. 61. Gozarão de igual favor os automóveis e motocicletas de transporte pessoal que, matriculados no Brasil, tenham saído para o estrangeiro, munidos dos documentos oficiais de uso internacional, desde que voltem ao país dentro do prazo de dois anos, improrrogáveis.

Parágrafo único. Para a concessão da franquia assegurada neste artigo, é indispensável que o proprietário do veículo o registre na alfândega do lugar de saída, enumerando marca, número do "chassis", número e força do motor e demais característicos exigidos pela convenção internacional, de modo a facilitar sua identificação no momento de reentrar no país.

Art. 62. A "Caderneta de Passagem nas Alfandegas", emitida pelo Automóvel Clube do Brasil, pelo Touring Clube do Brasil, ou sociedades automobilísticas oficialmente reconhecidas, terá um modelo adotado pela Associação Internacional de Automóveis Clubes ou da "Aliança Internacional de Tourisme", reconhecidos, e será válida por dois anos a contar da data de sua emissão.

§ 1.º Cada fôlha da caderneta será constituída de duas partes: uma fixa (talonário) e outra destacável e indicará, alternativamente, uma entrada e uma saída do veículo.

§ 2.º A capa da caderneta deverá conter:

- a) o número de ordem da caderneta;
- b) o nome da sociedade que a emitir;
- c) a data da emissão;
- d) o nome e domicílio do portador;
- e) a descrição completa do veículo inclusive o número do motor;
- f) a indicação da quantia depositada;
- g) a assinatura do representante da sociedade que emitir a caderneta; e
- h) a assinatura do portador.

Art. 63. A caderneta que serve de documento para a saída do veículo do país de origem e permite o seu regresso, livre de direitos e de taxas aduaneiras, trará, na primeira página um recibo que, depois de assinado pelo portador, será guardado pela sociedade que a emitir, e na segunda, as instruções sobre o modo de utilizar a caderneta.

Art. 64. Para obtenção dos favores de que trata o inciso 29 do art. 11, o expositor ou seu representante legalmente constituído fica obrigado:

- a) à requisição escrita de comissão executiva ou do presidente do certame, feira ou exposição;
- b) a apresentar em quatro vias, relação das mercadorias, com discriminação da quantidade, qualidade, espécie e peso ou medida de cada uma delas, devidamente assinada e visada por autoridade consular brasileira;
- c) à assinatura de termo de responsabilidade, com fiador idôneo pelo pagamento integral dos direitos de importação e taxas, si as mercadorias não regressarem, no prazo máximo de um ano, contado da data de seu desembarque no país; e
- d) ao pagamento integral dos direitos devidos pelas mercadorias que forem vendidas ou desviadas dentro do país, o que será consta-

tado em conferência, por ocasião de retornar, pela relação apresentada e anexada à primeira via do despacho de importação; ou pela segunda via que ficará em poder do interessado, quando o regresso se verificar por qualquer outro porto do país.

§ 1.º Uma vez pagos os direitos e taxas devidos ou constatada regularmente a volta dos volumes para o exterior da República, terá baixa o termo de responsabilidade.

§ 2.º Findo o prazo de um ano a que se refere a alínea c, dêste artigo, não se verificando a volta da mercadoria, a repartição providenciará para que o fiador indenize os cofres públicos dentro do prazo improrrogável de 48 horas, sob pena de cobrança executiva e ser considerado inidôneo.

Art. 65. O despacho com os favores do inciso 29, do art. 11, só poderá ser concedido si os diretores responsáveis ou empresários das companhias teatrais ou de diversões e demais interessados cautionarem os direitos devidos pelo material e animais às mesmas percententes ou prestarem fiança idônea.

§ 1.º. Se dentro do prazo concedido pelo Chefe da Repartição, que o poderá prorrogar por motivo justificado, não forem os objetos e animais reembarcados integralmente ou não se provar terem desaparecido por uso ou morte, serão cobrados os direitos respectivos.

§ 2.º No caso contrário conceder-se-á restituição da caução ou baixa da fiança, conforme tiver sido o caso.

CAPÍTULO XX

DAS OBRIGAÇÕES GERAIS

Art. 66. Os Governos estaduais e municipais, as empresas, associações, casas de caridade, sociedades, companhias e firmas que se utilizam dos favores constantes dêste decreto-lei ficam obrigados:

a) a assinar, anualmente, na Alfândega local, termos de responsabilidade pela boa aplicação do material importado no ano anterior.

b) a requerer ao inspetor da Alfândega, dentro da primeira quinzena de janeiro de cada ano, a comprovação da boa aplicação do material importado no ano anterior. Ao requerimento acompanhará uma relação declarando o número das notas de isenção ou redução processadas no correr do ano e o seu valor comercial;

c) a escriturar a entrada de todo o material importado com os favores dêste decreto-lei e a saída para a respectiva aplicação;

d) a trazer em dia, sem emenda nem rasura, a escrituração dos materiais importados feita em livro especial, conforme o modelo anexo, que terá todas as folhas numeradas e autenticadas pelo funcionário que para êsse fim fôr designado pelo chefe da repartição;

e) a sujeitar-se à fiscalização aduaneira, fornecendo todos os esclarecimentos e informes que forem solicitados, franquiando ao funcionário de que trata a letra b, a verificação do material aplicado, e a constatação dos saldos, que serão transportados para o ano seguinte, pelo funcionário aduaneiro; e

f) a recolher previamente aos cofres públicos a importância que competir ao técnico e aos funcionários aduaneiros designados na forma da alínea b, de acordo com a tabela que acompanha o presente decreto-lei.

§ 1º. As empresas, companhias ou firmas que tiverem fiscalização permanente do Governo, ficarão obrigadas ao disposto neste artigo, devendo a verificação da boa aplicação do material ser feita, obrigatoriamente, em conjunto com o fiscal respectivo.

§ 2º. As isenções ou reduções de direitos consignadas nos incisos 1 a 18, 25 a 34, 36 a 39, 42 a 44 e 47 a 51, do art. 11, e incisos 1, 2, 11, 13, 16 e 17, do art. 12, e art. 14, não se aplicam as exigências e obrigações do presente artigo.

CAPÍTULO XXI

DAS PENALIDADES

Art. 67. Aos que infringirem as disposições do presente decreto-lei, serão aplicadas, pelo chefe da repartição, as seguintes penalidades, além do pagamento dos direitos devidos segundo a Tarifa das Alfândegas:

§ 1.º De multa igual aos direitos:

a) aos que, no exercício de qualquer mandato ou emprego, importarem materiais, em nome dos governos federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, fundações, associações ou estabelecimentos de caridade, para execução de melhoramentos e serviços públicos, ou quaisquer outros e não comprovarem a sua exata aplicação; e aos que, sem prévia autorização da autoridade competente, os cederem, doarem ou venderem a terceiros, que tenham ou não igual concessão, ou os empregarem em proveito individual ou de terceiros, desviando-os, assim, do fim para que foram importados com benefício legal;

b) aos que, para obtenção dos favores constantes deste decreto-lei, usarem de falsidade nas provas da importação direta das mercadorias ou materiais;

c) aos que trouxerem em suas bagagens mercadorias não consideradas como tal por este decreto-lei, e não constarem pela sua qualidade, quantidade, peso ou medida, de declaração sumária feita a bordo pelo proprietário da bagagem ou antes de iniciada a abertura dos volumes;

d) aos que tenham feito as declarações constantes da alínea c, legalizado documentos em divergência total ou parcial, com conteúdo dos volumes de sua bagagem, quer quanto à qualidade e quantidade, quer quanto a qualquer das outras condições estabelecidas na alínea anterior, atingindo a penalidade apenas à parte divergente;

e) aos que, para fugirem ao despacho ordinário de importação, incluïrem em suas bagagens, embora acompanhadas de documentos legais, mercadorias de comércio consideradas como tais, as que não estiverem em relação com as posses e condição social do passageiro; as que não se destinarem ao seu uso; e as que constarem de peças novas e em quantidade que ultrapasse o limite presumível das suas necessidades privadas.

f) aos que não tiverem a escrita exigida por este decreto-lei ou que a tenham organizada deficientemente ou com irregularidades que revelem fraude ou desvio de material ou de papel.

g) aos que despacharem papel do inciso 36, usando nome de jornais ou revistas para obtenção dos favores nele concedidos, concomitantemente com a empresa jornalística que tiver nisso consentido, calculados os direitos pela taxa tarifária comum, além das penas criminais em que possam incorrer;

h) aos que usarem ou em poder de quem for apreendido o papel constante do inciso 36 do art. 11 com infração deste decreto-lei, além da inutilização do que for apreendido.

§ 2.º De multa:

a) às empresas jornalísticas que imprimirem jornais ou revistas em papel com linha d'água, sem prévia autorização da Alfândega, será imposta a multa de 5:000\$000 a 10:000\$000 e, na reincidência, cassada a inscrição.

b) aos responsáveis por jornais ou revistas impressas em papel com linha d'água sem que hajam obtido o necessário registro na Alfândega, será imposta a multa de 500\$ a 5:000\$000, além do pagamento dos direitos integrais devidos pelo papel empregado, na base da taxa tarifária comum;

c) às empresas jornalísticas que não possuírem os livros de escrituração do papel adquirido, ou que, possuindo-os, não estiver escriturando de modo a merecer fé, será aplicada multa igual aos direitos sobre o papel empregado, além do pagamento dos mesmos direitos, calculados na mesma base da letra anterior.

d) às empresas jornalísticas que retirarem dos armazens ou depósitos papel com linhas d'água sem prévia autorização da Alfândega, será imposta a multa de 500\$ a 2:000\$000, além do pagamento dos direitos integrais devidos na base das letras precedentes, pelo papel retirado, sendo reincidência, cassados a inscrição e o registro;

e) às empresas jornalísticas ou tipográficas que imprimirem em papel com linhas d'água jornais ou revistas que não hajam obtido a inscrição em registro na Alfândega, será imposta a multa de 500\$00 a 5:000\$000, além do pagamento dos direitos do papel que fôr empregado, na base referida;

f) aos que infringirem o art. 42, será imposta a multa de 500\$ a 2:000\$000.

Art. 68. Aos que não requererem a comprovação da boa aplicação do material ou papel importado no ano anterior, dentro do prazo estabelecido na letra b do art. 67, será imposta pelo chefe da repartição, a multa de 10 % sobre os direitos integrais do material ou papel despachados com os favores deste decreto-lei, sem prejuízo de quaisquer outras penalidades em que venham a incorrer.

Art. 69. A empresa, companhia, firma ou indivíduo em cujo poder for encontrado papel importado com os favores deste decreto-lei, sem que se achem habilitados com o necessário registro, será aplicada a multa de 500\$ a 5:000\$, observando-se o seguinte:

a) o funcionário que verificar a infração, procederá à apreensão do papel, lavrando o competente auto, que será presente ao Inspetor da Alfândega, com o parecer do chefe da Seção de Isenção de Direitos;

b) lavrado o auto e apresentado ao inspetor, mandará este intimar o autuado para, no prazo de oito dias, alegar o que julgar a bem de sua defesa, findo o qual será o processo apreciado e julgado, sendo facultados os recursos legais;

c) o papel apreendido, depois de ultimado o processo, será inutilizado e vendido em leilão às fábricas de papel devidamente registradas, ou incinerado.

Art. 70. As infrações das disposições deste decreto-lei para as quais não tenha sido expressamente combinada qualquer penalidade serão punidas com a multa de 500\$ a 10:000\$000.

Art. 71. Ficarão sujeitos à penalidade do artigo anterior todos aqueles que, por qualquer meio concorrerem para a obtenção dos favores de isenções ou reduções de direitos contra expressa disposição legal.

Art. 72. Em caso de reincidência, as multas serão impostas no máximo, e as que já estiverem aplicadas no máximo deverão ser impostas no dôbro, combinado com o artigo 189 da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas da República.

Art. 73. Ao Governo fica reservado o direito de exigir, em qualquer época, salvo a prescrição estabelecida em lei para a dívida ativa da União, os direitos e demais impostos e taxas devidos pelos materiais cuja concessão de isenção ou redução de direitos for, posteriormente, verificada fraudulenta ou dolosamente.

Parágrafo único. Apurada, em processo regular, qualquer das hipóteses deste artigo, a penalidade prevista para o caso será aplicada nos termos do artigo anterior.

Art. 74. O beneficiário que, esgotados todos os prazos e recursos, na cobrança judicial que lhe for movida pela União, se torne devedor de qualquer imposto, taxa, multa ou contribuição, deixará de gozar dos favores deste decreto-lei enquanto não se mostrar quite com a Fazenda Nacional pelo pagamento ou depósito da importância total devida.

CAPÍTULO XXII

DOS RECURSOS

Art. 75. Das decisões denegatórias de isenção ou redução de direitos, inclusive as que digam respeito a similares caberá recurso para o Conselho Superior de Tarifa, devendo, porém, no caso de similares, ser ouvida previamente a Comissão respectiva, que dará seu parecer no prazo de dez dias.

Interposto o recurso, dentro do prazo de 20 dias corridos, será permitido ao interessado retirar o material importado, mediante o prévio depósito dos direitos integrais ou assinatura de termo de responsabilidade, com fiador idôneo, comprometendo-se expressamente um e outro a indenizar a Fazenda Nacional, dentro do prazo improrrogável de 48 horas, dos impostos e taxas não pagos, no caso de ser confirmada a decisão recorrida.

Art. 76. Das decisões contrárias aos infratores, qualquer que seja a importância da multa, cabe recurso voluntário para o Conselho Superior da Tarifa.

§ 1º. O recurso voluntário será interposto dentro do prazo de vinte dias (20), contados da data da intimação considerando-se esta feita, em caso de aviso por carta, na data da devolução do recibo e, no caso de edital, sessenta (60) dias após a respectiva publicação.

§ 2º. Recurso algum será encaminhado sem o prévio depósito da importância exigida, perimindo o direito do recorrente se o não fizer no prazo fixado na parágrafo anterior.

§ 3º. Quando essa importância for superior a 5:000\$ (cinco contos de réis), as autoridades recorridas poderão permitir o seguimento do recurso, mediante termo de responsabilidade, exigindo, se assim o entenderem, com garantia de fiador reconhecido idôneo.

§ 4º. Se dentro do prazo legal não for, pelo interessado, apresentada petição do recurso, far-se-á declaração dessa circunstância no processo, que seguirá os trâmites regulares.

§ 5º. O recurso perempto também será encaminhado, mediante os requisitos do § 2º, ao Ministro da Fazenda, a quem cabe julgar da perempção.

Art. 77. Das decisões favoráveis aos interessados, relativamente às multas referidas neste decreto-lei, haverá recurso "ex-officio", no próprio ato ao ser lavrada a decisão, para o Conselho Superior da Tarifa, desde que a multa exceda a importância de 2:500\$000.

Art. 78. O pedido de reconsideração de despacho denegatório do favor ou impondo multa, não interrompe o prazo para interposição do recurso, nem suspende a cobrança da dívida fiscal.

CAPÍTULO XXIII

DO SERVIÇO DE ISENÇÃO

Art. 79. O preparo dos processos, registros de empresas, companhias ou firmas beneficiárias dos favores deste decreto-lei, registros de técnicos, arquivamento de contratos, lavraturas de termos de responsabilidade, serviço de "Cadernetas de Passagem nas Alfândegas", fiscalização e verificação da boa aplicação dos materiais e do papel importados com favores aduaneiros, bem como quaisquer outros serviços, a critério dos Inspetores das Alfândegas, cabem exclusivamente ao Serviço de Isenção e Redução de Direitos, no qual servirão os funcionários aduaneiros julgados necessários, sob a chefia de um de categoria superior a oficial administrativo do padrão "J", todos designados pelo chefe da repartição, a quem ficam diretamente subordinados.

Art. 80. Todos os processos serão distribuídos, mediante carga em protocolo, informados com clareza, minuciosamente, e sem demora, dentro dos prazos legais, presentes ao chefe da repartição com o parecer do funcionário designado para chefiar a secção, de forma que possam ter imediata e final solução.

CAPÍTULO XXIV

DA REVISÃO DOS DESPACHOS

Art. 81. O serviço de revisão de despachos efetuados com isenção ou redução de direitos será executado por funcionários de segunda entrância designados pelo diretor das Rendas Aduaneiras, que agirá de forma a que esse serviço se ache sempre rigorosamente em dia, cabendo aos revisores;

a) proceder à revisão pelas primeiras vias das notas de importação, atendendo, rigorosamente, a sua ordem numérica, salvo determinação em contrário, sendo permitida a utilização das segundas vias, somente quando se verificar o extravio das primeiras, feitas, nesse sentido, declaração no processo;

b) apreciar o mérito da decisão em virtude da qual tenha sido despachada a mercadoria, proceder ao exame e verificação dos cál-

culos, valor, identidade, espécie, qualidade, quantidade, pêsos e medida das mercadorias despachadas, se foram atendidas as especificações e taxas tarifárias, se a importação foi direta, se houve infração da lei de faturas consulares ou de qualquer outro dispositivo legal. Concluída a revisão e verificada que ha diferença a cobrar, proveniente de erros de cálculos, será o processo encaminhado à Alfândega, para reclamar o pagamento das quantias devidas. Sendo, porém, erro proveniente de má aplicação da lei, será o processo enviado ao inspetor da Alfândega ou chefe da repartição a que estiver subordinado a Secção de Isenção de Direitos, afim de serem pelo mesmo apreciadas as razões da impugnação, mandando intimar o interessado para cumprimento do ato revisor, no caso de julgá-lo procedente, ou mantendo o seu anterior despacho, se assim lhe parecer acertado. Na primeira hipótese caberá recurso voluntário para o Conselho Superior de Tarifa, na forma regulamentar. Caso contrário, será interposto recurso *ex-officio* para o mesmo Conselho, pelo prolator da decisão, no ato de proferi-la, com encaminhamento por intermédio da Diretoria das Rendas Aduaneiras;

c) não havendo diferenças a cobrar, averbarão na nota de importação a declaração — Revisto — datada e assinada pelo funcionário revisor, que enviará o despacho à Portaria da Alfândega, para definitivo arquivamento.

Parágrafo único. A Portaria da Alfândega enviará, diariamente, em protocolo à Comissão Revisora todos os despachos de isenção ou redução de direitos recolhidos no dia anterior.

Art. 82. Os recursos voluntários sobre revisão de despachos de isenção ou redução de direitos obedecerão ao estabelecido no capítulo XXII, sendo o mérito dos mesmos apreciado, em informação, pelo empregado revisor e pelo chefe da Repartição respectiva.

Art. 83. Das importancias de direitos de importação e outras contribuições a menos pagas em tempo, verificadas em processos de revisão fora das horas do expediente da repartição, 90 % caberão à Fazenda Nacional, e 10 %, ao funcionário que houver procedido à revisão, sem prejuizo da parte da multa que lhe possa caber por infração de qualquer dispositivo legal.

Art. 84. A revisão dos despachos a que se refere o art. 82 será feita rigorosamente em dia, de forma que no último dia de cada mês se achem revistos todos os despachos desembaraçados no mês anterior, sob pena de multa de um dia de vencimentos por grupo de cinco despachos ou fração, verificado em poder do funcionário revisor, cuja data de distribuição exceda de oito dias.

Parágrafo único. Por quaisquer erros ou diferença que, porventura, venham a ser apurados, em inspeção procedida nos processos já revistos, responderão os funcionários que para isso concorreram.

CAPÍTULO XXV

DO REGISTO DOS TÉCNICOS

Art. 85. Só poderão ser designados para passar certificados técnicos os profissionais diplomados por escolas oficiais ou equi-

paradas, que tenham seus títulos registados em livro especial, nas Alfândegas. Para esse fim o interessado juntará ao requerimento de registo:

a) diploma ou carteira profissional expedida pela autoridade competente;

b) prova de idoneidade moral e técnica, mediante exibição de fôlha-corrída e atestado firmado por professores ou associações técnicas, confirmando a capacidade do postulante, salvo se se tratar de funcionário federal; e

c) declaração expressa de que não exerce fiscalização junto a qualquer empresa, companhia ou firma beneficiada com os favores deste decreto-lei.

Parágrafo único. E' fixado em 50 o número de técnicos que se podem registrar nas Alfândegas do Rio de Janeiro, e de Santos; 25 nas do Pará, Pernambuco, Bahia e Porto Alegre e 15 nas demais.

Art. 86. Se ficar apurado que algum profissional obteve o registo de que trata o artigo anterior, com infração do ali estabelecido, será cancelado o registo, ficando privado de funcionar como técnico, em qualquer repartição federal, o que será declarado em circular do Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO XXVI

DOS SIMILARES

Art. 87. O registro dos artigos de produção nacional similares aos estrangeiros será proposto pela comissão de similares, com aprovação do ministro da Fazenda, observados os preceitos deste capítulo.

Art. 88. A Comissão de Similares compor-se-á de técnicos, sendo um representante do Ministério da Agricultura, um do Ministério da Viação, um do Ministério do Trabalho, um da Confederação das Associações Industriais do Brasil, um Laboratório da Estrada de Ferro Central do Brasil, um do Laboratório Nacional de Análises, um das Associações das Estradas de Ferro, indicados pelos respectivos ministérios, congregações ou associações, e do chefe de serviço de isenção da Alfândega do Rio de Janeiro, sob a presidência do Inspetor da mesma Alfândega.

Art. 89. A Comissão funcionará com a maioria absoluta de seus membros sob a presidência do Inspetor da Alfândega desta capital, que será substituído pelo seu assistente.

§ 1º. A Comissão se reunirá obrigatoriamente na primeira quinzena de cada mês e extraordinariamente sempre que haja matéria a deliberar.

§ 2º. Os trabalhos da Comissão serão secretariados por funcionário de Fazenda, de categoria de oficial administrativo, classe "I" ou superior, designado pelo inspetor da Alfândega do Rio de Janeiro.

Art. 90. A Comissão competirá:

a) julgar da equiparação do produto nacional ao similar estrangeiro e da sua desclassificação, em caso de reclamação fundamentada;

b) rever os artigos já considerados similares;

c) proceder às diligências que julgar necessárias à decisão de qualquer processo, mediante exames locais ou junto a quaisquer repartições técnicas, laboratórios e gabinetes de ensaios;

d) fazer publicar, com o prazo de sessenta dias, no *Diário Oficial*, editais sobre os pedidos de registo de similares, para conhecimento dos interessados e apresentação de quaisquer reclamações;

e) registar ou inscrever os produtos nacionais similares aos estrangeiros de acôrdo com a nomenclatura adotada na tarifa das alfândegas;

f) remeter ao ministério da Fazenda, até o dia 5 de cada mês, a relação completa de todos os similares registados, com a indicação dos nomes dos respectivos fabricantes e sede das fábricas para sua aprovação e expedição de circular, sempre que houver alteração.

Art. 91. Ao secretário da Comissão incumbirá:

a) lavrar as atas das sessões;

b) distribuir, entre os seus membros, os processos, obedecendo, rigorosamente, na distribuição, a ordem numérica de entrada no protocolo da comissão, estabelecendo, para isso, o necessário rodízio;

c) prover as necessidades do expediente, requisitando do inspetor da Alfândega o material necessário; e

d) incumbir-se do registo geral dos similares do expediente e do arquivo da comissão, no que será auxiliado por tantos funcionários, de sua indicação, quantos forem necessários, designados pelo inspetor da Alfândega.

Art. 92. Os que desejarem equiparação de um produto nacional similar ao estrangeiro, requererão à comissão de similares, discriminando, minuciosamente, o artigo e seus característicos técnicos, juntando:

a) prova da existência legal da empresa, companhia ou firma exploradora da indústria;

b) catálogos, prospectos industriais, relação dos seus preços correntes, amostra do produto, quando facilmente transportável, e, na sua falta, a fotografia;

c) planta e fotografia da fábrica e suas dependências, acompanhadas da descrição minuciosa das instalações, máquinas e equipamentos;

d) prova de boa aceitação comercial da mercadoria por consumidores de reconhecida idoneidade;

e) prova da capacidade de produção, de estar a indústria aparelhada para abastecer os mercados em quantidade suficiente para o consumo, de modo a serem os produtos facilmente encontrados dentro do País;

f) prova de que o gênero, mercadoria ou objeto é fabricado com matéria prima nacional, salvo se no país não existir a matéria prima empregada;

g) prova de que o produto para o qual pretende o registo do similar já figurou em alguma exposição ou feira de amostras realizadas em capitais de Estados ou no Distrito Federal;

h) prova de estar quite com a Fazenda Nacional, Estadual, Municipal ou do Distrito Federal.

Art. 93. As despesas com editais ou diligências, levadas a efeito pelo Comissão, para registo de qualquer similar, correrão por conta dos interessados, que farão na Tesouraria da Alfândega o prévio depósito da importância devida.

Art. 94. Preenchidas as formalidades necessárias à solução do processo, deverá o relator, a quem houver sido atribuído, emitir seu parecer dentro de oito dias, depois de realizadas todas as diligências, sendo julgado o processo na primeira sessão que se realizar, e as conclusões submetidas, por seu Presidente, à aprovação do Ministro da Fazenda.

Art. 95. Embora exista produtos similares na indústria do país, poderão os fabricados no estrangeiro gozar da isenção ou redução de direito previstas neste decreto-lei, quando, ouvida a Comissão de Similares, ficar provado não poder a produção nacional atender às necessidades imediatas do consumo, em quantidade e preço, calculado este com os direitos de importação para consumo.

Art. 96. Só poderá ser considerado produto similar ao estrangeiro o artigo que houver sido incluído no registo geral de similares e constar de circular declaratória dessa circunstância, expedida pelo Ministro da Fazenda.

Dos produtos naturais e matéria primas de notória existência no País não há necessidade de registo ou circular, para efeito de considerá-los similares aos estrangeiros.]

Art. 97. As fábricas que obtiverem registo de similar para seus produtos ficarão obrigadas a declarar, anualmente, à Comissão de Similares, se continuam a fabricar aqueles artigos, e, em caso de mudança da fábrica ou transferência da firma, essa comunicação deverá ser feita dentro de trinta dias, sob pena de ser revogada a circular que lhe concedeu o favor.

Art. 98. O arquivo da Comissão será organizado de acordo com os modernos sistemas de catalogação, de forma a permitir qualquer consulta ou exame com toda facilidade.

CAPÍTULO XXVII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 99. Para os efeitos deste decreto-lei, considera-se "material" o conjunto de elementos que entram na composição de uma obra.

§ 1º. Entende-se por "material de exploração" o que é caracteristicamente indispensável à instalação e à execução dos serviços especificados.

§ 2º. Os lubrificantes, o carvão e outros combustíveis, não se compreendem na expressão "material" para o gozo das vantagens deste decreto-lei, salvo quando tiverem de ser aplicados como matéria prima ou solvente na confecção de outros produtos.

Art. 100. A isenção de direitos de importação, concedida a quaisquer emprêsas por lei ou contrato, entende-se restrita aos artigos especialmente próprios para realização das mesmas emprêsas. Não são compreendidos na isenção ou redução de direitos

materiais necessários à exploração dos serviços das empresas ou companhias que não gozarem desse favor, em virtude de disposição expressa da lei ou contrato já existente.

Art. 101. As mercadorias despachadas com isenção de direitos de importação, na forma do art. 12 deste decreto-lei, pagarão a taxa adicional de 10 % (dez por cento) calculada sobre os direitos constantes da tarifa das alfândegas ou, quando não tiverem taxa específica, pela de dois por cento (2 %) sobre o valor da fatura, inclusive frete e despesas.

Parágrafo único. Esta taxa não será cobrada sobre as mercadorias e materiais despachados pelas empresas, companhias ou firmas de cujo contrato conste expressamente a isenção do adicional ou expediente, bem como sobre as mercadorias constantes do corpo da Tarifa pela mesma isentos.

Art. 102. As isenções de que tratam os incisos 14, exceção das joias, 15 e 16 do art. 11, poderão ser concedidas mesmo quando a bagagem não acompanhar o passageiro por motivo independente da sua vontade, devidamente comprovado, desde que o interessado faça constar da sua declaração, feita a bordo, a circunstância de ter ficado no estrangeiro parte de sua bagagem, discriminando a quantidade e a espécie dos volumes e o conteúdo dos mesmos e o recebimento se faça no prazo máximo de seis meses, contado da chegada do passageiro. A falta dessa declaração poderá ser suprida com requerimento do interessado, apresentado ao chefe da repartição respectiva, dentro de trinta dias após o seu desembarque.

Art. 103. Nenhum contrato que consigne o favor de isenção ou de redução de direitos de importação para consumo será assinado, sem prévia aprovação do Ministério da Fazenda, sob pena de não produzirem efeito algum as cláusulas que concederem tais favores.

Art. 104. Só poderão promover o andamento de processos de que trata este decreto-lei e do respectivo despacho, os despachantes aduaneiros ou os funcionários federais, estaduais ou municipais, designados especialmente pelos respectivos ministérios ou governos.

Parágrafo único. O dispositivo acima não compreende o desembarco das mercadorias e materiais despachados com isenção ou redução de direitos, pelas missões diplomáticas, corpos diplomático e consular, Fundações Rockefeller e Gaffrée e Guinle, Hospital do Funcionário Público, Centro Internacional de Leprologia do Rio de Janeiro, as encomendas postais e bagagens.

Art. 105. Pela concessão do favor de isenção ou redução de direitos será cobrado, em estampilhas, o selo de 200\$000, nos casos do art. 107 e o de 50\$000, nos demais casos; esse selo não será devido nas isenções constantes do corpo da tarifa e nas dos incisos 1 a 19, 25 a 30, 32, 33, 35 a 44, 46 a 48 e 51, do art. 11, bem como nas decorrentes de contratos que estipulem expressamente o não pagamento do selo.

Art. 106. A remuneração pelos certificados referidos no artigo 23, deste decreto-lei, será de 30\$000, até 100\$000, para cada certificado.

Art. 107. Quaisquer isenções ou reduções de direitos não previstas neste decreto-lei, só poderão ser concedidas pelo Presidente da República, ficando, porém, tais concessões sujeitas às normas fiscais estabelecidas para todos os demais casos.

Art. 108. Em todo e qualquer tempo pode o Governo retirar os favores de que trata este decreto-lei, sem que aos beneficiários caiba qualquer direito de reclamação perante as autoridades do país.

Art. 109. Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, observando-se as modificações introduzidas no mesmo para as mercadorias já recebidas.

Art. 110. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

ANEXOS

TABELA A

Tabela de honorários fixados para o funcionário designado para verificar a aplicação de materiais despachados com os favores desta lei

Materiais de valor até	5:000\$000	50\$000
" " " "	10:000\$000	75\$000
" " " "	20:000\$000	100\$000
" " " "	50:000\$000	125\$000
" " " "	100:000\$000	150\$000
" " " "	150:000\$000	175\$000
" " " "	200:000\$000	200\$000
" " " "	250:000\$000	250\$000
" " " "	300:000\$000	300\$000
" " " "	350:000\$000	350\$000
" " " "	400:000\$000	400\$000
" " " "	450:000\$000	450\$000
" " " "	500:000\$000	500\$000
" " " "	1.000:000\$000	750\$000
" " " "	2.000:000\$000	1:000\$000
" " " além de	2.000:000\$000	1:200\$000

O exame ou verificação que for procedido em lugar que diste mais de 50 e menos de 300 quilômetros da sede da repartição dá direito ao técnico e ao funcionário designados ao dobro dos honorários desta tabela.

Tratando-se de exame ou verificação em local distante mais de 300 quilômetros da sede da repartição, os honorários serão fixados pelo inspetor da Alfândega, tendo em vista o vulto da importação.

Em todos os casos correrão por conta dos interessados as despesas com estadia e transporte dos designados.

TABELA B

Tabela de honorários abonados a cada técnico a que se refere o art. 94 desta lei

Distrito Federal	50\$000
----------------------------	---------

Dimensões: 0m,44 x 0m,66

IMPORTADOS COM ISENÇÃO OU REDUÇÃO DE DIREITOS

Unidade adotada.....

SAÍDA

Datas			Número do pedido	Destino do material	Quantidade entregue	Observações
Ano	Mês	Dia				
Dorso do livro						
Totais						

OFICINAS

SAIDAS

Nota — Este livro terá tôdas as suas folhas numeradas e não poderá ter nem rasuras nem emendas. Deverá ser escriturado a tinta ou lapis-tinta. Qualquer emenda a fazer só poderá ser feita por meio de estôdo ou debitando o engano.

Dimensões 0^m,44 × 0^m,66

DECRETO-LEI N. 301 — DE 24 DE FEVEREIRO DE 1938

Aprova o regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica aprovado o regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo que a este acompanha, assinado pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

Art. 2º. O referido regulamento entrará em vigor no dia 1º de abril de 1938, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Regulamento a que se refere o decreto-lei n. 301, de 24 de fevereiro de 1938

CAPÍTULO I

DA INCIDÊNCIA

Art. 1º. O imposto de consumo incide sobre os seguintes produtos:

- 1 — Fumo;
- 2 — Bebidas;
- 3 — Alcool;
- 4 — Fósforos;
- 5 — Sal;
- 6 — Calçado;
- 7 — Perfumarias e artigos de toucador;
- 8 — Especialidades farmacêuticas;
- 9 — Conservas;
- 10 — Vinagre e óleos adequados à alimentação;
- 11 — Velas;
- 12 — Tecidos;
- 13 — Artefatos de tecidos e de peles;
- 14 — Papel e seus artefatos;
- 15 — Cartas de jogar;
- 16 — Chapéus e bengalas;
- 17 — Louças e vidros;
- 18 — Ferragens;
- 19 — Café torrado ou moído e chá;
- 20 — Banha, manteiga e sucedâneos;
- 21 — Móveis;
- 22 — Armas de fogo e suas munições;
- 23 — Lâmpadas, pilhas e aparelhos elétricos;
- 24 — Queijos e requeijões;
- 25 — Eletricidade;

- 26 — Tintas e vernizes;
- 27 — Leques;
- 28 — Artefatos de borracha;
- 29 — Pincéis para barba e obras de cutelaria;
- 30 — Pentes, escôvas, espanadores e vassouras;
- 31 — Brinquedos;
- 32 — Artefatos de couro e de outros materiais;
- 33 — Jóias, bijuterias e objetos de adorno;
- 34 — Gasolina, óleos e carbureto de cálcio;
- 35 — Aparelhos sanitários;
- 36 — Ladrilhos e outros materiais;
- 37 — Instrumentos de música;
- 38 — Material fotográfico e cinematográfico;
- 39 — Fogões, fogareiros e aquecedores;
- 40 — Cimento;
- 41 — Linhas, cordoalha e botões.

Art. 2°. As taxas do imposto de consumo serão cobradas em estampilhas — coladas aos produtos ou às guias que os acompanharem, ou ainda no livro competente, — ou por verba, segundo os casos especificados neste regulamento.

CAPÍTULO II

DO IMPOSTO

Art. 3°. Além das taxas do imposto, serão cobradas emolumentos de registro do fabrico e comércio dos produtos tributados e do comércio do fumo em bruto.

Parágrafo único. O registro servirá para fiscalização do imposto de consumo e sua estatística.

Art. 4°. O imposto incide sobre os produtos, nacionais ou estrangeiros, enumerados no art. 1°, pela seguinte forma:

§ 1° — Fumo

(Selvagem direta, exceto quanto ao fumo em folha, em corda ou em pasta, estrangeiro, cujo imposto será cobrado por verba, por ocasião do despacho).

I — Charutos nacionais, por unidade:

Até o preço de 100\$, por milheiro	\$020
De mais de 100\$ até 200\$, por milheiro	\$040
De mais de 200\$ até 500\$, por milheiro	\$100
De mais de 500\$ até 700\$, por milheiro	\$200
De mais de 700\$ até 1:000\$, por milheiro	\$300
De mais de 1:000\$ até 1:500\$, por milheiro	\$450
De mais de 1:500\$ até 2:000\$, por milheiro	\$600
De mais de 2:000\$ até 2:500\$, por milheiro	\$800
De mais de 2:500\$ até 3:000\$, por milheiro	1\$000
De mais de 3:000\$ até 4:000\$, por milheiro	1\$400
De mais de 4:000\$ por milheiro	1\$500

II — Charutos estrangeiros, de qualquer preço, por unidade 1\$500

III — Cigarros e cigarrilhas nacionais, com o preço de venda, no varejo, marcado pelo fabricante, por vintena:

Até o preço de \$300	\$010
De mais de \$300 até \$400	\$060

De mais de \$400 até \$500	\$090
De mais de \$500 até \$600	\$136
De mais de \$600 até \$800	\$200
De mais de \$800 até 1\$000.	\$270
De mais de 1\$000 até 1\$200	\$400
De mais de 1\$200 até 1\$500	\$520
De mais de 1\$500 até 2\$000.	\$720
De mais de 2\$000	1\$000
IV — Cigarros e cigarrilhas estrangeiros, de qualquer preço, por vintena	1\$500
V — Rapé, por 125 gramas ou fração, peso líquido..	\$100
VI — Fumo desfiado, picado, migado ou em pó, por 25 gramas ou fração, peso líquido	\$100
VII — Fumo em corda, e em folha ou em pasta, estrangeiro, por quilograma ou fração, peso líquido	\$600

Notas

1ª — O cigarro ou cigarrilha que tiver mais de 75 milímetros de comprimento ficará sujeito ao dobro da respectiva taxa.

2ª — De cada vintena de cigarros e cigarrilhas fabricados com fumo preparado na própria fábrica, além do imposto pago em estampilha aposta aos mesmos, serão cobrados, por verba lançada pela repartição arrecadadora nas guias de aquisição das ditas estampilhas, mais \$080, correspondente ao imposto do fumo empregado no fabrico. Estão igualmente sujeitas a essa verba as guias de aquisição das estampilhas que os fabricantes de cigarros e cigarrilhas com o fumo de produção alheia adquirirem além da proporção de 50 vintenas por quilograma de fumo adquirido.

3ª — Os fabricantes de cigarros e de cigarrilhas são obrigados a marcar no rótulo de cada maço, carteira, lata, caixa ou envólucro, de forma indelével, em caracteres bem visíveis, cuja altura não seja inferior a cinco milímetros, o respectivo preço da venda no varejo que serviu de base ao estampilhamento de acordo com a tabela da alínea III. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000.*

4ª. — Os comerciantes não poderão vender cigarros e cigarrilhas por preço superior do que foi mercado pelo fabricante, de acordo com a nota anterior. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000.*

5ª — Considera-se matéria prima o fumo em bruto, a saber: em corda, em rolo, em pasta ou em folhas.

6ª. — Entende-se por cigarrilha o produto feito com capa de folha de fumo envolvendo fumo desfiado, picado, migado ou em pó; e por charuto, o produto semelhante envolvendo folhas de fumo, inteiras ou partidas.

7ª. — Cada maço, lata, carteira, caixa ou envólucro de cigarros ou de cigarrilhas nacionais só poderá conter uma vintena ou seus múltiplos de tais produtos.

8ª. — Serão admitidas as seguintes quebras para o fumo em bruto quando preparado:

a) fumo em folhas, inclusive o "chinês", quer para o caporal, quer para o lavado, meio fino ou grosso:

Destalo	18%
Pó	2%
Total	20%;

b) fumo em corda ou rolo:

Pó 10%;

c) fumo em molhos, assim considerado o acondicionamento peculiar aos Estados do Amazonas e Pará: 28 %.

d) nos depósitos, somente quando se tratar de fumo importado

Fumo em folha 3%

Fumo em rolo 5%

§ 2º — *Bebidas*

(Selagem direta)

A saber:

I — Aguas minerais naturais, de origem nacional. medicinas ou não:

Por meia garrafa	\$030
Por meio litro	\$045
Por garrafa	\$060
Por litro	\$090

II — Aguas artificiais e as denominadas sifão ou soda, hidromel, cidra, "ginger-ale", agua tônica, refrescos gasosos e de frutas ou plantas e outras bebidas que se lhes possam assemelhar; xaropes próprios para refrescos:

Por meia garrafa	\$150
Por garrafa	\$300
Por meio litro	\$225
Por litro	\$450

III — Preparados destinados ao fabrico de aguas minerais artificiais ("hidrolitol" e semelhantes), de qualquer modo acondicionados, por unidade:

De peso até 5 gramas	\$020
Pesando mais de 5 gramas, por 5 gramas ou fração excedente, mais	\$020

IV — Cerveja:

1º — de alta fermentação:

Por meia garrafa	\$140
Por meio litro	\$210
Por garrafa	\$286
Por litro	\$420

2º. — de baixa fermentação:

Por meia garrafa	\$200
Por meio litro	\$300
Por garrafa	\$400
Por litro	\$600

V — Amargos e aperitivos, tais como:

"Amer-picon", aperital, "bitter", "dubonet", "fernet",

ferro-quina, "vermouth", "vermouths" quinados e semelhantes:

Até 18 graus:

Por meia garrafa	\$800
Por meio litro	1\$200
Por garrafa	1\$600
Por litro	2\$400

De mais de 18 graus:

Por meia garrafa	1\$000
Por meio litro	1\$500
Por garrafa	2\$000
Por litro	3\$000

VI — Aguardente de França, de Jamaica, do Reno ou do Reino, e outras de origem estrangeiras, "brandy", "cognac", genebra, "gin", "kirsch" licores, vodka, whisky, licores, vodka, whishy, e quaisquer outras bebidas alcoólicas não incluídas nas demais alíneas deste parágrafo:

Por meia garrafa	1\$400
Por meio litro	2\$100
Por garrafa	2\$800
Por litro	4\$200

VII — Vinhos espumosos e tipos "Champagne", nacionais:

Por meia garrafa	1\$000
Por meio litro	1\$500
Por garrafa	2\$000
Por litro	3\$000

VIII — Vinho, assim considerado exclusivamente o produto obtido pela fermentação alcoólica da uva madura esmagada ou do suco da uva madura, nacional:

1°. Contendo menos de 12 % de álcool em volume:

Por meia garrafa	\$066
Por meio litro	\$090
Por garra	\$120
Por litro	\$180

Contendo 12 % ou mais de álcool em volume:

Por meia garrafa	\$100
Por meio litro	\$150
Por garrafa	\$200
Por litro	\$300

IX — Bebidas obtidas exclusivamente pela fermentação alcoólica produzida pelo suco de frutas que não a uva ou de plantas do país:

1°. Contendo menos de 12 % de álcool em volume:

Por meia garrafa	\$060
Por meio litro	\$090
Por garra	\$120
Por litro	\$180

2º Contendo 12 % ou mais de álcool em volume:

Por meia garrafa	\$100
Por meio litro	\$150
Por garrafa	\$200
Por litro	\$300

X — Bebidas obtidas pela fermentação do suco de frutas que não a uva, ou plantas do país e adicionadas de substâncias destinadas a conservar, adoçar, etc., e obrigatoriamente rotuladas com "Nectar":

Por meia garrafa	\$240
Por meio litro	\$360
Por garrafa	\$480
Por litro	\$720

XI — "Vermouths", quinados e semelhantes cuja graduação alcoólica não ultrapassar 18 graus e que forem fabricados no Brasil com o emprêgo de vinho nacional natural de uva ou de laranja, na proporção de 70 %, no mínimo, e de açúcar e álcool também nacionais:

Por meia garrafa	\$200
Por meio litro	\$300
Por garrafa	\$400
Por litro	\$600

XII — Graspa, assim compreendida a aguradente extraída do bagaço ou dos resíduos de uvas; aguardente de cana (cachaça) de mandioca (tiquira) de milho ou de batata, de produção nacional, ou de qualquer outra fruta ou planta do país até 74° Gay Lussac (28° Cartier)

1º simples:

Por meia garrafa	\$100
Por meio litro	\$150
Por garrafa	\$200
Por litro	\$300

2º, adicionadas de caramelos ou de cascas, ervas, raízes, etc., tais como "laranjinha" e outras bem assim as coloridas por qualquer processo, na própria fábrica:

Por meia garrafa	\$200
Por meio litro	\$300
Por garrafa	\$400
Por litro	\$600

XIII — Vinhos de procedência estrangeira, naturais de uva ou de qualquer outra fruta ou planta:

A saber:

1º. — Até 14° de alcool:

Por meia garrafa	\$400
Por meio litro	\$600
Por garrafa	\$800
Por litro	\$1200

2º. — De mais de 14º de alcool até 24º:

Por meia garrafa	1\$000
Por meio litro	1\$500
Por garrafa	2\$000
Por litro	3\$000

3º. — De mais de 24º de alcool:

Por meia garrafa	1\$500
Por meio litro	2\$250
Por garrafa	3\$000
Por litro	4\$500

XIV — “Champagne” e outros vinhos espumosos de

Por meia garrafa	6\$000
Por meio litro	9\$000
Por garrafa	12\$000
Por litro	18\$000

Notas

1ª — Entende-se por meia garrafa o recipiente de capacidade até 1/3 ou 0,333 do litro; por meio litro o que exceder de 0,333 até 0,500; por garrafa o que exceder de 0,500 até 2/3 ou 0,666 do litro; e por litro o que exceder de 0,666 até 1.000; concedida uma tolerância até 10 %, cobrando-se o imposto na razão da capacidade do recipiente. No vasilhame maior de um litro a fração será calculada nessa razão.

2ª — Considera-se matéria prima o mosto não adicionado de substância conservadora;

3ª — Entende-se por sifão a água potável adicionada simplesmente de gás carbônico;

4ª — Considera-se cerveja de “alta fermentação” a que sofrer os processos de fermentação nas *tinhas*, *tonéis* ou *tanques*, à temperatura natural ambiente sem resfriamento artificial, quer para a citada fermentação, quer para os depósitos em que ficar engarrafada aguardando completa maturação. As cervejas que forem adicionadas de gás carbônico serão consideradas de baixa fermentação.

5ª — As estampilhas de vinho nacional empregadas nos “vermouths” e vinhos quinados de que trata a alínea VI, deverão ser entregues à repartição arrecadadora respectiva, de acordo com a letra l do § 1º, do art. 141, deste regulamento.

6ª — O estampilhamento dos preparados da alínea III recairá diretamente sobre cada unidade de 5 gramas ou fração.

7ª — Só se considera “vinho” o produto obtido pela fermentação alcoólica da uva madura esmagada ou do suco da uva madura, ficando proibida a venda sob tal denominação de produtos obtidos por outra qualquer forma.

Quando o líquido for obtido pela fermentação alcoólica do suco produzido por qualquer outra fruta ou por planta, a designação terá sempre de ser composta, acrescentando-se logo o nome da fruta ou planta fermentada. Exemplo: “vinhos de cajú”, “vinho de laranja”, etc. (Lei n. 459, de 20-10-1937 — art. 2º e seus §§ 1º e 2º). *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000.*

8ª — As bebidas constantes da alínea X serão obrigatoriamente rotulada como “Nectar”. *Multa de 500\$ a 1:000\$000.*

9ª — Os vinhos nacionais licorosos ou especializados, adocicados ou sucos e alcoolizados, tais como os de tipo “Moscatel”, “Mal-

vasia", "Velho" e semelhantes, estão incluídos na alínea VIII, inciso 2º deste parágrafo e, como tais, sujeitos às respectivas taxas.

10ª — A verificação do teor alcoólico das bebidas da alínea XII, far-se-á sempre em aloômetro de escala Gay-Lussac, a 15º centígrados.

§ 3º — Alcool

(Selagem direta)

Alcool de uva, cana, mandioca, milho ou batata, ou de qualquer fruta ou planta, assim considerado o produto quando de mais de 74º Gay-Lussac (28º Cartier) de qualquer procedência:

Por meia garrafa	\$100
Por meio litro	\$150
Por garrafa	\$200
Por litro	\$300

Notas

1ª — As estampilhas do álcool empregado como matéria prima de qualquer outro produto, taxado ou não, ou desdobrado em aguardente, deverão ser entregues à repartição arrecadadora respectiva, de acordo com a letra *l*, do § 1º, do art. 111.

2ª — A verificação do teor alcoólico será feita sempre em aloômetro de escala Gay-Lussac, a 15º centígrados.

§ 4º — Fósforos, bolinhas acendedoras, isqueiros e acendedoros

(Selagem direta)

a) Fósforos de madeira, cera ou de qualquer espécie.

Carteirinha ou caixinha, contendo até 20 palitos	\$016
Caixa ou carteira contendo até 60 palitos	\$035
Cada 60 palitos a mais ou fração dessa quantidade, contidos na mesma caixa ou carteira	\$035

b) — bolinhas acendedoras ou fósforos em pilulas ou de qualquer forma ou feitiço:

Caixa ou caixinha contendo até 20 bolinhas ou pilulas	\$025
Caixa ou caixinhas, contendo até 60 bolinhas ou pilulas	\$035
Cada 60 bolinhas ou pilulas a mais ou fração dessa quantidade, contidas na mesma caixa ou caixinha	\$035

c) — metais, metaloides e pedras de tamanho até 0,005, preparados para isqueiros ou acendedoros automáticos, de qualquer modo acondicionados por unidade \$020

cobrando-se mais \$020 por 0,005 ou fração excedente dos aludidos objetos.

d) isqueiros, acendedoros e quaisquer outros aparelhos semelhantes, destinados a fins idênticos, por unidade:

I — de ferro, aço, zinco, estanho ou de outro qualquer metal ordinário, simples	\$500
Envenizados, pintados, cromados ou niquelados	1\$000
Esmaltados a fogo	2\$000
Com enfeite ou incurstação de madreperla ou tararuga	9\$000

II — De cobre, alumínio, níquel ou de liga deste com outros metais ordinários, simples, envernizados, pintados, cromados ou niquelados	2\$000
Esmaltados a fogo, com enfeites ou incrustação de madre-pérola ou de tartaruga	3\$000
III — De qualquer metal ordinário, prateados ou dourados	3\$000
De osso, búfalo, chifre, galalite e semelhantes, simples	2\$000
Com enfeites ou incrustações de madre-pérola ou tartaruga	3\$000
IV — De metais preciosos:	
De prata	7\$000
De ouro	10\$000
De platina	10\$000

Nota

Os aparelhos de metal precioso, que contiverem liga de qualquer metal ordinário, superior a 98 %, ficarão sujeitos à mesma taxa dos fabricados do metal precioso contido nos mesmos, com a abatimento de 50 %.

§ 5º — Sal

(Selagem direta, exceto quanto ao sal grosso, refinado, moído ou ritulado, ou de qualquer modo beneficiado, nacional, a granel ou acondicionado em volumes que não sejam frascos de vidro ou lonça (alíneas I e II) e ao sal grosso de procedência estrangeira (alínea I), casos em que o regime de pagamento do imposto será o seguinte: por guia, quando de procedência nacional, cobrado o imposto no porto de origem; por verba, quando de origem estrangeira, ou quando de procedência nacional, com o imposto a pagar no porto de destino).

a) o cloreto de sódio grosso, moído ou triturado;

b) idem impuro, refinado ou purificado.

A saber:

I — Grosso de qualquer procedência, por quilograma ou fração, peso bruto	\$020
II — Refinado, moído ou triturado, purificado ou de qualquer outro modo beneficiado, nacional, a granel ou acondicionado em volumes que não sejam frascos de vidro ou louça, por quilograma ou fração, peso bruto	\$040
III — Impuro, em cristais pequenos e brancos, refinado, moído, triturado ou purificado, de qualquer modo acondicionado, de origem estrangeira, por 250 gramas ou fração, peso líquido	\$030
IV — Refinado, moído ou triturado, purificado, ou de qualquer modo beneficiado, nacional, acondicionado em frasco de vidro ou louça, por 250 gramas ou fração, peso líquido	\$030

Notas

1ª. O sal nacional, de qualquer qualidade, que, tendo pago o imposto estabelecido na alínea II, for posteriormente, acondicionado em frascos de vidro ou louça ficará sujeito ao pagamento da taxa integral estabelecida na alínea IV.

2ª. Será cobrado com 50 % de abatimento o imposto de consumo sobre sal nacional, destinado ao salgamento de peixe, quando importado dos centros produtores por colônias ou sindicatos de pescadores e por sociedades cooperativas de pescadores.

§ 6º — *Calçados*

(Selagem direta)

Sobre os de qualquer espécie, tipo, formato, qualidade ou matéria (inclusive as perneiras e as polainas), com o preço de venda no varejo marcado pelo fabricante, por par:

I — Nacionais:

Até o preço de 5\$000	\$100
De mais de 5\$000 até 12\$000	\$300
De mais de 12\$000 até 20\$000	\$600
De mais de 20\$000 até 30\$000	1\$000
De mais de 30\$000 até 50\$000	2\$000
De mais de 50\$000 até 75\$000	3\$000
De mais de 75\$000 até 100\$000	4\$000
De mais de 100\$000 ou sem preço marcado pelo fabricante.	6\$000

II — Estrangeiros de qualquer preço 6\$000

Notas

1ª. Os fabricantes são obrigados a marcar na parte interna de cada perneira ou polaina e na externa do solado dos calçados, em cada pé, por forma indelével, em caracteres bem visíveis, de altura não inferior a oito milímetros, o preço máximo de venda no varejo, que serviu de base ao estampilhamento. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000.*

2ª. Os comerciantes não poderão vender calçados por preço superior ao que foi marcado pelo fabricante. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000.*

§ 7º — *Perfumarias e artigos de toucador*

(Selagem direta) — Peso bruto —

I — Extratos:

Até 10 gramas	\$200
De mais de 10 até 25 gramas	\$500
De mais de 25 até 50 gramas	1\$500
De mais de 50 até 100 gramas	3\$000
Cobrar-se-á mais por 100 gramas ou fração	3\$000

II Águas de Colônia, de quina, de rosas, quando preparadas em álcool de alfavema, vinagres aromáticos e semelhantes; lições, tónicos e preparações semelhantes, perfumadas, mesmo indicadas para vigorar os cabelos e a barba ou curar doenças do couro cabeludo, bem

como as não perfumadas que não forem consideradas especialidades farmacêuticas:

Por 150 gramas ou fração \$600

III Águas de “maquillage”, de beleza, embora empregadas como de efeitos medicinais à pele, para tirar manchas, espinhas, etc., limpá-la, amaciá-la e preservá-la, depilatórios e desodorantes líquidos, e demais preparações semelhantes:

Por 100 gramas ou fração \$400

IV — Tônicos e tinturas para os cabelos e a barba e preparações semelhantes que instantânea ou progressivamente os tinjam, clareiem, escureçam ou lhes restituam a côr, ainda que apresentados como medicamentos, sejam líquidos, emulsivos, pastosos ou sólidos:

Por 300 gramas ou fração 1\$200

V — Pó de arroz perfumado:

Por 30 gramas ou fração \$250

VI — Pós de arroz e de sabão, perfumados ou não, acondicionados em envoltórios de papel ou papelão, como o peso mínimo de um quilo, com a indicação no rótulo: “para consumo em barbearias”:

Por quilo ou fração 2\$200

VII — Talco (silicato de magnésia, hidratado, sem mistura) sem perfume e adicionado ou não de substâncias aderentes ou medicamentosas:

Por 150 gramas ou fração \$600

VIII — Talco (silicato de magnésia hidratado, sem mistura) perfumado e adicionado ou não de substâncias aderentes ou medicamentosas:

Por 150 gramas ou fração \$200

IX — Rouges e carmins líquidos, próprios para a pele e lábios; pastas, pós, líquidos, vernies e seus removedores, esmaltes destruidores de películas e produtos semelhantes empregados na conservação, limpeza ou embelezamento das unhas:

Por 10 gramas ou fração \$150

X — Rouges e carmins sólidos, “crayons” para os olhos e produtos semelhantes:

Por 10 gramas ou fração \$300

XI — Brilhantinas, mandolinas, cosméticos, fixadores de cabelo e preparações semelhantes, perfumadas ou não:

Por 20 gramas ou fração \$150

XII — Óleos perfumados e brilhantinas líquidas:

Por 50 gramas ou fração \$150

XXII — Cremes e pomadas próprias para amaciar, embelezar, limpar e preservar a pele, cremes, pomadas e pós desodorantes e depilatórios e demais preparações semelhantes:

Por 50 gramas ou fração \$600

XIV — Sabões e sabonetes perfumados, excluídos os sabões líquidos:

Por 25 gramas ou fração..... \$060

XV — Sabões e sabonetes não perfumados, excluídos os sabões líquidos:

Por 50 gramas ou fração..... \$030

XV — Sabões líquidos, perfumados ou não:

Por 100 gramas ou fração..... \$120

XVII — Pós, pastas e sabões dentifrícios e cremes para barbear:

Por 50 gramas ou fração..... \$200

XVIII — Dentrífícios líquidos:

Por 100 gramas ou fração..... \$200

XIX — Pastilhas, tabletes, lentilhas, trociscos ou troquiscos perfumados, sais perfumados para banhos e outras utilidades, e produtos semelhantes:

Por 20 gramas ou fração..... \$150

XX — Lança perfumes e bisnagas para folguedos carnavalescos e outros:

Por 30 gramas ou fração..... \$150

XXI — Essências simples ou combinadas e óleos puros, naturais ou artificiais, que constituem matéria prima de perfumarias, quando vendidos a varejo ou a consumidores:

Por 10 gramas ou fração..... 1\$500

XXII — Amôneas para toilette:

Por 150 gramas ou fração..... \$150

NOTAS

1ª — A selagem dos pequenos estojos para bolsa poderá ser feita com um só selo correspondente às diversas incidências, aposto no fecho do objeto.

2ª — Será admitida sobre o peso base do pagamento do imposto dos produtos em recipiente de vidro ou louça a tolerância de 10 % e a de 5 % para os demais.

3ª — Os produtos incluídos nas diversas alíneas deste parágrafo, mesmo considerados especialidades farmacêuticas pelas repartições competentes, incidem no imposto como perfumaria.

4ª — Os produtos da alínea II, quando contiverem 8 % ou mais de essência, pagam as taxas estipuladas na alínea I.

5ª — As loções, tônicos, águas de Colônia e demais preparações semelhantes de que trata a alínea II, quando perfumadas e pesarem bruto menos de 150 gramas, ficam sujeitas às taxas da alínea I.

Esses produtos de que tratam as alíneas VII e VIII, quando acondicionados de forma a que o peso bruto seja inferior a 120 gramas, ficam sujeitos às taxas da alínea V.

6ª — As amostras dos produtos a que se referem as alíneas I e II e que tiverem o peso máximo de 5 gramas, bem como as das demais perfumarias que tiverem o peso máximo de 10 gramas e trouxerem, umas ou outras, no rótulo ou no próprio objeto, em letras maiores que as da respectiva marca, a expressão "amostra gra-

tis" pagarão apenas \$020 por unidade, excetuando as de essências simples ou óleos puros que incidem no imposto integral (alínea XXI: qualquer que seja o peso, e as de sabões ou sabonetes não perfumados que estarão isentos do imposto, desde que, passando até 10 gramas, preencham as condições estabelecidas no art. 7º, letra f.

7º — Os que venderem a consumidores as essências simples e os óleos puros ficam equiparados aos fabricantes de perfumarias sujeitos a registro e a escrita fiscal; passando ao regime de produção nacional os produtos estrangeiros da alínea XXI postos em comércio para o consumo público.

8º — Quando se tratar de produto cujo preço da importação ou da fábrica, por unidade tributada, for superior a 10\$000 e o imposto devido não corresponder, no mínimo, a 10 % daquele preço, ficará sujeito ao tributo na referida proporção de 10% , desprezando-se, no resultado, a fração inferior a \$050 e integralizando-se para \$100 a superior àquela quantia. Entende-se por unidade tributada a quantidade de produto que serviu de base ao estabelecimento de cada uma das taxas. Assim, na alínea II, águas de Colônia, etc., a unidade tributada é 150 gramas.

§ 8º — Especialidades farmacêuticas

(Selagem direta)

Classe I

Cápsulas, pílulas, cachets, tabloides, comprimidos, géculas, ovóides, pastilhas, pérolas, drágeas, glóbulos, confeitos, balas, grânulos, acondicionados em estojos, vidros, caixas, envelopes ou outros quaisquer envólucros, contendo de produto:

pesando, em média, cada unidade, até 39 centigramas:

Até 2 unidades.....	\$020
De mais de 2 até 6 unidades.....	\$040
De mais de 6 até 12 unidades.....	\$060
De mais de 12 até 36 unidades.....	\$080
De mais de 36 até 60 unidades.....	\$150
De mais de 60 até 100 unidades.....	\$300

O que exceder de 100 unidades pagará mais \$300, por 100 unidades ou fração.

Passando, e em média, cada unidade, mais de 30 contegramas:

Até 2 unidades.....	\$030
De mais de 2 até 16 unidades.....	\$060
De mais de 6 até 12 unidades.....	\$100
De mais de 12 até 50 unidades.....	\$200
De mais de 50 até 100 unidades.....	\$400

O que exceder de 100 unidades pagará mais \$400 para cada quantidade de 100 ou fração.

Classe II

Glóbulos, pílulas, tabletes, comprimidos e grânulos homeopáticos, contidos em quaisquer envólucros, pesando:

Até 10 gramas.....	\$060
De mais de 10 até 20 gramas.....	\$080

De mais de 20 até 30 gramas.....	\$100
De mais de 30 até 40 gramas.....	\$200
Demais de 40 até 50 gramas.....	\$400

O que exceder de 50 gramas pagará mais \$400, por 50 gramas ou fração.

Classe III

Velas medicinais, óvulos, supositórios, pessários solúvel, tampões medicinais, bugias e lapis medicinais, trociscos, trociscos de mentol, como cristais japoneses e outros, acondicionados em quaisquer envólucros, contendo de produto:

Até 2 unidades.....	\$400
De mais de 2 até 6 unidades.....	\$200
De mais de 6 até 12 unidades.....	\$300
De mais de 12 até 25 unidades.....	\$500

O que exceder de 25 unidades pagará pelo acréscimo de cada 25 unidades ou fração mais \$500.

Classe IV

Papéis químicos, com qualquer composição, cigarros medicinais, papeis sinapisados, papeis anti-asmáticos e outros medicamentos acondicionados em papeizinhos ou envelopes, cujo conteúdo corresponda a uma dose medicamentosa.

De 1 até 20 unidades.....	\$150
De mais de 20 até 50 unidades.....	\$300

O que exceder de 50 unidades, pagará para cada 50 unidades ou fração mais \$300.

Classe V

Óleos medicinais, injeções uretrais, elixiros, xaropes, vinhos e licores medicinais, emulsões, magnésias leitosas, soluções medicinais, hidrolatas, bálsamos, líquidos, linimentos, fomentações, embrocações, alcoollatas e alcoollaturas, extratos medicinais, tinturas e quaisquer outros medicamentos líquidos não discriminados, para uso interno ou externo, acondicionados em quaisquer vasilhames, de conteúdo líquido:

Até 60 cc.....	\$060
De mais de 60 até 130 cc.....	\$080
De mais de 130 até 200 cc.....	\$100
De mais de 200 até 350 cc.....	\$200
De mais de 350 até 600 cc.....	\$400
De mais de 600 até 1.000 cc.....	\$600

O que exceder de 1.000 cc. pagará por 1.000 cc. ou fração, mais \$600.

Todos os produtos desta classe, que contenham menos de 30 cc., pagarão de acôrdo com a classe VI.

Classe VI

Gotas de qualquer espécie, inclusive as de especialidades homeopáticas para uso interno ou externo, bem como intratos, acondicionado sem quaisquer vasilhames, de conteúdo líquido:

Até 10 cc.....	\$080
De mais de 10 até 20 cc.....	\$100

De mais de 20 até 40 cc.....	\$200
De mais de 40 até 75 cc.....	\$400
De mais de 75 até 150 cc.....	\$600

O que exceder de 150 cc. pagará por 150 cc. ou fração, mais \$600

Classe VII

Produtos de quaisquer espécies injetáveis por via subcutânea, intramuscular e intravenosa, contidos em ampolas ou outros recipientes, acompanhados ou não de solução isotonicizadora.

Capacidade de	Embalagem contendo 1 unidade	Id. id. de 2 a 6 unidades	Id. id. de 7 a 12 unidades	Id. id. de 13 a 30 unidades	Id. id. de 31 a 100 unidades	Id. id. de mais de 100 unidades para cada grupo de 12 fração
Até 3 cc....	\$200	\$400	\$800	1\$200	4\$000	mais \$800
Mais de 3 até 12 cc.....	\$400	\$800	1\$200	1\$000	6\$000	mais 1\$200
Mais de 12 até 60 cc.	\$600	1\$200	2\$000	4\$000	12\$000	mais 2\$000
Mais de 60 até 120 cc. — Em embalagem contendo qualquer quantidade; cada unidade.....						\$800
Mais de 120 até 300 cc. — Em embalagem contendo qualquer quantidade cada unidade.....						1\$000
Mais de 300 até 600 cc. — Em embalagem contendo qualquer quantidade, cada unidade.....						1\$200
Mais de 600 cc. — Em embalagem contendo qualquer quantidade, cada unidade.....						1\$500

Classe VIII

Substâncias sólidas destinadas a injeções, acompanhadas ou não de solução dissolvente, em qualquer recipiente:

Por unidade:

Até 15 centigramas.....	\$100
De mais de 15 até 45 centigramas.....	\$200
De mais de 45 até 75 centigramas.....	\$300
De mais de 75 até 1 grama.....	\$400

O que exceder de 1 grama pagará \$400 por grama ou fração que acrescer.

Classe IX

Conservas medicinais, pomadas, pastas e cremes medicinais inguentos, geles medicinais, bálsamos sólidos ou pastosos, acondicionados em quaisquer recipientes, de capacidade líquida:

Até 40 cc.....	\$100
De mais de 40 cc. até 75 cc.....	\$200
De mais de 75 cc. até 150 cc.....	\$300

De mais de 150 cc. até 300 cc.....	\$400
De mais de 300 cc. até 600 cc.....	\$500

O excesso pagará para cada 600 cc. ou fração mais \$500.

Classe X

Sementes (Psilium e outras), quando especialidade farmacêuticas, granuladas e sacaretos de qualquer variedade, vermiculados, granuliformes, esféricos, etc., sais granulados, efervescentes ou não, pós medicinais compostos ou não, pós anti-asmáticos de quaisquer substâncias, fondantes, acondicionadas em quaisquer recipientes, de capacidade líquida:

Até 5. cc.....	\$100
De mais de 50 cc. até 75 cc.....	\$200
De mais de 75 cc. até 100 cc.....	\$300
De mais de 100 cc. até 150 cc.....	\$400
De mais de 150 cc. até 150 cc.....	\$500

O excesso pagará para cada 300 cc. ou fração mais \$500.

Classe XI

Farinhas medicinais, biscoitos medicinais, cacau ou chocolates medicinais, chá medicinais compostos ou não, em qualquer acondicionamento (latas, caixas, pacotes, ou vidros, etc.), de peso líquido:

Até 100 gramas.....	\$040
De mais de 100 até 150 gramas.....	\$060
Demais de 150 até 300 gramas.....	\$080
De mais de 300 até 600 gramas.....	\$100
De mais de 600 até 1.000 gramas.....	\$200

Os de peso líquido excedente pagarão, por quilo ou fração, mais \$200.

Classe XII

Água inglesa, água oxigenada e magnésia fluida; líquido de Daquin, lisol, losoformio, creolina, e outros produtos semelhantes, inseticidas líquidos, para usos domésticos, tais como: flit, fly-tox e similares, acondicionados em qualquer embalagem de volume líquido:

Até 75 cc.....	\$040
De mais de 75 até 150 cc.....	\$060
De mais de 150 até 260 cc.....	\$080
De mais de 260 até 500 cc.....	\$100
De mais de 500 até 1.000 cc.....	\$200

O que excederem de 1.000 cc., pagarão mais \$200 por 1.000 cc. ou fração.

Classe XXII

Cataplasmas, ouataplasmas e outros, algodão termogêneo ou outros compostos, com substâncias revulsivas, idem iodado, em vidros, caixas, envelopes ou outro qualquer acondicionamento, de peso líquido:

Até 100 gramas cada unidade.....	\$100
----------------------------------	-------

O excedentes do peso pagará para cada 100 gramas ou fração mais \$100.

Classe XIV

Emplastros porosos de qualquer qualidade, para calos e outros fins, avulsos, em caixas ou em outros quaisquer envoltórios:

Cada unidade, até 0,025 x 0,015.....	\$020
De maior dimensão, por unidade.....	\$050

Classe XV

Águas minerais naturais de fontes estrangeiras, medicinais ou não:

Por meio de garrafa.....	\$200
Por meio de litro.....	\$300
Por garrafa.....	\$400
Por litro.....	\$600

NOTAS

1ª — Especialidade farmacêutica é todo produto que, trazendo nos seus rótulos, etiquetas ou bulas, indicações terapêuticas, dose e modo de usar, etc., é vendido sob denominação especial, em embalagem destinada ao consumidor e que, ao contrário dos produtos oficiais, carece de licença especial da Saúde Pública para ser posto à venda. Estas condições não se aplicam aos produtos que, não sendo especialidades farmacêuticas, como aqui se define, estão entretanto, incluídos nas diversas classes deste parágrafo.

2ª — Incluem-se entre as especialidades farmacêuticas os produtos opoterápicos de qualquer espécie, os sôros biológicos e as vacinas de qualquer espécie.

3ª — Para as especialidades farmacêuticas, sujeitas ao imposto de consumo pelo peso e pelo volume, admitida a tolerância de 5 % sobre a base do pagamento do imposto.

4ª — Os rótulos apostos aos recipientes contendo especialidades farmacêuticas indicarão, obrigatoriamente, a classe referente a cada produto e ainda:

a) das classes I e VIII: o número de unidades e o peso líquido médio de cada uma;

Das classes V, VI, IX, X e XII: a capacidade dos recipientes expressa em centímetros cúbicos;

Das classes III, IV e XIV: o número de unidades;

Da classe VII: o número de unidades e a capacidade de cada uma;

Das classes II, XI e XIII: o peso líquido do conteúdo;

b) nas especialidades farmacêuticas estrangeiras essas indicações constituem obrigação dos importadores, que as farão constar da nota de despacho e da guia de aquisição de selo, repetindo-as, por meio de etiqueta ou carimbo, nos produtos;

c) as infrações das exigências desta nota serão constatadas em auto de infração pelos agentes fiscais do imposto de consumo e funcionários encarregados da fiscalização das rendas internas, e em representação pelos conferentes das alfândegas, quando as verificarem e reconhecerem e punidas com a multa de 200\$ a 400\$000 imposta aos fabricantes ou importadores e aos expositores à venda.

5ª — Quando o imposto for calculado pela capacidade será cobrado sobre o total do recipiente.

6ª — Quando, por necessidade da fiscalização, for, aberta uma especialidade farmacêutica, o funcionário que assim tiver procedido fará no envoltório respectivo, datada e assinada, a seguinte declaração — “Aberto para fiscalização”.

§ 9º — *Conservas*

(Selagem direta, exceto quanto ao bacalhau e ao peixe a granel de origem estrangeira, cujo imposto será cobrado por verba, na ocasião do despacho).

I —	Carnes e peixes em conserva de produção nacional acondicionadas em latas, tinas, barricas ou caixas; e as línguas secas, de fumeiro e em salmoura, a granel ou de qualquer modo acondicionadas, por quilograma ou fração, peso bruto.....W.....	\$060
II —	Carnes e peixes em conserva, de procedência estrangeira, conservas de carne de qualquer espécie, presuntos, línguas afiambradas, chouriços, linguíças, salchichas, salames, mortadelas, galantine, queijo-porco, salpicão, morcela, extratos, caldas, pastas, geléias e outras preparações semelhantes outros crustáceos de qualquer espécie, em conserva de vinagre, azeite ou de qualquer outro preparados; por 100 gramas ou fração, peso bruto...	\$040
III —	Mostarda em massa ou em pó, pimenta, canela em pó, simples ou composta, condimentos culinários, molho inglês e colorantes, acondicionados em caixas, latas ou vidros, por 100 gramas ou fração, peso bruto.....	\$030
IV —	Legumes e frutas em conservas, simples ou mistos, em massa, salmoura ou de qualquer outro modo preparados, por 100 gramas ou fração, peso bruto	\$040
V —	Doces de qualquer espécie, preparados em calda, massa, geléia, açúcar cristalizado, etc.; frutas secas ou passadas, em calda ou em compota, por 250 gramas ou fração, peso bruto.....	\$060
VI —	Idem, idem, de procedência estrangeira, por 250 gramas, peso bruto.....	\$100
VII —	Chocolate comum de refeição, em pó ou em massa, de produção nacional, por 50 gramas ou fração, peso bruto.....	\$010
VIII —	Chocolate de qualquer qualidade, em pó ou em massa, de procedência estrangeira, por 100 gramas ou fração, peso bruto.....	\$040
IX —	Biscoitos, bolachas e semelhantes, acondicionados em latas e outros envoltórios, por 50 gramas ou fração, peso bruto.....	\$020
X —	Cereais e farináceos, que se apresentarem semimoidos, em lâminas, flocos ou de qualquer outro modo beneficiados, quando acondicionados em latas, pacotes, caixas, vidros ou sacos, de peso bruto até 2 quilogramas; farinha alimentícias compostas, assim considerada a mistura de quaisquer farinhas ou a adição, a uma ou a mais de uma, de	

	açúcar, cacau, chocolate, leite, ovo, ou outra substância que aumente ou modifique suas propriedades alimentares; leite condensado ou concentrado, em emulsão, em pó ou em qualquer outro estado, por 125 gramas ou fração, peso bruto	\$020
XI —	Caramelos e balas, por 100 gramas ou fração, peso bruto	\$020
XII —	Bombons, confeitos e semelhantes por 50 gramas ou fração, peso bruto	\$030
XIII —	Fondantes, marrons-glacés e semelhantes, por 50 gramas ou fração, peso bruto	\$050

NOTAS

1ª — As conservas alimentícias, quando acondicionadas em recipientes de louça ou vidro, pagarão o imposto pelo peso líquido legal, fixado em 30 % do peso bruto a tara desses recipientes.

2ª — No peso bruto das demais conservas compreende-se tão somente o da mercadoria no seu primeiro envoltório, externo ou interno.

3ª — Compreende-se por “chouriço” a tripa grossa, cheia de carne com gordura e temperos e seca ao fumo; por “linguiça”, o chouriço delgado, e por “morcela”, a tripa cheia de sangue de porco.

4ª — Será permitida a selagem englobada dos produtos das alíneas VII IX, XI, XII e XIII que, acondicionados em pequenos volumes, tenham de ser expostos à venda em caixas, latas ou outros envoltórios até o peso de 500 gramas.

§ 10 — Vinagre e óleos adequados à alimentação

(Selagem direta)

a) — vinagre comum ou de cozinha, o composto para conservas, como o aromatizado a *Vestragon*, e semelhantes;

b) — o ácido acético líquido, sólido, cristalizado ou cristalizável, puro ou impuro;

c) — azeite de oliveira e óleos adequados à alimentação.

A saber:

I — O Vinagre:

1º — Obtido pela fermentação acética do vinho (natural de uva):

Por meia garrafa	\$020
Por meio litro	\$030
Por garrafa	\$040
Por litro	\$060

2º — Obtido pela fermentação acética de outros líquidos alcoólicos:

Por meia garrafa	\$040
Por meio litro	\$060
Por garrafa	\$080
Por litro	\$120

II — Acido acético:

1° — Líquido:

Por meia garrafa.....	\$300
Por meio litro.....	\$450
Por garrafa.....	\$600
Por litro.....	\$900

2° — Sólido:

Por 250 gramas ou fração, peso bruto.....	\$300
---	-------

I I — Azeite de oliveira:

Por meia garrafa.....	\$200
Por meio litro.....	\$300
Por garrafa.....	\$400
Por litro.....	\$600

IV — Azeite ou óleo de qualquer outra qualidade adequado à alimentação:

Por meia garrafa.....	\$080
Por meio litro.....	\$120
Por garrafa.....	\$100
Por litro.....	\$240

NOTAS

1° — E' vedada a fabricação de vinagres artificiais para uso alimentar (Lei n. 549, de 20-10-1937, art. 13).

2° — Quando o vinagre for obtido pelo fermentação acética de líquidos alcoolicos que não vinho (natural de uva) a sua designação terá sempre de ser composta, acrescentando-se em seguida à palavra "vinagre" o nome do líquido que o produziu. Exemplo: — "Vinagre de álcool", "Vinagre de vinho de laranja", etc. (Lei n. 549, de 20-10-1937, art. 42 parágrafo único). Multa de 500\$000 a 1:000\$000.

§ 11 — Velas

(Selagem direta)

I — De sebo ou de qualquer outra matéria semelhante, simples ou compostas:

Por 250 gramas ou fração, peso líquido.....	\$020
---	-------

II — De estearina, espermacete, parafina ou de composição:

Por 250 gramas ou fração, peso líquido.....	\$020
---	-------

III — De cera animal ou vegetal ou semelhantes, simples ou compostas:

Por 100 gramas ou fração, peso líquido.....	\$020
---	-------

IV — De qualquer composição, coloridas ou adornadas, por 100 gramas ou fração:

Peso líquido..... \$100

NOTA

As velas acondicionadas em pacotes maços, etc., pagarão o imposto correspondente ao peso total das contidas em cada volume.

§ 12 Tecidos

Selagem direta quando se tratar de tecido de seda de qualquer procedência; por guia, quando se tratar de outros tecidos de procedência nacional; e por verba quando se tratar de tecidos de origem estrangeira, exceto os de seda.)

Sobre os simples, mixtos ou compostos, a saber:

I — Tecidos de algodão (inclusive filó e “crepe santé” e semelhantes) por metro ou fração:

1° — Crús	\$030
2° — Brancos ou alvejados, tintos ou estampados lisos, entrançados, lavrados, sarjados, bordados, etc..	\$060
3° — Crús, brancos ou alvejados, tintos ou estampados, lisos, entrançados, lavrados, sarjados, bordados etc., com mescla de seda até 10 %.....	\$120

II — Tecidos de cânhamo, juta ou outras fibras não especificados, simples ou mixtos, por metro ou fração:

Crús	\$050
Brancos, tintos ou estampados.....	\$100

III — Tecidos de linho puro, por metro ou fração:

1° — Crús	\$300
2° — Brancos, tintos ou estampados.....	\$400
3° — Bordados crús, brancos, tintos ou estampados...	\$500

V — Tecidos de linho com outras fibras ou com algodão, por metro ou fração:

Crus	\$200
Brancos, tintos ou estampados.....	\$250
Bordados crus, brancos, tintos ou estampados.....	\$400

V — Tecidos de lã e algodão ou de lã e linho ou outras fibras por metro ou fração.....

De lã pura.....	\$500
	1\$000

VI — Tecidos de seda pura, de borra de seda ou de seda com outra ou outras matérias em que a percentagem de seda seja superior a 10 %, por metro ou fração

\$500

VII — Brocados, lhamas, telas e outros tecidos próprios para vestes sacerdotais e ornamentos de igreja, por 100 gramas ou fração:

Lavrados ou bordados de ouro, prata entrefina ou falsa, com ou sem matizes.....	\$700
Lavrados ou bordados, com assento ou fundo de ouro ou prata, entrefina ou falsa.....	\$900
Idem, idem, com ramos soltos ou ligados, de ouro ou prata, com ou sem matizes.....	1\$000
Idem, idem, com assento de ouro ou prata.....	1\$500
VIII — Volante, lhamas vidrilhos e outros tecidos semelhantes, urdidos com fios metálicos, dourados ou prateados, por 100 gramas ou fração.....	\$500
IX — Tecidos próprios para capotas de automóveis, alcatifas e passadeiras, em peça:	
1º — de algodão ou de linho, simples, mixtos, com ou tra qualquer matéria, executadas a lã e a seda, de côco, oleado, inclusive os de algodão, juta ou matéria semelhante (congoleum e linoleum, etc, simples ou mixtos por metro ou fração.....	\$400
2º — de seda ou de lã ou de seda ou lã com outra matéria, por metro ou fração:	
a) feitos a máquina.....	1\$500
b) feitos a mão.....	5\$000

NOTAS

1ª — Os tecidos recebidos ou adquiridos pelas fábricas e tinturarias, para beneficiamento, incidirão no acréscimo do imposto quando ficar provado, por meio da nota de que trata o art. 88 e das respectivas guias seladas, o pagamento da primitiva taxa, estando, em caso contrário, sujeitos ao imposto integral.

2ª — Considera-se alcatifa o tecido da natureza do tapete quando em peça, sujeito ao imposto de consumo por metro linear; e tapete, o mesmo tecido de alcatifa, quando constituir artefato acabado, produto este também sujeito a imposto de consumo, por unidade, sob a rubrica "artefatos de tecido".

3ª — Os retalhos de tecido de algodão, juta ou linho, simples ou mixtos, quando não excederem de 1m50, pagarão o imposto na razão de 200 gramas ou fração por metro.

4ª — Os tecidos meselados com matéria não especificada pagarão a taxa correspondente à matéria tributada.

5ª — A expressão "seda" compreende a seda animal, vegetal ou artificial, e a expressão "lã" a lã natural e artificial ou sintética.

6ª — Os tecidos denominados "ficha" ou "cinteiro" e "precinta" estão sujeitos ao imposto por metro ou fração, de acordo com a sua qualidade.

7ª — Para os efeitos deste regulamento, considera-se como "de seda" o tecido em que esta matéria entrar em percentagem superior a 10 %, sendo a proporção entre as matérias componentes aferida pelo número total de fios, contados na trama e na urdidura, em espaço que contenha todo o padrão.

8ª — Os tecidos da alínea I, incisos 1º e 2º, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 2\$000 por metro ficam sujeitos à taxa do inciso 3º da mesma alínea (\$120); e todos da referida alínea I, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 6\$000 ficam sujeitos à taxa de \$240 por metro ou fração.

9ª — Os tecidos da alínea III, incisos 1º e 2º, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 10\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa do inciso 3º da mesma alínea (\$500); e todos da referida alínea, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 20\$000, ficam sujeitos à taxa de 1\$000 por metro ou fração.

10 — Os tecidos mixtos da alínea V, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 20\$000, por metro, ficam sujeitos à taxa de 1\$000 por metro ou fração, e estes, bem como os de lã pura da mesma alínea, quando de preço (da fábrica ou da importação), superior a 40\$000, por metro ficam sujeitos à taxa de 2\$000 por metro ou fração.

11 — Os tecidos da alínea VI, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 20\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa de 1\$000 por metro ou fração, e quando de preço (da fábrica ou da importação), superior a 40\$000, ficam sujeitos à taxa de 2\$000 por metro, ou fração.

12ª — Aos preços "da fábrica ou da importação" a que se referem as notas (8ª e 11ª) applicam-se as regras contidas no art. 67, letras a e b deste regulamento.

13 — Os retalhos de tecidos de seda de que trata a alínea VI quando de dimensão inferior a tres metros, deverão ser selados directamente em cada metro, na razão de metro ou fração, seja qual for o tamanho dos mesmos.

§13 — *Artefatos de tecidos e de peles*

(Selagem directa, exceto quanto aos sacos, cujo imposto será pago por meio de guia, quando de produção nacional ou por verba, na occasião do despachó, quando de procedência estrangeira).

I — Cobertores e mantas ou colchas para cama, lençóis, chales echarpes, fichús, cache-nês e semelhantes, panos atalhados, para mesa, cobertas aveludadas ou cheias de algodão em pasta ou de qualquer outra matéria e toalhas para mesas, em peças ou não, por unidade:

1º, de algodão, juta cânhamo ou outras quaisquer fibras, simples ou mixtos, excetuada a seda;; de lã com qualquer outras matéria, excetuada a seda....	\$300
2º, de lã pura, de linho composto com outra ou outras matérias inclusive a seda até 10 %.....	1\$000
3º, de linho puro ou de seda em que a percentagem desta seja superior a 10 %.....	3\$000

II — Fronhas, guardanapos e panos para copa, em peças ou não, por unidade:

1º, de algodão, juta, cânhamo ou outras quaisquer fibras simples ou mixtos, executada a seda.....	\$300
2º, de algodão ou de lã com mescla de outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %.....	\$100
3º, de linho simples ou mixto, ou de seda em que a percentagem desta seja superior a 10 %.....	\$500

III — Toalhas para piso de banheiro, banho, rosto ou mão, por unidade:

1º, de algodão:	
até 0m,50 até 0m 90 de comprimento de largura..	\$040
demais de 0m,50 até 0m,90 de comprimento e de largura até 0m,65.....	\$100
de mais de 0m,90 até 1m,20 de comprimento e de largura até 0m,65.....	\$200
de mais de 1m,20 de comprimento e de qualquer largura	\$400
2º, de linho, simples ou mixtos, de qualquer tamanho.	\$500

IV — cortinas, cortinados, mosquiteiros, "stores" e semelhantes, por peça, ainda que se trate de par:

1º, de algodão juta, cânhamo ou outras quaisquer fibras, simples ou mixtos, inclusive a seda até 10 %; de lã com qualquer outra matéria inclusive a seda até 10 %.....	2\$000
2º, de lã pura, de linho composto com outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %.....	3\$000
3º, de linho puro ou de seda em que a percentagem desta seja superior a 10 %.....	5\$000

V — Paninhos bordados, rendados ou não, inclusive os confeccionados ou constituídos pelas próprias rendas, por peça, ainda que se trate de guarnição:

1º — de algodão, juta, cânhamo ou outras quaisquer fibras, simples ou mixtos, inclusive a seda até 10 %:	
Até 0m,10 de comprimento.....	\$050
De mais de 0m,10 até 0m,25.....	\$100
De mais de 0m,25 até 0m,50.....	\$300
De mais de 0m,50.....	\$600
2º — de lã pura, de linho composto com outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %:	
Até 0m,10 de comprimento.....	\$100
De mais de 0m,10 até 0m,25.....	\$300
De mais de 0m,25 até 0m,50.....	\$600
De mais de 0m,50.....	1\$500
3º — de linho puro ou de seda, em que a percentagem desta seja superior a 10 %:	
Até 0m,10 de comprimento.....	\$300
De mais de 0m,10 até 0m,25.....	\$600
De mais de 0m,25 até 0m,50.....	1\$000
De mais de 0m,50.....	3\$000

VI — Tapetes e capachos:

1º — de algodão, linho, juta, cânhamo, coco ou outras quaisquer fibras, simples ou mixtos, excetuadas a seda e a lã; de feltro, de oleado (congoleum, lino-leum, etc., por metro quadrado ou fração.....	\$500
2º — de lã ou de seda, simples ou mixtos, por metro quadrado ou fração:	
a) feitos a máquina.....	2\$000
b) feitos a mão.....	10\$000

VII — Baixeiras, coxonilhos, xergas e mantas para montaria, de qualquer qualidade, por unidade..... \$500

VIII — Camisas de dia ou de dormir, combinações, corpinhos, blusas e calças para senhoras e meninas; blusas operárias, ceroulas e cuecas para homens e meninos; camisetas internas para ambos os sexos; blusas, sungas, calções e roupas para banho ou para *sports*,

inclusive "culotes" para montaria ou qualquer outro fim, por unidade:

1° — de algodão puro.....	\$300
2° — de algodão ou de lã, com mescla de outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %.....	\$500
3° — de lã pura ou de linho simples ou mixto ou de seda, em que a percentagem desta seja superior a 10 %.....	1\$500

IXX — Pijamas para ambos os sexos, roupões para banho, robes de chambre, quimonos, "peignoirs" e semelhantes, camisas, com ou sem colarinhos ou punhos pregados, para homens e meninos, por unidade:

1° — de algodão puro.....	\$800
2° — de algodão ou de lã com mescla de outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %.....	1\$200
3° — de lã pura ou de linho simples ou mixto, ou de seda, em que a percentagem desta seja superior a 10 %.....	3\$000

X — Colarinhos, punhos, ligas para meias, suspensórios para calças e cintos, por unidade, exceto quanto aos punhos e às ligas, em que o imposto é pago por par:

1° — de algodão puro.....	\$200
2° — de algodão ou de lã com mescla de outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %.....	\$300
3° — de lã pura ou de linho, simples ou mixto, ou de seda, em que a percentagem desta seja superior a 10 %.....	\$600

XI — Lenços, em peças ou não, por unidade:

1° — de algodão puro.....	\$030
2° — de algodão ou de lã com mescla de outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %.....	\$100
3° — de lã pura ou de linho simples ou mixto, ou de seda, em que a percentagem desta seja superior a 10 %.....	\$500

XII Gravatas, por unidade:

1° — de algodão puro.....	\$300
2° — de lã, de linho puro ou com outra matéria ou matérias, inclusive a seda até 10 % ou de algodão com outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %.....	\$500
3° — de seda, em que a percentagem desta seja superior a 10 %.....	1\$000

XIII — Espartilhos, cintos, modeladores, "soutien-gorges" e semelhantes, por unidade:

1° — de algodão puro.....	\$300
2° — de lã ou de linho simples ou mixtos, com outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %, com ou sem elástico; de algodão, com outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %, com ou sem elástico.....	\$600

3° — de seda, em que a percentagem desta seja superior a 10 %, com ou sem elástico.....	2\$000
---	--------

XIV — Meias, por pé:

1° — de algodão puro:	
a) até 0m,18 de comprimento no pé.....	\$020
b) de mais de 0m,18 de comprimento no pé.....	\$040
2° — de linho simples ou mixtos; de algodão ou de lã, mixtos com outra ou outras matérias, executada a seda:	
a) até 0m,18 de comprimento no pé.....	\$050
b) de mais de 0m,18 de comprimento no pé.....	\$100
3° — de seda simples ou mixta ou de lã pura:	
a) até 0m,8 de comprimento no pé.....	\$150
b) de mais de 0m,18 de comprimento no pé.....	\$250

XVX — Sobretudos, capas, pelerines, capotes, juponas, "manteux" e casacos de agasalho, para ambos os sexos:

1° — De algodão ou de linho simples ou mixtos, com outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %	\$500
2° — De lã, com outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %.....	1\$500
3° — De lã pura ou de seda em que a percentagem desta seja superior a 10 %.....	3\$000

XVI — Artefatos de tecidos de ponto de meia ou de malha, com um sem costura, para ambos os sexos, tais como: blusas, casacos, camisas, camisetas, capas, capotes, chales, "cache-cols", combinações, corpinhos, coletes, ceroulas, cuecas, calças, calções, sungas, "maillots" e outras quaisquer roupas para banho, echarpes, gravatas, "manteux", "peignoirs", pijamas, "pull-overs", "sweaters", quimonos, "soutien-gorges", saias, vestidos e semelhantes, por unidade:

1° — De algodão puro.	\$300
2° — de algodão, com mescla de outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %.....	\$500
3° — De lã pura ou de linho puro ou com mescla de outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %	1\$000
4° — De seda pura ou com mescla de outra ou outras matérias em que a percentagem da seda seja superior a 10 %.....	1\$500

V H — Rendas feitas a máquina:

Por 10 gramas ou fração, peso bruto:

1° — De algodão, juta, cânhamo ou outras quaisquer fibras, simples ou mixtas, inclusive a seda até 10 %	\$040
2° — De lã ou de linho, simples ou mixtos com outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %.....	\$080
3° — De seda pura ou com outra qualquer matéria, em que a percentagem de seda seja superior a 10 %...	\$200

XVIII — Fitas, alças, galões, tiras, golas, palas, entremeios, cadarços, tranças, trancelins, dordões, franjas, borlas, aplicações, bordados ou não; por 10 gramas ou fração, peso bruto:

1º — De algodão, juta, cânhamo ou outras quaisquer fibras, simples ou mixtas, inclusive a seda até 10 %	\$020
2º — De lã ou de linho, simples, mixtas ou com outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %.....	\$040
3º — De seda pura ou com outra qualquer matéria em que a percentagem de seda seja superior a 10 %....	\$080

XIX Sacos, por unidade:

De algodão, cânhamo, juta ou outras fibras

1º — Oté 0m,60 de comprimento e 0m,45 de largura....	\$030
2º — De mais de 0m,60 até 1m,20 de comprimento e 0m,85 de largura	\$050
3º — De mais de 1m,20 de comprimento e de qualquer largura.	\$080

XX — Luvas, por par:

1º — De algodão, puro ou com outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %.....	\$400
2º — De lã ou de linho, puros ou com outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %.....	\$600
3º — De seda pura ou com outra qualquer matéria em que a percentagem de seda seja superior a 10 %...	1\$000
4º — De peles e semelhantes.....	3\$000

XXI — Boás, pelos, peles de agasalhos, “manchons” e semelhantes (incluídos os casacos, pelerines e “man-teaux”) e outros agasalhos de peles com pelos. preparados ou curtidos, com ou sem acabamento, ou forro, por unidade:

até 25\$000.	1\$000
de mais de 25\$ a 50\$.	2\$000
de mais de 50\$ a 100\$	4\$000
de mais de 100\$, por 100\$ excedente ou fração.....	4\$000

Quando em peças, por metro linear ou fração:

de largura até 0m,10.	1\$000
de mais de 0m,10 até 0m,25.....	2\$000
de mais de 0m,25.	4\$000

NOTAS

1ª — Os artefatos de tecidos mesclados com matéria não tributada pagarão a taxa correspondente à matéria tributada.

2ª — O comprimento da meia, tomado naturalmente, sem distensão do tecido, é medido na maior extensão do pé.

3ª — Os artefatos da alínea XV, quando forrados de seda, pagarão mais 50 % sobre as respectivas taxas.

4ª — Os artefatos de tecidos, a que se referem as alíneas I a IV, VIII, IX, XI, XIII e XIV, quando enfeitados com franjas, aplicações, rendas, entremeios ou bordados, pagarão o dobro das respectivas taxas, assim não se considerando, porem, as franjas das toalhas da alínea III, as simples “baguettes” das meias, ainda que com pe-

quena figura ou ornato, como remate, ou uma letra ou monograma bordado com linha de algodão, em qualquer outro artefato.

5ª — No comprimento das toalhas não se incluem as franjas das extremidades.

6ª — As camisas para homens e meninos, que contiverem o peito de tecido diferente, pagarão o imposto de acordo com a taxa a que se subordinar o tecido do respectivo peito, excetuadas as da alínea XVI.

7ª — A “blusa operária”, incluída na alínea VIII, é o artefato de tecido de *algodão puro*, sem mangas ou com mangas, medindo até 22 centímetros de comprimento e sem gola.

8ª — Considera-se lenço o artefato que, em sua maior dimensão não exceder 50 centímetros. Se ultrapassar essa medida incidirá nas taxas da alínea I deste parágrafo.

9ª — Os tapetes, quando de preço (da fábrica ou da importação), superior a 250\$ por metro quadrado ou fração, ficarão sujeitos ao dobro da taxa estabelecida na alínea VI, inciso 2º, letra b.

10 — As calças, casacos ou paletós dos pijamas e as saias e blusas dos vestidos das alíneas IXX a XVI, quando vendidos separadamente, incidirão nas taxas das respectivas alíneas, por peça.

11 — Nos produtos constantes das alíneas XVII e XVIII, asX peças que, por unidade, tiverem peso até 30 gramas, poderão ser reunidas num s.. conjunto, pagando o imposto sobre o peso total desse conjunto e o selo será então aplicado no envoltório de apresentação, quer se trate de maço, pacote ou caixa, ficando entendido que, em tal hip..tese, cada volume não deverá exceder do peso de 500 gramas. *Multa de 600\$ a 1:200\$000.*

12 — Os fabricantes de sacos ficam obrigados, no que lhes seja applicavel, ao determinado pelo § 9º do art. 111, deste regulamento.

§ 14 — *Papel e seus artefatos*

(Selagem directa, exceto quanto aos produtos constantes da alínea I, incisos 1º a 4º, e da alínea II, inciso 3º, cuja selagem será por guia, quando de produção nacional, e por verba, por ocasião do despacho, quando de origem estrangeira.)

A saber:

I — Papel:

- | | |
|--|-------|
| 1º, de qualquer qualidade, inclusive os de alumínio, chumbo, etc.), branco ou de cor, de cor natural, tinto ou colorido por qualquer processo, comum, para embrulho, para escrever, para desenho, para impressão ou para qualquer outro fim não especialmente enumerado neste parágrafo, por quilograma ou fração, peso bruto..... | \$015 |
| 2º, de seda, branco ou de cor, oleado, carbonizado, oriental, de arroz da China, couché, celofane e semelhantes por quilograma ou fração, peso bruto..... | \$020 |
| 3º, forrado ou entretelado de pano para qualquer fim, por quilograma ou fração, peso bruto..... | \$030 |
| 4º, com lhama dourada ou prateada, de ouropel, para fabricação de flores, por quilograma, ou fração, peso bruto. | \$060 |

5º, para forrar casa ou mala, por peça de nove metros ou fração:

a) de cor natural, branco, tinto, impressado (gaufré), pinado, estampado e semelhantes.....	\$300
b) dito, próprio para guarnição.....	\$500
c) com dourado, prateado e aveludado.....	1\$000
d) dito, próprio para guarnição.....	2\$000

II — Artefatos de papel:

1º. Papel para escrever de qualquer especie, medindo desde 0m,14 × 0m,10 até 0m,45 × 0m,34 e envelopes para correspondência, de qualquer modo acondicionados, por lata, caixa, carteira, pasta, pacote, bloco ou maço:

Até o preço de \$800.....	\$040
De mais de \$800 até 1\$200.....	\$060
De mais de 1\$200 até 2\$000.....	\$100
De mais de 2\$000 até 3\$000.....	\$150
De mais de 3\$000 até 5\$000.....	\$200
De mais de 5\$000 até 10\$000.....	\$400
De mais de 10\$000, por 5\$000 ou fração excedente....	\$200
2º. Serpentinhas para folguedos carnavalescos e outros, de qualquer tamanho ou qualidade, por pacote de 20 serpentinas por fração.....	\$250
3º. Confeti, por quilograma ou fração, peso bruto.....	\$250

NOTA

1ª. Gozará de isenção do imposto o papel com linha d'água, destinado à imprensa, quando importado com isenção ou redução de direitos aduaneiros. A aplicação desse papel a fim diferente, sujeitará o jornal ou revista à multa de 2:500\$ a 5:000\$, além do pagamento do imposto em dobro, salvo a cessão devidamente autorizada, para o mesmo fim, a outro jornal ou revista, correndo, entretanto, sob a responsabilidade do primeiro cedente qualquer infração verificada.

2ª. O papel constante da alínea I, inciso 1º, pesando menos de 35 gramas, por metro quadrado, será equiparado, para efeito da tributação, ao papel de seda da taxa do inciso 2º da mesma alínea.

§ 15º — Cartas de jogar

(Selagem direta)

Por baralho de 53 cartas ou fração:

Nacionais.....	1\$000
Estrangeiras.....	2\$000

§ 16 — Chapéus e bengalas

(Selagem direta)

Sobre:

Por unidade:

I — Chapéus de sol ou de chuva:

1º. Com cobertura de algodão, lã ou linho, simples ou mixtos com outras matérias, excetuada a seda.....	\$800
---	-------

2º. Idem, idem, cujas palhetas ou varetas sejam de comprimento superior a 68 centímetros, próprios para praias de banho e fins semelhantes.....	2\$000
3º Com cobertura de seda pura ou de outra qualquer matéria com mescla de seda.....	2\$500
4º. Idem de qualquer tecido, com cabo de prata ou de qualquer matéria com lavores ou enfeites de qualquer metal precioso.....	5\$000
5º. Idem, idem com cabo de prata, guarnecido com pedras preciosas ou de ouro ou platina, guarnecido ou não com pedras preciosas.....	15\$000

II — Chapéus para cabeça, para homens e meninos:

1º. De crina, madeira, palha de arroz, trigo e semelhantes e os fabricados com fitas de papel enroladas ou não	\$600
2º. De feltro de castor, de lebre e semelhantes, de pelica, camurça ou outra qualquer pele.....	3\$000
3º. De feltro de lã ou de algodão.....	1\$000
4º. De palha de Chile, Perú, Panamá, Manilha e semelhantes, ainda que em forma ou carcaça:	
Até o preço de 50\$000.....	2\$000
De mais de 50\$000 até 100\$000.	6\$000
De mais de 100\$000 até 300\$000.	12\$000
De mais de 300\$000.	20\$000
5º. De pelo de seda, de qualquer qualidade e feitio, de molas ou clagues.....	10\$000
6º. De tecidos de algodão, lã ou linho, simples ou mixtos.	\$500
7º. De qualquer tecido de seda ou simplesmente com mescla de seda.....	1\$000

III — Para senhoras e meninas:

Até o preço de 25\$000.....	1\$000
De mais de 25\$000 até 50\$000.	2\$000
De mais de 50\$000 até 100\$000.	5\$000
De mais de 100\$000 até 300\$000.	10\$000
De mais de 300\$000.	20\$000

IV — Bonets e gorros:

1º. De tecido de algodão puro.....	\$300
2º. De feltro de lã ou de algodão, crina, madeira palha ou de tecido de lã ou linho, simples e mixtos.....	\$500
3º. De feltro de castor, lebre ou semelhantes, de pelica, camurça ou outra qualquer pele, ou de tecido de seda ou simplesmente com mescla de seda.....	1\$000

V — Bengalas:

Sobre as de qualquer espécie, por unidade:

De preço até 5\$000.	\$600
De mais de 5\$000 até 10\$000.	1\$200
De mais de 10\$000 até 50\$000.	3\$000
De mais de 50\$000 até 100\$000.	6\$000
De mais de 100\$000, por 100\$ excedente ou sua fração.	6\$000

NOTAS

1ª. Para o effeito do pagamento do imposto consideram-se como ultimados os chapéus de sol ou de chuva, já cobertos e aos quais não tenham sido ainda adaptados os respectivos cabos, ponteiros ou biqueiras; incidindo, outrossim, nas taxas da alínea I, segundo as qualidades dos respectivos tecidos, as coberturas novas applicadas aos chapéus de sol ou de chuva já usados.

2ª. Os chapéus de cabeça para senhoras e meninas, reformados ou para reforma, só poderão permanecer ou sair das fábricas com uma etiqueta colada a goma forte ou costurada, onde se leia a expressão: — "Reforma" — em caracteres bem visíveis, sob pena de serem considerados sujeitos ao imposto. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

§ 17 — *Louças e vidros*

(Selagem por guia, quando de produção nacional, cobrando-se o imposto por verba, na ocasião do despacho, quando de procedência estrangeira, salvo quanto às garrafas térmicas de qualquer procedência, cuja selagem será directa).

1º. Sobre aparelhos e peças de qualquer forma ou feição, como sejam:

a) vasos e jarros para flores, frascos para água de cheiró, estátuas, figuras, imagens, medalhas ou outros objetos de ornamento, para cima de mesa e para jardins, de louça;

b) frascos para água de cheiro, vasos e jarros para flores, bustos, figuras e quaisquer outras peças de luxo e adorno, de vidro;

c) objetos de vidro para os serviços de mesa, como: copos, cálices, garrafas, compoteiras, pratos, fruteiras, açucareiros, saleiros, galheteiros, colheres, garfos porta-facas e objetos semelhantes; idem para outros usos como: caixas para qualquer fim, licoreiros, verre-d'eau, tête-a-tête, jarros, bacias, e mais pertences de lavatório, vasos e frascos grandes de farmácia, padaria e confeitaria, de boca larga, esmerilhados ou não, garrafas, escarradeiras, açucenas para castiçais, mangas, cúpulas, glóbulos, redomas, chaminés para candieiro, reflectores, lampeões e lamparinas, tinteiros, pesos para papéis, maçanetas para portas e janelas, tubos para máquinas, copos graduados, funis graduados ou não, lubrificadores para máquinas, conta-gotas, sifões, retortas, balões e objetos semelhantes para laboratórios químicos e farmacêuticos, vasos próprios para pilhas elétricas, com ou sem tampa de barro ou vidro, provetes e objetos semelhantes.

Por quilograma ou fração, peso líquido:

I. Louça de pó de pedra branca e de granito.....	\$200
II. Idem de pó de pedra ou granito com frisos, orlas ou bordas de qualquer cor de cobre e semelhantes, esmaltada, preta de qualquer qualidade, de pó de pedra do Japão e semelhantes e de pó de pedra ou granito de qualquer qualidade, com quaisquer dourados.	\$250
III. Idem, de porcelana	\$250
IV. Idem, idem com qualquer dourado, pintado, es-tampado ou esmaltado com qualquer dourado.....	\$350
V. Idem de biscoit	\$350
VI. Vidros lisos, moldados, esmerilhados ou foscos..	\$150

VII. Vidros lapidados e lavrados no todo ou em parte..	\$300
VIII. Vidros de qualquer tamanho para acondicionamento de bebidas e outros líquidos (garrafas, garrações, etc).....	\$020
2º. Sobre garrafas, jarros e quaisquer outros aparelhos físico-térmicos, revestidos ou não de qualquer metal, para conservação da temperatura da água, leite e outros alimentos, por unidade:	
Até o preço de 20\$000.....	\$600
De mais de 20\$ até 50\$000.....	1\$500
De mais de 50\$ até 100\$.....	3\$000
De mais de 100\$ até 200\$000.....	6\$000
De mais de 200\$, por 100\$ ou fração excedente.....	3\$000

NOTAS

1ª. Os produtos nacionais acondicionados em volumes de 20 quilogramas ou mais pagarão o imposto com redução de 5 % para quebras.

2ª. Não serão reputadas de vidro lapidado ou lavrado as garrafas, compoteiras e quaisquer outras peças semelhantes, lisas, de vidro, moldado, esmerilhado ou fosco, que apenas tiverem lapidados os botões ou remates dos tampos e as rolhas.

3ª. No peso dos objetos de louça ou de vidro fica compreendido o dos pertences de outras matérias que os acompanharem e que deles se não puderem separar.

4ª. As mercadorias estrangeiras aplicam-se as disposições do art. 33 das preliminares da actual Tarifa das Alfândegas (decreto n. 24.343, de 5 de junho de 1934).

5ª. Os objetos de louça, também tributados sob a rubrica "aparelhos sanitários", pagarão as taxas deste parágrafo, salvo se forem destinados a ser fixados às paredes ou pavimentos e ligados à canalização para escoamento, caso em que pagarão as taxas como aparelhos sanitários.

§ 18 — *Ferragens (artefatos de ferro e de outros metais)*

(Selagem por guia, quando de produção nacional, cobrando-se o imposto por verba, na ocasião do despacho, quando de procedência estrangeira),

Sobre:

I. Abridores de lata e semelhantes; aldrabas, argolas de qualquer tamanho e para qualquer fim; alças para malas, baús e outros fins; assadeiras, açucareiros, almofadas, almotolias, alicates, arestas.

Buzinas ou porta-vozes, bisnagas, bisagras, bridões, completos ou não; baldes para água, lixo e outros fins; bandejas, bules, bacias para uso doméstico, para dentistas, médicos, hospitais, laboratórios, etc.;

Cachimbo, canos, carrancas, cabeções, coleiras, cadeados de qualquer qualidade, caixilhos, cremones e respectivos pertences, campainhas, cinzeiros, capachos, correntes para qualquer fim, cravos para ferrar animais e outros mistéres; canecas, caixas para depósito d'água, para descarga ou para lixo; chaleiras, caçarolas, caldeirões, cafeteiras, copos, cálices, cantis revestidos ou não, chifaras, coadores para qualquer fim; cuias, chocolateiras, chaves para parafusos e outros fins, carrinhos de mão;

Dobradiças, desnatadeiras, dormentes;

Escápulas, esporas e estribos para montaria, com ou sem correntes; espátulas, espelhos para fechaduras; esponjeiras, espuma-deiras, esterilizadores e esquadrias de qualquer formato ou feitio;

Fechaduras, fechos de qualquer formato e para qualquer fim, fivelas, freios completos ou não, focinheiras, fervedores de leite e outros idênticos, formas para doce, empadas e semelhantes; frascos para qualquer fim; florões e guarnições para móveis e outros fins, folhas ou telhas corrugadas, furadores;

Guizos, gonzos, grampos para cerca, para trilhos e outras aplicações; garrafas, garrafões, grades, gradis;

Lemes, lampeões;

Maçanetas, máquinas para picar, laminar carne e outros fins; molduras para espelhos, retratos ou estampas; moringues, marmittas para condução de alimentos e outros fins, martelos e marretas;

Parafusos, pregos simples ou com cabeça de outra matéria, para qualquer fim, porcas e obras semelhantes, providas de roscas; pesos para escovões, papéis e outros fins; puxadores, pinos, panelas, pratos, pires; portas e portões; placas com inscrições, pés ou armações para mesas, para bancos de jardins, etc., postes para iluminação e outros fins;

Rebites, registos para água, gás, etc.;

Saca-rolhas, saboneteiras;

Taramelas, tímpanos, tachas, tranquetas, trincos, telhas, torneiras, tambores e recipientes semelhantes; tesouras para jardim e tosquia de animais; tire-fonds; telas de arame;

E quaisquer outros artefatos semelhantes que, embora tendo denominações diversas, se prestem ao mesmo fim ou tenham aplicação idêntica.

Por 250 gramas ou fração, pelo líquido:

1º. De ferro ou aço.....	\$010
2º. De chumbo, estanho, zinco ou outro metal comum não especificado.	\$030
3º. De alumínio, cobre ou níquel.....	\$050

II. Facas, colheres, garfos, conchas, trinchantes e semelhantes, por 250 gramas ou fração, peso líquido:

1º. De ferro, aço ou alumínio simples.....	\$040
2º. — Idem, idem, idem, com cabo de madeira.....	\$100
3º. Idem, idem, idem com cabo de osso, galalite e semelhantes.	\$300
4º. De qualquer metal ou liga, de alpaca, critofle e semelhantes.	\$300
5º. De prata ou com cabo de prata.....	1\$000
6º. De ouro ou com cabo de ouro.....	2\$000

NOTAS

1ª. Os artefatos da alínea I, quando bronzeados, cromados, cobreados, prateados, dourados, esmaltados, estanhados, latonados, niquelados ou zincados, pagarão o dobro das respectivas taxas.

2ª. Os artefatos da alínea II, acondicionados em estojos, ou caixas de apresentação, incidirão nas taxas do § 33, quando vendidos a consumidores ou a comerciantes não registados para o comércio de jóias, obras de ourives e objetos de adorno.

§ 19 — *Café torrado ou moído e chá*

(Selagem direta)

I. Café torrado ou moído:

em tabletes, caixas, latas, sacos ou outros envoltórios, por 250 gramas ou fração, peso líquido.....	\$030
---	-------

II. Chá:

em tabletes, caixas, latas, sacos ou outros envoltórios, por 25 gramas ou fração, peso líquido.....	\$030
--	-------

§ 20 — *Banha, manteiga e sucedâneos*

(Selagem direta)

- | | |
|---|-------|
| I. Banha de porco derretida ou preparada, em latas
caixas, frascos ou outros envoltórios, por 250 gramas
ou fração, peso líquido..... | \$010 |
| II. Manteiga, margarina e outras gorduras alimentares
ou culinárias, simples ou mixtas, em latas, caixas,
frascos ou outros envoltórios, por 125 gramas ou
fração, peso líquido..... | \$010 |

§ 21 — *Móveis*

(Selagem direta)

Por unidade ou peça, ainda que se trate de guarnição, grupo ou mobília:

Sobre os de madeira, vime, cana, junco, aço, ferro ou de qualquer outra matéria, simples ou mixtos, de qualquer feitio e para qualquer fim, desmontados ou não, tais como:

I. Armários, bancos, bagatelas, bilhares, berços e carrinhos-berços, cabides, cadeira, camas, canapés, carteiras, cofres e burras, colunas, cómodas, criados-mudos, escrivaninhas, estantes, geladeiras, lavatórios, mancebos, mesas, porta-bibelots, porta-chapéus, secretárias, sofás e outros semelhantes, cavaletes, jardineiras, cestas para papéis usados, para roupas, para serviço de padarias e outros mistéres; vitrines, armações, balcões, escadas portáteis, para-ventos e semelhantes:

Até o preço de 10\$000.....	\$200
De mais de 10\$000 até 25\$000.....	\$700
De mais de 25\$000 até 50\$000.....	1\$500
De mais de 50\$000 até 100\$000.....	3\$000
De mais de 100\$000, por 100\$000 excedente ou fração	3\$000

II. Máquinas de escrever, de costura, de registo de dinheiro e semelhantes, mimeógrafos, duplicadores e semelhantes, balanças portáteis, com ou sem rodas:

Até o preço de 10\$000.....	\$200
De mais de 10\$000 até 25\$000.....	\$700
De mais de 25\$000 até 50\$000.....	1\$500

De mais de 50\$000 até 100\$000.	3\$000
De mais de 100\$000, por 100\$000 excedente ou fração	3\$000

III. Máquinas de contabilidade e de estatística, de qualquer tipo:

1°. De peso até 50 quilos:

Até o preço de 50\$000.	1\$500
De mais de 50\$000 até 100\$000.	3\$000
De mais de 100\$000, por 100\$00 excedente ou fração..	3\$000

2°. De peso de mais de 50 até 100 quilos:

Até o preço de 50\$000.	1\$000
De mais de 50\$000 até 100\$000.	2\$000
De mais de 100\$000, por 100\$000 excedente ou fração..	2\$000

3°. De peso de mais de 100 quilos:

Até o preço de 100\$000.	1\$000
De mais de 100\$000, por 100\$000 excedente ou fração...	1\$000

NOTAS

1ª. Os beneficiadores de móveis são considerados fabricantes para todos os efeitos legais, cumprindo-lhes pagar a diferença do imposto, verificado entre a taxa primitiva e aquela a que, de acordo com o preço por que for vendido, ficar sujeito o movel beneficiado.

2ª. Os fabricantes, como os beneficiadores, são obrigados a marcar nos móveis; em cada peça, por ocasião da selagem, em caracteres bem visíveis de altura não inferior a 8 milímetros, o preço de venda que serviu de base ao estampilhamento; e, ainda, discriminar, na nota de venda de que trata o art. 111, § 1º, letra a, o preço de cada peça, em concordância com o que foi marcado, mesmo que se trate de grupo, guarnição ou mobília. *Multa de 1:000\$ a 2:000\$000.*

§ 22 — Armas de fogo e munições

(Selagem direta)

Sobre:

I. Espingardas, rifles, mosquetões, clavinhas e outras para qualquer fim; garruchas, pistolas, revólveres e outras semelhantes, por unidade:

Até o preço de 25\$000.	1\$000
De mais de 25\$ até 50\$000.	2\$000
De mais de 50\$ até 100\$000.	4\$000
De mais de 100, por 100\$000 ou fração excedente.....	4\$000

II. Balas de ferro ou chumbo, com ou sem camisamento e chumbo de munição, de qualquer modo acondicionadas, por 250 gramas ou fração, peso bruto no evoltório de apresentação:

Até o preço de \$500.	\$100
De mais de \$500 até 1\$500.	\$200
De mais de 1\$500, por 1\$500 ou fração.....	\$200

III. Esboletas e detonadores em cartuchos vazios ou deles separados e cartuchos vazios sem detonador ou espoleta, por 25 unidades ou fração:

Até o preço de 500.....	\$030
De mais de \$500 até 1\$500.	\$060
De mais de 1\$500, por 1\$500 ou fração.....	\$060

IV. Esboletas ou detonadores em cartuchos carregados de bala ou chumbo, e cartuchos carregados de bala ou chumbo, sem detonador ou espoleta, por 25 unidades ou fração:

Até o preço de \$500.....	\$040
De mais de \$500 até 1\$500.	\$080
De mais de 1\$500, por 1\$500 excedente ou fração....	\$080

§ 23 — Lâmpadas, pilhas e aparelhos elétricos

(Selagem direta)

Por unidade:

I. Lâmpadas:

Até 50 velas.	\$100
ou até 60 watts.	
ou até 600 lumens.	
De mais de 50 até 100 velas	\$300
ou de mais 60 até 75 watts.	
ou de mais de 600 até 1.000 lumens.	
De mais de 100 até 200 velas.	\$500
ou de mais de 75 até 100 watts.	
ou de mais de 1.000 até 2.000 lumens.	
De mais de 200 até 400 velas.	\$800
ou de mais de 100 até 200 watts.	
ou de mais de 2.000 até 4.000 lumens.	
De mais de 4.000 velas, ou mais de 200 watts.....	\$400
ou de mais de 4.000 lumens, por 100 velas.....	
ou 75 watts ou 1.000 lumens excedentes ou fração...	

II. Pilhas elétricas secas.....	\$300
---------------------------------	-------

Aparelhos elétricos, tais como:

- 1º. Aquecedores, fogões, fogareiros, isqueiros ou acendedores, refrigeradores (sorveteiras e geladeiras de qualquer tamanho), motores elétricos, aparelhos para passagens, aspiradores de pó, enceradeiras, acumuladores ou baterias para automóveis, ventiladores e exaustores, rádios receptores, almofadas térmicas, esterilizadores, ferros de engomar, cafeteiras, caçarolas, panelas, chaleiras, torradores de fatias, frizadores de cabelo e quaisquer outros aparelhos semelhantes:

De preço até 20\$000.	\$600
De mais de 20\$ até 50\$000.	1\$500
De mais de 50\$ até 100\$000.	3\$000
De mais de 100\$ por 100\$ ou fração excedente.....	3\$000

2º. Válvulas para rádio receptor:

Até o preço de 25\$.....	\$500
De mais de 25\$ até 50\$.....	1\$000
De mais de 50\$ até 100\$.....	2\$000
De mais de 100\$, por 100\$ ou fração excedente.....	2\$000

§ 24 — Queijos e requeijões

(Selagem direta)

I — Tipo Minas, comum, por quilo, ou fração.....	\$100
II — Tipos de outras espécies, por 500 gramas ou fração.	\$200
III — Queijo desnatado, por 500 grs. ou fração.....	\$150

§ 25 — Eletricidade

(Regime de arrecadação do imposto na forma do art. 112, § 15, letra a).

I — Kilowatt-hora de luz.....	\$010
II — Kilowatt-hora de força.....	\$005
III — Sobre o preço do consumo a "forfait".....	5 %

§ 26 — Tintas e vernizes

(Selagem direta)

I — Tintas de qualquer côr ou qualidade, próprias para carmibo, para escrever, para marcar roupa, e desenho por 100 gramas ou fração, pêso bruto.	\$020
I — Tintas preparadas a água ou a óleo por 100 grs. ou fração, pêso bruto.....	\$050
III — Tintas preparadas com pixe de alcatrão, por 100 gramas ou fração, pêso bruto.....	\$020
IV — Tintas preparadas a base de piroxilina, por 100 gramas ou fração, pêso bruto.....	\$090
V — Vernizes e esmaltes de qualquer qualidade, por 100 gramas ou fração, pêso bruto.....	\$080
VI — Mordentes e líquidos empregados como veículo de purpurinas ou pós metálicos para dourar, pratear, bronzear, etc., por 100 gramas ou fração, pêso bruto.....	\$030
VII — Matérias ou substâncias de tinturaria ou pintura, tais como: côres ou corantes, e acetatos ou piro-lenhitos de alumínio, amônio, chumbo, cromo, cobre, ferro, potássio, sódio, strôncio e urânio, por 100 gramas ou fração, pêso bruto.	\$050
VIII — Ceras, ceras-vernizes, líquidos, pomadas, emulsões, cremes, pastas, tijolos, tabletes, pós, graxas, saponáceos e quaisquer outras preparações semelhantes, servindo para limpar, polir ou conservar metais, móveis, soalhos, ladrilhos, mármore, couros, calçados, utensílios de cozinha, etc., por 100 gramas ou fração, pêso bruto....	\$030

IX — Fitas para máquinas de escrever, calcular e semelhantes, por unidade de 9 metros ou fração.	\$300
--	-------

§ 27 — *Leques*

(Selagem direta)

Por unidade:

Até o preço de 1\$000.	\$050
De mais de 1\$ até 2\$000.	\$100
De mais de 2\$ até 5\$000.	\$200
De mais de 5\$ até 20\$000.	\$400
De mais de 20\$ até 50\$000.	1\$000
De mais de 50\$ até 100\$000.	2\$000
De mais de 100\$, por 100\$000 excedente ou sua fração	2\$000

§ 28 — *Artefatos de borracha*

(Selagem direta)

I — Por unidade:

1° — Pneumáticos para rodas de automóveis.....	6\$000
Idem para rodas de caminhões, ônibus e veículos semelhantes, inclusive os aros maciços.....	8\$000
Idem para rodas de bicicletas, motocicletas e veículos semelhantes.....	2\$000
2° — Câmaras de ar para rodas de automóveis, inclusive caminhões, ônibus e veículos semelhantes.	2\$000
Idem para motocicletas, bicicletas e veículos semelhantes.	\$500
3° — Capotes, capas, ou "impermeáveis" para ambos os sexos.	4\$000
4° — Bolsas ou sacos para fumo, água quente, gelo e fins semelhantes.	\$500
5° — Cintas comuns ou modeladores, "soutien-gorges" e semelhante, cintos umbelicais, abdominais e outros de natureza ortopédica.....	1\$000
6° — Cintos comuns para ambos os sexos, toucas ou capapuças para banho, e suspensórios para calças.	\$300
7° — Calções, blusas, sungas ou roupas para banho....	2\$000

II — Por par:

1° — Ligas para meias.....	\$200
2° — Luvas para eletricitistas, para cirurgia ou para qualquer outr fim.....	\$300

III — Por quilograma ou fração, pêso bruto.

1° — Borracha em lençol, com ou sem lona, para qualquer fim.	\$200
2° — Passadeiras, tapetes ou capachos.....	\$300
3° — Mangueiras para qualquer fim.....	\$100
4° — Tubos revestidos ou não de arame, com ou sem lona, para jardins ou outros fins.....	\$200

Notas

1ª — Designam-se por pneumáticos os capotões que envolvem as câmaras de ar das rodas dos automóveis, caminhões e outros veículos.

2ª — São excluídos da tributação os lençóis de borracha crepe, pura, de produção nacional.

§ 29 — *Pincéis para barba e obras de cutelaria*

(Selagem direta)

I — Pincéis, por unidade:

Até o preço de 10\$000.	\$300
De mais de 10\$ até 20\$000.	\$600
De mais de 20\$ até 30\$000.	1\$000
De mais de 30\$ até 50\$000.	2\$000
De mais de 50\$ até 100\$000.	5\$000
De mais de 100\$000.	10\$000

II — Obras cutelaria:

1º — Navalhas de qualquer tipo, feição ou qualidade, com ou sem cabo, de segurança ou não, inclusive os aparelhos para barba tipo Gillete, e outros, por unidade.	1\$000
2º — Lâminas para navalhas de segurança tipo Gillette e outros, por meia dúzia ou fração.....	\$150
3º — Canivetes, raspadeiras e espátulas para escritório, alicates, para unhas ou peles, e tesouras para unhas, cabelo, costura, escritório e usos semelhantes, por unidade.....	\$300

Nota

Os objetos da alínea II, inciso 1º, quando forem de preço (da fábricas ou da importação) superior a 10\$000, por unidade, ficam sujeitos ao dobro da respectiva taxa (2\$000) e quando de preço superior a 20\$000, ao triplo (3\$000).

§ 30 — *Pentes escóvas, espanadores e vassouras*

(Selagem direta)

Por unidade:

I — Pentes e travessas para cabelo, de qualquer tipo:

1º — De tartaruga, marfim, madrepérola, metais preciosos, simples ou mixtos.....	1\$000
2º — De osso ou chifre.....	\$200
3º — De alumínio, madeira, celulóide, galalite ou outras matérias.	\$100

II — Escóvas de qualquer qualidade e para qualquer fim:

1° — Para roupa, chapéu, unhas, cabelo, bigode ou barba, para banho ou para fricções, para pó de arroz e semelhantes:

a) com cabos ou costas de tartaruga, marfim, madre-pérola metais preciosos, simples ou mixtos.....	2\$000
b) com cabos ou costas de osso, chifre, alumínio, madeira, celuloide, galalite ou outras matérias.....	\$300

2° — Para dentes, de qualquer matéria, nacionais:

a) para adultos ou de comprimento de 15 ou mais centímetros	\$150
b) para crianças, desde que o comprimento seja inferior a 15 centímetros.....	\$100

3° — Idem, idem, de procedência estrangeira, de qualquer tamanho.	\$300
---	-------

III — Para limpar calçados, couros, móveis, metais, para animais, com ou sem alça e para quaisquer outros fins não especificados nas alíneas anteriores, de qualquer qualidade.....	\$100
---	-------

IV — Espanadores de qualquer qualidade e para qualquer fim:

1° — De pena.	\$500
2° — De palha.	\$100
3° — De outra qualquer qualidade.....	\$200

V — Vassouras ou vassourões e rodas de borracha, com ou sem cabo:

1° — De cabelos ou pêlos.....	\$300
2° — De palha, piassava ou outras fibras, inclusive rodas de borracha.....	\$020

§ 31 — Brinquedos

(Selagem direta)

Por unidade:

Até o preço de 5\$000.	\$100
De mais de 5\$ até 10\$000.	\$200
De mais de 10\$ até 15\$000.	\$300
De mais de 15\$ até 20\$000.	\$500
De mais de 20\$ até 30\$000.	1\$000
De mais de 30\$ até 50\$000.	2\$000
De mais de 50\$ até 100\$000.	4\$000
De mais de 100\$, por 100\$000 excedente ou fração...	4\$000

§ 32 — Artefatos de couro e de outros materiais

(Selagem direta)

Por unidade:

I — Malas, malas de mão, bolsas ou valises, canastras ou baús:

1° — De folha de Flandres, zinco ou outro qualquer metal ordinário:

a) Até 0m,25 de comprimento na maior extensão.....	\$100
b) De mais de 0m,25 até 0m,50.....	\$200
c) De mais de 0m,50 até 1 metro.....	\$400
d) De mais de 1 metro.....	\$600

2° — De pinho ou outra madeira, ordinária, fibra, papel, papelão, cartolina, lona, oleado, simples ou mixtos, e semelhantes:

a) Até 0m,25 de comprimento, na maior extensão.....	\$200
b) De mais de 0m,25 até 0m,50.....	\$500
c) De mais de 0m,50 até 1 metro.....	1\$000
d) De mais de 1 metro.....	3\$000

3° — De sola ou couro de qualquer qualidade, de sândalo ou qualquer outra madeira fina, ou de madeira ou outra qualquer matéria cobertas de couro de qualquer qualidade:

a) Até 0m,25 de comprimento na maior extensão.....	\$500
b) De mais de 0m,25 até 0m,50.....	2\$000
c) De mais de 0m,50 até 1 metro.....	4\$000
d) De mais de 1 metro.....	6\$000

4° — Malas armário de qualquer qualidade:

a) Até 0m,70 de comprimento na maior extensão.....	5\$000
b) De mais de 0m,70 até 1 metro.....	10\$000
c) De mais de 1 metro.....	20\$000

II — Pastas de qualquer formato, para cima de mesa ou para condução ou guarda de papéis, livros, etc., escarcelas ou arquivos com ou sem mola e semelhantes:

1° — De fibra, papelão, cartolina, oleado, lona, pano-couro e semelhantes:

a) Até 0m,30 de comprimento na maior extensão.....	\$050
b) De mais de 0m,30.....	\$100

2° — De sola ou couro simples, sem fôrro:

a) Até 0m,30 de comprimento na sua maior extensão...	\$100
b) De mais de 0m,30.....	\$800

3° — De sola ou couro, com fôrro interno, de couro envernizado, ou de couros finos como da Rússia e outros, com ou sem fôrro, de qualquer dimensão..... 2\$000

III — Paletots, capas, capotes ou sobretudos de couro. 5\$000

IV — Cinturões para uniformes de colegiais, corporações militares e outras:

1° — Simples	\$300
2° — Com talabarte.	\$500

V — Bolas para foot-ball e semelhantes:

1° — Até 0m,15 de diâmetro.....	\$500
2° — De mais de 0m,15 até 0m,20.....	1\$000
3° — De mais de 0m,20.....	3\$000

VI — Luvas para box.....	1\$600
VII — Arreios e seus pertences:	
1° — Chicotes:	
a) Sem cabo.	\$100
b) Com cabo de madeira, osso ou matéria ordinária....	\$200
c) Com cabo de metal ordinário.....	\$500
d) Com camo ou enfeite de tartaruga, marfim, baleia, prata ou qualquer outro metal precioso.....	2\$000
2° — Cabeçadas e semelhantes:	
a) Simples ou com guarnição de ferro ou estanho.....	\$200
b) Com guarnição ou enfeite de metal ordinário.....	\$500
c) Com guarnição ou enfeite de metal prateado ou dourado.	1\$000
d) Com guarnição de tartaruga, marfim, baleia, prata ou qualquer outro metal precioso.....	2\$000
3° — Rédeas, silhas, loros, peitorais, barrigueiras, coldres coalheiras, rabichos e outros objetos idênticos que tenham, embora, denominações diversas:	
a) Simples ou com guarnição de metal ordinário.....	\$200
b) Com guarnição de metal prateado ou dourado.....	\$500
c) Com guarnição de prata.....	1\$000
d) Com guarnição de ouro ou platina.....	2\$000
4° — Selins, selas ou silhões e semelhantes:	
a) Até o preço de 50\$000.....	1\$000
b) De mais de 50\$ até 100\$000.....	3\$000
Cobrando-se mais 3\$ por 100\$ ou fração excedente.	
VIII — Carteiras, bolsas, porta-moedas, porta-lenços o semelhantes de qualquer feitio ou qualidade e para qualquer fim, sacos para viagem de qualquer matéria, e cintos e suspensórios de couro:	
1° — Até o preço de 10\$000.	\$200
2° — De mais de 10\$ até 20\$000.	\$400
3° — De mais de 20\$ até 30\$000.	\$600
4° — De mais de 30\$ até 50\$000.	1\$000
5° — De mais de 50\$ até 75\$000.	2\$000
6° — De mais de 75\$ até 100\$000.	3\$000
7° — De mais de 100\$000, por 100\$000 ou fração ex- cedente.	3\$000

Nota

As malas, maletas, valises ou bolsas com estojos pertences ou "necessários" para "toilete" ou qualquer outro fim, pagarão o dobro das taxas respectivas, estabelecidas na alínea I, inciso 3°.

§ 33 — Jóias, obras de ourives, bijuterias e objetos de adorno

(Imposto cobrado em livro especial na forma do art. 57, § 3°, letra k).

5 por cento sobre o preço de venda dos seguintes objetos, confeccionados de qualquer matéria, contendo ou não pérolas e suas imitações, pedras preciosas, semi-preciosas e finas:

I — Alianças, anéis, amuletos, alfineteiras, alfinetes de peito, alfinetes pegadores e passadores de gravatas, agulheiros, argolas para guardanapos;

Braceletes, botões ou abotoaduras, brincos e argolas para orelhas, bolsas de mão ou "trousses", binóculos, baixelas, bandejas, fruteiras, bacias e mais pertences para toilette, biscouteiras, barretes, broches.

Colares, cordões, ou trancelins, cruzes, chatelaines, cintos, carteiros, cigarreiras, charuteiras, caixas para rapé, para pó de arroz, para termômetros e semelhantes, castões para bengalas e guarda-chuvas, para chicotes e rebenques, canetas, canetas-tinteiro e lapiseiras, correntes para relógios, para chaves e usos semelhantes, centros de mesa, cinzeiros, cofres para jóias, caixas de fantasia;

Dedais, diademas e outros adereços de cabeça, despertadores, descansos para talheres.

Estojos para unhas, para costuras e semelhantes, escrivatinhas;

Figas, fosforeiras, fivelas para cinto, para chapéus, calçados e semelhantes, faqueiros;

Galeteiros;

Jarras, jarros e mais pertences para toilette, jardineiras;

Licoreiros;

Medalhas;

Oculos, monóculos, lorgnons, pince-nez e respectivas armações;

Pendentifs, pulseiras com ou sem relógio, pinturas, paliteiros, pesos para papel, porta-alianças, porta-fatias, porta-pão, porta-es-covas, porta-cartões, porta-copos, porta-gelo e semelhantes;

Relógios;

Salvas, saboneteiras;

"Trousses", taxas comuns, para desportos e quaisquer outros objetos de ourivesaria ou de bijuteria.

II — Pérolas e suas imitações, pedras preciosas, semi-preciosas e pedras finas, vendidas avulsas.

III — "Abat-jours":

Bustos e figuras, "bibelots", bronzes;

Candelabros, "cache-pots", castiçais, colunas;

Estatuas, estatuetas, espelhos de fantasia de qualquer espécie, com ou sem moldura;

Jarros, jarras e jarrões;

Lustres, lâmpadas de adorno ou lampadários;

Medalhões e pratos para parede, quadros e pinturas a óleo e aquarelas.

Notas

1ª. O imposto incide sobre as vendas efetuadas por comerciante ou fabricante a pessoa ou firma não registrada para o comércio do produto. incluindo-se na obrigação do pagamento do tributo as casas de penhores e de Monte de Socorro, tanto nos leilões como nas vendas diretas que fizerem, sendo, nos leilões, o imposto cobrado do comprador.

2ª. As casas de penhores e o Monte de Socorro, para os efeitos da obrigação contida na nota primeira, verificarão a procedência (se de particular ou de comerciante) dos objetos recebidos em garantia dos empréstimos, anotando-a na respectiva cautela.

3ª. Os objetos de adorno de louça, ou de vidro, ficarão sujeitos ao imposto de 5 por cento.

§ 34 — *Gasolina, óleos e carbureto de cálcio*

(Selagem por guia quando de produção nacional, e por verba quando de origem estrangeira)

Por quilograma ou fração, pêso líquido:

I — Gasolina.	\$100
II — Carbureto de cálcio.....	\$040
III — Óleos minerais, combustíveis, para fornos ou caldeiras de vapor e para motores de explosão.	\$010
IV — Óleos minerais, lubrificantes, simples, compostos e emulsivos.....	\$030

§ 35 — *Aparelhos sanitários*

(Selagem direta)

Banheiras, lavatórios, mictórios, vasos (W. C.), bidet, bacias, pias de lavagem e despejos, escarradeiras e artigos semelhantes de grés impermeável, simples, vidrado ou esmaltado, de louça, de metal polido, pintado, envernizado, esmaltado ou coberto de qualquer outra matéria:

Até o preço de 25\$.	\$500
De mais de 2 25\$ até por 50\$.	1\$000
De mais de 50\$ até 100\$.	3\$000
De mais de 100\$, por 100\$ ou fração excedente.....	3\$000

Nota

Os objetos de louça também incluídos no parágrafo 17, ficam sujeitos unicamente às taxas desse parágrafo, exceto quando destinados a serem fixados às paredes ou pavimentos e ligados à canalização para escoamento, caso em que são considerados aparelhos sanitários.

§ 36 — *Ladrilhos, mosaicos, azulejos e outros materiais*

(Selagem por guia, quando de produção nacional, cobrando-se o imposto por verba, na ocasião do despacho, quando de procedência estrangeira)

Por metro quadrado ou fração:

I — Ladrilhos ou lages e tacos, retangulares ou não, para revestimento ou pavimentação:

1º. De barro, de côr natural, ou de madeira.....	\$800
2º. De barro colorido, de uma ou mais cores; de grés impermeável, de porcelana e semelhantes (cerâmica), simples de côr, coloridos ou com incrustações, cinzelados e de vidros.....	1\$500
3º. De cimento, simples, de côr, ou coloridos.....	\$700

4°. De cimento com incrustações de mármore, mozaicos ou de qualquer outra matéria.....	1\$500
5°. De mármore, pórfiro, jaspe e outras pedras semelhantes, decorados ou não.....	4\$000
II — Mozaicos retangulares ou não.....	1\$500
III — Azulejos retangulares ou não:	
1°. De barro, louça ou vidro, simples, brancos.....	1\$500
2°. De barro, louças ou vidro, de côr, colordios ou ornamentados.	2\$000
IV — Tijolos prensados para pavimentação.....	\$300

Por unidade:

V — Manilhas ou tubos, para qualquer fim:

1°. De barro simples:	
Até 0m,07 de diâmetro.....	\$050
De mais de 0m,07 até 0m,15.....	\$100
De mais de 0m,15 até 0m,25.....	\$200
De mais de 0m,25 até 0m,50.....	\$300
De mais de 0m,50 até 1m,00.....	\$400
De mais de 1m,00.....	\$500
2°. De cimento:	
Até 0m,30 de diâmetro.....	\$300
De mais de 0m,30.....	\$500

Notas

1°. Os rodapés, lambris, degraus, espelhos, peitoris, soleiras e gregas, cima incluídos, para efeito do pagamento do imposto, entre os ladrilhos, mozaicos e azulejos.

2°. Os frizos e calhas pagarão por metro linear um quarto das taxas das respectivas alíneas.

3°. A fração de metro pagará o imposto na razão da quarta parte das respectivas taxas por 25 decímetros quadrados.

§ 37 — *Instrumentos de música*

(Selagem directa)

Por unidade:

I — Pianos, pianolas, auto-pianos, serafinas, harmoniums ou sanfonas, gramofones, vitrolas, radiolas e semelhantes, instrumentos de sopro e de corda, de madeira ou metal, bombos, tambores e pratos:	
Até o preço de 20\$.....	\$700
De mais de 20\$ até 50\$.	1\$500
De mais de 50\$ até 100\$.	3\$000
De mais de 100\$, por 100\$ ou fração excedente.....	3\$000
II — Rolos de música para pianolas.....	3\$000

III — Discos para gramofones:

1°. Até 0m,20 de diâmetro.....	\$300
2°. De mais de 0m,20 até 0m,30.....	\$600
3°. De mais de 0m,30 até 0m,40.....	1\$000
4°. De mais de 0m,40.....	2\$000

§ 38 — *Material foto e cinematográfico (máquinas, papel, placas e filmes)*

(Selagem direta)

I — Máquinas cinematográficas e fotografias, por unidade:

De preço até 1:000\$, por 100\$ ou fração.....	3\$000
De preço superior a 1:000\$, por 100\$ ou fração que aerescer, mais.	3\$000

II — Papel albuminado ou cloruretado, para tografia, de qualquer modo acondicionado, por 100 grs. ou fração, pêsos bruto.....

\$200

III — Placas e filmes fotográficos, sobre vidro, sobre celulóide ou outra matéria, de qualquer modo acondicionados, por 100 grs. ou fração, pêsos bruto.....

\$050

IV — Filmes para cinematógrafos, impressos ou não, em latas, caixas, caixinhas e outros envoltórios:

1°. Até 16 milímetros de largura, por 100 grs. ou fração, pêsos bruto.....	\$200
2°. De mais de 16 milímetros, por 100 grs. ou fração, pêsos bruto.	2\$000

§ 39 — *Fogões, fogareiros e aquecedores*

(Selagem direta)

I. A lenha, serragem, carvo ou óleo bruto:

Até o pêsos de 20 quilos.....	1\$000
De mais de 20 quilos até 40 quilos.....	2\$000
De mais de 40 quilos até 60 quilos.....	3\$000
De mais de 60 quilos até 80 quilos.....	4\$000
De mais de 80 quilos até 100 quilos.....	5\$000
O que exceder de 100 quilos, 1\$ por 20 quilos ou fração.	

II — A gás, petróleo, gasolina ou álcool:

Até o pêsos de 2 quilos.....	\$300
De mais de 2 quilos até 5 quilos.....	\$600
De mais de 5 quilos até 10 quilos.....	1\$200
De mais de 10 quilos até 20 quilos.....	3\$000
De mais de 20 quilos até 40 quilos.....	5\$000
De mais de 40 quilos até 80 quilos.....	10\$000
De mais de 80 quilos até 100 quilos.....	15\$000
O que exceder de 100 quilos, 3\$ por 20 quilos ou fração.	

Notas

1°. Os fogões a que se refere a alínea I, vendidos obrigatoriamente com isolamento refratário de terra, cimento ou matérias semelhantes, terão o desconto de 30 por cento no pêsô para efeito da taxaçaõ.

2°. Os fogões e fogareiros e aquecedores não poderão ser expostos à venda sem trazer em logar visível, gravada ou em etiqueta, a indicação do peso base para o pagamento de imposto, peso este que será mencionado nas respectivas notas e faturas. A inobservância desta disposição por parte dos fabricantes e importados será punida com a multa de 500\$ a 1:000\$000.

§ 40 — *Cimento*

(Selagem por guia, quando de produção nacional, cobrando-se o imposto por verba, na ocasião do despacho, quando de procedência estrangeira).

De qualquer espécie e para qualquer fim: Por quilograma ou fração, peso bruto..... \$040

§ 41 — *Linhas, cordoalha e botões*

(Selagem direta, exceto quanto às cordoalhas e aos botões, que pagarão o imposto por guia, quando de produção nacional, e por verba, quando de procedência estrangeira).

I — Cordoalhas, (barbantes, cordas, cabos, amarras, estais, etc.) e fitilhos gomados, de cabelos, pêlos ou lã, cairo, esparto, piassava, pita, algodão, linho, juta, cânhamo ou outras fibras simples ou mixtos, por 100 gras. ou fração, peso líquido. \$026

II — Fios e linhas, para bordar, cozer, serzir, crochet, tricot e semelhantes:

1°. Reforcidos com duas ou mais pernas, de algodão, linho, cairo esparto ou outras fibras, simples ou mixtos:

Por 25 gramas ou fração, peso líquido..... \$020

2°. Frouxos ou torcidos, de seda (linha, retroz, torçal) e de lã simples ou mixtos:

Por 25 gramas ou fração, peso líquido..... \$040

III — Botões, com ou sem furos ou pés, por 250 gras. ou fração:

1°. De madrepérola, marfim e tartaruga..... \$500

2°. De madeira, metal, louça, vidro, osso, chifre, barbatana, couro, massa galalite ou qualquer outra matéria. \$200

Notas

7°. O barbante que tiver até um milímetro de diâmetro é considerado linha.

2°. Os produtos constantes da alínea II, pagarão o imposto, qualquer que seja a forma de acondicionamento (caixas, maços, pacotes, etc.) pelo total do conteúdo de cada envoltório, desde que as unidades acondicionadas tenham o peso máximo de 25 gras. e o volume o de 500 gramas, sendo os selos colados no envoltório.

Art. 5°. O imposto, quando cobrado por guia, incidirá sobre a soma dos pesos dos objetos contidos em cada volume.

Art. 6°. O produto que sofrer transformação fora da fábrica produtora fica obrigado à satisfação da taxa integral correspondente à nova classificação fiscal.

§ 1°. O que apenas for beneficiado pagará somente a diferença entre a taxa anterior e aquela a que ficar sujeito em virtude do beneficiamento, desde que tenha sido feita a prova do pagamento da taxa anterior.

§ 2°. Excetuam-se da regra contida no parágrafo precedente:

a) o sal, quando ocorrer a hipótese prevista no art. 4°, § 5°, nota 1°;

b) os produtos cujo tributo é pago *ad-valorem*, caso em que será cobrada a diferença do imposto verificada entre a taxa primitiva e aquela a que, de acordo com o preço por que for vendido, ficar sujeito o produto beneficiado.

§ 3°. Os produtos de procedência estrangeiras, que forem transformados ou beneficiados no Brasil pagarão o imposto como se fossem integralmente de produção nacional.

§ 4°. Entende-se por transformação a operação de que resulte uma nova classificação fiscal para o produto, isto é, o deslocamento do produto de um para outro dos parágrafos enumerados no art. 4°; e por beneficiamento a operação que, não lhe modificando essa classificação, sujeitá-lo a uma tributação mais elevada, sendo considerados fabricantes, para todos os efeitos legais, os que operarem a transformação ou o beneficiamento.

CAPÍTULO III

DA ISENÇÃO DO IMPOSTO

Art. 7°. São isentos do imposto de consumo:

a) os objetos importados diretamente pelas mesas administrativas dos estabelecimentos de caridade e de assistência hospitalar, quando se destinarem ao uso e tratamento gratuito dos assistidos, bem como os produzidos ou importados pela "Fundação Rockefeller" para seu uso, de acordo com o art. 2° do decreto n. 24.171, de 25 de abril de 1934;

b) os artigos fabricados em estabelecimentos públicos federais, estaduais ou municipais, quando se não destinarem a fornecimento ao comércio ou a particulares;

c) os produtos dos estabelecimentos particulares de ensino ou de caridade, para fornecimento gratuito aos alunos e assistidos;

d) os produtos que tiverem de ser exportados para o estrangeiro, mediante as prescrições deste regulamento;

e) os artigos que a fábrica produzir e aplicar, no próprio estabelecimento, na composição de outros artigos de sua produção, tributados ou não;

f) as amostras de diminuto ou de nenhum valor comercial, considerando-se como tais os fragmentos ou partes de qualquer mer-

cadoria, em quantidade estritamente necessária para dar a conhecer sua natureza, espécie e qualidade, para distribuição gratuita, desde que tragam em caracteres bem visíveis declaração nesse sentido.

g) sobre fumo:

I — o pó de tabaco sem preparo;

II — o pó de fumo correspondente à quebra de que trata a nota 8ª, § 1º, do art. 4º, bem assim o que for desnicotinizado ou desnaturado por qualquer processo químico, de modo a não poder ser fumado;

III — o fumo em corda ou em folha de origem nacional;

h) sobre álcool:

I — o álcool-motor, assim considerado o de graduação superior a 92º Gay-Lussac, que demonstrando apenas vestígios de aldeídos não contenha mais de 3 miligramas de acidez por 100 centímetros cúbicos.

II — o álcool de produção nacional que for consumido como carburante de motores de explosão, desnaturado com 5 % de gasolina, bem como as misturas carburantes que contenham pelo menos 10 % de álcool anidro ou 50 % de álcool hidratado de teor superior a 92º Gay-Lussac.

III — o álcool adquirido pelo Instituto do Açúcar e do Alcool, para desidratar, ou desidratado pelas usinas que tenham aparelhamento de desidratação, mediante concessão prévia do Ministério da Fazenda, feita por solicitação do referido Instituto.

i) sobre calçado:

I — os tamancos comuns;

II — os sapatos de ponto de malha de qualquer espécie, para recém-nascido.

j) sobre perfumarias:

I — os sabões sem perfume, grosseiros, fabricados com substância graxa animal e óleos vegetais de inferior qualidade, breu e potassa adicionados ou não de matéria corante, podendo ter como carga caolim ou qualquer silicato alcalino, os quais, além de não serem prensados, comprimidos ou preparados em raspas, lâminas ou flocos, não tragam envoltório de apresentação e se destinem, exclusivamente, à lavagem de roupas, casas e utensílios domésticos.

II — o talco e o sabão em pó e em creme, impuros e sem perfume, de produção nacional, destinados a matéria prima da indústria de perfumarias e outras, quando vendidos aos industriais em volumes de 50 quilos ou maiores, considerando-se infração perfazer esse peso reunindo num envoltório volumes de peso inferior. *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

k) sobre especialidades farmacêuticas nacionais:

I — as amostras das registradas e aprovadas pela Saúde Pública, distribuídas gratuitamente a médicos e a hospitais, pelos fabricantes, diretamente ou por intermédio de seus agentes e visitantes, e que não se façam acompanhar de bula.

II — a quantidade de amostras a distribuir é limitada a 20 % da produção mensal para os medicamentos que tenham um ano ou menos de registrados e aprovados por aquele departamento e a 10 % da produção mensal para aqueles que tenham mais de um ano de registrados e aprovados pelo mesmo departamento.

III — os rótulos apostos diretamente aos produtos (amostras) e envoltórios com que são distribuídos, conterão obrigatoriamente o nome do remédio, sem referência à moléstia ou grupo de mo-

léstias a cuja cura se destina, firma do fabricante, local da fábrica, número e data do registro e aprovação da Saúde Pública, e em caracteres bem visíveis: "*Amostra gratuita para distribuição a médicos e a hospitais*", sendo permitido imprimir apenas as duas primeiras palavras em cada ampola, quando o medicamento assim for apresentado, feita, porém, a declaração por inteiro nos recipientes que as contiverem e o teor da alínea IV.

IV — só é permitida a existência de amostras gratuitas de especialidades farmacêuticas nas fábricas respectivas, seus depósitos e agentes, nos consultórios médicos e estabelecimentos hospitalares.

V — as amostras distribuídas na forma deste regulamento serão escrituradas na coluna das "observações" do livro da escrita fiscal e acompanhadas de notas de entrega discriminativas dos produtos, extraídas de talão numerado seguidamente, copiadas a carbono e indicando o nome do destinatário dos remédios.

VI — quando a distribuição das amostras se operar por intermédio de agentes ou visitantes, deverá ser também extraída pelo fabricante a nota de entrega com as indicações a que se refere a alínea anterior.

1) sobre conservas:

I — o xarque e o toucinho de qualquer procedência;

II — as salchichas, linguças e morcelas, não acondicionadas em latas, caixas, sacos, papel, etc.;

III — o peixe seco e o salgado ou em salmoura, de produção nacional, a granel;

IV — os doces nacionais de qualquer espécie e as frutas, de que trata o § 9º do art. 4º, a granel ou acondicionados em folhas de bananeira e semelhantes, ou em papel, pesando menos de 100 gramas;

V — as bolachas de tipo comum, feitas simplesmente da farinha, água e sal;

VI — os biscoitos e bolachas a granel, assim considerados os que forem vendidos pelos fabricantes em caixões ou barricas não hermeticamente fechados, em latas sem tampa, cestos, sacos não impermeáveis e papel comum para embrulho recipientes ou envoltório esses que se destinarem ao simples transporte;

VII — a carne de porco nacional, a granel ou acondicionada em tinhas, barricas, latas ou outros volumes, de peso superior a 10 quilogramas.

m) sobre tecidos:

I — as amostras que não excedam de 0m,30, e contenham a indicação impressa no tecido: "sem valor comercial".

n) sobre artefatos de tecidos:

os sacos, quando simples, importados contendo mercadorias.

o) sobre papel e seu artefatos:

para a imprensa nos termos da nota 1ª ao § 14 do art. 4º.

p) sobre chapéus:

I — os chapéus nacionais de palha ordinária ou de fibra e os de tecidos de algodão, sem carneira, nem forro, cujo preço de venda da fábrica não excede de 2\$000, e os de palha de carnauba;

II — as formas, cascos, carapuças ou carcassas de palha (que não sejam de Chile, Perú, Panamá, Manilha e semelhantes), pelo, lã, ou de outra qualquer matéria, destinados ao fabrico de chapéus, bonets ou gorros;

III — os chapéus de sol cujas varetas não excedam de 0m,20, por estarem tributados como brinquedos (art. 4º, § 31);

IV — os chapéus de couro próprios para tropeiros, as toucas para recém-nascidos e as carapuças, compreendendo-se por "carapuça" o barrete de forma cônica ou arredondada, de qualquer tecido, sem aba e de copa alta, de extremidade dobrada ou não, desde que não se confunda com o gorro para meninos ou meninas.

q) sobre eletricidade:

I — o consumo, quer de luz, quer de força, abaixo de 20 kilowatts hora mensais;

II — os kilowatts-hora consumidos em seus próprios serviços e respectivas oficinas, pelas empresas geradoras e distribuidoras de energia elétrica;

III — o fornecimento de energia feito pelas empresas geradoras às simplesmente distribuidoras;

IV — o consumo proveniente de iluminação pública, oficinas, e serviços da União, dos Estados e dos municípios.

r) sobre artefatos de borracha:

os lençois de borracha crepe, pura, de produção nacional.

s) sobre brinquedos:

os de preço inferior a 5\$000, no varejo, desde que tragam o preço marcado.

t) sobre jóias, obras de ourives, bijuterias e objetos de adorno:

I — as obras de pintura ou de escultura quando vendidas pelo próprio autor;

II — as vendas feitas a comerciante registrado para o comércio do produto;

III — as jóias usadas, assim consideradas unicamente, aquelas sobre as quais haja prova do pagamento do imposto;

IV — as colunas de madeira por estarem sujeitas às taxas do art. 4º, § 21 (móveis);

u) sobre fogões e fogareiros:

os fogareiros a carvão, de ferro fundido, inteiriços e de uma só boca.

CAPÍTULO IV

DO REGISTRO

Sua cobrança e fiscalização

Art. 8º. Ninguém poderá fabricar, beneficiar, transformar, vender ou expor à venda produto sujeito ao imposto de consumo, sem se achar habilitado com o competente registro.

Art. 9º. Constitue o registro um certificado, ou patente, expedido pela repartição arrecadadora local mediante pagamento dos respectivos emolumentos, ou gratuitamente.

Art. 10. Na obrigação do registro estão compreendidos:

a) os fabricantes, quer em estabelecimentos, quer em residência particular, inclusive os depósitos;

b) os comerciantes e os representantes de casas comerciais ou fábricas, que tiverem mostruário ou escritório permanente na loca-

lidade, ainda que comerciando por meio de amostras, encomendas ou à consignação;

c) os mercadores ambulantes, por conta própria ou alheia:

d) os agentes comerciais ou prepostos de estabelecimentos situados fora do país, ainda que negociem por meio de amostras ou só recebam encomendas;

e) os comerciantes, os comissários e os consignatários que receberem, comprarem ou, por qualquer modo, comerciarem por grosso, exclusivamente ou não, com fumo em bruto — corda, folha ou pasta — de qualquer modo acondicionado.

Art. 11. Os emolumentos de registro obedecem à seguinte tabela:

a) Fábricas (de acordo com o número de operários, aparelhos ou força motora equivalentes calculando-se cada cavalo vapor (H. P.) como equivalente a tres operários):

I — Até cinco operários:

De uma só espécie tributada, emolumento.	60\$000
De duas, pela 2ª, mais.	40\$000
De tres, pela 3ª, mais.	20\$000
De mais de tres, pelas excedentes, cada uma, mais. . .	10\$000

II — De mais de 5 operários até 12:

De uma só espécie tributada, emolumento.	100\$000
De duas, pela 2ª, mais.	60\$000
De tres, pela 3ª, mais.	40\$000
De mais de tres, pelas excedentes, cada uma, mais. . .	20\$000

III — De mais de 12 operários até 20:

De uma só espécie tributada, emolumento.	300\$000
De duas, pela 2ª, mais.	100\$000
De tres, pela 3ª, mais.	60\$000
De mais de tres, pelas excedentes, cada uma, mais. . .	40\$000

IV — De mais de 20 operários até 50:

De uma só espécie tributada, emolumento.	500\$000
De duas, pela 2ª, mais.	300\$000
De tres, pela 3ª, mais.	100\$000
De mais de tres, pelas excedentes, cada uma, mais. . .	60\$000

V — De mais de 50 operários, até 100:

De uma só espécie tributada, emolumento.	800\$000
De duas, pela 2ª, mais.	500\$000
De tres, pela 3ª, mais.	300\$000
De mais de tres, pelas excedentes, cada uma, mais. . .	100\$000

VI — De mais de 100 operários até 200:

De uma só espécie tributada, emolumento.	1:000\$000
De duas, pela 2ª, mais.	800\$000
De tres, pela 3ª, mais.	500\$000
De mais de tres, pelas excedentes, cada uma, mais. . .	300\$000

VII — De mais de 200 operários até 500:

De uma só espécie tributada, emolumento.	1:200\$000
De duas, pela 2ª, mais.	1:000\$000
De tres, pela 3ª, mais.	800\$000
De mais de tres, pelas excedentes, cada uma, mais. . .	500\$000

VIII — De mais de 500 operários até 1.000:

De uma só espécie tributada, emolumento.	1:500\$000
De duas, pela 2ª, mais.	1:200\$000
De tres, pela 3ª, mais.	1:000\$000
De mais de tres, pelas excedentes, cada uma, mais.	800\$000

IX — De mais de 1.000 operários até 2.000:

De uma só espécie tributada, emolumento.	2:500\$000
De duas, pela 2ª, mais.	1:500\$000
De tres, pela 3ª, mais.	1:200\$000
De mais de tres, pelas excedentes, cada uma, mais.	1:000\$000

X — De mais de 2.000 operários:

De uma só espécie tributada, emolumento.	3:000\$000
De duas, pela 2ª, mais.	2:500\$000
De tres, pela 3ª, mais.	1:500\$000
De mais de tres, pelas excedentes, cada uma, mais.	1:200\$000

b) — escritórios comerciais onde se façam vendas, por comissão, inclusive consignação, representação ou conta própria, de uma ou de mais de uma espécie tributada, compreendidos os de fábrica, quando situados fora desta, desde que vendam por meio de amostras ou encomendas:

Um só emolumento.	500\$000
---------------------------	----------

c — comércio de fumo em corda, folha ou pasta:

Um só emolumento.	500\$000
---------------------------	----------

d) Comércio por grosso:

I — Com capital até 100:000\$000:

Em uma só espécie tributada.	300\$000
Em duas, pela 2ª, mais.	150\$000
Em tres, pela 3ª, mais.	50\$000
Em mais de tres, da 4ª a 10ª, cada uma, mais.	20\$000
Pelas excedentes, cada uma, mais.	10\$000

II — Com capital superior a 100:000\$000 até 500:000\$000:

Em uma só espécie tributada.	450\$000
Em duas, pela 2ª, mais.	300\$000
Em tres, pela 3ª, mais.	150\$000
Em mais de tres, da 4ª a 10ª, cada uma, mais.	50\$000
Pelas excedentes, cada uma, mais.	20\$000

III — Com capital superior a 500:000\$000 até 1.000:000\$000:

Em uma só espécie tributada.	600\$000
Em duas, pela 2ª, mais.	450\$000
Em tres, pela 3ª, mais.	300\$000
Em mais de tres, da 4ª a 10ª, cada uma, mais.	150\$000
Pelas excedentes, cada uma, mais.	50\$000

IV — De capital superior a 1.000:000\$000:

Em uma só espécie, tributada.	1:000\$000
Em duas, pela 2ª, mais.	600\$000
Em tres, pela 3ª, mais.	450\$000
Em mais de tres, da 4ª até a 10ª cada uma.	300\$000
Pelas excedentes.	150\$000

e) Comércio a varejo:

I — Com capital até 10:000\$000:

Em uma só espécie tributada.	60\$000
Em duas, pela 2ª, mais.	40\$000
Em tres, pela 3ª, mais.	20\$000
Em mais de tres, da 4ª a 10 cada uma, mais.	10\$000
Pelas excedentes, cada uma, mais.	5\$000

II — Com capital superior a 10:000\$ até 50:000:

Em uma só espécie tributada.	100\$000
Em duas, pela 2ª, mais.	60\$000
Em tres, pela 3ª, mais.	40\$000
Em mais de tres, da 4ª a 10ª, cada uma, mais.	20\$000
Pelas excedentes, cada uma, mais.	10\$000

III — Com capital superior a 50:000\$ até 200:000\$000:

Em uma só espécie tributada.	150\$000
Em duas, pela 2ª, mais.	10\$000
Em tres, pela 3ª, mais.	60\$000
Em mais de tres, da 4ª a 10, cada uma, mais.	40\$000
Pelas excedentes, cada uma.	20\$000

IV — Com capital superior a 200:000\$000 até 500:000\$000:

Em uma só espécie tributada.	200\$000
Em duas, pela 2ª, mais.	150\$000
Em tres, pela 3ª, mais.	100\$000
Em mais de tres, da 4ª a 10ª, cada uma, mais.	60\$000
Pelas excedentes, cada uma, mais.	40\$000

V — Com capital superior a 500:000\$000:

Em uma só espécie tributada.	300\$000
Em duas, pela 2ª, mais.	200\$000
Em tres, pela 3ª, mais.	150\$000
Em mais de tres, da 4ª a 10ª, cada uma, mais.	100\$000
Pelas excedentes, cada uma, mais.	60\$000

f) Depósitos fechados. 100\$000

§ 7º. As salinas em que a evaporação ao sol e ao vento for o único processo industrial e cuja produção não exceder de 10.000 quilos anuais; e os lavradores que fabricarem grespa, aguardente de cana ou de mandioca ou vinho, empregando somente produtos de suas lavouras ou das de seus colonos ou empregados, quando a produção anual não exceder de 10.000 litros englobadamente, pagarão 100\$000.

§ 2º. Os lavradores que produzirem anualmente até 10.000 litros de gaspa, alcool, aguardente de cana ou de mandioca, ou de vinho natural, quando não empregarem exclusivamente, como matéria prima, produtos de sua lavoura ou da de seus empregados, pagarão 150\$000; se, de qualquer modo, produzirem mais de 10.000 litros até 100.000, 300\$000, e se excederem esta produção, 500\$000. Servirá de base, para o cálculo da produção, a média dos tres anos anteriores ou, quando se tratar de indústria nova, o confronto com a produção de estabelecimento semelhante.

§ 3º. Os fabricante de gaspa, alcool, aguardente de cana ou de mandioca ou de vinho natural, que empregarem como matéria prima produtos de lavoura alheia, pagarão o registro nas condições da 2ª parte do parágrafo anterior.

§ 4º. Os fabricante e comerciantes por grosso, que também tiverem venda ambulante, pagarão pelo comércio ambulante, em-

bora feito por grosso, os emolumentos estabelecidos para o comércio a varejo.

§ 5º. No número dos operários serão computados os que trabalharem fora do estabelecimento e que forem portadores da cedula de que trata o art. 141, § 1º, letra *b*.

§ 6º. Os comerciantes por grosso de uma ou mais espécies tributadas que também negociarem a varejo, com uma ou mais espécies, pagarão sobre o comércio a varejo os emolumentos correspondentes às espécies excedentes das de comércio por grosso, respeitada a ordem da tabela, e a categoria do comércio, isto é: os comerciantes de uma só espécie por grosso pagarão, conforme o capital, os emolumentos constantes da letra *d* e suas alíneas e os do comércio a varejo a partir da 2ª espécie da letra *c*; os de 2 espécies, por grosso, os emolumentos da letra *d* e suas alíneas, também conforme o capital, e os do comércio a varejo a partir da 3ª espécie da letra *c*; e assim, sucessivamente. Da mesma forma proceder-se-á em relação aos fabricantes.

§ 7º. Estão sujeitos aos emolumentos das letras *b* e *f* independentemente de qualquer outro, os escritórios comerciais, onde as vendas forem feitas unicamente por meio de amostras ou simples encomendas, e os depósitos fechados.

§ 8º. Os depósitos de fábricas, nos quais sejam feitas vendas, bem como os mercadores ambulantes, ficam compreendidos nas letras *d* e *e* da tabela, atendida a categoria do comércio que exercam.

§ 9º. O registro de fábrica dá direito somente à venda de seus produtos na própria fábrica.

§ 10. Os comerciante que alterarem o seu negócio de varejo, no todo ou em parte, pagarão os emolumentos correspondentes ao comércio por grosso, obedecidas as categorias, levados em conta os anteriormente pagos pela espécie ou espécies alteradas. Esta medida é extensiva aos fabricantes que alterarem a categoria da fábrica.

§ 11. No cálculo para a cobrança do emolumento de registro de fábrica de mais de um produto, servida por aparelhos ou força motora, serão somente computados os aparelhos ou a força empregados na produção de mercadorias tributadas, calculada esta pela média dos tres últimos anos, em confronto com o número de operários capazes de igual produção. Nas fábricas de mais de uma espécie tributada, o cálculo será relativo aos aparelhos, força ou operários empregados em cada espécie.

§ 12. Os fabricantes de vinho composto a que se refere o decreto n. 22.480 de 29 de fevereiro de 1933, deverão requerer os favores dessa lei ao Diretor das Rendas Internas; e da patente de registro para tal fim fornecida pela repartição arrecadadora competente deverá constar o número da ordem da concessão.

Art. 12. São obrigados a registro gratuito:

a) os armazens dos empreiteiros de obras públicas para a venda unicamente aos seus empregados ou operários, desde que não estejam situados à margem de logradouro público ou de estrada particular franqueada ao trânsito público;

b) os armazens das cooperativas, para suprimento exclusivo dos associados, quando não tiverem portas abertas para a via pública;

c) os estabelecimentos particulares de educação, que fabricarem artigos para a venda aos próprios alunos;

d) os asilos e casas de caridade ou de assistência, particulares, que fabricarem produtos para o comércio.

Parágrafo único — O registro para depósito onde não se façam vendas será concedido mediante exibição do registro pago pelos estabelecimentos principais, fazendo-se na patente menção do local da casa matriz e do número e data da respectiva patente.

Art. 13. Não será concedido registro para o fabrico de fumo e seus preparados, bebidas, perfumarias, tecidos, artefatos de tecidos e de peles, chapéus de sol ou de chuva, e artefatos do couro e de outros materiais, em estabelecimentos cuja secção de venda a varejo tiver qualquer comunicação interna com a fabricação.

Art. 14. O prazo para pagamento do registro ou obtenção da patente gratuita será:

a) antes de iniciado o comércio ou fabrico, para os que pretenderem commerciar ou fabricar produtos tributados, pagando o emolumento integral, qualquer que seja a época do início do comércio ou fabrico;

b) de 1 de janeiro a 31 de março, para os que tiverem de renovar as respectivas patentes, desde que tenham solicitado a renovação antes ou até o dia 20 de março de cada ano, pagando o emolumento integral, de acordo com o do ano anterior, se, antes de vencido aquele prazo, terminarem o comércio ou o fabrico;

c) antes da alteração ou da adição, para os que alterarem a categoria ou a classificação do comércio ou fabrico, de modo a torná-lo sujeito a emolumento maior, ou adicionarem ao comércio ou fabrico espécie tributada ainda não registrada.

Art. 15. Para obter o registro, os interessados apresentarão à estação fiscal competente uma guia organizada conforme o modelo I, na qual declararão o número da patente anterior, ou se se trata de casa nova, o capital e pelos títulos constantes do art. 1º, os produtos de seu comércio ou fabrico, devendo os mercadores ambulantes mencionar também o número da caixa, chapa ou veículo, e os fabricantes o número de operários, aparelhos e máquinas, bem como a força motora e sua natureza.

§ 1º. Com a guia de que trata este artigo será apresentada a patente do ano anterior, quando se tratar de renovação do registro, afim de ser verificado se confere com o da patente o número mencionado na guia.

§ 2º. Tratando-se da obtenção de registro para casa nova, os interessados deverão exhibir ao encarregado do respectivo serviço o contrato social ou certidão do mesmo expedida por autoridade competente.

§ 3º. Quando se tratar de sociedade anônima, bastará a apresentação dos respectivos estatutos, devidamente registrados.

§ 4º. Tratando-se de firma individual, inclusive ambulantes, bastará exhibição de carteira de identidade.

§ 5º. A concessão da patente de registro inicial para as fábricas de bebidas e de fumo e seus preparados, somente terá lugar mediante a prova de propriedade de toda a instalação fabril, sendo esta medida exigível para os que renovarem a mesma patente, a partir da vigência deste regulamento.

§ 6º. Só será concedida patente de registro para o comércio por grosso ou fabrico de bebidas, mediante declaração na guia respectiva da quantidade e capacidade dos depósitos ou declaração da não existência destes.

§ 7º. Quando se tratar de contribuinte que não tenha capital registrado nem contrato social por onde conhecê-lo, e sobrevenha a dívida em torno da qual indicado na guia de pedido de patente, o chefe da repartição arrecadadora fornecerá a patente, mas colherá informações nos estabelecimentos bancários para, então, exigir qualquer diferença porventura devida. Não sendo possível a obtenção desses informes recorrerá, ainda, como elemento subsidiário, ao volume das operações mercantis do negócio, confrontando-o com o de outros da mesma categoria.

Art. 16. Na guia para obtenção de registro, o agente fiscal da seção ou na falta deste, o fiscal de plantão ou empregado designado pelo chefe da estação fiscal ou o próprio chefe, indicará a importância a ser cobrada, discriminando os produtos e respectivos emolumentos.

§ 1º. Preenchida essa exigência, o registro será concedido sem mais formalidades, fornecendo-se a patente de acordo com o modelo II, a qual mencionará, especificada e minuciosamente, pelos títulos referidos no art. 1º, os produtos para os quais foi concedido registro pago ou gratuito, bem como o número do veículo, caixa ou chapa do mercador ambulante.

§ 2º. Quando houver dúvida sobre a concessão do registro, a guia, depois de convenientemente informada e processada, será submetida ao chefe da repartição.

Art. 17. O registro para o comércio por grosso só será concedido a quem vender por atacado. Considera-se atacadista o negociante que fizer venda habitual por grosso e a revendedores.

Art. 18. Os comerciantes e fabricantes que tiverem venda ambulante ou em feiras, serão obrigados a tantos registros quantas forem as pessoas ou veículos empregados nessa venda, e a patente expedida para esse fim só será válida na zona fiscal da repartição que a houver concedido, salvo quando no mesmo município houver mais de uma repartição arrecadadora.

Parágrafo único. Os comerciantes, no caso deste artigo, são obrigados a mencionar no verso da patente o nome por extenso do encarregado da venda. *Multa de 150\$ a 200\$000.*

Art. 19. Os contribuintes que não se acharem quites com a Fazenda Nacional, assim como os responsáveis ou fiadores que não tiverem solvido os seus compromissos no prazo legal, não poderão obter, renovar ou transferir para outrem o seu registro, nem alterar a firma concessionária do mesmo sem prévio pagamento ou depósito da multa e do imposto devido. Também não será fornecida patente de registro à firma de que faça parte quem estiver em débito para com a Fazenda.

§ 1º. Para os efeitos deste artigo, as repartições que tiverem imposto multa a contribuintes estabelecidos em zona fora de sua jurisdição, enviarão diretamente, até 31 de dezembro, a relação desses contribuintes à respectiva repartição.

§ 2º. As repartições arrecadadoras deverão ter fichário de todos os contribuintes multados por infração deste regulamento, com indicação do número do processo, nome e localização do contribuinte dispostivos infringidos, importância da multa imposta, data do seu pagamento ou depósito, ou data e número da certidão de dívida.

§ 3º. Nas fichas serão anotadas as alterações decorrentes dos julgados proferidos pelas instâncias superiores.

Art. 20. A transferência ou alteração de firma que tiver sido autuada por infração de regulamentos fiscais só será autorizada mediante depósito do máximo da pena relativa à infração autuada, inclusive o valor do imposto devido ou se o sucessor ou a nova firma em declaração revestida das formalidades legais e com garantia idônea, assumir a responsabilidade do pagamento da dívida que provier da decisão sobre o mesmo auto.

Art. 21. As transferências do registro por aquisição de estabelecimento ou alteração de firma deverão ser requeridas pelos novos proprietários à estação fiscal competente, no prazo de 30 dias instruindo o pedido com a patente de registro da antiga firma e os documentos justificativos da transferência.

Art. 22. A mudança de local de fabricante ou de comerciante ou do número da chapa, caixa ou veículo dos seus mercadores ambulantes, deverá ser comunicada a estação fiscal competente, dentro de 15 dias, em requerimento acompanhado da respectiva patente de registro, e só aproveitará para validade do mesmo registro, em qualquer ponto do país para onde se verificar a mudança, quando esta se der com todas as mercadorias e utensílios.

§ 1º. No caso de mudança para localidade fora da jurisdição fiscal da repartição arrecadadora, deverá o interessado solicitar uma guia conforme o modelo III.

§ 2º. A patente de registro de comerciante ambulante valerá para todo o território nacional e independará de transferência quando o mercador se afastar da localidade em que foi obtida.

Art. 23. As transferências de registro, mudança de local e alteração do número da caixa, chapa ou veículo, depois de autorizadas, serão averbadas nas respectivas patentes e notadas no livro de que trata o art. 30.

Art. 24. O comprador será responsável pelas dívidas do vendedor, exceto:

a) se tiver adquirido o estabelecimento em hasta pública, por motivo de ação judicial;

b) se o houver de espólio ou massa falida, contanto que o título de aquisição o isente da responsabilidade do antigo possuidor.

Art. 25. A patente de registro ficará sem efeito:

a) quando não tiver sido pedida em nome do verdadeiro proprietário do estabelecimento;

b) quando tiver sido obtida em desacordo com os arts. 13, 15, § 6º, e 17;

c) quando o estabelecimento houver sido adquirido em leilão ou hasta pública;

d) quando dela não constar a exigência do parágrafo único do art. 18, ou for encontrada em poder de pessoa diferente da mencionada no verso da patente;

e) quando, de qualquer outro modo, tiver sido obtida indevidamente;

f) quando ficar apurado que faz parte da firma concessionária da patente contribuinte devedor à Fazenda Nacional de imposto, taxa ou multa.

Art. 26. Quando o contribuinte houver pago registro de classe superior ao seu comércio ou fabrico, não gozará das vantagens inerentes à mesma e poderá requerer restituição do excesso do emolumento, desde que o pagamento a maior resulte de exigência ou erro da repartição.

Art. 27. É contravenção registrar fábrica não existente ou em nome da firma não existente. *Multa de 2:500\$ a 5:000\$000.*

Art. 28. As patentes de registro serão exibidas aos agentes do fisco, sempre que forem reclamadas, para o que deverão ser conservadas em um quadro ou em lugar que permita exibição imediata, por quem estiver à testa do negócio. *Multa de 50\$ a 100\$000.*

Art. 29. O mercador ambulante que for encontrado sem a respectiva patente de registro será imediatamente notificado para pagamento dos emolumentos devidos, no prazo de oito dias, efetuando-se ao mesmo tempo a apreensão das mercadorias que estiverem em seu poder, as quais só serão restituídas mediante exibição da patente e da prova do pagamento da multa respectiva.

Parágrafo único. Se, esgotado o prazo, não for satisfeito o pagamento dos emolumentos de registro e da multa, a repartição pro-

videnciará sobre a venda em hasta pública das mercadorias apreendidas, sendo o respectivo produto líquido dividido igualmente entre a Fazenda e o apreensores.

Art. 30. As estações arrecadoras incumbidas da concessão do registro terão um livro organizado de acordo com o modelo IV, no qual farão o cadastro geral dos estabelecimentos e pessoas registrados e averbarão, de conformidade com o art. 23, as alterações ocorridas.

Parágrafo único. O livro será conservado na repartição e poderá servir para mais de um exercício.

CAPÍTULO V

DA ISENÇÃO DO REGISTRO

Art. 31. São isentos de registro:

a) as oficinas de estabelecimentos públicos federais, estaduais e municipais, bem como as escolas de educação profissional, asilos e recolhimentos de menores e estabelecimentos semelhantes, nos quais se fabricarem artigos sujeitos ao imposto de consumo, como meio de aprendizagem ou para consumo interno desses próprios estabelecimentos;

b) os armazens, farmácias e dispensários de instituições de caridade, desde que funcionem no interior dos respectivos estabelecimentos e se destinem à distribuição gratuita de gêneros de alimentação, medicamentos e socorros a necessitados;

c) os restaurantes e botequins de associação atlética, desportivas e recreativas, no interior das respectivas sedes, para suprimento exclusivamente a sócios e convidados;

d) os botequins, restaurantes e outros estabelecimentos de instalação e funcionamento provisórios, durante festas públicas, tais como: romarias, manobras e paradas militares, excursões turísticas ou desportivas e semelhantes;

e) os caixeiros viajantes e empregados de estabelecimentos registrados, incumbidos de agenciamento e venda por meio de amostras, com caráter itinerante e sem instalação;

f) os restaurantes, botequins e barbeiros em navios ou vagões de estradas de ferro, mantidos pelas próprias empresas de transportes, para atender aos seus passageiros;

g) os estabelecimentos que tiverem produtos destinados exclusivamente aos misteres de sua profissão;

h) os estabelecimentos industriais que fabricarem artigos sujeitos ao imposto de consumo apenas para emprego na composição de outros artigos de sua própria indústria tributados ou não.

CAPÍTULO VI

DAS ESTAMPILHAS E SUA VENDA

Art. 32. As estampilhas serão de quatro cores:

a) *verde* — para os produtos nacionais, em geral;

b) *bistre* — para os cigarros e cigarrilhas de fabrico nacional, manipulados com fumos de outra fábrica;

c) *encarnada* — para os produtos estrangeiros, sujeitos à selagem direta;

d) *azul* — para vinho natural de uva nacional e para perfumarias nacionais.

Art. 33. Estas estampilhas, que deverão conter a declaração genérica — imposto de consumo — e se applicarão a todos os produtos, respeitada a procedência, serão dos seguintes formatos:

1º. Cintas;

a) especiais:

I — para os maços e pacotes de cigarros e cigarrilhas;

II — para os charutos nacionais;

III — para alcool;

IV — para aguardente;

V — para vinho natural nacional de uva.

b) comuns — para os líquidos em geral.

2º. Retangulares:

a) especiais:

I — com a indicação “talão-guia” para os produtos que, na forma do art. 4º, incidem no imposto “por guia”;

II — com a indicação “Seda” para os tecidos dessa espécie.

b) comuns — para os demais produtos.

§ 1º. O imposto do fumo em folha, em corda ou em pasta, do peixe a granel e dos demais produtos a que alude o inciso 2º, letra a, deste artigo, quando de origem estrangeira, será cobrado por verba, na ocasião do despacho, mediante guia, conforme o modelo VI — A — organizada em tres vias, observadas as disposições deste regulamento.

§ 2º. As Alfândegas e Mesas de Rendas só poderão fornecer aos importadores as estampilhas necessárias para selar a mercadoria despachada, tendo em vista a sua quantidade real, verificada na forma da legislação em vigor. Aos não comerciantes que importarem produtos para seu consumo, o imposto será cobrado por verba.

Art. 34. Compete à Diretoria das Rendas Internas indicar as taxas, formatos e dimensões das estampilhas, para depois de preparados os desenhos pela Casa da Moeda, serem submetidos à aprovação do diretor geral da Fazenda Nacional.

Art. 35. Os tipos, formatos e valores das estampilhas poderão ser modificados pelo diretor geral da Fazenda Nacional, mediante proposta da Diretoria das Rendas Internas.

Parágrafo único. Os formatos, cores e applicação das estampilhas, bem como sua emissão e retirada da circulação, far-se-ão públicos por meio de circular do diretor geral da Fazenda Nacional.

Art. 36. As estampilhas serão feitas na Casa da Moeda, onde ficarão depositadas.

Art. 37. A Casa da Moeda terá um livro de registro, do qual constará especificadamente o movimento de entrada e saída das estampilhas, de forma a se poder conhecer prontamente o movimento de cada repartição, e, bem assim, um outro em que mencionará a data da início da distribuição e venda das estampilhas de cada valor, com a designação dos respectivos sinais característicos, e da data em que forem retiradas da circulação.

Parágrafo único. Do livro de registro de emissão das estampilhas dar-se-ão as certidões que forem requeridas.

Art. 38. A Casa da Moeda organizará albums contendo *specimens* de todas as fórmulas em circulação.

§ 1º. Esses albums serão remetidos às repartições arrecadoras e fiscalizadoras do imposto, para servirem nas mesmas e serem distribuídos aos agentes fiscaes e demais funcionários incumbidos da fiscalização.

§ 2º. Os albus serão confiados, sob carga, aos tesoureiros, coletores e administradores de mesas de rendas, e serão entregues aos agentes fiscais e outros funcionários, mediante termo de responsabilidade.

§ 3º. Os albus em poder dos agentes fiscais e de outros funcionários serão exibidos aos chefes das repartições e aos inspetores fiscais, sempre que forem exigidos.

§ 4º. A nenhum responsável, quando deixar o exercício do cargo, será abonado o respectivo vencimento ou entregue a fiança, sem que restitua o albus em poder ou indenize a importância correspondente, sob pena de ser a mesma deduzida do vencimento a pagar ou da fiança a restituir; se estas garantias não cobrirem a responsabilidade, a diferença do valor será cobrada pelos meios legais.

§ 5º. As estações fiscais terão um livro-caixa, conforme o modelo XXI, para escriturar o movimento dos albus.

Art. 39. Para a cobrança do imposto, as estampilhas serão vendidas:

a) na Capital Federal, pela Recebedoria do Distrito Federal e Alfândega do Rio de Janeiro;

b) nos Estados, pelas repartições arrecadadoras, nas respectivas zonas.

Art. 40. As repartições encarregadas da venda e suprimimento das estampilhas requisitarão o fornecimento necessário:

a) as Recebedorias Federais, as Alfândegas do Rio de Janeiro e de Santos e as delegacias fiscais à Casa da Moeda;

b) as estações arrecadadoras dos Estados, às respectivas delegacias fiscais, exceto as mesas de rendas alfandegadas, que serão supridas por intermédio das repartições a que estiverem subordinadas ou por onde for determinado pela Diretoria das Rendas Internas, em casos excepcionais;

§ 1º. A Diretoria das Rendas Internas superintenderá todo o serviço de fornecimento de estampilhas.

§ 2º. A mesma diretoria poderá não só determinar conforme as exigências da arrecadação, o fornecimento a qualquer repartição dos Estados, como autorizar a requisição direta das estampilhas ou ainda ordenar a remessa a qualquer repartição, quando se tornar necessário ao serviço da arrecadação do imposto.

Art. 41. As estampilhas serão vendidas:

a) para produtos estrangeiros: aos comerciantes, mediante exibição da patente de registro;

b) para produtos nacionais: mediante exibição da patente de registro — aos fabricantes, aos comerciantes de joias e obras de ourives, aos exportadores de sal nacional, aos transformadores, aos beneficiadores e aos que, de acordo com as disposições deste regulamento, tiverem a faculdade de receber o produto com o imposto a pagar, e, à vista da requisição, aos estabelecimentos públicos de que trata o art. 31, letra a;

c) para produtos de qualquer procedência, apreendidos, adquiridos em leilão ou hasta pública e havidos em inventário ou falência, ou para suprir qualquer falta devidamente justificada: — aos negociantes, exibida a patente de registro, e aos leiloeiros ou particulares, mediante requisição.

Art. 42. As estampilhas serão adquiridas pela seguinte forma:

a) para produtos estrangeiros sujeitos à selagem direta — mediante as guias do modelo VI, organizadas conforme a nota de despacho e com todos os dados necessários à cobrança. As estampilhas para produtos estrangeiros apreendidos sem selo ou indevidamente selados ou ainda obrigados por qualquer motivo ao selo de que estavam isentos, serão adquiridas nas alfândegas ou delegacias, mediante requisição das repartições competentes;

b) para produtos nacionais: — mediante as guias do modelo VII.

§ 1º. As estampilhas de cor bistre serão vendidas na razão de 50 vintens de cigarros e cigarrilhas por quilograma de fumo, devendo as guias ser acompanhadas do retalho dos pacotes de fumo em que estiverem coladas as estampilhas e conter declaração do valor dessas estampilhas.

§ 2º. As guias serão organizadas em 4 vias: a primeira acompanhará o processo de despacho nas alfândegas e mesas de rendas, ou ficará arquivada nas mesmas repartições ou nas outras, quando se tratar de produtos nacionais ou dos adquiridos em leilão, hasta pública, inventário, falência e outros casos; a segunda constituirá documento de receita, a terceira será entregue ao contribuinte e a quarta destinada ao serviço de estatística.

§ 3º. Terminada a conferência, nas alfândegas e mesas de rendas, das mercadorias submetidas a despacho, o empregado competente visará a guia, se estiver, ou anotará a diferença verificada, tanto na guia como em a nota de despacho.

Art. 43. A aquisição das estampilhas deverá obedecer aos seguintes limites:

a) pelos importadores, na importância correspondente à quantidade e qualidade de fato verificadas na conferência dos artigos submetidos a despacho;

b) pelos fabricantes, em importância nunca inferior:

1º, a 5%, para os isentos do pagamento de registro, constantes das letras *c* e *d* do art. 42;

2º, a 20%, para os fabricantes que tiveram pago o registro das alíneas ns. I e II da tabela;

3º, a 200%, para os fabricantes que tiverem pago o registro das demais alíneas da tabela.

c) pelos comerciantes exportadores de sal grosso e pelos negociantes de jóias e obras de ourives, em quantia nunca inferior a 25\$000;

d) pelos comerciantes de queijos e requeijões, que receberem o produto com o imposto a pagar — em importância nunca inferior a 25\$000;

e) para os produtos apreendidos e nos demais casos de que trata o art. 41º, letra *c* — na importância devida quanto à qualidade ou preço e quantidade dos mesmos produtos;

f) pelos estabelecimentos públicos referidos no art. 31. *a*, em qualquer importância.

§ 1º. Os fabricantes de cigarros e cigarrilhas preparados com fumo da própria fábrica, além da importância das estampilhas para esses produtos, pagarão, por verba, nas respectivas guias, o imposto relativo ao fumo a empregar, na razão de \$080 por vintena ou fração representada na quantidade das estampilhas pedidas.

Art. 44. Os retalhos dos pacotes de fumo selados, que acompanharão as guias de aquisição de estampilhas para cigarros e ci-

garrilhas, serão inutilizados com a data, por meio de carimbo da repartição e acompanharão os balanços mensais remetidos às delegacias fiscais e depois da devida conferência serão destruídos, lavrando-se termo que ficará anexado ao balanço.

§ 1º. Os retalhos recebidos pelas Recebedorias Federais serão destruídos nessas repartições.

§ 2º. Nas Caixas de estampilhas será feito histórico circunstanciado dos retalhos selados que tenham sido recebidos, da sua quantidade, das estampilhas neles apostas e do total da importância que lhes for equivalente.

Art. 45. A estação que tiver de vender estampilhas a comerciante que receba produtos com o imposto a pagar, fará o confronto da guia do modelo VIII, apresentada pelo comprador, com a que tiver recebido da estação de procedência.

§ 1º. Quando, por qualquer motivo, o comprador não apresentar a guia de que trata este artigo, a venda das estampilhas só será feita se a quantidade pedida estiver de acordo com a mercadoria descrita na guia ou telegrama recebido pela repartição.

§ 2º. No caso da falta da guia ou do telegrama, a venda das estampilhas só será feita depois dos produtos recebidos serem verificados pelo fiscal ou por qualquer outro empregado devidamente designado.

Art. 46. Os comerciantes que receberem produtos acompanhados de estampilhas, nos casos previstos neste regulamento, e quando tais estampilhas não corresponderem às taxas dos novos volumes em que tiverem de ser expostos à venda, poderão trocá-las, mediante requerimento, na repartição local, por ocasião da transferência dos volumes. Os que receberem produtos já estampilhados poderão adquirir novas fórmulas mediante requerimento.

§ 1º. O pedido das estampilhas será formulado nas guias conforme o modelo VII, nas quais o interessado mencionará a quantidade, espécie, taxa e valor das estampilhas que der em troca, bem como os característicos de que se acharem revestidas por exigência dos arts. 63 e 64, fazendo-as acompanhar da nota do vendedor, nota essa que será restituída, uma vez verificada a exatidão das declarações.

§ 2º. Antes da troca ou aquisição das estampilhas, o chefe da repartição fará examinar se os volumes correspondem às declarações da nota e às estampilhas apresentadas.

§ 3º. Com as estampilhas recebidas em troca proceder-se-á de conformidade com o estatuído no art. 44.

Art. 47. Nas repartições que arrecadarem o imposto sobre produtos nacionais e estrangeiros, haverá livros caixas distintos para umas e outras fórmulas; naquelas, porém, que só arrecadam imposto sobre produtos nacionais, mas, por qualquer motivo, tiverem de suprir estampilhas para produtos estrangeiros, a escrituração será feita, com menção especial, no caixa, das fórmulas para produtos nacionais.

Parágrafo único. Nas partidas de "saída" será discriminado o nome dos compradores das estampilhas, bem como a espécie destas e respectivas taxas; nas repartições, porém, em que a venda de estampilhas fôr superior a 2.000:000\$000 anuais e elevado o número de compradores, poderão ser adotados livros auxiliares. A venda diária será lançada englobadamente no caixa, em partidas correspondentes a cada espécie das estampilhas.

Art. 48. Não serão vendidas estampilhas:

- a) aos contribuintes não registrados;
- b) aos devedores de multas, quaisquer taxas ou impostos, que, depois de esgotados os prazos regulamentares respectivos, não os tiverem pago ou depositado na repartição fiscal competente;
- c) aos responsáveis ou fiadores que não houverem solvido no prazo legal os seus compromissos para com a Fazenda;
- d) às firmas nas condições previstas na letra f do art. 25.

Art. 49. Só serão vendidas estampilhas que correspondam na cor, formato, taxa e espécie aos produtos a estampilhar.

Art. 50. Ninguém poderá vender, trocar ou ceder, por qualquer forma, as estampilhas adquiridas, salvo quando se tratar de venda ou transferência de estabelecimento comercial ou industrial. *Multa de 2:500\$000 e 5:000\$000.*

Art. 51. Não é permitido a compra, venda ou troca de estampilhas senão nos casos previstos nesse regulamento, perdendo os possuidores, independente da multa que couber, o direito aquelas cuja procedência legal não fôr justificada. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000.*

Art. 52. Nenhum comerciante poderá ter estampilhas em quantidade superior à necessária ao estampilhamento das mercadorias existentes em seus estabelecimentos, sob pena de serem apreendidas as que excederem de 5 %, e de ser aplicada a multa de 500\$000 a 1:000\$000.

Parágrafo único. Constitue contravenção a posse de estampilhas que pertenceram a mercadorias já consumidas. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000.*

Art. 53. Constitue também contravenção a posse de estampilhas extraídas de mercadorias já consumidas ou não. *Multa de réis 5:000\$000 a 10:000\$000.*

Parágrafo único. Constitue ainda contravenção, independentemente da ação criminal que no caso couber, vender, comprar, empregar ou possuir soltas ou aplicadas, estampilhas falsas. *Multa de 5:000\$000 a 10:000\$000.*

CAPÍTULO VII

DO ESTAMPILHAMENTO E PAGAMENTO DO IMPOSTO

Art. 54. Compete o estampilhamento:

- a) dos produtos estrangeiros:

I. Aos comerciantes retalhistas, quando tiverem de iniciar a venda a retalho ou quando venderem em volumes intactos os produtos que receberem acompanhados de estampilhas,

II. Aos mercadores ambulantes, antes da exposição à venda;

III. Aos importadores atacadistas e comerciantes por grosso, por ocasião da venda, quando o comprador fôr particular, ou contribuinte não registrado para o comércio do produto, quando venderem a mercadoria a retalho ou quando a expuserem como amostra ou a venda;

IV. Aos leiloeiros, por ocasião da entrega, quando a venda fôr feita a particular ou a negociante não registrado para o comércio do produto arrematado;

V. Aos donos ou seus representantes legais, por ocasião do recebimento, quando se tratar de mercadorias apreendidas. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000, aos infratores de qualquer das alíneas deste artigo.*

b) dos produtos nacionais:

I. Aos fabricantes a que se referem as alíneas III a X, letra e da tabela de registro excetuados os de "tecidos de seda", "lenços", "gravatas", "suspensórios para calças", "ligas para meias", "meias", "pés e agasalhos de pés", os de "artefatos de couro e outros materiais" bem como os de "chapéus de sol ou de chuva", antes da saída ou da exposição à venda na secção de varejo; salvo os casos em que a aplicação das estampilhas deva ser feita fóra do estabelecimento pelo comprador;

II. Aos fabricantes a que se referem as alíneas I e II da letra a da tabela de registro; aos de que tratam as letras c e d do art. 12; bem como aos de "tecidos de seda", de "lenços", gravatas", "suspensórios para calças", "ligas para meias", "meias", "pés e agasalhos de pés", artefatos de couro e de outros materiais" e de "chapéus de sol ou de chuva", imediatamente depois de ultimada a fabricação, salvo quando se tratar de mercadorias que tenham de sair acompanhados das estampilhas, ou de produtos sujeitos a imposto por meio de *guia*;

III. Aos contribuintes de que trata o art. 6º, obedecidas as prescrições das alíneas anteriores desta letra;

IV. Aos negociantes exportadores de sal grosso, por ocasião do despacho ou da venda, salvo quando a exposição for feita com o imposto a pagar, nos termos do art. 112, § 5º, letra a:

V. Aos comerciantes retalhistas, quando tiverem de iniciar a venda a retalho ou quando venderem em volumes intatos os produtos que receberem acompanhados de estampilhas;

VI. Aos leiloeiros, por ocasião da entrega, quando a venda fôr feita a particular ou a negociante não registrado para o comércio do produto arrematado, ficando entendido que os que venderem em leilão jóias e obras de ourives, bijouterias e objetos de adorno, como as que pertenceram a estabelecimentos comerciais e a massas falidas e as que constituírem penhores, quer no Monte de Socorro, quer nas outras casas, e que ainda não tenham pago o imposto, não farão a entrega da mercadoria sem prévia quitação do imposto pelo arrematante ou comprador, expedindo para esse fim a competente *guia*, de modo que o imposto seja recolhido dentro de quatro dias úteis decorridos da venda respectiva, sob pena de ficarem responsáveis pelo mesmo além da multa de 1:000\$ a 2:000\$000;

VII. Aos donos ou seus representantes legais, por ocasião do recebimento, quando se tratar de mercadorias apreendidas;

VIII. Aos mercadores ambulantes, antes da exposição à venda.

Parágrafo único. Os negociantes de joias e obras de ourives, quer atacadistas, quando venderem diretamente a consumidores, ou a contribuintes não registados para o comércio desses produtos, quer retalhistas, fixos ou ambulantes, compreendidos os clubes de mercadorias, onde se fizerem sorteio dos aludidos objetos, pagarão o imposto até o terceiro dia útil de cada mês, quando às vendas do mês anterior. *Multa de 500\$ a 1:000\$ aos infratores das alíneas I a V, VI (1ª parte) e VIII.*

Art. 55. A importância do imposto de energia elétrica, arrecadada em cada mês, será recolhida, pelas companhias ou empresas, até o dia 20 do mês subsequente, sob pena de multa de 20 a 50 % da mesma importância.

Art. 56. As amostras conduzidas pelos caixeiros viajantes ou empregados de estabelecimentos registrados, de que trata o art. 31, letra c, deverão estar estampilhadas.

Parágrafo único. As amostras de produtos sujeitos ao imposto por meio de *guia*, quando em poder de representantes de estabeleci-

mentos comerciais ou fabris, deverão ser acompanhadas de notas ou faturas discriminativas. *Multa de 500\$ a 1:000\$. aos infratores deste artigo ou de seu parágrafo.*

Art. 57. As estampilhas serão aplicadas:

§ 1º. As especiais para tecido de seda, de tres em tres metros, adaptados por meio de cola e costura ou cola e clip, envolvendo a orela do pano em ambas as faces, a partir do início do primeiro metro da peça ou corte. *Multa de 2:500\$ a 5:000\$000.*

§ 2º. As retangulares, *talão e guia*: nos talões de guias ou nos livros guias dos modelos IX a XIV, colando-se, de acordo com as respectivas designações, partidas ao meio, melade no talão ou na cópia que ficar nas salinas ou estabelecimentos exportadores de sal e nas fábricas e a outra melade na guia que acompanhar o produto.

§ 3º. As retangulares, simples:

a) nas caixas, latas, caixinhas, potes, carteiras, cestas e outros envoltórios semelhantes, parte na orla da tampa e parte no corpo do objeto, salvo se se tratar de fumo picado, migado ou desfiado, exposto à venda em envoltórios de papel, colocados estes, por sua vez, dentro das latas, caixas, etc., hipótese em que poderão ser apostas ao fecho ou lugar de abertura dos referidos envoltórios de papel, desde que as ditas caixas, latas, etc., possam ser abertas facilmente para a verificação fiscal e não seja o produto, assim acondicionado, vendido a retalho;

b) nos sacos, pacotes e outros envoltórios de papel, pano, palha e outras espécies, no fecho, na costura ou no lugar da abertura, devendo aos pacotes de fumo, de 100 ou mais gramas, ser aposta mais de uma, de forma que possam ser aplicadas, repartidamente, no fecho de ambas as extremidades dos mesmos pacotes;

c) nos calçados na sola, pelo lado exterior;

d) nos chapéus de sol ou chuva e nas bengalas, numa das extremidades, de modo que fique visível o valor da estampilha;

e) nos chapéus de cabeça, gorros e bonés, na carneira ou na copa pelo lado interno, ou no lado externo do fôrro;

f) nos sabões e sabonetes em barra, pães ou forma, nas velas de cera e nas conservas, sem invólucro, no próprio objeto ou em folha ou fita de papel, quando não se conseguir aderência perfeita;

g) no papel de forrar casa ou malas, no primeiro metro do começo da peça;

h) nas perneiras e polainas, no lado interno;

i) nas barricas ou barris de conserva e nos volumes com 15 ou mais quilos de café moído, no corpo dos mesmos;

j) nas rendas, golas, palas, fitas, alças, galões, tiras e entremeios bordados, cadarços, tranças, trancelins, "soutaches", cordões e franjas quando de seda, em cada unidade, coladas em fita de papel forte, que abranja algumas voltas no interior da peça, prendendo-se as pontas dessa fita por grampo que também atinja o selo e o produto;

k) quanto às jóias, obras de ourives, bijouterias e objetos de adorno, no livro de escrita especial, até o 3º dia útil de cada mês, em seguida à soma lançamentos relativos ao mês anterior;

l) nos demais produtos, em lugar visível de cada unidade.

§ 4º. As cintas:

a) nos barris comuns, em qualquer lugar, quando vendidos a particular ou a negociantes não registrados para o comércio do produto;

b) nos barris de "chopp", em uma tabela de madeira, cartolina, papel ou papelão, considerando-se selados, quando assim saírem da fábrica;

c) nos garrações de capacidade até cinco litros, garrafas, botijas, botijões, frascos, vidros e outros recipientes semelhantes, parte na rolha, cápsula ou tampo e parte no gargalo, de modo a romperem-se ao ser aberto o recipiente, ficando as extremidades ao mesmo aderidas; e nas latas, contendo líquidos, sobre o tampo das mesmas.

Nos vidros contendo perfumarias ou conservas, nos lança-perfumes e nas bisnagas, poderão ser aplicadas estampilhas retangulares, mas coladas da mesma forma;

d) nos garrações de capacidade superior a cinco litros, no corpo dos mesmos;

e) nos sifões de águas gasosas e semelhantes, de modo a romperem-se ao calçar da alça;

f) nos maços ou pacotes de cigarros ou cigarrilhas, perpendicularmente ao envoltório que os reunir, ficando com a parte que passar sobre o mesmo envoltório toda colada e as pontas sobrepostas na extremidade inferior do maço ou pacote;

g) nos charutos nacionais, em cada um de per si, em forma de anel.

§ 5º. Nos volumes de mercadorias estrangeiras, despachadas por negociantes não registrados para comércio dessas mercadorias, as estampilhas deverão ser aplicadas nos volumes.

§ 6º. Os comerciantes varejistas deverão fazer o estampilhamento em globo, por volume intacto, das mercadorias que assim venderem.

Da mesma forma deverão proceder os comerciantes atacadistas e os leiloeiros, em relação às que, igualmente, venderem a particulares ou a negociantes não registrados para o seu comércio.

Art. 58. Para completar a importância da taxa, poderão ser empregadas estampilhas da mesma espécie, de valores diversos, contanto que sejam apostas de modo a se verificar a taxa de cada uma, sob pena de não serem computadas aquelas cuja indicação do valor não estiver visível.

Parágrafo único. Não se compreendem nessa disposição os volumes contendo mais de uma vintena de cigarros ou cigarrilhas, nos quais só poderão ser aplicadas estampilhas das taxas correspondentes ao preço de cada vintena.

Art. 59. O imposto do sal grosso, nacional ou estrangeiro, será, no porto do destino, cobrado por verba, lançada na guia que acompanhar o produto e na que tiver de ser anexada ao processo do despacho.

Parágrafo único. No caso de verificação de diferença para mais, na ocasião da descarga do sal, por outras repartições que não sejam alfândegas ou mesas de rendas alfandegadas, o imposto correspondente a diferença será cobrado por verba.

Art. 60. A aplicação das estampilhas deverá ser feita por meio de goma forte, de modo que sua aderência aos produtos ou as guias seja perfeita e deles não possam ser retiradas.

§ 1º. Nos artefatos de tecidos, excetuados aqueles cujo imposto é pago em função do peso (rendas, filas, alças, galões, etc.), as estampilhas, além de aplicadas por meio de goma forte, deverão ser costuradas a mão ou a máquina ou grampeadas a máquina por meio de arame fino (clip) de modo que o arame, perfurando a estampilha e o artefato mais de uma vez, prenda aquela a este, sendo que nas gravatas, ligas e suspensórios a costura será obrigatoriamente feita a máquina.

§ 2º. Nos chapéus de moda ou claque e nos armados, para grande uniforme, as estampilhas poderão ser apenas costuradas.

Art. 61. Consideram-se não estampilhados os produtos ou guias a que foram aplicadas estampilhas:

- a) destinadas a produtos nacionais, quando se tratar de produtos estrangeiros e vice-versa;
- b) especiais destinadas a um outro produto;
- c) comuns, quando houver fórmulas especiais para o estampilhamento;
- d) de formato diverso de destinado ao estampilhamento;
- e) não inutilizadas ou não marcadas de acordo com os arts. 63 e 64;
- f) que não estiverem em circulação;
- g) que tiverem emendas ou rasuras;
- h) que estiverem em desacordo com as prescrições dos artigos 57 a 60.

Parágrafo único. Consideram-se também sem efeito legal as estampilhas que acompanharem os produtos, nos casos deste artigo. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos infratores deste artigo ou de seu parágrafo, executadas as faltas verificadas quanto aos tecidos de seda que serão punidas com as penas do art. 57, § 1º.*

Art. 62. Constitue contravenção o emprego de estampilhas já usadas bem como a venda ou a exposição à venda de mercadorias assim estampilhadas. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000, salvo quando se tratar de emprego de estampilha extrahida de mercadoria já consumida ou não, caso em que a multa será de 5:000\$000 a 10:000\$000.*

Art. 63. Os fabricantes, importadores e outros adquirentes de estampilhas para produtos nacionais ou estrangeiros são obrigados a assinalá-las, no lado impresso, na ocasião de applicá-las ou remetê-las ao comprador, com a firma ou iniciais, e o número da incidência do produto estabelecido no art. 1º, a tinta, picote ou outro qualquer processo mecânico, contanto que a indicação do valor da estampilha e marcações exigidas fiquem visíveis.

§ 1º. Os que acondicionarem mercadorias de modo diferente do recebido, contramarcarão as estampilhas de acordo com este artigo.

§ 2º. As estampilhas que acompanharem os barris de "chopp" na conformidade do art. 57, § 4º, letra "b", além da inutilização prevista neste artigo, deverão conter, na parte impressa, de forma a abranger também a tabela a que estiverem coladas a numeração e capacidade do barril e a data e número da nota de venda ou fatura, permitindo o uso de carimbo. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos infratores deste artigo ou dos seus parágrafos.*

Art. 64. No verso das estampilhas que acompanharem produtos vendidos é obrigatório o lançamento, a tinta ou lapis tinta, de modo a abranger a totalidade das fórmulas correspondentes a cada volume, da data da entrega ou remessa e do número da nota respectiva, bem como da firma e sua localização. *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

Parágrafo único. Na inutilização a que se refere este artigo é obrigatória a repetição, por extenso, do algarismo ou algarismos indicativos do dia da inutilização. *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

Art. 65. Nos casos de estampilhamento em globo dos volumes, as estampilhas serão inutilizadas, na parte impressa, por meio de traço forte, de tinta ou lapis-tinta, e com a data do dia da venda, observada a exigência do parágrafo único do artigo anterior. *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

Art. 66. As estampilhas coladas às guias serão inutilizadas com a data, indicando dia, mês e ano, a manuscrito ou a carimbo, em cada uma das partes (talão e guia). *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

CAPÍTULO VIII

DA COBRANÇA DO IMPOSTO "AD-VALOREM"

Art. 67. Sempre que o pagamento do imposto estiver condicionado à circunstância do preço de venda, embora dependa também de outras circunstâncias, regulará:

a) para os produtos nacionais o preço de venda da fábrica, desde que não existam depósitos pertencentes à mesma firma da fábrica, ou depósitos dos mesmos produtos pertencentes a firmas das quais faça parte o respectivo fabricante ou a firmas em que um ou mais sócios sejam também sócios da firma fabricante ou ainda depósitos exclusivos dos seus produtos, caso em que o preço de venda desses depósitos será, então, o regulador para a cobrança do imposto; entendendo-se por "depósito exclusivo" o estabelecimento ou estabelecimentos comerciais que, situados ou não fora da sede da fábrica, forem os únicos vendedores ou adquirentes, por qualquer forma ou título, de um, de mais de um ou de todos os produtos da fábrica, vendam ou não mercadores semelhantes e diferentes, de outra procedência;

b) para os produtos estrangeiros, o preço que houver sido calculado nas alfândegas, tomado por base o valor das mercadorias, ao câmbio do dia do pagamento do despacho, acrescido da despesa do frete e dos direitos, adicionando-se ao total 30 %. O preço das jóias e obras de ourives importadas por particulares ou por negociantes não registrados para o comércio dos aludidos produtos, será o valor da fatura consular e, na falta desta, o que fôr arbitrado pelo conferente do despacho ou pela comissão de tarifa, sem prejuízo dos recursos legais.

§ 1º. A base do preço será:

- a) nos cigarros e cigarrilhas, o de uma vintena;
- b) nos calçados, o de um par;
- c) nos artefatos de papel, o de uma lata, caixa, carteira, pasta, pacote, bloco ou maço;
- d) nas jóias, obras de ourives, bijouterias e objetos de adorno, e da venda de cada objeto, estojo, combinação, aparelho ou guarnição;
- e) nos demais produtos, a unidade tributada.

§ 2º. No preço não se compreende o valor do imposto nem as despesas de embalagem e seguro, até o ponto do destino, salvo o frete das mercadorias estrangeiras, desde que ditas despesas sejam fatu-
radas distintamente.

§ 3º. Quando os preços variarem, segundo a maior ou menor quantidade em que são vendidos os produtos, tomar-se-á, para base do pagamento do imposto, o preço máximo da venda de acordo com o § 1º. Nenhuma redução se fará no valor integral da venda, a título de desconto, abatimento, bonificação, etc. que constar da fatura, nota de entrega, carta ou qualquer outro documento semelhante.

§ 4º. Os produtos vendidos em leilão, nas alfândegas, e os vendidos em hasta pública ou por concorrência, ficarão sujeitos ao imposto segundo o preço da arrematação ou da venda.

Art. 68. Os fabricantes de cigarros e cigarrilhas e de charutos, fornecerão à estação arrecadadora respectiva, ao iniciarem suas transações, ou até 31 de janeiro de cada ano, ou, ainda, quando resolverem qualquer alteração, uma tabela, conforme o modelo XX, em triplicata, das marcas e dos preços dos mesmos produtos. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

§ 1º. Os fabricantes de perfumarias e de especialidades farmacêuticas, nos mesmos prazos estabelecidos neste artigo, fornecerão repartição arrecadadora respectiva, tabela em triplicata, modelo XX — A e XX — B, declarando o nome, classe, marca, espécie, peso, capacidade ou quantidade dos produtos fabricantes, conforme o modo os forma do pagamento do imposto. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

§ 2º. Das tabelas recebidas, as repartições fornecerão recibos aos interessados, com o número de ordem do protocolo e neste lançarão a data da publicação das mesmas tabelas no *Diário Oficial*.

§ 3º. Se a tabela não atender às condições do modelo respectivo será recusada, devendo o interessado se houver excedido o prazo legal, apresentar outra naquelas condições, dentro do prazo de oito dias, sob pena de incidir na multa do § 1º.

§ 4º. A primeira via da tabela será arquivada na repartição; a segunda remetida à Diretoria das Rendas Internas pelas repartições arrecadadoras dos Estados, por intermédio das delegacias fiscais, afim de ser publicada no *Diário Oficial*, e a terceira será restituída ao fabricante, devidamente autenticada pela repartição arrecadadora, para ser apresentada ao agente do fisco, quando exigida. A Recebedoria do Distrito Federal fará publicar, nas mesmas condições, as tabelas que lhe forem apresentadas.

Art. 69. Os fabricantes, cujas tabelas e suas alterações tiverem sido publicadas, ficam dispensados da apresentação anual de nova tabela; devem, porém, dentro do prazo de que trata o art. 68, comunicar à respectiva repartição se mantêm as bases e indicações da tabela fornecida no ano anterior. *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

Art. 70. As repartições arrecadadoras, de posse das comunicações, mencionarão nas mesmas a data do *Diário Oficial*, em que foram publicadas as respectivas tabelas ou alterações, e as arquivarão, de modo a poderem fornecer, em qualquer ocasião, informações ou certidões das mesmas.

Art. 71. Aos agentes fiscaes, nas respectivas fábricas, e a todos os encarregados da fiscalização, cabe verificar, quer nas mesmas fábricas, quer nas casas comerciais, pelo exame das mercadorias e das notas ou faturas, a exatidão das tabelas, bem como se o imposto está sendo convenientemente pago.

CAPÍTULO IX

DOS RÓTULOS E SUA APLICAÇÃO

Art. 72. Os fabricantes de mercadorias sujeitas ao imposto de consumo excluídas as jóias e bijoulerias, são obrigados a aplicar em seus produtos, rótulos que fragam impressos a situação da fábrica com indicação de rua e número, nome do fabricante ou da empresa fabril registrada na estação arrecadadora competente, e a expressão. — Indústria Brasileira.

§ 1º. Os artefatos de tecidos fabricados no Brasil, serão pelas respectivas fábricas, marcados com as indicações deste artigo, em cada unidade, por meio de etiquetas, coladas ou cozidas, e conterão, sempre, tres faixas das cores verde, amarela e azul.

§ 2º. A marcação dos tecidos deverá ser feita por meio de decalcomania, carimbo ou textura, de tres em tres metros, em uma das orelhas com as indicações deste artigo.

§ 3º. Não será permitida a importação de tecidos que contenham nas orelhas, ou junto delas, fios com as cores verde, amarelo e azul.

§ 4º. Os que tiverem de expôr mercadorias acondicionadas de modo diferente do recebido, são obrigados a aplicar ao novo volume rótulos nas condições deste artigo, indicando ainda a origem do pro-

duto, nacional, ou estrangeiro, e a marca ou firma e o local da fábrica produtora, respeitada a legislação especial sobre o assunto.

§ 5º. Os fabricantes de produtos que pagam o imposto em razão do peso ficam obrigados a mencionar nos rótulos ou etiquetas apostos aos seus artigos, o peso que serviu de base à incidência do imposto de consumo; os de perfumarias e de especialidades farmacêuticas, a classe, peso, quantidade, volume ou capacidade; e os de vinho aguar-dente e álcool, a graduação alcoólica.

§ 6º. Os fabricantes de queijo e requeijões poderão deixar de rotular os seus produtos, cumprindo, neste caso, ao recebedor comerciante fazê-lo, com indicação também da procedência e nome do fabricante, quando os expuser à venda.

§ 7º. Nas especialidades farmacêuticas a que se refere a primeira parte da nota 1ª do § 8º do art. 4º, nas bebidas e no vinagre, além das exigências deste artigo, os rótulos deverão conter o número e data do registo e aprovação da Saúde Pública. Nos rótulos da cerveja deverá ser mencionada a sua classificação — se de alta ou de baixa fermentação. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000 aos infratores deste artigo e §§ 1º a 7º.*

§ 8º. Nas amostras de especialidades farmacêuticas nacionais, distribuídas gratuitamente, com isenção do pagamento do imposto, na forma deste regulamento, os rótulos deverão ainda conter as seguintes indicações impressas em caracteres bem visíveis:

a) *“Amostra gratuita para distribuição a médicos e a hospitais”,* sendo permitido a simples indicação *“Amostra gratuita”* em cada ampola, quando o medicamento fôr assim acondicionado, sendo, porem, exigida a declaração por inteiro nas caixas ou recipientes que as contiverem;

b) *“Só é permitida a existência desta amostra gratuita na fábrica respectiva, seus depósitos e agentes, nos consultórios médicos e estabelecimentos hospitalares”.* *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000 aos infratores deste parágrafo.*

§ 9º. Constitue contravenção a posse, existência ou exposição a venda de amostras gratuitas, não seladas, de especialidades farmacêuticas, nas farmácias, drogarias ou quaisquer outros estabelecimentos comerciais, excetuados os de que trata a letra b do parágrafo anterior quando acompanhadas da nota indicativa do médico ou hospital a que se destinar. *Multa de 2:000\$000 a 500\$000.*

§ 10. Poderão ser aplicados aos produtos carimbo ou etiquetas mencionando marca, firma e o local dos vendedores do artigo, contanto que não seja prejudicado o rótulo, nem possam ser com ele confundidos. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

Art. 73. É proibido importar, fabricar, possuir, vender ou expor a venda rótulos, etiquetas, capsulas ou envólucros que se prestem a inculcar como estrangeiras quaisquer mercadorias de produção nacional. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000.*

§ 1º. Na proibição de importar rótulos, cápsulas ou invólucros a que se refere este artigo não se compreendem os que forem importados por casas comerciais que sejam filiais de outras estabelecidas no estrangeiro, contanto que os rótulos, cápsulas ou envólucros contenham a designação das localidades em que estiverem estabelecidas a casa matriz no estrangeiro e filial no Brasil.

§ 2º. As casas filiais são obrigadas, no caso do parágrafo anterior, a provar, por contratos devidamente registrados, que se acham em condições de gozar das vantagens estabelecidas no mesmo parágrafo e a fazer acompanhar os seus despachos de importação de atestados das autoridades consulares brasileiras, nas localidades exportadoras de que as casas remetentes são suas sédes ou matrizes.

§ 3º. Se os rótulos, cápsulas ou envólucros forem importados, juntamente com as mercadorias a que se destinam, somente se concederá o despacho dos mesmos em quantidade estritamente necessária às mercadorias importadas.

§ 4º. Os rótulos, etiquetas, cápsulas e envólucros, bem como as chapas, matrizes, carimbos e objetos semelhantes, destinados à confecção de rótulos de fábricas não existentes, apreendidos por contravenção deste regulamento, serão destruídos mediante as formalidades legais, depois de passados em julgado as respectivas decisões e de retirados os exemplares necessários ao processo criminal.

§ 5º. Os comerciantes de vinhos nacionais ou estrangeiros são obrigados a rotular os produtos que engarrafarem, indicando, além da marca, o país estrangeiro ou Estado do Brasil de onde procederem, a firma do engarrafador e o local do engarrafamento. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

Art. 74. Não é permitido assinalar, vender, ou expôr à venda mercadorias nacionais com rótulos escritos no todo ou em parte em lingua estrangeira, salvo se contiverem estes em protuguês, e em títulos maiores, em lugar bem visível, os dizeres exigidos pelo art. 72. *Multa de 2:500\$000 a 5.000\$000.*

Parágrafo único. Excetuam-se os nomes de bebidas e outros que não tiverem correspondência em portuguez, como bitter, brandy, cognac, kirseh, etc., contanto que os rótulos conttenham as indicações do art. 72.

Art. 75. E' proibida a importação de produtos estrangeiros que trouxerem rótulos no todo ou em parte em lingua portuguesa, sem mencionar o país de origem. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000.*

Parágrafo único. E' proibido vender ou expôr à venda como estrangeira mercadoria produzida, fabricada ou transformada no Brasil. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000.*

Art. 76. Os fabricantes a que se referem as alíneas ns. I e II da tabela do registro, e os de que tratam as letras *c* e *d*, do artigo 12, são obrigados a rotular seus produtos logo depois de acabados.

Parágrafo único. As fábricas a que se referem as alíneas ns. III a X da mesma tabela, deverão rotular os respectivos produtos antes de lhes darem saída da fábrica ou de remetê-los para a secção de venda, salvo as exceções contidas na alínea II da letra *b* do art. 54, que seguem o regimen deste artigo. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000 aos infratores deste artigo ou de seu parágrafo.*

Art. 77. Os rótulos de marca, firma ou local diferente do da fábrica, poderão ser a esta adaptados por meio de carimbo impresso com tinta que difira bem da anterior, afim de evitar confusão, podendo pela mesma forma ser corrigidos os que não estiverem nas condições do art. 72.

Art. 78. Considera-se contravenção o emprego de rótulo de fábrica não existente ou indicando falsa procedência, ou qualidade, bem como a exposição à venda de mercadorias com rótulos nas mesmas condições e a venda ou exposição à venda de mercadorias nacionais ou nacionalizadas, inculcando-as como estrangeiras ou vice-versa. *Multa de 2:000\$000 a 5:000\$000.*

§ 1º. Considera-se contravenção falsificar, ou adulterar produtos sujeitos ao imposto de consumo, modificando o estado em que os mesmos saíram das respectivas fábricas. *Multa de 5:000\$000 a 10:000\$000 para os falsificadores e de 1:200\$000 a 2:500\$000 para os que possuírem, venderem ou expuserem à venda produtos falsificados.*

§ 2º. São proibidos todos os processos de manipulação empregados para imitar o vinho natural ou produzir vinho artificial.

Os vinhos importados do estrangeiro somente poderão ser consumidos em espécie, não podendo sofrer qualquer transformação que altere sua marca, classe ou tipo. *Multa de 5:000\$000 a 10:000\$000.*

§ 3º. Considera-se falsificar vinhos ou outras bebidas:

a) desdobrar, colorir e de qualquer forma modificar o estado em que saírem das fábricas os vinhos e demais bebidas, nacionais ou estrangeiras;

b) aproveitar para vinho, o bagaço de uva já fermentada;

c) obter vinhos inculcando-os como naturais de uvas, pela fermentação de mostos concentrados, passas de uvas ou de qualquer outra fruta, bem como fóra da zona vinícola, pela fermentação de mostos conservados por qualquer processo. *Aos infratores deste parágrafo será aplicada a multa de 5:000\$000 a 10:000\$000, sem prejuízo do processo a que se refere o decreto n. 19.604, de 19 de janeiro de 1933.*

§ 4º. Constitue contravenção a existência em estabelecimentos comerciais em fábricas, de ingredientes que sirvam para adulterar ou falsificar os vinhos e demais bebidas nacionais ou estrangeiras. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000.*

Art. 79. Os rótulos serão aplicados:

1º. A tinta indelevel ou a fogo, nos barrís de qualquer espécie nas barricas e nos caixões.

2º Por meio de dizeres colados, impressos ou gravados:

a) nas caixas, latas, maços, carteiras, pacotes, nas peças de tecidos e seus artefatos e em qualquer outro envoltório contendo mercadoria tributada;

b) nas unidades em que forem apostas as estampilhas e nos envoltórios em que as mesmas unidades forem expostas à venda;

c) até a um metro de antecedência da extremidade exterior da peça, no papel de forrar casas ou malas;

d) em qualquer parte do corpo do objeto ou envólucro, nos demais produtos. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

Art. 80. Para os casos não previstos neste regulamento, em relação aos rótulos, será aplicada a legislação em vigor.

CAPÍTULO X

DA FISCALIZAÇÃO

PRIMEIRA PARTE

Disposições gerais

Art. 81. Nenhum produto sujeito ao imposto de consumo poderá sair das fábricas, nem ser exposto à venda ou vendido, sem estar devidamente estampilhado, salvo as seguintes exceções:

a) as mercadorias de qualquer procedência, cujo imposto fôr pago por meio de guia;

b) as mercadorias adquiridas das fábricas produtoras pelas beneficiadores, desde que estejam acompanhadas da nota ou fatura e dos selos respectivos;

c) as mercadorias estrangeiras existentes nos estabelecimentos atacadistas, acondicionados nos volumes em que foram recebidas.

acompanhadas da nota, fatura ou guia e das estampilhas correspondentes;

d) as mercadorias estrangeiras existentes em estabelecimentos varejistas, acondicionadas em volumes intatos e que estejam acompanhados da nota, fatura, ou guia e das respectivas estampilhas;

e) os líquidos de qualquer origem, acondicionados em barrís ou em garrações ou latas de mais de cinco litros; as tintas sólidas e matérias de tinturaria, acondicionadas em volume de mais de dez quilos; a banha e manteiga nacional, acondicionada em volumes de mais de quatro quilos; e os artefatos de tecidos, quando em peças, em poder de quaisquer negociantes registrados, desde que os volumes estejam intactos e acompanhados das notas, faturas ou guias e das respectivas estampilhas, obedecidas, quanto aos retalhistas, as prescrições do artigo 112, § 9º, letra a;

f) o café torrado acondicionado em volumes de 16 quilos ou mais, em poder dos fabricantes moedores; e o café moído, e o chá em volumes de 15 ou mais quilos, em poder dos negociantes atacadistas, desde que ditos volumes se encontrem intactos e acompanhados da nota ou fatura do fornecedor e das respectivas estampilhas;

g) o queijo ou requeijão, em poder de qualquer negociante registrado, quando em volumes intactos e acompanhados da nota ou fatura e guia respectiva, bem assim das estampilhas correspondentes;

h) as jóias e obras de ourives, bijuterias e objetos de adorno, por ser cobrado o imposto em livro especial. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000 aos infratores deste artigo, salvo quando se tratar de insuficiência de estampilhamento em produtos cujo imposto é cobrado "ad valorem", caso em que a multa será de 1:000\$000 a 2:000\$000.*

Parágrafo único. As bebidas, o álcool e o vinagre quando vendidos a negociantes varejistas, registrados ou não, ou a consumidor, deverão estar acondicionados em recipiente cuja capacidade não exceda de um litro, devidamente selado e rotulado, excetuado o chopp em barril automático. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000.*

Art. 82. Estão sujeitos à fiscalização e ao regimen fiscal todos os produtos que se acharem dentro dos estabelecimentos obrigados a registro, ou em poder dos mercadores ambulantes ou dos encarregados do transporte, ainda que guardados em caixas, sacos, barricas, móveis, etc.

Art. 83. Quando nas fábricas, executadas as de que trata o artigo 13, e nos estabelecimentos comerciais por grosso, houver venda a retalho, a secção desta deve ser inteiramente separada, de modo a evitar confusão e promiscuidade, sob pena de serem considerados expostos à venda a varejo todos os produtos que se acharem no estabelecimento.

Art. 84. Os produtos sujeitos ao imposto por guia, quando tiverem de ser beneficiados ou acabados em outra fábrica, de propriedade do mesmo dono, deverão transitar sem pagamento do respectivo imposto, mediante as formalidades estatuidas neste regulamento, desde que tenham de voltar à fábrica de origem para serem ali vendidos.

Parágrafo único. Os fabricantes de tecidos de seda que remeterem os seus produtos para beneficiamento ou acabamento em fábricas ou tinturarias de outras firmas, deverão obedecer também às prescrições deste artigo. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000 aos infratores deste artigo e seu parágrafo.*

Art. 85. Quando o fabricante tiver mais de uma fábrica, os produtos sujeitos a estampilhamento direto que forem fabricados em uma e saírem para outra, afim de sofrerem os últimos preparos,

beneficiamento ou terminação, serão acompanhados de uma guia, segundo o modelo XV, visada pelo agente fiscal ou pela repartição, para servir de base à escrita fiscal e considerados fabricados no outro estabelecimento. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000.*

Art. 86. As fábricas que prepararem por encomenda produtos de outras fábricas, se receberem destas a matéria prima, os rótulos e as estampilhas, para serem aplicados, anotarão nos livros da escrita fiscal, não só a entrada daqueles efeitos, como a saída dos artigos preparados e estampilhados, fazendo-os acompanhar, na remessa ou entrega, de uma nota ou fatura com as necessárias especificações.

§ 1º. Os fabricantes que se utilizarem do estabelecimento de outra firma para os fins previstos neste artigo, deverão remeter a matéria prima, os rótulos e as estampilhas, acompanhadas de nota ou fatura especificada, lançando no livro de sua escrita fiscal a saída desses objetos e a entrada dos artigos preparados.

§ 2º. As notas ou faturas, de que trata este artigo, deverão ser apresentadas ao visto do agente fiscal de ambas as fábricas. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000 aos que não fizerem o lançamento ou as especificações exigidas neste artigo e no § 1º, e de 2:000\$000 a 5:000\$000 aos que não remeterem as notas ou não as exibirem ao visto do agente do fisco.*

Art. 87. Todos os comerciantes e fabricantes que adquirirem produtos sujeitos ao imposto de consumo, como matéria prima ou para comércio, deverão examinar cuidadosamente se os mesmos produtos, assim como as estampilhas e as guias, rótulos, notas ou faturas, que os acompanharem, obedecem a todas as prescrições deste regulamento.

§ 1º. Verificada qualquer falta, deverão, afim de se exprimirem de responsabilidade, dar conhecimento à repartição fiscal competente, antes do início do consumo ou da venda dos produtos.

§ 2º. Quando a falta for verificada por agentes do fisco, responderão:

a) dentro dos primeiros 10 dias, contados da data do recebimento, apenas o remetente, desde que não esteja iniciado o consumo ou a venda da mercadoria, cabendo, em caso contrário, responsabilidade também ao expositor;

b) posteriormente a 10 dias, a contar da data do recebimento, tanto o remetente como o recebedor ou expositor.

Art. 88. As notas que os fabricantes e os comerciantes são obrigados a fornecer com os produtos vendidos, ainda que os compradores sejam particulares ou negociantes de outros artigos e sem registo para o comércio dos produtos adquiridos, serão extraídas de livro-nota autenticado na repartição arrecadadora local e numeradas tipográfica e seguidamente, ficando cópia tirada a carbono no mesmo livro-nota. A expedição de fatura comercial, devidamente copiada, na forma do art. 12 do Código Comercial, dispensa a da nota.

§ 1º. A exigência da autenticação atinge os fabricantes em geral, inclusive as tinturarias e demais beneficiadores ou transformadores, os comerciantes atacadistas de fumo, bebidas e álcool, bem como os que venderem, com isenção do imposto, "essências para perfumarias" e jóias, obras de ourives, bijuterias e objetos de adorno".

§ 2º. Nestas notas ou faturas, além das declarações exigidas, deve ser indicado se a mercadoria está devidamente rotulada e estampilhada e se os selos que a acompanham estão revestidos das formalidades legais, bem assim quaisquer outros esclarecimentos

que permitam perfeita identificação do produto com os documentos comerciais que lhes disserem respeito.

§ 3º. Nessas notas ou faturas deverão ser indicados também o número e a data da guia selada, quando o imposto for pago por essa forma. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000 aos infratores deste artigo ou dos seus parágrafos.*

Art. 89. Nenhum estabelecimento poderá ser vendido em hasta pública ou posto em leilão sem que previamente seja solicitado da repartição fiscal competente, pelo encarregado do leilão, sob pena de responsabilidade, esclarecimento sobre a situação do mesmo estabelecimento perante o fisco.

§ 1º. O mesmo procedimento será observado quando a venda em tais condições for de mercadorias pertencentes a estabelecimentos sujeitos às disposições deste regulamento.

§ 2º. O débito, que for acusado em tais casos, será deduzido do produto da arrecadação, ou venda e recolhido à repartição fiscal, dentro do prazo de 15 dias. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000 aos infratores deste artigo e seus parágrafos 1º e 2º.*

§ 3º. No caso de falência ou inventário, de que trata o art. 24, letra b, a repartição fiscal remeterá ao juiz competente os precisos esclarecimentos, afim de não ser julgada definitivamente a partilha ou falência sem o prévio reconhecimento das importâncias devidas.

Art. 90. O termo de responsabilidade pela exportação de mercadorias para o estrangeiro, com isenção do imposto, deverá ser levantado dentro do prazo de 180 dias, mediante apresentação, pelo exportador, de documentos oficiais que provem a saída das mesmas mercadorias do território nacional e a sua entrada em território estrangeiro.

§ 1º. Findo esse prazo, o agente do fisco providenciará para a cobrança do imposto a que estariam sujeitas as mercadorias como se fossem dadas a consumo em território nacional. *(Multa igual ao valor do imposto.)*

§ 2º. Efetuada a cobrança do imposto e da multa será dada baixa no termo de responsabilidade, com declaração dessa circunstância.

Art. 91. As consultas relativas ao imposto de consumo serão solucionadas pelas delegacias fiscais nos Estados e pelas Recebedorias do Distrito Federal e de São Paulo, na Capital Federal e na daquele Estado, sendo facultado o recurso voluntário para a instância superior na forma do art. 225 deste regulamento.

§ 1º. As consultas dirigidas às exatorias locais serão por estas encaminhadas às delegacias fiscais, depois de convenientemente informadas.

§ 2º. Quando a solução for pela redução, isenção, não incidência do imposto ou do emolumento de registo, ou desobrigando o contribuinte de exigências regulamentares, dela haverá recurso *ex-officio* para a instância superior.

SEGUNDA PARTE

Disposições especiais

Art. 92. Só poderão sair das fábricas e dos estabelecimentos comerciais por grosso, acompanhados das respectivas estampilhas,

os seguintes produtos, quando vendidos a comerciantes registrados ou como matéria prima a fabricante:

a) os líquidos acondicionados em barrís, latas, garrações ou outros recipientes de capacidade excedente de cinco litros, e as tintas sólidas e matérias de tinturaria, acondicionadas em volumes de mais de 10 quilos, obedecida a restrição do parágrafo único do art. 81;

b) a manteiga nacional e seus sucedâneos acondicionados em volumes de peso excedente a quatro quilos;

c) o café torrado acondicionado em volumes de 10 ou mais quilos, destinado à moagem em outro estabelecimento;

d) o café moído e o chá acondicionados em barricas, latas ou caixões, pesando 15 ou mais quilos, quando vendidos a atacadistas;

e) os artefatos de tecidos, quando em peças;

f) o queijo e o requeijão de qualquer forma acondicionados;

g) as mercadorias estrangeiras acondicionadas em caixas, caixotes e outros envoltórios ainda intactos. Multa prevista no art. 81.

Art. 93. Os fabricantes de queijo tipo Minas poderão fazê-los sair de suas fábricas com o imposto a pagar, conforme a guia modelo VIII, desde que a venda seja feita a comerciante registrado para o comércio do produto.

Parágrafo único. Os comerciantes recebedores de queijos, com o imposto a pagar, deverão ter sempre no seu estabelecimento as estampilhas necessárias à selagem do produto, cumprindo as varejistas fazer o estampilhamento imediatamente após a abertura do volume. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

Art. 94. Não serão admitidos a despacho nas alfândegas, nem poderão sair das fábricas ou ser expostos à venda cigarros, cigarri-lhas, fumo desfiado, picado, migado ou em pó, fósforos, sal refinado ou purificado, velas, cartas de jogar, artefatos de papel, café torrado ou moído e chá, tintas, banha e manteiga, sem estarem acondicionados em maços, carteiras, latas, caixas, sacos, vidros ou outros envoltórios, devidamente fechados. *Multa de 600\$000 a 1:200\$000, salvo se se tratar de fumo e seus preparados, caso em que a multa será de 2:500\$000 a 5:000\$000.*

§ 1º. Poderão ser expostos à venda a retalho, devendo, porém, ser conservados nos respectivos envoltórios, de forma a se poder verificar as estampilhas inutilizadas com a data do início do retalhamento, lançada a tinta ou lapis-tinta, o café e o chá, a banha e a manteiga, as conservas, as tintas sólidas, as velas e os cigarros.

§ 2º. A manteiga e as conservas poderão ser expostas à venda a varejo, fora dos respectivos envoltórios originais, devendo, porém, os mesmos envoltórios ser conservados em poder do expositor, com a data do início de retalhamento sobre as respectivas estampilhas, afim de serem apresentados aos representantes do fisco, sempre que o exigirem. *Multa de 5000\$000 a 1:000\$000 aos infratores dos §§ 1º e 2º.*

Art. 95. É proibida a venda a torno de álcool, vinagre, e bebidas, com exceção do chopp e das águas gasosas acondicionadas em barrís automáticos. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

Art. 96. É vedado aos fabricantes dos produtos enumerados no art. 13 ter secção de vendas a varejo em comunicação interna com a do fabrico. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000.*

Art. 97. É proibida a baldeação, no ato da entrega ao comprador, dos líquidos, acondicionados em barrís, em latas, ou em

garrações de mais de cinco litros, salvo quando se tratar de acondicionamento do vasilhame adaptado a condução por cargueiro, ou de alcool ou aguardente, transportados em vagões-tanques, tonéis, pipas ou meias pipas, respeitada em qualquer caso a restrição do parágrafo único do art. 81. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000.*

Parágrafo único. Desde que se dê baldeação, no caso permitido neste artigo, deve ser feita menção dessa circunstância na nota ou fatura da mercadoria, independente das demais exigências deste regulamento. *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

Art. 98. Não é permitida a existência, em estabelecimentos comerciais, de qualquer quantidade de tecido de seda, de procedência nacional ou estrangeira, sem o devido estampilhamento. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000.*

§ 1º. Não é também permitida a existência, nas fábricas, de qualquer quantidade de tecido de seda de procedência estrangeira sem o devido estampilhamento e documentação que prove a sua origem. *Multa de 5:000\$000 a 10:000\$000.*

§ 2º. Os que importarem tecidos de seda, diretamente do estrangeiro, são obrigados ao respectivo estampilhamento dentro do prazo de 8 dias, contados da data da sua saída da alfândega. Tratando-se de estabelecimento situado em cidade diferente daquela por cujo porto foi recebido o tecido, não será levado em conta o tempo relativo ao transporte da alfândega até o estabelecimento do importador, desde que seja feita a comprovação necessária. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000.*

TERCEIRA PARTE

Do imposto e da fiscalização do sal

Art. 99. A arrecadação do imposto do sal grosso estrangeiro será feita pelas alfândegas e mesas de rendas, na ocasião da descarga, cumulativamente com a dos direitos de importação.

§ 1º. As mesmas repartições farão a cobrança do imposto do sal nacional, que não houver sido pago no ponto de origem.

§ 2º. As demais repartições arrecadoras poderão cobrar, apenas, o imposto correspondente aos acréscimos que verificarem na conferência do sal entrado com o imposto pago.

§ 3º. Para os efeitos do art. 111, § 7º, letra a, inciso 2º, a repartição do porto de embarque fornecerá, até o dia 15 de abril de cada ano ou quando se der qualquer alteração, às repartições do ponto de procedência, uma relação dos negociantes por atacado, exportadores de sal grosso, estabelecidos naquele porto e devidamente registrados.

Art. 100. Das diferenças encontradas por ocasião das descargas, nas conferências do sal grosso, entre a quantidade manifestada ou a acusada nas guias ou nota de despacho e a verificada, cobrar-se-á o imposto por verba lançada nas ditas guias ou notas de despacho:

a) simples — se o acréscimo não exceder de 10 % da carga manifestada;

b) em dobro — se o exceder (arts. 217 e 219, § 6º, letra b).

Parágrafo único. Se a diferença for para menos da declarada no manifesto, na guia ou nota de despacho, o imposto será cobrado pela quantidade de carga manifestada.

Art. 101. O comandante da embarcação que transportar sal grosso, será obrigado não só a conduzir as guias e mais papéis referentes ao dito produto e a apresentá-los à repartição do lugar em que tiver de desembarcá-lo, como também a facilitar às repartições fiscais a precisa fiscalização. *Multa de 1:200\$000 a 2:500\$000.*

Art. 102. Os despachos do sal grosso entrado serão organizados em tres vias, de acordo com o modelo XVI.

§ 1º. Antes da conferência e do processo, essas guias deverão ser apresentadas à repartição que, confrontando-as com as guias e demais papéis recebidos do comandante da embarcação, anotará se o sal a despachar foi exportado com o imposto pago ou a pagar.

§ 2º. Na conferência do sal os agentes fiscais terão como auxiliares os guardas da Alfândega.

Art. 103. É permitido ao dono ou consignatário do sal grosso nacional ou ao comandante da embarcação que o transportar, negociar nos portos de escala ou de arribada, se neles existir repartição habilitada para o despacho, todo ou parte do carregamento, mediante petição dirigida à mesma repartição. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000.*

Art. 104. Ocorrendo avaria por sucessos de mar ou de viagem, provida com certidão do protesto feito a bordo e ratificado em terra, a repartição fiscal competente nomeará, se a parte interessada o requerer, uma comissão de tres membros, composta do agente fiscal, de um outro empregado e de um perito indicado pela parte, para verificar o estado do sal e fixar o abatimento que, razoavelmente, possa ser feito no pagamento do imposto.

Art. 105. O navio carregado de sal grosso, que, depois de dar entrada em um porto, tiver de seguir para outro do território nacional com o mesmo carregamento com que houver entrado, não será desembarçado sem a exhibição à repartição competente das guias a que se referem os arts. 111, § 7º, letra c, e 112, § 5º, letra c, as quais, depois de visadas pelo chefe da mesma repartição, serão restituídas ao comandante.

Parágrafo único. A repartição, na forma do art. 108, dará aviso, por telegrama, da partida do navio à do porto para onde ele se dirigir.

Art. 106. O sal grosso conduzido em uma embarcação só poderá ser baldeado para outra mediante licença da repartição do porto de reembarque e exhibição à mesma das competentes guias. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000.*

Art. 107. O sal grosso poderá ser transportado em pontões rebocados por outras embarcações, mas revestidos, como estas, das mesmas cautelas fiscais. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000.*

Art. 108. A repartição que desembarcar qualquer embarcação carregada de sal grosso telegrafará à do porto do destino, dando-lhe conhecimento do nome do navio, da quantidade de sal transportado e de quaisquer outras circunstâncias que se tornem necessárias à fiscalização.

Parágrafo único. Na declaração do modelo XVII, apresentada pelo exportador, a repartição, depois de fazer o confronto com a guia de que trata o art. 112, § 5º, letra c, com as guias, recebidas do salineiro e correspondentes ao sal exportado, fará, nestas, a anulação ou dedução do mesmo sal, devolvendo-as ao exportador, e naquela lançará o visto, restituindo-a ao mesmo exportador, para acompanhar o produto.

Art. 109. No despacho do sal grosso entrado, nenhum documento substituirá a declaração e a guia de que trata o parágrafo único do art. 108, salvo os casos de perda, por motivo de força maior, devidamente provada, em que a falta será suprida com certidão original da repartição expedidora.

Art. 110. A repartição de origem, logo que receber aviso da do porto do destino, de haver sido pago o imposto de sal despachado com o imposto a pagar, dará baixa na responsabilidade, fazendo averbar no termo a comunicação recebida.

§ 1º. Na falta de comunicação, a baixa poderá ser dada mediante certidão original, fornecida pela repartição que houver arrecadado o imposto.

§ 2º. Dentro de 90 dias, se não houver sido recebida a prova do pagamento do imposto, enviada pela repartição arrecadadora, será requisitada tal informação à repartição competente, sem prejuízo do prosseguimento fiscal contra o exportador signatário do termo de que trata o art. 111, § 7º, letra g.

§ 3º. Reconhecida a falta do pagamento do imposto será este cobrado em dobro e dada baixa no termo de responsabilidade.

QUARTA PARTE

Das obrigações dos fabricantes

Art. 111. Os fabricantes de produtos sujeitos ao imposto de consumo, inclusive os beneficiadores e transformadores, além das demais exigências deste regulamento, serão obrigados:

§ 1º. Os fabricantes em geral:

a) a fornecer ao comprador uma nota ou fatura, devidamente numerada, de todos os produtos vendidos ou saídos da fábrica, discriminando-os pela quantidade, espécie, preço e qualidade, com a declaração de se acharem selados ou da quantidade e importância das estampilhas que os acompanharem ou ainda do número e data da guia selada quando o imposto for pago por esta forma. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

b) a ter o livro de acordo com o modelo comum (XXIV) quando não houver modelo especial, no qual registrarão, dentro de três dias, o movimento diário da produção e, nos dias respectivos, o do consumo e o de entrada e saída das estampilhas, quando as mesmas forem aplicadas ou quando acompanharem as mercadorias. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos que não observarem as formalidades relativas à escrita, e de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não tiverem o livro;*

c) a encerrar até o quinto dia útil de cada mês a escrituração relativa ao mês anterior do livro de que trata a letra b, transportando para o mês seguinte os saldos dos produtos e das estampilhas, discriminadas estas pelos seus formatos e taxas, bem assim a apresentar à repartição arrecadadora local, até o último dia de cada mês, cópia autêntica dessa escrituração. É dispensado o lançamento da produção, na escrita dos fabricantes de que tratam os itens ns. I e II, da letra a, da tabela de registo, e as letras c e d, do art. 12, salvo quando se tratar de produtos que pagam o imposto por meio de guia ou dos que podem sair da fábrica acompanhados de estampilhas, cuja produção deve ser lançada. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

d) a inutilizar com as devidas explicações e colar no talão correspondente à nota relativa a produtos que, vendidos, forem re-

jeitados e devolvidos pelo comprador, e, se a devolução for apenas de parte, notar no canhoto do talão relativo à mesma os artigos recusados;

e) a entregar ao comprador uma nota com a declaração do número e data da correspondente aos produtos que, rejeitados ou devolvidos, forem de novo vendidos;

f) a mencionar na coluna das observações da escrita fiscal as ocorrências de que tratam as letras d e e;

g) a entregar à repartição, até o dia 30 de janeiro de cada ano ou oito dias depois de qualquer alteração, uma relação dos operários que trabalharem fora da fábrica, com indicação de suas residências. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

h) a entregar aos operários que trabalharem fora da fábrica uma caderneta, com as folhas numeradas seguidamente e autenticadas na repartição competente, para ser apresentada quando exigida pela fiscalização, devendo nela mencionar a matéria prima entregue ao operário e os produtos manufaturados restituídos à fábrica. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

i) a exhibir ao agente do fisco, sempre que for exigido, as mercadorias, guias, notas, faturas e outros documentos referentes ao imposto, as estampilhas em seu poder, assim como os livros fiscais e talões de guias e de nota de venda, ainda que estejam encerrados. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

j) a franquear ao agente do fisco o exame do estabelecimento e suas dependências, bem como o de sua escrituração fiscal e comercial, a qualquer hora do dia ou da noite, si à noite a fábrica estiver funcionando, constituindo embaraço à fiscalização a recusa de exhibição de qualquer livro ou documento fiscal ou comercial. *Multa de 5:000\$000 a 10:000\$000;*

k) a dar conhecimento à repartição fiscal competente, não só quando resolverem suspender temporariamente a produção, como quando recommencarem a trabalhar. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

l) a entregar, até o quinto dia útil de cada mês, à repartição arrecadadora local, as estampilhas recebidas com as mercadorias que tenham sido empregadas durante o mês anterior, na confecção ou preparo ou desdobramento dos produtos de sua fabricação, mediante guia modelo XLVIII-A, visada pelo agente fiscal, mencionando na coluna das observações do respectivo livro fiscal o recebimento e o recolhimento das estampilhas, a entrada das mercadorias, bem como a quantidade destas empregada na fabricação dos produtos. *Multa de importância igual ao valor das estampilhas não recolhidas, nunca inferior a 500\$, salvo quando se tratar de estampilhas recebidas com álcool pelos desdobradores ou com álcool ou vinho pelos fabricantes de vinhos compostos (quinados e vermouths) caso em que a multa não será inferior a 5:000\$000;*

m) a apresentar à repartição arrecadadora local, para ser visada, uma guia em triplicata (modelo XVIII) da mercadoria a ser exportada para o estrangeiro, com isenção do imposto, ou da enviada a comerciante por grosso, para o mesmo fim (modelo XIX), devendo a 1ª via ficar arquivada naquela repartição e as duas outras acompanhar a mercadoria desde a fábrica até à repartição em que se processar o despacho. Em ambas será averbado o despacho de exportação, mencionando-se o número e data da respectiva nota, bem como o nome do navio, arquivando-se a 2ª via, e entregando-se a 3ª ao exportador. No caso de se tratar de exportação direta e por via marítima ou postal, cumpre ao fabricante, dentro do prazo de 30 dias, contados da data do visto da repartição arrecadadora local,

apresentar a esta a 3ª via, para o fim de ser transcrita na 1ª via a averbação referida, depois do que será a mesma devolvida ao interessado. *Multa igual ao valor do imposto, além da obrigação do pagamento deste;*

n) a assinar termo, consoante o modelo XXII, obrigando-se ao pagamento do imposto relativo às mercadorias que exportarem para o estrangeiro, com isenção do imposto, ou remeterem a comerciante por grosso para o mesmo fim, salvo quando se tratar de exportação direta, por via marítima ou postal. *Multa de 600\$000 a 1:200\$000;*

o) a notar no livro da escrita fiscal as mercadorias exportadas sem pagamento do imposto, devendo essa anotação ser feita na coluna das observações, caso não haja colunas especiais para esse fim. *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

§ 2º. Os de fumo e de seus preparados:

a) a dar saída ao fumo desfiado, picado ou migado, para ser vendido a consumidores, somente em pacotes bem ajustados, caixas ou latas, devidamente fechados, que tenham o peso mínimo de 25 gramas e o máximo de um quilograma. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000;*

b) a dar saída ao fumo desfiado, picado ou migado, para fabrico de cigarros ou de cigarrilhas, somente em pacotes de papel, devidamente ajustados e fechados, do peso de cinco quilogramas. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000;*

c) a vender fumo para fabrico de cigarros ou de cigarrilhas unicamente a fabricantes desses produtos, devidamente registados. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000;*

d) a ter um livro de acordo com o modelo XXV, para lançamento do fumo vendido a fabricante de cigarros ou de cigarrilhas, do qual constarão o nome e residência dos mesmos fabricantes, assim como o número e a data das respectivas patentes de registo. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

e) a carimbar com a data da entrega ou remessa os pacotes de fumo para fabrico de cigarros ou de cigarrilhas, de forma que fique parte do carimbo sobre as estampilhas e parte sobre o papel do pacote. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

f) a pagar o imposto do fumo desfiado, picado ou migado, empregado em cigarros ou cigarrilhas, de conformidade com o art. 43, § 1º. São considerados fabricantes de desfiar, picar e migar todos os que praticarem esses processos, embora para empregar o fumo assim preparado somente nos seus produtos. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000;*

g) a ter o livro de acordo com o modelo XXVI, no qual registarão, dentro de tres dias, o movimento diário da produção, e, nos dias respectivos, o do consumo e o da entrada e saída das estampilhas, quando as mesmas forem applicadas aos produtos, assim como a importância do imposto pago por verba, relativa ao fumo empregado em cigarros ou cigarrilhas. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos que não observarem as formalidades relativas à escrita e de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não tiverem o livro;*

h) a apresentar, no mínimo, uma produção de fumo desfiado, picado ou migado, que corresponda a 80 % do fumo em folha, inclusive o chinês, quer para o caporal, quer para o lavado, meio fino ou grosso, e a 90 % do fumo em corda ou rolo. *Multa de importância igual ao valor do imposto relativo à diferença, não inferior a 2:000\$000;*

j) a ter o livro de modelo XXV-A, para o lançamento da entrada e saída do fumo em corda ou em folha. *Multa de 200\$000 a 400\$000*

aos que não observarem as formalidades relativas à escrita, e de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não tiverem o livro.

§ 3º. Os de cigarros ou de cigarrilhas, com fumo de produção alheia:

a) a adquirir as estampilhas para todo o fumo constante da nota ou fatura que será apresentada à repartição, afim de ser visada, juntamente com as guias de aquisição das estampilhas e com o retalho selado dos pacotes do aludido fumo;

b) a não retirar dos pacotes de fumo o retalho selado, senão quando tiverem de adquirir selos para os cigarros e cigarrilhas a serem fabricados;

c) a não retirar o fumo dos respectivos pacotes, senão quando tiverem de iniciar a fabricação dos cigarros ou das cigarrilhas;

d) a apresentar ao agente do fisco, sempre que for exigido, as estampilhas para cigarros ou cigarrilhas, correspondentes aos pacotes de fumo de que já tenha sido retirado o retalho selado;

e) a empregar o fumo adquirido unicamente no fabrico de cigarros ou de cigarrilhas. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000 aos infractores de qualquer das letras deste parágrafo.*

§ 4º. Os de bebidas, em geral, alcool, vinagre, azeite e óleos adequados à alimentação e tintas:

a) a remeter ou entregar ao comprador as estampilhas correspondentes aos produtos que tiverem de ser estampilhados fora da fábrica. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

b) a mencionar no verso das estampilhas que acompanharem produtos vendidos, além das declarações exigidas no art. 64, a numeração e a capacidade em litros dos volumes. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

c) a mencionar nas notas ou faturas, além das demais declarações exigidas no § 1º, letra a, a capacidade das vasilhas, expressa em litros ou o peso, quando se tratar de tintas. *Multa de 200\$000 a 400\$000.* Quando não for preenchida a formalidade acima indicada e caso o exame não verifique quantidade diversa, a capacidade será: para as pipas, 480 litros; para as meias pipas ou quartolas, 240; para os quintos, 96; para os décimos, 48; para os vigésimos, 24, e para os quadragésimos, 12;

d) a gravar em caracteres bem visíveis, a fogo ou por meio de carimbo, com tinta indelevel, nos barrís, latas e garrações de mais de cinco litros, o número da vasilha e sua capacidade expressa em litros, sendo que os de vinhos nacionais de uvas, ao procederem a marcação, deverão mencionar também, em caracteres indelevel e bem visíveis, o local da fábrica, o Estado de procedência do vinho e o ano de sua produção. *Multa de 200\$000 a 400\$000, salvo quanto à indicação falsa do ano da produção, caso em que a multa será de 2:500\$000 a 5:000\$000;*

e) os vili-vinicultores e vinicultores, que pretenderem fabricar vinho natural de uvas, deverão, cada ano, antes de iniciado o fabrico, comunicar à respectiva repartição arrecadadora a quantidade aproximada de produção da safra e terminada esta, no prazo de 30 dias, comunicar a quantidade de vinho realmente produzida. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000 aos produtores de mais de 30.000 litros;*

f) é tolerada a diferença, para mais ou para menos de 15 % nas declarações exigidas na letra anterior, devendo, quando maior ou menor, preceder visita fiscal ao fornecimento de selos;

g) entre os avisos de início e término de fabrico, não poderá decorrer período superior a 70 dias seguidos;

h) passados 70 dias do aviso do início da fabricação, sem que o fabricante comunique a produção exata, as repartições arrecadadoras procederão, *ex-officio*, ao levantamento do *stock* de vinho existente nas fábricas;

i) verificada a diligência prescrita na letra h, os selos só serão fornecidos para a quantidade de vinho encontrada pelo fiscal, que fará as necessárias antações no livro de escrita fiscal e as comunicará à repartição;

j) aos fabricantes que deixarem de cumprir qualquer das exigências das letras e a i, não serão fornecidas estampilhas para selagem de vinhos;

k) os fabricantes e comerciantes que receberem vinhos de uvas, não poderão filtrá-los nem pasteurizá-los, salvo se os primeiros os empregarem como matéria prima de outras bebidas. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000;*

l) a disposição da letra anterior não atinge os cantineiros e beneficiadores que receberem, na zona vinícola, vinho inacabado;

m) os de vinhos compostos (*virmouths* e *quinados*) são ainda obrigados:

I — A fabricá-los contendo, no mínimo, 70 % de vinho puro, natural, de uvas frescas, e 18 % no máximo de gradação alcoólica, empregando álcool e çucar nacionais e a usar no engarrafamento e encaixotamento vidraria e caixotaria exclusivamente nacionais;

II — A dar saída aos vinhos que fabricarem somente engarrafados e selados, mesmo quando vendidos a comerciantes atacadistas;

III — A possuir um livro conforme o modelo (XXIX), no qual escriturarão a procedência, a entrada e o emprego da matéria prima adquirida (vinho e álcool), a importância dos selos recebidos, a data das faturas que a acompanharem e o nome dos seus remetentes, bem como a produção dos vinhos compostos, as quantidades seladas, as vendidas e o movimento das estampilhas compradas e empregadas;

IV — A anotar na coluna das observações desse livro as compras de vidraria e caixaria que fizerem em obediência à alínea I desta letra, devendo conservar as faturas para exhibi-las aos agentes do fisco, quando solicitadas;

V — A fazer rubricar e selar, na repartição competente, o livro a que se refere a alínea III, escriturando-o de acordo com as prescrições deste regulamento;

VI — A remeter ao Laboratório Nacional de Análises os tipos dos diferentes vinhos que fabricarem, indicando em etiqueta aposta às garrafas o número da análise obtida;

VII — A fabricação de vinhos compostos em desacordo com o prescrito na alínea I desta letra, acarretará, além da multa aqui estabelecida, a cassação imediata da autorização concedida ao fabricante subordinado, passando a incidir os seus produtos nas taxas da alínea V, § 2º, do art. 4º. *Multa de 5:000\$000 a 10:000\$000 aos infratores de quaisquer das disposições das alíneas desta letra.*

n) os de cerveja são ainda obrigados:

I — A ter o livro modelo XXVIII. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos que não observarem as formalidades da escrita e de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não tiverem o livro.*

II — A dar saída aos barris contendo "chopp" acompanhados das respectivas estampilhas coladas à tabela a que se refere o art. 57, § 4º, letra b, observando o disposto no art. 63, § 2º. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

III — A dar saída à cerveja de alta fermentação com as estampilhas apostas aos recipientes, inutilizadas na forma do art. 63, trazendo sempre a indicação da data (dia, mês e ano) da sua saída da

fábrica, devendo essa indicação ser feita por meio de carimbo, com tinta de impressão indelevel ou a picote. Só os recipientes de cerveja de alta fermentação, devolvidos às fábricas, poderão sair destas com as respectivas estampilhas inutilizadas com a data do dia anterior. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000.*

§ 5º. Os de calçados:

A cumprir o disposto no art. 4º, § 6º, nota 1ª. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000.*

§ 6º. Os de essências simples ou combinadas e óleos puros, naturais ou artificiais, que constituem matérias primas para perfumarias:

a) a só vender tais produtos a comerciantes varejistas de essências e óleos puros, quando estes provarem que se acham habilitados, com o competente registro, para o comércio a varejo dos mesmos;

b) a extrair em tres vias, por meio de papel carbonô, as notas de venda a que se refere o art. 88 deste regulamento, remetendo a 3ª via à repartição arrecadadora da zona fiscal em que estiver situado o estabelecimento comprador, dentro do prazo de oito dias contados da data da venda;

c) a registrar em nota de venda a que se refere a letra anterior o nome da firma compradora, o local (rua e número) do estabelecimento, bem como a quantidade vendida, e o preço da venda;

d) a observar, sujeitos às mesmas multas, as obrigações estabelecidas para os retalhistas de essências, no art. 112, § 12, quando efetuarem vendas a retalho ou a varejo, assim consideradas as feitas diretamente a consumidores. *Multa de 600\$000 a 1:200\$000 aos infratores de quaisquer das disposições das letras "a" a "c" deste parágrafo.*

§ 7º. Os de sal grosso:

a) a pagar o imposto na forma do art. 57, § 2º, por ocasião da saída do produto, podendo deixar de fazê-lo nos seguintes casos:

1º, quando o exportarem diretamente, por via marítima, para outro porto nacional, onde haja repartição habilitada para o despacho e cobrança do imposto. *Multa de 600\$000 a 1:200\$000;*

2º, quando for vendido a negociante por grosso, exportador, devidamente registrado, estabelecido no porto de embarque. *Multa de 600\$000 a 1:200\$000;*

b) a ter o livro de talão e guia ou livro-guia, de acordo com o modelo IX. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

c) a fazer acompanhar da guia referida na letra b):

1º, o que sair com o imposto pago. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

2º, até o porto do embarque, o que sair com o imposto a pagar, no primeiro caso da letra a. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

3º, o que for vendido sem o pagamento do imposto, no segundo caso da letra a. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

d) a apresentar à repartição do porto de saída, antes do embarque, as guias relativas ao sal exportado por via marítima, acompanhadas da declaração constante do modelo XVII. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

e) a exibir à estação fiscal da sede da salina, para o competente visto, a guia do sal que tiver de ser exportado por porto situado em localidade sujeita a outra estação. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

f) a marcar as pequenas embarcações de sua propriedade, empregadas no transporte do sal, com o nome ou número e a tonelagem fornecendo à repartição fiscal competente a relação das mesmas. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

g) a assinar na repartição fiscal competente o termo de responsabilidade, segundo o modelo XXIII, pela importância total do imposto devido pelo sal que exportarem para ser pago no porto do destino. *Multa de 600\$000 a 1:200\$000;*

h) a fazer acompanhar da guia modelo IX, sem pagamento do imposto, o sal para ser refinado ou purificado em estabelecimento de sua propriedade e sujeito à mesma repartição fiscal. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

i) a embarcar sal somente em pequenas embarcações, quando estiverem nas condições da letra f, ainda que pertençam a outrem. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

j) a mencionar na guia de que trata a letra c o número ou o nome e a tonelagem da embarcação que transportar o sal, não podendo descarregá-la sem a presença do agente do fisco, desde que transporte menor carga que a da sua tonelagem, sob pena de ser calculado o carregamento pela tonelagem da embarcação. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

k) a apresentar à repartição fiscal, nas localidades que tiverem porto de exportação e estabelecimentos exportadores, as guias que acompanharem nas embarcações, antes de serem estas descarregadas. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

l) a ter o livro conforme o modelo XXXII, no qual, de acordo com as letras b e c, do § 1º deste artigo, lançarão a colheita e consumo do sal e o movimento das estampilhas. *Multa de 200\$000 a 400\$000, aos que não preencherem as formalidades relativas à escrita, e de 500\$ a 1:000\$000 aos que não tiverem o livro;*

m) a inutilizar, com as devidas explicações, e colar no talão correspondente, a guia relativa ao sal, saindo com o imposto pago, for devolvido ou rejeitado pelo comprador, notando na coluna das observações essa ocorrência. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

n) a entregar uma nota com a declaração do número e data da guia do pagamento do imposto do sal que, rejeitado e devolvido à salina, for de novo vendido, fazendo menção da ocorrência no livro da escrita. *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

§ 8º. Os de sal refinado ou purificado:

a) a pagar a taxa integral do sal, cuja matéria prima tiver sido recebida sem o pagamento do imposto, nos casos da letra h do parágrafo anterior. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

b) a mencionar no livro da escrita, segundo o modelo XXXIV, quando derem saída ao produto, a data da guia ou nota que acompanhou o sal comum, declarando também o nome do fornecedor, para os fins constantes do art. 6º, § 1º. *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

§ 9º. Os tecidos, louças e vidros, ferragens, armas de fogo e suas munições e cimento:

a) a pagar o imposto na forma do art. 57, §§ 1º e 2º, antes da saída da fábrica, salvo quando se der a hipótese do art. 84 e seu parágrafo único. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000;*

b) a ter o livro destinado a escriturar a entrada e saída dos produtos e o movimento das estampilhas, conforme o modelo XXIV, bem como o talão de guias, segundo os modelos X a XII, sendo que os de tecidos terão mais os livros modelos XXXVII e XXXVIII. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

c) a ter no depósito onde façam vendas por grosso o ua varejo o livro modelo XXXVIII, destinado ao registo da entrada e saída dos produtos recebidos da fábrica com o imposto pago por oguia. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

d) a fazer acompanhar da guia de que trata a letra b, sem estampilhamento, visada pelo agente fiscal da secção, os produtos destinados ao beneficiamento ou acabamento, na hipótese do art. 84 e seu parágrafo único. Por ocasião de serem devolvidos os produtos já beneficiados ou acabados, pela fábrica ou tinturaria, à fábrica originária é também obrigatória a expedição de guia nas mesmas condições. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000;*

e) a entregar com os produtos destinados aos respectivos depósitos, quando aí tiverem de ser vendidos, ou remeter ao recebedor direto da mercadoria, juntamente com esta, a guia devidamente estampilhada de que trata a letra b, na qual deverão ser indicados número e data da nota de venda, ou fatura correspondente, expedida nas condições do § 1º, letra a, deste artigo e do art. 88 e seu § 3º. Em se tratando de tecido de algodão, linho ou lã, será também indicado o preço de venda por metro. Quando a venda se operar no depósito será ainda obrigatória a expedição de nota ou fatura nos termos do citado art. 88 e seu § 3º, isto é, com a indicação do número e data da guia estampilhada, devendo nesta ser mencionados, deduzidamente, à proporção da saída, os produtos que forem vendidos. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000;*

f) a fazer acompanhar da guia de que trata a letra b, sem estampilhamento, os produtos a serem exportados para o estrangeiro com isenção do imposto, guia esta que ficará arquivada na repartição em que se processar o despacho de exportação, quando se tratar de exportação direta, ou com o exportador quando se tratar de exportação por intermédio de terceiro. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000;*

g) a ter acompanhado da respectiva guia, devidamente estampilhada, todo o produto existente nos depósitos assim como o destinado à venda a retalho, quer nas fábricas, quer nos ditos depósitos. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000;*

h) a dar numeração seguida aos volumes em que forem acondicionados os produtos por ocasião da saída das fábricas e dos respectivos depósitos, quando nestes for modificado o acondicionamento, podendo a numeração ser alterada anualmente, mediante aviso prévio à repartição fiscal competente. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

i) a colar nos canchotos correspondentes as guias recebidas com os produtos em qualquer dos casos da letra d, deste parágrafo. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

j) a inutilizar, com as devidas explicações e colar no talão correspondente, a guia relativa a produto que, tendo saído com o imposto pago, for rejeitado e devolvido, e se a devolução for de parte do produto compreendido na guia, anotar, no canhoto do talão relativo à mesma, os artigos recusados. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

k) a fazer acompanhar da guia de que trata a letra b, sem estampilhamento, os produtos que, rejeitados e devolvidos à fábrica, forem de novo vendidos, mencionando nessa guia número e data da anterior, pela qual foi pago o imposto. Em se tratando de depósito deverão ser obedecidas as prescrições da parte final da letra c deste parágrafo. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000;*

l) a lançar na coluna das "observações" da escrita fiscal, com os necessários esclarecimentos, a quantidade de produtos remetidos e recebidos nos casos do art. 84 e seu parágrafo único. *Multa de 600\$000 a 1:200\$000;*

m) a declarar em cada volume a metragem, quando se tratar de tecidos, e o peso, quando se tratar de louças e vidros, ferragens e artefatos de ferro e outros metais e cimento. *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

§ 10. Os de artefatos de tecidos:

a) a remeter ou entregar ao comprador negociante as estampilhas corresponsdentes aos produtos que tiverem de ser vendidos em peças constituídas por várias unidades da mesma espécie, unidas entre si, para serem cortadas pelos vendedores retalhistas. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

b) a mencionar nas notas ou faturas e no verso das estampilhas, que acompanharem produtos vendidos, além das demais declarações exigidas neste regulamento, a quantidade dos mesmos produtos, referida à unidade tributada. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

§ 11. Os de café torrado ou moído:

a) a acondicionar o café torrado ou moído, para venda a varejo a comerciante ou a consumidor, somente em pacotes bem ajustados, caixas ou latas, devidamente fechados, que tenham o peso mínimo de 250 gramas e o máximo de dez quilogramas, podendo ser feito pacotes de menos de 250 gramas para serem acondicionados em volumes ajustados e devidamente fechados, de um a dez quilogramas. Quando se tratar de volume de cinco a dez quilogramas, cada uma das estampilhas apostas ao volume conterá, em algarismos, a data da entrega ou remessa da mercadoria. *Multa de 600\$000 a 1:200\$000;*

b) a acondicionar o café moído, para venda por grosso, em volumes, nas condições da letra anterior, com o peso de 15 ou mais quilos. *Multa de 600\$000 a 1:200\$000;*

c) a dar saída ao café torrado, para ser moído em outra fábrica, somente em volumes devidamente fechados e de peso nunca inferior a 10 quilogramas. *Multa de 600\$000 a 1:200\$000;*

d) a vender o café torrado, para ser moído em outro estabelecimento, somente a fabricante moedor, devidamente registrado. *Multa de 600\$000 a 1:200\$000;*

e) a marcar o número do volume e o peso, com caracteres bem visíveis, com tinta indelével, nos volumes contendo café torrado, para ser moído em outra fábrica, e nos de 15 ou mais quilos de café moído, para vender por grosso. A numeração dos volumes será seguita. *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

f) a mencionar na nota ou fatura fornecida, com o café torrado a fabricante moedor, e com café moído, acondicionado em volumes de 15 ou mais quilos, além das demais exigências do § 1.º, letra a, o peso dos volumes. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

g) a remeter ou entregar com o café torrado, vendido a fabricante moedor, e com o moído acondicionado em volumes de 15 ou mais quilos, para ser empacotado e estampilhado fóra da fábrica, as estampilhas correspondentes, nas quais, independente das declarações exigidas no art. 64, deverão mencionar a numeração e o peso dos volumes. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

b) a mencionar, diária e englobadamente, no livro fiscal da escrita, as vendas de café torrado, feitas a fabricantes moedores. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

i) a ter o livro de modelo XXXIX, para a competente escrita. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos que não observarem as formalidades da escrita e de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não tiverem o livro.*

§ 12. Os de moer café:

a) a acondicionar o café moído somente em pacotes bem ajustados, latas ou caixas, devidamente fechadas, que tenham o peso mínimo

de 250 gramas e o máximo de dez quilogramas, podendo ser feitos pacotes de menos de 250 gramas para serem acondicionados em volumes de um a dez quilos, devidamente fechados. Quando se tratar de volume de cinco a dez quilogramas, cada uma das estampilhas apostilhas ao volume conterá, em algarismos, a data da entrega ou remessa de mercadoria. *Multa de 600\$000 a 1:200\$000;*

b) a fazer a moagem do café de fôrma que a quantidade que fôr moída em determinado dia fique toda acondicionada, rotulada e estampilhada nesse mesmo dia. *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

c) a ter um livro de acordo com o modelo XI, no qual lançarão diariamente o movimento de entrada e saída dos produtos e das estampilhas. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos que não observarem as formalidades relativas à escrita e de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não tiverem o livro;*

d) a dar consumo ao café torrado adquirido, somente depois de moído. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

e) a observar em relação ao café moído, para venda por grosso, os preceitos das letras b, c, f, e g do § 11 deste artigo, sujeitos as mesmas multas.

§ 13. Os de banha, manteiga e sucedâneos:

a) a gravar ou marcar em caracteres bem visíveis, com tinta indelével, nos volumes de mais de quatro quilogramas, contendo banha, manteiga e sucedâneos, para serem acondicionados em volumes menores, o número do volume e o peso. A numeração dos volumes será seguida. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

b) a pagar o imposto da banha, manteiga e sucedâneos acrescidos por ocasião do acondicionamento em volumes menores; considerando-se fabricantes todos aqueles que fizerem esse acondicionamento. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

c) a mencionar nas notas ou faturas do produto vendido, além das declarações exigidas no art. 111, § 1º, letra a, o peso dos volumes maiores de quatro quilos. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

d) a remeter ou entregar com a banha, manteiga e sucedâneos acondicionados em volumes de mais de quatro quilos, as estampilhas correspondentes, nas quais deverão mencionar, além das declarações exigidas no art. 64, a numeração e o peso dos volumes. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

§ 14. Os de queijos de tipo Minas:

a) a ter o livro-guia, conforme o modelo VIII. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

b) a remeter, quando derem saída a produto sem pagamento de imposto, na fôrma do art. 93, a segunda via da guia de que trata a letra a deste parágrafo, à repartição fiscal a que estiverem subordinados, e a terceira ao destinatário da mercadoria. *Multa de 200\$000 a 500\$000;*

c) a ter o livro, segundo o modelo XII, no qual discriminarão os produtos vendidos com o imposto pago ou a pagar. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos que não observarem as formalidades relativas à escrita e de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não tiverem o livro.*

§ 15. Os de ladrilhos, mozaicos, azulejos e outros materiais:

a) lançar, por metro quadrado, no livro de modelo XXIV e de que trata o § 1º, letra b, a produção e consumo das mercadorias, pagando o imposto das frações de 25 centímetros quadrados na razão da quarta parte da taxa correspondente;

b) a observar, no que lhes fôr aplicável, sujeito às mesmas multas, os dispositivos do § 9º, sendo permitido o pagamento do imposto com a redução de 5 % para quebras, quando se tratar de produto nacional;

c) a ter o livro talão-guia, de modelo XIII, para o pagamento do imposto, que será efetuado na forma do art. 57, § 2º. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos que não observarem as formalidades relativas à escrita e de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não tiverem o competente livro.*

§ 16. Os de papel e seus artefatos:

a) a ter o livro de modelo XLII, para o efeito da escrita fiscal. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

b) a pagar o imposto na forma do art. 57, § 2º, antes da saída da fábrica, dos produtos referidos no art. 4º, § 14, alínea I, incisos 1º a 4º e alínea II, inciso 3º. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000;*

c) a pagar o imposto por meio de selagem direta nos demais casos. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

d) a ter o livro talão-guia do modelo XI, para o pagamento do imposto dos produtos de que trata a letra b. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

e) a observar, no que lhes fôr aplicável, sujeitos às mesmas multas, as disposições do § 9º, deste artigo.

§ 17. Os de jóias, obras de ourives, bijuterias e objetos de adorno;

A fornecer a nota de venda ou fatura de que trata o art. 88, quando venderem a contribuinte registrado para o comércio a varejo do produto. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

§ 18. Os de gasolina, óleos minerais e carbureto de cálcio:

a) a ter o livro talão-guia do modelo XIV, para pagamento do imposto na forma do art. 57, § 2º. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

b) a observar, no que lhes fôr aplicável, sujeitos às mesmas multas, as disposições do § 9º, deste artigo.

§ 19. Os beneficiadores, (inclusive as tinturarias) transformadores e desdobradores de produtos:

a) a pagar o imposto integral ou a diferença de taxa a que estiverem sujeitos os produtos beneficiados, transformados, desdobrados ou acrescidos, de acordo com as prescrições deste regulamento, sujeitos à respectivas multas;

b) a ter os livros fiscais necessários à sua escrituração, de acordo com os respectivos modelos anexos. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

c) as tinturarias que receberem produtos para beneficiamento, além das obrigações das letras a e b, terão, quando operarem com tecidos de seda, livro modelo XXXI e o talão de guias modelo XI-A. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

d) as guias que acompanharem os tecidos de seda beneficiados não poderão transitar sem o visto prévio do agente fiscal da seção. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000;*

e) os tecidos que forem encontrados em poder dos beneficiadores desacompanhados da guia a que alude a letra d do § 9º, serão apreendidos, incidindo os seus detentores na multa de 1:000\$ a 2:000\$000;

f) remeter até o terceiro dia de cada mês à repartição arrecadadora local uma relação minuciosa dos produtos que tenham beneficiado durante o mês anterior. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

QUINTA PARTE

Das obrigações dos comerciantes.

Art. 112. Aos comerciantes de produtos sujeitos ao imposto de consumo, além das demais obrigações estabelecidas neste regulamento, cumpre observar as seguintes:

§ 1º. *Aos atacadistas em geral:*

a) remeter ou entregar ao comprador negociante as estampilhas correspondentes aos produtos que tiverem de ser estampilhados fóra do estabelecimento, nas quais, além da exigência do art. 64, mencionarão a numeração e a capacidade ou o peso dos volumes, quando se tratar de produtos sujeitos a essas formalidades. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

b) fornecer ao comprador uma nota ou fatura, devidamente numerada, de todos os produtos vendidos, indicando a procedência, discriminando-os pela quantidade, peso, espécie e número de volumes, e declarando se selados ou a quantidade e a importância das estampilhas que os acompanharem. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos que não preencherem as formalidades exigidas na nota ou fatura, e de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não fornecerem nota ou fatura;*

c) exibir ao agente do fisco, sempre que fôr exigido, as mercadorias, guias, notas, faturas e outros documentos referentes ao imposto, as estampilhas em seu poder, assim como os livros fiscais, talões de guias e de notas de vendas ainda que estejam encerrados. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

d) fazer o engarrafamento dos líquidos e o empacotamento da banha, manteiga e sucedâneos recebidos em volumes maiores de quatro quilos, bem como do café moído, ou chá, recebido em volumes de 15 ou mais quilos, de forma que iniciado em relação a um determinado volume, fique todo o conteúdo engarrafado ou empacotado, rotulado e estampilhado no mesmo dia. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

e) observar em relação aos produtos destinados à venda a varejo as obrigações relativas aos comerciantes varejistas, sujeitos às respectivas multas;

f) franquear ao agente do fisco o exame do estabelecimento e suas dependências, bem como o de sua escrituração fiscal e comercial, a qualquer hora do dia ou da noite, quando à noite estiver o estabelecimento funcionando, constituindo embarço à fiscalização a recusa de exibição de qualquer livro ou documento fiscal ou comercial. *Multa de 5:000\$000 a 10:000\$000;*

g) apresentar ao agente do fisco, para serem visados, as guias e outros documentos relativos aos produtos sujeitos ao imposto, quando recebidos por via marítima, terrestre, fluvial ou aérea, antes de retirá-lo das respectivas estações. *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

§ 2º. *Aos comerciantes atacadistas e consignatários de fumo em bruto:*

a) ter um livro de acordo com o modelo XXVII, no qual lançarão diariamente a entrada e saída do fumo de qualquer procedência, mencionando o imposto pago em relação ao de procedência estrangeira. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

b) lançar na coluna das observações do livro da escrita fiscal, a quantidade, espécie e destino do fumo exportado para o estrangeiro. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

c) apresentar ao agente do fisco, sempre que fôr exigido, o livro referido na letra a, e bem assim as notas ou faturas de compra de fumo nacional, as guias de pagamento de imposto do fumo estrangeiro e as guias dos despachos de exportação. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

§ 3°. *Aos atacadistas de vinhos:*

Engarrafar e rotular os vinhos nacionais ou estrangeiros e só assim vendê-los aos varejistas ou particulares. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000.*

§ 4°. *Aos atacadistas de álcool e de aguardente:*

a) ter o livro modelo XXX, onde registrarão diariamente a entrada e saída dos produtos, inclusive os destinados a desdobramento, bem como o movimento das estampilhas recebidas e o das empregadas ou remetidas ao comprador. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos que não cumprirem as formalidades referentes à escrita e de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não tiverem o livro;*

b) cumprir as exigências do parágrafo anterior (3°) sujeitos à mesma multa.

§ 5°. *Aos atacadistas exportadores de sal grosso:*

a) pagar o imposto na forma do art. 57, § 2°, por ocasião da saída do produto, podendo deixar de fazê-lo quando, diretamente por via marítima, exportarem o sal para outro porto nacional, onde exista repartição habilitada para o despacho e para a cobrança do imposto. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000;*

b) ter o livro de talão-guia ou livro-guia, de acordo com o modelo IX. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

c) fazer acompanhar da guia referida na letra b, o sal que sair com o imposto pago, o que fôr vendido sem o pagamento do imposto, no segundo caso da letra a, e o que já houver pago o imposto por ocasião da saída da salina, mencionando, neste caso, as respectivas guias. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos que não fizeram a menção, e de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não fizeram acompanhar a guia;*

d) apresentar à repartição do pórtio de saída, antes do embarque, as guias referidas na letra c, bem como as guias, seladas ou não, recebidas do salineiro e relativas ao sal exportado, acompanhadas da declaração constantes do modelo XVII, afim de ser visada a primeira e feita nas outras a anulação ou dedução do sal exportado. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

e) marcar as pequenas embarcações de sua propriedade, empregadas no transporte do sal, com o nome ou o número e a tonelagem, fornecendo à repartição fiscal competente a relação das mesmas. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

f) assinar, na repartição fiscal competente, termo de responsabilidade, conforme o modelo XXIII, pela importância total do imposto do sal que exportarem para ser pago no pórtio do destino. *Multa de 600\$000 a 1:200\$000;*

g) ter o livro de acordo com o modelo XXXIII, no qual registrarão diariamente o movimento de entrada e saída do sal e das estampilhas, quando as mesmas forem aplicadas, sendo a escrituração encerrada mensalmente e transportado para o mês seguinte o saldo do sal recebido com o imposto pago e do entrado com o imposto a pagar e o das estampilhas, discriminadas estas pelas taxas, na coluna das observações. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos que não preencherem as formalidades da escrita, e de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não tiverem o livro;*

h) pesar, na presença do agente fiscal, o sal embarcado em navio de exportação, salvo quando o transbordo se der de pequena embarcação nas condições estipuladas na letra *e*, cujo carregamento corresponda exatamente à sua tonelagem. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

i) não descarregar em seus armazéns, ou nos navios de exportação, sal das pequenas embarcações procedentes das salinas, senão depois de estarem de posse da respectiva guia e de preenchidas as formalidades do art. 114, § 7º, letra *k*. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

6º. Aos atacadistas, importadores de sal grosso:

a) organizar as guias de despacho, de acordo com o art. 102;

b) pagar o imposto do sal, de conformidade com o art. 99;

c) ter o livro segundo o modelo XXXV, no qual registrarão diariamente o movimento da entrada e saída do sal e a importância do imposto pago, sendo a escrituração encerrada mensalmente, transportado o saldo para o mês seguinte. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos que não preencherem as formalidades relativas à escrita, e de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não tiverem o livro.*

§ 7º. Aos comerciantes atacadistas de essências simples ou combinadas e óleos puros naturais ou artificiais que constituem matéria prima para perfumarias:

a) só vender tais produtos a comerciantes varejistas de essências e óleos puros quando estes provarem que se acham habilitados, com o competente registro, para o comércio a varejo dos mesmos;

b) extrair em 3 vias, por meio do papel carbono, as notas de venda a que se refere o art. 88 deste regulamento, remetendo a 3ª via à repartição arrecadadora da zona fiscal em que estiver situado o estabelecimento comprador, dentro do prazo de oito dias, contados da data da venda;

c) registrar em nota de venda a que se refere a letra anterior, o nome da firma compradora, o local (rua e número) do estabelecimento, bem como a quantidade vendida e o preço da venda;

d) observar, sujeitos às mesmas multas, as obrigações estabelecidas para os retalhistas de essências, no § 12 deste artigo, quando efetuarem vendas a varejo assim consideradas as feitas diretamente a consumidores. *Multa de 600\$000 a 1:200\$000 aos infratores de qualquer das disposições das letras a a c deste parágrafo.*

§ 8º. Aos comerciantes atacadistas de jóias, obras de ourives, bijuterias e objetos de adorno:

a) cumprir as disposições do § 13 deste artigo, sujeitos às mesmas multas, quando venderem a consumidores ou a comerciantes não registrados;

b) fornecer a nota de venda de que trata o art. 88, quando venderem a contribuinte registrado para o comércio a varejo o produto. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

§ 9º. Aos retalhistas em geral:

a) fazer o empacotamento da banha, manteiga e sucedâneos recebidos em volumes maiores de quatro quilos, bem como do café moído, ou chá, recebido em volumes de 15 ou mais quilos, de forma que, iniciado em relação a um determinado volume, fique todo o conteúdo empacotado, rotulado e estampilhado no mesmo dia. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

b) ter todo o "stock" de álcool, vinagre e bebidas, excetuando o vinho de procedência estrangeira, quando importado diretamente (§ 11 letra *b*) acondicionado em recipientes cuja capacidade não exceda um litro. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000;*

c) exhibir ao agente do fisco, sempre que for exigido, as mercadorias, as estampilhas em seu poder, assim como os livros fiscais, talões de guias e de notas de venda, ainda que estejam encerrados. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

d) franquear ao agente do fisco o exame do estabelecimento e suas dependências, bem como o de sua escrituração fiscal e comercial, à qualquer hora do dia ou da noite, quando à noite estiver funcionando, constituindo embarço à fiscalização a recusa da exibição de qualquer livro ou documento fiscal ou comercial. *Multa de 5:000\$000 a 10:000\$000;*

e) estampilhar os produtos que, recebidos acompanhados de estampilhas, forem vendidos a retalho, nas condições do art. 94, § 1º. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

§ 10. *Aos retalhistas de fumo em bruto:*

Observar as disposições do § 2º deste artigo.

§ 11. *Aos retalhistas de bebidas:*

a) colocar em cada barril de chopp" a tabela selada de que trata o art. 57, § 4º, letra b, inutilizando as estampilhas com a data do início do consumo. *Multa de 200\$000 a 400\$000;*

b) engarrafar, selar e rotular os vinhos que importarem diretamente do estrangeiro e só assim vendê-los. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000.*

§ 12. *Aos retalhistas de essências simples ou combinadas e óleos puros, naturais, ou artificiais, que constituem matérias primas para perfumarias:*

a) ter todo o "stock" existente em seu estabelecimento e suas dependências, acondicionado em vidros ou outros recipientes contendo até 10, 20, 40, 60, 80 ou 100 gramas de essências ou óleos puros, completamente fechados, rotulados e selados. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000;*

b) fazer o acondicionamento das essências ou óleos puros recebidos, de modo que, uma vez aberto qualquer volume, fique imediatamente todo o seu conteúdo acondicionado, pela forma estabelecida na letra a deste parágrafo. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000;*

c) apor em cada vidro ou recipiente a que se refere a letra anterior uma etiqueta indicando em caracteres bem visíveis o peso líquido de essências ou óleos contidos no respectivo vidro ou recipiente. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não apuzerem a etiqueta e de 2:500\$000 a 5:000\$000 aos que nela indicarem peso inferior ao real e, assim tenham pago insuficientemente o imposto;*

d) ter um livro, segundo o modelo XXIV, no qual registrarão diariamente a quantidade de essências ou óleos puros (em gramas) recebida de fábricas, comerciantes atacadistas ou importada diretamente, bem como a selagem e venda dos vidros ou recipientes pequenos nos quais foi acondicionada a quantidade recebida, bem como a importância das estampilhas compradas e empregadas. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000;*

e) observar, no que lhes seja aplicável, sujeitos às respectivas multas, as demais obrigações exigidas por este regulamento dos fabricantes em geral, aos quais ficam os retalhistas de essências equiparados para todos os efeitos, devendo entretanto, a patente de registro ser expedida para o comércio a varejo de perfumarias (es-

§ 13. *Aos comerciantes de jóias e obras de ourives, fixos ou ambulantes, compreendidos os clubes de mercadorias:*

a) ter o livro modelo XLVI, no qual lançarão diariamente a soma total da venda feita a consumidores e a importância da taxa devida, servindo o livro do ambulante para todos os lugares que ele percorrer. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não possuírem o livro;*

b) pagar o imposto, na forma do art. 57, § 3º, letra k, colando as estampilhas no livro de que trata a letra a, em seguida à soma dos lançamentos diários, inutilizando-as com a data em algarismos e a sua assinatura ou a de seu representante legal. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

§ 14. *Aos comerciantes recebedores de queijos de tipo Minas, com o imposto a pagar:*

a) ter o livro modelo XLV, em que lançarão a entrada e saída do produto e o movimento de estampilhas. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos que não observarem as formalidades relativas à escrita e de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não possuírem o livro:*

b) adquirir as estampilhas para a selagem do produto recebido, e dar conhecimento à repartição, para a devida verificação, sempre que receberem produtos deteriorados com o imposto a pagar. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

§ 15. *As companhias ou empresas de abastecimento de electricidade:*

a) arrecadar o imposto nos recibos ou contas que apresentarem aos consumidores para cobrança de importâncias que por estes lhes forem devidas, adicionando a seguinte verba, nos mesmos recibos ou contas, após a quantia que lhes fôr devida:

“Imposto de consumo”.

“Tantos” kilowatts-hora de luz (ou força) a tanto, \$”.

Se o consumo fôr a forfait, dir-se-á:

“Imposto de consumo”.

5 % sobre (o preço), \$ \$, (tanto).

b) recolher, por meio de guias conforme modelo XLVII, visadas pelo respectivo agente fiscal, o produto da arrecadação, na forma do art. 55, à Recebedoria do Distrito Federal e à de São Paulo, e às Delegacias Fiscais, ou às repartições arrecadadoras locais quando devidamente autorizadas, podendo firmar acordo com o Tesouro Nacional, no Distrito Federal, e Delegacias Fiscais, nos Estados, para a arrecadação mediante a percentagem de 4 %, correndo por sua conta as despesas que tiverem de fazer com a cobrança e entrega da renda. *Multa de 20 a 50 % da importância a recolher;*

c) prestar aos agentes fiscais todos os esclarecimentos de que os mesmos necessitarem.

SEXTA PARTE

Dos livros e do exame da escrita geral

Art. 113. Os livros da escrita fiscal, exigidos por este regulamento, serão, antes de sua utilização, rubricados e autenticados nas estações fiscais competentes. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

§ 1º. Os livros das fábricas serão distintos para cada uma das espécies enumeradas no art. 1º, podendo ter apenas as divisões precisas ao movimento do estabelecimento, respeitada a ordem para

cada espécie do imposto descrita no art. 4º e seus parágrafos. *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

§ 2º. Os livros serão conservados nos respectivos estabelecimentos e sua escrita será organizada com clareza, asseio e exatidão, de modo a não deixar dúvidas, devendo os lançamentos ser feitos diariamente e encerrados mensalmente até o quinto dia útil de cada mês. *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

§ 3º. Na escrituração poderá ser aproveitada a folha inteira para o lançamento de diversos meses, desde que sejam encerrados e destacados uns dos outros, de forma a evitar confusão, consignando-se somente os dias em que houver movimento, inutilizados os espaços em branco. *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

§ 4º. Nos casos de transferência de firma ou local a escrituração continuará no mesmo livro, feitas as anotações necessárias.

§ 5º. Os livros serão autenticados mediante prova de início de negócio, de encerramento de igual livro anterior ou outro qualquer motivo justificado, desde que estejam de acordo com o modelo regulamentar ou correspondam ao movimento do estabelecimento.

Art. 114. Os livros de talão e guia ou livro-guia, bem como os de que trata o art. 88, § 1º, tanto para cobrança como para fiscalização do imposto, terão as folhas numeradas seguida e tipograficamente e serão autenticados na estação fiscal respectiva. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

§ 1º. Poderá ser autenticado mais de um livro de cada vez, desde que tenham numeração em seguida da do último autenticado devendo, então, ser este apresentado à repartição, ainda que não utilizado.

§ 2º. Nos casos de livro-guia e de talão nota de venda a cópia será extraída a papel carbono.

Art. 115. No interesse da Fazenda Nacional, os agentes fiscais procederão a exame da escrita geral, sendo obrigatória a apresentação do *Diário*, dos Copiadores de cartas e de faturas e demais livros auxiliares, tais como: "Conta-Correntes", "Razão", "Borrador", "Costa-neira", talões de notas ou de faturas, etc., ficando, para este fim, revogado o art. 17 do Código Comercial Brasileiro. *Multa de 5:000\$000 a 10:000\$000.*

§ 1º. Se for recusada a exibição de qualquer desses livros, o agente do fisco, além de lavrar o competente auto de infração, levará o fato ao conhecimento do chefe da repartição, para que a requisição judicialmente.

§ 2º. Se, pelos livros apresentados, não se puder apurar convenientemente o movimento comercial do estabelecimento, colher-se-ão os elementos precisos no exame de livros ou documentos de outros estabelecimentos que com aqueles se relacionem, ou nos despachos, livros, etc., de estações ou agências de emprêsas de transporte ou em outras fontes subsidiárias.

Art. 116. Tornando-se necessário o exame da escrita geral do estabelecimento sob a jurisdição de outra repartição arrecadadora, será ele solicitado diretamente à respectiva repartição.

Art. 117. O funcionário que tiver de recorrer ao exame da escrita geral convidará o proprietário do estabelecimento ou o seu representante, a acompanhar o exame ou indicar pessoa que o assista e, no caso de recusa, fará constar do processo essa ocorrência.

§ 1º. Se o comerciante ou fabricante, mesmo que tenha firmado por si ou seu representante o auto ou termo respectivo, não se conformar com o resultado do exame, o chefe da repartição designará

outro funcionário, para, como perito da Fazenda, proceder, em companhia do que for designado pelo interessado, a novo exame do qual será lavrado laudo.

§ 2º. Se o parecer dos peritos fôr acorde e contrário ao comerciante ou fabricante, não terá logar novo exame pericial; se, porém, houver discordância, será nomeado empregado do Ministério da Fazenda e, na sua falta, de qualquer outro Ministério, para desempatar, cabendo a nomeação aos Diretores de Recebedoria no Distrito Federal e em São Paulo e aos Delegados Fiscais.

3º. Por qualquer exame requerido fóra dos casos previstos neste artigo serão abonados, por conta dos interessados, aos peritos da Fazenda, que não poderão exceder de dois, honorários fixados pelo chefe da repartição, que terá em vista a importância do trabalho e a distância a percorrer da séde da repartição ao local da diligência.

§ 4º. Os livros fiscaes e os da escrita geral, do estabelecimento não são passíveis de apreensão; as faltas neles verificadas serão tomadas por termo — as da escrita fiscal, no próprio livro, e as da escrita geral, em folha avulsa, que será anexada ao processo, salvo quando essa apreensão se tornar indispensável à defesa dos interesses da Fazenda Nacional.

SETIMA PARTE

Das mercadorias, objetos e efeitos em contravenção ou em trânsito

Art. 118. As mercadorias, estampilhas, rótulos, notas ou faturas e guias em contravenção às disposições deste regulamento, serão apreendidos e apresentados à repartição arrecadadora local. As embarcações e veículos condutores de mercadorias em contravenção serão também apreendidos.

§ 1º. Igualmente serão apreendidas os aparelhos, máquinas e outros objetos, como sejam: vidros, cápsulas, rolhas e tudo mais que se tornar necessário para comprovar a contravenção.

§ 2º. Se não fôr possível efetuar a remoção das mercadorias ou objetos apreendidos, o apreensor incumbirá da guarda ou depósito dos mesmos pessoa idônea ou o próprio infrator, mediante termo de depósito, conforme o modelo LVII, o qual será assinado pelo depositário, pelo apreensor e por testemunhas, se houver, e acompanhará o auto da infração, devendo as máquinas ou aparelhos ser lacrados de forma a não poderem funcionar, e as mercadorias convenientemente autenticadas.

§ 3º. Se, na hipótese do parágrafo anterior, não houver quem aceite o encargo do depósito, o apreensor mencionará no auto essa circunstância, fazendo conduzir para a repartição, quando possível, um "specimen", que constituirá então a prova material da infração, e providenciando, também, para que fique o estabelecimento guardado por força pública até que se efetive a apreensão.

Art. 119. Havendo prova ou suspeita de que em casas particulares, habitadas ou não, em dependências de casas comerciais, ocupadas por pessoa da família do proprietário, ou em edifícios ocupados por empresas ou instituições de qualquer natureza, se occultam mercadorias tributadas, aí fabricadas ou retiradas de estabelecimentos fabris ou comerciais ou das alfândegas ou mesas de rendas, sem terem pago as respectivas taxas, os agentes do fisco intimarão o morador, diretor, gerente ou encarregado para entregar a mercadoria em contravenção, lavrando o necessário auto.

§ 1º. Essa providência estende-se aos casos de outros objetos sujeitos à fiscalização deste imposto.

§ 2º. Em caso de recusa da entrega da mercadoria ou dos objetos em contravenção, os referidos agentes levarão imediatamente o fato ao conhecimento da autoridade fiscal competente, afim de que promova a apreensão judicial e tome todas as cautelas, de maneira a impedir a retirada clandestina daqueles artigos, providenciando ainda sobre a lavratura do auto que servirá de base ao processo.

Art. 120. No caso de suspeita de não estarem devidamente estampilhadas ou não estarem de acordo com outras exigências regulamentares as mercadorias que se acharem para expedição nas estações de empresas ferroviárias, ou agentes do fisco ou os empregados das mesmas empresas não embarcarão o transporte dos respectivos volumes mas tomarão as seguintes precauções:

a) marcarão os volumes de maneira que não possam ser violados sem deixar vestígios;

b) afixarão nos mesmos volumes nota declaratória, para que sejam refidos na estação do destino, até que o agente fiscal da localidade, o chefe da repartição ou quem este designar, se apresente para examiná-los, o que só deverá ser feito com a assistência do consignatário ou seu representante legal ou, se este não comparecer, em presença de duas testemunhas.

§ 1º. Da nota aludida na letra *b* será dado conhecimento ao chefe da estação expedidora e ao guarda ou condutor da mercadoria, e avisado, pelo telegrama, o chefe da repartição do destino.

§ 2º. No caso de não estar o produto devidamente legalizado, o empregado que fizer a diligência no ponto do destino lavrará contra o remetente auto de infração e apreenderá a mercadoria.

§ 3º. Os volumes em descarga, no caso de suspeita, ficarão refidos até que sejam abertos, conforme o disposto na letra *b* deste artigo.

Art. 121. Os diretores, administradores, gerentes e mais empregados das linhas de transporte, particulares ou não, facultarão aos empregados das fiscalizações sob pena de responsabilidade todas as informações e certidões que estes requisitarem e prestarão todo o seu concurso para facilitar-lhes a inspeção dos artigos em despacho ou já despachados, sendo as certidões fornecidas independentemente de contribuição.

Parágrafo único. Quando a administração das linhas de transporte o exigir, para sua ressalva, o agente ao fisco lavrará termo declaratório da diligência que houver efetuado.

Art. 122. As estampilhas, guias, notas ou faturas que os fabricantes e os comerciantes são obrigados a fornecer com os produtos vendidos ou remetidos para beneficiamento, deverão acompanhá-los em poder do condutor do veículo ou pessoa que os transportar para serem entregues ao destinatário, todas as vezes que as mercadorias não se destinem a despacho pelas estradas de ferro e companhias de navegação, e serão apresentados em trânsito aos agentes do fisco sempre que forem exigidos.

§ 1º. Cada expedição deverá ser acompanhada dos respectivos efeitos e, quando efetuada por mais de um veículo, estes deverão seguir juntos, de modo a serem fiscalizados em comum.

§ 2º. No caso de devolução de mercadorias, os respectivos efeitos deverão acompanhá-las na forma indicada neste artigo. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000 ao infratores deste artigo ou de seus parágrafos.*

Art. 123. Os operários que trabalharem fora das fábricas não poderão conduzir matéria prima ou produtos fabricados, sem estarem munidos das respectivas cadernetas para serem apresentadas aos agentes do fisco, quando exigidas. *Multa de 100\$000 a 200\$000.*

Art. 124. As mercadorias sujeitas ao imposto de consumo, quando transportadas por via marítima, terrestre, aérea ou fluvial, não serão entregues sem que estejam devidamente legalizadas.

§ 1º. Essa fiscalização incumbe às repartições arrecadoras; e, no caso de não terem sido satisfeitas as exigências legais, serão lavrados autos de infração e apreensão pelas repartições fiscais do ponto do destino.

§ 2º. Nas localidades em que houver estação fiscal, os destinatários das mercadorias, antes de retirá-las, submeterão os respectivos efeitos ao exame e visto das mesmas repartições, sem o que as mercadorias não lhes serão entregues.

Art. 125. As mercadorias em caminho para embarque em estradas de ferro, companhias de navegação ou empresas de transporte, serão apreendidas, desde que a seu respeito se verifique qualquer contravenção.

Art. 126. Quando a prova das faltas verificadas em notas, faturas ou guias independe da presença da mercadoria, será feita apreensão somente do documento em contravenção.

Art. 127. As mercadorias apreendidas poderão ser restituídas a requerimento da parte, depois de sanadas as irregularidades que motivaram a apreensão, e mediante depósito, na repartição competente, da multa que no caso couber, ficando os *specimens* necessários ao esclarecimento do processo.

§ 1º. Tratando-se de mercadoria de fácil deterioração a retenção do *specimen* poderá ser dispensada, consignando-se minuciosamente no termo da entrega, com a assinatura do interessado, o estado da mesma mercadoria e as faltas determinantes da apreensão.

§ 2º. As mercadorias e objetos que, depois do julgamento definitivo do processo, não forem retirados dentro de 30 dias, contados da data da intimação do último despacho, serão considerados abandonados e vendidos em leilão e o produto deste recolhido aos cofres públicos, como renda eventual, depois de deduzido 50 % para o autuante. Os que não obtiverem comprador serão distribuídos aos estabelecimentos de caridade.

§ 3º. Os produtos falsificados ou adulterados e os deteriorados não serão restituídos nem vendidos, devendo, ser inutilizados, logo que o processo tiver passado em julgado.

Art. 128. Quando a mercadoria apreendida for de fácil deterioração, a repartição convidará a quem de direito a retirá-la no prazo que fixar, sob pena de perda da mesma, procedendo neste caso de conformidade com o parágrafo anterior.

Art. 129. As notas e outros documentos juntos ao processo e necessário à sua elucidação, poderão ser restituídos, mediante recibo, ficando no processo cópia autêntica, que será dispensável se o processo já houver passado em julgado.

Art. 130. As estampilhas apreendidas por qualquer transgressão, exceto por insuficiência do valor, não serão restituídas, devendo os interessados adquirir novas, em importância integral, para os respectivos produtos.

Parágrafo único. Serão, porem, restituídas as que houverem sido aplicadas em produtos que, por motivo de incêndio, naufrágio ou

qualquer outro acidente, devidamente comprovado, deixarem de entrar em consumo.

Art. 131. As guias apreendidas por deficiência ou irregularidade das estampilhas só serão restituídas mediante pagamento da diferença ou totalidade do imposto correspondente.

Art. 132. As mercadorias e objetos apreendidos por infração de regulamentos fiscais e depositados em poder de negociante que vier a falir, não serão compreendidos na massa, devendo a repartição fazer a necessária comunicação ao juiz e providenciar sobre a sua transferência para outro local.

Art. 133. Os condutores de mercadorias encontradas em contravenção, cuja procedencia não seja logo apurada, serão detidos à ordem do chefe da repartição, até que declarem ou se verifique, com segurança, a origem das mercadorias e o responsável pela falta verificada, retidos os veículos até final apuração.

Parágrafo único. Se no prazo de 48 horas não houver sido feita a declaração, ou conhecido o responsável, o veículo e as mercadorias serão vendidos em hasta pública e o produto recolhido aos cofres públicos como renda eventual, depois de deduzidos 50 % par ao aprensor, lavrando-se de tudo os necessários termos.

CAPÍTULO XI

DA DIREÇÃO, FISCALIZAÇÃO E INSPEÇÃO

PRIMEIRA PARTE

Da direção e fiscalização

Art. 134. A direção do serviço do imposto de consumo incumbe, em geral, à Diretoria das Rendas Internas e suas fiscalização compete:

- a) na Capital Federal, à Recebedoria do Distrito Federal e à Alfândega do Rio de Janeiro;
- b) nos outros Estados, às delegacias fiscais, em todo o Estado, e às repartições arrecadadoras, nos limites de suas jurisdições.

Art. 135. A fiscalização do imposto será exercida:

- a) em todas as repartições fiscais e arrecadadoras;
- b) nos trapiches e entrepostos, e nas estações e depósitos de quaisquer empresas de transporte;
- c) nos estabelecimentos fabris e casas comerciais, onde se fabricarem, beneficiarem, venderem ou depositarem produtos sujeitos ao imposto;
- d) nos veículos ou pessoas que conduzirem mercadorias.

Art. 136. A fiscalização será exercida, não só pelos chefes das repartições referidas no art. 134, como, especialmente, por agentes fiscais do imposto de consumo, que se farão reconhecer pelo decreto de nomeação ou carteira de identidade fornecida pela repartição fiscal competente.

Art. 137. A corporação dos agentes fiscais do imposto de consumo compõe-se de oitocentos e trinta e seis funcionários, distribuídos de acordo com o quadro anexo e classificados em tres classes, a saber:

- 1ª — Distrito Federal;
- 2ª — Capital dos Estados;
- 3ª — Interior dos Estados.

Art. 138. Para efeito de nomeações e promoções de agentes fiscais do imposto de consumo dividem-se os Estados da União em tres categorias, pela forma seguinte:

1ª — Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Baía e Pernambuco;

2ª — Espírito Santo, Sergipe, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará;

3ª — Mato Grosso, Goiaz, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas.

Parágrafo único. O Distrito Federal constitue categoria especial, superior às outras.

Art. 139. Os agentes fiscais do imposto de consumo são de nomeação e demissão do Presidente da República.

§ 1º. A nomeação precederá concurso efetuado na forma estabelecida no capítulo XII.

§ 2º. Serão dispensados de concurso os funcionários do Ministério da Fazenda, que tenham concurso de 2º grau ou 2ª entrância, obedecido, porém, o que dispõe o art. 140.

§ 3º. Terão preferência para a nomeação os candidatos classificados em concurso que já exerçam funções fiscalizadoras bem como os que houverem exercido o cargo de agente fiscal interinamente ou tiverem mais de cinco anos de serviço efetivo em repartição fazendária.

Art. 140. As nomeações de agentes fiscais do imposto de consumo só serão feitas para 3ª classe e Estados de 3ª categoria.

Art. 141. As promoções dos agentes fiscais do imposto de consumo serão de categoria e de classe, só podendo o funcionário ser contemplado com uma delas de cada vez.

§ 1º. Entende-se por promoção de categoria a de Estado de categoria inferior para Estado de categoria imediatamente superior, respeitando-se sempre a classe, e por promoção de classe a de interior para a Capital de Estado da mesma categoria.

§ 2º. As promoções para a categoria especial — Distrito Federal — recairão em funcionários de 2ª classe dos Estados de 1ª categoria.

§ 3º. O interstício para promoção ou remoção será de dois anos de efetivo exercício do cargo, descontados os períodos de licença e de adição.

§ 4º. Compete às Delegacias Fiscais nos Estados fazer a distribuição dos agentes fiscais do imposto de consumo pelas circunscrições, submetendo o seu ato à aprovação da Diretoria das Rendas Internas, de forma que, a 1º de maio de cada ano, esteja cada funcionário no lugar onde deverá servir pelo espaço mínimo de um ano e máximo de tres anos.

§ 5º. Fora dessa época, as remoções de agentes fiscais só terão lugar por conveniência do serviço, previamente autorizadas pela Diretoria das Rendas Internas.

§ 6º. A distribuição dos agentes fiscais nas respectivas secções compete às repartições arrecadadoras, sem prejuizo de determinação em contrário da autoridade superior.

Art. 142. Os agentes fiscais do imposto de consumo que contarem mais de dois anos de serviço público federal, só poderão ser destituídos do cargo com observância do que prescreve o art. 156, letra c, da Constituição.

Art. 143. As pessoas nomeadas agentes fiscais do imposto de consumo deverão tomar posse e entrar no exercício dos seus cargos den-

tro do prazo máximo de 30 dias, contados da data da publicação oficial da nomeação, admitida a prorrogação prevista no art. 8º do decreto n. 19.582, de 12 de janeiro de 1931.

Parágrafo único. Os agentes fiscais transferidos deverão entrar em exercício na nova circunscrição dentro do prazo que lhes for marcado, o qual nunca será menor de 10 dias nem maior de 60, conforme a distância em que estiver a nova circunscrição.

Art. 144. Os agentes fiscais do imposto de consumo só poderão exercer qualquer comissão quando contarem mais de cinco anos de exercício.

Art. 145. Para os fins da fiscalização, observar-se-á a distribuição dos agentes fiscais constantes do quadro anexo.

Art. 146. Para efeito da fiscalização a Diretoria das Rendas Internas dividirá os Estados em circunscrições, fixando-lhes as sedes respectivas.

§ 1º. Para sede da circunscrição será designada a localidade de maior desenvolvimento industrial de artigos tributados ou o centro comercial mais importante.

§ 2º. As Delegacias Fiscais nos Estados farão a distribuição dos agentes fiscais pelas circunscrições de forma que possam ser aproveitados em serviço nas alfândegas e em outros que se tornem precisos. As circunscrições em que houver fábricas de produtos que paguem o imposto por guia e onde comumente se faça exportação ou descarga de sal, deverão, sempre que for possível, ter mais de um agente fiscal, observando o que dispõem os §§ 4º, 5º e 6º do art. 141.

Art. 147. As circunscrições que tiverem dois ou mais agentes serão divididas em seções, pelas repartições a que estiverem subordinadas, de acordo com as necessidades do serviço, sendo cada seção provida de um agente fiscal.

Art. 148. Os agentes fiscais terão direito a transporte livre nas estradas de ferro e nas empresas de navegação fluvial ou marítima, desde que requisitando em objeto de serviço público e dentro do perímetro da zona de fiscalização e inspeção a cargo desses funcionários.

§ 1º. Serão severamente punidos os funcionários que requisitarem transporte fora dos casos permitidos, respondendo, ainda, pela indenização das respectivas importâncias, que serão descontadas no total e de uma só vez, em folha de pagamento.

§ 2º. Nas empresas que não fornecerem passagens, bem como nas linhas de diligências, automóveis ou quaisquer embarcações, ou, quando, por falta de outro meio regular de comunicação, for necessário contratar transporte, as despesas serão indenizadas mediante requerimento instruído com os respectivos recibos.

§ 3º. É assegurado o direito de transporte, não só quando em serviço nas respectivas seções, circunscrições ou zonas, como nos casos de transferência, remoção, promoção e comissão.

§ 4º. Igual concessão será feita aos agentes fiscais e inspetores para pessoas de sua família, quando transferidos por conveniência do serviço ou quando comissionados.

§ 5º. As Recebedorias do Distrito Federal e de São Paulo deverão ter meios de transporte para as diligências fiscais de caráter urgente e importante, e os veículos empregados em tal mistér gozarão de todas as facilidades de trânsito.

Art. 149. Os agentes fiscais terão franquia telegráfica, para uso em casos urgentes, nas estações telegráficas situadas fora da sede das repartições, cabendo a estas, dentro da sede, a transmissão dos telegramas.

Art. 150. Os agentes fiscais, bem como quaisquer empregados incumbidos da fiscalização, poderão penetrar nas fábricas e nas casas comerciais de produtos tributados, assim como nos respectivos depósitos, afim de exercerem a fiscalização, à qualquer hora do dia ou da noite, desde que tais estabelecimentos estejam em funcionamento.

Art. 151. Para fiscalizar a descarga do sal grosso, nacional ou estrangeiro, e auxiliar a fiscalização das mercadorias sujeitas ao imposto de consumo, submetidas a despacho, a Alfândega do Rio de Janeiro requisitará da Recebedoria do Distrito Federal até quatro agentes fiscais. A estes incumbe também o serviço de revisão de despachos quanto ao imposto de consumo.

Parágrafo único. Nas outras alfândegas e nas mesas de rendas serão escalados, para desempenhar os serviços de que trata este artigo, um ou mais agentes fiscais, de modo a não ser prejudicado o serviço das respectivas circunscrições.

Art. 152. Os que desacatarem, por qualquer maneira, os empregados incumbidos da fiscalização no exercício de suas funções, e os que, por qualquer meio, impedirem a fiscalização, serão punidos na forma do Código Penal, lavrando o empregado ofendido o competente auto, segundo o modelo LII, acompanhado do rol das testemunhas, afim de ser remetido ao procurador da República pela repartição local.

Parágrafo único. Verificada qualquer das hipóteses mencionadas neste artigo, o empregado poderá prender o ofensor ou infrator e solicitar, para esse fim, auxílio da força pública ou das autoridades policiais.

Art. 153. Todas as repartições públicas federais e autoridades da União e do Distrito Federal, prestarão concurso ao serviço fiscal, devendo ser solicitado, quando necessário, o das autoridades estaduais e municipais.

SEGUNDA PARTE

Dos deveres dos agentes fiscais do imposto de consumo

Art. 154. Aos agentes fiscais do imposto de consumo incumbe:

a) velar pela completa execução deste regulamento, visitando com frequência os estabelecimentos sujeitos ao imposto de consumo examinando suas dependências, bem como os armários, caixas ou móveis neles existentes, e estabelecendo rigorosa vigilância sobre as mercadorias em trânsito pelos logradouros públicos e empresas de transporte ou em poder dos mercadores ambulantes;

b) apreender:

1ª, as mercadorias, rótulos, notas, faturas e guias encontrados em contravenção, lavrando o competente auto, fazendo-o acompanhar dos documentos apreendidos, ou de outros que forem apresentados pelos autuados, e das mercadorias e rótulos, ou de um *specimen* de cada uma das mesmas mercadorias, quando ficarem depositadas fora da repartição;

2ª, as máquinas, aparelhos, vidros, cápsulas, rolhas e outros objetos, quando se tornar preciso, para comprovar a contravenção ou quando, com intenção de fraude ou de falsificação, houver fabrico clandestino ou oculto de qualquer produto tributado;

3º, as mercadorias dos negociantes ambulantes não registrados, lavrando o necessário termo para acompanhar a notificação;

4º, mediante auto, as estampilhas em excesso em poder dos contribuintes ou cuja procedência não fôr justificada, bem como as que acompanharam os produtos que serviram de matéria prima à fabricação de outras mercadorias, e que não tiverem sido entregues pelos fabricantes à repartição arrecadadora, nos termos do art. 111 § 1º, letra l;

c) dar, em exposição escrita, conhecimento à repartição, dos contribuintes cujas patentes houverem incidido nas disposições do artigo 25, afim de serem declaradas sem efeito e, no caso da letra a do mesmo artigo, ser marcado o prazo de oito dias para pagamento da nova patente;

d) notificar imediatamente e de acordo com os modelos L e LI, após a verificação da falta, os comerciantes ou fabricantes que, dentro dos prazos estabelecidos neste regulamento, não tenham registrado seus estabelecimentos ou o tenham feito de modo incompleto ou insuficiente;

e) notificar ainda os que, depois de intimados, não tiverem pago a nova patente no prazo de oito dias a que se refere a letra c, deste artigo;

f) visar, datando, depois de feita a necessária verificação:

1º, as guias de compra de estampilhas em poder dos contribuintes;

2º, as guias ou notas relativas aos produtos remetidos ou recebidos pelas fábricas para beneficiamento ou acabamento;

3º, as patentes de registro em poder dos contribuintes;

4º, as guias, seladas ou não, em poder dos negociantes ou dos fabricantes;

5º, a escrita fiscal de todos os estabelecimentos a ela obrigados, cancelando-a, quando apresentar dúvidas, e lavrando o necessário auto ou ressaltando as emendas ou enganos justificados;

g) fazer o confronto do movimento acusado na escrita fiscal com o desenvolvimento comercial e industrial dos estabelecimentos, afim de verificarem se os interesses do fisco estão sendo prejudicados, recorrendo à escrita geral, sempre que fôr possível;

h) fiscalizar, quando designados, o carregamento do sal dos navios de exportação, verificando o peso do sal pela tonelada das embarcações de que tratam os arts. 111, § 7º, letra f, e 112, § 5º, letra e, ou por meio de balança, apresentando à repartição um mapa do carregamento total, conforme o modelo XLVIII;

i) assistir, quando designados, o lacramento das escotilhas das embarcações que transportem sal, importado ou exportado, sempre que terminarem o serviço de carga ou descarga, bem como a quebra do lacre, ao ser recommçado dito serviço;

j) assistir à pesagem do sal das pequenas embarcações que não estejam carregadas de acordo com a respectiva tonelagem, anotando o peso verificado na guia correspondente, desde que ocorra o caso previsto no art. 111, § 7º, letra j;

k) verificar a exatidão das declarações contidas nos arts. 111, § 7º, letra f, e 112, § 5º, letra e, lavrando termo que será também firmado pelo interessado e arquivado na repartição fiscal;

l) fiscalizar a descarga de gasolina estrangeira, importada a granel;

m) solicitar, quando necessário ao desempenho de suas funções, o auxílio das autoridades locais ou da força pública;

n) desempenhar qualquer diligência ou comissão que lhes for ordenado e fiscalizar a execução dos regulamentos do imposto do

selo, de renda, do serviço de loterias, dos clubes de mercadorias, de rótulos, de marcas de fábricas, de vendas e consignações e de quaisquer outros de que forem incumbidos;

o) lançar, até o último dia de cada mês, nos livros de que trata o art. 240, o movimento do mês anterior das fábricas e demais estabelecimentos sujeitos à escrita fiscal sob sua fiscalização, justificando as delongas do prazo, quando por motivo de força maior, salvo se o regulamento da repartição dispuser em contrário;

p) comparecer às respectivas repartições, onde assinarão ponto e farão plantão nos dias determinados. Nas repartições que não forem sede de circunscrição, o ponto será assinado quando comparecerem à repartição. Nas circunscrições que tiverem menos de três agentes fiscais, será dispensado o plantão;

q) fazer plantão na repartição, quando designados, para visar as guias das pequenas embarcações de que trata o art. 111, § 7º, letra k, anotando-as em livro, segundo o modelo XLIX, depois de confrontá-las com a tonelagem das mesmas embarcações;

r) comunicar à repartição local toda vez que tiverem de seguir para outra localidade;

s) residir na sede da circunscrição;

t) acompanhar, quando convidados, o inspetor fiscal em serviço em suas seções ou circunscrições;

u) exercer a fiscalização do imposto de energia elétrica nos escritórios e mais dependências das companhias e empresas de abastecimento de eletricidade, lançando, até o último dia do mês, no mapa de modelo XLVII-A, o consumo da energia tributada, correspondente ao mês anterior, discriminadamente pelas espécies — força e luz, e de consumo a *forfait* — e o consumo isento do imposto, também discriminado pelas espécies e por pessoas, empresas e serviços da União, dos Estados e dos municípios, assim como o número do respectivo certificado do recolhimento, lavrando auto:

1º, se esgotado o prazo do art. 55, não lhes for apresentada, para o necessário visto, a guia do recolhimento do imposto de que trata o art. 112, § 15, letra b;

2º, se, esgotado o mesmo prazo, não lhes for também exibido, para o competente visto, o certificado do pagamento do imposto;

v) iniciar a 1º de abril o levantamento do cadastro dos estabelecimentos e dos comerciantes ambulantes sujeitos a registro, existentes nas respectivas seções ou circunscrições, verificando se estão registrados para todos os produtos do seu comércio ou fabrico, e se o registro obedeceu à categoria do estabelecimento e ao nome do verdadeiro proprietário, assim como providenciando, de acordo com as letras d e e para que pelos contribuintes sejam corrigidas as faltas encontradas, apresentando o cadastro à repartição, o que deverá ser feito até 30 de junho nas circunscrições das capitais, e 31 de agosto nas do interior, de forma que do aludido cadastro constem todos os estabelecimentos existentes, registrados ou notificados.

Parágrafo único. Os cadastros de modelo V, depois de examinados e visados pelas respectivas repartições, serão restituídos para serem anexados, com as alterações ocorridas, aos relatórios dos agentes fiscais.

Art. 155. Os agentes fiscais apresentarão, até 31 de março, à repartição da sede, relatório dos trabalhos do exercício anterior, em toda a circunscrição, devendo tais relatórios, nos Estados, serem encaminhados às delegacias fiscais.

§ 1º. O relatório obdecerá à seguinte organização:

a) exposição dirigida às Recebedorias do Distrito Federal e de São Paulo e às delegacias fiscais, nos Estados;

b) mapa do movimento anual das fábricas e outros estabelecimentos sujeitos à escrita fiscal, existentes nas secções, do qual constem, pelas espécies, a produção, o *stock* selado, o consumo dos produtos, bem como a importância das estampilhas comparadas ou recebidas, das empregadas e do saldo restante;

c) os mapões estatísticos de que cogita o art. 234;

d) o cadastro de que tratam a letra u e o parágrafo único do artigo anterior.

§ 2º. Os relatórios dos agentes fiscais em serviço na Alfândega do Rio de Janeiro, depois de examinados por essa repartição, serão remetidos à Recebedoria do Distrito Federal.

Art. 156. Os agentes fiscais, sempre que fôr necessário, serão auxiliados, na fiscalização das fábricas ou salinas existentes na secção a seu cargo, pelos das demais secções.

Art. 157. É permitido ao inspetor ou agente fiscal lavrar auto em zona ou secção diferente daquela em que serve, desde que se trata de acautelar os interesses da Fazenda.

Art. 158. Aos agentes fiscais do imposto de consumo applicam-se todas as disposições legais e regulamentares que conferem direitos e deveres aos demais funcionários de Fazenda.

Parágrafo único. Os agentes fiscais apresentarão os seus trabalhos às repartições arrecadadoras em que estiverem servindo, e só por seu intermédio poderão se dirigir às autoridades superiores.

Art. 159. Os agentes fiscais deverão, sempre que comparecerem à repartição, receber os papeis que lhes forem distribuídos, passando recibo nos respectivos protocolos e declarando nos mesmos papeis, antes da informação, a data do recebimento.

§ 1º. As informações serão prestadas dentro do prazo máximo de 15 dias ou de menor prazo, marcado pelo chefe do serviço, segundo a urgência do assunto, e obedecerão a uma forma concisa, moderada, sem alusões offensivas aos interessados ou a quaisquer funcionários.

§ 2º. Todos os papeis que tiverem de receber despacho serão restituídos devidamente processados, com as folhas cosidas e numeradas, obedecendo à ordem cronológica ou à conexão das matérias, sem linhas em branco antes da informação e sem escritos nas margens, podendo os informantes adotar protocolo, em que exigirão recibo dos funcionários a quem fizerem entrega dos mesmos papeis ou processos.

TERCEIRA PARTE

Da inspecção e dos deveres dos inspetores fiscais

Art. 160. A inspecção do serviço do imposto de consumo incumbe, em geral, à Diretoria das Rendas Internas.

Art. 161. Em todos os Estados haverá inspecção permanente, exercida por agentes fiscais do imposto de consumo, devendo a designação de agente fiscal recair sobre os do Distrito Federal ou do Estado diferente do que tiver de ser inspecionado e de categoria igual ou superior.

Parágrafo único. Na circunscrição do Distrito Federal, a inspecção será feita exclusivamente por agentes fiscais da mesma circunscrição.

Art. 162. A Diretoria das Rendas Internas terá à sua disposição até dois agentes fiscais do imposto de consumo para se incumbirem,

não só de inspeções extraordinárias e imprevistas, mas também do serviço da estatística geral, e, ainda, do estudo dos relatórios dos inspetores fiscais e de outros processos inerentes ao imposto de consumo e aos demais impostos internos.

Art. 163. Os inspetores, de que tratam os arts. 161 e 162, serão designados pelo diretor geral da Fazenda Nacional, por proposta da Diretoria das Rendas Internas.

Parágrafo único. Feita a designação, a Diretoria das Rendas Internas providenciará imediatamente sobre a concessão de franquia postal e telegráfica ao inspetor fiscal e, bem assim, de passagens e transportes de bagagens para o mesmo e para as pessoas de sua família.

Art. 164. Os inspetores são subordinados à Diretoria das Rendas Internas, mas deverão entender-se diretamente com os chefes das repartições, dando-lhes conhecimento das irregularidades e faltas encontradas no serviço da arrecadação e fiscalização do imposto de consumo ou de qualquer outro de cuja inspeção estiverem incumbidos, afim de que dêem as providências ao seu alcance ou solicitem da autoridade superior as que escaparem à sua alçada.

Parágrafo único. Quando o chefe da repartição não tomar as providências pedidas, o inspetor dará conhecimento do fato à Diretoria das Rendas Internas.

Art. 165. A missão do inspetor fiscal consistirá especialmente em observar a marcha do serviço da fiscalização e arrecadação, verificando se os agentes fiscais cumprem estritamente e com assiduidade todos os seus deveres, e examinando a legalidade da cobrança do imposto de consumo e dos emolumentos de registro, de forma que possa de pronto propor a correção de qualquer erro ou excesso prejudicial à Fazenda ou ao contribuinte.

§ 1º. A permanência do inspetor em uma localidade será necessária para conhecer o estado dos serviços, corrigir os enganos ou inadvertências e orientar a fiscalização e os contribuintes sobre dúvidas existentes.

§ 2º. Quando o inspetor fiscal, em suas visitas, descobrir fraudes que demandem exames e pesquisas demoradas, permanecerá no local até conclusão das diligências, procedendo a rigorosas averiguações, para apurar se houve connivência ou descaso da fiscalização, abrindo inquérito, quando preciso, e lavrando os termos e autos necessários.

Art. 166. Além dos deveres indicados no artigo antecedente, cabe aos inspetores fiscais:

a) observar as instruções que lhe forem dadas pela Diretoria das Rendas Internas;

b) atender, quando possível, às solicitações das repartições sobre qualquer inspeção no limite de suas atribuições;

c) ouvir as queixas dos contribuintes sobre o modo por que é feita a fiscalização, tomando as providências necessárias para que cessem as causas determinantes das mesmas queixas, quando procedentes;

d) examinar, a bem da arrecadação e fiscalização, quando se tornar necessários, os livros e documentos das coletorias e mesas de rendas não alfandegadas, determinando as providências urgentes, necessárias ao bom funcionamento dos mesmos serviços, e dado ciência à autoridade superior de qualquer irregularidade verificada;

e) desempenhar qualquer diligência ou comissão que lhes for cometida;

fazer-se acompanhar, quando possível, do agente fiscal da secção ou circunscrição que estiver inspecionando, para que este preste as informações necessárias e receba as precisas instruções sobre o serviço;

g) anotar nos livros da escrita fiscal ou, quando não houver, na patente de registro dos estabelecimentos, as intimações feitas para correção de faltas não autuadas, comunicando-as à repartição competente, afim de que faça verificar pelo agente fiscal se foram atendidas.

Art. 167. Os inspetores fiscais poderão:

a) requisitar, a bem da arrecadação e fiscalização, exames nos livros e demais documentos das repartições compreendidas nos Estados ou zonas de sua inspeção e todos os esclarecimentos necessários ao desempenho de sua missão assim como, por intermédio das mesmas repartições, requisitar de outras repartições federais, estaduais ou municipais certidões ou quaisquer esclarecimentos de interesse da Fazenda;

b) exercer fiscalização sobre os contribuintes e lavrar auto das infrações que verificarem, apresentando-o à repartição local, para os devidos efeitos;

c) exercer toda e qualquer atribuição inerente ao cargo de agente fiscal, afim de acautelar e garantir os interesses do fisco, salvo quanto à lavratura de notificação por falta de registro antes do prazo da apresentação dos cadastros de que trata o art. 154. letra u;

d) solicitar das repartições fiscais os esclarecimentos que julgarem necessários ao serviço de inspeção;

e) propor, fundamentalmente, às Recebedorias do Distrito Federal e da capital do Estado de São Paulo, ou às delegacias fiscais nos Estados, conforme a subordinação, a suspensão do agente fiscal encontrado em falta.

Art. 168. O inspetor fiscal apresentar-se-á aos chefes das repartições, exhibindo a respectiva designação, e no desempenho de suas funções dever-se-á conduzir com toda urbanidade, evitando desacatar a autoridade do chefe ou dos funcionários, estabelecer discussões inconvenientes e intervenções indébitas.

§ 1º. Nas relações e correspondência com os chefes das repartições o inspetor fiscal deverá usar da máxima cortesia e evitar atritos, procurando conciliar o desempenho de suas funções com o acatamento à autoridade dos mesmos chefes observância da disciplina que deve ser mantida nas repartições.

§ 2º. Sempre que o inspetor fiscal encontrar da parte dos chefes das repartições ou de qualquer outra autoridade oposição ou embaraço ao cumprimento de sua missão, recorrerá, em officio ou por telegrama, pela ordem hierárquica de serviço, até ao diretor das Rendas Internas, afim de serem dadas as providências que assegurem o exato desempenho de suas funções.

Art. 169. Os chefes das repartições deverão facilitar aos inspetores fiscais os esclarecimentos e meios de ação necessários ao desempenho de sua função, facultando-lhes a verificação dos papéis e documentos de que precisarem.

Art. 170. Os inspetores fiscais enviarão, até 15 de janeiro de cada ano, à Diretoria das Rendas Internas, por intermédio das respectiva Delegacia Fiscal ou da Recebedoria do Distrito Federal, exposição sucinta das providências solicitadas e dos serviços prestados no ano anterior.

§ 1º. Quando dispensados da comissão, os inspetores fiscais apresentarão relatório sobre os trabalhos realizados, mesmo que já tenham cumprido as determinações constantes deste artigo.

§ 2º. Essas repartições examinarão a exposição do inspetor e encaminhá-la-ão com a máxima brevidade à Diretoria das Rendas Internas, acompanhada dos esclarecimentos que se tornarem necessários.

Art. 171. O inspetor fiscal apresentar-se-á ao chefe da repartição dentro de 60 dias contados da data da sua designação e terá o mesmo prazo para regressar à sua circunscrição ou repartição, quando dispensado.

CAPÍTULO XII

DO CONCURSO

Art. 172. O lugar de agente fiscal do imposto de consumo será provido mediante concurso processando na forma da legislação vigente, salvo no caso previsto no art. 139, § 2º.

Art. 173. Pelo "Conselho Federal do Serviço Público Civil" poderão ser designados agentes fiscais para examinadores.

Art. 174. Os candidatos à inscrição em concurso, com o seu requerimento, apresentado na forma das instruções baixadas pelo "Conselho Federal do Serviço Público Civil", exhibirão prova de terem mais de 18 anos de idade e menos de 35.

Art. 175. As matérias de concurso serão: português (ortografia, análise e redação), francês (leitura, tradução e análise), inglês (leitura, tradução e análise), aritmética (especialmente em relação às operações em uso no comércio e nas repartições de Fazenda, álgebra (até equações de 2º grau, inclusive), geografia geral, especialmente do Brasil, escrituração mercantil por partidas dobradas e aplicada à Contabilidade Pública, noções de Direito Comercial e Administrativo, de Economia Política e de Finanças, legislação de Fazenda, prática de repartição e de fiscalização.

Art. 176. Aos agentes fiscais do imposto de consumo serão assegurados todos os direitos e vantagens concedidos na forma da legislação vigente, aos funcionários públicos civis e, notadamente, aos demais funcionários de segunda entrância do Ministério da Fazenda.

CAPÍTULO XIII

DOS VENCIMENTOS E OUTRAS VANTAGENS

Art. 177. Os agentes fiscais do imposto de consumo perceberão os vencimentos constantes das tabelas anexas à lei n. 254, de 28 de outubro de 1936 (Quadro XI do Ministério da Fazenda).

§ 1º. A parte variável será calculada mensalmente, de acordo com as regras estabelecidas neste regulamento.

§ 2º. Os vencimentos serão divididos em ordenado, dois terços (2/3) e gratificação, um terço (1/3).

Art. 178. A percentagem será paga da seguinte forma:

a) aos agentes da circunscrição do Distrito Federal, dividindo-se entre os mesmos a importância total da percentagem sobre a renda do dito imposto, efetivamente arrecadada na circunscrição;

b) aos agentes fiscais de cada Estado, dividindo-se por todos, em partes iguais, a importância total da percentagem sobre a renda do dito imposto, arrecadada em todo o Estado.

Parágrafo único. As importâncias de que trata o art. 204, que forem recolhidas aos cofres públicos como receita, não serão compreendidas no cálculo da percentagem da renda a abonar aos agentes fiscais, mas delas se deduzirá a mesma percentagem para ser entregue ao empregado ou empregados a cuja diligência se deva a verificação da falta.

Art. 179. Para os efeitos das letras a e b do artigo antecedente, a Alfândega do Rio de Janeiro comunicará, no 1º dia útil de cada mês, à Recebedoria do Distrito Federal, e as repartições arrecadadoras nos Estados às respectivas delegacias, a importância da renda do imposto de consumo do mês anterior.

Art. 180. Do computo para a dedução da percentagem se excluirão dois terços da renda produzida pelo sal nacional, entrado por via marítima, os quais serão levados no cálculo para dedução da percentagem dos agentes fiscais do Estado de onde proceder o mesmo sal, bem como da dos colletores, escrivães ou outros funcionários das estações arrecadadoras da séde da salina. Igualmente se procederá em relação à renda do imposto do sal, arrecadada pela repartição da sede dos estabelecimentos exportadores.

Art. 181. Conhecida a percentagem que, cada mês, deve caber aos agentes fiscais, as delegacias fiscais pagando aos mesmos agentes, mediante comunicação de exercício pela repartição da sede a parte fixa e percentagem a que tiverem direito, sendo, quanto aos do Distrito Federal, o pagamento feito pela Recebedoria, observando-se em qualquer caso a legislação em vigor.

§ 1º. Quando a percentagem não puder ser conhecida dentro dos oito primeiros dias do mês, a parte fixa poderá ser paga nesse período, separadamente. Nos Estados de segunda e terceira categorias poderá também ser paga a parte variável dos vencimentos, sem prejuizo da liquidação da diferença, que deve ser incorporada aos vencimentos posteriores, não podendo ser paga quantia maior de 5:000\$000, referente a cada mês.

§ 2º. Para a comunicação de exercício ter-se-á em vista se o agente fiscal assinou o ponto, fez plantão e comunicou a partida para outra localidade, como determina o art. 154, letras o a r, salvo quando se tratar do pagamento da percentagem a que alude o parágrafo único do art. 178.

Art. 182. Os agentes fiscais transferidos por conveniência do serviço terão direito a ajuda de custo que compete aos demais funcionários de Fazenda, nos termos da legislação em vigor.

Art. 183. Os agentes e inspetores fiscais, os particulares e quaisquer empregados, terão direito à metade da importância efectivamente arrecadada das multas que forem impostas em virtude dos autos, representações ou notificações que lavrarem, com execução daqueles que as impuserem ou confirmarem.

§ 1º. As multas impostas, nos diversos casos previstos neste regulamento, em importância igual ao valor do imposto ou em virtude de sonegação, (art. 219, § 6º e art. 220) serão abonadas integralmente aos funcionários que tenham verificado a falta.

§ 2º. Nos casos previstos no art. 120, a quota da multa será dividida igualmente entre o agente do fisco ou empregado da estação de origem, que tiver feito o aviso, e o agente fiscal ou outro empregado da estação do destino que houver lavrado o auto.

§ 3º. Quando em processo instaurado não ficar de todo apurada a importância do imposto devido à Fazenda Nacional e essa apuração fôr feita em virtude de exame de escrita procedido por agentes fiscais a quota da multa será distribuída na proporção de 50 % para o autuante ou autuantes, e 50 % para o agente fiscal ou agentes fiscais que tenham feito a apuração.

§ 4º. Quando a multa provier da reunião de diversos autos em um só processo, a quota será repartida pelos autuantes, proporcionalmente.

§ 5º. Das multas impostas em virtude de diligência procedida por mais de um empregado, a quota será repartida igualmente entre os que, como autuantes, subscreverem o auto.

§ 6º. Das multas impostas em virtude de denúncia de qualquer origem, devidamente assinada e dirigida ao chefe da repartição, a quota a repartir caberá em partes iguais ao denunciante e aos empregados que fizerem a diligência e subscreverem o auto.

§ 7º. Das multas resultantes de comunicação de empregado de empresa de transporte à estação fiscal, a divisão será feita de conformidade com o parágrafo anterior.

§ 8º. Quando em virtude de auto de infração, baseado em exame de escrita de qualquer natureza, resultar o recolhimento do imposto simples e a não obrigatoriedade, por qualquer circunstância, de pagamento da multa a que se referem o § 1º deste artigo e o artigo 220, aos respectivos autuantes será abonada a importância de dez por cento sobre o total do imposto efetivamente recolhido.

Art. 184. Não se abonarão quotas das multas pagas pelos contribuintes que, antes de notificados e depois dos prazos legais, se registrarem, nem das que forem impostas por transferência ou mudança de local, requeridas fóra dos prazos.

Art. 185. Quando a multa fôr arrecadada por meio de cobrança judicial, será deduzida a quota a distribuir a metade das despesas efetuadas com a mesma cobrança.

Art. 186. Aos agentes fiscais nomeados interinamente para preencher lugar vago ou substituir agentes fiscais efetivos, será abonado o vencimento integral do respectivo lugar.

Parágrafo único. Se a nomeação interna fôr para substituição em caso de licença, ao interino caberá apenas a parte dos vencimentos que o licenciado deixar de perceber.

Art. 187. Aos agentes fiscais designados para os serviços de que tratam os arts. 161 e 162 e seus parágrafos, será abonada uma diária de 20\$000 a 50\$000.

§ 1º. A diária dos inspetores fiscais, que tiverem de servir na Diretoria das Rendas Internas ou na circunscrição do Distrito Federal será contada do dia em que os mesmos inspetores se apresentarem aquela directoria para iniciar seus serviços, e a dos inspetores dos Estados, da data de sua apresentação às respectivas delegacias fiscais ou, quando se tratar de zona que não compreenda a séde da delegacia, à primeira repartição arrecadadora.

§ 2º. A Diretoria das Rendas Internas e as delegacias fiscais comunicarão imediatamente à Diretoria da Despesa Pública a data da apresentação dos inspetores fiscais, para que esta directoria dê conhecimento às repartições encarregadas do pagamento das respectivas diárias, devendo, para aquele fim, os inspetores de zonas que não compreendam a séde das delegacias, comunicar a estas a data de sua apresentação à primeira repartição arrecadadora.

§ 3º. A diária, quando por quaisquer circunstâncias fôr reconhecida insuficiente para condigna manutenção do funcionário, poderá ser elevada até o dôbro, a juízo do ministro da Fazenda.

Art. 188. A aposentadoria, bem como a concessão de licença ou de férias aos agentes fiscais do imposto de consumo, obedecerá as normas gerais estabelecidas na legislação vigente.

CAPÍTULO XIV

DA CONTRAVENÇÃO

PRIMEIRA PARTE

Do auto

Art. 189. As contravenções serão apuradas mediante processo administrativo, que terá por base o auto, salvo:

- a) as relativas ao registro;
- b) as verificadas por ocasião do despacho do sal grosso;
- c) as em que incorrerem os exportadores de sal grosso, que não provarem o pagamento do imposto, no porto do destino, correspondente ao sal que exportarem.

Art. 190. O auto obedecerá ao modelo LIII e deverá ser lavrado com a precisa clareza, não conter entrelinha, rasuras ou emendas, relatar minuciosamente a ocorrência da contravenção, mencionando o local, o dia e a hora da sua lavratura, bem como o nome de pessoa em cujo estabelecimento fôr verificada a falta, as testemunhas, se houver, e tudo mais que ocorrer na ocasião e possa esclarecer o processo.

§ 1º. As incorreções ou emissões do auto, bem como o excesso de prazos no preparo do processo e seu julgamento, não acarretarão a nulidade do mesmo processo, quando deste constarem elementos suficientes para determinar com segurança a infração e o infrator.

§ 2º. Se de exames posteriores à lavratura do auto, para elucidação do processo, ou se, no decurso deste, se verificar, por qualquer diligência, outra falta, além da autuada, lavrar-se-á termo que a consigne, sendo este reunido ao processo.

§ 3º. O auto poderá ser impresso em relação às palavras invariáveis, conforme os modelos LIV a LVI, devendo os claros ser preenchidos à mão ou à máquina e as linhas em branco inutilizadas por quem o lavrar.

§ 4º. Os inspetores e agentes fiscais, coletores, administradores de mesas de rendas, escrivães e empregados de Fazenda, que lavrarem auto sem os requisitos exigidos neste artigo, ficam sujeitos a multa até 15 dias de vencimentos, imposta no Distrito Federal pelo diretor das Rendas Internas e nos demais Estados pelos delegados fiscais.

Art. 191. Os autos e os termos, que também poderão ser datilografados, devem ser submetidos à assinatura dos autuados, ou seus representantes,* ou das pessoas que assistirem à sua lavratura, não implicando a assinatura, que poderá ser lançada sob protesto, em confissão da falta arguida, nem a recusa em agravação da falta.

Parágrafo único. Se o infrator ou seu representante se recusar a assinar o auto ou o termo, ou se estes, por qualquer outro mo-

tivo, não puderem ser assinados pelos mesmos, far-se-á nesses autos menção dessa circunstância e do motivo.

Art. 192. O auto deverá ser lavrado no próprio local ou estabelecimento em que fôr verificada a infração, ainda que aí não resida o infrator.

Parágrafo único. Se, por circunstâncias imprevistas, o auto não poder ser lavrado no próprio local da infração, far-se-á no mesmo auto menção de tais circunstâncias.

Art. 193. São competentes para lavrar auto não só os funcionários federais, como quaisquer outras pessoas.

Art. 194. O auto lavrado por particular deverá ser assinado por duas ou mais testemunhas.

Art. 195. Todas as repartições arrecadadoras terão um protocolo de conformidade com o modelo LIX, para os autos de infração, o qual será conservado na repartição e poderá servir para mais de um exercício.

SEGUNDA PARTE

Da defesa

Art. 196. Aos autuados serão facilitados todos os meios legais de defesa.

§ 1º. O prazo para apresentação da defesa será de 30 dias úteis, contados a partir da data da intimação, que deverá ser feita:

a) pelo autuante, no próprio auto, quando este for lavrado no estabelecimento em que houver sido verificada a infração, ou fóra, com assistência do autuado ou de seu representante;

b) pela repartição, quando o auto for lavrado, em consequência de diligência efetuada fora do estabelecimento comercial e na ausência do autuado ou de seu representante; quando o autuado ou seu representante não assinar o auto ou a intimação escrita de que trata o § 2º, e quando a defesa for aberta depois do processo em andamento.

§ 2º. Em seguida à lavratura do auto, o autuante deixará em poder do autuado ou de quem o representar uma intimação escrita, conforme o modelo LVIII, na qual se mencionarão as infrações capituladas no mesmo auto.

§ 3º. Se no correr do processo for indicada pessoa diferente da que figurar no auto, como responsável pela falta autuada, ser-lhe-á assinado prazo para defesa, independente de novo auto.

§ 4º. Se também no correr do processo forem apurados novos fatos quer envolvendo o autuado, quer pessoas diferentes, ser-lhes-á assinado prazo para defesa, no mesmo processo.

§ 5º. Nos casos de que trata o § 2º do art. 190, ocorrido depois do autuado ter-se defendido, ser-lhe-á aberta nova defesa.

§ 6º. Se a parte alegar motivos justos, que a impeçam de apresentar defesa dentro do prazo marcado, poderá este ser dilatado por mais 10 dias úteis.

§ 7º. A intimação pela repartição será feito, dentro do prazo de 10 dias, sob pena de responsabilidade:

a) pessoalmente, provada com o *ciente* no respectivo processo, datado e assinado pelo interessado, no caso em que compareça à repartição;

b) por notificação escrita, em portaria da repartição, provada com o *ciente* datado e assinado pela parte interessada ou certificada pelo contínuo designado na mesma portaria;

c) por notificação verbal provada com o *ciente* datado e assinado pela parte interessada ou certificada no próprio processo pelos escrivães das mesas de rendas e coletorias ou seus prepostos e ajudantes;

d) por notificação feita pelo Correio, comprovada pelo recibo (A. R.), firmado pelo destinatário e que será anexado ao processo;

e) não sendo possível por qualquer dos meios indicados, por publicação de edital no *Diário Oficial*, na Capital Federal, ou em outros órgãos de publicidade, nos Estados, ou por meio de edital afixados em lugares públicos, juntando-se ao processo, no primeiro caso, um retalho do jornal que houver feito a publicação e, no segundo, cópia do edital com indicação do lugar em que foi afixado, considerando-se a intimação feita, no caso de edital, no dia da respectiva publicação ou afixação.

§ 8º. No caso de não residir o infrator na zona fiscal da repartição por onde correr o processo, a intimação será feita por intermédio da estação arrecadadora da residência do infrator, para o que as repartições se corresponderão diretamente.

§ 9º. Se esgotado o prazo marcado a parte interessada não apresentar defesa, lavrar-se-á termo de revelia no processo, subindo este a despacho, independente de intimação desse termo.

Art. 197. Nas petições redigidas em termos menos comedidos, ou contendo insultos, injúrias ou calúnias, serão mandadas cancelar pelo chefe da repartição as expressões julgadas ofensivas, seguindo o processo sua marcha regulamentar.

Art. 198. As notas, faturas, guias ou quaisquer outros documentos apresentados pelos atuados como elemento de defesa, serão rubricados pelos mesmos e pelo atuante e reunidos no auto como prova contra o fornecedor das mercadorias ou das estampilhas em contravenção.

TERCEIRA PARTE

Do preparo e julgamento do processo

Art. 199. Os processos das contravenções serão organizados na forma de autos forenses, com as folhas devidamente numeradas e rubricadas e os documentos, informações e pareceres presos por ordem cronológica.

Art. 200. As análises dos artigos apreendidos ou quaisquer outras diligências necessárias serão, pela repartição em que correr o processo, solicitadas diretamente ao Laboratório Nacional de Análises ou a qualquer outra repartição de que dependa a providência, dentro de 10 dias, contados da data da apreensão, não importando em nulidade de processo a remessa da mercadoria a analisar fora do citado prazo.

§ 1º. As análises poderão ser solicitadas aos outros laboratórios federais, como também aos estaduais ou municipais, quando houver dificuldade na remessa dos *specimens* ao Laboratório Nacional de Análises.

§ 2º. As análises solicitadas pelos particulares serão por ele pagas.

§ 3º. Quanto às análises deverá ainda ser obedecido o seguinte:

a) a fiscalização do imposto de consumo, quando o julgar necessário, retirará amostras de vinhos ou de quaisquer outros produtos sujeitos à falsificação, afim de lhes verificar a pureza, devendo os laudos ser arquivados para confrontos que se tornem necessários;

b) recebidas as amostras, devidamente lacradas e autenticadas, deverão as repartições, no prazo de cinco dias, remetê-las aos laboratórios a que se refere este artigo, os quais terão o prazo de 15 dias para procederem à análise;

c) são toleradas unicamente as diferenças naturais ao envelhecimento de vinho, a juízo das autoridades sanitárias;

d) dos produtos apreendidos, ou a examinar, em virtude deste artigo, serão tiradas tres amostras, devidamente lacradas e autenticadas, sendo duas enviadas aos Laboratórios que devem fazer a análise, e uma conservada na repartição para suprir qualquer falta e, não sendo utilizada, só poderá ser destruída depois de concluído o processo, acarretando o seu extravio responsabilidade do chefe da repartição ou estação arrecadadora onde só encontrar, ou de quem incumbido de a guardar.

Art. 201. O preparo dos processos relativos ao imposto de consumo cabe às alfândegas, mesas de rendas e coletorias. Estas, depois de concluída a instrução dos processos, terão o prazo de 10 dias para relatá-los e fazê-los conclusos à instância julgadora.

§ 1º. As recebedorias federais serão preparadoras e julgadoras dos processos iniciados sob sua jurisdição.

§ 2º. O julgamento, a que se refere este artigo, será feito dentro do prazo de 30 dias, sob pena de responsabilidade, depois de recebida a defesa do autuado, ouvido o autuante e reunidos os esclarecimentos necessários.

§ 3º. Quando se tratar de infrator revel, o julgamento será feito depois de lavrado, no processo, o respectivo termo de revelia.

Art. 202. Os processos relativos a autos lavrados pelos escrivães de mesas de rendas ou de coletorias serão preparados pelos respectivos administradores ou coletores e se não os houver será designado empregado para servir *ad-hoc*.

Parágrafo único. Nos casos em que o processo seja instaurado em virtude de auto lavrado por particular, depois de recebida a defesa e ouvido o autuante se a audiência deste se impuser, será informado por agente fiscal designado pela repartição preparadora.

Art. 203. Toda vez que os chefes de repartições arrecadadoras autuarem qualquer contravenção, o processo será encaminhado à repartição fiscal mais próxima para o seu preparo.

§ 1º. Proceder-se-á da mesma forma quando o auto for lavrado por pessoa ou contra pessoa a respeito da qual o chefe da repartição deva se dar por suspeito.

§ 2º. Uma vez proferida a decisão, será o processo restituído, dentro do prazo de 10 dias, à repartição fiscal em que foi iniciado para as devidas intimações.

Art. 204. Quando do processo se apurar simples falta ou insuficiência do pagamento do imposto ou sonegação, o infrator, além da multa que no caso couber, ficará obrigado a indenizar a importância do imposto devido.

Parágrafo único. Considera-se sonegação:

a) a ocultação, dentro de estabelecimento comerciais ou fabris de mercadorias não seladas e já sujeitas ao estampilhamento, nos termos das disposições deste regulamento;

b) a apreensão fora dos referidos estabelecimentos de mercadorias nas mesma scondições da letra a;

c) a verificação feita, em virtude de exame de escrita fiscal ou comercial ou por qualquer outra forma, da saída de estabelecimentos fabris ou comerciais de mercadorias sem o pagamento do imposto no todo ou em parte, com artifício doloso ou evidente intuito de fraude.

Art. 205. Se do processo se apurar responsabilidade de diversas pessoas, será imposta a cada uma a pena relativa à falta cometida.

Art. 206. Apurando-se do mesmo processo infração ou incidência de mais de uma disposição deste regulamento, pela mesma pessoa ou firma, ser-lhe-á aplicada a penalidade mais elevada.

Parágrafo único. Não se compreendem nesta disposição as faltas relativas ao registro, que serão apuradas em processo distinto.

Art. 207. Quando se tratar de uma mesma infração, pela qual forem lavrados diversos autos, serão eles reunidos em um só processo para imposição da multa. Não se considera infração continuada a repetição da falta, depois de já atuada no próprio estabelecimento, ou depois da intimação de auto lavrado em outro local.

Art. 208. Nenhuma reconsideração de despacho ou decisão será permitida, salvo quanto às notificações relativas a registro, no caso do art. 228, ou quando se tratar de decisão do Conselho de Contribuintes, desde que não proferida por unanimidade de votos.

Parágrafo único. Tratando-se de decisão da qual coubesse recurso *ex-officio* e este por qualquer motivo, não tenha sido interposto, cumpre ao funcionário autor da diligência representar à autoridade prolatora da mesma decisão, propondo a interposição do recurso.

Art. 209. Das decisões condenatórias serão intimados os autuados, na forma dos §§ 7º e 8º do art. 196, dando-se ciência aos autuantes, qualquer que seja a decisão, logo que o processo esteja findo administrativamente.

QUARTA PARTE

Da contravenção do registro

Art. 210. As contravenções relativas ao registro serão punidas mediante notificação do agente do fisco, salvo quando o contribuintes, antes de notificado, solicitar o registro ou sua transferência.

Art. 211. A notificação obedecerá ao modelo L, e deverá ser escrita sem emendas, rasuras ou entrelinhas relatar com clareza a contravenção, indicar a firma, local e gênero do estabelecimento, os artigos do seu comércio ou indústria, a importância dos emolumentos devidos, a espécie sujeita a registro gratuito, enfim, todos os fatos que a justificarem, bem como o exercício a que corresponder o registro.

§ 1º. As incorreções ou omissões da notificação bem como o excesso de prazos no preparo do processo e seu julgamento não acarretarão a nulidade do mesmo processo, quando deste constarem elementos suficientes para determinar com segurança a infração e o infrator.

§ 2º. A notificação poderá ser impressa em relação às palavras invariáveis, conforme o modelo LI, devendo os claros ser preenchidos à mão ou à máquina e as linhas em branco inutilizadas por quem a escrever ou datilografar.

Art. 212. A notificação deverá ser lavrada no próprio estabelecimento em que for verificada a falta e submetida à assinatura do notificado ou de quem o representar, não importando a assinatura, que poderá ser lançada sob protesto, na confissão da falta arguida.

Art. 213. O chefe da repartição, à vista da notificação, expedirá, no prazo de 10 dias, intimação ao contraventor, para dentro do prazo de 15 dias, registrar, alterar as condições do registro do seu estabelecimento ou observar qualquer outra exigência relativa ao mesmo registro, mediante pagamento dos emolumentos devidos e da multa correspondente, ou apenas da multa, nos casos dos artigos 27 e 28.

Parágrafo único. No caso em que, tendo sido lavrada a notificação por falta de pagamento da patente de registro, se verificar posteriormente que o pagamento havia sido feito antes da notificação, resultando assim apenas a falta de exibição prevista no art. 28, será o notificado intimado a defender-se quanto a esta falta e, depois de ouvido o notificante, julgado o processo.

Art. 214. O contribuinte que, depois dos prazos estabelecidos no art. 14 e antes da notificação, se apresentar para registrar seu estabelecimento ou comércio ambulante, será admitido a fazê-lo, devendo o agente fiscal ou empregado que informar a guia declarar não só os emolumentos devidos pelo registro, mas também o valor da multa, de conformidade com o art. 219, e ainda o exercício a que se referir o mesmo registro.

§ 1º. Neste caso, o pagamento da importância devida deverá ser feito, sob pena de notificação, dentro do prazo de 10 dias, contados da data em que a guia, depois de informada, estiver pronta para ser paga na secção competente.

§ 2º. O contribuinte que, depois dos prazos estabelecidos nos arts. 21 e 22, e também antes da notificação, requerer a transferência do registro, será atendido, depois que satisfizer outras exigências, porventura feitas, e a multa, de conformidade com o art. 219, devendo esta ser imposta no próprio despacho do processo de transferência, depois da informação do agente fiscal.

Art. 215. As instalações obedecerão ao preceito do art. 196, § 7º, e todas as notificações serão convenientemente protocoladas, de forma a conhecer-se o histórico dos respectivo processos.

QUINTA PARTE

De outras contravenções

Art. 216. As guias para aquisição de estampilhas para produtos estrangeiros serão organizadas conforme a nota de despacho que deverá consignar, além dos elementos precisos ao cálculo dos direitos de importação, como determina o art. 476 da Nova Consolidação das Leis das Alfândegas e Mesas de Rendas, todos os dados necessários à cobrança do imposto de consumo. *Multa* de 200\$000 a 400\$000.

§ 1º. Se o imposto a cobrar estiver em relação ao preço das mercadorias postas a despachos, a nota consignará os valores globais,

mas a guia os consignará em minúcia, especificadamente, de acordo com as faturas consular e comercial ou elementos outros subsidiários à verificação e fiscalização. *Multa de 200\$000 a 400\$000.*

§ 2º. Compete aos agentes, fiscais em serviço nas Alfândegas, conferir as guias a que se refere o artigo anterior, com as notas de despacho (segundas vias) e faturas consular e comercial, visando-as, se estiverem exatas, e anotando-as, e representando ao inspetor da Alfândega em caso de irregularmente organizadas.

§ 3º. A aquisição de estampilhas pelos importadores de artigos estrangeiros fica limitada à importância correspondente à quantidade, qualidade, valor e taxa resultante da verificação documental feita pelo agente fiscal.

§ 4º. O conferente que houver de desembarcar e dar saída aos volumes despachados confrontará as declarações da guia visada pelo agente fiscal com as mercadorias conferidas e com a 1ª via da nota do despacho, visando também aquela, se estiver exata, ou anotando a diferença de quantidade, qualidade, preço e taxa que verificar e tenha relação direta com o imposto devido.

§ 5º. A multa que tiver de ser imposta ao importador de produtos estrangeiros por motivo de diferença a que se refere o parágrafo anterior, obedecerá ao regime aduaneiro, incidindo sobre qualquer que seja o valor da diferença, e terá por base as declarações da guia visada pelo agente fiscal em confronto com o resultado da verificação nela averbado pelo conferente.

§ 6º. Os que importarem produtos estrangeiros sujeitos ao imposto de consumo e antes da conferência da mercadoria não apresentarem as respectivas guias de aquisição de estampilhas ou as organizarem com insuficiência de valor ou de quantidade, ficam sujeitos a multa de importância igual ao valor do imposto ou da diferença apurada pelo confronto entre a guia de aquisição das estampilhas, a nota de despacho e demais documentos aduaneiros ou entre a mesma guia da aquisição e a mercadoria importada, qualquer que seja o valor do imposto, cabendo a multa ao agente fiscal ou ao conferente que verificar a falta.

Art. 217. Para o caso de multa de pagamento em dobro do imposto de consumo do sal grosso, quando for verificado de mercadoria superior a 10 % da carga manifestada, bem assim da que for imposta ao mestre ou comandante do navio, servirá de base a notificação feita na guia do despacho pelo agente fiscal ou outro empregado que assistir à descarga, devendo ser na mesma guia notado o pagamento.

Art. 218. Servirá de base para imposição da multa aos exportadores do sal grosso com imposto a pagar, que não provarem o pagamento do imposto no porto do destino, a anotação feita pela repartição no termo de responsabilidade.

CAPÍTULO XV

DAS DISPOSIÇÕES PENAIS

Art. 219. Aos contraventores das disposições deste regulamento serão aplicadas as multas nelas estabelecidas, devendo ser impostas as seguintes aos infratores dos dispositivos que não as cominarem:

§ 1º. De 20 % da importância dos emolumentos devidos, aos que solicitarem ou pagarem o registro depois dos prazos estabelecidos no art. 14.

§ 2º. De 30 % da importância dos emolumentos pagos, aos que requererem a transferência do registro depois dos prazos estabelecidos nos arts 21 e 22.

§ 3º. De 5\$000 — Aos que obtiverem registro gratuito depois dos prazos estabelecidos no artigo 14.

§ 4º. De 10\$000 — Aos que requererem a transferência do registro gratuito depois dos prazos estabelecidos nos arts. 21 e 22.

§ 5º. De importância igual ao emolumentos devidos, não inferior a 150\$000, aos que forem notificados para registrar ou pagar a diferença de registro de seus estabelecimentos.

§ 6º. De importância igual ao valor do imposto devido, não inferior a 500\$000:

a) aos que tenham deixado de satisfazer o pagamento do imposto, no todo ou em parte, uma vez que a verificação da falta tenha sido apurada em virtude de exame de escrita de qualquer natureza, fiscal ou comercial, ou de documentos que com ele se relacionem, nos casos em que não tenha sido provada a existência de artifício doloso ou evidente intuito de fraude;

b) aos importadores de sal grosso, sobre o sal que na conferência for encontrado para mais, excedente de 10 % da quantidade manifestada, independente da multa aplicável ao mestre, capitão ou comandante da embarcação;

c) aos que, tendo assinado termo de responsabilidade para exportação de mercadorias para o estrangeiro com isenção do imposto, não provarem, dentro do prazo de 180 dias, a sua saída do território nacional e a entrada no país de destino.

d) aos exportadores de sal grosso com o imposto a pagar que, dentro de 90 dias, não provarem ter sido pago, no porto do destino, o imposto devido.

§ 7º. — De 2:500\$000 a 5:000\$000:

a) ao mestre, capitão ou comandante de embarcação, cujo carregamento de sal apresentar diferença para menos da quantidade total da guia, ou para mais, excedente de 10 % da mesma quantidade;

b) aos fabricantes de fumo e de seus preparados que deixarem de pagar o imposto do fumo empregado em cigarros ou cigarrilhas;

§ 8º. De 5:000\$000 a 10:000\$000:

a) aos que, para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do imposto, simularem, viciarem, alterarem ou falsificarem documentos bem como a escrituração de qualquer dos seus livros;

b) aos que, por qualquer forma, embarcaram a ação fiscal;

c) aos que sonegarem mercadorias ao pagamento do imposto devido nas hipóteses das letras a e b do parágrafo único do art. 204, salvo quando o imposto devido pelas mercadorias sonegadas for superior a 2:500\$000, caso em que a multa será igual ao dobro do imposto fraudado.

Art. 220. Quando a sonegação de mercadorias ao pagamento do imposto no todo ou em parte se verificar em virtude de exame de escrita de qualquer natureza, fiscal ou comercial, (art. 204, parágrafo único, letra c, a multa a aplicar-se será igual ao dobro da importância do imposto sonegado, não inferior a 5:000\$000, desde que fique apurada a existência de artifício doloso ou evidente intuito de fraude.

Parágrafo único. Quando o valor das estampilhas relativas a mercadorias apreendidas por insuficiência ou falta de pagamento do imposto for superior ao mínimo da pena cominada no dispositivo infringido, a multa a aplicar será de importância igual ao imposto

devido, excetuados os casos do art. 204, parágrafo único, letras a e b.

Art. 221. As multas impostas, em virtude de auto ou notificação, serão, no caso de reincidência, aplicadas em dobro. Considera-se reincidência a repetição da mesma contravenção pela mesma pessoa ou firma, depois de passada em julgado, administrativamente a respectiva sentença condenatória.

Art. 222. As multas serão impostas, observando-se o grau, mínimo, médio ou máximo conforme a gravidade da contravenção e no máximo, quando se tratar de infrator revel.

Art. 223. A aplicação das multas a que se referem os artigos antecedentes não prejudicará a ação criminal que no caso couber.

Art. 224. No despacho que impuser multa será ordenada a intimação do multado para efetuar o seu pagamento no prazo de 30 dias, contados da data da intimação.

§ 1º. Findo esse prazo, se não houver sido a multa depositada ou paga na repartição arrecadadora competente, será extraída certidão da dívida, para a cobrança executiva cumpridas as disposições dos decretos-leis ns. 5 e 42, de 13 de novembro e 5 de dezembro de 1957, respectivamente.

§ 2º. As guias para o recolhimento às repartições arrecadadoras de importâncias cobradas por intermédio do Juízo Federal conterão, obrigatoriamente, o número e data do processo fiscal originário, (auto, notificação ou representação).

§ 3º. Estas guias, antes de arquivadas, serão presentes aos encarregados dos protocolos de autos ou de notificações, afim de serem feitas nos referidos protocolos e nos processos originários as necessárias anotações, obedecendo-se ainda ao disposto na parte final do art. 209.

CAPÍTULO XVI

DOS RECURSOS

Art. 225. Das decisões contrárias aos contribuintes cabe recurso voluntário para o 2º Conselho de Contribuintes.

Parágrafo único. Tratando-se de decisões relativas às contravenções do registro, cabe o recurso voluntário:

a) para as delegacias fiscais, das que forem proferidas pelos chefes das repartições arrecadadoras nos respectivos Estados;

b) para o 2º Conselho de Contribuintes das que forem proferidas pelas delegacias fiscais, Recebedoria do Distrito Federal e Alfândega do Rio de Janeiro nas dos arts. 216 a 218.

Art. 226. Das decisões favoráveis aos contribuintes, inclusive as decorrentes de desclassificação da infração descrita no auto ou notificação haverá sempre recurso *ex-officio*, salvo quando a importância em litígio não for superior a 2:500\$000.

Art. 227. Das decisões sobre classificação, qualificação ou incidência do imposto, favoráveis aos contribuintes, haverá sempre também o recurso *ex-officio*.

Art. 228. Das multas impostas nas notificações sobre registro cabe pedido de reconsideração, independente de depósito e sem prejuízo do recurso voluntário, na forma regulamentar, dentro do prazo de 15 dias, para a repartição que as houver imposto, a qual, se apurar a improcedência da notificação, poderá reconsiderar o seu ato.

§ 1º. Não haverá recurso *ex-officio* das decisões de segunda instância confirmando as de primeira favoráveis às partes.

§ 2º. Nos casos em que for notificada e multada uma firma por falta de registro, e for interposto pedido de reconsideração, enquanto este não for solucionado, não poderá ser negada a concessão de novo registro no ano seguinte e, conseqüentemente, não poderá ser novamente notificada a mesma firma.

Art. 229. O recurso voluntário será interposto dentro do prazo de 20 dias contados da data da intimação.

§ 1º. O recurso não poderá ser encaminhado sem o prévio depósito das quantias exigidas, perimindo o direito do recorrente se não o fizer dentro do prazo fixado neste artigo.

§ 2º. Quando a importância total for superior a 5:000\$000, é permitida a fiança idônea, cabendo ao chefe da repartição onde a mesma tiver de ser prestada julgar da idoneidade do fiador oferecido. No despacho que autorizar a lavratura do termo, deverá ser marcado o prazo entre cinco e dez dias para a sua assinatura.

§ 3º. O requerimento indicando fiador para a interposição do recurso deverá conter a aquiescência expressa do mesmo fiador, sob pena de não produzir efeito.

§ 4º. Quando o fiador apresentado, apesar de financeiramente idôneo, estiver proibido, em virtude de disposição contratual ou estatucional de prestar fiança, será o recurso considerado perempto, salvo se, ainda dentro do prazo a que se refere este artigo, for feito o depósito das quantias exigidas ou apresentado novo fiador.

§ 5º. Não poderão ser fiadores os que não estiverem quites com a Fazenda Nacional.

§ 6º. Se a firma apresentada for considerada inidônea, será intimado o interessado a apresentar novo fiador dentro de um prazo igual ao que restava no dia que foi protocolada a petição oferecendo o primitivo fiador.

§ 7º. A exceção a que se refere o § 2º não se aplicará aos casos de multas impostas pelas fraudes de posse ou emprego de selos servidos, que tenham sido extraídos de produtos e de falsificação ou adulteração de bebidas ou outras mercadorias.

Art. 230. O recurso *ex-officio* será interposto no próprio ato de ser lavrada a decisão ou posteriormente, no caso do artigo 208, parágrafo único.

Art. 231. Se dentro do prazo não for pelo interessado apresentada petição de recurso, será feita declaração nesse sentido no processo, prosseguindo este os trâmites regulares.

Parágrafo único. O recurso perempto também será encaminhado, mediante os requisitos do § 1º art. 229, à instância superior, a quem cabe julgar da perempção que, em hipótese alguma, poderá ser levantada, uma vez ocorrida.

Art. 232. Os recursos que versarem sobre incidência do imposto, classificação ou natureza dos produtos, espécies ou inutilização de estampilhas, deverão ser acompanhados do respectivo *specimen* e em caso de impossibilidade de descrição minuciosa do objeto em questão.

Parágrafo único. Os recursos, em geral, serão encaminhados diretamente pelas instâncias inferiores às superiores.

Art. 233. As decisões por equidade são da competência privativa do ministro da Fazenda e mediante proposta do Conselho de Contribuintes.

§ 1º. A proposta da aplicação do princípio de equidade só poderá ter lugar em casos excepcionais e quanto o contribuinte não tenha sido anteriormente punido por qualquer infração deste regulamento.

§ 2º. É obrigatório o recurso do representante da Fazenda das decisões, mesmo unânimes, do Conselho de Contribuintes, em contrário a julgado do Presidente da República ou do ministro da Fazenda.

CAPÍTULO XVII

DA ESTATÍSTICA

Art. 234. Os agentes fiscais apresentarão, até 31 de março, às repartições arrecadoras a que estiverem subordinados, como parte integrante do relatório de que trata o art. 155, demonstrações discriminadas, distintas para cada espécie enumerada no art. 1º, segundo o modelo LXVIII, do movimento total das estampilhas, bem como da quantidade de produtos dados ao consumo, relativamente ao ano anterior.

§ 1º. Quanto ao sal será observado o modelo LXIX.

§ 2º. Nas demonstrações os agentes fiscaes consignarão os produtos exportados para o estrangeiro.

Art. 235. As repartições arrecadoras dos Estados encaminharão, até 30 de abril, às respectivas delegacias fiscais, as demonstrações apresentadas pelos agentes fiscais, depois de conferidas e concertadas, ou as reduzirão a uma só, para o encaminhamento, quando se tratar de repartição em que funcione mais de um agente fiscal, fazendo-as acompanhar:

a) do quadro da renda do exercício, comparada com a do último triênio, obedecendo ao modelo LXIII;

b) do mapa dos emolumentos de registro, organizado conforme o modelo LXIV, no qual constará o número de estabelecimentos registrados e bem assim as multas por atraso de pagamento do mesmo registro;

c) da relação das fábricas, segundo o modelo LXVII;

d) de uma relação do número total dos autos de infração, com especificação dos julgados procedentes, improcedentes e em andamento na primeira instância, bem como a importância das multas recolhidas e em dívida, conforme o modelo LXX.

Parágrafo único. Os estabelecimentos públicos federais, estaduais ou municipais, que produzirem artigos sujeitos ao imposto de consumo, para suprimento ao comércio ou a particulares, deverão fornecer à repartição local, até 31 de março um mapa dos artigos fabricados.

Art. 236. De posse dos elementos fornecidos pelas repartições arrecadoras, as delegacias fiscais organizarão e remeterão até 31 de julho a estatística dos respectivos Estados à Diretoria das Rendas Internas.

Art. 237. A Alfândega do Rio de Janeiro fornecerá à Recebedoria do Distrito Federal, até 31 de março, a demonstração da renda do imposto de consumo no ano anterior, com todas as minúcias necessárias, das descargas do sal grosso, segundo o modelo LXIX, e dos autos de infração em andamento.

Parágrafo único. A Recebedoria do Distrito Federal, com os elementos próprios e os recebidos da Alfândega do Rio de Janeiro, preparará a estatística da Capital Federal, para ser encaminhada à Diretoria das Rendas Internas até 31 de julho.

Art. 238. A estatística relativa à Capital Federal constará dos mesmos elementos que as das repartições arrecadoras dos Estados,

além dos fornecidos pela Alfândega do Rio de Janeiro e dos constantes do modelo LVI; e a dos Estados, do movimento global de todo o Estado, organizado com os elementos fornecidos pelas repartições arrecadadoras, e acrescida dos mapas, segundo os modelos LXII, LXV e LXVI, relativos à renda do imposto de consumo, pelas respectivas repartições, e aos emolumentos do registro.

Art. 239. A Diretoria das Rendas Internas organizará a estatística geral da União, sem prejuízo das atribuições da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira.

§ 1º. A organização das estatísticas parciais dos Estados e da estatística geral da União, obedecerá não só aos preceitos deste regulamento como às instruções que forem baixadas pelas Diretoria de Rendas Internas de acordo com a Diretoria de Estatística Econômica e Financeira.

§ 2º. O serviço de estatística do imposto de consumo, quando contratado, será fiscalizado e orientado pela Diretoria das Rendas Internas.

Art. 240. As repartições arrecadadoras terão um ou mais livros organizados de conformidade com os da escrita fiscal dos estabelecimentos à mesma sujeitos, assim como o de modelo XLVII A, relativo ao consumo de energia elétrica, nos quais os agentes fiscais lançarão, até o dia 30 de cada mês, o movimento da produção ou da entrada e do consumo ou da saída dos produtos, bem como o movimento das estampilhas dos estabelecimentos, em relação ao mês anterior.

§ 1º. As repartições onde forem processados despachos de sal grosso terão um livro especial para o movimento da descarga, contendo todos os esclarecimentos necessários, de forma que se possa conhecer com precisão o número de descargas, as embarcações, os remetentes e os destinatários, a carga manifestada, a descarregada e as diferenças verificadas para mais ou para menos.

§ 2º. Os livros de que trata este artigo poderão ser organizados de modo a se prestarem para mais de uma espécie do imposto e de um exercício, devendo ser conservados nas respectivas repartições, mesmo depois de encerrados.

CAPÍTULO XVIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 241. Continuam em vigor as disposições dos decretos ns. 19.827, de 2 de abril de 1931, 21.030, de 2 de fevereiro de 1932, e 24.058, de 28 de março de 1934, que instituíram medidas de fiscalização sobre mercadorias em trânsito por estradas de rodagem, desde que não tenham sido expressamente revogadas por este decreto ou não colidam com as suas disposições, cabendo à Recebedoria Federal de São Paulo a direção do serviço nessa capital.

Art. 242. Continua em vigor o disposto no art. 57 da lei número 4.984, de 31 de dezembro de 1925, que instituiu o adicional de 5 % sobre as bebidas, destinado à "Assistência Hospitalar do Brasil".

Art. 243. Continua em vigor o decreto n. 20.359, de 2 de setembro de 1931, no que diz respeito ao imposto de produção de \$070 por caixa, carteira ou carteirinha, contendo até 60 palitos de fósforos.

CAPÍTULO XIX

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 244. A Diretoria das Rendas Internas, dentro de 60 dias contados da data da publicação deste decreto, baixará instruções sobre o serviço a que se refere o art. 241, no sentido de organizá-lo e intensificá-lo, no Distrito Federal e nos Estados de São Paulo e Pernambuco.

Art. 245. Enquanto não forem postas em circulação as estampilhas especiais para "tecidos de seda", a que se refere o art. 33,

QUADRO DA FISCALIZAÇÃO

70 agentes fiscais da classe — J
 167 agentes fiscais da classe — G
 599 agentes fiscais da classe — F

Estados

Distrito Federal	
Amazonas	
Pará	
Maranhão	
Piauí	
Ceará	
Rio Grande do Norte	
Paraíba	
Pernambuco	
Alagoas	
Sergipe	
Baía	
Espírito Santo	
Rio de Janeiro	
São Paulo	
Paraná	
Santa Catarina	
Rio Grande do Sul	
Minas Gerais	
Goiaz	
Mato Grosso	

Totais

inciso 2º, letra a, alínea II, serão utilizadas as estampilhas retangulares comuns.

Art. 246. A partir de 1 de julho de 1938, não será permitida a existência, nos estabelecimentos comerciais, de *stocks*, de mercadorias sujeitas ao imposto de consumo sem que estejam com o referido imposto pago na conformidade deste decreto, sob pena de incidirem os seus possuidores nas multas respectivas.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda baixar áas instruções necessárias ao fiel cumprimento deste artigo.

Art. 247. Revogam-se as disposições em contrário.

A. de Souza Costa.

DO IMPOSTO DE CONSUMO

(Distrito Federal)
(Capital de Estado)
(Interior de Estado)

DISTRIBUIÇÃO

Classes			Total
J	G	F	
70	—	—	70
—	3	17	20
—	6	22	28
—	4	32	36
—	2	14	16
—	4	19	23
—	5	17	22
—	4	25	29
—	17	39	56
—	5	20	25
—	5	14	19
—	15	34	49
—	4	15	19
—	7	55	62
—	52	83	135
—	4	20	24
—	3	23	26
—	18	58	76
—	6	60	66
—	2	16	18
—	1	16	17
70	167	599	836

TABELA DOS VENCIMENTOS DOS AGENTES FISCAIS DO IMPOSTO DE CONSUMO

Estados	Vencimentos		
	Parte fixa		Porcentagem
	Capital	Interior	
Distrito Federal	12:000\$000	—	1,5 %
Amazonas	7:200\$000	5:600\$000	8,5 %
Pará	7:200\$000	5:600\$000	4,0 %
Maranhão	7:200\$000	5:600\$000	9,0 %
Piauí	7:200\$000	5:600\$000	10,0 %
Ceará	7:200\$000	5:600\$000	6,5 %
Rio Grande do Norte	7:200\$000	5:600\$000	5,5 %
Paraíba	7:200\$000	5:600\$000	7,5 %
Pernambuco	7:200\$000	5:600\$000	5,4 %
Alagoas	7:200\$000	5:600\$000	8,0 %
Sergipe	7:200\$000	5:600\$000	7,3 %
Baía	7:200\$000	5:600\$000	7,0 %
Espírito Santo	7:200\$000	5:600\$000	9,2 %
Rio de Janeiro	7:200\$000	5:600\$000	6,2 %
São Paulo	7:200\$000	5:600\$000	2,16 %
Paraná	7:200\$000	5:600\$000	4,5 %
Santa Catarina	7:200\$000	5:600\$000	6,5 %
Rio Grande do Sul	7:200\$000	5:600\$000	5,4 %
Minas Gerais	7:200\$000	5:600\$000	6,0 %
Goiás	7:200\$000	5:600\$000	20,0 %
Mato Grosso	7:200\$000	5:600\$000	12,0 %

MODELO I

GUIA DE PEDIDO DE REGISTRO

O abaixo assinado, registrado, no ano anterior, sob o n. (1) e (2), à rua n. com o (3) vem, de conformidade com as disposições do regulamento do imposto de consumo, registrar o seu estabelecimento para (4) com o capital de (5) (6) de de de 193.....

Informação

- 1 — Fumo
- 2 — Bebidas
- 3 — Alcool
- 4 — Fósforos
- 5 — Sal
- 6 — Calçados
- 7 — Perfumarias e artigos de tocador
- 8 — Especialidades farmacêuticas
- 9 — Conservas
- 10 — Vinagre e óleos adequados à alimentação
- 11 — Velas
- 12 — Tecidos
- 13 — Artefatos de tecidos
- 14 — Papel e seus artefatos
- 15 — Cartas de jogar
- 16 — Chapéus e bengalas
- 17 — Louças e vidros
- 18 — Ferragens
- 19 — Café torrado e moido e chá
- 20 — Banha, manteiga e sucedâneos
- 21 — Móveis
- 22 — Armas de fogo e suas munições
- 23 — Lâmpadas, pilhas e aparelhos elétricos
- 24 — Queijos e requeijões
- 25 — Eletricidade
- 26 — Tintas e vernizes
- 27 — Leques
- 28 — Artefatos de borracha
- 29 — Pincéis para barba e obras de cutelaria
- 30 — Pentes, escóvas, espanadores e vassouras
- 31 — Brinquedos
- 32 — Artefatos de couro e de outros materiais
- 33 — Jóias, bijouterias e objetos de adorno
- 34 — Gasolina, óleos e carbureto de cálcio
- 35 — Aparelhos sanitários
- 36 — Ladrilhos e outros materiais
- 37 — Instrumentos de música
- 38 — Material fotográfico e cinematográfico
- 39 — Fogões, fogareiros e aquecedores
- 40 — Cimento
- 41 — Linhas
- 42 — Escritórios comerciais

.....

Registrado pela patente n., tendo pago\$.... (Nome da Repartição) de de 193.....

Multa de%
Total

Notas:

- (1) Número da patente de registro do ano anterior.
- (2) Estabelecido ou desejando estabelecer-se ou residente.
- (3) Comércio por grosso, a varejo ambulante ou fábrica de..... Quando *ambulante*, declarar o número de caixa ou veículos: quando *fábrica*, declarar o número de operários, aparelhos ou máquinas, bem como a força motora e sua natureza.
- (4) Discriminar o artigo ou artigos em que pretende comerciar ou fabricar.
- (5) Declarar o capital.
- (6) Nome da localidade.

MODELO II

(PATENTE DE REGISTRO)

Nº.....

Nome da repartição

Exercício de 19....

Registro para o comércio (ou fabrico) de.....

	Rs. ...\$0
Multa...%	Rs. ...\$0
Soma.....	Rs. ...\$0

Por este título fica concedida a (nome do contribuinte), estabelecido à.....nº....., com negócio de (denominação do negócio), a patente de registro para o (comércio, por grosso ou a retalho, fabrico ou venda ambulante, em caixa ou veículo n..... tantos) da.....mercadoria.....acima mencionada....., na forma do capítulo IV do regulamento anexo ao decreto n..... de..... de.....de 193...pelo qual foi paga a quantia de..... (por extenso).

.....de.....de 193....

O escriptorário ou escrivão,

F.....

Nº.....

Nome da repartição

Exercício de 19....

Registro para o comércio (ou fabrico) de.....

	Rs. ...\$0
Multa...%	Rs. ...\$0
Soma.....	Rs. ...\$0

Por este título fica concedida a (nome do contribuinte), estabelecido à.....nº....., com negócio de (denominação do negócio), a patente de registro para o (comércio, por grosso ou a retalho, fabrico ou venda ambulante, em caixa ou veículo n..... tantos) da.....mercadoria.....acima mencionada....., na forma do capítulo IV do regulamento anexo ao decreto n..... de..... de.....de 193...pelo qual foi paga a quantia de..... (por extenso).

.....de.....de 193....

O escriptorário ou escrivão,

F.....

Recebi a importância acima referida em.....de.....de 193....

O tesoureiro ou coletor,

F.....

Notas — O registro de fábrica é independente do de comércio de produto de outra procedência, e da mesma patente devem constar todas as espécies do fabrico.

Quando houver aumento de produtos para cobrança de emolumento, deverão ser mencionados, na nova patente, o número e a data do pagamento da primeira.

A mesma declaração se fará nos registros gratuitos dos depósitos fechados das casas comerciais ou dos pequenos fabricantes.

MODELO III

(Nome da repartição)

GUIA DE TRANSFERÊNCIA DE LOCAL

Nesta data o Sr.....(ou a firma) F....., registrado nesta (nome da repartição), sob nº....., solicitou guia de mudança do seu estabelecimento comercial ou fabril ou do seu comércio ambulante, para.....e como o referido Sr.....(ou firma) não se acha sob pressão de auto e nada deve por infração do regulamento do imposto de consumo, tendo de fato fechado seu estabelecimento e transferido todos os utensílios e mercadorias nele existentes, ou tendo de fato transferido o seu comércio ambulante, concedo, de acordo com o art. 22, § 1º, do regulamento anexo ao decreto nº....., a presente guia, para os fins de direito.

.....de.....de 193....

O chefe da repartição,

F.....

(NOME DA REPARTIÇÃO)

[illegible]

MODELO V

(NOME DA REPARTIÇÃO ARRECADADORA)

Cadastro dos estabelecimentos registrados na.....(1)....., no exercício de 193.....

Número de ordem	Firma	Local	Categoria do estabeleci- mento	REGISTRO			Espécie do imposto	Observações
				Importância do emolumento	MULTA			
					Categoria	Importân- cia		

NOTAS

1ª — Na coluna “espécie do imposto” discriminar-se-ão as espécies tributadas, relacionadas no registro, designando-se cada uma delas pelo respectivo número de ordem constante do art. 1º deste regulamento, distinguindo-se com algarismos romanos o produto para o qual foi pago registro por grosso, e com algarismo arábico, para o qual foi pago registro de retalhista. Exemplo: Para um estabelecimento que tenha sido registrado fora do prazo regulamentar, pagando o registro de 511\$000 e mais a multa de 15 % sobre essa importância, para comerciar por grosso em bebidas e tecidos e a varejo em fumo, fósforos, calçados, conservas, vinagre, artefatos de tecidos, cartas de jogar, chapéus, café torrado ou moído, manteiga, móveis, será feito o seguinte lançamento: importância do emolumento: 511\$; categoria da multa: 15 %; importância da multa: 76\$650; espécie do imposto: II, XII, 1, 3, 5, 8, 9, 13, 16, 17, 20, 21 e 22.

2ª — Na coluna das observações far-se-á menção das transferências de firmas, de local, ou de qualquer alteração do registro e se a firma está notificada.

(1) Designação do número da secção ou circunscrição.

GUIA DE AQUISIÇÃO DE ESTAMPILHAS PARA PRODUTOS ESTRANGEIROS

[illegible]

Adicional de %.....\$.....
\$.....

Importa..... (por extenso).....
..... de..... de 193.....

De acordo _____ O conferente ou o agente fiscal,

Recebi a importância supra, em....de.....de 193...

O tesoureiro,

Lançado a fls..... do livro caixa n°.....

F.....

O escripturário ou o escriptão,

F.....

NOTAS — As estampilhas devem ser discriminadas pelas taxas e formatos retangular ou cinta e pelas espécies, quando se tratar das especiais.
E' facultada a impressão de guias com o nome do proprietário, título e local do estabelecimento.

N.

(Nome da Repartição)

Alfândega de

Imposto de consumo para produtos estrangeiros

Imposto de consumo de

O Sr. n. com negocio
estabelecido a
de registrado sob o n.
paga o imposto de cor. o relativo às mercadorias despachadas pela
nota n. de de de 193...
conforme a seguinte

ESPECIFICAÇÃO

Total
--------------------	-------	-------	-------

Importa em

(Data)

Assinatura

De acordo.

O Conferente ou o Agente Fiscal,

F.

Recebi a importância supra, em..... de de 193...

O Tesoureiro,

F.

Lançado a fls. do livro caixa n.

O Escriurário,

F.

N. (Nome da Repartição) via

Imposto de consumo de (espécie do imposto).....

F., estabelecido à n., registrado sob n., precisa para (produtos de sua fabricação, ou mercadorias que lhe foram apreendidas em tal data, ou outro qualquer fim justificado), das seguintes estampilhas:

[illegible]

Adicional de%
--------------------	-------

Importa em (por extenso)

....., de de 193...

F.

Recebi a importância supra, em de de 193...

O tesoureiro ou o coletor,

F.

Lançado a fls do livro caixa n.

O escripturário ou o escriptão,

F.

Notas — É facultada a impressão de guias com o nome do proprietário, título e local do estabelecimento.

Nos pedidos de troca de estampilhas, para líquidos a engarrafar, deve ser atendido o dispositivo do art. 46.

As estampilhas devem ser discriminadas pelas taxas e formatos e pelas espécies quando se tratar das especiais.

MODELO VIII

Guia n. Em de 193... (1.ª via) F., proprietário da fábrica de queijo de tipo Minas (na situação ou fa- zenda), sita em, remete a F., estabelecido em à rua n., as seguintes mercadorias :							Guia n. Em de 193... (2.ª via) F., proprietário da fábrica de queijo de tipo Minas (na situação ou fa- zenda), sita em, remete a F., estabelecido em à rua n., as seguintes mercadorias :							Guia n. Em de 193... (3.ª via) F., proprietário da fábrica de queijo de tipo Minas (na situação ou fa- zenda), sita em, remete a F., estabelecido em à rua n., as seguintes mercadorias :								
VOLUMES						Espécie da mercadoria	VOLUMES						Espécie da mercadoria	VOLUMES						Espécie da mercadoria		
Espécie	Marcas	Quantidade de volumes	Numeração	Quantidade	Peso		Espécie	Marcas	Quantidade de volumes	Numeração	Quantidade	Peso		Espécie	Marcas	Quantidade de volumes	Numeração	Quantidade	Peso			

NOTAS — A terceira via será remetida ao comprador e a segunda á repartição a que estiver subordinada a fábrica.
 Os livros-guias serão organizados de forma que as cópias da guia que ficar na fábrica e da que fôr remetida à repartição sejam feitas simultaneamente por meio de papel carbonô.
 E' facultado o aumento de casas e dizeres neste modelo, afim de se lhe poder dar também o caráter de nota comercial.

MODELO IX

N.º Em de de 193.... N.º Em de de 193....

Guia do sal grosso vendido a F., estabelecido à rua n.º, por F., proprietário da salina (ou do estabelecimento exportador), sito à rua n.º

Guia do sal grosso vendido a F., estabelecido à rua n.º, por F., proprietário da salina (ou do estabelecimento exportador), sito à rua n.º

Meio de trans- portes	Volumes			Peso dos volu- mes	Peso do sal a granel	ESTAMPILHAS	Meio de trans- portes	Volumes			Peso dos volu- mes	Peso do sal a granel	
	Marca	Quanti- dade	Nume- ração					Marca	Quanti- dade	Nume- ração			

NOTAS — Quando o sal fôr vendido com o imposto a pagar, será observado este mesmo modelo, sendo declarada aquela circunstância no corpo da guia.
 Quando as estampilhas não couberem todas no lugar designado para a respectiva selagem, poderão ser empregadas em qualquer parte do corpo da guia.
 Os livros-guias serão organizados de forma que a cópia da guia que ficar na fábrica seja feita simultaneamente por meio de papel carbonô.
 A referência aos volumes far-se-á quando o produto sair assim acondicionado.
 É facultado o aumento de casas e dizeres neste modelo, afim de se lhe poder dar também o caráter de nota comercial.

MODELO 2

N..... Em..... de de 193....

Guia de louças, vidros, ferragens ou cimento vendidos a F.....

..... estabelecido
rua..... n....., por F..... proprietário
a fábrica sita à rua n.....

[illegible]

O proprietário,

.....

N..... Em..... de de 193....

Gula de louças, vidros, ferragem ou cimento vendidos á F.....

..... estabelecido
à rua..... n....., por F..... proprietário
da fábrica sita à rua n.....

[illegible]

O proprietário,

.....

Nota — Quando as estampilhas não couberem todas no lugar designado para a respectiva selagem, poderão ser empregadas em qualquer ponto do corpo da guia.

As louças ou os vidros saídos sem o pagamento do imposto, para serem beneficiados ou acabados, nos casos previstos no art. 84 e quando tiverem de voltar à própria fábrica, serão acompanhados desta guia com as declarações necessárias.

Os livros-guia serão organizados de forma que a cópia da guia que ficar na fábrica seja feita simultaneamente por meio de papel carbono.

A referência aos volumes far-se-á quando os produtos saírem assim acondicionados.

E' facultado o aumento de casas e dizeres neste modelo, afim de se lhe poder dar também o caráter de nota comercial.

MODELO XI

N..... Em..... de..... de 193....

Guia de tecidos ou papel e seus artefatos vendidos a F..... estabelecido
à rua n. por F....., proprietário
da fábrica (ou depósito da), sito à rua n.

[illegible]

O proprietário,

N..... Em..... de..... de 193....

Guia de tecidos ou papel e seus artefatos vendidos a F..... estabelecido
à rua n....., por F....., proprietário
da fábrica (ou depósito da), sita à rua n.....

[illegible]

O proprietário,

Notas – Quando as estampilhas não couberem todas no lugar designado para a respectiva selagem, poderão ser empregadas em qualquer parte do corpo da guia.

Os produtos saídos sem o pagamento do imposto, para o depósito ou para beneficiamento, nos casos previstos no art. 111, § 9º, letra a, e quando tenham de voltar à própria fábrica, serão acompanhados desta guia, com as necessárias declarações.

Os livros-guias serão organizados de forma que a cópia da guia que ficar na fábrica seja feita simultaneamente por meio de papel carbono.

Nas guias das rendas, fitas, tiras e entremeios bordados serão mencionadas as respectivas larguras em casa especial.

A coluna de peso de mercadorias é para os productos que pagam o imposto por essa fôrma.
E' facultado o aumento de casas e dizeres neste modelo, afim de se lhe poder dar também o caráter de nota comercial.

MODELO XI - A

N Em de de 193...

Guia de tecidos de seda remetidos a F., estabelecido à , por F. ,
proprietário da Tinturaria , sita à rua.....

Marca	Quantidade colunas	N. da guia originaria	Espécie do tecido	Espécie do beneficia- mento	Quantidade em metros	Observações

Nota — Esta guia deverá ser extraída com papel carbono, ficando a 2ª via no talão.

MODELO XII

N.º..... Em..... de de 193.....

Guia de aparelhos sanitários
 vendidos a F..... estabelecido
 à rua..... n..... por F.....
, proprietário da fábrica sita à rua.....
 n.....

[illegible]

O proprietário,

[illegible]

N..... Em..... de..... de 193.....

Guia de aparelhos sanitários
 vendidos a F..... estabelecido
 à rua..... n..... por F.....
, proprietário da fábrica sita à rua.....
 n.....

[illegible]

O proprietário,

.....

Nota — Quando as estampilhas não couberem todas no lugar designado para a respectiva selagem, poderão ser coladas em qualquer parte do corpo da guia.

Os livros guias serão organizados de forma que a cópia da guia que ficar na fábrica seja feita simultaneamente por meio de papel carbono.

A coluna de peso de mercadorias é para os produtos cujo imposto se relaciona também com o peso.

E' facultado o aumento de casas e dizeres neste modelo, afim de se lhe poder dar tambem o carâter de nota comercial.

Nos aparelhos sanitários se discriminará o preço de cada objeto.

MODELO XIII

N..... Em....de.....de 193....

Guia de azulejos, ladrilhos e mosaicos vendidos a F.....

....., estabelecido

à rua..... n....., por F.....

..... proprietário da fábrica sita

à rua..... n....

[illegible]

O proprietário,

N..... Em....de,... .. de 193....

Gula de azulejos, ladrilhos e mosaicos vendidos a F.....

....., estabelecido

à rua..... n...., por F.....

....., proprietário da fábrica sita

à rua.....n....

[illegible]

O proprietário,

Notas — Quando as estampilhas não couberem todas no lugar designado para a respectiva selagem, poderão ser coladas em qualquer parte do corpo da guia.

Os livros guias serão organizados de forma que a cópia da guia que ficar na fábrica seja feita simultaneamente por meio de papel carbono.

E' facultado o aumento de casas e dizeres neste modelo, afim de se lhe poder dar tambem o carater de nota comercial.

MODELO XIV

N..... Em.... de..... de 19....

Guia de carbureto de cálcio vendido a F.....

stabelecido à rua..... n.....

or F..... proprietário da fabrica sita à rua.....

.....

[illegible]

O proprietário

•••••

N..... Em.... de..... de 19....

Gula de carbureto de cálcio vendido a F.....

estabelecido à rua..... n.....

por F..... proprietário da fabrica sita à rua

п.

[illegible]

O proprietário

• • • • •

Nota — Quando as estampilhas não couberem todas no lugar designado para a respectiva selagem, poderão ser coladas em qualquer parte do corpo da guia.

Os livros-guias serão organizados de forma que a cópia da guia que ficar no estabelecimento seja feita simultaneamente por meio de papel carbono.

E' facultado o aumento de casas e dizeres neste modelo, afim de se lhe poder dar tambem o carater de nota comercial.

Gota n. Em de de 19....

P....., estabelecido com fábrica
de, à rua..... n.....,
remete para fábrica....., de sua propriedade
(ou dependência de sua fábrica), à rua.....
n....., afim de serem beneficiados, ou acabados, os seguintes
produtos :

Volumes			Espécie da mercadoria
Marca	Quantidade	Numeração	

O proprietário,

.....

Guia n. Em... de..... de 19...

F....., estabelecido com fábrica de , à rua n..... remete para a fábrica....., de sua propriedade (ou dependência de sua fábrica), à rua n....., afim de serem beneficiados, ou acabados, os seguinte produtos :

Volumes			Espécie da mercadoria
Marca	Quantidade	Numeração	

O proprietário,

•••••

Nota — Nesta guia se declarará o estado da mercadoria por ocasião da sua remessa e qual o beneficiamento ou acabamento a receber.

Os livros-guias serão organizados de forma que a cópia da guia que ficar na fábrica seja feita simultaneamente por meio de papel carbono.

MODELO XVI

(1ª via)

Despacho do sal

F., estabelecido á rua n., despacha o sal grosso abaixo declarado, vindo de, na embarcação, procedente de, entrada em de de 19....

Adições	Marcas	Discriminação	Imposto porquilo	Importância do imposto
1	P. R. O. . .	Mil saccos de sal grosso pesando cada um sessenta quilos: total sessenta mil quilos a	\$020	1:200\$0
2	A. C. M. . .	Quinhentos sacos de sal grosso pesando cada um sessenta quilos: total trinta mil quilos a	\$020	600\$0
3	A granel. . .	Doze mil quilos de sal grosso a	\$020	240\$0
		assinatura		2:040\$0

MODELO XVII

Ao coletor das rendas federais de.....

F....., proprietário (administrador, ou gerente) da salina..... (ou depósito de sal), sita em, pretendendo remeter para..... (pôrto do destino) quilogramas de sal bruto (ou tantos volumes) com a marca....., pesando cada um quilogramas, à ordem (ou à consignação, ou vendido) de F....., estabelecido à rua.....

n....., vem submeter a presente nota ao visto desta repartição, afim de poder embarcar a dita mercadoria no navio

O imposto correspondente, na importância de foi pago pela guia (ou pelas guias) n., de de de 19...., que ora exhibe (ou o imposto, na importância de....., será pago no pôrto do destino, como se verifica da declaração feita na respectiva guia, pelo que o suplicante se prontifica a assinar o termo de responsabilidade legal).

(Data.)

Assinatura

.....

Foi exhibida a guia (ou foram exhibidas as guias) com o imposto pago, pelo que pode embarcar (ou foi exhibida a guia com o imposto a pagar, pelo que, depois de assinado termo de responsabilidade, pode embarcar).

O coletor

.....

Nota — No caso de pagamento prévio do imposto, deverá ser apresentada a guia do imposto pago pelo salineiro ou a do imposto pago pelo exportador.

MODELO XVIII

Via N.

Guia para embarque de mercadoria exportada para o estrangeiro, isenta de imposto de consumo.

Sr. inspetor da Alfândega, ou coletor de.....

F....., proprietário de (nome do estabelecimento fabril ou comercial), sito da cidade de ou do município de, registrado sob n. pretendendo exportar para, pelo vapor....., (quantidade e espécie da mercadoria) de seu fabrico (ou recebida de F....., fabricante de, no município ou cidade de, conforme guia n. de de 19....), a F....., vem na forma da letra, § ... do art. do decreto n. de de de 19...., submeter a presente guia ao visto dessa repartição.

VOLUMES				Litros	Espécie da mercadoria
Quantidade	Espécie	Marcas	Numeração		

Data.....

Assinatura.....

Visto.

(Nome da repartição e data)

O.....

F.....

MODELO XIX

Via N.

Guia de saída de mercadoria destinada ao estrangeiro, isenta do imposto de consumo, remetida a comerciante por grosso.

Sr. inspetor da Alfândega, ou coletor de.....

F..... fabricante de, estabelecido em neste município ou cidade, à rua n. registrado sob n., pretendendo remeter a F....., estabelecido à rua n., da cidade de (litros, quilos, maços, etc.), afim de serem pelo mesmo Sr. (firma ou nome individual) exportado para o estrangeiro, vem, na forma regulamentar, submeter a presente guia ao visto dessa repartição.

VOLUMES				Litros	Espécie da mercadoria
Quantidade	Espécie	Marcas	Numeração		

Data.....

Assinatura.....

Visto.

(Nome da repartição e data)

O.....

F.....

MODELO XX

Tabela das marcas e dos preços dos produtos da fábrica de....., de propriedade de....., sita à (rua ou outro logradouro), na (cidade ou outro local), do Estado de (nome do Estado).

PREÇOS	MARCAS

(Data e assinatura)

Nota — Ver os arts. 68 e 69.

MODELO XX-A

Tabela das bases legais para a cobrança do imposto de consumo das *perfumarias* de fabricação de estabelecid... (1)

Nome ou marca dos produtos	Classificação fiscal (2)	Peso da uni- dade (3)	Imposto (4)	Observações

Data.....

Assinatura.....

(1) Deve indicar-se a rua e número ou outro logradouro onde esteja situada a fábrica, e bem assim a cidade ou município e o respectivo Estado.

(2) Mencione-se a alínea em que se classifica o produto, conforme o § 7º, do art. 4º deste regulamento.

(3) Peso bruto de cada unidade de perfumaria, inclusive o do involtório de apresentação e o do estojo, quando houver.

(4) Valor do selo de imposto de consumo aplicado em cada unidade de perfumaria.

Nota — Ver arts. 68, § 1º e 69.

MODELO XX-B

Tabela das bases legais para a cobrança do imposto de consumo sobre as *especialidades farmacêuticas* de fabricação de estabelecid.... (1)

Nome ou marca dos produtos	Classificação fiscal (2)	Caracterís- ticos (3)	Imposto (4)	Observações

Data.....

Assinatura.....

(1) Indiquem-se a rua e o número ou outro logradouro onde esteja situada a fábrica, e bem assim a cidade ou município e o respectivo Estado.

(2) Mencione-se a classe do § 8º, do art. 4º, deste regulamento.

(3) Relativamente a cada produto (ou a cada tipo do mesmo produto, se for preparado em tipos ou tamanhos diversos) e conforme a classe, mencione-se o peso ou volume, ou a quantidade e peso das unidades contidas em cada recipiente.

(4) Valor do selo de imposto de consumo aplicado no volume, isto é, em cada envelope, tubo, caixa, vidro, pote, etc.

Nota — Ver arts. 68, § 1º e 69.

MODELO XXII

Termo de garantia e fiança entre a Fazenda Nacional e F.....
....., como abaixo se declara:

A..... dia..... do mês de..... de mil novecentos e....., compareceu nesta (nome da repartição), o senhor F....., proprietário da fábrica de....., sita à rua n., desta cidade....., e na presença do senhor (chefe da repartição), declarou que, de conformidade com o art. 111, § 1º, letra n, do regulamento anexo ao decreto vinha assinar o presente termo de garantia e fiança pela importância de (réis por extenso), correspondente ao imposto de consumo sobre (discriminação dos artigos pelas quantidades, espécies e taxas do imposto), que nesta data, conforme a guia que apresentou, visada pelo agente fiscal F....., despacha pela (nome da empresa de transporte) para A....., residente em....., obrigando-se a provar, dentro do prazo de cento e oitenta dias, sua saída do território nacional e entrada no estrangeiro e responsabilizando-se, na falta desta prova, pela mencionada importância acrescida da multa regulamentar, dando o declarante em garantia e penhor da mesma responsabilidade toda a mercadoria existente em seu estabelecimento, as armações, móveis, utensílios e mais efeitos comerciais, que constituem o ativo do seu negócio, ficando assim a Fazenda Nacional com toda propriedade dos mencionados bens, sem qualquer turbação da posse imediata, se dentro do prazo de trinta dias, contado da data da intimação, não fôr paga em dinheiro a importância mencionada neste termo, acrescida da multa.

Declarou também o mesmo senhor F....., obrigar-se sob as penas da lei, a entregar à Fazenda Nacional, representada no senhor (chefe da repartição), ou em quem de direito, os mesmos bens desde que sejam reclamados, se não fôr satisfeito o compromisso neste termo contraído.

E para os devidos e legais efeitos, eu (o escrivão), lavrei o presente termo, que vai assinado pelo senhor (chefe da repartição) e pelo declarante.

(Data e assinatura sobre selo do valor proporcional.

MODELO XXIII

Termo de garantia e fiança entre a Fazenda Nacional e F.....
....., como abaixo se declara:

A dia do mês de de mil novecentos e....., compareceu nesta (nome da repartição) o senhor F....., proprietário da salina sita em (ou estabelecido com negócio de sal por atacado à rua..... n. desta cidade), e na presença do senhor (chefe da repartição) declarou que, de acôrdo com o despacho do mesmo senhor (chefe da repartição), e na conformidade do art. 111, § 7º, letra g, do regulamento baixado com o decreto n. de vinha assinar o presente termo de garantia e fiança pela importância de (réis por extenso), correspondente ao imposto de consumo

MODELO

Livro do movimento da produção, do consumo e das estampilhas da fá-

F....., sítia á rua

Ano de		PRODUÇÃO E									
		(I) R\$		(I) R\$		(I) R\$		(I) R\$			
Mês e Dia	Produção	Consumo		Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo
		Selada	Vendida								

Notas — 1.ª Ao encerrar a escrituração no último dia de cada dução de cada espécie, deduzido o consumo, sendo o stock em saldo lançado nas respectivas colunas do saldo do mês seguinte, devendo poderão adquirir livros somente com as colunas e ditores necessários dórias seladas nos seguintes casos: a) quando se tratar de produto acompanha a mercadoria, para ser aplicado pelo comerciante; c)

(I) — Nestas casas deverão ser declaradas as espécies do pro bem como deverão elas obedecer rigorosamente à ordem enumerada

MODELO

Livro do movimento da venda do fumo para fabrico de cigarros de F., sítia á rua n.

Ano 19.....		Nome do fabricante		Residên- cia
Mês	Dia			

XXIV

fabrica de, de propriedade da

.....n.º.....

CONSUMO								MOVIMENTO DAS ES- TAMPILHAS			OBSERVAÇÕES	
Produção		(I) \$	Produção		(I) \$	Produção		(I) \$	Compradas	Empregadas		Saldo
Selada	Consumo		Selada	Consumo		Selada	Consumo					
	Vendida			Vendida			Vendida					
										</		

mês deverá ser feito, na coluna das observações, o cálculo da pro-
existente na fábrica, quer do produto selado como do não selado,
ser o mesmo observado quanto às estampilhas. 2.ª Os fabricantes
ao movimento da fábrica. 3.ª É dispensada a coluna das mercas-
sujeto ao imposto por meio de guia; b) nas fábricas em que o sêlo
quando é obrigatória a selagem logo após a fabricação.
duto, com todos os dizeres constantes do art. 4º e seus parágrafos,
nesse mesmo artigo e seus parágrafos.

XXV

ou cigarrilhas, pela fábrica de fumo desfiado, migado ou picado,

Número do registro	Quan- tidade do fumo	Espécie e deno- minação	Impor- tância do Imposto pago	Observações

MODELO XXV - A

Livro do movimento da entrada e saída do fumo em corda e em folha na fábrica de fumo desfiado, picado ou migado de propriedade de F..... estabelecido à rua.....

Ano de 19=		Entrada						Saída						Observações				
Mês	Dia	Número da guia ou nota	Data da guia ou nota	Nome do remetente ou vendedor	Local	Número de volumes	Marca dos volumes	Quilogramas		Vendido			Para ser preparado					
								Em corda	Em folha	Nome do comprador	Local	Número de volumes	Quilogramas		Número de volumes	Quilogramas		
													Em corda			Em folha	Em corda	Em folha

NOTA — Ao encerrar a escrita no último dia do mês deverá ser feito na coluna das observações o cálculo do fumo recebido, deduzido e vendido e o entregue à manipulação, sendo o "stock" existente na fábrica lançado nas respectivas colunas do mês seguinte.

MODELO XXVI

Livro de movimento de produção, de consumo e das estampilhas da fábrica de fumo e seus preparados de propriedade de F.....

sita à rua..... n.º.....

[illegible]

NOTAS: - 1.ª - Ao encerrar a escrituração do último dia de cada mês, deverá ser feito, na coluna das observações, o cálculo da produção de cada espécie, deduzido o consumo, sendo o "stock" em saldo existente na fábrica lançado nas respectivas colunas do saldo do mês seguinte, devendo ser o mesmo observado quanto às estampilhas.

2.4 - Os fabricantes de charutos ou de cigarros ou cigarrilhas preparados com fumo adquirido de outra fábrica, organizarão os seus livros com as colunas somente relativas a esses produtos, dispensadas, portanto, as colunas do fumo desfiado, picado, migado ou em pó e a coluna do imposto pago por verba.

MODELO XXVII

Livro do movimento da entrada e da saída do fumo em bruto no estabelecimento de propriedade de F.....

sito à rua.....n.º.....

Ano de 19.....		ENTRADA									SAÍDA									OBSERVAÇÕES
MES E DIA	EM CORDA			EM FOLHA			EM PASTA			Nome do vendedor	Local	EM CORDA		EM FOLHA		EM PASTA		Nome do comprador	Local	
	Quantidade em quilogramas	Procedência (1)	Imposto pago pelo fumo de procedência estrangeira	Quantidade em quilogramas	Procedência (1)	Imposto pago pelo fumo de procedência estrangeira	Quantidade em quilogramas	Procedência (1)	Imposto pago pelo fumo de procedência estrangeira			Quantidade em quilogramas	Procedência	Quantidade em quilogramas	Procedência	Quantidade em quilogramas	Procedência			
			(2)				(2)				(2)									

(1)—Se é nacional ou estrangeira. (2)—Só são obrigados a essa declaração os que receberem o fumo diretamente do estrangeiro.

NOTAS: 1.ª Ao encerrar a escrituração do último dia de cada mês, deverá ser feito na coluna das observações o cálculo da entrada do fumo por espécie, deduzidas as saídas sendo o "stock" em saldo existente no estabelecimento lançado nas respectivas colunas do saldo do mês seguinte.

2.ª—Os proprietários dos estabelecimentos não são obrigados a adquirir livros com todos os dizeres deste modelo, podendo fazê-los com as casas estritamente necessárias ao movimento do estabelecimento.

MODELO XXVIII

Livro do movimento de produção e consumo de cerveja e das estampilhas, da fabrica de.....
situada à rua, n.º.....

Ano de 19.....		CERVEJA															Balança			
		PRODUÇÃO				CONSUMO									Estampilhas					
						Selada			Vendida			Inutilizada								
Dia	garrafa	1/2 garrafa	litro	1/2 litro	garrafa	1/2 garrafa	litro	1/2 litro	garrafa	1/2 garrafa	litro	1/2 litro	garrafa	1/2 garrafa	litro	1/2 litro	Comp das	Empregadas	SALDO	Cerveja
																				Estampilhas
																				Observações

390

DECRETOS-LEIS

[illegible]

MODELO XXX

Livro do movimento de entrada e saída de álcool ou de aguardente e do das estampilhas, no estabelecimento atacadista, de propriedade de F....., sito à rua.....n.....

Data		Entrada				Saída				Movimento das estampilhas				Observações								
19...		Nota ou fatura de remessa		Remetente	Procedência	Com o imposto pago		Para desdobramento		Vendido		Saldos ou stock			Recebidas com os produtos	Recolhidas	Empregadas	Saldo				
Dia	Mês	Número	Data			Alcool	Aguardente	Alcool	Aguardente	Alcool	Aguardente	Alcool	Aguardente						Recebidas com os produtos	Recolhidas	Empregadas	Saldo
Balanco Alcool ou aguardente: Saldo anterior.. litros Entrada..... " Soma..... litros Saída..... " Stock..... litros Estampilhas: Saldo anterior... \$ Recebidas..... \$ Recolhidas..... \$ Soma..... \$ Empregadas \$ Saldo..... \$																						
Observações																						
Discriminação das estampilhas: Da taxa de..... \$ \$ " " \$ \$ " " \$ \$ " " \$ \$ Total..... \$ \$																						

Nota — Os que operarem o desdobramento deverão ter também o livro modelo XXIV, para fabrico. Figurará no presente modelo, na coluna própria, a saída do produto para tal desdobramento.

MODELO XXXI

LIVRO DO MOVIMENTO DE TECIDOS DE SEDA RECEBIDOS PARA BENEFICIAMENTO

ENTRADA DOS PRODUTOS						SAIDA DOS PRODUTOS				OBSER- VAÇÕES
DATA	N. da guia originária	Nome do remetente	Local	Espécie do tecido	Quantidade em metros	DATA	N. da guia origi- nária	Espécie do beneficia- mento	Quantidade em metros	

NOTA — O beneficiador deverá mencionar na guia de devolução do tecido o número da guia originária que o acompanhar.

MODELO XXXII

Livro do movimento da colheita e saída do sal e das estampilhas na salina de propriedade d

sita em _____

Ano de 19.....		Colheita kilos	Saída quilos		Destina- tario	Local	Meio de trans- porte	Imposto a pagar	Movimento das estampi- lhas			Observações
Mês	Dia		Imposto a pagar	Com imposto pago					Compradas	Empregadas	Saldo	

NOTAS — Ao encerrar a escrituração no último dia do mês, deverá ser feito, na coluna das observações, o cálculo da colheita, deduzido o consumo sendo o saldo em «stock» existente na salina lançado na coluna do saldo do mês seguinte.

O mesmo se observará quanto às estampilhas.

MODELO XXXIII

Livro do movimento de entrada e saída do sal grosso e das estampilhas do estabelecimento exportador de propriedade de F....., sito à rua..... nº.....

Ano de 19.....		Entrada					Saída										Observações				
Mês	Dia	Número da guia	Procedência	Firma remetente	Quilogramas	Imposto pago	Imposio a pagar			Imposto pago pelo salineiro			Imposto pago pelo exportador			Movimento das estampilhas					
							Data	Número da guia	Destino	Quilogramas	Data	Destino	Quilogramas	Data	Número da guia	Destino		Quilogramas	Compradas	Empregadas	Saldo

Nota — Ao encerrar a escrita, no último dia do mês, deverá ser feito, na coluna das observações, o cálculo do produto entrado, deduzido consumo, sendo o «stock» existente lançado na coluna do saldo do mês seguinte, discriminados os «stocks» com o imposto pago e com o imposto a pagar.

O mesmo será observado relativamente às estampilhas.

MODELO XXXV

Livro de entrada de sal grosso no estabelecimento comercial, de propriedade de F.....,
à rua..... n.....

[illegible]

Nota — Ao encerrar a escrita, no último dia do mês, deverá ser feito, na coluna das observações, o cálculo do produto entrado, deduzido o consumo, sendo o *stock* existente lançado na coluna do saldo do mês seguinte.

MODELO XXXVI

Livro do movimento de produção e consumo de aparelhos sanitários e das estampilhas, no estabelecimento de F.....
sito à rua..... n.....

Ano de 19 ...		Produção e consumo										Guia selada de pagamento do imposto (2)		Movimento das estampilhas			Observações
Mês	Dia	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	(1)	Número das guias	Importância total dos selos colados	Compradas	Empregadas	Saldo		
		Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção						Consumo	

Notas — Ao encerrar a escrituração no último dia de cada mês deverá ser feito, na coluna das observações, o cálculo da produção de cada espécie deduzido o consumo, sendo o «stock» existente na fábrica lançado nas respectivas colunas do mês seguinte, devendo o mesmo ser observado quanto às estampilhas.

Os fabricantes poderão adquirir livros somente com as colunas e dizeres necessários ao movimento da fábrica.

(1) — Nestas casas deverão ser declaradas as espécies dos produtos constantes do art. 4º, § 35, alínea I, tais como: banheiras, lavatórios, bacias, pias, etc.

(2) — A escrituração dessas colunas tem por fim a constatação exata do pagamento do imposto.

DÉCRETOS-LEIS

397

Nota — Deve ser aqui lançada toda a produção dos teares, mesmo que o beneficiamento seja feito fora da fábrica produtora.

MODELO

Livro de entrada e saída dos tecidos selados

Mês - Data	Entrada de tecidos selados						
	Número da guia selada	Tecidos crus - Metros	Tecidos brancos ou alvejados, tintos ou estampados - Metros	Tecidos de seda - Metros	Crus - Metros	Brancos - Metros	Seda - Metros
Soma.....							
Saída de tecidos.....							
"Stock" para:							

Observações: -- Este modelo deverá ser adaptado aos tecidos com

XXXVIII

— secção de venda ou depósito da fábrica

Saída de tecidos selados						Observações
Tecidos crus — Metros	Tecidos brancos ou alvejados, tintos ou estampados — Metros	Seda — Metros	Crus — Metros	Brancos — Metros	Seda — Metros	
.....	
.....	
.....	

que tenham os contribuintes de comerciar.

MODELO

Livro do movimento de produção e consumo de café torrado e moído

....., sito à rua.....

Ano de 19...		Produção e consumo			
Mês	Dia	Café torrado			
		Consumo — Quilos			
		Produção quilos	Remetido à secção de moagem	Vendido aos estabelecimentos moedores	Vendido a comerciantes ou consumidores

Nota — Ao encerrar a escrituração no último dia de cada mês, de café torrado, deduzido o consumo, sendo o “stock” existente na fábrica observado quanto ao café moído e às estampilhas.

MODELO

Livro do movimento da entrada de café torrado, do consumo do

F....., sito em

Ano 19.....		ENTRADA		
Mês	Dia	Número de volumes	Quilogramas de café torrado \$	Remetente

Nota — Ao encerrar a escrita no último dia do mês, deverá ser deduzido o consumo, sendo o “stock” existente lançado na coluna do O mesmo será observado, relativamente, quanto às estampilhas.

XXXIX

do e das estampilhas, no estabelecimento de F.....
 II.....

Café moído		Movimento das estampilhas			Observações
Produção	Consumo	Compradas	Empregadas	Saldo	

verá ser feito, na coluna das observações, o cálculo da produção do lançado na respectiva coluna do mês seguinte, devendo ser o mesmo

XL

café moído e das estampilhas da fábrica de moer café, de

CONSUMO		Movimento de Estampilhas			OBSERVAÇÕES
Quilogramas de café moído \$		Recebidas	Empregadas	Saldo	
Selado	Vendido				

feito, na coluna das observações, o cálculo dos produtos entrados, saldo do mês seguinte.

MODELO

Livro do movimento da produção e consumo do queijo tipo
sita em

Ano		Produção	CONSUMO	
Mês	Dia		Com o imposto a pagar	Com o imposto pago

Notas — Ao encerrar a escrita do último dia do mês, deverá ser *stock* existente na fábrica lançado na respectiva coluna da escrita. O mesmo se observará relativamente às estampilhas.

MODELO

Livro do movimento de produção e consumo do papel e seus arte-
sita à rua..... n.....

Ano de 19..		Produtos de selagem directa									
Mês	Dia	(1)		(1)		(1)		(1)		(1)	
		Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo

Notas — Ao encerrar a escrituração no último dia de cada mês de espécie, deduzido o consumo, sendo os respectivos stocks (selados e não o mesmo ser observado quanto às estampilhas, quer as retangulares, quer Os fabricantes poderão adquirir livros somente com as colunas e di-

- (1) Nestas casas deverão ser declaradas as espécies de produto,
- (2) Nestas casas deverão ser declaradas as espécies de produto,

XLI

"Minas" e das estampilhas da fábrica de F.....,

MOVIMENTO DE ESTAMPILHAS			OBSERVAÇÕES
Compradas	Empregadas	Saldo	

feito o cálculo da produção, deduzido o consumo geral, sendo o do mês seguinte.

XLII

fatos e das estampilhas da fábrica de F.....

				Produtos sujeitos ao imposto por meio de guia				Movimento das estampilhas			Observações
(1)		(1)		(2)	(2)	(2)	(2)	Compradas	Empregadas	Saldo	
Selado	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo	Produção	Consumo				
											</

verá ser feito, na coluna das observações, o cálculo da produção de cada selado) lançados nas correspondentes colunas do mês seguinte, devendo as de talão-guia.

zeres necessários ao movimento da fábrica.

constantes do art 4º., § 14, alínea I, inciso 5º, e alínea II, incisos, 1º, e 2º, constantes do art, 4º, § 14, alínea I, incisos 1º a 4º, e alínea II, inciso 3º.

de perfumarias de propriedade de..... à

Produtos da alínea						Produtos da alínea XXI						Amostras			Movimento das estampilhas				Observações
Por gramas ou fração						Por 10 grs. ou fração 1\$500						Até 10 gramas \$020			Compras	Empregada,	Inutilizadas	Saldos	
Produção		Selado		Vendido		Produção		Selado		Vendido		Produção	Selado	Saldo					
Unidade	Fração	Unidade	Fração	Unidade	Fração	Unidade	Fração	Unidade	Fração	Unidade	Fração								
																			Discriminação do saldo de estampilhas :

Livro de entrada e saída de móveis beneficiados na fábrica de..... sita à rua..... n.....

Decretos-Leis de 1938 — Vol. I — Pág. 404 — 3

Nota — O stock de mercadorias de um para outro mês deve figurar no Balanço mensal.
Decretos-Leis de 1938 — Vol. I — Pág. 404 — 4

MODELO XLIV — B

Registro da produção e consumo de especialidades farmacêuticas e movimento de estampilhas no Laboratório de.....

sito à rua..... n. Dec. n. de 1933.

			Mês	Ano de 19....
			Dia	
			Produção	Produto da taxa de .
			Selado	
			Vendido	
			Produção	Produto da taxa de....
			Selado	
			Vendido	
			Produção	Produto da taxa de....
			Selado	
			Vendido	
			Produção	Produto da taxa de....
			Selado	
			Vendido	
			Produção	Produto da taxa de....
			Selado	
			Vendido	
			Produção	Produto da taxa de....
			Selado	
			Vendido	
			Produção	Produto da taxa de....
			Selado	
			Vendido	
			Produção	Produto da taxa de....
			Selado	
			Vendido	
			Produção	Produto da taxa de....
			Selado	
			Vendido	
			Produção	Produto da taxa de....
			Selado	
			Vendido	
			Compradas	Movimento das estampilhas
			Empregad.	
			Saldo	
Especialidades far- macêuticas.	Estampilhas.	Observações.		

(São em número de 20 as colunas de «Produto da taxa de....., no modelo).

MODELO XLV

Livro do movimento de entrada de queijo tipo "Minas" e das estampilhas, no estabelecimento comercial de F.sito à rua n.

[illegible]

MODELO XLVII

GUIA DE RECOLHIMENTO DA RENDA DO IMPOSTO DE CONSUMO SOBRE
ELETRICIDADE

(Nome da Companhia ou Empresa)

(Local do Escritório Central)

Imposto sobre o consumo de energia elétrica arrecadado de
acordo com o regulamento aprovado pelo decreto n.
de de de 1926.

Arrecadação do mês de de, a saber:

Consumo de luz	kilowatts-hora a \$010....\$....
Consumo de força	kilowatts-hora a \$005....\$....
		<hr/>
Total arrecadado\$....
Comissão de 4 %\$....
		<hr/>
Líquido . . .	Rs.\$....

(Nome da cidade) em de de 19....

(Assinatura do diretor, gerente, agente ou representante da
companhia ou empresa)

(x)

.....

(x) Quando o consumo for por preço ajustado (à forfait)
dir-se-á:

5 % sobre	\$.....	(preço do fornecimento\$....
Comissão de 4 %	Rs.\$....
Líquido	Rs.\$....

MODELO

Guia de entrega de selos que acompanharam

F....., estabelecido com (fábrica
..... n., entrega a (nome da
acordo com o art. 111, § 1º, letra L, do decreto n.
selos:

.....	(retangulares	ou	cintas)	da	taxa	de
.....	"	"	"	"	"	"
.....	"	"	"	"	"	"
.....	"	"	"	"	"	"
.....	"	"	"	"	"	"
.....	"	"	"	"	"	"
.....	"	"	"	"	"	"

Importa em (por extenso)

MODELO

(Nome da repar

Registro das guias do sal procedente das salinas, em transito no

DATA	Nome ou numero da embarcação	GUIA		Procedência	Nome do remetente	Destino
		Numero	Data			

e) se o registro foi obtido indevidamente e qual o motivo por que foi assim considerado;

f) se se trata de registro de fabrica não existente.

(1) Quando o notificado não estiver presente, dir-se-á:

— “.....e por F....., empregado (gerente do estabelecimento), por não se achar presente o notificado.” —

NOTAS: — 1.ª A intimação do despacho do chefe da repartição odecderá ao processo da dos autos.

2.ª Este modelo é simplesmente exemplificativo, podendo ser mais desenvolvido segundo as circunstâncias verificadas.

MODELO LI

NOTIFICAÇÃO

Aos dias do mês de de 19...., tendo verificado que F estabelecido com à rua n., desta cidade
.....
.....
infringindo assim o disposto no art. do regulamento anexo ao decreto n. de de 19, lavrei esta notificação, que vai assinada por mim e pelo notificado, depois de lhe ter dado conhecimento do fato, e assim será presente ao senhor
..... para os devidos fins. — O agente fiscal do imposto de consumo

MODELO LII

AUTO DE DESACATO

Aos dias do mês de do ano de mil novecentos e às horas, achando-me no exercício de minhas funções de agente fiscal do imposto de consumo, na casa de F sita à rua n., desta cidade de
....., fui ali desacatado pelo dito F
....., ou por F (ou pelo seu empregado F ou por F a seu mandado), pelo que, de acôrdo com o art. 152 do regulamento que baixou com o decreto número de de 19...., lavrei o presente auto de desacato, que vai assinado por mim, pelo autuado e pelas testemunhas F F e F e será presente ao senhor diretor da Recebedoria (ou chefe da repartição fiscal do local), para os devidos fins.

O agente fiscal do imposto de consumo, F.

O autuado

As testemunhas :

Notas

1ª, o desacato ou agressão deve ser descrito minuciosamente, relatando-se todos os fatos e circunstâncias que tiverem ocorrido;

2ª, deverá ser lavrado auto nos termos deste modelo contra a pessoa que, por qualquer forma, houver embarçado ou impedido a fiscalização;

3ª, si, em consequência do desacato, se der detenção, será esta circunstância também mencionada no auto, em que, neste caso, se dirá em cima: — Auto de desacato e detenção;

4ª, a detenção será ordenada, na Capital Federal, de ordem do ministro da Fazenda; nos Estados e no Território do Acre, de ordem do chefe da repartição fiscal do local.

MODELO LIII

AUTO DE INFRAÇÃO OU APREENSÃO

Aos dias do mês de do ano de 19, às horas (hora legal), verificando que F., estabelecido com negócio (ou fábrica) de à rua, desta cidade de, tinha exposto à venda (ou vendido), as seguintes mercadorias, sem estarem devidamente estampilhadas (ou em qualquer outra contravenção) tendo (ou não) apresentado a nota de compra, infringindo assim o disposto no art. do regulamento que baixou com o decreto n., de de de 19....., notifiquei o fato ao referido F. e intimei-o para que, no prazo de trinta dias, apresentasse a sua defesa, para o que deixei em seu poder a respectiva intimação por mim assinada, e fiz apreensão das ditas mercadorias e da nota, conduzindo-as comigo para a Recebedoria (ou repartição fiscal do local, ou deixando-as depositadas em poder de F. ou do próprio autuado, como consta do respectivo termo de depósito, ou no posto policial ou militar de); do que lavei o presente auto de infração e apreensão, que vai assinado por mim, pelo autuado e pelas testemunhas F. e F. (se houver) e será presente ao Sr. diretor da Recebedoria (ou chefe da repartição fiscal do local) juntamente com a nota e as mercadorias apreendidas (ou, se tiver havido depósito, juntamente com o mencionado termo de depósito, a nota e um "specimen" das mercadorias apreendidas), para os devidos fins.

O agente fiscal do imposto de consumo, F.

(Seguem-se as assinaturas do autuado e das testemunhas.)

Notas

1ª, a infração deverá ser especificada, declarando-se a quantidade, marca, qualidade e procedência das mercadorias em contravenção, isto é, se havia falta, insuficiência ou irregularidade de estampilhamento, se as estampilhas eram servidas, fragmentadas ou falsas, se as mercadorias não tinham rótulo ou se as estrangeiras o tinham em português e vice-versa, se havia falta de livro, irregularidade, ou falta de escrita, ou qualquer contravenção punível por este regulamento;

2ª o auto de infração, que envolver ação criminal, será assinado pelo agente fiscal, pelo autuado e por tres testemunhas;

3º, o auto de desacato deverá ser distinto do de infração;

4º, o auto que envolver ação criminal não deverá conter palavras em breve e algarismos, e será encaminhado à autoridade competente, depois de extraída cópia autêntica, que ficará na repartição, para os fins necessários;

5º, se o autuado recusar-se a assinar o auto, será esta circunstância aditada da seguinte forma: Em aditamento a este auto, declaro que, apresentando o mesmo ao autuado para assinar, recusou-se ele a fazê-lo, alegando (ou dizendo) que o que foi testemunhado por F. e F. que comigo assinam esta declaração. — O agente fiscal do imposto de consumo, F.

As testemunhas:

6º, este modelo de auto é simplesmente exemplificativo, podendo ser mais desenvolvido, conforme as circunstâncias do fato ou fatos ocorridos.

MODELO LIV

AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO

Aos.....dias do mês de.....do ano de 19...
 às.....horas....., verificando que....., es-
 tabelecido comde.....à.....
 nº.....dest.....

 infringindo assim o disposto no art.....do regulamento
 que baixou com o decreto n....., de.....de.....de 19...,
 notifiquei o fato ao referido.....e intimei-o para que, no
 prazo de trinta dias, apresentasse a sua defesa, para o que deixei
 em seu poder a respectiva intimação por mim assinada, e fiz apreen-
 são da.....dita.....mercadoria....., conduzindo-a.....
 comigo para a.....; do que lavrei o presente auto de infração
 e apreensão, que vai assinado por mim, pelo autuado.....
 e será presente ao Sr....., juntamente com a.....
 apreendida....., para os devidos fins. O agente fiscal
 do imposto de consumo, F.....

MODELO LV

AUTO DE INFRAÇÃO E APREENSÃO

Aos.....dias do mês de.....do ano de 19...
 às.....horas....., verificando que....., es-
 tabelecido comde.....à.....

n°. dest.

 infringindo assim o disposto no art. do regulamento
 que baixou com o decreto n., de de de 19...,
 notifiquei o fato ao referido e intimei-o para que, no prazo
 de trinta dias, apresentasse a sua defesa, para o que deixei em seu
 poder a respectiva intimação por mim assinada, e fiz apreensão
 da dita mercadoria deixando-a
 depositada em poder de, como consta do respectivo
 termo de depósito; do que lavrei o presente auto de infração e
 apreensão, que vai assinado por mim, pelo autuado e será
 presente ao Sr., juntamente com o mencionado
 termo de depósito, como specimen da mer-
 cadoria apreendida, para os devidos fins.

O agente fiscal do imposto de consumo, F.

MODELO LVI

AUTO DE INFRAÇÃO

Aos dias do mês de do ano de 19...
 às horas, verificando que, es-
 tabelecido com de à
 n°. dest.

 infringindo assim o disposto no art. do regulamento
 que baixou com o decreto n., de de de 19..., no-
 tifiquei o fato ao referido e intimei-o para que apre-
 sentasse a sua defesa, no prazo de trinta dias, para o que deixei em
 seu poder a respectiva intimação, por mim assinada, pelo que lavrei
 o presente auto de infração, que vai assinado por mim, pelo autuado
 e será presente ao Sr.
 para os devidos fins.

O agente fiscal do imposto de consumo, F.

MODELO LVII

TERMO DE DEPÓSITO

Aos dias do mês de do ano de 19..., na casa
 sita à rua n., desta cidade de,

declarou o Sr. F....., perante mim e as testemunhas F..... e F..... (se houver), abaixo assinadas, que aceitava o cargo de depositário das seguintes mercadorias (ou objetos)..... que foram apreendidas ao mesmo F..... (ou a F....., estabelecido à rua..... n.....) por infração do art..... do regulamento que baixou com o decreto n....., de.... de..... de 19...., e que se responsabilizava pela boa guarda das mencionadas mercadorias, obrigando-se, sob as penas da lei, a entregá-las em bom estado de conservação no prazo de vinte e quatro horas, depois de convenientemente notificado para fazê-lo e a indenizar qualquer dano ou falta que sofram as ditas mercadorias. O agente fiscal do imposto de consumo, F.....

O depositário.....

As testemunhas.....

MODELO LVIII

INTIMAÇÃO

Fica pelo presente intimado F..... (1), estabelecido com..... à rua..... n°....., a se defender dentro do prazo de trinta dias, sob pena de revelia, do auto que nesta data lavrei em seu estabelecimento por infração do art..... do regulamento anexo ao decreto n°....., de..... de..... de 19....

..... de..... de 19....

O agente fiscal,

.....

(1) Quando o proprietário do estabelecimento não estiver presente, dir-se-á:

“Fica pelo presente intimado F....., na pessoa do seu empregado (gerente do estabelecimento) F.....”

Nota — Sempre que for possível, a intimação será feita com cópia a carbono, para ser esta junta ao processo, sendo conveniente a autenticação da dita cópia, por meio da assinatura do autuado ou seu representante.

MODELO LIX

(Nome da repartição)

Protocolo de autos de infração

Data do auto	
Número do auto	
Nome do autoado e residência	
Natureza da infração	
Nome do autoante	
Datas	Da intimação
	Da justificação
Destino do processo	
Data da entrega á repartição	
Decisão	
Data da decição	
Importância da multa	
Datas	Do recurso
	Da remessa do recurso á Delegacia
	Do pagamento da multa
OBSERVAÇÕES	

MODELO LX

DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS DO TESOUREIRO NACIONAL

Quadro da renda do imposto de consumo arrecadada em 19...., comparada com a receita orçada para o mesmo exercício

Espécie do imposto	Renda arrecadada	Receita orçada	Diferença da renda arrecadada sobre a receita orçada
(1)			
Soma.....			

(1) Nesta coluna serão enumeradas as espécies constantes do artigo 1º deste regulamento.

Nota — Este mapa deve concordar com os dados constantes do anexo LXIII.

MODELO

DIRETORIA DAS RENDAS INTER

Quadro demonstrativo da renda do imposto

Espécie do imposto	19.....	19.....	19.....	19.....
(1)				
Soma				

Nota (1) — Nesta coluna são enumeradas todas as espécies cons
A última coluna deste mapa deve corresponder perfeitamente à

MODELO

DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS

Quadro demonstrativo da renda do imposto de consumo arrecadada
total da União, no

ESTADOS	19.....			19..
	Taxa	Registro	Total	Taxa
(2)				
SOMA.....				

- (1) Nas estatísticas dos Estados o título será o da respectiva
(2) Nas estatísticas dos Estados esta coluna terá a designação
(3) Nas estatísticas dos Estados pode deixar de figurar esta
Nota — Este quadro deve concordar com os dados dos modelos

LXI

NAS DO TESOIRO NACIONAL

de consumo arrecadada no último decênio

19.....	19.....	19.....	19.....	19.....	19.....

tantes do art. 1º deste regulamento.
intitulada "Total geral" do anexo LXIII.

LXII

DO TESOIRO NACIONAL (1)

no último biênio, e relação entre a arrecadação de cada Estado e o exercício de 19...

.....		Diferenças de 19..... para mais e para menos, comparadas com 19.....			Percentagem da arrecadação
Registro	Total	Taxa	Registro	Total	— TOTAL
					(3)

delegacia fiscal.
"Repartições arrecadadoras".
coluna.
LXV e LXVI.

MODELO

DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS

Quadro demonstrativo da renda discriminada do imposto de consumo

ESPÉCIE DO IMPOSTO	EXERCÍCIO DE 19.....				Registro
	T A X A S				
	Para produtos nacionais	Para mercadorias estrangeiras	Para mercadorias apreendidas, e outros casos	TOTAL	
(2)					
Soma					

(1) Nas estatísticas dos Estados o título será o da respectiva De repartição.

(2) Nesta coluna serão enumeradas todas as espécies constantes

MODELO

DIRETORIA DAS RENDAS IN-

Mapa estatístico dos emolumentos de registro, pelas

Espécie do imposto (2)	Fábricas			Estabelecimentos comerciais			
	Trabalhando com operários até 6	Trabalhando com mais de 6 operários até 12	Trabalhando com mais de 12 operários	Fumo em bruto	Atacadistas	Escritórios comerciais	Retalhistas
Soma...							

(1) Nas estatísticas dos Estados o título será o da respectiva Dele-

(2) Nesta coluna serão enumerados todas as espécies constantes do

(3) Nas estatísticas da D. das Rendas Internas e das Delegacias Fis-

Nota — Neste mapa apenas se declara o número total de estabeleci-

LXIII

DO TESOIRO NACIONAL (1)

arrecadada em 19..., e comparação das rendas do último triênio

Total geral	EXERCÍCIOS DE		Diferenças de 19.....para mais e para menos	
	19.....	19.....	Comparada com 19.....	Comparada com 19.....

legacia Fiscal e nas das repartições arrecadadoras será o da respectiva do art. 1º deste Regulamento.

LXIV

TERNAS DO TESOIRO NACIONAL (1)

espécies do imposto, arrecadados no exercício de 19....

Importância total	Quantidade de fábricas registradas, incluídas as gratuitas	Observações	(3)			
			Quantidade de estabelecimentos registrados:		Multas por atraso do pagamento do registro:	
			Fabris.....	\$ de 15 %.....	\$	
			Comerciais....	\$ de 20 %.....	\$	
			Total.....	\$ de 5\$.....	\$	
				de 10\$.....	\$	
				de 150\$ a 300\$..	\$	
				Soma.....	\$	
			Dos estabelecimentos fabris obtiveram registro gratuito.....			

gacia Fiscal e nas das repartições arrecadadoras o da respectiva repartição. art. 1º do regulamento. cais são dispensadas as demonstrações. mentos e importância total arrecadada.

MODELO LXV

DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS DO TESOURO NACIONAL (1)

Mapa estatístico dos emolumentos de registro arrecadados no exercício de 19....

Estados (2)	Fábricas			Estabelecimentos comerciais			Importância total	Quantidade de estabelecimentos			Multas por atraso do pagamento do registro					Observações
	Com operários até 6	Com mais de 6 operários até 12	Com mais de 12 operários	De fumo em bruto	Atacadistas	Escritórios comerciais		Fabris incluídos os gratuitos	Comerciais	Total	De 15 %	De 20 %	De 5\$000	De 10\$000	De 150\$000 a 300\$000	
Soma...	\$	\$	\$	\$	\$	\$	\$				\$	\$	\$	\$	\$	

(1) Nas estatísticas dos Estados o título será o da respectiva Delegacia Fiscal.

(2) Nas estatísticas dos Estados a coluna terá a designação: «Repartições arrecadoras».

Nota — Neste mapa apenas se declara o número total de estabelecimentos e a importância total arrecadada.

MODÉLO LXVI

DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS DO TESOIRO NACIONAL (1)
 Quadro da renda discriminada do imposto de consumo em 19.....

Estados (2)	Fumo						Bebidas						Fósforos						Etc. (3)
	Taxa de produtos				Emolumentos de registro	Total da renda	Taxa de produtos				Emolumentos de registro	Total da renda	Taxa de produtos				Emolumentos de registro	Total da renda	
	Nacionais	Estrangeiros	Apreendidos e outros casos	Soma			Nacionais	Estrangeiros	Apreendidos e outros casos	Soma			Nacionais	Estrangeiros	Apreendidos e outros casos	Soma			
Soma.	₹	₹	₹	₹	₹	₹	₹	₹	₹	₹	₹	₹	₹	₹	₹	₹	₹	₹	

- (1) Nas estatísticas dos Estados o título será o da respectiva Delegacia Fiscal.
 (2) Nas estatísticas dos Estados o título da coluna será « Repartições arrecadadoras ».
 (3) O quadro, que poderá ser organizado em mais de uma folha, discriminará todas as espécies enumeradas no art. 1º do regulamento.

MODELO

DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS

Quadro demonstrativo das fábricas

ESTADOS (2)	FUMO					BEBIDAS			
	Pequenas	Médias	Grandes	De registro gratuito	Total	Pequenas	Médias	Grandes	De registro gratuito

(1) Nas estatísticas dos Estados o título será o da respectiva De repartição.

(2) Nas estatísticas dos Estados o título da coluna será: "Repar do imposto", substituindo-se, nestas últimas estatísticas, as colunas quenas", "Médias", "Grandes", "De registro gratuito" e "Total".

MODELO

DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS

Quadro estatístico do imposto de consumo sobre

Produtos		Imposto
Quantidade	Designação	
(3)	(4)	
Soma.....		\$

(1) Nas estatísticas dos Estados o título será o da respectiva dos agentes fiscais, o da respectiva repartição arrecadadora.

(2) Designação da espécie tributada, enumerada no art. 1º do

(3) e (4) Nessas colunas será discriminada pela quantidade e merados nas alíneas de cada um dos paragrafos do art. 4º do regula maços de cigarros, 61:000\$000; 3.000 quilos de rapé, 2:400\$000; então: 4.700 camisas, 1:910\$000; 2.800 ceroulas, 1:280\$000; 4.100

(5) Nessa coluna serão designadas as quantidades de produtos com o respectivo imposto pago e bem assim a quantidade de produ mações necessárias a qualquer esclarecimento.

(6) Quando se tratar de produto que paga o imposto também Nota — Deste mapa será organizado um mapa para cada espécie em

LXVII

DO TESOURO NACIONAL (1)

registradas no exercício de 19...

Total	FÓSFOROS					Etc. (Discriminando cada uma das espécies enumeradas no artigo 1.º)
	Pequenas	Médias	Grandes	De registro gratuito	Total	

legacia Fiscal e nas das repartições arrecadadoras o da respectiva
 tições arrecadadoras" e nas das repartições arrecadadoras: "Espécie
 imediatas, apenas por cinco outras, com os seguintes títulos: "Pe-

LXVIII

DO TESOURO NACIONAL (1)

.....(2)..... no exercício de 19....

Observações	
(5)	Movimento de estampilhas nas fábricas, registradas em número de.. \$ Compradas (6)..... \$ Recebidas com os produtos..... \$ Saldo do ano anterior (6)..... \$ Soma..... \$ Empregadas nos produtos (6)..... \$ Inutilizadas ou extraviadas..... \$ Saldo para o ano seguinte (6)..... \$ Soma..... \$

Delegacia Fiscal e nas das repartições arrecadadoras, bem como nas
 regulamento.

denominação cada variedade de produtos sujeitos ao imposto, enu-
 mento. Exemplo: 2.000.000 de charutos, 137:500\$000; 1.200.000
 50.000 quilos de fumo desfiado, picado ou migado, 120:000\$000; ou
 colarinhos, 1:320\$000, etc., etc.

fabricados nas repartições públicas federais, estaduais e municipais,
 tos exportados para o estrangeiro pelas próprias fábricas e as infor-

por verba, serão discriminadas as respectivas importâncias.
 merada no art. 1º.

MODELO

DIRETORIA DAS RENDAS INTERNAS

Relação dos autos de inf

ESTADOS (2)	AUTOS LAVRADOS				MULTAS IMPOSTAS			
	Em andamento	Procedentes	Improcedentes	Total	Liquidadas	Em depósito	Em dívida	Total
Soma.....					\$	\$	\$	\$

(1) Nas estatísticas dos Estados o título será o da respectiva De repartição.

(2) Nas estatísticas dos Estados o título será: "Repartições arredo-se, nesse caso, as suas funções.

MODELO LXIX

Na estatística do sal, o modelo LXVIII será substituído pelos seguintes resumos:

Sal

Renda do imposto:

Imposto do sal de produção nacional.....	5
Idem idem estrangeiro.	\$
Idem idem apreendido e outros casos.....	\$
Soma.	\$
Emolumentos de registro.....	\$
Total.	\$

Discriminação da renda de taxas:

Imposto pago pelos salineiros.....	\$
Idem pelos exportadores	\$
Idem pelas fábricas de refinar.....	\$
Idem por ocasião das descargas.....	\$
Idem pelo sal refinado, estrangeiro.....	\$
Idem para selar mercadorias apreendidas e outros casos	\$
Soma.	\$

Salinas (registradas em número de.....)

Movimento de estampilhas:

Compradas.	\$
Saldo do ano anterior.....	\$
Soma.	\$
Empregadas nas guias.....	\$
Inutilizadas ou extraviadas.....	\$
Saldo para o ano seguinte.....	\$
Soma.	\$

Foram vendidos..... quilos de sal com o imposto a pagar, sendo... quilos para exportadores do porto de embarque e.... quilos exportados diretamente pelos salineiros.

Estabelecimentos exportadores (registrados em número de.....)

Movimento de estampilhas

Compradas.	\$
Saldo do ano anterior.....	\$
Soma.	\$
Empregadas nas guias.....	\$
Inutilizadas ou extraviadas.....	\$
Saldo para o ano seguinte.....	\$
Soma.	\$

Foram vendidos..... quilos de sal com o imposto pago pelos exportadores..... quilos, cujo imposto já tinha sido pago pelos salineiros e..... quilos com o imposto a pagar.

Fábricas de refinar (em número de.....)

Movimento de estampilhas:

Compradas.....	\$
Saldo do ano anterior.....	\$
Soma.....	\$
Empregadas nos produtos.....	\$
Inutilizadas ou extraviadas.....	\$
Saldo para o ano seguinte.....	\$
Soma.....	\$

As estampilhas empregadas correspondem a\$...., diferença de taxas de produtos que já tinham pago o imposto do sal grosso e\$... de taxa integral.

Descarga do sal (despachos em número de....)

Imposto pago no porto de destino, simples.....	\$
Imposto pago no porto do destino, em dobro.....	\$
Imposto do sal refinado, estrangeiro.....	\$
Total do imposto pago no porto de destino.....	\$
Imposto que já tinha sido pago no ponto de origem...	\$
Soma.....	\$

DECRETO-LEI N. 302 — DE 25 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 580:400\$000, para as despesas do Tribunal de Segurança Nacional.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de quinhentos e oitenta contos e quatrocentos mil réis (580:400\$000) destinado a atender às despesas do Tribunal de Segurança Nacional, no exercício de 1938, sendo:

a) Pessoal

Juizes e procurador.....	344:400\$000
Adjunto de procurador, secretaria e cartório.....	92:000\$000
Gratificação (arts. 399 e 400 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública).....	10:000\$000
Auxílio para fardamento.....	3:000\$000
	<hr/>
	449:400\$000

b) Material

I — Material permanente:

Mobiliário, etc.	20:000\$000
Livros, etc.	5:000\$000

II — Material de consumo:

Artigo de expediente, etc.	12:000\$000
Combustível, etc.	12:000\$000

III — Despesas diversas:

Iluminação, etc.	1:000\$000
Telefone, etc.	6:000\$000
Água, etc.	3:000\$000
Despesas miudas e de pronto pagamento.	12:000\$000
Publicações, diligências e eventuais (cumprimento de precatórias nos Estados)	60:000\$000
	<hr/>
	131:000\$000

Resumo

Pessoal	449:400\$000
Material	131:000\$000
	<hr/>
	580:400\$000

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 303 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 200:000\$000 para ocorrer à instalação do Serviço do Pessoal

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de duzentos contos de réis (200:000\$000), para ocorrer ao pagamento das despesas de instalação do Serviço do Pessoal do mesmo Ministério, sendo cento e oito contos, seiscentos mil réis (108:600\$), para pessoal extranumerário e noventa e um contos, quatrocentos mil réis (91:400\$), para material.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1938; 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 304 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1938

Concede uma pensão a tres filhos menores de uma praça falecida em consequência de um desastre de aviação

O Presidente da República, considerando :

Que o cabo indutador da arma de aviação José Gomes Pereira faleceu em consequência de um desastre de aviação, sem deixar qualquer dos herdeiros a que se refere o art. 3º do decreto Legislativo n. 4.206, de 9 de dezembro de 1920 ;

Que o mesmo cabo deixou, entretanto, tres filhos naturais; carater alimentar tem procurado extender seus benefícios á filiação espúria, decreta :

Art. 1º. É concedida a Teresinha Gomes Pereira, nascida em 2 de julho de 1932, Gersina Gomes Pereira, nascida em 30 de maio de 1935 e José Aderbal, nascido em 16 de Outubro de 1937, filhos menores do cabo indutador da arma de aviação José Gomes Pereira, a pensão mensal, repartidamente, de que trata o decreto Legislativo n. 4.206, de 9 de dezembro de 1920.

Art. 2º. A referida pensão será abonada a partir de 14 de setembro de 1937, data do falecimento da aludida praça.

Art. 3º. O processo de habilitação obedecerá á forma prescrita no art. 2º, do decreto n. 24.312, de 30 de maio de 1934.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico Gaspar Dutra.

DECRETO-LEI N. 305 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1938

Regula a situação administrativa das instalações de ensino superior da República

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que o ensino superior da República deve ser reorganizado, de modo que se restrinja a sua quantidade ás estritas exigências nacionais e se eleve a sua qualidade ao máximo de eficiência que o progresso econômico e espirital do país cada vez mais reclama;

Considerando que á União cumpre fazer permanentemente a demonstração do nível a que o ensino superior deve atingir, mantendo para isto a Universidade do Brasil, que precisa de estar aparelhada para ministrar esmeradamente todas as modalidades de cursos superiores;

Considerando que as demais instituições de ensino superior da República, sejam ou não de carater universitário, poderão, para maior vantagem de sua administração, estar a cargo dos governos locais ou das pessoas naturais ou pessoas jurídicas de direito privado, ficando a possibilidade de sua existência e funcionamento condicionada á satisfação de dequisitos legais rigorosos e devendo a União

auxiliar a sua manutenção no limite em que o interesse público o exigir;

Decreta:

Art. 1º. A União, para o fim de demonstrar o nível a que deve atingir o ensino superior, manterá a Universidade do Brasil, abrangendo todas as modalidades de curso superiores previstos em lei, e fixará os requisitos que os estabelecimentos de ensino superior estaduais, municipais e particulares devam satisfazer para que possam existir e funcionar, com ou sem o reconhecimento federal.

Parágrafo único. Em caráter excepcional, e somente até que governos estaduais respectivos possam assumir a responsabilidade de sua administração, manterá a União a Faculdade de Direito de Recife, a Faculdade de Medicina da Baía e a Faculdade de Medicina de Porto Alegre.

Art. 2º. Serão desde logo transferidos pela União aos Estados, para que fiquem mantidos e administrados pelos respectivos governos, a Faculdade de Direito do Ceará e a Escola Politécnica da Baía,

Art. 3º. A transferência se operará em virtude de contrato, a ser assinado entre os governos estaduais interessados e o Ministério da Educação e Saúde, devendo constar de seus termos as disposições constantes do presente decreto-lei.

Art. 4º. A transferência será definitiva, passando cada estabelecimento a ser mantido e administrado pelo Estado, onde se encontrar.

Art. 5º. Os funcionários efetivos existentes no momento da transferência terão garantidos todos os seus direitos, conservando o seu caráter atual.

Art. 6º. Os cargos ocupados pelos funcionários referidos no artigo anterior, à medida que vagarem, serão extintos. Caberá ao Estado crear e prover os cargos novos que se tornarem necessários.

Art. 7º. O pessoal extranumerário existente passará desde logo a ser de livre admissão do governo estadual, a cujo encargo ficará igualmente a respectiva manutenção.

Art. 8º. Serão encorporados ao patrimônio do Estado os bens imóveis que estiverem sendo utilizados pelo estabelecimento no momento da transferência.

Art. 9º. O estabelecimento transferido passará à categoria de estabelecimento equiparado e ficará sujeito à fiscalização federal, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 10. Os governos estaduais interessados decretarão as medidas legislativas necessárias à execução do disposto neste decreto-lei.

Art. 11. No contrato de que trata o art. 3º, deste decreto-lei, será estabelecida a cooperação que a União concederá ao Estado para o fim de ser convenientemente mantido o estabelecimento transferido. A fixação dessa cooperação dependerá de aprovação do Presidente da República.

Art. 12. A Faculdade de Direito de São Paulo, transferida ao Estado de São Paulo em virtude do decreto n. 24.102, de 10 de abril de 1934, se estenderão às condições fixadas no presente decreto-lei.

Art. 13. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 306 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1938

Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a contratar com The Amazon River Steam Navigation Co. (1911) Ltd. (Companhia Brasileira de Navegação do Rio Amazonas), os serviços de navegação do rio Amazonas e seus afluentes, mediante subvenção

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando o bom desempenho que vem sendo dado pela The Amazon Steam Navigation Co. (1911) Ltd. (Companhia Brasileira de Navegação do Rio Amazonas), aos serviços da extensa rêde fluvial do Amazonas;

Considerando os crescentes encargos que tem tido essa Companhia, pelo aumento das despesas do custeio e de salários do seu pessoal;

Considerando a necessidade de impedir a paralização de tais serviços e de mantê-los como elemento principal de transportes e de interesse econômico dos Estados do Pará, Amazonas e Território do Acre;

Considerando os insucessos das concorrências que têm sido feitas para a execução desses serviços;

Considerando que cabe ao Governo amparar serviços, embora de iniciativa particular, mas de grande interesse público, fornecendo-lhes os elementos necessários para a sua manutenção e desenvolvimento;

Decreta:

Art. 1º. Fica o Ministério da Viação e Obras Públicas autorizado a contratar, pelo prazo de 15 anos, com a The Amazon River Steam Navigation Co. (1911) Ltd. (Companhia Brasileira de Navegação do Rio Amazonas), o serviço de navegação regular do rio Amazonas e seus afluentes, e de interesse para os Estados do Pará, Amazonas e Território do Acre.

Art. 2º. A Companhia contratante se obriga a manter as atuais linhas de navegação e criar novas, de acordo com o programa a ser estabelecido pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, e que fará parte integrante do contrato a ser lavrado.

Art. 3º. A Companhia contratante se obriga a aumentar a sua frota, dentro do prazo que lhe for determinado em contrato, e a melhorar, desde logo, as condições atuais dos seus navios — neles instalando estações de rádio e camaras frigoríficas, e, bem assim, as de suas oficinas, quando necessário, para atender à ampliação dos seus serviços.

Art. 4º. A Companhia contratante poderá entrar em negociações com os governos do Pará, Amazonas e Território do Acre, para incumbir-se da execução das atuais linhas de navegação feitas por esses governos, aproveitando todo o seu material flutuante, oficinas e pessoal, podendo mesmo receber desses Estados subvenção para as linhas deficitárias de interesse local.

Art. 5º. A Companhia reverá a tabela de salários dos seus ripulantes, pessoal de escritório e oficinas, tendo em vista as condições de vida das regiões onde operar, submetendo-a, em seguida, à aprovação do Governo.

Art. 6º. A Companhia estabelecerá em Paramaribo o ponto terminal da linha de Oyapoc, nela incluindo escalas pelas Guianas.

Art. 7º. A Companhia submeterá, dentro do prazo de 30 dias, após o registro do contrato pelo Tribunal de Contas, à aprovação do Ministério da Viação e Obras Públicas, uma nova tabela, racional e equitativa, de fretes, de horários e de escalas das suas linhas.

Art. 8º. A Companhia contratante receberá da União uma subvenção anual, não excedente de 4.500:000\$000 (quatro mil e quinhentos contos de réis), correspondente às milhas efetivamente navegadas, observadas as cláusulas de contratos anteriores, relativos ao mesmo serviço, e outros que forem estipulados no contrato respectivo, para salvaguarda do interesse público.

Art. 9º. Em 1938 a subvenção, a que se refere o artigo anterior, correrá pela verba própria do orçamento para esse exercício.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 307 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1938

Regula as condições de matrícula, no corrente ano, na Escola Militar

O Presidente da República, considerando:

Que as disposições relativas às matrículas na Escola Militar no corrente ano, estão definidas em instruções especialmente organizadas para esse fim;

Que vários regulamentos e diversas instruções tratam das condições para as matrículas na Escola Militar, quando essas condições só deveriam ser incluídas no regulamento da própria Escola ou nas instruções especialmente organizadas para este estabelecimento de ensino.

Que foram várias e sucessivas, as disposições reguladoras das matrículas na Escola, algumas das quais contraditórias e outras, em mandatos e decisões, que nem sempre satisfazem aos requisitos de seleção para a matrícula na Escola;

No uso das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal,

Decreta:

Art. 1º. As matrículas na Escola Militar, no ano letivo de 1938, serão processadas de acordo com as instruções baixada pelo Ministro da Guerra, em 22 de junho de 1937 e aprovadas pelo decreto n. 1.729, da mesma data.

Art. 2º. As disposições gerais e as regulamentares, particularmente as constantes do Regulamento anexo ao decreto n. 18.728, de 2 de maio de 1929, contrárias às instruções aprovadas pelo decreto n. 1.729, acima citado, ficam revogadas.

Art. 3º. As ordens, decisões e mandatos que regulam as matrículas na Escola Militar, em contrário às instruções do decreto número 1.729, acima referido, são declarados sem efeito.

Art. 4º. Este decreto entrará em vigor na sua data, revogando-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

General Eurico Gaspar Dutra.

DECRETO-LEI N. 308 — DE 26 DE FEVEREIRO DE 1938

Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a celebrar contrato para o serviço de navegação entre Porto Esperança e Corumbá, no Estado de Mato Grosso

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Viação e Obras Públicas autorizado a contratar, mediante concorrência pública, o serviço de navegação entre Porto Esperança, sobre o rio Paraguai, e a cidade de Corumbá, no Estado de Mato Grosso, mediante as seguintes condições:

- a) o prazo do contrato será de dez anos;
- b) haverá uma viagem redonda semanal entre os referidos portos;
- c) a subvenção anual não será superior a 150:000\$000.

Art. 2.º O pagamento da subvenção correrá anualmente pela dotação para esse fim constante da lei orçamentária, sendo a mesma calculada por milha realmente navegada.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 309 — DE 27 DE FEVEREIRO DE 1938

Concede pensão mensal a Isabel Fernandes de Azevedo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição:

Considerando que em fevereiro de 1921 o soldado Lauro Fernandes de Azevedo, do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, foi vítima, durante uma corrida para incêndio, de acidente que lhe causou a morte;

Considerando que o referido soldado deixou mãe inválida e em estado de miséria, incapaz de prover a própria subsistência;

Considerando que é dever do Estado prestar assistência à família desvalida do servidor que perdeu a vida no exercício de suas funções, mas que as leis em vigor não dão o meio de tornar efetivo, em todos os casos, esse amparo; decreta:

Artigo único. E' concedida a Isabel Fernandes de Azevedo, mãe do soldado do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, Lauro Fernandes de Azevedo, morto em acidente de serviço no ano de 1921, a pensão mensal, vitalícia e irreversível, de cem mil réis (100\$000), abertos os créditos necessários e revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 310 — DE 2 DE MARÇO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de 1.500:000\$000, para desapropriação na Ilha do Governador

O Presidente da República, tendo em vista a autorização contida na lei n. 439, de 29 de maio de 1937, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal,

Decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de mil e quinhentos contos de réis (1.500:000\$000), para atender às despesas de desapropriação de terrenos situados na parte ocidental da Ilha do Governador, a contar da divisa da Fazenda "Santa Cruz", necessários à ampliação das instalações da Aviação Naval.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 311 — DE 2 DE MARÇO DE 1938

Dispõe sobre a divisão territorial do país e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 190 da Constituição:

Considerando que o art. 15 da Constituição confere à União a competência de resolver definitivamente sobre os limites do território nacional e fazer o recenseamento geral da população;

Considerando que essa faculdade implica a de promover a delimitação uniforme das circunscrições territoriais;

Considerando, ainda, os compromissos assumidos nas cláusulas XIV e XV da Convenção Nacional de Estatística, a Resolução n. 59, de 17 de julho de 1937, da Assembléia Geral do Conselho Nacional de Estatística, e, finalmente, o critério por este firmado na Resolução n. 60, de 7 de julho de 1937, da Assembléia Geral, para o cômputo das unidades do quadro territorial da República.

Decreta:

Art. 1°. Na divisão territorial do país serão observadas as disposições desta lei.

Art. 2°. Os municípios compreenderão um ou mais distritos, formando área contínua. Quando se fizer necessário, os distritos se subdividirão em zonas com seriação ordinal.

Parágrafo único. Essas zonas poderão ter ainda denominações especiais.

Art. 3°. A sede do município tem a categoria de cidade e lhe dá o nome.

Art. 4º. O distrito se designará pelo nome da respectiva sede, a qual, enquanto não for erigida em cidade, terá a categoria de vila.

Parágrafo único. No mesmo distrito não haverá mais de uma vila.

Art. 5º. Um ou mais municípios, constituindo área contínua, formam o termo judiciário, cuja sede será a cidade ou a mais importante das cidades compreendidas no seu território e dará nome à circunscrição.

Art. 6º. Observado, quanto à sede e à continuidade do território, o disposto no artigo anterior, um ou mais termos formam a comarca.

Art. 7º. Os territórios das comarcas e termos serão definidos, nos respectivos atos de criação, pela referência às circunscrições imediatamente inferiores que os constituírem. O ato de criação de cada município, porém, indicará os distritos que no todo ou em parte vierem a constituir o seu território e fará a descrição dos antigos ou novos limites do distrito que passarem a formar a linha divisória municipal, discriminadas as secções correspondentes às sucessivas confrontações inter-distritais. Analogamente, nenhum distrito será criado sem a indicação expressa da anterior jurisdição distrital do território que o deva constituir, descritos os respectivos limites com cada um dos distritos que formarem suas confrontações.

Art. 8º. Os limites inter-distritais ou inter-municipais serão definidos segundo linhas geodésicas entre pontos bem identificados ou acompanhando acidentes naturais, não se admitindo linhas divisórias sem definição expressa ou caracterizadas apenas pela coincidência com divisas pretéritas ou atuais.

Art. 9º. Em nenhuma hipótese se considerarão incorporados, ou a qualquer título subordinados a uma circunscrição, território compreendidos no perímetro de circunscrições vizinhas.

Art. 10. Não haverá, no mesmo Estado, mais de uma cidade ou vila com a mesma denominação.

Art. 11. Nenhum novo distrito será instalado sem que previamente se delimitem os quadros urbano e suburbano da sede, onde haverá pelo menos trinta moradias.

Parágrafo único. O ato de delimitação será sempre acompanhado da respectiva planta.

Art. 12. Nenhum município se instalará sem que o quadro urbano da sede abranja no mínimo duzentas moradias.

Art. 13. Dentro do prazo de um ano, contado da data desta lei, ou da respectiva instalação, se ulterior, os municípios depositarão na Secretaria do Diretório Regional de Geografia, em duas vias autenticadas, o mapa do seu território.

§ 1º. O mapa a que se refere este artigo, ainda quando levantado de modo rudimentar, deverá satisfazer os requisitos mínimos fixados pelo Conselho Nacional de Geografia.

§ 2º. O município que não der cumprimento ao disposto neste artigo terá cassada a autonomia e o seu território será anexado a um dos municípios vizinhos, ao qual fica deferido o encargo, aberto novo prazo de uma ano, com diêntica sanção.

Art. 14. A companhia dos governos estaduais para a criação dos distritos não impede que os governos dos municípios, para fins exclusivos da respectiva administração, os subdividam em sub-distritos.

Art. 15. As designações e a discriminação de "comarca", "termo", "município" e "distrito" serão adotadas em todo o país, cabendo às respectivas sedes as categorias correspondentes, e abrangidos os distritos que existiam somente na ordem administrativa ou na judiciária.

§ 1º. Ficam mantidos, para os efeitos deste artigo, os distritos de uma ou de outra ordem, já instalados, que, em virtude de disposição constitucional, houverem sido criados por atos municipais.

§ 2º. Ficam exceptuados da confirmação e alargamento de investidura determinados neste artigo os vários distritos judiciários ou administrativos que tiverem sede na mesma cidade, aos quais se applicará, desde já, o critério fixado na última parte do art. 2º.

Art. 16. Somente por leis gerais, na forma deste artigo, pode ser modificado o quadro territorial, tanto na delimitação e categoria dos seus elementos, quanto na respectiva toponímia.

§ 1º. No primeiro semestre do ano corrente, e para entrar em vigor a 1 de julho, os governos dos Estados e, para as circunscrições diretamente submetidas à sua administração, o governo federal, fixarão de acordo com instruções gerais baixadas pelo Conselho Nacional de Geografia, o novo quadro territorial respectivo, ao qual será apensa a descrição sistemática dos limites de todas as circunscrições distritais e municipais que nele figurarem.

§ 2º. Até então, subsistem os termos que forem atualmente subdivisões de municípios, tendo as respectivas sedes a categoria de vila.

§ 3º. Entrando em vigor a nova definição do quadro territorial, só poderá este ser alterado por leis gerais quinquenais, promulgadas no último ano de cada período para entrar em vigor a 1 de janeiro do ano imediato. A segunda destas revisões quinquenais só se dará se se houver realizado o recenseamento do Estado no segundo ano do período.

Art. 17. A instalação das novas circunscrições e a investidura das respectivas sedes em que seus novos foros realizar-se-ão dentro do prazo de seis meses a contar da vigência da lei de divisão territorial que as houver criado, mas em data marcada por decreto do governo estadual.

Parágrafo único. Os governos dos Estados, por decretos baixados no último dia útil do prazo a que se refere este artigo, declararão a caducidade das circunscrições cuja instalação, por inadimplemento dos requisitos legais, não tiver sido ordenado.

Art. 18. Os governos dos Estados, por decretos baixados até 31 de março de 1938, publicarão a relação das circunscrições administrativas e judiciárias já instaladas ao tempo desta lei, feitas as alterações de classificação e toponímia, bem como de categoria das sedes decorrentes dos critérios na mesma fixados, e de acordo com o modelo geral que o Conselho Nacional de Estatística formulará.

Parágrafo único. As alterações de denominação decorrentes do disposto no art. 10 só serão efetivadas no novo quadro a que se refere o § 1º do art. 16.

Art. 19. As disposições desta lei estendem-se, no que for applicavel, ao Distrito Federal e ao Território do Acre.

Art. 20. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de março de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 312 — DE 3 DE MARÇO DE 1938

Dispõe sobre consignações em folha de pagamento dos funcionários públicos civis, do pessoal extranumerário, dos inativos e pensionistas civis da União

O Presidente da República:

Usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição e tendo em vista diversas sugestões que lhe foram apresentadas pelos interessados, ouvidos o Ministério da Fazenda e o Conselho Federal do Serviço Público Civil, e

Considerando que é dever precípua do Estado proteger a todos os cidadãos, principalmente os que se encontram a seu serviço;

Considerando que a prática tem demonstrado ser inconveniente para os servidores, inativos e pensionistas civis da União, o regime das consignações em folha de pagamento, regulado pelo decreto número 21.576, de 27 de junho de 1932;

Considerando que ha institutos oficiais que podem oferecer aos servidores, aos inativos e pensionistas da União, recursos em condições mais favoráveis;

Considerando que entre os inconvenientes do regime em vigor está o de permitir-se que o servidor público sofra, permanentemente uma redução de proventos superior ao que deveria constituir sua reserva econômica;

Decreta:

Art. 1º. A partir da data da vigência da presente lei, além do que for devido por qualquer dos títulos indicados no art. 3º, só serão averbadas novas consignações, para desconto em folha de pagamento dos funcionários públicos civis, do pessoal extranumerário, dos inativos e dos pensionistas civis da União, em favor do Instituto Nacional de Previdência, caixas econômicas federais e caixas oficiais de aposentadoria e pensões.

Parágrafo único. As transações das caixas oficiais de aposentadoria e pensões só poderão ser averbadas quando realizadas com os seus contribuintes.

Art. 2º. As consignações a que se refere o artigo anterior ficam adstritas aos seguintes fins:

I. Fiança e caução:

a) para garantia do exercício do próprio cargo ou função;

b) para garantia de aluguel de casa de residência do consignante, comprovada com o contrato de locação.

II. Aquisição de casa ou terreno.

III. Juros e amortização de empréstimos e dinheiro.

Parágrafo único. Chamar-se-ão *descontos autorizados* os que se fizerem em virtude das consignações previstas neste artigo.

Art. 3º. Descontar-se-ão, ainda em folha de pagamento:

I, quantias devidas à Fazenda Nacional;

II, Contribuições para montepio, pensão ou aposentadoria, desde que sejam para instituições oficiais;

III, Contribuições fixadas em lei a favor da Fazenda Nacional;

IV, quota de subsistência de cônjuge ou filhos, determinada em sentença judiciária.

Parágrafo único. Chamar-se-ão *descontos obrigatórios* os que estão enumerados neste artigo.

Art. 4º A soma dos descontos autorizados, previstos no art. 2º, com a dos descontos obrigatórios enumerados no art. 3º, não poderá exceder de trinta por cento dos vencimentos, salário ou pensão do consignante.

Parágrafo único. Esse limite poderá ser elevado até cinquenta por cento, somente quando a consignação se destinar ao pagamento da amortização e juros relativos aos contratos para aquisição de casa ou de terreno.

Art. 5º. Quando, por qualquer eventualidade, a importância a que o consignante tiver feito jus, pela sua frequência, não comportar todos os descontos dentro dos limites fixados na presente lei, os descontos obrigatórios serão preferentemente efetuados.

Art. 6º. Nenhum desconto poderá ser efetuado em folha de pagamento sem que a respectiva consignação tenha sido previamente averbada na ficha financeira individual.

§ 1º. Os descontos autorizados serão suspensos pela Secção de Controle do Serviço de Pessoal:

- a) independente de qualquer comunicação, quando se realizar a última prestação exigida para a liquidação do contrato averbado;
- b) mediante comunicação do consignatário, quando houver antecipado na liquidação dos compromissos;
- c) por solicitação do consignante, mediante provas de quitação, quando não tenha havido a comunicação de que trata a alínea anterior.

§ 2º. Verificada a improcedência de qualquer desconto, a sua restituição será feita na folha de pagamento do mês imediato, independente de requerimento do interessado, fazendo-se a consequente dedução no que tiver de ser pago ao consignatário.

Art. 7º. O Serviço de Pessoal organizará e entregará aos consignatários:

- I, anualmente, a lista analítica dos descontos que a seu favor se fizeram em cada folha;
- II, mensalmente, a segunda via da relação das alterações dos descontos que deve acompanhar cada folha de pagamento, como elemento elucidativo das importâncias que lhe forem pagas.

Art. 8º. É vedado aos funcionários e extranumerários que tiverem exercício nos Serviços de Pessoal:

- I, prestar esclarecimentos extra-processo sobre a matéria relativa a consignações em folha, quando isso não seja determinado pelas suas atribuições oficiais de informante;
- II, prestar serviços, mesmo fora das horas de expediente, ainda que gratuitamente, aos consignatários.

Art. 9º. É vedado aos consignatários contribuírem, direta ou indiretamente, com qualquer importância para os serviços relativos a consignações.

Art. 10. O processamento das averbações será feito com observância rigorosa da ordem cronológica de recebimento dos contratos nos Serviços de Pessoal, sendo terminantemente proibida a interferência de terceiros, inclusive de procuradores.

Art. 11. Quando o pagamento dos vencimentos ou do salário for efetuado na localidade do exercício do serventário, não lhe será admitido estabelecer procurador, salvo em caso de moléstia comprovada por atestado médico, com a firma reconhecida, sendo a procuração expressamente restrita ao período da moléstia.

§ 1º. Provar-se-á a enfermidade com a apresentação, ao pagador, do atestado médico, visado pelo chefe de serviço a quem o serventuário estiver subordinado.

§ 2º. O procurador não poderá ser, mesmo para o recebimento de pensões, funcionário, extranumerário ou inativo, salvo si o interessado for parente até o segundo grau.

Art. 12. Ao consignante cabe o direito de antecipar a liquidação dos contratos, ficando isentos dos juros relativos ao período antecipado.

Art. 13. O prazo máximo para a liquidação dos contratos relativos a empréstimos em dinheiro será de quarenta e oito meses e os juros máximos, cobráveis somente sobre o saldo devedor, não poderão exceder de doze por cento ao ano, restringindo-se também a esse limite os juros dos contratos a que se refere o inciso II do artigo 2º.

Art. 14. O caso de falecimento do consignante, fica automaticamente extinta a dívida com o desconto realizado no mês anterior ao do óbito.

Art. 15. Os funcionários e extranumerários que infringirem as disposições da presente lei ficarão sujeitos às penas de suspensão por trinta até noventa dias e de demissão ou dispensa.

Art. 16. Até liquidação final, as repartições federais continuarão a descontar em folha de pagamento as importâncias já consignadas e averbadas, correspondentes a contratos bi-laterais, celebrados na forma do decreto n. 21.576, de 27 de junho de 1932, ficando, entretanto, desde já, o saldo devedor do capital emprestado sujeito aos juros de doze por cento ao ano sobre a importância realmente devida.

§ 1º. Dentro de trinta dias, contados da data da publicação desta lei, os atuais consignatários apresentarão às repartições averbadoras a conta corrente de cada consignante, relativa a empréstimos em dinheiro, feitos na vigência do decreto n. 21.576, de 27 de junho de 1932, discriminando:

- a) a data do início e da terminação do contrato;
- b) a importância total consignada;
- c) a importância a ser descontada, mensalmente;
- d) o saldo devedor do capital emprestado.

§ 2º. Os dados constantes da conta corrente de que trata o parágrafo anterior serão cotejados, pelo Serviço do Pessoal, com a segunda via do respectivo contrato.

§ 3º. Nenhum desconto será feito a favor dos atuais consignatários, desde que estes não satisfaçam a exigência constante deste artigo.

§ 4º. Conhecido o saldo devedor do capital emprestado, será ele levado a débito na folha de pagamento do consignante e na respectiva ficha financeira individual.

§ 5º. Não se admitirão reformas dos contratos compreendidos neste artigo, quando os consignatários não forem as entidades enumeradas no art. 1º.

§ 6º. O Instituto Nacional de Previdência, as caixas econômicas federais e as caixas oficiais de aposentadoria e pensões darão preferência às propostas que visem a quitação dos contratos celebrados com as entidades não enumeradas no art. 1º, e já averbados, instituindo, para isso, um registro de forma a ser respeitada a ordem cronológica de entrada dos pedidos de empréstimos.

§ 7º. O Instituto Nacional de Previdência, as caixas econômicas federais e as caixas oficiais de aposentadoria e pensões darão, igualmente, preferência às propostas que visem ajustar às disposições desta lei, os contratos em que foram partes e que já tenham sido averbados.

§ 8º. Ficam canceladas e consideradas de nenhum efeito todas as averbações relativas a desconto em folha de pagamento, correspondentes a mensalidades, contribuições, assinaturas e outras consignações que não sejam as deste artigo, mesmo que se trate de repartição pública.

Art. 17. Os atuais conghnatários ficam obrigados a restituir os depósitos de terceiros, à medida que forem recebendo as importâncias relativas às consignações, deduzindo destas, apenas, os quantitativos para as despesas indispensáveis ao seu funcionamento, desde que não se trate de organização bancária, que explore outras atividades e esteja sujeita à fiscalização sobre bancos e estabelecimentos congêneres.

Parágrafo único. A infração que dispõe o presente artigo acarretará o imediato e definitivo cancelamento das consignações averbadas, sem prejuízo de outras sanções que forem cabíveis, em face da legislação em vigor.

Art. 18. Nos casos de liquidação antecipada de empréstimos, os consignatários ficarão obrigados a deduzir do saldo devedor, as prestações descontadas, mas ainda não recebidas, desde que lhes seja feita a prova desses descontos, mediante *memorandum* do Serviço de Pessoal.

Art. 19. E' terminantemente proibido fazer deduções de qualquer natureza no líquido acusado nos contratos de empréstimos, bem como retardar o pagamento por mais de cinco dias, após averbada a consignação.

Art. 20. Nas Caixas Econômicas anexas às Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional, serão criadas carteiras de empréstimos, mediante consignação em folha de pagamento, devendo, para esse fim, ser revisto, imediatamente, o atual regulamento e ficando as operações sujeitas a todas as exigências desta lei.

Art. 21. A partir da data da presente lei, não mais se aplicarão aos funcionários públicos civis, ao pessoal extranumerário, aos inativos e pensionistas civis da União as disposições do decreto número 2.576, de 27 de junho de 1932.

Art. 22. A medida que se forem instalando, os Serviços de Pessoal se incumbirão da execução e fiscalização desta lei.

Art. 23. A presente lei entrará em vigor na data da sua publicação e será transmitida, telegraficamente, por intermédio do Ministério da Fazenda, a todas as Delegacias Fiscais do Tesouro Nacional nos Estados.

Art. 24. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de março de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 313 — DE 4 DE MARÇO DE 1938

Autoriza a aquisição de dois terrenos limítrofes aos da Fábrica de Polvora e Explosivos

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica o Ministério da Guerra autorizado a adquirir para a União, com destino à Fábrica de Polvora e Explosivos de Piquete, os sítios de propriedade dos herdeiros de Francisco Ramos da Silva e Sebastião Antônio Rodrigues.

Art. 2º. A despesa com essa aquisição, no total de 32:200\$000 (trinta e dois contos e duzentos mil réis), correrá por conta dos saldos das verbas orçamentárias distribuídas àquella Fábrica.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de março de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

General Eurico Gaspar Dutra.

DECRETO-LEI N. 314 — DE 4 DE MARÇO DE 1938

Autoriza a aquisição de um terreno em Curitiba, para internada do 9º Regimento de Artilharia Montada

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica o Ministério da Guerra autorizado a adquirir para a União, afim de servir para internada do 9º Regimento de Artilharia Montada, em Curitiba, os terrenos da "Fazenda do Pinheirinho", com 1.863.400ms,20.

Art. 2º. As despesas com a aquisição, na importância de 150:000\$000 (cento e cinquenta contos de réis), correrão por conta dos saldos recolhidos à Caixa Geral de Economias da Guerra.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de março de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

General Eurico Gaspar Dutra.

DECRETO-LEI N. 315 — DE 5 DE MARÇO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 49:333\$3000, para pagamento de vencimentos e representação de um 1º secretário, padrão "L"

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de quarenta e nove contos, trezentos e trinta e

tres mil e trezentos réis (49:333\$300), para atender a despesas de "Pessoal", com o pagamento de vencimentos e representação do 1º Secretário, padrão "L", João Rui Barbosa, na seguinte conformidade:

Vencimentos:

De 28 de outubro de 1936 a 17 de dezembro de 1937	31:458\$100
---	-------------

De 28 de outubro de 1936 a 25 de outubro de 1937	17:875\$200
--	-------------

	<u>49:333\$300</u>
--	--------------------

Rio de Janeiro, 5 de março de 1937, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Mario de Pimentel Brandão.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 316 — DE 5 DE MARÇO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 4:583\$900, para pagamento de vencimentos ao bacharel Bento Ribeiro

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de quatro contos, quinhentos e oitenta e tres mil e novecentos réis (4:583\$900), para atender a despesas de "Pessoal" com o pagamento dos vencimentos que competem ao bacharel Bento Ribeiro, no período de 25 de janeiro de 1937 a 11 de agosto do mesmo ano, na conformidade do acórdão de 6 de novembro de 1936, da então Corte Suprema, que transitou em julgado a 25 de janeiro do ano seguinte.

Rio de Janeiro, 5 de março de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco de Campos.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 317 — DE 7 DE MARÇO DE 1938

Desapropria terrenos e benfeitorias necessários à execução das obras de reforço do abastecimento de água da Capital da República

O Presidente da República, para c fim de executar o disposto no decreto n. 24.733, de 14 de julho de 1934, decreta:

Artigo único. Ficam desapropriados, por utilidade pública, de conformidade com o disposto no art. 590, § 2º, n. III, do Código Civil, e de acordo com a cláusula 13ª do contrato aprovado pelo decreto legislativo n. 23, de 29 de setembro de 1936, os terrenos e benfeitorias necessários à execução das obras de reforço do abastecimento de água da Capital da República, aprovadas pelo decreto n. 23.457, de 14 de novembro de 1933.

Parágrafo único. Para a posse imediata dos terrenos e benfeitorias indispensáveis à execução das obras, é declarada a urgência da desapropriação, nos termos do art. 41 do regulamento baixado com o decreto n. 4.956, de 9 de setembro de 1903.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 318 — DE 7 DE MARÇO DE 1938

Dispõe sobre a disponibilidade do juiz substituto e do 1º suplente do extinto Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 180, da Constituição Federal:

Considerando que o art. 1º do decreto n. 23.597, de 18 de dezembro de 1933 e art. 2º da lei n. 386, de 26 de janeiro de 1937, equipararam, respectivamente, o juiz substituto e o 1º suplente do extinto Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal aos pretores e primeiros suplentes da Justiça do Distrito Federal;

Considerando que a Constituição Federal de 10 de novembro do ano próximo findo, no art. 91, letras a, b e c, lhes assegurou as garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos;

Considerando que o decreto-lei n. 6, de 16 de novembro de 1937, extinguindo, em seu art. 11, os cargos de juiz substituto dos Feitos da Fazenda Municipal e seus suplentes, embora posterior àquela Constituição, não se lhes pode aplicar, na parte em que estipula a disponibilidade com vencimentos *proporcionais* ao tempo de serviço, porque foram estes determinados pelo art. 182 da Constituição apenas para os *funcionários* da Justiça Federal;

Art. 1º São postos em disponibilidade o juiz *substituto* e o 1º *suplente* do extinto Juízo dos Feitos da Fazenda Municipal, com os vencimentos *integrais* dos respectivos cargos, o primeiro a partir de 1 de janeiro do corrente ano, uma vez que já recebeu integral até 31 de dezembro próximo findo, e o segundo a contar de 16 de novembro de 1937.

Parágrafo único. A despesa com o pagamento dos vencimentos a que têm direito os citados juizes, no corrente exercício, correrá à conta da dotação constante da sub-consignação n. 14 — III — Pessoal Adido e em Disponibilidade — do anexo n. 4 do art. 3º do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937 e no de '937, pelo saldo do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 208, de 26 de janeiro último.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 319 — DE 7 DE MARÇO DE 1938

Cria uma penitenciária agrícola no Distrito Federal e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição;

Considerando que o decreto n. 16.665, de 6 de novembro de 1924, que regulamentou o livramento condicional, se refere, no artigo 1º, n. III, ao cumprimento da quarta parte da pena em penitenciária agrícola;

Considerando que o art. 549, n. II, do Código do Processo Penal para o Distrito Federal alude, também, a trabalhos externos, agrícolas ou de utilidade pública;

Considerando, porém, que no Distrito Federal não existe presentemente um estabelecimento penitenciário agrícola,

Decreta :

Art. 1.º Fica criada a Penitenciária Agrícola do Distrito Federal, que terá sede nos terrenos da União na Ilha Grande, abrangendo a atual Colônia Correcional de Dois Rios, com a sua finalidade e as suas instalações, e será subordinada ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

O diretor da Penitenciária será o da Colônia Correcional, cujo pessoal fica aproveitado e incluído no Quadro I do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, sem prejuízo dos atuais funcionários das carreiras do mesmo quadro, efetuadas, para esse fim, as transferências de dotações orçamentárias que se fizerem necessárias.

Art. 2.º O Conselho Penitenciário examinará a situação jurídica de cada um dos condenados que se acharem na Casa de Detenção, na de Correção ou em outros depósitos de presos sujeitos à jurisdição dos juizes e tribunais criminais civis, bem como dos condenados pelos tribunais da Justiça Militar e que, por efeito da condenação, tenham perdido o caráter de militares e devam cumprir as suas sentenças em penitenciária civil.

Art. 3.º Verificada a situação jurídica do condenado na forma do artigo anterior, o Conselho opinará sobre a oportunidade da remoção, para o estabelecimento onde devam cumprir a pena constante da sentença condenatória, dos que estiverem reclusos na Casa de Detenção, ou em outros depósitos de presos.

Art. 4.º Examinando os antecedentes criminaes, a natureza do crime e as circunstâncias em que foi praticado, o carater do condenado e o seu procedimento durante uma quarta parte do prazo da pena, o Conselho opinará sobre a sua transferência da prisão fechada e rigorosa para a Penitenciária Agrícola, sob regime mais brando.

Art. 5.º Para o fim do disposto nos artigos anteriores, serão remetidas ao presidente do Conselho as cartas de guia de sentença condenatória relativas aos reclusos nos referidos estabelecimentos penais ou depósitos de presos, bem como os autos de processo-crime que, pelo mesmo presidente, forem requisitados.

Art. 6.º Proferido parecer pelo Conselho, o seu presidente providenciará para a immediata remoção do condenado para o estabelecimento que for indicado, dando dessas remoções conhecimento ao juiz do processo-crime por officio que será junto aos respectivos autos.

Art. 7.º A transferência para a Penitenciária Agrícola não será obrigatória, mas a recusa do beneficio impedirá a concessão do livramento condicional.

Art. 8.º O ministro da Justiça e Negócios Interiores providenciará para que sejam feitas as obras necessárias ao cumprimento do disposto nesta lei, correndo as despesas por conta da dotação orçamentária destinada a obras novas do Ministério.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de março de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 320 — NÃO FOI PUBLICADO.

DECRETO-LEI N. 321 — DE 8 DE MARÇO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 200:000\$000 para a realização de um certamen Sul-Americano de Botânica

O Presidente da República:

Usando da autorização que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal;

Decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 200:000\$000 (duzentos contos de réis) para atender as despesas com a 1.ª Reunião Sul-Americana de Botânica a realizar-se nesta Capital, sob os auspícios daquêlê Ministério, conforme programma pelo mesmo elaborado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de março de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 322 — DE 9 DE MARÇO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 16:800\$0 para pagamento de gratificação de função a chefes de secção do Serviço do Pessoal

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de dezesseis contos e oitocentos mil réis (16:800\$000) para atender a despesas de "Pessoal" com o pagamento de gratificações de função, que competem aos 4 chefes da Secção do Serviço do Pessoal do Ministério da Fazenda, na conformidade do estabelecido pelo art. 15 do decreto-lei n. 204, de 25 de janeiro de 1938, à razão de quatrocentos mil réis (400\$000) mensais para cada um, no período de 16 de fevereiro a 31 de dezembro do corrente ano.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 323 — DE 9 DE MARÇO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 46:990\$900, para pagamento de dívidas relacionadas

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de quarenta e seis contos, novecentos e noventa mil e novecentos réis (46:990\$900), para pagamento de despesas (Dívida Pública — II Dívida Flutuante), com a liquidação de dívidas de exercícios anteriores, relacionadas no processo n. 15.160-38, do Tesouro Nacional.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 324 — DE 9 DE MARÇO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 2.916:670\$900 para restituição de imposto adicional de 10 %

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de dois mil, novecentos e dezesseis contos, seiscentos e setenta mil novecentos réis (2.916:670\$900), para atender à restitui-

ção (Serviços e Encargos) devida à Companhia Cessionária das Dócas do Porto da Bafa, referente ao imposto adicional de 10 % arrecadado nos exercícios de 1934 e 1935, respectivamente nas importâncias de 689:159\$900 e 2.227:511\$, que foram escriturados como renda da União.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 325 — DE 9 DE MARÇO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 150:000\$, para despesas do Primeiro Congresso Nacional de Direito Judiciário

O Presidente da República, tendo em vista a autorização contida na lei n. 570, de 4 de novembro de 1937, e usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de cento e cinquenta contos de réis (150:000\$), destinado ao pagamento de despesas (Serviços e Encargos), realizados com o Primeiro Congresso Nacional do Direito Judiciário.

Rio de Janeiro, 9 de março de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 326 — DE 14 DE MARÇO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 1.500:000\$000, para auxílio aos Estados de Pernambuco e Paraíba

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de mil e quinhentos contos de réis (1.500:000\$000), para atender à despesa (Serviços e Encargos) com o pagamento de mil contos de réis (Rs. 1.000:000\$000), ao Estado de Pernambuco e quinhentos contos de réis (Rs. 500:000\$000), ao da Paraíba, a título de auxílio às despesas por eles realizadas com a repressão do movimento extremista de 1935.

Rio de Janeiro, 14 de março de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 327 — DE 14 DE MARÇO DE 1938

Declara em disponibilidade os Juizes Substitutos da extinta Justiça Federal

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 180 da Constituição Federal:

Considerando que os Juizes Substitutos da extinta Justiça Federal eram nomeados por seis anos e reconduzidos por igual período;

Considerando que, quando promulgada a Constituição de dez de novembro e que extinguiu a Justiça Federal, ainda restava aos juizes substitutos em exercicio uma parte do período que ainda tinham sido nomeados ou reconduzidos:

Decreta:

Art. 1.º São declarados em disponibilidade os Juizes Substitutos da extinta Justiça Federal, pelo tempo que falta para completar o prazo para o qual foram nomeados ou reconduzidos, com os vencimentos proporcionais aos anos de serviço.

Art. 2.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de março de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 328 — DE 15 DE MARÇO DE 1938

Cria o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Fica criado o Corpo de Pessoal Subalterno da Armada, destinado às funções de direção secundária, à execução matéria das operações das unidades das forças navais e aéreas da Marinha de Guerra, à execução de trabalhos e serviços técnicos das diversas especialidades: às operações de desembarque, serviços em estabelecimentos de Marinha, e outras atividades, a juízo das autoridades competentes.

Art. 2.º. No Corpo do Pessoal Subalterno haverá as seguintes graduações:

Sub-oficial.

Primeiro sargento.

Segundo sargento.

Terceiro sargento.

Cabo.

Marinheiro de primeira classe.

Marinheiro de segunda classe.

Grumete.

§ 1º. Para o pessoal destinado aos serviços de câmara e análogos as graduações serão:

Taifeiro de primeira classe.

Taifeiro de segunda classe e

Taifeiro de terceira classe.

§ 2º. Estas graduações corresponderão na hierarquia militar às de cabo, marinheiro de primeira e segunda classe respectivamente.

Art. 3º. A admissão no Corpo do Pessoal Subalterno da Armada terá lugar mediante incorporação como grumete ou taifeiro de terceira classe.

Parágrafo único. Os grumetes e os taifeiros de terceira classe provirão das Escolas de Aprendizes Marinheiros ou do voluntariado.

Art. 4º. Os efetivos das demais graduações serão preenchidos por promoções feitas por antiguidade selecionada dentre a imediatamente inferior, sendo que as promoções a sub-oficial serão por decreto do Presidente da República e as demais por ato do diretor geral do Pessoal da Armada.

Art. 5º. O efetivo do Corpo do Pessoal da Armada, a partir da graduação de marinheiro de segunda classe será dividido por especialidades. Os efetivos das várias especialidades serão anualmente fixados pelo ministro da Marinha.

Art. 6º. Os detalhes de organização do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, as responsabilidades, os deveres e direitos deste pessoal, as condições em que deve ser recrutado, ter acesso e permanecer no serviço, constarão do Regulamento do dito Corpo, e de outros que forem expedidos pelo Poder Executivo.

Art. 7º. Os atuais Corpos de Sub-Oficiais da Armada e de Marinheiros e bem assim os Quadros de Sub-oficiais e Praças do Corpo de Aviação da Marinha entram em extinção. Os efetivos das várias graduações dos Corpos e Quadros em extinção serão anualmente fixados pelo ministro da Marinha.

Art. 8º. O pessoal ora pertencente aos Corpos e Quadros que entram em extinção será transferido para o Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, de acordo com as instruções que a esse respeito forem expedidas. O acesso e outras disposições relativas ao pessoal que não for transferido será matéria de disposições transitórias do Regulamento do dito Corpo.

Art. 9º. Enquanto não for expedida a Lei de Fixação de Forças de Terra e Mar os limites máximos do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada nas diversas graduações será o seguinte:

Sub-oficiais	450
Primeiros sargentos	450
Segundos sargentos	450
Terceiros sargentos	900
Cabos	1.350
Marinheiros de primeira classe.....	3.150
Marinheiros de segunda classe	2.700
Grumetes	675
Taifeiros de diversas classe	1.356
Total	11.481

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 329 — DE 15 DE MARÇO DE 1938

Cria o quadro de oficiais auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica criado o Quadro de Oficiais Auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais, destinado ao desempenho de funções relativas aos serviços de educação física, presídio, incêndio, transportes e expediente do mesmo Corpo.

Art. 2º. Os oficiais auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais provirão dos primeiros sargentos, sargentos-ajudantes e sub-ajudante desse corpo.

Art. 3º. O Quadro de Oficiais Auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais compreenderá os postos de capitão-tenente, primeiro tenente e segundo tenente, e terá o seguinte efetivo:

Um (1) capitão-tenente;

Dois (2) primeiros tenentes; e

Tres (3) segundos tenentes.

Art. 4º. A admissão ao quadro de Oficiais Auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais, far-se-á no posto de segundo tenente, mediante vaga e prova de habilitação realizada entre o pessoal referido no art. 2º, com mais de cinco (5) anos já decorridos da promoção a primeiro sargento e sem nota de desabono.

§ 1º. Serão conferidas duas notas à prova de habilitação: habilitado ou inhabilitado.

§ 2º. Serão considerados habilitados os que obtiverem naquela prova uma nota média dada pelos examinadores, igual ou superior a seis (6), numa escala de zero (0) a dez (10).

§ 3º. Os candidatos habilitados serão classificados por ordem de antiguidade. As vagas de segundo tenente serão preenchidas por promoção dos mais antigos dessa relação.

Art. 5º. A prova de habilitação a que se refere o artigo anterior será válida por um (1) ano, contado da data da aprovação da classificação pelo ministro da Marinha.

Art. 6º. Ficam extensivas aos oficiais auxiliares do Corpo de Fuzileiros Navais as mesmas vantagens e direitos, assegurados aos oficiais em geral e que não colidirem com as disposições do presente decreto-lei.

Art. 7º. As promoções de um posto a outro far-se-ão mediante vaga e cláusulas de acesso que forem regulamentadas.

Art. 8º. O Poder Executivo regulamentará o presente decreto-lei, estabelecendo cláusulas para o acesso e demais disposições julgadas necessárias.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 330 — DE 15 DE MARÇO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 106:260\$000 para pagamento de vencimentos a assistentes da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil

O Presidente da República usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta: Artigo único — Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de cento e seis contos, duzentos e sessenta mil réis (106:260\$000) para atender a despesas do "Pessoal" com o pagamento da diferença de vencimentos que compete aos assistentes — Padrão "H" — da Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, relativamente ao exercício de 1937, em virtude do ato n. 33, de 18 de novembro de 1937, do Conselho Federal do Serviço Público Civil.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 331 — DE 15 DE MARÇO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 2.300:000\$000, para despesas a cargo da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de dois mil e trezentos contos de réis (2.300:000\$000), destinado a despesas (Obras, melhoramentos, aparelhamentos e equipamentos) com a aquisição e concerto da aparelhagem para dragagem, endicamento, abertura de valas e outros serviços congêneres, a cargo da Diretoria de Saneamento da Baixada Fluminense.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 332 — DE 15 DE MARÇO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de Réis 1.046:000\$000, para pagamento de subvenções de 1937

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação, o cré-

dito especial de mil e quarenta e seis contos de réis (1.046:000\$000), para pagamento de subvenções (Serviços e Encargos) concedidas no exercício de 1937.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 333 — DE 15 DE MARÇO DE 1938

Revoga a Lei n. 4 de 7 novembro de 1934

O Presidente da República decreta:

Artigo único. Fica revogada a lei n. 4, de 7 de novembro de 1934.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 334 — DE 15 DE MARÇO DE 1938

Estabelece a classificação e fiscalização dos produtos agrícolas e pecuários e matérias primas do país, destinados à exportação, visando a sua padronização

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que é necessário, para o aumento da exportação dos produtos agrícolas e pecuários e das matérias do país, a adoção de medidas rigorosas que permitam a obtenção de tipos comerciais definidos e aperfeiçoados;

Considerando que por iniciativa do Conselho Federal de Comércio Exterior foi encaminhado ao Poder Legislativo um projeto de lei nesse sentido, que não tinha chegado ao termo de subir à sanção ao ser outorgada a nova Constituição;

Tendo ouvido novamente o Conselho Federal de Comércio Exterior.

Decreta:

Art. 1°. Fica estabelecida a classificação e fiscalização compulsória dos produtos agrícolas e pecuários e das matérias primas destinados à exportação para o estrangeiro visando a sua padronização.

§ 1º. Para esse fim o Ministério da Agricultura, pelo órgão apropriado e em colaboração com o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e as associações de produtores legalmente constituídas, organizará sucessivamente a classificação dos ditos produtos por espécie, qualidade, variedade, tipo e outros caracteres convenientes.

§ 2º. Uma vez estabelecidas as respectivas classificações, só poderão ser exportados os produtos acompanhados de certificados expedidos pelo Ministério da Agricultura e que provem a sua regular adaptação aos regulamentos e instruções a que se refere este decreto-lei.

§ 3º. Para execução do disposto no § 1º, as alfândegas e as mesas de renda, do país, não despacharão produtos sem exibição do respectivo certificado.

Art. 2º. Os volumes depositados em trapiches ou armazens e destinados à exportação, não poderão ser substituídos após a sua fiscalização, sem prévia autorização e assistência da repartição fiscalizadora.

Parágrafo único. Verificada a substituição durante ou depois da fiscalização, não será permitida a exportação, incorrendo o exportação na multa de 1:000\$000 a 2:000\$000, cobrada por dobro nas residências, imposta pela repartição fiscalizadora, com recurso para o ministro da Agricultura, sendo considerado sem efeito o certificado expedido.

Art. 3º. Verificando-se, nos portos de destino, fraudes não descobertas pela fiscalização, ou praticadas depois dele, confirmadas oficialmente por parte das autoridades consulares ou dos técnicos para isso designados, será pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio ordenada a abertura de inquérito, para a descoberta dos responsáveis, que serão punidos com as penas de multa de 500\$000 a 5:000\$000 e de suspensão de atividade comercial, pelo prazo de um ano, si se tratar do próprio exportador.

Art. 4º. A marca, os rótulos, os desenhos, os dizeres e a natureza dos envoltórios dos produtos de exportação ficarão sujeitos à aprovação e ao registro nos departamentos técnicos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, passando a fazer parte integrante da classificação.

Parágrafo único. O Conselho Federal de Comércio Exterior, depois de ouvidas as repartições técnicas competentes do Ministério da Agricultura e do Trabalho, Indústria e Comércio, proporá ao Governo o estabelecimento de regras uniformes a serem observadas, inclusive quanto a envoltórios e material de embalagem dos produtos de exportação.

Art. 5º. Serão cobradas pelas fiscalizações, análises, certificados e certidões, taxas que jamais poderão exceder, na soma de todas as parcelas, de um quarto por cento sobre o valor médio da mercadoria nos portos de embarque.

§ 1º. Só poderão ser cobradas taxas em remuneração de serviços prestados e relativamente a produtos sobre os quais haja os respectivos serviços aparelhados.

§ 2º. O produto das taxas a serem criadas e das existentes será destinado ao custeio dos serviços de fiscalização e classificação dos produtos exportados, a juízo do Governo.

Art. 6º. Para a execução das disposições deste decreto-lei, o Governo expedirá os regulamentos e instruções que para esse fim

forem necessários, revendo, no que se tornar preciso, as taxac e as disposições atualmente em vigor.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

Waldemar Falcão.

Arthur de Souza Costa.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 335 — DE 15 DE MARÇO DE 1938

Cria o Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1º Fica criado o Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha, destinado a executar a direção do serviço marítimo nos Arsenais e Capitanias, a direção elementar do serviço de reparo nos Arsenais e Oficinas, bem como ao desempenho de cargos relativos ao serviço de educação física, enfermagem, expediente e fazenda nos diversos estabelecimentos da Marinha Nacional, e outros serviços compatíveis com as suas especialidades e capacidade profissional.

Art. 2º Os oficiais auxiliares da Marinha provirão dos sub-oficiais do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada.

Art. 3º O Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha compreenderá os postos de capitão de corveta, capitão-tenente, primeiro tenente e segundo tenente e terá o seguinte efetivo:

Um (1) capitão de corveta;
Quatro (4) capitães-tenentes;
Doze (12) primeiros tenentes, e
Vinte e tres (23) segundos tenentes.

§ 1º Dos quarenta (40) oficiais a que se refere o presente artigo

Sete (7) procederão dos sub-oficiais MR;
Doze (12) procederão dos sub-oficiais EF, ES e MA (quatro (4) de cada);
Tres (3) procederão dos sub-oficiais AT;
Oito (8) procederão dos sub-oficiais TL, MO, CA e EL (dois (2) de cada);
Dez (10) procederão dos sub-oficiais CP, TM, SI, EP, TF, FE, CS, ET-AV, MO-AV e MR-AV (um (1) de cada).

§ 2º Se o efetivo do quadro for aumentado ou reduzido o número de vagas em cada especialidade deverá sempre corresponder a nove por cento (9 %) do efetivo dos sub-oficiais.

Art. 4º A admissão ao Quadro de Oficiais Auxiliares da Marinha far-se-á no posto de segundo tenente, mediante vaga e prova de

habilitação, realizada entre os sub-oficiais do Corpo do Pessoal Subalterno da Armada, da especialidade em que houver vaga, que tiverem mais de cinco (5) anos de serviço efetivo na Marinha no posto de sub-oficial e que ocupem número na escala dentro do terço superior do seu posto, sem nota de desabono.

§ 1.º Serão conferidas duas notas à prova de habilitação: habilitado ou inhabilitado.

§ 2.º Serão considerados habilitados os que obtiverem naquela prova uma nota média, dada pelos examinadores, igual ou superior a seis (6), numa escala de zero (0) a dez (10).

§ 3.º Dentre os habilitados serão escolhidos os mais antigos nas especialidades, em número igual ao total de vagas existentes no quadro, em todos os postos, em cada especialidade, de acordo com a distribuição prevista no § 1.º do art. 3.º.

Art. 5.º A prova de habilitação a que se refere o artigo anterior será válida por um (1) ano, contado da data da aprovação do concurso pelo ministro da Marinha.

Art. 6.º Ficam extensivas aos oficiais auxiliares da Marinha as mesmas vantagens e direitos assegurados aos oficiais em geral e que não colidirem com as disposições do presente decreto-lei.

Art. 7.º As promoções de um posto a outro far-se-ão mediante vaga e cláusulas de acesso que forem regulamentadas.

Art. 8.º O atual Corpo de Patrões-Móres entra em extinção, pelo preenchimento das vagas que nele ocorrerem no posto inicial.

Art. 9.º O Poder Executivo regulamentará o presente decreto-lei, estabelecendo cláusulas para o acesso e demais disposições julgadas necessárias.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de março de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 336 — DE 16 DE MARÇO DE 1938

Dispõe sobre a criação de uma Delegacia da Diretoria Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos em Porto Velho, Estado do Amazonas

O Presidente da República, de acordo com o art. 180 da Constituição Federal e tendo em vista a exposição de motivos que lhe foi apresentada pelo ministro da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1.º Fica criada na cidade de Porto Velho, Estado do Amazonas, uma Delegacia da Diretoria Geral do Departamento dos Correios e Telégrafos, sob o encargo de um funcionário do mesmo Departamento, designado em comissão.

Art. 2.º Ficam subordinadas à referida Delegacia as estações postais-telegráficas atualmente sob a jurisdição da Diretoria Regional do Amazonas e Acre, de Porto Velho, Santo Antonio do Madeira, Jaci-Paraná, Presidente Marques, Vila Murtinho, Guajará-Mirim, Cachoeira do Samuel, Foz do Jamará, Fortaleza de Abunã, assim como todas as telegráficas do antigo 3.º Distrito Telegráfico de Mato Grosso, com os acervos respectivos.

Art. 3.º Aos funcionários designados para exercer, em comissão, os cargos administrativos da indicada Delegacia, são concedidas as vantagens estabelecidas pelo Regulamento do Departamento dos Correios e Telégrafos, baixado pelo decreto n. 20.859, de 26 de dezembro de 1931, mediante portaria do diretor geral.

Art. 4.º O ministro de Estado da Viação e Obras Públicas expedirá as necessárias instruções para a execução deste decreto-lei e providenciará junto ao ministro da Fazenda sobre a designação de um funcionário da Sub-contadoria da Delegacia Fiscal do Tesouro em Manaus, para servir na Delegacia de Porto Velho na especialidade que lhe competir.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI 337 — DE 16 DE MARÇO DE 1938

Organiza o Parque Nacional de Itatiaia, criado pelo decreto número 1.713, de 14 de junho de 1937, dispõe sobre as obras necessárias ao mesmo, abre o crédito especial de 150:000\$000 e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Carta Constitucional vigente:

Considerando que o art. 134 da mesma Carta coloca sob a proteção e especiais cuidados da Nação os monumentos naturais e as paisagens particularmente dotados pela Natureza;

Considerando, assim, a conveniência de concretizar as disposições do decreto n. 1.713, de 14 de junho de 1937;

Considerando, ainda, que o plano de trabalho gradativo adotado para a execução dos serviços necessários ao Parque Nacional de Itatiaia e o local onde os mesmos se processarão requerem uma administração especial;

Considerando, finalmente a conveniência de estabelecer, desde já medidas propícias ao movimento turístico na região e intensificadores da defesa e resguardo da fauna e flora nela existente;

Decreta:

Art. 1º. Fica criada, no Ministério da Agricultura, diretamente subordinada ao respectivo ministro de Estado, a Comissão do Parque Nacional de Itatiaia, organizada na forma estabelecida no art. 3º do decreto n. 1.713, de 14 de junho de 1937.

Parágrafo único. Continuarão dependentes do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, sem prejuízo das finalidades do Parque, as terras, com a flora e a fauna nelas existentes, consoante o regime estabelecido pelo Código Florestal.

Art. 2º. Os membros da Comissão serão nomeados em comissão.

Art. 3º. Caberá ao Superintendente do Jardim Botânico do Rio de Janeiro, a chefia da Comissão referida no artigo 1º.

Art. 4º. Fica o governo autorizado a cobrar taxas de ingresso e de acampamento no Parque bem como a arrendar os imóveis de serventia pública que nele construir.

Parágrafo único. A renda arrecadada pela Comissão será recolhida aos cofres públicos e incorporada à receita geral da União, na forma da legislação em vigor.

Art. 5º. Ficarão sob a jurisdição da Comissão todos os lotes urbanos e os rurais de número 60, 114 e 116 do ex-Núcleo Colonial de Italiaia e todos os lotes urbanos e rurais e terras devolutas do ex-Núcleo Colonial Visconde de Mauá, pertencente à União.

Parágrafo único. Essas terras poderão, igualmente, ser dadas em arrendamento para construção de hotéis, pousos, postos de reabastecimento e outras instalações que favoreçam o movimento turístico na região, podendo também o Governo permutá-las pelos lotes, situados dentro da área do Parque, imprescindíveis ao mesmo.

Art. 6º. A Polícia do Parque será exercida pela Comissão de conformidade com a legislação vigente.

Art. 7º. Para atender às despesas com as obras iniciais de organização do Parque Nacional fica aberto ao Ministério da Agricultura o crédito especial de 150 contos de réis.

Art. 8º. O ministro da Agricultura baixará as instruções necessárias à execução do presente decreto-lei.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 338 — DE 16 DE MARÇO DE 1938

*Dispõe sobre a realização do plano de sorteio denominado
"Sweepstake"*

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, e

Considerando a necessidade de estabelecer normas gerais para a concessão do plano de sorteio denominado "Sweepstake" decreta:

Art. 1º. Fica o Jockey Club Brasileiro autorizado a extrair anualmente dois "Sweepstakes", de acordo com os planos de sorteio que se subordinarem às instruções expedidas pela Diretoria das Rendas Internas do Tesouro Nacional.

Art. 2º. A concessão do plano "Sweepstake", que é intransferrível, vigorará durante o prazo de cinco (5) anos.

Art. 3º. Aprovado o plano de sorteio, o Jockey Club Brasileiro é responsável pela sua execução e pelo pagamento e liquidação dos prêmios sorteados.

Parágrafo único. Não se dará aprovação ao plano sem que o concessionário prove quitação de todos os impostos a que estiver sujeito, inclusive o de que cogita o art. 25 do regulamento anexo ao decreto n. 21.143, de 10 de março de 1932.

Art. 4.º Autorizada a extração, esta não se efetivará sem que o Jockey Club Brasileiro deposite no Tesouro Nacional 50 % dos prêmios a distribuir.

Art. 5.º O depósito a que alude o artigo anterior, far-se-á na Tesouraria Geral do Tesouro, mediante guia visada pelo diretor das Rendas Internas e será levantado logo que satisfeitas as obrigações decorrentes do sorteio.

§ 1.º Far-se-á a restituição por simples despacho exarado no verso do conhecimento de depósito, e nesse documento, que constituirá o comprovante da despesa, o concessionário passará o recibo, na forma legal.

§ 2.º A falta de pagamento de qualquer dos prêmios estipulados no plano importará na retenção do depósito até liquidação final das obrigações do concessionário.

Art. 6.º Os prêmios deverão ser liquidados no prazo máximo de tres (3) meses, a contar da data do sorteio.

Art. 7.º A falta de pagamento dos prêmios devidos, ainda que ressarcida, total ou parcialmente, pelos cofres federais à conta do depósito, não exclue a ação judicial para reparar os danos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas.

Art. 8.º O diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional designará um funcionário para assistir e fiscalizar a execução do sorteio e a extração dos respectivos prêmios, arbitrando-lhe uma gratificação, que deverá ser recolhida pelo concessionário aos cofres do Tesouro.

Art. 9.º Fazem parte integrante deste decreto-lei todos os dispositivos do decreto n. 21.143, de 10 de março de 1932, que com ele não colidirem.

Art. 10. Dentro do prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data da publicação deste decreto-lei, deverão ser baixadas as respectivas instruções estabelecendo as normas para a sua execução.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de março de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 339 — NÃO FOI PUBLICADO.

DECRETO-LEI N. 340 — DE 17 DE MARÇO DE 1938

Faz diversas alterações no orçamento de despesa do Ministério da Viação e Obras Públicas, para o exercício de 1938

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e tendo em vista a exposição que foi feita pelo ministro da Viação e Obras Públicas;

Decreta:

Art. 1.º Façam-se as seguintes alterações no anexo 8 (Ministério da Viação e Obras Públicas) do orçamento da despesa para o exercício de 1938, mantido o total das verbas:

Verba 1ª — Pessoal:

II — Pessoal extranumerário — Sub-consignação 43 — Pessoal extranumerário, inclusive para pagamento de despesas e substituições por licença, férias, descanso semanal e serviço militar; serviço extraordinário e fora da sede, e para atender ao regime de oito horas de trabalho e a outros auxílios:

Inciso 05 — Mensalistas aumentada de 224:800\$000 para réis 928:800\$000;

Verba 5ª — Obras, Melhoramentos, Aparelhamentos e Equipamentos:

IV — Aeroportos, campos de pouso e outras obras — Sub-consignação 9 — Obras de construção, melhoramentos e instalações, etc.:

Inciso 01 — Aeroporto de Santos Dumont — reduzido de réis 7.500:000\$000 para 7.250:000\$000.

Inciso 02 — Aeroporto de Belo Horizonte — reduzido de réis 2.000:000\$000 para 1.960:000\$000;

Inciso 04 — Aeroporto de Recife — reduzido de 400:000\$000 para 370:000\$000;

Inciso 05 — Aeroporto da Bafa — reduzido de 900:000\$000 para 850:000\$000;

Inciso 07 — Aeroporto de Belem — reduzido de 300:000\$000 para 280:000\$000;

Sub-consignação n. 10 — Conclusão dos campos de pouso e construção de novos;

Inciso 01 — Rota Rio-Belo Horizonte — reduzido de 450:000\$000 para 400:000\$000;

Inciso 05 — Rota Curitiba-Foz do Iguassú — reduzido de réis 180:000\$000 para 150:000\$000;

Inciso 06 — Rota do litoral Norte — reduzido de 450:000\$000 para 400:000\$000;

Inciso 07 — Rota do litoral Sul — reduzido de 450:000\$000 para 400:000\$000;

Inciso 08 — Rota Mato Grosso e circuito Sul e Norte — reduzido de 360:000\$000 para 326:000\$000;

Sub-consignação n. 11 — Obras, melhoramentos e instalações de aeroportos, etc. — reduzido de 1.000:000\$000 para 900:000\$000.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 341 — DE 17 DE MARÇO DE 1938

Regeula a apresentação de documentos, por estrangeiros, ao Registro de Comércio e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os estrangeiros residentes no Brasil, que requererem matrícula, inscrição de firma individual, ou arquivamento de contratos e quaisquer outros documentos no Registro de Comércio, deverão provar que têm a sua entrada e permanência regularizadas no país, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 2.º O Departamento Nacional da Indústria e Comércio, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, no Distrito Federal, e as Juntas Comerciais, nos Estados, ou as repartições e autoridades que as substituírem, exigirão dos requerentes do que trata o artigo anterior a apresentação dos documentos seguintes:

- a) passaporte estrangeiro com a declaração constante do art. 4.º;
- b) carteira de identidade civil;
- c) atestado do tempo de residência e de bom procedimento do estrangeiro no país, na forma prescrita pelo art. 7.º.

Parágrafo único. Os documentos enumerados neste artigo serão exigidos dos estrangeiros que, nos contratos e papéis levados ao registro, figurarem como:

- a) sócios de sociedades de pessoas (em nome coletivo, de capital e indústria e em comandita simples), inclusive os comanditários;
- b) quotistas de sociedades por quotas, de responsabilidade limitada;
- c) sócios solidários, gerentes e administradores das sociedades em comandita por ações e anônimas, compreendendo estas as de seguros e bancárias;
- d) representantes responsáveis pela direção de estabelecimento filial, sucursal ou agência de sociedades comerciais estrangeiras, inclusive as anônimas autorizadas a funcionar no país.

Art. 3.º Não poderão invocar a proteção do Código Comercial e de outras leis comerciais, bem como da legislação social, os postos estrangeiros de firmas ou empresas comerciais, sem que exibam os documentos a que se referem as alíneas *a*, *b* e *c*, do artigo anterior, ficando os respectivos proponentes sujeitos à multa estabelecida no art. 14.

Parágrafo único. Incurrerão na mesma multa as firmas ou empresas que tiverem a seu serviço técnicos estrangeiros que hajam entrado ou permaneçam no país com infração das leis em vigor.

Art. 4.º O passaporte indicado na alínea *a* do art. 2.º, conterá, datada e assinada pela autoridade imigratória competente, cuja firma será reconhecida, a declaração seguinte:

Está autorizado a trabalhar no Brasil (comércio e indústria).

Data.....

Nome, por extenso, do funcionário (firma reconhecida).

Art. 5.º Fica dispensado da exibição da carteira exigida pela alínea *b* do art. 2.º, o portador do passaporte nacional comum, dentro do prazo de dois anos de sua validade.

Art. 6.º No caso de impossibilidade, devidamente comprovada, de exhibir o passaporte, o interessado o poderá suprir, requerendo à autoridade a que se refere o art. 4.º que ateste, por certidão, a regularidade de sua entrada no território nacional.

Parágrafo único. O requerimento, que, devidamente selado, deverá ser assinalado pelo interessado e ter a firma reconhecida por tabelião, conterá a declaração do local da residência, nacionalidade, navio ou avião em que viajou, porto de embarque ou desembarque, ponto da fronteira por onde entrou, e data da chegada.

Art. 7.º O atestado referido na alínea c do art. 2.º será passado pela autoridade que para esse fim for designada pelo chefe de Polícia do Distrito Federal, quando tiver de ser apresentado ao Departamento Nacional da Indústria e Comércio, e pelos chefes de Polícia, ou secretários de Segurança Pública dos Estados, quando tiver de ser apresentado às Juntas Comerciais.

§ 1.º A designação da autoridade a que este artigo alude será logo comunicada ao diretor do Departamento Nacional da Indústria e Comércio ou ao presidente da Junta Comercial.

§ 2.º O atestado só terá valor si passado dentro dos 30 dias antecedentes à data da entrada, na competente repartição, do requerimento a que se refere o art. 1.º.

Art. 8.º Ficam dispensados da apresentação do passaporte os estrangeiros que provarem residir no Brasil há mais de cinco anos ininterruptos, sem nota que os desabone, ou que sejam casados com brasileiras ou tenham filhos brasileiros.

§ 1.º Gozarão da mesma dispensa os que tiverem firma inscrita ou contrato arquivado desde mais de dois anos, contados da data da publicação do presente decreto-lei.

§ 2.º Os estrangeiros que se ausentarem do país por prazo menor de um ano, e tiverem os seus passaportes visados à entrada e à saída, não estão obrigados à exigência da declaração de que trata o art. 4.º.

Art. 9.º É proibido aos Estados e aos municípios conceder licença para o exercício de atividade comercial ou industrial a estrangeiros, sem a prova de que estes hajam cumprido as disposições do presente decreto-lei.

Parágrafo único. Os negociantes ambulantes, agentes de vendas, e quaisquer outros intermediários comerciais, para que lhes seja concedida licença, deverão, si estrangeiros, apresentar os documentos exigidos no art. 2.º e declarar a sua residência à autoridade municipal competente.

Art. 10. Si o estrangeiro requerer inscrição ou arquivamento, ou fizer declarações, com um nome que não coincida com o lançado nos documentos apresentados, deverá provar que fez a retificação, alteração, ou mudança, pela forma prescrita na lei (decreto n. 18.542, de 24 de dezembro de 1928).

Art. 11. As certidões a que se refere o art. 6.º deverão ser entregues aos interessados dentro do prazo de oito dias, contados da entrada do requerimento na repartição competente.

Art. 12. O funcionário que houver ordenado ou feito o arquivamento de documentos de estrangeiros no Registro do Comércio com infração de dispositivos deste decreto-lei incorrerá na pena de demissão si, apurada a sua responsabilidade, mediante inquérito, ficar provada a sua culpa.

Art. 13. Os estrangeiros que infringirem disposições do presente decreto-lei ficarão sujeitos à pena de expulsão, sem prejuízo daquelas em que incorrerem pelas leis penais.

Art. 14. As firmas ou empresas que cometerem a infração prevista no art. 3.º e seu parágrafo único ficarão sujeitas à multa de 1:000\$ (um conto de réis) a 10:000\$ (dez contos de réis).

Art. 15. Nas publicações que fizerem o Departamento Nacional da Indústria e Comércio e as Juntas Comerciais, será declarada a nacionalidade dos estrangeiros a que aludem os arts. 1.º e 2.º, omitindo-

se apenas os nomes dos sócios comanditários quando o requeiram.

Parágrafo único. O Departamento e as Juntas remeterão semanalmente ao Departamento Nacional do Povoamento e às Chefaturas de Polícia do Distrito Federal e dos Estados uma relação das firmas e contratos em que figurem estrangeiros.

Art. 16. Das decisões que indeferirem os pedidos de matrícula, inscrição, ou arquivamento, referidos no art. 1º, cabem os recursos indicados no regulamento anexo ao decreto n. 93, de 20 de março de 1935, e nos regulamentos das Juntas Comerciais dos Estados, processando-se pela forma neles recomendada.

Art. 17. As exigências deste decreto-lei são extensivas aos estrangeiros que ingressarem no país por via aérea.

Art. 18. Os casos omissos e as dúvidas que porventura se suscitarem serão resolvidos pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 19. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de março de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

Francisco Campos.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 342 — DE 22 DE MARÇO DE 1938

Dôa ao Estado de Minas Gerais 18 hectares das terras pertencentes ao antigo Posto Experimental de Veterinária de Belo Horizonte e dá outras providências

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e,

Considerando que o antigo Posto Experimental de Veterinária de Bello Horizonte não necessita dos 54 hectares de terra que o integram, mas apenas de 18 hectares;

Considerando que o produto da alienação do excedente dessa última área pode ser aplicado, com reais benefícios em outros setores da atividade oficial;

Considerando que convem ampliar os recursos para a montagem da Escola de Veterinária de Belo Horizonte;

Considerando que de igual providência carece a Fazenda Experimental de Criação de Pedro Leopoldo no Estado de Minas Gerais, bem como outras dependências do Departamento Nacional da Produção Animal naquele Estado;

Decreta:

Art. 1º O Governo da União dôa ao Estado de Minas Gerais 18 hectares das terras pertencentes ao antigo Posto Experimental de Veterinária de Belo Horizonte, do Ministério da Agricultura para o fim especial de facilitar meios para a instalação da Escola de Veterinária daquela Capital.

Art. 2.º Fica o Domínio da União autorizado a vender á Prefeitura de Belo Horizonte ou a outro interessado, pelo preço líquido de 8\$000 (oito mil réis) o metro quadrado 18 hectares das mesmas terras.

Art. 3.º O produto líquido da venda a que se refere o artigo anterior será depositado no Banco do Brasil, à disposição do Ministério da Agricultura, e se destinará às obras que este Ministério julgar conveniente executar no território do Estado de Minas Gerais.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 343 — DE 22 DE MARÇO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 395:952\$000, para pagamento de abono provisório

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de trezentos e noventa e cinco contos novecentos e cinquenta e dois mil réis (395:952\$000), para atender a despesas de "Pessoal", com o pagamento do abono provisório, relativo ao ano de 1936, a que têm direito os funcionários civis da Administração do Território do Acre, *ex-ut* da lei n. 183, de 13 de janeiro de 1936.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 344 — DE 22 DE MARÇO DE 1938

Aprova o Tratado sobre Ligação Ferroviária entre o Brasil e a Bolívia, firmado no Rio de Janeiro a 25 de fevereiro de 1938

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do art. 180 da Constituição de 10 de novembro de 1937,

Resolve aprovar o Tratado sobre Ligação Ferroviária, entre o Brasil e a Bolívia, firmado no Rio de Janeiro a 25 de fevereiro de 1938.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 345 — DE 22 DE MARÇO DE 1938

Aprova o Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Bolívia, firmado no Rio de Janeiro a 25 de fevereiro de 1938

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do art. 180 da Constituição de 10 de novembro de 1937,

Resolve aprovar o Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Bolívia, firmado no Rio de Janeiro a 25 de fevereiro de 1938.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 346 — DE 23 DE MARÇO DE 1938

Autoriza a Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul a permutar e a vender as áreas de terrenos que menciona.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal,

Atendendo ao que expôs e solicitou o Estado do Rio Grande do Sul; e,

De acordo com os pareceres prestados no processo n. 8.307-37 do protocolo da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas;

Decreta:

Art. 1º. Fica a Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, arrendada ao referido Estado, autorizada a permutar com a "Cooperativa dos Empregados da Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul" a área de terreno de propriedade da referida Rede com 1.050m²,31 (mil e cinquenta metros e trinta e um decímetros quadrados), situada no recinto da estação de Santa Maria e representada na planta que com este baixa, rubricada pelo diretor do Serviço do Pessoal do Ministério da Viação e Obras Públicas, por uma área de propriedade da mesma Cooperativa, também com 1.050m²,31 (mil e cinquenta metros e trinta e um decímetros quadrados), situada no dito local, e representada na aludida planta.

Art. 2º. Fica a Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul autorizada a vender à Cooperativa dos Empregados da Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, pelo preço de réis 5:861\$380 (cinco contos oitocentos e sessenta e um mil trezentos e oitenta réis) a área de terreno de sua propriedade, com 239m²,24 (duzentos e trinta e nove metros e vinte e quatro decímetros quadrados), situada no recinto da estação de Santa Maria e representada na planta a que se refere o art. 1º deste decreto.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 346-A — DE 22 DE MARÇO DE 1938

Institue no Serviço de Fruticultura, subordinado ao Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, a fiscalização de estabelecimentos que explorem a produção de plantas cítricas, e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que a citricultura nacional, deante das culturas existentes, não correspondendo à expectativa de produção em qualidade e quantidade;

Considerando que as condições ambientes permitem a produção de frutas cítricas em qualidade e quantidade, muito superior àquelas que se vêm observando, por unidade de superfície cultivada;

Considerando que a valorização das terras nas zonas cítricas exige métodos de exploração racionais, capazes de assegurar remuneração do capital, lucrativa e duradoura;

Considerando que a queda de produção dos pomares não está de acordo com as espécies cultivadas, nem com a idade das plantações existentes;

Considerando que esses faos decorrem da falta de técnicos na formação dos pomares, determinando o seu abandono prematuro e o avanço das culturas em busca de novas terras, o que está em contraste com os preceitos da economia rural;

Considerando que não é somente a escolha do solo, mas, acima de tudo, o valor da muda ou planta enxertada que determina a produtividade, qualidade e longevidade dos pomares;

Considerando que somente os métodos fitotécnicos, aplicados à criação ou viveiros de plantas enxertadas, podem assegurar a produção de indivíduos vigorosos e sãos, portadores de altas qualidades fiadoras de uma exploração pomareira luerativa,

Decreta:

Art. 1º. Ficam instituídos no Serviço de Fruticultura, subordinado ao Departamento Nacional da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, diretamente afetos à secção técnica competente, a fiscalização de estabelecimentos viveiristas que explorem a produção de plantas cítricas, a inspecção destinada a orientar a formação de pomares industriais e os registos de estabelecimentos viveiristas, de pomares industriais e de matrizes de alta produção, de plantas cítricas, na conformidade do regulamento que baixa com o presente decreto-lei.

Art. 2º. Os registos a que se refere o artigo 1º são gratuitos, dependendo de simples requerimento, estampilhado na forma da lei, dirigido à Diretoria do Serviço de Fruticultura e de que seja satisfeito pelo interessado o questionário que lhe for apresentado no ato do pedido.

Art. 3º. Nenhum estabelecimento viveirista poderá exercer o comércio de plantas ou mudas enxertadas, sem que esteja devidamente registado no Registo de Estabelecimentos Viveiristas, sendo obrigatório, para o exercício desse comércio, a exibição do certificado de registo.

Art. 4º. O viveirista que vender mudas enxertadas, da espécie, ou da variedade, porta-enxerto ou "Borbulha", não correspondentes as indicadas no certificado de venda, incorrerá na multa de 500\$000 a 1.000\$000; no caso de reincidência, em suspensão da permis-

são para negociar e, si reiterada, na cassação definitiva do título de registro.

Parágrafo único. O técnico incumbido da fiscalização de estabelecimentos viveiristas, que concorrer por desídia ou má fé, para a venda de plantas ou mudas enxertadas sem o necessário certificado, ou diferentes das certificadas, responderá administrativamente pelo ato que lhe for imputável, sem prejuízo da responsabilidade criminal que do mesmo ato decorrer.

Art. 5º. Somente aos pomares formados com observância das disposições do regulamento que baixa com este decreto-lei, será permitida a exportação dos respectivos produtos.

Art. 6º. Para facilidade de identificação e boa ordem na nomenclatura de citruses cultivados no país, será feita uma revisão na sinonímia vulgar das variedades comumente exploradas, enquadrando-as na sistemática dos citruses.

Art. 7º. Fica instituído o livro genealógico para o registro de matrizes de alta produção e caracteres pomológicos recomendáveis, destinado ao registro de plantas matrizes fichadas pelos estabelecimentos oficiais e particulares.

Art. 8º. As omissões que se venham a verificar na execução das disposições regulamentares, que baixam com o presente decreto, e, bem assim, quaisquer modificações de ordem técnica sancionadas pela prática, poderão justificar a revisão do regulamento.

Art. 9º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de março de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 347 — DE 23 DE MARÇO DE 1938

Derroga o § 1º do art. 1º do decreto n. 24.511, de 29 de junho de 1934

O Presidente da República, atendendo ao que propôs o Ministério da Viação e Obras Públicas e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica excluído o Lloyd Brasileiro da proibição contida no § 1º do art. 1º do decreto n. 24.511, de 29 de junho de 1934, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 348 — DE 23 DE MARÇO DE 1938

Regula a incidência do Imposto sobre Vendas e Consignações, no caso de transferência de mercadorias

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando a necessidade de dirimir dúvidas que têm surgido acerca da incidência do Imposto sobre Vendas e Consignações, sobretudo quando ocorre a circunstância da "transferência de mercadorias"

Decreta:

Art. 1.º Fica isenta do imposto de vendas e consignações a primeira venda feita a comerciante, exclusivamente atacadista, de mercadorias transferidas para o lugar em que a mesma se efetue, desde que haja prova do pagamento do imposto devido pela transferência ou de sua isenção legal, no lugar de procedência, conforme preceitua o art. 1.º do decreto-lei n. 140, de 29 de dezembro de 1937.

Art. 2.º Considera-se "transferência", para os efeitos deste decreto-lei, a remessa de mercadoria a filiais ou depósitos dos próprios remetentes ou vice-versa.

Art. 3.º A importância do imposto será obrigatoriamente incluída no valor da fatura e constará, destacadamente, dos documentos relativos às operações, tais como duplicatas, notas de venda e quaisquer outros.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 349 — DE 23 DE MARÇO DE 1938

Dispõe sobre alterações em quadros do Ministério da Fazenda

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e, atendendo à proposta feita pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil, com fundamento no disposto no art. 10, letra a, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, e, ainda,

Considerando que, pelos encargos e preparo, a profissão de contabilista compreende as de guarda-livros e contador, correspondendo, ainda, a função de guarda-livros à de escriturário e a de contador à de oficial administrativo;

Considerando, finalmente, que a lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, suprimiu o regime de quotas, ressalvados os direitos dos funcionários que gozavam desse benefício.

Decreta:

Art. 1.º Fica extinta, nas condições expressas na tabela anexa a este decreto-lei, a carreira de contabilista do Quadro I e suprimido o Quadro XIII, do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Ficam criados no Quadro I, do Ministério da Fazenda, as carreiras de contador e guarda-livros, em cujas classes, respeitados os padrões de vencimentos atuais, serão distribuídos os cargos integrantes da carreira de contabilista do Quadro XIII, ora suprimido, no mesmo Ministério.

Art. 3.º Ficam assegurados aos atuais funcionários, pertencentes às carreiras criadas e extintas, todos os seus direitos e vantagens.

Parágrafo único. Aos atuais funcionários ocupantes de cargos que passarem a integrar a carreira de guarda-livros é assegurado o ingresso na carreira de contador, independente de concurso, quando se encontrarem na classe G daquela carreira.

Art. 4.º A dotação resultante de cargos excedentes, já extintos, das atuais carreiras de contabilista dos Quadros I e XIII do Ministério da Fazenda, será aproveitada para o preenchimento de cargos vagos nas carreiras ora criadas, observadas as instruções em vigor.

Art. 5.º Os funcionários das carreiras de contador e guarda-livros atenderão, indiferentemente, aos serviços da Contadoria Central da República e aos das Contadorias Seccionais.

Parágrafo único. Os funcionários da carreira de contabilista, ora extinta, servirão na Contadoria Central da República.

Art. 6.º Aos funcionários de qualquer das tres referidas carreiras, designados para exercerem as funções de chefes das Contadorias Seccionais, será abonada uma gratificação de função, que constará da tabela respectiva.

Art. 7.º Os atuais Quadros XIV — Administrações do Domínio da União — e XV — Delegacia do Tesouro em Londres — respectivamente, passam a ter os números XIII e XIV.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de março de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA FAZENDA

QUADRO I

Contador

5	Classe L	5 vagos
15	Classe K	15 vagos
40	Classe J	3 excedentes
65	Classe I	14 excedentes
90	Classe H	15 vagos

Os cargos vagos desta carreira serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes e se vagarem os cargos de menor vencimento da carreira extinta de Contabilista.

Guarda-livros

100	Classe G	14 excedentes
110	Classe F	6 excedentes
120	Classe E	120 vagos

Os cargos vagos desta carreira serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes e se vagarem os cargos de menor vencimento da carreira extinta de Contabilista.

Contabilista

3 (ord.)	Classe L	30 quotas mensais
12 (ord.)	Classe K	20 quotas mensais
28 (ord.)	Classe J	16 quotas mensais
10 (ord.)	Classe H	12 quotas mensais

Carreira extinta. Feitas as promoções serão suprimidos os cargos de menor vencimento e aproveitada a dotação respectiva para preenchimento dos cargos vagos das carreiras de Contador e Guarda-livros .

DECRETO-LEI N. 350 — DE 23 DE MARÇO DE 1938 .*Isenta de quaisquer impostos as operações de compra de ouro efetuadas pelo Banco do Brasil para o Tesouro Nacional*

O Senhor Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que a aquisição de ouro a cargo do Banco do Brasil, obedece ao regime instituído pelo decreto n. 23.535, de 4 de dezembro de 1933, e aos termos do contrato firmado entre o Banco e o Tesouro Nacional em data de 21 de junho do ano seguinte;

Considerando que nesse regime não foi objeto de estipulação especial, o benefício criado posteriormente pelo decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, para os Estados e Municípios;

Considerando a impossibilidade de se estabelecer a origem exata do ouro adquirido pelo Banco em forma de barras, constituídas, em muitos casos, por amálgama de metal trabalhado, e em outros, por ouro de procedências várias;

Considerando que a impraticabilidade de investigação da origem do ouro, acima referida, tornou impossível o cumprimento do dispositivo legal citado;

Considerando que, a par desses motivos ponderosos, a aplicação desse tributo viria fomentar a evasão e o contrabando do metal em apreço;

Considerando que é do Governo Federal o interesse da constituição de uma reserva ouro, tal como foi prevista no art. 7º do decreto n. 23.535, de 4 de dezembro de 1933;

Considerando que nessas condições a aquisição do ouro não pode acarretar onus de qualquer espécie, seja ao Banco do Brasil, seja ao Tesouro Nacional;

Decreta :

Art. 1º. Ficam isentas de quaisquer impostos, federais, estaduais ou municipais, seja qual for a forma de que se revistam, as operações de compra de ouro efetuadas pelo Banco do Brasil ou por seus compradores autorizados.

Art. 2º. Os impostos sobre as operações referidas no artigo anterior, ora vigorantes, são considerados como revogados na data das leis em que foram estabelecidos, não cabendo, todavia, nenhuma restituição daqueles que já tenham sido recebidos, efetivamente, pelo Governo Federal, Estados ou Municípios.

COLEÇÃO DAS LEIS **23606**

DA

REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

DE

1938

VOLUME II

DECRETOS - LEIS

(ABRIL A JUNHO)



— RIO DE JANEIRO —

IMPRENSA NACIONAL — 1939

Presidência da República	
BIBLIOTECA	
C	
725781	3.10.51

Presidência da República	
BIBLIOTECA	
Nº	DATA
545	3-10-51

ÍNDICE

1938

DECRETOS-LEIS

	Págs.
N. 360 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 4 de abril de 1938 — Autoriza a execução do serviço de transporte de malas postais através de propriedades da Companhia Maçã Laranjeira.....	3.
N. 361 — MARINHA — Decreto-lei de 5 de abril de 1938 — Prorroga, por mais sessenta (60 dias, o prazo de permanência em seus cargos dos atuais Juizes do Tribunal Marítimo Administrativo.....	3
N. 362 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de abril de 1938 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 200:000\$, para a Estação Experimental de Plantas Têsteis, em Alagoinha.....	4
N. 363 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de abril de 1938 — Abre pelo Ministério do Trabalho, o crédito especial de 7.500:000\$, para a representação do Brasil na Feira Mundial de Nova York	4
N. 364 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 5 de abril de 1938 — Aprova a Convenção para a repressão do tráfico ilícito de drogas nocivas, o Protocolo de assinatura e o Ato Final, firmados em Genebra a 26 de julho de 1936	4
N. 365 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de abril de 1938 — Aprova as alterações e correções feitas no novo regulamento para arrecadação e fiscalização do imposto de consumo, a que se refere o decreto-lei n. 301, de 24 de fevereiro de 1938.....	5
N. 366 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 11 de abril de 1938 — Incorpora ao Código de Monas, decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934, novo título, em que se institue o regime	

legal das jazidas de petróleo e gases naturais, inclusive os gases raros.....	33
N. 367 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 11 de abril de 1938 — Mantem a actual administração da E. F. Madeira Mamoré.....	38
N. 368 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto de 11 de abril de 1938 — Abre, pelo Ministério do Trabalho, o crédito especial de 500:000\$000, para o Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinha.....	39
N. 369 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto de 11 de abril de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 570:000\$000, para liquidação de compromissos e dá outras providências...	39
N. 370 — AGRICULTURA — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de abril de 1938 — Autoriza o Ministério da Agricultura a transferir terrenos para a jurisdição do Ministério da Guerra.....	40
N. 371 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 13 de abril de 1938 — Prorroga o prazo fixado no art. 1º das Disposições Transitórias do decreto-lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937.....	40
N. 372 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 13 de abril de 1938 — Dispõe sobre a distribuição de feitos na justiça do Distrito Federal, e dá outras providências	41
N. 373 — MARINHA — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de abril de 1938 — Abre, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de 950:000\$000 para pagamento de gratificações adicionais aos operários dos Arsenal de Marinha e da Diretoria do Armamento.....	43
N. 374 — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de abril de 1938 — Providencia o pagamento do selo profissional quando não haja saque relativo às mercadorias importadas.....	43
N. 375 — AGRICULTURA — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 13 de abril de 1938 — Cria o Instituto Nacional de Mate e dá outras providências....	44
N. 376 — EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de abril de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, um crédito suplementar de 2.000 contos de réis	49
N. 377 — EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de abril de 1938 — Abre, pelo Ministério de Educação, o crédito especial de 14:970\$000, para pagamento de vencimentos a professores.....	50

N. 378 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de abril de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 84:000\$, para pagamento de vencimentos.....	50
N. 379 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de abril de 1938 — Estabelece prazo para a extinção dos impostos inter-esta- duais de exportação.....	51
N. 380 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 18 de abril de 1938 — Aprova o Tratado sobre a saída e o apro- veitamento do petróleo boliviano, entre o Brasil e a Bo- livia; firmado no Rio de Janeiro, a 25 de fevereiro de 1938	51
N. 381 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 18 de abril de 1938 — Aprova vários atos internacionais firma- dos por ocasião do X Congresso Postal Universal do Cairo, realizado de 1 de fevereiro a 20 de março de 1934.....	51
N. 382 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 18 de abril de 1938 — Extingue, no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, os cargos de mestre geral das ofici- nas e 2º tenente auxiliar de engenheiro encarregado do tráfego, e cria o cargo de encarregado do tráfego e au- xiliar de engenheiro como posto de 1º tenente, sem acesso	52
N. 383 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 18 de abril de 1938 — Veda a estrangeiros a atividade po- lítica no Brasil e dá outras providências.....	53
N. 384 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 18 de abril de 1938 — Dispõe sobre alterações no orça- mento do Distrito Federal para o exercício de 1938	55
N. 385 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de abril de 1938 — Revoga, para efeito de fiscalização do imposto de consumo, o art. 17 do Código Comercial.....	56
N. 386 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de abril de 1938 — Extingue a carreira de escrevente ampliando a de escriturário, do Quadro I do Ministério da Guerra..	56
N. 387 — GUERRA — Decreto-lei de 22 de abril de 1938 — Regula matrículas na Escola Militar.....	57
N. 388 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de abril de 1938 — Abre, pelo Mi- nistério da Justiça, o crédito suplementar de réis 5.050:000\$000 de verbas que especifica	58
N. 389 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 25 de abril de 1938 — Regula a nacionalidade brasi- leira	59
N. 390 — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de abril de 1938 — Autoriza o ministro da Fazenda a dar a garantia do	

	Págs.
Tesouro Nacional a uma operação de crédito entre o Estado do Pará e o Banco do Brasil.....	64
N. 391 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de abril de 1938 — Dispõe sobre a execução do decreto-lei n. 312, de 3 de março de 1938	65
N. 392 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 27 de abril de 1938 — Regula a expulsão de estrangeiros	66
N. 393 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de abril de 1938 — Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de 2.500 contos de réis, para construção do edifício destinado ao Laboratório Químico Farmacêutico Militar	67
N. 394 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 28 de abril de 1938 — Regula a extradição.....	68
N. 395 — GUERRA — MARINHA — FAZENDA — AGRICULTURA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — RELAÇÕES EXTERIORES — EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA — Decreto-lei de 29 de abril de 1938 — Declara de utilidade pública e regula a importação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado ou produzido no país, e dá outras providências.....	72
N. 396 — RELAÇÕES EXTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de abril de 1938 — Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 75:000\$000, para despesas do Conselho Federal de Comércio Exterior e exposição de produtos brasileiros, em Caracas.....	74
N. 397 — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de abril de 1938 — Autoriza o ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional a uma operação de crédito entre o Estado de Mato Grosso e o Banco do Brasil.....	74
N. 398 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 30 de abril de 1938 — Dispõe sobre a isenção de impostos de transmissão e prediais que incidem sobre prédios e terrenos adquiridos por Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões para os respectivos associados	75
N. 399 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 30 de abril de 1938 — Aprova o regulamento para execução da lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institue as Comissões de Salário Mínimo.....	76
N. 400 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 70.326:792\$200, para pagamento de energia elétrica fornecida pela Société Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro.....	89

N. 401 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 136:777\$, para pagamento de materiais fornecidos ao Departamento de Aero-náutica Civil	89
N. 402 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de 150:000\$, à verba que especifica.....	90
N. 403 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 100:000\$, para reconhecimento da região por onde se projeta construir o prolongamento da via-férrea S. Paulo-Paraná e da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil.....	90
N. 404 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de maio de 1938 — Abre o crédito especial de 17:214\$400, para pagamento de gratificação de função aos chefes de seção do Serviço do Pessoal do Ministério da Educação e Saúde	91
N. 405 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de maio de 1938 — Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de réis 1:112\$900, para pagamento de vencimentos a um professor da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil	91
N. 406 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — RELAÇÕES EXTERIORES — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 4 de maio de 1938 — Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional..	92
N. 407 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de maio de 1938 — Dá nova distribuição à verba do Pessoal Extranumerário do Colégio Pedro II — Internato e Externato, constante do vigente orçamento....	104
N. 408 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 5 de maio de 1938 — Transfere a sede do A. A. 8, do município de Campos para o de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro.....	104
N. 409 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério do Trabalho, um crédito suplementar de 300:000\$000 à verba que especifica.....	105
N. 410 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 465:000\$000 para pagamento de substituições	105

N. 411 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 5 de maio de 1938 — Aprova a Convenção Internacional para a repressão da moeda falsa, Protocolo e Protocolo Facultativo, firmados em Genebra a 20 de abril de 1929.....	106
N. 412 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 5 de maio de 1938 — Autoriza franquia postal-telegráfica para a correspondência do II Congresso Brasileiro de Agronomia, a realizar-se nesta Capital de 25 a 29 de junho de 1938, e dá outras providências.....	106
N. 413 — GUERRA — Decreto-lei de 6 de maio de 1938 — Lei de organização do Exército.....	107
N. 414 — MARINHA — Decreto-lei de 6 de maio de 1938 — Fixa o critério, para pagamento de vantagens, por substituição ou nomeação interina, aos oficiais da Armada e das Classes Anexas.....	115
N. 415 — GUERRA — Decreto-lei de 6 de maio de 1938 — Autoriza a aquisição de terrenos para o Sanatório Militar de Itatiaia	116
N. 416 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 9 de maio de 1938 — Desapropria, para obras de saneamento da Baixada Fluminense, uma faixa de terreno situada na fazenda "Campo Grande", no 4º Distrito de Campos, Estado do Rio de Janeiro, e decreta a urgência da desapropriação.....	116
N. 417 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de 10:000\$000, para restituição a Caelano Vieira da Costa	118
N. 418 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de maio de 1938 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de 2:880\$, para pagamento de gratificação adicional a que fez jus o professor catedrático da Escola Nacional de Engenharia, Luciano Lobato Koeler	118
N. 419 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 11 de maio de 1938 — Cria a "Guia de Exportação do Distrito Federal", e dá outras providências.....	118
N. 420 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 6:000\$000, para pagamento a Germano Petersen Filho.....	120
N. 421 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 11 de maio de 1938 — Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior.....	120
N. 422 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 5.000:000\$000 para o custeio das obras complementares do serviço de adução do Ribeirão das Lages	123

- N. 423 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 500:000\$000 para aparelhamento da Polícia Militar do Distrito Federal... 123
- N. 424 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de maio de 1938 — Transfere importâncias das verbas 3 — Serviços e Encargos — e 5 — Obras, Melhoramentos, Aparelhamentos e Equipamentos — para verbá 1 — Pessoal — do vigente orçamento do Ministério da Agricultura 124
- N. 425 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 12 de maio de 1938 — Autoriza a "Deutsche Lufthansa Aktiengesellschaft", a executar a linha aérea internacional Alemanha-América do Sul, mediante condições.. 124
- N. 426 — FAZENDA — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — GUERRA — MARINHA — RELAÇÕES EXTERIORES — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — AGRICULTURA — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 12 de maio de 1938 — Organiza o Tribunal de Contas 125
- N. 427 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 13 de maio de 1938 — Regula a comemoração do cinquentenário da lei áurea 142
- N. 428 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto lei de 16 de maio de 1938 — Dispõe sobre o processo dos crimes definidos nas leis ns. 38 e 136, de 4 de abril e 14 de dezembro de 1935 142
- N. 429 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 3.500:000\$000 destinado a aquisição e modificação de locomotivas para a Estrada de Ferro Central do Brasil 144
- N. 1 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — GUERRA — MARINHA — FAZENDA — RELAÇÕES EXTERIORES — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — AGRICULTURA — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Lei Constitucional de 16 de maio de 1938 — Emenda o art. 122, n. 13, da Constituição..... 144
- N. 2 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — GUERRA — MARINHA — FAZENDA — RELAÇÕES EXTERIORES — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Lei constitucional — de 16 de maio de 1938 — Restabelece o art. 177 da Constituição de 10 de novembro de 1937 145
- N. 430 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 17 de maio de 1938 — Dispõe sobre a substituição gradativa, no Distrito Federal, da rede aérea de energia elétrica em

alta e baixa tensão por canalização subterrâneas e dá outras providências.....	145
N. 431 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — GUERRA — MARINHA — Decreto-lei de 18 de maio de 1938 — Define crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social.....	147
N. 432 — GUERRA — Decreto-lei de 19 de maio de 1938 — Regula o Ensino Militar no Exército.....	152
N. 433 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de maio de 1938 — Dá nova distribuição à Verba 1 — Pessoal II — Pessoal Extranumerário — Sub-consignação n. 2 do atual orçamento do Ministério do Trabalho.....	166
N. 434 — RELAÇÕES EXTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 350:000\$000, para atender a despesas com visitantes ilustres	167
N. 435 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 27:600\$000, para pagamento a um professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre..	167
N. 436 — AGRICULTURA — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de maio de 1938 — Prorroga por trinta dias o prazo estabelecido no art. 22, do decreto-lei n. 375, de 13 de abril de 1938.	168
N. 437 — MARINHA — Decreto-lei de 20 de maio de 1938 — Fixa as idades limites para a compulsória nos Quadros Auxiliares da Marinha, Auxiliares Fuzileiros Navais e Corpo de Patrões Mores.....	168
N. 438 — GUERRA — Decreto-lei de 20 de março de 1938 — Autoriza a aquisição de terrenos em Curitiba, e a aplicação de um saldo nas obras com a instalação de depósitos de viaturas, cereais e outros da Companhia Independente da Formação de Intendência.....	169
N. 439 — GUERRA — FAZENDA — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 20 de maio de 1938 — Extende a diversas instituições o disposto no art. 166, da Lei do Serviço Militar	170
N. 440 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de maio de 1938 — Atribue à Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra, em suas operações, as mesmas regalias, direitos e privilégios que à Fazenda Nacional..	170
N. 441 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de maio de 1938 — Determina como devem correr as despesas com as obras da Penitenciária Agrícola do Distrito Federal.....	171

N. 442 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 2.000:000\$000, destinado à Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.....	171
N. 443 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 2.708:000\$000, para combater a malária	172
N. 444 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 103:791\$000, para pagamento de antigos extranumerários.....	172
N. 445 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 36:918\$100, para pagamento a professores	174
N. 446 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 26 de maio de 1938 — Reorganiza a carreira de Fiscal de Seguros, do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.....	174
N. 447 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 138:000\$000, para pagamento de professores	175
N. 448 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 120:000\$000, para pagamento de prêmios	175
N. 449 — VIAÇÃO OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 39:950\$000, para pagamento de contribuição devida ao "Centro Automovilista del Uruguay"	176
N. 450 — FAZENDA — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 26 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 17:028\$400, para pagamento de pessoal	176
N. 451 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de maio de 1938 — Extingue o 8º Registro Fiscal de Seabra, no Território do Acre, e dá outras providências	177
N. 452 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 26 de maio de 1938 — Estende aos empregados em escritórios as disposições dos decretos que regulam a duração do trabalho no comércio.....	177
N. 453 — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 54:415\$100, para pagamento à firma Hime & Cia.....	178

	Págs.
N. 454 — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 85.520:372\$100, para pagamento da dívida flutuante..	178
N. 455 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de maio de 1938 — Abre, pelo Ministério da Guerra, o cré- dito suplementar de 2.800:000\$000 à verba que espe- cifica	179
N. 456 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 31 de maio de 1938 — Concede aposentadoria ao ba- charel Vitor Manuel Nunes, assegurando-lhe as vanta- gens em cujo gozo se acha.....	179
N. 457 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de maio de 1938 — Autoriza o Ministério da Guerra a entregar o "Forte de São Pedro" no Estado da Baía, mediante con- dições estipuladas em acordo.....	180
N. 458 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto- lei de 31 de maio de 1938. — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 34:438\$900, para pagamento de despesas de material.....	180
N. 459 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto- lei de 2 de junho de 1938 — Faculta aos governos esta- duais a fixação de regras para se fazer ou completar em padarias, depósitos de farinha de trigo, ou estabeleci- mentos congêneres, a mistura de que trata o art. 1º do decreto-lei n. 26, de 30 de novembro de 1937	181
N. 460 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de junho de 1938 — Abre, pelo Mi- nistério da Viação, o crédito especial de 5.000:000\$000, para início da construção do trecho ferroviário de Porto Esperança a Corumbá, na Estrada de Ferro Nordeste ao Brasil	181
N. 461 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — De- creto de 2 de junho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, um crédito suplementar de 4.400:000\$000, à verba que especifica	182
N. 462 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto- lei de 2 de junho de 1938 — Autoriza o Instituto de Apos- sentadoria e Pensões dos Comerciantes a efetuar emprés- timos a associações de classe, para financiamento da com- pra, construção ou reconstrução do respectivo edificio- sede	182
N. 463 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de junho de 1938 — Fica autorizada a alienação de parte ou de todo o terreno ocupado pela Imprensa Nacional.....	183
N. 464 — GUERRA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — De- creto de 3 de junho de 1938 — Manda incluir os estabele-	

	Págs.
cimentos subordinados ao Ministério da Guerra na concorrência para o fornecimento de energia elétrica....	184
N. 465 — GUERRA — Decreto-lei de 3 de junho de 1938 — Promove a general de brigada o coronel Sebastião do Rego Barros	184
N. 466 — FAZENDA — AGRICULTURA — Decreto-lei de 4 de junho de 1938 — Dispõe sobre a garimpagem e o comércio de pedras preciosas.....	185
N. 467 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de junho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de 950:000\$000, à verba que especifica	205
N. 468 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de junho de 1938 — Institue um concurso de veículos a gasogênio e dá outras providências.....	205
N. 469 — NÃO FOI PUBLICADO.	
N. 470 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 4 de junho de 1938 — Modifica o Quadro II do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.....	206
N. 471 — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de junho de 1938 — Cria, na Caixa de Amortização, dez lugares de ajudantes de tesoureiro e cinco de conferente de valores, e dá outras providências	207
N. 472 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de junho de 1938 — Abre, pelo Ministério do Trabalho, o crédito suplementar de 490:000\$ às verbas que especifica e dá outras providências.....	207
N. 473 — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de junho de 1938 — Autoriza aplicação de apólices da emissão realizada nos termos do decreto n. 1.967, de 15 de setembro de 1937..	210
N. 474 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 8 de junho de 1938 — Dispõe sobre o processo dos crimes da competência do Tribunal de Segurança Nacional	210
N. 475 — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de junho de 1938 — Modifica artigos do decreto-lei n. 426, de 12 de maio do corrente ano, que organizou o Tribunal de Contas.....	212
N. 476 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de junho de 1938 — Incorpora as carreiras de Médico Sanitarista dos Quadros II a VIII do Ministério da Educação e Saúde a do Quadro I, do mesmo Ministério..	213
N. 477 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 8 de junho de 1938 — Aprova a Convenção relativa ao mínimo de capacidade profissional dos capitães e oficiais de	

marinha mercante, firmada em Genebra a 5 de dezembro de 1936, por ocasião da 21ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.....	216
N. 478 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de junho de 1938 — Dá nova redação à sub-consignação 9, da verba 3 — Serviços e Encargos do orçamento vigente do Ministério da Agricultura.....	216
N. 479 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 8 de junho de 1938 — Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros	217
N. 480 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 8 de junho de 1938 — Aprova a Convenção relativa à admissão de menores ao trabalho marítimo, firmada em Genebra a 5 de dezembro de 1936, por ocasião da 22ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.....	219
N. 481 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 8 de junho de 1938 — Aprova a Convenção concernente às férias anuais remuneradas, firmada em Genebra a 18 de julho de 1936, por ocasião da 20ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.....	219
N. 482 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 8 de junho de 1938 — Aprova a Convenção relativa ao emprego das mulheres nos trabalhos subterrâneos das minas de qualquer categoria, firmada em Genebra a 18 de julho de 1935, por ocasião da 19ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.....	220
N. 483 — RELAÇÕES EXTERIORES — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 8 de junho de 1938 — Institue o Código Brasileiro do Ar.....	220
N. 484 — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de junho de 1938 — Revoga o art. 3º do decreto-lei n. 348, de 23 de março de 1938, e dá outras providências	241
N. 485 — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de junho de 1938 — Aumenta o imposto de 3 % para as remessas que não tenham origem em importação de mercadorias.....	241
N. 486 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 10 de junho de 1938 — Declara os feriados nacionais..	241
N. 487 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de junho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de 300:000\$000, à verba que especifica.....	242
N. 488 — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de junho de 1938 — Dispõe sobre a entrega, ao Departamento Nacional do	

	Págs.
Café, da Quota de Equilíbrio imposta à safra cafeeira de 1938/1939	242
N. 489 — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de junho de 1938 — Isenta de impostos estaduais e municipais as Quotas de Equilíbrio do Departamento Nacional do Café.....	243
N. 490 — GUERRA — Decreto-lei de 10 de junho de 1938 — Autoriza a aquisição de terrenos, em Lorena, para o 5º Regimento de Infantaria.....	243
N. 491 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de junho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 247:000\$000, para reparos no edifício da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil.....	244
N. 492 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 11 de junho de 1938 — Modifica o projeto e orçamento das obras do porto de Belmonte, no Estado da Baía.....	244
N. 493 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de junho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 51:000\$000, para pagamento de pessoal extranumerário	245
N. 494 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 14 de junho de 1938 — Dispõe sobre a apresentação de tese nos concursos para professor catedrático em estabelecimentos de ensino superior da Universidade do Brasil.....	245
N. 495 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 14 de junho de 1938 — Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de 20:717\$900 para pagamento de passagens requisitadas pela Fundação Rockefeller nos exercícios de 1930 e 1937	246
N. 496 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 14 de junho de 1938 — Estende aos Estados e Municípios as disposições de leis e regulamentos relativas às desapropriações do interesse da União ou do Distrito Federal.....	246
N. 497 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 15 de junho de 1938 — Regula a concessão de ajudas de custo para os funcionários diplomáticos e consulares.....	246
N. 498 — GUERRA — Decreto-lei de 15 de junho de 1938 — Reorganiza o quadro da arma de Aviação e dá outras providências	249
N. 499 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de junho de 1938 — Abre, pelo Ministério do Trabalho, um crédito especial de 1.000:000\$ para execução da lei referente ao salário mínimo.....	250
N. 500 — RELAÇÕES EXTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de junho de 1938 — Abre, pelo Ministério do	

Exterior, um crédito suplementar de 2.022:000\$000, às verbas que especifica.....	251
N. 501 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de junho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 104.984:230\$800 para pagamento do capital invertido pelo Estado de Minas Gerais na Rede Sul Mineira; e dá outras providências	252
N. 502 — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de junho de 1938 — Aprova as retificações feitas no decreto-lei n. 365, de 5 de abril de 1938, publicado no <i>Diário Oficial</i> de 11 do mesmo mês e ano.....	253
N. 503 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de junho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 39:735\$500, para pagamento de diferença de vencimentos.....	268
N. 504 — RELAÇÕES EXTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de junho de 1938 — Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 25:750\$000, para pagamento de representação a adidos comerciais.....	269
N. 505 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 16 de junho de 1938 — Torna extensivo aos empregados em usinas de açúcar e fábricas de álcool e aguardente o amparo da legislação trabalhista de que gozam os demais operários na indústria.....	269
N. 506 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 17 de junho de 1938 — Dispõe sobre a organização e revisão dos projetos de leis, regulamentos e instruções da competência legislativa da União.....	270
N. 507 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de junho de 1938 — Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de 104:000\$000, para pagamento à Repartição Internacional do Trabalho.....	270
N. 508 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 21 de junho de 1938 — Prorroga o prazo concedido no art. 1º das Disposições Transitórias do Decreto-lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937.....	271
N. 509 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 22 de junho de 1938 — Concede prazo às Faculdades de Direito dos Estados de Alagoas, Piauí e Santa Catarina para que se adaptem à legislação em vigor	271
N. 510 — GUERRA — MARINHA — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 22 de junho de 1938 — Dispõe sobre o processo e julgamento dos civis em foro militar	272

- N. 511 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 23 de junho de 1938 — Altera o inciso "b", capítulo II, cláusula XVI, do decreto n. 24.617, de 9 de julho de 1934... 273
- N. 512 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 23 de junho de 1938 — Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a celebrar contrato para o serviço de navegação entre Penedo e Piranhas, no Baixo São Francisco, e dá outras providências 273
- N. 513 — NÃO FOI PUBLICADO.
- N. 514 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de junho de 1938 — Destaca do vigente orçamento do Ministério da Agricultura a parcela de 91:454\$800, para despesas de pessoal do respectivo "Serviço do Pessoal", e dá outras providências 274
- N. 515 — RELAÇÕES EXTERIORES — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de junho de 1938 — Estabelece normas para pagamento do pessoal da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, criada pelo art. 4º, do Protocolo de 25 de novembro de 1937, e dá outras providências 274
- N. 516 — NÃO FOI PUBLICADO.
- N. 517 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de junho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 150:000\$000, para a instalação da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil 279
- N. 518 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de junho de 1938 — Modifica a discriminação da Verba I — Pessoal — II — Pessoal extranumerário — Sub-consignação n. 9 do vigente orçamento do Ministério da Educação..... 280
- N. 519 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de junho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 1.138:000\$000, para remodelação de serviços do Departamento dos Correios e Telégrafos 280
- N. 520 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de junho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 4:000\$000 para pagamento a Contadoria Geral de Transporte..... 281
- N. 521 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de junho de 1938 — Cria, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os Serviços do Material e de Comunicações, transforma a Diretoria de Contabilidade em Serviço de Contabilidade, e dá outras providências 281

	Págs.
N. 522 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 28 de junho de 1938 — Prerrega o prazo concedido no art. 16 do decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938, para a fixação do novo quadro de divisão territorial da República	282
N. 523 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 30 de junho de 1938 — Incorpora a taxa de conservação de calçamento à taxa de serviços municipais e dispõe sobre a cobrança desta, juntamente com o imposto predial, pela Prefeitura do Distrito Federal.....	283
N. 524 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 30 de junho de 1938 — Extingue cargos vagos na Secretaria da Câmara dos Deputados.....	284

DECRETOS-LEIS DE 1938

Decretos-leis de 1938 — Vol. II

DECRETOS-LEIS

1938

DECRETO-LEI N. 360 — DE 4 DE ABRIL DE 1938

Autoriza a execução do serviço de transporte de malas postais através de propriedades da Companhia Mate Laranjeira

O Presidente da República, atendendo ao que propoz o Ministério da Viação e Obras Públicas e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Viação e Obras Públicas autorizado a executar, pelo Departamento dos Correios e Telégrafos, o serviço de transporte de malas postais entre Presidente Epitácio e Porto Mendes, no Estado do Paraná, através de propriedades da Companhia Mate Laranjeira, com a instalação de agências onde se fizer necessária, mediante arrendamento ou expropriação de prédios adequados.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 361, DE 5 DE ABRIL DE 1938

Prorroga, por mais sessenta (60) dias, o prazo de permanência em seus cargos dos atuais Juizes do Tribunal Marítimo Administrativo.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição e atendendo à reorganização do Tribunal Marítimo Administrativo que ora se processa, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado, por mais sessenta (60) dias o prazo a que se refere o decreto-lei n. 171, de 5 de janeiro deste ano, para a permanência no exercício de suas funções dos atuais Juizes do Tribunal Marítimo Administrativo; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique Aristides Guilhem.

DECRETO-LEI N. 362 — DE 5 DE ABRIL DE 1938

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 200:000\$, para a Estação Experimental de Plantas Tésteis, em Alagoinha

O Presidente da República, tendo em vista a autorização contida na lei n. 481, de 21 de agosto de 1937, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 200:000\$000 (duzentos contos de réis), destinado a atender às despesas com as obras de instalação e respectivo aparelhamento da Estação Experimental de Plantas Tésteis, em Alagoinhas, Estado da Paraíba.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

Arthur de Souza Costa.

(*) DECRETO-LEI N. 363 — DE 5 DE ABRIL DE 1938

Abre, pelo Ministério do Trabalho, o crédito especial de 7.500:000\$000, para a representação do Brasil na Feira Mundial de Nova York

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de sete mil e quinhentos contos de réis) 7.500:000\$, destinado a atender às despesas (Serviços e encargos) com a representação do Brasil na Feira Mundial, que se deverá realizar em Nova York, no ano vindouro de 1939.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 364 — DE 5 DE ABRIL DE 1938

Aprova a Convenção para a repressão do tráfico ilícito de drogas nocivas, o Protocolo de assinatura e o Ato Final, firmados em Genebra a 26 de junho de 1936.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do art. 180 da Constituição promulgada em 10 de novembro de 1937:

Resolve aprovar a Convenção para a repressão do tráfico ilícito de drogas nocivas, o Protocolo de assinatura e o Ato Final, firmados em Genebra a 26 de junho de 1936.

Rio de Janeiro, em 5 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 365 — DE 5 DE ABRIL DE 1938

Aprova as alterações e correções feitas no novo regulamento para arrecadação e fiscalização do imposto de consumo, a que se refere o decreto-lei n. 301, de 24 de fevereiro de 1938

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, resolve aprovar as alterações e correções feitas no novo regulamento do imposto de consumo, a que se refere o decreto-lei n. 301, de 24 de fevereiro de 1938, as quais a este acompanham, assinadas pelo Ministro da Fazenda.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Alterações e correções feitas no novo regulamento do imposto de consumo, a que se refere o decreto-lei n. 301, de 24 de fevereiro de 1938, aprovadas pelo decreto-lei n. 365, desta data.

Art. 1°. O decreto-lei n. 301, de 24 de fevereiro de 1938, que expediu novo regulamento para arrecadação e fiscalização do imposto de consumo, será observado com as alterações e correções abaixo discriminadas:

1 — art. 4°, § 1° — *Fumo*:

VII — Fumo em corda, em folha ou em pasta, estrangeiro,
por quilograma ou fração, peso líquido..... \$600

Notas

2ª. De cada vintena de cigarros e cigarrilhas fabricados com fumo preparado na própria fábrica, além do imposto pago em estampilha, aposta aos mesmos, serão cobradas, por verba lançada pela repartição arrecadadora nas guias de aquisição das estampilhas, mais \$080, correspondente ao imposto do fumo empregado no fabrico. Estão igualmente sujeitas a essa verba as guias de aquisição das estampilhas que os fabricantes de cigarros e cigarrilhas com o fumo de produção alheia adquirirem além da proporção de 50 vintenas por quilograma de fumo adquirido.

§ 2°. *Bebidas*:

IV. Cerveja:

1º, fabricada sem resfriamento artificial para a fermentação, quer nos depósitos (tinhas, tôneis ou tanques) quer nos vasilhames em que ficar engarrafada, aguardando completa maturação, não filtrada e não adicionada de gás carbônico:

Por meia garrafa.	\$140
Por meio litro.	\$210
Por garrafa.	\$280
Por litro.	\$420

2º, fabricada pelo processo de resfriamento artificial, filtrada e pasteurizada, com graduação alcoólica até 3,2 %:

Por meia garrafa.	\$180
Por meio litro.	\$270
Por garrafa.	\$360
Por litro.	\$540

3º, fabricada pelo processo de resfriamento artificial, filtrada e pasteurizada, com graduação alcoólica superior a 3,2 %:

Por meia garrafa.	\$200
Por meio litro.	\$300
Por garrafa.	\$400
Por litro.	\$600

VII. Suco integral não fermentado, inclusive o concentrado pelo processo de vácuo, de uva ou de qualquer outra fruta, sem álcool de qualquer natureza:

1º, nacional:

Por meia garrafa.	\$050
Por meio litro.	\$075
Por garrafa.	\$100
Por litro.	\$150

2º, estrangeiro:

Por meia garrafa.	\$100
Por meio litro.	\$150
Por garrafa.	\$200
Por litro.	\$300

VIII. Vinho, assim considerado exclusivamente o produto obtido pela fermentação alcoólica da uva madura esmagada ou do suco da uva madura, nacional:

1º. Contendo menos de 10,8 % de álcool em volume:

Por meia garrafa.	\$050
Por meio litro.	\$075
Por garrafa.	\$100
Por litro.	\$150

2°. Contendo 10,8 % ou mais de álcool em volume:

Por meia garrafa	\$100
Por meio litro.	\$150
Por garrafa.	\$200
Por litro	\$300

IX. Bebidas obtidas exclusivamente pela fermentação alcoólica produzida pelo suco de plantas ou frutas do país, exceto a uva:

1°. Contendo menos de 10,8 % de álcool em volume:

Por meia garrafa.	\$050
Por meio litro.	\$075
Por garrafa	\$100
Por litro.	\$150

2°. Contendo 10,8 % ou mais de álcool em volume:

Por meia garrafa.	\$100
Por meio litro.	\$150
Por garrafa.	\$200
Por litro.	\$300

X. Vinhos espumosos e tipos "Champagne", nacionais:

.....

XI. Bebidas obtidas pela fermentação do suco de frutas que não a uva, ou plantas do país, e adicionadas de substâncias destinadas a conservar, adoçar, etc., e obrigatoriamente rotuladas como "Nectar":

.....

XII. "Vermouths", quinados e semelhantes, cuja graduação alcoólica não ultrapassar 18 graus e que forem fabricados no Brasil com o emprêgo de vinho nacional natural de uva ou de laranja, na proporção de 70 %, no mínimo, e de açúcar e álcool também nacionais:

.....

XIII. Graspa, assim compreendida a aguardente extraída do bagaço ou dos resíduos de uvas; aguardente de cana (cachaça), de mandioca (tiquira), de milho ou de batata, de produção nacional, ou de qualquer outra fruta ou planta do país, até 74° Gay Lussac (28° Cartier):

.....

XIV. Vinhos de procedência estrangeira, naturais de uva ou de qualquer outra fruta ou planta:

.....

XV. "Champagne" e outros vinhos espumosos de procedência estrangeira:

.....

Notas

.....

2ª. Considera-se matéria prima para o vinho o mosto, isto é, o produto do esmagamento da uva, com ou sem a presença de bagaço.

.....

4ª. O "chopp", de qualquer modo acondicionado, incide nas taxas da alínea IV, inciso 3º, qualquer que seja a sua graduação alcoólica.

5ª. As estampilhas do vinho nacional, empregadas nos "vermouths" e vinhos quinados de que trata a alínea XII, deverão ser entregues à repartição arrecadadora respectiva, de acordo com a letra l do § 1º, do art. 111, deste regulamento.

.....

7ª. Só se considera "vinho" o produto obtido pela fermentação alcoólica da uva madura esmagada ou do suco da uva madura, ficando proibida a venda sob tal denominação de produtos obtidos por outra qualquer forma.

Quando o líquido for obtido pela fermentação alcoólica do suco produzido por qualquer outra fruta ou por planta, a designação terá sempre de ser composta, acrescentando-se logo o nome da fruta ou planta fermentada. Exemplo: "vinho de cajú", "vinho de laranja", etc. (Lei n. 459, de 20 de outubro de 1937, art. 2º e seus §§ 1º e 2º). *Multa de 2:500\$ a 5:000\$000.*

8ª. As bebidas constantes da alínea XI serão obrigatoriamente rotuladas como "Nectar". *Multa de 500\$ a 1:000\$000.*

.....

10. A verificação do teor alcoólico das bebidas a que se refere a alínea XIII far-se-á sempre em alcoômetro de escala Gay-Lussac, a 15º centígrados.

§ 7º. *Perfumarias e artigos de toucador:*

.....

Notas

.....

5ª. As loções, tônicos, águas de Colônia e demais preparações semelhantes, de que trata a alínea II, quando perfumadas e pesarem bruto menos de 125 gramas, ficam sujeitas às taxas da alínea I. E os produtos de que tratam as alíneas VII e VIII, quando acondicionados de forma a que o peso bruto seja inferior a 120 gramas, ficam sujeitos às taxas da alínea V.

.....

9ª. É permitida a selagem na base de \$100, por 20 gramas ou fração; das preparações para tinturas de cabelos e barbas, quando esses produtos, semelhantes àqueles a que se refere a alínea IV deste parágrafo, se apresentem em estado sólido ou pastoso e desde que

sua venda ao consumidor seja feita por unidade, considerado como tal o pacote contendo duas "tablettes".

§ 8º. *Especialidades farmacêuticas:*

(Selagem direta)

Classe I:

Cápsulas, pílulas, cachets, tablóides, comprimidos, gélulas, ovóides, pastilhas, pérolas, drágeas, glóbulos, confeitos, balas, grânulos, acondicionados em estojos, vidros, caixas, envelopes ou outros quaisquer envólucros, contendo de produto:

Pesando, em média, cada unidade, até 30 centigramas:

Até 2 unidades	\$020
De mais de 2 até 6 unidades.....	\$040
De mais de 6 até 12 unidades.....	\$060
De mais de 12 até 36 unidades.....	\$080
De mais de 36 até 60 unidades.....	\$150
De mais de 60 até 100 unidades.....	\$300

O que exceder de 100 unidades pagará mais \$300, por 100 unidades ou fração.

Pesando, em média, cada unidade, mais de 30 centigramas:

Até 2 unidades	\$020
De mais de 2 até 6 unidades.....	\$060
De mais de 6 até 12 unidades.....	\$100
De mais de 12 até 50 unidades.....	\$200
De mais de 50 até 100 unidades.....	\$400

O que exceder de 100 unidades pagará mais \$400 para cada quantidade de 100 ou fração.

.....

Notas

1ª. Especialidade farmacêutica é todo produto que, trazendo nos seus rótulos, etiquetas ou bulas, indicações terapêuticas, dose e modo de usar, etc. é vendido sob denominação especial, em embalagem destinada ao consumidor e que, ao contrário dos produtos officinais, carece de licença especial da Saúde Pública para ser posto à venda.

.....

7ª. Os produtos da classe VII, quando officinais e dispensados de licença da Saúde Pública, ficarão sujeitos apenas a 10 % das taxas estabelecidas na respectiva tabela, com exceção dos soros também officinais e dispensados da referida licença, tais como os glicosados, fisiológicos, lactosados e outros, sobre os quais incidirá a quarta parte (25 %) das referidas taxas.

§ 9º. *Conservas:*

(Selagem direta, exceto quanto ao bacalhau e ao peixe a granel de origem estrangeira, cujo imposto será cobrado por verba, na ocasião do despacho.)

I —	Carnes e peixes (exceto o bacalhau) em conserva, de produção nacional, acondicionados em latas, tinas, barricas ou caixas; e as línguas secas, de fumeiro e em salmoura, a granel ou de qualquer modo acondicionadas, por quilograma ou fração, peso bruto.	\$050
II —	Carnes e peixes em conserva, de procedência estrangeira, conservas de carne de qualquer espécie, presuntos, línguas afiambradas, chouriços, linguiças, salchichas, salames, mortadelas, galantine, queijo-porco, salpicão, morcela, extratos, caldas, pastas, geléias e outras preparações semelhantes não medicinais; ostras, mariscos, camarões e outros crustáceos de qualquer espécie, em conserva de vinagre, azeite ou de qualquer outro modo preparados; por 100 gramas ou fração, peso bruto.	\$040
III —	Bacalhau, por quilograma ou fração, peso bruto	\$200
IV —	Mostarda em massa ou em pó, pimenta, canela em pó, simples ou composta, fermentos em pó ("baking powder"), tais como "Royal", "Bhering" e outros, condimentos culinários, molho inglês e colorantes, acondicionados em caixas, latas ou vidros, e fermentos vivos, tais como "Fleischmann", "Cruz Quebrada" e outros, de qualquer modo acondicionados, por 100 gramas ou fração, peso bruto.	\$030
V —	Legumes e frutas em conservas, simples ou mixtos, em massa, salmoura ou de qualquer outro modo preparados, por 100 gramas ou fração, peso bruto.	\$040
VI —	Doces de qualquer espécie, preparados em calda, massa, geléia, açúcar cristalizado, etc., frutas secas ou passadas, em calda ou em compota, de procedência nacional, por 250 gramas ou fração, peso bruto.	\$060
VII —	Idem, idem, de procedência estrangeira, por 250 gramas ou fração, peso bruto.	\$100
VIII —	Chocolate comum de refeição, em pó ou em massa, de produção nacional, por 50 gramas ou fração, peso bruto.	\$010
IX —	Chocolate comum de refeição, em pó ou em massa de procedência estrangeira, e o de qualquer outra qualidade e procedência, em pó ou em massa, por 100 gramas ou fração, peso bruto.	\$060
X —	Biscoitos, bolachas e semelhantes, acondicionados em latas e outros envoltórios, por 50 gramas ou fração, peso bruto.	\$020
XI —	Cereais e farináceos, que se apresentarem semimóidos, em lâminas, flocos ou de qualquer outro modo beneficiados, quando acondicionados em latas, pacotes, caixas, vidros ou sacos, de peso bruto até dois quilogramas; farinhas alimentícias compostas, assim considerada a mistura de quaisquer farinhas ou a adição, a uma ou a mais de uma, de açúcar, cacau, chocolate, leite, ovo, ou outra substância que aumente ou modifique suas propriedades ali-	

	mentares; leite condensado ou concentrado, em emulsão, em pó ou em qualquer outro estado, por 125 gramas ou fração, peso bruto.....	\$020
XII —	Balas, caramelos e pastilhas de goma por 100 gramas ou fração, peso bruto.....	\$020
XIII —	Fantasia de chocolate, bonbons, fondantes, confeitos e semelhantes, por 50 gramas ou fração, peso bruto.	\$030
XIV —	“Marrons-glacés” e semelhantes, por 10 gramas ou fração, peso bruto.....	\$020

Notas

1ª — Compreende-se por “chouriço” a tripa grossa, cheia de carne com gordura e temperos e seca ao fumo; por “linguiça”, o chouriço delgado; e por “morceia”, a tripa cheia de sangue de porco.

2ª — É permitida a selagem englobada dos produtos das alíneas VIII e X, que, acondicionadas em pequenos volumes, tenham de ser expostos à venda em caixas, latas ou outros envoltórios até o peso bruto máximo de 1.000 gramas.

3ª — Nos produtos das alíneas XII e XIII é também permitida a selagem englobada, mas somente quando contenham um único envoltório, ou sem envoltório, acondicionados em caixas, latas ou outros envólucros, em volumes do peso bruto de 1.000 gramas.

Quando, entretanto, contiverem mais de um envoltório, ficarão sujeitos à selagem por unidade, na razão de \$010 por 10 gramas ou fração.

Considera-se primeiro envoltório a lâmina de estanho, chumbo, alumínio, ou outro metal, o papel celofane, o cristal, o parafinado, ou outros quaisquer, que envolvam cada produto, em contato direto com ele, e segundo envoltório qualquer rótulo, etiqueta, lâmina ou papel de qualquer natureza envolvendo o primeiro.

4ª — As conservas alimentícias, quando acondicionadas em recipientes de louça ou vidro, pagarão o imposto pelo peso líquido legal, fixado em 30 % do peso bruto a tara desses recipientes.

5ª — No peso bruto das demais conservas compreende-se tão somente o da mercadoria no seu primeiro envoltório, externo ou interno.

§ 12 — *Tecidos*

II — Tecidos de cânhamo, juta ou outras fibras não especificadas, simples ou mistos, por metro ou fração:

1º —	Crús	\$050
2º —	Brancos, tintos ou estampados	\$100

IV — Tecidos de linho com outras fibras ou com algodão, por metro ou fração:

1º —	Crús	\$200
2º —	Brancos, tintos ou estampados	\$250
3º —	Bordados crús, brancos, tintos ou estampados.....	\$400

VII — Brocados, lhamas, telas e outros tecidos próprios para vestes sacerdotais e ornamentos de igreja, por 100 gramas ou fração:

1º — Lavrados ou bordados de ouro, prata entrefina ou falsa, com ou sem matizes.....	\$700
2º — Lavrados ou bordados, com assento ou fundo de ouro ou prata, entrefina ou falsa.....	\$900
3º — Idem, idem, com ramos soltos ou ligados, de ouro ou prata, com ou sem matizes.....	1\$000
4º — Idem, idem, com assento de ouro ou prata.....	1\$500

Notas

10ª — Os tecidos da alínea IV, incisos 1º e 2º, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 8\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa do inciso 3º da mesma alínea (\$400), e todos da referida alínea, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 16\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa de \$800, por metro ou fração.

11ª — Os tecidos mixtos da alínea V, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 15\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa de 1\$000 por metro ou fração, e estes, bem como os de lã pura da mesma alínea, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 30\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa de 2\$000 por metro ou fração.

12ª — Os tecidos da alínea VI, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 15\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa de 1\$000 por metro ou fração, e quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 30\$000, ficam sujeitos à taxa de 2\$000 por metro ou fração.

13ª — Aos preços “da fábrica ou da importação”, a que se referem as notas anteriores (8ª a 12ª), aplicam-se as regras contidas no art. 67, letras *a* e *b* deste regulamento.

14ª — Os retalhos de tecidos de seda, de que trata a alínea VI, quando de dimensão inferior a tres metros, deverão ser selados diretamente em cada metro, na razão de metro ou fração, seja qual fôr o tamanho dos mesmos.

§ 13 — Artefatos de tecidos e de peles.

I — Cobertores e mantas ou colchas para cama, lençóis, chales, echarpes, fichús, cache-nês e semelhantes, panos atalhados para mesa, cobertas aveludadas ou cheias de algodão em pasta ou de qualquer outra matéria e toalhas para mesas, em peças ou não, por unidade:

2º — De lã ou de linho composto com outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %.....	1\$000
3º — De lã ou de linho puro ou de seda, em que a percentagem desta seja superior a 10%.....	3\$000

II — Fronhas, guardanapos e panos para copa, em peças ou não, por unidades:

3º — De lã pura, de linho simples ou mixto, ou de seda, em que a percentagem desta seja superior a 10%....	\$500
--	-------

III — Toalhas para piso de banheiro, banho, rosto ou mão, por unidade:

1° — De algodão puro ou com outra qualquer matéria, exceto o linho:

a) até 0m,50 de comprimento e 0m,25 de largura.....	\$040
b) de mais de 0m,50 até 0m,90 de comprimento e de largura até 0m,65.....	\$100
c) de mais de 0m,90 até 1m,20 de comprimento e de qualquer largura	\$200
d) de mais de 1m,20 até 1m,70 de comprimento e de qualquer largura	\$300
e) de outras quaisquer dimensões, no comprimento ou na largura	\$400

V — Paninhos bordados, rendados ou não, inclusive os confeccionados ou constituídos pelas próprias rendas, os "brise-brise" e os tampos para fronhas, por peça, ainda que se trate de guarnição:

XII — Gravatas, por unidade:

2° — De lã ou de linho puro ou com outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %, ou de algodão, com outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 % \$500

XIII — Espartilhos, cintas, modeladores, "soutien-gorges" e semelhantes, por unidade:

XIV — Meias, por pé:

2ª — De linho simples ou mixto; de algodão ou de lã, mixtos com outra ou outras matérias, excetuadas a seda:

XV — Sobretudos, capas, pelerines, palas, capotes, japonas, "manteaux" e casacos de agasalho, para ambos os sexos:

XVI — Artefatos de tecidos de ponto de meia ou de malha, com ou sem costura, para ambos os sexos, tais como: blusas, casacos, camisas, camisetas, capas, capotes, chales, "cache-cols", combinações, corpinhos, coletes, ceroulas, cuécas, calças, calções, sungas, "maillots" e outras quaisquer roupas para banho, echarpes, gravatas, "manteaux", "peignoirs", pijama, "pull-overs", "sweaters", quimonos, "soutien-gorges", saias, vestidos e semelhantes, por unidade:

- 3º — De lã ou de linho puro ou com mescla de outra ou de outras matérias, inclusive a seda até 10 %..... 1\$000

XVII — *Rendas feitas a máquina:*

Por 10 gramas ou fração, peso líquido:

XVIII — Fitas, alças, galões, tiras, golas, palas, entremeios, cadarços, "soutaches", tranças, trancelins, cordões, franjas, borlas, aplicações, bordados ou não; por 10 gramas ou fração, peso líquido:

- 3º — De seda pura ou com outra qualquer matéria em que a percentagem da seda seja superior a 10 %..... \$150

XIX — *Sacos, por unidade:*

De algodão, cânhamo, juta ou outras fibras:

- 1º — Até 0^m,30 de comprimento e 0^m,22 de largura..... \$010
 2º — De mais de 0^m,30 até 0^m,60 de comprimento e 0^m,45 de largura..... \$030
 3º — De mais de 0^m,60 até 1^m,20 de comprimento e 0^m,85 de largura..... \$050
 4º — De outras quaisquer dimensões, no comprimento ou na largura..... \$080

Notas

1ª — Os artefatos de tecidos mesclados com matéria não especificada pagarão a taxa correspondente à matéria tributada.

4ª — Os artefatos de tecidos, a que se referem as alíneas I a IV, VIII, IX, XI, XIII e XIV, quando enfeitados com rendas, entremeios ou bordados, pagarão o dobro das respectivas taxas, assim não se considerando, porém, as simples "baguettes" das meias, ainda que com pequena figura ou ornato como remate, ou uma letra ou monograma bordado com linha de algodão, em qualquer outro artefato.

8ª — Considera-se lenço o artefato que, em sua maior dimensão, não exceder de 0^m,50, salvo o confeccionado com tecido de algodão puro, cuja maior dimensão não exceder de 0^m,90. Os que ultrapassarem tais tamanhos incidirão nas taxas da alínea I deste parágrafo.

§ 16 — *Chapéus e bengalas*

II — Chapéus para cabeça, para homens e meninos:

1º — De crina, madeira, palha de arroz, carnaúba, celuloide, trigo e semelhantes e os fabricados com fitas ou tiras de papel enroladas ou não.....	\$600
--	-------

Notas

2ª — Os chapéus de cabeça para senhoras e meninas, reformados ou para reforma, só poderão permanecer ou sair das fábricas com uma etiqueta colada a goma forte ou costurada, onde se leia a expressão: — “Reforma” — em caracteres bem visíveis, além do nome e residência da respectiva proprietária sob pena de serem considerados sujeitos ao imposto. *Multa de 500\$ a 1:000\$000.*

§ 17 — *Louças e vidros*

c) — objetos de louça ou de vidro para os serviços de mesa, tais como: copos, cálices, garrafas, compoteiras, pratos, fruteiras, açucareiros, saleiros, galheteiros, colheres, garfos, porta-facas e objetos semelhantes; idem para outros usos, tais como: caixas para qualquer fim, licoreiros, *verre-d'eau*, *tête-à-tête*, jarros, bacias e mais pertences de lavatório, vasos e frascos grandes de farmácia, padaria e confeitaria, de boca larga, esmerilhados ou não, garrafas, escarradeiras, açucenas para castiçais, mangas, cúpulas, globos, redomas chaminés para candieiro, refletores, lampeões e lamparinas, tinteiros, pesos para papéis, maçanetas para portas e janelas, tubos para máquinas, copos, graduados, seringas, funis graduados ou não, lubrificadores para máquinas, tubos conta-gotas, sifões, retortas balões e objetos semelhantes para laboratórios químicos e farmacêuticos, vasos próprios para pilhas elétricas, com ou sem tampa de barro ou vidro, provetes e objetos semelhantes.

VIII — Vidros de qualquer tamanho para acondicionamento de bebidas e outros líquidos (garrafas, garrafões, frascos e semelhantes).....	\$020
--	-------

§ 18 — *Ferragens (artefatos de ferro e de outros metais)*

Maçanetas, máquinas para picar, laminar carne e fins semelhantes; molduras para espelhos, retratos ou estampas; moringues, marmitas para condução de alimentos e outros fins, martelos e marretas;

Por 250 gramas ou fração, peso líquido:

3º — de cobre ou níquel.....	\$050
4º — de alumínio.	\$075

II — Facas, colheres, garfos, conchas, trinchantes e semelhantes, por 250 gramas ou fração, peso líquido:

1º — de ferro, aço, zinco, chumbo ou alumínio, simples ou com cabo de qualquer desses metais..... \$040

.....

Notas

1ª — Os artefatos da alínea I, quando bronzeados, cromados, prateados, dourados, esmaltados, estanhados, latonados, niquelados ou zincados, no todo ou em parte, pagarão o dobro das respectivas taxas.

.....

§ 19 — *Café torrado ou moído e chá*

(Selagem direta)

I — Café torrado, de qualquer forma acondicionado, por quilograma ou fração, peso líquido..... \$100
 II — Café moído, em tabletes, caixas, latas, sacos ou outros envoltórios, por 100 gramas ou fração, peso líquido..... \$020
 III — Chá, em tabletes, caixas, latas, sacos ou outros, envoltórios, por 25 gramas ou fração, peso líquido.. \$030

§ 20 — *Banha, manteiga e sucedâneos*

(Selagem direta)

I — Banha de porco e gordura de coco, derretidas ou preparadas, em latas, caixas, frascos ou outros envoltórios, por 250 gramas ou fração, peso líquido. \$010

.....

§ 26 — *Tintas e vernizes*

.....

VII — Matérias ou substâncias de tinturaria ou pintura, tais como: acetatos ou piro-lenhitos de alumínio, amônio, chumbo, cromo, cobre, ferro, potássio, sódio, strôncio e urânio, por 100 gramas ou fração, peso bruto..... \$050

§ 29 — *Pincéis para barba e obras de cutelaria*

.....

3º — Canivetes, raspadeiras e espátulas para escritório, alicates para unhas ou peles, e tesouras para unhas, cabelo, costura, escritório e usos semelhantes, por unidade:

Até o preço de 1\$000..... \$050
 De mais de 1\$000 até 2\$000. \$100
 De mais de 2\$000 até 5\$000. \$200
 De mais de 5\$000 até 20\$000. \$400
 De mais de 20\$000 até 50\$000. 1\$000
 De mais de 50\$000..... 2\$000

.....

§ 30 — *Pentes, escovas, espanadores e vassouras*

1° — De tartaruga, marfim, madrepérula, metais preciosos, simples ou mixtos.....	1\$000
2° — De alumínio, madeira, osso ou chifre, celulósido, galalite ou outras matérias.....	\$100

§ 31 — *Brinquedos*

Do preço de 2\$000 até 5\$000.....	\$100
------------------------------------	-------

§ 32 — *Artefactos de couro e de outros materiais*

VIII — Carteiras, bolsas, porta-moedas, porta-lenços e semelhantes, de qualquer feitio ou qualidade e para qualquer fim, sacos para viagem, de qualquer matéria, e cintos e suspensórios de qualquer matéria que não seja tecido ou borracha:

§ 33 — *Jóias, obras de ourives, bijuterias e objetos de adorno*

Colares, cordões ou trancelins, cruzes, chatelaines, carteiras, cigarreiras, charuteiras, caixas para rapé, para pó de arroz, para termômetros e semelhantes, castões para bengalas e guarda-chuvas, para chicotes e rebengues, canetas, canetas-tinteiros e lapiseiras, correntes para relógios, para chaves e usos semelhantes, centros de mesa, cinzeiros, cofres para jóias, caixas de fantasias;

§ 35 — *Aparelhos sanitários*

(Selagem direta)

Banheiras, lavatórios, mictórios, urinóis, vasos (W. C.), bidet, bacias, pias de lavagem e despejos, escarradeiras e artigos semelhantes de grés impermeável, simples, vidrado ou esmaltado, de louça, de metal polido, pintado, envernizado, esmaltado ou coberto de qualquer outra matéria:

Até o preço de 10\$000.....	\$200
De mais de 10\$000 até 25\$000.....	\$500

§ 36 — *Ladrilhos, mosaicos, azulejos e outros materiais*

- V — Tacos de madeira, de qualquer feitio ou tamanho,
para pavimentação. \$400
- VI — Manilhas ou tubos, para qualquer fim:
-

§ 38 — *Material fotográfico e cinematográfico (máquinas, papel
placas e filmes).*

.....

§ 41 — *Linhas, cordoalha e botões*

.....

II — Linhas e fios para bordar, coser, serzir, crochet, tricot e semelhantes:

1º — Retorcidos com duas ou mais pernas, de algodão, linho, caíro, esparto ou outras fibras, simples ou mixtos:

Por 10 gramas ou fração, peso líquido..... \$010

2º — Frouxos ou torcidos, de seda (linha, retroz, torçal) e de lã, simples ou mixtos:

Por 10 gramas ou fração, peso líquido..... \$020

.....

Notas

1ª — O barbante que tiver menos de meio milímetro de diâmetro é considerado linha.

2ª — Os produtos constantes da alínea II pagarão o imposto, qualquer que seja a forma de acondicionamento (caixas, maços, pacotes, etc.), pelo total do conteúdo de cada envoltório, desde que as unidades acondicionadas tenham o peso máximo de 25 gramas e o volume o de 500 gramas, sendo os selos colados no envoltório. Não se compreendem nas disposições desta nota as lãs, simples ou mixtas (alínea II, inciso 2º), sujeitas à selagem por unidade.

3ª — Pela expressão “peso líquido” entende-se o da linha, fio ou cordoalha, inclusive os continentes (carretéis, tubos, talas, etiquetas, etc.), excluído assim, o peso das caixas e demais envoltórios.

2 — Art. 7º

.....

e) — os artigos que a fábrica produzir e aplicar, no próprio estabelecimento, como matéria prima ou secundária, na composição de outros artigos tributados de sua produção;

h) *sobre bebidas:*

os vinhos empregados como matéria prima na fabricação do álcool e do vinagre, quando os respectivos estabelecimentos fabris estiverem localizados na mesma circunscrição fiscal e pertencerem à mesma firma;

i) *sobre alcohol:*

.....

IV — o alcool de uva empregado como matéria prima na fabricação dos vinhos licorosos e compostos, quando os respectivos estabelecimentos fabris estiverem na mesma circunscrição fiscal e pertencerem à mesma firma;

j) *sobre calçado:*

k) *sobre perfumarias:*

l) *sobre especialidades farmacêuticas nacionais:*

as amostras das registradas e aprovadas pela Saúde Pública, distribuídas gratuitamente a médicos e a hospitais, pelos fabricantes, diretamente ou por intermédio de seus agentes e visitantes, e que não se façam acompanhar de bula, observadas as seguintes regras:

1ª — a quantidade de amostras a distribuir é limitada a 20 % da produção mensal para os medicamentos que tenham um ano ou menos de registrados e aprovados por aquele departamento e a 10 % da produção mensal para aqueles que tenham mais de um ano de registrados e aprovados pelo mesmo departamento;

2ª — os rótulos apostos diretamente aos produtos (amostras) e os envoltórios com que são distribuídos, conterão, obrigatoriamente, o nome do remédio, sem referência à moléstia ou grupo de moléstias a cuja cura se destina, firma do fabricante, local da fábrica, número e data do registro e aprovação da Saúde Pública e em caracteres bem visíveis: "Amostra gratuita para distribuição a médicos e a hospitais", sendo permitido imprimir apenas as duas primeiras palavras em cada ampola, quando o medicamento assim for apresentado, feita, porém, a declaração por inteiro nos recipientes que as contiverem e o teor da regra seguinte (3ª);

3ª — só é permitida a existência de amostras gratuitas de especialidades farmacêuticas nas fábricas respectivas, seus depósitos e agentes, nos consultórios médicos e estabelecimentos hospitalares;

4ª — as amostras distribuídas na forma deste regulamento serão escrituradas na coluna das "Observações" do livro da escrita fiscal e acompanhadas de notas de entrega discriminativas dos produtos, extraídas de talão numerado seguidamente, copiadas a carbonô e indicando o nome do destinatário dos remédios;

5ª — quando a distribuição das amostras se operar por intermédio de agentes ou visitantes, deverá ser também extraída pelo fabricante a nota de entrega com as indicações a que se refere a alínea anterior.

m) *sobre conservas:*

n) *sobre vinagre e óleos adequados à alimentação:*

o oleo de coco

o) *sobre tecidos:*

as amostras que não excedam de 0m,30 de comprimento e de qualquer largura, contendo a indicação impressa no tecido: "sem valor comercial"; sendo que para os tecidos estampados de algodão puro poderão ter até 0m,45 de comprimento.

p) *sobre artefactos de tecidos:*

q) *sobre papel e seus artefactos:*

r) *sobre chapéus:*

I — os chapéus nacionais de palha ordinária ou de fibra e os de tecidos de algodão, sem carneira, nem forro, cujo preço de venda da fábrica não exceda de 2\$000, e os de palha de carnaúba sem guarnição;

II — as formas, cascos, carapuças ou carcassas de palha (que não sejam de Chile, Perú, Panamá, Manilha e semelhantes), pêlo, lã ou de outra qualquer matéria, destinados a fabricantes registrados do produto;

IV — os chapéus de couro próprios para tropeiros, as toucas para recém-nascidos e as carapuças, compreendendo-se por "carapuça" o barrete de forma cônica ou arredondada, de qualquer tecido, sem aba e de copa alta, de extremidade dobrada ou não, desde que não se confunda com o gorro para meninos ou meninas ou com boinas em geral.

s) *sobre louças e vidros:*

as ampolas e os tubos para medicamentos.

t) *sobre lâmpadas, pilhas e aparelhos elétricos:*

Os acumuladores ou baterias para automóveis, quando de produção nacional.

u) *sobre eletricidade:*v) *sobre artefactos de borracha:*x) *sobre brinquedos:*

os de preço inferior a 2\$000 (da fábrica ou da importação).

y) *sobre jóias, obras de ourives, bijuterias e objetos de adorno:*z) *sobre fogões e fogareiros:*

3 — Art. 8º — Ninguém poderá fabricar, beneficiar, transformar, ter em depósito, vender ou expor à venda, produto sujeito ao imposto de consumo, sem se achar habilitado com o competente registo.

4 — Art. 10 — Na obrigação do registo estão compreendidos:

a) — os fabricantes e os comerciantes, quer em estabelecimentos, quer em residência particular, inclusive os depósitos;

5 — Art. 11:

§ 1º — As salinas em que a evaporação ao sol e ao vento for o único processo industrial e cuja produção não exceder de 10.000 quilos anuais e os lavradores que fabricarem graspa, álcool, aguardente de cana ou de mandioca ou vinho, empregando somente produtos de suas lavouras ou das de seus colonos ou empregados, quando a produção anual não exceder de 10.000 litros englobadamente, pagarão 60\$000.

6 — Art. 12:

b) — os armazens das fazendas e cooperativas, para suprimento exclusivo dos trabalhadores ou associados, quando não tiverem portas abertas para a via pública;

e) — os lavradores que, unicamente com uvas de sua lavoura, fabricarem vinho em quantidade não excedente de 10.000 litros anuais e que o venderem exclusivamente a fabricantes beneficiadores registrados e localizados na própria zona vinícola;

7 — Art. 15:

§ 2º — Tratando-se da obtenção de registro para casa nova, os interessados deverão exibir ao encarregado do respectivo serviço o contrato social ou certidão do registro da firma, expedida pela repartição competente.

§ 7º — Quando se tratar de contribuinte que não tenha capital registrado nem contrato social por onde conhecê-lo, e sobrevenha dúvida em torno daquele indicado na guia de pedido de patente, o chefe da repartição arrecadadora fornecerá a patente, mas colherá informações nos estabelecimentos bancários para, então, exigir qualquer diferença porventura devida. Não sendo possível a obtenção desses informes recorrerá, ainda, como elemento subsidiário ao volume das operações mercantis do negócio, confrontando-o com o de outros da mesma categoria.

8 — Art. 18:

Parágrafo único — Os comerciantes, nos casos deste artigo, são obrigados a mencionar no verso da patente o nome por extenso do encarregado da venda ou o número do veículo. *Multa de 150\$000 a 300\$000*

9 — Art. 19 — Os contribuintes que não se acharem quites com a Fazenda Nacional, isto é, condenados por decisão passada em julgado, assim como os responsáveis ou fiadores que não tiverem solvido seus compromissos no prazo legal, não poderão obter, renovar ou transferir para outrem o seu registro, nem alterar a firma concessão da mesma sem prévio pagamento ou depósito da multa e do imposto devido na repartição arrecadadora competente. Também não será fornecida patente de registro à firma nova de que faça parte sócio quotista, solidário ou comanditário que não se achar quites com a Fazenda Nacional, nos termos deste artigo.

10 — Art. 21 — As transferências de registro por aquisição de estabelecimento ou alteração de firma deverão ser requeridas pelos novos proprietários à estação fiscal competente, no prazo de 60 dias, instruído o pedido com a patente de registro da antiga firma e os documentos justificativos da transferência.

11 — Art. 22:

.....
 § 2º — A patente de registo de comerciante ambulante só será válida na zona fiscal da repartição que a houver concedido, salvo quando no mesmo município houver mais de uma repartição arrecadadora.

12 — Art. 25:

.....
 f) — quando ficar apurado que faz parte da firma concessionária da patente sócio quotista, solidário ou comanditário devedor à Fazenda Nacional de imposto, taxa ou multa.

13 — Art. 31:

.....
 h) — os estabelecimentos industriais que fabricarem artigos sujeitos ao imposto de consumo apenas para emprego, como matéria-prima ou secundária, na composição de outros artigos tributados de sua própria indústria;

i) — as empresas fornecedoras de electricidade que tiverem assinado contrato para arrecadação do imposto de consumo.

14 — Art. 43:

.....
 Parágrafo único — Os fabricantes de cigarros e cigarrilhas preparados com fumo da própria fábrica, além da importância das estampilhas para esses produtos, pagarão, por verba, nas respectivas guias, o imposto relativo ao fumo a empregar, na razão de \$080 por vintena ou fração, representada na quantidade das estampilhas pedidas.

15 — Art. 48:

.....
 c) — aos responsáveis ou fiadores que, devidamente intimados, não houverem solvido no prazo legal os seus compromissos para com a Fazenda;

16 — Art. 52 — Nenhum comerciante poderá ter estampilhas em quantidade excedente de 5 % à necessária ao estampilhamento das mercadorias existentes em seu estabelecimento, sob pena de serem apreendidas as excedentes. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

17 — Art 57 — As estampilhas serão aplicadas:

§ 1º — As especiais para tecido de seda, de tres em tres metros, adaptadas por meio de cola e costura ou cola e clip, envolvendo a orela do pano em ambas as faces, a partir do início do primeiro metro da peça ou corte, sendo que nos tres últimos metros a aplicação das estampilhas será feita metro a metro. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000.*

§ 3º — As retangulares, simples:

j) — nas rendas, golas, palas, fitas, alças, galões, tiras e entremeios bordados, cadarços, tranças, trancelins, "soutaches", cordões e franjas, em cada unidade, coladas de modo que uma parte da estampilha atinja o produto e a outra o envoltório ou cinta, rótulo ou etiqueta:

18 — Art. 60 — A aplicação das estampilhas deverá ser feita por meio de goma forte, de modo que sua aderência aos produtos ou às guias seja perfeita e deles não possam ser retiradas, permitido, além da goma forte, o uso de "clip" ou grampo ou a costura a mão ou a máquina.

Parágrafo único — Nas gravatas e nas meias as estampilhas serão também costuradas a máquina ou presas com "clip".

19 — Art. 62 —

Parágrafo único — Provada a boa fé do expositor, a responsabilidade recairá apenas sobre o vendedor.

20 — Art. 67 — Sempre que o pagamento do imposto estiver condicionado à circunstância do preço de venda, embora dependa também de outras circunstâncias, regulará:

a) — para os produtos nacionais o preço de venda da fábrica, desde que não existam depósitos pertencentes à mesma firma da fábrica, ou depósitos dos mesmos produtos pertencentes a firmas das quais faça parte o respectivo fabricante ou a firmas em que um ou mais sócios sejam também sócios da firma fabricante, não compreendidos nesta parte os acionistas, ou ainda depósitos exclusivos dos seus produtos, casos em que o preço de venda desses depósitos será, então, o regulador para a cobrança do imposto; entendendo-se por "depósito exclusivo" o estabelecimento ou estabelecimentos comerciais que, situados ou não fora da sede da fábrica, forem os únicos vendedores ou adquirentes, por qualquer forma ou título, de um, de mais de um ou de todos os produtos da fábrica, vendam ou não mercadorias semelhantes e diferentes, de outra procedência.

§ 5º — Os tecidos, bem como as demais mercadorias para as quais não haja obrigatoriedade de apresentação de tabela à repartição fiscal competente, não se compreendem na disposição do § 3º.

21 — Art. 72 — Os fabricantes de mercadorias sujeitas ao imposto de consumo, excetuados os de "louças e vidros", "ferragens e artefactos de ferro e de outros metais", "jóias e bijuterias", "ladrilhos, mosaicos, azulejos e outros materiais" e "cordoalhas", são obrigados a aplicar em seus produtos rótulos que tragam impressos a situação da fábrica, com indicação da rua e número, nome do fabricante ou da empresa fabril registrada na estação arrecadadora competente, ou marca fabril devidamente registrada, e a expressão — Indústria Brasileira.

§ 2º — A marcação dos tecidos deverá ser feita por meio de decalcomania, em distância não maior de tres metros, com a indicação — Indústria Brasileira — em qualquer lugar, ou com frisos verde e amarelo na orela, sendo as demais indicações constantes deste artigo gravadas, também por meio de decalcomania, nos tecidos de lã pura ou mixta, ainda em distância não menor de tres metros em qualquer lugar, e, nos demais tecidos, em um espaço de dimensões nunca inferiores a 0^m,16 X 0^m,08, nas duas pontas de cada peça, não podendo o vendedor cortar do fim da peça essas indicações.

§ 4º — Os que tiverem de expor mercadorias, acondicionadas de modo diferente do recebido, são obrigados a aplicar ao novo volume rótulos nas condições deste artigo e que indiquem ainda a origem do produto; se estrangeira, o país produtor, e se nacional, o nome do fabricante e o Estado em que foram produzidas.

§ 5º — Os fabricantes de produtos que pagam o imposto em razão do peso, excetuados os não obrigados à rotulagem, deverão mencionar nos rótulos ou etiquetas apostas aos seus artigos o peso que serviu de base à incidência do imposto de consumo; os de especialidades farmacêuticas, a classe, peso, quantidade, volume ou capacidade; e os de alcool e de bebidas alcoólicas a respectiva gradação.

§ 7º — Nas especialidades farmacêuticas a que se refere a nota 1ª ao § 8º do art. 4º, nas bebidas e no vinagre, além das exigências deste artigo, os rótulos deverão conter o número e data do registo e aprovação da Saúde Pública; na cerveja de que trata o inciso 1º da alínea IV do § 2º do art. 4º, a declaração "fabricada sem resfriamento artificial". *Multa de 500\$ a 1:000\$ aos infratores deste artigo e §§ 1º a 7º.*

§ 9º — Constitue contravenção a posse, existência ou exposição à venda de amostras gratuitas, mesmo seladas, de especialidades farmacêuticas, nas farmácias, drogarias ou quaisquer outros estabelecimentos comerciais, excetuados os de que trata a letra b do parágrafo anterior, quando acompanhadas da nota indicativa do médico ou hospital a que se destinar. *Multa de 2:500\$ a 5:000\$000.*

22 — Art. 74 — Não é permitido assinalar, vender ou expor à venda mercadorias nacionais com rótulos escritos no todo ou em parte em lingua estrangeira, salvo se contiverem estes, em português. os dizeres exigidos pelo art. 72, com a expressão — Indústria Brasileira — em lugar destacado e letras maiores do que quaiques outras. *Multa de 2:500\$ a 5:000\$000.*

23 — Art. 76 —

Parágrafo único — As fábricas a que se referem as alíneas III a X da mesma tabela deverão rotular os respectivos produtos antes de lhes darem saída ou de remetê-los para a secção de venda a varejo, salvo as exceções contidas na alínea II da letra b do art. 54, que seguem o regime deste artigo. *Multa de 500\$ a 1:000\$ aos infratores deste artigo ou de seu parágrafo.*

24 — Art. 84 — Os produtos sujeitos ao imposto por guia, quando tiverem de ser beneficiados ou acabados em outra fábrica, de propriedade do mesmo dono, deverão transitar sem pagamento do respectivo imposto, mediante as formalidades estatuídas neste regulamento, desde que tenham de voltar à fábrica de origem ou de ser vendidos na do beneficiamento ou acabamento, onde, então, terá lugar o pagamento do imposto.

Parágrafo único — Os fabricantes de tecidos de seda que remeterem os seus produtos para beneficiamento ou acabamento em fábricas ou tinturarias de outras firmas deverão obedecer também às prescrições deste artigo, somente no caso em que os referidos tecidos tenham de voltar à fábrica de origem, para serem aí vendidos.

25 — Art. 87, § 2º —

b) — posteriormente a dez dias, a contar da data do recebimento, tanto o remetente como o recebedor ou expositor, cessando a responsabilidade do remetente, no caso de falta ou insuficiência de imposto diretamente verificada em produto apreendido depois de um ano da data do recebimento.

26 — Art. 88 —

§ 3º — Nestas notas ou faturas os fabricantes indicarão também o número e a data da guia selada, quando o imposto for pago por essa forma. *Multa de 500\$ a 1:000\$ aos infratores deste artigo ou dos seus parágrafos.*

27 — Art. 90 — O termo de responsabilidade pela exportação de mercadorias para o estrangeiro, com isenção do imposto, deverá ser levantado dentro do prazo de 30 dias, mediante apresentação, pelo exportador, de documentos oficiais que provem a saída das mesmas mercadorias do território nacional.

28 — Art. 95 — É proibida a venda a torno de álcool, vinagre e bebidas, com exceção do “chopp” acondicionado em barris automáticos. *Multa de 500\$ a 1:000\$000.*

29 — Art. 97 — É proibida a baldeação, no ato da entrega ao comprador, dos líquidos, acompanhados em barris, em latas, ou em garrações de mais de cinco litros, salvo quando se tratar de acondicionamento em vasilhame adaptado a condução por cargueiro, ou de gasolina e óleos minerais, álcool ou aguardente, transportados em vagões-tanques, tonéis, pipas ou meias pipas, respeitada em qualquer caso a restrição do parágrafo único do art. 81. *Multa de 1:000\$ a 2:000\$000.*

30 — Art. 111, § 1º —

c) — a encerrar até o quinto dia útil de cada mês a escrituração relativa ao mês anterior do livro de que trata a letra b, transportando para o mês seguinte os saldos dos produtos e das estampilhas, discriminadas estas pelos seus formatos e taxas, bem assim a apresentar à repartição arrecadadora local, até o último dia de cada mês, cópia autêntica da escrituração relativa ao mês anterior. É dispensado o lançamento da produção, na escrita dos fabricantes de que tratam os *itens* ns. I e II da letra a, da tabela de registo, e as letras c e d do art. 12, salvo quando se tratar de produtos que pagam o imposto por meio de guia ou dos que podem sair da fábrica acompanhados de estampilhas, cuja produção deve ser lançada. *Multa de 200\$ a 400\$000.*

j) — a franquear ao agente do fisco, não só o exame do estabelecimento e suas dependências, a qualquer hora do dia e da noite, se à noite estiver funcionando, como também, a qualquer hora do dia, o exame de sua escrituração fiscal e comercial. Constitue embaraço à fiscalização a recusa de qualquer dessas exigências. *Multa de 5:000\$ a 10:000\$000.*

l) — a entregar até o décimo dia útil de cada mês, à repartição arrecadadora local, as estampilhas recebidas com as mercadorias que tenham sido empregadas durante o mês anterior, na confecção ou preparo ou desdobramento dos produtos de sua fabricação, mediante guia modelo XLVIII-A, visada pelo agente fiscal, mencionando na coluna das observações do respectivo livro fiscal o recebimento e o recolhimento das estampilhas, a entrada das mercadorias, bem como a quantidade destas empregada na fabricação dos produtos. *Multa de importância igual ao valor das estampilhas não recolhidas, nunca inferior a 500\$, salvo quando se tratar de estampilhas recebidas com álcool pelos desdobradores ou com álcool, vinho ou vinho de laranja pelos fabricantes de vinhos compostos (quinados e "vermouths") caso em que a multa não será inferior a 5:000\$000;*

m) — a apresentar à repartição arrecadadora local, para ser visada, uma guia em triplicata (modelo XVIII) da mercadoria a ser exportada para o estrangeiro, com isenção do imposto, ou da enviada a comerciante por grosso, para o mesmo fim (modelo XIX), devendo a 1ª via ficar arquivada naquela repartição e as duas outras acompanhar a mercadoria desde a fábrica até a repartição em que se processar o despacho. Em ambas será averbado o despacho de exportação, mencionando-se o número e data da respectiva nota, bem como o nome do navio, arquivando-se a 2ª via, e entregando-se a 3ª ao exportador. No caso de se tratar de exportação direta e por via marítima ou postal, cumpre ao fabricante, dentro do prazo de 15 dias, contados da data do visto da repartição arrecadadora local, apresentar a esta a 3ª via, para o fim de ser transcrita na 1ª via a averbação referida, depois do que será a mesma devolvida ao interessado. *Multa igual ao valor do imposto, além da obrigação do pagamento deste:*

§ 4º — Os de bebidas, em geral, álcool, vinagre, azeite e óleos adequados à alimentação e tintas:

m) — os de vinhos compostos:

I — A fabricá-los contendo, no mínimo, 70 % de vinho nacional (natural de uva) ou de laranja e 18 %, no máximo, de graduação alcoólica, empregando álcool e çucar nacionais e a usar no engarrafamento e encaixotamento vidraria e caixotaria exclusivamente naraçamento e encaixotamento vidraria e caixotaria exclusivamente nacionais.

n) — os de cerveja são ainda obrigados:

.....
 III — A dar saída à cerveja de que trata o inciso 1º, alínea II, § 2º, do art. 4º, com as estampilhas apostas aos recipientes, inutilizadas na forma do art. 63, trazendo sempre a indicação da data (dia, mês e ano) da sua saída da fábrica, devendo essa indicação ser feita por meio de carimbo, com tinta de impressão indelevel ou a picote. Só os recipientes da cerveja desse tipo, devolvidos às fábricas, poderão sair destas com as respectivas estampilhas inutilizadas com a data do dia anterior. *Multa de 2:500\$ a 5:000\$000.*

§ 5º — Os de calçados:

A cumprir o disposto no art. 4º, § 6º, nota 1ª, devendo declarar na nota ou fatura dos produtos vendidos, não só o preço de venda da fábrica, como o que servir de base ao estampilhamento. *Multa de 1:000\$ a 2:000\$000.*

.....
 § 9º. Os de tecidos, louças e vidros, ferragens e cimento:

.....
 § 11 — Os de café torrado e moído:

a) — a acondicionar o café torrado ou moído, para venda a varejo a comerciantes ou a consumidor, somente em pacotes bem ajustados, caixas ou latas, devidamente fechados, que tenham o peso mínimo de 100 gramas e o máximo de 10 quilogramas, podendo ser feitos pacotes de peso não inferior a 100 gramas para serem acondicionados em volumes, ajustados e devidamente fechados, de um a 10 quilogramas. Quando se tratar de volume de cinco a 10 quilogramas, cada uma das estampilhas apostas ao volume conterá, em algarismos, a data da entrega ou remessa da mercadoria. *Multa de 600\$ a 1:200\$000.*

.....
 § 12 — Os de moer café:

a) — a acondicionar o café moído somente em pacotes bem ajustados, latas ou caixas, devidamente fechados, que tenham o peso mínimo de 100 gramas e o máximo de 10 quilogramas, podendo ser feitos pacotes de peso não inferior a 100 gramas para serem acondicionados em volumes de um a 10 quilos, devidamente fechados. Quando se tratar de volume de cinco a 10 quilogramas, cada uma das estampilhas apostas ao volume conterá, em algarismos, a data da entrega ou remessa da mercadoria. *Multa de 600\$ a 1:200\$000.*

.....
 c) — a ter um livro de acordo com o modelo XI, no qual lançará diariamente o movimento de entrada e saída dos produtos e das estampilhas recebidas e compradas. *Multa de 200\$ a 400\$ aos que não observarem as formalidades relativas à escrita e de 500\$ a 1:000\$ aos que não tiverem o livro.*

.....
 § 15 — Os de ladrilhos, mozaicos, azulejos e outros materiais:

a) — a lançar, por metro quadrado, no livro de modelo XXIV de que trata o § 1º, letra b, a produção e consumo das mercadorias, pagando o imposto das frações de 25 decímetros quadrados na razão da quarta parte da taxa correspondente.

31 — Art. 112 —

§ 1º — Aos atacadistas em geral:

b) — fornecer ao comprador negociante uma nota ou fatura, devidamente numerada, de todos os produtos vendidos, discriminando-os pela quantidade, peso, espécie e número de volumes, e declarando se selados ou a quantidade e a importância das estampilhas que os acompanharão. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos que não preencherem as formalidades exigidas na nota ou fatura, e de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não fornecerem nota ou fatura;*

f) — a franquear ao agente do fisco, não só o exame do estabelecimento e suas dependências, a qualquer hora do dia e da noite, se à noite estiver funcionando, como também, a qualquer hora do dia, o exame de sua escrituração fiscal e comercial. Constitue embaraço à fiscalização a recusa de qualquer dessas exigências. *Multa de 5:000\$000 a 10:000\$000.*

§ 9º — Aos retalhistas em geral:

d) — a franquear ao agente do fisco, não só o exame do estabelecimento e suas dependências, a qualquer hora do dia e da noite, se à noite estiver funcionando, como também, a qualquer hora do dia, o exame de sua escrituração fiscal e comercial. Constitue embaraço à fiscalização a recusa de qualquer dessas exigências. *Multa de 5:000\$000 a 10:000\$000.*

§ 12 — Aos retalhistas de essências simples ou combinadas e óleos puros, naturais, ou artificiais, que constituem matérias primas para perfumarias:

c) — apor em cada vidro ou recipiente a que se refere a letra anterior uma etiqueta indicando, em caracteres bem visíveis, o peso bruto de essências ou óleo contido no respectivo vidro ou recipiente. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não apuserem a etiqueta e de 2:500\$000 a 5:000\$000 aos que nela indicarem peso inferior ao real e, assim, tenham pago insuficientemente o imposto:*

32) — Art. 115 — No interesse da Fazenda Nacional, os agentes fiscais procederão a exame da escrita geral dos contribuintes, sendo obrigatória a apresentação dos livros que possuírem: “Diário”, Copiadores de cartas e de faturas e demais livros auxiliares tais como: “Contas-Correntes”, “Razão”, “Borrador”, “Costaneira”, talões de notas ou de faturas e quaisquer outros. *Multa de 5:000\$000 a 10:000\$000.*

§ 1º — Se for recusada a exibição dos livros comerciais registrados no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, o agente do fisco intimará o contribuinte a apresentá-los no prazo de 48 horas,

lavrando o competente auto, se não for cumprida essa exigência, e levando o fato ao conhecimento do chefe da repartição, para o devido procedimento. Quando houver a recusa de qualquer livro (fiscal, ou comercial não registrado), a lavratura do auto independerá da referida intimação. *Multa deste artigo.*

.....
33) — Art. 117
.....

§ 5º — Não são suscetíveis de apreensão o “Diário” e outros livros comerciais registrados no Departamento Nacional de Indústria e Comércio.

.....
34) — Art. 122
.....

§ 2º — No caso de devolução de mercadorias, os respectivos efeitos deverão acompanhá-las na forma indicada neste artigo.

§ 3º — Quando ficar provado que o remetente das mercadorias entregou os efeitos fiscais ao transportador, a multa a ser aplicada recairá na razão de 50 % a cada um. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000 aos infratores deste artigo e seus parágrafos.*

.....
35) — Art. 150 — Os agentes fiscais, bem como quaisquer funcionários incumbidos da fiscalização, poderão penetrar nas fábricas e nas casas comerciais de produtos tributados, assim como nos respectivos depósitos, afim de exercerem a fiscalização, a qualquer hora do dia ou da noite, desde que tais estabelecimentos estejam em funcionamento.

36) — Art. 151 — Para fiscalizar a descarga do sal grosso, nacional ou estrangeiro, da gasolina e óleos, e auxiliar a fiscalização das mercadorias sujeitas ao imposto de consumo, submetidas a despacho, a Alfândega do Rio de Janeiro requisitará da Recebedoria do Distrito Federal até quatro agentes fiscais.

.....
37) — Art. 152 — Os que desacatarem, por qualquer maneira, os funcionários incumbidos da fiscalização no exercício de suas funções, e os que, por qualquer meio, impedirem a fiscalização, serão punidos na forma do Código Penal, lavrando o funcionário ofendido o competente auto, segundo o modelo LII, acompanhado do rol das testemunhas, afim de ser remetido ao procurador da República pela repartição local.

Parágrafo único — Verificada qualquer das hipóteses mencionadas neste artigo, o funcionário poderá prender o ofensor ou infrator e solicitar, para esse fim, auxílio da força pública ou das autoridades policiais.

.....
38) — Art. 154
.....

l) — fiscalizar a descarga de gasolina e óleo estrangeiros, importados a granel, e fazer a revisão de despachos aduaneiros no que diz respeito ao imposto de consumo;

.....

39) — Art. 166

d) — examinar, a bem da arrecadação e fiscalização, quando se tornar necessário, os livros e documentos das coletorias e mesas de rendas não alfandegadas, determinando as providências urgentes, necessárias ao bom funcionamento dos mesmos serviços, e dando ciência à autoridade superior de qualquer irregularidade verificada:

40) — Art. 167

e) — propor, fundamentadamente, às Recebedorias do Distrito Federal e da capital do Estado de São Paulo, ou às delegacias fiscais nos Estados, conforme a subordinação, a suspensão do agente fiscal encontrado em falta.

41) — Art. 175 — As matérias de concurso serão: português (ortografia, análise e redação), francês (leitura, tradução e análise), inglês (leitura, tradução e análise), aritmética (especialmente em relação às operações em uso no comércio e nas repartições de Fazenda), álgebra (até equações de 2º grau, inclusive), geografia geral, especialmente do Brasil, escrituração mercantil por partidas dobradas e aplicada à Contabilidade Pública, noções de Direito Comercial e Administrativo, de Economia Política e de Finanças e Legislação de Fazenda.

42) — Art. 183 — Os agentes e inspetores fiscais, os particulares e quaisquer funcionários terão direito à metade da importância efetivamente arrecadada das multas que forem impostas em virtude dos autos, representações ou notificações que lavrarem, com exceção daqueles que as impuserem ou confirmarem.

§ 5º — Das multas impostas em virtude de diligência procedida por mais de um funcionário, a quota será repartida igualmente entre os que, como autuantes, subscreverem o auto.

§ 6º — Das multas impostas em virtude de denúncia de qualquer origem, devidamente assinada e dirigida ao chefe da repartição, a quota a repartir caberá em partes iguais ao denunciante e aos funcionários que fizerem a diligência e subscreverem o auto, salvo quando o denunciante o for de firma de que seja ou tenha sido auxiliar ou preposto, casos em que não terá direito a qualquer participação nas multas, cabendo todas aos funcionários diligenciantes.

43) — Art. 196 — § 7º.

d) — por notificação feita pelo Correio, comprovada pelo recibo (A. R.), datado e firmado pelo destinatário e que será anexado ao processo;

44) — Art. 206 — Apurando-se, no mesmo processo, infração de mais de uma disposição deste regulamento, pela mesma pessoa ou firma, ser-lhe-á aplicada somente uma pena, que será a maior das em que estiver incurso.

45) — Art. 208 — Nenhuma reconsideração de despacho ou decisão será permitida, salvo quanto às notificações relativas a registro, no caso do art. 228, ou quando se tratar de decisão do Conselho de Contribuintes.

46) — Art. 216

§ 5º — A multa que tiver de ser imposta ao importador de produtos estrangeiros por motivo de diferença a que se refere o parágrafo anterior, obedecerá ao regime aduaneiro, incidindo sobre o valor da diferença, desde que seja superior a 50\$000 ou mais de 2 % do faturado, e terá por base as declarações da guia visada pelo agente fiscal em confronto com o resultado da verificação nela averbada pelo conferente.

47) — Art. 219, § 6º

c) — aos que, tendo assinado termo de responsabilidade para exportação de mercadorias para o estrangeiro com isenção de imposto, não provarem, dentro do prazo de 30 dias, a sua saída do território nacional.

§ 8º — de 5:000\$000 a 10:000\$000:

a) — aos que, para iludir a fiscalização ou fugir ao pagamento do imposto, simularem, viciarem, alterarem ou falsificarem documentos, bem como aos que falsificarem a escrituração de qualquer dos seus livros;

48) — Art. 224

§ 1º — Findo esse prazo, se não houver sido a multa depositada ou paga na repartição arrecadadora competente, salvo o disposto no art. 229, será extraída certidão da dívida, para a cobrança executiva, cumpridas as disposições dos decretos-leis ns. 5 e 42, de 13 de novembro e 5 de dezembro de 1937, respectivamente.

49) — Art. 231

Parágrafo único — O recurso perempto também será encaminhado, mediante os requisitos do § 1º, do art. 229, à instância superior, a quem cabe julgar da perempção.

50) — Art. 233 — As decisões por equidade são da competência privativa do Ministro da Fazenda e mediante proposta do Conselho de Contribuintes.

Parágrafo único — A proposta da aplicação do princípio de equidade só poderá ter lugar em casos excepcionais e deverá ser encaminhada ao Ministro da Fazenda acompanhada de informações sobre os antecedentes da firma.

51) — Art. 247 — É concedido o prazo de 90 dias para que se habilitem com o necessário registro os fabricantes e comerciantes dos novos produtos taxados por este regulamento.

52) — Art. 248 — A exigência da obrigatoriedade do engarrafamento de vinho (nacional natural de uva) fica adstrita aos prazos que forem estabelecidos pelo Ministério da Agricultura para o funcionamento dos entrepostos de que trata o decreto n. 2.499, de 16 de março de 1938.

53) — Art. 249 — Revogam-se as disposições em contrário.

54) — Modelo XXII

Termo de garantia e fiança entre a Fazenda Nacional e F.....
.....como abaixo se declara:

A..... diado mês de.....
mil novecentos e....., compareceu nesta (nome da repartição),
o senhor F....., proprietário da fábrica de.....
sita à rua n.º....., desta cidade.....
e na presença do senhor (chefe da repartição), declarou que, de conformidade com o art. 111, § 1º, letra n, do regulamento anexo ao decreto.....
vinha assinar o presente termo de garantia e fiança pela importância de (réis por extenso), correspondente ao imposto de consumo sobre (discriminação dos artigos pelas quantidades, espécies e taxas de imposto), que nesta data, conforme a guia que apresentou, visada pelo agente fiscal F....., despacha pela (nome da empresa de transporte) para A....., residente em..... obrigando-se a provar, dentro do prazo de trinta dias, sua saída do território nacional e responsabilizando-se, na falta desta prova, pela mencionada importância acrescida da multa regulamentar, dando o declarante em garantia o penhor da mesma responsabilidade toda a mercadoria existente em seu estabelecimento, as arnações, móveis, utensílios e mais efeitos comerciais, que constituem o ativo de seu negócio, ficando assim a Fazenda Nacional com toda propriedade dos mencionados bens, sem qualquer turbacão da posse imediata, se dentro do prazo de trinta dias, contado da data da intimação, não for paga em dinheiro a importância mencionada neste termo, acrescida da multa.

Declarou também o mesmo senhor F....., obrigar-se sob as penas da lei, a entregar à Fazenda Nacional, representada no senhor (chefe da repartição), ou em quem de direito, os mesmos bens desde que sejam reclamados, se não for satisfeito o compromisso neste termo contraído.

E para os devidos e legais efeitos, eu (o escrivão), lavrei o presente termo, que vai assinado pelo senhor (chefe da repartição), e pelo declarante.

(Data e assinatura sobre selo de valor proporcional).

Art. 2º — Estas alterações e correções entrarão em vigor na data da sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de abril de 1938. — A. de Souza Costa.

DECRETO LEI N. 366 — DE 11 DE ABRIL DE 1938

Incorpora ao Código de Minas, decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934, novo título, em que se institue o regime legal das jazidas de petróleo e gases naturais, inclusive os gases raros.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. — Ficam incorporados, como Título VIII, ao Código de Minas, decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934, os dispositivos constantes do presente decreto-lei, revogadas as disposições em contrário.

TÍTULO VIII

CAPÍTULO ÚNICO

Das jazidas de petróleo e gases naturais

Art. 96. A lei não reconhece o domínio privado de particulares, como já instituído, sobre jazidas de petróleo e gases naturais, pelo fato de não ter sido descoberta nenhuma jazida desta classe suscetível de utilização industrial, enquanto vigorou o direito de acesso da propriedade do sólo sobre as minas.

Parágrafo único. Ficam de nenhum efeito os manifestos e registros de jazidas de petróleo e gases naturais que, porventura, hajam sido efetuados, com fraude da lei, na conformidade do art. 10 deste Código.

Art. 97. As jazidas de petróleo e gases naturais acaso existentes no território nacional pertencem aos Estados ou à União, a título de domínio privado imprescritível, na seguinte conformidade:

a) pertencem aos Estados as que se acharem em terras do seu domínio privado, ou em terras que, tendo sido do seu domínio privado, foram alienadas com reserva expressa, ou tácita por força de lei da propriedade mineral;

b) pertencem à União, em todos os demais casos.

Art. 98. O hélio ou outros gases raros que se encontrem puros, ou de mistura com os demais gases naturais, constituem reserva da Nação.

§ 1º. Quando durante a pesquisa ou lavra de um depósito, por entidades particulares, se encontrar hélio ou outros gases raros, puros ou misturados com hidrocarburetos gazosos, o concessionário será obrigado a separá-los e a entregar os primeiros em sua totalidade ao Governo Federal.

§ 2º. O Governo Federal pagará ao concessionário o custo da separação, mediante prévia comprovação do mesmo, e ao Governo Estadual, quando for o caso, a quota de participação atribuída por este Código ao proprietário das jazidas de que trata este Título.

§ 3º. No caso de se encontrarem puros o hélio ou outros gases raros, o Governo Federal adquirirá o poço que os produza, pelo custo, com o acréscimo de quinze por cento (150/0); e terá o direito de instalar por sua conta, dentro dos terrenos concedidos,

tudo o aparelhamento necessário ao tratamento dos gases, sob a condição de não perturbar os trabalhos do concessionário.

Art. 99. A pesquisa e a lavra das jazidas da classe X são reguladas pelas disposições gerais deste Código, em tudo quanto não esteja especialmente modificado neste Título.

Art. 100. A pesquisa abrange tão somente a fase de prospecção, sendo que a pesquisa propriamente dita será compreendida na concessão de lavra.

§ 1º. Para a autorização de pesquisa a unidade de área corresponde a dois mil (2.000) hectares, e cada autorização não poderá abranger mais de dez (10) unidades.

§ 2º. Nenhuma pessoa natural ou jurídica poderá possuir, simultaneamente, mais de duas (2) autorizações de pesquisa, em continuidade ou não, dentro de cada zona reconhecidamente petrolífera.

§ 3º. Considera-se zona reconhecidamente petrolífera a compreendida em um círculo de cinquenta quilômetros de raio, em cujo centro se encontre um poço produtivo.

§ 4º. Em zonas ainda não reconhecidamente petrolíferas poderão ser concedidas, no máximo, até cinco (5) autorizações, em continuidade ou não.

§ 5º. A autorização de pesquisa terá a duração máxima de três (3) anos, durante os quais serão realizados os trabalhos de reconhecimento geológico e mais investigações feitas à superfície, e não poderá ser prorrogada.

§ 6º. Sem prejuízo das condições previstas no art. 19 deste Código, o pesquisador será obrigado a fornecer anualmente informações detalhadas dos resultados obtidos nos trabalhos de pesquisa, devidamente assinadas pelos engenheiros ou geólogos sob cuja direção estiverem os ditos trabalhos, sob pena de caducidade da autorização.

§ 7º. Todas as informações e planos apresentados serão considerados como confidenciais, enquanto esteja em vigência o período de pesquisa, e não poderão, portanto, ser publicados, nem dados a conhecer a particulares sem autorização do pesquisador.

Art. 101. A lavra compreenderá duas (2) fases:

I, a de preparação, seja a execução de sondagens e demais operações preliminares, cujo início terá lugar na data do registro do título a que alude o art. 41, § 2º, e durará três (3) anos, prorrogáveis no máximo por igual período, a juízo do Governo, desde que tenha sido satisfeita a obrigação instituída no art. 103;

II, a de produção, que terá início no dia imediato ao da expiração do prazo fixado para a fase anterior.

§ 1.º A concessão de lavra só poderá abranger uma unidade de área de dois mil (2.000) hectares, dentro de cada autorização de pesquisa.

§ 2.º Ao processo de concessão de lavra não se aplicam os dispositivos dos arts. 33, 34 e 35 deste Código, sendo expedido o título definitivo antes da demarcação no terreno do perímetro da concessão, e observando-se para dita demarcação os trâmites que se seguem à expedição do título provisório.

Art. 102. O plano de lavra de que trata o n. I do art. 42, deste Código, compreenderá, apenas, os trabalhos a serem executados na fase de preparação, estabelecendo a marcha das sondagens, que não poderá ser retardada ou suspensa, sob pena de caducidade, salvo motivo de força maior.

Parágrafo único. Ao entrar na fase de produção, o concessionário completará o plano de lavra, apresentando um relatório descritivo das construções e instalações projetadas, acompanhado de esquemas de tratamento do petróleo, plantas, perfis, cortes e mais dados e esclarecimentos técnicos necessários.

Art. 103. Durante os três (3) primeiros anos da fase de preparação deverá ser praticada pelo menos uma perfuração de profundidade não inferior a seiscentos (600) metros, para cada concessão, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado ou se for encontrado petróleo em quantidade comercial em menor profundidade.

Art. 104. A perfuração de cada poço far-se-á mediante prévia autorização do Governo, à vista de plena justificação técnica, instruída com plantas, perfis geológicos e mais dados que determinem a locação do poço.

§ 1.º Considera-se concedida a autorização se, dentro do prazo de sessenta (60) dias contados da data de entrada do requerimento na repartição competente, o Governo não se tiver pronunciado.

§ 2.º Ao emitir parecer sobre os pedidos de autorização para perfurações, o órgão técnico deverá ter em vista as condições geológicas e econômicas do depósito, não lhe cabendo, todavia, determinar a locação dos poços, mas, tão somente, comprovar se ditas locações estão indicadas de acordo com os princípios científicos e não afetem de modo prejudicial a capacidade de produção dos poços em atividade.

Art. 105. É proibida a lavra de petróleo por um só poço, a menos que as condições naturais do depósito justifiquem a prática contrária, a juízo do Governo, ouvido o órgão técnico.

§ 1.º O máximo de produção de cada poço será determinado, em cada caso particular, pelo Governo, com audiência do órgão técnico.

§ 2.º Em caso de desacordo entre o Governo e o concessionário sobre o máximo de que trata o parágrafo anterior, a divergência será resolvida por uma comissão de (3) três peritos, dos quais, um nomeado pelo Governo, outro pelo concessionário, e o terceiro de comum acordo entre as duas partes. A decisão do laudo pericial será fixada por ato do ministro da Agricultura.

§ 3.º Enquanto não for resolvida a divergência, o concessionário deverá sujeitar-se ao que tiver sido determinado pelo Governo, na conformidade do disposto no § 1.º.

Art. 106. O Governo, ouvido o órgão técnico, determinará o número máximo de poços por meio dos quais deverá ser lavrado um depósito de petróleo e gases naturais, de acordo com as condições peculiares ao depósito.

§ 1.º Em caso de desacordo entre o Governo e o concessionário, a divergência deverá ser resolvida por perícia, dentro de sessenta (60) dias, na forma do § 2º do artigo anterior.

§ 2.º Enquanto não se der solução a divergência, o concessionário não ficará obrigado às determinações que lhe tiverem sido feitas na conformidade deste artigo.

Art. 107. Sem prejuízo das condições previstas no art. 42 deste Código, o concessionário terá que satisfazer ainda as seguintes obrigações:

I, enviar ao Departamento Nacional da Produção Mineral relatórios semestrais sobre o estado das perfurações com todos os detalhes técnicos relativos aos horizontes petrolíferos atravessados, as espessuras destes, à natureza do óleo mineral e seu provável rendimento, acompanhados de amostras dos testemunhos das sondagens e perfis das mesmas;

II, dar conhecimento imediato à mesma repartição de todas as ocorrências anormais ou de caráter grave durante as sondagens, especialmente dos lençóis dagua encontrados e das medidas adotadas para evitar os inconvenientes deles decorrentes,

III, tamponar eficazmente os poços que forem improdutivos ou que só tenham produzido gases, tomando todas as precauções necessárias para impedir o movimento migratório das águas, de um para outro horizonte, ou a perda de gases;

IV, fechar temporariamente o poço que se revelar produtivo, até que se efetue a inspeção oficial;

V, comunicar a produção mensal de cada poço;

VI, fazer, no país, o beneficiamento e destilação do petróleo obtido, enquanto o Governo não julgar oportuno a exportação do petróleo bruto;

VII, não celebrar contratos com governos estrangeiros, nem com sociedades a eles por qualquer forma ligadas, referentes a pesquisa, lavra, refinação ou utilização dos produtos;

VIII, o fiscal do Governo terá ampla autoridade para conhecer todos os atos administrativos e financeiros do concessionário, podendo sustar a execução daqueles que contrariem disposições expressas da concessão;

IX, o Governo poderá, em qualquer tempo, encampar a lavra, pagando uma indenização calculada não só sobre o capital realmente investido, mas também sobre o lucro líquido verificado no quinquênio anterior, levado em consideração o grau de esgotamento da jazida ou o seu tempo provável de duração;

X, os balanços anuais do concessionário serão sujeitos à aprovação do Governo.

§ 1.º O prazo para a realização da inspeção oficial a que se refere o n. IV, é de trinta (30) dias a contar da data do recebimento do aviso de terminação da sondagem.

§ 2.º Expirado o prazo estabelecido no paragrafo anterior sem que tenha sido feita a inspeção, e até que esta se efetue, fica o concessionário autorizado a extrair o petróleo correspondente à metade da capacidade produtiva do poço.

Art. 108 O concessionário de lavra deverá pagar ao Governo Federal, a escolha deste, a quota de nove por cento (9%) da produção de petróleo bruto, ou o valor correspondente em dinheiro, ficando desobrigado do pagamento da quota instituída pelo artigo 42, n. IX, letras a e b, deste Código.

§ 1.º Quando o depósito petrolífero for de propriedade estadual, a quota de que trata este artigo será dividida, em partes iguais, pela União e pelo Estado, recebendo este, sempre em dinheiro, a participação a que tiver direito.

§ 2.º A quota de produção de que trata este artigo, quando feita em petróleo bruto, será entregue ao Governo Federal no lugar de embarque de produtos do concessionário, ou, preferindo o Governo, no local de descarga da produção, feito o transporte pelos meios empregados pelo concessionário, mediante o pagamento do custo do mesmo transporte.

§ 3.º Sendo a participação do Governo Federal satisfeita em dinheiro, o preço do petróleo será o preço médio que tiver vigorado para as vendas nos vinte (20) dias imediatamente anteriores ao da entrega, aplicando-se a mesma regra ao pagamento da quota que for devida aos Estados.

§ 4.º O Governo Federal poderá fazer destilar o seu petróleo nas usinas do concessionário, pelo preço de custo, acrescido de cinco por cento (5%).

§ 5.º A quota de nove por cento (9%) dos hidrocarburetos gasosos será calculada somente sobre a parte que se não tornou a injetar no depósito petrolífero.

§ 6.º O concessionário deverá conservar, gratuitamente, armazenado em tanques apropriados, o petróleo do Governo, pelo prazo máximo de um (1) mês. Si no fim desse prazo não for retirado o petróleo, poderá o concessionário cobrar, por tarifa fixada de comum acordo, o custo de armazenagem pelo tempo excedente.

Art. 7. Correrão por conta do concessionário todos os danos e prejuízos que ocorram durante a armazenagem de que trata o parágrafo anterior.

Art. 109. Além das condições de caducidade previstas no artigo 57 deste Código, a concessão de lavra caducará:

I, Si não tendo o concessionário descoberto petróleo dentro dos tres (3) primeiros anos da fase de preparação, não lhe for concedida a prorrogação de que trata o artigo 101, n. I;

II, Si, tendo obtido a prorrogação a que se alude no número anterior, não encontrar petróleo até o termo do período de prorrogação;

III, Si não cumprir o que estatuem os arts. 103 e 107.

Art. 110. O sêlo de que trata o art. 18, parágrafo 4º, deste Código, será de cem (100) réis por hectare de área concedida para pesquisas; e o de que trata o art. 41, parágrafo 1º, será de mil (1.000) réis por hectare de área concedida para lavra.

Art. 111. O pesquisador legalmente constituído e o concessionário de lavra terão direito a todas as servidões estabelecidas por lei em favor da indústria mineira, inclusive o direito de desapropriação do terreno superficial de que necessite para o estabelecimento e desenvolvimento dos trabalhos de exploração, respeitadas, em cada caso, as determinações legais.

§ 1º — Os concessionários que construírem oleodutos para o transporte do petróleo de sua produção deverão também transportar o de produção dos concessionários vizinhos que o necessitem, sem prejuizo do seu próprio serviço, a juizo do poder público.

§ 2º — Quando forem de natureza urgente os trabalhos a executar, a servidão será instituída mediante depósito judicial prévio, arbitrado por peritos, na forma da lei.

§ 3º — As indenizações, devem ser calculadas tão somente em relação aos danos e prejuízos verificados e não sobre o valor que as servidões possam representar para o pesquisador ou concessionário.

Art. 112. O pesquisador legalmente constituído e o concessionário de lavra serão obrigados a reparar os danos causados á superfície e minas confinantes por seus trabalhos.

Parágrafo único — O montante da indenização será fixado pelo juiz, segundo as regras de direito comum.

Art. 113 — É facultado ao concessionário de lavra, mediante acordo com os proprietários do solo transformar as indenizações devidas pelas servidões necessárias e prejuízos causados, em uma participação nos lucros da exploração, ou em uma quota de capital da empresa concessionária, observadas as exigências relativas à nacionalidade dos sócios.

Art. 114 — Dentro de uma faixa de cento e cincoenta (150) quilômetros ao longo das fronteiras, nem autorizações de pesquisa ou concessões de lavra de jazidas da classe X, nem construção de oleoduto ou instalação de usina de beneficiamento de petróleo, poderá fazer-se sem audiência do Conselho Superior de Segurança Nacional.

Art. 115 — Nenhuma destilaria para o beneficiamento do petróleo importado poderá ser instalada no país sem prévia autorização do Governo Federal, ouvidos os órgãos competentes, — técnicos, fiscais e militares.

Art. 116 — É facultado á União reservar zonas presumidamente petrolíferas, dentro das quais não se outorgarão autorizações de pesquisa, nem concessões de lavra.

Parágrafo único — É igualmente facultado á União constituir reservas petrolíferas nas áreas dos campos de pesquisa que excederem às dos campos de lavra que hajam sido concedidos.

Art. 117 — A União poderá pesquisar e lavar jazidas de petróleo, e industrializar, comerciar e transportar os respectivos produtos.

Parágrafo único. Poderá, outrossim, mediante parecer favorável do Conselho Superior de Segurança Nacional, contratar com empresas especialistas, de reconhecida idoneidade técnica e financeira, nacionais ou estrangeiras, a perfuração de poços para pesquisa e extração de petróleo, correndo por conta e risco das empresas contratantes todas as despesas a serem efetuadas, contra uma participação, que for convencionada, nos produtos da exploração.

Art. 118 — O presente Decreto-Lei entrará em vigor, para todo o território nacional, na data da sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 1938; 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 367, DE 11 DE ABRIL DE 1938

Mantem a atual administração da E. F. Madeira Mamoré

O Presidente da República, de conformidade com a autorização contida no art. 180 da Constituição Federal e tendo em vista a exposição apresentada pelo ministro de Estado da Viação e Obras Públicas,

Decreta:

Art. 1.º Fica mantida a atual administração da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, na forma por que vem sendo executada, a partir de 10 de julho de 1931.

Art. 2.º O Ministério da Viação e Obras Públicas expedirá as instruções regulamentares, mantido o atual quadro do pessoal.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 368 — DE 11 DE ABRIL DE 1938

Abre, pelo Ministério do Trabalho, o crédito especial de 500:000\$000, para o Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinha

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta :

Artigo único. Fica aberto pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio o crédito especial de quinhentos contos de réis (500:000\$000), para atender às despesas de instalação e custeio do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinha, organizado e regulamentado pelo decreto n. 2.307, de 3 de fevereiro de 1938, sendo :

Pessoal

Pagamento de pessoal mensalista e diarista	400:000\$0
Despesas de condução, transporte em geral e diárias ..	50:000\$0

Material

Aquisição de material de expediente e outros que se tornem necessários	50:000\$0
	<u>500:000\$0</u>

Rio de Janeiro, 11 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 369 — DE 11 DE ABRIL DE 1938.

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 570:000\$000, para liquidação de compromissos e das outras providências.

O Presidente da República usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta :

Art. 1.º — Fica aprovado o termo de acordo firmado em 14 de junho de 1932 entre a Companhia Porto de Vitória e o Departamento Nacional de Portos e Navegação, para liquidação da despesa resultante do material flutuante daquela Companhia, alugado à Inspetoria Federal de Portos, Rios e Canais, no ano de 1924, a que se refere o processo n. 74.834-36 do Tesouro Nacional.

Artigo 2.º — Fica aberto pelo Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de quinhentos e setenta contos de réis

(570:000\$000) para atender ao pagamento da despesa (Dívida Pública — II Dívida Flutuante) de que trata o artigo anterior.

Art. 3.º — Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de abril de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 370 — DE 11 DE ABRIL DE 1938

Autoriza o Ministério da Agricultura a transferir terrenos para a jurisdição do Ministério da Guerra

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Agricultura autorizado a transferir para a jurisdição do Ministério da Guerra os terrenos da União onde estiveram instalados o Horto Florestal e uma Estação de Monta, nas proximidades da cidade de Rezende, no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de Abril de 1938; 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 371 — DE 13 DE ABRIL DE 1938

Prorroga o prazo fixado no art. 1º das Disposições Transitórias do decreto-lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado por sessenta dias, contados da publicação desta lei, o prazo concedido na primeira parte do art. 1º das Disposições Transitórias do decreto-lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937, revogadas as disposições em contrário.

O texto desta lei será enviado telegraficamente aos governos dos Estados e do Território do Acre.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 372 — DE 13 DE ABRIL DE 1938

Dispõe sobre a distribuição de feitos na justiça do Distrito Federal, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º No Distrito Federal, ressalvado o disposto nos arts. 34 e 335 do Código do Processo Civil e Comercial, a distribuição dos feitos aos juizes de igual competência será obrigatoriamente alternada, ficando abolida a jurisdição territorial por circunscrições.

Quando houver mais de um cartório em um só juízo, serão alternadamente distribuídos entre eles os feitos que couberem a esse Juízo.

Parágrafo único. O disposto neste artigo estende-se aos processos de habilitação de casamento.

Art. 2.º A distribuição será feita de acordo com as seguintes classes:

- I — Ações cíveis de qualquer espécie;
- II — Ações penais;
- III — Processos administrativos;
- IV — Processos preparatórios, premunitórios ou assecuratórios de direito ou ação.

§ 1.º Independem de distribuição os processos incidentes, bem como as petições para registro de nascimento fora do prazo legal.

§ 2.º Em matéria criminal, a distribuição para o efeito de fiança ou prisão preventiva previne a da ação penal ulterior.

Art. 3.º As distribuições serão feitas em livro correspondente a cada classe de feitos, e em ordem sucessiva, de acordo com a natureza do rito da ação ou o título especial do feito.

Art. 4.º Apresentada ao distribuidor a petição inicial com os documentos que a instruírem, nela serão anotados o juízo e o cartório a que couber, a data e hora da apresentação e os números que, lhe corresponderem no livro de distribuição e no de tombamento geral.

Parágrafo único. Cada folha dos documentos que instituírem a inicial será numerada e rubricada pelo distribuidor.

Art. 5.º Nos casos de competência por prorrogação de jurisdição, em virtude de continência ou conexão, si já estiver ajuizado o feito que motivar a competência, a distribuição far-se-á por despacho do juiz, e mediante averbação.

Parágrafo único. Essa averbação será lançada em coluna especial do livro de distribuição e, com a necessária remissão ao feito principal, consignada na petição do dependente.

Art. 6.º Nenhum feito se distribuirá sem que tenha sido paga metade da taxa judiciária a que estiver sujeito.

Art. 7.º A inicial será sempre instruída:

- a) nas ações executivas, quando for o caso, com a prova documental da dívida;
- b) nas de despêjo e nas relativas a direitos decorrentes do exercício de indústria ou profissão, com a prova de quitação dos impostos correspondentes ao prédio, ou à indústria ou profissão;
- c) nos inventários, com a certidão do óbito do *de cuius*;
- d) nas falências requeridas pelo próprio devedor, com os balanços assinados por contador legalmente habilitado.

Parágrafo único. O instrumento de mandato deverá acompanhar a inicial firmada por procurador.

Art. 8.º A petição assinada pela própria parte, nos casos em que a lei o permite, só será distribuída depois de reconhecida a firma do signatário.

Parágrafo único. Si a petição for assinada a rogo, por ser analfabeto o peticionário, as firmas do signatário e das testemunhas serão autenticadas. Salvo o caso de desquite amigável, tomar-se-á, ainda, a impressão digital do peticionário na petição e, a seguir, em papel separado, que será arquivado e catalogado, com as anotações necessárias, no cartório do distribuidor.

Art. 9.º A distribuição, uma vez feita, só poderá ser declarada sem efeito, mediante despacho do juiz:

a) quando o juiz reconhecer a sua incompetência para o feito;
b) quando terminar o processo da ação civil e a natureza desta o permitir;

c) quando, decorridos trinta dias após o despacho da inicial, não for promovido pelo autor ou peticionário o andamento do feito, haja ou não reclamação do escrivão ou de parte interessada;

d) quando o feito tenha de ser remetido a outro juízo, em virtude de continência ou conexão;

e) nos processos preparatórios, premunitórios ou assecuratórios, quando o promovente o requerer ou forem os mesmos declarados insubsistentes pela não propositura da ação no prazo legal.

§ 1.º Nos casos das letras a, c e d, far-se-á, em favor do cartório por onde corria o feito, a devida compensação, com a preferência para a imediata distribuição de outro feito da mesma classe e espécie (arts. 2.º e 3.º), expedindo o distribuidor ao serventuário interessado um bilhete de compensação, que será devolvido, desde que feita a distribuição compensatória.

§ 2.º No caso da letra c, si não tiver havido reclamação do escrivão dentro de 5 dias contados da expiração do prazo mencionado, deixará de fazer-se a compensação.

Art. 10. Terminado o expediente do dia, cada distribuidor lavrará em cada um de seus livros, abaixo da última distribuição, um termo de encerramento, no qual se fará menção do primeiro e do último dos feitos distribuídos e se declarará que outros não foram apresentados. À primeira hora do expediente do dia seguinte, serão estes termos visados pelo juiz de direito da Vara de Registos Públicos.

Art. 11. A intervenção do Curador de Orfãos é dispensada nas justificações de idade para casamento quando o requerente for maior, ainda que incapaz o outro nubente, ou quando, sendo o interessado incapaz, a justificação for promovida por seu representante legal.

Art. 12. Além de outras formalidades legais relativas ao termo de casamento de pessoas analfabetas, será tomada a estes a impressão digital, na margem do termo.

Art. 13. Sem prejuízo da responsabilidade penal que couber, qualquer infração dolosa ao que se dispõe na presente lei relativamente à distribuição importará para o distribuidor, si for o culpado, suspensão por 15 a 90 dias e multa de 100\$000 a 2:000\$000, impostas pelo juiz de direito da Vara de Registos Públicos, com recurso para o Conselho de Justiça do Tribunal de Apelação.

Art. 14. Para o registo de nascimentos e óbitos continúa em vigor a divisão territorial do Distrito Federal (decreto n. 18.542, de 24 de dezembro de 1928, art. 299).

Art. 15. Esta lei entrará em vigor dez dias após a sua publicação; revogadas as disposições em contrário, inclusive o decreto n. 22.856, de 26 de junho de 1933, e a lei n. 457, de 13 de julho de 1937.

Rio de Janeiro, em 13 de abril de 1938; 117º da Independência e 50º da República.

GETÚLIO VARGAS

Francisco Campos

DECRETO-LEI N. 373 — DE 13 DE ABRIL DE 1938

Abre, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de 950:000\$000 para pagamento de gratificações adicionais aos operários dos Arsenais de Marinha e da Diretoria do Armamento.

O Presidente da República, tendo em vista a autorização contida na lei n. 544, de 15 de outubro de 1937, e usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta :

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Marinha, o crédito especial de novecentos e cinquenta contos (950:000\$000), para atender a despesas de "Pessoal" com o pagamento das gratificações a que têm direito os operários dos Arsenais de Marinha e da Diretoria do Armamento, na forma do artigo 74 da lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 374 — DE 13 DE ABRIL DE 1938.

Providência o pagamento do sêlo proporcional quando não haja saque relativo ás mercadorias importadas.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º O imposto do sêlo proporcional, a que estão sujeitas as quantias referentes a mercadorias importadas do exterior será pago, quando não houver saque ou na hipótese do crédito aberto no estrangeiro, na respectiva ficha do câmbio, no momento de sua apresentação á Fiscalização Bancária.

Art. 2.º As taxas exigíveis em virtude das operações previstas no artigo anterior são as estabelecidas para os documentos a que se refere o n. 9 da tabela A do decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 375 — DE 13 DE ABRIL DE 1938

Cria o Instituto Nacional do Mate e dá outras providências

O Presidente da República, tendo ouvido o Conselho Federal de Comércio Exterior e usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado o Instituto Nacional do Mate, constituído pelos plantadores, cortadores, cancheadores, beneficiadores, comerciantes e exportadores de Mate, com sede na Capital da República, administrativa e financeiramente autônomo.

Parágrafo único. Haverá, no Instituto, representação dos Governos de Estados produtores de mate.

CAPÍTULO I

DOS FINS E ORGANIZAÇÃO

Art. 2º. São fins do Instituto, órgão oficial dos interesses da indústria do mate, coordenar e superintender os trabalhos relativos à defesa de sua produção, comércio e propaganda.

Parágrafo único. As representações nos Estados do Paraná e Santa Catarina serão exercidas pelos atuais Institutos que têm sede em Curitiba e Joinville, respectivamente.

Os Institutos Regionais do mate guardarão a sua autonomia no que concernir à respectiva administração interna, devendo, porém, moldar a sua organização e regulamento pelas disposições deste decreto-lei e pelos regulamentos que adotar o Instituto Nacional do Mate.

Art. 3º. São órgãos do Instituto Nacional do Mate, com as atribuições definidas neste decreto-lei:

- a) a Junta Deliberativa;
- b) a Diretoria;
- c) o Presidente.

CAPÍTULO II

DA JUNTA DELIBERATIVA E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 4º. A Junta Deliberativa será formada por um presidente designado pelo Presidente da República e doze membros escolhidos da maneira seguinte:

- a) quatro representantes dos industriais do mate, produtores, comerciantes e exportadores dos Estados de Mato Grosso, Paraná,

Rio Grande do Sul e Santa Catarina, um de cada Estado e eleito no mesmo por maioria de votos dos interessados registrados no Instituto Nacional do Mate, cabendo a este providenciar sobre a eleição, receber e apurar os sufrágios.

b) quatro representantes dos lavradores de mate e cortadores de herva, um de cada Estado produtor (alínea a) e nele escolhido por maioria de votos dos mencionados lavradores ou cortadores, também registrados no Instituto Nacional do Mate, processando-se o pleito como for estabelecido pela Junta Deliberativa;

c) quatro representantes oficiais dos Estados referidos na alínea a, designados pelos governos.

Art. 5º. O presidente e os membros da Junta Deliberativa que representam os governos dos Estados poderão ser substituídos, em qualquer época.

§ 1.º Os representantes dos industriais, comerciantes, exportadores e lavradores ou cortadores de herva terão o mandato de dois anos.

§ 2.º Serão eleitos, com os membros da Junta Deliberativa e na forma prevista no art. 4º, alínea a, *in fine*, os suplentes, aos quais caberá, no caso de renúncia ou falecimento do membro efetivo, completar o mandato interrompido.

§ 3.º O interessado com registro em mais de uma das categorias especializadas nas alíneas a e b do art. 4º exercerá o seu voto somente pela que para isso tiver escolhido no requerimento de inscrição.

Art. 6º São atribuições da Junta Deliberativa:

1) promover, junto aos governos federal e estaduais, a unificação das leis e regulamentos que, relativos ao mate, disponham desde a colheita até à sua entrega ao consumo, tendo em conta as condições naturais de cada região, os métodos de análise, a classificação dos tipos de exportação e proibir a exportação de ervas inferiores;

2) sugerir aos governos da União e dos Estados todas as medidas que deles dependerem e forem julgadas necessárias, para melhorar os processos de cultura do mate, bem como do seu beneficiamento e transporte;

3) assentar as bases das instruções que devem ser ministradas aos produtores, comerciantes e exportadores, com o fim de melhorar o produto e prepará-lo segundo as exigências dos mercados consumidores;

4) fixar, anualmente, a taxa de propaganda prevista neste decreto-lei;

5) prestar auxílio financeiro à produção e à indústria, visando o seu aperfeiçoamento;

6) estudar e estabelecer as bases para a propaganda do mate, no país e no exterior, devendo ser confiada, de preferência, a agências especializadas;

7) promover entendimentos com organizações congêneres de outros países produtores para uma ação conjunta relativamente à propaganda do mate;

8) aprovar os contratos de propaganda e publicidade que lhe forem submetidos pela diretoria;

9) tomar conhecimento dos relatórios e contas dos encarregados de serviços de propaganda no país e no estrangeiro e do respectivo parecer da diretoria (art. 10, n. 3) deliberando a respeito;

10) providenciar sobre as eleições previstas nas alíneas a e b do art. 4º;

11) fixar a importância a que terão direito os membros da Junta Deliberativa, a título de despesas de viagem e de estadia, por ocasião das reuniões ordinárias e extraordinárias;

12) organizar o quadro do pessoal do instituto, inclusive das secções estaduais;

13) determinar a remuneração dos membros da diretoria e os vencimentos do pessoal a serviço do instituto;

14) examinar e aprovar os estatutos ou regulamentos de cada um dos institutos estaduais (art. 2º, parágrafo único);

15) aprovar os orçamentos para as despesas de administração das secções estaduais;

16) examinar a prestação de contas das secções estaduais;

17) tomar quaisquer outras providências que julgar úteis à defesa e propaganda do mate, no interior e no exterior (art. 2º), promovendo as medidas legais e operações de crédito que se tornarem necessárias.

Art. 7º A Junta Deliberativa reunir-se-á, ordinariamente, no primeiro dia útil da segunda quinzena dos meses de março e setembro e, extraordinariamente, sempre que o presidente a convocar, com a antecedência mínima de quinze dias, ou quando receber solicitação escrita, assinada por oito dos seus membros.

Art. 8º. As resoluções da Junta Deliberativa serão submetidas à aprovação do Conselho Federal de Comércio Exterior, até que se instale o Conselho da Economia Nacional.

CAPÍTULO III

DA DIRETORIA E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 9º. A diretoria será constituída do presidente do Instituto e de três membros eleitos pelos representantes dos grupos mencionados nas alíneas "a", "b" e "c" do artigo 4º, realizando-se a eleição separadamente.

Art. 10. São atribuições da diretoria:

1) preparar o processo dos assuntos que devam ser submetidos à apreciação da Junta Deliberativa, emitindo parecer a respeito sempre que julgar conveniente;

2) elaborar os contratos de propaganda e publicidade, afim de serem submetidos à Junta Deliberativa (art. 6º, n. 8);

3) opinar sobre os relatórios e contas dos encarregados de serviços de propaganda no país e no exterior e remetê-los, com parecer, à Junta Deliberativa;

4) estudar, em colaboração com as autoridades encarregadas do assunto, os meios de repressão às fraudes, adulterações e contrabandos da herva-mate;

5) organizar os registos mencionados nas alíneas "a" e "b" do artigo 4º;

6) providenciar sobre a instalação de laboratórios de análises e a unificação destas, tendo em vista os regulamentos dos países consumidores. Enquanto, porém, não existirem esses laboratórios, o Instituto Nacional do Mate incumbirá o Instituto de Química, do Ministério da Agricultura, de realizar os trabalhos de pesquisas científicas e industriais de que careça, nos termos dos entendimentos que forem levados a efeito com o referido ministério;

7) resolver sobre os trabalhos permanentes de estatística, relativos a tudo quanto diga respeito ao mate;

8) examinar os relatórios mensais do presidente do Instituto e os balancetes (art. 14, n. 13), emitindo parecer a respeito;

9) fixar a importância a que terão direito os membros da diretoria quando tiverem de viajar a serviço do Instituto;

10) decidir sobre a designação e a demissão do pessoal do Instituto (art. 14, n. 8);

11) elaborar, para a aprovação da Junta Deliberativa, o projeto de orçamento anual das despesas, tendo em vista as necessidades da propaganda e manutenção de todos os serviços administrativos do Instituto e das suas seções estaduais;

12) apresentar, semestralmente, à Junta Deliberativa um relatório dos trabalhos feitos, acompanhado de balancete da receita e despesa de um programa de serviços a realizar. O relatório deverá ser instruído com as exposições mensais do presidente (art. 14, n. 13), com os pareceres previstos em o n. 8 deste artigo;

13) desempenhar quaisquer outras atribuições que lhe sejam conferidas no Regulamento do Instituto.

Art. 11. O mandato dos membros da Diretoria será de dois anos.

Parágrafo único. Ao renovar-se o mandato da Diretoria, um pelo menos dos seus membros será substituído, conforme ficar estabelecido no Regulamento do Instituto.

Art. 12. As despesas dos serviços administrativos do Instituto Nacional do Mate, inclusive suas seções estaduais, não poderão exceder 25 % (vinte e cinco por cento) da receita orçada.

CAPÍTULO IV

DO PRESIDENTE E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13. O Presidente do Instituto Nacional do Mate será designado por decreto (art. 4º).

§ 1.º O Presidente do Instituto, além do voto próprio, terá, também, o desempate, tanto na Junta Deliberativa, como na Diretoria (art. 18).

§ 2.º Será o Presidente do Instituto substituído, nas ausências, ou impedimentos eventuais, pelo membro da Diretoria que designar.

Art. 14. São atribuições do Presidente:

1) cumprir e fazer cumprir, de acordo com este decreto-lei, as determinações da Junta Deliberativa e da Diretoria;

2) convocar e presidir às reuniões da Junta Deliberativa e as da Diretoria;

3) superintender os serviços de administração, assinando juntamente com outro diretor os contratos ou responsabilidades financeiras do Instituto;

4) corresponder-se assiduamente com o Governo Federal, o Conselho Federal de Comércio Exterior, os Governos dos Estados, as suas seções estaduais, as associações de classe e outras entidades, de modo a ficar o Instituto sempre ao corrente da situação do mate nos centros de produção e nos mercados de consumo;

5) representar o Instituto em juízo ou fora dele, em suas relações com os poderes públicos e com os particulares;

6) designar qualquer membro da Diretoria para o desempenho de comissão necessária aos trabalhos do Instituto;

7) prestar as informações que lhe forem solicitadas acerca do mate;

8) propor à Diretoria a designação e a demissão do pessoal (artigo 10, n. 10) necessário ao serviço;

9) conceder férias e licenças aos funcionários do Instituto;

10) autorizar todas as despesas decorrentes de determinação legal, ou previstas em orçamento, ordenando os respectivos pagamentos;

11) diligenciar acerca da guarda e aplicação dos fundos do Instituto, segundo as determinações da Junta Deliberativa;

12) providenciar sobre a contabilidade do Instituto Nacional do Mate;

13) apresentar à Diretoria, mensalmente, uma exposição escrita das atividades do Instituto, acompanhada de um balanço da receita e despesa;

14) praticar, enfim, todos os atos que lhe forem cometidos legalmente e, na conformidade do art. 2.º deste decreto-lei, pela Junta Deliberativa e Diretoria.

CAPÍTULO V

DOS FUNDOS DO INSTITUTO

Art. 15. O custeio das despesas com a manutenção do Instituto e suas seções estaduais e com a defesa e propaganda do mate far-se-á com a renda da taxa de propaganda, cobrada por quilo de mate produzido no país.

§ 1.º A tributação determinada por este artigo será uniforme para todos os Estados e todos os tipos de mate, podendo, todavia, quanto a estes, ser alterada, em casos excepcionais, para a defesa da indústria nacional, a juízo do Instituto.

§ 2.º A taxa de propaganda substituirá quaisquer outras ora existentes nos Estados e destinadas aos fins previstos neste decreto-lei, nos termos dos entendimentos que o Instituto fizer com os Governos Estaduais.

§ 3.º Fica isento da taxa de propaganda o mate fabricado para o consumo dos respectivos Estados produtores.

Art. 16. Não excederá de 5 % (cinco por cento) do valor médio do custo do produto nos vários portos de embarque a tributação a que se refere o artigo anterior.

Parágrafo único. Essa taxa começará a ser cobrada 30 (trinta) dias depois da instalação do Instituto. Inicialmente e até o prazo máximo de seis meses, a mencionada taxa será de \$950 (cincoenta réis) por quilo líquido do produto.

Art. 17. A arrecadação da taxa de propaganda será feita mediante acordo entre o Instituto e os Governos dos Estados produtores de mate.

§ 1.º O produto da taxa arrecadada será entregue, quinzenalmente, à agência do Banco do Brasil mais próxima da repartição arrecadadora, à disposição do Instituto Nacional do Mate.

§ 2.º Em todos os despachos de mate, uma via complementar das respectivas guias será extraída e encaminhada pela repartição arrecadadora ao Instituto Nacional do Mate.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 18. O Regulamento do Instituto mencionará os casos em que os membros da Diretoria e o Presidente não terão o direito de voto na Junta, ou na própria Diretoria.

Art. 19. Os elementos que constituem o Instituto (art. 1.º) não respondem subsidiariamente pelas obrigações em nome do mesmo contraídas, expressa ou intencionalmente.

Art. 20. Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na execução deste decreto-lei serão resolvidos pelo Conselho Federal de Comércio Exterior, até que se instale o Conselho da Economia Nacional.

Art. 21. A escolha dos membros da Junta Deliberativa a que se referem as alíneas a e b do artigo 4.º deste decreto-lei, quanto àqueles que deverão servir desde a instalação do Instituto, e devido à impossibilidade de ser observado, desde logo, o processo eleitoral estabelecido, será feita por designação do ministro do Trabalho, Indústria e

Comércio, com relação aos representantes dos industriais, comerciantes e exportadores, e por designação do ministro da Agricultura, quanto aos representantes dos lavradores, ou cortadores de erva.

§ 1.º As designações mencionadas neste artigo deverão ser feitas depois de ouvidas as respectivas associações de classe.

§ 2.º Os membros da Junta Deliberativa, escolhidos pelo processo fixado neste artigo, terão o mandato de seis meses.

Art. 22. Para os trabalhos de instalação do Instituto Nacional do Mate e elaboração do seu regulamento, os Governos Federal e dos Estados produtores farão as designações dos membros da Junta Deliberativa, que lhes competem, no prazo de trinta dias, contados da data da publicação deste decreto-lei, devendo a mesma Junta ser convocada pelo seu presidente no prazo de outros trinta dias, contados da data das designações referidas.

Art. 23. O registro de industriais e exportadores de mate beneficiado, de comerciantes ou exportadores de mate cancheado e de lavradores ou cortadores de erva será aberto no primeiro mês que se seguir à instalação do Instituto.

Art. 24. A primeira eleição dos membros da Junta Deliberativa mencionada nas alíneas *a* e *b* do art. 4º deste decreto-lei será efetuada no quarto mês depois da instalação do Instituto, em dia marcado pela Junta e de acordo com o processo estabelecido, de sorte que a apuração dos votos e a proclamação dos eleitos permitam a estes tomar posse quando terminado o mandato provisório de que trata o § 2º do art. 21 deste decreto-lei.

Parágrafo único. Só poderão votar nessa primeira eleição os eleitores registrados dentro de noventa dias contados da instalação do Instituto.

Art. 25. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

Fernando Costa

Waldemar Falcão

DECRETO-LEI N. 376 — DE 18 DE ABRIL DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, um crédito suplementar de 2.000 contos de réis.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de dois mil contos de réis (2.000:000\$000), para reforço da sub-consignação n. 40 da Verba 3 — Serviços e Encargos, do atual orçamento do mesmo ministério.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 377 — DE 18 DE ABRIL DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 14:970\$000, para pagamento de vencimentos a professores

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de quatorze contos, novecentos e setenta mil réis (14:970\$000), para atender a despesas de "Pessoal" com o pagamento de vencimentos, relativos ao exercício de 1937, que competem aos professores da Escola "Ana Neri", da Universidade do Brasil.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1938, 117.^o da Independência e 50.^o da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 378 — DE 18 DE ABRIL DE 1938.

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 84:00 \$, para pagamento de vencimentos.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de oitenta e quatro contos de réis (84:000\$0.), para atender a despesas de pessoal com o pagamento dos vencimentos que competem aos seis ajudantes de tesoureiro do padrão G, do Quadro VIII — Alfândegas, do mesmo Ministério, creados pelo decreto-lei n. 280, de 17 de fevereiro de 1938, no período de 1 de março a 31 de dezembro do corrente ano, sendo:

Ordenado	36:000\$000
Para pagamento de quotas, calculadas e pagas no mínimo sobre o valor da lotação	10:760\$000
Importância para pagamento das quotas pelo excesso de arrecadação sobre a lotação oficial, até o máximo estabelecido na alínea "a" do parágrafo único do art. 23, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936	37:240\$000
	<hr/>
	84:000\$000

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1938, 117.^o da Independência e 50.^o da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 379 — DE 18 DE ABRIL DE 1938

Estabelece prazo para a extinção dos impostos inter-estaduais de exportação

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Os impostos inter-estaduais de exportação, extinguir-se-ão gradativamente, mantida no exercício corrente a redução inicial de 20 %, nos termos do decreto lei n. 142, de 29 de dezembro de 1937, procedendo-se à diminuição cumulativa de 15 %, na elaboração dos orçamentos dos Estados nos anos de 1939 a 1942 e à sua total eliminação no orçamento a vigorar em 1943.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 380 — DE 18 DE ABRIL DE 1938

Aprova o Tratado sobre a saída e o aproveitamento do petróleo boliviano, entre o Brasil e a Bolívia, firmado no Rio de Janeiro, a 25 de fevereiro de 1938.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do artigo 180 da Constituição de 10 de novembro de 1937:

Resolve aprovar o Tratado sobre a saída e o aproveitamento do petróleo Boliviano, entre o Brasil e a Bolívia, firmado no Rio de Janeiro, a 25 de fevereiro de 1938.

Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 381 — DE 18 DE ABRIL DE 1938

Aprova vários atos internacionais firmados por ocasião do X Congresso Postal Universal do Cairo, realizado de 1 de fevereiro a 20 de março de 1934.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do artigo 180 da Constituição da República:

Resolve aprovar os seguintes atos internacionais, assinados no Cairo, a 20 de março de 1934, por ocasião do X Congresso Postal Universal:

- 1) Convenção Postal Universal;
- a) Protocolo final da Convenção;

- b) Regulamento de execução da Convenção postal;
- 2) Disposições concernentes ao transporte de cartas por via aérea;
 - a) Protocolo final das disposições concernentes ao transporte de cartas por via aérea;
- 3) Acordo relativo às cartas e caixas com valor declarado;
 - a) Protocolo final deste Acordo;
- b) Regulamento de execução do Acordo relativo às cartas e caixas com valor declarado;
- 4) Acordo relativo a encomendas postais;
 - a) Protocolo final do Acordo;
 - b) Regulamento de execução do Acordo relativo a encomendas postais;
- 5) Disposições relativas ao transporte de encomendas postais por via aérea;
 - a) Protocolo final das disposições relativas ao transporte de encomendas postais por via aérea.

Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 382 — DE 18 DE ABRIL DE 1938

Extingue, no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, os cargos de mestre geral das oficinas e 2º tenente auxiliar de engenheiro encarregado do tráfego, e cria o cargo de encarregado do tráfego e auxiliar de engenheiro com o posto de 1º tenente, sem acesso.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, atendendo às razões de ordem de serviço apresentadas pelo comandante do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, e considerando que a extinção dos cargos de mestre geral das oficinas e de 2º tenente auxiliar de engenheiro encarregado do tráfego resulta em uma economia de 12:000\$000 anuais para os cofres públicos, resolve:

Art. 1º. Ficam extintos, no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, os cargos de mestre geral das oficinas e de 2º tenente auxiliar de engenheiro e encarregado do tráfego.

Art. 2º. Fica criado, no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, o cargo de encarregado do tráfego e auxiliar de engenheiro, com o posto de 1º tenente, sem acesso, com os vencimentos anuais de 19:200\$000.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 383 — DE 18 DE ABRIL DE 1938

Veda a estrangeiros a atividade política no Brasil e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Os estrangeiros fixados no território nacional e os que nele se acham em caráter temporário não podem exercer qualquer atividade de natureza política nem imiscuir-se, direta ou indiretamente, nos negócios públicos do país.

Art. 2º. E' lhes vedado especialmente:

1 — Organizar, criar ou manter sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção.

2 — Exercer ação individual junto a compatriotas no sentido de, mediante promessa de vantagens, ou ameaça de prejuízo ou constrangimento de qualquer natureza, obter adesões a idéias ou programas de partidos políticos do país de origem.

3 — Hastear, ostentar ou usar bandeiras, flâmulas e estandartes, uniformes, distintivos, insígnias ou quaisquer símbolos de partido político estrangeiro.

Essa proibição será estendida, a critério do ministro da Justiça e Negócios Interiores, a quaisquer sinais exteriores de filiação política, ainda que não constantes de disposições legais ou estatutárias.

4 — Organizar desfiles, passeatas, comícios e reuniões de qualquer natureza, e qualquer seja o número de participantes, com os fins a que se referem os incisos ns. 1 e 2.

5 — Com o mesmo objetivo manter jornais, revistas ou outras publicações, estampar artigos e comentários na imprensa, conceder entrevistas; fazer conferências, discursos, alocações, diretamente ou por meio de tele-comunicação, empregar qualquer outra forma de publicidade e difusão.

Parágrafo único. Exce'tuam-se da proibição contida no inciso 3º as bandeiras que sejam reconhecidas como símbolos de nações estrangeiras.

Art. 3º. E' lícito aos estrangeiros associarem-se para fins culturais, beneficentes ou de assistência, filiarem-se a clubes e quaisquer outros estabelecimentos com o mesmo objeto, bem assim reunirem-se para comemorar suas datas nacionais ou acontecimentos de significação patriótica.

§ 1º. Não poderão tais entidades receber, a qualquer título, subvenções, contribuições ou auxílios de governos estrangeiros, ou de entidades ou pessoas domiciliadas no exterior.

§ 2º. As reuniões autorizadas neste artigo não serão levadas a efeito sem prévio licenciamento e localização pelas autoridades policiais.

Art. 4º. As proibições contidas nos artigos anteriores alcançam as escolas e outros estabelecimentos educativos mantidos por estrangeiros ou brasileiros, e por sociedades de qualquer natureza, fim, nacionalidade e domicílio.

Parágrafo único. Fica-lhes, contudo, ressalvado o direito ao uso de uniforme escolar e às reuniões para aulas e outros fins de ordem didática.

Art. 5º. Das entidades a que se refere o art. 3º não podem no entanto fazer parte brasileiros, natos ou naturalizados, e ainda que filhos de estrangeiros.

Os que infringirem o disposto neste artigo perderão, *ipso facto*, os cargos públicos que possuírem e ficarão inhabilitados, pelo prazo de cinco anos, para exercer cargo dessa natureza, além de incorrerem nas penas constantes da primeira parte do art. 10.

Art. 6º. As entidades referidas nos arts. 3º e 4º não poderão funcionar sem licença especial e registo concedido pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, na forma do decreto-lei n. 59, de 11 de dezembro de 1937, e do regulamento aprovado pelo decreto n. 2.229, de 30 de dezembro de 1937, cujas disposições lhes são aplicáveis.

Art. 7º. As entidades, cujo funcionamento é proibido no art. 2º, ficam dissolvidas na data da publicação desta lei, sendo-lhes concedido o prazo de trinta dias para o encerramento de quaisquer negócios e operações.

Art. 8º. O Ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá ordenar a interdição das sedes e de todos os locais em que se exerçam as atividades que ficam vedadas por esta lei, bem como, a qualquer momento, vetar a realização de reuniões, conferências, discursos e comentários, e o emprego de qualquer meio de propaganda ou difusão, desde que os considere infringentes das disposições desta lei. Pelo mesmo motivo, poderá suspender, temporária ou definitivamente, quaisquer jornais, revistas e outras publicações, e fechar as respectivas oficinas gráficas.

Parágrafo único. Nos Estados e no Território do Acre, a faculdade conferida neste artigo poderá ser delegada, ainda que por via telegráfica, aos respectivos governos.

Art. 9º. O Ministério da Justiça e Negócios Interiores exercerá fiscalização permanente sobre as entidades mencionadas nesta lei. Para esse fim, o Ministro de Estado designará, dentro dos quadros do Ministério, os funcionários que se fizerem necessários, podendo delegar essa atribuição, nos Estados e no Território do Acre, a funcionários indicados pelos respectivos governos.

Esses funcionários exercerão gratuitamente a fiscalização, sendo-lhes apenas abonadas diárias e ajudas de custo, fixadas pelo Ministro e a critério deste.

Art. 10. Os que infringirem as prescrições desta lei incorrerão nas penas constantes do art. 6º do decreto-lei n. 37, de 2 de dezembro de 1937, ou serão passíveis de expulsão, a juízo do Governo.

Parágrafo único. As penalidades cominadas neste artigo aplicam-se aos diretores das sociedades, companhias, clubes e outros estabelecimentos compreendidos nas proibições desta lei, bem como a quaisquer responsáveis pelos mesmos, seus sócios, contribuintes ou não, e empregados remunerados ou gratuitos.

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data em que for publicada, e o seu texto será remetido, para este fim, aos governos dos Estados e do Território do Acre; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 18 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 384 — DE 18 DE ABRIL DE 1938

Dispõe sobre alterações no orçamento do Distrito Federal para o exercício de 1938

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e tendo em vista as observações constantes do parecer do Tribunal de Contas do Distrito Federal ao ordenar o registro do respectivo orçamento para o exercício de 1938 e ainda a necessidade de introduzir outras corrigendas semelhantes às consignadas no citado parecer, decreta:

Art. 1º Ficam autorizadas as seguintes alterações no orçamento do Distrito Federal para o exercício de 1938, na parte referente à despesa:

Incluir — na verba 34, consignação 1 — um auxiliar de química com os vencimentos anuais de 8:400\$ e um vulcanizador com os vencimentos anuais de 6:000\$; na verba 39, consignação 1 — um servente com os vencimentos anuais de 5:940\$000;

Excluir — na verba 10, consignação 1 — um consultor jurídico com os vencimentos anuais de 18:000\$; na verba 38, consignação 1, um bibliotecário com os vencimentos anuais de 28:820\$ e um continuo com os vencimentos anuais de 8:360\$000;

Transferir — nas verbas 5 e 6, desta para aquela, dois procuradores fiscais com os respectivos vencimentos; na verba 12, consignação 1 — da sub-consignação de pessoal técnico administrativo *efetivo* para em *comissão*, um chefe de Secção de Apreensão de Gêneros Alimentícios com os respectivos vencimentos; nas 2, 18, 26 e 35, consignação 1 — para o parágrafo Salários extraordinários, os vencimentos ou gratificações dos aprendizes;

Alterar — na verba 12, consignação 1, os vencimentos anuais dos escriturários de 1ª, 2ª e 3ª classes, respectivamente, para 7:200\$000, 6:600\$000 e 5:280\$000 na verba 16, consignação 1 — os vencimentos anuais de dois mecânicos para 7:260\$; e na verba 20, consignação 1 — os de um lanterneiro para 7:260\$000

Art. 2º O acréscimo de despesa resultante das alterações determinadas no artigo anterior e o decorrente das omissões ou deficiências que, no correr do exercício, seja verificadas na consignação “Pessoal” correrão, respectivamente, por conta do saldo orçamentário previsto, e da consignação “Eventuais” de cada Secretaria em que se verificarem as omissões ou deficiências ou do Gabinete do Prefeito, quando referentes às dotações “Pessoal” das verbas dos anexos 3, 4 e 10 do orçamento em vigor.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de abril de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República,

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 385 — DE 22 DE ABRIL DE 1938

Revoga, para efeito de fiscalização do imposto de consumo, o art. 17 do Código Comercial

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo Único. — Para os efeitos de fiscalização do imposto de consumo devido à União, fica revogado o art. 17 do Código Comercial.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 386, DE 22 DE ABRIL DE 1938

Extingue a carreira de escrevente ampliando a de escriturário, do Quadro I do Ministério da Guerra

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal e atendendo à proposta feita pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil, com fundamento no disposto no artigo 10, letra "a", da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, e, ainda,

Considerando que se torna inconveniente à administração, dificultando a movimentação do pessoal, a existência, dentro de um mesmo quadro de um Ministério, de carreiras distintas com funções de igual natureza;

Considerando que a alteração proposta pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil está perfeitamente de acordo com o princípio geral estabelecido pelo artigo 1º, da aludida Lei 284;

Considerando, ainda, que essa modificação não acarretará aumento de despesa, decreta:

Art. 1º Fica extinta, nas condições expressas na tabela anexa a este Decreto-Lei, a carreira de escrevente, do Quadro I, do Ministério da Guerra.

Art. 2º A carreira de escriturário do mesmo Quadro, constante da tabela anexa à Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, passará a ter a formação consignada na que acompanha o presente Decreto-Lei.

Art. 3º Aos funcionários pertencentes às duas carreiras em apreço ficam assegurados todos os direitos e vantagens de que se acham investidos, inclusive acesso.

Art. 4º A dotação correspondente aos cargos excedentes das aludidas carreiras que já tenham sido extintos e aos cargos supri-

midos na carreira de escrevente, por este Decreto-Lei, será aproveitada para as promoções na forma da legislação em vigor.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa

ESCREVENTE

Carreira extinta.

Feitas as promoções serão suprimidos os cargos de menor vencimento e aproveitada a dotação respectiva para preenchimento dos cargos vagos da carreira de escriturário.

291. Classe G.

200. Classe F.

25. Classe E.

ESCRITURÁRIO

130. Classe G — 94 vagos.

180. Classe F — 167 vagos.

230. Classe E — 205 vagos.

280. Classe D — 280 vagos.

Os cargos vagos desta carreira serão preenchidos à medida que se vagarem os da carreira extinta de escrevente.

— — — — —

DECRETO-LEI N. 387 — DE 22 DE ABRIL DE 1938.

Regula matrículas na Escola Militar

O Presidente da República, considerando:

— que as disposições relativas às matrículas na Escola Militar, no corrente ano, estão definidas em instruções especialmente organizadas para esse fim e que, pelas mesmas os candidatos que se submeteram ao concurso são considerados reprovados desde que tenham obtido grão inferior a três, mesmo em uma só das provas realizadas;

— que essa exigência, por demais rigorosa, demonstrou não poderem ser aproveitados vários candidatos, alguns com grãos e médias elevadas, e outros com possibilidades de sucesso no próprio Curso da Escola;

— que ao concurso se submeteram varios ex-alunos dos Colégios Militares, cuja revisão de conhecimentos se efetuou em tempo restrito e curto devido as últimas deliberações para matrícula;

— que os quadros e efetivos do Exército exigem medidas que proporcionem o preenchimento rápido das vagas existentes nos quadros de subalternos das diferentes armas;

No uso das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo 1.º Os candidatos á matrícula na Escola Militar que se submeteram ao concurso de admissão no corrente ano e não satisfizeram integralmente ás condições exigidas pelas "Instruções para a Matrícula na Escola Militar", poderão ser matriculados dentro das vagas existentes, e desde que tenham conseguido o grão de exame intellectual três ou superior a três, obtido este pela média arimética dos grãos de português e de matemática e não tenham tido, em qualquer desses grupos, média inferior a três, ou grão zero em qualquer das disciplinas.

Artigo 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro 12 de abril de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

General Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 388 — DE 22 DE ABRIL DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de réis 5.050:000\$000 de verbas que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único — Fica aberto pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores o crédito suplementar de cinco mil e cinquenta contos de réis (5.050:000\$000), às seguintes verbas do seu atual orçamento:

VERBA 2 — PESSOAL

IV — Gratificações e auxílios

Sub-consignação 20 — Auxílio para fardamento:

(10) Aos cabos e soldados do Corpo de Bombeiros 50:000\$000

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

I — Diversos

Sub-consignação 4 — Polícia Civil do Distrito Federal.

(01) Despesas reservadas, sindicancias e diligências, inclusive para investigadores extranumerários ..	5.000:000\$000
	<u>5.050:000\$000</u>

Rio de Janeiro, 22 de abril de 1938; 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco de Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 389 — DE 25 DE ABRIL DE 1938

Regula a nacionalidade brasileira

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º São considerados brasileiros:

a) os nascidos no Brasil, ainda que de pais estrangeiros, não residindo estes a serviço do governo do seu país;

b) os filhos de brasileiro, ou brasileira, nascidos em país estrangeiro, estando os pais ao serviço do governo do Brasil; fora deste caso, se, até um ano depois de atingida a capacidade civil, optarem pela nacionalidade brasileira;

c) os nascidos em aeronaves brasileiras e em navios de guerra ou mercantes brasileiros, em alto mar ou de passagem em mar territorial estrangeiro;

d) os que se beneficiaram do disposto no art. 69, n. 2, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, durante a sua vigência;

e) os que adquiriram a nacionalidade brasileira, nos termos do art. 69, ns. 4 e 5, da mesma Constituição;

f) os estrangeiros que obtiverem naturalização na forma desta lei.

§ 1.º Os filhos dos que houverem optado na forma da letra *b* não gozarão da mesma faculdade se não vierem residir no Brasil.

§ 2.º A opção a que se refere a letra *b*, constará de um termo assinado no Ministério da Justiça e Negócios Interiores ou, nos Estados e no Território do Acre, perante os respectivos governos, se o optante se achar no Brasil, e no Consulado brasileiro, se estiver no estrangeiro.

A opção será inscrita no registro civil, sempre por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

§ 3.º Não são brasileiros os filhos de estrangeira que resida no Brasil a serviço do governo do seu país, ainda que o pai seja brasileiro.

Art. 2.º Perde a nacionalidade o brasileiro:

a) que por naturalização voluntária adquirir outra nacionalidade;

b) que, sem licença do Presidente da República, aceitar comissão ou emprego remunerado de governo estrangeiro, como tal considerada a prestação voluntária de serviço militar;

c) que tiver revogada a sua naturalização por exercer atividade política ou social nociva ao interesse nacional.

§ 1.º Perdida a nacionalidade, por qualquer dos motivos deste artigo, só poderá readquiri-la o brasileiro, nato ou naturalizado, por meio de naturalização expressa, na forma desta lei; ressalvado o caso de reconsideração do ato do governo, por se verificar a improcedência dos seus fundamentos.

§ 2.º A perda de nacionalidade será decretada pelo Presidente da República, mediante processo feito no Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Esse processo terá início de ofício ou mediante representação fundamentada.

§ 3.º Enquanto não estiverem resolvidos por convenção os casos de dupla nacionalidade, não se entenderá por prestação voluntária de serviço militar, para os efeitos da letra *b*, a apresentação voluntária para o serviço obrigatório.

§ 4.º Terá o efeito de naturalização a que se refere a letra *a* a opção de outra nacionalidade por quem a possua conjuntamente com a brasileira. Essa opção será feita em documento dirigido ao Governo, devidamente legalizado por autoridade consular brasileira, pelo que residir permanentemente no estrangeiro.

Art. 3.º Perdem-se os direitos políticos:

- a) nos casos de perda da nacionalidade;
- b) pela recusa, motivada por convicção religiosa, filosófica ou política, de encargo, serviço ou obrigação imposta por lei aos brasileiros;
- c) pela aceitação de título nobiliárquico ou condecoração estrangeira, quando importe restrição de direitos assegurados na Constituição ou incompatibilidade com deveres impostos por lei.

Parágrafo único. São direitos políticos o de ser eleito ou eleitor, na forma da Constituição, e o de ocupar e exercer cargos e empregos públicos ou outros que a lei atribua exclusivamente a brasileiros.

Art. 4.º Suspendem-se os direitos políticos:

- a) por incapacidade civil;
- b) por condenação criminal, enquanto durarem os seus efeitos.

Art. 5.º Os que tiverem perdido os direitos políticos poderão readquiri-los:

a) declarando, perante o ministro da Justiça e Negócios Interiores, ou o governador do Estado de domicílio, ou do Território do Acre, achar-se prontos para suportar os onus impostos pela lei aos brasileiros e de que se haviam libertado, desde que esse procedimento não importe fraude da mesma lei;

b) afirmando, por termo idêntico, ter renunciado à condecoração ou ao título nobiliárquico, devendo a ocorrência ser comunicada, por via diplomática, ao governo estrangeiro respectivo.

A requalificação será declarada por decreto referendado pelo ministro da Justiça.

Art. 6.º A concessão da naturalização é um ato gracioso e poderá ser recusada embora satisfeitos todos os requisitos da lei.

Art. 7.º Os estrangeiros naturalizados gozarão de todos os direitos civis e políticos, exceptuados os que a Constituição e as leis federais atribuem exclusivamente a brasileiros natos, como tal considerados aqueles a que se referem as letras *a*, *b*, *c* e *d* do art. 1.º.

Art. 8.º A naturalização não será concedida sem que o estrangeiro prove que satisfaz as exigências da lei do serviço militar a cujo cumprimento anterior estava obrigado.

Art. 9.º A naturalização obtida na forma da presente lei importa a renúncia da nacionalidade anterior.

Art. 10. São condições para a naturalização:

- I — Capacidade civil;
- II — residência contínua no território nacional pelo prazo de dez anos, imediatamente anteriores ao período de naturalização;
- III — conhecimento da língua portuguesa;
- IV — exercício de profissão ou posse de bens suficientes para se manter e à sua família;
- V — bom procedimento moral e civil;
- VI — não estar processado ou pronunciado, nem ter sido condenado por crime contra a existência, a segurança ou integridade do Estado e a estrutura das instituições, ou contra a economia popular, bem como por crime de peculato, homicídio, roubo, furto, falsidade, contrabando, estelionato, moeda falsa, lenocínio ou estupro;

VII — não professar ideologias contrárias às instituições políticas e sociais vigentes no país.

§ 1.º A capacidade civil para o efeito de requerer e obter a naturalização será a da lei brasileira.

§ 2.º Não interrompe a residência contínua no território nacional, de que cogita o inciso II, a ausência por prazo não superior a dois anos, consecutivos ou não, a juízo do Governo.

Art. 11. O prazo de residência fixado no n. II do artigo anterior será reduzido, a juízo do Governo, em favor de quem satisfizer qualquer das seguintes condições:

I — ter filhos brasileiros;

II — ser ou ter sido casada ou casado com brasileiro ou brasileiro;

III — ser filho de brasileiro;

IV — ser filho de estrangeiro naturalizado, nascido fora do Brasil antes da naturalização do pai;

V — ser proprietário de bens imóveis sitos no Brasil, no valor mínimo de cinquenta contos de réis;

VI — recomendar-se por sua capacidade científica, artística ou profissional;

VII — ter prestado ou poder prestar serviços relevantes ao Brasil;

VIII — ser empregado em legação ou consulado do Brasil e contar vinte anos de bons serviços.

Art. 12. O estrangeiro que pretender naturalizar-se deverá requerer ao juiz ou a qualquer dos juizes do civil do seu domicílio justificação para tal fim, declarando, na petição, nome por extenso, nacionalidade, naturalidade, filiação, estado civil (com especificação de prole, si houver), profissão, os lugares em que anteriormente tenha residido no Brasil ou no estrangeiro, a intenção de adquirir a nacionalidade brasileira e renunciar sua nacionalidade atual, as demais circunstâncias que possam interessar ao deferimento da sua naturalização, e apresentando o rol de testemunhas, duas no mínimo, cidadãos brasileiros idôneos.

Parágrafo único. A petição será assinada pelo próprio requerente, com a firma reconhecida por notário público e acompanhada sempre de uma certidão dada pelo Ministério do Trabalho, relativa à data de sua chegada ao Brasil, nacionalidade, naturalidade e estado civil; do passaporte ou, em falta deste, da carteira de identidade; da certidão de nascimento ou documento que a substitua, na forma da lei; do atestado de residência, folha corrida e atestado de bons antecedentes de ordem política e social, passado pelos serviços competentes e relativo aos lugares onde viveu e vive no Brasil e no estrangeiro, nos últimos dez anos; da prova de profissão ou de posse de bens.

Art. 13. Recebida a petição e, estando na devida forma, o juiz marcará uma audiência na qual, presentes o naturalizando e o representante do Ministério Público, lhe será perguntado se ratifica as declarações da petição. Ser-lhe-á então exibido, para leitura de alguns artigos, um exemplar da Constituição, devendo constar do termo de audiência, por ordem do juiz, se houve ratificação e se o requerente mostrou conhecimento da língua portuguesa.

Art. 14. Na mesma audiência tomará o juiz o depoimento das testemunhas sobre as condições de residência no Brasil, especialmente no município, por um ano, ou menos, se fôr o caso do art. 3º, e imediatamente anterior à petição; bom procedimento e profissão, e sobre as demais circunstâncias que interessem, podendo sempre o Ministério Público reinquirir.

Art. 15. Finda a inquirição e ouvido o Ministério Público, o juiz julgará por sentença justificação e enviará o processo, com toda a documentação, ao Governo do Estado, afim de que este, depois de opinar a respeito, por intermédio de suas Secretarias de Segurança ou órgãos correspondentes, o remeta ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para exame e despacho.

§ 1.º No Distrito Federal, o juiz enviará o processo diretamente ao Ministério.

§ 2.º As Secretarias de Segurança, ou órgãos correspondentes, na fase da informação, farão a permuta das individuais datiloscópicas do naturalizando, com todos os órgãos congêneres do país, sendo efetuada a sindicância de acordo com a organização peculiar a cada Estado. Nas sindicâncias efetuadas nos Estados, tomar-se-á como base o boletim de sindicâncias adotado pela Polícia Civil do Distrito Federal.

§ 3.º Além das Secretarias de Segurança ou órgãos congêneres, serão ouvidos sempre os Ministérios das Relações Exteriores e do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 16. Durante o processo poderá qualquer cidadão apresentar impugnação fundamentada, que será junta aos autos com os documentos que a acompanharem.

Parágrafo único. Para o fim do disposto neste artigo, o juiz, ao despachar a petição de justificação, ordenará que a mesma seja publicada.

Art. 17. A naturalização será concedida por decreto do Presidente da República, referendado pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 18. Decorrerá o prazo mínimo de um ano entre a declaração inicial e a expedição do decreto.

Art. 19. Assinado e publicado, o decreto será remetido ao Juízo onde se processou a justificação. Essa remessa, nos Estados e no Território do Acre, far-se-á por intermédio dos respectivos Governos.

§ 1.º Em audiência pública, o juiz entregará o decreto, pessoalmente, ao naturalizado, que prestará, antes de recebê-lo, o juramento solene de bem cumprir os seus deveres de cidadão brasileiro e renunciar, para todos os efeitos, a nacionalidade anterior.

§ 2.º A entrega, com a declaração de ter sido prestado o juramento, será anotada pelo juiz no decreto.

§ 3.º O decreto será declarado sem efeito se a sua entrega não for solicitada ao juiz no prazo de seis meses, contados da data da sua publicação, quando o naturalizado residir no Distrito Federal, e, para os Estados e o Território do Acre, de um ano contado do recebimento pelo respectivo Governo.

§ 4.º Findo o prazo do parágrafo anterior, os títulos serão devolvidos ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, para os devidos fins.

Art. 20. Será suspensa a entrega se verificarem as autoridades federais ou estaduais, ou o juiz, mudança nas condições que autorizavam a naturalização.

Art. 21. A naturalização só produzirá efeitos após a entrega do decreto.

Art. 22. A naturalização não importa a aquisição da nacionalidade brasileira pelo outro conjugue ou pelos filhos.

Art. 23. Se o naturalizado for casado, poderá, mediante aquiescência expressa do outro conjugue, requerer ao juiz, no ato de entrega do decreto de naturalização, seja apostilada no mesmo a adoção do regime de comunhão universal de bens, respeitados os direitos de terceiro e atendidos os preceitos relativos à publicidade desse ato nos registros competentes.

Art. 24. O Governo poderá revogar a naturalização de quem exercer atividade política ou social nociva ao interesse nacional.

Parágrafo único. A revogação, bem como a declaração de nulidade, processar-se-ão administrativamente no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de ofício ou mediante representação fundamentada, e concedido, para a defesa, o prazo de dez dias, no mínimo, contados da data da notificação.

Art. 25. Aos estrangeiros que, anteriormente à promulgação da Constituição de 16 de julho de 1934, tenham satisfeito os requisitos necessários para a obtenção da cidadania brasileira na forma de art. 69, ns. 4 e 5, da Constituição de 24 de fevereiro de 1891, continua assegurado o direito de obter o título declaratório, na forma da lei respectiva.

§ 1.º O título declaratório constará de uma portaria de ministro da Justiça e Negócios Interiores, e na sua concessão serão observadas, no que lhe for aplicável, as disposições quanto à naturalização.

§ 2.º A prova de nacionalidade brasileira, para as pessoas a que refere este artigo, será sempre o título declaratório.

Art. 26. Os requerimentos e todos os papéis concernentes à naturalização e ao título declaratório estão sujeitos às custas, solos e emolumentos ordinários.

Art. 27. Considera-se como tendo renunciado à nacionalidade brasileira o naturalizado que voltar a residir por mais de dois anos seguidos no seu país de origem ou de sua nacionalidade anterior, ou que residir por cinco anos ininterruptos fora do Brasil, salvo se provar, dentro de tais prazos, que tem a intenção de regressar ao Brasil, e que a sua residência no exterior é determinada simplesmente:

- a) por motivos relevantes de saúde;
- b) por negócios importantes com firmas brasileiras ou estabelecidas no Brasil;
- c) pela representação de alguma instituição brasileira de caráter científico, religioso ou filantrópico;
- d) por se achar a serviço do Governo.

Parágrafo único. Em cada caso, é necessária autorização do Governo Federal para exceder os prazos referidos. Em qualquer hipótese, exceto a última, tal autorização não poderá estender o prazo de excesso permitido além de tres anos.

Art. 28. Haverá, na Secretaria do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, dois livros especiais destinados, um, ao registro dos decretos de naturalização; outro, ao dos títulos declaratórios obtidos na forma do art. 25.º. Nesses livros serão anotados os títulos remetidos aos governos locais, em cujas secretarias competentes será feito igualmente o registro.

Art. 29. Os requerimentos de naturalização que já se encontrem no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, continuarão a ser processados na forma da lei anterior.

Art. 30. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 390 — DE 25 DE ABRIL DE 1938

Autoriza o ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional a uma operação de crédito entre o Estado do Pará e o Banco do Brasil.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º É o ministro da Fazenda autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo a ser levantado pelo Estado do Pará no Banco do Brasil, até o limite de 12.000:000\$000 (doze mil contos de réis), a juros de 7 % (sete por cento) ao ano, prazo de 10 (dez) anos e condições outras de interesse de ambas as partes, que serão estipuladas no respectivo contrato.

Art. 2.º O produto do empréstimo será aplicado primeiramente na liquidação do empréstimo anterior garantido pelo Governo Federal (contrato de 24 de março de 1936), ficando à disposição do Estado o saldo que houver.

Art. 3.º O Estado do Pará obriga-se a recolher, diariamente, ao Banco do Brasil as rendas que arrecadar, qualquer que seja a sua natureza ou proveniência, retendo o Banco 10 % (dez por cento) em uma "conta vinculada" e creditando os 90 % (noventa por cento) restantes em uma conta de retirada livre do Estado, vencendo aquela os juros de 7 % (sete por cento) ao ano, e esta os que forem acordados.

Parágrafo único. Além da garantia constante do artigo acima, O Estado do Pará dará ao Banco, caso este o exija, apólices de sua emissão em quantia correspondente, pelo menos, ao empréstimo a ser contraído.

Art. 4.º O Estado do Pará consignará em seus orçamentos verba própria para o serviço de amortização e juros do empréstimo que for contraído em virtude do presente decreto-lei.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 391 — DE 26 DE ABRIL DE 1938

Dispõe sobre a execução do decreto-lei n. 312, de 3 de março de 1938

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e atendendo às sugestões que lhe foram apresentadas pelo Ministério da Fazenda e pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil, para fiel execução do decreto-lei n. 312, de 3 de março de 1938, decreta:

Art. 1º. As consignações de que trata o art. 16 do decreto-lei n. 312, de 3 de março de 1938 serão reduzidas de um quarto e um sexto, respectivamente, afim de se reajustarem aos limites previstos no art. 4º e seu parágrafo único, observada, quanto aos juros, a taxa de 12% ao ano, na forma estabelecida no art. 13 do mesmo decreto-lei.

Parágrafo único. Essa redução não atinge os descontos obrigatórios a que se refere o art. 3º do citado decreto-lei.

Art. 2º. Os consignatários enviarão às repartições averbadoras, até 14 de maio vindouro, uma demonstração da situação de cada consignante, em 31 de março último, indicando:

- a) os nomes dos atuais consignantes;
- b) o saldo devedor do capital e o número serial da última prestação recebida;
- c) a nova consignação, feita a redução a que se refere este artigo;
- d) o prazo em que a nova consignação deverá ser descontada em folha de pagamento, até final liquidação do empréstimo.

§ 1º. Os atuais consignatários que não atenderem à exigência deste artigo, dentro do prazo nele fixado, poderão fazê-lo posteriormente, e, até que a satisfaçam, nenhum desconto será feito a seu favor, nem lhe serão devidos juros de mora.

§ 2º. O restabelecimento do desconto será feito no mês em cuja primeira quinzena tiver sido remetida a demonstração da situação referida neste artigo.

Art. 3º. As atuais repartições averbadoras anotarão em folha a nova consignação, e, em seguida, examinarão as importâncias constantes da demonstração referida no art. 2º, procedendo ao cancelamento da quantia averbada, si não estiver de acordo com as prescrições deste decreto-lei.

Art. 4º. No mês de abril atual, nenhum desconto autorizado se fará em folha de pagamento, não sendo exigíveis juros por essa mora.

Art. 5º. Compete à Fiscalização Bancária, a cargo da Diretoria das Rendas Internas, a verificação da observância do disposto no art. 17 do decreto-lei n. 312, de 3 de março último, e as comunicações às repartições averbadoras para aplicação da sanção prevista no parágrafo único do mesmo artigo.

Parágrafo único. Ficam excetuados do disposto no referido art. 17 os consignatários indicados no art. 1º do mesmo decreto-lei.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de abril de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 392 — DE 27 DE ABRIL DE 1938.

Regula a expulsão de estrangeiros.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É passível de expulsão o estrangeiro que por qualquer motivo comprometer a segurança nacional, a estrutura das instituições ou a tranquilidade pública.

Art. 2.º Depois de cumprida a pena que lhe tenha sido imposta, fica sujeito a expulsão imediata o estrangeiro:

I — Condenado ou processado pelo Tribunal ou Juízo competente, como autor ou cúmplice nos crimes contra a existência, a segurança ou integridade do Estado e a estrutura das instituições; contra a economia popular, a dignidade pátria, o livre exercício dos poderes políticos; bem como nos de conspiração, sedição, ajuntamento ilícito e sabotagem; nos eleitorais de caráter doloso e em qualquer outro crime político;

II — que pelo seu procedimento se tenha tornado nocivo à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições;

III — condenado como autor ou cúmplice, em qualquer forma ou grau, nos crimes de: contrabando, moeda falsa, falsificação de títulos e papéis de crédito do Governo Federal e dos Estados, e de estabelecimentos de crédito;

IV — condenado como autor ou cúmplice, em qualquer forma ou grau, nos crimes referentes a: venda de tóxicos e entorpecentes, tráfico de mulheres, lenocínio, corrupção de menores, estupro;

V — expulso de outro país.

Art. 3.º Poderá ainda ser expulso, depois de cumprida a pena que lhe tenha sido imposta, o estrangeiro:

I — que seja vagabundo ou mendigo, ou que se converta em encargo para o poder público;

II — que haja entrado no território nacional com infração de qualquer dos preceitos legais;

III — que a polícia de outro país considere elemento pernicioso à ordem pública;

IV — que haja sido condenado no Brasil por crime inafiançável ou que, condenado por crime dessa natureza, se tenha evadido de outro país;

V — que de qualquer forma perturbe o livre funcionamento de associações profissionais ou atente contra a segurança da propriedade ou a liberdade de trabalho.

Art. 4.º A expulsão poderá ser revogada desde que cessem as causas que a motivaram.

Art. 5.º A expulsão, bem como a sua revogação, far-se-ão por decreto, e serão processados no Ministério da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 6.º Os juizes e os tribunais remeterão ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, dentro de cinco dias depois de proferidas, cópias das sentenças contra estrangeiros nos casos dos incisos I, III e IV do art. 2.º e IV e V do art. 3.º desta lei.

Parágrafo único. Essa remessa será feita, nos Estados e no Território do Acre, por intermédio de seus respectivos governos.

Art. 7.º Nos demais casos, o processo de expulsão será iniciado pela Polícia, de ofício ou mediante representação fundamentada.

Art. 8.º Do processo constarão a fotografia e a individual dactiloscópica do expulsando.

Art. 9.º O ato de expulsão será comunicado ao expulsando, que poderá requerer reconsideração dentro de dez dias contados daquele em que tiver conhecimento do mesmo.

Art. 10. Enquanto não se consumir a expulsão, o ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá ordenar ou manter a detenção do expulsando ou quando for o caso, mandar que continue preso.

Art. 11. A alegação documentada da nacionalidade brasileira importa suspensão da expulsão; admitido, apenas neste caso, o recurso ao Judiciário.

Parágrafo único. Enquanto não houver sentença definitiva, o ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá usar da atribuição que lhe confere o art. 10.

Art. 12. A condenação em país estrangeiro considera-se provada, quer por certidões passadas em devida forma por funcionários competentes, quer à vista de informações obtidas dos governos.

Art. 13. O estrangeiro expulso que regressar ao território nacional antes de revogada a expulsão ficará, pela simples verificação do fato, sujeito à pena de dois a quatro anos de prisão celular, cumprida a qual será novamente expulso.

Parágrafo único. Para esse efeito, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores providenciará para que sejam remetidas às autoridades policiais dos pontos de entrada de estrangeiros, bem como às autoridades consulares dos pontos prováveis de embarque, fichas de qualificação, acompanhadas das respectivas fotografias e individuais dactiloscópicas, de todos os indivíduos expulsos.

Art. 14. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1938; 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 393 — DE 27 DE ABRIL DE 1938

Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de 2.500 contos de réis, para construção do edificio destinado ao Laboratório Químico Farmacêutico Militar.

O Presidente da República, tendo em vista o disposto no decreto-lei n. 77, de 16 de dezembro de 1937, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de dois mil e quinhentos contos de réis (2.500:000\$000), para atender às despesas (Obras, Melhoramentos, Aparelhamentos e Equipamentos) com a construção de um edificio destinado ao Laboratório Químico Farmacêutico Militar.

Rio de Janeiro, 27 de abril de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 394 — DE 28 DE ABRIL DE 1938

Regula a extradição

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Em nenhum caso será concedida a extradição de brasileiros requisitada por Estado estrangeiro. O Governo Federal continuará, porém, a requisitar aos Estados estrangeiros a extradição de brasileiros, na forma de direito.

§ 1º. Não será igualmente concedida a extradição de brasileiros naturalizados antes da perpetração do crime.

§ 2º. Negada a extradição de brasileiro, este será julgado no país, se o fato contra ele arguido constituir infração segundo a lei brasileira. Se a pena estipulada na lei brasileira for mais grave do que a do Estado requerente, será a mesma reduzida nesta medida.

Do mesmo modo proceder-se-á quando for o caso, se negada a extradição do estrangeiro.

§ 3º. Nos casos do parágrafo anterior, serão solicitados ao Governo requerente os elementos de convicção para o processo e julgamento, sendo-lhe depois comunicada a sentença ou resolução definitiva.

Art. 2º. Não será, também, concedida a extradição nos seguintes casos:

I — Quando não se tratar de infração segundo a lei brasileira ou a do Estado requerente.

II — Quando o Brasil for competente, segundo suas leis, para julgar a infração.

III — Quando a lei brasileira impuser, pela infração, pena de prisão inferior a um ano compreendidas a tentativa, co-autoria e cumplicidade.

IV — Quando o extraditando estiver sendo processado ou já tiver sido condenado ou absolvido no Brasil, pelo mesmo fato que determinar o pedido.

V — Quando se tiver verificado a prescrição, segundo a lei do Estado requerente ou a brasileira.

VI — Quando o extraditando tiver de responder, no país requerente, perante tribunal ou juízo de exceção.

VII — Quando a infração for:

- a) puramente militar;
- b) contra a religião;
- c) crime político ou de opinião.

§ 1º. A alegação do fim ou motivo político não impedirá a extradição, quando o fato constituir, principalmente, uma infração comum da lei penal ou quando o crime comum, conexo dos referidos no inciso VII, constituir o fato principal.

§ 2º. Não se consideram crimes políticos os atentados contra chefes de Estado ou qualquer pessoa que exerça autoridade, nem os atos de anarquismo, terrorismo e sabotagem, ou que importem propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social.

§ 3º. Caberá exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal a apreciação do caráter da infração.

Art. 3º. A extradição só será concedida, si a infração tiver sido cometida no território do Estado requerente ou quando se lhe aplicarem as suas leis penais.

Art. 4º. A extradição alcança os processados ou condenados como autores, cúmplices ou encobridores da infração.

Art. 5º. A detenção ou prisão do extraditando deverá estar autorizada pelo juiz ou tribunal competente do Estado requerente, se não houver sentença final, que deverá ser de privação de liberdade.

Art. 6º. Quando vários Estados requererem a extradição da mesma pessoa pelo mesmo fato, terá preferência o pedido daquele, em cujo território a infração foi cometida.

§ 1º. Tratando-se de fatos diversos:

a) o que versar sobre a infração mais grave, segundo a lei brasileira;

b) o do Estado que em primeiro lugar tiver solicitado a entrega, no caso de igual gravidade; se os pedidos forem simultâneos, o Estado de origem ou, na sua falta, o do domicílio.

Nos demais casos, a preferência fica ao arbítrio do Governo Brasileiro.

§ 2º. Na hipótese do § 1º, poderá ser estipulada a condição de entrega ulterior aos outros requerentes.

§ 3º. Havendo tratado com algum dos Estados solicitantes, as suas estipulações prevalecerão no que diz respeito à preferência de que trata este artigo.

Art. 7º. A extradição será solicitada por via diplomática ou, na falta de agente diplomático do Estado requerente, diretamente, de Governo a Governo, sendo o pedido acompanhado de cópia ou traslado autêntico da sentença de condenação, ou das decisões de pronúncia ou prisão preventiva, proferidas por juiz competente. Estas peças deverão conter a indicação precisa do fato incriminado, o lugar e a data em que foi cometido, e cópia dos textos de lei aplicável à espécie, inclusive dos referentes à prescrição da ação ou da pena, bem como dados antecedentes necessários à comprovação da identidade do indivíduo reclamado.

Parágrafo único. O trânsito do pedido por via diplomática constitui prova bastante da autenticidade dos documentos apresentados.

Art. 8º. O Ministério das Relações Exteriores remeterá o pedido ao da Justiça e Negócios Interiores, o qual providenciará para a detenção do extraditando e sua apresentação ao Supremo Tribunal Federal.

Art. 9º. Em caso de urgência, e havendo reciprocidade de tratamento, poderá ser concedida a prisão preventiva do extraditando, mediante simples requisição, feita por qualquer meio, inclusive via telegráfica, telefônica ou radioelétrica, por qualquer autoridade competente do Estado requerente ou agente diplomático ou consular do mesmo Estado.

A requisição será baseada na invocação de sentença de condenação, auto de prisão em flagrante ou mandato de prisão, ou ainda fuga do indiciado após o crime ou a condenação, e indicará a infração cometida.

Dentro do prazo de sessenta dias contados da data em que for recebida a requisição, o Estado requerente deverá apresentar o pedido formal de extradição, acompanhado dos documentos indicados no art. 7º.

A prisão não será mantida além do dito prazo nem se admitirá novo pedido de prisão, pelo mesmo fato, sem o pedido formal de extradição, devidamente instruído.

Art. 10. Nenhum pedido de extradição será atendido sem prévio pronunciamento do Supremo Tribunal Federal sobre a legalidade e

procedência do mesmo, bem como sobre o caráter da infração, na forma do art. 2º, § 3º.

Efetuada a detenção do extraditando, serão todos os documentos referentes ao pedido enviado àquele Tribunal, de cuja decisão não caberá recurso. A defesa do extraditando só poderá consistir em não ser a pessoa reclamada, nos defeitos de forma de documentos apresentados, e na ilegalidade da extradição.

§ 1º. O ministro designado para relatar o processo perante o Tribunal determinará o interrogatório do extraditando, dando-lhe curador, se for o caso, ou advogado se o não tiver, e concedendo o prazo de cinco dias para a defesa.

§ 2º. Quando, por vício de forma ou ausência de documento essencial, o pedido deve ser denegado, o Tribunal, a requerimento do procurador geral da República, poderá converter o julgamento em diligência para o fim de ser o pedido corrigido ou completado no prazo improrrogável de quarenta e cinco (45) dias, contados da sua apresentação ao próprio Tribunal. Findo esse prazo, o processo será julgado definitivamente, tenha ou não sido realizada a diligência.

§ 3º. Negada a extradição de um indivíduo, não poderá ser de novo solicitada a entrega deste pelo mesmo fato a ele imputado.

Art. 11. Quando o inculcado contra o qual for feito o pedido estiver sendo processado ou estiver sujeito a cumprimento de pena de prisão ou de pena que nesta se resolva, por fato diverso, praticado no Brasil, a extradição será decidida na forma desta lei, mas a entrega só se fará efetiva, depois de findo o processo ou de extinta a pena.

Parágrafo único. A entrega ficará igualmente adiada, sem prejuízo da efetividade da extradição, quando enfermidade grave impedir que, sem perigo de vida, se proceda ao transporte do extraditado.

Art. 12. A entrega não será efetuada sem que o Estado requerente assumam os compromissos seguintes:

a) não ser detido o extraditado em prisão nem julgado por infração diferente da que haja motivado a extradição e cometida antes desta, salvo se livre e expressamente consentir em ser julgado ou se permanecer em liberdade, no território desse Estado, um mês depois de julgado e absolvido por aquela infração, ou de cumprida a pena de privação de liberdade que lhe tenha sido imposta;

b) não concorrer o fim ou motivo político, militar ou religioso para agravar a penalidade;

c) computar-se o tempo da detenção, no Brasil, do extraditado, no de prisão preventiva, quando este se tenha de levar em conta;

d) comutar-se na de prisão a pena de morte ou corporal com que seja punida a infração;

e) não ser o extraditado, sem consentimento do Brasil, entregue a terceiro Estado que o reclame, com a mesma ressalva na letra a.

Art. 13. A entrega do extraditado será feita com todos os objetos que se encontrarem em seu poder, quer sejam produto da infração, quer se trate de peças que possam servir para a prova da mesma, tanto quanto for praticável, de acordo com as leis brasileiras, e respeitados os direitos de terceiros.

Parágrafo único. A entrega dos objetos a que se refere o artigo anterior poderá ser feita, se a pedir o Estado requerente da extradição, ainda que o inculcado venha a morrer ou desaparecer.

Art. 14. As despesas com a detenção ou entrega correrão por conta do Estado requerente, mas este não terá que dispendar impor-

tância alguma com os serviços que prestarem os empregados públicos pagos pelo Governo brasileiro.

Art. 15. O trânsito, no Brasil, da pessoa extraditada entre dois outros países e de seus guardas será permitida mediante a apresentação do exemplar original ou de uma cópia autêntica do documento que conceda a extradição, salvo se a isso se opuserem graves motivos de ordem pública.

Art. 16. Concedida a extradição, se dentro de (20) vinte dias da data da comunicação de ficar o extraditando à disposição do Estado requerente não o tiver remetido o respectivo agente diplomático para o país requerente, dar-se-lhe-á liberdade e não será de novo preso pelo mesmo motivo da extradição.

Art. 17. Poderão ser processados e julgados, ainda que ausentes, os brasileiros e estrangeiros que, em território estrangeiro, perpetrem crimes:

- a) contra a existência, a segurança ou integridade do Estado e a estrutura das instituições, e contra a economia popular;
- b) de moeda falsa, contrabando, peculato e falsidade.

Art. 18. Poderá ser processado e julgado no Brasil o nacional ou estrangeiro que, em território estrangeiro, perpetrar crime contra brasileiro e ao qual comine a lei brasileira pena de prisão de dois (2) anos, no mínimo.

§ 1º. O processo contra o nacional ou estrangeiro, nesse caso, só será iniciado mediante requisição do Ministério da Justiça e Negócios Interiores ou queixa da parte, quando, nos casos em que a extradição é permitida, não for ela solicitada pelo Estado em cujo território for cometida a infração.

§ 2º. Não serão levados a efeito o processo e o julgamento pelos crimes referidos neste artigo, se os criminosos já houverem sido, em país estrangeiro, absolvidos, punidos ou perdoados por tais crimes ou se o crime já estiver prescrito, segundo a lei mais favorável. O processo e julgamento não serão obstados por sentença ou qualquer ato de autoridade estrangeira. Todavia, será computado no tempo de pena a prisão que no estrangeiro tiver, por tais crimes, sido cumprida.

Art. 19. O extraditado que, depois de entregue ao Estado requerente e durante o processo e o julgamento, conseguir escapar à ação da justiça e se refugiar no Brasil ou por ele passar, será detido mediante requisição direta ou por via diplomática, e novamente entregue, sem outras formalidades.

Art. 20. Quando se tratar de indivíduo reclamado pela justiça brasileira e refugiado em país estrangeiro, o pedido de extradição deverá ser transmitido ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que o examinará e, se o julgar procedente, o encaminhará ao Ministério das Relações Exteriores, para os fins convenientes, fazendo-o acompanhar de cópia dos textos da lei brasileira referentes ao crime praticado, à pena aplicável e à sua prescrição, e de dados ou informações que esclareçam devidamente o pedido. Em casos de urgência, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores solicitará as necessárias providências ao das Relações Exteriores, para que este faça a prisão preventiva do extraditando.

Quando, em virtude de tratado, o país estrangeiro o permitir, as autoridades judiciárias ou administrativas dos Estados poderão diretamente solicitar a prisão provisória do extraditando às autoridades competentes do referido país. Nesse caso, porém, deverão imediatamente levar o fato ao conhecimento do Ministério da Justiça, que o encaminhará ao das Relações Exteriores, para que confirme o pedido pelos meios regulares.

Art. 21. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 395 — DE 29 DE ABRIL DE 1938

Declara de utilidade pública e regula a importação, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, no território nacional, e bem assim a indústria da refinação de petróleo importado ou produzido no país, e dá outras providências.

O Presidente da República, ouvido o Conselho Federal de Comércio Exterior, tendo em vista os elevados interesses da segurança do país e da economia nacional, e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e, outrossim:

Considerando que o Código de Minas, promulgado pelo decreto n. 24.642, de 10 de julho de 1934, impôs ao proprietário das minas e jazidas conhecidas a obrigação de manifestá-las ao poder público, dentro de prazos determinados, e que nenhuma jazida de hidrocarbureto, líquido ou gasoso, de valor industrial, foi manifestada e mandada registrar na vigência dos mesmos prazos, resultando em consequência que todas essas jazidas, perventura existentes no território nacional, foram incorporadas ao patrimônio da Nação (decreto-lei n. 66, de 14 de dezembro de 1937 e 366, de 11 de abril de 1938);

Considerando que o petróleo refinado constitui a fonte principal de energia para a realização do transporte, especialmente aéreo e rodoviário, serviço de utilidade pública nacional, indispensável à defesa militar e econômica do país;

Considerando a conveniência de ordem econômica de prover à distribuição em todo o território nacional do petróleo e seus derivados em condições de preço tão uniformes quanto possível:

Decreta:

Art. 1.º Fica declarado de utilidade pública o abastecimento nacional de petróleo.

Parágrafo único. Entende-se por abastecimento nacional de petróleo a produção, a importação, o transporte, a distribuição e o comércio de petróleo bruto e seus derivados, e bem assim a refinação de petróleo importado ou de produção nacional, qualquer que seja neste caso a sua fonte de extração.

Art. 2.º Compete exclusivamente ao Governo Federal:

I, autorizar, regular e controlar a importação, a exportação, o transporte, inclusive a construção de oleodutos, a distribuição e o comércio de petróleo e seus derivados, no território nacional;

II, autorizar a instalação de quaisquer refinarias ou depósitos, decidindo de sua localização, assim como da capacidade de produção das refinarias, natureza e qualidade dos produtos refinados;

III, estabelecer, sempre que julgar conveniente, na defesa dos interesses da economia nacional e cercando a indústria de refinação de petróleo de garantias capazes de assegurar-lhe êxito, os limites, má-

ximo e mínimo, dos preços de venda dos produtos refinados — importados em estado final ou elagorado no país — tendo em vista, tanto quanto possível, a sua uniformidade em todo o território da República.

Art. 3.º Fica nacionalizada a indústria da refinação do petróleo importado ou de produção nacional, mediante a organização das respectivas empresas nas seguintes bases:

I, capital social constituído exclusivamente por brasileiros natos, em ações ordinárias, nominativas;

II, direção e gerência confiadas exclusivamente a brasileiros natos, com participação obrigatória de empregados brasileiros, na proporção estabelecida pela legislação do país.

Parágrafo único. As empresas que atualmente exercem, no país, a indústria da refinação do petróleo, é concedido o prazo de seis meses, contados da data da publicação do presente decreto-lei, para que se adaptem ao regimen nele estabelecido.

Art. 4.º Fica criado o Conselho Nacional do Petróleo, constituído de brasileiros natos, designados pelo Presidente da República, representando os Ministérios da Guerra, Marinha, Fazenda, Agricultura, Viação e Obras Públicas, Trabalho, Indústria e Comércio, assim como as organizações de classe da Indústria e do Comércio.

§ 1.º O Conselho, organismo autónomo, subordinado diretamente ao Presidente da República, será instalado dentro de sessenta dias a contar da publicação deste decreto-lei.

§ 2.º Ao Conselho Nacional de Petróleo, cuja organização e respectivas atribuições serão determinadas em decreto-lei, incumbirá executar as medidas estipuladas neste decreto-lei, autorizar as operações financeiras das empresas; fiscalizá-las, bem como as operações mercantis.

Art. 5.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de abril de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

A. de Souza Costa.

Fernando Costa.

João de Mendonça Lima.

Waldemar Falcão.

Francisco Campos.

Oswaldo Aranha.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 396 — DE 30 DE ABRIL DE 1938

Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 75:000\$000, para despesas do Conselho Federal de Comércio Exterior e exposição de produtos brasileiros, em Caracas.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de setenta e cinco contos de réis (75:000\$), para atender às despesas (Serviços e Encargos), realizadas e a realizar com a exposição de mostruários de produtos brasileiros, em Caracas, a cargo do Conselho Federal de Comércio Exterior, e outras de que carecer o mesmo Conselho para seu perfeito aparelhamento.

Parágrafo único. A importância do crédito a que se refere este artigo será entregue ao diretor executivo do Conselho Federal de Comércio Exterior, de uma só vez, de conformidade com o § 1º, *in fine*, do art. 13, do decreto-lei n. 74, de 16 de dezembro de 1937.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 397 — DE 30 DE ABRIL DE 1938

Autoriza o ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional a uma operação de crédito entre o Estado de Mato Grosso e o Banco do Brasil

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º É o ministro da Fazenda autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo a ser levantado pelo Estado de Mato Grosso no Banco do Brasil, até o limite de 15.000:000\$ (quinze mil contos de réis), a juros de 7 % (sete por cento) ao ano, prazo de 10 (dez) anos e condições outras do interesse de ambas as partes, que serão estipuladas no respectivo contrato.

Art. 2.º O produto do empréstimo será aplicado na liquidação do débito do Tesouro Estadual para com a Companhia Mate Laranjeira S. A. e com o próprio Banco do Brasil, ficando à disposição do Governo do Estado o saldo que houver.

Art. 3.º O Estado de Mato Grosso obriga-se a recolher, diariamente, ao Banco do Brasil as rendas que arrecadar, qualquer que seja a sua natureza ou proveniência, retendo o Banco 10 % (dez por cento) em uma "conta vinculada" e creditando os 90 % (noventa por cento) restantes em uma conta de retirada livre do Estado, vencendo aquela os juros de 7 % (sete por cento) ao ano, e esta os que forem acordados.

Parágrafo único. Além da garantia constante do artigo acima, o Estado de Mato Grosso dará ao Banco, caso este o exija, apólices de sua emissão em quantia correspondente, pelo menos, ao empréstimo a ser contraído.

Art. 4.º O Estado de Mato Grosso consignará em seus orçamentos verba própria para o serviço de amortização e juros do empréstimo que for contraído em virtude do presente decreto-lei.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 398 — DE 30 DE ABRIL DE 1938

Dispõe sobre a isenção de impostos de transmissão e prediais que incidem sobre prédios e terrenos adquiridos por Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões para os respectivos associados.

O Presidente da República:

Considerando que a aquisição de casa de moradia pelos trabalhadores deve ser estimulada pelo Estado como medida de alto interesse social;

Considerando que os encargos decorrentes dos impostos de transmissão e predial trazem dificuldades a essa aquisição;

Considerando que compete aos Estados e Municípios legislar, respectivamente, sobre impostos de transmissão e prediais, e já alguns estabeleceram medidas próprias para diminuir ou atenuar esses encargos;

Considerando que cabe à União legislar sobre tais impostos no Distrito Federal, e

Usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Nas aquisições de prédios ou terrenos feitas no Distrito Federal, por Institutos ou Caixas de Aposentadoria e Pensões criados por lei federal e subordinados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para revenda, em prestações, aos próprios associados, os impostos, foros, laudêmios e taxas devidos pela transmissão serão pagos uma só vez, com as isenções ou reduções constantes do artigo 5.º, alínea *a* deste decreto, ficando isentas de tais encargos as operações de transferências que, como consequência de transação realizada, se efetuam entre o Instituto ou Caixa e seus associados, ou herdeiros destes, em caso de morte.

§ 1.º. A eventual transferência de imóvel de um a outro associado importa no pagamento de novo imposto, calculado nas condições fixadas por este artigo.

§ 2.º. Adquirindo o Instituto ou Caixa áreas de terreno para revenda em lotes aos associados, a tais operações se aplica o disposto neste artigo, fazendo-se, porém, o pagamento do imposto devido, parceladamente sobre a área útil, à proporção da venda ou promessa de venda de cada lote.

Art. 2º. Nas aquisições de imóveis processadas diretamente do vendedor ao associado, mediante financiamento do Instituto ou Caixa vigorarão, para cobrança dos encargos de transmissão, as isenções ou reduções a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º. Os imóveis adquiridos nas condições estabelecidas nesta lei, bem como os prédios, cuja construção tenha sido ou venha a ser financiada por Instituto ou Caixa, para associados, gozarão, relativamente ao imposto predial, de isenção, ou abatimento, na forma do artigo 5º, alínea b, durante o prazo de 15 anos, extinguindo-se, entretanto, este benefício si, antes de decorrido esse período, cessar a interferência da Caixa ou Instituto, na operação.

Art. 4º. As isenções estabelecidas nesta lei não atingem o disposto na legislação vigente sobre averbação da transferência de propriedades.

Art. 5º. As isenções ou reduções previstas nesta lei são:

a) relativamente à transmissão: isenção sobre os dez primeiros contos de réis; redução de cinquenta por cento sobre o excedente até 20 contos; redução de vinte e cinco por cento sobre o excedente de 20 até 30 contos de réis;

b) relativamente ao imposto predial, e excluídas as taxas que juntamente com este se cobram: isenção, até ao valor locativo anual de 1:200\$; redução de cinquenta por cento sobre o excedente até réis 2:400\$000.

Art. 6º. Os benefícios assegurados por esta lei são extensivos aos imóveis já adquiridos, e nas condições nela previstas, sem direito, porém, a restituição dos impostos devidamente pagos.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 399 — DE 30 DE ABRIL DE 1938

Aprova o regulamento para execução da lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, que institue as Comissões de Salário Mínimo

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, afim de dar cumprimento ao art. 137, alínea "h", da Constituição e usando da atribuição que lhe confere o art. 74, alínea "a", da mesma Constituição, resolve, para execução do art. 18 da lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, aprovar o regulamento que a este acompanha, estabelecendo a organização e o funcionamento das Comissões de Salário Mínimo, instituídas pela lei citada.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

Regulamento a que se refere o decreto-lei n. 399, de 30 de abril de 1938

CAPÍTULO I

DO CONCEITO DO SALÁRIO MÍNIMO

Art. 1.º A fixação do salário mínimo, a que todo trabalhador tem direito, em retribuição a serviço prestado, competirá às Comissões de Salário Mínimo, instituídas pela lei n. 185, de 14 de janeiro de 1936, as quais terão as funções e atribuições discriminadas no presente regulamento.

Art. 2.º Denomina-se salário mínimo a remuneração mínima devida a todo trabalhador adulto, sem distinção de sexo, por dia normal de serviço e capaz de satisfazer, em determinada época, na região do país, as suas necessidades normais de alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte.

Parágrafo único. A duração normal do dia de serviço será regulada, para cada caso, pela legislação em vigor.

Art. 3.º Quando o salário for ajustado por empreitada ou convencionado por tarefa ou peça, será garantida ao trabalhador uma remuneração diária nunca inferior à do salário mínimo por dia normal de serviço.

Art. 4.º Quando se tratar da fixação de salário mínimo dos trabalhadores ocupados em serviços insalubres, poderão as Comissões de Salário Mínimo aumentá-lo até de metade do salário mínimo normal da região, zona ou sub-zona.

§ 1.º O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio organizará, dentro do prazo de 120 dias, contados da publicação deste regulamento, o quadro das indústrias insalubres que, pela sua própria natureza ou método de trabalho, forem susceptíveis de determinar intoxicações, doenças ou infecções.

§ 2.º O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio procederá, periodicamente, à revisão do quadro a que alude o parágrafo anterior.

Art. 5.º Tratando-se de menores aprendizes ou que desempenhem serviços especializados, poderão as Comissões fixar o seu salário até em metade do salário mínimo normal da região, zona ou sub-zona.

§ 1.º Consideram-se aprendizes os menores de 18 e maiores de 14 anos, cuja educação profissional não se haja completado.

§ 2.º Consideram-se serviços especializados, para os fins deste artigo, aqueles em que, pela sua complexidade técnica, os menores só possam ser aproveitados como auxiliares.

Art. 6.º O salário mínimo será determinado pela fórmula $Sm = a + b + c + d + e$, em que *a*, *b*, *c*, *d* e *e* representam, respectivamente, o valor das despesas diárias com alimentação, habitação, vestuário, higiene e transporte necessários à vida de um trabalhador adulto.

§ 1.º A parcela correspondente a alimentação terá um valor mínimo igual aos valores da lista de provisões, constantes dos quadros anexos, e necessárias à alimentação diária do trabalhador adulto.

§ 2.º Poderão ser substituídos pelos equivalentes de cada grupo, também mencionados nos quadros a que alude o parágrafo anterior, os alimentos, quando as condições da região, zona ou sub-zona o

aconselharem, respeitados os valores nutritivos determinados nos mesmos quadros.

§ 3.º O Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio fará, periodicamente, a revisão dos quadros a que se refere o § 1.º deste artigo.

§ 4.º Quando o empregador fornecer, "in natura", uma ou mais das parcelas do salário mínimo, o salário em dinheiro será determinado pela fórmula $Sd = Sm - P$, em que Sd representa o salário em dinheiro, Sm o salário mínimo e P a soma dos valores daquelas parcelas na região, zona ou sub-zona.

§ 5.º Na hipótese do parágrafo anterior, o salário em dinheiro não será inferior a 30% do salário mínimo da região, zona ou sub-zona.

Art. 7.º Fica proibido, de acordo com o disposto no art. 1.º do decreto n. 23.501, de 27 de novembro de 1933, o pagamento do salário em bonus, fichas e vales emitidos pelo empregador ou em dias destinados a descanso do empregado.

Parágrafo único. O pagamento do salário realizado com inobservância deste artigo considera-se como não feito, sujeitando-se o empregador às sanções do art. 50 do presente regulamento.

CAPÍTULO II

DO TRABALHO EM DOMICÍLIO

Art. 8.º Entende-se por trabalho em domicílio, para os efeitos do presente regulamento, o executado na habitação do empregado ou em oficina de família, por conta de empregador que o remunerar.

§ 1.º O trabalho em domicílio abrangerá não só o manual como o executado com qualquer aparelhagem, sendo vedada a participação das mulheres e dos menores dos serviços perigosos ou insalubres.

§ 2.º Será também considerado trabalho em domicílio o realizado na habitação do empregado, desde que se comunique a mesma, direta ou indiretamente, com estabelecimentos de atividade comercial ou industrial.

§ 3.º Entende-se por oficina de família a que for constituída por parentes — cônjuges, ascendentes, descendentes e colaterais — até ao segundo grau do chefe da mesma família, bem como os demais parentes, desde que com eles resida.

Art. 9.º Não será considerado trabalho em domicílio, para os efeitos do presente regulamento:

a) o trabalho individual ou coletivo, realizado em domicílio, para atender as necessidades domésticas;

b) o trabalho individual ou coletivo, realizado em domicílio ou em oficina de família, para a venda direta do produto, sem financiador estranho à família dos trabalhadores.

Art. 10.º São considerados trabalhadores em domicílio:

a) os que prestam serviços a um empregador em domicílio;

b) os que, não registrados como empregados efetivos, trabalham fora de sua habitação e da oficina de um empregador em domicílio, quando remunerados por este;

c) os que trabalham isoladamente, em sua residência ou em oficina de família, por conta do empregador.

Art. 11. São considerados empregadores em domicílio:

a) os que, estabelecidos com fábricas, oficinas, armazens, lojas e congêneres, distribuam trabalho que devia ser executado em domicílio;

b) os empreiteiros do trabalho em domicílio, desde que responsáveis pelo pagamento do trabalho executado;

c) os que, empregados ou não, tenham em seu domicílio, sob suas ordens, fornecendo-lhes ou não, material de serviço, oficiais, ajudantes ou aprendizes percebendo remuneração.

CAPÍTULO III

DAS REGIÕES, ZONAS E SUB-ZONAS

Art. 12. Para efeito da aplicação deste regulamento será o país dividido em 22 regiões correspondentes aos Estados, Distrito Federal e Território do Acre.

Parágrafo único. Em cada região funcionará uma Comissão de Salário Mínimo, com sede na capital do Estado, no Distrito Federal e na sede do governo do Território do Acre.

Art. 13. O Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante proposta das Comissões de Salário Mínimo e ouvido o Departamento de Estatística e Publicidade de seu Ministério poderá, atendendo aos índices de padrão de vida, dividir uma região em duas ou mais zonas, desde que cada zona abranja, pelo menos, quinhentos mil habitantes.

§ 1.º A decisão deverá enumerar, taxativamente, os municípios que ficam sujeitos a cada zona, para efeito de se determinar a competência de cada Comissão.

§ 2.º Quando uma região se dividir em duas ou mais zonas, as respectivas Comissões de Salário Mínimo funcionarão, uma, obrigatoriamente, na capital do Estado ou na sede do governo do Território do Acre e a outra ou outras, nos municípios de maior importância econômica, aferida esta pelo valor dos impostos federais arrecadados nos últimos dois anos.

Art. 14. Sempre que em uma região ou zona se verifiquem diferenças de padrão de vida, determinadas por circunstâncias econômicas de caráter urbano, suburbano, rural ou marítimo, poderá o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, mediante proposta da respectiva Comissão de Salário Mínimo e ouvido o Departamento de Estatística e Publicidade de seu Ministério, autorizá-la a subdividir a região ou zona, de acordo com tais circunstâncias.

Parágrafo único. Na hipótese deste artigo serão instituídas Sub-Comissões locais, subordinadas às Comissões de Salário Mínimo, a quem proporão o salário mínimo local.

CAPÍTULO IV

DAS CONSTITUIÇÃO DAS COMISSÕES

Art. 15. O número dos componentes das Comissões de Salário Mínimo será fixado pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, no mínimo de cinco e até ao máximo de onze.

Art. 16. Os representantes dos empregadores e empregados serão eleitos, na forma do art. 18, pelo respectivo sindicato, associações e instituições de classe legalmente reconhecidos, e a sua

escolha não poderá recair em indivíduos estranhos ao quadro social dessas entidades.

§ 1.º Os membros da Comissão de Salário Mínimo serão nomeados pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, dentre os representantes dos empregadores e empregados, eleitos no prazo fixado.

§ 2.º O número de representantes dos empregadores, na Comissão de Salário Mínimo, será igual ao dos empregados.

Art. 17. De cada Comissão não poderá participar, como representante dos empregadores ou dos empregados, mais de um componente que pertença à mesma profissão ou à mesma atividade produtora.

Art. 18. O presidente da Comissão de Salário Mínimo notificará, três meses antes da extinção do mandato da mesma Comissão, às Uniões de Sindicatos de empregadores e de empregados da região, zona ou sub-zona, determinando que as entidades que lhes são filiadas procedam às eleições de seus vogais e suplentes.

Parágrafo único. Não existindo Uniões, o presidente determinará a realização das eleições, diretamente, aos Sindicatos, e, em falta destes, às associações ou instituições de classe devidamente reconhecidas.

Art. 19. No penúltimo mês do mandato da Comissão de Salário Mínimo, cada Sindicato remeterá à União respectiva uma lista de três associados eleitos para vogais e três para suplentes, devendo a referida entidade sindical encaminhar ao presidente daquela Comissão as listas recebidas.

Parágrafo único. Onde não existir União, os Sindicatos remeterão as listas ao presidente, o que farão também, no caso de inexistência de Sindicatos, as associações ou instituições de classe legalmente reconhecidas.

Art. 20. Onde não funcionarem Sindicatos, associações ou instituições de classe legalmente reconhecidas, o presidente da Comissão convocará empregadores e empregados para, em reunião que o convocador presidirá, serem eleitos os vogais e suplentes de cada classe.

Art. 21. Serão observadas, nas eleições dos vogais e suplentes dos empregadores e dos empregados, nas Sub-Comissões de Salário Mínimo, as mesmas formalidades relativas às Comissões, devendo o presidente remeter ao da Comissão a que estiver subordinado a lista dos eleitos.

Art. 22. De posse das listas, o presidente as remeterá, por intermédio do Departamento de Estatística e Publicidade, ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, que, dentro do prazo de 15 dias, nomeará os componentes das Comissões e Sub-Comissões.

Parágrafo único. As listas remetidas ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio pelo presidente da Comissão de Salário Mínimo deverão mencionar o nome e a sede do Sindicato, associação ou instituição a que pertençam os eleitos.

Art. 23. Na hipótese de não comparecimento de empregadores ou de empregados ou no caso de uma classe ou ambas deixarem de indicar número suficiente de representantes, o presidente comunicará, por intermédio do Departamento de Estatística e Publicidade, o ocorrido ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, e este fará as nomeações, sem dependência de eleição.

Parágrafo único. A prova da qualidade de empregador não sindicalizado do coletor federal ou estadual ou atestado do Prefeito Municipal e a do empregado, pela carteira profissional, suprindo-se esta, na impossibilidade de sua obtenção, por atestado de empregador ou de autoridade local.

Art. 24. Os representantes dos empregadores e dos empregados, nas Comissões e Sub-Comissões de Salário Mínimo, deverão fazer prova de residência, por tempo não inferior a dois anos, na região, zona ou sub-zona em que exercerem a sua atividade.

Art. 25. Os presidentes das Comissões de Salário Mínimo serão nomeados, em comissão, pelo Presidente da República, mediante proposta do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, dentre os cidadãos brasileiros de notória idoneidade moral, versados em assuntos de ordem econômica e social.

Parágrafo único. Os presidentes das Sub-Comissões serão escolhidos pelos presidentes das respectivas Comissões de Salário Mínimo, dentre os cidadãos que preencham os requisitos enumerados neste artigo.

Art. 26. O mandato dos membros das Comissões e Sub-Comissões será de dois anos, podendo os seus componentes ser reconduzidos ao terminar o respectivo prazo.

Art. 27. As Comissões e Sub-Comissões reunir-se-ão por convocação do presidente ou da maioria absoluta de seus membros.

§ 1.º As Comissões e Sub-Comissões deliberarão com a presença do presidente, da maioria de seus componentes e de número igual de representantes de empregadores e de empregados. As suas decisões serão pronunciadas por maioria de votos.

§ 2.º O presidente, que tomará parte nos debates, só terá voto de desempate.

Art. 28. Os componentes das Comissões e Sub-Comissões perceberão a gratificação de 50\$000 por sessão a que comparecerem, até ao máximo de 200\$000 por mês.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DAS COMISSÕES DE SALÁRIO MÍNIMO

Art. 29. As Comissões de Salário Mínimo têm por incumbência fixar o salário mínimo da região, ou zona, de sua jurisdição.

Parágrafo único. Compete-lhes igualmente pronunciar-se sobre a alteração do salário mínimo que lhes for requerida por algum de seus componentes, pelo Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou pelos Sindicatos, associações ou instituições de classe legalmente reconhecidos, e, na falta destes, por dez pessoas residentes na região, zona, ou sub-zona, ha mais de um ano, e que não tenham entre si laços de parentesco até segundo grau, incluídos os afins.

Art. 30. O ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, *ex-officio*, a requerimento dos Sindicatos, associações e instituições de classe legalmente reconhecidos, ou por solicitação da Comissão de Salário Mínimo, poderá, ouvido o Departamento de Estatística e Publicidade de seu ministério, classificar os trabalhadores segundo a identidade das condições e necessidades normais da vida nas respectivas regiões.

Art. 31. O salário mínimo será fixado para cada região, zona, ou sub-zona, de modo geral, ou segundo a identidade das condições e necessidades normais da vida nas respectivas regiões.

Art. 32. Realizar-se-á inquérito censitário para conhecer as condições econômicas de cada região, zona, ou sub-zona do país, bem como os salários efetivamente pagos aos trabalhadores, sempre que essa providência se fizer mister, afim de proporcionar às Comissões de Salário os elementos indispensáveis à fixação do salário mínimo.

Art. 33. Todos os indivíduos, empresas, associações, sindicatos, companhias ou firmas que tenham a seu serviço empregados, ou operá-

rios, deverão remeter ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ou à autoridade que o representar nos Estados, dentro do prazo de 15 dias, a contar da data da notificação que lhes for feita, a indicação dos salários mais baixos efetivamente pagos, com a discriminação do serviço desempenhado pelos trabalhadores, conforme modelo aprovado pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 1.º O disposto neste artigo será igualmente observado pelos encarregados de serviços ou obras, tanto do Governo Federal, como dos Governos Estaduais e Municipais.

§ 2.º Os dados censitários recolhidos pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio serão enviados às Comissões de Salário Mínimo, podendo estas, nos casos de insuficiência desses dados, colher os elementos complementares de que precisarem, diretamente junto às partes interessadas residentes na região, zona, ou sub-zona, de sua jurisdição.

§ 3.º As Comissões de Salário Mínimo, que se instalarem dentro do prazo de 90 dias após a publicação do presente regulamento, no *Diário Oficial*, representarão o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados, para os efeitos deste artigo.

Art. 34. As Comissões de Salário Mínimo, depois de instituídas, representarão o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para o efeito de recebimento das declarações, de que trata o art. 33, e de outros elementos estatísticos.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, as Comissões de Salário Mínimo poderão delegar as suas funções às autoridades federais, estaduais ou municipais, da região, zona, ou sub-zona, a que pertencerem.

Art. 35. As Comissões de Salário Mínimo, ao fixar o salário mínimo, darão à publicidade os índices estatísticos que justifiquem sua adoção e o valor de cada uma das parcelas que o constituírem.

Art. 36. Cabe ao Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, seja pela organização ou sistematização geral dos elementos estatísticos, seja pela adoção de providências de ordem técnica ou administrativa, velar pela observância deste regulamento.

Art. 37. As Comissões de Salário Mínimo, uma vez instaladas, farão a respectiva comunicação ao Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e divulgarão amplamente, servindo-se dos recursos de propaganda existentes na região, ou zona, o edital de notificação às partes interessadas para que satisfaçam a obrigação constante do art. 33 deste regulamento.

Parágrafo único. Recebendo a comunicação a que se refere este artigo, o Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio enviará, com a maior urgência, às comissões, o material e as instruções para o relacionamento das declarações que lhes forem presentes, bem como os demais recursos materiais necessários ao bom andamento dos seus trabalhos.

Art. 38. As Comissões de Salário Mínimo enviarão ao Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio as declarações recebidas, devidamente relacionadas, dentro do prazo improrrogável de 15 dias, utilizando-se da via de transporte mais rápida.

Art. 39. Dentro do prazo de 45 dias, contado do recebimento das declarações que lhe forem enviadas, o Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio remeterá às Comissões de Salário Mínimo, não só o material, como as instruções, para a realização de inquérito ou pesquisas que melhor elucidem ou completem o acervo de elementos necessários ao estudo e determinação do salário mínimo na zona ou sub-zona.

Parágrafo único. Os inquéritos serão, de preferência, realizados sob a orientação de técnicos e funcionários do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, designados especialmente para esse fim.

Art. 40. As Comissões de Salário Mínimo centralizarão na região ou zona, os elementos dos inquéritos, ou pesquisas, determinados pelo Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, remetendo-lhe esses elementos dentro do prazo que, antecipadamente, lhes for fixado.

Parágrafo único. As Comissões remeterão, imediatamente, ao Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, cópia autêntica de todas as suas decisões ou resoluções.

Art. 41. O Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, uma vez satisfeita a exigência dos arts. 38 e 40, deverá fornecer às Comissões de Salário Mínimo, dentro do prazo máximo de 240 dias, contados da data em que tiverem sido instaladas, uma informação fundamentada, indicando o salário mínimo aplicável à região, zona ou sub-zona de que se tratar.

Parágrafo único. No caso de não receber, em tempo útil, os elementos a que se refere este artigo, o Departamento de Estatística e Publicidade elaborará uma recomendação baseada no critério de comparação com regiões, zonas ou sub-zonas de condições semelhantes.

CAPITULO VI

DA FIXAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO

Art. 42. Recebida, do Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a informação a que se refere o art. 41, cada Comissão de Salário fixará, dentro do prazo improrrogável de nove meses, contados da data de sua posse, o salário mínimo da respectiva região ou zona.

§ 1.º A decisão fixando o salário mínimo será publicada nos órgãos oficiais, ou nos jornais de maior circulação, na região, zona, ou sub-zona, de jurisdição da Comissão, e no *Diário Oficial*, na Capital da República, pelo prazo de 90 dias.

§ 2.º Dentro do prazo fixado no parágrafo anterior, a Comissão receberá as observações que as classes interessadas lhe dirigirem. Findo esse prazo, reunir-se-á, imediatamente, para apreciar as observações recebidas, alterar ou confirmar o salário mínimo fixado, e, dentro de 20 dias, proferir a sua decisão definitiva.

Art. 43. Dentro do prazo improrrogável de 15 dias contados da decisão definitiva da Comissão de Salário Mínimo, cabe recurso para o Tribunal Regional do Trabalho da jurisdição respectiva.

§ 1.º O recurso só poderá ser interposto pelas Uniãos, Sindicatos, associações e instituições de classe legalmente reconhecidos ou pelo Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 2.º O Tribunal Regional deverá, dentro do prazo de 20 dias, apreciar o recurso ou recursos interpostos, mantendo ou alterando o salário mínimo fixado pela Comissão, fundamentando, na última hipótese, a sua decisão.

Art. 44. A ata da reunião da Comissão de Salário Mínimo, em que for ultimada a sua decisão definitiva, e, no caso de ter sido dado provimento ao recurso interposto em tempo útil, a ata da decisão do Tribunal Regional do Trabalho serão publicadas na região, zona ou sub-zona, a que interessar.

Parágrafo único. Uma cópia autêntica das atas a que se refere este artigo será enviada pelo presidente da Comissão, no prazo improrrogável de 15 dias, ao Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 45. De posse das decisões definitivas das Comissões de Salário, submeterá o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio ao Presidente da República o decreto instituindo o salário mínimo em cada região, zona ou sub-zona.

Parágrafo único. Si uma ou várias Comissões de Salário Mínimo deixarem de remeter cópia autêntica das atas a que se refere o artigo anterior e no prazo fixado pelo parágrafo do mesmo artigo, o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, ouvido o Departamento de Estatística e Publicidade de seu ministério, submeterá ao Presidente da República uma proposta de salário mínimo para a região, zona ou sub-zona, interessada, baseada no critério de comparação com regiões, zona ou sub-zonas, de condições semelhantes.

Art. 46. O decreto fixando o salário mínimo, decorridos 60 dias de sua publicação no *Diário Oficial*, obrigará a todos que utilizem o trabalho de outrem mediante remuneração.

§ 1.º O salário mínimo, uma vez fixado, vigorará pelo prazo de tres anos, podendo ser modificado ou confirmado por novo período de tres anos, e assim seguidamente, por decisão da respectiva Comissão de Salário Mínimo, aprovada pelo ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

§ 2.º Excepcionalmente, poderá o salário mínimo ser modificado, antes de decorridos tres anos de sua vigência, sempre que a respectiva Comissão de Salário, pelo voto de 3/4 (tres quartos) de seus componentes, reconhecer que fatores de ordem econômica tenham alterado de maneira profunda a situação econômica e financeira da região, zona ou sub-zona, interessada.

CAPITULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 47. Será nulo de pleno direito, sujeitando o empregador às sanções do art. 50, qualquer contrato, ou convenção, que estipule remuneração inferior ao salário mínimo estabelecido na região, zona ou sub-zona em que tiver de ser cumprido.

Art. 48. O trabalhador a quem for pago salário inferior ao mínimo fixado, terá direito, não obstante qualquer contrato, ou convenção, em contrário, a reclamar do empregador o complemento do seu salário.

§ 1.º Compete às Comissões de Conciliação e Julgamento locais, ou onde estas não existirem, às mais próximas, conhecer das reclamações dos empregados por diferença de salário.

§ 2.º As Comissões de Conciliação e Julgamento fixarão prazo, não excedente de 90 dias, contados da decisão, para ser restituída a diferença a pagar.

Art. 49. Prescreve em dois anos a ação para reaver a diferença de salários, contados, para cada pagamento, da data em que o mesmo tenha sido efetuado.

Parágrafo único. Esta prescrição interrompe-se por qualquer dos meios permitidos em direito.

Art. 50. Aquele que infringir qualquer dispositivo deste regulamento será passível de multa de 50\$000 (cincoenta mil réis) a 2:000\$000 (dois contos de réis), elevada ao dôbro na reincidência. A importância da multa reverterá integralmente a favor do Tesouro Nacional.

Art. 51. As multas por infração dos arts. 33, 37, 38, 40, 42, 44, 55 e 56, serão impostas pelo diretor do Departamento de Estatística e Publicidade do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, com recurso, sem efeito suspensivo, dentro do prazo de 15 dias, para o respectivo ministro.

Parágrafo único. Si o infrator for funcionário público, a multa será descontada em sua folha de vencimentos.

Art. 52. As multas por infração dos artigos deste regulamento não mencionados pelo art. 51 serão impostas pelas Comissões de Conciliação e Julgamento, com recurso, sem efeito suspensivo, dentro do prazo de 15 dias, para o Tribunal Regional respectivo.

Art. 53. Não se realizando o pagamento da multa dentro do prazo de 30 dias, será a cobrança efetuada por executivo fiscal, perante a Justiça Federal.

Art. 54. Aplica-se, no que não colidir com o presente regulamento, o disposto no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932.

Art. 55. O membro da Comissão ou Sub-Comissão de Salário Mínimo que deixar de comparecer a tres sessões seguidas, sem justificação documentada, além da multa prevista no art. 50, será destituído de suas funções e substituído pelo respectivo suplente.

Art. 56. O presidente da Comissão ou Sub-Comissão de Salário Mínimo, que, por omissão ou negligência, infringir o presente regulamento, será passível de demissão, sem prejuízo da imposição da multa prevista no art. 50.

Art. 57. Fica assegurada aos sindicatos e associações de classe devidamente reconhecidos a fiscalização do presente regulamento.

Art. 58. Os empregados que, sob fundadas razões e obedientes às regras de disciplina e respeito, houverem reclamado, ou derem motivo a reclamação, por inobservância de preceitos deste regulamento, não poderão ser dispensados, no espaço de um ano, sem causa justificada.

Art. 59. A aplicação deste regulamento não poderá, em caso algum, ser causa determinante de redução do salário e de gratificação, bonificação, ou percentagem, percebidos pelos empregados.

Art. 60. Os presidentes das Comissões de Salário Mínimo poderão requisitar ao ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, por intermédio do Departamento de Estatística e Publicidade de seu ministério, os funcionários de que necessitarem.

CAPITULO VIII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 61. Vinte dias depois da publicação do presente regulamento no *Diário Oficial*, os inspetores regionais do Trabalho, nos Estados, e o diretor do Departamento de Estatística e Publicidade, na Capital da República, farão por edital as notificações de que trata o art. 48 e seu parágrafo.

Parágrafo único. O prazo para a instalação das primeiras Comissões de Salário Mínimo será de 60 dias, contados da publicação, no *Diário Oficial*, do presente regulamento.

Art. 62. Enquanto não se instalarem os Tribunais Regionais do Trabalho, os recursos previstos no art. 43 deste regulamento serão interpostos para o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 63. Competem às atuais Juntas de Conciliação e Julgamento as funções atribuídas, no presente regulamento, às Comissões de Conciliação e Julgamento, até a instalação destas Comissões.

Art. 64. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de abril de 1938. — *Waldemar Falção*.

QUADROS A QUE SE REFERE O § 1º DO ART. 6º DO REGULAMENTO APROVADO PELO DECRETO-LEI N. 399, DE 30 DE ABRIL DE 1938

I — Ração-tipo essencial mínima para os Estados de S. Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e para o Distrito Federal

Alimentos	Grupo	Quantidade (gramas)	Calorias	Proteínas (gramas)	Cálcio (gramas)	Ferro (gramas)	Fósforo (gramas)
Carne.....	I	200,0	289	42,20	0,014	40,00	0,436
Leite.....	(X)	250,0	163,75	8,75	0,300	0,60	0,230
Feijão.....	VI	150,0	483,9	35,70	0,240	11,89	0,706
Arroz.....	IV	100,0	360,0	8,24	0,009	0,90	0,006
Farinha ou massa.....	V	50,0	170,0	0,45	—	—	—
Batata.....	V	200,0	157,0	3,60	0,028	1,82	0,058
Legumes (inclusive herbáceos)	VII	300,0	180,0	3,60	0,135	1,29	—
Pão de milho ou mixto (50 % de trigo).....	V	200,0	599,2	13,00	0,020	1,00	0,092
Café (pó).....	X	20,0	320,7	0,84	—	—	—
Frutas.....	VIII	3 Unid.	210,0	6,90	0,009	1,92	0,031
Açúcar.....	IX	100,0	405,9	—	—	—	—
Banha.....	III	25,0	227,5	—	—	—	—
Manteiga.....	II	25,0	190,2	—	—	—	—
	—	—	3,457,95	123,28	0,755	23,42	1,649

II — Ração-tipo essencial mínima para os Estados do Norte, desde Baía até ao Acre

Carne.....	—	150,0	218,25	31,65	0,010,5	3,00	0,327
Leite.....	—	200,0	131,0	7,00	0,240	0,48	0,184
Feijão.....	—	150,0	483,9	35,70	0,240	11,89	0,706
Arroz.....	—	120,0	432,0	9,89	0,010,8	1,00,8	0,115,2
Farinha.....	—	100,0	341,6	0,90	—	—	—
Legumes.....	—	400,0	240,0	4,80	0,180	1,72	—
Pão.....	—	200,0	599,2	13,00	0,020	1,00	0,092
Café (pó).....	—	10,0	10,35	0,42	—	—	—
Açúcar.....	—	100,0	405,9	—	—	—	—
Banha.....	—	25,0	227,5	—	—	—	—
Manteiga.....	—	25,0	190,2	—	—	—	—
Frutas.....	—	3 Unid.	210,0	6,90	0,009	1,92	0,031,2
	—	—	3,488,2	110,26	0,710,3	21,01,8	1,455,2

III —

Grosso, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul

III — Ração-tipo essencial mínima para os Estados de

Carne.....	—	220,0	317,9	46,22	0,015,4	4,40	0,479,6
Leite.....	—	250,0	163,75	8,75	0,300	0,60	0,230
Feijão.....	—	150,0	483,9	35,70	0,240	11,89	0,706
Arroz.....	—	100,0	360,0	8,24	0,009	0,90	0,006
Farinha.....	—	50,0	170,0	0,45	—	—	—
Batata.....	—	200,0	157,0	3,60	0,028	1,82	0,058
Legumes.....	—	300,0	180,0	3,60	0,135	1,29	—
Pão.....	—	200,0	599,2	13,00	0,020	1,00	0,092
Café (pó).....	—	20,0	320,7	0,84	—	—	—
Açúcar.....	—	100,0	405,9	—	—	—	—
Banha.....	—	25,0	227,5	—	—	—	—
Manteiga.....	—	25,0	190,2	—	—	—	—
Frutas.....	—	3 Und.	210,0	6,90	0,009	1,92	0,031
	—	—	3,532,77	127,30	0,756,4	23,82	1,692

IV — Ração normal média, para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o Território

Carne.....	I	200,0	289	42,20	0,014	4 mls.	0,436
Leite.....	(X)	500,0	327,5	17,50	0,600	1,20	0,460
Feijão.....	VI	150,0	483,9	35,70	0,240	11,89	0,706
Arroz.....	IV	100,0	360	8,25	0,009	0,90	0,006
Farinha ou massa.....	V	50,0	170,8	0,45	—	—	—
Batata.....	V	200,0	157	3,60	0,028	1,82	0,058
Legumes.....	VII	300,0	180	3,60	0,135	1,29	—
Pão de milho ou mixto (50 % de trigo).....	V	200,0	599,2	13,00	0,020	1,00	0,092
Café (infuso).....	X	300,0	20,7	0,84	—	—	—
Frutas.....	VIII	3	210	6,90	0,009	1,92	0,031
Açúcar.....	IX	100,3	405,9	—	—	—	—
Banha.....	III	50,0	455,7	—	—	—	—
Manteiga.....	II	30,0	228,3	—	—	—	—
Alimentos usuais.....	—	—	—	—	—	—	—
	—	—	3,888	132,03	1,055	24,02	1,879

(X) Alimento essencial e imprescindível — Grupo essencial.
Decretos-Leis de 1938 — Vol. II — Pág. 86 — 1

V — Grupo de alimentos equivalentes aos da Ração-Tipo

I

Carnes verdes.

Carnes conservadas:

Xarque.
Seca.
Vento.
Sol.

Vísceras.
Aves.
Peixes.
Peixes conservados.
Camarão.
Caranguejo.
Sirí.
Tartaruga.
Caça.
Mexilhões.

II

Queijo.
Manteiga.

III

Banha.
Toucinho.
Óleos vegetais.

IV

Cereais:

Arroz.
Milho.

V

Farinhas:

Mandioca.
Dagua.
Lentilhas.
Feijão.
Fruta-pão.

Massas:

Raizes:

Mandioca
Aipim.
Batata.
Batata doce.
Inhame.
Cará.

Pão de milho (simples ou mixto) — Broa.

VI

Leguminosas:

Feijão.
Ervilha.
Lentilha.
Guando.
Fava.

VII

Hervas:

Azedinha, agrião, alface, berfolha, carurú, celga, couve, repolho, espinafre, nabica, etc.

Frutas:

Abóbora, abóbora d'agua, xuxú, quiabo, giló, pepino, maxixe, tomate, beringela, etc.

Raízes:

Cenouras, nabo, rabanete, beterraba; etc.

VIII

Frutas:

Banana, laranja, tangerina, lima, cajú, manga, abacate, abacaxi, mamão, sapotí, melancia, goiaba, figo, abricó do Pará, castanha do Pará, etc.

IX

Açúcar.
Melado.
Melaço.
Rapadura.
Mel.

X

Café — Mate.

Grupo essencial

Leite (X).

Extra

Ovo (XX).

Observações — (X) O leite deverá sempre ser incluído na ração.
(XX) O ovo poderá fazer parte da ração, conforme a facilidade da aquisição.

O número indicativo dos grupos está assinalado no modelo da ração-tipo.

De acôrdo com as regiões, zonas ou sub-zonas, os alimentos da ração-tipo poderão ser substituídos pelos seus equivalentes de cada grupo, porém sempre nas quantidades estipuladas no exemplo.

DECRETO-LEI N. 400 — DE 2 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 70.326:792\$200, para pagamento de energia elétrica fornecida pela Société Anonyme du Gaz do Rio de Janeiro.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º — Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de setenta mil, trezentos e vinte e seis contos setecentos e noventa e dois mil, e duzentos réis (70.326:792\$200), para pagamento das contas de iluminação pública, da Capital Federal, relativas ao período de 30 de novembro de 1933 a 31 de dezembro de 1936.

Art. 2º — O pagamento a que se refere o artigo anterior, será feito: setenta mil contos de réis (70.000:000\$000) em títulos da Dívida Pública, pelo valor nominal, e o restante, em dinheiro.

Art. 3º — Fica o Ministério da Fazenda autorizado a emitir apólices da Dívida Pública Interna, nominativas ou ao portador, até a importância de setenta mil contos de réis (70.000:000\$000) a juros de 5 % (cinco por cento) ao ano e prazo de 40 (quarenta) anos, para os fins de que trata o presente decreto-lei.

Art. 4º — Revogam-se às disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1938, 116º da Independência e 36º da República.

GETÚLIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 401 — DE 2 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 136:777\$, para pagamento de materiais fornecidos ao Departamento de Aeronáutica Civil.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de cento e trinta e seis contos setecentos e setenta e sete mil réis (136:777\$000), para atender ao pagamento devido às firmas abaixo, pelo fornecimento de material feito em 1936, por intermédio da Comissão Central de Compras, ao Departamento de Aeronáutica Civil, para os serviços da Fábrica Nacional de Aviação, em Lagôa Santa:

Sociedade de Motores Deutz Otto Legítimo Limitada	
1 motor "Diesel".	93:400\$9

Companhia de Mineração de Metalurgia Brasil
(Cobrasil)

3 pequenas locomotivas "Montânia" e respectivos acessórios.	43:577\$0
	<hr/> 136:777\$0 <hr/>

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS,

João de Mendonça Lima.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 402 — DE 2 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de 150:000\$, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de cento e cinquenta contos de réis (150:000\$000), à verba 1 — Pessoal — II — Pessoal extranumerário — n. 07 da sub-consignação 43, de seu vigente orçamento.

Rio de Janeiro, 2 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 403 — DE 4 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 100:000\$, para reconhecimento da região por onde se projeta construir o prolongamento da via-férrea S. Paulo-Paraná e da Estrada de Ferro Nordeste do Brasil.

O Presidente da República, tendo em vista a autorização contida na lei n. 551, de 20 de outubro de 1937, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de cem contos de réis (100:000\$000), para atender às despesas (Serviços e encargos) com o reconhecimento da região por onde se projeta construir o prolongamento da linha férrea da Estrada S. Paulo-Paraná até Guaira, na direção de Assum-

peion, no Paraguai, e do ramal da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, partindo de Campo Grande para Ponta Porã, em direção a Horquete, próximo ao porto fluvial de Concepcion, no Rio Paraguai.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República:

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 404 — DE 4 DE MAIO DE 1938

Abre o crédito especial de 17:214\$400, para pagamento de gratificação de função aos chefes de seção do Serviço do Pessoal do Ministério da Educação e Saúde.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto o crédito especial de dezessete contos, duzentos e quatorze mil e quatrocentos réis (17:214\$400), para atender a despesas com o pagamento das gratificações de função que competem, no corrente ano, aos quatro chefes de Seção do Serviço do Pessoal do Ministério da Educação e Saúde, na conformidade do estabelecido pelo art. 15 do decreto-lei n. 204, de 25 de janeiro de 1938, à razão de quatrocentos mil réis (400\$000) mensais, cada um.

Rio de Janeiro, em 4 de maio de 1938; 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 405 — DE 4 DE MAIO DE 1938

Abre, ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de réis 1:112\$900, para pagamento de vencimentos a um professor da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de um conto cento e doze mil e novecentos réis (1:112\$900), para pagamento dos vencimentos relativos ao período de 17 a 31 de dezembro de 1937, que competem ao professor doutor Joaquim Martagão Gesteira, transferido por decreto de 14 de dezembro do ano findo, do cargo de professor catedrático de clínica pediátrica médica e higiene infantil, do padrão "L" da Faculdade de Medicina da Bahia, do quadro V, para o cargo de professor cate-

drático, do padrão "L" do quadro I, da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil, da cadeira de Puericultura e clínica da primeira infância, criada pela lei n. 586, de 9 de novembro de 1937.

Rio de Janeiro, em 4 de maio de 1938; 41.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 406, DE 4 DE MAIO DE 1938

Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DA ENTRADA DE ESTRANGEIROS

Art. 1º — Não será permitida a entrada de estrangeiros, de um ou outro sexo:

- I — aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos;
- II — indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres;
- III — que apresentem afecção nervosa ou mental de qualquer natureza, verificada na forma do regulamento, alcoolistas ou toxicomanos;
- IV — doentes de moléstias infecto-contagiosas graves, especialmente tuberculose, tracoma, infecção venérea, lepra e outras referidas nos regulamentos de saúde pública;
- V — que apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional;
- VI — menores de 18 anos e maiores de 60, que viajarem sós, salvo as exceções previstas no regulamento;
- VII — que não provem o exercício de profissão lícita ou a posse de bens suficientes para manter-se e às pessoas que os acompanhem na sua dependência;
- VIII — de conduta manifestamente nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições;
- IX — já anteriormente expulsos do país, salvo se o ato de expulsão tiver sido revogado;
- X — condenados em outro país por crime de natureza que determine sua extradição, segundo a lei brasileira;
- XI — que se entreguem à prostituição ou a explorem, ou tenham costumes manifestamente imorais.

Parágrafo único — A enumeração acima não exclue o reconhecimento de outras circunstâncias impeditivas, não se aplicando aos estrangeiros que vierem em caráter temporário o disposto nos incisos I, V e VI.

Art. 2º — O Governo Federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indiví-

duos de determinadas raças ou origens, ouvido o Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 3º — O passaporte e demais documentos, visados pelas autoridades consulares brasileiras, estabelecem a favor de seus portadores a presunção de que se acham em condições de entrar no território nacional.

Art. 4º — Ao desembarcar ou passar a fronteira, o estrangeiro exhibirá às autoridades encarregadas da fiscalização, para o necessário visto, o passaporte e a ficha consular de qualificação, com recurso à autoridade superior no caso de impedimento.

Nesse caso, a entrada poderá ser autorizada provisoriamente na forma do regulamento.

Art. 5º — As autoridades brasileiras do país ou região de procedência dos estrangeiros, antes de apor o visto nos passaportes, deverão verificar, por todos os meios ao seu alcance, as condições de legalidade e autenticidade dos documentos exigidos por esta lei e respectivos regulamentos.

Parágrafo único — Os atestados relativos às condições físicas e de saúde dos estrangeiros, serão passados por médicos de confiança dos consulados.

Art. 6º — Não será aposto o visto:

a) se a autoridade consular verificar que o estrangeiro é inadmissível no território nacional;

b) se a autoridade consular tiver conhecimento de fatos ou razoável motivo para considerar o estrangeiro indesejável.

Art. 7º — O visto é válido pelo prazo de noventa (90) dias contados da data de sua aposição, podendo ser prorrogado por igual prazo, desde que a quota respectiva não esteja esgotada.

Art. 8º — Todo estrangeiro receberá do Consulado ao qual couber a concessão do visto um documento que reúna os dados referentes ao portador, contendo: nome, sobrenome, filiação, nacionalidade, lugar e data do nascimento e profissão.

Art. 9º — A entrada de estrangeiros será permitida:

a) por via marítima, unicamente pelos portos de Belém, Recife, Salvador, Rio de Janeiro, Santos, São Francisco do Sul ou Florianópolis e Rio Grande;

b) por via terrestre, fluvial ou aérea, nos pontos onde houver Inspetorias Federais de Imigração ou postos do Departamento de Imigração.

CAPÍTULO II

CLASSIFICAÇÃO DE ESTRANGEIROS

Art. 10 — Os estrangeiros que desejarem entrar no território nacional serão classificados em duas categorias, conforme pretendam vir em caráter permanente ou temporário.

Art. 11 — São considerados como vindos em caráter permanente os que tencionem permanecer no território nacional por prazo superior a seis (6) meses.

Art. 12 — Os estrangeiros vindos para o Brasil em caráter temporário compreendem as seguintes categorias:

a) turistas e visitantes em geral e estrangeiros em trânsito;

b) representantes de firmas comerciais estrangeiras e os que vierem em viagem de negócios;

c) artistas, conferencistas, desportistas e congêneres.

Parágrafo único — Os estrangeiros classificados neste artigo, poderão tornar permanente sua estada no território nacional, satisfeitas as exigências que forem estabelecidas no regulamento da presente lei.

Art. 13 — O desembarque dos estrangeiros em trânsito que tenham de demorar no país mais de uma semana, só será permitido se apresentarem à autoridade consular brasileira, para o visto, o passaporte já legalizado pela autoridade consular do país a que se destinam. Quando a demora for inferior a esse prazo, o visto será dispensado.

CAPÍTULO III

QUÓTAS DE ENTRADA

Art. 14 — O número de estrangeiros de uma nacionalidade admitidos no país em caráter permanente, não excederá o limite anual de 2 por cento (2 %) do número de estrangeiros da mesma nacionalidade entrados no Brasil nesse caráter no período de 1 de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933.

§ 1º — Quando se tratar de nacionais de Estado constituído depois de 1 de janeiro de 1914, o cálculo da quota terá por base o número dos entrados em caráter permanente daquela data até 31 de dezembro de 1933, admitido o acréscimo de vinte por cento (20 %) por período decenal ou fração, anterior à existência do Estado.

§ 2º — Ao domínio, possessão ou colônia não caberá quota própria.

§ 3º — Os brasileiros naturalizados em outros países estão sujeitos à quota.

§ 4º — Quando um dos cônjuges tiver nacionalidade diferente da do outro, prevalecerá a nacionalidade daquele, cuja quota não estiver esgotada.

§ 5º — Quando a quota de uma nacionalidade não alcançar tres mil (3.000) pessoas, o Conselho de Imigração e Colonização poderá elevá-la até esse limite.

Art. 15. Ficam excluídos da quota:

- a) os estrangeiros vindos para o Brasil em caráter temporário;
- b) a estrangeira casada com brasileiro ou viúva de brasileiro, ainda que apátrida, e o estrangeiro casado com brasileira, quando esta vier com passaporte brasileiro, e respectivos filhos menores;
- c) os menores de um ano;
- d) os estrangeiros domiciliados no território nacional, que de se ausentarem por prazo não superior a dois (2) anos, contados da data do visto de retorno na forma do art. 43.

Art. 16. Oitenta por cento (80 %) de cada quota serão destinados a estrangeiros agricultores ou técnicos de indústrias rurais.

Art. 17. O agricultor ou técnico de indústria rural não poderá abandonar a profissão durante o período de quatro (4) anos consecutivos, contados da data do seu desembarque, salvo autorização do Conselho.

Art. 18. Quando entender conveniente as necessidades econômicas do País, o Conselho de Imigração e Colonização poderá permitir que o saldo das quotas seja aproveitado na introdução de agricultores de nacionalidade, cuja quota já se tenha esgotado.

Parágrafo único. A disposição contida neste artigo aplica-se aos tratados bilaterais celebrados com os países de imigração.

CAPÍTULO IV

TRATADOS BILATERAIS

Art. 19. A União celebrará tratados bilaterais de imigração e colonização com o fim de atrair para o País e nele fixar trabalhadores agrícolas.

§ 1.º Os governos dos Estados poderão propor ao Governo Federal a celebração desses tratados, ficando responsáveis perante a União pelas obrigações decorrentes dos mesmos.

§ 2.º Ao Conselho de Imigração e Colonização caberá proceder aos estudos prévios para a celebração desses tratados, emitindo parecer fundamentado.

CAPÍTULO V

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 20. A visita a bordo, para o efeito da fiscalização e desembarque de passageiros, será feita conjuntamente pelas autoridades da Saúde Pública, da Imigração e da Polícia. A esta última caberá opor seus próprios impedimentos e os requisitados pelas duas primeiras, incumbindo-lhe também torná-los efetivos.

Art. 21. Cabe à Polícia levantar os impedimentos ao desembarque de passageiros, sendo que os requisitados pela Saúde e Imigração não serão levantados sem prévio consentimento das respectivas autoridades.

Art. 22. Dentro do limite da quota, não havendo prejuízo à saúde pública ou à segurança nacional, e para o fim de legalização de documentos, poderá a Polícia autorizar, excepcionalmente, o desembarque de estrangeiros, mediante caução em dinheiro, correspondente ao preço da passagem de volta.

Parágrafo único. Findo o prazo concedido pela Polícia e não satisfeitas as exigências, será o estrangeiro repatriado, correndo a respectiva despesa por conta da caução.

Art. 23. Durante a visita das autoridades competentes, fica o navio interdito a outros visitantes, excetuados os representantes diplomáticos ou consulares e autoridades.

Art. 24. As autoridades em serviço terão livre entrada a bordo e no cais.

Art. 25. Será impedida a entrada do estrangeiro que não houver satisfeito os requisitos desta lei e do seu regulamento.

Parágrafo único. O comandante da embarcação é obrigado a reconduzir ao porto de procedência o passageiro impedido, apresentando, perante o Departamento de Imigração, uma caução, pecuniária ou fidejussória, de cinco a quinze contos de réis (5 a 15:000\$000), que será levantada mediante prova de desembarque autenticada pelo consul brasileiro do porto de procedência.

Art. 26. A fiscalização do estrangeiro após sua entrada compete à Polícia, salvo os casos de competência do Conselho de Imigração e Colonização, que serão por ele mesmo solucionados.

CAPÍTULO VI

IDENTIFICAÇÃO E REGISTRO

Art. 27. Os estrangeiros destinados ao território nacional não poderão desembarcar ou transpor as fronteiras senão depois de identificados pelo Departamento de Imigração, segundo as normas que o regulamento desta lei estabelecer, excetuados os constantes do art. 12.

Art. 28. Dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data de seu desembarque, o estrangeiro deverá apresentar-se, para registro, à autoridade policial do lugar de destino.

§ 1.º Durante o prazo de quatro (4) anos, contados da data do desembarque ou entrada no território nacional, qualquer mudança de trabalho, emprego ou domicílio importará novo registro perante a autoridade policial, que dará ciência devida ao Conselho de Imigração e Colonização.

§ 2.º Se não houver mudança de trabalho ou emprego, o registro será apenas revalidado anualmente, até que se esgote o prazo.

Art. 29. Nenhum estrangeiro poderá permanecer por mais de seis (6) meses no território nacional, sem obter a carteira de identidade fornecida pelos serviços policiais de identificação.

Parágrafo único. A carteira não poderá ser fornecida sem exibição dos passaportes dos estrangeiros, visados pelas autoridades imigratórias, comprovando sua permanência legal no País, nos termos da legislação vigente na época de sua entrada.

Da carteira constará a declaração de que o estrangeiro tem permanência legal no País.

Na falta de passaportes, deverão os interessados exhibir certidões do Departamento de Imigração.

Art. 30. Ficam dispensados das exigências relativas ao registro os estrangeiros a que se refere o art. 12, letra a

Art. 31. Os estrangeiros do sexo masculino, maiores de dezoito (18) anos, atualmente residentes no Brasil, terão o prazo de um ano para o cumprimento do disposto no art. 28.

Art. 32. Os serviços de identificação civil ou militar do País enviarão ao Departamento de Imigração e à Polícia Civil do Distrito Federal cópia de todas as individuais dactiloscópicas de estrangeiros.

Art. 33. Os empregadores farão constar do livro de registro dos empregados, se forem estrangeiros, além das outras informações que o regulamento desta lei estabelecer:

a) data de desembarque ou entrada no País, constante do passaporte;

b) nacionalidade, caráter da admissão no território nacional.

Art. 34. Nenhum estrangeiro admitido em caráter temporário poderá empregar-se no País, ressalvado o caso da letra c do art. 12.

O admitido como agricultor ou técnico de indústrias rurais não poderá empregar-se em zona urbana antes de decorrido o prazo de quatro (4) anos a que se refere o art. 17.

Parágrafo único. Para os fins deste artigo, todo estrangeiro apresentará ao empregador seu passaporte, visado pelo Departamento de Imigração.

Art. 35. As repartições públicas federais, estaduais e municipais, institutos e caixas de aposentadoria e pensões e congêneres, antes da decisão final dos requerimentos de licenças comerciais, registro do comércio, alvarás, carteiras profissionais, concessões, favores e análogos, exigirão que os estrangeiros provejam entrada e permanência regular.

CAPÍTULO VII

HOSPEDAGEM E ENCAMINHAMENTO

Art. 36. Os serviços de hospedagem e encaminhamento de estrangeiros agricultores ou técnicos de indústrias rurais serão efetuados, no porto do Rio de Janeiro, pelo Governo Federal, e, nos demais portos de desembarque de estrangeiros, pelos Governos es-

taduais, sociedades, empresas ou particulares que houverem promovido sua introdução.

Art. 37. Nenhum serviço será prestado ao estrangeiro, na ocasião da sua entrada, por qualquer sociedade, empresa ou particular, sem prévia autorização do Departamento de Imigração.

Art. 38. Somente depois da inspeção pelo Departamento de Imigração poderão os Estados, sociedades, empresas e particulares, prestar aos estrangeiros serviços de hospedagem, encaminhamento e quaisquer outros.

Quando se tratar de estrangeiros vindos espontaneamente ou introduzidos pelo Governo Federal, o seu transporte, bem como o das respectivas bagagens, poderá correr por conta da União, dos Estados ou dos particulares. A estes últimos e aos Estados caberá esse encargo quando a introdução for por eles promovida.

CAPÍTULO VIII

CONCENTRAÇÃO E ASSIMILAÇÃO

Art. 39. Nenhum núcleo colonial, centro agrícola ou colônia, será constituída por estrangeiro de uma só nacionalidade.

Art. 40. O Conselho de Imigração e Colonização poderá proibir a concessão, transferência ou arrendamento de lotes a estrangeiros da nacionalidade cuja preponderância ou concentração no núcleo, centro ou colônia, em fundação ou emancipados, seja contrária à composição étnica ou social do povo brasileiro.

§ 1.º Em cada núcleo ou centro oficial ou particular, será mantido um mínimo de trinta por cento (30 %) de brasileiros e o máximo de vinte e cinco por cento (25 %) de cada nacionalidade estrangeira. Na falta de brasileiros, este mínimo, mediante autorização do Conselho de Imigração e Colonização, poderá ser suprido por estrangeiros, de preferência portugueses.

§ 2.º O Conselho agirá nesse caso na forma do presente artigo.

Art. 41. Nos núcleos, centros ou colônias, quaisquer escolas, oficiais ou particulares, serão sempre regidas por brasileiros natos.

Parágrafo único. Nos núcleos, centros ou colônias é obrigatório o estabelecimento de escolas primárias em número suficiente, computadas as mesmas no plano de colonização.

Art. 42. Nenhum núcleo, centro ou colônia, ou estabelecimento de comércio ou indústria ou associação neles existentes, poderá ter denominação em idioma estrangeiro.

CAPÍTULO IX

VISTO DE RETORNO

Art. 43. O estrangeiro que tenha entrado no Brasil legalmente em caráter permanente, e que dele se ausentar por prazo não superior a um ano, poderá regressar mediante simples autorização da Polícia, constante de documento especial na forma do regulamento.

§ 1.º A validade desse visto de retorno poderá ser prorrogada por mais de um ano pela autoridade consular.

§ 2.º A prova de entrada legal para os efeitos deste artigo será feita pelo passaporte e, na falta deste, mediante certidão do Departamento de Imigração, sem prejuízo das sindicâncias julgadas necessárias.

Art. 44. Voltando o estrangeiro ao país, o documento será arrecadado pela Polícia Marítima.

Parágrafo único. Em casos especiais, previstos no regulamento, o documento não será arrecadado senão depois de findo o prazo nele fixado.

CAPÍTULO X

LICENÇA DE IMIGRAÇÃO COLETIVA

Art. 45. Os Estados, sociedades, empresas e particulares que pretenderem introduzir estrangeiros, solicitarão licença prévia ao Conselho de Imigração e Colonização, declarando:

- a) número e nacionalidade dos estrangeiros que pretendam introduzir durante o ano;
- b) pontos de embarque no exterior e localidades a que se destinem.

§ 1.º As sociedades, empresas ou particulares provarão ainda que se acham registrados na forma da lei e dispõem de recursos financeiros.

As sociedades provarão também que se acham autorizadas a funcionar no Brasil.

Em qualquer caso serão apresentados os contratos de locação de serviço, dispensadas destas exigências as companhias de colonização, que provarão, no entanto, o cumprimento do disposto no decreto-lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937.

§ 2.º Na petição de registro serão especificados os trabalhos oferecidos aos estrangeiros e as garantias para sua fixação na agricultura ou indústrias rurais.

Art. 46. Concedida a licença, será a mesma registrada e comunicada, para os devidos fins, ao Ministério das Relações Exteriores.

Art. 47. O Departamento de Imigração poderá manter, junto às autoridades consulares, funcionários técnicos para cooperar *in loco* no serviço de selecionamento.

Parágrafo único. Para o mesmo fim os Estados, sociedades, empresas ou particulares, autorizados na forma do art. 45, poderão manter no exterior agentes ou prepostos de nacionalidade brasileira e acreditados no Departamento de Imigração.

CAPÍTULO XI

EMPRESAS DE NAVEGAÇÃO

Art. 48. Só as empresas de navegação registradas no Departamento de Imigração poderão transportar estrangeiros para os portos nacionais e pontos de fronteiras e desembarque a que se refere o art. 9 desta lei.

§ 1.º O registro será renovado anualmente, constando do pedido respectivo:

- a) número e nome das embarcações,
- b) pontos habituais da escala;
- c) lotação, discriminada por classes;

Art. 49. As mesmas empresas ficam obrigadas a:

- a) estabelecer classificação uniforme dos passageiros;
- b) avisar, com a necessária antecedência, ao Departamento de imigração e às autoridades policiais, e de saúde, a data de chegada das embarcações;

c) entregar às autoridades da Imigração e da Polícia:

1) a lista nominal, visada pela autoridade consular brasileira, dos estrangeiros destinados a cada um dos portos nacionais;

2) a lista dos passageiros embarcados nos portos nacionais com destino ao exterior;

3) a lista nominal da equipagem, visada pelo Consul brasileiro, dela não podendo constar pessoas estranhas.

Art. 50. Nenhuma empresa venderá passagens a estrangeiros destinados ao Brasil sem que estes apresentem, visados pela autoridade consular brasileira, os passaportes e fichas consulares de qualificação exigidos por esta lei e seu regulamento.

Art. 51. As embarcações que aportarem ao Brasil, é vedada a superlotação da terceira classe ou semelhante.

Art. 52. Os comandantes de embarcações que transgredirem as disposições desta lei e seu regulamento ficam sujeitos às penalidades e multa constantes do capítulo 13.

Parágrafo único. As embarcações, com seus acessórios, constituirão garantia das multas.

Art. 53. Os capitães dos portos, mediante requisição do Departamento de Imigração, impedirão a saída dos navios que, transportando estrangeiros, tiverem questões pendentes por infração das disposições legais e regulamentares.

Parágrafo único. De modo análogo se procederá quanto às aeronaves.

Art. 54. Aos comandantes ou responsáveis pelas embarcações incumbe:

a) entregar a autoridade competente a lista de passageiros devidamente assinada;

b) prestar à autoridade as informações exigidas e executar as providências requisitadas;

c) fazer respeitar a bordo as autoridades em serviço;

d) transportar para os portos de procedência os passageiros impedidos.

CAPÍTULO XII

FISCALIZAÇÃO DE AGÊNCIAS DE NAVEGAÇÃO E COLOCAÇÃO

Art. 55. Fica instituído no Departamento de Imigração, para os fins de fiscalização de suas relações com os operários urbanos e rurais, o registro das agências e sub-agências de companhias de navegação e agências particulares de colocação.

Art. 56. O registro dos estabelecimentos já existentes deverá ser requerido dentro do prazo de seis (6) meses a contar da data da publicação da presente lei, e o daqueles que forem instalados posteriormente, antes de iniciadas suas operações.

Art. 57. O registro constará do seguinte:

a) para as agências e sub-agências das companhias de navegação:

1) denominação e sede da companhia;

2) nome, nacionalidade e domicílio dos agentes sub-agentes e vendedores ambulantes de passagens, mencionando, quanto aos últimos, as circunstâncias onde operam;

3) as demais informações a que se refere o art. 45, § 1º;

b) para as agências particulares de colocação:

1) firma comercial ou nome do proprietário;

2) nome, nacionalidade e domicílio dos sócios, bem como o capital;

3) sede da empresa, sucursais, filiais e respectivos endereços;
4) nome, nacionalidade e domicílio dos prepostos, representantes e empregados ambulantes, discriminadas as circunscrições onde operam.

Parágrafo único. Quaisquer alterações serão comunicadas imediatamente ao Departamento de Imigração.

Art. 58. As operações de câmbio só poderão ser efetuadas por bancos e casas bancárias.

Parágrafo único. As atuais casas de câmbio cessarão seu funcionamento até 31 de dezembro do corrente ano.

Art. 59. A venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou terrestres só poderá ser efetuada pelas respectivas companhias, armadores, agentes, consignatários, e pelas agências autorizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na forma desta lei.

Parágrafo único. Estas agências não poderão funcionar com menos de duzentos e cinquenta contos de réis (250:000\$000) de capital realizado e com depósito de cem contos de réis (100:000\$000) no Tesouro Nacional, em moeda corrente ou apólices da dívida pública federal.

Art. 60. As companhias de navegação e agências particulares de colocação, que tiverem quaisquer pretensões junto aos poderes públicos federais, estaduais ou municipais, deverão provar o cumprimento de todas as obrigações desta lei e do seu regulamento.

CAPÍTULO XIII

PENALIDADES

Art. 61. É passível de expulsão o estrangeiro que:

- a) não satisfaça as condições do art. 83;
- b) introduza ou procure introduzir estrangeiro sob falsa qualidade;
- c) não se registre na forma do art. 28.

Art. 62. As sociedades de qualquer espécie e firmas comerciais que incidirem no disposto na letra *b* será cancelado o respectivo registro ou autorização para funcionar, sem prejuízo das penalidades a que ficam sujeitos seus administradores.

Art. 63. Os nacionais incurso na alínea *b* do art. 61 serão punidos com pena de prisão celular de 2 a 4 anos.

Art. 64. A Polícia promoverá a imediata retirada do país do estrangeiro que exceder o prazo de sua estada legal conforme as letras *a*, *b*, e *c* do art. 12, salvo os casos previstos no parágrafo único do referido artigo.

Parágrafo único. O prazo concedido ao estrangeiro para a sua retirada não poderá exceder de quinze (15) dias improrrogáveis a partir da data de notificação. Pena: de expulsão.

Art. 65. Ao estrangeiro entrado nos termos da letra *a* do artigo 12, é vedado o exercício de qualquer atividade remunerada no país. Pena: prisão celular de seis (6) meses a um (1) ano e expulsão.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à multa de um conto de réis a dez contos de réis (Rs. 1:000\$000 a 10:000\$000), todos quantos empregarem em seus serviços os estrangeiros a que se refere este artigo.

Art. 66. O estrangeiro agricultor ou técnico de indústria rural que exerça profissão estranha à sua categoria, dentro do prazo de quatro (4) anos, a contar da data de seu embarque, perderá o di-

reito de permanência, procedendo-se à sua retirada na forma do art. 64.

Art. 67. O empregador estabelecido em zona urbana, que admitir empregado estrangeiro sem a exibição de passaporte visado pelo Departamento de Imigração, fica sujeito à multa de quinhentos mil réis a dois contos de réis (Rs. 500\$000 a 2:000\$000), e ao dobro na reincidência.

Art. 68. O funcionário público que deixar de cumprir ou fazer cumprir as disposições desta lei e seu regulamento, é passível de pena de suspensão até trinta (30) dias, dobrada na reincidência, em caso de culpa, e demissão havendo dolo, sem prejuízo da responsabilidade criminal.

Art. 69. As companhias de transporte, firmas comerciais ou particulares, que transgredirem esta lei e seu regulamento, ficam sujeitas à multa de quinhentos mil réis a cinco contos de réis (500\$000 a 5:000\$000), dobrada na reincidência.

Art. 70. As multas serão impostas pelo Diretor do Departamento de Imigração e seus representantes legais, com recurso, sem efeito suspensivo, e interposto dentro de quinze (15) dias, para o Conselho de Imigração e Colonização.

CAPÍTULO XIV

SELO DE IMIGRAÇÃO

Art. 71. Fica criado o selo de imigração, que será cobrado na forma da tabela anexa.

Art. 72. Os encargos criados para a União pela execução desta lei serão custeados pela receita oriunda das seguintes fontes:

- a) selo de imigração;
- b) multas constantes desta lei;
- c) venda de terras devolutas da União;
- d) prestações pagas pelos colonos nos núcleos, centros e colônias mantidos pela União.

CAPÍTULO XV

CONSELHO DE IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

Art. 73. Fica creado o Conselho de Imigração e Colonização, constituído de sete (7) membros nomeados pelo Presidente da República, que dentre eles designará o presidente e os seus substitutos nas faltas e impedimentos.

Parágrafo único. O presidente em exercício terá voto de desempate.

Art. 74. Os Governos dos Estados poderão designar observadores junto ao Conselho.

Art. 75. A falta a tres (3) sessões consecutivas ou a dez (10) interpoladas durante o ano importará renúncia.

Art. 76. Incumbe ao Conselho:

- a) determinar as quotas de admissão de estrangeiros no território nacional, tendo em vista o disposto no capítulo III.
- b) organizar seu regimento interno;
- c) julgar os recursos interpostos dos atos praticados pelas autoridades incumbidas da execução desta lei;
- d) deliberar sobre os pedidos dos Estados, relativos à introdução de estrangeiros;

e) decidir a respeito dos pedidos das empresas, associações, companhias e particulares que pretendam introduzir estrangeiros.

Art. 77. O Conselho de Imigração e Colonização reunir-se-á ordinariamente, uma vez por semana, e extraordinariamente, sempre que se tornar necessário ou quando convocado pelo presidente.

Art. 78. Para as deliberações do Conselho é necessária a presença, pelo menos, de quatro (4) membros, sendo as resoluções tomadas por maioria de votos.

Art. 79. Os observadores poderão discutir os assuntos, não tendo, porém, direito ao voto.

Art. 80. Servirá, em comissão, nas funções de secretário do Conselho, um funcionário do Departamento de Imigração, designado pelo seu diretor.

Art. 81. Cada membro do Conselho de Imigração e Colonização perceberá, a título de representação, a importância de cem mil réis (100\$000) por sessão a que comparecer.

CAPÍTULO XVI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 82. São excluídos das disposições da presente lei:

a) os agentes diplomáticos e consulares de governos estrangeiros, os membros de suas famílias e domésticos a seu serviço; e os que vierem ao Brasil a serviço de seus governos;

b) os membros oficiais de congressos ou conferências internacionais.

Art. 83. Todo estrangeiro deverá apresentar à autoridade policial competente, quando exigida, prova da legalidade de sua permanência.

Art. 84. Os estrangeiros que se encontrarem irregularmente no território nacional por ocasião da publicação do regulamento da presente lei, poderão legalizar sua permanência dentro do prazo improrrogável de 120 dias, satisfeitas as exigências desta lei e do seu regulamento.

Art. 85. Em todas as escolas rurais do país, o ensino de qualquer matéria será ministrada em português, sem prejuízo do eventual emprego do método direto no ensino das línguas vivas.

§ 1.º. As escolas a que se refere este artigo serão sempre regidas por brasileiros natos.

§ 2.º. Nelas não se ensinará idioma estrangeiro a menores de quatorze (14) anos.

§ 3.º. Os livros destinados ao ensino primário serão exclusivamente escritos em língua portuguesa.

§ 4.º. Nos programas do curso primário e secundário é obrigatório o ensino da história e da geografia do Brasil.

§ 5.º. Nas escolas para estrangeiros adultos serão ensinadas noções sobre as instituições políticas do país.

Art. 86. Nas zonas rurais do país não será permitida a publicação de livros, revistas ou jornais em línguas estrangeira, sem permissão do Conselho de Imigração e Colonização.

Art. 87. A publicação de quaisquer livros, folhetos, revistas, jornais e boletins em língua estrangeira fica sujeita à autorização e registro prévio no Ministério da Justiça.

Art. 88. As polícias estaduais e a do Distrito Federal organizarão dentro de seus quadros, um serviço destinado a cumprir o disposto no art. 29 desta lei.

Art. 89. As atribuições conferidas à polícia quanto à fiscalização de entrada de estrangeiros serão exercidas, no Distrito Federal, pela Polícia Civil do Distrito Federal, e, nos Estados, pelas polícias locais, enquanto não for federalizada a Polícia Marítima, Aérea e de Fronteiras, na forma da Constituição.

Art. 90. O Governo expedirá dentro de sesenta (60) dias os regulamentos necessários à execução desta lei. Enquanto não forem baixados esses regulamentos caberá ao diretor de imigração desolver os casos omissos, excetuados os que se refiram ao desembarque e à fixação de estrangeiros, que ficarão a cargo, respectivamente, da Polícia e do Serviço de Colonização.

Art. 91. A União organizará o plano de exploração econômica da Amazônia e sua colonização, de preferência com elementos nacionais.

Art. 92. O Governo abrirá os necessários créditos para a execução desta lei e de seu regulamento.

Art. 93. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Oswaldo Aranha.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Valdemar Falcão.

TABELA PARA COBRANÇA DO SELO DE IMIGRAÇÃO, A QUE SE REFERE
O ART. 71

1) Visto consular em passaporte de estrangeiros que se destinam ao Brasil, por pessoa — 200\$000, ouro.

Observação — Estão isentos do emolumento os agricultores, os técnicos de indústrias rurais, e, havendo reciprocidade, os turistas.

2) Certidões expedidas pelo Departamento de Imigração — 20\$000 papel.

3) Registros anuais de companhias de navegação, empresas e sociedades de colonização — 1:000\$000 papel.

4) Idem, de agências de passagens, agências particulares de colocação e semelhantes — 500\$000 papel.

5) Visto de retorno — 20\$000 papel.

6) Visto especial de retorno — 100\$000 papel.

7) Revalidação consular de visto de retorno — 20\$000 ouro.

8) Alteração da classificação nos termos do art. 12, parágrafo único — 1:000\$000 papel.

9) Licença para a publicação de livros e boletins em língua estrangeira, por edição — 100\$000 papel.

10. Licença para a publicação de jornais e revistas em língua estrangeira, por ano — 500\$000 papel.

Observações:

1) O selo a que se referem os incisos 1 e 7 será cobrado nos Consulados. O dos incisos 2, 3, 4 e 8 no Departamento de Imigração; e o dos incisos 5 e 6 na Polícia, e o dos incisos 9 e 10 no Ministério da Justiça;

2) As sub-agências de sociedade ou firmas referidas nos incisos 3 e 4 pagarão a metade do selo;

3) A prorrogação do visto, a que se refere o inciso 1, nos termos do art. 7, importa pagamento de novo selo.

DECRETO-LEI N. 407 — DE 5 DE MAIO DE 1938

Dá nova distribuição à verba do Pessoal Extranumerário do Colégio Pedro II — Internato e Externato, constante do vigente orçamento.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º. As dotações de 303:900\$000 (trezentos e tres contos e novecentos mil réis) e 1.611:100\$000 (mil seiscentos e onze contos e cem mil réis), constantes do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde na discriminação da verba 1.ª — Pessoal, II — Pessoal Extranumerário, subconsignação n. 9, e correspondentes ao Colégio Pedro II — Internato e Externato, respectivamente, destinam-se a atender às seguintes despesas:

“Pagamento de turmas suplementares a cargo do Corpo Docente do mesmo Colégio; Educação Física e Canto Orfeônico; dirigentes e professores de línguas vivas pelo método direto; professores suplementares nos termos do decreto n. 1.555, de 7 de abril de 1937; pessoal administrativo em serviço extraordinário e pessoal extranumerário”.

Art. 2.º O presente decreto-lei vigorará desde 1 de janeiro do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 408 — DE 5 DE MAIO DE 1938

Transfere a sede do A. A. 8, do município de Campos para o de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição:

Considerando que, pelo decreto n. 24.115, de 12 de abril de 1934, foi criado o Aprendizado Agrícola (A. A. 8) no município de Campos, no Estado do Rio de Janeiro;

Considerando que não se encontrou, nesse Município, local adequado para a instalação do A. A. 8;

Considerando que o Governo do Estado do Rio de Janeiro resolveu, pelo decreto n.º 394, de 1 de abril de 1938, ceder a este Ministério, a Fazenda denominada "Sacra Família", no município de Vassouras, no Estado referido, para a instalação de um Aprendizado Agrícola;

Considerando que a comissão designada para a verificação das condições do imóvel cedido deu parecer favorável; ;

Considerando que o orçamento vigente consigna dotação para o curso do A. A. 8, decreta:

Art. 1.º Fica transferida, do Município de Campos, para o de Vassouras, no Estado do Rio de Janeiro, a sede do Aprendizado Agrícola do Estado do Rio de Janeiro (A. A. 8).

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1938; 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 409 — DE 5 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Trabalho, um crédito suplementar de 300:000\$000 à verba que especifica

O Presidente da República usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta :

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito de trezentos contos de réis (300:000\$000), suplementar ao item 01) — Departamento Nacional do Trabalho, Diretoria Geral — para representação e passagens dos delegados do Brasil à Conferência Internacional do Trabalho (art. 389, do Tratado de Versailles, 1919) da Sub-consignação n.º 1 — Representação e propaganda do Brasil no Exterior — I — Diversos — da Verba 3.ª — Serviços e Encargos do vigente orçamento do referido Ministério.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 410 — DE 5 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 465:000\$000 para pagamento de substituições

O Presidente da República tendo em vista a autorização contida na lei n.º 526, de 5 de outubro de 1937, e usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta :

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de quatrocentos e sessenta e cinco

contos de réis (465:000\$000), para atender a despesas de "Pessoal" com o pagamento de substituições referentes ao exercício de 1936.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 411 — DE 5 DE MAIO DE 1938

Aprova a Convenção Internacional para a repressão da moeda falsa, Protocolo e Protocolo Facultativo, firmados em Genebra a 20 de abril de 1929

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do artigo 180 da Constituição de 10 de novembro de 1937:

Resolve aprovar a Convenção Internacional para a repressão da moeda falsa, Protocolo e Protocolo Facultativo, firmados em Genebra a 20 de abril de 1929.

Rio de Janeiro, em 5 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 412 — DE 5 DE MAIO DE 1938

Autoriza franquia postal-telegráfica para a correspondência do II Congresso Brasileiro de Agronomia, a realizar-se nesta Capital de 25 a 29 de junho de 1938, e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e atendendo ao que solicitou a Sociedade Brasileira de Agronomia, decreta:

Artigo único. Fica autorizada franquia postal-telegráfica para a correspondência do II Congresso Brasileiro de Agronomia, a realizar-se nesta Capital de 25 a 29 de junho do corrente ano, sendo igualmente autorizado o abatimento até 50 %, nas estradas de ferro, inclusive as arrendadas, de propriedade da União, e no Lloyd Brasileiro, no transporte dos agrônomos que quizerem participar do referido Congresso.

Rio de Janeiro, 5 de maio de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 413 — DE 6 DE MAIO DE 1938

Lei de organização do Exército

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição, e atendendo:

— que a atual Organização do Exército não mais condiz com o moderno aparelhamento bélico com que vem sendo ele dotado;

— que é imprescindível definir precisamente as atribuições do comando e do Estado-Maior de forma a terminar com a confusão prejudicial que a lei atual estabelece;

— à necessidade imperiosa de dar às unidades do Exército uma organização que lhes permita um desenvolvimento compatível com os progressos do armamento;

— finalmente, à necessidade de unificar, sob a ação direta do Ministério da Guerra, todas as organizações armadas do País, chamadas Forças Auxiliares, federais ou não, para colaborar, no limite das suas possibilidades, na obra da preparação militar do País, decreta:

TÍTULO I

Disposições gerais

CAPÍTULO I

FINS DA ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO

Art. 1.º A organização do Exército tem por objeto essencial a salvaguarda da integridade moral e material da Nação.

Art. 2.º Em tempo de paz, essa organização tem por fim:

a) preparação do Exército para a guerra;

b) garantia da segurança interna, com as demais forças nacionais. Parágrafo único. Para isso, o Exército deve:

a) prover a instrução militar dos cidadãos;

b) prever e preparar a mobilização militar, assegurando-lhe o enquadramento necessário em pessoal e um núcleo de recursos materiais;

c) colaborar na mobilização econômica;

d) prever e preparar, diretamente ou em colaboração com outros órgãos, todas as medidas visando a defesa do território nacional;

e) garantir a cobertura da mobilização e da concentração.

Art. 3.º Em tempo de guerra, tem por finalidade assegurar o desenvolvimento das operações militares necessárias à realização do objetivo político da guerra. Por outro lado, deverá assegurar a ordem interna e contribuir para a proteção e a conservação dos recursos de toda natureza do País.

CAPÍTULO II

BASES DA ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO

Art. 4.º O recrutamento do Exército é feito, anualmente, entre todos os brasileiros.

Eventualmente — e só em caso de guerra externa — poderão estrangeiros fazer parte do Exército, nas condições estabelecidas em lei.

Art. 5.º A organização geral do Exército é baseada na divisão do

território em Regiões Militares, cujos números e limites são fixados por Decreto, tendo em vista os recursos do recrutamento e as necessidades da mobilização.

Art. 6.º A organização geral é realizada tendo sempre em consideração, de modo distinto:

- a organização territorial;
- a organização das forças.

Art. 7.º A organização militar compreende:

- as Armas, elementos incumbidos da execução das missões confiadas ao Exército;
- os Serviços, elementos destinados a prover as necessidades das Armas.

Os Serviços são sempre subordinados ao Comando, possuindo, contudo, uma hierarquia técnica própria.

Art. 8.º Em tempo de paz como em tempo de guerra o chefe supremo do Exército é o Presidente da República, representado pelo Ministro da Guerra.

TÍTULO II

Organização do Exército em tempo de paz

CAPÍTULO III

COMPOSIÇÃO DO EXÉRCITO

Art. 9.º O Exército em tempo de paz compreende uma organização territorial e forças permanentes e se compõe de:

- órgãos de comando e seus estados-maiores;
- um órgão consultivo;
- corpos de tropa e formações de Serviços;
- órgãos de recrutamento e mobilização;
- Escolas e órgãos de estudos;
- órgãos de administração e fiscalização;
- estabelecimentos diversos.

CAPÍTULO IV

ORGANIZAÇÃO DO COMANDO

Art. 10. O Ministro da Guerra, como representante do Chefe do Estado, exerce o Comando do Exército. Para o exercício desse Comando, o Ministro dispõe dos órgãos definidos na Lei de Organização Geral do Ministério da Guerra. Esses órgãos são de colaboração e de inspeção, tanto administrativa como técnico-militar.

Art. 11. O ministro da Guerra, além disso, tem junto a si o Conselho Superior de Guerra, funcionando como órgão consultivo e de estudo, sob sua presidência.

A Composição e as atribuições desse Conselho são regulamentadas por decreto.

Art. 12. O Estado-Maior, em todos os escalões, se caracteriza como elemento de previsão e de preparação das decisões do comando, agindo somente em nome deste.

Art. 13. O comandante de Região Militar depende diretamente do ministro da Guerra e dispõe de estado-maior e chefias de Serviços. Exerce o comando das forças e o comando territorial.

Sua autoridade se estende a todas as tropas, formações e estabelecimentos estacionados no território da Região, exceto quanto aos dependentes diretamente do Ministério da Guerra.

Art. 14. O comando das forças compreende todas as questões relativas á instrução, disciplina, administração e ao seu emprego.

Art. 15. O comando territorial compreende as questões relativas a:

- disciplina em geral, justiça militar, e serviço de guarnições;
- recrutamento e administração dos reservistas;
- preparo da mobilização;
- preparação pré-militar e para-militar; formação e instrução dos quadros da reserva;
- organização defensiva do território, contra os ataques terrestres e aéreos;
- organização dos Serviços regionais e das guarnições;
- defesa da costa, quando não depender de comando próprio;
- segurança e nacionalização das fronteiras.

CAPÍTULO V

ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

Art. 16. Em consequência das atribuições do Comando Territorial, a organização do território compreende obrigatoriamente:

- a) Órgão de comando, estados-maiores e chefias de Serviços;
- b) Circunscrições de Recrutamento;
- c) Secções Mobilizadoras;
- d) Órgãos de preparação pré e para militares;
- e) Órgãos dos Serviços e estabelecimentos.

Art. 17. A Região Militar pode ser dividida em Sub-Regiões Militares, sempre que motivos de ordem geográfica, demográfica e de fronteiras longínquas o aconselham. Seus comandantes disporão de pequenos estados-maiores e terão atribuições semelhantes à definidas no artigo 16, com exceção da relativa à formação de oficiais de reserva.

Os limites das Sub-Regiões Militares, como os das Regiões, serão fixados por decreto.

Art. 18. No ponto de vista dos interesses de ordem aérea, o território nacional é dividido em Zonas Militares Aéreas, fixadas por decreto.

O comando da Zona Militar Aérea tem sobre as forças aéreas e da defesa aérea do território da respectiva Zona, as atribuições aplicáveis das definidas no artigo 13.

Art. 19. No que se refere à segurança das fronteiras marítimas e fluviais, o litoral do país é dividido segundo os limites das Regiões Militares. A guarda dessas porções do litoral depende dos comandos regionais, diretamente ou por intermédio do respectivo Distrito de Defesa de Costa. O Distrito de Defesa de Costa tem atribuições de Sub-Região Militar dentro dos limites fixados, e de comando das respectivas unidades de artilharia de costa; eventualmente poderá contar com tropas de outras armas.

Art. 20. Os diferentes Serviços do Exército organizam-se obedecendo, em princípio, a organização territorial.

CAPÍTULO VI

ORGANIZAÇÃO DO EXÉRCITO ATIVO

Art. 21. O Exército Ativo compreende as forças permanentes, que se repartem pelas Grandes Unidades, Reserva Geral, guarnições de fortificações e tropas especiais.

Art. 22. As forças estacionadas no território de cada Região Militar compreendem uma ou mais Grandes Unidades ou Destacamentos de composição especial.

Art. 23. As Grandes Unidades existentes em tempo de paz são:

— o Corpo de Cavalaria, reunião de 2 ou mais Divisões de Cavaliaria;

— as Divisões de Infantaria, de Cavalaria e Aérea; esta reunião dos elementos de tropa da Arma e dos Serviços.

As D. I. podem ser reunidas em Grupos de D. I.

O Distrito de Defesa de Costa é o mais elevado escalão de Artilharia de Costa, reunindo unidades desta e elementos dos Serviços.

Art. 24. As Grandes Unidades se dividem em Brigadas ou Comandos de Armas, compreendendo uma ou mais unidades denominadas *corpos de tropa*, que constituem o elemento básico da organização do Exército.

Art. 25. Os corpos de tropa são unidades ou formações que dispõem em todos os recursos necessários à sua existência autónoma.

Em princípio, cada corpo de tropa é organizado segundo um tipo tão aproximado quanto possível da unidade ou formação similar do tempo de guerra.

As unidades de uma mesma arma e as formações de um mesmo serviço podem ser dotadas de efetivos diferentes, segundo as necessidades diversas a que devam responder. Tais efetivos poderão ser reduzidos a um mínimo compatível com as exigências da mobilização e da instrução.

Art. 26. Os corpos de tropa podem constituir:

— unidades de instrução, compostas de recrutas e seus instructores;

— unidades de manobra composta de militares tendo completado o 1º ciclo de instrução;

— excepcionalmente, unidades-quadros, constituídos somente de pessoal permanente.

Art. 27. As unidades das Armas, são normalmente:

— na Infantaria: Regimentos, Batalhões de Caçadores;

— nos Carros de Combate: Regimentos e Batalhões de Carros;

— na Cavalaria: Regimentos de Cavalaria, Regimentos Mixtos de Cavalaria, Regimentos de Cavalaria Transportada, Regimentos ou Grupos de Esquadrões de Auto-Metralhadoras de Cavalaria;

— na Artilharia: Regimentos, Grupos e Baterias Independentes de Artilharia; Grupos e Baterias Independentes de Artilharia de Costa;

— na Engenharia: Batalhões e Companhias Independentes;

— no Trem: Corpos e Esquadrões Independentes;

— na Aviação: Regimentos e Grupos Independentes;

— na Aerostação: Batalhões e Companhias Independentes.

Dum modo geral, as unidades compreendem as sub-unidades elementares, que são:

— na Infantaria, nos Carros e na Engenharia: a Companhia;

— na Cavalaria e Trem: o Esquadrão;

— na Artilharia: a Bateria;

— na Aviação: a Esquadrilha;

— na Aerostação: a Companhia.

Nos Regimentos essas sub-unidades se reúnem:

— na Infantaria e Carros, em Batalhões;

— na Cavalaria, em Grupos de Esquadrões;

— na Artilharia e na Aviação, em Grupos.

Art. 28. Nenhum elemento inferior aos definidos na última alínea do artigo anterior ou à Companhia de Engenharia e Esquadrão de Trem pode ser destacado da sua unidade, de modo permanente, salvo quando se tratar de unidades organizadas com essa previsão.

Sub-unidades das demais Armas poderão, entretanto, ser destacadas dos seus corpos, por prazo nunca superior a 90 dias.

Art. 29. Os Estados-Maiores dos comandantes que exercem, simultaneamente, o comando das forças e o comando territorial, compreendem dois escalões:

— o escalão ativo, disponível para as necessidades das G. U. mobilizadas;

— o escalão territorial, cujos elementos servem de base à constituição dos Estados-Maiores do Território, designados pelo ministro da Guerra.

Art. 30. O número e a composição das unidades, formações de serviços e demais elementos do Exército Ativo, constam da Lei de Organização de Quadros e Efetivos.

CAPÍTULO VII

INCORPORAÇÃO — INSTRUÇÃO

Art. 31. A incorporação tem por objeto a formação de militares instruídos, necessários ao Exército em tempo de guerra, satisfazendo, ainda, as necessidades do Exército ativo.

A incorporação pode compreender conscritos e voluntários, assim como engajados e reengajados.

As condições de incorporação e licenciamento são reguladas pela Lei do Serviço Militar.

Art. 32. A preparação para a guerra é a finalidade da instrução militar.

Essa instrução é ministrada nos corpos de tropa, unidades das Armas e formações dos Serviços.

As "unidades de instrução" devem, desde cedo, familiarizar-se com o terreno, realizando, ameudadamente, exercícios em "campos ou praças de exercícios" apropriados a esse fim.

As "unidades de manobra" são, periodicamente, reunidas em "campos de instrução", para exercícios de conjunto ou para manobras, no todo ou em parte, e com efetivos de guerra.

Os quadros e as praças de reserva são convocados para efetuar períodos de instrução, nas ocasiões supracitadas e por prazo que não poderá ultrapassar de 30 dias.

Art. 33. A utilização dos terrenos e propriedades particulares para a realização de exercícios e manobras será regulada mediante prévio acordo com os proprietários, quando se estipularão as condições de indenização pelos danos que porventura venham a resultar.

Art. 34. O número e a organização das escolas, centros e estabelecimentos destinados à formação e ao aperfeiçoamento dos quadros e especialistas do Exército, são fixados na Lei do Ensino Militar.

A instrução dos quadros e especialistas pode ser completada mediante cursos ou estágios realizados em estabelecimentos civis e também no estrangeiro.

CAPÍTULO VIII

PREPARAÇÃO DA MOBILIZAÇÃO MILITAR

Art. 35. A preparação da mobilização militar consiste no conjunto de medidas visando:

a) Elevar, aos efetivos de guerra, os dos corpos de tropa, órgãos de comando, etc., existentes em tempo de paz;

b) Constituir unidades de nova formação ou unidades especiais;

c) Completar a organização dos comandos territoriais e dos respectivos serviços.

Art. 36. O preparo da mobilização é feito pelos órgãos mobilizadores, segundo os regulamentos e instruções correspondentes.

TÍTULO III

Organização do Exército em tempo de guerra

CAPÍTULO IX

EXECUÇÃO DA MOBILIZAÇÃO DO EXÉRCITO

Art. 37. A mobilização do Exército se executa mediante ordem do Presidente da República, traduzida pelo "Decreto de Mobilização". Dele serão notificadas, pelo ministro da Guerra, todas as autoridades militares e civis.

Certas medidas de mobilização podem ser tomadas pelo ministro da Guerra antes de decretada a mobilização.

A mobilização poderá ser total ou parcial.

O decreto de mobilização geral é sempre difundido por meio de cartazes afixados nos logradouros públicos e utilizando todos os meios para a mais ampla divulgação.

A mobilização parcial pode ser ou não tornada pública.

Art. 38. O plano de mobilização é estabelecido pelo ministro da Guerra. Nele se determina:

a) A composição e o grupamento das forças;

b) As regras para a mobilização dos diversos elementos do Exército.

Art. 39. As medidas relativas à preparação e à execução da mobilização, estabelecidas nos regulamentos e instruções respectivas, têm caráter obrigatório para todos os cidadãos e autoridades públicas federais ou não.

CAPÍTULO X

COMPOSIÇÃO DO EXÉRCITO EM TEMPO DE GUERRA

Art. 40. As unidades mobilizadas são formadas pelos regimentos ou unidades constituindo corpos — reunidas em Grandes Unidades: Divisões, eventualmente Grupos de Divisões e Corpos de Cavalaria; Exército, eventualmente Grupos de Exércitos; ou ainda — reunidas na Reserva Geral.

Eventualmente e segundo as necessidades, poderão ser organizados destacamentos especiais.

O Exército, em tempo de guerra, compreende mais os estabelecimentos, centros e órgãos dos Serviços da Zona dos Exércitos e da Zona do Interior, destinados a prover as necessidades da instrução e da vida da tropa; os órgãos de defesa do território, obras de fortificação, permanente ou não e outros recursos.

Art. 41. A composição das unidades e formações de serviços mobilizadas é estabelecida nos quadros de efetivos de guerra, organizados pelo Estado-Maior do Exército.

Além dessas unidades, outras poderão ser organizadas de modo icular, constituindo unidades especiais.

Art. 42. As Grandes Unidades que, normalmente, têm existência no Exército em tempo de guerra, são a Divisão e o Exército.

A Divisão constitui a grande unidade elementar, em cujo âmbito se combina a ação de várias Armas. Compreende:

Comando:

Estado-Maior;

Unidades de diferentes Armas;

Serviços.

A Divisão é de Infantaria ou de Cavalaria, conforme a arma que prepondera na sua composição. Pode, ainda, comportar uma proporção variável de elementos motorizados e mecanizados.

Segundo prepondera uma ou outra dessas categorias de elementos, a Divisão tomará a designação de Divisão Motorizada ou Divisão Mecanizada.

O Exército é o elemento das combinações estratégicas. Compreende, organicamente:

Comando, estado-maior e chefias de serviços;

Comandos de tropa;

Serviços;

Divisões, em número variável;

Tropas especiais.

Além disso, o Exército poderá enquadrar elementos da Reserva Geral.

Art. 43. Outras Grandes Unidades podem ser organizadas em tempo de guerra, tanto as previstas no art. 23, como as que forem criadas por forças das circunstâncias, no início ou durante as operações.

Essas Grandes Unidades são:

Destacamento mecanizado, grupamento de unidades motorizadas e mecanizadas de todas as armas, constituído para executar determinadas missões;

Distrito de Defesa de Costa, reunião de tropas de todas as Armas, necessárias à proteção de determinado trecho do litoral; desenvolvimento do Distrito do tempo de paz;

Divisão Aérea, reunião de unidades e órgãos necessários à execução de missões aéreas autônomas;

Grupos de D.I., escalão intermediário entre as Divisões e o Exército, atendendo a necessidade de organização do comando; poderá ser reforçado em meios diversos;

Corpos de Cavalaria, reunião de duas ou mais D.C., são órgãos de coordenação e instrumentos de manobra e de combate, destinados a executar, num determinado teatro de operações, missões de Cavalaria superiores às possibilidades de uma D.C.

Compreende, além das D.C.:

Comando;

Estado Maior;

Serviços;

Elementos da Reserva Geral, eventualmente.

Destacamento de Exército, grupamento temporário, organizado para a execução de missão particular de caráter estratégico. Sua composição é variável.

Grupo de Exércitos, escalão de comando que coordena a ação de dois ou mais Exércitos; não dispõe, obrigatoriamente, de órgãos de Serviços.

CAPÍTULO XI

ORGANIZAÇÃO DO COMANDO

Art. 44. Cada teatro de operações terá um Comando próprio.

Ao oficial general, no exercício desse comando, cabe o título de comandante-chefe, responsável, perante o ministro da Guerra, pela conduta das operações.

O Governo poderá confiar a conduta e a coordenação das operações, em mais de um teatro a um chefe único, que será, então, o responsável, perante o ministro da Guerra, pela execução do conjunto das missões, como comandante-chefe.

Os comandantes das grandes unidades, cuja organização for prevista nos diferentes Planos, são designados desde o tempo de paz e incumbidos da respectiva preparação.

Os titulares dos grandes comandos — Exército e Grupos de Exércitos — são membros do Conselho Superior de Guerra.

CAPÍTULO XII

ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL

Art. 45. Um decreto determinará as partes do território compreendidas na "Zona dos Exércitos"; o restante do território constituirá a "Zona do Interior".

Art. 46. Em princípio, o comando territorial, na zona dos Exércitos, será exercido pelo comandante-chefe, ou por seus delegados, no teatro de operações interessado.

Art. 47. Na zona do Interior, o comando territorial permanece nas condições existentes no tempo de paz.

Art. 48. Em território estrangeiro o comandante-chefe concentra todos os poderes civis e militares, exercendo-os em nome do Governo brasileiro, segundo condições estipuladas nas Convenções Internacionais, relativas ao assunto.

TÍTULO IV

Disposições particulares

CAPÍTULO XIII

FORÇAS POLICIAIS DOS ESTADOS

Art. 49. As forças policiais dos Estados, cujo papel essencial é manter a ordem pública, participam, em tempo de paz, da preparação pre-militar, da instrução das suas tropas e do serviço de guar-nição.

Em tempo de guerra, participam do enquadramento de formações mobilizadas e poderão receber missões especiais, quer na zona de guerra, quer na zona do interior.

Art. 50. Na execução das incumbências referidas no artigo anterior, as forças policiais ficam sujeitas à ação do Ministério da Guerra, na forma das disposições legais em vigor.

CAPÍTULO XIV

CORPORAÇÕES POLICIAIS E DE BOMBEIROS

Art. 51. As demais organizações policiais federais, estaduais e municipais serão obrigadas a desempenhar funções auxiliares na realização do recrutamento e da preparação da mobilização militar.

No exercício dessas funções, ficam subordinadas ao ministro da Guerra.

Art. 52. As corporações de bombeiros têm obrigação de colaborar na manutenção da ordem pública, quando necessário, e, em caso de guerra, cooperar na defesa do território, com as demais forças ativas do país, sob a autoridade do ministro da Guerra, que a esse respeito expedirá as necessárias instruções.

TÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 53. A presente lei terá desde logo início de execução, ficando o ministro da Guerra autorizado a baixar as instruções necessárias ao desenvolvimento da sua aplicação.

Art. 54. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1938, 147.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra,

DECRETO-LEI N. 414 — DE 6 DE MAIO DE 1938

Fixa o critério, para pagamento de vantagens, por substituição ou nomeação interina, aos oficiais da Armada e das Classes Anexas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O oficial da Armada ou das Classes Anexas, quando no exercício da função de cargo de patente mais elevada que a sua, em virtude de substituição legal, perceberá, além do seu próprio soldo, a gratificação atribuída àquela patente.

§ 1.º Essa gratificação só será paga, durante o efetivo exercício da substituição, antes do qual receberá o oficial somente o seu próprio vencimento.

§ 2.º O oficial nomeado, legalmente, para cargos, cujas funções sejam atribuídas a vários postos superiores ao seu, receberá, durante o tempo que as exercer, a gratificação relativa ao menor desses postos.

§ 3.º A correspondência das patentes, para o exercício de funções ou cargos, na Marinha de Guerra, será sempre a determinada em lei ou regulamentos.

Art. 2.º O oficial só terá direito aos vencimentos integrais do cargo vago, se para este for nomeado, interinamente, por ato expresso do Presidente da República.

Art. 3.º Ao substituto não assiste a gratificação do substituído, quando apenas passar a responder pelo cargo, na conformidade de dispositivos regulamentares, bem como nos casos de substituições decorrentes de férias, dispensa de serviço, nojo e gala de casamento.

Art. 4.º As disposições dos artigos precedentes atingem, também, as substituições verificadas a partir da vigência do decreto 21.268, de 28 de março de 1932, e, assim, deverão ser resolvidos todos os casos ainda dependentes de solução.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 415 — DE 6 DE MAIO DE 1938

Autoriza a aquisição de terrenos para o Sanatório Militar de Itatiaia

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Guerra autorizado a adquirir para a União, pela quantia de 30.000\$000 (trinta contos de réis), os lotes de terra ns. 1 e 3, vizinhos aos terrenos do Sanatório Militar de Itatiaia, com a área total de 505.000 metros quadrados e de propriedade o primeiro de Portos de Lemos Rache e o segundo de D'Arfagnan de Lemos Rache e Elza de Lemos Rache.

Art. 2.º Esses lotes serão incorporados a esse estabelecimento e a despesa de sua aquisição será custeada pelos saldos recolhidos à Caixa Geral de Economias da Guerra.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de maio de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

General Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 416 — DE 9 MAIO DE 1938

Desapropria, para obras de saneamento da Baixada Fluminense, uma faixa de terreno situada na fazenda "Campo Grande", no 4.º Distrito de Campos, Estado do Rio de Janeiro, e decreta a urgência da desapropriação

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, e de conformidade com o disposto no art. 3.º, n. 5, do regulamento aprovado pelo decreto n. 4.956, de 9 de setembro de 1903, e art. 590, § 2.º, n. III, do Código Civil,

Decreta:

Art. 1.º Fica desapropriada, por utilidade pública, a faixa de terreno assinalada na planta que com este baixa, em duas vias, rubricadas pelo diretor de Contabilidade da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, situada na fazenda "Campo Grande", no 4.º Distrito do Município de Campos, Estado do Rio de Janeiro, de

propriedade de D. Mariana Pinto, com a área total de 3,28091 alqueires geométricos, no valor de 2:734\$091 (dois contos setecentos e trinta e quatro mil e noventa e um réis), necessária a obras de saneamento da Baixada Fluminense.

Art. 2º. Fica decretada a urgência da referida desapropriação, nos termos dos arts. 40 e 41 do citado decreto n. 4.956.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 417 — DE 10 DE MAIO DE 1938

Abre pelo Ministério da Guerra o crédito especial de 10:000\$000, para restituição a Caetano Vieira da Costa

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Guerra, o crédito de dez contos de réis (10:000\$000) para atender ao pagamento da restituição devida (Serviços e encargos), ao coronel Caetano Vieira da Costa.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

General Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 418 — DE 10 DE MAIO DE 1938

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de 2:880\$ para pagamento de gratificação adicional a que fez jus o professor catedrático da Escola Nacional de Engenharia, Luciano Lobato Koeler

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de dois contos oitocentos e oitenta mil réis (2:880\$000), para atender ao pagamento, nos exercícios de 1936 e 1937, da gratificação adicional a que fez jus o professor catedrático da Escola Nacional de Engenharia, Luciano Lobato Koeler, nos termos do decreto de 9 de novembro de 1936.

Rio de Janeiro, 10 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 419 — DE 11 DE MAIO DE 1938

Cria a "Guia de Exportação do Distrito Federal". e dá outras providências

O Presidente da República,

Considerando que, pela Convenção Nacional de Estatística, assinada em 11 de agosto de 1936, a Prefeitura do Distrito Federal assumiu várias obrigações, entre as quais a de organizar as estatísticas de exportação inter-estadual, segundo os métodos adotados pelo Conselho Nacional de Estatística;

Considerando que, pela Resolução n. 8, de 30 de dezembro de 1936, da assembléia geral daquele Conselho, foram reputados como os objetivos mais urgentes e de significação mais importante o levantamento mensal do comércio inter-estadual, o registro e a estatística dos preços correntes e do custo de vida na capital da respectiva unidade política, de acordo com o plano fornecido pela Diretoria de Estatística Econômica e Financeira do Ministério da Fazenda;

Considerando que se torna indispensável a instituição de um perfeito instrumento de coleta, por não dispor o Distrito Federal de registros pelos quais seja possível o levantamento estatístico do comércio de exportação inter-estadual;

Considerando que, para boa execução do serviço, é imprescindível a cooperação das repartições públicas federais;

Considerando, ainda, que o plano de trabalho ora estabelecido obedece à orientação direta da Diretoria de Estatística Econômica e Financeira;

Considerando, finalmente, que a Guia de Exportação constituirá, apenas, uma obrigação para o contribuinte exportador, não incidindo, sobre a mesma, qualquer imposto, taxa ou selo; e

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição e nos termos do art. 31 do Decreto-Lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937:

Decreta:

Art. 1º. Fica criada a Guia de Exportação do Distrito Federal, de uso obrigatório, extensiva a todas as mercadorias, nacionais ou nacionalizadas, que saírem desta capital para qualquer localidade brasileira, seja qual for o meio de transporte, inclusive o próprio e, bem assim, as exportadas por colis-postal ou via aérea.

Parágrafo único. Só não é exigível a Guia de Exportação para a bagagem que acompanhar o passageiro.

Art. 2º. Ninguém poderá exportar mercadoria alguma para qualquer ponto do território nacional, sem entregar a Guia de Exportação, devidamente preenchida, nas estações ferroviárias, nos pontos de fiscalização das estradas de rodagem, nas repartições postais e nas estações ou agências marítimas ou aéreas.

Art. 3º. Ficará sujeita às penalidades previstas neste decreto-lei qualquer pessoa que aceitar o despacho ou consentir o embarque de mercadorias por via férrea, marítima ou aérea, ou permitir a passagem das mesmas pelos postos de fiscalização das estradas de rodagem, sem arrecadar e conferir as Guias de Exportação, quer se trate de funcionário público, federal ou municipal, quer de empregado de instituições particulares;

Art. 4º. Serão aplicadas multas de 100\$000 a 2:000\$000 e apreendidas as mercadorias aos infratores do presente decreto-lei.

§ 1º. Os funcionários públicos ficarão sujeitos a suspensão até 30 (trinta) dias, com perda total de vencimentos, quando transgredirem os dispositivos do presente decreto-lei.

§ 2º. Essas penalidades serão aplicadas na forma que for estabelecida no regulamento.

Art. 5º. A Guia de Exportação está isenta de qualquer imposto, taxa ou selo, e dela deverão constar, necessariamente:

- a) numeração;
- b) nome do exportador e sua residência ou sede da firma comercial;
- c) meio de transporte e ponto de embarque ou passagem;
- d) especificação detalhada, origem e destino da mercadoria;
- e) quantidade e espécie dos volumes;
- f) pesos, bruto e líquido, em quilograma, ou outras medidas do sistema decimal e valor comercial da mercadoria;
- g) data da expedição e assinatura do expedidor;
- h) data do embarque ou passagem da mercadoria e rubrica do encarregado de receber e conferir a Guia.

Parágrafo único. O modelo da Guia de Exportação será o que acompanhar o regulamento.

Art. 6º. Ninguém poderá negar-se a prestar as informações, relativas aos serviços da estatística oficial, que forem solicitadas pela Diretoria de Estatística Municipal ou pelos departamentos de estatística de outras repartições municipais.

Art. 7º. Ao exportador e aos informantes fica assegurado o sigilo de suas declarações.

Art. 8º. A Diretoria de Estatística Municipal cabe a superintendência dos serviços relativos ao levantamento estatístico do comércio de exportação inter-estadual, registro e estatística dos preços correntes e do custo de vida no Distrito Federal, podendo, no entanto, aquela Diretoria delegar a execução desses trabalhos a outra repartição municipal, quando julgar conveniente.

Art. 9º. A Prefeitura do Distrito Federal providenciará sobre as obras e medidas que se fizerem necessárias para bem aparelhar e facilitar o serviço de fiscalização e recebimento das Guias de Exportação.

Art. 10. As repartições públicas federais e as instituições particulares são obrigadas a prestar colaboração, quando definida em lei e solicitada pela Prefeitura do Distrito Federal, sendo nesse caso extensivos às mesmas e aos seus funcionários e empregados os dispositivos do regulamento a ser baixado pelo prefeito.

Art. 11. Este decreto-lei entrará em vigor 3 (tres) dias após a publicação, no órgão oficial, do decreto expedido pelo prefeito do Distrito Federal, regulamentando todas as disposições na forma do n. III do art. 7º do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937.

Art. 12. Fica o prefeito autorizado a abrir os créditos necessários à execução deste decreto-lei.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 11 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 420 — DE 11 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 6:000\$000, para pagamento a Germano Petersen Filho

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de seis contos de réis (6:000\$000) para atender ao pagamento de 300 diárias (Pessoal), à razão de 20\$000 cada uma, devidas ao inspetor do Ensino Secundário, Germano Petersen Filho, pelo tempo em que esteve ausente da sede, no período de 4 de fevereiro a 30 de novembro de 1937, prestando serviços aos Ginásios Teuto-Brasileiro Farroupilha de Porto Alegre e Sinodal do São Leopoldo.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 421 — DE 11 DE MAIO DE 1938

Regula o funcionamento dos estabelecimentos de ensino superior

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1°. O ensino superior é livre, sendo lícito aos poderes públicos locais, às pessoas naturais e às pessoas jurídicas de direito privado fundar e manter estabelecimentos destinados a ministrá-lo, uma vez que se observem os preceitos fixados na presente lei.

Art. 2°. A partir da publicação desta lei, para que um curso superior se organize e entre a funcionar no país, será necessária autorização prévia do Governo Federal.

Parágrafo único. Para os efeitos desta lei, são considerados cursos superiores aqueles que, pela sua natureza, exijam, como condição de matrícula, preparação secundária, comprovada, no mínimo, pela apresentação do certificado de conclusão do curso secundário fundamental.

Art. 3°. O pedido de autorização será dirigido ao ministro da Educação e Saúde, que, ouvido o Conselho Nacional de Educação, o submeterá, com parecer, à decisão do Presidente da República.

Art. 4°. O Governo Federal concederá a autorização de que trata o art. 2° desta lei:

a) se a entidade de caráter público ou privado, que se propuser instituir o curso, demonstrar que possui capacidade financeira para manter, de modo satisfatório, o seu integral funcionamento e que dispõe de edifícios e instalações apropriadas, sob o ponto de vista pedagógico e higiênico ao ensino a ser ministrado;

b) se o estabelecimento dispuser de aparelhamento administrativo, regular, sobretudo no que se refere à sua gestão financeira;

c) se a organização administrativa e didática proposta para o curso obedecer às exigências mínimas, fixadas na lei federal;

d) se for demonstrada a capacidade moral e técnica do corpo docente que o estabelecimento pretenda utilizar;

e) se ficar desde logo fixado o limite da matrícula, para cada série do curso, à vista da capacidade das instalações disponíveis;

f) se a localidade onde o curso vá ser instalado possuir as condições culturais necessárias ao seu regular funcionamento;

g) se a criação do curso representar real necessidade sob o ponto de vista profissional ou manifesta utilidade de natureza cultural.

Parágrafo único. O requerimento de autorização prévia deverá ser acompanhado de documentação que prove a satisfação das exigências constantes deste artigo. O ministro da Educação e Saúde determinará a realização das diligências necessárias à verificação do cumprimento das aludidas exigências.

Art. 5º. A autorização para funcionamento, que é de caráter condicional, não implica, de modo nenhum, o reconhecimento federal.

Art. 6º. O estabelecimento de ensino superior, que obtiver autorização para funcionamento de um ou mais cursos, ficará obrigado a requerer ao ministro da Educação e Saúde o respectivo reconhecimento, dentro do segundo ano de sua instalação. Se o não fizer, será cassada a autorização de funcionamento. Se, requerido o reconhecimento, for este negado, poderá ser novamente solicitado, dentro de um ano, a contar da publicação do ato denegatório. Decorrido este prazo sem que tenha sido feito novo pedido de reconhecimento, e na hipótese de ser o reconhecimento denegado pela segunda vez, será cassada a autorização de funcionamento.

Art. 7º. Requerido o reconhecimento de um curso superior, providenciará o ministro da Educação e Saúde no sentido de ser feita, por uma comissão especial de três membros minuciosa verificação sobre a organização e o funcionamento do estabelecimento em que seja ministrado.

Art. 8º. O requerimento de reconhecimento será examinado pelo Conselho Nacional de Educação. Isto feito, o ministro da Educação e Saúde o submeterá, com parecer, à decisão do Presidente da República.

Art. 9º. O reconhecimento só poderá ser concedido, se todas as exigências constantes das alíneas a, b, c, d e e do art. 4º desta lei tiverem sido observadas regularmente, e se, a partir da instalação do curso, todas as vagas verificadas no corpo docente tiverem sido preenchidas por concurso de títulos e provas.

Art. 10. Não será concedida a autorização de funcionamento, se a seu favor não se manifestar a maioria dos membros do Conselho Nacional de Educação. Não será concedido o reconhecimento, se não opinarem favoravelmente à concessão dois terços dos membros do Conselho Nacional de Educação.

Art. 11. Se, depois de concedida a autorização de funcionamento, se verificar que deixaram de ser atendidas uma ou mais das exigências das alíneas a, b, c, d e e, do art. 4º desta lei, será a mesma cassada. Se, depois de concedido o reconhecimento, se verificar que deixaram de ser atendidas uma ou mais das exigências constantes das alíneas a, b, c, d e e, do art. 4º, ou a exigência constante do artigo 9º desta lei, será o mesmo cassado.

Parágrafo único. Os relatórios de fiscalização realizada na forma do art. 16 desta lei serão sempre submetidos ao exame do Conselho Nacional de Educação, que, à vista das faltas porventura encontradas, proporá ao ministro da Educação e Saúde, por deliberação de dois terços de seus membros, a cassação da autorização do funcionamento ou do reconhecimento concedido.

Art. 12. Sempre que for cassada a autorização de funcionamento ou o reconhecimento de um curso superior, deixará este imediatamente de funcionar.

Art. 13. Cassada a autorização de funcionamento ou o reconhecimento de um curso superior, deliberará o Conselho Nacional de Educação sobre a possibilidade de transferência dos alunos nele regularmente matriculados para curso congênere de outro estabelecimento de ensino.

Art. 14. Sendo cassada a autorização de funcionamento de um curso superior, só poderá ser ela requerida de novo, decorrido um ano a contar da cessação de funcionamento.

Art. 15. Sendo cassado o reconhecimento federal de um curso superior, a autorização para o seu funcionamento só poderá ser requerida, na forma do art. 3º desta lei, e decorrido um ano a contar da cessação de funcionamento.

Art. 16. O Governo Federal exercerá sobre o estabelecimento, em que funcionar curso autorizado ou reconhecido, a necessária fiscalização por meio de seus órgãos adequados.

Art. 17. Os estabelecimentos de ensino superior, em que, na data da publicação desta lei, estiver funcionando curso não reconhecido ou simplesmente com inspeção preliminar, deverão requerer o reconhecimento até o dia 31 de dezembro de 1938; caso seja indeferido o pedido, poderão repeti-lo até um ano após o indeferimento. Se o não fizerem, ou na hipótese de ser o reconhecimento negado, será o curso proibido de funcionar.

Art. 18. O estabelecimento de ensino superior, em que funciona curso não reconhecido, não poderá expedir, aos alunos deste, diplomas ou certificados de habilitação de qualquer natureza.

Parágrafo único. Se o estabelecimento de que trata este artigo tiver funcionado com autorização do Governo Federal, nos termos desta lei, poderá, uma vez reconhecido, expedir aos alunos, que anteriormente hajam concluído o curso, os competentes diplomas ou certificados, salvo se o contrário for determinado no ato do reconhecimento.

Art. 19. Nenhum estabelecimento de ensino poderá adotar, na sua denominação, o qualificativo de superior, se nele não funcionar curso que tenha a caracterização definida no parágrafo único do art. 2º desta lei.

Parágrafo único. Os estabelecimentos de ensino, que, na data da publicação desta lei, adotarem denominação que contrarie o disposto neste artigo, terão o prazo de um ano para fazer a necessária modificação.

Art. 20. Aos infratores das disposições dos arts. 18 e 19 desta lei será aplicada, pelo ministro da Educação e Saúde, a multa de um conto de réis a cinco contos de réis; no caso de reincidência será proibido o funcionamento do estabelecimento.

Art. 21. O pedido de autorização para funcionamento de um ou mais cursos superiores em um mesmo estabelecimento de ensino está sujeito à taxa de um conto e quinhentos mil réis; o requerimento de reconhecimento de um ou mais cursos superiores de um mesmo estabelecimento de ensino está sujeito à taxa de cinco contos de réis.

Art. 22. O estabelecimento de ensino, em que funcionem um ou mais cursos superiores, com autorização ou reconhecimento do Governo Federal, fica sujeito ao pagamento de uma taxa anual de doze contos de réis.

§ 1.º A taxa do primeiro ano será recolhida no primeiro mês da instalação, e a dos anos posteriores, no mês de janeiro de cada ano.

§ 2.º Não sendo a taxa recolhida pela forma prescrita no parágrafo anterior, cassar-se-á a autorização ou o reconhecimento.

Art. 23. A autorização de funcionamento e a concessão do reconhecimento, bem como a cassação de uma e de outro, e ainda a proibição de funcionamento serão feitas por decreto.

Parágrafo único. O decreto que cassar a autorização ou o reconhecimento concedido declarará proibido o funcionamento do curso.

Art. 24. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 25. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 422 — DE 11 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 5.000:000\$000 para o custeio das obras complementares do serviço de adução do Ribeirão das Lages

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de cinco mil contos de réis (5.000:000\$000), para atender às despesas (Obras, Melhoramentos, Aparelhamentos e Equipamentos), com as obras complementares de recebimento e distribuição das águas do Ribeirão das Lages, a cargo do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 423, — DE 11 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 500:000\$000 para aparelhamento da Polícia Militar do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios interiores, o crédito especial de 500:000\$000 (quinhentos contos de réis), destinado a despesas de material com a renovação do armamento da Polícia Militar do Distrito Federal.

Rio de Janeiro, 11 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 424 — DE 12 DE MAIO DE 1938

Transfere importâncias das verbas 3 — Serviços e Encargos — e 5 — Obras, Melhoramentos, Aparelhamentos e Equipamentos — para verba 1 — Pessoal — do vigente orçamento do Ministério da Agricultura.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Ficam transferidas as importâncias de cento e oitenta e seis contos e duzentos mil réis (186:200\$000) e oitenta e cinco contos de réis (85:000\$000), respectivamente, das verbas 3 — Serviços e Encargos — I — Diversos — Sub-consignação n. 19 — Pesquisas de petróleo, inclusive aquisição de sondas, e 5 — Obras, Melhoramentos, Aparelhamentos e Equipamentos — I — Diversos — Sub-consignação n. 1 — Obras novas, ampliações, reconstruções, reparos, instalações e aparelhamentos, inclusive despesas com a transferência da Escola Nacional de Agronomia e industrialização de fosfatos no País, do atual orçamento do Ministério da Agricultura (anexo n. 11), para a verba I — Pessoal — II — Pessoal Extranumerário — Sub-consignação n. 2 — Pessoal Extranumerário do mesmo Ministério.

Art. 2º. As dotações ora transferidas destinam-se ao pagamento do pessoal extranumerário a ser admitido de acordo com as prescrições do decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938, para os serviços de pesquisas de petróleo e industrialização de fosfatos no País.

Art. 3º. O presente decreto-lei entrará em vigor, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 425 — DE 12 DE MAIO DE 1938

Autoriza a "Deutsche Lufthansa Aktiengesellschaft", a executar a linha aérea internacional Alemanha-América do Sul, mediante condições.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e:

Atendendo ao que requereu a "Deutsche Lufthansa A. G.", autorizada a funcionar na República pelo Decreto n. 142, de 20 de abril de 1935:

De acordo com o art. 47, do decreto n. 20.914, de 6 de janeiro de 1932, e com os arts. 44, 64 e 65, do Regulamento para os Serviços Cíveis de Navegação Aérea, aprovado pelo Decreto n. 16.983, de 22 de julho de 1925;

E conforme parecer do Conselho Superior de Segurança Nacional, decreta:

Art. 1º. Fica autorizada a "Deutsche Lufthansa Aktiengesellschaft" a estender a sua linha internacional Alemanha-América do Sul, a que se refere a Portaria n. 170, de 9 de março de 1936, de Natal até o ex-

tremo sul do país, fazendo escalas em Recife, Baía, Rio de Janeiro, Santos, Florianópolis e Porto Alegre e obedecendo às seguintes condições:

1ª, a presente permissão é dada a título precário, podendo ser revogada desde que o Governo julgue essa medida oportuna;

2ª, o Governo se reserva também o direito de suspender, quando julgar conveniente, o tráfego aéreo em parte ou na totalidade de seu percurso em território nacional, sem que, por isso assista à "Deutsche Lufthansa A. G.", o direito de protestar ou de pleitear qualquer indenização por danos ou qualquer outra espécie de reclamação;

3ª, no território nacional será seguida a rota aérea costeira, sendo obrigatórios os pousos nos aeroportos-aduaneiros de entrada e saída das aeronaves;

4ª, o pessoal de bordo será de nacionalidade da matrícula do avião ou brasileiro;

5ª, no tráfego aéreo ora permitido só poderá ser realizada uma viagem semanal, em cada sentido;

6ª, a "Deutsche Lufthansa A. G.", por si ou por seus representantes ou prepostos, se obriga a cumprir e a fazer cumprir fielmente todas as disposições deste decreto e das leis, regulamentos ou instruções que existam ou venham existir, referentes ou aplicáveis aos seus serviços, e a prestar as informações e a fornecer os dados que lhe forem requisitados pelo Departamento de Aeronáutica Civil, atinentes aos mesmos serviços;

7ª, as ações judiciais que possam resultar da falta de cumprimento da presente permissão se processarão nos tribunais brasileiros da capital da República.

Parágrafo único. A presente permissão é concedida sem monopólio ou privilégio de espécie alguma e sem onus para a União.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 426 — DE 12 DE MAIO DE 1938

Organiza o Tribunal de Contas

O Presidente da República, tendo em vista o disposto no art. 114, parágrafo único da Constituição Federal e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 do mesmo Estatuto, resolve expedir o seguinte decreto-lei:

CAPÍTULO I

SEDE E JURISDIÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 1.º O Tribunal de Contas, instituído no art. 114 da Constituição, terá sede no Distrito Federal e jurisdição em todo o território do país.

CAPÍTULO II

CONSTITUIÇÃO DO TRIBUNAL

Art. 2.º O Tribunal de Contas compor-se-á de quatro corpos distintos:

- a — Corpo Deliberativo;
- b — Corpo Especial;
- c — Corpo Instrutivo;
- d — Ministério Público.

§ 1.º O Corpo Deliberativo, que compreende o Tribunal propriamente dito, com função de decidir e julgar, compor-se-á de sete juizes, que terão o tratamento de ministros.

§ 2.º O Corpo Especial, destinado a relatar os processos de tomada de contas e à substituição dos ministros, constituir-se-á de quatro funcionários com o nome de auditores.

§ 3.º O Corpo Instrutivo compor-se-á de uma Secretaria para os serviços de preparo, exame e instrução dos processos, expediente, comunicação e publicações, contabilidade e escrituração; de Delegações do Tribunal para execução dos respectivos serviços junto as Delegacias do Tesouro Nacional e outras repartições fiscais e pagadoras.

§ 4.º O Ministério Público será representado, junto ao Tribunal, por um procurador e um adjunto e, perante as delegações, nos Estados, pelos procuradores das Delegacias Fiscais, sem prejuízo das funções que lhes são próprias.

Art. 3.º Os ministros serão nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Conselho Federal, dentre brasileiros natos, doutores ou bacharéis em direito, de reputação ilibada, contando mais de 35 e menos de 58 anos de idade.

§ 1.º Quando se der vaga, a nomeação deverá ter lugar dentro de 30 dias.

§ 2.º Os ministros nomeados não prestarão o compromisso legal sem que haja sido aprovada a nomeação e tomarão posse dentro de sessenta dias, contados da aprovação. Igual prazo terão os auditores, o procurador e o seu adjunto, a contar da nomeação.

§ 3.º Quando a nomeação se verificar no intervalo das sessões do Conselho Federal, o nomeado prestará compromisso legal e exercerá interinamente o cargo até que aquele órgão delibere a respeito.

§ 4.º Não poderão ser conjuntamente membros do Tribunal parentes consanguíneos ou afins na linha ascendente ou descendente e até o segundo grau na linha colateral.

A incompatibilidade resolve-se antes da posse contra o último nomeado, ou o menos idoso, sendo a nomeação da mesma data; depois da posse, contra o que lhe deu causa, ou, se a incompatibilidade fôr imputável a ambos, contra o que tiver menos tempo de exercício no Tribunal.

Art. 4.º Os ministros do Tribunal de Contas terão as mesmas garantias dos ministros do Supremo Tribunal Federal.

Art. 5.º É vedado aos ministros, aos auditores, ao procurador e ao seu adjunto intervir, perante o Tribunal ou suas Delegações, na decisão de negócio próprio ou de seus parentes, até o segundo grau, inclusive.

Art. 6.º O Tribunal de Contas elegerá anualmente o seu presidente. Pelo mesmo prazo elegerá um vice-presidente, para substituir o presidente nas suas faltas e impedimentos.

Parágrafo único. No caso de vaga do presidente ou vice-presidente, proceder-se-á à eleição para o complemento do tempo, salvo se a vaga se der nos dois últimos meses do período a findar-se.

Art. 7.º Os ministros serão substituídos nas suas faltas e impedimentos pelos auditores, por ordem de antiguidade destes.

Art. 8.º Regula a antiguidade dos ministros e dos auditores, em primeiro lugar a data da posse, em seguida a data da nomeação e, por fim, o tempo de serviço público federal, quando a nomeação e posse forem da mesma data.

Art. 9.º Os auditores serão nomeados pelo Presidente da República, mediante concurso de títulos, dentre brasileiros natos, doutores ou bacharéis em direito de reputação ilibada, contando mais de 25 e menos de 50 anos de idade.

Parágrafo único. Os membros do Corpo Especial não poderão exercer funções e comissões do Corpo Instrutivo, inclusive as de delegado e assistente das Delegações, sendo-lhes também aplicáveis, quando no exercício do cargo de ministro, as disposições do § 4.º do art. 3.º do presente decreto-lei.

Art. 10. Dois anos depois de investidos nas suas funções, os auditores só perderão o cargo em virtude de sentença judiciária ou mediante processo administrativo, regulado por lei, no qual lhes seja assegurada plena defesa, salvo o caso de incompatibilidade previsto no § 4.º do art. 3.º deste decreto-lei.

CAPÍTULO III

DA SECRETARIA

Art. 11. A Secretaria do Tribunal será provida de pessoal cuja nomeação, acesso e demissão se fará por decreto do Presidente da República, mediante proposta do Tribunal.

§ 1.º São requisitos essenciais da primeira nomeação, em qualquer classe do quadro do pessoal da Secretaria, a nacionalidade brasileira, o exame de sanidade, o concurso de provas de capacidade intelectual, a capacidade moral, o limite entre 18 e 30 anos de idade, e, ainda para os indivíduos do sexo masculino, a quitação com o serviço militar.

§ 2.º As propostas para as nomeações, em virtude de concurso, far-se-ão em lista tríplice, tendo em vista a ordem de classificação dos candidatos, segundo as notas obtidas nos respectivos concursos. Dentro dessa lista, o Presidente da República fará a nomeação.

§ 3.º As propostas para nomeações encaminhar-se-ão ao Governo dentro de 30 dias, após a aprovação dos concursos.

§ 4.º As promoções serão feitas mediante proposta do Tribunal, metade por antiguidade e metade por merecimento. Nesta última hipótese, a proposta será em lista tríplice e dentro dela o Presidente da República fará a nomeação.

§ 5.º Somente poderão ser incluídos na lista tríplice os funcionários que, por antiguidade, estiverem nos dois primeiros terços de sua classe, exceto quando a promoção for à última classe.

§ 6.º As propostas para promoção dos funcionários da Secretaria do Tribunal e suas dependências apresentar-se-ão dentro de 30 dias da abertura da vaga.

§ 7.º Os concursos para provimento de cargos da Secretaria ou do Corpo Especial efetuar-se-ão nos termos e pelo modo prescritos na lei n. 284, de 28 de outubro de 1936.

§ 8.º A primeira nomeação para cargo da Secretaria do Tribunal, ainda que provido por concurso, será feita a título precário, por dois anos, respeitadas as disposições constitucionais.

Art. 12. Os funcionários da Secretaria do Tribunal teem os mesmos direitos e garantias assegurados pela Constituição e pelas leis aos servidores da Nação, sendo-lhes applicaveis as disposições gerais sobre nomeações, promoções, vencimentos, gratificações, permanência no cargo, ajudas de custo, licenças, aposentadoria, morte-pio e outras vantagens, bem como sobre deveres, obrigações, incompatibilidade e responsabilidade.

Art. 13. O pessoal necessário para auxiliar os serviços de dactilografia, protocolo e outros da Secretaria e Delegações, será contratado de acordo com as disposições legais em vigor, pelo prazo indispensavel, não excedente do ano financeiro em curso, dentro dos recursos orçamentários e mediante aprovação do Presidente da República.

CAPÍTULO IV

DAS DELEGAÇÕES

Art. 14. Para acompanhar a execução orçamentária e julgar em 1ª instância as contas dos responsaveis, haverá junto a cada uma das Delegacias do Tesouro Nacional uma Delegação permanente do Tribunal de Contas, composta de um delegado e tantos assistentes quantos forem necessários, a juizo do Tribunal, escolhidos por este, dentre os funcionários da Secretaria.

Art. 15. Além das Delegações permanentes, de que trata o artigo anterior, poderá o Tribunal de Contas criar outras, junto às repartições arrecadadoras e pagadoras, quando o movimento das repartições e o interesse da fiscalização justificarem a medida.

CAPÍTULO V

DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 16. O representante do Ministério Público, com a denominação de procurador, será nomeado pelo Presidente da República dentre os cidadãos brasileiros com os requisitos exigidos para a nomeação dos ministros do Tribunal, sendo, porém, demissivel *ad nutum*.

Art. 17. O adjunto do procurador, demissivel (tambem *ad nutum*), será nomeado pelo Presidente da República dentre cidadãos brasileiros que reünam os mesmos requisitos estabelecidos para a admissão do procurador.

CAPÍTULO VI

JURISDIÇÃO E COMPETÊNCIA

Art. 18. O Tribunal de Contas tem jurisdição própria e privativa sobre as pessoas e matérias sujeitas à sua competência, abrangendo não só todos os responsaveis por dinheiro, bens, valores e materiais pertencentes à Nação, ou pelos quais esta responda, ainda que exerçam suas funções ou residam no exterior, como os herdeiros, fiadores e representantes dos ditos responsaveis.

Art. 19. Estão sujeitos à prestação de contas e só por ato do Tribunal podem ser liberados de sua responsabilidade:

1º, o gestor dos dinheiros públicos e todos quantos houverem arrecadado, despendido, recebido depósitos de terceiros ou tenham sob sua guarda e administração dinheiros, valores e bens da União;

2º, todos os funcionários públicos civis e militares, ou qualquer pessoa ou entidade, estipendiados pelos cofres públicos, ou não, que derem causa a perda, extravio ou estrago de valores ou de material da União, ou pelos quais seja esta responsável.

Art. 20. O Tribunal de Contas, como fiscal da administração financeira, exerce suas funções acompanhando diretamente, ou por suas delegações, a execução do orçamento da receita e da despesa públicas e julgando as contas dos responsáveis por dinheiros, ou bens públicos, cabendo-lhe ainda rever as contas anuais da gestão financeira.

§ 1.º Compete-lhe, quanto à receita:

I, examinar os decretos, regulamentos e instruções, que tenham por fim a arrecadação de receita e dar-lhes registro, se esses atos estiverem de acordo com a legislação em vigor;

II, examinar os atos de operações de crédito e emissão de títulos e ordenar o respectivo registro, se os mesmos guardarem conformidade com a lei;

III, rever os balancetes mensais das repartições arrecadadoras e pagadoras e de todos os responsáveis, afim de verificar se a arrecadação e a classificação da receita se conformam com as preceituações legais;

IV, confrontar esses balancetes e os seus resultados com o balanço geral do exercício e apurar se foram observadas as devidas discriminações na classificação da receita, podendo para esse fim requisitar ao Ministério da Fazenda, ou a qualquer repartição pública, a remessa dos documentos de receita, que entender necessários;

V, verificar a regularidade das cauções prestadas pelos responsáveis.

§ 2.º Compete-lhe, quanto à despesa:

I, efetuar exame e registro prévio:

a) das concessões de aposentadoria, jubilação e reforma de civis e militares, bem como de montepio civil e militar, meio soldo e outras pensões do Estado, depois da verificação da legalidade da concessão e do direito aos vencimentos;

b) dos contratos, ajustes, acordos, ou quaisquer obrigações ou atos, que derem origem a despesa de qualquer natureza, bem como a prorrogação, suspensão ou revisão desses atos;

c) das ordens de pagamento e de adiantamento, expedidas pelos diversos ministérios, ainda que por telegrama, para dentro ou fora do país.

II, examinar e registrar os créditos constantes das tabelas do orçamento anual, bem como as modificações que se realizarem no decurso do ano, na conformidade do disposto no art. 69, § 2º, da Constituição;

III, examinar e registrar os créditos suplementares, especiais e extraordinários, bem como as respectivas distribuições ao Tesouro, às Delegacias Fiscais e outras repartições de contabilidade, para pagamento do pessoal e material, exigida a justificação para a descentralização.

§ 3.º Compete-lhe, quanto à tomada de contas:

I, julgar originariamente, ou em grau de recurso, e rever as contas de todas as repartições, funcionários e quaisquer responsáveis, inclusive o pessoal diplomático e consular no exterior, os quais, singular ou coletivamente, houverem recebido, administrado, arrecadado e despendido, dinheiros públicos, depósitos de terceiros ou

valores e bens de qualquer espécie, inclusive em material, pertencente à União, ou por que esta seja responsável, ou esteja sob sua guarda; bem assim dos que as deverem prestar pela perda, extravio, subtração ou estrago de valores, bens e material da República ou de que devam dar contas, seja qual for o ministério a que pertençam, em virtude de responsabilidade por contrato, comissão ou adiantamento;

II, impor multas e suspender os responsáveis remissos ou omissoes na entrega dos livros e documentos de sua gestão, ou relativos a adiantamentos recebidos, que não acudirem à prestação das contas nos prazos fixados nas leis e nos regulamentos ou quando, não havendo tais prazos, forem intimados para esse fim, independente da ação dos chefes das repartições que tenham de proceder inicialmente à tomada de contas dos responsáveis sob a sua jurisdição;

III, ordenar a prisão dos responsáveis que, com alcance julgado em sentença definitiva do Tribunal ou intimados para dizerem sobre o alcance verificado em processo corrente de tomada de contas, procurarem ausentar-se furtivamente, ou abandonarem a função, o emprego, comissão ou serviço, de que se acharem encarregados, ou que houverem tomado por empreitada. Essa prisão não poderá exceder de tres meses. Findo esse prazo, os documentos que serviram de base à decretação da medida coercitiva, serão remetidos ao procurador geral da República para a instauração do respectivo processo criminal. Essa competência conferida ao Tribunal não prejudica a do Governo e seus agentes, na forma da segunda parte do art. 14 da lei n. 221, de 20 de novembro de 1894, para ordenar imediatamente a detenção provisória do responsável alcançado, até que o Tribunal delibere sobre a dita prisão, sempre que assim o exigir a segurança da Fazenda Nacional;

IV, julgar da legalidade da prisão decretada pelas autoridades fiscais competentes;

V, fixar, à revelia, o débito dos responsáveis que em tempo não houverem apresentado as suas contas nem entregue os livros e documentos de sua gestão;

VI, ordenar o sequestro dos bens dos responsáveis ou seus fiadores, em quantidade suficiente para segurança da Fazenda;

VII, mandar expedir quitação aos responsáveis correntes em suas contas;

VIII, autorizar a restituição das cauções dos responsáveis, quando constituídas por hipotecas e as dos contratantes, provada a execução ou rescisão legal do contrato;

IX, resolver sobre o levantamento dos sequestros oriundos de sentença proferida pelo mesmo Tribunal e ordenar a liberação dos bens sequestrados e sua respectiva entrega;

X, apreciar, conforme as provas oferecidas, os casos de força maior, alegados pelos responsáveis como excusa do extravio dos dinheiros públicos e valores a cargo dos mesmos, para o fim de ordenar o trancamento das respectivas contas quando, por tal motivo, se tornarem ilíquidáveis;

XI, julgar os embargos opostos às sentenças proferidas pelo Tribunal e admitir a revisão do processo de tomada de contas em virtude de recurso da parte ou do representante do Ministério Público, bem como os recursos interpostos das decisões de suas delegações;

XII, expedir instruções às repartições federais para levantamento das contas e organização de processos de tomada de contas dos responsáveis, antes de serem submetidas a julgamento do Tribunal e de suas delegações.

§ 4.º Nenhuma tomada de contas às companhias e empresas que tenham concessão ou contrato com o Governo Federal para obras públicas, arrendamento de estrada de ferro, obras de portos e outros, quer gozem ou não de garantia de juros ou de outros favores, será

válida, nem poderá produzir qualquer efeito legal, sem que tenha sido acompanhada por um funcionário do Tribunal, especialmente designado, e que deverá assinar as atas respectivas.

§ 5.º Compete-lhe, quanto às contas do exercício financeiro, emitir parecer prévio, no prazo de trinta dias, sobre as contas ao Presidente da República à Câmara dos Deputados, consistentes dos balanços a que se refere o Capítulo XII e que devem ser submetidas ao exame do Tribunal até 30 de abril de cada ano.

Art. 21. Compete ainda ao Tribunal de Contas designar os delegados e assistentes das Delegações, dentre os funcionários de sua Secretaria, e dispensá-los, conforme as necessidades do serviço.

Art. 22. Para o registo diário das ordens de pagamento e de adiantamento, até a importância de 100:000\$000, serão designados ministros semanários, segundo o critério que for estabelecido no regimento interno do Tribunal de Contas.

§ 1.º Quando o processo tiver parecer contrário ou a sua matéria envolver interpretação, a competência será do Tribunal pleno.

§ 2.º Os ministros semanários terão sempre em vista a jurisprudência do Tribunal; em caso de dúvida submeterão o processo ao julgamento do mesmo.

CAPÍTULO VII

DAS ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Art. 23. O Ministério Público, pelos seus representantes junto ao Tribunal de Contas, com a missão de promover, completar instrução e requerer no interesse da administração e da Fazenda, é o guarda da lei e o fiscal de sua execução.

§ 1.º Compete ao Procurador:

I — dizer de direito, verbalmente ou por escrito, por deliberação do Tribunal, à requisição de qualquer Ministério, a seu próprio requerimento, ou por distribuição do Presidente, em todos os papéis e processos sujeitos à deliberação do Tribunal;

II — promover perante o Tribunal os interesses da Fazenda Pública e requerer tudo o que for a bem dos direitos da mesma;

III — promover o exame e julgamento dos contratos, a instauração de processos de tomada de contas e a imposição de multas, quando ao Tribunal caiba impô-las;

IV — levar ao conhecimento do Ministério respectivo qualquer dolo, falsidade, concussão ou peculato que dos papéis sujeitos ao Tribunal se verifique haver o responsável praticado no exercício de suas funções;

V — remeter aos procuradores seccionais cópias autênticas dos atos de imposição de multas e das sentenças condenatórias ao pagamento de alancances verificados nos processos de tomada de contas, quando essas cópias não tiverem sido remetidas diretamente pelos delegados do Tribunal ou pelos procuradores fiscais;

VI — Interpor os recursos permitidos por lei; opor embargos e requerer revisão de tomada de contas;

VII — expor em relatório anual, que será anexo ao do Tribunal, o andamento da execução das sentenças;

VIII — distribuir processos ao adjunto, que o auxilia nas funções do cargo e o substitue nas suas faltas e impedimentos, e designar os serviços de que se deva encarregar.

§ 2.º A audiência dos representantes do Ministério Público é obrigatória nos casos de:

- a) registo de créditos, de contratos e processos de aposentadoria, jubilação, reforma, montepio, meio soldo e outras pensões do Estado;
- b) processos de tomada de contas e de fianças;
- c) prescrição.

CAPÍTULO VIII

DAS ATRIBUIÇÕES DAS DELEGAÇÕES

Art. 24. Compete às Delegações do Tribunal:

I — registar os créditos distribuidos às Delegacias Fiscais ou repartições junto às quais exerçam suas funções.

II — examinar e registar previamente as ordens de pagamento e de adiantamento expedidas pelas Delegacias Fiscais ou chefes de repartições fiscalizadas;

III — deliberar sobre a legalidade da aplicação dos adiantamentos recebidos;

IV — julgar as contas dos responsáveis dentro de sua alçada;

V — instruir os recursos de suas decisões ou julgados.

§ 1.º Nos processos de tomada de contas é obrigatória a audiência dos procuradores fiscais, como órgãos do Ministério Público, os quais deverão mencionar nos mesmos processos, após o despacho definitivo das contas, terem estado presentes ao julgamento. Emitirão, igualmente, parecer escrito, dentro de cinco dias, quando se trate de pedido de reconsideração referente a registo de contratos.

§ 2.º Os delegados do Tribunal de Contas serão os representantes do mesmo Tribunal, nas Delegações em que servirem, cabendo-lhes deliberar, por despacho singular, sob sua responsabilidade, em todas as matérias de competência das Delegações e corresponder-se com as autoridades.

§ 3.º As delegações do Tribunal terão competência para julgar as contas de todos aqueles, cuja responsabilidade anual não exceda de 500 contos de réis, assegurado ao representante do Ministério Público e aos responsáveis o direito de recorrer para o Tribunal de Contas, dentro de 30 dias após a intimação da sentença.

§ 4.º Da decisão definitiva das Delegações, que recusar registo a qualquer despesa ou adiantamento e que não julgar legal a aplicação de quantitativos recebidos, bem como dos atos de imposição de multas, haverá recurso para o Tribunal de Contas, dentro do prazo de 30 dias.

CAPÍTULO IX

DOS CONTRATOS

Art. 25. Os contratos que, por qualquer modo, interessarem imediatamente à receita ou à despesa só se tornarão perfeitos e acabados após o registo pelo Tribunal de Contas.

§ 1.º O prazo para o registo será de 15 dias uteis, contados da data da entrada no Tribunal, salvo se esse prazo for interrompido por qualquer diligência.

§ 2.º No caso de enfiteuse ou de transferência de imóveis, a transcrição no registo público far-se-á depois de registado pelo Tribunal o termo de aforamento ou o contrato.

§ 3.º Dentro de 20 dias contados de sua assinatura, os contratos serão publicados no "Diário Oficial", ou no órgão que inserir os atos do Governo, nos Estados, e, 20 dias depois de publicados, remetidos ao Tribunal de Contas, ou às Delegações, por protocolo, do qual constem o dia e a hora da entrega.

Se não se fizer a remessa nesse prazo o representante do Ministério Público junto ao Tribunal ou às Delegações, providenciará, dentro de 15 dias, sobre o exame dos contratos, em petição instruída com o exemplar da folha oficial em que estiverem publicados.

§ 4.º Não deliberando o Tribunal ou sua Delegação sobre o registro, no prazo de 15 dias úteis, haver-se-á o contrato como registrado, para todos os efeitos.

§ 5.º A publicação dos contratos será dispensável, a juízo do Presidente da República, se afetarem a defesa nacional, ou o crédito público. Num e noutro caso serão submetidos a exame com a nota "*assunto reservado*".

§ 6.º Não se recusará registro a contrato por inobservância de exigência, formalidades ou requisitos, que possam ser satisfeitos depois de sua assinatura, quer mediante retificação e ratificação do ato, quer por outro modo.

§ 7.º Na hipótese do parágrafo anterior, o Tribunal sustará o pronunciamento até ser preenchida, por indicação sua, a formalidade necessária.

§ 8.º Considerar-se-ão cláusulas essenciais nos contratos as previstas no art. 775, § 1º, letras a, b, c e e do Regulamento do Código de Contabilidade.

§ 9.º As Delegações somente poderão examinar e registrar contratos cujo valor não exceda de 100 contos de réis.

Art. 26. A recusa de registro a contracto, ajuste ou acordo não dará direito a indenização, nem acarretará responsabilidade para a União, ainda que não esteja isso expresso no ato ou contrato.

Art. 27. É lícito à autoridade que tiver aprovado o contrato, ajuste ou acordo, solicitar a reconsideração do ato que lhe denegou registro, dentro de 15 dias úteis, após o recebimento da comunicação da decisão, observando-se, quanto ao exame do pedido, o mesmo prazo fixado no § 1º do art. 25.

Parágrafo único. No exame do pedido de reconsideração será observado o mesmo prazo a que se refere o § 4º do art. 25.

Art. 28. Se excedido o prazo fixado no § 4º do art. 25 e no parágrafo único do artigo anterior, apurar-se-á a responsabilidade dos funcionários que houverem dado causa à omissão do registro ou extravio do processo.

Art. 29. Na hipótese de recusa de registro, poderá o Presidente da República, antes ou depois de confirmada a recusa, mandar executar o contrato, se o bem público ou o interesse da Administração o reclamar.

Nesse caso o Tribunal registrará o contrato *sob reserva* e dará conhecimento desse ato à Câmara dos Deputados, dentro de 15 dias, contados do ato, se a Câmara estiver reunida, ou do início da sessão legislativa, em caso contrário.

Art. 30. No exame dos contratos se verificará ainda:

I — se se lavraram nos Ministérios ou repartições competentes, excetuados os casos em que é exigida a escritura pública;

II — se foram celebrados por autoridade competente para a execução de serviços permitidos em lei e dentro do quantitativo e duração dos créditos, à conta dos quais deve correr a despesa;

III — se guardam conformidade com as condições estabelecidas na lei para os serviços, obras e fornecimentos;

IV — se respeitam as disposições da legislação administrativa e do direito comum, no que lhes for applicavel.

Art. 31. Considerar-se-à inexistente o contrato que não tiver sido registado pelo Tribunal de Contas, salvas as hipóteses previstas no § 4º do art. 25 e no art. 29.

CAPÍTULO X

DO CONTROLE E REGISTO DE PAGAMENTO, ADIANTAMENTOS E OUTROS ATOS

Art. 32. No exame prévio das ordens de pagamento se verificará:

I — se o ordenador tem competência para expedir a ordem;

II — se é dirigida à autoridade competente para cumpri-la;

III — se houve indicação da repartição ou agente, que tem de efetuar o pagamento;

IV — se a despesa foi previamente empenhada;

V — se o nome do credor e a importância do pagamento se mencionaram na própria requisição, ou em relação anexa, rubricada pelo ordenador;

VI — se foi designada a verba ou o crédito por onde deverá correr a despesa;

VII — se está instruída com os documentos indispensáveis à sua comprovação.

Art. 33. O regime de adiantamento só se permitirá nos casos:

I — de pagamento de despesas extraordinárias e urgentes, que não permitem delongas na sua realização;

II — de pagamento de despesas que tenham de ser efetuadas em lugar distante de qualquer estação pagadora, ou no exterior;

III — de pagamento de despesas com a segurança pública, quando declarado o estado de guerra ou de emergência;

IV — de despesas com a alimentação em estabelecimentos militares, de assistência, educação e penitenciárias, quando as circunstâncias não permitirem o regime comum de fornecimento;

V — de despesas normais nos navios de guerra e nos serviços militares que o exigirem, a juízo do Presidente da República;

VI — de despesas com os combustíveis e matéria prima para as oficinas e serviços industriais do Estado, se as circunstâncias assim o exigirem, a juízo do Presidente da República;

VII — de despesas miudas e de pronto pagamento e nos demais casos previstos em lei.

Art. 34. No exame prévio das ordens de adiantamento apurar-se-à:

I — se o ordenador estava legalmente habilitado;

II — se a ordem foi dirigida à autoridade competente para executá-la;

III — se consta a repartição ou agente, que terá de efetuar o adiantamento;

IV — se a despesa foi previamente empenhada e deduzida a importância do crédito próprio;

V — se se indicaram expressamente o nome do responsável, a importância do adiantamento, o fim a que se destina, o período em que terá de ser applicada e a verba ou crédito onde a despesa foi classificada;

VI — se é funcionário público o responsável pelo adiantamento.

DO REGISTO “A POSTERIORI”

Art. 35. Não dependem de registo prévio do Tribunal de Contas:

I — as despesas realizadas à conta de créditos que não estiverem “em ser” no Tribunal ou suas Delegações;

II — as despesas relativas a vencimentos dos funcionários, ajudas de custo de funcionários transferidos de umas para outras repartições, as de pensionistas que solicitarem o pagamento em estação diversa daquela em que recebiam e as de funeral dos contribuintes do montepio civil e militar;

III — as despesas com o pagamento de letras, bilhetes e promissórias do Tesouro e de quaisquer títulos das dívidas consolidada e fiutante, e dos juros respectivos;

IV — as operações de crédito autorizadas em lei;

V — as despesas extraordinárias que se tiverem de realizar no estado de guerra ou de emergência.

Art. 36. O empenho de qualquer despesa, consistente em deduzir-se da dotação ou crédito próprio a respectiva importância, poderá ser anulado, sem que disso resulte responsabilidade para o Tesouro Nacional.

Art. 37. Quando se tratar de despesas registáveis *a posteriori*, enviar-se-á ao Tribunal de Contas ou a suas Delegações, até 30 dias depois de realizadas, uma relação das ordens de pagamento, com os documentos e informações indispensáveis ao exame de sua regularidade e legalidade, exceto o caso previsto na alínea II do art. 35, em que o exame se fará por ocasião da tomada de contas dos respectivos pagadores.

§ 1.º Se se verificar que os atos determinativos da despesa se ajustam às prescrições legais, o Tribunal ou sua Delegação fará o registo simples; caso contrário, os registará *sob reserva*.

§ 2.º Nesta última hipótese se for Ministro o ordenador, o Tribunal comunicará a ocorrência ao Presidente da República, dentro de 15 dias após o registo.

§ 3.º Se se tratar de ordenador secundário, o Tribunal dará conhecimento do fato ao Ministério competente e promoverá a responsabilidade do ordenador, que terá o prazo de 15 dias para justificação do seu ato.

Art. 38. Incorrerá em pena disciplinar, além da criminal que for applicavel, o ordenador secundário que reincidir na autorização de despesa sem crédito, excedente dos créditos votados, ou sem registo prévio, quando exigível.

Art. 39. Se houver denegação de registo a qualquer ato relativo à receita, o Presidente da República poderá autorizar sua execução.

Art. 40. Quando a recusa de registo prévio a ordens de pagamento ou adiantamento não se fundar em falta de crédito, o Presidente da República poderá determinar que a despesa se efetue.

Art. 41. Ocorrendo os casos previstos nos dois artigos anteriores, o Tribunal de Contas fará o registo *sob reserva* e comunicará o fato à Câmara dos Deputados, no prazo e pelo modo estabelecido no artigo 29.

Art. 42. Em qualquer caso a autoridade ordenadora, dentro de 30 dias uteis, poderá solicitar reconsideração.

Art. 43. O Tribunal de Contas decidirá sobre o registo dentro de 30 dias uteis da data da entrada do pedido de reconsideração.

Art. 44. As comprovações de adiantamento deverão ser presentes ao Tribunal, ou às suas Delegações, dentro de 90 dias da data do

recebimento, sendo que, no último trimestre do ano financeiro, o prazo não poderá ir além de 31 do mês de janeiro adicional.

Art. 45. Todas as requisições de pagamento, de adiantamento e de distribuição de créditos serão submetidas ao Tribunal de Contas por exclusivo intermédio do Ministro da Fazenda, ou da autoridade por este delegada.

Parágrafo único. Os processos ou documentos referentes a despesas realizadas na conformidade do art. 35 serão encaminhados diretamente ao Tribunal pelas repartições pagadoras, para o efeito do registro *a posteriori*.

CAPÍTULO XI

DAS TOMADAS DE CONTAS

Art. 46. Na organização dos processos, a que estão sujeitos todos os responsáveis, serão observadas as seguintes normas:

§ 1.º Os balancetes mensais, a que estão obrigadas as estações arrecadoras e pagadoras e os exatores, na forma do § 1º do artigo 89 do Código de Contabilidade, devem ser remetidos às secções de contabilidade de que dependem, até o dia quinze de cada mês.

§ 2.º A liquidação dos balancetes, à vista dos documentos da receita e despesa e dos termos de balanços que os acompanharem, será feita, impreterivelmente, até o fim do mês, concluindo-se por uma demonstração sumária da receita e despesa e da situação de cada responsável perante a Fazenda Pública.

§ 3.º A demonstração, assim organizada, será sem demora lançada no livro de contas-correntes dos responsáveis, existente em todas as secções de contabilidade, para o fim de levantar-se, oportunamente, a tomada de contas anual, em face dos lançamentos mensais.

§ 4.º O processo de tomada de contas anual de cada responsável deverá ser encaminhado pelas secções de contabilidade ao Tribunal, ou suas Delegações, dentro de seis meses, contados do encerramento do exercício.

No prazo de seis meses, o Tribunal de Contas, ou suas Delegações, proferirá julgamento, depois de feitas por seus funcionários as diligências necessárias, afim de apurar, nas próprias repartições, as dúvidas suscitadas.

§ 5.º Nos casos de desfalque ou desvio de bens da União, falecimento de responsável, ou exoneração por qualquer motivo, a tomada de contas será iniciada imediatamente e levada a termo com a maior presteza.

Art. 47. Os responsáveis, que deixarem de remeter, dentro do prazo marcado, o balancete mensal, serão suspensos até que o façam, pagando os juros legais de mora pela retenção dos saldos e, na reincidência, exonerados a bem do serviço público, mediante processo, na forma da lei.

Parágrafo único. Para o fiel cumprimento deste preceito, cabe aos funcionários incumbidos da liquidação dos balancetes mensais e escrituração dos livros de contas-correntes comunicar aos chefes dos serviços de contabilidade a falta de remessa do balancete no prazo legal.

Art. 48. No caso de inobservância das disposições contidas nos §§ 1º a 3º do art. 46, os chefes das secções de contabilidade, além das penas disciplinares impostas pelos Ministros de que dependam, ficam sujeitos à multa até 50 % de seus vencimentos mensais.

Impondo essa multa o Tribunal de Contas ou suas Delegações, desde que tenham conhecimento da falta de cumprimento dos preceitos acima mencionados.

Parágrafo único. A Diretoria de Tomada de Contas da Secretaria do Tribunal terá sempre em dia a relação completa dos responsáveis sujeitos à tomada de contas em todo o País, e, para isso, as repartições, onde forem recebidas as cauções, lhe enviarão, até o fim do mês de junho de cada ano, a lista dos responsáveis sob sua dependência, comunicando, outrossim, regularmente, as modificações sofridas, em consequência de substituições.

Os chefes de repartição que transgredirem este preceito incorrerão na mesma penalidade cominada no presente artigo.

Art. 49. As contas dos exercícios anteriores ao de 1916 são consideradas prescritas, exceto se accusarem débito por saldos de caixa retidos em poder do responsável.

§ 1.º Nas disposições deste artigo se compreendem todas as contas sobre as quais o Tribunal ainda não tenha proferido julgamento definitivo.

§ 2.º O Tribunal mandará expedir quitação àqueles cujas contas estiverem prescritas e autorizará o levantamento das respectivas cauções e depósitos e o cancelamento das fianças.

Art. 50. Na tomada das contas relativas aos exercícios de 1 de janeiro de 1916 a 31 de dezembro de 1934, observar-se-ão as normas estatuídas na lei n. 573, de 8 de novembro de 1937.

Art. 51. O Tribunal de Contas estabelecerá, de acordo com o Ministério da Fazenda, regras que permitam levantar as contas das extorções juntamente com a inspeção que se fizer nessas repartições fiscais, cabendo-lhe exercer por intermédio de seus assistentes a fiscalização diária da escrituração das Contadorias e Sub-Contadorias Seccionais.

Art. 52. O Tribunal de Contas poderá requisitar de qualquer funcionário ou chefe de serviço da União, os processos, documentos e informações que julgar imprescindíveis ao exame e julgamento das contas dos responsáveis.

CAPÍTULO XII

DOS BALANÇOS DO EXERCÍCIO

Art. 53. Os balanços do último exercício encerrado, sobre os quais o Tribunal emitirá parecer, serão levantados pela Contadoria Central da República e deles deverá constar, qualquer que seja sua organização, o seguinte:

a) quanto ao balanço financeiro e orçamentário:

I) a receita orçada, arrecadada, e recolhida aos cofres gerais e a por cobrar, bem como a discriminação da cobrança por Estados ou repartições;

II) a despesa fixada na lei anual ou em créditos especiais, suplementares e extraordinários e a efetivamente realizada; as obrigações de pagamento assumidas no exercício, as que deixarem de ser pagas, os excessos de crédito ou débito em cada verba, bem assim a demonstração das despesas de exercícios findos, com indicação da natureza e do exercício a que pertencem;

III) a receita e a despesa por operações de crédito e outros títulos extra-orçamentários;

IV) o resultado sintético da execução do orçamento e do exercício financeiro. Ao balanço sintético ou gestão financeira serão anexadas, para esclarecimento das contas, as tabelas parciais, inclusive o desdobramento da despesa por sub-consignações.

b) quanto ao balanço patrimonial:

I) a síntese do ativo e passivo da União, por grupo de contas ou títulos que compreendam: os bens e os valores pertencentes à União, a dívida flutuante, a dívida consolidada (interna e externa), e os valores de compensação;

II) as demonstrações discriminativas das verbas inscritas no balanço patrimonial.

Art. 54. O parecer do Tribunal deverá consistir numa apreciação geral sobre o exercício e a execução do orçamento, assinalando, especialmente: quanto à receita, as omissões relativas a operações de crédito e, quanto à despesa, os pagamentos irregulares ou feitos sem crédito ou além dos créditos votados. Apontará também os casos de registo *sob reserva*, com os esclarecimentos necessários.

Parágrafo único. Feito o exame a que se refere o presente artigo, no prazo fixado pelo § 5º do art. 20, o Tribunal restituirá as contas do exercício financeiro ao Presidente da República, com o seu parecer.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 55. A fiscalização financeira dos estabelecimentos, ou serviços autônomos e descentralizados, far-se-á pela forma prevista nas leis que os regem.

Art. 56. O controle do Tribunal de Contas não se estenderá à utilidade, conveniência ou oportunidade dos atos submetidos ao seu exame.

Art. 57. O Presidente e os delegados do Tribunal terão franquia telegráfica e postal para a correspondência de serviço e, em caso de urgência, para respostas telegráficas dos chefes de serviço comissionados ou outros funcionários aos quais forem transmitidas ordens, instruções, requisições ou consultas, e que não disponham de franquia.

Art. 58. As Delegações do Tribunal funcionarão e serão instaladas nos mesmos edifícios em que o estiverem as repartições junto às quais servirem, cabendo a estas pôr à disposição daquelas as dependências precisas e prover às necessidades de mobiliário, material de expediente e asseio.

Art. 59. O Tribunal de Contas expedirá instruções para regular o seu serviço interno e o de sua Secretaria e Delegações, respeitadas as normas deste decreto-lei.

Art. 60. Os assistentes junto às Contadorias e Sub-Contadorias Seccionais nos Estados, para procederem à fiscalização a que se refere o art. 51, serão designados pelo Presidente do Tribunal de Contas, dentre os funcionários das respectivas Delegações. No Distrito Federal a designação recairá em funcionários com exercício nas Delegações ou no Tribunal.

Art. 61. Enquanto vigorar o art. 180 da Constituição, o Tribunal transmitirá ao Presidente da República, por intermédio do Ministério da Fazenda e no prazo fixado neste decreto-lei, as comunicações concernentes ao registo *sob reserva*.

Art. 62. O quadro e a classe de estipêndio do pessoal do Tribunal de Contas serão os constantes da tabela anexa.

Art. 63. Os cargos da carreira "Oficial Administrativo" poderão ser providos por funcionários da mesma carreira, excedentes, dos quadros dos diversos Ministérios.

Art. 64. Todo o expediente relativo aos atos do Tribunal de Contas que tenham de ser submetidos à consideração do Presidente da República, far-se-á por intermédio do Ministério da Fazenda.

Art. 65. Continuam em vigor todas as disposições legais e regulamentares sobre competência e atribuições do Tribunal de Contas e sobre contabilidade pública, que não colidirem com os preceitos da Constituição e deste decreto-lei.

Art. 66. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Francisco Campos.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Oswaldo Aranha.

João de Mendonça Lima.

Fernando Costa.

João Carlos Vital.

Gustavo Capanema.

QUADRO II DO MINISTÉRIO DA FAZENDA

TRIBUNAL DE CONTAS

Denominação do cargo			Observações
<i>Arquivista</i>			
1	Classe	I	
2	Classe	H	
<i>Adjundo do Procurador</i>			
1	Padrão	N	
<i>Auditor</i>			
4	Padrão	N	
<i>Contínuo</i>			
4	Classe	G	6 excedentes
6	Classe	F	6 vagos a serem preenchidos a medida que se extinguirem os excedentes.
<i>Dactilógrafo</i>			
1	Classe	G	4 excedentes
2	Classe	F	2 vagos
3	Classe	E	3 vagos
4	Classe	D	4 vagos

Escrivão

5	Classe	G	
7	Classe	F	7 vagos
10	Classe	E	10 vagos

Ministro

7	Padrão	R	
---	--------	---	--

Oficial Administrativo

4	Classe	L	
34	Classe	K	4 excedentes
40	Classe	J	8 excedentes
46	Classe	I	6 vagos
58	Classe	H	58 vagos

Procurador

1	Padrão	R	
---	--------	---	--

Servente

3	Classe	E	15 excedentes
4	Classe	D	4 vagos a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.
5	Classe	C	5 vagos a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.
6	Classe	B	6 vagos a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.

Encadernador

2	Classe	F	Cargos extintos. Para exercer essas funções o Governo admitirá, oportunamente, extranumerários, na forma da legislação que vigorar.
---	--------	---	---

Cargos extintos

4	Diretor, sendo um Secretário — padrão	N	Extintos, à medida que vagarem. Para exercer as funções de Diretor serão designados, por livre escolha do Presidente do Tribunal, funcionários da carreira de "Oficial Administrativo", aos quais será atribuída a gratificação de função fixada nestas tabelas.
1	Chefe de Portaria	I	Extinto, quando se vagar.
1	Ajudante de Portaria	H	Extinto, quando se vagar.

Gratificação de função

1	Ministro Presidente	6:000\$000
1	Chefe de Gabinete do Presidente	10:800\$000
1	Oficial de Gabinete	6:000\$000

4 Diretor	13:200\$000	a cada um — Esta gratificação será concedida aos funcionários da carreira "Oficial administrativo", designados para exercer essas funções, à medida que vagarem os cargos extintos de Diretor.
5 Secretário do Diretor, a....	3:600\$000	
1 Encarregado da Biblioteca..	3:600\$000	
1 Secretário da Sessão	7:200\$000	

Delegações

No Distrito Federal:

7 Delegado, a	13:200\$000
14 Assistente, à	3:600\$000

Nos Estados.

a) São Paulo e Rio Grande do Sul:

2 Delegado, a	13:200\$000
10 Assistente, a	8:400\$000

b) Pernambuco, Bahia e Minas:

3 Delegado, a	10:800\$000
10 Assistente, sendo 4 para Minas, a	7:200\$000

c) Amazonas, Pará, Rio de Janeiro, Ceará, Paraná e Mato Grosso:

6 Delegado, a	8:400\$000
18 Assistente, a	6:000\$000

d) Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás:

9 Delegado, a	7:200\$000
18 Assistente, a	4:800\$000

DECRETO-LEI N. 427 — DE 13 DE MAIO DE 1938

Regula a comemoração do cincoentenário da lei áurea

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Será comemorado, no dia 13 de maio de 1938, o cincoentenário da lei áurea, que aboliu o regime da escravidão em todo o território do País.

Art. 2.º Em sinal de reconhecimento da Nação para com a Princesa Izabel, augusta signatária da lei áurea, o Governo Federal, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde, providenciará para que os seus restos mortais, bem como os do Conde d'Eu, seu preclaro consorte, sejam transferidos da Europa para o Brasil, e ainda, com a cooperação dos poderes municipais do Distrito Federal e dos particulares, para que lhe seja erigido, em praça pública, na capital do País, um monumento que recorde o glorioso feito a que se acha vinculado o seu nome.

Art. 3.º Em todas as escolas primárias, secundárias, normais e profissionais da República, em um dos dias da semana do cincoentenário da lei áurea, serão feitas preleções sobre as grandes figuras da história pátria, de cuja atuação e influência decorreu a abolição da escravidão, bem como sobre a significação política e moral desse magno acontecimento.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de maio de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 428 — DE 16 DE MAIO DE 1938

Dispõe sobre o processo dos crimes definidos nas leis ns. 38 e 136, de 4 de abril e 14 de dezembro de 1935

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O processo e julgamento dos crimes definidos nas leis ns. 38 e 136, de 4 de abril e 14 de dezembro de 1935, será feito, pelo Tribunal de Segurança Nacional, na forma deste decreto-lei.

Art. 2.º Recebido o inquérito relativo ao crime, o presidente do Tribunal dará imediata vista do mesmo ao procurador ou a um dos adjuntos do procurador, designando o juiz e o escrivão que devam funcionar no processo.

Art. 3.º Dentro de vinte e quatro horas contadas da abertura da vista, o representante do Ministério Público procederá à classificação do crime de acordo com as leis mencionadas no art. 1.º, indicando os seus autores, co-autores ou cúmplices e as penas aplicáveis.

Art. 4.º O juiz do feito mandará, *in continenti*, citar o réu, ou os réus, para defender-se, e nomeará defensor para os que o não apresentarem.

Parágrafo único. A citação será feita pessoalmente si o réu estiver preso, ou, quando solto ou foragido, por edital afixado à porta do Tribunal.

Art. 5.º Em seguida, o juiz marcará, para instrução e julgamento do feito, uma audiência que terá início vinte e quatro horas após.

Parágrafo único. Dentro deste prazo o juiz dará, em cartório, vista do processo ao defensor, ou defensores, do réu ou dos réus.

Art. 6.º Iniciada a audiência, feita a qualificação do réu ou dos réus, quando o juiz não decidir o contrário, e ouvidas as testemunhas de defesa, si tiverem sido apresentadas, o representante do Ministério Público sustentará oralmente a acusação, em quinze minutos, eguindo-se a defesa do mesmo modo e por igual tempo.

§ 1.º As testemunhas serão duas, no máximo, para cada réu, não podendo o total exceder de dez si houver mais de cinco réus.

§ 2.º A inquirição de cada testemunha não deverá durar mais de cinco minutos.

§ 3.º Si a defesa estiver confiada a mais de um advogado, um será dentre eles escolhido para falar por todos. A escolha será feita pelos próprios advogados ou, não havendo maioria, pelo juiz.

§ 4.º O juiz poderá dispensar o comparecimento do réu, e resolverá em definitivo as questões preliminares e incidentes suscitados na audiência.

Art. 7.º Na mesma audiência, o juiz proferirá a sentença, que mandará reduzir a escrito juntamente com o resumo do debate e dos depoimentos das testemunhas.

Art. 8.º Tratando-se de crime cometido fora do Distrito Federal, a autoridade judiciária deprecada, nos atos que lhe couberem, observará, no que for applicavel, o disposto nesta lei, tomando por escrito o depoimento das testemunhas de defesa e remetendo em seguida a precatória ao juiz deprecante.

Art. 9.º Considera-se provado o que ficou apurado no inquérito, desde que não seja elidido por prova em contrário.

Art. 10. Da sentença do juiz poderá ser interposto, pela defesa ou pelo Ministério Público, immediato recurso de apelação para o Tribunal pleno, que, convocado pelo presidente, se reunirá dentro de quarenta e oito horas para julgá-lo.

§ 1.º Da sentença absolutória haverá sempre apelação *ex-officio*, com efeito suspensivo.

§ 2.º No ato da convocação, o presidente designará o juiz que deva relatar o feito.

Art. 11. Observados os prazos do art. 6.º, o relatório, a sustentação e a impugnação do recurso serão feitos oralmente. A seguir, em sessão secreta, o presidente tomará os votos dos juizes e votará em último lugar, proclamando depois a decisão em sessão pública si, a seu juízo, não houver inconveniente para a Justiça.

Parágrafo único. Em caso de empate, prevalecerá o voto do presidente.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 429 — DE 16 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 3.500:000\$000. destinado a aquisição e modificação de locomotivas para a Estrada de Ferro Central do Brasil

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de três mil e quinhentos contos de réis (3.500:000\$000), para ocorrer às despesas de "material", com a construção e modificação de locomotivas para a Estrada de Ferro Central do Brasil.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

LEI CONSTITUCIONAL N. 1 — DE 16 DE MAIO DE 1938

Emenda o art. 122, n. 13, da Constituição

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere art. 180 da Constituição,

Decreta:

Artigo único. Não haverá penas corpóreas perpétuas. As penas estabelecidas ou agravadas na lei nova não se aplicam aos fatos anteriores. Além dos casos previstos na legislação militar para o tempo de guerra, a pena de morte será aplicada nos seguintes crimes:

a) tentar submeter o território da Nação ou parte dele à soberania de Estado estrangeiro;

d) tentar, com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro ou organização de caráter internacional, contra a unidade da Nação, procurando desmembrar o território sujeito à sua soberania;

c) tentar por meio de movimento armado o desmembramento do território nacional, desde que para reprimi-lo se torne necessário proceder a operação de guerra;

d) tentar, com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro ou organização de caráter internacional, a mudança da ordem política ou social estabelecida na Constituição;

e) tentar subverter por meios violentos a ordem política e social, com o fim de apoderar-se do Estado para o estabelecimento da ditadura de uma classe social;

f) a insurreição armada contra os poderes do Estado assim considerada ainda que as armas se encontrem em depósito;

g) praticar atos destinados a provocar a guerra civil, si esta sobrevem em virtude deles;

h) atentar contra a segurança do Estado praticando devastação, saque, incêndio, depredação ou quaisquer atos destinados a suscitar terror;

i) atentar contra a vida, a incolumidade ou a liberdade do Presidente da República;

j) o homicídio cometido por motivo fútil ou com extremos de perversidade.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

A. de Souza Costa.

Oswaldo Aranha.

João de Mendonça Lima.

Fernando Costa.

João Carlos Vital.

Gustavo Capanema.

LEI CONSTITUCIONAL N. 2 — DE 16 DE MAIO DE 1938

Restabelece o art. 177 da Constituição de 10 de novembro de 1937

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica restabelecida, por tempo indeterminado, a faculdade constante do art. 177 da Constituição de 10 de novembro de 1937.

Rio de Janeiro, 16 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

A. de Souza Costa.

Oswaldo Aranha.

João de Mendonça Lima.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

João Carlos Vital.

DECRETO-LEI N. 430 — DE 17 DE MAIO DE 1938

Dispõe sobre a substituição gradativa, no Distrito Federal, da rede aérea de energia elétrica em alta e baixa tensão por canalizações subterrâneas e dá outras providências

O Presidente da República,

Considerando que os cabos aéreos da alta e baixa tensão para suprimento de energia elétrica, em suas diferentes aplicações, prejudicam o plano de embelezamento da Capital da República;

Considerando ser de toda conveniência a substituição da rede aérea por uma rede subterrânea, e que, entretanto, não poderá ser atingido sem uma convenção com a Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro, Limitada (The Rio de Janeiro Tramway, Light & Power Co., Ltd.) para execução das cláusulas 5ª e 4ª dos respectivos contratos, o primeiro assinado a 27 de novembro de 1909 e o segundo a 20 de maio de 1905, em que apenas é prevista a colocação subterrânea dos cabos de iluminação pública e dos de alta tensão para força, e, assim mesmo, nos pontos de novo calçamento aperfeiçoado, e que, a ser efetuado tornaria desigual a distribuição das linhas de transmissão de energia elétrica;

Considerando que essa alteração deve ser iniciada pelos bairros mais modernos, de população mais densa e maior vulto de construções, que são os que se encontram na zona litorânea da cidade;

Considerando, finalmente, que esse plano de remodelação encontra todo o apoio nos pareceres dos técnicos, estudos e informações administrativas;

Decreta:

Art. 1.º Ficam o ministro da Viação e Obras Públicas e o prefeito do Distrito Federal autorizados a rever as cláusulas 5ª e 4ª dos respectivos contratos, o primeiro assinado entre o Governo Federal e a Société Anonyme du Gaz de Rio de Janeiro em 27 de novembro de 1909 e o segundo entre a Prefeitura do Distrito Federal e a Companhia de Carris, Luz e Força do Rio de Janeiro, Limitada (The Rio de Janeiro Tramway, Light & Power Co., Ltd.), em 20 de maio de 1905, para o fim especial de promoverem, por acordo, a substituição da canalização subterrânea, fixando o prazo de cinco anos para a conclusão desse serviço nos bairros de Leme, Copacabana e Ipanema.

§ 1.º Durante a vigência dos respectivos contratos, nos outros bairros da cidade, em que essa substituição seja indicada, efetuar-se-ão os serviços, de preferência, em prolongamento dos já existentes, em mais dois prazos iguais e sucessivos, apresentando as concessionárias às respectivas autoridades, no início de cada um deles, planos de tais serviços, numa quilometragem de linhas de alta tensão a substituir, superior à que se tiver concluído no período anterior.

§ 2.º Sempre que as concessionárias deixarem de apresentar os planos a que se refere o parágrafo anterior, o Ministério da Viação e Obras Públicas e a Prefeitura do Distrito Federal designarão os logradouros onde tais substituições devam ser feitas, dentro do respectivo período de cinco anos.

Art. 2.º As medidas consequentes deste decreto não deverão acarretar quaisquer onus para o Governo Federal ou para a Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de maio de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 431 — DE 18 DE MAIO DE 1938

Define crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Serão punidos na forma desta lei os crimes contra a personalidade internacional do Estado; a ordem política, assim entendidos os praticados contra a estrutura e a segurança do Estado, e a ordem social, como tal considerada a estabelecida pela Constituição e pelas leis relativamente aos direitos e garantias individuais e sua proteção civil e penal, ao regime jurídico da propriedade, da família e do trabalho, à organização e ao funcionamento dos serviços públicos e de utilidade geral, aos direitos e deveres das pessoas de direito público para com os indivíduos, e reciprocamente.

Art. 2.º Caberá pena de morte nos seguintes crimes:

1) tentar submeter o território da Nação, ou parte dele, à soberania de Estado estrangeiro;

2) atentar, com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro ou organização de caráter internacional, contra a unidade da Nação, procurando desmembrar o território sujeito à sua soberania;

3) tentar por meio de movimento armado o desmembramento do território nacional, desde que para reprimi-lo se torne necessário proceder a operações de guerra;

4) tentar, com auxílio ou subsídio de Estado estrangeiro ou organização de caráter internacional, a mudança da ordem política ou social estabelecida na Constituição;

5) tentar subverter por meios violentos a ordem política e social, com o fim de apoderar-se do Estado para o estabelecimento da ditadura de uma classe social;

6) insurreição armada contra os poderes do Estado, assim considerada ainda que as armas se encontrem em depósito;

7) praticar atos destinados a provocar a guerra civil, si esta sobrevem em virtude deles;

8) praticar devastação, saque, incêndio, depredação ou quaisquer atos destinados a suscitar terror, com o fim de atentar contra a segurança do Estado e a estrutura das instituições;

9) atentar contra a vida, a incolumidade ou a liberdade do Presidente da República.

§ 1.º A pena de morte, nos casos dos incisos 1º a 7º, será aplicada aos cabeças; aos demais, pena de prisão por trinta anos.

§ 2.º Nos casos dos incisos 8º e 9º, a pena de morte será aplicada aos autores como aos cúmplices.

§ 3.º A pena de morte será executada por fuzilamento em uma das prisões do Estado, designada pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores. A menos que este determine o contrário, a execução não será pública.

Art. 3.º São ainda crimes da mesma natureza:

1) tentar, diretamente e por fato, mudar, por meios violentos, a Constituição, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida;

Pena — 15 a 20 anos de prisão para os cabeças, quando não couber a pena de morte; e 8 a 12 para os demais;

2) atentar contra a vida, a incolumidade ou a liberdade dos ministros de Estado, chefes do Estado Maior do Exército e da Marinha,

chefe de Polícia do Distrito Federal e comandantes de unidades militares, com o fim de facilitar a insurreição;

Pena — 12 a 20 anos de prisão; si tiver ocorrido a morte da vítima, 30 anos, excluída a apreciação de quaisquer atenuantes;

3) acometer seu superior, inferior ou camarada, com ou sem arma ou aparelho bélico, para a prática de algum dos crimes definidos nesta lei;

Pena — 10 a 20 anos de prisão; si da agressão resultar a morte do agredido, 20 a 30 anos;

4) associarem-se tres ou mais pessoas para o fim de cometer qualquer dos crimes referidos no art. 2º e nos incisos 1º, 2º, 3º deste artigo;

Pena — 6 a 10 anos de prisão para os que promoverem, constituirem ou organizarem a associação; 2 a 6, para os que a ela apenas se filiarem;

5) formar-se bando armado para cometer qualquer dos crimes mencionados no art. 2º e nos incisos 1º, 2º e 3º deste artigo;

Pena — 5 a 12 anos de prisão para os que constituirem ou organizarem o bando; 3 a 8, para os que apenas dele participarem;

6) concertar-se para a prática de qualquer dos crimes referidos no inciso anterior, si o crime não foi cometido;

Pena — 5 a 8 anos de prisão, aumentada de um terço para os cabeças.

7) opor-se, diretamente e por fato, à reunião ou ao livre funcionamento de qualquer dos poderes políticos da União;

Pena — 4 a 6 anos de prisão; dois terços desta pena, si o crime for contra poder político estadual, e metade, si contra poder municipal;

8) promover, organizar ou dirigir sociedade de qualquer espécie, cuja atividade se exerça no sentido de atentar contra a segurança do Estado ou modificar, por meios não permitidos em lei, a ordem política ou social;

Pena — 5 a 8 anos de prisão; a metade, para quem se filiar a qualquer dessas sociedades; e o dobro, para os que reconstituírem, ainda que sob nome e forma diferente, as sociedades dissolvidas, ou que a elas outra vez se filiaiem;

9) com o mesmo fim fazer propaganda ou ter em seu poder, em sua residência ou local onde deixar escondida e depositada, qualquer quantidade de boletins, panfletos ou quaisquer outras publicações;

Pena — 2 a 5 anos de prisão;

10) incitar diretamente o ódio entre as classes sociais, ou instigá-las à luta pela violência;

Pena — 4 a 8 anos de prisão;

11) instigar publicamente a cometer qualquer dos crimes a que se refere o inciso 14 ou publicamente fazer a sua apologia;

Pena — 3 a 10 anos de prisão;

12) instigar ou preparar a paralisação de serviços públicos, ou de abastecimento da população;

Pena — 3 a 7 anos de prisão;

13) incitar militares a desobedecer à lei, ou a infringir de qualquer forma a disciplina, rebelar-se ou desertar;

distribuir ou tentar distribuir entre soldados, ou marinheiros, quaisquer papéis, impressos, manuseritos, dactilografados, mimeografados ou gravados, em que se contenha incitamento à indisciplina;

introduzir em qualquer estabelecimento militar ou vaso de guerra, ou neles tentar introduzir, semelhantes papéis; afixá-los, apregoá-los ou vendê-los nas imediações de estabelecimentos de caráter militar, ou de lugar em que os soldados, ou marinheiros, se reünam, se exercitem ou manobrem;

Pena — 3 a 6 anos de prisão;

14) instigar a cometer qualquer dos crimes punidos com a pena de morte, si a instigação não foi acolhida ou o crime não foi cometido;

Pena — 2 a 8 anos de prisão;

15) provocar animosidade entre classes armadas. ou contra elas. ou delas contra as instituições civis;

Pena — 2 a 5 anos de prisão;

16) incitar ou preparar atentado contra pessoa, ou bens, por motivos doutrinários, políticos ou religiosos;

Pena — 2 a 5 anos de prisão; si o atentado se verificar, a pena do crime incitado, ou preparado;

17) fazer propaganda de guerra;

Pena — 2 a 5 anos de prisão;

18) fabricar, ter sob sua guarda, possuir, importar ou exportar, comprar ou vender, trocar, ceder ou emprestar, por conta própria ou de outrem, transportar, sem licença da autoridade competente, substâncias ou engenhos explosivos, ou armas utilizáveis como de guerra ou como instrumento de destruição;

Pena — 2 a 4 anos de prisão;

19) incitar publicamente à pratica de qualquer dos crimes definidos nos incisos 1º, 2º, 3º, 5º e 7º;

Pena — 1 a 3 anos de prisão;

20) instigar desobediência coletiva ao cumprimento da lei;

Pena — 1 a 3 annos de prisão;

21) incitar funcionários públicos ou servidores do Estado à cessação coletiva, total ou parcial, dos serviços a seu cargo;

Pena — 1 a 3 anos de prisão;

22) induzir empregadores ou empregados à cessação ou suspensão do trabalho;

Pena — 1 a 3 anos de prisão;

23) tentar, por meio de artificios, promover a alta ou baixa dos preços de gêneros de primeira necessidade, com o fito de lucro ou proveito;

Pena — 6 meses a 2 anos de prisão;

24) provocar ou incitar, por meio de palavras, gravuras ou inscrições de qualquer espécie, prevenção, hostilidade ou desprezo contra as forças armadas;

Pena — 6 meses a 2 anos de prisão;

25) injuriar os poderes públicos, ou os agentes que os exercem, por meio de palavras, inscrições ou gravuras na imprensa;

Pena — 6 meses a 2 anos de prisão;

26) divulgar por escrito, ou em público, notícias falsas, sabendo ou devendo saber que o são, e que possam gerar na população desassossego ou temor;

Pena — 6 meses a 1 ano de prisão;

27) impedir que funcionário público tome posse do cargo para o qual tenha sido nomeado; usar de ameaça ou violência para forçá-lo a praticar ou deixar de praticar qualquer ato do officio, ou obrigar a exercê-lo em determinado sentido;

Pena — 3 a 9 meses de prisão;

28) cessarem coletivamente funcionários públicos, contra a lei ou regulamento, os serviços a seu cargo;

Pena — Perda do cargo;

29) deixar de comunicar à autoridade policial, embora independa de licença desta, a posse de arma necessária à defesa do domicílio do morador rural, bem como a de explosivos necessários ao exercício de profissão ou à exploração da propriedade;

Pena — apreensão da arma, ou dos explosivos;

30) omitir alguém as providências que lhe caibam para evitar ou reprimir os crimes definidos nesta lei;

Pena — a do crime, si tiver havido dolo; um terço da mesma, em caso contrário, tomando-se, como base, para este cômputo, a de prisão por 30 anos, quando se tratar de pena de morte.

Art. 4.º Quando os crimes definidos nesta lei forem praticados por meio da imprensa, proceder-se-á, sem prejuízo da ação penal competente, à apreensão das respectivas edições. A execução desta medida competirá, no Distrito Federal, ao Chefe de Polícia, e nos Estados e no Território do Acre à autoridade policial de maior graduação no lugar, com recurso, sem efeito suspensivo, para a autoridade administrativa superior.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, será o periódico suspenso por prazo não excedente de quinze dias. Ocorrendo novas reincidências, a suspensão será, de cada vez, por tempo não excedente de seis meses e não menor de trinta dias.

A suspensão será ordenada pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 5.º É vedado imprimir, expor à venda, vender, ou, de qualquer forma, por em circulação gravuras, livros, panfletos, boletins ou quaisquer publicações não periódicas, nacionais ou estrangeiras, em que se verifique a prática de ato definido como crime nesta lei, a avendo-se apreender os exemplares, na forma do artigo anterior, sem prejuízo da ação penal competente.

Parágrafo único. Será punido com multa de 500\$ a 5:000\$000 o dono da tipografia que imprimir ou deixar imprimir quaisquer publicações dessa natureza.

As publicações serão apreendidas e destruídas.

Art. 6.º Si qualquer dos crimes definidos na presente lei for praticado por meio de radiodifusão, agências de publicidade ou transmissoras de notícias e informações, incorrerão os seus responsáveis na multa de 1:000\$ a 10:000\$000, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

Parágrafo único. A multa será imposta pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, o qual poderá também determinar a suspensão do funcionamento, por prazo não excedente de 60 dias, ou o fechamento, em caso de reincidência.

Art. 7.º Mediante informação da Polícia, encaminhada pelo ministro da Justiça e Negócios Interiores, ou *ex-officio*, será cassado, por ato do ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, o reconhecimento dos sindicatos e associações profissionais que houverem incorrido em qualquer artigo da presente lei, ou, por qualquer forma, exercerem atividade subversiva da ordem política ou social.

Art. 8.º Só o poder público tem a prerrogativa de constituir milícias de qualquer natureza, não sendo permitidas organizações de tipo militar, caracterizadas por subordinação hierárquica, quadros ou formações.

Art. 9.º O funcionário público civil que praticar qualquer dos atos definidos como crime nesta lei, ou se filiar, ostensiva ou clandestinamente, a partido, centro, agremiação ou junta de existência proibida, será desde logo, e independentemente de ação penal que couber, afastado do exercício do cargo com perda de todas as vantagens a este inerentes, tornando-se passível de exoneração, mediante processo administrativo, que será iniciado dentro de 10 dias após o afastamento, ou, quando fôr o caso, por sentença judiciária.

Art. 10. O oficial das forças armadas da União que praticar qualquer dos atos definidos como crime nesta lei, ou se filiar, ostensiva ou clandestinamente, a partido, centro, agremiação ou junta de existência proibida, será, por decisão do Supremo Tribunal Militar, declarado indigno do oficialato, e perderá o respectivo posto e patente.

Parágrafo único. Este dispositivo aplica-se às polícias militares, na forma da lei respectiva.

Art. 11. Os funcionários civis e militares condenados por crimes definidos nesta lei ficam inhabilitados, pelo prazo de 10 anos, de exercer qualquer cargo ou função em serviço público, ou em instituto ou serviço mantido ou subvencionado pela União, pelos Estados ou Municípios, assim como em empresas ou estabelecimentos concessionários de serviços públicos, sob fiscalização do poder público, ou com administrador nomeado pelo Governo.

Art. 12. Nenhuma empresa, instituto ou serviço criado ou mantido pela União, pelos Estados ou Municípios, poderá ter funcionários, empregados ou operários filiados, ostensiva ou clandestinamente, a partido, centro, agremiação ou junta de existência proibida em lei, ou que tiverem cometido, há menos de 10 anos, qualquer dos atos definidos como crime nesta lei, sob pena de demissão dos diretores ou administradores responsáveis ou, si estes forem funcionários públicos, de afastamento do cargo e de exoneração, nos termos do art. 9º.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se às empresas, instituições ou casas subvencionadas pela União, pelos Estados ou Municípios.

Art. 13. Todo aquele que exercer atividade profissional na Marinha Mercante Nacional, na pesca, nas oficinas ou estaleiros de construção naval, em docas ou armazens, ou a bordo das embarcações nos portos, e que se filiar ostensiva ou clandestinamente a partido, centro, agremiação ou junta de existência proibida em lei, ou cometer qualquer dos atos definidos como crime nesta lei, terá, desde logo, sua matrícula profissional cassada por despacho do ministro da Marinha.

Art. 14. O Governo fechará quaisquer estabelecimentos particulares de ensino, equiparados ou não, que não excluam diretores, professores, funcionários ou empregados filiados, ostensiva ou clandestinamente, a partido, centro, agremiação ou junta de existência proibida ou que tiverem cometido qualquer dos atos definidos como crime nesta lei.

Art. 15. As empresas de publicidade ficam obrigadas a registrar nas Chefaturas de Polícia do Distrito Federal, dos Estados ou do Território do Acre, conforme a sua sede, dentro de 30 dias, a contar do início da publicação, os nomes, nacionalidades e residências de todos os diretores, redatores, empregados e operários, bem como a comunicar à mesma autoridade, dentro de oito dias, qualquer alteração do pessoal. A falta ou irregularidade do registro ou comunicação será punida com a interdição da empresa, na forma do art. 4º, si, nos três dias seguintes à notificação, não for cumprido o disposto neste artigo.

Art. 16. Na forma da lei respectiva, será cancelada a naturalização, tácita ou voluntária, de quem exercer atividade política nociva ao interesse nacional.

Art. 17. Reputam-se cabeças os que tiverem deliberado, excitado ou dirigido a prática de atos punidos nesta lei.

Art. 18. É circunstância agravante, preponderante, em qualquer dos crimes definidos nesta lei, quando não for elementar do crime, a condição de estrangeiro, de naturalizado ou de funcionário civil ou militar; e agravante ou atenuante, conforme o caso, a maior ou menor eficiência do réu na prática do crime.

Art. 19. Sempre que, na prática de qualquer dos crimes previstos nesta lei, cometer o agente crime comum contra pessoa ou bens, além das penas dos referidos artigos, ser-lhe-ão aplicadas as penas do crime comum que houver praticado ou tentado.

Art. 20. A pena de prisão a que se refere esta lei será a de prisão celular, podendo no entanto o ministro da Justiça e Negócios In-

teriores mandar, a qualquer tempo, que a mesma seja cumprida em estabelecimentos especiais ou em colônias penais agrícolas.

Art. 21. No interesse da ordem pública, ou a requerimento do condenado, poderá o ministro da Justiça e Negócios Interiores, a qualquer tempo, ordenar seja a pena cumprida fora do lugar do crime, ou determinar a mudança do lugar de cumprimento da pena.

Art. 22. São inafiançáveis os crimes punidos nesta lei e neles não haverá suspensão da execução da pena, nem livramento condicional.

Art. 23. Todos os crimes definidos nesta lei serão processados e julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional, na forma prescrita no decreto-lei n. 428, de 16 de maio de 1938.

Art. 24. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de maio de 1938; 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 432 — DE 19 DE MAIO DE 1938

Regula o Ensino Militar no Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal,

Decreta:

Lei do Ensino Militar

TÍTULO I

GENERALIDADES

Art. 1.º O Ensino Militar no Exército tem por fim:

— preparar os cidadãos para serem utilizados, em tempo de guerra, nas fileiras das Forças Nacionais mobilizadas;

— preparar o pessoal de enquadramento e os especialistas necessários ao emprego dessas forças, em todos os escalões da hierarquia.

§ 1.º A instrução propriamente militar exige uma preparação geral que permita adquirir os conhecimentos profissionais necessários.

É condição imposta ao oficial o conhecimento exato da língua vernácula, falada e escrita, e o seu emprego correto.

Em princípio ninguém deverá deixar o serviço das fileiras do Exército, sem saber ler, escrever, contar, e possuir noções elementares sobre o Brasil, sua geografia e sua constituição.

A promoção a sargento só se fará mediante provas de conhecimentos gerais correspondentes aos do curso completo do ensino primário.

Ninguém poderá ingressar numa escola de formação sem provas de que possua os conhecimentos gerais correspondentes aos do ciclo completo do ensino secundário.

Os conhecimentos gerais necessários, para que o oficial alcance certos postos ou funções, assim como as condições segundo as quais demonstrará a sua capacidade para exercê-los, serão fixados em decreto.

§ 2.º A instrução militar prepara para a ação, desenvolvendo-se essencialmente pelo exercício, cujo fim é criar entre os combatentes — quadros e tropa — os necessários reflexos.

§ 3.º A instrução militar, obrigatória para chefes e subordinados, é ministrada nos estabelecimentos de ensino militar, corpos de tropa e formações de serviços, estados-maiores e estabelecimentos diversos pertencentes ao Ministério da Guerra, ou dele dependentes.

§ 4.º A instrução militar é ministrada segundo métodos variáveis com as seguintes graduações:

- instrução pré-militar;
- instrução da tropa;
- instrução dos quadros.

Além disso, deve compreender:

- uma *instrução de arma* ou formação de serviço;
- uma *instrução de conjunto*, isto é, entre as armas e formações de serviços.

Em regra, a maior parte do tempo é consagrada à instrução da arma ou formação de serviços.

TÍTULO II

DA INSTRUÇÃO PRÉ-MILITAR

Art. 2.º A instrução pré-militar compreende a prática da instrução elementar de ordem unida, a iniciação na técnica do tiro e o ensino rudimentar da instrução geral militar.

§ 1.º Essa instrução destina-se a habilitar os alunos de institutos civis de ensino secundário, menores de 16 anos, ao ingresso nas Unidades Quadro, Tiros de Guerra, ou Escolas de Instrução Militar.

§ 2.º É ministrada em escolas de instrução pré-militar (E. I. P. M.), anexas aos institutos civis de ensino.

TÍTULO III

DA INSTRUÇÃO DA TROPA

Art. 3.º A instrução da tropa tem por fim:

- formar individualmente e manter a eficiência dos homens da tropa e dos serviços do Exército;
- dar às unidades mais elementares (grupo de combate, peça, etc.), a coesão e flexibilidade necessárias.
- adestrar essas unidades para a manobra no quadro das unidades superiores.

Parágrafo único. Essa instrução é ministrada:

- a) nas unidades de tropa e formações de serviços:
 - aos soldados em serviço ativo (recrutas e engajados);
 - aos reservistas (1.ª e 2.ª categorias);
- b) nas Unidades Quadro, Tiros de Guerra, Escolas de Instrução Militar, Colégios Militares e forças auxiliares do Exército, aos candidatos a reservistas de segunda categoria.

CAPÍTULO I

DA INSTRUÇÃO DOS SOLDADOS EM SERVIÇO ATIVO

Art. 4.º Os soldados em serviço ativo recebem:

- uma *instrução de formação*;
- uma *instrução de aperfeiçoamento*;
- uma *instrução de especialização*, eventual;

Art. 5.º A instrução de formação é individual e coletiva:

- a *individual* tem por fim formar perfeitos executantes em cada uma das categorias de homens de fileira;
- a *coletiva* tem por fim estabelecer a coesão das unidades elementares.

Art. 6.º A *instrução de aperfeiçoamento* é individual e coletiva:

- a *individual* tem por fim aperfeiçoar cada homem de fileira nas funções de sua categoria e prepará-lo, conforme as suas aptidões, para funções de outras categorias;
- a *coletiva* tem por fim adestrar as unidades elementares em manobras no quadro das unidades superiores.

Art. 7.º A *instrução de especialização* tem por fim formar homens de tropa capazes de exercer funções que exijam conhecimentos diferentes aos comumente necessários aos homens de fileira de arma ou serviço (especialistas e artífices).

CAPÍTULO II

DA INSTRUÇÃO DOS SOLDADOS RESERVISTAS E DOS CANDIDATOS A RESERVISTAS DE SEGUNDA CATEGORIA

Art. 8.º Os soldados reservistas de primeira e segunda categorias, em período de convocação, recebem uma *instrução de recordação*. Essa instrução é essencialmente prática e consta sobretudo da revisão das noções recebidas durante o tempo de serviço ativo e do estudo dos novos materiais e processos adotados após o seu licenciamento.

Art. 9.º Os candidatos a reservistas de segunda categoria recebem uma *instrução de formação* equivalente à dos soldados de fileira do Exército ativo

TÍTULO IV

DA INSTRUÇÃO DOS QUADROS

Art. 10. A *instrução dos quadros* tem por fim:

- a) dar-lhes os conhecimentos técnicos necessários ao exercício das funções de seu posto;
- b) formá-los para o comando de unidades de seu posto e prepará-los para o da unidade imediatamente superior;
- c) formá-los instrutores (somente os quadros do Exército ativo).

§ 1.º Essa instrução compreende:

- a *instrução dos graduados*;
- a *instrução dos oficiais*;
- a *instrução de estado-maior e de alto comando*.

§ 2.º A instrução dos graduados e dos oficiais constitui objeto de disposições particulares conforme se trate dos quadros do Exército ativo ou da reserva.

CAPÍTULO I

DA INSTRUÇÃO DOS GRADUADOS

Art. 11. A instrução dos graduados compreende:

- a instrução dos graduados do Exército ativo;
- a instrução dos graduados da reserva e dos candidatos a graduados da reserva de 2ª categoria.

A) INSTRUÇÃO DOS GRADUADOS DO EXÉRCITO ATIVO

Art. 12. A instrução do Exército ativo compreende:

- uma *instrução de formação*;
- uma *instrução de aplicação*;
- uma *instrução de aperfeiçoamento*;
- uma *instrução de especialização*, eventual.

Art. 13. A *instrução de formação* é dada, em regra, nos corpos de tropa e formações de serviços, para os cabos e sargentos, respectivamente, nos cursos de candidatos a cabo e de candidatos a sargento.

Os cursos de candidatos a sargento de aviação, dos serviços de Saúde, Veterinária e Intendência poderão funcionar, respectivamente, junto à Escola da Arma ou dos Serviços;

Art. 14. A *instrução de aplicação* é dada nos corpos de tropa e formações de serviços, onde, sob as ordens de seus chefes hierárquicos, os graduados põem em prática os conhecimentos adquiridos durante a *instrução de formação*.

Art. 15. A *instrução de aperfeiçoamento*, destinada aos sargentos, é dada nos cursos de aperfeiçoamento de sargentos, afim de conferir-lhes o certificado de comandante de pelotão e habilitá-los à promoção a primeiro sargento, sargento-ajudante e sub-tenente.

Esses cursos de aperfeiçoamento funcionam:

- na Escola das Armas (Cursos de Aperfeiçoamento de Sargentos);
- no Centro de Instrução de Artilharia de Costa (Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos de Artilharia de Costa);
- nos centros regionais de aperfeiçoamento de sargentos.

Art. 16. A *instrução de especialização* destina-se a formar graduados (cabos e sargentos) capazes de exercer nos corpos de tropa, formações de serviços e estabelecimentos, funções que exijam conhecimentos além dos comumente necessários aos graduados da arma ou do serviço considerado.

Essa instrução é ministrada em cursos que funcionam, seja em escolas ou centros (para sargentos), seja em corpos de tropa, formações de serviços ou estabelecimentos.

B) INSTRUÇÃO DOS GRADUADOS DA RESERVA E DOS CANDIDATOS A GRADUADOS DA RESERVA DE SEGUNDA CATEGORIA

Art. 17. Os graduados da reserva de primeira e segunda categorias, quando convocados por efeito da Lei do Serviço Militar, recebem uma *instrução de recordação* de caráter essencialmente prático.

Essa instrução é ministrada nos corpos de tropa, formações de serviços ou estabelecimentos.

Art. 18. Os candidatos a graduados da reserva de segunda categoria recebem *instrução de formação* que, para cada arma ou serviço, compreende as mesmas matérias ensinadas aos graduados do Exército ativo.

Essa instrução é dada nas unidades quadro, tiros de guerra e forças auxiliares.

CAPÍTULO II

DA INSTRUÇÃO DOS OFICIAIS E CANDIDATOS A OFICIAIS

A) *Do Exército Ativo*

Art. 19. A instrução dos oficiais do Exército ativo é progressiva e ininterrupta durante toda sua carreira.

Essa instrução compreende:

- uma *instrução de formação*;
- uma *instrução de aplicação*;
- uma *instrução de aperfeiçoamento*;
- uma *instrução de especialização*.

Art. 20. A *instrução de formação* destina-se ao preparo de oficiais aptos a exercerem funções até o posto de capitão.

Essa instrução é ministrada:

- Na Escola Militar, para os candidatos a oficiais de infantaria, cavalaria, artilharia, engenharia e aviação.
- Na Escola de Aviação Militar, para os candidatos a oficiais mecanicos e de aviação.
- Na Escola de Intendência do Exército, para os candidatos a oficiais de administração e intendentes de guerra.
- Na Escola de Saúde do Exército, para os candidatos a oficiais médicos e farmacêuticos.
- Na Escola de Veterinária do Exército, para os candidatos a oficiais veterinários.

Art. 21. A *instrução de aplicação* é dada aos oficiais após a saída das escolas de formação e se destina à prática dos conhecimentos adquiridos nessas escolas e nos cursos de especialização de primeira categoria.

Essa instrução é ministrada nos corpos de tropa da respectiva arma ou nas formações de serviços, sob a direção dos próprios chefes hierárquicos, cada oficial no efetivo exercício ou função de seu posto.

Parágrafo único. Os oficiais que, ao saírem da Escola Militar, forem classificados em certas unidades, para os quais essa Escola não os tenha preparado convenientemente, antes de seguirem a destinos, podem receber uma instrução complementar, assim discriminada:

- a) os oficiais de todas as armas classificados em unidades motorizadas, farão estágio no Centro de Instrução de Motorização e Mecanização;
- b) os oficiais de infantaria ou artilharia, classificados numa unidade de defesa anti-aérea, farão um estágio no Centro de Instrução de Defesa Anti-Aérea;
- c) os oficiais classificados em unidades de defesa de costa, farão um estágio no Centro de Instrução de Artilharia de Costa;
- d) os oficiais de engenharia classificados nas unidades de transmissões, farão um estágio no Centro de Instrução de Transmissões

Art. 22. A *instrução de aperfeiçoamento* tem por objetivo:

- desenvolver os conhecimentos adquiridos pelos oficiais nas escolas de formação;
- dar-lhes, ao mesmo tempo, os conhecimentos resultantes da evolução do material e dos processos táticos;
- prepará-los para o exercício das funções de comando ou direção de serviço mais elevadas.

Parágrafo único. Essa instrução, se reparte em dois períodos:

— no primeiro período, o oficial, tenente ou capitão, recebe uma instrução de aperfeiçoamento no quadro da arma ou serviço a que pertence;

— no segundo período, o oficial superior aperfeiçoa seus conhecimentos relativos aos processos e às possibilidades das diferentes armas atuando em combinação, e, bem assim, aos diferentes serviços no quadro de uma grande unidade.

Art. 23. Os primeiros tenentes e capitães das armas e serviços recebem a instrução de aperfeiçoamento:

a) em *Cursos de Aperfeiçoamento* feitos na Escola das Armas, na Escola de Cavalaria, na de Aviação Militar ou nãs dos serviços, durante os quais o oficial é preparado para o exercício das funções de oficial superior;

b) na própria unidade ou serviço, sob a direção do respectivo comandante ou chefe, e de oficiais superiores da unidade ou da guarnição.

Art. 24. Os oficiais superiores das armas e serviços, recebem a instrução de aperfeiçoamento:

a) nos corpos de tropa ou respectivo serviço;

b) em agrupamentos de instrução de Guarnição, ou de Região, sob a alta direção dos oficiais generais;

c) num *Curso Superior de Aperfeiçoamento* que funciona na Escola das Armas, o qual tem por fim:

— dar-lhes pleno conhecimento das possibilidades das armas ou dos serviços;

— pô-los ao corrente da evolução da técnica e da táctica;

— prepará-los para o comando de corpo e destacamento, ou direção de serviço.

§ 1.º A critério do E. M. E. poderá ser organizado um *Curso de Informação* para certos tenentes-coroneis e coroneis que se tenham destacado no Curso Superior de Aperfeiçoamento, com o objetivo de aperfeiçoar-lhes a preparação para o comando de destacamento.

§ 2.º Para os oficiais técnicos (engenheiros diplomados pela Escola Técnica do Exército, pelo Instituto Geográfico Militar e pela Escola Técnica de Aviação Militar) o respectivo curso supre, para todos os efeitos, os cursos de aperfeiçoamento.

Art. 25. A *instrução de especialização* tem por fim preparar o oficial:

— seja para exercer, no quadro de sua arma ou serviço, uma especialização definida (*primeira categoria*);

— seja para ingressar em um quadro especial (*segunda categoria*).

Art. 26. A *especialização de primeira categoria* é confirmada da maneira seguinte:

a) para os oficiais de todas as armas, exceto engenharia, mediante *certificado de transmissões*, conferido em seguida a um estágio no Centro de Instrução de Transmissões;

b) para oficiais de engenharia mediante *certificado de transmissões*, conferido em seguida a um estágio no Centro de Instrução de Transmissões;

c) para oficiais de todas as armas, mediante *certificado de motorização e mecanização*, passado em seguida a um estágio no Centro de Instrução de Motorização e Mecanização;

d) para oficiais de todas as armas, mediante *certificado de defesa anti-aérea*, e para os de artilharia mediante *certificado de ar-*

tilharia anti-aérea, passados em seguida a um estágio no Centro de Instrução de Defesa Anti-Aérea;

e) para oficiais de artilharia, mediante *certificado de artilharia de costa*, passado em seguida a um estágio no Centro de Instrução de Artilharia de Costa;

f) para oficiais de artilharia já possuidores do certificado a que se refere a alínea anterior e), mediante *certificado de especialista em aparelhagens de direção de fogo*, passado em seguida a um estágio no Centro de Instrução de Artilharia de Costa.

g) para oficiais de cavalaria e artilharia, mediante *certificado de equitação*, conferido pelo Centro de Instrução de Equitação;

h) para oficiais de todas as armas, exceto a aviação, mediante *certificado de observadores em avião ou balão*, conferidos em seguida a um estágio na Escola de Aviação Militar;

i) para oficiais de todas as armas, mediante *certificado de topógrafo* passado em seguida a um estágio no Instituto Geográfico Militar;

j) para oficiais de todas as armas e do serviço de saúde, respectivamente, mediante *certificado de instrutor*, ou de *médico especialista de educação física*, conferido em seguida a um estágio no Centro de Educação Física do Exército;

k) para os oficiais do serviço de saúde, mediante certificado de médico especialista em medicina de aviação, conferido pelo Departamento Médico de Aviação, após a conclusão do respectivo curso.

§ 1.º A essa categoria de certificados se ligam os conferidos, na Escola de Aviação Militar, aos oficiais da arma de aviação.

§ 2.º Nenhum desses certificados dispensa o oficial seu titular de receber a instrução de aperfeiçoamento de sua arma ou serviço.

Art. 27. As especializações de segunda categoria são destinadas ao recrutamento de engenheiros militares.

O quadro desses engenheiros forma-se:

a) na Escola Técnica do Exército, para engenheiros de armamento, eletricitas, construtores, químicos, transmissões e metalurgistas;

b) na Escola Técnica de Aviação Militar, para os engenheiros de aviação;

c) no Instituto Geográfico Militar, para os engenheiros geógrafos.

B) DA RESERVA

Art. 28. A instrução dos oficiais da reserva é progressiva e compreende:

- uma *instrução de formação*;
- uma *instrução de atualização*.

Art. 29. A *instrução de formação* dos oficiais da reserva se processa:

a) nos cursos de *aperfeiçoamento de sargentos*, — para os sargentos do Exército ativo;

b) nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva — para os civis, em regra, alunos das Escolas de Ensino Superior.

c) na Escola Técnica de Aviação Militar para os candidatos a engenheiros de aviação, recrutados entre os titulados pelas escolas de engenharia civil.

Parágrafo único. A instrução nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva corresponde à de Comandante de Pelotão, visando exclusivamente o exercício das funções de comando.

Art. 30. A *instrução de atualização* destina-se aos oficiais da reserva de todas as categorias e tem por fim:

- rever os conhecimentos adquiridos nos cursos de formação;
- completar esses conhecimentos de acordo com a evolução da técnica e da tática.

Essa instrução é ministrada durante os períodos de convocação do oficial.

CAPÍTULO III

DAS INSTRUÇÕES DE ESTADO-MAIOR E DE ALTO COMANDO

Art. 31. As instruções de estado-maior e de alto comando constituem altos estudos militares, que têm por fim desenvolver e harmonizar os conhecimentos gerais e profissionais exigidos para o exercício do Comando nos escalões elevados.

Tais conhecimentos abrangem:

- a) quanto à cultura geral: as ciências econômicas, sociais e políticas, no que interessam à conduta da guerra;
- b) quanto à cultura profissional:
 - a tática geral: emprego das grandes unidades;
 - a estratégia: conduta das operações.

SEÇÃO I

Instrução dos oficiais de estado-maior

Art. 32. A instrução dos oficiais de estado-maior compreende:

- uma *instrução de formação*;
- uma *instrução de aplicação*;
- uma *instrução de aperfeiçoamento*;
- uma *instrução de especialização*.

Art. 33. A *instrução de formação* é dada na Escola de Estado-Maior e tem por fim:

- ministrar aos oficiais a técnica de estado-maior;
- iniciá-los na conduta das Grandes Unidades.

Art. 34. A *instrução de aplicação* visa a prática dos conhecimentos adquiridos na Escola de Estado-Maior do Exército e tem início assim que o oficial termine o curso dessa Escola. Realiza-se sob a forma de estágios no Estado-Maior do Exército ou nos Estados-Maiores Regionais.

Esse estágio é condição essencial para o ingresso no Quadro de Oficiais de Estado-Maior.

Art. 35. A *instrução de aperfeiçoamento* dos oficiais do Quadro de Oficiais de Estado-Maior, visa desenvolver seus conhecimentos e se processa mediante participação, como oficial de estado-maior, em exercícios e manobras de grandes unidades ou agrupamentos de instrução.

Participam ainda de exercícios de estado-maior na carta e de viagens de estado-maior.

Alguns oficiais farão na E. E. M. um Curso de aperfeiçoamento de estado-maior, com o fim de aperfeiçoá-los na técnica de estado-maior, preparando-os para servirem nos estados-maiores dos mais elevados escalões de comando.

Art. 36. A *instrução de especialização* destina-se a limitado número de oficiais, e consiste em apurar seus conhecimentos em assuntos de natureza particular, atinentes às secções de estado-maior.

Art. 37. Os oficiais com o curso de uma das especializações de segunda categoria poderão fazer um *Curso de Estado-Maior para Técnicos*, destinado a habilitar os técnicos, do posto de major ou tenente-coronel, com os conhecimentos gerais relativos à doutrina de guerra, aos processos de combate e à direção superior técnica.

SECÇÃO II

Instrução de alto comando

Art. 38. Essa instrução é ministrada:

- no Curso de Alto Comando;
- em exercícios apropriados executados periodicamente.

Art. 39. O *Curso de Alto Comando* tem por fim o estudo da conduta das grandes unidades e das questões de ordem técnica que a elas se relacionem.

§ 1.º Esse Curso é frequentado por oficiais gerais, coronéis e tenentes-coronéis do Quadro de Officiais de Estado-Maior, e funciona por deliberação do Ministro da Guerra, mediante proposta do Chefe do Estado Maior do Exército, na Escola de Estado Maior.

§ 2.º Acompanham os trabalhos desse Curso, sem tomar parte nos mesmos, os oficiais gerais, coronéis e tenentes coronéis dos Serviços, destinados a exercer, em tempo de paz ou de guerra, altas funções nas direções dos Serviços.

Art. 40. Os oficiais que tiverem frequentado o Curso de Alto Comando e, bem assim, os oficiais dos Serviços que o tiverem acompanhado, devem manter e desenvolver os conhecimentos adquiridos, mediante exercícios de quadros e manobras com tropa dirigidos pelo Chefe do Estado-Maior do Exército ou pelos Inspectores Gerais.

TÍTULO V

ATRIBUIÇÕES DO COMANDO

Art. 41. Todo Chefe, em qualquer escalão de comando ou direção, é responsável perante seu superior imediato pela instrução de seus subordinados.

Art. 42. Aos comandantes de corpo, formação de serviço e estabelecimento cabe:

- dirigir a instrução na conformidade dos regulamentos de cada arma ou serviço e estabelecer o respectivo programa;
- organizar os agrupamentos de instrução correspondentes às diversas categorias de pessoal a instruir;
- fiscalizar, com todo o rigor, a execução das suas diretivas.

Art. 43. Aos Comandantes de Arma, de Brigada e de Distrito de Artilharia de Costa cabe orientar e fiscalizar a instrução da sua arma, e dirigir a instrução de um agrupamento de várias armas, quando disso forem incumbidos.

Art. 44. Aos Comandantes de Divisão e aos Comandantes de Região incumbem fiscalizar a instrução particular a cada arma ou serviço, organizar e dirigir ou fiscalizar a instrução de emprêzo combinado das armas e serviços.

Art. 45. Aos inspetores Gerais, de Armas e do Ensino incumbe:

— verificar si a instrução ministrada nas Regiões Militares, unidades da Defesa de Costa e estabelecimentos de ensino de sua jurisdição, obedece às prescrições dos regulamentos e das instruções e diretivas estabelecidas pelo Estado-Maior do Exército; e si atinga os fins a que se propõe;

— relatar ao Chefe do Estado-Maior do Exército as observações resultantes de suas inspeções e apresentar sugestões, tendo em vista corrigir e melhorar os métodos de instrução.

Art. 46. Ao Chefe do Estado-Maior do Exército, por delegação permanente do Ministro da Guerra, cabe manter a *unidade de doutrina*, regulando tudo quanto diz respeito à instrução.

Parágrafo único. Sua atuação nesse sentido manifesta-se em particular:

— pela ação direta e pessoal que exerce sobre a orientação dos Cursos de Estado-Maior e de Alto Comando;

— pela ação em certos exercícios de quadros, visando escalões Exército e Grupo de Exércitos, cuja direção pessoalmente assume.

Art. 47. Todos os documentos relativos à instrução no Exército são elaborados no Estado-Maior do Exército e nas Diretorias de Armas e Serviços e publicados sob responsabilidade daquele.

Com esses documentos serão, também, publicados os de ordem técnica atinentes ao emprego do material.

Tais documentos são:

a) os *regulamentos* peculiares às armas e serviços e os relativos ao emprego e meconjunto das armas e serviços;

b) as *instruções gerais* ou *particulares*, que tem por fim atualizar, seja o conjunto da doutrina, seja um aspecto particular da mesma;

c) as *diretivas gerais* ou *particulares*, periódicas ou não, que fixam, para o Exército ou para uma arma ou serviço;

— os fins a atingir;

— as modificações a introduzir nos métodos ou processos de instrução;

— a repartição dos meios de instrução (créditos, etc.).

TÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

CAPÍTULO I

Das Escolas e Cursos

Art. 48. Para atender às necessidades e conveniências do ensino, poderão ser:

a) criados novos cursos, centros e escolas;

b) supressos alguns dos atuais;

c) agrupados ou desdobrados os já existentes.

§ 1.º A Escola de Cavalaria é um instituto autônomo, instalado em local apropriado à instrução da arma e acessível ao trabalho em combinação com as outras armas.

§ 2.º O aproveitamento de alunos e diplomados dos institutos civis de ensino, tendo em vista a formação de oficiais da reserva, obedece às seguintes prescrições:

a) sua preparação realiza-se em princípio nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva (C. P. O. R.) ou em cursos especiais que funcionem junto a certas unidades (para os de reserva de aviação, aerostação e artilharia anti-aérea) ou formação de serviço (para os dos serviços). Certas matérias de instrução militar podem ser ministradas nos institutos de ensino superior;

b) podem matricular-se nos C. P. O. R. ou nos cursos especiais acima referidos:

— os alunos dos institutos civis de ensino superior;

— os civis que possuam o curso superior ou o ginasial;

c) a falta de aproveitamento nesses cursos não isenta das obrigações do serviço militar no Exército ativo, salvo, quando pelos resultados obtidos nos exames, do 2º ou 1º ano, possa o aluno ser incluído na reserva de segunda categoria como graduado ou soldado.

Art. 49. A organização e o funcionamento de cada escola, centro ou curso de que trata esta lei e, bem assim, o programa de ensino a ministrar, a duração dos estudos e os programas dos diferentes exames, são fixados nos regulamentos e instruções.

Art. 50. Os Colégios Militares são institutos destinados a ministrar o ensino secundário, segundo os programas adotados nos estabelecimentos oficiais de ensino secundário.

Parágrafo único. No Colégio Militar do Rio de Janeiro o curso secundário é destinado, preferentemente, aos órfãos e filhos de militares.

Art. 51. Será criado um Curso Preparatório à Escola Militar, sob regime de internato, onde se farão a revisão de algumas matérias do Curso Secundário e o estudo de certas disciplinas do atual Curso Fundamental da referida Escola.

§ 1.º Esse Curso, a critério do Ministro da Guerra, poderá funcionar no Colégio Militar do Rio de Janeiro, na Escola Militar, ou independente desses institutos, consoante as necessidades do ensino.

§ 2.º As disciplinas desse Curso serão ensinadas pelos professores catedráticos, adjuntos de catedráticos e preparadores das mesmas na Escola Militar e no Colégio Militar do Rio de Janeiro.

Art. 52. É permitido às praças do Exército prestarem exame das matérias do ensino secundário nos estabelecimentos militares de ensino, para o fim de obtenção do certificado de curso.

CAPÍTULO II

DA ORIENTAÇÃO DO ENSINO,

Art. 53. O ensino é orientado de modo que a instrução seja *objetiva, continua, gradual e sucessiva* no âmbito de cada um dos seus ramos, e tão completa quanto possível, atendendo-se, em cada grau, à instrução profissional, à indispensável unidade de doutrina, assim como à cultura geral que lhe deva corresponder.

§ 1.º Como elemento mantenedor da nacionalidade, o conhecimento perfeito da língua vernácula e seu emprego esmerado constituem objeto de acurada e constante solicitude. No julgamento de provas de exame, concursos e trabalhos escolares, levam-se em conta a clareza, a correção e a precisão de linguagem.

§ 2.º A campanha contra o analfabetismo é intensificada com o maior interesse nos corpos de tropa, formações de serviço e estabelecimentos militares.

§ 3.º A educação moral e cívica é ministrada em todos os corpos de tropa, formações de serviço e estabelecimentos militares, de modo gradativo e adequado ao desenvolvimento dos instruendos. Esse estudo compreenderá: as noções rudimentares necessárias à posse do conhecimento das doutrinas em que se baseiam as instituições nacionais, e bem assim o das que lhes forem contrárias. Também serão proporcionados meios de poderem os instruendos combater eficientemente todas aquelas que atentarem contra os fundamentos morais da Pátria.

CAPÍTULO III

DA ADMISSÃO AOS DIVERSOS CURSOS

Art. 54. Os programas para concurso de admissão e os demais requisitos necessários à matrícula nos diversos cursos, centros e escolas previstos nesta lei, constituem assunto dos respectivos regulamentos ou instruções.

§ 1.º A matrícula nos cursos para praças (especialização), corresponde o compromisso prévio de engajamento na forma estipulada pelo Regulamento do Serviço Militar, a contar da data da conclusão do curso ou aprendizado.

§ 2.º A matrícula nos cursos de formação, aperfeiçoamento e especialização de graduados (cabos e sargentos) faz-se mediante provas de seleção especificadas nos respectivos regulamentos.

§ 3.º É vedado às praças e graduados (cabos e sargentos) especializados de determinado quadro ingressarem em quadro diferente ou fazerem o curso de outra especialização.

§ 4.º A matrícula nos Colégios Militares far-se-á mediante concurso.

§ 5.º Ao concurso para matrícula no Curso Preparatório à Escola Militar são admitidos os possuidores do curso secundário dos Colégios Militares e dos institutos oficiais ou oficializados, que satisfizerem as condições de idade, robustez física, capacidade intelectual e idoneidade moral, estipuladas em regulamento ou instruções especiais.

§ 6.º A matrícula na Escola Militar far-se-á, dentro do limite das vagas existentes, mediante transferência dos alunos que concluírem o Curso Preparatório à Escola Militar e foram julgados com aptidões físicas e morais para conditarem-se ao oficialato, atendendo-se à ordem decrescente da classificação por merecimento.

§ 7.º Os candidatos à matrícula nos cursos de formação de médicos, farmacêuticos e veterinários das respectivas escolas do Exército, além de outros requisitos previstos nos regulamentos relativos a esses serviços, devem ser diplomados pelas escolas superiores oficiais ou oficializadas e, no limite das vagas existentes, classificados no concurso de admissão.

§ 8.º A matrícula nos cursos de formação de oficiais de intendência (curso de administração) ou mecânicos é concedida, mediante concurso de admissão, aos que tiverem concluído os dos institutos civis de ensino secundário, oficiais ou oficializados e satisfizerem as condições de idade, robustez física, capacidade intelectual e idoneidade moral, estipuladas nos respectivos regulamentos.

§ 9.º As matrículas no curso de formação de intendentes de guerra da Escola de Intendência do Exército realizam-se mediante concurso de admissão, aberto aos capitães de qualquer das armas e

dos quadros de administração, excluídos os que não tenham revelado condições que os recomendem ao exercício de função administrativa.

§ 10. Nos cursos de aperfeiçoamento das armas e dos serviços as designações para matrícula são feitas anualmente pelas Diretorias de Armas e Serviços, atendendo à antiguidade no respectivo quadro e no limite das vagas fixadas pelo ministro da Guerra, por proposta do chefe do Estado-Maior do Exército.

§ 11. A designação de oficiais, primeiros tenentes e capitães, para os estágios de especialização de primeira categoria, é feita pela Diretoria correspondente, a pedido do interessado ou compulsoriamente, de acordo com as conveniências do serviço.

§ 12. A matrícula de oficiais nas escolas de especialização de segunda categoria é feita mediante concurso entre os primeiros tenentes e capitães do Exército ativo:

a) para a Escola Técnica do Exército, oficiais de todas as armas;

b) para o Instituto Geográfico Militar, oficiais de todas as armas;

c) para a Escola Técnica de Aviação Militar, oficiais de Aviação.

§ 13. A matrícula na Escola de Estado-Maior realiza-se mediante concurso anual entre oficiais de todas as armas, dos postos de capitão ou major, os quais tenham obtido bons resultados no curso de aperfeiçoamento de sua arma.

§ 14. A matrícula dos oficiais técnicos no Curso de Estado-Maior para Técnicos realiza-se mediante concurso entre os oficiais que tenham bons resultados nos cursos de especialização de segunda categoria.

§ 15. A matrícula no Curso de Alto Comando é feita por proposta do chefe do Estado-Maior do Exército ao ministro da Guerra, que designa os oficiais que o devem frequentar ou simplesmente acompanhar seus trabalhos.

Art. 55. É vedado aos oficiais do Exército ativo:

— a matrícula em mais de um curso de especialização de primeira categoria; exceção feita para o de especialização em aparelhagens de direção de fogo que, necessariamente, será precedido do de artilharia de costa;

— a matrícula em um dos cursos de especialização de segunda categoria, quando já tenham feito outro de igual categoria;

— a matrícula em quaisquer dos cursos de especialização de segunda categoria, quando diplomados no Curso de Estado-Maior;

— a matrícula no Curso de Estado-Maior, quando já tenham feito um dos cursos de especialização de segunda categoria, salvo o disposto no art. 37.

Art. 56. É proibida a matrícula de oficiais do Exército ativo em estabelecimentos de ensino civil, porquanto o Ministério da Guerra possui todos os cursos necessários ao preparo profissional de seus quadros.

Art. 57. O desligamento por falta de aproveitamento em um dos cursos de ensino superior (especialização de segunda categoria, Estado-Maior e Alto Comando) veda ao oficial reingressar no curso em apreço.

Parágrafo único. O desligamento por outros motivos pode dar direito somente a uma segunda matrícula, mesmo assim, a critério do chefe do Estado-Maior do Exército.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES COMPLEMENTARES

Art. 58. O Estado-Maior do Exército, as Diretorias das Armas e Serviços e a Inspeção do Ensino procederão à revisão dos regulamentos das escolas, centros e cursos que lhes são diretamente subordinados, para adaptá-los às disposições desta lei.

§ 1.º Nos novos regulamentos devem ser contemplados um período de transição e disposições que harmonizem quanto possível as situações anteriores com as prescrições desta lei.

§ 2.º Na regulamentação das Escolas de formação de oficiais será dada competência aos respectivos comandantes para verificarem o pendor e as aptidões militares dos alunos, bem como atribuição para desligá-los, quando reconhecerem falta desses requisitos.

Art. 59. O ministro da Guerra, de acordo com os interesses da instrução do Exército, pode designar oficiais gerais, oficiais do Quadro de Officiais de Estado-Maior, do quadro técnico, das armas e dos serviços, para completarem sua instrução nos mais adiantados centros estrangeiros, quer em escolas militares ou civis, quer em corpos de tropa ou estabelecimentos militares ou civis.

Esses estágios devem ter por fim o aperfeiçoamento tático ou técnico do oficial.

Art. 60. Os oficiais das armas ou dos serviços que ingressarem nos quadros do Exército ativo, por nomeação ou promoção, só podem obter demissão depois de cinco anos de efetivo serviço como oficial, salvo se indenizarem a Nação de todas as despesas que tiverem ocasionado (vencimentos, alimentação, fardamento e ensino).

Parágrafo único. Os demissionários são incluídos na reserva, nos postos que tenham na ativa.

Art. 61. Ao saírem das Escolas de formação, aperfeiçoamento, especialização e Estado-Maior, por conclusão de curso ou estágio previsto, os aspirantes e oficiais ficam obrigados a servir em unidade de tropa, formação de serviço, estabelecimentos técnicos-especializados ou em funções de Estado-Maior, por dois anos. Durante esse período não devem ser distraídos para emprego, comissão ou trabalho algum, fora da respectiva unidade, estabelecimento técnico-especializado ou serviço.

Art. 62. Na designação dos oficiais, graduados e praças para o exercício das respectivas funções, a especialização constitui um princípio que deve ser sempre respeitado.

Parágrafo único. A autoridade providenciará com brevidade para a substituição dos que exercem funções sem os requisitos de especialização correspondentes.

Art. 63. As escolas de especialização de segunda categoria e a de Estado-Maior expedem diplomas aos alunos que completem os respectivos cursos. Esses diplomas conferem aos seus possuidores o direito de exercer, no Exército, as funções técnicas neles especificadas.

Art. 64. O ministro da Guerra poderá reunir, destacar ou fechar, temporariamente ou não, bem como tomar qualquer providência sobre qualquer das escolas, centros ou cursos previstos nesta lei, quando as circunstâncias nacionais e o interesse do ensino o exigirem. Poderá, se julgar conveniente, promover a passagem dos Colégios Militares do Ceará e de Porto Alegre para o Ministério da Educação, ou mesmo extingui-los, no todo ou em parte, após os convenientes estudos e entendimentos.

Art. 65. O ministro da Guerra se reserva a faculdade de criar junto às fábricas e arsenais do Exército cursos de aprendizes-artífices, destinados em particular aos filhos de operários, graduados e

funcionários do Ministério da Guerra, menores, com o fim não só de formar futuros operários para esses estabelecimentos, como de colaborar no preparo do operariado nacional.

Art. 66. Será estabelecida em lei especial a forma pela qual será reservado, nos horários das escolas civis superiores, o tempo destinado ao ensino das matérias necessárias á formação dos oficiais da reserva.

Art. 67. Fica criado na Escola Militar o Conselho de professores, nos moldes e com as mesmas finalidades estipuladas para o atual Conselho de Instrução dos Colégios Militares.

Art. 68. Os assuntos atinentes ao magistério militar são regulados em lei especial.

Art. 69. Uma lei especial regulará a organização e funcionamento de um *Curso de Altos Estudos de Defesa Nacional*, com o fim de promover o estudo dos problemas gerais de que dependem a preparação geral da Nação para o caso de guerra, a conduta suprema e a cooperação das forças armadas nacionais.

Art. 70. Os professores catedráticos e adjuntos de catedráticos dos estabelecimentos de ensino podem ser aproveitados em qualquer deles, nas matérias relativas ás secções para que tenham sido nomeados.

Parágrafo único. O carater de vitaliciedade concedida aos professores e adjuntos acima referidos, não importa em dar-lhes prerrogativas de inamovibilidade, que fica abolida em quaisquer circunstâncias.

Art. 71. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 19 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS

General Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 433 — DE 19 DE MAIO DE 1938

Dá nova distribuição à Verba 1 — Pessoal II — Pessoal Extranumerário — Sub-consignação n. 2 do atual orçamento do Ministério do Trabalho

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. A atual Verba 1 — Pessoal II — Pessoal Extranumerário — Sub-consignação n. 2 — Pessoal Extranumerário do vigente orçamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, constante do anexo n. 7 do art. 3º do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937, passa a ter a seguinte distribuição :

Mensalistas.	4.216:000\$0
Diaristas.	638:400\$0
Tarefeiros.	9:200\$0
	<hr/>
	4.863:600\$0
	<hr/>

Art. 2º. Em consequência da nova distribuição a que se refere o artigo anterior, a dotação destinada ao Pessoal Extranumerário, constante do respectivo quadro anexo, na parte relativa ao Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho, passa a ter a seguinte redação :

Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho, inclusive pessoal diarista e tarefeiro, empregado nos serviços da carteira profissional (decreto n. 22.035, de 1932) regulamentação de livros de registro estabelecidos no art. 12 e suas alíneas, do decreto n. 21.186, de 1932 e decreto n. 22.489, de 1933, e pessoal admitido na oficina tipográfica do Departamento de Estatística e Publicidade.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João Carlos Vidal.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 434 — DE 19 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 350:000\$000, para atender a despesas com visitantes ilustres

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de trezentos e cinquenta contos de réis, (350:000\$000), para atender às despesas (Serviços e Encargos) realizadas em virtude das visitas do Ministro José Maria Cantilo e do ex-Presidente Agustin P. Justo.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 435 — DE 19 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 27:600\$000, para pagamento a um professor da Faculdade de Medicina de Porto Alegre

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de vinte e sete contos e seiscentos mil réis (27:600\$000), para pagamento dos vencimentos a que fez jus o

Dr. Osvaldo Sizenando Lautert, professor do padrão L, da cadeira de Prótese Buco-Facial da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, durante o exercício de 1937.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.
Gustavo Capanema.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 436 — DE 19 DE MAIO DE 1938

Prorroga por trinta dias o prazo estabelecido no art. 22, do decreto-lei n. 375, de 13 de abril de 1938

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam prorrogados por trinta (30) dias os prazos estabelecidos pelo art. 22, do decreto-lei n. 375, de 13 de abril de 1938, para designação dos membros da Junta Deliberativa do Instituto do Mate e instalação dos seus trabalhos.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS
Fernando Costa
João Carlos Vital
A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 437 — DE 20 DE MAIO DE 1938

Fixa as idades limites para a compulsória nos Quadros Auxiliares da Marinha, Auxiliares Fuzileiros Navais e Corpo de Patrões Mores

O Presidente da República, atendendo ao que lhe expôs o ministro de Estado dos Negócios da Marinha; e

Considerando que os oficiais auxiliares da Marinha, os práticos fluviais e os oficiais auxiliares Fuzileiros Navais procedem do pessoal subalterno da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais, respectivamente;

Considerando que o pessoal subalterno da Armada e do Corpo de Fuzileiros Navais atinge a graduação de sub-oficial e primeiro sargento, depois de longo tirocínio e idade avançada;

Considerando que a criação daqueles quadros de oficiais auxiliares foi posterior ao decreto-lei n. 197, de 22 de janeiro de 1938;

Considerando ainda que os professores do Ensino Elementar da Marinha só têm acesso até o posto de primeiro tenente, tendo sido admitidos já com vários anos de serviços à Marinha, decreta, de acordo com o art. 180 da Constituição :

Art. 1.º Ficam estabelecidos os seguintes limites de idade para a transferência compulsória para a Reserva dos oficiais dos Quadros de Oficiais Auxiliares da Marinha, de Oficiais Auxiliares Fuzileiros Navais, de Práticos fluviais, dos Oficiais do Corpo de Patrões Mores, em extinção e de Professores do Ensino Elementar da Marinha :

Capitão de corveta, 60 anos;
Capitão-tenente, 58 anos;
Primeiro tenente, 56 anos;
Segundo tenente, 54 anos.

Art. 2.º Fica cancelado o limite de idade fixado para a admissão nos quadros de Oficiais Auxiliares, estabelecido nos decretos-lei ns. 329 e 335, de 15 de março de 1938.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 438 — DE 20 DE MAIO DE 1938

Autoriza a aquisição de terrenos em Curitiba, e a aplicação de um saldo nas obras com a instalação de depósitos de viaturas, cereais e outros da Companhia Independente da Formação de Infantaria

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º. Fica autorizado o Ministério da Guerra a adquirir para a União, pela quantia de 452:107\$800 (quatrocentos e cinquenta e dois contos cento e sete mil e oitocentos réis), somente os lotes A e D, com as respectivas bemfeitorias, a que se refere a lei n. 430, de 30 de abril de 1937.

Art. 2.º A diferença entre o crédito especial de 639:295\$300 aberto pelo decreto-lei n. 179, de 5 de janeiro do corrente ano, e a quantia referida no artigo anterior, deverá ser aplicada nas obras de instalação dos respectivos estabelecimentos militares.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

General Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 439 — DE 20 DE MAIO DE 1938

Extende a diversas instituições o disposto no art. 166, da Lei do Serviço Militar

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica extensivo às Caixas Econômicas, Banco do Brasil, Lloyd Brasileiro, Instituto Nacional de Previdência e Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões, o disposto no art. 166 da Lei do Serviço Militar, mandada entrar em vigor por decreto n. 24.710, de 13-VII-1934.

Art. 2º. Incidem na multa de 100\$000 a 500\$000 e em dobro na reincidência os chefes de repartições, estabelecimento ou serviço que deixarem de cumprir o disposto no reeferido art. 166.

Art. 3º. A multa será aplicada pela Junta de Revisão da Circunscrição de Recrutamento interessada.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

General Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

João Carlos Vital.

DECRETO-LEI N. 440 — DE 25 DE MAIO DE 1938

Atribue à Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra, em suas operações, as mesmas regalias, direitos e privilégios que à Fazenda Nacional

O Presidente da República,

Considerando os fins para que foi criado pelo decreto n. 24.256 de 16 de maio de 1934 a Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra;

e considerando ainda a necessidade de aumentar a participação da referida Caixa, nos lucros de sua Carteira de Garantia;

e usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal;

Decreta:

Art. 1º. À Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra, criada pelo decreto n. 24.256, de 16 de maio de 1934, são atribuídas em suas operações as mesmas regalias, direitos e privilégios que à Fazenda Nacional.

Art. 2º. Fica aumentada de 30 % para 50 % a percentagem da participação da Caixa de Construções em lucros de sua Carteira de Garantia, criada pelo decreto n. 645, de 15 de fevereiro de 1938, ficando o restante para ser distribuído pelos mutuários como determina o art. 22 do referido decreto.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

General Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 441 — DE 25 DE MAIO DE 1938

Determina como devem correr as despesas com as obras da Penitenciária Agrícola do Distrito Federal

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. As obras necessárias à reconstrução, reparos, ampliação e instalação da Penitenciária Agrícola do Distrito Federal, criada pelo decreto-lei n. 349, de 7 de março do corrente ano, e a que se refere o art. 8º do mesmo decreto-lei, correrão por conta do crédito de cinco mil contos (5.000:000\$000), da sub-consignação n. 3 — Justiça do Distrito Federal: 01) Auxílio à Inspetoria Geral Penitenciária, correspondente à venda do selo penitenciário, na forma e para os fins do disposto no decreto n. 24.797, de 14 de julho de 1934 — I — Diversos — da verba n. 3 — Serviços e Encargos — do art. 3º, anexo n. 4, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 442 — DE 26 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 2.000:000\$000, destinado à Viação Férrea Federal Leste Brasileiro

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de dois mil contos de réis (2.000:000\$), para atender às despesas (Obras, Melhoramentos, Aparelhamentos e

Equipament(s), com a ampliação dos tanques de abastecimento de água da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, reconstrução de canalizações e execução de outros serviços novos.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 443 — DE 26 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 2.708:000\$000, para combate à malária

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de dois mil, setecentos e oito contos de réis (2.708:000\$000), para ocorrer às despesas (Serviço e Encargos) com a execução do plano traçado pelo Departamento Nacional de Saúde, de intensificação dos trabalhos relativos ao combate à malária, na Baixada Fluminense.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 444 — DE 26 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 103:791\$000, para pagamento de antigos extranumerários.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de cento e tres contos, setecentos e noventa e um mil réis (103:791\$000), para atender ao pagamento (Pessoal) da remuneração devida em 1937 aos extranumerários empregados no serviço da malária, constantes do quadro anexo.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

Pessoal que trabalhou no serviço de malária durante o ano de 1937, a que se refere o decreto-lei n. 444, de 26-5-938

Nomes	Categorias	Venc. mensal ou diária em 30-9-937	N. de meses ou dias	Total
Alexandre Ribeiro Junior.....	Engenheiro de 1ª classe.....	2:000\$000	9	18:000\$000
Florantino Sampaio Viana.....	Engenheiro Ajudante de 2ª classe....	1:300\$000	9	11:700\$000
José Alves Campelo.....	Engenheiro Condutor técnico.....	1:000\$000	9	9:000\$000
Alcides Figueiredo da Silva Jardim.....	Chefe do Laboratorio.....	810\$000	9	7:200\$000
Francisco Vitor da Fonseca e Silva Jardim...	Auxiliar Técnico de 1.ª.....	600\$000	8	4:800\$000
Rufino de Almeida Pizarro.....	Idem.....	600\$000	9	5:400\$000
Alcides Cunha.....	Auxiliar Técnico de 2ª.....	500\$000	6	3:000\$000
Rui Ramos Murtinho.....	Idem.....	500\$000	6	3:000\$000
Ricardo Fontenla.....	Encarregado Geral de Obras.....	750\$000	6	4:500\$000
Artur de Moraes.....	Encarregado Geral de Máquinas.....	750\$000	2	1:500\$000
Rubem da Costa Ribeiro.....	Aj. de Encarregado do Pessoal de 1ª:..	600\$000	9	5:400\$000
Amadeu Punaro.....	Aj. de Encarregado do Pessoal de 2ª..	400\$000	2	800\$000
Nelson Francisco Gomes.....	Encarregado do Expediente.....	500\$000	4	2:000\$000
Odaléa de Queiroz Cunha.....	Escriturario.....	600\$000	9	5:400\$000
Alceu Cunha.....	Idem.....	600\$000	9	5:400\$000
Manoel Martins de Castro.....	Idem.....	600\$000	9	5:400\$000
Paulo Pantoja Leite.....	Diarista.....	11\$000	225 dias	2:475\$000
Waldemar Francisco.....	Idem.....	8\$000	120 >	960\$000
Manoel Nogueira da Silva.....	Idem.....	8\$000	120 >	960\$000
Felix Leoncio de Menezes.....	Idem.....	8\$000	109 >	872\$000
João Vitorino.....	Idem.....	8\$000	121 >	968\$000
Enesclaro Soares.....	Idem.....	8\$000	121 >	968\$000
Rogelio Franco.....	Idem.....	8\$000	121 >	968\$000
Sebastião Medeiros.....	Idem.....	8\$000	121 >	968\$000
Saturnino Cerqueira.....	Idem.....	8\$000	42 >	336\$000
Pedro Nunes.....	Idem.....	8\$000	79 >	632\$000
João de Deus Calheiros.....	Idem.....	8\$000	11 >	88\$000
Arlindo Jesuino Ferreira.....	Idem.....	8\$000	16 >	128\$000
Manoel Palhares.....	Idem.....	8\$000	121 >	968\$000

103:791\$000

Diretoria de Contabilidade do Ministério da Educação e Saúde, em 26 de maio de 1938. — Confere, *Mucio Vaz*, oficial adm. — Visto, *J. A. Cavalcanti de Albuquerque*.

DECRETO—LEI N. 445 — DE 26 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 36:918\$100, para pagamento a professores

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de trinta e seis contos, novecentos e dezoito mil e cem réis (36:918\$100), para atender ao pagamento (Pessoal) de professores da então Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, pelo desdobramento de turmas, no ano letivo de 1935, a que se refere o processo n. 31.286-38, do Tesouro Nacional.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO—LEI N. 446 — DE 26 DE MAIO DE 1938

Reorganiza a carreira de Fiscal de Seguros, do Quadro único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e atendendo à proposta feita pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil, com fundamento no disposto no art. 10, letra a, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, e, ainda,

Considerando que a atual estrutura da carreira de Fiscal de Seguros, do Quadro único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, não está de acordo com as normas adotadas nas tabelas anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, para grupamento dos cargos públicos em carreiras profissionais;

Considerando que o número de cargos da carreira em apreço é insuficiente para atender às necessidades do serviço;

Considerando, ainda, que, aplicando-se na formação daquela carreira as normas acima referidas, será possível, sem qualquer aumento de despesa, dotar o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio de maior número de funcionários dessa profissão;

Considerando, finalmente, que a adoção dessa providência contribuirá para o aperfeiçoamento do plano que norteou a elaboração da lei de Reajustamento dos cargos e vencimentos do funcionalismo público civil, decreta:

Art. 1º. A carreira de Fiscal de Seguros, do quadro único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, passará a ter a seguinte formação:

4 — Classe L — 11 excedentes.

5 — Classe K — 2 vagos, a serem preenchidos a medida que se extinguirem os excedentes.

6 — Classe J — 4 vagos, a serem preenchidos a medida que se extinguirem os excedentes.

7 — Classe I — 1 vago, a ser preenchido a medida que se vagarem os excedentes.

12 — Classe H — 12 vagos, a serem preenchidos a medida que se vagarem os excedentes.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João Carlos Vital.

DECRETO-LEI N. 447 — DE 26 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 138:000\$000, para pagamento de professores

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de cento e trinta e oito contos de réis (138:000\$), para atender, no corrente exercício, ao pagamento (Pessoal), de cinco professores do padrão L, da Escola Nacional de Farmácia, da Universidade de Brasil, incluídos nas tabelas anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, em virtude do ato n. 25, de julho de 1937, do Conselho Federal do Serviço Público Civil.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 448 — DE 26 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 120:000\$000, para pagamento de prêmios

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de cento e vinte contos de réis (120:000\$000), para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) dos

prêmios a serem conferidos no concurso público para escolha do projeto de construção do futuro Palácio da Justiça.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 449 — DE 26 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 39:950\$000, para pagamento de contribuição devida ao "Centro Automovilista del Uruguay"

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de trinta e nove contos, novecentos e cinquenta mil réis (39:950\$000), para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) da contribuição federal de 5.000 (cinco mil) pesos uruguaios, para o prêmio "Uruguai-Brasil" do "raid" Montevideu-Rio de Janeiro, realizado em abril de 1937.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO LEI N. 450 — DE 26 MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 17:028\$400, para pagamento de pessoal

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de dezessete contos, vinte e oito mil e quatrocentos réis (17:028\$400) para atender, no período de 11 de fevereiro a 31 de dezembro do corrente ano, ao pagamento

da gratificação de função que compete aos quatro chefes de Secção do "Serviço do Pessoal" do mesmo Ministério, criado pelo decreto-lei n. 204, de 25 de janeiro de 1938.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 451 — DE 26 DE MAIO DE 1938

Extingue o 8º Registro Fiscal de Seabra, no Território do Acre, e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. n. 180, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica extinto o 8º Registro Fiscal da cidade de Seabra, no município de Tarauacá, Território do Acre e criada, em substituição, na mesma localidade, uma Mesa de Rendas de 2ª ordem.

Art. 2º. Para os serviços da aludida repartição, ficam criados no Quadro IX — Agências Fiscais, do Ministério da Fazenda, os seguintes cargos:

1 administrador — K — em comissão.

1 escrivão — H

1 guarda fiscal — E

Art. 3º. Fica aberto pelo Ministério da Fazenda o crédito especial de vinte e cinco contos e duzentos mil réis (25:200\$000), para atender às despesas com o pagamento de vencimentos do pessoal mencionado no artigo anterior.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 452 — DE 26 DE MAIO DE 1938

Extende aos empregados em escritórios as disposições dos decretos que regulam a duração do trabalho no comércio

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Ficam extensivos aos empregados em escritórios de qualquer natureza as disposições do decreto n. 21.186, de 22 de março de 1932, que regula o horário para o trabalho no comércio, e as do regulamento que, para sua execução, com as alterações ne-

cessárias, foi aprovado pelo decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932, observado, na parte referente à execução e fiscalização do mesmo regulamento, o que dispõe o de n. 22.300, de 4 de janeiro de 1933.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João Carlos Vital.

DECRETO-LEI N. 453 — DE 27 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 54:115\$100, para pagamento à firma Hime & Cia.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de cinquenta e quatro contos, cento e quinze mil e cem réis (54:115\$100) para ocorrer ao pagamento (Material) que compete à firma Hime & Cia., pelo fornecimento de 55.548 (cincoenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e oito) quilos de ferro redondo em vergalhões, feito à Inspetoria Federal de Obras contra as Secas em 1932, por intermédio da Comissão Central de Compras, conforme processo protocolado no Tesouro Nacional sob n. 72.990/36.

Rio de Janeiro, 27 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 454 — DE 28 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de réis 85.520:372\$100, para pagamento da dívida flutuante

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 85.520:372\$100 (oitenta e cinco mil, quinhentos e vinte contos, trezentos e setenta e dois mil e cem réis), para atender, no corrente exercício, ao pagamento das dívidas constantes da relação organizada de acordo com o decreto n. 21.584, de 29 de junho de 1932, inclusive as de que trata o decreto n. 860 de 29 de maio de 1936, mantidas as prescrições do decreto n. 23.298, de 27 de outubro de 1933.

Rio de Janeiro, 28 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 455 — DE 30 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito suplementar de 2.800:000\$000 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Guerra, o crédito suplementar de dois mil oitocentos contos de réis (2.800:000\$000), para reforço da verba 1^a — Pessoal, do vigente orçamento do mesmo Ministério (Anexo n. 10), como segue:

Verba 1^a — Pessoal:

IV — Gratificações e auxílios:

S/c. n. 13 — Ajudas de custo e diárias:

- | | |
|---|----------------|
| 01) — Ajuda de custo a todo o pessoal do Ministério da Guerra | 1.500:000\$000 |
|---|----------------|

VI — Pensionistas:

S/c. n. 23:

- | | |
|---|----------------|
| 01) — Pensões concedidas de acordo com o decreto n. 24.312, de 30 de maio de 1934 | 1.300:000\$000 |
| | <hr/> |
| | 2.800:000\$000 |

Rio de Janeiro, 30 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

General Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 456 — DE 31 DE MAIO DE 1938

Concede aposentadoria ao bacharel Vitor Manuel Nunes, assegurando-lhe as vantagens em cujo gozo de acha

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1°. É concedida aposentadoria, por invalidez, na conformidade do artigo 156, letra e da Constituição Federal, ao diretor, padrão N, do Quadro I do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, bacharel Vitor Manuel Nunes, ficando ao mesmo asseguradas as vantagens pecuniárias em cujo gozo se acha, de acordo com o que foi concedido ao diretor da Secretaria de Estado da Guerra, coronel do Exército honorário Laurenio Lago, por decreto-lei n. 223, de 27 de janeiro último.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 457 — DE 31 DE MAIO DE 1938

Autoriza o Ministério da Guerra a entregar o "Forte de São Pedro" no Estado da Baía, mediante condições estipuladas em acordo

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta :

Art. 1º. Fica o Ministério da Guerra autorizado a entregar ao Estado da Baía o "Forte de São Pedro", situado na cidade do Salvador, mediante as seguintes condições, que devem ser acordadas entre o referido Ministério e o Governo daquele Estado :

1ª, o Estado da Baía doará à União as Fazendas "Cascão" e "Norandiba", situadas no Bairro de Santo Antônio, da cidade do Salvador, afim de nelas sediar o novo quartel das forças federais ;

2ª, realizar-se-á a permuta depois que o Estado da Baía efetuar nas mesmas Fazendas, de conformidade com as especificações fornecidas pelo Ministério da Guerra, que fiscalizará os trabalhos, as seguintes obras no valor total de dois mil contos de réis (2.000:000\$000) : um estádio, um campo de exercícios, uma piscina, um agrupamento de casas para oficiais e sargentos, e, bem assim, aquisição de um campo de instrução nas imediações, para a guarnição federal.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

General Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 458 — DE 31 DE MAIO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de réis 34:438\$900, para pagamento de despesas de material

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta :

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de trinta e quatro contos quatrocentos e trinta e oito mil e novecentos réis (34:438\$900), para pagamento de despesas de material provenientes de fornecimentos e serviços realizados nos exercícios de 1931, 1934, 1935, 1936 e 1937, em diversas repartições dependentes do mesmo Ministério.

Rio de Janeiro, em 31 de maio de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 459 — DE 2 DE JUNHO DE 1938

Faculta aos governos estaduais a fixação de regras para se fazer ou completar em padarias, depósitos de farinha de trigo, ou estabelecimentos congêneres, a mistura de que trata o art. 1º do decreto-lei n. 26, de 30 de novembro de 1937

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Os governos estaduais poderão, a título precário e sem prejuízo das providências que incumbem ao Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, criado pelo decreto n. 2.307, de 3 de fevereiro de 1938, estabelecer regras para que a mistura de que trata o art. 1º do decreto-lei n. 26, de 30 de novembro de 1937, seja feita ou completada em padarias, depósitos de farinha de trigo, ou estabelecimentos congêneres, dependendo tais regras, para serem executadas, de aprovação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e ficando a respectiva fiscalização a cargo dos Estados que as determinarem.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João Carlos Vital.

DECRETO-LEI N. 460. — DE 2 DE JUNHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 5.000:000\$000, para início da construção do trecho ferroviário de Porto Esperança a Corumbá, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil

O Presidente da República, usando da autorização constante no art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de 5.000:000\$000 (cinco mil contos de réis), para atender às despesas (Obras, Melhoramentos, Aparelhos e Equipamentos), com a construção da ponte sobre o rio Paraguai, parte integrante do trecho ferroviário de Porto Esperança a Corumbá, na Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, em virtude dos disposto no art. 7º do Tratado sobre Ligação Ferroviária, assinado com o Governo da Bolívia, em 25 de fevereiro de 1938, e aprovado pelo decreto-lei n. 344, de 22 de março último.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 461 — DE 2 DE JUNHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, um crédito suplementar de réis 1.400:000\$000, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único: — Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de mil e quatrocentos contos de réis (1.400:000\$000), à verba 5 — Obras — Melhoramentos — Aparelhamentos e Equipamentos — 1 — Estrada de Ferro, alínea a, item 01 da Sub-Conservação n. 1, do vigente orçamento do mesmo ministério.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 462 — DE 2 DE JUNHO DE 1938

Autoriza o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes a efetuar empréstimos a associações de classe, para financiamento da compra, construção ou reconstrução do respectivo edifício-sede

O Presidente da República,

Considerando que, entre as modalidades de aplicação dos saldos acumulados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, convém se inclua o financiamento da compra, construção ou reconstrução de edifícios destinados a sede das associações de classe a que pertençam seus associados ou contribuintes, com o que, sem prejuízo do emprego, já permitido, de 50 % dos aludidos saldos, em empréstimos aos associados referidos, para aquisição e construção de casas de moradia, se atende melhor ao interesse social dos que se acham vinculados aos institutos de previdência subordinados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por intermédio do Conselho Nacional do Trabalho;

Considerando que os saldos disponíveis acumulados do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes, mantidas as aplicações já previstas na legislação vigente, ainda apresentam margem para semelhante modalidade de inversão; e

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes autorizado a emprestar a associações de classe, a que pertençam, como empregados ou empregadores, seus associados ou contribuintes, as quantias de que carecerem para a compra de edifícios, destinados às respectivas sedes, ou à compra dos mesmos em terrenos já adquiridos para esse fim, ou ainda à reconstrução deles, nos termos do presente decreto lei.

§ 1º. As associações de classe a que alude este artigo, para poderem gozar das vantagens de que trata o presente decreto lei, deverão provar que se acham em condições de fazer face às responsabilidades de empréstimo, respectivos juros e despesas decorrentes da operação.

§ 2º. O empréstimo, que não poderá exceder o máximo de 40 % (quarenta por cento) das disponibilidades financeiras do Instituto e o de 80 % (oitenta por cento) do valor da propriedade oferecida em hipoteca, nem ser efetuado a juros menores de 7 % (sete por cento) ao ano, terá a garantia hipotecária do imóvel, tomando-se em consideração o valor do terreno e do prédio a ser adquirido, construído ou reconstruído e, bem assim, a possibilidade de renda atual ou futura, suficiente ao serviço de juros e amortização.

§ 3º. A hipoteca, que obedecerá a todas as cláusulas e condições impostas pelo Código Civil e leis subsequentes, será inscrita em primeiro lugar e sem concorrência, respondendo o patrimônio da devedora pela depreciação da garantia dada.

§ 4º. A propriedade hipotecária terá que ser segura contra fogo e outros acidentes, por conta da devedora, em sociedade de seguros que ofereça a necessária garantia, e por importância nunca inferior à do empréstimo.

Art. 2º. A realização de cada empréstimo dependerá de aprovação do Conselho Nacional do Trabalho, ao qual compete examinar as garantias da operação e as respectivas condições.

Parágrafo único. Da decisão do Conselho Nacional do Trabalho caberá recurso para o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, no prazo de trinta dias, contados da respectiva publicação no *Diário Oficial*.

Art. 3º. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João Carlos Vital.

DECRETO-LEI N. 463 — DE 3 DE JUNHO DE 1938

Fica autorizada a alienação de parte ou de todo o terreno ocupado pela Imprensa Nacional

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º Fica autorizada a alienação de parte ou de todo o terreno ocupado pela Imprensa Nacional, à rua 13 de Maio, à Prefeitura do Distrito Federal, de acordo com o respectivo termo que será assinado no Ministério da Fazenda, após entendimento entre o prefeito daquele Distrito, o diretor da Diretoria do Domínio da União, o da Imprensa Nacional e o Presidente da Caixa Econômica.

Art. 2º O termo de que trata o artigo antecedente será assinado pelo ministro da Fazenda, como representante da União, pelo prefeito

do Distrito Federal e pelo Presidente da Caixa Econômica, operando-se desde logo, a favor da Prefeitura do Distrito Federal, a transferência do imóvel a que se referir aquele termo.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 464 — DE 3 DE JUNHO DE 1938

Manda incluir os estabelecimentos subordinados ao Ministério da Guerra na concorrência para o fornecimento de energia elétrica.

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º. Fica o Poder Executivo autorizado, na concorrência, que mandar proceder em virtude da Lei n. 585, de 9 de novembro de 1937, a incluir o fornecimento de energia elétrica aos estabelecimentos do Ministério da Guerra.

Art. 2.º. Essa energia será diretamente fornecida pela Empresa ou Usina a sub-estações desse ministério.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

General Eurico G. Dutra.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 465 — DE 3 DE JUNHO DE 1938

Promove a general de brigada o coronel Sebastião do Rego Barros

O Presidente da República, atendendo:

— a que o coronel Sebastião do Rego Barros vem prestando com lealdade inestimáveis e assinalados serviços ao atual regime e ao seu Governo;

— a que tem ele se revelado um chefe enérgico, decidido, inteligente e firme nas suas decisões;

— a que, nas funções de comando que exerceu — 2.ª e 3.ª Brigadas de Artilharia, 1.º Regimento de Artilharia — e, atualmente, na Inspetoria de Defesa de Costa, tem demonstrado ser um chefe de raciocínio pronto, habil em conquistar seus comandados pelo exemplo diuturno, reto e constante nas suas atitudes e de acentuado espírito militar;

Resolve promover ao posto de general de brigada, como medida de exceção, o coronel de artilharia Sebastião do Rego Barros, se bem que não satisfaça a letra "a" do art. 32, da Lei de Promoções.

Rio de Janeiro, 3 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

General Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 466 — DE 4 DE JUNHO DE 1938

Dispõe sobre a garimpagem e o comércio de pedras preciosas

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º A garimpagem, o comércio de pedras preciosas e o estabelecimento e atividade comercial das lapidações, ficam subordinados às prescrições deste decreto-lei.

Parágrafo único. Na expressão "pedras preciosas" compreendem-se, também, para os efeitos deste decreto-lei, as pedras semi-preciosas e os carbonados.

CAPÍTULO I

DA GARIMPAGEM

Art. 2.º Considera-se garimpagem o trabalho rudimentar de pesquisa e extração de pedras preciosas nos álveos ou margens de cursos de água naturais e seus terraços, bem como nos depósitos secundários de chapadas, vertentes e alto de morros.

Art. 3.º A garimpagem poderá ser exercida, livremente, nos rios públicos e terrenos devolutos.

Parágrafo único. Em terras de propriedade particular ou arrendadas, a garimpagem dependerá de autorização do proprietário ou arrendatário.

Art. 4.º Ficam designadas as seguintes zonas de garimpagem de pedras preciosas:

1ª zona — Alto Paraguassú, Lençóis e Chapada do Assuruá, no Estado da Bahia;

2ª zona — Norte de Minas Gerais, compreendendo Diamantina, Serro, Grão Mogol, Minas Novas e outros pontos;

3ª zona — Região do Alto-Araguaia, a do rio das Garças e as limitrofes dos Estados de Goiás e Mato Grosso;

4ª zona — Mata da Corda, em Minas Gerais, compreendendo os rios Douradinho, Bagagem, Abaeté, Sono e outros;

5ª zona — Bacia do rio Paraguai, tendo por centros Cuiabá e Campo Grande;

6ª zona — Bacia do rio Tabagí, no Estado do Paraná.

Parágrafo único. Essa designação poderá ser modificada, a juízo do Governo, ouvidos o Departamento Nacional da Produção Mineral e a Diretoria das Rendas Internas.

Art. 5.º Ninguém, no país, poderá garimpar, sem que esteja matriculado nas coletorias federais das zonas de garimpagem ou em quaisquer outras repartições federais, na falta daquelas exatorias.

§ 1.º O Governo Federal poderá, quando julgar conveniente, acordar com o Governo dos Estados que as matrículas sejam feitas nas repartições estaduais.

§ 2.º Quando houver mais de uma coletoria na zona de garimpagem, a Diretoria das Rendas Internas indicará a exatoria competente para a matrícula.

Art. 6.º A matrícula do garimpeiro, que é pessoal e gratuita, será feita mediante declaração verbal do interessado, em livro próprio (*Modelo I*), autenticado pelas Delegacias Fiscais.

§ 1.º Feita a matrícula, a autoridade competente entregará ao garimpeiro matriculado um certificado (*Modelo II*), que lhe dará o direito de exercer as suas atividades dentro da zona no mesmo especificada.

§ 2.º O certificado só terá valor para a zona nele indicada.

§ 3.º No caso de extravio ou perda do certificado, deverá o interessado pedir outro, que levará a nota de "Segunda Via", feita a devolução da nota na coluna "Observações" do livro de matrícula.

Art. 7.º Para garimpar em outra zona, deverá o garimpeiro pedir a anulação de sua matrícula na zona em que deixou de trabalhar.

Parágrafo único. Far-se-á a anulação lançando-se a nota "Anulada" na coluna "Observações" do livro próprio e no certificado, ficando este arquivado na repartição onde o garimpeiro se apresentar para nova matrícula.

CAPÍTULO II

D A C O M P R A E V E N D A D A S P E D R A S P R E C I O S A S

Art. 8.º Podem comprar pedras preciosas em bruto:

a) as cooperativas de garimpeiros, quando autorizadas, especialmente, por decreto do Presidente da República;

b) as pessoas físicas ou jurídicas, de reconhecida idoneidade moral, provada com documentos julgados aptos pelo Ministério da Fazenda e desde que tenham depositado no Tesouro Nacional ou nas delegacias fiscais, para garantia da fiel execução das obrigações do ofício, a caução de cinco contos de réis (5:000\$000);

c) independentemente de decreto de autorização, os lapidadores, fabricantes e comerciantes de jóias e obras de ourives.

§ 1.º Quando por qualquer motivo houver sido desfalcada a caução a que se refere a letra "b" deste artigo, deverá ela ser restabelecida, no prazo de 15 dias, contados da intimação ao caucionante.

§ 2.º O comprador autorizado deverá comunicar, por escrito, a sua residência à Diretoria das Rendas Internas, para fins de registro.

§ 3.º A autorização aos compradores de nacionalidade estrangeira só será concedida, excepcionalmente, depois de feita a prova de residência no país, durante dois anos consecutivos.

Art. 9.º Para a compra de pedras preciosas, os compradores autorizados, lapidários, fabricantes e comerciantes de jóias e obras de ourives, entregarão ao vendedor um certificado (*Modelo III*), sendo o livro talão respectivo autenticado pela repartição arrecadadora local. *Muita de 2:000\$000 a 5:000\$000 e o dobro na reincidência, quando não for entregue ao vendedor o certificado; e de 500\$000 a 1:000\$000 quando não preenchidos os requisitos do mesmo certificado.*

Art. 10. Os compradores terão um livro (*Modelo IV*) no qual registrarão as pedras preciosas compradas, lapidadas e exportadas, com as seguintes indicações:

- a) número de ordem e data da compra;
- b) nome e matrícula do vendedor e número do decreto respectivo;
- c) número da declaração de compra;
- d) quantidade em quilates;
- e) importância paga;
- f) destino da mercadoria.

Parágrafo único. Esse livro deverá ser autenticado pela repartição arrecadadora local.

Art. 11. Os compradores autorizados deverão enviar até o dia 10 de cada mês, a uma das repartições arrecadadoras da zona em que estiverem operando, uma demonstração, em duas vias, segundo o *Modelo V*, correspondente ao movimento do mês anterior. *Multa de 200\$000 a 400\$000 e o dobro na reincidência.*

Parágrafo único. A repartição arrecadadora enviará, imediatamente, a primeira via dessa demonstração à Diretoria das Rendas Internas, para o controle dos serviços, ficando a segunda via em poder da repartição remetente para a necessária fiscalização.

Art. 12. É vedado ao garimpeiro comprar pedras preciosas, sob pena de confisco da mercadoria comprada.

Art. 13. As pedras preciosas garimpadas só poderão ser vendidas pelos garimpeiros a compradores autorizados, a lapidários, a fabricantes e comerciantes de jóias e obras de ourives, legalmente estabelecidos.

Art. 14. Nenhuma partida de pedras preciosas, em bruto, poderá ser exposta à venda ou vendida, sem prévia classificação e avaliação, salvas as operações efetuadas diretamente pelos garimpeiros. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000 e o dobro na reincidência.*

Art. 15. Feita a avaliação e classificação das pedras preciosas, ao interessado será fornecido um certificado de acordo com o artigo 25.

Art. 16. Os compradores autorizados, lapidários, comerciantes e fabricantes de jóias e obras de ourives, exhibirão, sempre que lhes for exigido pela fiscalização, o certificado referido no artigo anterior. *Multa de 500\$000 a 1:000\$000 e o dobro na reincidência.*

Art. 17. O comprador autorizado, quando no exercício do seu comércio, deverá conduzir carteira de identidade, e, conforme o caso, uma via autenticada do decreto de autorização ou a prova legal referida no parágrafo único do art. 20.

Art. 18. O estalão de medida das pedras preciosas é o quilate de duzentos miligramas.

Art. 19. O transporte de pedras preciosas, de um para outro Estado da União, só poderá ser feito mediante guias de trânsito, segundo o *Modelo VI*, organizadas pelo interessado e visadas pela repartição arrecadadora federal, em que as mesmas forem apresentadas. *Multa de 1:000\$000 a 2:500\$000 e o dobro na reincidência.*

Parágrafo único. A guia de trânsito mencionará, tão minuciosamente quanto possível, sob pena de impugnação, os característicos da pedra ou partida a que se referir.

CAPÍTULO III

DA EXPORTAÇÃO DE PEDRAS PRECIOSAS

Art. 20. Somente poderão exportar pedras preciosas, em bruto ou lapidadas, os compradores autorizados, os lapidários, os fabricantes e comerciantes de jóias e obras de ourives, mediante inscrição na Fiscalização Bancária do Banco do Brasil.

Parágrafo único. O documento necessário à inscrição referida neste artigo é o registo de que trata o art. 21.

Art. 21. Para fins de estatística, fica estabelecido, independentemente das demais exigências deste decreto-lei, o registo obrigatório dos compradores autorizados, lapidários, fabricantes e comerciantes de jóias e obras de ourives, na repartição arrecadadora local, desde que realizem exportação.

§ 1.º O registo será concedido mediante pagamento da taxa de cem mil réis, devendo a repartição concedente exigir, quanto aos compradores autorizados, a exibição do título de autorização e, quanto aos demais, a prova de se acharem legalmente estabelecidos.

§ 2.º As repartições arrecadadoras darão conhecimento imediato da concessão do registo à Diretoria das Rendas Internas, com os elementos necessários à organização do cadastro.

Art. 22. Nenhuma pedra ou partida de pedras preciosas em bruto ou lapidadas poderá ser exportada sem prévia classificação e avaliação.

Art. 23. Na Capital Federal, os serviços de classificação e avaliação das pedras preciosas competem à Casa da Moeda.

Parágrafo único. A Casa da Moeda exercerá também fiscalização restrita, no sentido de estabelecer a relação entre os documentos de trânsito das pedras preciosas e a mercadoria apresentada pelos interessados.

Art. 24. Os serviços de classificação e avaliação, nos Estados, serão executados por peritos-avaliadores contratados, com as mesmas atribuições definidas no artigo anterior e seu parágrafo único e sob a orientação técnica da Casa da Moeda.

Art. 25. Feita a avaliação e classificação das pedras preciosas, ao interessado será fornecido um certificado, no qual se mencionará:

1º, a natureza das gemas, sua classificação, em sortes, segundo a coloração, a gua, a pureza, a forma, o rendimento industrial e quaisquer outras características notáveis;

2º, a regulação obtida pela balança e pelos crivos de separação;

3º, o peso total da partida e das regulações em quilates, métricos;

4º, o valor unitário do quilate, tanto das parcelas como do total das partidas;

5º, o nome do possuidor, portador ou despachante;

6º, procedência por Estados ou zonas de garimpagem.

Parágrafo único. Se necessário, o certificado de classificação e avaliação será acompanhado de uma prova fotográfica.

Art. 26. Quando o interessado não concordar com a classificação ou com o valor da avaliação, será designado um perito desempatador e as conclusões desse perito serão finais, sem direito a qualquer recurso.

Parágrafo único. Quando por qualquer circunstância não for possível a designação de perito desempatador entre os funcionários técnicos da Casa da Moeda, essa diligência poderá ser atribuída, nas mesmas condições, aos avaliadores da Caixa Econômica.

Art. 27. As despesas da avaliação, custeadas pelos interessados, serão pagas segundo tabela organizada pela Diretoria das Rendas Internas e aprovada pelo ministro da Fazenda.

Art. 28. A exportação de pedras preciosas poderá ser efetuada normalmente, a juízo do Governo, por meio do serviço de "colis-postaux" nas repartições da Capital Federal e dos Estados.

§ 1º. Para a exportação, as pedras preciosas deverão ser acondicionadas em sacos de couro ou em quaisquer outros volumes que ofereçam segurança ao transporte, lacrados e rubricados, em presença dos interessados, pelo funcionário que fizer a avaliação das pedras ou partida a exportar.

§ 2º. A apresentação dos volumes a exportar, com o certificado a que se refere o art. 25, não impede que a Fiscalização Bancária do Banco do Brasil faça, quando julgar necessário, a verificação do conteúdo dos mesmos volumes, obrigando-se a lacrá-los e rubricá-los, novamente, na presença do interessado e a aditar na via do certificado, que fica em poder do exportador, a seguinte declaração: "O volume foi aberto pela Fiscalização Bancária do Banco do Brasil".

Art. 29. O certificado da avaliação (*Modelo VII*) extrair-se-á em quatro vias: a 1.ª, em original, depois de visada pela Fiscalização Bancária do Banco do Brasil, será encaminhada à repartição expedidora; a 2.ª, será entregue ao interessado, que a arquivará para fins de fiscalização; a 3.ª, será remetida à Diretoria das Rendas Internas; e a 4.ª, aos serviços de avaliação e classificação, onde ficará arquivada.

Parágrafo único — A segunda, terceira e quarta vias serão extraídas a carbono e os certificados numerados a seguir.

CAPÍTULO IV

DOS LAPIDÁRIOS

Art. 30. Os lapidários ficam sujeitos à fiscalização estabelecida neste decreto-lei e deverão ser registrados na forma do § 1º do art. 24, na repartição local competente.

§ 1º. A exigência deste artigo é extensiva a qualquer negócio de lapidação explorado por firma individual ou coletiva.

§ 2º. Dos registros concedidos, as repartições arrecadoras darão conhecimento imediato à Diretoria das Rendas Internas do Tesouro Nacional, para a organização do cadastro geral, fiscalização e estatística.

Art. 31. O movimento das pedras preciosas pelos lapidários será lançado, diariamente, em livro próprio, devidamente autenticado na estação fiscal respectiva, segundo o *Modelo VIII*. *Multa de 1:000\$000 a 2:500\$000 aos que não possuírem os livros e de 500\$000 a 1:000\$000 e o dobro na reincidência aos que não preencherem qualquer dos requisitos previstos no referido Modelo.*

Art. 32. No livro de movimento da lapidação, organizado segundo o *Modelo IX* e autenticado pela repartição arrecadora local, serão escrituradas todas as pedras que se destinarem à lapidação ou à relapidação, quer pertencentes ao próprio lapidário, quer de outras origens. *Multa de 1:000\$000 a 2:500\$000 aos que não possuírem os livros e de 500\$000 a 1:000\$000 e o dobro na reincidência aos que não preencherem qualquer dos requisitos previstos no referido Modelo.*

Art. 33. A entrada das pedras para lapidação deverá constar de um talão, extraído em duas vias a carbono, numerado seguida-

mente e autenticado pela repartição arrecadadora local. (*Modelo X*) *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000 e o dobro na reincidência aos que não possuírem ou não fornecerem o talão.*

Parágrafo único. A primeira via do talão será entregue ao interessado, ficando a segunda via em poder do lapidário, que fará menção do número respectivo, na coluna correspondente à entrada da pedra. (*Modelo IX*). *Multa de 500\$000 a 1:000\$000 e o dobro na reincidência aos que infringirem esse parágrafo.*

CAPÍTULO V

DA ISENÇÃO

Art. 34. As operações de compra e venda de pedras preciosas em bruto estão isentas de impostos federais, estaduais e municipais.

CAPÍTULO VI

DA DIREÇÃO E FISCALIZAÇÃO

Art. 35. A direção, instrução e fiscalização do serviço a que se refere o presente decreto-lei, compete ao Ministério da Fazenda, por intermédio da Diretoria das Rendas Internas do Tesouro Nacional com a colaboração do Departamento Nacional da Produção Mineral do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. Compete ao Departamento Nacional da Produção Mineral levar ao conhecimento da Diretoria das Rendas Internas qualquer sugestão de ordem técnica, que lhe pareça necessária ao serviço, e bem assim, prestar assistência técnica à mesma Diretoria, quando solicitada.

Art. 36. Compete à Fiscalização Bancária do Banco do Brasil o exame dos documentos referentes à exportação de pedras preciosas, devendo visar o certificado de que trata o art. 28, § 2º, quando nada tenha a opor, ou negar-lhe o visto, com os motivos da recusa, por declaração escrita lançada no aludido certificado.

Parágrafo único. No caso de recusa do "visto" pela Fiscalização Bancária, compete à Diretoria das Rendas Internas do Tesouro Nacional autorizar ou não o desembaraço da mercadoria, para os efeitos de exportação, desde que a recusa não decorra de impossibilidade da concessão do câmbio.

Art. 37. A fiscalização externa incumbe, especialmente, aos agentes fiscais do imposto de consumo, nas secções ou circunscrições em que estejam servindo.

§ 1.º Quando houver auxiliares-contratados para a fiscalização, esse serviço será executado sob a orientação de agente fiscal do imposto de consumo, especialmente designado pela Diretoria das Rendas Internas.

§ 2.º A nomeação dos auxiliares-contratados far-se-á na forma da legislação vigente.

Art. 38. É dever dos agentes fiscais do imposto de consumo:

a) officiar às coletorias, expondo-lhes quaisquer dúvidas sobre o serviço de matrícula dos garimpeiros;

b) verificar se as pessoas que exercem a garimpagem se acham habilitadas, exigindo-lhes a apresentação do respectivo certificado de matrícula;

c) verificar se os compradores autorizados, por ocasião de suas compras, fizeram entrega do certificado a que se refere o art. 9º; se estão munidos da carteira de identidade e do título de autorização; e se o livro a que alude o art. 10 está regularmente escriturado;

d) visar, com expressa menção da data, os papéis, livros e documentos de que trata este decreto-lei, sem prejuízo de outro procedimento fiscal;

e) zelar pela integral obediência às disposições deste decreto-lei, iniciando, em tempo oportuno, o necessário processo para punição dos infratores;

f) dirigir e orientar os serviços dos auxiliares contratados.

Art. 39. Na falta de designação especial, nos termos do parágrafo primeiro do art. 37, ou na ausência dos funcionários responsáveis pelas secções ou circunscrições, aos auxiliares-contratados incumbe o desempenho das atribuições definidas no art. 38.

CAPÍTULO VII

DAS PENALIDADES

Art. 40. Aos infratores deste decreto-lei serão aplicadas as seguintes penalidades, além das estabelecidas nos seus diferentes dispositivos :

I — A pessoa não matriculada que exercer a garimpagem perderá em favor da Fazenda Nacional as pedras preciosas e a aparelhagem encontrada em seu poder.

II — Ao garimpeiro que infringir o art. 12 será cassado, para todos os efeitos, o seu certificado de matrícula e só após decorridos seis meses ser-lhe-á permitido obter outro.

III — O comprador não autorizado ou clandestino perderá, em proveito da Fazenda Nacional, as pedras preciosas que houver adquirido.

IV — Aos que comprarem pedras preciosas a garimpeiros não matriculados ou a pessoas não autorizadas: multa de 500\$ a 1:000\$, além da perda da mercadoria em favor da Fazenda Nacional.

V — O exportador que tentar exportar ou efetivamente exportar pedras preciosas sem se achar devidamente habilitado, ficará sujeito às penas de contrabando, sem prejuízo da penalidade criminal aplicável ao caso, perdendo o direito de reaver a mercadoria apreendida, que reverterá em favor da Fazenda Nacional.

VI — Aos que não restabelecerem a caução, a que alude a letra b do art. 8º, será cassada a autorização para a compra de pedras preciosas.

VII — Os que não escriturarem com clareza os livros e demais documentos exigidos por este decreto-lei, ficam sujeitos à multa de 500\$000 a 1:000\$000 e o dobro na reincidência.

VIII — Aos que, para iludir a fiscalização, simularem, viciarem, alterarem ou falsificarem documentos, bem como a escrituração dos livros: multa de 5:000\$ a 10:000\$, perdendo, na reincidência, todos os direitos assegurados neste decreto-lei.

IX — Aos que por qualquer forma embarçarem a ação fiscal: multa de 5:000\$ a 10:000\$ e o dobro na reincidência.

X — Aos que não exhibirem aos agentes do fisco os livros e demais documentos exigidos neste decreto-lei: multa de 1:000\$000 a 2:000\$ e o dobro na reincidência.

Art. 41. No interesse da Fazenda Nacional, os agentes do fisco procederão a exame da escrita geral de todos aqueles que estiverem sujeitos ao regime estabelecido no presente decreto-lei, sendo obrigatória a apresentação dos livros que possuírem: "Diário", "Razão", Copiadores de cartas e de faturas e demais livros auxiliares, tais como: "Contas-correntes", "Borrador", "Costaneira", talões de notas ou de faturas e quaisquer outros. (Multa de 5:000\$000 a 10:000\$000.

§ 1.º Se recusada a exibição dos livros comerciais registrados no Departamento Nacional de Indústria e Comércio, o agente do fisco intimará o contraventor a apresentá-los no prazo de 48 horas, lavrando o competente auto se não for cumprida essa exigência, e levando o fato ao conhecimento do chefe da repartição, para o devido procedimento. Quando houver recusa da exibição de qualquer livro fiscal ou comercial não registrado, a lavratura do auto independará da referida intimação. *Multa deste artigo.*

§ 2.º Se, pelos livros apresentados, não se apurar o movimento comercial, colher-se-ão os elementos precisos no exame de livros ou documentos de outros estabelecimentos que se relacionem com o fiscalizado, ou nos despachos, livros, etc., de estações ou agências de empresas de transporte, ou em outras fontes subsidiárias.

CAPÍTULO VIII

DA CONTRAÇÃO E PROCESSO ADMINISTRATIVO

Art. 42. As contrações do presente decreto-lei serão apuradas mediante processo administrativo, que terá por base auto de infração lavrado pelos agentes fiscais do imposto de consumo, ou por funcionário especialmente designado para o serviço, sendo admissível denúncia escrita dada por particulares.

Parágrafo único. O processo poderá ser iniciado, excepcionalmente, por meio de representação, quando no momento da diligência não for possível apurar o nome do infrator, ou do detentor da propriedade em contração.

Art. 43. O auto deverá relatar a infração com clareza, sem entrelinhas, rasuras, emendas ou borrões, mencionando o local, dia e hora de sua lavratura, o nome do infrator e das testemunhas, se houver, e tudo mais que ocorrer na ocasião e possa esclarecer o processo.

§ 1.º Salvo circunstância especial, lavrar-se-á o auto no local em que for verificada a infração. Poderá o auto ser dactilografado ou impresso em relação às palavras usuais, preenchidos os claros a mão e inutilizadas as linhas em branco.

§ 2.º As incorreções ou omissões do auto não acarretarão a nulidade do processo, quando deste constarem elementos suficientes para determinar com segurança a infração e o infrator.

§ 3.º O auto deverá ser submetido à assinatura do autuado e das testemunhas, se houver, não implicando a assinatura do autuado, que poderá ser lançada sob protesto, em confissão da falta, nem a sua recusa em agravação desta.

§ 4.º Se o infrator e as testemunhas se recusarem a assinar o auto, neste far-se-á menção de tal circunstância.

Art. 44. O autuante deverá apreender qualquer documento que possa comprovar as infrações.

§ 1.º Quando a infração for verificada em livro, não se fará a apreensão deste, mas a falta deverá constar circunstanciadamente do auto, exarando-se no livro um termo do ocorrido.

§ 2.º Nos casos de que trata o art. 40, em seus ns. I, III, IV e V, haverá a apreensão da aparelhagem e das pedras preciosas, fazendo-se minuciosa descrição destas no respectivo auto.

§ 3.º As pedras preciosas apreendidas ficarão depositadas na repartição preparadora do processo, até final solução deste, salvo determinação em contrário das Delegacias Fiscais ou da Diretoria das Rendas Internas, para melhor segurança do objeto da apreensão.

§ 4.º O autuante, para sua ressalva, deverá exigir da respectiva repartição, no momento em que protocole o auto, recibo minucioso da entrega das pedras preciosas.

§ 5.º A aparelhagem e pedras apreendidas só serão restituídas aos autuados depois de julgado improcedente o auto por despacho irrecorrível.

§ 6.º No caso de auto procedente e passada a decisão em julgado, a autoridade prolatora de 1.ª instância pedirá instruções à Diretoria das Rendas Internas sobre o destino dos objetos apreendidos.

Art. 45. Aos autuados será assegurada defesa ampla, feita a intimação da seguinte forma:

a) pelo autuante, quando lavrado o auto em presença do infrator, dando-se-lhe intimação escrita, em que se mencionarão as infrações e o prazo marcado para a defesa;

b) pela repartição, quando o auto for lavrado na ausência do infrator;

§ 1.º A repartição fará intimar o infrator:

a) pessoalmente, quando residir no local;

b) por aviso do Correio (AR), quando residir em lugar distante da sede da repartição;

c) por edital, em jornal oficial ou de maior circulação, quando em lugar incerto e não sabido.

§ 2.º A defesa será apresentada dentro do prazo de trinta dias úteis, contados da ciência do infrator ou da primeira publicação ou afixação do edital.

§ 3.º Se o autuado alegar motivo justo, que, a juízo do chefe da repartição, impeça a apresentação da defesa no prazo marcado, poderá este ser prorrogado por mais dez dias úteis.

§ 4.º Decorrido o prazo sem que o infrator apresente defesa, será ele considerado revel, fazendo-se nesse sentido declaração no processo, que subirá a despacho.

Art. 46. O preparo dos processos compete às repartições arrecadadoras locais, que os farão conclusos aos delegados fiscais para julgamento, salvo no Distrito Federal e na capital do Estado de São Paulo, onde o preparar e julgamento cabe às respectivas Recebedorias.

§ 1.º O julgamento a que se refere este artigo será feito depois de ouvido o autuante e reunidos os esclarecimentos necessários, não podendo o julgador reconsiderar a decisão que houver proferido.

§ 2.º Se ao processo se apurar a responsabilidade de diversas pessoas, será imposta a cada uma a pena relativa à falta cometida.

§ 3.º No despacho que impuser a penalidade, será ordenada a intimação do autuado não só para que tenha ciência da perda dos objetos apreendidos em favor da Fazenda Nacional e mais também se for o caso, pague a importância da multa no prazo de trinta dias, contados da intimação, sob pena de cobrança executiva, salvo interposição de recurso dentro do prazo legal indicado no despacho.

§ 4.º A intimação do despacho far-se-á com observância do disposto no § 1.º do art. 45.

Art. 47. Os processos de infração serão organizados na forma de autos forenses, com as folhas devidamente numeradas e rubricadas, e os documentos, informações e pareceres em ordem cronológica.

CAPÍTULO IX

DOS RECURSOS

Art. 48. Das decisões condenatórias cabe recurso voluntário para o Segundo Conselho de Contribuintes.

Art. 49. O recurso voluntário, que terá efeito suspensivo, será interposto dentro do prazo de vinte dias da intimação do despacho,

ou de sessenta dias contados da sua publicação no "Diário Oficial", no Distrito Federal, ou da publicação ou afixação do edital, nos Estados.

Art. 50. Nenhum recurso será encaminhado sem o prévio depósito da importância exigida ou sem fiança idônea somente admitida nos casos superiores a cinco contos de réis, perimindo o direito do recorrente se não o fizer no prazo fixado no artigo anterior.

Art. 51. Se, dentro do prazo legal, não houver recurso regularmente interposto, far-se-á declaração dessa circunstância no processo.

Parágrafo único. O recurso perempto também será encaminhado, mediante os requisitos do art. 50, à instância superior, que julgará da perempção.

Art. 52. Da decisão favorável às partes, ainda que desclassifique a infração descrita no auto, haverá recurso *ex-officio*, também com efeito suspensivo, para o Segundo Conselho de Contribuintes.

§ 1º. O recurso *ex-officio* será interposto no próprio ato da decisão.

§ 2º. Quando do mesmo processo constar mais de uma pessoa autuada, a decisão favorável a qualquer delas, embora outras sejam punidas, obriga a recurso *ex-officio*, que só se será encaminhado à instância superior depois de esgotados os prazos de cobrança amigável ou de extraída a certidão de dívida para cobrança executiva.

Art. 53. Os recursos para o Conselho de Contribuintes serão encaminhados diretamente pelas repartições de primeira instância.

Art. 54. As decisões por equidade são da competência privativa do ministro da Fazenda.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, o Conselho poderá propor ao ministro da Fazenda a aplicação de equidade, prestando informações minuciosas sobre os antecedentes do infrator.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 55. Metade da importância da multa efetivamente arrecadada será adjudicada aos autuantes, denunciante e funcionários indicados no art. 42, que tenham interferido no processo.

Art. 56. Quando a multa for arrecadada por meio de cobrança judicial, deduzir-se-á da quota a distribuir a metade das despesas efetuadas com a mesma cobrança.

Art. 57. As mercadorias abandonadas ou confiscadas serão vendidas em leilão ou em concorrência, atribuindo-se aos autuantes ou denunciante 50 % do valor apurado, convertida a importância restante em renda eventual da União.

Parágrafo único. Para os efeitos deste decreto-lei, considera-se mercadoria abandonada a que não houver sido reclamada por quem de direito até 90 dias depois de findo o processo.

Art. 58. Os casos omissos neste decreto-lei, quanto a autuação, intimação, preparo de processo, imposição de penalidades, julgamento, recursos e vantagens pecuniárias, serão resolvidos de acordo com as normas vigentes para o imposto de consumo.

Art. 59. O Governo Federal, quando julgar conveniente, podera instituir o monopólio da compra de pedras preciosas nas zonas de garimpagem, a bem da defesa dos interesses econômicos do país e da proteção aos garimpeiros.

Art. 60. Aos atuais compradores autorizados fica marcado o prazo de seis meses para integralização das fianças fixadas neste decreto-lei.

Art. 61. Para os serviços de avaliação, classificação, fiscalização, arquivo e cadastro, serão admitidos, como extranumerários, 5 assistentes-técnicos, 12 inspetores e 5 auxiliares de escrita, todos de 5ª classe.

Art. 62. Ficam revogados o decreto n. 24.193, de 3 de maio de 1934, na parte relativa à garimpagem e ao comércio das pedras preciosas, e o regulamento aprovado pelo decreto n. 1.193, de 11 de novembro de 1936.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Fernando Costa.

Estado.....

Municipio.....

N. de ordem	Data	Nome	Naturalidade	Idade	Residência	Zona em que vai operar	Observ.

MODELO II

N.....

CERTIFICADO DE MATRÍCULA DO GARIMPEIRO

Estado

Município

Certifico que.....
(Nome)com.....anos de idade..... natural do Estado
(Estado civil)

do.....residente em.....

.....está matriculado nesta repartição sob o n.....

(.....) para garimpar pedras preciosas no
(Para anulação)

trecho do.....

.....compreendido entre.....
.....na zona.....

.....de.....de 19.....

.....
Coletor Federal

MODELO III

N.....

DECLARAÇÃO DE COMPRA DE PEDRAS PRECIOSAS

Estado

Município

Declaro que comprei ao.....
(Nome).....matriculado sob o n.....
(N. da portaria ou matrícula)

a quantidade de pedras preciosas abaixo mencionadas, pelo valor de

.....
(.....\$.....) à razão de.....por quilate.

Quantidade de pedras preciosas:.....

.....de.....de 19.....

O comprador autorizado por decreto n.....de.....

.....

.....
(Assinatura)

(Isento de selo)

MODELO IV

LIVRO DO COMPRADOR

Entrada						Saída					Observações	
Data	N. da declaração de compra	Nome do vendedor	N. da portaria ou matrícula do vendedor	Número de quilates	Importância paga	Data	Documento comprovante	Destino	N. da matrícula do comprador	Número de quilates		Importância paga
							(1)	(2)				

NOTA:— Na coluna (1), se deverá declarar, segundo a hipótese, o número da declaração de compra ou número do talão do lapidário ou do certificado de avaliação.

Na coluna (2), declarar o nome do comprador ou lapidador, ou para onde foi exportada a mercadoria.

MODELO V
DEMONSTRAÇÃO DO MOVIMENTO MENSAL DO COMPRADOR

Mês de.....de 19..... Nome do comprador Portaria n.....de.....de 19.....

Entrada						Saída						Observações
Data	N. da declaração de compra	Nome do vendedor	N. da portaria ou matrícula do vendedor	Número de quilates	Importância paga	Data	Documento comprovante	Destino	N. da matrícula ou decreto do comprador	Número de quilates	Importância paga	
							(1)	(2)				

Nota: — Na coluna (1), se deverá declarar, segundo a hipótese, o número da declaração de compra ou número do talão do lapidário, ou ainda do certificado de avaliação.

Na coluna (2), declarar o nome do comprador ou do lapidário, no para onde foi exportada a mercadoria.

MODELO VI

GUIA DE TRÂNSITO INTERNO

Coletoria Federal em

Estado de.....

Pela presente guia de trânsito fica o sr.....
(Nome)

.....residente em.....

....., natural de.....
(Profissão)

....., autorizado a transportar de.....

para....., uma partida de pedras preciosas, no
valor declarado de Rs.....

..... (.....\$.....),

cujos característicos se discriminam do modo seguinte:.....

.....

.....de.....de 19.....

.....
(Assinatura)

Visto.

.....em.....de.....de 19.....

.....
(Coletor Federal ou chefe da repartição)

Ministério da Fazenda
CASA DA MOEDA
Rio de Janeiro

MODELO VII

Visto

Certificado n.....

.....
Diretor

Certificamos que..... residente em.....
devidamente autorizado..... de..... apresentou para classificação e ava-
liação uma partida de..... procedente de..... Estado.....
com o peso de..... a qual, submetida a exame, na forma legal, acusou
o resultado seguinte:

Ordem	Crivo	Número	Especificação	Peso em gramas	Preço da grama	Valor da partida em réis	Observações

Secção de Avaliação,....de.....de 19....

.....
Perito-Avaliador

.....
Fiscal

Sito à rua.....n.

Data da entrada	Número do talão	Número de pedras	Número de quilates bruto	Nomes do proprietário das pedras	Pedras lapidadas		Observações
					Número de quilates	Data da saída	

MODELO X
TALÃO DO LAPIDÁRIO

N.....

Recebi do sr.
estabelecido com negócio
(dizer do autorizado, comerciante, etc.)

à rua
..... pesando bruto
(quantidade e espécie das pedras)

..... quilates, afim de serem lapidadas,
(referência ao peso por extenso)

mercadoria que devolverei dentro do prazo de dias.

..... de de 19.....

.....
(Assinatura)

DECRETO-LEI N. 467 — DE 4 DE JUNHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de réis 950:000\$000, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito de 950:000\$000 (novecentos e cinquenta contos de réis) suplementar à sub-consignação 17 — Custeio, etc., Anexo 11, art. 3º, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937, para atender à majoração de quotas concedidas pela União a diversos dos Estados com os quais mantem “acordos” para execução de serviços de algodão e outras plantas têxteis, na seguinte base:

Pará.	100:000\$000
Maranhão.	100:030\$000
Paraíba.	200:000\$000
Pernambuco.	400:000\$000
Paraná.	100:000\$000
Goiaz	50:000\$000

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 468 — DE 4 DE JUNHO DE 1938

Institue um concurso de veículos a gasogênio e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição:

Considerando que o programa atual do Governo visa a expansão das forças de produção, para o aumento das exportações;

Considerando que, para se alcançar esse objetivo, é necessário que o transporte das safras seja o mais barato possível;

Considerando que o custo do carburante usual é excessivo, não permitindo, por isso, a mecanização racional dos trabalhos rurais, o que não ocorre com o emprego do gasogênio, pelo seu baixo preço e consequente barateamento do transporte dos produtos agrícolas e industriais;

Considerando, finalmente, que é função precípua do Ministério da Agricultura incrementar, por todos os meios, a produção nacional, decreta:

Art. 1º. Fica instituído um concurso de veículos a gasogênio, a realizar-se a partir da 1ª quinzena de setembro do corrente ano, de

acordo com o regulamento que o Ministério da Agricultura aprovar obedecendo ao seguinte critério:

- a) menor custo de veículo a gasogênio, por tonelada de carga útil transportada;
- b) menor necessidade de calorías (gasto de carvão ou lenha) no percurso total;
- c) menor tempo gasto no percurso total;
- d) necessidade de limpeza do filtro em maior percurso;
- e) necessidade de limpeza do gasogênio em maior percurso;
- f) melhor estado do motor no fim do percurso e melhor regularidade de funcionamento;
- g) maior velocidade média do veículo no percurso de Belo Horizonte ao Rio de Janeiro;
- h) melhor estado do óleo e menor gasto;
- i) menor peso do veículo por tonelada de carga útil;
- j) menor tempo gasto para acender o gasogênio e início da marcha.

Art. 2º. Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 200.000\$000 duzentos contos de réis), para atender às despesas (Serviços e Encargos) com a realização do concurso mencionado no artigo anterior, inclusive aquisição de cinco (5) veículos que maior número de pontos obtiverem.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 469 — NÃO FOI PUBLICADO.

DECRETO-LEI N. 470 — DE 4 DE JUNHO DE 1938

Modifica o Quadro II do Ministério da Justiça e Negócios Interiores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica elevado para sete (7) o número de cargos da classe I, na carreira de Censor do Quadro II do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, anexo à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, abrindo-se para este fim o necessário crédito.

Rio de Janeiro, 4 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 471 — DE 6 DE JUNHO DE 1938

Cria, na Caixa de Amortização, dez lugares de ajudantes de tesoureiro e cinco lugares de conferente de valores, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Ficam criados no quadro IV — Caixa de Amortização, do Ministério da Fazenda, mais seis (6) lugares de ajudante de tesoureiro da Dívida Pública, quatro (4) de ajudante do tesoureiro do Papel Moeda e cinco (5) de conferentes de valores, todos do padrão J, sendo os de ajudante exercidos em comissão.

Art. 2º. Os cargos de que trata o artigo anterior devem ser providos de preferência por funcionários em disponibilidade.

Art. 3º. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 168:750\$000 (cento e sessenta e oito contos, setecentos e cincoenta mil réis), para atender, no corrente ano, ao pagamento dos vencimentos dos aludidos cargos, sendo:

1) Pessoal Permanente.

Pessoal em Comissão.

6 ajudantes de tesoureiro da Dívida Pública (J)....	67:500\$000
4 ajudantes do tesoureiro do Papel Moeda (J).....	45:000\$000

Pessoal efetivo:

5 conferentes de valores (J).....	56:250\$000
	<hr/>
	168:750\$000
	<hr/>

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 472 — DE 6 DE JUNHO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Trabalho, o crédito suplementar de 490:000\$ às verbas que especifica e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º Fica aberto, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito suplementar de quatrocentos e noventa contos de

réis (490:000\$000), às seguintes verbas do atual orçamento daquele Ministério (Anexo n. 7 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1927):

VERBA 2 — MATERIAL

I — Material Permanente

Sub-consignação 1 — Mobiliário e moveis diversos:		
91) — Secretaria de Estado	30:000\$0	
Sub-consignação 2 — Máquinas de escrever, de calcular e outras e utensílios, etc:		
01) — Secretaria de Estado	90:000\$0	120:000\$0

III — Diversas Despesas

Sub-consignação 20 — Iluminação, gás, etc.:

01) — Secretaria de Estado	90:000\$0	
Sub-consignação 21 — Telefones, telegramas, etc.:		
01) — Secretaria de Estado	40:000\$0	130:000\$0
		<hr/> 250:000\$0

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

I — Diversos

Sub-consignação 7 — Instalação do Ministério no novo edifício, inclusive aquisição de móveis, etc.	240:000\$0
	<hr/> 490:000\$0

Art. 2.º Fica transferida, na discriminação da Verba 1 — Pessoal — II — Pessoal Extranumerário — Sub-consignação n. 2 (página 26 do anexo n. 7), a importância de sessenta contos de réis (60:000\$0), do Instituto Nacional de Tecnologia para a Secretaria do Estado.

Art. 3.º Ficam sem aplicação, nas dotações abaixo mencionadas do vigente orçamento do mesmo Ministério, as importâncias seguintes:

VERBA 2 — MATERIAL

II — Material de consumo

Sub-consignação 10 — Combustíveis, e lubrificantes:

02. — Departamento Nacional do Povoamento	15:000\$0	
Sub-consignação 11 — Material necessário à confecção de carteiras, etc.		
	60:000\$0	75:000\$0

III — *Diversas Despesas*

Sub-consignação 23 — Carretos, fretes, transportes, etc.:

01) — Secretaria de Estado.....	6:000\$0
02) — Departamento Nacional do Trabalho	4:000\$0
03) — Departamento Nacional de Indústria e Comércio	5:000\$0
06) — Departamento Nacional do Povoamento, etc.	7:000\$0
07) — Departamento E. e Publicidade..	4:000\$0
08) — Departamento Nacional de Seguros Privados e Capitalização, etc..	2:000\$0
10) — Instituto Nacional de Tecnologia..	2:000\$0

Sub-consignação 25 — Ligeiros reparos no edificio, etc.:

01) — Secretaria de Estado	75:000\$0
--------------------------------------	-----------

Sub-consignação 27 — Despesas miudas e de pronto pagamento, etc.:

04) — Departamento Nacional da Propriedade Industrial.....	2:000\$0
05) — Departamento Nacional de Indústria e Comércio	3:000\$0
08) — Departamento de Estatística e Publicidade	5:000\$0

Sub-consignação 29 — Diversos:

01) — Juntas de Conciliação e julgamento, etc.	10:000\$0	
04) — Departamento de E. e Publicidade para aluguéis, etc.	19:000\$0	
05) — Departamento de E. e Publicidade para trabalhos de fotogravura, etc.	1:000\$0	145:000\$0
		<hr/> 220:000\$

VERBA 4 — *Eventuais*I — *Diversos*

Sub-consignação 4 — Despesas imprevistas, etc...	270:000\$0
	<hr/> 490:000\$0

Art. 4º E' o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, autorizado, no corrente exercício, a atribuir às dotações orçamentárias das diversas Repartições do mesmo Ministério, na sub-consignação n. 10 da Verba 1 — Pessoal e nas da Verba 2 — Material, as despesas da Secretaria de Estado, cuja natureza seja de interesse geral do Ministério, ordenando o respectivo empenho na Diretoria de Contabilidade.

Art. 5.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Carlos Vidal.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 473 — DE 6 DE JUNHO DE 1938

Autoriza aplicação de apólices da emissão realizada nos termos do decreto n. 1.967, de 15 de setembro de 1937.

O Presidente da República, tendo em vista o disposto nos artigos 12 e 13 da lei n. 420, de 10 de abril de 1937, e usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º. Além dos fins enumerados no artigo 1º do decreto número 1.967, de 15 de setembro de 1937, destina-se também a emissão de apólices a que o mesmo se refere, ao pagamento de capital de movimento previsto no artigo 12 da lei n. 420, de 10 de abril daquele ano.

Art. 2.º. Fica o ministro da Fazenda autorizado a entregar ao Lloyd Brasileiro tantas apólices da emissão aludida no artigo anterior, quantas bastem para perfazer a importância de 5.000:000\$000 (cinco mil contos de réis), que será empregada pelo Lloyd como capital de movimento para garantir a regularidade de suas operações de natureza comercial.

Art. 3.º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de junho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 474 — DE 8 DE JUNHO DE 1938

Dispõe sobre o processo dos crimes da competência do Tribunal de Segurança Nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que posteriormente à entrada em vigor do decreto-lei n. 428, de 16 de maio de 1938, que dispôs sobre o processo dos crimes definidos nas leis ns. 38 e 136, de 4 de abril e 14 de dezembro de 1935, o decreto-lei n. 431, de 18 de maio de 1938, definiu

novos crimes da competência do Tribunal de Segurança Nacional, decreta:

Art. 1.º O processo e julgamento dos crimes da competência do Tribunal de Segurança Nacional será feito na forma desta lei.

Art. 2.º Recebido o inquérito relativo ao crime, o presidente do Tribunal dará imediata vista do mesmo ao procurador, ou a um dos adjuntos do procurador, designando o juiz e o escrivão que devam funcionar no processo.

Art. 3.º Dentro de quarenta e oito horas contadas da abertura da vista, o representante do Ministério Público procederá à classificação do crime, indicando os seus autores, co-autores e cúmplices, e as penas aplicáveis.

Art. 4.º O juiz do feito mandará, "incontinenti", citar o réu, ou os réus, para defender-se e constituir advogado dentro em vinte e quatro horas; nomeará defensor para os que o não apresentarem, e concederá à defesa vista dos autos, em cartório, pelo prazo de quarenta e oito horas.

Parágrafo único. A citação será feita pessoalmente se o réu estiver preso, ou, quando solto ou foragido, por edital afixado à porta do Tribunal.

Art. 5.º Em seguida, o juiz marcará, para instrução e julgamento do feito, uma audiência que terá início dentro de três dias.

Art. 6.º Iniciada a audiência, feita a qualificação do réu, ou dos réus, quando o juiz não a entender dispensável, e ouvidas as testemunhas de defesa, se tiverem sido apresentadas, o representante do Ministério Público sustentará oralmente a acusação, em trinta minutos, seguindo-se a defesa, pelo mesmo modo.

§ 1.º As testemunhas serão duas, no máximo, para cada réu, não devendo a inquirição de cada uma delas durar mais de quinze minutos.

§ 2.º A defesa não excederá de meia hora quando estiver confiada a um só advogado. Havendo vários advogados, cada um deles poderá falar durante quinze minutos.

Cada réu não lerá, porém, mais de um advogado.

§ 3.º O juiz poderá dispensar o comparecimento do réu e resolverá em definitivo as questões preliminares e incidentes suscitadas na audiência.

Art. 7.º Na mesma audiência, o juiz proferirá a sentença, que mandará reduzir a escrito juntamente com o resumo do debate e do depoimento das testemunhas.

Art. 8.º Tratando-se do crime cometido fora do Distrito Federal, a autoridade judiciária deprecada, nos atos que lhe couberem, observará no que for aplicável, o disposto nesta lei, tomando por escrito o depoimento das testemunhas de defesa e remetendo em seguida a precatória ao juiz deprecante.

Art. 9.º Considera-se provado, desde que não elidido por prova em contrário, o que ficou apurado no inquérito. Mas o juiz poderá, "ex-officio", reanquirir as testemunhas que neste depuseram.

Art. 10. Da sentença do juiz poderá ser interposto, pela defesa ou pelo Ministério Público, imediato recurso de apelação para o tribunal pleno, o qual, convocado pelo presidente, se reunirá dentro em cinco dias para julgá-lo.

§ 1.º Haverá sempre apelação "ex-officio", com efeito suspensivo, da sentença absolutória.

§ 2.º No ato da convocação o presidente designará o juiz que deva relatar o feito.

Art. 11. Observados os prazos do art. 6.º, o relatório, a sustentação e a impugnação do recurso serão feitos oralmente.

Estando a defesa confiada a mais de um advogado, um será dentre eles eleito para falar por todos. A escolha será feita pelos próprios advogados, ou pelo presidente do Tribunal se não houver acordo da maioria.

§ 1.º A seguir, em sessão secreta, o presidente tomará os votos dos juizes e votará em último lugar, proclamando depois a decisão em sessão pública se, a seu juízo, não houver inconveniente para a Justiça.

§ 2.º Em caso de empate, prevalecerá o voto do presidente.

Art. 12. Continuam em vigor, no que não for contrário às desta lei, as disposições processuais e regulamentares relativas à instrução e ao julgamento dos crimes da competência do Tribunal de Segurança Nacional.

Art. 13. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de junho de 1938; 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 475 — DE 8 DE JUNHO DE 1938

Modifica artigos do decreto-lei n. 426, de 12 de maio do corrente ano, que organizou o Tribunal de Contas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Os artigos 11, 12 e 13, que constituem o Capítulo III do decreto-lei n. 426 de 12 de maio do corrente ano, ficam modificados do seguinte modo:

"Art. 11. Os trabalhos a cargo da Secretaria do Tribunal serão executados por funcionários do Quadro II, do Ministério da Fazenda, e por pessoal extranumerário.

Art. 12. A nomeação, acesso, direitos, deveres e penalidades desses funcionários obedecerão às normas estabelecidas pela lei número 284, de 28 de outubro de 1936, e demais dispositivos legais sobre a matéria.

Art. 13. A admissão do pessoal extranumerário far-se-á nos termos e pelo modo prescritos no decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938."

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República,

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 476 — DE 8 DE JUNHO DE 1938

Incorpora as carreiras de Médico Sanitarista dos Quadros II a VIII do Ministério da Educação e Saúde à do Quadro I, do mesmo Ministério.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, e atendendo à proposta feita pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil, com fundamento no artigo 10, alínea a, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, decreta:

Art. 1º. As carreiras de Médico Sanitarista, dos Quadros II a VIII, do Ministério da Educação e Saúde, ficam incorporadas à do Quadro I do mesmo Ministério, constituindo uma carreira única, que atenderá às necessidades dos serviços nas várias regiões a que se refere o artigo 4º da Lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937.

§ 1º. Enquanto não se proceder à revisão da lotação dos Médicos Sanitaristas nas diversas repartições do Ministério da Educação e Saúde, será obedecida a atual.

§ 2º. As tabelas relativas às carreiras em apreço, ficam, em consequência do disposto neste artigo, modificadas de acordo com a que acompanha o presente decreto-lei.

Art. 2º. Os funcionários que ocupam, efetivamente, cargos das carreiras de Médico Sanitarista, dos atuais Quadros II a VIII do referido Ministério, deverão ter seus decretos apostilados, conforme a tabela anexa a este decreto-lei.

Art. 3º. Todos os que tenham sido nomeados, interinamente, após a vigência das leis 284 e 378, de 28 de outubro de 1936 e 13 de janeiro de 1937, para cargos das carreiras de Médico Sanitarista do Ministério da Educação e Saúde, que passam a ser intermediários na nova carreira, serão exonerados logo que entre em vigor o presente decreto-lei.

§ 1º. Essas pessoas deverão ser nomeadas em caráter interino, para cargos da classe inicial da carreira de Médico Sanitarista do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde.

§ 2º. O Conselho Federal do Serviço Público Civil inscreverá, *ex-officio*, no concurso aberto pelo ato n. 55, de 21 de março de 1938, as pessoas exoneradas na forma deste artigo.

Art. 4º. Ficam deduzidas da verba 1, consignação 1 — Pessoal permanente, sub-consignações 2 a 8, do orçamento em vigor para o Ministério da Educação e Saúde, as importâncias de 70:700\$000, 60:200\$, 69:300\$, 60:200\$, 60:200\$, 69:300\$ e 13:300\$000, respectivamente, que ficam incorporadas à sub-consignação 1 das mesmas consignação e verba.

Art. 5º. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de junho de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

MINISTÉRIO DA

Tabela a que se refere o art. 1º do De-

Situação anterior					
N. de cargos	Carreira	Classe	Excedentes	Vagos	Quadro
	MÉDICO SANITARISTA				
5		M	—	—	I
10		L	4	—	I
16		K	85	—	I
1		K	—	—	II
1		K	—	—	III
1		K	—	—	IV
1		K	—	—	V
1		K	—	—	VI
1		K	—	—	VII
1		K	—	—	VIII
24		J	18	—	I
2		J	—	—	II
1		J	—	—	III
1		J	—	—	IV
1		J	—	—	V
1		J	—	—	VI
1		J	—	—	VII
30		I	—	27	I
4		I	—	—	II
4		I	—	—	III
5		I	—	—	IV
4		I	—	—	V
4		I	—	—	VI
5		I	—	—	VII
40		H	—	31	I

N. 5.278. — Em 31 de maio de 1938 — Excelentíssimo Senhor Presidente da República. — Tenho a honra de submeter à aprovação de Vossa Excelência as instruções para entendimento e aplicação das condições essenciais e complementares do merecimento dos funcionários, elaboradas por este Conselho em obediência ao disposto no artigo 1º do decreto n. 2.603, de 29 de abril último.

EDUCAÇÃO E SAÚDE

QUADRO

Decreto-lei nº 476 de 8 de Junho de 1933

Situação nova

N. de cargos	Carreira	Classe	Excedentes	Vagos
	MÉDICO SANITARISTA			
5		M	—	
14		L	—	
25		K	85	—
32			17	—
41		I	—	12
50	Os cargos vagos desta carreira serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.	H	—	41

2. O regulamento de promoções dos funcionários públicos civis, expedido com o decreto n. 2.290, de 28 de janeiro do ano em curso, discriminara as condições essenciais e complementares de merecimento (arts. 27 e 28), cujo entendimento e aplicação seriam fixados em instruções oportunamente expedidas;

3. Recebendo o encargo de elaborar essas instruções o Conselho organizou duas tabelas, uma delas indicando a aplicação dos diferentes itens daquelas condições às carreiras profissionais existentes, e a outra traçando orientação segura aos chefes de serviço e às Comissões de Eficiência para o julgamento do mérito dos funcionários, com a preocupação de tornar essencialmente objetivo esse julgamento.

4. As duas citadas tabelas e as disposições esclarecedoras que figuram nas instruções que o Conselho apresenta à consideração de Vossa Excelência representam a parte complementar do regulamento de promoções, facilitando a plena execução dos salutaros princípios nele consagrados.

Apresento a Vossa Excelência os protestos de meu mais profundo respeito. — *Luiz Simões Lopes*, presidente.

Aprovado. Em 4-6-1938. — G. VARGAS.

DECRETO-LEI N. 477 — DE 8 DE JUNHO DE 1938

Aprova a Convenção relativa ao mínimo de capacidade profissional dos capitães e oficiais de marinha mercante, firmada em Genebra a 5 de dezembro de 1936, por ocasião da 21ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do artigo 180 da Constituição de 10 de novembro de 1937:

Resolve aprovar a Convenção relativa ao mínimo de capacidade profissional dos capitães e oficiais de marinha mercante, firmada em Genebra a 5 de dezembro de 1936, por ocasião da 21ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Rio de Janeiro, em 8 de junho de 1938, 117º da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS,

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 478, DE 8 DE JUNHO DE 1938

Dá nova redação à sub-consignação 9, da verba 3 — Serviços e Encargos do orçamento vigente do Ministério da Agricultura

O Presidente da República usando da faculdade que lhe confere o art. 180, da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica assim redigida a rubrica correspondente à sub-consignação 9, da verba 3 — Serviços e Encargos, I — Diversos, do anexo 11, do Decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937:

Sub-consignação 9 — Aquisição de material agrícola, avícola, de apicultura e de sericicultura, de máquinas destinadas ao esfolamento de animais de grande porte; de vacinas e soros e de produtos de outra qualquer natureza para revenda a agricultores, criadores e proprietá-

rios de estabelecimentos que elaboram produtos de origem animal, sendo mil contos de réis (1.000:000\$000) para vacinas.

Parágrafo único — Na aquisição de máquinas destinadas ao esfolamento de animais de grande porte só poderá ser aplicada uma quantia até o máximo de 25:000\$000.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de junho de 1938, 117º da Independência e da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 479 — DE 8 DE JUNHO DE 1938

Dispõe sobre a expulsão de estrangeiros

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que, após a publicação do decreto-lei n. 392, de 27 de abril de 1938, foram definidos novos crimes contra a personalidade internacional do Estado e a ordem política e social;

Considerando que ao Poder Executivo é reservada a mais ampla competência no que diz respeito ao interesse da segurança nacional e da tranquilidade pública, decreta:

Art. 1.º É passível de expulsão o estrangeiro que de qualquer forma atentar contra a personalidade internacional do Estado, a ordem política ou social, a tranquilidade e moralidade pública, a economia popular, ou que a elas pelo seu procedimento se tornar nocivo.

Art. 2.º Fica ainda sujeito à expulsão o estrangeiro:

1 — que, de qualquer forma:

- a) atentar contra a dignidade da Pátria;
- b) atentar contra a segurança da propriedade, ou a liberdade do trabalho;
- c) cometer crime eleitoral de caráter doloso;
- d) praticar contrabando, falsificação de moeda ou de títulos e papéis de crédito da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, ou de estabelecimentos de crédito;
- e) praticar o lenocínio, o tráfico de mulheres, a corrupção de menores; ou se tornar culpado de violência carnal, estupro, deflora-mento, ultrage público ao pudor; peculato, falência, estelionato, abuso de confiança, extorsão, sociedade secreta;
- f) exercer comércio ilícito de tóxicos e entorpecentes; de qual-quer modo se prestar a distribuí-los ou difundí-los;
- g) for vagabundo ou mendigo, ou se converter em encargo para o poder público;
- h) for considerado elemento pernicioso à ordem pública pela polícia de outro país;
- i) tiver sido expulso de outro país;
- j) tiver entrado no território nacional com infração dos pre-ceitos legais;

- k) tiver sido condenado no Brasil por crime inafiançável, ou, condenado em outro país, por crime dessa natureza, se houver evadido;
- l) perturbar de qualquer forma o livre funcionamento de associações profissionais;

2 — Em todos os demais casos previstos em lei.

Parágrafo único. A condenação em país estrangeiro considera-se provada quer por certidões passadas em devida forma por funcionários competentes, quer à vista de informações obtidas dos governos.

Art. 3.º Não será expulso o estrangeiro que:

- a) tiver mais de 25 anos de residência legítima no país;
- b) tiver filhos brasileiros vivos, oriundos de núpcias legítimas.

Art. 4.º A alegação documentada da nacionalidade brasileira importa suspensão da expulsão.

Art. 5.º Enquanto não se consumir a expulsão, o ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá ordenar ou manter a detenção do expulsando ou, quando for o caso, mandar que continue preso.

Art. 6.º A expulsão poderá ser revogada desde que cessem as causas que a motivaram.

Art. 7.º O estrangeiro expulso que regressar ao território nacional antes de revogada a expulsão, ficará, pela simples verificação do fato, sujeito à pena de dois a quatro anos de prisão celular, cumprida a qual será novamente expulso.

Parágrafo único. Para esse efeito, o Ministério da Justiça e Negócios Interiores providenciará para que sejam remetidas às autoridades policiais dos pontos de entrada de estrangeiros, bem como às autoridades consulares dos pontos prováveis de embarque, fichas de qualificação dos indivíduos expulsos, acompanhadas das respectivas fotografias e individuais dactiloscópicas.

Art. 8.º O Presidente da República será o único juiz da conveniência da expulsão, ou da sua revogação, as quais se farão por decreto e serão processadas no Ministério da Justiça e Negócios Interiores, de ofício, por iniciativa da Polícia ou mediante representação fundamentada.

§ 1.º Do processo de expulsão devem constar a fotografia e a individual dactiloscópica do expulsando.

§ 2.º O recurso ao Judiciário é admitido somente nos casos do art. 3.º e do art. 4.º. Enquanto não houver sentença definitiva, o ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá usar da faculdade que lhe confere o art. 5.º.

Art. 9.º O ato da expulsão será comunicado ao expulsando, que poderá requerer reconsideração dentro em dez dias, contados daquele em que tiver conhecimento do mesmo.

Art. 10. Quando tiver havido condenação por qualquer dos crimes ou contravenções a que se referem os arts. 1.º e 2.º, a expulsão far-se-á depois de cumprida a pena.

Parágrafo único. Para esse efeito os juizes e os tribunais remeterão ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, dentro de cinco dias depois de proferidas, cópias das sentenças contra estrangeiros nos casos previstos nesta lei

Art. 11. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, inclusive o decreto-lei n. 392, de 27 de abril de 1938.

Rio de Janeiro, em 8 de junho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 480 — DE 8 DE JUNHO DE 1938

Aprova a Convenção relativa à admissão de menores ao trabalho marítimo, firmada em Genebra a 5 de dezembro de 1936, por ocasião da 22ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do artigo 180 da Constituição de 10 de novembro de 1937:

Resolve aprovar a Convenção relativa à admissão de menores ao trabalho marítimo, firmada em Genebra a 5 de dezembro de 1936, por ocasião da 22ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Rio de Janeiro, em 8 de junho de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 481 — DE 8 DE JUNHO DE 1938

Aprova a Convenção concernente às férias anuais remuneradas, firmada em Genebra a 18 de julho de 1936, por ocasião da 20ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do artigo 180 da Constituição de 10 de novembro de 1937:

Resolve aprovar a Convenção concernente às férias anuais remuneradas, firmada em Genebra a 18 de julho de 1936, por ocasião da 20ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Rio de Janeiro, em 8 de junho de 1938, 117° da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 482 — DE 8 DE JUNHO DE 1938

Aprova a Convenção relativa ao emprego das mulheres nos trabalhos subterrâneos nas minas de qualquer categoria, firmada em Genebra a 18 de julho de 1935, por ocasião da 19ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do artigo 180 da Constituição de 10 de novembro de 1937:

Resolve aprovar a Convenção relativa ao emprego das mulheres nos trabalhos subterrâneos nas minas de qualquer categoria, firmada em Genebra a 18 de julho de 1935, por ocasião da 19ª sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Rio de Janeiro, em 8 de junho de 1938, 117º da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 483 — DE 8 DE JUNHO DE 1938

Institue o Código Brasileiro do Ar

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 180 da Constituição:

Considerando que se torna necessário dotar o país de uma legislação capaz de regular eficientemente a aviação civil e comercial;

Considerando que a legislação brasileira deve acompanhar os progressos da aviação civil e comercial em todo o mundo;

Considerando que é igualmente necessário que a legislação brasileira esteja de acordo com as mais recentes convenções e com as tendências atuais do direito aéreo:

Resolve decreta o seguinte Código Brasileiro do Ar que vai assinado pelos Ministros de Estado:

CÓDIGO BRASILEIRO DO AR

Art. 1º. Os Estados Unidos do Brasil exercem completa e exclusiva soberania sobre o espaço situado acima do seu território e respectivas águas territoriais.

Art. 2º O direito aéreo é regulado pelas Convenções e Tratados a que o Brasil tenha aderido ou ratificado e pelo presente Código.

Art. 3º O direito aéreo é privativamente da competência federal, para os efeitos legislativos e administrativos.

Parágrafo único. Só poderão ser delegados aos Estados da União atribuições de caráter administrativo, desde que sejam exercidas sob fiscalização das autoridades federais respectivas.

Art. 4º Consideram-se território do Estado de sua nacionalidade as aeronaves militares, onde quer que se encontrem, e as de outra espécie, quando em alto mar ou em território que não pertença a nenhum Estado.

Art. 5.º Consideram-se em território do Estado subjacente, quaisquer aeronaves militares, ali em vôo ou em pouso.

Art. 6.º Reputam-se praticados no Brasil os atos que, originados de uma aeronave, considerada território estrangeiro, produzirem, ou vierem a produzir, efeitos penais, ou quaisquer danos no território nacional.

Parágrafo único. Se tais atos se originarem de uma aeronave, considerada território brasileiro, atingindo as suas consequências território estrangeiro, serão cumulativamente do domínio das leis brasileiras e das leis estrangeiras.

Art. 7.º Os direitos reais e privilégios de ordem privada sobre as aeronaves regulam-se pela lei de sua nacionalidade.

Parágrafo único. A mudança de nacionalidade não prejudica os direitos anteriormente adquiridos.

Art. 8.º O arresto e outros processos referidos no Título II, Capítulo 2º deste Código, regulam-se sempre pela lei do lugar onde a aeronave se encontre.

Art. 9.º São de ordem pública internacional as normas que vedam, no contrato de transporte aéreo, cláusulas que exonerem de responsabilidade o transportador, estabeleçam para a mesma limite inferior ao fixado neste Código, ou prescrevam o desaforamento do lugar de destino para as respectivas ações judiciais.

TÍTULO I

Do direito público aéreo

CAPÍTULO I

DO CONSELHO NACIONAL DE AERONÁUTICA

Art. 10. Fica instituído, com sede na Capital da República, o Conselho Nacional de Aeronáutica, composto de brasileiros natos, de reconhecida idoneidade moral e competência em questões aeronáuticas, sejam técnicas, econômicas ou jurídicas.

Parágrafo único. Os membros do Conselho serão em número de seis: três escolhidos pelo Governo dentre brasileiros que satisfaçam os requisitos exigidos neste artigo; um funcionário superior do Ministério da Viação e Obras Públicas, especializado em questões aeronáuticas; um oficial superior do Exército, com cursos de aviação e de Estado Maior; um oficial superior da Armada, com cursos de aviação e da Escola de Guerra Naval.

A nomeação de todos os membros do Conselho será feita por decretos referendados pelos ministros da Viação e Obras Públicas, da Guerra e da Marinha.

Art. 11. Ao Conselho Nacional de Aeronáutica, que funcionará sob a presidência do ministro da Viação e Obras Públicas e que será o órgão consultivo do Governo em matéria de aeronáutica, compete:

- a) estudar a coordenação das atividades dos órgãos da administração pública que se relacionarem com a navegação aérea;
- b) projetar e propôr ao Governo a adoção de medidas suscetíveis de facilitar o tráfego e desenvolver os transportes aéreos no Brasil;
- c) estudar e emitir parecer sobre a conveniência e oportunidade da aprovação, pelo Governo brasileiro, das Convenções e Atos internacionais relativos à navegação aérea, recorrendo à documentação dos centros de estudo e dos organismos internacionais;

d) estabelecer as bases e diretrizes para orientação dos delegados brasileiros aos congressos e conferências internacionais atinentes à navegação aérea.

Art. 12. Compete ainda ao Conselho Nacional de Aeronáutica:

a) pronunciar-se sobre os projetos de leis e regulamentos, atinentes à navegação aérea, que o Governo submeter a seu exame;

b) emitir parecer sobre as questões que o ministro da Viação e Obras Públicas, por iniciativa própria ou por solicitação de qualquer ministro de Estado, julgar conveniente submeter ao estudo do Conselho;

c) opinar sobre as dúvidas que ocorrerem aos órgãos da administração pública, sobre a aplicação de Convenções, do Código, leis e regulamentos relativos à navegação aérea, mediante consulta encaminhada pelo ministro da Viação e Obras Públicas.

Art. 13. O Conselho Nacional de Aeronáutica, quando julgar conveniente, poderá ouvir, por iniciativa própria e a título informativo, os que, pelos seus conhecimentos especializados, possam contribuir para elucidar questões submetidas ao seu estudo e parecer.

Art. 14. Os membros do Conselho servirão por 5 anos, podendo ser reconduzidos.

Art. 15. O Conselho Nacional de Aeronáutica, com a assistência de um secretário permanente, sem direito a voto, reunir-se-á pelo menos uma vez por mês, em sessão ordinária; e em sessão extraordinária, quando fôr necessário.

Art. 16. Em Regimento Interno o Conselho estabelecerá os seus métodos de trabalho e regulamentará o seu funcionamento.

Art. 17. O secretário permanente do Conselho será designado pelo ministro da Viação e Obras Públicas, dentre os funcionários do quadro do seu ministério; e o pessoal necessário à execução dos serviços do Conselho será por este escolhido dentre os funcionários dos quadros dos Ministérios da Guerra, Marinha e Viação.

CAPÍTULO II

DAS AERONAVES

Art. 18. Aeronave, para os efeitos deste Código, é todo e qualquer aparelho que, apto a efetuar transporte, possa ser elevado e dirigido no espaço.

Art. 19. As aeronaves se classificam em públicas e privadas:

I — Consideram-se aeronaves públicas:

a) as militares;

b) as que forem utilizadas pelo Estado em serviço público.

II — Todas as demais se consideram aeronaves privadas.

Parágrafo único. Não obstante, considera-se militar toda aeronave comandada por pessoa incorporada às forças armadas nacionais em serviço ativo; e se assimilam, às aeronaves privadas as públicas empregadas exclusivamente em tráfego comercial ou postal, quando dirigidas por civis.

Art. 20. As aeronaves se consideram da nacionalidade do Estado em cujo registro de matrícula estejam regularmente inscritas, e não poderão voar sobre o território brasileiro, sem que tenham uma e única nacionalidade.

Parágrafo único. Ressalvam-se os casos de vôo de experiência por aeronaves devidamente autorizadas, nos termos dos regulamentos que a respeito se expedirem.

Art. 21. Poderão voar sobre território brasileiro as aeronaves dos Estados signatários das Convenções internacionais que o Brasil haja ratificado, ou a que houver aderido, em que se tenha consignado essa faculdade, ou com autorização especial temporária para isso.

Art. 22. Só poderão ser inscritas no Registro Aeronáutico Brasileiro, as aeronaves privadas que forem de propriedade exclusiva:

a) de brasileiro;

b) de pessoa jurídica brasileira, com sede no Brasil, com gerência exclusivamente confiada a brasileiros, e um terço, pelo menos, do capital social pertencente a brasileiros, aqui domiciliados.

Art. 23. De acordo com a respectiva regulamentação especial, todas as aeronaves deverão conter sinais distintivos da sua matrícula, permitindo-lhes a identificação durante o vôo.

Parágrafo único. Tal exigência não se estende às aeronaves militares, quando fôr julgado conveniente pelas autoridades competentes.

Art. 24. Todas as aeronaves privadas serão obrigatoriamente munidas de certificados de navegabilidade e de matrícula, e, eventualmente, de quaisquer documentos mais, nas formas e modalidades que prescrevam os regulamentos administrativos.

Art. 25. É obrigatório a existência de aparelho de radiocomunicação a bordo de aeronave privada, quando destinada ao transporte remunerado, com capacidade para mais de quatro passageiros, e, quando cobrir distâncias superiores a 200 quilômetros, sendo que sua instalação, em quaisquer circunstâncias, dependerá sempre de prévia autorização.

Art. 26. A inscrição, no Registro Aeronáutico Brasileiro, de acordo com o artigo 22, importa, para a aeronave, na perda automática de qualquer matrícula anterior.

Parágrafo único. O Registro Aeronáutico Brasileiro, será público, podendo qualquer pessoa obter certidão do que dele constar.

Art. 27. Qualquer ato jurídico ou fato, que possa alterar a situação jurídica de uma aeronave, será transcrito no Registro Aeronáutico Brasileiro e averbado no certificado de matrícula respectivo.

CAPÍTULO III

DOS AERONAUTAS

Art. 28. Consideram-se aeronautas, para os efeitos do presente Código, o comandante, o piloto, o navegador, o mecânico e o radiotelegrafista, a serviço efetivo de uma aeronave, os quais só a poderão tripular quando munidos das respectivas cartas de habilitação ou licenças.

Art. 29. As cartas de habilitação ou licenças, expedidas por governo estrangeiro, só equivalerão às nacionais, em virtude de convenção internacional, ou decisão da autoridade competente.

CAPÍTULO IV

DAS ORGANIZAÇÕES DE TERRA

Art. 30. Compreendem-se por organização de terra os aeroportos, aeródromos, aeroportos-advanciros e os serviços acessórios e complementares da navegação aérea.

Art. 31. Aeroportos ou aerodromos, segundo a sua utilização, são as superfícies em terra, de água ou flutuantes, preparadas ou adaptadas para o pouso e partida das aeronaves.

§ 1.º Os aeroportos são destinados ao tráfego público e franqueados a quaisquer aeronaves, sem distinção de propriedade ou nacionalidade, mediante os ônus de utilização.

§ 2.º Os aerodromos destinam-se a uso particular e não podem ser utilizados por aeronaves em serviço comercial.

§ 3.º Aeroporto-aduaneiro é todo aquele em que é obrigatório o pouso das aeronaves que demandam ou saem do território nacional

Art. 32. Serviços acessórios e complementares são os de informações meteorológicas, de radio-comunicação, de balisamente diurno e noturno ou quaisquer outros necessários à segurança e regularidade da navegação aérea.

Art. 33. As organizações de terra, quando se destinarem ao uso de aeronaves privadas, só poderão ser estabelecidas mediante prévia autorização, e ficarão sempre sob a fiscalização da autoridade competente.

Parágrafo único. Poderá a autorização ser cassada, a qualquer tempo, se se apurarem fatos que comprometam a segurança da navegação aérea.

Art. 34. As organizações de terra, de propriedade privada, quando desapropriadas pelo Governo, no todo ou em parte, serão franqueadas ao uso comum da navegação aérea, mediante pagamento de taxas que se fixarem, as quais serão idênticas em todo o território nacional, para aeronaves privadas da mesma categoria.

Art. 35. As aeronaves públicas brasileiras terão direito de pouso gratuito em quaisquer aeroportos e aerodromos.

CAPÍTULO V

DAS LINHAS REGULARES DE NAVEGAÇÃO AÉREA

Art. 36. As linhas regulares de navegação aérea, desde que devam atravessar o espaço aéreo brasileiro, quer hajam ou não, de fazer escala no território subjacente, necessitam de concessão do Governo brasileiro.

Art. 37. Para os efeitos da concessão de linha regular de navegação aérea, haverão os requerentes de provar a sua idoneidade moral e capacidade técnica e financeira, podendo o Governo outorgar ou negar a concessão, segundo as exigências do interesse público e observadas as seguintes condições:

a) provar, mediante documentos idôneos e suficientes, que se acham legalmente constituídos, de acordo, quando brasileiros, com o art. 22, letra "b", deste Código, e quando estrangeiros, observado o art. 146, da Constituição de 10 de novembro de 1937;

b) declarar as linhas de navegação aérea, que pretendem explorar e a natureza do respectivo tráfego;

c) especificar os aeroportos, aerodromos e campos de pouso que pretendam utilizar, sujeitando-se, nêsse particular, ao que dispuserem os regulamentos respectivos;

d) declarar o pessoal e o material de que dispõem para a execução do tráfego, fazendo prova de que se acham devidamente matriculados;

e) sujeitar-se à observância de horários e tarifas do transporte, aprovados pela autoridade competente.

Art. 38. As linhas do tráfego aéreo serão nacionais e internacionais, discriminando o Governo a sua natureza e as respectivas rotas.

CAPÍTULO VI

DO TRÁFEGO AÉREO

Art. 39. O tráfego de aeronave sobre o território brasileiro é livre, desde que se observem as restrições estabelecidas no presente Código, e nos regulamentos que em virtude d'ele se expedirem.

Art. 40. Em circunstâncias excepcionais, pertinentes à segurança exterior ou à manutenção da ordem interna, poderá, todavia, o Governo proibir, ou restringir a título temporário ou permanente, e com efeito imediato, a navegação aérea sobre o território nacional, sem que lhe caiba responsabilidade alguma pelos prejuízos ou danos que acaso provenham da execução dessa medida.

Art. 41. Só em casos de interesse público, poderá o Governo requisitar aeronaves empregadas em linhas regulares de navegação aérea, garantindo, entretanto, aos proprietários a indenização, segundo a legislação vigente.

Art. 42. O itinerário de navegação aérea sobre o território brasileiro, com a especificação dos aeroportos-aduaneiros e das escalas, será estabelecido pelo poder público.

Parágrafo único. Logo que o tráfego interno o exija, expedirá a autoridade competente instruções sobre as convenientes rotas aéreas, para a segurança das cidades e fiscalização do tráfego.

Art. 43. A autoridade competente, ouvidos os Ministérios da Guerra e da Marinha, determinará a posição e os limites das zonas que forem proibidas à navegação das aeronaves privadas.

Parágrafo único — Todo comandante ou piloto de aeronave privada que se encontrar sobre zona proibida, logo que disso se aperceber, será obrigado a lançar o sinal de alarma, prescrito em regulamento administrativo, e pousar com a maior presteza fóra da referida zona, onde o possa fazer regularmente.

Art. 44. Salvo força maior, ou autorização especial, nenhuma aeronave poderá levantar voo a não ser de aeroporto devidamente autorizado, e só em aeroporto, em tais condições, poderá pousar.

§ 1º. Todavia, será dado à autoridade, que superintender a navegação aérea civil, circunscrever certas zonas no território nacional, onde, na falta de aeroporto, possam as aeronaves pousar em quaisquer superfícies livres de terra ou de água, ao largo das localidades habitadas, e delas levantar voo.

§ 2º. Essas autorizações gerais serão publicadas, e só se darão a título temporário.

Art. 45. Toda aeronave que, provindo do território estrangeiro, houver de pousar em território brasileiro, só poderá efetuar o primeiro pouso em aeroporto-aduaneiro.

§ 1º Inversamente, só de aeroporto-aduaneiro levantará o último voo toda aeronave que, partindo do território brasileiro, houver de pousar em território estrangeiro.

§ 2º A lista de aeroporto-aduaneiro será publicada pela autoridade que superintender a navegação aérea civil.

Art. 46. Salvo força maior, devidamente comprovada, as aeronaves a serviço de linhas regulares de navegação aérea só poderão seguir as rotas sobre o território nacional, que se lhes fixarem, nas respectivas concessões.

Art. 47. As fronteiras nacionais, marítimas ou terrestres, só serão transpostas por aeronaves nos pontos que, para isto, hajam sido previamente fixados pela autoridade competente, ouvidos os Ministérios interessados.

Art. 48. Os transportes aéreos entre pontos do território nacional ficam reservados às aeronaves brasileiras. Excepcionalmente, poderá o Governo permitir que as aeronaves estrangeiras façam o transporte de correspondência postal interior, bem assim o de passageiros entre pontos ainda não suficientemente servidos pelas aeronaves brasileiras e até que o sejam.

Art. 49. Nenhuma aeronave privada poderá transportar, salvo autorização especial, ouvidos os Ministérios da Guerra e da Marinha:

a) explosivos, armas de fogo, munições de guerra e quaisquer meios e petrechos bélicos e bem assim pombos correios;

b) aparelhos fotográficos e cinematográficos, a não ser entregues à guarda e responsabilidade do comandante da aeronave e devidamente lacrados no aeroporto de entrada pela autoridade competente, conservando-se assim até o desembarque do passageiro interessado ou até o aeroporto-aduaneiro do território brasileiro.

Art. 50. O Governo poderá proibir, se assim o reclamar o interesse público, o transporte de bagagem a bordo de aeronave privada, ou fazê-la revistar nos aeroportos aduaneiros.

Art. 51. Nenhuma aeronave alijará, a título de lastro, senão água ou areia fina, nem será permitido, durante o voo, lançar de bordo objeto algum, excepto correspondência postal, anúncios, boletins, impressos em papel solto, desde que exista para isso autorização especial.

Art. 52. São proibidos, a quaisquer aeronaves, vôos de aerobacia, ou evoluções perigosas, sobre cidades ou aglomerações de pessoas.

Art. 53. Todas as aeronaves deverão submeter-se assim durante o voo como na vizinhança dos aerodromos e aeroportos, aos regulamentos de luzes e sinais e de regras gerais de circulação aérea, expedidos pela autoridade competente.

Art. 54. Respeitadas as facilidades que se concederem às aeronaves a serviço de linhas regulares de navegação aérea, toda aeronave privada, em voo sobre território brasileiro, está obrigada a pousar, logo que receba ordem para tal, mediante os sinais de terra, que se fixarem em regulamento administrativo, publicado pela autoridade competente, ouvidos os Ministérios da Fazenda, da Guerra e da Marinha.

Parágrafo único. No caso de manifesta inobservância da ordem acima, a aeronave poderá ser compelida a pousar, pelo emprêgo da força.

CAPÍTULO VII

DA FISCALIZAÇÃO ADUANEIRA

Art. 55. As aeronaves de procedência estrangeira que conduzirem passageiros e mercadorias, ficam obrigadas a seguir as regras e determinações da legislação aduaneira.

Art. 56. Toda e qualquer aeronave de procedência estrangeira é obrigada a apresentar à autoridade fiscal, que a visitar no momento da chegada, a sua matrícula, documentos de bordo, e, se conduzir

carga, guia de embarque em triplicata, que será visada pela autoridade aduaneira.

Parágrafo único. Os documentos de bordo, depois de examinados e visados, serão devolvidos ao comandante ou piloto, excetuada a segunda (2ª) via da guia de embarque.

Art. 57. No primeiro aeroporto em que pousar a aeronave procedente de território estrangeiro, a autoridade competente registrará para fins aduaneiros, o nome do comandante ou piloto.

Parágrafo único. A autoridade aduaneira na mesma ocasião verificará se o sinete, que fecha a escotilha ou a porta de entrada das mercadorias, está intacto, mandando proceder à conferência dos volumes pela guia de embarque, providenciando em caso de qualquer anormalidade, conforme a legislação aduaneira.

Art. 58. Se o sinete estiver intacto e a carga exata, será a terceira (3ª) via da guia de embarque assinada, depois do "confere", pela autoridade que estiver de serviço e entregue ao comandante ou piloto para ser devolvida à estação fiscal estrangeira de procedência.

Art. 59. Quando a aeronave, por circunstância eventual, tiver de descer em qualquer ponto do território nacional, fica obrigada a mandar lançar nos documentos de bordo, pela autoridade fiscal do lugar, ou, na sua falta, por qualquer outra, civil ou militar, o motivo da descida e a declaração de que nenhuma mercadoria foi descarregada no lugar, e de estar intacto o sinete da escotilha ou porta do depósito.

Art. 60. As aeronaves, que receberem mercadorias, no território nacional, destinadas ao estrangeiro, serão carregadas à vista das respectivas guias de embarque, na presença da autoridade aduaneira, que lhes fechará a escotilha ou porta do depósito, apondo-lhes o sinete.

TÍTULO II

Direito privado aéreo

CAPÍTULO I

DO DIREITO DE VÔO SOBRE PROPRIEDADES PRIVADAS

Art. 61. O direito de vôo sobre as propriedades privadas não deverá prejudicar o da propriedade do sólo, tal como o define a legislação civil.

Parágrafo único. O proprietário do sólo não se poderá opor à partida de aeronave que haja sido forçada a pousar em sua propriedade, salvo o direito de arresto, como garantia de reparação de danos eventuais, pela mesma causados.

CAPÍTULO II

DO ARRESTO E OUTROS PROCESSOS PREVENTIVOS

Art. 62. O arresto ou qualquer ato preventivo e assecuratório de direitos, de que resulte a retenção de uma aeronave, promovido em defesa do interesse privado, pelo proprietário, credor ou titular de algum direito, real, sobre a aeronave, independente de prévia condenação judicial, só não será permitido quando incidir sobre aeronave do Estado.

Art. 63. O direito do proprietário não ficará de nenhum modo prejudicado, por qualquer medida assecuratória, decretada contra quem tenha licitamente se apoderado da aeronave.

Art. 64. O interessado poderá evitar qualquer das medidas previstas no art. 62, mediante as garantias indicadas no art. 104.

§ 1.º Se a garantia não cobrir o crédito reclamado, poderá ainda o interessado prestar caução suficiente.

§ 2.º Exibida a prova da existência da garantia, o juiz, denegando o arresto ou o fazendo levantar, se já efetuado, comunicará a decisão à autoridade competente e ao segurador, se houver, para que a garantia passe a responder diretamente pelo direito reclamado.

Art. 65. Quando, sem justa causa, se exercer sobre a aeronave qualquer das medidas preventivas, a que se refere o art. 62, o requerente responderá, nos termos da legislação civil, por perdas e danos.

Art. 66. Nenhuma das disposições deste Código prejudicará a decretação do sequestro, arrecadação de bens ou quaisquer diligências aplicáveis em caso de falência, nem as medidas repressivas, em caso de infração de leis e regulamentos aduaneiros, sanitários ou policiais.

CAPÍTULO III

DOS TRANSPORTES AÉREOS

Art. 67. Transportador, para os efeitos do presente Código, é a pessoa natural ou jurídica que efetuar transporte aéreo, com intuito de lucro.

Art. 68. Considera-se interno e é regido pelo presente Código, todo transporte em que, de acordo com o estipulado pelas partes, o ponto de partida e o ponto do destino, haja ou não interrupção ou baldeação, estejam situados em território nacional.

Parágrafo único. O transporte internacional, na ausência de convenção ou tratado, será também regulado pelos princípios estabelecidos neste Código.

Art. 69. Considera-se constituir um só transporte o que vários transportadores aéreos executarem sucessivamente, desde que as partes tenham tratado em operação única.

Parágrafo único. O transporte não perderá o caráter de interno se a aeronave, por motivo de força maior, eventualmente, fizer escala em território estrangeiro, estando, porém, em território brasileiro os seus pontos de partida e destino.

CAPÍTULO IV

DOS DOCUMENTOS DE TRANSPORTE AÉREO

SECÇÃO PRIMEIRA

Bilhete de passagem

Art. 70. No transporte de viajante, o transportador é obrigado a fazer entrega de um bilhete de passagem, que deverá indicar:

- a) o lugar e a data da emissão;
- b) os pontos de partida e destino;
- c) o nome e o endereço do ou dos transportadores.

Art. 71. A falta, irregularidade ou perda do bilhete não prejudica a existência nem a validade do contrato de transporte, qual continuará a reger-se pelas disposições do presente Código.

Parágrafo único. Ao transportador que aceitar viajante a quem não haja sido entregue o bilhete de passagem, não assistirá o direito de prevalecer-se das disposições do presente Código, que lhe excluam ou limitem a responsabilidade.

SECÇÃO SEGUNDA

Nota de bagagem

Art. 72. No transporte de bagagem, excetuados os pequenos objetos, que o viajante conservar sob sua guarda, o transportador é obrigado a fazer entrega de uma nota de bagagem, extraída em duas vias, uma para o viajante e outra para o transportador, e que deverá indicar:

- a) o lugar e a data da emissão;
- b) os pontos de partida e de destino;
- c) o número do bilhete de passagem;
- d) a quantidade e o peso dos volumes;
- e) a importância do valor declarado, se tiver cabimento.

Art. 73. A falta, irregularidade ou perda da nota de bagagem não prejudica a existência nem a validade do contrato de transporte, o qual continuará a reger-se por este Código.

Parágrafo único. Se o transportador aceitar bagagem sem que tenha sido entregue a respectiva nota, ou se esta não contiver as indicações das letras *c* e *d* do artigo anterior, não assistirá àquele o direito de prevalecer-se das disposições do presente Código, que lhe excluam ou limitem a responsabilidade.

SECÇÃO TERCEIRA

Conhecimento aéreo

Art. 74. No transporte de mercadorias, sem prejuízo do disposto no parágrafo único, o transportador deverá exigir do expedidor a feitura e entrega do documento denominado "Conhecimento aéreo".

Parágrafo único. Se o transportador, a pedido do expedidor, fizer o conhecimento aéreo, considerar-se-á, até prova em contrário, como tendo agido por conta deste.

Art. 75. O conhecimento aéreo será feito em tres vias originais e entregue pelo expedidor, com a mercadoria.

§ 1.º A primeira via, que terá a indicação "do transportador", será assinada pelo expedidor.

§ 2.º A segunda via, que terá a indicação "do destinatário", será assinada pelo expedidor e pelo transportador e acompanhará a mercadoria.

§ 3.º A terceira via será assinada pelo transportador e por este entregue ao expedidor após aceite da mercadoria.

Art. 76. Quando houver mais de um volume, o transportador poderá exigir, do expedidor, conhecimentos aéreos distintos.

Art. 77. O conhecimento aéreo deverá indicar:

- a) o lugar e a data da emissão;
- b) os pontos de partida e de destino;

- c) o nome e o endereço do expedidor;
- d) o nome e o endereço do primeiro transportador;
- e) o nome e o endereço do destinatário, se houver cabimento;
- f) a natureza da mercadoria;
- g) o número, o modo de embalagem, as marcas particulares ou numeração dos volumes;
- h) o peso, a quantidade, o volume ou dimensões da mercadoria;
- i) se a mercadoria é expedida contra pagamento, no ato da entrega, o preço da mercadoria, e, eventualmente, a importância das despesas;
- j) o valor declarado, se houver;
- k) o número das vias de conhecimento;
- l) os documentos entregues ao transportador para acompanhar o conhecimento aéreo;
- m) o prazo do transporte e a indicação sumária do trajeto a seguir (via), se forem estipulados.

Art. 78. Se o transportador aceitar a mercadoria sem o respectivo conhecimento aéreo, ou se este não contiver todas as indicações do artigo precedente, letras *a* até *h*, inclusive, não lhe assistirá o direito de prevalecer-se das disposições do presente Código, que lhe excluam ou limitem a responsabilidade.

Art. 79. O expedidor responde pela exatidão das indicações e declarações constantes do conhecimento aéreo e pelo dano que, em consequência de suas declarações ou indicações irregulares, inexatas ou incompletas, venha a sofrer o transportador ou qualquer outra pessoa..

Art. 80. O conhecimento aéreo fará fé, salvo prova em contrário, da conclusão do contrato, do recebimento da mercadoria e das condições de transporte.

Art. 81. As enunciações do conhecimento aéreo, relativas ao peso, dimensões e embalagem de mercadoria, assim como ao número de volumes, farão fé, salvo prova em contrário; as que disserem respeito á quantidade, volume e estado da mercadoria só farão prova contra o transportador, se a verificação delas fôr por ele feita na presença do expedidor, e exarada no conhecimento de transporte aéreo.

Art. 82. A falta, irregularidade, ou perda do conhecimento aéreo, não prejudica a existência nem a validade do contrato de transporte, o qual continua sujeito às regras do presente Código, ressalvadas as disposições do art. 78.

CAPÍTULO V

DA RESPONSABILIDADE CIVIL

SECÇÃO PRIMEIRA

Responsabilidade contratual

Art. 83. O transportador responde por qualquer dano resultante de morte, ou lesão corpora! do viajante, nos acidentes ocorridos a bordo de aeronave em vôo ou nas operações de embarque e desembarque, desde que decorram:

- a) de defeito na aeronave;
- b) de culpa da tripulação.

Parágrafo único. Nos casos de transporte gratuito ou a título gracioso, a responsabilidade se limita apenas aos prejuizos resultantes de dolo ou de culpa grave.

Art. 84. O transportador responde pelo dano resultante da destruição, perda ou avaria da bagagem despachada, ou da mercadoria, nos acidentes ocorridos durante o transporte aéreo.

Art. 85. O transporte aéreo, para os efeitos do artigo precedente compreende o período durante o qual a bagagem, ou as mercadorias, se acham sob a guarda do transportador, seja em aeroporto a bordo de aeronave, ou em qualquer outro lugar, em caso de pouso fóra do aeroporto.

Art. 86. O transporte aéreo não abrange transporte terrestre, marítimo ou fluvial, realizado fóra de aeroporto.

Parágrafo único. Se na execução do contrato de transporte aéreo forem efetuados quaisquer daqueles, para o carregamento, a entrega ou a baldeação, presume-se ocorrido o dano durante o transporte aéreo, salvo prova em contrário.

Art. 87. O transportador responde pelo dano proveniente de atraso de transporte aéreo de viajantes, bagagens ou mercadorias, na proporção de dez por cento (10 %) sobre o prejuízo provado pelo viajante e, nos demais casos, sobre o valor da mercadoria.

Art. 88. Em qualquer dos casos acima previstos, ficará o transportador exonerado de responsabilidade se provar que por si ou por seus prepostos foram tomadas, de maneira satisfatória, as medidas necessárias para que se não produzisse o dano, ou que se tornou impossível fazê-lo.

Art. 89. O transportador não responderá por seus prepostos no transporte de mercadorias ou bagagens, se provar que o dano proveio de erro de pilotagem, de condução da aeronave ou de navegação e que, sob todos os demais respeitos, por si ou seus prepostos, foram tomadas as medidas necessárias para que se não produzisse o dano.

Art. 90. Se o transportador provar que o dano foi causado por culpa da pessoa lesada, ou que esta para ele contribuiu, a sua responsabilidade poderá ser excluída ou atenuada.

Art. 91. No transporte de passageiros, salvo convenção em contrário, limita-se a responsabilidade do transportador à importância de cem contos de réis (100:000\$000) por pessoa.

§ 1.º No transporte de mercadorias ou bagagens despachadas, salvo convenção das partes, limita-se a responsabilidade do transportador à quantia de duzentos mil réis (200\$000) por quilograma.

§ 2.º Quanto aos pequenos objetos que o viajante conservar sob sua guarda, a responsabilidade do transportador não excederá de quatro contos de réis (4:000\$000), por viajante, e será devida mediante declaração d'este, não impugnada pelo transportador.

Art. 92. A nulidade da cláusula tendente a exonerar o transportador de responsabilidade ou a estabelecer limite inferior ao que lhe fixa o presente Código — não acarreta a do contrato de transporte respectivo.

Art. 93. Quando o dano resultar do dolo do transportador, ou de preposto seu, nenhum efeito terão os artigos deste Código que excluam ou limitem a responsabilidade.

Art. 94. O recebimento de bagagem ou mercadoria, sem protesto do destinatário, constituirá, salvo prova em contrário, presunção de que foram entregues em bom estado, e de conformidade com o documento de transporte.

§ 1.º Em caso de avaria deverá o destinatário protestar junto ao transportador dentro de três dias da data do recebimento da bagagem, ou de sete da do recebimento da mercadoria.

§ 2.º A reclamação pelo atraso deverá ser feita, o mais tardar, dentro de quinze dias, a contar daquele em que a bagagem ou mercadoria haja sido posta à disposição do destinatário.

§ 3.º O protesto nos casos acima deverá ser feito mediante ressalva no próprio documento de transporte, ou por escrito em separado.

§ 4.º Não havendo protesto, nos prazos acima estipulados, não se admitirão, salvo o caso de fraude do transportador, quaisquer ações contra este.

Art. 95. No caso de transporte executado sucessivamente por vários transportadores, cada transportador que receber viajante, bagagem ou mercadoria, ficará sujeito às regras deste Código, e considerado parte no contrato de transporte.

§ 1.º No caso de transporte dessa natureza, o viajante ou os que o sucederem nos seus direitos, só terão direito de ação contra o transportador que haja efetuado o transporte no curso do qual se tenha produzido o acidente ou atraso, salvo se, por estipulação expressa, o primeiro transportador assumir a responsabilidade de todo o percurso da viagem.

§ 2.º Em se tratando de bagagem ou mercadoria, o expedidor terá ação contra o primeiro transportador e o destinatário, a quem couber direito à entrega, contra o último. Um e outro poderão acionar o transportador que haja efetuado o transporte, durante o qual ocorreu a destruição, perda, avaria ou atraso. Esses transportadores serão solidariamente responsáveis para com o expedidor e o destinatário.

SECÇÃO SEGUNDA

Da responsabilidade para com terceiros

Art. 96. As disposições relativas à responsabilidade do transportador, para com terceiros, abrangerão quaisquer aeronaves, que trafeguem sobre o território brasileiro sejam públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras.

Art. 97. Dará direito à reparação qualquer dano que uma aeronave em vôo, manobras de partida ou chegada, causar a pessoas ou bens que se encontrem à superfície do solo.

Parágrafo único. Essa responsabilidade só se poderá atenuar, ou excluir, na medida em que a pessoa lesada couber culpa.

Art. 98. Nas mesmas condições será reparado qualquer dano causado por objeto ou substância que cair da aeronave, ou dela fôr projetado, não excetuados os alijamentos regulamentares, ou resultantes de força maior.

Art. 99. Serão regulados pelo direito comum os danos causados pela aeronave em pouso.

Art. 100. Serão solidariamente responsáveis pelos danos a que se referem os artigos precedentes:

- a) a pessoa em cujo nome estiver matriculada a aeronave;
- b) a pessoa em cujo uso ou exploração se encontrar a aeronave;
- c) quem quer que, de bordo de aeronave, haja ocasionado dano, salvo o caso de ato intencionalmente cometido por pessoa estranha à equipagem fora do serviço, e que o transportador ou seus prepostos não puderem impedir.

Parágrafo único. Em qualquer caso a execução recairá precipua-mente sobre a garantia estabelecida pelos arts. 103 e seguintes.

Art. 101. Qualquer das pessoas solidariamente responsáveis terá ação regressiva contra o autor do dano.

Art. 102. A responsabilidade solidária limitar-se-á, para cada acidente:

a) no caso de lesão corpórea, ou morte, à importância máxima de cem contos de réis (100:000\$000), por pessoa;

b) no caso de dano, ou destruição de bens, à importância integral do seu justo valor.

Parágrafo único. A pessoa responsável não se poderá prevalecer desses limites, se o interessado provar que o dano foi causado por dolo.

SECÇÃO TERCEIRA

Garantias de responsabilidade

Art. 103. A pessoa natural ou jurídica, em cujo nome estiver matriculada a aeronave ou em cujo nome ou exploração ela se encontre, dará garantia de reparação na forma e limites estabelecidos neste Código, dos danos pessoais ou materiais que a aeronave porventura causar.

Art. 104. Essa garantia poderá consistir, à escolha do transportador, do proprietário ou do explorador da aeronave:

a) na justificação de que a responsabilidade está coberta por um seguro contratado com empresa idônea, ouvida a autoridade competente;

b) em caução ou fiança idônea, aprovada pelo Governo, de pessoa ou empresa com domicílio ou sede no Brasil;

c) no depósito prévio, de dinheiro ou de valores.

Art. 105. Para os efeitos da disposição acima, poder-se-á subordinar a autorização do certificado de navegabilidade de uma aeronave, ou a sua revalidação, à apresentação de algumas das garantias previstas.

Art. 106. Se a garantia consistir em um contrato de seguro, poder-se-á retirar, em qualquer momento, o certificado de navegabilidade da aeronave cujo proprietário, transportador ou explorador não possa provar estar executando regularmente as cláusulas a que estiver obrigado pela apólice respectiva, e, notoriamente, o pagamento pontual dos prêmios.

Art. 107. Exigir-se-á das aeronaves matriculadas em país estrangeiro, para a reparação dos danos que possam causar a pessoas ou bens, em território brasileiro, a apresentação de garantias pelo menos iguais, ou consideradas equivalentes às das aeronaves brasileiras.

Art. 108. Quem tiver direito à reparação do dano exerce nos limites da soma que lhe competir, direito próprio sobre a garantia prestada pelo responsável.

CAPÍTULO VI

DO SEGURO AÉREO

Art. 109. Qualquer interesse dependente da navegação aérea, que não provenha de dolo, poderá ser segurado contra todos os riscos, observando-se sempre, inclusive nos casos de abandono, as regras da legislação ordinária.

Art. 110. O proprietário ou explorador de uma aeronave pode segurá-la até o seu valor total contra todos os riscos da navegação aérea.

Art. 111. Salvo convenção em contrário, o seguro não cobre as perdas ou avarias resultantes da culpa do proprietário ou de vício próprio do aparelho.

Art. 112. O certificado de navegabilidade da aeronave, objeto do seguro, deverá, mediante declaração do segurado, ser mencionado no contrato respectivo.

Parágrafo único. Toda a aeronave, munida desse certificado, terá a seu favor, até prova em contrário, a presunção de haver partido em bom estado de navegabilidade.

Art. 113. Em caso de perda ou avaria, se a aeronave não for reparável, poderá ser abandonada aos seguradores, desde que a importância dos prejuízos atinja três quartos ($3/4$) do seu valor.

Parágrafo único. No caso de desaparecimento, o abandono será permitido três meses após a última notícia da aeronave.

Art. 114. Nas apólices de seguro de vida ou de seguro de acidente, os interessados não poderão excluir os riscos resultantes do transporte do segurado, nas linhas regulares de navegação aérea.

Art. 115. Será obrigatório o seguro do pessoal de bordo, inclusive dos que eventualmente viajarem a serviço do proprietário, transportador ou explorador da aeronave.

Art. 116. O transportador poderá tomar a seu cargo, mediante suplemento de frete, o seguro sobre pessoas e cousas transportadas, desde que prove haver feito um seguro geral, em companhia fiscalizada pelo Estado, por soma equivalente ao duplo do limite máximo da responsabilidade inerente à aeronave de capacidade maior existente em serviço.

Art. 117. O seguro, a que se refere o artigo anterior, poderá ser substituído por depósito em estabelecimento público ou em banco, com autorização do Estado, ou fiança bancária.

§ 1.º O valor desse seguro será, no mínimo, de quinhentos contos de réis (500:000\$000).

§ 2.º Se o transportador tiver mais de duas aeronaves em serviço, o valor do seguro será o duplo do fixado no parágrafo anterior.

§ 3.º Logo que reduzido esse valor, pelo pagamento de indenização, deve ser completado até o limite fixado.

CAPÍTULO VII

DA ASSISTÊNCIA E SALVAMENTO

Art. 118. Todo comandante ou piloto de aeronave em vôo deve assistência, sem prejuízo para a própria segurança, a quem quer que, no mar, ou a bordo de aeronave em perigo, corra risco de vida ou seja vítima de avarias.

Art. 119. A obrigação de assistência, nas condições que se prevêm no artigo anterior, também existirá quando for recebido o sinal rádio-telegráfico S.O.S., salvo se o sinistrado se encontrar em distância tal, que nenhuma assistência útil seja possível.

Art. 120. Nenhuma responsabilidade poderá vincular o proprietário, o transportador ou o explorador da aeronave, pela falta de cumprimento, por parte do comandante ou piloto, do dever de assistência ou salvamento, exceto no caso em que lhe tiver dado ordem para não o fazer.

Art. 121. Para os efeitos dos artigos precedentes, não se levará em consideração o regime jurídico das águas, nem a natureza ou nacionalidade das aeronaves.

Art. 122. Todo ato de assistência dará direito a uma indenização correspondente ao trabalho e eficiência do salvamento, que será, em falta de acôrdo prévio, judicialmente fixada e distribuída.

Parágrafo único. Não haverá indenização se a assistência tiver sido expressa e justificadamente recusada.

Art. 123. A convenção para assistência ou salvamento, concluída no momento de perigo ou sob influência deste, poderá ser alterada ou anulada judicialmente, quando fôr considerada excessiva a indenização.

Art. 124. A indenização será calculada sobre as seguintes bases:

a) a eficiência de salvamento, os esforços e méritos dos que dele participaram, os riscos em que incorreram, o tempo que despenderam, os gastos ou danos que suportaram;

b) o valor de coisa ou de pessoa, esta até o máximo de cem contos de réis (100:000\$000), que fôr salva.

Art. 125. No caso de salvamento de aeronave, o proprietário da bagagem ou da mercadoria que se transportar, deverá contribuir com uma soma proporcional ao respectivo valor.

Art. 126. No caso de salvamento de correspondência aérea, o seu transportador contribuirá com uma soma proporcional ao respectivo frete.

CAPÍTULO VIII

DO ABALROAMENTO E DAS AVARIAS

Art. 127. Abalroamento aéreo é qualquer colisão entre duas ou mais aeronaves em movimento.

Parágrafo único. Os danos causados por aeronaves em movimento, a outra aeronave também em movimento e às pessoas nesta embarcadas, consideram-se prejuízos de abalroamento, mesmo que não resultem de colisão.

Art. 128. A indenização, devida por prejuízos causados em caso de abalroamento entre aeronaves, cabe ao explorador da aeronave que tiver culpa.

Art. 129. Considera-se explorador quem tenha a aeronave à sua disposição e a utilize por conta própria.

Parágrafo único. Caso o nome do explorador não se ache inscrito no registro aeronáutico brasileiro, o proprietário será reputado explorador, até prova em contrário.

Art. 130. Se a culpa fôr comum às aeronaves abalroadas, a responsabilidade é proporcional à gravidade das faltas cometidas.

Parágrafo único. Se não puder ser estabelecida a proporção, divide-se a responsabilidade em partes iguais.

Art. 131. É obrigatória a comunicação do abalroamento às autoridades do aerodromo mais próximo ao acidente, para que prevaleçam os limites da responsabilidade previstos neste código, desde que as aeronaves estejam sob jurisdição brasileira.

Parágrafo único. Esta comunicação, mesmo em mar alto, é obrigatória para as aeronaves brasileiras.

Art. 132. A avaria grossa, na navegação comercial aérea, serão aplicados os princípios do direito comercial marítimo e as disposições de leis mercantis referentes àquele instituto, equiparada, para tal fim, a aeronave ao navio.

Parágrafo único. A avaria simples ou particular será regulada pelas disposições do direito comum.

CAPÍTULO IX

DA VISINHANÇA DOS AEROPORTOS E AERODROMOS

Art. 133. As propriedades vizinhas de aeroportos e aerodromos estão sujeitas a restrições especiais.

§ 1.º As restrições a que se refere este artigo são relativas ao aproveitamento da propriedade quanto a instalações, edificações ou culturas que possam embarçar a partida ou chegada de aeronaves.

§ 2.º O Governo fixará as zonas em derredor dos aeroportos e aerodromos, dentro das quais as alturas máximas dos obstáculos serão limitadas.

§ 3.º O Governo, em cada caso singular, poderá permitir obstáculos com altura maior.

§ 4.º As limitações das zonas e dos obstáculos só poderão ser alteradas por proposta do Conselho Nacional de Aeronáutica, que, excepcionalmente, restringirá ou dilatará a zona delimitada.

Art. 134. Na falta de limites naturais, a demarcação dos aeroportos e aerodromos será feita por sistema adequado de sinais visíveis.

Art. 135. Um plano de restrições ao aproveitamento das propriedades vizinhas será preparado pela autoridade federal competente, para cada aeroporto ou aerodromo, ouvidos os Ministérios a que o assunto possa interessar e consultadas as autoridades locais, estaduais ou municipais.

Parágrafo único. Esse plano será aprovado por decreto.

Art. 136. Quando tais restrições impedirem construções de qualquer natureza, terão os proprietários vizinhos direito a indenização fixada judicialmente na falta de acordo direto.

CAPÍTULO X

DA HIPOTECA AÉREA

Art. 137. As aeronaves podem ser objeto de hipoteca, dependente de inscrição no Registro Aeronáutico Brasileiro e averbada na respectiva matrícula.

Parágrafo único. A constituição da hipoteca aérea exigirá escritura pública.

Art. 138. As aeronaves, enquanto sujeitas à hipoteca no País, não poderão ser transferidas para o exterior, sem o consentimento expresso do credor.

Art. 139. A preferência do credor hipotecário se exercerá, em caso de perecimento ou desapropriação da aeronave, sobre a indenização paga pelo causador do dano, pelo segurador ou pelo expropriante.

Art. 140. O crédito hipotecário aéreo prefere a quaisquer outros, com exceção dos seguintes:

a) despesas judiciárias, ou destinadas à conservação da aeronave até a venda judicial;

b) indenizações devidas pela assistência ou salvamento;

c) taxas pela utilização de aeroporto, ou de serviços acessórios ou complementares da navegação aérea;

d) gastos efetuados pelo comandante da aeronave, em virtude de seus poderes legais, quando indispensáveis para a continuação da viagem.

Art. 141. Os privilégios referidos no artigo anterior só prevalecerão até seis meses depois de sua constituição, aplicando-se todavia em qualquer caso os preceitos que regulam a falência ou o concurso de credores.

Art. 142. Os atos constitutivos da hipoteca sobre aeronaves declararão, além dos requisitos usuais:

a) a importância da dívida garantida pela hipoteca, ou a sua estimação;

b) os juros estipulados;

c) a época e o lugar do pagamento;

d) as marcas de matrícula da aeronave.

Art. 143. O proprietário da aeronave hipotecada poderá constituir, sobre esta, outras hipotecas, que obedecerão à ordem da inscrição.

Art. 144. A aeronave que pertencer a dois ou mais proprietários não poderá ser hipotecada sem o consentimento expresso de todos os condôminos.

Art. 145. Extingue-se a hipoteca aérea:

a) pela perda da aeronave;

b) pela renúncia do credor;

c) pela extinção da obrigação principal;

d) pela arrematação judicial ou adjudicação.

Art. 146. Serão aplicáveis subsidiariamente à hipoteca aérea os dispositivos da legislação civil sobre essa matéria.

CAPÍTULO XI

DO PESSOAL NAVEGANTE

Art. 147. Só poderão exercer função a bordo de aeronave nacional, brasileiros natos.

Art. 148. Toda aeronave, destinada ao serviço de transporte comercial, deverá ter a bordo técnico investido dos poderes de comandante, na forma dos regulamentos em vigor.

Parágrafo único. Nas aeronaves de capacidade ou lotação mínimas, será facultativa a instituição do comandante, podendo sua escolha recair sobre o respectivo piloto ou navegador.

Art. 149 — Deverá constar dos documentos previstos no artigo 24 o nome do comandante, escolhido pelo proprietário, pelo transportador ou pelo explorador da aeronave.

Art. 150. O comandante, investido dos poderes de autoridade e disciplina a bordo de aeronave, é, durante a viagem, o representante do proprietário, do transportador ou explorador, e o depositário das mercadorias e bagagens despachadas.

Art. 151 — O comandante exerce, durante a viagem, sem prejuízo da competência das autoridades incumbidas da polícia dos aeroportos, poderes de disciplina sobre a equipagem da aeronave e de autoridades sobre os respectivos passageiros, exigindo-lhes a observância dos regulamentos e leis referentes à navegação aérea e impondo-lhes as penas disciplinares expressamente previstas.

Art. 152 — Como o representante do proprietário, transportador ou do explorador, poderá o comandante, independente de mandato especial, e ressalvadas as disposições dos artigos 153 e 154:

- a) comprar o necessário á continuação da viagem;
- b) contratar o serviço de reparação de que precisar a aeronave;
- c) levantar dinheiro, para prover os fins acima indicados;
- d) usar de meios processuais para a garantia de atos seus e direitos e interesses do proprietário, transportador ou explorador.

Art. 153 — As atribuições a que se refere o artigo precedente poderão ser ampliadas ou restringidas, mas, neste caso, só terão efeito contra terceiros; quando exaradas nos documentos referidos no artigo 24 do presente Código.

Art. 154 — Os poderes de comandante, como representante do proprietário, do transportador ou explorador, só poderão ser exercidos onde não mantenha, nenhum deles, agente permanente ou representante comercial.

Art. 155 — Como depositário das mercadorias e bagagens, o comandante é obrigado o exercer a necessária diligência em sua guarda, podendo com esse fim, ainda que sem autorização especial, efetuar as despesas estritamente indispensáveis, por conta dos respectivos proprietários, transportadores ou exploradores.

Art. 156 — Competirá ao comandante da aeronave, nos termos dos regulamentos especiais que se expedirem, exercer funções de oficial público, podendo lavrar certidão dos nascimentos, ou dos óbitos que ocorrerem a bordo.

Art. 157 — O comandante, ou qualquer tripulante, que durante a viagem, sem causa justificada, abandonar o exercício das suas funções, responderá, perante o proprietário, transportador ou explorador, os passageiros ou expedidores, pelas perdas e danos que resultarem dessa falta.

Art. 158 — Responde o comandante por dolo ou culpa, perante o proprietário, o transportador ou explorador, os quais contra ele terão direito regressivo pelas indenizações a que estiverem obrigados para com terceiros, por atos imputáveis à sua gestão.

CAPÍTULO XII

DAS AÇÕES E PRESCRIÇÕES

Art. 159 — As ações concernentes á aviação terão curso sumário.

§ 1.º O prazo para a propositura de qualquer ação será de dois anos, a contar:

- a) nas ações decorrentes de transporte: da data de chegada ou do dia em que a aeronave devia ter chegado ao seu destino, ou então da interrupção do transporte, ou data da entrega da mercadoria;
- b) nas ações de indenização por assistência ou salvamento: da conclusão do serviço;
- c) nas ações para a reparação de danos ou execução de garantia: do dia do acidente;
- d) nas ações de construtores, engenheiros e arquitetos, pela construção, fiscalização e planos de aeronaves, a contar do dia da entrega e aceitação da aeronave, no caso de empreitada, e da sua conclusão, no caso de construção por administração.

§ 2.º Se o interessado provar que não teve, no prazo de dois anos, conhecimento de dano, ou da pessoa responsável, o prazo da

prescrição começará a correr do dia em que tiver tido tal conhecimento.

§ 3.º Esse prazo ficará, entretanto, definitivamente extinto, a contar de três anos, do dano.

Art. 160 — O transportador aéreo é obrigado a conservar, até o prazo final da prescrição mais dilatada (três anos), as vias respectivas dos seus documentos de transporte.

TÍTULO III

Das infrações e penalidades

Art. 161 — Será punido com a pena de multa de quinhentos mil réis (500\$000) a dois contos de réis (2:000\$000), podendo ter também suspensa a licença referente á carta de habilitação, aquele que sem autorização especial, ou prova de força maior:

a) conduzir aeronaves sobre cidade ou aglomeração de pessoas em altura inferior à que for regularmente prescrita;

b) efetuar vôos de acrobacia, ou evoluções perigosas, sobre cidade ou aglomeração de pessoas;

c) conduzir aeronave sem as respectivas marcas de nacionalidade e de matrícula, excetuando o disposto no parágrafo único do artigo 23;

d) conduzir aeronave sem o respectivo certificado de navegabilidade, ou sem que este haja sido devidamente revalidado;

e) conduzir ou tripular aeronave sem a necessária carta de habilitação e a respectiva licença, ou sem que estas hajam sido devidamente revalidadas.

Art. 162. Será punido com a pena de multa de um conto de réis (1:000\$000), a tres contos de réis (3:000\$000), podendo ter também suspensa a licença referente á carta de habilitação, aquele que:

a) infringir as regras gerais de circulação aérea, assim durante o vôo como na vizinhança dos aeroportos ou aerodromos;

b) conduzir aeronave sem os documentos prescritos por lei ou regulamento;

c) contrariar, ou deixar de cumprir, as prescrições regulamentares relativas à utilização desses documentos.

Art. 163. No caso de reincidência em qualquer das infrações, a que os artigos precedentes se referem, por aeronave do mesmo proprietário, transportador ou explorador, poderá ser cassado o certificado de navegabilidade.

Art. 164. Será punido com a pena de multa de dois contos de réis (2:000\$000) a cinco contos de réis (5:000\$000) aquele que:

a) usar a bordo de aeronave, sem autorização especial, aparelhos fotográficos ou quaisquer objetos cuja condução ou utilização seja proibida;

b) utilizar-se, sem autorização, de aeronave, que não haja sido inscrita no respectivo registro de matrícula, ou permitir sua utilização;

c) impedir ou dificultar o pronto reconhecimento de uma aeronave, quer alterando as suas marcas e sinais distintivos, quer prejudicando-lhes a visibilidade, excetuado o disposto no parágrafo único do art. 23;

d) contrariar, ou deixar de cumprir, as disposições regulamentares sobre luzes e sinais, concernentes a aeronaves ou organização de terra;

e) lançar indevidamente substâncias ou objeto de bordo de aeronave, ou desrespeitar disposições relativas ao alijamento;

f) infringir as disposições relativas à obrigação de salvamento.

Art. 165. Será punido com a pena de multa de cinco contos de réis (5:000\$000) a dez contos de réis (10:000\$000) aquele que :

a) construir aerodromo, ou quaisquer organizações de terra, de caráter permanente, sem a necessária autorização;

b) explorar, sem a necessária concessão, linha regular de navegação aérea.

Art. 166. Será punido com a pena de multa de dez contos de réis (10:000\$000) a cincoenta contos de réis (50:000\$000) aquele que :

a) conduzir no território nacional, sem autorização especial ou convenção internacional, qualquer aeronave estrangeira;

b) voar indevidamente nas zonas interditas.

Art. 167. As penas previstas nos artigos anteriores serão aplicadas pela autoridade administrativa competente e graduadas de acordo com a gravidade das infrações.

Art. 168. As infrações contra a segurança dos meios de transporte, que constituam crime previsto na legislação penal, serão punidas pelas leis respectivas.

Art. 169. O contrabando, quando praticado no transporte aéreo, será punido com o dobro da pena prevista na legislação respectiva.

Art. 170. As disposições deste Código não prejudicarão as penalidades impostas por leis ou regulamentos de caráter militar, policial, fiscal, sanitário ou aduaneiro.

Disposições transitórias

Art. 171. Somente na falta de aeronautas brasileiros licenciados, previstos no art. 147 deste Código, poderão ser admitidos, em caráter provisório e mediante condições estipuladas, os estrangeiros devidamente habilitados.

Art. 172. Fica o Poder Executivo autorizado a regulamentar o serviço de fiscalização aduaneira relativo à navegação aérea, instituindo multas e outras penalidades que forem necessárias e não estabelecidas neste Código.

Art. 173. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 8 de junho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

João Carlos Vital.

DECRETO-LEI N. 484 — DE 9 DE JUNHO DE 1938

Revoga o art. 3º do decreto-lei n. 348, de 23 de março de 1938, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que a inclusão da importância do imposto de “vendidas e consignações” no valor da respectiva fatura, embora restrita aos casos de “transferência de mercadorias”, vinha suscitando dúvidas e divergências cada vez mais acentuadas, decreta:

Artigo único. Fica revogado o art. 3º do decreto-lei n. 348, de 23 de março de 1938, aplicando-se em todos os casos nele previstos o disposto no § 2º do art. 1º do decreto-lei n. 140, de 29 de dezembro de 1937.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 485 — DE 9 DE JUNHO DE 1938

Aumenta o imposto de 3 % para as remessas que não tenham origem em importação de mercadorias

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica elevado de 3 % (tres por cento) para 6 % (seis por cento) o imposto de que trata o § 2º do art. 2º do decreto-lei n. 97, de 23 de dezembro de 1937, pagavel pelos tomadores de câmbio, nos casos previstos pelos ns. 2, 3 e 4 do § 1º do artigo 2º citado.

Art. 2º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 486 — DE 10 DE JUNHO DE 1938

Declara os feriados nacionais

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º São feriados nacionais os seguintes dias:

1 de janeiro — dedicado à comemoração da fraternidade universal;

21 de abril — dedicado à memória dos precursores da Independência do Brasil, simbolizados no Tiradentes;

1 de maio — dedicado à exaltação do dever e dignidade do trabalho;

7 de setembro — dedicado à comemoração da Independência e considerado como o dia da festa nacional brasileira;

2 de novembro — dedicado à comemoração dos mortos;

15 de novembro — dedicado à comemoração do advento da República;

25 de dezembro — dedicado à comemoração da unidade espiritual dos povos cristãos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 10 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 487 — DE 10 DE JUNHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de 800:000\$000, à verba que especifica.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de oitocentos contos de réis (Réis 800:000\$000), em reforço à verba 1 — Pessoal — V — Outras Despesas de Pessoal — Sub-consignação n. 61 do vigente orçamento (anexo n. 8) do mesmo ministério.

Rio de Janeiro 10 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 488 — DE 10 DE JUNHO DE 1938

Dispõe sobre a entrega, ao Departamento Nacional do Café, da Quota de Equilíbrio imposta à safra cafeeira de 1938/1939

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando a necessidade de evitar os inconvenientes da manutenção de grandes "stocks" de café nos armazéns reguladores, quer pela sua influência nas cotações do produto, quer pela despesa que acarreta, decreta:

Art. 1º. Não se aplica à safra cafeeira de 1938/1939 o disposto no art. 4º, *in fine*, do decreto n. 22.121, de 22 de novembro de 1932, sobre entrega da Quota de Equilíbrio ao Departamento Nacio-

nal do Café para ser retida por tempo indeterminado e liberada quando e como for julgado conveniente.

Art. 2º. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 489 — DE 10 DE JUNHO DE 1938

Isenta de impostos estaduais e municipais as Quotas de Equilíbrio do Departamento Nacional do Café

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. São isentos do pagamento de impostos ou taxas de qualquer natureza, estaduais e municipais, os cafés entregues ao Departamento Nacional do Café em Quotas de Equilíbrio na forma da legislação em vigor.

Art. 2º. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 490 — DE 10 DE JUNHO DE 1938

Autoriza a aquisição de terrenos, em Lorena, para o 5º Regimento de Infantaria

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica o Ministério da Guerra autorizado a adquirir para a União, com destino ao 5º Regimento de Infantaria, quatro lotes de terra existentes em Lorena, Estado de São Paulo, pertencentes, dois deles, com benfeitorias, aos herdeiros de Antônio Gaspar de Barros, por 27:200\$000 (vinte e sete contos e duzentos mil réis) e os outros dois, respectivamente, a Galdino Moreira Rangel Filho e Antônio Batista Araújo, cada um, por 1:500\$000 (um conto e quinhentos mil réis).

Art. 2.º As despesas com a aquisição, na importância de réis 30:200\$000 (trinta contos e duzentos mil réis), correrão por conta dos saldos recolhidos à Caixa Geral de Economias da Guerra.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

General Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 491 — DE 11 DE JUNHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 217:000\$000, para reparos no edifício da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta :

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de duzentos e dezeseite contos de réis (217:000\$000), para atender às despesas de reparos (Material) no edifício da Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 492 — DE 11 DE JUNHO DE 1938

Modifica o projeto e orçamento das obras do porto de Belmonte, no Estado da Baía

O Presidente da República, atendendo à conveniência, exposta pelo Departamento Nacional de Portos e Navegação, em ofício número 1.541, de 6 de maio do corrente ano, de serem modificados o projeto e orçamento das obras do porto de Belmonte, aprovados pelo decreto n. 23.623, de 20 de dezembro de 1933, do Governo Provisório; usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta :

Artigo único. Ficam aprovados o projeto e o respectivo orçamento, na importância total de 2.255:320\$000 (dois mil duzentos e cincoenta e cinco contos trezentos e vinte mil réis), os quais com este baixam, rubricados pelo diretor de Contabilidade da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, para as obras

de melhoramentos do porto de Belmonte, no Estado da Baía, em substituição aos que foram aprovados pelo decreto n. 23.623, de 20 de dezembro de 1933.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 493 — DE 11 DE JUNHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de reis 51:000\$000, para pagamento de pessoal extranumerário

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de cinquenta e um contos de réis (51:000\$000), para atender ao pagamento (Pessoal), no corrente exercício, de 6 assistentes de ensino de 5.ª classe, da Escola Nacional de Veterinária.

Rio de Janeiro, 11 de junho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 494 — DE 14 DE JUNHO DE 1938

Dispõe sobre a apresentação de tese nos concursos para professor catedrático em estabelecimentos de ensino superior da Universidade do Brasil.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1°. Os candidatos inscritos em concurso para preenchimento de qualquer cargo vago de professor catedrático em estabelecimento de ensino superior da Universidade do Brasil, são obrigados a apresentar a tese de que trata o decreto-lei n. 271, de 12 de fevereiro de 1937, antes da realização das provas, caso não o tenham feito com a inscrição.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 495 — DE 14 DE JUNHO DE 1938

Abre ao Ministério da Educação e Saúde o crédito especial de réis 20:717\$900 para pagamento de passagens requisitadas pela Fundação Rockefeller nos exercícios de 1930 e 1937.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de vinte contos setecentos e dezeseite mil e novecentos réis (20:717\$900) para atender ao pagamento de despesas de Material, provenientes de passagens fornecidas à Fundação Rockefeller, nos exercícios de 1936 e 1937.

Rio de Janeiro, 14 de maio de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 496 — DE 14 DE JUNHO DE 1938

Extende aos Estados e Municípios as disposições de leis e regulamentos relativas às desapropriações do interesse da União ou do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1°. As desapropriações para obras dos Estados e dos Municípios estendem-se, no que for aplicável, as disposições de leis e regulamentos relativas às do interesse da União ou do Distrito Federal.

Art. 2°. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 14 de junho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 497 — DE 15 DE JUNHO DE 1938

Regula a concessão de ajudas de custo para os funcionários diplomáticos e consulares

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1°. Os funcionários diplomáticos e consulares, de carreira, que forem designados, removidos ou transferidos para postos fora da

seu domicílio, receberão, a título de auxílio para despesas de viagem, para si e por pessoa de sua família, uma quantia calculada na razão da distância entre os postos respectivos, de acordo com a tabela relativa a distâncias, em milhas, entre os diferentes postos diplomáticos e consulares.

Parágrafo único. Essa tabela será revista anualmente.

Art. 2.º Para os efeitos do artigo antecedente serão consideradas pessoas da família do funcionário: Mulher, filhos menores e filhas solteiras.

Parágrafo único. Os tutelados ou curatelados serão equiparados aos filhos menores, quando indigentes.

Art. 3.º Não serão concedidos, em hipótese alguma, auxílios de viagem para pessoas de outro grau de parentesco.

Ar. 4.º Além do auxílio acima referido, os funcionários diplomáticos e consulares receberão, para atender aos demais gastos de viagem, inclusive os de instalação nos seus postos, as seguintes bonificações:

Bonificações:

Embaixador efetivo.....	30:000\$000
Embaixador em comissão ou ministro de 1ª classe.....	27:000\$000
Ministro de 2ª classe ou consul geral.....	24:000\$000
Primeiro secretário ou consul de 1ª classe.....	15:000\$000
Segundo secretário ou consul de 2ª classe.....	12:000\$000
Consul de 3ª classe.....	9:000\$000

§ 1.º Os funcionários diplomáticos e consulares solteiros, desquitados, viúvos sem filhos, terão direito à metade da bonificação a que se refere este artigo.

§ 2.º Se a transferência do funcionário se der dentro do mesmo país só lhe caberá a metade da bonificação acima estipulada, e a quarta parte da mesma, em se tratando de solteiros, desquitados ou viúvo sem filhos.

§ 3.º Os funcionários que, de acordo com a legislação em vigor, vierem ao Brasil em férias extraordinárias, receberão, apenas, para si e sua família o auxílio para despesas de viagem.

§ 4.º Os auxiliares de consulado, do quadro extinto, serão, no que diz respeito às disposições deste decreto-lei, equiparados aos cônsules de 3ª classe.

§ 5.º Os aposentados, se estiverem em exercício no estrangeiro, terão direito à metade da bonificação a que se refere o presente artigo.

§ 6.º Nos casos de primeira nomeação para o estrangeiro terão 10 % mais.

Art. 5.º Os funcionários diplomáticos e consulares, que forem transferidos, ou permutarem seus postos, a pedido, não serão indenizados por quaisquer despesas.

Art. 6.º Aos funcionários diplomáticos e consulares não será abonada nova ajuda de custo (auxílio de viagem e bonificação) antes de dois anos de efetiva permanência no posto, salvo nos seguintes casos:

- a) designação por promoção;
- b) interesse do serviço público, justificado no decreto de remoção;
- c) aposentadoria por invalidez, limite de idade ou tempo de serviço;
- d) supressão do posto.

Parágrafo único. Os funcionários exonerados, ou postos em disponibilidade por medida disciplinar, receberão tão somente o auxílio para despesas de viagem, de regresso ao país.

Art. 7.º O funcionário que receber qualquer quantia, a título de ajuda de custo e, por qualquer circunstância, não puder seguir para seu posto, deverá restituí-la, logo que ficar sem efeito essa remoção, deduzidas as despesas que comprove já ter realizado para essa viagem.

Parágrafo único. No caso de falecimento do funcionário, ao ter esse recebido ajuda de custo, sua família não ficará obrigada a restituí-la.

Art. 8.º O funcionário incumbido de comissão, ou missão especial, fora do posto, terá direito, enquanto essa durar, além de sua remuneração ordinária, às seguintes diárias:

Embaixador efetivo.....	800\$000
Embaixador em comissão ou ministro de 1ª classe.....	720\$000
Ministro de 2ª classe ou consul geral	240\$000
Primeiro secretário ou consul de 1ª classe	240\$000
Segundo secretário ou consul de 2ª classe	180\$000
Consul de 3ª classe	120\$000

§ 1.º Se, porém, a comissão, ou missão especial, tiver de ser desenhada na cidade onde o funcionário exercer suas funções normais, não lhe caberá bonificação alguma.

§ 2.º Não serão consideradas comissões, ou missões especiais:

- a) a entrega de credenciais e as visitas dos chefes de missão aos governos junto aos quais exerçam funções cumulativas;
- b) a direção de repartições consulares por funcionários diplomáticos.

§ 3.º No primeiro caso do parágrafo anterior, caberá ao agente diplomático a metade da "diária" acima mencionada, e no segundo, somente o auxílio para despesas de viagem.

Art. 9.º Será concedida à família do funcionário falecido em serviço, no exterior, a ajuda de custo que a esse caberia no caso de transferência para o Brasil.

Parágrafo único. O ministro das Relações Exteriores entregará à família desses funcionários, para despesas de funeral e transporte do féretro para o Brasil, quantia correspondente a um mês da remuneração integral do funcionário falecido.

Art. 10. Os cálculos, segundo a tabela de que trata o art. 1.º, serão feitas na seguinte base:

1\$300 por milha ou fração

§ 1.º Aos menores de 2 a 6 anos, será abonada na base de \$400 por milha ou fração;

§ 2.º Aos menores de 6 a 12 anos será abonada na base de \$800 por milha ou fração;

§ 3.º As famílias com filhos menores de 10 anos serão abonadas passagens na base de 1\$000 por milha, para uma criada;

§ 4.º Os embaixadores, ministros e cônsules gerais receberão auxílio para criado, quando tiverem família.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 15 de junho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 498 — DE 15 DE JUNHO DE 1938

Reorganiza o quadro da arma de Aviação e dá outras providências

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que o Quadro da Arma de Aviação, criado, em caracter provisório, pelo decreto n. 22.735, de 19 de maio de 1933, não sofreu ainda modificações, apesar de novas e imperiosas necessidades surgidas com o crescente desenvolvimento da arma;

Considerando que a esse desenvolvimento deve corresponder um acréscimo conveniente do quadro de oficiais, para que não seja prejudicada a eficiência das Unidades e Serviços;

Considerando que o decreto n. 22.595, de 30 de março de 1933, — que organizou as Unidades Aéreas em tempo de paz, determina que, quando oportuno, deve ser criada a Inspetoria Geral de Forças Aéreas, ficando, até que lhe seja dada existência as funções a ela atribuídas a cargo da Diretoria de Aviação;

Considerando, por isso, a necessidade de modificar, desde já, a atual constituição do Gabinete da Diretoria de Aeronautica, dando-lhe elementos de E. M. que permitam o exercício de sua dupla missão,

Considerando que o atual serviço de Vias Aéreas não mais satisfaz aos fins para que foi criado, já pelo aumento do número de campos de pouso em utilização, já pela necessidade de melhor cuidar dos serviços de infra-estrutura e proteção à navegação aérea:

Usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º. Fica criado, na Diretoria de Aeronautica, um elemento de Estado Maior, que passará a funcionar, provisoriamente, em ação conjunta com os órgãos atuais dessa Direção de Serviço, sob a Chefia de 1 coronel da arma.

Parágrafo único. Para o fim determinado neste artigo, o Ministro da Guerra regulamentará o funcionamento em conjunto desses dois órgãos, de modo a atender à dupla função transitória das Diretoria de Serviço e de Inspetoria de Arma, que ora está afeta à Diretoria de Aeronautica, enquanto não for organizada essa Inspetoria.

Art. 2.º O atual serviço de Vias Aéreas fica desmembrado de uma das Divisões da Diretoria de Aeronautica para constituir um órgão diretamente subordinado ao Diretor da Aeronautica.

Parágrafo único. Esse Serviço será denominado Serviço de Bases e Rotas Aéreas, e, sob a chefia de um coronel da Arma de Aviação, constará dos elementos necessários para assegurar: o funcionamento dos transportes aéreos, do correio aéreo militar e polícia aérea; — a preparação, conservação e equipamento dos aeródromos e campos de pouso; — o funcionamento dos meios necessários para a proteção à navegação aérea; — transmissões rádioelétricas, balisamento de rotas e informações meteorológicas.

Art. 3.º Para atender às necessidades previstas nos artigos anteriores e outras decorrentes da reorganização de 1933, fica em vigor, até ulterior deliberação, o quadro abaixo:

Discriminação	Navegantes						Técnicos					
	Coronel	Ten. Cel.	Major	Capitão	1.º Tenente	2.º Tenente	Soma	Engenheiros				
								Coronel	Ten. Cel.	Major	Capitão	Soma
Quadro suplementar	3	5	16	29	51	—	104					
Quadro ordinário.....	1	4	6	16	26	57	110					
No Q. O. sem ocupar vaga.								1×	2×	1	4	8
Q/oficiais mecânicos.....												19 19
Total.....	4	9	22	45	77	57	214	1	2	1	4	8 19 27

Observações:

X — Podendo um deles ser de posto inferior.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de junho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

General Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 499 — DE 16 DE JUNHO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Trabalho, um crédito especial de 1.000:000\$ para execução da lei referente ao salário mínimo

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de mil contos de réis (1.000:000\$000), para atender, no corrente exercício, às despesas (Serviços e Encargos), que se fizerem necessárias com a execução do

disposto no regulamento baixado com o decreto-lei n. 399, de 30 de abril de 1938.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João Carlos Vital.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 500 — DE 16 DE JUNHO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Exterior, um crédito suplementar de 2.022:00\$000, às verbas que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de dois mil e vinte e dois contos de réis (2.022:000\$000), às seguintes verbas do seu atual orçamento (anexo n. 5 da lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937:

Verba 1 — Pessoal:

IV — Gratificações e Auxílios:

S/c. 7 — Ajudas de custo e diárias:

01) Secretaria de Estado..... 700:000\$0

0 — Serviços extraordinários:

01) Secretaria de Estado..... 56:000\$0

V — Outras despesas de pessoal

S/c. 10 — Vencimentos:

01) Diferença de remuneração dos atuais funcionários (arts. 3° e 6° das Disposições Transitórias da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936)..... 40:000\$0 796:000\$0

Verba 2 — Material:

III — Material de consumo:

S/c. 5 — Artigos de expediente padronizado, etc.

01) Secretaria de Estado, Missões Diplomáticas e Repartições Consulares..... 50:000\$0

S/c. 6 — Expediente:

01) Serviço Diplomático:

Para possíveis aumentos de expediente e despesas correlatas..... 20:000\$0

02) Serviço Consular:

Para possíveis aumentos de expediente e despesas correlatas..... 20:000\$0

S/c. 7 — Combustível, lubrificantes e ma-

terial para lubrificação, limpeza, etc.:

01) Secretaria de Estado.....	40:000\$0
S/c. 8 — Matérias primas, produtos manufaturados, etc.:	
01) Secretaria de Estado.....	20:000\$0

III — Diversas despesas:

S/c. 13 — Carretos, fretes, transportes, etc.	
01) Secretaria de Estado.....	20:000\$0
S/c. 14 — Aluguel de casa.	
02) Serviço consular:	
Possíveis aumentos de aluguel de chancelaria e despesas correlatas.....	20:000\$0
S/c. 16 — Concerto de móveis, máquinas, etc.:	
01) Secretaria de Estado.....	30:000\$0
S/c. 18 — Despesas miúdas de pronto pagamento, etc.:	
01) Para despesas miúdas.....	6:000\$0
	<hr/>
	226:000\$0

Verba 3 — Serviços e encargos.

S/c. 4 — Despesas extraordinárias:

01) Despesas extraordinárias no exterior, etc.....	1.000:000\$0
	<hr/>
	2.022:000\$0
	<hr/>

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 501 — DE 16 DE JUNHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 104.984:230\$800 para pagamento do capital invertido pelo Estado de Minas Gerais na Rede Sul Mineira, e dá outras providências

O Presidente da República, tendo em vista o disposto na lei número 475, de 17 de agosto de 1937, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de 104.984:230\$800 (cento e quatro mil, novecentos e oitenta e quatro contos, duzentos e trinta mil e oitocentos réis), para atender ao pagamento devido ao Estado de Minas

Gerais pelas inversões feitas na Rêde Sul Mineira, inclusive o custeio dos ramais a que se refere a letra *a* do art. 1º da lei n. 475, de 17 de agosto de 1937, devidamente apuradas e aprovadas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, sendo:

a) Aparelhamento da Estrada:

Tomada de contas referentes ao período de 1 de abril de 1922 a 28 de fevereiro de 1931....	51.860:353\$9
b) Ramal de Machado.....	2.793:460\$9
c) Ramal de Tres Pontas.....	1.317:828\$9
d) Ramal de S. Gonçalo do Sapucaí.....	4.147:953\$2
e) Avaliação da E. F. Paracatú (saldo a pagar)....	13.639:123\$6
f) Avaliação do trecho de Patrocínio a Ovidor....	18.226:884\$4
g) Obras de eletrificação executadas até 30 de dezembro de 1937.....	12.998:626\$1
	<hr/>
	104.984:230\$8

Art. 2.º O pagamento a que se refere o artigo anterior será feito da seguinte fôrma: 104.984:000\$000 (cento e quatro mil, novecentos e oitenta e quatro contos de réis) em apólices da Dívida Pública Interna, da emissão autorizada no presente decreto-lei; e a fração de 230\$800 (duzentos e trinta mil e oitocentos réis) em moeda corrente do país.

Art. 3.º Fica o ministro da Fazenda autorizado a emitir apólices da Dívida Pública Interna Consolidada, na importância de 120.000:000\$000 (cento e vinte mil contos de réis), para os fins indicados neste decreto-lei.

§ 1.º Os títulos serão do valor nominal de 1:000\$000 (um conto de réis), ao portador, e vencerão os juros de 5 % (cinco por cento) ao ano, pagáveis em janeiro e julho de cada ano, na Caixa de Amortização e nas delegacias fiscais.

§ 2.º Os títulos serão resgatáveis, semestralmente, por meio de um fundo de amortização acumulativo, dentro do prazo de 20 anos, a partir de 1940.

Art. 4.º As apólices emitidas em virtude deste decreto-lei gozarão das mesmas regalias e isenção de impostos que cabem aos demais títulos da Dívida Pública Interna.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 502 — DE 16 DE JUNHO DE 1938

Aprova as retificações feitas no decreto-lei n. 365, de 5 de abril de 1938, publicado no "Diário Oficial" de 11 do mesmo mês e ano

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal,

resolve aprovar as relificações feitas no decreto-lei n. 365, de 5 de abril de 1938, publicado no "Diário Oficial" de 11 do mesmo mês e ano, as quais a este acompanham, assinadas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda, e entrarão em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Retificações a que se refere o decreto-lei n. 502, de 16 de junho de 1938

Decreto-lei n. 365, de 5 de abril de 1938:

Art. 1°, item 1, onde se lê:

"art. 4°, § 1° — *Fumo*:

VII. Fumo em corda, em folha ou em pasta, estrangeiro,
por quilograma ou fração, peso líquido \$600

Notas

2.ª De cada vintena de cigarros e cigarrilhas fabricados com fumo preparado na própria fábrica além do imposto pago em estampilha, aposta aos mesmos, serão cobrados, por verba lançada pela repartição arrecadadora nas guias de aquisição das estampilhas, mais \$080, correspondentes ao imposto do fumo empregado no fabrico. Estão igualmente sujeitas a essa verba as guias de aquisição das estampilhas que os fabricantes de cigarros e cigarrilhas com o fumo de produção alheia adquirirem além da proporção de 50 vintenas por quilograma de fumo adquirido."

Leia-se:

art. 4°, § 1° — *Fumo*:

III. Cigarros e cigarrilhas nacionais, com o preço de venda, no varejo, marcado pelo fabricante, por vintena:

Até o preço de \$300	\$010
De mais de \$300 até \$400	\$060
De mais de \$400 até \$500	\$090
De mais de \$500 até \$600	\$130
De mais de \$600 até \$800	\$200
De mais de \$800 até \$1000	\$270
De mais de \$1000 até \$1200	\$400
De mais de \$1200 até \$1500	\$520
De mais de \$1500 até \$2000	\$720
De mais de \$2000, ou sem preço marcado	\$1000

VII. Fumo em corda, em folha ou em pasta, estrangeiro,
por quilograma ou fração, peso líquido \$600

2.^a De cada vintena de cigarros e cigarrilhas fabricados com fumo preparado na própria fábrica, além do imposto pago em estampilha, aposta aos mesmos, serão cobrados, por verba lançada pela repartição arrecadadora nas guias de aquisição das estampilhas, mais \$080, correspondentes ao imposto do fumo empregado no fabrico. Estão igualmente sujeitas a essa verba as guias de aquisição das estampilhas que os fabricantes de cigarros e cigarrilhas com o fumo de produção alheia adquirirem além da proporção de 50 vintenas por quilograma de fumo adquirido."

Art. 1.^o, item 1, art. 4.^o, § 8.^o — *Especialidades farmacêuticas.*

Onde se lê:

1.^a Especialidade farmacêutica é todo produto que, trazendo nos seus rótulos, etiquetas ou bulas, indicações terapêuticas, dose e modo de usar, etc., é vendido sob denominação especial, em embalagem destinada ao consumidor e que, ao contrário dos produtos officinais, carece de licença especial da Saúde Pública para ser posto à venda.

7.^a Os produtos da classe VII, quando officinais e dispensados de licença da Saúde Pública, ficarão sujeitos apenas a 10 % das taxas estabelecidas na respectiva tabela, com exceção dos soros também officinais e dispensados da referida licença, tais como os glicozados, fisiológicos, lactozados e outros, sobre os quais incidirá a quarta parte (25 %) das referidas taxas."

Leia-se:

Notas

1.^a Especialidade farmacêutica é todo produto que, trazendo nos seus rótulos, etiquetas ou bulas, indicações terapêuticas, dose e modo de usar, etc., é vendido sob denominação especial, em embalagem destinada ao consumidor e que, ao contrário dos produtos officinais, carece de licença especial da Saúde Pública para ser posto à venda.

2.^a Incluem-se entre as especialidades farmacêuticas os produtos homeopáticos de qualquer espécie, nas condições a que se refere a nota anterior, mesmo que não obrigados a licença da Saúde Pública; e ainda os produtos opoterápicos, os soros biológicos e as vacinas de qualquer espécie.

7.^a Os produtos da classe VII, quando officinais e dispensados de licença da Saúde Pública, ficarão sujeitos apenas a 10 % das taxas estabelecidas na respectiva tabela, com exceção dos soros também officinais e dispensados da referida licença, tais como os glicozados, fisiológicos, lactozados e outros, sobre os quais incidirá a quarta parte (25 %) das referidas taxas.

Art. 1º, item 1, art. 4º, § 9º — *Conservas*, alíneas VIII a XIV e respectivas notas, onde se lê:

“	
VIII. Chocolate comum de refeição, em pó ou em massa, de produção nacional, por 50 gramas ou fração, peso bruto	\$010
IX. Chocolate comum de refeição, em pó ou em massa, de procedência estrangeira, e o de qualquer outra qualidade e procedência, em pó ou em massa, por 100 gramas ou fração, peso bruto	\$060
X. Biscoitos, bolachas e semelhantes, acondicionados, em latas e outros envoltórios, por 50 gramas ou fração, peso bruto	\$020
XI. Cereais e farináceos, que se apresentarem semimoldos, em laminas, flocos ou de qualquer outro modo beneficiados, quando acondicionados em latas, pacotes, caixas, vidros ou sacos, de peso bruto até dois quilogramas; farinhas alimentícias compostas, assim considerada a mistura de quaisquer farinhas ou a adição, a uma ou a mais de uma, de açúcar, cacau, chocolate, leite, ovo, ou outra substância que aumente ou modifique suas propriedades alimentares; leite condensado ou concentrado, em emulsão, em pó ou em qualquer outro estado, por 125 gramas ou fração, peso bruto	\$020
XII. Balas, caramelos e pastilhas de goma, por 100 gramas ou fração, peso bruto	\$020
XIII. Fantasias de chocolate, bonbons, fondantes, confeitos e semelhantes, por 50 gramas ou fração, peso bruto	\$030
XIV. “Marrons-glacés” e semelhantes, por 10 gramas ou fração, peso bruto	\$020

Notas

1.ª Compreende-se por “chouriço” a tripa grossa, cheia de carne com gordura e temperos e seca ao fumo; por “linguiça”, o chouriço delgado; e por “morcela”, a tripa cheia de sangue de porco.

2.ª É permitida a selagem englobada dos produtos das alíneas VIII e X, que acondicionados em pequenos volumes, tenham de ser expostos à venda em caixas, latas ou outros envoltórios até o peso bruto máximo de 1.000 gramas.

3.ª Nos produtos das alíneas XII e XIII é também permitida a selagem englobada, mas somente quando contenham um único envoltório, ou sem envoltório, acondicionados em caixas, latas ou outros envólucros, em volumes de peso bruto de 1.000 gramas. Quando, entretanto, contiverem mais de um envoltório, ficarão sujeito à selagem por unidade, na razão de \$010 por 10 gramas ou fração.

Considera-se primeiro envoltório a lamina de estanho, chumbo, alumínio, ou outro metal, papel celofane, o cristal, o parafinado, ou outros quaisquer, que envolvam cada produto, em contato direto com ele, e segundo envoltório qualquer rótulo, etiqueta, lamina ou papel de qualquer natureza envolvendo o primeiro.

4.ª As conservas alimentícias, quando acondicionadas em recipientes de louça ou vidro, pagarão o imposto pelo peso líquido legal, fixado em 30 % do peso bruto a tara desses recipientes.

5.º No peso bruto das demais conservas compreende-se tão somente o da mercadoria no seu primeiro envoltório, externo ou interno."

Leia-se:

VIII. Cereais e farináceos, de procedência estrangeira, que se apresentarem moídos ou semi-moídos, em lâminas, flocos ou de qualquer outro modo beneficiados, quando acondicionados em latas, pacotes, caixas, vidros ou sacos, de peso bruto até dois quilogramas; farinhas alimentícias compostas, assim considerada a mistura de quaisquer farinhas ou a adição, a uma ou a mais de uma, de açúcar, cacau, chocolate, leite, ovo, ou outra substância que aumente ou modifique suas propriedades alimentares; leite condensado ou concentrado, em emulsão, em pó ou em qualquer outro estado, por 125 gramas ou fração, peso bruto	\$020
IX. Biscoitos, bolachas e semelhantes, acondicionados em latas e outros envoltórios, por 50 gramas ou fração, peso bruto	\$020
X. Chocolate comum de refeição, assim considerado o composto exclusivamente de cacau e açúcar, em pó, em massa, em tablete, em forma de peixe, charuto, cigarro ou em outras figuras ou fantasias, de produção nacional, por 50 gramas ou fração, peso bruto	\$010
XI. Idem, idem, de procedência estrangeira, por 50 gramas ou fração, peso bruto	\$050
XII. Chocolate de qualquer outra espécie ou qualidade, de qualquer forma apresentado, de produção nacional; bombons, fondantes, crocantes, "nougats", confeitos, com ou seu recheios de frutas, nozes, amêndoas, cremes, licores, etc., de qualquer qualidade, de produção nacional, por 10 gramas ou fração, peso bruto	\$010
XIII. Idem, idem, de procedência estrangeira, por 10 gramas ou fração, peso bruto	\$020
XIV. Balas, caramelos, pastilhas de goma de outras, comprimidas ou não, confeitos comuns de açúcar e produtos semelhantes, de produção nacional, por 50 gramas ou fração, peso bruto	\$010
XV. Idem, idem, de procedência estrangeira, por 50 gramas ou fração, peso bruto	\$020
XVI. "Marrons-glacés" e semelhantes, por 10 gramas ou fração, peso bruto	\$040

Notas

1.º Entende-se por "chouriço" a tripa grossa, cheia de carne com gordura e temperos e seca ao fumo; por "linguiça", o chouriço delgado; e por "morcela", a tripa cheia de sangue de porco.

2.º Entende-se por "balas" os produtos de glucose ou de açúcar, em ponto vítreo ou mole, com ou sem gelatina, simples ou adicionados de caldo de frutas ou de quaisquer essências, com ou sem corantes; por "caramelos" ou produtos à base de açúcar, em ponto

mole, com mistura de cacau, chocolate, leite, manteiga, ou outra gordura; por "pastilhas de goma" os produtos à base de açúcar, com adição de goma arábica ou qualquer outra, amido, caldo de frutas ou quaisquer essências, com ou sem corantes; e por "confeitos comuns" os produtos à base de açúcar fundido, com ou sem corantes, que não contenham recheios e que não sejam dourados ou prateados.

3.ª Os produtos a que se refere a alínea X, com exceção do chocolate em pó, deverão ser selados por unidade, desde que tenham o peso de 50 ou mais gramas. Pesando menos de 50 gramas será permitida a selagem englobada em volumes até o peso máximo de um quilo. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000.*

4.ª É permitida a selagem englobada dos produtos a que se refere a alínea XIV acondicionados em latas ou caixas até o peso máximo de 5 quilos, uma vez que não se encontrem reunidos em volume de peso superior a 20 gramas, devendo nos rótulos apostos às latas ou às caixas ou em etiquetas figurar, de modo indelevel, o número e data da nota de venda ou fatura respectiva. Quando a venda for feita por comerciante, deverá este colocar na lata ou caixa uma etiqueta indicando, além do número e data da nota de venda ou fatura que expedir, o nome de sua firma e a situação do seu estabelecimento (rua, número e cidade). As notas e faturas, em qualquer caso, deverão ser conservadas em poder do comprador, enquanto não forem totalmente vendidos os ditos produtos. *Multa de 1:000\$000 a réis 2:000\$000.*

5.ª Os produtos a que se refere a alínea XVI, quando de produção nacional, e os de que trata a alínea XII, deverão ser selados por unidade, desde que tenham o peso de 10 ou mais gramas. Pesando menos de 10 gramas será permitida a selagem englobada em maços ou em volumes completamente fechados que tenham o peso máximo de 100 gramas, para só assim fechados serem vendidos pelos varejistas, salvo em se tratando de tabletes, caso em que o volume poderá ter o peso máximo de 250 gramas e ser aberto pelo varejista para a venda por unidade, devendo, porém, ser conservadas no envoltório selado as unidades não vendidas. Tratando-se de produtos acondicionados em volumes fechados para assim, na embalagem original, serem vendidos, será permitida a selagem englobada, não podendo, neste caso, ser aberto o volume para a venda do seu conteúdo a varejo. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000.*

6.ª Não é permitida a existência em estabelecimentos comerciais de quaisquer dos produtos a que se refere a nota anterior, pesando 10 ou mais gramas, ou dos produtos de que trata a nota 3.ª, pesando 50 ou mais gramas, sem estarem devidamente selados por unidade. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000.*

7.ª As conservas, quando acondicionadas em recipientes de louça ou vidro, pagarão o imposto pelo peso líquido legal, fixada em 30 % do peso bruto a tara desses recipientes.

8.ª No peso bruto compreende-se tão somente o da mercadoria no seu primeiro envoltório, externo ou interno.

Art. 1º, item 1, art. 4º, onde se lê:

§ 12 — *Tecidos*

.....
II — Tecidos de cânhamo, juta ou outras fibras não especificadas, simples ou mixtos, por metro ou fração:

1º. Crús.....	\$059
2º. Brancos, tintos ou estampados.....	\$100

IV — Tecidos de linho com outras fibras ou com algodão, por metro ou fração:

1.º Crús.....	\$200
2.º Brancos, tintos ou estampados.....	\$250
3.º Bordados crús, brancos, tintos ou estampados.....	\$400

VII — Brocados, lhamas, telas e outros tecidos próprios para vestes sacerdotais e ornamentos de igreja, por 100 gramas ou fração:

1.º Lavrados ou bordados de ouro, prata entrefina ou falsa, com ou sem matizes	\$700
2.º Lavrados ou bordados, com assento ou fundo de ouro ou prata, entrefina ou falsa	\$900
3.º Idem, idem, com ramos soltos ou ligados, de ouro ou prata, com ou sem matizes	1\$000
4.º Idem, idem, com assento de ouro ou prata	1\$500

Notas

10. Os tecidos da alínea IV, incisos 1º e 2º, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 8\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa do inciso 3º da mesma alínea (5400), e todos da referida alínea, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 16\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa de \$800, por metro ou fração.

11. Os tecidos mixtos da alínea V, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 15\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa de 1\$000 por metro ou fração, e estes, bem como os de lã pura da mesma alínea, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 30\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa de 2\$000 por metro ou fração.

12. Os tecidos da alínea VI, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 15\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa de 1\$000 por metro ou fração, e quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 30\$000, ficam sujeitos à taxa de 2\$000 por metro ou fração.

13. Aos preços "da fábrica ou da importação", a que se referem as notas anteriores (8ª a 12ª), aplicam-se as regras contidas no artigo 67, letras *a* e *b*, deste regulamento.

14. Os retalhos de tecidos de seda, de que trata a alínea VI, quando de dimensão inferior a tres metros, deverão ser selados diretamente em cada metro, na razão de metro ou fração, seja qual for o tamanho dos mesmos.

Leia-se:

§ 12. *Tecidos*:

(Selagem direta, quando se tratar de tecido de seda de qualquer procedência; por guia, quando se tratar de outros tecidos de procedência nacional; e por verba, quando se tratar de tecidos de origem estrangeira, exceto os de seda.)

Sobre os simples, mixtos ou compostos, a saber:

I — Tecidos de algodão (inclusive filó e "crepe santé" e semelhantes) por metro ou fração:

1.º Crús	\$300
2.º Brancos ou alvejados, tintos ou estampados, lisos, entrançados, lavrados, sarjados, bordados, etc.	\$060

3.º Crús, brancos ou alvejados, tintos ou estampados, lisos, entrançados, lavrados, sarjados, bordados, etc., com mescla de seda até 10 %	\$120
---	-------

II — Tecidos de canhamo, juta ou outras fibras não especificadas, simples ou mixtos, por metro ou fração:

1.º Crús	\$050
2.º Brancos, tintos ou estampados	\$100

III — Tecidos de linho puro, por metro ou fração:

1.º Crús	\$300
2.º Brancos, tintos ou estampados	\$400
3.º Bordados crús, brancos, tintos ou estampados	\$500

IV — Tecidos de linho com outras fibras ou com algodão, por metro ou fração:

1.º Crús	\$200
2.º Brancos, tintos ou estampados	\$250
3.º Bordados crús, brancos, tintos ou estampados	\$400

V — Tecidos de lã e algodão ou de lã e linho ou outras fibras, por metro ou fração

De lã pura	\$500
	\$1000

VI — Tecidos de seda pura, de borra de seda ou de seda com outra ou outras matérias em que a percentagem da seda seja superior a 10 %, por metro ou fração

\$500

VII — Brocados, lhamas, telas e outros tecidos próprios para vestes sacerdotais e ornamentos de igreja, por 100 gramas ou fração;

1.º Lavrados ou bordados de ouro, prata entrefina ou falsa, com ou sem matizes	\$700
2.º Lavrados ou bordados, com assento ou fundo de ouro ou prata, entrefina ou falsa	\$900
3.º Idem, idem, com ramos soltos ou ligados, de ouro ou prata, com ou sem matizes	\$1000
4.º Idem, idem, com assento de ouro ou prata	\$1500

VIII — Volantes, lhamas, vidrilhos e outros tecidos semelhantes, urdidos com fios metálicos, dourados ou prateados, por 100 gramas ou fração

\$500

IX. Alcatifas e passadeiras, em peça:

1.º De algodão ou de linho, simples, mixtos, com outra qualquer matéria, exeludadas a lã e a seda, de coco, oleado, inclusive os de algodão, juta ou matéria semelhante (congoleum e linoleum, etc.), simples ou mixtos, por metro ou fração	\$400
2.º De seda ou de lã ou de seda ou lã com outra matéria, por metro ou fração:	
a) feitos a máquina.	\$500
b) feitos a mão	\$5000

X — Tecidos impermeáveis, ou de qualquer outra qualidade, com revestimento de borracha ou contendo borracha na trama ou na urdidura; oleados de tecido, de feltro ou de qualquer outra matéria, por metro ou fração

\$500

Notas

1.ª Os tecidos recebidos ou adquiridos pelas fábricas e tinturarias, para beneficiamento, incidirão no acréscimo do imposto quando ficar provado, por meio da nota de que trata o art. 88 e das respectivas guias seladas, o pagamento da primitiva taxa, estando, em caso contrário, sujeitos ao imposto integral.

2.ª Considera-se alcatifa o tecido da natureza do tapete, quando em peça, sujeito ao imposto de consumo por metro linear; e tapete, o mesmo tecido de alcatifa, quando constituir artefato acabado, produto este também sujeito ao imposto de consumo, por unidade, sob a rubrica "artefatos de tecido".

3.ª Os retalhos de tecido de algodão, juta ou linho, simples ou mistos, quando não excederem de 1^m,50, pagarão o imposto na razão de 200 gramas ou fração por metro.

4.ª Os tecidos mesclados com matéria não especificada pagarão a taxa correspondente à matéria tributada.

5.ª A expressão "seda" compreende a seda animal, vegetal ou artificial, e a expressão "lã" a lã natural e a artificial ou sintética.

6.ª Os tecidos denominados "facha" ou "cinteiro" e "precinta" estão sujeitos ao imposto por metro ou fração, de acordo com a sua qualidade.

7.ª Para os efeitos deste regulamento, considera-se como "de seda" o tecido em que esta matéria entrar em percentagem superior a 10 %, sendo a proporção entre as matérias componentes aferida pelo número total de fios, contados na trama e na urdidura, em espaço que contenha todo o padrão.

8.ª Os tecidos da alínea I, incisos 1º e 2º, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 2\$000 por metro ficam sujeitos à taxa do inciso 3º da mesma alínea (\$120); e todos da referida alínea I, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 6\$000 ficam sujeitos à taxa de \$240 por metro ou fração.

9.ª Os tecidos da alínea III, incisos 1º e 2º, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 10\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa do inciso 3º da mesma alínea (\$500); e todos da referida alínea, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 20\$000, ficam sujeitos à taxa de 1\$000 por metro ou fração.

10. Os tecidos da alínea IV, incisos 1º e 2º, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 8\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa do inciso 3º da mesma alínea (\$400); e todos da referida alínea I, quando do preço (da fábrica ou da importação) superior a 16\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa de \$800, por metro ou fração.

11. Os tecidos mistos da alínea V, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 15\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa de 1\$000 por metro ou fração, e estes, bem como os de lã pura da mesma alínea, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 30\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa de 2\$000 por metro ou fração.

12. Os tecidos das alíneas VI e X, quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 15\$000 por metro, ficam sujeitos à taxa de 1\$000 por metro ou fração, e quando de preço (da fábrica ou da importação) superior a 30\$000, ficam sujeitos à taxa de 2\$000 por metro ou fração.

13. Aos preços "da fábrica ou importação", a que se referem as notas anteriores (8ª a 12ª), aplicam-se as regras contidas no art. 67, letras a e b deste regulamento.

14. Os retalhos de tecidos de seda de que trata a alínea VI, quando as dimensões inferiores a 3 metros, deverão ser selados dire-

tamente em cada metro ou fração; e, quando de dimensões inferiores a 50 centímetros, incidirão no imposto na base de \$600 por 100 grammas ou fração. Neste caso os retalhos serão acondicionados em sacos ou outros volumes, devidamente fechados, de peso até o máximo de dois quilos, sendo as estampilhas coladas e clipadas ou grampeadas no fecho dos volumes de modo que, ao serem abertos, se inutilizem as estampilhas ou os envoltórios. *Multa de 2:500\$000 a 5:000\$000.*

Art. 1º, item 1, art. 4º, § 13 — *Artefatos de tecidos e de peles*, alínea I, onde se lê:

“.....

2.º De lã ou de linho composto com outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %.....	1\$000
3.º De lã ou de linho puro ou de seda, em que a percentagem desta seja superior a 10 %.....	3\$000

Leia-se:

.....

2.º De lã ou de linho compostos com outra ou outras matérias, inclusive a seda até 10 %.....	1\$000
3.º De lã ou de linho puros ou de seda, em que a percentagem desta seja superior a 10 %.....	3\$000

Art. 1º, item 1, art. 4º, onde se lê:

§ 36. *Ladrilhos, mozaicos, azulejos e outros materiais.*

V — Tacos de madeira, de qualquer feitio ou tamanho, para pavimentação..... \$400

VI — Manilhas ou tubos, para qualquer fim:

Leia-se:

§ 36. *Ladrilhos, mozaicos, azulejos e outros materiais.*

(Selagem por guia, quando de produção nacional, cobrando-se o imposto por verba, na ocasião do despacho, quando de procedência estrangeira).

Por metro quadrado ou fração:

I. Ladrilhos ou lages, retangulares ou não, para revestimento ou pavimentação:

1.º De barro, de cor natural.....	\$800
2.º De barro colorido, de uma ou mais cores; de grés impermeável, de porcelana e semelhantes (cerâmica), simples, de cor, coloridos ou com incrustações, cinzelados e de vidros.....	1\$500
3.º De cimento, simples, de cor, ou coloridos.....	\$700
4.º De cimento com incrustações de mármore, mozaicos ou de qualquer outra matéria.....	1\$500
5.º De mármore, porfiro, jaspe e outras pedras semelhantes, decorados ou não.....	4\$000
II. Mozaicos retangulares ou não.....	1\$500

III. Azulejos retangulares ou não:

1.º De barro, louça ou vidro, simples, brancos.....	1\$500
2.º De barro, louça ou vidro, de cor, coloridos ou ornamentados.	2\$000

IV. Tijolos prensados para pavimentação	\$800
V. Tacos de madeira, de qualquer feitio ou tamanho, para pavimentação	\$400
Por unidade:	
VI. Manilhas ou tubos, para qualquer fim:	
1.º De barro simples:	
Até 0m,07 de diâmetro.....	\$050
De mais de 0m,07 até 0m,15.....	\$100
De mais de 0m,15 até 0m,25.....	\$200
De mais de 0m,25 até 0m,50.....	\$300
De mais de 0m,50 até 1m,00.....	\$400
De mais de 1m,00.....	\$500
2.º De cimento:	
Até 0m,30 de diâmetro.....	\$300
De mais de 0m,30.....	\$500

Notas

1.ª Os rodapés, lambrís, degraus, espelhos, peitoris, soleiras e gregas ficam incluídos, para efeito do pagamento do imposto, entre os ladrilhos, mozaicos e azulejos.

2.ª Os frisos e calhas pagarão por metro linear um quarto das taxas das respectivas alíneas.

3.ª A fração de metro pagará o imposto na razão da quarta parte das respectivas taxas por 25 decímetros quadrados.

Art. 1º, item 1, onde se lê:

“.....
§ 41. *Linhas, cordoalhas e botões*:

I. Linhas e fios para bordar, coser, serzir, *crochet*, *tricot* e semelhantes:

1.º Retorcidos com duas ou mais pernas, de algodão, linho
cairo, esparto ou outras fibras, simples ou mixtos \$010
Por 10 gramas ou fração, peso líquido..... \$010

2.º Frouxos ou torcidos, de seda (linha, retroz, torçal) e de lã
simples ou mixtos:

Por 10 gramas ou fração, peso líquido..... \$020

Notas

1.ª O barbante que tiver menos de meio milímetro de diâmetro é considerado linha.

2.ª Os produtos constantes da alínea II pagarão o imposto qualquer que seja a forma de acondicionamento (caixas, maços, pacotes, etc.), pelo total do conteúdo de cada envoltório, desde que as unidades acondicionadas tenham o peso máximo de 25 gramas e o volume de 500 gramas; sendo os selos colados no envoltório. Não se comprehendem nas disposições desta nota as lãs, simples ou mixtas (alínea II, inciso 2º), sujeitas à selagem por unidade.

3.ª Pela expressão "peso líquido" entende-se o da linha, fio ou cordoalha, inclusive os continentes (carreteis, tubos, talas, etiquetas, etc.), excluído, assim o peso das caixas e demais envoltórios."

Leia-se:

§ 41 — *Linhas, cordoalha e botões*

(Selagem direta, exceto quanto às cordoalhas e aos botões, que pagarão o imposto por guia, quando de produção nacional, e por verba, quando de procedência estrangeira).

I. Cordoalhas (barbantes, cordas, cabos, amarras, estais, etc.) e fitilhos gomados, de cabelos, pelos ou lã, cairo, esparto, piassava, pita, algodão, linho, juta, canhamo ou outras fibras, simples ou mixtos com qualquer matéria, por 100 gramas ou fração, peso líquido.	\$020
II. Linhas e fios, para bordar, coser, serzir, "crochet", "tricot" e semelhantes:	
1.º Retorcidos com duas ou mais pernas, de algodão, linho, cairo, esparto ou outras fibras, simples ou mixtos:	
Por 10 gramas ou fração, peso líquido.	\$010
2.º Frouxos ou torcidos, de seda (linha, retroz, torçal) e de lã simples ou mixtos:	
Por 10 gramas ou fração, peso líquido.	\$020
III. Botões, com ou sem furos ou pés, por 250 gramas ou fração, peso líquido:	
1.º De madrepérola, marfim e tartaruga	\$500
2.º De madeira, metal, louça, vidro, osso, chifre, barbatana, couro, massa, galalite, ou qualquer outra matéria.	\$200

Notas

1.ª O barbante que tiver menos de meio milímetro de diâmetro é considerado linha.

2.ª Os produtos constantes da alínea II pagarão o imposto qualquer que seja a forma de acondicionamento (caixas, maços, pacotes, etc.), pelo total do conteúdo de cada envoltório, desde que as unidades acondicionadas tenham o peso máximo de 25 gramas e o volume o de 500 gramas, sendo os selos colados no envoltório. Não se compreendem nas disposições desta nota as fâs, simples ou mixtas (alínea II, inciso 2º) sujeitas à selagem por unidade, qualquer que seja o peso.

3.ª As linhas para bordar, coser, serzir ou "crochet", de procedência estrangeira, poderão ser seladas nas unidades ou nos envoltórios de apresentação, pelo total do conteúdo destes.

4.ª Pela expressão "peso líquido" entende-se o da linha, fio ou cordoalha, inclusive os continentes (carreteis, tubos, talas, etiquetas, etc.), excluído, assim, o peso das caixas e demais envoltórios.

Art. 1º, item 2, art. 7º, onde se lê:

".....

e) os artigos que a fábrica produzir a aplicar, no próprio estabelecimento, como matéria prima ou secundária, na composição de outros artigos tributados de sua produção;"

Leia-se:

e) os artigos que a fábrica produzir e aplicar, no próprio estabelecimento, como matéria prima ou secundária, na composição de outros artigos de sua produção, tributados ou não;

Art. 1º, item 13, art. 31, onde se lê:

"....."

h) os estabelecimentos industriais que fabricarem artigos sujeitos ao imposto de consumo apenas para emprego, como matéria prima ou secundária, na composição de outros artigos tributados de sua própria indústria;"

Leia-se:

"....."

h) os estabelecimentos industriais que fabricarem artigos sujeitos ao imposto de consumo apenas para emprego, como matéria prima ou secundária, na composição de outros artigos de sua própria indústria, tributados ou não;

Art. 1º, item 18, onde se lê:

"Art. 60. A aplicação das estampilhas deverá ser feita por meio de goma forte, de modo que sua aderência aos produtos ou às guias seja perfeita e deles não possam ser retiradas, permitido, além da goma forte, o uso de "clip" ou grampo ou a costura à mão ou à máquina.

Parágrafo único. Nas gravatas e nas meias as estampilhas serão também costuradas à máquina ou presas com "clip".

Leia-se:

Art. 60. A aplicação das estampilhas deverá ser feita por meio de goma forte, de modo que sua aderência aos produtos ou às guias seja perfeita e deles não possam ser retiradas, permitido, além da goma forte, o uso de "clip" ou grampo ou a costura à mão ou à máquina.

§ 1.º Nas gravatas as estampilhas, além de coladas com goma forte, serão costuradas à máquina de modo que a costura perfurando o tecido e a estampilha, pelo menos tres vezes, abranja-a em todo o seu comprimento ou largura.

§ 2.º Nas ligas, suspensórios, meias e nos artefatos de tecidos de malha, em geral, as estampilhas, depois de assinaladas pela forma estabelecida no art. 63, serão perfuradas por meio de picote, de modo que cada estampilha contenha quatro fileiras de picotes, sendo duas em sentido longitudinal e duas em sentido transversal, para só assim serem coladas aos produtos com goma forte.

Art. 1º, item 24, art. 72, onde se lê:

"§ 2.º A marcação dos tecidos deverá ser feita por meio de decalcomania, em distância não maior de tres metros, com a indicação — Indústria Brasileira — em qualquer lugar, ou com frisos verde e amarelo na orela, sendo as demais indicações constantes deste artigo gravadas, também por meio de decalcomania, nos tecidos de lã pura ou mixta, ainda em distância não menor de tres metros em qualquer lugar, e, nos demais tecidos, em um espaço de dimensões nunca inferiores a 0m,16 x 0m,08, nas duas pontas de cada peça, não podendo o vendedor cortar do fim da peça essas indicações."

§ 5.º Os fabricantes de produtos que pagam o imposto em razão do peso, excetuados os não obrigados à rotulagem, deverão mencionar nos rótulos ou etiquetas apostas aos seus artigos o peso que serviu de base à incidência do imposto de consumo; os de especialidades farmacêuticas, a classe, peso, quantidade, volume ou capacidade; e os de álcool e de bebidas alcoólicas a respectiva graduação.

.....
 Leia-se:

§ 2.º A marcação dos tecidos deverá ser feita na orela, por meio de decalcomania, carimbo ou textura, em distância não maior de tres metros, com a indicação — Indústria Brasileira — ou com trisos verde e amarelo, sendo as demais indicações constantes deste artigo gravadas, também por meio de decalcomania, carimbo ou textura, nos tecidos de lã pura ou mixta, ainda em distância não maior de tres metros na orela, e, nos demais tecidos, em um espaço de dimensões nunca inferiores a 0m,16 x 0m,08, nas duas pontas de cada peça, não podendo o vendedor cortar do fim da peça essas indicações.

.....
 § 3.º Os fabricantes de produtos que pagam o imposto em razão do peso, excetuados os não obrigados à rotulagem e os de perfumarias, deverão mencionar nos rótulos ou etiquetas apostas aos seus artigos o peso que serviu de base à incidência do imposto de consumo; os de especialidade farmacêuticas, a classe, peso, quantidade, volume ou capacidade; e os de álcool e de bebidas alcoólicas a respectiva graduação.

.....
 Art. 1º, item 24, onde se lê:

“Art. 84. Os produtos sujeitos ao imposto por guia, quando tiverem de ser beneficiados ou acabados em outra fábrica, de propriedade do mesmo dono, deverão transitar sem pagamento do respectivo imposto, mediante as formalidades estatuidas neste regulamento, desde que tenham de voltar à fabrica de origem ou de ser vendidos na do beneficiamento ou acabamento, onde, então, terá lugar o pagamento do imposto.

Parágrafo único. Os fabricantes de tecidos de seda que remeterem os seus produtos para beneficiamento ou acabamento em fábricas ou tinturarias de outras firmas, deverão obedecer também às prescrições deste artigo, somente no caso em que os referidos tecidos tenham de voltar à fábrica de origem, para serem aí vendidos.

.....”
 Leia-se:

Art. 84. Os produtos sujeitos ao imposto por guia, quando tiverem de ser beneficiados ou acabados em outra fábrica, de propriedade do mesmo dono, deverão transitar sem pagamento do respectivo imposto, mediante as formalidades estatuidas neste regulamento, desde que tenham de voltar à fábrica de origem ou de ser vendidos na do beneficiamento ou acabamento, onde, então, terá lugar o pagamento do imposto.

Parágrafo único. Os fabricantes de tecidos de seda, que remeterem os seus produtos para beneficiamento ou acabamento em fábricas ou tinturarias de outras firmas, deverão obedecer também às prescrições deste artigo, somente no caso em que os referidos tecidos tenham de voltar à fábrica de origem, para serem aí vendidos. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000 aos infratores deste artigo ou de seu parágrafo.*

Art. 1º, item 27, onde se lê:

"Art. 90. O termo de responsabilidade pela exportação de mercadorias para o estrangeiro, com isenção de imposto, deverá ser levantado dentro do prazo de 30 dias, mediante apresentação pelo exportador, de documentos oficiais que provem a saída das mesmas mercadorias do território nacional."

.....
 Leia-se:

Art. 90. O termo de responsabilidade pela exportação de mercadorias para o estrangeiro, com isenção do imposto, deverá ser levantado dentro do prazo de 120 dias, mediante apresentação, pelo exportador, de documentos oficiais que provem a saída das mesmas mercadorias do território nacional.

.....
 Art. 1º, item 29, onde se lê:

"Art. 97. É proibida a baldeação, no ato da entrega ao comprador, dos líquidos, acompanhados em barris, em latas, ou em garrações de mais de cinco litros, salvo, quando se tratar de acondicionamento em vasilhame adaptado a condução por cargueiro, ou de gasolina e óleos minerais, álcool ou aguardente transportados em vagões-tanques, toneis, pipas ou meias pipas, respeitada em qualquer caso a restrição do parágrafo único do art. 81. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000.*"

Leia-se:

Art. 97. É proibida a baldeação, no ato da entrega ao comprador, dos líquidos acondicionados em barris, em latas, ou em garrações de mais de cinco litros, salvo quando se tratar de acondicionamento em vasilhames adaptados a condução por cargueiro, ou de gasolina e óleos minerais, álcool ou aguardente, transportados em vagões-tanques, toneis, pipas ou meias pipas, respeitada em qualquer caso a restrição do parágrafo único do art. 81. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000.*

Art. 1º, item 30, art. 111, onde se lê:

"§ 9.º Os de tecidos, louças e vidros, ferragens e cimento:"

Leia-se:

§ 9.º Os de tecidos, louças e vidros, ferragens, cordoalhas, botões e cimento:

Art. 1º, item 30, art. 111, § 12 — "Os de moer café", onde se lê:

"c) a ter um livro de acordo com o modelo XI, no qual lançarão diariamente o movimento de entrada e saída dos produtos e das estampilhas recebidas e compradas. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos que não observarem as formalidades relativas à escrita e de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não tiverem o livro.*

.....
 Leia-se:

c) a ter um livro de acordo com o modelo XI, no qual lançarão diariamente o movimento de entrada e saída dos produtos e das estampilhas recebidas e compradas. *Multa de 200\$000 a 400\$000 aos que não observarem as formalidades relativas à escrita e de 500\$000 a 1:000\$000 aos que não tiverem o livro.*

Art. 1º, item 47, onde se lê:

"Art. 219, § 6º:

.....
c) aos que, tendo assinado termo de responsabilidade para exportação de mercadorias para o estrangeiro com isenção de imposto, não provarem, dentro do prazo de 30 dias, a sua saída do território nacional.
.....

Leia-se:

Art. 219, § 6º:

.....
c) aos que, tendo assinado termo de responsabilidade para exportação de mercadorias para o estrangeiro com isenção de imposto, não provarem, dentro do prazo de 120 dias, a sua saída do território nacional
.....

Art. 1º, item 54, modelo XXII, onde se lê:

"...obrigando-se a provar, dentro do prazo de trinta dias."

Leia-se:

...obrigando-se a provar dentro do prazo de cento e vinte dias.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1938. — A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 503 — DE 16 DE JUNHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 39:735\$500, para pagamento de diferença de vencimentos

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de trinta e nove contos setecentos e trinta e cinco mil e quinhentos réis (39:735\$500), para atender ao pagamento (Pessoal) da diferença de vencimentos, referentes a 1937, que compete a 48 assistentes — padrão H, da Faculdade Nacional de Odontologia da Universidade do Brasil, incluídos nas tabelas anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, em virtude do ato n. 33, de 12 de outubro de 1937, do Conselho Federal do Serviço Público Civil.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 504 — DE 16 DE JUNHO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 25:750\$000, para pagamento de representação a adidos comerciais

O Presidente da República, tendo em vista o disposto na lei número 422, de 3 de junho de 1937, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de 25:750\$000 (vinte e cinco contos, setecentos e cinquenta mil réis), para atender à despesa (Pessoal) com o pagamento da diferença de representação que compete aos Adidos Comerciais, correspondente ao período de 5 de junho a 31 de dezembro de 1937.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 505 — DE 16 DE JUNHO DE 1938

Torna extensivo aos empregados em usinas de açúcar e fábricas de álcool e aguardente o amparo da legislação trabalhista de que gozam os demais operários na indústria

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, resolve:

Art. 1°. Aplicam-se aos empregados com funções especializadas e permanentes nas seções industriais das usinas de açúcar, bem como nas seções técnicas e nas fábricas de álcool e aguardente anexas àquelas, excetuando-se os trabalhadores agrícolas, os preceitos da legislação trabalhista vigente que regulam o trabalho nas indústrias.

Art. 2°. O direito a férias será assegurado, mesmo que o empregado não seja sindicalizado.

Art. 3°. O limite da duração normal do trabalho, fixado no artigo 3° do decreto n. 21.364, de 4 de maio de 1932, poderá ser elevado até 12 horas e o fixado no art. 4° do mesmo decreto, até 14 horas, nas mesmas condições estabelecidas nos citados artigos.

Art. 4°. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de junho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João Carlos Vital.

DECRETO-LEI N. 506. — DE 17 DE JUNHO DE 1938

Dispõe sobre a organização e revisão dos projetos de leis, regulamentos e instruções da competência legislativa da União

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que é frequente a necessidade de confiar a pessoas que exercem função pública a organização, ou revisão, de projetos de leis, regulamentos ou instruções sobre a matéria da competência da União, decreta:

Art. 1.º O ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores poderá incumbir magistrados federais da organização ou revisão de projetos de leis, regulamentos ou instruções da competência da União.

Parágrafo único. A incumbência só dispensará o magistrado do exercício da sua função ordinária, quando assim o resolver o ministro de Estado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de junho de 1938, 117º da Independência
cional do Trabalho

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 507 — DE 18 DE JUNHO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de 104:000\$000, para pagamento à Repartição Internacional do Trabalho

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de 104:000\$000 (cento e quatro contos de réis), para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) da diferença de 24.774 (vinte e quatro mil, setecentos e setenta e quatro) francos suíços, relativos à contribuição devida pelo Brasil à Repartição Internacional do Trabalho, no exercício de 1937.

Rio de Janeiro, 18 de junho de 1938, 117º da Independência e
50º da República.

GETULIO VARGAS.

João Carlos Vital.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 508 — DE 21 DE JUNHO DE 1938

Prorroga o prazo concedido no art. 1º das Disposições Transitórias do Decreto Lei n. 58. de 10 de dezembro de 1937

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado até 30 de setembro do corrente ano o prazo concedido na primeira parte do art. 1º das Disposições Transitórias do Decreto Lei n. 58, de 10 de dezembro de 1937.

Rio de Janeiro, 21 de junho de 1938, 117º da Independência e 50 da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 509 — DE 22 DE JUNHO DE 1938

Concede prazo às Faculdades de Direito dos Estados de Alagoas, Piauí e Santa Catarina para que se adaptem à legislação em vigor

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Ficam revogados os decretos n. 792, de 4 de maio de 1936, n. 2.009, de 4 de outubro de 1937 e n. 2.098, de 1 de novembro de 1937.

Art. 1º. Fica concedido o prazo de dois anos, contados da data deste decreto, para que as Faculdades de Direito de Alagoas, Piauí e Santa Catarina se adaptem integralmente à legislação em vigor, cabendo ao Conselho Nacional de Educação examinar a regularidade da adaptação.

Art. 3º. Durante o prazo fixado no artigo anterior, as Faculdades citadas gozarão das regalias do reconhecimento a que se refere o decreto-lei n. 424, de 11 de maio de 1938, e ficam sujeitas aos onus dele decorrentes.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1938, 117º da Independência e 50 da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 510 — DE 22 DE JUNHO DE 1938

Dispõe sobre o processo e julgamento dos civis em foro militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, da Constituição, e,

Considerando que o art. 111 da Constituição atribue à lei ordinária a definição dos casos em que o foro militar deve estender-se aos civis, decreta:

Art. 1.º Serão processados e julgados no foro militar, em tempo de paz, os civis que, como autores, co-autores ou cúmplices, cometerem crimes definidos em lei como:

1) crimes contra o dever militar, inclusive os crimes contra o serviço militar e de insubmissão;

2) crimes de usurpação de autoridade militar;

3) crimes contra a disciplina das forças armadas, assim entendidos os crimes contra a honestidade e bons costumes e a segurança da pessoa e da vida;

4) crimes contra a propriedade militar e a ordem econômica do Exército e da Marinha.

Parágrafo único. Nos casos a que se referem os incisos 2, 3, e 4, o disposto nesta lei aplica-se aos crimes praticados contra as forças policiais.

Art. 2.º O foro militar abrangerá os civis que, em lugar sujeito à jurisdição militar, cometerem crime definido em lei militar, ou na lei penal comum, contra pessoa investida de autoridade militar.

Art. 3.º Para o efeito da aplicação da pena, os civis serão, sem qualquer exceção, considerados praças de pret.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de junho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

General *Eurico G. Dutra*.

Vice almirante *Henrique Aristides Guilhem*.

Francisco de Campos.

DECRETO-LEI N. 511 — DE 23 DE JUNHO DE 1938

Altera o inciso "b", capítulo II, cláusula XVI, do decreto n. 24.617, de 9 de julho de 1934

O Presidente da República, atendendo ao exposto pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, sobre a execução, no porto do Rio Grande, de obras de proteção à Base de Aviação, que não estão previstas nas cláusulas do contrato de novação, celebrado com o Estado do Rio Grande do Sul, em virtude do decreto n. 24.617, de 9 de julho de 1934, decreta:

Artigo único. Fica alterado, pela forma abaixo, o inciso b, capítulo II, cláusula XVI, do decreto n. 24.617, de 9 de julho de 1934:

b) as despesas de conservação dos referidos canais e balisamento e as de renovação deste que forem realizadas, pelo Estado, de

conformidade com o que estabelece a alínea *d* do inciso 1º, da cláusula II, assim como a execução de dragagem de docas para a proteção de aviões, o abrigo dessas pela construção de espigões de pedra jogada, bem como a execução, por aterros, de pistas para pouso e decolagem de aviões.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 512. — DE 23 DE JUNHO DE 1938

Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a celebrar contrato para o serviço de navegação entre Penêdo e Piranhas, no Baixo São Francisco, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica o Ministério da Viação autorizado a contratar, mediante concorrência pública, o serviço de navegação entre Penêdo e Piranhas, no Baixo São Francisco, observadas as seguintes condições:

- a) o prazo do contrato será de 10 anos;
- b) haverá uma viagem redonda por mês entre os referidos portos;
- c) subvenção anual não excedente de 100:000\$000 (cem contos de réis);
- d) só poderão concorrer pessoas ou empresas brasileiras.

Art. 2º. Fica prorrogado o prazo do atual contrato até a celebração de novo contrato.

Art. 3º. O pagamento da subvenção, que será por milha realmente navegada, correrá anualmente pela dotação para esse fim constante da lei orçamentária.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 513 — NÃO FOI PUBLICADO.

DECRETO-LEI N. 514 — DE 23 DE JUNHO DE 1938

Destaca do vigente orçamento do Ministério da Agricultura a parcela de 91:454\$800, para despesas de pessoal do respectivo "Serviço do Pessoal", e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica destacada da verba 3 — Serviços e Encargos — I — Diversos, n. 02) da sub-consignação 20, do vigente orçamento do Ministério da Agricultura (Anexo n. 11, do art. 3º do decreto-lei número 107, de 27 de dezembro de 1937), a importância de noventa e um contos quatrocentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos réis (91:454\$800, para atender, no corrente exercício, às despesas seguintes do "Serviço de Pessoal, do mesmo ministério, criado pelo decreto-lei n. 204 de 25 de janeiro de 1938:

Pessoal:

a) vencimentos do diretor no periodo de 17 de fevereiro a 31 de dezembro de 1938.....	32:328\$400
b) gratificação dos quatro chefes de secção no mesmo periodo	16:686\$400
c) gratificação ao secretário, no periodo de 27 de abril a 31 de dezembro.....	2:440\$000
d) extranumerário-mensalista.....	40:000\$000
	<hr/>
	91:454\$800

Art. 2.º Desempenhará as funções de secretário o funcionário designado pelo diretor do Serviço do Pessoal.

Parágrafo único. Competirá ao funcionário designado para servir de secretário a gratificação de função anual de tres contos e seiscentos mil réis (3:600\$000).

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 515 — DE 23 DE JUNHO DE 1938

Estabelece normas para pagamento do pessoal da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, criada pelo art. 4º, do Protocolo de 25 de novembro de 1937, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. A remuneração mensal do pessoal da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, criada pelo art. 4º do Protocolo de 25 de novembro de 1937, será paga de acordo com as tabelas ns. 1, 2 e 3 anexas.

Art. 2º. O pessoal que não for admitidos na zona dos trabalhos, receberá, a título de ajuda de custo, para despesas com preparo de viagem e de primeiro estabelecimento, uma importância correspondente a um mês de remuneração, de acordo com as tabelas anexas.

§ 1º. Os que receberem ajuda de custo e não seguirem para o destino prefixado, por motivos independentes de sua vontade, serão obrigados a restituir metade da quantia por esse título recebida.

§ 2º. No caso, porém, de não acompanharem, por sua conveniência, a Comissão, a ajuda de custo será restituída integral e imediatamente.

§ 3º. Metade da ajuda de custo estipulada será concedida aos que regressarem por ocasião da terminação dos serviços ou em prazo menor, quando esse regresso não depender da vontade dos interessados, resultandó da suspensão dos trabalhos, aposentadoria, acidente ou moléstia grave adquirida em serviço, no local da Comissão.

Art. 3º. O transporte para pessoal e material, a ser feito por estrada de ferro, via fluvial ou marítima, será requisitado em nome da Comissão Mixta Brasileiro-Boliviana, por cuja conta correrão as despesas respectivas.

Art. 4º. Os membros da Comissão Mixta, bem como o pessoal técnico diarista, terão direito a uma diária, de acordo com a tabela n. 4, anexa, toda vez que se afastarem da sua sede, por conveniência do serviço.

§ 1º. Compreende-se por sede a zona de serviço, onde o pessoal da Comissão exerça sua atividade.

§ 2º. As diárias serão concedidas pelo engenheiro chefe.

Art. 5º. Todos os pagamentos feitos ao pessoal da Comissão Mixta, que se refiram a remuneração, diárias, gratificações, ajudas de custo e outras vantagens, na forma do presente decreto-lei, serão feitos em libras, à razão da conversão de sessenta mil réis (60\$000) por libra.

Art. 6º. O pessoal da Comissão Mixta, quando em serviço no campo, terá direito ao fornecimento mensal de gêneros alimentícios para sua subsistência, até 120 bolivianos, quanto ao que figuram nas tabelas ns. 2 e 3, e até 180 bolivianos, quanto aos da tabela n. 1.

Art. 7º. Os funcionários públicos e os extranumerários federais e os empregados estaduais e municipais, requisitados para servirem na Comissão Mixta, perderão os vencimentos do cargo ou o salário da função, mas contarão, para todos os efeitos, o tempo de serviço e terão resguardada a situação em que se encontravam por ocasião da sua requisição.

Art. 8º. As despesas, de qualquer natureza, relativas a pessoal e material da Comissão Mixta, não dependerão de empenho prévio, ficando apenas sujeitas à comprovação semestral, mediante a apresentação de folhas de pagamento, contas e faturas de aquisição do material, feita em virtude das necessidades dos serviços.

Art. 9º. Todos os trabalhos da Comissão Mixta se regerão pelo Regulamento para Estudos e Construção, aprovado em notas reversais pelos Governos do Brasil e da Bolívia, em 24 de maio de 1938.

Art. 10. Os funcionários públicos e os extranumerários serão requisitados pelo engenheiro chefe da Comissão Mixta, com prévia autorização do Presidente da República, observada a correlação entre as funções enumeradas nas tabelas anexas e as que atualmente desempenham.

Parágrafo único — Os diaristas serão livremente admitidos e dispensados pelo engenheiro chefe da Comissão Mixta.

Art. 11. O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de junho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

oão de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

COMISSÃO DE ESTUDOS E CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO DE CORUMBÁ
A SANTA CRUZ DE LA SIERRA

Tabela n. 1

Pessoal	Remuneração mensal em libras	Total mensal em libras
<i>Administração</i>		
1 Engenheiro Chefe da Comissão...	£ 83-0-0	
Representação	£ 67-0-0	£ 150-0-0-
1 Engenheiro Delegado Boliviano.	£ 83-0-0-	
Representação	£ 42-0-0	£ 125-0-0
<i>Departamento Técnico</i>		
3 Engenheiros Chefes de Secção...	£ 83-0-0	
Representação	£ 17-0-0	£ 300-0-0
2 Assistentes Técnicos	£ 83-0-0	
Representação	£ 17-0-0	£ 200-0-0
6 Engenheiros Chefes de Turma...	£ 82-0-0	£ 492-0-0
6 Engenheiros Auxiliares	£ 63-0-0	£ 378-0-0
1 Cartógrafo	£ 44-0-0	£ 44-0-0
4 Desenhistas	£ 32-0-0	£ 128-0-0
		£ 1.542-0-0
<i>Departamento Administrativo</i>		
2 Superintendentes	£ 83-0-0	
Representação	£ 17-0-0	£ 200-0-0
2 Médicos	£ 57-0-0	£ 114-0-0
2 Contadores	£ 44-0-0	£ 88-0-0
1 Armazenista	£ 44-0-0	£ 44-0-0
1 Chefe de transporte	£ 38-0-0	£ 38-0-0
1 Caixa	£ 32-0-0	£ 32-0-0
2 Escriurários	£ 32-0-0	£ 64-0-0
2 Farmacêuticos	£ 25-0-0	£ 50-0-0

3 Encarregados de pedidos e compras	£ 25-0-0	£ 75-0-0
2 Rádio-telegrafistas	£ 25-0-0	£ 50-0-0
2 Dactilógrafos	£ 19-0-0	£ 38-0-0
		<hr/>
		£ 793-0-0

Resumo das despesas

Mensal	£ 2.610-0-0
Anual	£ 31.320-0-0

COMISSÃO DE ESTUDOS E CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO DE CORUMBÁ
A SANTA CRUZ DE LA SIERRA

*Tabela n. 2**Pessoal diarista necessário à Comissão de Estudos*

O serviço de campo será feito por seis turmas, sendo cada turma constituída pelo pessoal abaixo discriminado:

Pessoal	Diária em bolivianos	Despesa mensal em bolivianos
<i>Turma de alinhamento</i>		
1 Feitor (balisa avante)	15	450
2 Trabalhadores de machado	10	600
6 Trabalhadores de foice	10	1.800
2 Balisas ré	10	600
1 Porta trânsito	10	300
1 Batedor de Estacas	10	300
1 Numerador e portador de estacas	10	300
2 Aguadeiros	10	600
<hr/>		<hr/>
16		4.950
<i>Turma de nivelamento</i>		
1 Nivelador	70	2.100
2 Porta-níveis	10	600
2 Porta-miras	10	600
<hr/>		<hr/>
5		3.300
<i>Turma de secções transversais</i>		
4 Seccionistas	35	4.200
4 Ajudantes de marcação	12	1.440
6 Auxiliares para o clinômetro	10	1.800
8 Foiceiros	10	2.400
2 Aguadeiros	10	600
<hr/>		<hr/>
24		10.440
<i>Serviço de acampamento</i>		
1 Cozinheiro	12	360
1 Ajudante de cozinha	10	300
1 Estafeta	10	300
2 Arrieiros	10	600
<hr/>		<hr/>
5		1.560

Despesa mensal total por turma.....	20.250 bolivianos
Despesa mensal total p/6 turmas.....	121.500 bolivianos

COMISSÃO MIXTA BRASILEIRO-BOLIVIANA — TABELA N. 4
Pagamento de diárias em serviço

Remuneração mensal — Diária correspondente

Pessoal da tabela n. 1

Até £ 20	£ 0- 4-0
De mais de £ 20 até £ 25.....	£ 0- 5-0
De mais de £ 25 até £ 31-13-4.....	£ 0- 6-4
De mais de £ 31-13-4 até £ 38-6-8.....	£ 0- 7-8
De mais de £ 38-6-8 até £ 45.....	£ 0-10-0
De mais de £ 45 até £ 65.....	£ 0-12-8
De mais de £ 65 até £ 83-6-8.....	£ 0-15-0
De mais de £ 83-6-8 até £ 100.....	£ 1- 0-0
De mais de £ 100.....	£ 1- 5-0

Pessoal das tabelas ns. 2 e 3

Total mensal — Diária correspondente

Até 600 bolivianos	8 bolivianos
De mais de 600 até 1.200 bolivianos.....	10 bolivianos
De mais de 1.200 até 1.500 bolivianos.....	15 bolivianos
De mais de 1.500 até 2.000 bolivianos.....	20 bolivianos
De mais de 2.000 até 2.500 bolivianos.....	25 bolivianos
De mais de 2.500 bolivianos.....	30 bolivianos

Resumo da tabela — Seis turmas

Niveladores	6
Seccionistas	24
Feitores	6
Ajudantes de seccionistas	24
Trabalhadores	240
Total	<u>300</u>

Resumo das despesas do pessoal diarista das seis turmas de campo

	Uma turma	Seis turmas
Despesa diária	635 Bs	4.050 Bs
Despesa mensal	20.250 Bs	121.500 Bs
Despesa anual	243.000 Bs	1.458.000 Bs

Resumo geral das despesas

	Despesa mensal	Despesa anual
Tabela n. 1	£ 2.610-0-0	£ 31.320-0-0
Tabela n. 2	Bs. 121.500	Bs. 1.458.000
Tabela n. 3	Bs. 39.000	Bs. 468.000
	<u>Bs. 160.500</u>	<u>Bs. 1.926.000</u>

COMISSÃO MIXTA DE ESTUDOS E CONSTRUÇÃO DA ESTRADA DE FERRO DE
GORUMBÁ A SANTA CRUZ DE LA SIERRA

Tabela n. 3

Pessoal técnico diarista à disposição da Secção Técnica

	Diária em bolivianos	Despesa mensal em bolivianos
6 Engenheiros diaristas	100	18.000
4 Niveladores	70	8.400
4 Auxiliares de desenhista	50	6.000
1 Encarregado do ponto	50	1.500
		<hr/> 33.900 <hr/>

Diarista para o serviço de transporte

1 Mecânico	50	1.500
4 Meteoristas	30	3.600
		<hr/> 5.100 <hr/>

Resumo das despesas dos quadros acima

Despesa diária	1.300 Bs
Despesa mensal	39.000 Bs
Despesa anual	468.000 Bs

DECRETO-LEI N. 516 — NÃO FOI PUBLICADO.

DECRETO-LEI N. 517 — DE 27 DE JUNHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 150:000\$000, para a instalação da Faculdade de Direito da Universidade do Brasil

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta :

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de cento e cinquenta contos de réis (150:000\$000), para ocorrer às despesas (Material) que se fizerem necessárias com a instalação da Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil, no novo edificio.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 518 — DE 27 DE JUNHO DE 1938

Modifica a discriminação da Verba I — Pessoal — II — Pessoal extranumerário — Sub-consignação n. 9 do vigente orçamento do Ministério da Educação.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Na discriminação da Verba I — Pessoal — II — Pessoal Extranumerário — Sub-consignação n. 9 do atual orçamento do Ministério da Educação e Saúde, na parte referente aos quadros anexos, ficam feitas as seguintes modificações:

Onde se lê: leia-se:

Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil (pagamento do pessoal da Faculdade Nacional de Medicina, inclusive o pessoal da maternidade, do Instituto de Radiologia, do Pavilhão de clínica neurológica, da Secção de Rádio, da clínica urológica, tres internas da 2. ^a cadeira de clínica cirúrgica, dois assistentes do curso de Enfermagem Obstétrica, e inclusive 28:800\$000 para pagamento de quatro enfermeiras da 3. ^a cadeira de clínica cirúrgica)	1.022:640\$000	978:840\$000
Biblioteca Nacional	10:800\$000	21:600\$000
Instituto Nacional de Puericultura	200:000\$000	219:000\$000
Faculdade de Direito do Ceará	40:000\$000	54:000\$000

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 519 — DE 27 DE JUNHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 1.138:000\$000, para remodelação de serviços do Departamento dos Correios e Telégrafos

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de mil, cento e trinta e oito contos de réis (1.138:000\$000) para atender às despesas (Serviços e Encargos) com a remodelação de serviços do Departamento dos Correios e Telégrafos, inclusive instalação do Serviço de Pessoal instituído pelo decreto n. 2.296, de 26 de janeiro último, na seguinte base:

Implantação:

Controle de vales postais.	330:000\$000
Serviço de Pessoal.	384:000\$000
Apuração da renda, apropriação da despesa e controle do movimento de selos.	10:000\$000
	<hr/> 724:000\$000 <hr/>

Manutenção:

31:000\$000 em 6 meses.	186:000\$000
Aquisição do material e do equipamento de escritório	228:000\$000
	<hr/> 414:000\$000 <hr/>

Total.1.138:000\$000

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 520 — DE 27 DE JUNHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 4:000\$000 para pagamento a Contadoria Geral de Transporte

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de quatro contos de réis (4:000\$000) para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) da contribuição de 1937, devida pela Estrada de Ferro Central do Brasil à Contadoria Geral de Transportes.

Rio de Janeiro, 27 de junho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 521 — DE 28 DE JUNHO DE 1938

Cria, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os Serviços do Material e de Comunicações, transforma a Diretoria de Contabilidade em Serviço de Contabilidade, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, os Serviços do Material e de Comunicações.

§ 1.º Ao Serviço do Material caberão os trabalhos de coordenação sistemática de todos os assuntos relativos à aquisição, recebimento, registro, guarda e distribuição do material destinado aos serviços do Ministério.

§ 2.º Ao Serviço de Comunicações incumbirá o recebimento, registro, guarda e distribuição da correspondência destinada às repartições do Ministério.

Art. 2.º A atual Diretoria Geral de Contabilidade, da Secretaria de Estado do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, fica transformada em Serviço de Contabilidade.

Parágrafo único. Ao Serviço de Contabilidade ficarão afetos todos os encargos da Diretoria Geral de Contabilidade não atribuídos a outro órgão por este decreto-lei.

Art. 3.º Ficam extintos, quando se vagarem, no Quadro único do referido Ministério, dois cargos de Diretor, padrão N, em comissão, correspondentes ao Serviço de Pessoal e à Diretoria Geral de Contabilidade.

Art. 4.º Os diretores dos Serviços do Material, de Comunicações, do Pessoal e de Contabilidade serão designados pelo Presidente da República dentre os funcionários efetivos do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e perceberão, além dos seus vencimentos, a gratificação de função de 9:600\$000, anuais.

Parágrafo único. Não será paga a gratificação estabelecida neste artigo se a escolha recair nos ocupantes dos cargos extintos por este decreto-lei.

Art. 5.º Os regimentos a serem baixados pelo Presidente da República determinarão a organização dos Serviços criados e do transformado por este decreto-lei, bem como as normas reguladoras de suas atividades.

Art. 6.º Para atender, no corrente exercício, ao pagamento das despesas previstas no presente decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de 23:400\$000, à sub-consignação 5-04, da consignação IV — Gratificações e auxílios, da Verba 1.ª — Pessoal, do orçamento em vigor para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 7.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Carlos Vital.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 522 — DE 28 DE JUNHO DE 1938

Prorroga o prazo concedido no art. 16 do decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938, para a fixação do novo quadro de divisão territorial da República

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado até 31 de dezembro do corrente ano, o prazo concedido no art. 16, § 1.º, do decreto-lei n. 311, de 2

de março último, para a fixação dos novos quadros de divisão territorial, que deverão entrar em vigor a 1º de janeiro de 1939.

A partir desta última data serão contados os períodos quinquenais a que se refere o § 3º do artigo citado.

Rio de Janeiro, 28 de junho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 523 — DE 30 DE JUNHO DE 1938

Incorpora a taxa de conservação de calçamento à taxa de serviços municipais e dispõe sobre a cobrança desta, juntamente com o imposto predial, pela Prefeitura do Distrito Federal

O Presidente da República:

Considerando que os prédios de habitação popular, situados nos subúrbios e arredores do Distrito Federal, geralmente não se beneficiam dos serviços públicos municipais na mesma proporção que os demais;

Considerando que a lei municipal n. 187, de 26 de fevereiro de 1937, estipula condições onerosas e de difícil aplicação para a cobrança da taxa de conservação de calçamento; e

Usando da faculdade que lhe conferem os arts. 180 da Constituição Federal e 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1º. Fica incorporada à taxa de serviços municipais, instituída pelo decreto-lei n. 244, de 4 de fevereiro de 1938, a taxa de conservação de calçamento.

Art. 2º. A taxa de serviços municipais, cobravel juntamente com o imposto predial, e constituída de uma parte fixa e outra proporcional ao valor locativo, será calculada anualmente, de acordo com a seguinte tabela:

Valor locativo maior de 3:000\$000:

a) Logradouro com calçamento:

1. Parte fixa, 60\$000 (sessenta mil réis).
2. Parte proporcional 3,0 % (tres por cento).

b) Logradouro sem calçamento:

1. Parte fixa, 60\$000 (sessenta mil réis)
2. Parte proporcional, 2,5 % (dois e meio por cento).

Valor locativo anual menor de 3:000\$000:

a) Logradouro com calçamento:

1. Parte fixa, 45\$000 (quarenta e cinco mil réis).
2. Parte proporcional, 3,5 % (tres e meio por cento).

b) Logradouro sem calçamento:

1. Parte fixa, 30\$000 (trinta mil réis).
2. Parte proporcional, 3,5 % (tres e meio por cento).

Art. 3º. Para os fins deste decreto considerar-se-á situado em logradouro com calçamento o imóvel que tenha pelo menos um de seus lados adjacentes a logradouros cujo leito esteja revestido com qualquer tipo de pavimentação, salvo macadame simples ou saibro comprimido.

Art. 4º. Ficam revogadas a lei municipal n. 187, de 26 de fevereiro de 1937, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1938, 147º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos,

DECRETO-LEI N. 524 — DE 30 DE JUNHO DE 1938

Extingue cargos vagos na Secretaria da Câmara dos Deputados

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Ficam extintos tres cargos, atualmente vagos, da classe "H" da carreira de Oficial administrativo, do quadro do pessoal da Secretaria da Câmara dos Deputados, de que trata a lei n. 384, de 23 de janeiro de 1937, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de junho de 1938, 147º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

FIM DO SEGUNDO VOLUME

COLEÇÃO DAS LEIS
DA
REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
DE
1938

VOLUME III
DECRETOS-LEIS
(JULHO A SETEMBRO)



— RIO DE JANEIRO —
MPRENSA NACIONAL — 1939

ÍNDICE

1938

DECRETOS-LEIS

	Págs.
N. 525 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 1 de julho de 1938 — Institue o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país	3
N. 526 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 1 de julho de 1938 — Institue o Conselho Nacional de Cultura..	5
N. 527 — EDUCAÇÃO E SAÚDE, FAZENDA — Decreto-lei de 1 de julho de 1938 — Regula a cooperação financeira da União com as entidades privadas, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde	6
N. 528 — MARINHA — Decreto-lei de 1 de julho de 1938 — Extingue o atual Quadro de Farmacêuticos e Químicos Militares da Marinha	11
N. 529 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS, FAZENDA — Decreto-lei de 1 de julho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 1.500:000\$000, para racionalização dos serviços da Estrada de Ferro Central do Brasil	12
N. 530 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de julho de 1938 — Cria um lugar de membro do Conselho Administrativo da Caixa Economica Federal do Estado de São Paulo	12
N. 531 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de julho de 1938 — Dispõe sobre a selagem do "stock" de mercadorias sujeitas ao imposto de consumo	12

	Págs.
N. 532 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de julho de 1938 — Prorroga até 30 de setembro de 1938 o prazo estabelecido no decreto-lei n. 150, de 30 de dezembro de 1937	13
N. 533 — GUERRA — MARINHA — FAZENDA — AGRICULTURA — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — RELAÇÕES EXTERIORES — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 5 de julho de 1938 — Prorroga o prazo a que se refere o § 1º do art. 4º, do decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938	13
N. 534 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de julho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, um crédito especial de 200.000\$ para auxílio a Museu Paraense Emilio Goeldi.....	14
N. 535 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 5 de julho de 1938 — Cria, no Quadro VI do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Ministério Público, o cargo de 10º promotor público e extingue o de adjunto de curador de Menores	14
N. 536 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 5 de julho de 1938 — Dispõe sobre a investidura dos juizes de paz	15
N. 537 — NÃO FOI PUBLICADO.	
N. 538 — GUERRA — MARINHA — FAZENDA — AGRICULTURA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — RELAÇÕES EXTERIORES—EDUCAÇÃO E SAÚDE—TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 7 de julho de 1938 — Organiza o Conselho Nacional de Petróleo, define suas atribuições e dá outras providências....	15
N. 539 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de julho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 150.000\$000, para atender às despesas de Material do Centro de Cance-rologia	19
N. 540 — FAZENDA—Decreto-lei de 7 de julho de 1938—Dispensa as companhias de seguros sobre acidentes no trabalho do pagamento do imposto a que se refere o art. 1º do decreto n. 19.957, de 6 de maio de 1931, desde a criação do tributo até a data de 10 de fevereiro de 1936	19
N. 541 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de julho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 741\$900 para pagamento de pensão	20

- N. 542 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 7 de julho de 1938 — Autoriza a Estrada de Ferro Central do Brasil a aceitar a doação, mediante condições, do terreno e aguarda, no município de Barra do Piraí, Estado do Rio de Janeiro, de propriedade de Eduardo Avelino Garcia 20
- N. 543 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 7 de julho de 1938 — Extende a aplicação do crédito a que se refere o decreto-lei n. 176, de 5 de janeiro de 1938, ao aparelhamento de todas as Regiões Militares 21
- N. 544 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 7 de julho de 1938 — Modifica o decreto n. 23.606, de 20 de dezembro de 1933, na parte referente à construção porto em Fortaleza, e dá outras providências..... 21
- N. 545 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de julho de 1938 — Dá nova distribuição à Verba 1 — Pessoal, II — Pessoal extranumerário, sub-consignação n. 2, do atual Orçamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio 22
- N. 546 — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de julho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de 737:200\$000 às verbas que especifica 23
- N. 547 — GUERRA — Decreto-lei de 8 de julho de 1938 — Autoriza a aquisição de um terreno em Belemzinho, Estado de S. Paulo 27
- N. 548 — GUERRA — Decreto-lei de 9 de julho de 1938 — Autoriza a aquisição de um terreno em Alegrete..... 27
- N. 549 — GUERRA — NÃO FOI PUBLICADO.
- N. 550 — GUERRA — Decreto-lei de 11 de julho de 1938 — Modifica o art. 25 da Lei n. 192, de 17 de janeiro de 1938 28
- N. 551 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de julho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 15:200\$, para pagamento à enfermeira Berta Lucile Pullen 28
- N. 552 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de julho de 1938 — Autoriza o Governo Federal a contribuir, anualmente, com a quota de 20.000 contos de réis, durante dez anos, para o aparelhamento da Rede de Viação Férrea Federal arrendada ao Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências 29
- N. 553 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de julho de 1938 — Abre, ao Mi-

	Págs.
nistério da Justiça, um crédito suplementar de réis 100:000\$000 e dá outras providências.....	29
N. 554 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 12 de julho de 1938 — Dispõe sobre o inquérito policial para o efeito da expulsão de estrangeiros....	30
N. 555 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de julho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de 315:409\$500, para limpeza e adaptação de imóvel da União	31
N. 556 — GUERRA — Decreto-lei de 12 de julho de 1938 — Lei de organização dos quadros e efetivos do Exército em tempo de paz	31
N. 557 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 13 de julho de 1938 — Corrige falha encontrada nas tabelas do Quadro I, do Ministério da Viação e Obras Públicas	48
N. 558 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de julho de 1938 — Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a contratar, mediante concorrência pública, o serviço regular de navegação entre a Capital Federal e a cidade de Niterói, para o transporte de passageiros e mercadorias, e dá outras providências	48
N. 559 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 13 de julho de 1938 — Aprova dois atos internacionais firmados em Roma, a 29 de maio de 1933, por ocasião da III Conferência de Direito Privado Aéreo	49
N. 560 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de julho de 1938 — Dispõe sobre o serviço do pessoal civil do Ministério da Guerra	50
N. 561 — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de julho de 1938 — Concede uma pensão especial à viuva e filhos menores de Djalma de Oliveira Nunes, vítima de desastre em serviço	50
N. 562 — RELAÇÕES EXTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de julho de 1938 — Abre, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de 100:000\$000, à verba que especifica	51
N. 563 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 14 de julho de 1938 — Dispõe sobre a fiança a que estão obrigados, pela legislação do Distrito Federal, os responsáveis por bens públicos e dá outras providências	51

N. 564 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 14 de julho de 1938 — Dispõe sobre o processo de cobrança dos impostos predial e territorial e dá outras providências	52
N. 565 — RELAÇÕES EXTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de julho de 1938 — Abre, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de 500:00\$, para atender a despesas com visitantes ilustres	53
N. 566 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de julho de 1938 — Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de 3.610:476\$, para conclusão das instalações da Fábrica de Itajubá	54
N. 567 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de julho de 1938 — Transfere item de uma para outra sub-consignação da verba 2 — Material III — Diversas despesas, do orçamento do Ministério da Educação	54
N. 568 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 14 de julho de 1938 — Fixa a divisão territorial do Distrito Federal, nos termos do decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938	54
N. 569 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 20 de julho de 1938 — Declara feriado o dia da assinatura do Tratado entre a Bolívia e o Paraguai, sobre o Chaco	57
N. 570 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 22 de julho de 1938 — Revoga o decreto-lei número 568, de 14 de julho de 1938	57
N. 571 — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de julho de 1938 — Retifica dizeres de subconsignação orçamentária....	58
N. 572 — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de julho de 1938 — Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 107:400\$000 para pagamento de pessoal	58
N. 573 — FAZENDA — Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 2.844:441\$700 para pagamento de fornecimentos	58
N. 574 — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de julho de 1938 — Dispõe sobre tomada de "Bonus" emitidos pelo Banco do Brasil para financiamento da agricultura, criação e outras indústrias	59
N. 575 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 29 de julho de 1938 — Abre pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 52:667\$900, para atender a despesas de Material, decorrentes de fornecimentos à Faculdade Nacional de Medicina, nos exercícios de 1934 a 1936	60

- N. 576 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 29 de julho de 1938 — Dispõe sobre prazos de declarações, intância de recursos, remoção de usinas de açúcar, e dá outras providências 60
- N. 577 — FAZENDA — AGRICULTURA — Decreto-lei de 29 de julho de 1938 — Extingue cargos de diretor de estabelecimentos de ensino agrícola do Ministério da Agricultura e dá outras providências 61
- N. 578 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — GUERRA — MARINHA — RELAÇÕES EXTERIORES — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 29 de julho de 1938 — Dispõe sobre a situação dos interinos ocupantes de cargos vagos, cujo provimento efetivo dependa de prévia habilitação em concurso 62
- N. 579 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — GUERRA — MARINHA — RELAÇÕES EXTERIORES — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 30 de julho de 1938 — Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências 63
- N. 580 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 30 de julho de 1938 — Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos 67
- N. 581 — AGRICULTURA — FAZENDA — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Dispõe sobre registro, fiscalização e assistência de sociedades cooperativas; revoga os decretos ns. 23.611, de 20 de dezembro de 1933, e 24.647, de 10 de julho de 1934; e revigora o decreto n. 22.239, de 19 de dezembro de 1932 68
- N. 582 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 1º de agosto de 1938 — Estabelece as bases para exploração industrial e comercial do Porto do Rio de Janeiro 73
- N. 583 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de agosto de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito suplementar de 300:000\$000, à verba que especifica 75
- N. 584 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de agosto de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 2.000:000\$000 destinado à estrada de Passo do Socorro a Porto Alegre 75
- N. 585 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 1 de agosto de 1938 — Concede autorização à Compagnie

des Cables Sud-Americains, para explorar os cabos telegráficos submarinos de sua propriedade e já existentes entre a Costa Ocidental da África, a Ilha de Fernando de Noronha e a cidade de Recife	76
N. 586 — GUERRA — Decreto-lei de 1 de agosto de 1938 — Autoriza o Ministério da Guerra a permutar, com o Estado de S. Paulo, a Fazenda de Itapura	80
N. 587 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 1 de agosto de 1938 — Autoriza a exclusão, do inventário das obras da Barra do Rio Grande, das pedreiras do Capão do Leão e Monte Bonito, das ferrovias e material rodante a serviço destas, e determina a respectiva incorporação à Rede Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul	81
N. 588 — GUERRA — Decreto-lei de 2 de agosto de 1938 — Autoriza o Ministério da Guerra a adquirir uma pedreira, em Resende, Estado do Rio de Janeiro	82
N. 589 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 2 de agosto de 1938 — Modifica o padrão de vencimentos do cargo de diretor do Serviço Nacional de Teatro	82
N. 590 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de agosto de 1938 — Altera a estrutura da carreira de Enfermeiro, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde	83
N. 591 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 3 de agosto de 1938 — Transfere para a Universidade do Brasil o Instituto de Psicopatologia do Serviço de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal e dá outras providências	83
N. 592 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — EDUCAÇÃO E SAÚDE — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de agosto de 1938 — Dispõe sobre a sistema legal de unidades de medida e sobre o uso de medidas e instrumentos de medir, cria a Comissão de Metrologia e dá outras providências	84
N. 593 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de agosto de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 1.000 contos de réis, para combate à malária	93
N. 594 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de réis 756:488\$400 à verba que especifica..	93
N. 595 — FAZENDA — Decreto de 4 de agosto de 1938 — Modifica a taxa aduaneira do arseniato de chumbo..	93

	Págs.
N. 596 — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de agosto de 1938 — Aprova o acordo para liquidação de créditos comerciais portugueses, e dá outras providências	94
N. 597 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de agosto de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de 5.000:000\$, à verba que especifica	95
N. 598 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de agosto de 1938 — Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito suplementar de 400:000\$000 à verba que especifica	95
N. 599 — FAZENDA — Decreto-lei de 4 de agosto de 1938 — Autoriza a "rigoríficos Nacionais Sul Brasileiros, Limitada" a contrair um empréstimo, em obrigações, até a quantia de 30.000:000\$000	96
N. 600 — GUERRA — Decreto-lei de 5 de agosto de 1938 — Altera a classificação dos cargos de "Preparador" em estabelecimentos de ensino do Exército	96
N. 601 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 5 de agosto de 1938 — Dispõe sobre o provimento dos cargos de subdiretores das repartições da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências....	97
N. 602 — NÃO FOI PUBLICADO.	
N. 603 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 6 de agosto de 1938 — Subordina à Superintendência Geral de Educação e Saúde e Higiene Escolar da Secretaria Geral de Educação e Cultura, da Prefeitura do Distrito Federal, os serviços médicos e dentários das escolas técnicas secundárias e dá outras providências	97
N. 604 — FAZENDA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 8 de agosto de 1938 — Autoriza o Ministro da Fazenda a dar a agarrância do esouro a uma operação para compra de navios destinados ao Lloyd Brasileiro	98
N. 605 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 9 de agosto de 1938 — Dispõe quanto à vigência do decreto-lei n. 510, de 22 de junho de 1938, que estendeu aos civis, em tempo de paz, o foro militar	99
N. 606 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 10 de agosto de 1938 — Dispõe sobre aplicação de dispositivos do Decreto-lei n. 515, de 23 de junho de 1938 e subordinação dos trabalhos da Comissão Mista Brasileiro-Boliviano	99

- N. 607 — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de agosto de 1938 — Modifica disposições dos decretos ns. 24.036 e 24.763, de 26 de março e 14 de julho de 1934, sobre competência para o julgamento dos processos fiscais, e dá outras providências 100
- N. 608 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 10 de agosto de 1938 — Cria na Prefeitura do Distrito Federal o Instituto de Previdência do Distrito Federal 103
- N. 609 — GUERRA — Decreto-lei de 10 de agosto de 1938 — Organiza os Comandos de Armas e dá outras providências 104
- N. 610 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de agosto de 1938 — Assegura aos membros do Conselho Nacional do Trabalho e aos das Juntas Administrativas das Caixas de Aposentadoria e Pensões sujeitas ao regime do decreto n. 20.465, de 1931, uma gratificação por sessão a que comparecerem, e dá outras providências..... 107
- N. 611 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 11 de agosto de 1938 — Aprova a Convenção Internacional para a unificação do registro genealógico bovino e Protocolo de Assinatura, firmados em Roma, a 14 de agosto de 1936 108
- N. 612 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 12 de agosto de 1938 — Cria o Boletim do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal 125
- N. 613 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 12 de agosto de 1938 — Prorroga o prazo para conclusão dos estudos do plano de aposentadorias e pensões a que se refere o art. 116 do decreto número 22.872, de 29 de julho de 1933, e dá outras providências 125
- N. 614 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 12 de agosto de 1938 — Abre um prazo de mora para pagamento de anuidade e taxas relativas à propriedade industrial e satisfação de exigências em processos de patentes e marcas, e dá outras providências 126
- N. 615 — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de agosto de 1938 — Autoriza o ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional a uma operação de crédito entre o Estado do Ceará e o Banco do Brasil 128
- N. 616 — MARINHA — Decreto-lei de 12 de agosto de 1938 — Extingue o Quadro de Professores do Ensino Elementar da Marinha de Guerra e dá outras providências 129

N. 617 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 15 de agosto de 1938 — Autoriza a contratar, mediante concorrência pública, o estabelecimento de uma fábrica de aviões	130
N. 648 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — GUERRA — MARINHA — RELAÇÕES EXTERIORES — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 16 de agosto de 1938 — Dispõe sobre as substituições de funcionários em cargos públicos e funções gratificadas	139
N. 619 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de agosto de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de 5:760\$000, à verba que indica	140
N. 620 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 17 de agosto de 1938 — Regula a organização de Entrepósitos de Frutas e Hortalças e cria o Entrepósito do Distrito Federal..	140
N. 621 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de agosto de 1938—Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 36.272:792\$400, para pagamento de taxas de esgoto à The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited, e dá outras providências	143
1938 — Aprova vários "acordos" celebrados entre a	
N. 622 — NÃO FOI PUBLICADO.	
N. 623 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 18 de agosto de União e alguns de seus Estados	144
N. 624 — GUERRA — Decreto-lei de 18 de agosto de 1938 — Lei do Movimento dos Quadros de Oficiais em tempo de paz	145
N. 625 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de agosto de 1938 —Aprova o acordo celebrado entre os Estados Cafeeiros, em 17 de maio de 1938	151
N. 626 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 18 de agosto de 1938 — Revoga as alíneas "d" e "e" do decreto n. 22.872, de 29 de junho de 1933	153
N. 627 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 18 de agosto de 1938 — Define os associados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, estende o regime dessas instituições a determinados empregados, e dá outras providências.....	154
N. 628 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de agosto de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 3.000:000\$000 para pagamento de juros de apólices da Dívida Pública Interna	159

N. 629 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de agosto de 1938 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de 82:000\$000, à verba que especifica	160
N. 630 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de agosto de 1938 — Sujeita ao pagamento do selo proporcional as liquidações de contratos de câmbio, qualquer que seja o documento apresentado	160
N. 631 — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de agosto de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 500:000\$000, para despesas extraordinárias (Serviços e Encargos) com a arrecadação da receita	160
N. 632 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de agosto de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 175:004\$000, para pagamento de terras desapropriadas	161
N. 633 — MARINHA — Decreto-lei de 18 de agosto de 1938 — Regula o exercício e define a responsabilidade do Pessoal Subalterno da Armada em exercício de função técnica	162
N. 634 — AGRICULTURA — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de agosto de 1938 — Fixa a organização da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool	162
N. 635 — FAZENDA — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 19 de agosto de 1938 — Institue uma delegação da Contadoria Central da República junto à Polícia Civil do Distrito Federal, e dá outras providências	163
N. 636 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — RELAÇÕES EXTERIORES — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 19 de agosto de 1938 — Dispõe sobre o prazo de validade de concursos realizados anteriormente à lei n. 284	164
N. 637 — GUERRA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 19 de agosto de 1938—Transfere para o Ministério da Educação e Saúde o Colégio Militar do Ceará	165
N. 638 — GUERRA — Decreto-lei de 19 de agosto de 1938 — Suspende a execução do decreto n. 23.794, de 23 de janeiro de 1934	166
N. 639 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES—FAZENDA — RELAÇÕES EXTERIORES — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 20 de agosto de 1938 — Modifica o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938	166

	Págs.
N. 640 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 22 de agosto de 1938 — Cria, no arquipélago de Fernando de Noronha, uma Colônia Agrícola, destinada à concentração e trabalho de indivíduos reputados perigosos à ordem pública, ou suspeitos de atitudes extremistas	171
N. 641 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 22 de agosto de 1938 — Autoriza a Imprensa Nacional a promover a distribuição das suas edições por meio de revendedores	172
N. 642 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de agosto de 1938 — Dispõe sobre o pagamento de dívidas da antiga Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro S. A., decorrente de sentenças judiciais	172
N. 643 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 24 de agosto de 1938 — Subordina o Instituto Federal de Ecologia ao ministro da Agricultura e dá outras providências....	172
N. 644 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 25 de agosto de 1938 — Amplia as atribuições do Instituto do Açúcar e do Alcool e dá outras providências	174
N. 645 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de agosto de 1938 — Modifica a classificação e denominação de alguns cargos de professor, do Ministério da Educação e Saúde	175
N. 646 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 25 de agosto de 1938 — Autoriza o estabelecimento de uma linha aérea de Porto Velho, no Amazonas, até o Território do Acre	177
N. 647 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 25 de agosto de 1938 — Dispõe sobre o Conselho de Recursos da Propriedade Industrial	178
N. 648 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de agosto de 1938 — Estabelece gratificações de função e abre pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 35:500\$000 para pagamento de pessoal	178
N. 649 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 25 de agosto de 1938 — Extingue cargos vagos na Secretaria do extinto Senado Federal	179
N. 650 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de agosto de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de réis 715:717\$600, para obras nos quartéis da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências	179
N. 651 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 26 de agosto de 1938 — Altera a organização	

da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens e dá outras providências..	180
N. 652 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 26 de agosto de 1938 — Retifica o item "b", artigo 1º, do Decreto-lei n. 512, de 23 de junho de 1938, relativo ao contrato para o serviço de navegação entre Penedo e Piranhas, no Baixo São Francisco	184
N. 654 — MARINHA — Decreto-lei de 1 de setembro de 1938 — Cria o Arsenal de Marinha da Ilha das Cobras	185
N. 655 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 1 de setembro de 1938 — Dispõe sobre a direção geral dos serviços referentes à Feira Mundial de Nova York, de 1939	185
N. 656 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 55:384\$, para indenização à Empresa Força e Luz de Santa Teresa..	186
N. 657 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES—FAZENDA — Decreto-lei de 1 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 75:000\$, para aquisição de material destinado à Polícia Civil do Distrito Federal	186
N. 658 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de setembro de 1938 — Classifica no Padrão "P" o vencimento do cargo de diretor da Caixa de Amortização	187
N. 659 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 20:000\$, para pagamento de serviços extraordinários na Estrada de Ferro de Goiás	187
N. 660 — RELAÇÕES EXTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 4.000:000\$, para construção da ponte internacional sobre o rio Uruguai	187
N. 661 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de setembro de 1938 — Transfere à Associação "Lar Proletário" a propriedade de um terreno da União, situado à rua Ricardo Machado, nesta capital, e dá outras providências	188
N. 662 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 1 de setembro de 1938 — Autoriza a Sociedade Nacional de Agricultura a vender uma parte dos terrenos do Horto Frutícola da Penha	189
N. 663 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de setembro de 1938 — Destaca da verba que indica a importância de 8:000\$000	190

	Págs.
N. 664 — MARINHA — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de setembro de 1938 — Cede, definitivamente, ao domínio do Estado da Paraíba, o terreno e edifícios da extinta Escola de Aprendizes Marinheiros do mesmo Estado..	190
N. 665 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 2 de setembro de 1938 — Dispõe sobre a arrecadação, no Distrito Federal, dos impostos de transmissão de propriedade "causa-mortis" e dos respectivos adicionais	191
N. 666 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, os créditos que especifica, no total de 560:848\$ (quinhentos e sessenta e contos oitocentos e quarenta e oito mil réis)	192
N. 667 — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de 35:300, à verba que especifica	193
N. 668 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de setembro de 1938 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de 370:000\$, para ocorrer às despesas com aquisição de móveis e instalações de edifícios do Departamento dos Correios e Telégrafos	193
N. 669 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 5 de setembro de 1938 — Concede pensão a acidentado no serviço	194
N. 670 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 5 de setembro de 1938 — Concede pensão a acidentado no serviço	194
N. 671 — RELAÇÕES EXTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de setembro de 1938 — Cria o Consulado em Kaunas e abre o crédito especial de 7:000\$000, para despesas de material	194
N. 672 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de réis 230:000\$000 à verba que especifica	195
N. 673 — MARINHA — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de setembro de 1938 — Regula o pagamento da quota adicional de vinte por cento (20 %) sobre os vencimentos dos oficiais, sub-oficiais e praças da Marinha	195
N. 674 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de setembro de 1938 — Prorroga, por mais de 10 anos, os prazos estabelecidos na cláusula V do decreto n. 15.755, de 26 de outubro de 1922, para os serviços de navegação a cargo da Companhia Nacional de Navegação Costeira e dá outras providências	196

N. 675 — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de setembro de 1938 — Modifica a investidura dos cargos de Chefe de Oficina, do Quadro V do Ministério da Fazenda	197
N. 676 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 8 de setembro de 1938 — Aprova a Convenção para a criação de Juntas Panamericanas de Comércio, firmada em Buenos Aires, a 19 de junho de 1935	197
N. 677 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 12 de setembro de 1938 — Autoriza a celebração de contrato, mediante concorrência pública, para o serviço de navegação do médio Paraná e dá outras providências	203
N. 678 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 12 de setembro de 1938 — Aprova regulamento para a concessão de subvenções aos aéro-clubes, clubes de planejadores e escolas civis de aviação.....	204
N. 679 — GUERRA — Decreto-lei de 12 de setembro de 1938 — Fixa o limite de idade para permanência dos oficiais gerais no Exército ativo	207
N. 680 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 12 de setembro de 1938 — Cria uma caixa padrão para o comércio de frutas cítricas	208
N. 681 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de setembro de 1938 — Cria, na Faculdade de Medicina de Porto Alegre, uma publicação periódica, e dá outras providências	209
N. 682 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de setembro de 1938 — Destaca da sub-consignação n. 20, alínea 37, da Verba 2ª, do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde, a importância de 10:000\$000, para custeio da instalação telefônica interna da Faculdade de Medicina de Porto Alegre	209
N. 683 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de setembro de 1938 — Retifica o artigo único do decreto-lei n. 429, de 16 de maio de 1938	210
N. 684 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 13 de setembro de 1938 — Estabelece as bases para exploração industrial e comercial do Porto do Rio de Janeiro	210
N. 685 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de setembro de 1938 — Declara de utilidade pública, para fins de desapropriação, vários lotes de terra do antigo Núcleo Colonial de Itatiaia	212
Decreto-leis de 1938 — Vol. III	

	Págs.
N. 686 — AGRICULTURA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de setembro de 1938 — Prorroga o prazo fixado no parágrafo único dos artigos 3º e 4º do decreto-lei n. 194, de 21 de janeiro de 1938	213
N. 687 — RELAÇÕES EXTERIORES — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 14 de setembro de 1938 Aprova o Acordo Sulamericano de Radiocomunicações,, firmado em Buenos Aires em 1935 e revisto no Rio de Janeiro a 20 de junho de 1937	214
N. 688 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de réis 4.000:000\$000, à verba que especifica	222
N. 689 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de réis 1.200:000\$000, à verba que especifica	223
N. 690 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 286:211\$700, para as despesas com as comemorações do primeiro centenário do Colégio Pedro II	223
N. 691 — FAZENDA — GUERRA — Decreto-lei de 15 de setembro de 1938 — Abre, ao Ministério da Guerra, o crédito especial de 2.000:000\$000, para a Fábrica de Cartuchos de Infantaria	224
N. 692 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de réis 1.061:640\$000 às verbas que especifica	224
N. 693 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de setembro de 1938 — Isenta do pagamento do selo os papéis a que se refere o art. 7º do decreto-lei n. 527, de 1 de julho de 1938	225
N. 694 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 51:900\$000 para pagamento de aluguel de salas	226
N. 695 — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de setembro de 1938 — Dispõe sobre cunhagem de moedas divisórias de 2\$000	226
N. 696 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito suplementar de réis 32:000\$000 à verba que especifica	227

- N. 697 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de setembro de 1938 — Destaca da verba que indica, 50:000\$000 para reforço da alínea 01, sub-consignação n. 16, Título IV, Verba I, do orçamento do Ministério da Educação e Saúde 227
- N. 698 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — MARINHA — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de setembro de 1938 — Faz diversas alterações nos orçamentos da despesa do Ministérios da Educação, Viação e Marinha, para o exercício de 1938 228
- N. 699 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de 20:000\$000, à verba que especifica 229
- N. 700 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 19:615\$200, para despesa de pessoal 230
- N. 701 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de 150:000\$000, à verba que especifica..... 230
- N. 702 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 13:824\$000 para pagamento de gratificações a professores 231
- N. 703 — FAZENDA — GUERRA — Decreto-lei de 16 de setembro de 1938 — Autoriza o Ministério da Guerra a permutar terreno com a Prefeitura Municipal de Ponta Poran, Estado de Mato Grosso 231
- N. 704 — GUERRA — Decreto-lei de 16 de setembro de 1938 — Autoriza a aquisição de um terreno pelo Ministério da Guerra, destinado à construção de uma "Vila Operária", para a Fábrica de Pólvoras e Explosivos de Piquete 231
- N. 705 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de setembro de 1938 — Concede uma pensão especial à viúva do major honorário do Exército Caetano Gonçalves Conde 237
- N. 706 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de setembro de 1938 — Transfere e destaca dotação de verba, que indica, do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde 233
- N. 707 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 15 de setembro de 1938 — Modifica o decreto-lei n. 308, de 26 de fevereiro de 1938 233

	Págs.
N. 708 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de setembro de 1938 — Modifica o enunciado da sub-consignação n. 2/02, letra "p", da verba 3 do orçamento vigente do Ministério da Viação e Obras Públicas	234
N. 709 — MARINHA — Decreto-lei de 17 de setembro de 1938 — Reorganiza o Quadro de Médicos do Copo de Saúde da Armada	234
N. 710 — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de setembro de 1938 — Reorganiza a Diretoria do Domínio da União	235
N. 711 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de réis 848:500\$000 à verba que especifica	239
N. 712 — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de 5.210:800000, às verbas que especifica	239
N. 713 — GUERRA — Decreto-lei de 20 de setembro de 1938 — Altera o art. 124 do decreto-lei n. 432, de 19 de março de 1938	241
N. 714 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 20 de setembro de 1938 — Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a permitir a montagem de estações radiodifusoras de caráter local, com potência de 100 a 250 watts, em cidades do interior com menos de 100.000 habitantes	241
N. 715 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 20 de setembro de 1938 — Eleva o número de membros do Tribunal de Contas do Distrito Federal..	241
N. 716 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 20 de setembro de 1938 — Desapropria terreno necessário às obras de adução do Ribeirão das Lages	242
N. 717 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de 500:000\$000 à verba que especifica	243
N. 718 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 21 de setembro de 1938 — Autoriza a aquisição, para os serviços da Estrada de Ferro Central do Brasil, de uma faixa de terreno, com a área de 283m2,81, situada à rua 15 de Novembro, em Lima Duarte, Estado de Minas Gerais	244
N. 719 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 21 de setembro de 1938 — Suprime o Vice-Consulado honorário do Brasil em Mollendo, República do Perú.....	244

N. 720 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 21 de setembro de 1938 — Dispõe sobre o processo de transferência dos associados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões definidos pelo decreto-lei n. 627, de 18 de agosto de 1938, e dá outras providências	245
N. 721 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de réis 30:000\$000 à verba que especifica	246
N. 722 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito suplementar de 550:102\$100, às verbas que especifica	247
N. 723 — GUERRA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1938 — Regula a contagem do tempo de serviço dos oficiais professores do magistério no Exército, e dá outras providências	248
N. 724 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito suplementar de 1.400:000\$, às verbas que especifica	248
N. 725 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 27:416\$900, para pagamento de indenização	249
N. 726 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 74:000\$000, para pagamento de prêmio de viagem	250
N. 727 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1938 — Transfere, no Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, da verba que especifica, o crédito de 12:900\$000	250
N. 728 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1938 — Autoriza a alienação de um imóvel, de propriedade da União	250
N. 729 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1938 — Amplia o limite de apólices do reajustamento econômico, para atender a compromissos assumidos para com a lavoura nacional, e dá outras providências	251
N. 730 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1938 — Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas e destacar a quantia de 100:000\$000 da sub-consignação n. 6, con-	

	Págs..
signação II, verba 5, do respectivo orçamento do exercício vigente	251
N. 731 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de réis 3.000:000\$000 às verbas que especifica	252
N. 732 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1938 — Autoriza a Caixa Econômica do Rio de Janeiro a operar em câmbio manual	253
N. 733 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1938 — Estende ao Banco Mineiro da Produção os favores de que trata o art. 2º do decreto-lei n. 221, de 27 de janeiro de 1938	253
N. 734 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de setembro de 1938 — Autoriza a permuta de um terreno da União por um prédio pertencente ao Estado do Rio de Janeiro	253
N. 735 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 23 setembro de 1938 — Corrige falha encontrada nas tabelas anexas à Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936	254
N. 736 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 23 de setembro de 1938 — Dispõe sobre a opção dos montepios civil e militar	254
N. 737 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZEN- DA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — RELAÇÕES EXTERIORES — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 23 de setembro de 1938 — Torna obrigatória a adição de álcool anidro à gasolina produzida no país, qualquer que seja o método ou processo de sua fabricação, e dá outras providências	255
N. 738 — MARINHA — Decreto-lei de 23 de setembro de 1938 — Cria o posto de Aspirante a Contador Naval	256
N. 739 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de setembro de 1938 — Aprova o regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo	256
N. 740 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 27 de setembro de 1938 — Concede ao engenheiro civil Jerônimo Coimbra Bueno ou empresa que organizar autorização para construir e explorar uma estrada de rodagem entre São Simão, no Estado de Goiás, e Colúmbia, no Estado de São Paulo, através do Triângulo Mineiro	486

	Págs.
N. 741 — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de setembro de 1938 — Modifica a carreira de Encadernador, suprimindo a de Encerador, do Quadro I, do Ministério da Fazenda	491
N. 742 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 27 de setembro de 1938 — Dispõe sobre a nomeação de escrivães da Justiça do Distrito Federal	492
N. 743 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 27 de setembro de 1938 — Dispõe sobre pagamento de diárias e ajudas de custo aos membros do Conselho Nacional de Educação	492
N. 744 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 28 de setembro de 1938 — Cria um cargo de Tesoureiro, padrão "D", no Quadro XIV, do Ministério da Viação e Obras Públicas	493
N. 745 — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de setembro de 1938 — Transfere à Associação "Lar Proletário" a propriedade de um terreno da União, situado à rua Ricardo Machado, nesta capital, e dá outras providências	409
N. 746 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 28 de setembro de 1938 — Dispõe sobre a realização de concursos nos estabelecimentos de ensino superior das Universidades equiparadas	494
N. 747 — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 750:000\$000 para o Conselho Nacional do Petróleo	495
N. 748 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de setembro de 1938 — Dispõe sobre o pagamento de gratificação aos membros da Comissão de Eficiência do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio	495
N. 749 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de réis 85:550\$000, para liquidação de despesas (material) da Inspectoria Geral de Iluminação	496
N. 750 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de réis 9.866:090\$000, para aquisição de material ferroviário	496
N. 751 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de setembro de 1938 — Abre,	

	pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de 15:000\$000, à verba que especifica	Págs. 497.
N. 752	— JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de réis 62:594\$400, para pagamento à "The Amazon Telegraph Co. Ltd."	497.
N. 753	— VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de setembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de réis 668:000\$000, para construção de obras complementares do porto de São Borja	497
N. 754	— JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 30 de setembro de 1938 — Cria a Caixa Reguladora de Empréstimos, dispõe sobre consignações em folha de pagamento dos servidores da Prefeitura do Distrito Federal, e dá outras providências....	498
N. 755	— FAZENDA — AGRICULTURA — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 30 de setembro de 1938 — Prorroga até 31 de outubro de 1938 o prazo estabelecido no Decreto-lei n. 150, de 30 de dezembro de 1937 —.....	501

DECRETOS-LEIS DE 1938

DECRETOS-LEIS

1938

DECRETO-LEI N. 525 — DE 1 DE JULHO DE 1938

Institue o Conselho Nacional de Serviço Social e fixa as bases da organização do serviço social em todo o país

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O serviço social tem por objetivo a utilização das obras mantidas quer pelos poderes públicos quer pelas entidades privadas para o fim de diminuir ou suprimir as deficiências ou sofrimentos causados pela pobreza ou pela miséria ou oriundos de qualquer outra forma de desajustamento social e de reconduzir tanto o indivíduo como a família, na medida do possível, a um nível satisfatório de existência no meio em que habitam.

Art. 2.º Será o serviço social organizado, em todo o país, como uma modalidade específica do serviço público, compreendendo, na União, nos Estados e nos Municípios, órgãos de direção, de execução e de cooperação, consoante as necessidades verificadas, e segundo os lineamentos que forem traçados no plano a que se refere a alínea b do art. 4.º desta lei.

Art. 3.º Fica criado, no Ministério da Educação e Saúde, como um de seus órgãos de cooperação, o Conselho Nacional de Serviço Social, com a função de estudar, em todos os seus aspectos, o problema do serviço social, e para funcionar como órgão consultivo dos poderes públicos e das entidades privadas, em tudo quanto se relacione com a administração do serviço social.

Art. 4.º Compete ao Conselho Nacional de Serviço Social:

a) promover inquéritos e pesquisas relativamente ao género de vida de todas as categorias de pessoas e famílias em situação de pobreza ou miséria, ou, por outra qualquer forma, socialmente desajustadas;

b) elaborar o plano de organização do serviço social, para ser executado em todo o país, e compreensivo dos órgãos administrativos e das obras assistenciais destinadas a amparar a pessoa e a família, uma vez que se encontrem em qualquer situação de deficiência ou sofrimento causado pela pobreza ou pela miséria ou decorrente de qualquer outra forma de desajustamento social;

c) sugerir aos poderes públicos as medidas tendentes a ampliar e melhorar as obras por eles mantidas e destinadas à realização de qualquer modalidade de serviço social;

d) delinear os tipos das instituições de caráter privado destinadas à realização de qualquer espécie de serviço social e estudar a situação das instituições existentes para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal.

Art. 5.º O Conselho Nacional de Serviço Social se comporá de sete membros, que exercerão a função por designação do Presidente da República, e serão escolhidos dentre pessoas notoriamente dedicadas ao serviço social, em qualquer de suas modalidades.

§ 1.º Farão parte do Conselho Nacional de Serviço Social o Juiz de Menores do Distrito Federal e pelo menos dois dos diretores de repartições do Ministério da Educação e Saúde relacionadas com o serviço social.

§ 2.º A designação de que trata este artigo será por um ano, não sendo vedada a recondução.

§ 3.º Os membros do Conselho Nacional de Serviço Social perceberão, por sessão a que comparecerem, a diária de cinquenta mil réis, limitado, porém, a quinhentos mil réis o máximo desta vantagem em cada mês.

Art. 6.º O expediente administrativo do Conselho Nacional de Serviço Social ficará a cargo de uma secretaria que será exercida por um secretário designado pelo ministro, dentre os funcionários efetivos do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 7.º Fica instituída a Conferência Nacional de Serviço Social, que se reunirá, periodicamente, por convocação do Presidente da República, com a presença de autoridades administrativas que representem o Governo Federal e os governos estaduais, para o fim de serem coordenadas as atividades, concernentes ao serviço social, realizadas em todo o país, e estabelecidos os programas que devam ser postos em execução, na esfera federal e na esfera estadual, quanto à administração do serviço social.

Parágrafo único. Os delegados à Conferência Nacional de Serviço Social deverão ser munidos de credenciais expressas para assinar quaisquer contratos relativamente aos programas assentados.

Art. 8.º As despesas decorrentes da execução desta lei, no corrente exercício, correrão por conta dos recursos constantes das sub-convênções ns. 49 e 50 da verba 3ª do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 9.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 526 — DE 1 DE JULHO DE 1938

Institue o Conselho Nacional de Cultura

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica instituído, no Ministério da Educação e Saúde, como um de seus órgãos de cooperação, o Conselho Nacional de Cultura.

Art. 2º. O Conselho Nacional de Cultura será o órgão de coordenação de todas as atividades concernentes ao desenvolvimento cultural, realizadas pelo Ministério da Educação e Saúde ou sob o seu controle ou influência.

Parágrafo único. O desenvolvimento cultural abrange as seguintes atividades:

- a) a produção filosófica, científica e literária;
- b) o cultivo das artes;
- c) a conservação do patrimônio cultural (patrimônio histórico, artístico, documentário, bibliográfico, etc);
- d) o intercâmbio intelectual;
- e) a difusão cultural entre as massas através dos diferentes processos de penetração espiritual (o livro, o rádio, o teatro, o cinema, etc);
- f) a propaganda e a campanha em favor das causas patrióticas ou humanitárias;
- g) a educação cívica através de toda sorte de demonstrações coletivas;
- h) a educação física (ginástica e esportes);
- i) a recreação individual ou coletiva.

Art. 3º. Compete ao Conselho Nacional de Cultura:

- a) fazer o balanço das atividades, de caráter público ou privado, realizadas em todo o país, quanto ao desenvolvimento cultural, para o fim de delinear os tipos das instituições culturais e as derivadas de sua ação, de modo que delas se possa tirar o máximo de proveito;
- b) sugerir aos poderes públicos as medidas tendentes a ampliar e aperfeiçoar os serviços por eles mantidos para a realização de quaisquer atividades culturais;
- c) estudar a situação das instituições culturais de caráter privado, para o fim de opinar quanto às subvenções que lhes devam ser concedidas pelo Governo Federal.

Art. 4º. O Conselho Nacional de Cultura se comporá de sete membros, designados pelo Presidente da República, dentre pessoas notoriamente consagradas ao problema da cultura, devendo figurar entre eles pelo menos quatro dos diretores ou altos funcionários de repartições do Ministério da Educação e Saúde, encarregadas de qualquer modalidade de atividade cultural.

§ 1º. A designação de que trata este artigo será por um ano, não sendo vedada a recondução.

§ 2º. Os membros do Conselho Nacional de Cultura perceberão, por sessão a que comparecerem, a diária de cincoenta mil réis, limitado, porém, a quinhentos mil réis o máximo desta vantagem em cada mês.

Art. 5º. O expediente administrativo do Conselho Nacional de Cultura ficará a cargo de uma secretaria que será exercida por um secretário designado pelo ministro, dentre os funcionários efetivos do Ministério da Educação e Saúde.

Parágrafo único. A designação de que trata este artigo deverá recair no mesmo funcionário designado para secretário do Conselho Nacional de Serviço Social.

Art. 6.º As despesas decorrentes da execução desta, no corrente exercício, correrão por conta dos recursos constantes da sub-consignação n. 59 da verba 3.ª do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 7.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema

DECRETO-LEI N. 527 — DE 1 DE JULHO DE 1938

Regula a cooperação financeira da União com as entidades privadas, por intermédio do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DAS FORMAS DA COOPERAÇÃO FINANCEIRA DA UNIÃO COM AS ENTIDADES PRIVADAS

Art. 1.º A cooperação financeira da União com as entidades privadas, através do Ministério da Educação e Saúde, será de duas modalidades: ordinária e extraordinária.

§ 1.º A cooperação ordinária consistirá na concessão anual da subvenção federal às instituições regularmente organizadas, para auxiliar a realização de seus objetivos normais.

§ 2.º A cooperação extraordinária consistirá na concessão da subvenção federal a qualquer entidade de caráter privado para auxiliar a realização de atividades de natureza especial ou temporária.

Art. 2.º A União exercerá a cooperação ordinária, concedendo a subvenção federal a duas espécies de instituições de caráter privado, a saber:

a) às instituições assistenciais, que são as que se propõem a realização de qualquer espécie de serviço social;

b) às instituições culturais, que são as que se propõem a realização de qualquer atividade concernente ao desenvolvimento da cultura.

§ 1.º Não se concederá a subvenção federal para o fim de serem fundadas, organizadas e instaladas instituições assistenciais ou culturais, mas somente para a manutenção e o desenvolvimento das atividades de instituições existentes.

§ 2.º A concessão da subvenção federal às instituições assistenciais e culturais far-se-á anualmente, e estará sempre sujeita à observância das formalidades estabelecidas nesta lei.

Art. 3º. O exercício da cooperação extraordinária, quando não regulado por lei ou regulamento especial, concernente a cada espécie de atividade assistencial ou cultural, se fará consoante a exigência ou conveniência dos casos ocorrentes, a juízo do Presidente da República.

CAPÍTULO II

DAS INSTITUIÇÕES QUE PODEM RECEBER A SUBVENÇÃO FEDERAL

Art. 4º. A subvenção federal será concedida às instituições assistenciais destinadas a exercer o serviço social em qualquer de suas modalidades, a saber:

- a) instituições de assistência sanitária;
- b) instituições de amparo à maternidade;
- c) instituições de proteção à saúde da criança;
- d) instituições de assistência a quaisquer espécies de doentes;
- e) instituições de assistência a toda sorte de necessidades e desvalidos;
- f) instituições de assistência à velhice e à invalidez;
- g) instituições de amparo à infância e à juventude em estado de abandono moral, intelectual ou físico;
- h) instituições de educação pre-primária, primária, profissional, secundária e superior;
- i) instituições de educação e reeducação de adultos;
- j) instituições de educação dos anormais;
- k) instituições de assistência aos escolares;
- l) instituições de amparo a toda sorte de trabalhadores intelectuais ou manuais;
- m) quaisquer instituições cujo objetivo seja a prestação de outras modalidades de serviço social.

Art. 5º. A subvenção federal será concedida às instituições culturais que tenham por objetivo:

- a) a produção filosófica, científica e literária;
- b) o cultivo das artes;
- c) a conservação do patrimônio cultural;
- d) o intercâmbio intelectual;
- e) a difusão cultural;
- f) a propaganda ou campanha em favor das causas patrióticas ou humanitárias;
- g) a organização da juventude;
- h) a educação cívica;
- i) a educação física;
- j) a recreação.

Art. 6º. A subvenção federal não será concedida às instituições assistenciais ou culturais;

- a) que dispuserem de recursos suficientes à manutenção e à ampliação de suas atividades;
- b) que não tiverem nenhum patrimônio ou qualquer espécie de renda regular;
- c) que tiverem a distribuição de seus benefícios limitada aos próprios membros ou proprietários;
- d) que desenvolverem atividade de orientação ou tendência contrária aos princípios que presidem a organização nacional.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DA CONCESSÃO E PAGAMENTO DA SUBVENÇÃO FEDERAL

Art. 7.º A instituição assistencial ou cultural, que pretender a subvenção federal, deverá requerê-la ao ministro da Educação e Saúde, provando, com documentos hábeis, os seguintes requisitos:

- a) que se acha legalmente constituída, com personalidade jurídica;
- b) que tem mais de um ano de contínuo e regular funcionamento;
- c) que se destina a alguma das finalidades constantes dos arts. 4.º e 5.º desta lei;
- d) que dispõe de patrimônio ou de renda regular;
- e) que não recebe outro qualquer auxílio financeiro da União;
- f) que não dispõe de recursos próprios suficientes à manutenção e à ampliação de seus serviços.

§ 1.º A instituição assistencial deverá ainda provar que presta serviços gratuitos a pessoas ou a famílias necessitadas, com real utilidade.

§ 2.º A instituição cultural deverá provar, além dos requisitos constantes das várias alíneas deste artigo, que suas atividades se revestem de proveitosa influência sobre a cultura do País.

Art. 8.º A subvenção federal será requerida dentro do primeiro trimestre de cada ano.

§ 1.º O requisito constante da alínea *a* do artigo anterior deverá ser provado por certidão do registro público. Os demais requisitos enumerados no mesmo artigo poderão ser provados mediante atestado com firmas reconhecidas, de autoridades federais ou estaduais, existentes na localidade em que tiver sede a instituição, uma vez que desta não façam parte.

§ 2.º Somente para a percepção da subvenção federal, pela primeira vez, é que deverá a instituição provar os requisitos constantes das alíneas *a* e *b* do artigo anterior.

§ 3.º Ao requerer a subvenção federal pela primeira vez, deverá a instituição apresentar tres exemplares de seus estatutos, e ainda descrição, acompanhada de plantas e fotografias de suas instalações.

§ 4.º A instituição apresentará, com o seu requerimento, relatório pormenorizado, com dados numéricos, de suas realizações e balanço de suas contas, no último ano.

§ 5.º A subvenção federal será requerida diretamente pelo órgão diretor da instituição, que poderá remeter o requerimento, pelo correio, ao Serviço de Comunicações do Ministério da Educação e Saúde, ficando vedada a interferência de intermediários para o andamento do respectivo processo.

Art. 9.º Ao apresentar o seu requerimento, deverá a instituição assistencial ou cultural declarar que emprego pretende fazer da subvenção federal requerida.

Parágrafo único. Se a instituição for a um tempo de caráter assistencial e cultural, discriminará, no seu pedido, os diferentes serviços que mantem e para os quais deseja a subvenção federal.

Art. 10. Os requerimentos das instituições assistenciais e os das instituições culturais, com os documentos que os acompanharem, uma vez entrados no Serviço de Comunicações do Ministério da Educação e Saúde, serão remetidos, respectivamente, ao Conselho Nacional de Serviço Social ou ao Conselho Nacional de Cultura, em

cujas secretarias serão processadas. O Conselho Nacional de Serviço Social e o Conselho Nacional de Cultura examinarão detidamente os processos que lhes forem submetidos, e os farão conclusos ao ministro da Educação e Saúde, com parecer, em cada caso, sobre se a subvenção federal deve ser ou não concedida.

Art. 11. Os processos relativos às instituições que tiverem a um tempo caráter assistencial e cultural serão examinados em primeiro lugar pelo Conselho Nacional de Serviço Social e depois pelo Conselho Nacional e Cultural, sendo por este conclusos ao ministro da Educação e Saúde, com os dois pareceres.

Art. 12. À vista dos pareceres, de que tratam os artigos anteriores, o ministro da Educação e Saúde deferirá ou não os requerimentos apresentados.

Art. 13. Deferidos os requerimentos, serão os respectivos processos submetidos ao Presidente da República, que decidirá por despacho quanto à importância da subvenção federal pedida, e por decreto a concederá a cada instituição assistencial ou cultural devidamente habilitada.

Art. 14. As instituições assistenciais e culturais, ao requerer a subvenção federal, prestarão contas da aplicação dos recursos federais porventura recebidos no ano anterior. Se as contas não forem prestadas com o requerimento, poderão sê-lo posteriormente sem prejuízo do andamento do respectivo processo.

§ 1.º As contas a que se refere este artigo serão prestadas de conformidade com as instruções e modelos ministrados pelo Ministério da Educação e Saúde.

§ 2.º As instituições, que não prestarem as contas de que trata este artigo ou cujas contas não forem aprovadas, não poderão obter ou receber a subvenção federal requerida.

Art. 15. O pagamento da subvenção federal concedida a qualquer instituição do Distrito Federal será feito no Tesouro Nacional e o da concedida a qualquer instituição dos Estados e do Território do Acre, nos respectivos municípios, pelas repartições do Ministério da Fazenda aí existentes, mediante requisição do ministro da Educação e Saúde ao ministro da Fazenda.

Parágrafo único. Caso não haja, no município em que tiver sede a instituição, repartição do Ministério da Fazenda, far-se-á o pagamento na repartição do município mais próximo, conforme o tiver requerido a mesma instituição.

Art. 16. Os processos relativos à subvenção federal serão remetidos ao Departamento de Administração Geral (Serviço de Contabilidade) do Ministério da Educação e Saúde, para as providências relativas ao pagamento dos recursos financeiros concedidos por decreto do Presidente da República e para o exame das contas apresentadas na forma do art. 14 desta lei.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 17. O Conselho Nacional de Serviço Social e o Conselho Nacional de Cultura examinarão, segundo a respectiva competência, os estatutos de cada instituição assistencial ou cultural subvencionada, submetendo-os, com parecer, à consideração do ministro da Educação e Saúde. Estes estatutos, uma vez aprovados por decreto do Presidente da República, só poderão ser modificados mediante nova aprovação presidencial, salvo se a instituição deixar de pertencer à categoria das instituições subvencionadas pela União.

Art. 18. As instituições assistenciais e culturais subvencionadas pela União são obrigadas à prestação dos serviços que lhes forem determinados, à vista da subvenção federal concedida.

§ 1.º O Conselho Nacional de Serviço Social determinará, com relação a cada instituição assistencial subvencionada, a natureza e a extensão dos serviços que a ela incumbirá prestar gratuitamente à população necessitada.

§ 2.º O Conselho Nacional de Cultura determinará o mínimo de serviços a serem prestados pelas instituições culturais subvencionadas.

Art. 19. O Ministério da Educação e Saúde, por meio dos seus órgãos adequados, prestará às instituições subvencionadas a assistência técnica que lhes for necessária, e lhes fiscalizará os serviços.

§ 1.º A falta de fiscalização, a menos que se verifique por culpa da instituição, não impedirá a concessão e o pagamento da subvenção federal.

§ 2.º Se, com a fiscalização, se verificar que uma instituição não satisfaz os requisitos exigidos pelo art. 7.º desta lei, não lhe será concedida ou paga a subvenção federal.

Art. 20. Haverá, no Ministério da Educação e Saúde, um registro de todas as instituições assistenciais e culturais subvencionadas na forma desta lei, contendo descrição de sua organização e de suas atividades, bem como histórico de suas relações com o Governo Federal.

Art. 21. As instituições assistenciais e culturais subvencionadas pela União são obrigadas a prestar à Diretoria de Estatística do Ministério da Educação e Saúde todos os informes relativos à sua vida, de acordo com as solicitações que lhes forem feitas.

Parágrafo único. O pagamento da subvenção federal relativa a cada ano só será requisitado depois que os informes relativos ao ano anterior tiverem sido prestados.

Art. 22. O orçamento da despesa do Ministério da Educação e Saúde consignará anualmente uma dotação global para as subvenções federais a serem concedidas, a título de cooperação ordinária, às instituições assistenciais e culturais.

Parágrafo único. As subvenções federais relativas à cooperação extraordinária da União correrão por conta de outras dotações apropriadas do mesmo orçamento.

Art. 23. Não serão considerados como subvenção federal os recursos financeiros que o Governo Federal conceder a entidades de caráter privado, para, mediante contrato, realizarem determinados serviços públicos da competência federal.

Art. 24. No corrente ano, as instituições assistenciais e culturais poderão requerer, até o dia 31 de agosto, a subvenção federal, sendo aplicados para o respectivo pagamento os recursos constantes das sub-consignações ns. 49 e 50 da verba 3ª do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 25. Com o requerimento da subvenção federal relativa ao ano de 1939, as instituições anteriormente subvencionadas, mas que não hajam ainda satisfeito as exigências do § 3.º do art. 8.º desta lei, deverão satisfazê-las.

Art. 26. Ficam revogadas quaisquer leis de caráter especial que concedam a determinadas instituições assistenciais e culturais recursos financeiros anuais.

Art. 27. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 1 de julho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 528 — DE 1 DE JULHO DE 1938

Extingue o atual Quadro de Farmacêuticos e Químicos Militares da Marinha

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, e tendo em vista o que lhe expôs o ministro de Estado dos Negócios da Marinha, decreta:

Art. 1°. Entra em extinção o atual Quadro de Farmacêuticos e Químicos Militares da Marinha, pelo impreenchimento das vagas que vierem a se verificar na graduação inicial.

Art. 2°. As funções técnicas nos Corpos e Estabelecimentos, ora atribuídas ao oficiais do Quadro de Farmacêuticos e Químicos Militares da Marinha, passarão a ser oportunamente exercidas por pessoal civil extranumerário.

Art. 3°. A admissão do pessoal extranumerário, Farmacêuticos, Químicos e Práticos de Farmácia e Laboratório para os serviços de farmácia e química da Marinha será feita á proporção que se forem dando as vagas no Quadro de Farmacêuticos e Químicos Militares da Marinha, que ora entra em extinção.

Art. 4°. O pessoal civil extranumerário será admitido, de acordo com a legislação em vigor e dentro das lotações fixadas anualmente para as Repartições e Estabelecimentos de Marinha, mediante prova de habilitação e de títulos, conforme a especialidade e função a desempenhar.

Art. 5°. Aos atuais oficiais farmacêuticos e químicos e sub-oficiais práticos de farmácia, com graduação militar, continuarão asseguradas todas as honras, vantagens, regalias, isenções e privilégios que se encontram em gozo, em virtude das leis e regulamentos, até então em vigor.

Art. 6°. Revogam-se todas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 529 — DE 1 DE JULHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 1.500:000\$000, para racionalização dos serviços da Estrada de Ferro Central do Brasil

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de mil e quinhentos contos de réis (1.500:000\$000), para atender às despesas (Serviços e Encargos) oriundos de alugueis de máquinas especializadas, instalação de aparelhamentos complementares dos serviços mecânicos e de controle dos trabalhos de racionalização da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 530 — DE 1 DE JULHO DE 1938

Cria um lugar de membro do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Estado de São Paulo

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica criado mais um lugar de membro do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Estado de São Paulo; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

G. VARGAS

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 531 — DE 1 DE JULHO DE 1938

Dispõe sobre a selagem da "stock" de mercadorias sujeitas ao imposto de consumo

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado por 90 dias o prazo estabelecido no art. 246 do decreto-lei n. 301, de 24 de fevereiro de 1938, alterado pelos ds. 365 e 502, de 5 de abril e 16 de junho do mesmo ano.

Parágrafo único. Nesta prorrogação não se incluem os tecidos de seda de que trata o art. 4º, § 12, alínea VI, do regulamento anexo ao mencionado decreto-lei n. 301, para cuja selagem fica o ministro da Fazenda autorizado a tomar as providências que julgar necessárias.

Art. 2º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

G. VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 532 — DE 1 DE JULHO DE 1938

Prorroga até 30 de setembro de 1938 o prazo estabelecido no decreto-lei n. 150, de 30 de dezembro de 1937

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que perduram os motivos determinados da providência adotada no decreto-lei n. 150, de 30 de dezembro de 1937, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado até 30 de setembro do corrente ano o prazo fixado no decreto-lei n. 150, de 30 de dezembro de 1937; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de julho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

G. VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 533 — DE 5 DE JULHO DE 1938

Prorroga o prazo a que se refere o § 1º do art. 4º do decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado, por quinze dias, o prazo a que se refere o § 1º do art. 4º do decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938, para a instalação do Conselho Nacional do Petróleo; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Arthur de Souza Costa.

Fernando Costa.

Francisco Campos.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Gustavo Capanema

João Carlos Vital.

DECRETO-LEI N. 534 — DE 5 DE JULHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, um crédito especial de 200:000\$000 para auxílio ao Museu Paraense Emílio Goeldi

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de duzentos contos de réis (200:000\$000), para atender, no corrente exercício, ao pagamento de auxílio ao Museu Paraense Emílio Goeldi, de Belém, no Estado do Pará.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 535 — DE 5 DE JULHO DE 1938

Cria, no Quadro VI do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Ministério Público, o cargo de 10° promotor público e extingue o de adjunto de curador de Menores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal e atendendo a que as funções do adjunto de curador de Menores do Distrito Federal se equiparam, por sua natureza e relevância, às de promotor público e são exercidas perante juiz de Direito, com atribuições em matéria civil e criminal:

Decreta:

Art. 1°. Fica criado, no Quadro VI do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, Ministério Público do Distrito Federal, o cargo de 10° promotor público, padrão O, e extinto o de adjunto de curador de Menores, padrão M.

Art. 2°. As funções de adjunto de curador de Menores, a que se refere o art. 1°, passarão a ser exercidas pelo 10° promotor público, o qual terá os mesmos direitos e vantagens conferidas pela legislação em vigor aos promotores públicos do Distrito Federal.

Art. 3°. No cargo criado por este decreto-lei poderá ser provido o atual titular do cargo de adjunto de curador de Menores.

Art. 4°. Fica aberto o necessário crédito para atender ao pagamento da diferença de vencimentos entre os dois aludidos cargos no corrente exercício, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 5 de julho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 536 — DE 5 DE JULHO DE 1938

Dispõe sobre a investidura dos juizes de paz

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Até que seja regulada a forma de eleição para a justiça de paz, nos termos do art. 104 da Constituição, os juizes de paz serão de livre nomeação dos governos dos Estados; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de julho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 537 — NÃO FOI PUBLICADO.

DECRETO-LEI N. 538 — DE 7 DE JULHO DE 1938

Organiza o Conselho Nacional de Petróleo, define suas atribuições e dá outras providências

O Presidente da República, tendo ouvido o Conselho Federal de Comércio Exterior, atendendo ao que dispõe o decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938, e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal,

Decreta:

Art. 1.º O Conselho Nacional do Petróleo, criado pelo art. 4º do decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938, autônomo, diretamente subordinado ao Presidente da República, é composto de um Presidente e de oito (8) Conselheiros, todos designados por decreto.

Os Conselheiros serão:

- 1) um representante do Ministério da Guerra;
- 2) um representante do Ministério da Marinha;
- 3) um representante do Ministério da Fazenda;
- 4) um representante do Ministério da Agricultura;
- 5) um representante do Ministério da Viação e Obras Públicas;
- 6) um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
- 6) — um representante do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
- 7) um representante das organizações de classe da Indústria;
- 8) um representante das organizações de classe do Comércio.

Art. 2.º Para Presidente ou membro do Conselho Nacional do Petróleo é necessário:

- a) ser brasileiro nato, de notória competência e reputação ilibada, e maior de trinta anos de idade;
- b) estar no gozo de seus direitos civis e políticos;

c) não ter no momento da designação, nem ter tido nos cinco anos precedentes, interesses diretos ou indiretos em empresas particulares, que se dediquem ou se hajam dedicado à pesquisa, lavra, industrialização ou comércio do petróleo e seus sub-produtos.

Art. 3.º Os Conselheiros, representantes dos Ministérios, são escolhidos livremente dentre os oficiais gerais ou superiores do serviço ativo, funcionários de alta categoria, membros do magistério superior ou pessoas estranhas ao funcionalismo público; os representantes das organizações de classe são escolhidos de listas triplices, uma para a Indústria, outra para o Comércio, feitas, respectivamente, pela Confederação Industrial do Brasil e pela Federação das Associações Comerciais do Brasil.

Parágrafo único. O Presidente e os membros do Conselho Nacional do Petróleo, depositários da confiança do Presidente da República, recebem a investidura em caráter de comissão, pelo prazo de tres anos, podendo ser substituídos ou reconduzidos.

Art. 4.º Tem o Conselho um Vice-Presidente designado por decreto dentre os Conselheiros.

Art. 5.º O Presidente, o Vice-Presidente e um Conselheiro, designado na forma do artigo anterior, constituem a Comissão Executiva do Conselho.

Parágrafo único. É vedado aos membros da Comissão Executiva, enquanto nela servirem, o exercício de qualquer função, cargo ou emprego da administração pública, ficando, entretanto, assegurados ao funcionário público civil ou militar, no exercício da nova função, os direitos e vantagens que lhe cabem quando em serviço efetivo ou ativo, exceto a respectiva remuneração.

Art. 6.º Os membros da Comissão Executiva terão os vencimentos fixados em decreto-lei; os demais perceberão uma diária por sessão a que comparecerem, fixada da mesma maneira.

Art. 7.º O Presidente da República, mediante proposta do Conselho Nacional do Petróleo, criará por decreto os órgãos técnicos e administrativos necessários aos serviços do Conselho, com os respectivos quadros, vencimentos e gratificações.

§ 1.º O provimento desses quadros far-se-á, sempre que for conveniente, e à medida das necessidades, de preferência pela transferência de funcionários técnicos e administrativos pertencentes aos diversos quadros da administração pública.

§ 2.º O Conselho elaborará o respectivo regimento interno, que submeterá à aprovação do Presidente da República.

§ 3.º Os órgãos técnicos e administrativos, a que se refere este artigo, deverão grupar-se em tres divisões, cada uma delas diretamente subordinada a um dos membros da Comissão Executiva, cabendo ao Presidente a superintendência geral.

Art. 8.º O Conselho Nacional do Petróleo reunir-se-á uma vez por semana e, extraordinariamente, sempre que o Presidente o convocar, presente a maioria dos Conselheiros.

§ 1.º As deliberações do Conselho serão tomadas por maioria de votos, tendo o Presidente, além do voto próprio, o de desempate.

§ 2.º Aos representantes dos Ministérios da Guerra e da Marinha, isolada ou conjuntamente, caberá o direito de, sem declaração de motivos, recorrer, com efeito suspensivo, para o Presidente da República, de qualquer decisão do Conselho que possa afetar a defesa ou a segurança militar do País.

Art. 9.º Das decisões do Conselho Nacional do Petróleo caberá recurso para o Presidente da República, dentro dos prazos que forem fixados pelo regimento.

Art. 10. Incumbe ao Conselho Nacional do Petróleo:

a) autorizar, regular e controlar a importação, a exportação, o transporte, inclusive a construção de oleodutos, a distribuição e o comércio de petróleo e seus derivados no território nacional;

b) autorizar a instalação de quaisquer refinarias ou depósitos, decidindo de sua localização, assim como da capacidade de produção das refinarias, e da natureza e qualidade dos produtos de refinação;

c) estabelecer, sempre que julgar conveniente, na defesa dos interesses da economia nacional e cercado a indústria da refinação de petróleo de garantias capazes de assegurar-lhe êxito, os limites, máximo e mínimo, dos preços de venda dos produtos refinados — importados em estado final ou elaborados no País — tendo em vista, tanto quanto possível, a sua uniformidade em todo o território da República;

d) opinar sobre a conveniência da outorga de autorizações de pesquisa e concessões de lavra de jazidas de petróleo, gases naturais, rochas betuminosas e piro-betuminosas requeridas ao Governo Federal;

e) opinar sobre a constituição das reservas de zonas e áreas petrolíferas de que tratam o art. 116 do decreto-lei n. 366, de 11 de abril de 1938, e o seu parágrafo único;

f) autorizar e fiscalizar as operações financeiras das empresas constituídas, ou que se constituírem, para a exploração da indústria da refinação do petróleo, importado ou de produção nacional, qualquer que seja, neste caso, a sua fonte de extração;

g) fiscalizar as operações mercantis de ditas empresas, procedendo, sempre que julgar necessário, ao exame de sua escrituração contábil, afim de colher elementos que permitam a determinação exata do custo de produção dos derivados;

h) organizar as normas gerais de contabilidade a serem adotadas pelas empresas que explorem a indústria de refinação, de molde a facilitar os exames de que trata o item anterior;

i) organizar e manter um serviço estatístico, tão completo quanto possível, de todas as operações relativas ao abastecimento nacional do petróleo, inclusive dos preços de venda do petróleo bruto e seus derivados no território nacional;

j) sugerir ao Governo as medidas que julgar necessárias à intensificação das pesquisas de petróleo no país e ao barateamento dos hidrocarburetos fluidos em geral, quer de produção nacional, quer importados;

k) propor medidas ao Governo no sentido de incentivar no país a indústria da destilação de rochas betuminosas e piro-betuminosas e dos combustíveis fósseis sólidos;

l) determinar dentre os sub-produtos de destilação do petróleo aqueles que, de acordo com a presente lei, devam ser incluídos no abastecimento nacional de petróleo;

m) verificar periodicamente o consumo de hidrocarburetos sólidos ou fluidos nas diversas zonas do país, os estoques existentes, e fixar aos interessados as quotas que poderão importar, dentro de prazos determinados, e bem assim a distribuição destas quotas pelos diferentes pontos de entrada no país;

n) estabelecer os estoques mínimos de hidrocarburetos fluidos a serem permanentemente mantidos pelos importadores ou refinadores, nos pontos do país que determinar, com indicação da natureza e qualidade dos respectivos produtos;

d) propor a alteração dos impostos e taxas de qualquer natureza que gravem a indústria e o comércio do petróleo e seus sub-produtos, ou a criação de novos impostos e taxas.

Art. 11. Não será feita alteração alguma dos impostos ou taxas de qualquer natureza que gravem a indústria e o comércio do petróleo e seus sub-produtos, nem criados novos onus fiscais sem a prévia audiência do Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 12. Nenhum compromisso internacional que afete o comércio ou a indústria do petróleo e seus sub-produtos, será assumido pelo Governo sem a prévia audiência do Conselho Nacional do Petróleo.

Art. 13. O Conselho Nacional do Petróleo realizará, por intermédio do órgão técnico, que for criado, os trabalhos oficiais de pesquisa, das jazidas de petróleo e gases naturais, bem como quando julgar conveniente, procederá à lavra e industrialização dos respectivos produtos.

Parágrafo único. Para esse efeito, serão oportunamente transferidos para o Conselho Nacional do Petróleo o pessoal técnico e administrativo e o material, já existentes, destinados a esses trabalhos, bem como os respectivos créditos orçamentários. Serão consignadas, anualmente, no orçamento da despesa, verbas especiais para o custeio e desenvolvimento desses serviços.

Art. 14. O Conselho Nacional do Petróleo fica autorizado a tomar todas as medidas que julgar necessárias para assegurar o fiel cumprimento das disposições contidas nas leis e regulamentos relativos à matéria, podendo proceder à apreensão de mercadorias e ao fechamento de estabelecimentos e instalações de qualquer gênero, que se acharem em contravenção às ditas leis e regulamentos, bem como a impor multas até o máximo de 500:000\$000 por infração, sem prejuízo da ação penal que no caso couber.

Art. 15. Para ocorrer às despesas com a execução do presente decreto-lei, fica criada a taxa de 3\$000, por tonelada de petróleo bruto, gasolina, querosene, óleos combustíveis e lubrificantes minerais e de quaisquer outros sub-produtos do petróleo, a juízo do Conselho Nacional do Petróleo, importados ou produzidos no país com matéria prima estrangeira ou nacional.

§ 1.º A taxa referida neste artigo será arrecadada, quanto à mercadoria importada, nos respectivos despachos aduaneiros e, quanto à produzida no país, por meio de guia às Recebedorias Federais, Mesas de Rendas ou Coletorias, tendo, em ambos os casos, escrituração especial.

§ 2.º O petróleo bruto importado ou de produção nacional, seja qual for, neste caso, a sua fonte de extração, quando utilizado como matéria prima pelas refinarias nacionais, ficará isento da taxa criada neste artigo.

Art. 16. As despesas com o Conselho Nacional do Petróleo correrão por conta dos créditos que lhe forem destinados no anexo orçamento das despesas ordinárias e em outras leis de crédito, competindo ao mesmo Conselho submeter anualmente ao Presidente da República o orçamento das verbas necessárias ao seu funcionamento.

Parágrafo único. O Governo abrirá o crédito necessário para ocorrer às despesas com a instalação e o custeio do Conselho no presente exercício financeiro.

Art. 17. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETÚLIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

A. de Souza Costa.

Fernando Costa.

João de Mendonça Lima.

Francisco Campos.

Oswaldo Aranha.

Gustavo Capanema.

João Carlos Vital.

DECRETO-LEI N. 539 — DE 7 DE JULHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 150:000\$000, para atender às despesas de Material do Centro de Cancerologia

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de cento e cinquenta contos de réis (150:000\$000), destinado a atender, durante o corrente ano, às despesas de Material do Centro de Cancerologia, sendo 128:240\$ para material de consumo e 21:760\$000 para diversas despesas.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 540 — DE 7 DE JULHO DE 1938

Dispensa as companhias de seguros sobre acidentés no trabalho do pagamento do imposto a que se refere o art. 1° do decreto número 19.957, de 6 de maio de 1931, desde a criação do tributo até a data de 10 de fevereiro de 1936

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e tendo em vista a contro-

vêrsia suscitada sobre a incidência do imposto a que se refere o artigo 1º do decreto n. 19.957, de 6 de maio de 1931, decreta:

Artigo único. Ficam as companhias de seguros sobre acidentes no trabalho dispensadas do pagamento do imposto relativo aos prêmios por elas arrecadados, a partir da criação do mesmo tributo até a data de 10 de fevereiro de 1936, quando dirimidas todas as dúvidas concernentes a essa imposição.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 541 — DE 7 DE JULHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 741\$900 para pagamento de pensão

O Presidente da República, tendo em vista o disposto no decreto-lei n. 309, de 27 de fevereiro de 1938, e usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de setecentos e quarenta e um mil e novecentos réis (741\$900), para atender ao pagamento (Pessoal) da pensão que compete a D. Isabel Fernandes de Azevedo, relativamente ao período de 19 de maio a 31 de dezembro do corrente exercício.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 542 — DE 7 DE JULHO DE 1938

Autoriza a Estrada de Ferro Central do Brasil a aceitar a doação, mediante condições, do terreno e aguada, no município de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro, de propriedade de Eduardo Avelino Garcia

O Presidente da República, de acordo com o art. 1.180 do Código Civil e usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica autorizada a Estrada de Ferro Central do Brasil a aceitar a doação da aguada e terreno, de propriedade de Eduardo Avelino Garcia, situados nas proximidades da estação de Martins

Costa, distrito de Mendes, município de Barra do Pirai, Estado do Rio de Janeiro e necessários ao abastecimento de água à mesma estação, tudo na conformidade da planta e termo de ajuste definitivo, celebrado em 7 de agosto de 1931, que a este acompanham, rubricados pelo diretor de Contabilidade da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 543 — DE 7 DE JULHO DE 1938

Estende a aplicação do crédito a que se refere o decreto-lei n. 176, de 5 de janeiro de 1938, ao aparelhamento de todas as Regiões Militares

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º O crédito especial de que trata o decreto-lei n. 176, de 5 de janeiro de 1938, aberto pelo Ministério da Guerra, para aparelhamento de unidades do Exército da 3ª Região Militar, terá sua aplicação extensiva ao aparelhamento da tropa de todas as Regiões.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 544 — DE 7 DE JULHO DE 1938

Modifica o decreto n. 23.606, de 20 de dezembro de 1933, na parte referente à construção do porto em Fortaleza, e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e tendo em vista a exposição feita pelo ministro de Estado da Viação e Obras Públicas, o relatório apresentado pela Comissão de Técnicos do Departamento Nacional de Portos e Navegação, designada para dirimir dúvidas levantadas sobre a localização do porto do Ceará, e o parecer do diretor daquele Departamento, constante do ofício n. G/116, de 21 de julho de 1938, decreta:

Art. 1.º Fica transferida a localização do Porto de Fortaleza para a enseada de Mucuripe a que se refere a concessão outorgada ao Estado do Ceará, pelo decreto n. 23.606, de 20 de dezembro de 1933, para construção, aparelhamento e exploração do referido porto.

Art. 2.º Fica aprovado, em substituição ao de que tratou o decreto n. 1.680, de 25 de março de 1937, o novo projeto e respectivo orçamento, na importância de 38.896:260\$000 (trinta e oito mil oitocentos e noventa e seis contos, duzentos e sessenta mil réis), para a construção do porto em Mucuripe, no referido Estado.

Art. 3.º O Estado do Ceará fica autorizado a lavrar termo aditivo ao contrato assinado com a Companhia Nacional de Construções Civis e Hidráulicas para a transferência do local de que trata este decreto-lei, mantido o montante da despesa, na importância de réis 20.132:414\$000 (vinte mil cento e trinta e dois contos, quatrocentos e quatorze mil réis) e pelos preços unitários constantes do orçamento indicado no art. 2º.

Parágrafo único. As obras complementares do projeto aprovado pelo art. 2º, na importância de 18.763:846\$000 (dezoito mil setecentos e sessenta e tres contos, oitocentos e quarenta e seis mil réis), serão realizadas, na forma da concessão, mediante concorrência pública, reservada a preferência para o atual construtor, em igualdade de condições.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de julho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 545 — DE 8 DE JULHO DE 1938

Dá nova distribuição à Verba 1 — Pessoal, II — Pessoal extranumerário, sub-consignação n. 2 do atual Orçamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Na verba 1 — Pessoal, II — Pessoal extranumerário, do vigente orçamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Anexo n. 7, do art. 3º, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937, da quantia destinada a Diaristas a que se refere o decreto-lei n. 433, de 19 de maio de 1938, fica transferida a importância de trezentos e setenta e sete contos e novecentos mil réis (377:900\$000) para a rubrica Mensalistas, e bem assim a de duzentos e sessenta contos e quinhentos mil réis (260:500\$000) para a rubrica correspondente a Tarefeiros, afim de ocorrer à despesa com o aludido pessoal, a partir de 1 de abril do corrente ano, no Serviço de Identificação Profissional, do Departamento Nacional do Trabalho, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2º. Em consequência da transferência a que se refere o artigo anterior, a dotação para Mensalistas, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, para o exercício de 1938, será de quatro mil, quinhentos e noventa e tres contos e novecentos mil réis (4.593:900\$000); para Tarefeiros, duzentos e sessenta e nove contos

e setecentos mil réis (269:700\$000), sendo o total destinado a extra-numerários de quatro mil, oitocentos e sessenta e tres contos e seiscentos mil réis (4.863:600\$000).

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João Carlos Vital.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 546 — DE 8 DE JULHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de réis 737:200\$000 às verbas que especifica

O Presidente da República, tendo em vista o disposto no art. 62 da lei n. 426, de 12 de maio de 1938, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda o crédito suplementar de 737:200\$000 (setecentos e trinta e sete contos e duzentos mil réis), para reforço das verbas adiante discriminadas, do vigente orçamento do mesmo Ministério, no segundo semestre do corrente ano e na seguinte base:

Verba 1 — Pessoal

I — Pessoal Permanente

S/c. n. 2 — Quadro II — Tribunal de Contas — (Conforme discriminação constante do quadro n. 1, anexo)	546:000\$0
---	------------

IV — Gratificações e Auxílios

S/c. n. 23 — Gratificações de função:	
02) Quadro II — (Conforme discriminação constante do quadro n. 2, anexo)	122:400\$0

Para os secretários dos ministros semanários, a 100\$, por semana, a cada um, e para o secretário do Procurador a 300\$ por mês	8:800\$0	131:200\$0
---	----------	------------

IV — Gratificações e Auxílios

S/c. n. 29 — Serviços extraordinários (artigos 399 e 400 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública) — 05) Tribunal de Contas	50:000\$0
--	-----------

Total do Pessoal	697:200\$0
----------------------------	------------

Verba 2 — Material

I — Material Permanente:

S/c. n. 2 — Máquinas, motores, etc.	
— 05) Tribunal de Contas	40:000\$0
Total do Material	<u>40:000\$0</u>

Resumo

Pessoal	697:200\$000
Material	40:000\$000
	<u>737:200\$000</u>

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1936, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.
A. de Souza Costa.

QUADRO N. 1

Demonstração da suplementação necessária ao crédito concedido no orçamento de 1933, para pagamento do pessoal do Quadro II — Tribunal de Contas no 2º semestre do corrente ano, em face das alterações ali introduzidas pelo decreto-lei n. 426, de 12-5-933.

Carreira	Crédito distribuído orçamento 1938	Decreto-Lei n. 426, de 12-5-1938				Total	Diferença a maior	Suplementação necessária 2º semestre
		Efetivo	Extinto	Excedente	Cargos vagos			
Arquivista	42:000\$0	42:000\$0	—	—	—	42:000\$0	—	—
Ajud. Procurador	37:200\$0	37:200\$0	—	—	—	37:200\$0	—	—
Auditor	148:800\$0	148:800\$0	—	—	—	148:800\$0	—	—
Continuo	108:000\$0	43:200\$0	—	64:800\$0	50:400\$0	108:000\$0	—	—
Datilógrafo	54:000\$0	10:800\$0	—	43:200\$0	62:400\$0	116:400\$0	62:400\$0	31:200\$0
Escriturário	246:000\$0	54:000\$0	—	—	130:800\$0	184:800\$0	—	—
Ministros	420:000\$0	420:000\$0	—	—	—	420:000\$0	—	—
Of. Administrativo	2.354:400\$0	2:119:200\$0	—	235:200\$0	969:600\$0	3.324:000\$0	969:600\$0	484:800\$0
Procurador	60:000\$0	60:000\$0	—	—	—	60:000\$0	—	—
Servente	129:600\$0	21:600\$0	—	108:000\$0	69:600\$0	129:600\$0	—	—
Encadernador	16:800\$0	—	16:800\$0	—	—	16:800\$0	—	—
Diretor	148:800\$0	—	148:800\$0	—	—	148:800\$0	—	—
Chefe de Portaria	15:600\$0	—	15:600\$0	—	—	15:600\$0	—	—
Ajud. de Portaria	13:200\$0	—	13:200\$0	—	—	13:200\$0	—	—
	3.794:400\$0	2.953:800\$0	194:400\$0	451:20: \$0	1.282:800\$0	4.765:200\$0	1.032:000\$0	516:000\$0

QUADRO N. 2
Gratificação de função

Função	Crédito concedido orçamento 1938	Dec. lei 425, de 12-5-1938	Diferença		Suplementação necessária para o 2.º semestre
			A maior	A menor	
Ministro Presidente.....	6:000\$0	6:000\$0	—	—	—
Chefe Gabinete Presidente.....	13:200\$0	10:800\$0	—	2:400\$0	—
Official de Gabinete.....	6:000\$0	6:000\$0	—	—	—
Secretários de Diretor.....	13:000\$0	18:000\$0	—	—	—
Eucarregado Biblioteca.....	3:600\$0	3:600\$0	—	—	—
Secretário das Sessões.....	7:200\$0	7:200\$0	—	—	—
Directores.....	—	52:800\$0	52:800\$0	—	23:400\$0
DELEGAÇÕES					
Delegados no J. Federal.....	42:000\$0	92:400\$0	50:400\$0	—	25:200\$0
Delegados em S. Paulo e Rio Grande do Sul.....	26:400\$0	23:400\$0	—	—	—
Delegados em Recife, Baía e Minas Gerais.....	32:400\$0	32:400\$0	—	—	—
Delegados no Amazonas, Para, Rio de Janeiro, Ceará, Paraná e Mato-Grosso.....	50:400\$0	50:400\$0	—	—	—
Delegados no Maranhão, Piauí, Rio G. do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás.....	64:800\$0	64:800\$0	—	—	—
Assistentes em S. Paulo e Rio Grande do Sul.....	50:400\$0	34:000\$0	33:600\$0	—	16:800\$0
Assistentes na Baía, Recife, e Minas Gerais.....	43:200\$0	72:000\$0	28:800\$0	—	14:400\$0
Assistentes no Amazonas, Pará, Rio de Janeiro, Ceará, Paraná e Mato Grosso.....	72:000\$0	168:000\$0	36:000\$0	—	18:000\$0
Assistentes no Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás.....	43:200\$0	36:400\$0	43:200\$0	—	21:600\$0
Assistentes nas repartições do Distrito Federal.....	50:400\$0	50:400\$0	—	—	—
	529:200\$0	771:600\$0	214:800\$0	2:400\$0	122:400\$0

DECRETO-LEI N. 547 — DE 8 DE JULHO DE 1938

Autoriza a aquisição de um terreno em Belemzinho, Estado de S. Paulo

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Guerra autorizado a adquirir para a União, pela quantia de 60:000\$000 (sessenta contos de ré's), um terreno em Belemzinho, Estado de São Paulo, com a área de 1.602m,2,80, de propriedade de D. Emília de Toledo Barbosa e de sua filha Clotilde de Toledo Barbosa.

Art. 2.º O terreno se destina à construção de um Depósito, para armazenagem de produtos à venda por parte da Secção Comercial da Fábrica de Pólvora e Explosivos de Piquete, correndo as despesas de aquisição por conta dos saldos da referida Secção Comercial.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 548 — DE 9 DE JULHO DE 1938

Autoriza a aquisição de um terreno em Alegrete

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Guerra autorizado a adquirir para a União, pela quantia de 115:000\$000 (cento e quinze contos de réis), um terreno em Alegrete, com a área de tres quadras e quarenta braças de sesmarias (319 Ha,44) e benfeitorias, denominado "Granja Masgrau", de propriedade de Masgrau Irmãos.

Art. 2.º O terreno e benfeitorias se destinam à internada e às necessidades da instrução do 6.º Regimento de Cavalaria Independente (Alegrete), correndo as despesas de aquisição por conta do saldo da verba 2.ª — Material — I — Material permanente — sub-consignação n. 10 — 01 — Diretoria de Remonta, do orçamento vigente.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 549 — NÃO FOI PUBLICADO.

DECRETO-LEI N. 550 — DE 11 DE JULHO DE 1938

Modifica o art. 25 da Lei n. 192, de 17 de janeiro de 1938

O Presidente da República, de acordo com as atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e considerando que haverá interesse para a eficiência da reserva do Exército proveniente das forças policiais, decreta:

Art. 1.º Fica redigido, como abaixo se estabelece, o art. 25 da Lei n. 192, de 17 de janeiro de 1938:

Art. 25. Cinco anos após a publicação da presente lei, só concorrerão ao provimento das vagas de 2º tenente os candidatos que possuírem o curso de formação de oficiais da sua corporação, ou da Polícia Militar do Distrito Federal; dois após a publicação desta lei, só concorrerão à promoção de capitão, major e tenente-coronel os oficiais que possuírem o curso de aperfeiçoamento ou de formação de oficiais, de sua corporação ou da Polícia Militar do Distrito Federal.

Parágrafo único. Ficam equiparados aos cursos mencionados os feitos anteriormente por oficiais das forças públicas estaduais, nos Centros de Preparação de Oficiais da Reserva.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 551 — DE 11 DE JULHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 15:200\$, para pagamento à enfermeira Berta Lucile Pullen

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de quinze contos e duzentos mil réis (15:200\$000), para atender ao pagamento (Pessoal) de vencimentos da diretora da Escola Ana Neri, enfermeira Berta Lucile Pullen, no período de 1 de janeiro a 31 de agosto do corrente ano.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 552 — DE 12 DE JULHO DE 1938

Autoriza o Governo Federal a contribuir, anualmente, com a quota de 20.000 contos de réis, durante dez anos, para o aparelhamento da Rede de Viação Férrea Federal arrendada ao Estado do Rio Grande do Sul, e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e atendendo ao que requereu o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, decreta:

Art. 1.º O Governo Federal contribuirá com a quota anual de 20.000 contos de réis, paga em duas prestações semestrais, adiantadamente, a partir de 1939, durante o prazo de 10 anos, ou seja com a importância total de 200.000:000\$000 (duzentos mil contos de réis) para auxiliar o aparelhamento da Rede de Viação Férrea Federal arrendada ao Estado do Rio Grande do Sul.

Parágrafo único. A importância de que trata este artigo será levada à conta de capital da União.

Art. 2.º Fica o Ministério da Viação e Obras Públicas autorizado a rever o contrato de arrendamento a que se refere o decreto n. 18.551, de 31 de dezembro de 1928, de forma a assegurar à União que o montante do auxílio, a que se refere o art. 1.º, seja integralmente aplicado nos melhoramentos, obras e aparelhamentos da Rede de Viação Férrea Federal no Rio Grande do Sul, acrescendo o seu valor em quantia correspondente.

Art. 3.º O Ministério da Viação e Obras Públicas incluirá, anualmente, no orçamento da despesa, a partir de 1939, a importância de 20.000 contos de réis, para atender às contribuições a que se refere o art. 1.º deste decreto.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 553 — DE 12 DE JULHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, um crédito suplementar de réis 100:000\$000 e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de cem contos de réis (100:000\$000) a verba 3 — Serviços e Encargos — I — Diversos — sub-consignação n. 1 — Secretaria de Estado — item 01 — Despesas e diligências de caráter reservado a cargo do ministro, do vigente orçamento daquele Ministério (Anexo 4 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937).

Art. 2.º Fica sem aplicação, na Verba 4 — Eventuais — I — Diversos — sub-consignação n. 1 — Despesas imprevistas e não constantes das tabelas, do referido Ministério, a importância de cem contos de réis (100:000\$000).

Art. 3.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO—LEI N. 554 — DE 12 DE JULHO DE 1938

Dispõe sobre o inquérito policial para o efeito da expulsão de estrangeiros

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O inquérito policial para o efeito da expulsão de estrangeiro será iniciado por ordem dos chefes de Polícia ou, nos Estados, quando for o caso, dos secretários de Segurança, os quais designarão a autoridade processante, respeitada a hierarquia regulamentar.

Art. 2.º Depois de qualificado, identificado e fotografado o expulsando, a autoridade processante tomar-lhe-á por termo as declarações.

A individual dactiloscópica e a fotografia serão tiradas pelo menos em trinta exemplares, um dos quais será anexado ao processo e os demais remetidos, com os autos do inquérito, ao ministro da Justiça e Negócios Interiores, para os fins do art. 5.º.

Art. 3.º Ao expulsando será assinado, para defender-se, o prazo de cinco dias, contados da data da ciência do respectivo despacho.

Apresentada a defesa por escrito, será a mesma anexada aos autos, lavrando-se, caso contrário, o devido termo.

Art. 4.º Findo o prazo do artigo anterior, a autoridade processante enviará os autos, acompanhados de relatório, à que houver determinado a realização do inquérito, incumbindo a esta examina-los, com o seu parecer, ao ministro da Justiça e Negócios Interiores.

Art. 5.º Assinado o decreto de expulsão, a Secretaria da Justiça e Negócios Interiores remeterá à polícia Civil do Distrito Federal, para que os distribua pelas Polícias dos Estados e demais autoridades a que o fato deva interessar, os exemplares da fotografia e da individual dactiloscópica a que se refere a alínea do art. 2.º.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 555, DE 12 DE JULHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de 315:409\$500, para limpeza e adaptação de imóvel da União

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de 315:409\$500 (trezentos e quinze contos quatrocentos e nove mil e quinhentos réis), para ocorrer às despesas de limpeza e adaptação do imóvel de propriedade da União, onde funcionou a Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos na cidade de Salvador, Bafa, para nele serem instalados os escritórios da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

Rio de Janeiro, 12 de julho de 1938, 117° da independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 556 — DE 12 DE JULHO DE 1938

Lei de organização dos quadros e efetivos do Exército em tempo de paz

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, resolve baixar a seguinte lei que organiza os quadros e efetivos do Exército ativo em tempo de paz.

Lei de organização dos quadros e efetivos do Exército ativo

A presente Lei fixa a composição do pessoal do Exército ativo.

Para isso,

1°. Enumera as diversas categorias às quais podem pertencer os militares de todas as graduações;

2°. Indica a composição das Grandes Unidades e das Armas;

3°. Fixa as atribuições de cada Serviço.

TÍTULO I

Estrutura Geral do Exército Ativo

CAPÍTULO I

CATEGORIAS DE PESSOAL

Art. 1º. Em função dos postos, distinguem-se:

- a) os oficiais generais;
- b) os oficiais das Armas e dos Serviços;
- c) as praças.

Art. 2º. Com relação às funções, os oficiais das Armas podem pertencer aos seguintes quadros:

- de estado-maior;
- técnico;
- ordinário;
- suplementar privativo;
- suplementar geral.

§ 1º. O quadro de estado-maior é formado pelos oficiais aptos para o Serviço de Estado-Maior e no exercício de funções dessa natureza.

§ 2º. O quadro técnico é organizado com oficiais diplomados pela Escola Técnica do Exército e pelo Instituto Geográfico Militar e com os possuidores de diplomas reconhecidos pelo Ministério da Guerra, todos quando no desempenho de função apropriada.

§ 3º. O quadro ordinária compõe-se dos oficiais em serviço nos corpos de tropa.

§ 4º. O quadro suplementar privativo é constituído pelos oficiais no exercício de funções de sua Arma fora dos corpos de tropa.

§ 5º. O quadro suplementar geral organiza-se com os oficiais não pertencentes às categorias acima definidas e que desempenham funções comuns a todas as Armas.

§ 6º. O quadro ordinário deve sempre ser mantido completo. Para tanto, si for necessário, serão desfalcados os quadros suplementares, preenchendo-se as vagas com a convocação de oficiais de 1.ª classe da reserva, desde que as funções a desempenhar nas repartições não exijam preparação especial nem impliquem em ascendência sobre oficiais da ativa.

§ 7º. A composição dos quadros de estado-maior, técnico e suplementar geral, deverá atender, nas quotas atribuídas às Armas, a necessidade de um justo equilíbrio entre os diferentes postos no âmbito de cada Arma.

Art. 3º. Os oficiais dos Serviços constituem, em princípio, um quadro para cada Serviço.

Art. 4º. Além dos quadros acima discriminados, conta-se o de mestres de música.

Art. 5º. As praças, distribuídas pelas Armas, Serviços e Contingentes, são classificadas em:

- de fileira;
- especialistas;
- artífices e auxiliares de artífices;
- empregadas.

Além dessas praças, ha ainda :

- os aspirantes a official ;
- os cadetes.

§ 1.º Os aspirantes a official são praças que concluíram o curso de uma escola de formação de officiaes.

§ 2.º Os cadetes são alunos-praças da Escola Militar.

§ 3.º Os especialistas são praças que satisfazem as condições exigidas para o desempenho de certas funções na tropa ou nos Serviços. Em principio, procedem de um curso de formação de especialistas.

§ 4.º Os artífices e os auxiliares de artífices são praças habilitadas em determinadas profissões, podendo proceder ou não de cursos especiais.

§ 5.º Os empregados são praças não pertencentes a nenhuma das classes anteriores e que desempenham funções fora da fileira.

§ 6.º As praças de fileira são as que exercem as funções próprias à sua arma, ao seu Serviço ou Contingente.

§ 7.º A discriminação das funções próprias às classes de que tratam os quatro últimos parágrafos, é da competência do Ministro da Guerra.

CAPÍTULO II

DISTRIBUIÇÃO DO PESSOAL DO EXÉRCITO ATIVO

Art. 6.º O pessoal do Exército ativo compõe-se de :

1.º Pessoal dos corpos de tropa das Armas, a saber :

- Infantaria e Carros de Combate ;
- Cavalaria e Trem ;
- Artilharia e Aerostação ;
- Engenharia e Transmissões ;
- Aeronáutica.

2.º Pessoal do quadro de officiaes generaes e pessoal dos serviços gerais do Exército, a saber :

- Serviço de Estado-Maior ;
- Serviço Geográfico e Histórico do Exército ;
- Serviço de Administração e Finanças ;
- Quadro Suplementar Geral ;
- Quadro Técnico ;
- Serviço de Transportes ;
- Serviço de Moto-Mecanização.

3.º Pessoal do Quadro Suplementar Privativo das Armas, necessário aos Serviços que não dispõem de quadro próprio, a saber :

- Serviço de Material Bélico ;
- Serviço de Engenharia ;
- Serviço de Aeronáutica ;
- Serviço de Remonta ;

Os officiaes que exercem funções de sua Arma fora da tropa e dos Serviços acima referidos, estão incluídos entre o pessoal deste item bem como o pessoal dos Contingentes.

4.º Pessoal dos Serviços dotados de quadros permanentes, a saber :

- Serviço de Saúde ;
- Serviço de Intendência e Serviço de Fundos ;
- Serviço de Veterinária ;
- Serviço de Recrutamento.

Art. 7.º Os oficiais em comissão especial não prevista na Organização Geral do Exército e cuja duração exceda de um ano são agregados à sua Arma ou Serviço.

§ 1.º Os oficiais estagiários, para fins de instrução, não se incluem nas disposições deste artigo.

§ 2.º O oficial agregado é reincluído na Arma ou Serviço a que pertence, quando terminada a comissão especial, logo que haja vaga.

Art. 8.º A distribuição e o agrupamento dos diversos elementos do Exército no território nacional são fixados pelo Ministro da Guerra, segundo as disposições legais em vigor, tendo em vista a satisfação das necessidades de cobertura, instrução, mobilização e concentração.

TÍTULO II

Composição das grandes unidades

CAPÍTULO III

Art. 9.º As Grandes Unidades são definidas na Lei de Organização Geral do Exército.

Art. 10. A Divisão de Infantaria compreende :

a) Comandante, General de Divisão (quando acumular o Comando da R. M.) ou de Brigada ;

b) Quartel-General ;

c) Tropa, a saber :

— Regimentos de Infantaria ;

— Regimento ou Regimentos de Cavalaria ;

— Regimentos de Artilharia ;

— Batalhão de Engenharia ;

— Batalhão de Transmissões.

§ 1.º O Quartel-General compreende :

— Estado-Maior ;

— Serviços Gerais e a tropa do Q. G.

§ 2.º Os Regimentos de Infantaria constituem a Infantaria Divisionária, comandada por um General de Brigada ou Coronel da arma de infantaria que esteja no quadro de acesso ao generalato, dispondo de um assistente e um adjunto.

A Infantaria Divisionária pode ser organizada em duas Brigadas de Infantaria, cada uma composta de dois Regimentos e com comando idêntico ao da I. D.

Os Regimentos de Infantaria podem ser substituídos por Grupos de Batalhões de Caçadores.

§ 3.º A Cavalaria Divisionária é constituída por um ou dois Regimentos de Cavalaria.

§ 4.º Os Regimentos de Artilharia constituem, em seu todo, a Artilharia Divisionária, comandada por um General de Brigada ou Coronel de Artilharia que esteja no quadro de acesso para General de Brigada, que dispõe, como auxiliares imediatos, de um assistente e um adjunto.

Essas unidades, todas de tração hipomovel, podem ser montadas ou a pé, a saber :

- regimentos montados ;
- regimentos a pé ;
- regimentos de obuzes.

Os regimentos montados disporão sempre de tres grupos; os regimentos a pé são, normalmente, constituídos por dois grupos, podendo, todavia, eventualmente receber um terceiro grupo de dorso; os regimentos montados de obuzes serão sempre constituídos por dois grupos.

§ 5.º Excepcionalmente, por considerações de ordem regional ou outras igualmente relevantes, o Governo poderá decidir que Divisões de Infantaria recebam uma organização especial.

Art. 11. O Corpo de Cavalaria compreende :

- a) Comandante, General de Divisão ;
- b) Quartel-General, análogo ao da D. I. ;
- c) Divisões de Cavalaria.

Art. 12. A Divisão de Cavalaria compreende :

- a) Comandante, General de Brigada ;
- b) Quartel-General, semelhante ao da D. I. ;
- c) Tropa, a saber :
 - Brigadas de Cavalaria ;
 - Regimento de Auto-Metrallhadoras ,
 - Regimento de Cavalaria transportado ;
 - Regimento de Artilharia a dois grupos a vacalo e um grupo automovel ;
 - Batalhão de Engenharia, parte montado e parte transportado ;
 - Batalhão de Transmissões, nas mesmas condições.

Parágrafo único. A Brigada de Cavalaria compreende o Coronel Comandante, dispondo de um assistente e um adjunto, e dois regimentos de cavalaria independente.

Art. 13. A Divisão Aérea compreende :

- a) Comandante, General de Divisão ;
- b) Quartel-General, análogo ao da D. I. ;
- c) Brigadas de Aviação.

Art. 14. A Brigada de Aviação compreende o General de Brigada ou Coronel comandante, que dispõe de um assistente e um adjunto, e dois ou tres Regimentos de Aviação.

TÍTULO III

As Armas

CAPÍTULO IV

INFANTARIA

Art. 15. A Infantaria compreende a Inspeçtoria, a Diretoria e a Tropa da Arma.

§ 1.º A Inspeçtoria compõe-se de :

- Inspetor, General de Divisão ou de Brigada ;
- Estado-Maior.

§ 2.º A Diretoria compõe-se de:

- Diretor, General de Brigada ou Coronel;
- Gabinete e Serviço de Fundos;
- Divisões;
- Órgãos especiais.

§ 3.º Constituem a tropa de Infantaria:

- Regimentos de Infantaria;
- Grupos de Batalhões de Caçadores;
- Batalhões de Engenhos de Infantaria;
- Batalhões de Caçadores;
- Batalhões de Fronteira;
- Batalhões de Carros;
- Batalhões e Companhias de Guardas;
- Formações-escolas.

CAPÍTULO V

CAVALARIA

Art. 16. A Cavalaria compreende a Inspetoria, a Diretoria e a Tropa da Arma.

§ 1.º A Inspetoria compõe-se de:

- Inspetor, General de Divisão ou de Brigada;
- Estado-Maior.

§ 2.º A Diretoria compõe-se de:

- Diretor, General de Brigada ou Coronel;
- Gabinete e Serviço de Fundos;
- Divisões;
- Órgãos especiais.

§ 3.º Constituem a tropa de Cavalaria:

- Regimentos de cavalaria independente;
- Regimentos de cavalaria divisionária;
- Regimentos de cavalaria transportada;
- Regimentos de auto-metralhadoras de cavalaria;
- Corpos mixtos de trem;
- Corpos de trem automovel;
- Esquadrões mixtos de trem;
- Esquadrões de trem automovel;
- Formações-escolas.

CAPÍTULO VI

ARTILHARIA

Art. 17. A Artilharia compreende a Inspetoria, a Diretoria e a Tropa da Arma.

§ 1.º A Inspetoria compõe-se de:

- Inspetor, General de Divisão ou de Brigada;
- Estado Maior.

§ 2.º A Diretoria compõe-se de:

- Diretor, General de Brigada ou Coronel;
- Gabinete e Serviço de Fundos;

- Sub-Diretoria de Artilharia de Costa, dispondo de:
 - Sub-diretor, Coronel;
 - Gabinete;
 - Secções;
- Divisões;
- órgãos especiais.

§ 3.º Constituem a tropa de Artilharia:

- a) Artilharia leve de campanha:
 - Regimentos de Artilharia Montada (R. A. M.);
 - Regimentos de Artilharia a Pé (R. A. a P.);
 - Regimento de Artilharia Mixtos (R. A. Mx.);
 - Grupos de Artilharia de Dorso (Gr. A. Do.);
 - Regimentos de Artilharia Automovel (R. A. Au.);
 - Regimentos de Obuzes (R. O.).
- b) Artilharia das Divisões de Cavalaria:
 - Regimentos de Artilharia de D. C. (R. A. D. C.).
- c) Artilharia Pesada de Campanha:
 - Regimentos de Artilharia Pesada (R. A. P.);
 - Regimento de Artilharia Longa (R. A. L.);
 - Regimentos de Artilharia Pesada Longa (R. A. P. L.).
- d) Formações de D. C. A.
- e) Formações de Defesa de Costa.
- f) Formações de S. I. A.
- g) Formações de Aerostação de Observação.
- h) Formações-escolas.

Art. 18. As formações de Defesa contra aeronaves e de Aerostação dependem da Artilharia no tocante ao pessoal e material e à instrução técnica; quanto ao seu emprego, subordinam-se à Aero-náutica.

CAPÍTULO VII

ENGENHARIA

Art. 19. A Engenharia (Arma e Serviço) compreende a Inspetoria, a Diretoria e a Tropa da Arma.

§ 1.º A composição da Inspetoria e da Diretoria consta do Título IV.

§ 2.º Constituem a tropa de Engenharia:

- Batalhões de engenharia;
- Batalhões de engenharia transportados;
- Batalhões de sapadores-pontoneiros;
- Batalhões rodoviários;
- Batalhões ferroviários;
- Batalhões de pontoneiros;
- Batalhões de transmissões;
- Batalhões de transmissões transportados;
- Batalhões de transmissões independentes;
- Formações-escolas.

CAPÍTULO VIII

AERONÁUTICA

Art. 20. A Aeronáutica (Arma e Serviço) compreende a Inspetoria, a Diretoria e a Tropa da Arma.

§ 1.º A composição da Inspetoria e da Diretoria consta do Título IV.

§ 2.º Constituem a tropa de Aeronáutica:

- Regimentos de aviação de observação;
- Regimentos de aviação de reconhecimento;
- Regimentos de aviação de caça;
- Regimentos de aviação de bombardeio;
- Grupos independentes de aviação;
- Corpos de Base Aérea;
- Formações-escolas.

TÍTULO IV

Os Serviços

CAPÍTULO IX

GENERALIDADES

Art. 21. Os Serviços se destinam a atender às necessidades do Comando e da Tropa, assegurando os aprovisionamentos e evacuações de toda natureza, assim como a manutenção do pessoal, dos animais e do material.

Os Serviços assumem, portanto, em princípio, um duplo aspecto; de reunião e de repartição dos recursos. Para desempenhá-los, dispõem de órgãos que executam duas ordens de operações:

- primeira: aquisições, fabricações e recuperações;
- segunda: dotações, distribuições e substituições.

Podem, ainda, acompanhar e verificar as fabricações dos materiais que lhes são destinados; autorizar certas despesas; exercer, em relação às Armas e aos outros Serviços, funções consultivas e de coordenação.

Art. 22. Os diretores e chefes de Serviços agem por ordem do Comando; a execução, porém, é da sua exclusiva competência e responsabilidade. Para isso, devem apresentar ao Comando suas propostas, tendo em vista a boa execução das ordens, e regulam o funcionamento dos respectivos Serviços, segundo as instruções dadas pelo escalão técnico superior.

Art. 23. Os Serviços dispõem do pessoal citado no art. 6º. Os oficiais pertencem aos quadros ali definidos; as praças entram na composição das formações ou contingentes próprios a cada Serviço.

CAPÍTULO X

ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 24. A organização dos Serviços compreende, em princípio órgãos:

- de inspecção,
- de direcção,
- de execução,
- de preparação do pessoal,
- especiais.

§ 1.º Os órgãos de inspecção, nos termos da Lei de Organização Geral do Ministério da Guerra, podem abranger mais de um Serviço.

§ 2.º Os órgãos de direcção e de execução podem ser gerais, regionais ou especiais. Os de direcção geral podem abranger mais de um Serviço, como dispõe a Lei de Organização Geral do Ministério da Guerra. Os de execução regional podem atender a mais de uma Região Militar; neste caso dependem da direcção regional onde têm sede.

Art. 25. A organização pormenorizada dos Serviços consta dos regulamentos respectivos, respeitadas as disposições da presente Lei.

Parágrafo único. O número e a localização dos órgãos de execução dos Serviços são fixados em decreto especial.

CAPÍTULO XI

SERVIÇO DE MATERIAL BÉLICO

Art. 26. O Serviço de Material Bélico incumbem-se do que concerne:

- ao armamento,
- às munições e pólvoras, aos explosivos e artificios,
- ao material contra-gases de combate,
- ao material topográfico e de observação.

Art. 27. Sua organização compreende:

- 1 — Órgão de inspecção (Inspeção de Artilharia).
- 2 — Órgão de direcção e execução gerais:

Diretoria do Material Bélico:

- Director General de Brigada ou Coronel,
- Gabinete e Serviço de Fundos,
- Divisões,
- Serviço de Engenharia,
- Órgãos especiais.

- 3 — órgãos de execução geral:

*Arsenais,
Fábricas.*

- 4 — Órgãos de direcção e execução regionais.

Serviços de Material Bélico Regionais.

- 5 — Órgãos de direcção e execução especiais:

*Serviço de Material Bélico da
Defesa da Costa, da Diretoria de Aeronáutica, etc.*

- 6 — Órgãos de preparação do pessoal:

*Escola Técnica do Exército,
Formação de artífices.*

CAPÍTULO XII

SERVIÇO DE ENGENHARIA

Art. 28. O Serviço de Engenharia incumbe-se do que concerne:

- ao material de sapa e de destruição;
- ao material de transposição de cursos d'água;
- ao material de transmissões.

Cabem-lhe, ainda, os encargos relativos:

- ao patrimônio do Ministério da Guerra;
- às obras militares;
- à fiscalização técnica e, eventualmente, à construção de estruturas de ferro e de rodagem.

Art. 29. Sua organização compreende:

1 — Órgão de inspeção:

Inspetoria de Engenharia:

- Inspetor General de Divisão ou Brigada,
- Estado-Maior.

2 — Órgão de direção e execução gerais:

Diretoria de engenharia:

- Diretor, General de Brigada ou Coronel;
- Gabinete e Serviço de Fundos,
- Sub-Diretoria de Transmissões,
- Divisões,
- Órgãos especiais.

3 — Órgãos de execução geral:

Fábricas.

4 — Órgãos de direção e execução regionais:

Serviços de Engenharia Regionais,
Serviços de Transmissões Regionais.

5 — Órgãos de direção e execução especiais:

Serviço de Engenharia da

Defesa da Costa, das Diretorias do Material Bélico, de Aero-náutica, etc.

6 — Órgãos de preparação do pessoal:

Escola Técnica do Exército.

Centro de Instrução de Transmissões.

Parágrafo único. A Sub-Diretoria de Transmissões compre-

- Coronel, Sub-diretor; gabinete;
- Seções;
- Órgãos especiais.

CAPÍTULO XIII

SERVIÇO DE AERONÁUTICA

Art. 30. O Serviço de Aeronáutica incumbê-se do que concerne.

- ao material de aeronáutica,
- ao equipamento das bases e rotas aéreas,
- aos carburantes e ingredientes.

Art. 31. Sua organização compreende:

1 — Órgão de inspeção:

Inspetoria de Aeronáutica:

- Inspetor, General de Divisão;
- Estado-Maior.

2 — Órgão de direção e execução gerais:

Diretoria de Aeronáutica:

- General de Brigada ou Coronel;
- Gabinete e Serviço de Fundos;
- Serviço Técnico da Aeronáutica;
- Serviço das Bases e Rotas Aéreas;
- Serviço Médico da Aeronáutica;
- Divisões;
- Serviços do Material Bélico e de Engenharia;
- Órgãos especiais.

3 — Órgãos de execução geral:

*Parque Central de Aeronáutica,
Fábricas.*

4 — Órgãos de direção e execução regionais:

Serviços de Zonas Aéreas.

5 — Órgãos de preparação do pessoal:

*Escola Técnica do Exército,
Escola de Aeronáutica Militar.*

CAPÍTULO XIV

SERVIÇO DE MOTO-MECANIZAÇÃO

Art. 32. O Serviço de Moto-Mecanização incumbê-se do que concerne:

- aos veículos automoveis de toda espécie;
- aos carburantes e ingredientes, não destinados à Aeronáutica.

Cabe-lhe, ainda, colaborar nos assuntos que interessam à motorização e à mecanização no Exército.

Art. 33. Sua organização compreende:

- 1 — Órgão de inspeção (Inspetoria de Artilharia).
- 2 — Órgão de direção e execução gerais:

Diretoria de Moto-Mecanização:

- Diretor, Coronel;
- Gabinete e Serviço de Fundos;
- Secções;
- Órgãos especiais.

3 — Órgãos de direcção e de execução regionais;

Serviços de Moto-Mecanização Regionais.

4 — Órgãos de preparação do pessoal:

Escola Técnica do Exército.

Centro de Instrução de Motorização e Mecanização.

Formação de artífices.

CAPÍTULO XV

SERVIÇO DE TRANSPORTES

Art. 34. O Serviço de Transportes incumbem-se do que concerne:

- às viaturas não automóveis comuns, às Armas e aos Serviços;
- ao arreamento em geral.

Cabe-lhe, ainda, a coordenação dos transportes de toda natureza.

Art. 35. Sua organização compreende:

1 — Órgão de inspecção:

Inspecção de Cavalaria, Trem, Remonta e Veterinária.

2 — Órgão de direcção e execução gerais:

Diretoria de Trem e Transportes:

- Diretor, Coronel;
- Gabinete e Serviço de Fundos;
- Secções;
- Órgãos especiais.

3 — Órgãos de execução geral:

Fábrica de Viaturas.

Officinas de arreamento.

4 — Órgãos de direcção e execução regionais:

Serviços de Transportes Regionais.

5 — Órgãos de preparação do pessoal:

Escola Técnica do Exército,

Formações de artífices.

CAPÍTULO XVI

SERVIÇO DE REMONTA E VETERINÁRIA

Art. 36. O Serviço de Remonta e Veterinária incumbem-se do que concerne:

- ao fornecimento e à conservação dos efectivos em animais de sela, tração e carga;
- ao material de veterinária;
- ao material de ferradoria.

Art. 37. Sua organização compreende:

1 — Órgão de inspeção;

Inspetoria de Cavalaria, Trem, Remonta e Veterinária.

2 — Órgão de direção e execução gerais:

Diretoria de Remonta e Veterinária:

— Diretor, Coronel de Cavalaria,

— Gabinete e Serviço de Fundos,

— Divisões;

— Órgãos especiais.

3 — Órgãos de execução geral:

Coudelarias, Postos de Monta, Haras e Depósitos de Remonta;

Serviços de Veterinária de Guarnição.

4 — Órgãos de direção e execução regionais:

Serviços de Veterinária Regionais.

5 — Órgãos de preparação do pessoal de Veterinária;

Escola Veterinária do Exército.

CAPÍTULO XVII

SERVIÇO DE INTENDÊNCIA

Art. 38. O Serviço de Intendência incumbem-se do que concerne:

— ao fardamento e equipamento;

— ao material de acampamento e alojamento;

— às subsistências.

Art. 39. Sua organização compreende:

1 — Órgãos de inspeção:

Inspetoria do Serviço de Intendência:

— Inspetor, General Intendente,

— Pessoal adjunto e auxiliar.

2 — Órgãos de direção e execução gerais:

Diretoria do Serviço de Intendência:

— Diretor, Coronel Intendente; gabinete;

— Seções;

— Órgãos especiais.

3 — Órgãos de execução geral:

Serviços de Intendência de Guarnição;

Estabelecimento Central de Material de Intendência.

4 — Órgãos de direção e execução regionais:

Serviços de Intendência Regionais;

Serviços de Subsistências Regionais.

Estabelecimentos ou Depósitos Regionais de Material de Intendência;

Formações de Intendência Regionais.

5 — Órgão de preparação do pessoal:

Escola de Intendência do Exército.

Art. 40. O Coronel intendente de que trata o n. 2 do artigo anterior tem precedência sobre todos os coroneis intendentes.

CAPÍTULO XVIII

SERVIÇO DE FUNDOS

Art. 41. O Serviço de Fundos incumbem-se do que concerne:

— à contabilidade e ao movimento financeiro (ou de fundos).

Art. 42. Sua organização compreende:

1 — Órgão de inspeção:

Inspetoria de Administração e Finanças:

— Inspetor, General de Divisão ou de Brigada;
— Pessoal adjunto e auxiliar.

2 — Órgão de direção geral:

Diretoria do Serviço de Fundos:

— Diretor, Coronel intendente; gabinete;
— Secções.

3 — Órgãos de execução especiais:

Serviços de Fundos de Diretorias de Armas e Serviços.

4 — Órgão de direção e execução regionais:

Serviço de Fundos Regionais.

Art. 43. O Serviço de Fundos nas Guarnições é executado pelos oficiais do Serviço de Intendência.

CAPÍTULO XIX

SERVIÇO DE SAÚDE

Art. 44. O Serviço de Saúde incumbem-se do que concerne:

— à conservação dos efetivos;
— ao material sanitário.

Art. 45. Subdivide-se em:

— Serviço médico,
— Serviço farmacêutico;
— Serviço odontológico.

Art. 46. Sua organização compreende:

1 — Órgão de inspeção:

Inspetoria do Serviço de Saúde:

— Inspetor, General médico;
— Pessoal adjunto e auxiliar.

2 — Órgão de direção geral:

Diretoria de Saúde:

— Diretor, Coronel médico;
— Gabinete e Serviço de Fundos;
— Secções;

3 — Órgãos de direção e execução regionais:*Serviços de Saúde Regionais.**Hospitais Militares Regionais.***4 — Órgãos de direção e execução especiais:***Serviço Médico da Aeronautica;**Serviços de Saúde da Defesa da Costa, etc.***5 — Órgãos de execução geral:***Hospital Central do Exército e Anexos;**Hospitais de Guarnição;**Serviços de Saúde de Guarnição;**Laboratório Químico Militar.***6 — Órgãos de preparação do pessoal:***Escola de Saúde do Exército;**Formações de Saúde Regionais.***7 — Órgãos especiais:***Instituto Militar de Biologia;**Sanatórios;**Depósitos de Convalescentes.*

Art. 47. O Coronel médico de que trata o n. 2 do artigo anterior tem precedência sobre todos os coroneis médicos.

CAPITULO XX**SERVIÇO DE RECRUTAMENTO**

Art. 48. O Serviço de Recrutamento incumbe-se do que concerne:

- ao recenseamento;
- à conscrição;
- à identificação;
- à incorporação;
- ao licenciamento;
- à direção dos reservistas.

Cabem-lhe ainda funções de colaboração no que diz respeito à preparação e execução da mobilização.

Art. 49. Sua organização compreende:

1 — Órgão de inspeção:*Inspetoria de Recrutamento:*

- Inspetor, General de Brigada ou Coronel;
- Pessoal adjunto e auxiliar.

2 — Órgão de direção e execução gerais:*Diretoria de Recrutamento:*

- Diretor, Coronel do quadro de estado-maior;
- Gabinete e Serviço de Fundos;
- Secções;
- Serviço de Identificação.

3 — Órgãos de direção e execução regionais:*Serviços Regionais de Recrutamento.*

Art. 50. A Lei e o Regulamento do Serviço Militar estabelecem a organização do Serviço.

CAPÍTULO XXI

SERVIÇO GEOGRÁFICO E HISTÓRICO

Art. 51. O Serviço Geográfico e Histórico incumbem-se do que concerne à elaboração, estudo e interpretação dos documentos cartográficos e históricos.

Cabem-lhe, ainda, o reconhecimento e descrição dos limites entre os Estados, Distrito Federal e Territórios, bem como, mediante entendimento, a superintendência técnica sobre as organizações civis de levantamente topográfico.

Depende diretamente do Estado-Maior do Exército, podendo colaborar com os órgãos do Ministério da Marinha que lhe são afins.

Art. 52. Sua organização compreende:

1 — Órgãos de direção e execução gerais:

Serviço Geográfico e Histórico do Exército (sede);

Divisões de Levantamento.

2 — Órgãos de execução regionais:

Secções Topográficas Regionais.

3 — Órgão de preparação do pessoal:

Instituto Geográfico Militar.

TÍTULO V

Disposições diversas

CAPÍTULO XXII

DISPOSIÇÕES PARTICULARES A DIVERSOS ÓRGÃOS E A DIVERSAS FUNÇÕES

Art. 53. Os diversos estabelecimentos, repartições e órgãos de instrução do Exército são organizados segundo as disposições da presente Lei e das Leis de organização geral do Ministério da Guerra, de organização geral do Exército, do Ensino Militar e do Serviço Militar.

Parágrafo único. Os quadros e efetivos desses órgãos constam dos respectivos regulamentos, respeitadas os limites fixados nas dotações orçamentárias.

Art. 54. Os Quartéis-Generais que não dispuserem de elementos dos Serviços terão suas necessidades atendidas pelo corpo de tropa estacionado na localidade ou na que lhe ficar mais próxima.

Art. 55. O número de adidos militares às representações diplomáticas no estrangeiro será fixado por decreto, com discriminação dos créditos necessários.

Parágrafo único. O número dos oficiais a serem enviados ao estrangeiro, em comissão de qualquer natureza, será fixado anualmente pelo Governo, mediante proposta do Chefe do Estado-Maior do Exército. Os créditos necessários constarão do Orçamento do Ministério da Guerra.

Art. 56. A movimentação dos oficiais gerais e dos oficiais superiores das Armas é feita por decreto; a dos oficiais do Quadro de Estado-Maior, pelo Chefe do Estado-Maior do Exército; as nomeações ou designações de oficiais para funções que impliquem em chefia ou direção são feitas por decreto; as transferências e classificações de capitães e subalternos são feitas pelas Diretorias de Armas e de Serviços com quadros próprios, em nome do Ministro.

§ 1.º Os oficiais são classificados na tropa ou nos Serviços ou para eles transferidos, cabendo ao respectivo comandante ou chefe dar-lhes função correspondente ao posto, conforme as determinações regulamentares. Em princípio, as substituições de função no interior dos corpos de Tropa se fazem no fim de cada ano de instrução.

§ 2.º Nenhum oficial poderá ser mantido em cargos de ajudante, secretário e chefe de Secção Mobilizadora por mais de dois (2) anos.

Art. 57. Os oficiais aptos para o Serviço de Estado-Maior, mesmo quando não pertençam ao respectivo Quadro, dependem do Chefe do Estado-Maior do Exército, no que interesse à sua instrução. Deverão ser convocados para estagiar, durante um período anual não excedente de 30 dias, em estado-maior sediado na Região Militar em que servirem. Poderão ainda receber missões especiais do chefe do Estado-Maior do Exército, cumulativamente ou não com suas funções normais, desde que não impliquem em afastamento da guarnição por mais de 15 dias.

Art. 58. O Presidente da República, o Ministro da Guerra e os Generais de Divisão disporão, cada um, de dois oficiais ajudantes de ordens; os Generais de Brigada e de Serviços disporão de um ajudante de ordens.

Parágrafo único. As funções de adjunto nos quartéis-gerais de Brigada são desempenhadas pelo ajudante de ordens, quando o comando for exercido por General de Brigada.

Art. 59. Nas unidades de todas as armas onde existirem sub-unidades quadros, dever-se-á, findo cada ano de instrução, proceder ao revezamento entre as sub-unidades, de maneira que todas passem periodicamente por aquela categoria.

§ 1.º Essas sub-unidades participam dos exercícios de conjunto das unidades a que pertencem; seus oficiais e praças concorrem com os demais para a instrução do corpo. Podem ser empregados na formação de reservistas de 2.ª categoria, de graduados e especialistas da reserva.

§ 2.º As sub-unidades-quadros devem achar-se sempre em condições de poder incorporar os efetivos que lhes correspondem.

CAPÍTULO XXIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 60. A organização prevista na presente Lei deverá ser realizada progressivamente, de acordo com a ordem de urgência estabelecida em decreto especial e os recursos orçamentários.

Art. 61. Os aumentos nos quadros de oficiais, porventura necessários em face das disposições da presente Lei, serão abatidos das quotas proporcionais correspondentes aos quadros A e QA, os quais ficarão automaticamente extintos, uma vez realizada, totalmente, a organização prevista na presente Lei.

Parágrafo único. Os cargos que podem ser exercidos por General de Divisão ou de Brigada e por General de Brigada ou Coronel se referem unicamente ao tempo de paz e até completar definitivamente a organização do Exército.

CAPÍTULO XXIV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62. A presente Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 63. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 12 de julho de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 557 — DE 13 DE JULHO DE 1938

Corrige folha encontrada nas tabelas do Quadro I. do Ministério da Viação e Obras Públicas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e atendendo à proposta feita pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil, na conformidade do disposto no art. 10, alínea *a*, Capítulo II, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, decreta:

Art. 1º. Nas tabelas do Quadro I, do Ministério da Viação e Obras Públicas, anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, na parte atinente à carreira de contínuo, onde está: classe H, leia-se: classe F.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 558 — DE 13 DE JULHO DE 1938

Autoriza o Ministério da Viação e Obras Públicas a contratar, mediante concorrência pública, o serviço regular de navegação entre a Capital Federal e a cidade de Niterói, para o transporte de passageiros e mercadorias, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e tendo em vista a exposição que lhe foi dirigida pelo Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas,

Decreta:

Art. 1º. Fica o Ministério da Viação e Obras Públicas autorizado a contratar, mediante concorrência pública, o serviço de navegação entre a Capital Federal e a cidade de Niterói e, em qualquer tempo, para outros locais na bafa de Guanabara, para o transporte de passageiros e mercadorias.

Art. 2.º O serviço será efetuado por embarcações modernas, dotadas de todas as comodidades e aperfeiçoamentos indispensáveis à natureza dos transportes, que se farão, ininterruptamente, dia e noite, com viagens espaçadas de 10 a 60 minutos nas horas de maior e menor movimento e com duração máxima de 15 minutos no percurso.

Art. 3.º Os preços de passagens e fretes poderão sofrer, a juízo do Governo, um acréscimo até 30 % sobre os que vigoraram até 30 de março último, no serviço a cargo da atual executante.

Art. 4.º O contratante gozará da isenção de direitos de importação, de acordo com a legislação em vigor, bem como a de impostos federais, estaduais e municipais e, ainda, exclusividade de contrato de navegação.

Parágrafo único. A exclusividade a que se refere o presente artigo não impedirá que concorrentes particulares executem os mesmos serviços em instalações próprias e independentes da do contratante.

Art. 5.º O prazo do contrato será, no máximo de vinte anos, com direito à prorrogação por prazo igual, mediante acordo entre o Governo e o contratante, no último ano da respectiva vigência.

Art. 6.º As condições de construção de cais e pontes de embarque e de desapropriação de terrenos necessários, bem como as de encampação, rescisão e reversão, tanto quanto possível nos moldes das concessões de portos, e ainda os tipos das embarcações a que se refere o art. 2.º deste decreto-lei, serão reguladas em cláusulas do contrato.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 559 — DE 13 DE JULHO DE 1938

Aprova dois atos internacionais firmados em Roma, a 29 de maio de 1933, por ocasião da III Conferência de Direito Privado Aéreo

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, nos termos do art. 180 da Constituição da República:

Resolve aprovar a Convenção para a unificação de certas regras relativas a danos causados por aeronaves a terceiros à flor do solo e a Convenção para a unificação de certas regras relativas ao sequestro preventivo de aeronaves, firmadas em Roma, a 29 de maio de 1933, por ocasião da III Conferência Internacional de Direito Privado Aéreo.

Rio de Janeiro, 13 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 560 — DE 14 DE JULHO DE 1938

Dispõe sobre o serviço do pessoal civil do Ministério da Guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A “Divisão do Pessoal Civil” criada no Ministério da Guerra, em virtude do disposto no art. 2.º, alínea *a*, do decreto-lei número 204, de 25 de janeiro de 1938, fica transformada em “Serviço do Pessoal Civil”, da Secretaria de Estado da Guerra, e terá por fim proceder à coordenação sistemática, no que diga respeito à parte administrativa e de assistência social, dos assuntos relativos aos funcionários públicos civis e extraumerários, do Ministério da Guerra.

Art. 2.º O “Serviço do Pessoal Civil” será articulado com a Comissão de Eficiência e com o Departamento Administrativo previsto no art. 67 da Constituição.

Art. 3.º Continuam a cargo das unidades administrativas, que se adaptarão às exigências das leis pertinentes aos servidores civis, as medidas de caráter financeiro que lhes digam respeito, tendo sempre em vista a organização e atribuições dos órgãos do Ministério da Guerra.

Art. 4.º O funcionário designado para chefiar o Serviço terá direito à gratificação de função, anual, de 9:600\$000.

Art. 5.º Os funcionários designados para chefiar as seções do Serviço perceberão a gratificação de função de 4:800\$000, anuais.

Art. 6.º O regimento a ser baixado pelo Presidente da República fixará as atribuições e as normas reguladoras das atividades do serviço criado por este decreto-lei.

Art. 7.º Ficam sem efeito as portarias do Ministério da Guerra ns. 54 e 70, respectivamente, de 12 de abril de 1937 e 9 de abril de 1938.

Art. 8.º Fica aberto o crédito suplementar de 9:600\$000, à sub-consignação 9-01, da consignação IV — Gratificações e Auxílios, da verba 1 — Pessoal, do orçamento em vigor para o Ministério da Guerra.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 561 — DE 14 DE JULHO DE 1938

Concede uma pensão especial à viúva e filhos menores de Djalma de Oliveira Nunes, vítima de desastre em serviço

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedida à viúva e filhos menores do ex-oficial administrativo, classe II, da Casa da Moeda, Djalma de Oliveira Nunes, de acordo com o deliberado no processo protocolado no Tesouro Na-

cional sob n. 31.581, de 1938, uma pensão mensal correspondente à metade dos vencimentos que percebia o mesmo funcionário na data do seu falecimento.

Art. 2.º A pensão de que trata o artigo precedente é devida a partir de novembro de 1937, inclusive, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento de "novas pensões".

Parágrafo único. A parte das pensões relativas aos meses de novembro e dezembro de 1937, será liquidada por "Exercícios findos", na forma da legislação em vigor.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 562 — DE 14 DE JULHO DE 1938

Abre, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de 100:000\$000, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de cem contos de réis (100:000\$000), à verba I — Pessoal — II — Pessoal Extranumerário — Sub-consignação n. 2 — Pessoal Extranumerário, do vigente orçamento daquele Ministério, para reforço da dotação destinada ao pessoal da Ponte Internacional sobre o rio Uruguai.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI n. 563 — DE 14 DE JULHO DE 1938

Dispõe sobre a fiança a que estão obrigados, pela legislação do Distrito Federal, os responsáveis por bens públicos e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere art. 180, da Constituição Federal, e nos termos do art. 31 do Decreto-Lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Os funcionários e encarregados de pagamentos, arrecadação ou guarda de dinheiros públicos ou responsáveis por quais-

quer bens do Distrito Federal, só entrarão em exercício após haverem prestado a fiança a que estiverem obrigados em virtude de lei ou regulamento.

Art. 2º. A fiança a que se refere o artigo anterior será sempre pignoratícia e constituída por apólices da dívida pública federal, ou do Distrito Federal, ou em dinheiro, salvo tratando-se de importância superior a 50:000\$000, em que é permitida a garantia hipotecária, ou quando inferior a 10:000\$000, caso em que poderá ser aceita a simples caução fideijussória, dada Pelo Instituto Nacional de Previdência ou pelo Montepio dos Empregados Municipais.

Parágrafo único. Serão observadas na prestação de fiança dos funcionários do Distrito Federal as disposições do Código de Contabilidade da União (decreto federal número 4.536, de 28 de janeiro de 1922 — Cap. VI — artigos 83 a 86) e do regulamento respectivo, aprovado pelo decreto federal n. 15.783, de 8 de novembro de 1922, com as alterações deste decreto.

Art. 3º. Ficam revogados os dispositivos do parágrafo único do art. 1º, e do art. 2º e seus parágrafos do decreto municipal número 4.085, de 8 de dezembro de 1932.

Art. 4º. Aos funcionários dos cargos a que se refere o citado decreto n. 4.085, que ainda não tiveram integralizado a respectiva fiança, será dado o prazo de trinta (30) dias, a partir da data da publicação deste Decreto-Lei, para completarem-na, levando-se em conta, para esse fim e a favor de cada um, as importâncias em dinheiro ou em apólices, que lhes tenham sido creditadas até a data deste decreto.

Art. 5º. Fica reduzida para tres contos de réis (3:000\$000), a fiança a ser prestada nos termos do art. 1º do Decreto-Lei número 248, de 4 de fevereiro último, pelos cobradores fiscais da Sub-Diretoria do Imposto de Licença da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1938, 117º da Independência e 56º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 564 — DE 14 DE JULHO DE 1938

Dispõe sobre o processo de cobrança dos impostos predial e territorial e dá outras providências

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

Considerando que os resultados obtidos com a descentralização dos serviços de cobrança do imposto de licença para localização, pela Prefeitura do Distrito Federal, evidenciaram a possibilidade de aperfeiçoar o processo de cobrança previsto no decreto-lei n. 157 de 31 de dezembro de 1937, para os impostos predial ou territorial, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O contribuinte dos impostos predial ou territorial no Distrito Federal poderá pagá-los, à boca do cofre, durante cada exercício, em qualquer coletoria da Prefeitura, qualquer que seja a localização da respectiva propriedade, mediante a apresentação da guia de pagamento emitida no início de cada exercício, pela Sub-Diretoria de Renda Imobiliária.

§ 1.º O pagamento será feito pelo recolhimento das importâncias correspondentes às prestações duodecimais, contra conhecimentos emitidos e autenticados nas coletorias.

§ 2.º Posteriormente ao recolhimento da décima segunda prestação, receberá o contribuinte um certificado nominal de pagamento, expedido pela Sub-Diretoria de Renda Imobiliária.

Art. 2.º Fica o Prefeito autorizado a alterar, sem aumento de despesa, a nomenclatura, a remuneração, as condições de provimento e a quantidade dos cargos a que se refere o decreto-lei n. 155, de 29 de dezembro de 1937, adaptando-os ao processo de cobrança estipulado no artigo anterior.

Art. 3.º Ficam revogados os arts. 33, 36, 37, 38, 40 e 41 do decreto-lei n. 157, de 31 de dezembro de 1937, todos relativos ao processo de cobrança dos citados impostos, e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 565 — DE 14 DE JULHO DE 1938

Abre, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de 500:000\$, para atender a despesas com visitantes ilustres

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 189 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de quinhentos contos de réis (500:000\$000), destinado a atender às despesas (Serviços e Encargos) decorrentes da visita do Chanceller do Chile, Doutor José Ramon Gutierrez e sua comitiva.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 566 — DE 14 DE JULHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de 3.610:176\$, para conclusão das instalações da Fábrica de Itajubá

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 189 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de tres mil seiscientos e dez contos cento e setenta e seis mil réis (3.610:176\$000), para atender às despesas (Obras, melhoramentos, aparelhamentos e equipamentos) com a conclusão das instalações da Fábrica de Armas Portáteis de Itajubá.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.
Eurico G. Dutra.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 567 — DE 14 DE JULHO DE 1938

Transfere item de uma para outra sub-consignação da verba 2 — Material III — Diversas despesas, do orçamento do Ministério da Educação

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 189 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica transferido o item 11) — Delegacias de Saúde 100:000\$, da verba 2 — Material, III — Diversas despesas, sub-consignação n. 23 — Estivas, capatazias, armazenagens, acondicionamento, carros, fretes e transportes, do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde (Anexo n. 6 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937), para constituir o item 02) da sub-consignação n. 28 — Serviços de transportes, passagens na fiscalização e realização do trabalho, da mesma verba do referido Ministério.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.
Gustavo Cupanema.
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 568 — DE 14 DE JULHO DE 1938

Fixa a divisão territorial do Distrito Federal, nos termos do decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, nos termos do artigo 31 do decreto-lei número 96, de 22 de dezembro de 1937 e considerando o disposto no decreto-lei número 311, de 2 de março de 1938; resolve:

Art. 1.º A divisão administrativa e judiciária do Distrito Federal, até o dia 31 de dezembro do corrente ano, é a que consta do quadro anexo à presente lei, compreendendo as circunscrições já existentes em 7 de março deste ano, isto é, uma comarca, oito termos (pretorias), um município, um distrito e 35 zonas, estas como categoria única de circunscrições primárias do território municipal, para todos os fins da administração pública e da organização judiciária.

§ 1.º Os limites das zonas são os constantes do decreto municipal n. 3.816, de 23 de março de 1932, revigorados pelo decreto n. 5.030, de 14 de julho de 1934.

§ 2.º As nove zonas a que se refere o decreto-lei n. 43, de 6 de dezembro de 1937, passam a denominar-se circunscrições e ficam constituídas da seguinte forma:

1ª Circunscrição — zonas do Engenho Novo, Meyer e Rio Comprido;

2ª Circunscrição — zonas de Sacramento, S. Domingos, Santo Antonio, Gávea e Gamboa;

3ª Circunscrição — zonas de S. Cristovão e Lagoa;

4ª Circunscrição — zonas de Campo Grande, Santa Cruz, Santa Rita e Anchieta;

5ª Circunscrição — zonas de Andaraí e Copacabana;

6ª Circunscrição — zonas de Inhaúma, Piedade e Madureira;

7ª Circunscrição — zonas de Candelária, S. José, Ajuda, Engenho Velho, Tijuca e Ilhas;

8ª Circunscrição — zonas de Irajá, Penha e Pavuna;

9ª Circunscrição — zonas de Jacarépaguá, Madureira, Guaratiba Glória, Santa Teresa, Santana e Espírito Santo.

§ 3.º O Ministério da Justiça e Negócios Interiores baixará, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, as instruções necessárias à adaptação do atual quadro de delegacias policiais ao da divisão única de zonas, prevista neste decreto-lei, podendo ficar sob a jurisdição de uma delegacia policial o território de uma ou mais zonas, desde que respeitada a integridade destas.

§ 4.º As divisões do território do Distrito Federal, para fins administrativos, serão efetuadas pelo agrupamento ou sub-divisão das zonas fixadas nesta lei, cabendo ao Chefe do Poder Executivo Municipal a regulamentação respectiva até 31 de agosto do corrente ano.

Art. 2.º A Sub-Diretoria do Cadastro Imobiliário encaminhará ao Prefeito, em duas vias autenticadas e afim de ser depositado na Secretaria do Conselho Nacional de Geografia, o mapa do território municipal, satisfeitos os requisitos mínimos fixados pelo mesmo Conselho.

Parágrafo único. A esses mapas deverão ser anexadas as plantas das áreas urbana e suburbana da cidade.

Art. 3.º A delimitação das áreas urbana e suburbana, tendo em vista o critério mais conveniente e respeitela a divisão das zonas, será feita por ato do Governo Municipal, dentro do prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da presente lei.

Parágrafo único. A cópia autêntica desse ato será enviada pela Junta Regional de Estatística à Secretaria Geral do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 4.º Para elaborar o novo projeto do quadro territorial do Município, cuja decretação o fará entrar em vigor nesta data (artigo 16, § 1.º, do decreto-lei número 311), fica constituída uma comissão de tres membros, composta de um representante da Junta

Regional de Estatística, do sub-diretor da Sub-Diretoria do Cadastro Imobiliário, da Diretoria de Obras Públicas, e de um terceiro técnico, de livre designação do Prefeito do Distrito Federal.

Art. 5º. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de julho de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DIVISÃO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO
(DISTRITO FEDERAL)

Quadro anexo ao decreto-lei n. 568, de 14 de julho de 1938

A — Comarca	B — Termos	C — Zonas (do distrito único)	
		Número de ordem	Nome
Rio de Janeiro.....	1ª Pretoria.....	1	Candelária.
		2	São José.
		3	Ajuda.
	2ª Pretoria.....	4	São Domingos.
		5	Sacramento.
		6	Ilhas.
		7	Santa Rita.
		8	Gamboa.
	3ª Pretoria.....	9	Santo Antônio.
		10	Santana.
		11	Espírito Santo.
	4ª Pretoria.....	12	Glória.
		13	Santa Teresa.
		14	Lagoa.
		15	Copacabana.
		16	Gávea.
	5ª Pretoria.....	17	Engenho Velho.
		18	Rio Comprido.
		19	Tijuca.
		20	Andaraí.
	6ª Pretoria.....	21	Engenho Novo.
		22	Meyer.
		23	São Cristóvão.
	7ª Pretoria.....	24	Piedade.
		25	Penha.
		26	Irajá.
		27	Pavuna.
		28	Madureira.
	8ª Pretoria.....	29	Anchieta.
		30	Jacarépaguá.
		31	Inhaúma.
		32	Campo Grande.
		33	Guaratiba.
		34	Santa Cruz.
		35	Realengo.

DECRETO-LEI N. 569 — DE 20 DE JULHO DE 1938

Declara feriado o dia da assinatura do Tratado entre a Bolívia e o Paraguai, sobre o Chaco

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que o acordo a que, sob os auspícios da Conferência da Paz reunida em Buenos Aires, acabam de chegar os Governos da Bolívia e do Paraguai, submetendo à arbitragem a questão do Chaco, é acontecimento da maior relevância, como prova do espírito de concórdia nas nações americanas e testemunho do seu alto grau de cultura política;

Considerando que o Brasil contribuiu, com o esforço de seus representantes, para a realização dessa obra de paz, tão conforme com os elevados ideais humanos do povo brasileiro e com as tradições da sua história;

Decreta:

Art. 1.º É declarado feriado nacional o dia 21 de julho de 1938, em que será assinado pela Bolívia e o Paraguai o Tratado de paz e amizade, que porá termo ao conflito do Chaco.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 20 de julho de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 570 — DE 22 DE JULHO DE 1938

Revoga o decreto-lei n. 568, de 14 de julho de 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que a divisão judiciária do Distrito Federal, estabelecida pelo decreto-lei n. 43, de 6 de dezembro de 1937, vem atendendo às necessidades da Justiça;

Considerando que o decreto-lei n. 568, de 14 de julho de 1938, tendo em vista unicamente providências de ordem administrativa, alterou o estabelecido no decreto-lei n. 43, de 6 de dezembro de 1937.

Resolve:

Artigo único. Ficam revogadas as disposições constantes do decreto-lei n. 568, de 14 de julho de 1938, e revigoradas as do decreto-lei n. 43, de 6 de dezembro de 1937.

Rio de Janeiro, 22 de julho de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 571 — DE 28 DE JULHO DE 1938

Retifica dizeres de sub-consignação orçamentária

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º — O item 01) "Distrito Federal", da sub-consignação número 13 — Para a fiscalização do imposto de consumo, da consignação II — Material de consumo, da Verba 2ª — Material, do vigente orçamento do Ministério da Fazenda, passa a ter a seguinte redação: — 01) "Distrito Federal e Estados", afim de atender às despesas da fiscalização em todo o país.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 572 — DE 28 DE JULHO DE 1938

Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 107:400\$000 para pagamento de pessoal

O Presidente da República, tendo em vista o disposto no art. 61 do Decreto-Lei n. 466, de 4 de junho de 1938, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de cento e sete contos e quatrocentos mil réis (107:400\$000) para atender, no segundo semestre do corrente exercício, ao pagamento do "Pessoal" a ser contratado na forma da legislação em vigor para o serviço de fiscalização de garimpagem e comércio de pedras preciosas, na seguinte base:

5 assistentes-técnicos de 5ª classe	42:000\$0
12 inspetores de 5ª classe	50:400\$0
5 auxiliares de escrita de 5ª classe	15:000\$0
	<hr/>
	107:400\$0

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 573 — DE 28 DE JULHO DE 1938

Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 2.844:441\$700 para pagamento de fornecimentos

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de dois mil, oitocentos e quarenta e quatro contos, quatrocentos e quarenta e um mil e setecentos réis (2.844:441\$700), para atender ao

pagamento (Material) de fornecimentos feitos por intermédio da Comissão Central de Compras, em 1937, aos seguintes Ministérios:

Viação	1.870:192\$4
Justiça	402:440\$2
Fazenda	283:905\$0
Educação	250:082\$1
Agricultura	21:656\$8
Trabalho	16:165\$2
	<hr/>
	2.844:441\$7

Parágrafo único. A liquidação das despesas a que se refere o presente artigo será processada nos termos da exposição n. 1.191 — Gabinete, de 13 de julho de 1938, do Ministério da Fazenda.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 574 -- DE 28 DE JULHO DE 1938

Dispõe sobre tomada de "Bonus" emitidos pelo Banco do Brasil para financiamento da agricultura, criação e outras indústrias

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal;

Considerando que, ao se estabelecer no art. 26 do Decreto-Lei n. 288, de 23 de fevereiro de 1938, a aplicação das reservas e disponibilidades do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado não se teve, nem podia ter em vista derrogar a Lei n. 454, de 9 de julho de 1937, que dispõe sobre tomada de "Bonus", emitidos para financiamento da agricultura, criação e outras indústrias, por diversas instituições, entre elas o Instituto Nacional de Previdência, incorporado àquele, com todos os seus direitos e obrigações; e

Considerando, mais, que o objetivo do poder público é o de instituir definitivamente no País, e desenvolver o crédito agrícola e industrial, como providência indispensável ao incremento da riqueza nacional;

Decreta :

Art. 1.º Para a tomada de "Bonus" a que se refere o art. 4.º da Lei n. 454, de 9 de julho de 1937, o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado e as Caixas e Institutos de Aposentadorias e Pensões concorrerão com uma percentagem de seus depósitos ou fundos, que será fixada pelo Governo da União, ouvidas as respectivas juntas e Conselhos Administrativos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de julho de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 575 — DE 29 DE JULHO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o credito especial de 52:667\$900, para atender a despesas de Material, decorrentes de fornecimentos à Faculdade Nacional de Medicina, nos exercícios de 1934 a 1936

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o credito especial na importância de cincoenta e dois contos seiscentos e sessenta e sete mil e novecentos réis (52:667\$900), destinado a atender a despesas de Material, decorrentes de fornecimentos feitos à Faculdade Nacional de Medicina, nos exercícios de 1934 a 1936.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 576 — DE 29 DE JULHO DE 1938

Dispõe sobre prazos de declarações, instância de recursos, remoção de usinas de açúcar, e dá outras providências

O Presidente da República, tendo ouvido o Conselho Federal de Comércio Exterior e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Instituto do Açúcar e do Alcool, dentro de sessenta dias, publicará no *Diário Oficial* a lista das usinas, engenhos e meio-aparelhos, de fabricação de açúcar, com os respectivos limites de produção já vigentes.

Art. 2.º Os engenhos, banguês e meio-aparelhos, que, até à presente data, não apresentarem as declarações a que se refere o § 2.º do art. 58 do regulamento aprovado pelo decreto n. 22.981, de 25 de julho de 1933, deverão fazê-lo dentro do prazo de cento e vinte dias, sob pena de serem considerados clandestinos na forma da lei, cumprindo ao Instituto fazer publicar no "Diário Oficial" a lista suplementar com os respectivos limites de produção de açúcar.

Parágrafo único. Ficam dispensados da obrigação de apresentar essas declarações os engenhos que fabricam exclusivamente rapadura, sujeitos, porém, ao registro compulsório, para efeito de cadastro, por parte do Instituto do Açúcar e do Alcool.

Art. 3.º As decisões do Instituto do Açúcar e do Alcool, relativas à quota de produção de açúcar, e as permissões para remoção e transferência de usinas, de um Estado para outro, são da exclusiva competência do presidente do Instituto, no primeiro caso, e da sua Comissão Executiva, por voto unânime, no segundo.

Parágrafo único. De ambas resoluções cabe recurso, no prazo de 60 dias, para o ministro da Agricultura, e, em última instância, para o Presidente da República, não podendo qualquer outro órgão ou autoridade conhecer e deliberar sobre a matéria.

Art. 4º. O presente decreto-lei entrará em vigor em todo o território nacional na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 577 — DE 29 DE JULHO DE 1938

Extingue cargos de diretor de estabelecimentos de ensino agrícola do Ministério da Agricultura e dá outras providências

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e atendendo à proposta do Conselho Federal do Serviço Público Civil, com fundamento na alínea a do art. 10, da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, decreta:

Art. 1º. Ficam extintos, no Quadro Unico do Ministério da Agricultura, os cargos em comissão de "Diretor", padrão N, da Escola Nacional de Agronomia, de "Diretor", padrão N, da Escola Nacional de Veterinária e, quando se vagar, o de "Diretor", padrão L, da Escola Agrícola de Barbacena.

Art. 2º. Ficam criados, na Escola Agrícola de Barbacena, o Serviço de Agricultura e o Serviço de Zootécnia.

Parágrafo único. Serão chefes desses serviços, o professor de agricultura e o de zootécnia, respectivamente.

Art. 3º. Ficam estabelecidas as seguintes gratificações de função:

Para diretor da Escola Nacional de Agronomia: 9:600\$ anuais.
Para o diretor da Escola Nacional de Veterinária: 9:600\$ anuais.
Para o diretor da Escola Agrícola de Barbacena: 10:800\$ anuais.
Para o chefe do Serviço de Agricultura da Escola Agrícola de Barbacena: 4:800\$ anuais.
Para o Chefe de Serviço de Zootécnia da Escola Agrícola de Barbacena: 4:800\$ anuais.

Parágrafo único. Enquanto não for extinto, nos termos do artigo 1º, o atual cargo de diretor da Escola Agrícola de Barbacena, não se pagará gratificação de função ao diretor dessa escola.

Art. 4º. Fica deduzida da sub-consignação I, da consignação I — Pessoal permanente, da Verba 1ª — Pessoal, do orçamento em vigor para o Ministério da Agricultura, a importância de 37:200\$ (trinta e sete contos e duzentos mil réis) da qual 15:600\$000 (quinze contos e seiscentos mil réis) serão incorporados à sub-consignação 5-01, da consignação IV — Gratificações e Auxílios, da mesma verba.

Art. 5º. O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1938, 117ª da Independência e 50 da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 578 — DE 29 DE JULHO DE 1938

Dispõe sobre a situação dos interinos ocupantes de cargos vagos, cujo provimento efetivo dependa de prévia habilitação em concurso

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Todo aquele que ocupar interinamente cargo cujo provimento efetivo dependa de habilitação prévia em concurso, será inscrito no primeiro concurso que se realizar para provimento de cargos da respectiva profissão.

§ 1º. A inscrição será efetuada *ex-officio* pelo secretário do concurso, mediante relação fornecida pelas Comissões de Eficiência, dos interinos que se encontrarem nas condições deste artigo.

§ 2º. A aprovação dessa inscrição pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil dependerá da satisfação, por parte do interino, de todas as exigências contidas nas instruções que regularem o concurso.

Art. 2º. Homologadas as inscrições, serão imediatamente demitidos por proposta do Conselho, os interinos que tiverem deixado de cumprir o disposto no artigo anterior e seus parágrafos.

Art. 3º. Após a homologação da classificação dos candidatos que se tiverem submetido a concurso, serão imediatamente exonutados, por proposta do Conselho, os interinos inhabilitados.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de julho de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

João Carlos Vital.

DECRETO-LEI N. 579 — DE 30 DE JULHO DE 1939

Organiza o Departamento Administrativo do Serviço Público, reorganiza as Comissões de Eficiência dos Ministérios e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180, e atendendo ao que dispõe o art. 67 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

Art. 1.º Fica criado, junto à Presidência da República, o Departamento Administrativo do Serviço Público (D. A. S. P.) diretamente subordinado ao Presidente da República.

Art. 2.º Compete ao D. A. S. P.:

- a) o estudo pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;
- b) organizar anualmente, de acordo com as instruções do Presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Câmara dos Deputados;
- c) fiscalizar, por delegação do Presidente da República e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária;
- d) selecionar os candidatos aos cargos públicos federais, excetuados os das Secretarias da Câmara dos Deputados e do Conselho Federal e os do magistério e da magistratura;
- e) promover a readaptação e o aperfeiçoamento dos funcionários civis da União;
- f) estudar e fixar os padrões e especificações do material para uso nos serviços públicos;
- g) auxiliar o Presidente da República no exame dos projetos de lei submetidos a sanção;
- h) inspecionar os serviços públicos;
- i) apresentar anualmente ao Presidente da República relatório pormenorizado dos trabalhos realizados e em andamento.

Art. 3.º O D. A. S. P. será constituído das seguintes Divisões:

- Divisão de Organização e Coordenação (D. C.)
- Divisão do Funcionário Público (D. F.)
- Divisão do Extranumerário (D. E.)
- Divisão de Seleção e Aperfeiçoamento (D. S.)
- Divisão do Material (D. M.)

Parágrafo único. Até que seja organizada a Divisão do Orçamento, a proposta orçamentária continuará a ser elaborada pelo Ministério da Fazenda, com a assistência de um delegado do D. A. S. P.

Art. 4.º O D. A. S. P. será dirigido por um Presidente, de imediata confiança do Presidente da República, nomeado em comissão.

Art. 5.º Cada Divisão terá um Diretor, livremente escolhido e nomeado, em comissão, pelo Presidente da República, entre cidadãos que possuam conhecimentos especializados em matéria de administração pública.

Art. 6.º O Presidente do D. A. S. P., em seus impedimentos ocasionais, será substituído por um dos Diretores de Divisão, de sua livre escolha.

Parágrafo único. Quando se tratar de impedimento cuja duração seja superior a trinta dias, o Presidente da República escolherá e designará o Diretor de Divisão substituto do Presidente do D. A. S. P.

Art. 7.º Os Diretores de Divisão serão substituídos, em seus impedimentos, por outro Diretor de Divisão, para esse fim designado, sem prejuízo de suas funções, pelo Presidente do D. A. S. P.

Art. 8.º O Presidente designará dois funcionários para seus auxiliares, os quais terão direito às gratificações de função consignadas neste decreto-lei.

Parágrafo único. Cada Diretor de Divisão designará um funcionário para seu auxiliar, que perceberá a gratificação de função especificada no presente decreto-lei.

Art. 9.º Os Diretores de Divisão, sob a presidência do Presidente, constituirão um Conselho Deliberativo.

Parágrafo único. O Presidente, quando for necessário e se tratar de assuntos de grande relevância, convocará o Conselho Deliberativo.

Art. 10. O Presidente designará um funcionário para servir de secretário do Conselho Deliberativo.

Art. 11. Além das Divisões, o D. A. S. P. terá os seguintes Serviços Auxiliares, para atender às necessidades comuns:

Biblioteca,
Serviço de Comunicações,
Serviço de Mecanografia,
Serviço de Material,
Serviço de Publicidade.

Art. 12. Os Serviços Auxiliares serão orientados e articulados por um chefe nomeado, em comissão, pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Cada Serviço Auxiliar será chefiado por um funcionário designado pelo Presidente do D.A.S.P., cabendo a esses chefes, a gratificação de função fixada neste decreto-lei.

Art. 13. Os trabalhos do D. A. S. P. serão executados por funcionários e extranumerários requisitados dos Ministérios, além dos extranumerários que ele admitir, na forma da legislação em vigor.

Art. 14. O Presidente da República expedirá, mediante decreto, o Regimento em que serão especificadas as atribuições e normas reguladoras das atividades dos órgãos que compõem o D. A. S. P.

CAPÍTULO II

DAS COMISSÕES DE EFICIÊNCIA

Art. 15. Haverá, em cada Ministério, uma Comissão de Eficiência (C. E.) administrativamente subordinada ao Ministro de Estado e tecnicamente ao D. A. S. P., com o qual ficará diretamente articulada.

Art. 16. Cada Comissão de Eficiência compor-se-á de tres membros, designados e escolhidos, pelo Presidente da República, entre funcionários de comprovada capacidade e que perceberão, cada um, a gratificação de função, anual, de 8:400\$000.

Parágrafo único — Os membros das C. E. dedicarão todo o seu tempo aos trabalhos das Comissões, sendo, por isso, automaticamente desligados de sua repartição, não podendo exercer qualquer outra função ou comissão.

Art. 17. Compete à C. E.:

a) estudar, permanentemente, a organização dos serviços afetos ao Ministério;

b) propor ao Ministro de Estado as alterações que julgar convenientes nas lotações das repartições;

c) encaminhar ao Ministro de Estado as propostas de promoções de funcionários, na forma das leis e regulamentos;

d) opinar sobre transferências, remoções e permutas;

e) instruir os recursos interpostos ao Ministro de Estado por funcionários e pessoal extranumerário;

f) opinar nas propostas de admissão, recondução e dispensa de pessoal extranumerário;

g) colaborar e manter estreita articulação com as Divisões do D. A. S. P.;

h) inspecionar os serviços do Ministério e propor as medidas que julgar necessárias à sua racionalização;

i) apresentar, anualmente, um relatório de seus trabalhos ao Ministro de Estado e ao D. A. S. P.

Art. 18. Cada C. E. terá, escolhidos entre os do próprio Ministério, os funcionários necessários à execução de seus trabalhos.

Art. 19. As C. E. terão regimento comum, baixado por decreto do Presidente da República.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 20. Fica aprovado o Quadro Permanente do D. A. S. P. anexo à presente lei, compreendendo cargos em comissão e gratificações de função.

Art. 21. É concedida franquia telegráfica e postal, em objeto de serviço, ao presidente e diretores de Divisão do D. A. S. P., ao chefe dos Serviços Auxiliares e aos presidentes das Comissões de Eficiência.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 22. As atribuições cometidas ao Conselho Federal do Serviço Público Civil, pela lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, e legislação em vigor, passam a ser exercidas pelo D. A. S. P.

Art. 23. Ficam extintos o Conselho Federal do Serviço Público Civil e as Comissões de Eficiência criados pela lei n. 284, de 28 de outubro de 1936; o Conselho Superior Administrativo do Ministério da Fazenda, criado pelo decreto n. 24.036, de 26 de março de 1934; e a Comissão Permanente de Padronização, instituída pelo decreto n. 562, de 31 de dezembro de 1935.

Art. 24. Ficam extintos cinco cargos de conselheiro, padrão R, e um cargo de diretor de secretaria, padrão N, todos em comissão, do Conselho Federal do Serviço Público Civil, constantes das tabelas anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936.

Art. 25. O pagamento das gratificações de função atribuídas aos membros das Comissões de Eficiência correrá por conta das dotações para esse fim consignadas no orçamento em vigor.

Art. 26. Os saldos das dotações atribuídas, no orçamento em vigor, ao Conselho Federal do Serviço Público Civil, atenderão, obedecida a classificação atual, às despesas a serem efetuadas com o D.A.S.P.

Art. 27. Para atender, no corrente exercício, ao aumento de despesa consequente do que dispõe o presente decreto-lei, fica aberto o crédito especial de 161:200\$, dos quais 31:200\$ serão destinados ao pagamento das gratificações de função; 30:000\$ ao do pessoal permanente e 100:000\$ para custear as despesas de instalação do D.A.S.P., inclusive as obras que se fizerem necessárias.

Art. 28. Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 29. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

João Carlos Vital.

QUADRO PERMANENTE DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO DO SERVIÇO PÚBLICO

(Decreto-lei n. 579, de 30 de julho de 1938)

1 Presidente do Departamento Administrativo do Serviço Público..	Padrão R — Em comissão
5 Diretores de Divisão (Departamento Administrativo do Serviço Público).....	Padrão R — Idem
1 Chefe dos Serviços Auxiliares.....	Padrão N — Idem

Gratificações de função

1 Secretário do Conselho Deliberativo do D.A.S.P.....	4:800\$
1 Secretário do Presidente do D.A.S.P.....	6:000\$
1 Auxiliar do Presidente do D.A.S.P.....	3:600\$
5 Secretários dos Diretores de Divisão.....	4:800\$
5 Chefes de Serviço.....	4:800\$

DECRETO-LEI N. 580 — DE 30 DE JULHO DE 1938

Dispõe sobre a organização do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Instituto Nacional de Pedagogia, criado pela lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, passa a denominar-se Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, e funcionará como o centro de estudos de todas as questões educacionais relacionadas com os trabalhos do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 2.º Compete ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos:

- a) organizar documentação relativa à história e ao estudo atual das doutrinas e das técnicas pedagógicas, bem como das diferentes espécies de instituições educativas,
- b) manter intercâmbio, em matéria de pedagogia, com as instituições educacionais do país e do estrangeiro;
- c) promover inquéritos e pesquisas sobre todos os problemas atinentes à organização do ensino, bem como sobre os vários métodos e processos pedagógicos;
- d) promover investigações no terreno da psicologia aplicada à educação, bem como relativamente ao problema da orientação e seleção profissional;
- e) prestar assistência técnica aos serviços estaduais, municipais e particulares de educação, ministrando-lhes, mediante consulta ou independentemente desta, esclarecimentos e soluções sobre os problemas pedagógicos;
- f) divulgar, pelos diferentes processos de difusão, os conhecimentos relativos à teoria e à prática pedagógicas.

Art. 3.º Constituirá ainda função do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos cooperar com o Departamento Administrativo do Serviço Público, por meio de estudos ou quaisquer providências executivas, nos trabalhos atinentes à seleção, aperfeiçoamento, especialização e readaptação do funcionalismo público da União.

Art. 4.º O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, subordinado diretamente ao Ministro da Educação e Saúde, abrangerá, além de um Serviço de Expediente, quatro secções técnicas, um Serviço de Biometria Médica, uma Biblioteca Pedagógica e um Museu Pedagógico.

Parágrafo único. As quatro secções são assim distribuídas:

- a) secção de documentação e intercâmbio;
- b) secção de inquéritos e pesquisas;
- c) secção de psicologia aplicada;
- d) secção de orientação e seleção profissional.

Art. 5.º O Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos será dirigido por um diretor, nomeado em comissão, pelo Presidente da República, dentre pessoas de notória competência em matéria de educação.

Parágrafo único. O cargo de diretor, padrão N (Instituto Nacional de Pedagogia), criado pela lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, fica transformado no de diretor padrão P.

Art. 6.º Os serviços do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos serão executados por pessoal efetivo e por pessoal extranumerário, a ser constituído na forma da legislação vigente.

Parágrafo único. Os funcionários designados para a chefia das secções técnicas e para o Serviço de Biometria Médica perceberão a gratificação de função de quinhentos mil réis mensais e o designado para a chefia do Serviço de Expediente perceberá a gratificação de função de trezentos mil réis mensais.

Art. 7.º As despesas de pessoal bem como de material do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no corrente ano, correrão por conta das dotações consignadas, no vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde, para as mesmas despesas do Instituto Nacional de Pedagogia.

Parágrafo único. A diferença de vencimentos, a ser paga ao diretor do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, no corrente ano, em consequência da transformação de que trata o parágrafo único do art. 5º desta lei, bem como as despesas decorrentes do pagamento das gratificações de função, no corrente exercício, correrão por conta da dotação constante da verba 1ª, sub-consignação n. 21, do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 8.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de julho de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Cupanema

DECRETO-LEI N. 581 — DE 1 DE AGOSTO DE 1938

Dispõe sobre registro, fiscalização e assistência de sociedades cooperativas; revoga os decretos ns. 23.611, de 20 de dezembro de 1933, e 24.647, de 10 de julho de 1934; e revigora o decreto n. 22.239, de 19 de dezembro de 1932

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

• Art. 1.º Os serviços públicos de registro, fiscalização e assistência de sociedades cooperativas serão exercidos de acordo com o presente decreto-lei.

Art. 2.º Fica criado um registro administrativo obrigatório, na Diretoria de Organização e Defesa da Produção do Ministério da Agricultura, para efeito de assistência técnica e fiscalização às cooperativas, bem como estatística e informações.

Art. 3.º A Diretoria de Organização e Defesa da Produção exercerá, especialmente, as seguintes funções:

I — manter um registro de todas as cooperativas existentes e das que se constituírem;

II — exercer o controle público na organização e funcionamento das sociedades cooperativas, velando pela observância da lei e das disposições regulamentares, nos atos constitutivos e nos estatutos;

III — coletar, através de balanços e balancetes, dados e informações para fins estatísticos e de divulgação;

IV. — organizar um serviço de informações sobre o movimento cooperativista:

- a) para o público, em geral, por meio de publicações;
- b) para o Bureau Internacional do Trabalho.

Art. 4.º As cooperativas existentes ainda não registadas e as que se venham a constituir deverão requerer o registo em petição devidamente selada, assinada pelo respectivo presidente, ou procurador bastante, com firma reconhecida por tabelião, endereço e com a declaração da veracidade e autenticidade dos documentos que a acompanham.

§ 1.º São indispensáveis para o registo e devem instruir o requerimento:

I — cópia fiel do ato de constituição da cooperativa;

II — exemplar dos estatutos, se não se acharem inclusos no texto do ato constitutivo;

III — lista dos associados fundadores, contendo a nacionalidade, a idade, a profissão, o estado civil e a residência e, quando a sociedade tiver capital, a menção das respectivas quotas-partes;

IV — prova da publicação no órgão oficial ou, na falta deste, na folha de maior circulação local, do certificado de arquivamento dos documentos.

§ 2.º Quando a cooperativa requerente já tenha feito reforma dos estatutos deverá, além dos documentos exigidos nos números I e II do parágrafo anterior:

a) juntar cópia fiel da ata da assembléia geral que tiver aprovado as modificações havidas nos estatutos e um exemplar destes, já reformados;

b) remeter, em substituição à lista nominativa dos associados fundadores, a dos associados ao tempo da reforma dos estatutos.

§ 3.º Todos os documentos que acompanharem o pedido de registo serão enviados em duplicata, rubricados em suas folhas e autenticados pelo requerente.

§ 4.º As cooperativas deverão pedir o registo na Diretoria de Organização e Defesa da Produção, dentro do prazo de cento e vinte dias, a contar da data de sua constituição.

§ 5.º As cooperativas terão, após o registo, um prazo de cento e vinte dias, para entrar em funcionamento.

Art. 5.º As cooperativas escolares instituirão o pedido de registo com uma cópia do ato constitutivo, um exemplar dos estatutos e uma relação dos associados, documentos estes com assinatura de sete ou mais fundadores e autenticados pelo diretor do instituto de ensino.

Parágrafo único. Ficam as cooperativas escolares isentas do pagamento de impostos e de selos.

Art. 6.º Concedido o registo por despacho do diretor da Diretoria de Organização e Defesa da Produção, será efetuado na secção competente e, satisfeitas as exigências estabelecidas neste decreto-lei, expedido o certificado.

Art. 7.º As cooperativas constituídas de acôrdo com a legislação anterior terão o prazo de cento e oitenta dias, a contar da publicação do presente decreto-lei, para solicitar o registo.

§ 1.º O registo não poderá ser negado desde que os documentos estejam conformes com a lei sob cujo regime se hajam constituído.

§ 2.º As cooperativas a que se refere este artigo não poderão modificar os estatutos sem observar as disposições do presente decreto-lei.

§ 3.º Será enviada à Diretoria de Organização e Defesa da Produção, em duplicata, cópia fiel da ata de assembléia geral que haja aprovado alterações nos estatutos, feita a prova da publicação a que se refere o n.º IV, § 1.º, do art. 4.º. Será remetido, também, um exemplar dos estatutos modificados.

Art. 8.º Todas as cooperativas registradas, para efeito de estatística e publicidade, deverão enviar à Diretoria de Organização e Defesa da Produção e à repartição fiscalizadora a que estiverem sujeitas:

- a) mensalmente, cópia do balancete do mês anterior;
- b) semestralmente, lista nominativa dos associados, observado o disposto no número III, § 1.º, do art. 4.º;
- c) anualmente, e até quinze dias depois da data marcada para a assembléia geral da prestação de contas, cópia do balanço geral acompanhado da demonstração da conta de lucros e perdas, do parecer do Conselho Fiscal e de um exemplar do relatório.

Art. 9.º Os certificados de registo na Diretoria de Organização e Defesa da Produção do Ministério da Agricultura ficarão sujeitos ao selo de 10\$, para a primeira via, e 5\$, para cada uma das demais que forem requeridas.

Art. 10. As certidões pagarão de rasa, em selo:

- a) por linha manuscrita, \$100;
- b) por linha dactilografada, \$200.

Art. 11. As cooperativas deverão determinar, nos estatutos, a área de ação circunscrita às possibilidades de reunião, controle e operações.

§ 1.º As caixas rurais, tipo Raiffeisen, constituídas após a vigência do presente decreto-lei, deverão ter como uma de suas características, área de operações limitada e restrita, tanto quanto possível, a uma pequena circunscrição rural, que poderá abranger zonas municipais limítrofes.

§ 2.º Nas cooperativas, cuja área de ação, por suas condições peculiares, se estenda até onde os associados possam ter domicílio profissional ou residência, é permitida a representação por procuração nas assembléias gerais, não podendo, porém, cada associado representar mais de trinta.

§ 3.º Quando o número de associados de uma cooperativa exceder de 1.500, será permitida a eleição de delegados para as assembléias gerais, observado o limite de representação fixado no parágrafo anterior.

Art. 12. Nas cooperativas em que o capital não seja proporcional à produção, nenhum associado poderá subscrever mais de um terço do capital.

Parágrafo único. Para as deliberações, cada associado tem direito a um voto, qualquer que seja a sua participação no capital.

Art. 13. Ao associado de uma cooperativa, que se atrazar no pagamento das prestações das quotas-partes do capital a que se obrigou, será cobrado o juro de 6 % pela mora e retido o retorno das sobras líquidas ou os juros computados, que lhe serão creditados por conta das prestações atrazadas.

Art. 14. As cooperativas serão administradas por três ou mais mandatários, associados, eleitos em assembléia geral, para um mandato não excedente de tres anos, sendo permissivel a reeleição e a destituição dos administradores.

Parágrafo único. Os gerentes técnicos ou comerciais, poderão ser associados ou não e perceber, além da remuneração contratual, uma percentagem *pro-labore*, não excedente de 5 % dos lucros líquidos e equivalente, no máximo, ao ordenado anual.

Art. 15. Ficam sujeitas à fiscalização do Ministério da Agricultura, por intermédio da Diretoria de Organização e Defesa da Produção:

- a) as cooperativas agrícolas de qualquer espécie, inclusive as de indústrias rurais, de crédito e de seguro;
- b) as federações dessas cooperativas.

Art. 16. Ficam sujeitas à fiscalização do Ministério da Fazenda, pelos órgãos especializados:

- a) as cooperativas de crédito urbano,
- b) as federações dessas cooperativas.

Art. 17. Serão fiscalizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio:

- a) as cooperativas de seguro;
- b) as cooperativas de trabalho, ou produção industrial;
- c) as cooperativas de construção de casas;
- d) as cooperativas de consumo;
- e) as federações dessas cooperativas.

Art. 18. As cooperativas não enumeradas nos artigos anteriores, ficam sujeitas à fiscalização dos Ministérios da Agricultura, da Fazenda e do Trabalho, Indústria e Comércio, respectivamente, de conformidade com a sua natureza.

Art. 19. O Ministério da Agricultura, depois de registada a cooperativa, enviará uma via dos documentos ao Ministério que deva exercer a ação fiscalizadora.

Art. 20. As sociedades cooperativas são obrigadas a facilitar aos funcionários da fiscalização o exercício amplo de sua função, facultando-lhes o exame de livros, documentos e arquivos.

Art. 21. A Diretoria de Organização e Defesa da Produção, bem como os demais órgãos fiscalizadores, poderão determinar ou fazer a convocação das assembléias gerais e presidí-las nos casos comprovados de violação de lei e de disposições regulamentares.

Art. 22. A fiscalização dos tres Ministérios será exercida gratuitamente, sem ônus de quotas de fiscalização e honorários de fiscais, excetuando-se, porém, dessa gratuidade, as cooperativas de crédito urbano, de construção e seguro e suas respectivas federações, que pagarão uma taxa até 300\$ mensais, de conformidade com os regulamentos a serem baixados pelos órgãos fiscalizadores.

Art. 23. Ica o Governo autorizado a estabelecer acordo ou a delegar poderes aos Estados para os serviços de fiscalização de que trata o presente decreto-lei.

Art. 24. As cooperativas que não observarem as prescrições do presente decreto-lei serão aplicadas multas de 100\$ até 5:000\$000.

§ 1.º A Diretoria de Organização e Defesa da Produção, nos casos de infrações reiteradas de lei e de disposições regulamentares, cassará o registo das cooperativas, por iniciativa própria, se se tratar de cooperativas sob a fiscalização do Ministério da Agricultura, ou por solicitação dos demais órgãos fiscalizadores, se se tratar

de cooperativas fiscalizadas pelo Ministério da Fazenda e pelo do Trabalho, Indústria e Comércio, ficando impedidas as mesmas de funcionar até que seja substituída a sua administração.

§ 2.º As multas que não forem pagas administrativamente serão cobradas por executivo fiscal.

Art. 25. Para atender às despesas de propaganda, assistência e fiscalização das cooperativas, serão consignados, anualmente, no orçamento das repartições fiscalizadoras, os créditos necessários.

Parágrafo único. A renda proveniente das taxas previstas no artigo 22 será aplicada no custeio da fiscalização das cooperativas de crédito urbano, construção, seguro e respectivas federações.

Art. 26. Ficam revogados os decretos ns. 23.611, de 20 de dezembro de 1933, e 24.647, de 10 de julho de 1934, e revigorado o decreto n. 22.239, de 19 de dezembro de 1932, com alterações no art. 2º, letras *h* e *i*; no art. 4º, n. 4; no art. 6º, § 5º; no art. 7º, letra *h* e § 2º; no art. 13; no art. 14; no art. 30, § 3º, letra *d*; e no art. 34; todas decorrentes deste decreto-lei, e mais as seguintes:

1ª — A letra *f* do art. 2º é assim redigida: “distribuição de lucros ou sobras proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo associado com a sociedade, podendo ser atribuído ao capital social realizado um uro fixo, não maior de 12 % ao ano, previamente estabelecido nos estatutos, ou ausência completa de distribuição de lucros”;

2ª — O § 1º do art. 6º passa a ter a seguinte redação: “as sociedades cooperativas devem unir à sua denominação particular a palavra “cooperativa”, em todos os seus atos, documentos, fórmulas e prospectos”;

3ª — Será permitida às cooperativas agrícolas, com exceção das de crédito, a criação de agências, fora da área de ação, para os seus serviços (Art. 7º, letra *b*);

4ª — Poderão as cooperativas de seguro admitir, como associados, pessoas jurídicas (Art. 7º, § 2º);

5ª — Os §§ 3º e 4º do art. 13 ficam redigidos assim:

“§ 3.º Nos Estados em cuja capital não houver Junta Comercial, o oficial de registro fará a remessa das duplicatas dos documentos ao Departamento Nacional de Indústria e Comércio.

“§ 4.º Nas capitais dos Estados onde houver Junta Comercial, nestas se fará o arquivamento e, no Distrito Federal, no Departamento Nacional de Indústria e Comércio.”

Art. 27. Nenhuma cooperativa poderá ficar sob o controle ou dependência de qualquer entidade ou associação.

Art. 28. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 29. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

João Carlos Vital.

DECRETO-LEI N. 582 — DE 1º DE AGOSTO DE 1938

Estabelece as bases para exploração industrial e comercial do Porto do Rio de Janeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e atendendo às sugestões apresentadas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas e pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil, decreta:

Art. 1.º A exploração industrial e comercial e os melhoramentos do Porto do Rio de Janeiro ficarão a cargo de uma administração autônoma, denominada Administração do Porto do Rio de Janeiro.

Art. 2.º A Administração do Porto do Rio de Janeiro terá, no âmbito executivo, um Superintendente e um Gerente, e, como órgão deliberativo e controlador, o Conselho de Administração.

§ 1.º O Superintendente e o Gerente serão de livre escolha do Presidente da República, que os designará em comissão.

§ 2.º O Conselho de Administração terá, além do Superintendente que o integra e preside, a seguinte constituição:

a) tres membros propostos pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, sendo um especialista em administração e controle, um em assuntos portuários e um em transportes;

b) quatro membros representantes de classes, sendo um dos armadores, um da navegação transatlântica, um do comércio e um da indústria da cidade do Rio de Janeiro.

§ 3.º Os membros do Conselho de Administração serão designados pelo Presidente da República.

Art. 3.º Compete à Administração do Porto do Rio de Janeiro:

a) elaboração detalhada da proposta do orçamento industrial da receita e despesa a ser remetido nas épocas próprias ao Governo;

b) estudo e proposta para fixação e alteração das tarifas a serem submetidas à aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas;

c) arrecadação da receita, depositando-a, diariamente, no Banco do Brasil, com exclusão da taxa de 10 % sobre os direitos aduaneiros (decreto n. 24.577 de 4 de junho de 1934), que serão recolhidos ao Tesouro Nacional;

d) pagamento das despesas de exploração, conservação e melhoramento na forma orçada, aplicando para esse fim parte da receita arrecadada;

e) aquisição, mediante concorrência, dos materiais necessários à execução do programa aprovado;

f) submeter à aprovação do Departamento Nacional de Portos e Navegação os projetos de melhoramentos e obras novas;

g) encaminhar, para serem submetidos à aprovação do Ministro da Viação e Obras Públicas, todos os projetos de melhoramentos e obras novas que, no todo ou na parte a ser executada, excedam de cinquenta contos de réis (50:000\$000);

h) realizar concorrência, após publicação no *Diário Oficial*, para as obras e melhoramentos, depois de autorizados, desde que a despesa seja superior a cem contos de réis (100:000\$000);

i) propor ao Governo a fixação e alteração das tabelas numéricas do pessoal, com indicação dos salários respectivos;

j) admitir e dispensar o pessoal correspondente às tabelas numéricas aprovadas.

Art. 4.º O Conselho de Administração é solidariamente responsável com o Superintendente e o Gerente por todos os atos administrativos.

Parágrafo único. As ordens de pagamento serão firmadas solidariamente pelo Superintendente e pelo Governo.

Art. 5.º As leis portuárias e aduaneiras se estenderão à Administração do Porto do Rio de Janeiro em tudo que lhes for aplicável.

Art. 6.º A União entregará à Administração do Porto do Rio de Janeiro, independentemente de qualquer onus, os terrenos de marinha ou acrescidos de marinha e os terrenos baldios do Patrimônio Nacional que forem necessários à execução de obras e instalação do Porto, aprovadas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 7.º A Administração do Porto do Rio de Janeiro gozará das seguintes prerrogativas, além das constantes da legislação portuária em vigor;

a) servidão das vias públicas na zona do porto, para, sem prejuízo do tráfego das mesmas, construir instalações complementares das portuárias e linhas de transmissão, comunicações e adução, desde que necessárias aos seus serviços;

b) isenção de direitos aduaneiros, na forma da legislação vigente, para os materiais que importar, desde que não haja similar nacional, e que se destinem à realização de obras e provimento de aparelhamento do porto, conservação e renovação das instalações portuárias e para o serviço de tráfego nas quantidades e espécie constantes das especificações dos projetos aprovados;

c) isenção de impostos federais e municipais como mandatária do Governo da União.

Art. 8.º Enquanto não houver legislação própria para o pessoal dos serviços para-estatais a Administração do Porto do Rio de Janeiro, no tratamento do seu pessoal, terá em vista as normas do decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938.

Art. 9.º O Superintendente perceberá o salário mensal de cinco contos de réis (5:000\$000) e o Gerente o de quatro contos de réis (4:000\$000).

§ 1.º Os membros do Conselho de Administração perceberão, por sessão a que comparecerem, duzentos mil réis (200\$000), não podendo essa remuneração exceder de um conto de réis (1:000\$000), mensais.

§ 2.º O Superintendente e o Gerente não terão direito ao pagamento de que trata o parágrafo anterior.

Art. 10. A Administração do Porto do Rio de Janeiro, além do Relatório anual pormenorizado, apresentará ao Departamento Nacional de Portos e Navegação, até o dia dez de cada mês, o balanço relativo ao mês anterior.

Art. 11. Na primeira quinzena de janeiro, o Governo designará uma comissão de tomada de contas, constituída de um representante do Tribunal de Contas, um representante da Contadoria Central da República e um engenheiro do Departamento Nacional de Portos e Navegação.

§ 1.º A tomada de contas abrangerá a verificação da receita arrecadada e a aplicação da despesa, devendo ser constatada nos comprovantes a fiel observância dos dispositivos legais pertinentes à matéria.

§ 2.º A Comissão de tomada de contas apresentará relatório minucioso para julgamento do Tribunal de Contas.

Art. 12. Desde que as rendas do Cais do Porto, sob o regime de autonomia, não observem a lei de crescimento obtida pelas rendas

anteriores, apresentando saldo compensador, fica o Governo autorizado a prover imediatamente o arrendamento dos serviços mediante concorrência pública.

Art. 13. O Governo baixará o Regulamento para execução deste Decreto-Lei e o Regimento dos serviços.

Art. 14. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 583 — DE 1 DE AGOSTO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito suplementar de réis 300:000\$000, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de trezentos contos de réis (300:000\$000), à verba 3 — Serviços e Encargos — I — Diversos — Sub-consignação n. 24, do vigente orçamento daquele Ministério, destinado à execução do plano de pesquisas a ser realizado pela Secção de Patologia Regional do Instituto Osvaldo Cruz.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 584 — DE 1 DE AGOSTO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 2.000:000\$000 destinado à estrada de Passo do Socorro a Porto Alegre

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de dois mil contos de réis (2.000:000\$000), para ocorrer às despesas (Obras, Melhoramentos, Aparelhamentos e Equipamentos) com a construção da estrada de rodagem de Passo do Socorro a Porto Alegre.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 585 — DE 1 DE AGOSTO DE 1938

Concede autorização à Compagnie des Cables Sud-Américains, para explorar os cabos telegráficos submarinos de sua propriedade e já existentes entre a Costa Ocidental da África, a Ilha de Fernando de Noronha e a cidade de Recife

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal; e

Tendo em vista o que lhe foi exposto pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, relativamente à situação em que se encontra a Compagnie des Cables Sud-Américains, possuidora de um cabo telegráfico submarino existente entre a Costa Ocidental da África, a Ilha de Fernando de Noronha e a cidade de Recife, cabo esse cuja exploração vem sendo feita pela referida companhia, como sucessora da South American Cable Company, Limited, em virtude do decreto n. 10.819, de 18 de março de 1914:

Considerando que o fato de não haver sido registrado pelo Tribunal de Contas o contrato assinado em consequência do citado decreto n. 10.819, não impediu que o Governo de então, bem como os que o sucederam, reconhecesse a validade da concessão de que era titular a Compagnie des Cables Sud-Américains, a qual assim até hoje, vem mantendo a exploração que já era feita pela sua antecessora;

Considerando, porém, que essa situação irregular não deve ser mantida indefinidamente, cumprindo ao Governo normalizá-la pelos meios ao seu alcance;

Considerando, ainda, que as concessões dadas pelo Estado devem ter prazo determinado, convindo também seja esse prazo uniformizado:

Decreta:

Artigo único. Para execução do serviço telegráfico internacional, fica a Compagnie des Cables Sud-Américains autorizada, sob o regime da livre concorrência, a explorar o cabo telegráfico submarino de sua propriedade e já existente entre a Costa Ocidental da África, a Ilha de Fernando de Noronha e a cidade de Recife, de acordo com as cláusulas que com este baixam, assinadas pelo ministro de Estado da Viação e Obras Públicas.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Cláusulas a que se refere o Decreto-Lei n. 585 desta data

I

A Compagnie des Cables Sud-Américains poderá explorar o cabo telegráfico submarino, que possui entre a Costa Ocidental da África e a cidade de Recife, tocando na Ilha de Fernando de Noronha, com estação que não será aberta ao público, em serviço internacional, de conformidade com a legislação em vigor.

II

A concessionária poderá ligar os seus cabos, fora do Brasil, a outras rédes, mediante prévia comunicação ao Governo brasileiro.

III

O tráfego telegráfico deverá obedecer às disposições seguintes:

a) a concessionária poderá manter estação própria, aberta ao público na cidade de Recife, para receber, taxar e transmitir os telegramas internacionais que lhe forem apresentados e, bem assim, entregar a domicílio os recebidos;

b) serão permutados por intermédio das estações do Departamento dos Correios e Telégrafos, todos os telegramas dirigidos a outras estações da rede telegráfica da União, bem como os destinados às estações de outras companhias ou empresas telegráficas;

c) a concessionária é obrigada a estabelecer tráfego mútuo com as linhas nacionais para o serviço telegráfico das estações da União, respeitada sempre a indicação de via feita pelo expedidor;

d) as taxas a serem estabelecidas no convênio de tráfego mútuo entre o Departamento dos Correios e Telégrafos e a concessionária, não poderão ser superiores às existentes nos convênios em vigor com as empresas congêneres;

e) os telegramas que, em virtude de indicação de via, tiverem de ser permutados com outras empresas, serão baldeados pelas estações nacionais, por intermédio das quais será feito o respectivo ajuste de contas.

IV

As taxas a serem cobradas do público pela concessionária e as aplicáveis ao serviço em tráfego mútuo, deverão ser submetidas previamente à aprovação do Governo, não podendo ser alteradas sem o seu prévio consentimento, salvo as modificações decorrentes de notificação da Secretaria Internacional da União Telegráfica, em relação às taxas de outras administrações.

§ 1º — Essas taxas não poderão ser superiores às existentes no serviço das empresas congêneres, e na forma do art. 32, da Convenção Internacional de Telecomunicações, aprovada pelo decreto legislativo n. 108, de 17 de setembro de 1937, deverão ser notificadas em francos ouro.

§ 2º — A concessionária ficará obrigada a se submeter ao novo regime de contribuição ou tributos que vier a ser estabelecido para exploração do serviço telegráfico internacional no Brasil.

§ 3º — Enquanto esse novo regime não for aplicável às empresas congêneres, a concessionária continuará a pagar ao Governo as taxas e contribuições em vigor.

§ 4º — A concessionária obriga-se a fazer a revisão de taxas, no sentido de beneficiar o público, pelo menos de dez em dez anos.

V

As taxas terminais e de trânsito que a concessionária terá de pagar pelo serviço internacional em tráfego mútuo, não poderão ser superiores às que estiverem em vigor para as outras empresas congêneres.

VI

Serão transmitidos gratuitamente:

a) os telegramas do Governo Federal ou de seus agentes no exterior que comuniquem qualquer calamidade pública, perturbação de ordem ou risco de vida e de propriedade;

b) até o total de 20 telegramas internacionais, por dia de informações meteorológicas entre a Diretoria de Meteorologia do Brasil e outras repartições congêneres estrangeiras, pagando o Governo pela taxa de telegramas oficiais as palavras que excederem de 20 em cada telegrama;

c) os telegramas e avisos de serviço relativos ao tráfego telegráfico.

VII

Os telegramas internacionais do Governo Federal e de seus agentes no exterior gozarão do abatimento mínimo de 50 % nas taxas ordinárias cobradas do público.

VIII

A concessionária não poderá fazer fusão, ajuste ou convênio com qualquer empresa que funcione no Brasil, sem prévia autorização do Governo.

IX

Obriga-se a concessionária a conservar os seus cabos em perfeito estado de funcionamento, devendo comunicar ao Governo qualquer ocorrências que cause ou possa causar interrupção do serviço.

X

A concessionária obriga-se a cumprir as disposições contidas na Convenção Internacional de Telecomunicações, de acordo com o respectivo regulamento telegráfico, sendo-lhe assegurados os seus benefícios.

XI

O ajuste de contas entre a concessionária e o Departamento dos Correios e Telégrafos será feito trimestralmente, sendo o saldo resultante liquidado no trimestre seguinte ao da apresentação da respectiva conta.

XII

Pela suspensão do serviço nos casos previstos no artigo n. 27 da Convenção Internacional de Telecomunicações, nenhuma indenização será paga à concessionária, seja qual for a sua duração.

XIII

As leis do Brasil serão as únicas aplicáveis para a solução de qualquer questão relativa ao presente contrato e que não for resolvida por arbitramento, sendo competente o fôro da Capital Federal.

§ 1º. Para o arbitramento nomeará cada uma das partes um árbitro e, não chegando estes a acordo, designará à sorte o desempatador dentre dois nomes indicados, cada um, por uma das partes.

§ 2º. O recurso ao Poder Judiciário no tocante às questões relativas ao pagamento de multas, taxas ou impostos, não suspende a sanção de que trata a cláusula XVIII.

XIV

O Governo fiscalizará como julgar conveniente todo o serviço da concessionária no Brasil, podendo examinar livros e toda a escrituração. Para as despesas de fiscalização contribuirá a concessionária com a quota fixa anual de 24:000\$000, acrescida da quota anual de 6:000\$000 por estação aberta ao serviço do público e prevista na concessão. Essas importâncias deverão ser recolhidas, por semestres adiantados, à Tesouraria do Departamento dos Correios e Telégrafos.

XV

O prazo para a execução do presente contrato expirará em 27 de abril de 1973.

XVI

Para garantia da execução do contrato a concessionária depositará a caução de 200:000\$000, sem direito a juros, ou em títulos da Dívida Pública Federal.

Se for em dinheiro, este será depositado na Caixa Econômica e não vencerá juros, como determinam os decretos ns. 19.870 e 19.897, de 15 de abril e 13 de maio de 1931, respectivamente.

Parágrafo único — Essa caução responderá, também, pelo pagamento das multas e das taxas e impostos que forem arrecadados pela concessionária ou que esta estiver obrigada a pagar ao Governo.

XVII

A concessão incorrerá em caducidade “pleno jure” declarada por decreto do Governo independente de interpeção ou ação judicial, sem que a concessionária tenha direito a indenização alguma:

1º, se as comunicações ficarem interrompidas por mais de seis meses consecutivos, salvo motivo de força maior, a juízo do Governo;

2º, se a concessionária utilizar os seus condutores para fins diversos dos estipulados no contrato;

3º, se, sem prévia autorização do Governo, transferir a concessão, celebrar qualquer acordo ou ajuste com empresa ou companhia congênera que funcione ou venha a funcionar no país;

4º, se deixar de recolher aos cofres públicos, dentro dos prazos fixados, as quotas de fiscalização e as multas, bem como as taxas e impostos devidos, de acordo com os balancetes levantados pelo Departamento dos Correios e Telégrafos.

XVIII

A concessionária fica obrigada ao pagamento de todos os impostos federais que incidirem sobre seus serviços e dos direitos aduaneiros sobre todo o material que importar para a instalação, conservação e execução dos mesmos, com as reduções a que porventura tiver direito em virtude de lei.

XIX

A concessionária obriga-se a manter empregados brasileiros na proporção fixada na legislação em vigor, dispensando-lhes o mesmo tratamento que aos estrangeiros e pagando-lhes os vencimentos em igual moeda.

XX

Pela inobservância de qualquer das presentes cláusulas o Governo poderá impor multas na importância de um conto de réis a dez contos de réis (1:000\$000 a 10:000\$000), papel moeda, sem prejuízo das penalidades previstas na cláusula XVIII do presente contrato.

A importância de qualquer multa será recolhida ao Tesouro Nacional dentro de trinta (30) dias da data da notificação, publicada no "Diário Oficial".

XXI

A concessionária obriga-se a dar plenos poderes de representação a brasileiros em maioria, dos quais pelo menos um residirá no Rio de Janeiro, para tratarem e resolverem definitivamente todas as questões que se suscitarem em torno deste contrato ou dele decorrentes, podendo esses representantes receber citação inicial e praticar todos os atos para os quais se exigem poderes especiais.

XXII

O contrato celebrado de conformidade com as presentes cláusulas só entrará em vigor a partir da data do respectivo registro pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo por indenização alguma, se aquele Instituto denegar o registro.

Rio de Janeiro, 1 de agosto de 1938. — *João de Mendonça Lima.*

DECRETO-LEI N. 586 — DE 1 DE AGOSTO DE 1938

Autoriza o Ministério da Guerra a permutar, com o Estado de São Paulo, a Fazenda de Itapura.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica o Ministério da Guerra autorizado a permutar com o Estado de S. Paulo a Fazenda de Itapura, antiga Colônia Militar de Itapura, de propriedade da União Federal, sob a jurisdição do referido Ministério, tendo cinco leguas quadradas de superfície, situada no município e comarca de Rio Preto, pela área de 231.645 m.2 de terrenos do aeroporto São Paulo, situada no Distrito de Santo Amaro, município e comarca da Capital, de propriedade do referido Estado.

Art. 2º. A área a ser entregue pelo Estado de S. Paulo se destina à instalação do 2º Regimento de Aviação e à utilização em serviços da aeronáutica militar.

Art. 3.º Na escritura de permuta, serão consignadas, entre outras condições que forem combinadas pelas partes interessadas, as que foram estabelecidas no Decreto-Lei da Interventoria do Estado, n. 9.326, de 14 do mês de julho do corrente ano.

Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 587 — DE 1º DE AGOSTO DE 1938

Autoriza a exclusão, do inventário das obras da Barra do Rio Grande, das pedreiras do Capão do Leão e Monte Bonito, das ferrovias e material rodante a serviço destas, e determina a respectiva incorporação à Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul

O Presidente da República, atendendo ao que solicitou o governo do Estado do Rio Grande do Sul e tendo em vista as informações do Departamento Nacional de Portos e Navegação, em officio n. 2.228, de 28 de junho do corrente ano; atendendo ao disposto na cláusula VI do contrato de transferência autorizado pelo decreto n. 13.691, de 9 de julho de 1919, e na cláusula I do contrato de arrendamento da Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, celebrado em virtude do decreto n. 15.438, de 10 de abril de 1922; usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica autorizada a exclusão do inventário das obras da Barra do Rio Grande, das pedreiras do Capão do Leão e Monte Bonito, respectivas ferrovias e material rodante, o que tudo reverte, desde já, ao domínio da União, mantidas as demais obrigações que o Estado do Rio Grande do Sul assumiu no contrato de transferência a que se refere o decreto n. 13.691, de 9 de julho de 1919.

Art. 2º. As pedreiras, respectivas ferrovias e material rodante, mencionados no art. 1º, são incorporados à Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul, sob o regime estabelecido no contrato de arrendamento, celebrado na forma do decreto número 15.438, de 10 de abril de 1922.

Art. 3º. No inventário da aparelhagem da Barra, dra-se-á baixa nessas instalações, ao mesmo tempo que se procederá à respectiva incorporação ao acervo federal da Viação Férrea, mediante termo discriminativo, em que sejam declarados os bens transferidos, tais como: pedreiras, terrenos, aparelhamentos, linha férrea e material rodante, excetuado o trecho da linha que interessa ao porto e se desenvolve entre o Cemitério e a Estação de Saco da Mangueira.

Art. 4º. A Rede de Viação Férrea Federal do Rio Grande do Sul obrigar-se-á a fornecer e transportar, pelo custo comprovado, toda a pedra de que os serviços da Barra venham a precisar.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1º de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 588 — DE 2 DE AGOSTO DE 1938

Autoriza o Ministério da Guerra a adquirir uma pedreira, em Resende, Estado do Rio de Janeiro

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica o Ministério da Guerra autorizado a adquirir para a União, destinada às novas obras da Escola Militar, a pedreira com 48.400 m.² de terreno, em Resende, de propriedade do Sr. Francisco de Assis Fortes, pela quantia de 20:000\$ (vinte contos de réis).

Art. 2º. A despesa com a aquisição correrá por conta dos recursos destinados às obras da nova Escola Militar.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 588 — DE 2 DE AGOSTO DE 1938

Modifica o padrão de vencimentos do cargo de diretor do Serviço Nacional de Teatro

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. O cargo de diretor, padrão M (Serviço Nacional de Teatro), criado pelo decreto-lei n. 92, de 21 de dezembro de 1937, art. 4º, fica transformado no de diretor, padrão N.

Art. 2º. A diferença de vencimentos, a ser paga ao diretor do Serviço Nacional de Teatro, no corrente ano, em consequência da transformação de que trata o art. 1º desta lei, correrá por conta da dotação constante da verba 1ª, sub-consignação n. 21, do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 590 — DE 3 DE AGOSTO DE 1938

Altera a estrutura da carreira de Enfermeiro, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição da República e tendo em vista a proposta do Conselho Federal do Serviço Público Civil, feita com fundamento na alínea a do art. 10 da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, decreta:

Art. 1.º A carreira de Enfermeiro, do Quadro I, do Ministério da Educação e Saúde, passa a atender aos serviços executados nas diversas regiões a que se refere o art. 4.º da lei n. 378, de 13 de janeiro de 1937, ficando, para esse fim, alterada a sua estrutura, do seguinte modo:

SITUAÇÃO ANTIGA

2 classe J
12 classe I
24 classe H
52 classe G
87 classe F

SITUAÇÃO NOVA

2 classe J
12 classe I
26 classe H — 2 vagos
50 classe G — 2 excedentes
70 classe F — 17 excedentes
90 classe E — 90 vagos

§ 1.º Os cargos vagos da classe H e 30 da classe E poderão ser preenchidos independentemente da extinção de excedentes, correndo essa despesa, neste exercício, por conta do crédito concedido pelo presente decreto-lei.

§ 2.º Os demais cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.

Art. 2.º Para atender ao aumento de despesa consequente do disposto no § 1.º do artigo anterior, fica aberto o crédito suplementar de 141:400\$ à sub-consignação I, consignação I — Pessoal permanente — da verba 1 do orçamento em vigor para o Ministério da Educação e Saúde.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 591 — DE 3 DE AGOSTO DE 1938

Transfere para a Universidade do Brasil o Instituto de Psicopatologia do Serviço de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferido para a Universidade do Brasil, e passará a constituir o seu Instituto de Psiquiatria, o Instituto de Psicopatologia pertencente ao Serviço de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal.

Art. 2.º O Instituto de Psiquiatria se destinará ao ensino, e a direção dele ficará inerente à função do professor catedrático de clínica psiquiátrica.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 592 — DE 4 DE AGOSTO DE 1938

Dispõe sobre o sistema legal de unidades de medida e sobre o uso de medidas e instrumentos de medir, cria a Comissão de Metrologia e dá outras providências

O Presidente da República:

Considerando a importância e a necessidade urgente da fixação das unidades de medidas e respectivos padrões que as indústrias, em sua incessante evolução, têm sido levadas a criar e cujo interesse só é comparável ao da fixação da moeda nacional;

Considerando que a legislação vigente sobre pesos e medidas já se tornou, além de antiquada, técnica e juridicamente inaplicável, fato que tolhe, até certo ponto, a ação dos poderes públicos, além de criar sérios embaraços e prejuízos ao comércio, à indústria, à técnica e ao público em geral;

E usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição decreta:

CAPÍTULO I

DO SISTEMA LEGAL DE UNIDADES DE MEDIDAS

Art. 1.º As unidades componentes do sistema de medidas legal no Brasil são as adotadas nas Conferências Gerais de Pesos e Medidas, reunidas por força da Convenção Internacional do Metro (de 20 de maio de 1875). Os nomes, as definições, as representações e os símbolos destas unidades deverão constar do quadro que o Governo organizará e expedirá com o regulamento a ser baixado para execução deste decreto-lei.

§ 1.º O quadro a que este artigo se refere será revisto periodicamente de acordo com o presente decreto-lei.

§ 2.º Nas revisões periódicas do quadro atender-se-á às decisões das Conferências Gerais dos Pesos e Medidas realizadas em obediência à Convenção Internacional do Metro.

Art. 2.º Fica proibido, nas transações, bem como nos documentos de qualquer natureza, o uso ou emprego, ou menção, de unidade diferente das do sistema legal de que trata o artigo anterior.

§ 1.º É tolerado, no entanto, o uso de unidades diferentes das do sistema legal:

a) em todo documento outorgado até à época mencionada no art. 32;

b) em todo documento relativo a cousas ou pessoas que existam ou tenham origem em país onde seja legal ou tolerado legalmente qualquer sistema de unidades diferente do referido no art. 1º.

§ 2º Os documentos nas condições da alínea b do parágrafo anterior devem, porem, conter, no texto ou em anexo, o valor das grandezas neles mencionadas em outras unidades convertido em unidades do sistema legal brasileiro.

CAPÍTULO II

DOS PADRÕES LEGAIS, SUA AFERIÇÃO, LUGAR ONDE SÃO CONSERVADOS

Art. 3º Os padrões legais de medidas pertencerão a tres tipos:

a) padrões primários nacionais, aferidos pelos padrões internacionais na Repartição Internacional dos Pesos e Medidas e conservados no Instituto Nacional de Tecnologia;

b) padrões secundários (nacionais ou estaduais) aferidos pelos padrões primários nacionais, no Instituto Nacional de Tecnologia e conservados no próprio Instituto e nos órgãos metrológicos estaduais que estiverem no exercício das atribuições constantes do art. 17;

c) padrões terciários (nacionais, estaduais, ou municipais) aferidos pelos padrões secundários e conservados no Instituto Nacional de Tecnologia e nos órgãos metrológicos estaduais e municipais que estiverem no exercício das atribuições constantes dos arts. 17 e 18.

§ 1º Os padrões primários obedecerão às prescrições que o Instituto fixar, e os demais preencherão as condições técnicas que o regulamento determinar.

§ 2º Os padrões serão organizados segundo ditarem as necessidades, a critério do Instituto Nacional de Tecnologia.

CAPÍTULO III

DAS MEDIDAS E INSTRUMENTOS DE MEDIR, SEU EXAME INICIAL E AFERIÇÃO PERIÓDICA — DAS PATENTES DE INVENÇÃO E REGISTO DE MARCAS QUE SE LHEZ REFERIREM

Art. 4º Só poderão ser expostos à venda, ou sujeitos a qualquer transação, medidas ou instrumentos de medir aprovados em exame inicial.

§ 1º Em exame inicial só poderão ser aprovados medidas ou instrumentos de medir de tipo aprovado pelo Instituto Nacional de Tecnologia.

§ 2º A aprovação em exame inicial, por determinadas repartições, fábricas ou estabelecimentos científicos ou técnicos estrangeiros, poderá ser considerada válida, para os fins deste artigo, a juízo da Comissão de Metrologia a que se refere o art. 12.

§ 3º Determinados tipos de medidas e instrumentos de medir poderão ser isentos da exigência do exame inicial, desde que este exame não seja tecnicamente possível no país, a juízo da Comissão de Metrologia.

Art. 5º Para medir toda e qualquer grandeza à qual se refira todo e qualquer documento, ou da qual dependa o valor do objeto ou dos objetos de toda e qualquer transação ou contrato, só poderão ser utilizados medidas ou instrumentos de medir aprovados em exame inicial, aferidos periodicamente e preenchendo as demais condições que o regulamento fixar para o seu emprego.

§ 1º. Qualquer fraude cometida na utilização de medidas, ou instrumentos de medir, para os fins indicados neste artigo, é passível das penalidades que forem fixadas pelo regulamento.

§ 2º. Poderão ser isentos da exigência de aferição periódica determinados tipos de medidas e instrumentos de medir.

Art. 6º. O regulamento fixará as condições que deverão preencher as medidas, ou instrumentos de medir, para serem aprovados em exame inicial, bem como para serem aferidos periodicamente, e para serem empregados, e assim também os prazos ou períodos em que as aferições periódicas deverão ser feitas ou repetidas.

Parágrafo único — O modo de realizar os exames iniciais e as aferições periódicas será determinado pelas instruções que o ministro do Trabalho, Indústria e Comércio expedir para boa execução deste decreto-lei e do seu regulamento.

Art. 7º. Todo órgão executor, no exercício da atribuição de fiscalizar o cumprimento do presente decreto-lei, poderá, em qualquer época e por iniciativa própria, realizar, sem prévio aviso ao respectivo detentor ou possuidor, exames, verificações e aferições suplementares em qualquer medida, ou instrumento de medir, sujeito às exigências do presente decreto-lei ou do seu regulamento.

Parágrafo único — Para a aplicação do disposto neste artigo, os funcionários, da categoria e nas condições fixadas pelo regulamento, poderão entrar, durante o dia, em qualquer recinto, casa, ou lugar aberto, e, com licença do proprietário, em qualquer recinto, casa ou lugar fechado, em que exista qualquer medida ou instrumento de medir sujeito a exigência do presente decreto-lei ou de seu regulamento.

Art. 8º. Nenhuma patente de invenção será concedida, nem registo algum de marca de fábrica ou comércio será permitido ou renovado, sem prévio parecer favorável do Instituto Nacional de Tecnologia, desde que tenha por objeto medida ou instrumento de medir.

CAPÍTULO IV

DOS ÓRGÃOS EXECUTORES E SUAS ATRIBUIÇÕES

Art. 9º. São incumbidos da execução do presente decreto-lei:

- a) o Instituto Nacional de Tecnologia, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio;
- b) a Comissão de Metrologia, a que se refere o art. 12;
- c) o Observatório Nacional do Rio de Janeiro, do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 10 — Podem colaborar, consoante os termos dos arts. 17, 18, 19 e 20, na execução do presente decreto-lei:

- a) órgãos metrológicos estaduais;
- b) órgãos metrológicos municipais;
- c) fabricantes, instalados no território nacional, de medidas e instrumentos de medir;
- d) empresas que explorem no território nacional serviços de utilidade pública.

Art. 11 — O Instituto Nacional de Tecnologia terá, com ação em todo o território nacional, as seguintes atribuições:

- a) adquirir e conservar os padrões nacionais e providenciar para que os padrões primários sejam periodicamente aferidos pelos padrões internacionais;

b) elaborar, e rever periodicamente, o regulamento do presente decreto-lei, o quadro de unidades legais, e a tabela de taxas e multas, anexos uma e outro ao aludido regulamento;

c) submeter à aprovação da Comissão de Metrologia o regulamento e o quadro referidos na alínea anterior, como também as revisões periódicas;

d) examinar os tipos de medidas e instrumentos de medir, definí-los e aprová-los, ou não;

e) fornecer ao Departamento Nacional da Propriedade Industrial o parecer a que se refere o art. 8°;

f) examinar inicialmente, e aferir periodicamente, qualquer medida ou instrumento de medir;

g) fiscalizar a execução do presente Decreto-Lei, do seu regulamento e das respectivas instruções, aplicar as penalidades neles previstas ou propor a sua aplicação, e utilizar-se da faculdade concedida pelo art. 17 e seus parágrafos;

h) registrar, para os fins do art. 12, § 1°, alínea j, os fabricantes idôneos de medidas e instrumentos de medir, que o requererem;

i) receber os pedidos dos órgãos ou entidades que pleiteiam a delegação do exercício de atribuições metroológicas;

j) examinar as condições de aparelhamento dos órgãos ou entidades aos quais se refere a alínea anterior;

k) delegar o exercício de atribuições na forma prevista nos artigos 17, 18, 19 e 20;

l) inspecionar tecnicamente os órgãos, ou entidades que estejam no exercício de atribuições metroológicas;

m) examinar e aferir os padrões dos órgãos e entidades submetidos à sua inspeção técnica;

n) fornecer os certificados de que tratam os artigos 30 e 31 aos órgãos e entidades submetidos à sua inspeção técnica, ou considerados como tais, nos termos do § 1° do artigo 33;

o) providenciar para a orientação geral e a organização do ensino da metrologia, visando a sua uniformidade e difusão em todo o território nacional e a formação do pessoal técnico competente para as aferições, exames e outras operações metroológicas necessárias, podendo para isso entrar em entendimento com as Universidades, Escolas e Institutos técnicos do país.

Art. 12. Fica criada, sob a dependência do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, a Comissão de Metrologia, composta de membros efetivos e membros consultores.

§ 1.º Os membros efetivos, designados ou eleitos pelas entidades que representam, são:

a) dois representantes do Instituto Nacional de Tecnologia;

b) um representante, por Estado, dos respectivos órgãos metroológicos estaduais;

c) um representante, por Estado, dos respectivos órgãos metroológicos municipais;

d) um representante do Observatório Nacional;

e) dois representantes das Universidades do país, professores de física;

f) um representante do Ministério da Guerra;

g) um representante do Ministério da Marinha;

h) um representante do Ministério da Viação e Obras Públicas;

i) um representante da Academia Brasileira de Ciências;

j) um único representante de todos os fabricantes de medidas e instrumentos de medir para esse fim registrados no Instituto Nacional de Tecnologia;

k) um representante da Associação das Empresas de Serviços Públicos;

- l) um representante da Federação das Associações Comerciais;
- m) um representante da Confederação das Indústrias.

§ 2.º Os membros consultores, com direito de voto, e em número de cinco, no máximo, serão eleitos, pelos membros efetivos, dentre as notabilidades científicas e técnicas do país, nas condições e pelos prazos que o regulamento fixar.

Art. 13. A Comissão de Metrologia terá as seguintes atribuições:

- a) examinar, limitando-se a aprovar, ou rejeitar, dentro do prazo de sessenta dias, qualquer documento que lhe for encaminhado pelo Instituto Nacional de Tecnologia, na conformidade da alínea c do artigo 11;
- b) encaminhar ao Governo, dentro do prazo marcado na alínea anterior, para decisão final, os documentos examinados na conformidade da alínea anterior, acompanhados da decisão da Comissão e da respectiva justificação se necessária;
- c) fixar, de acordo com o art. 31, a época do início de aplicação dos arts. 2º, 4º, 5º, 7º, 8º, 19º, 20º, 23º, 24º e 28º, e seus parágrafos, e do parágrafo único do art. 31;
- d) receber e encaminhar sugestões e críticas das classes e pessoas interessadas;
- e) propor ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio quaisquer providências que lhe pareçam úteis ou convenientes em assuntos relacionados com os deste Decreto-Lei;
- f) dirimir dúvidas quanto à interpretação do presente Decreto-Lei e dos termos nele empregados.

Art. 14. A Comissão de Metrologia obedecerá, em seus trabalhos, ao regimento que ela mesma organizar.

Art. 15. Os membros que tomarem parte nos trabalhos da Comissão perceberão uma gratificação de 100\$00 (cem mil réis) por sessão a que comparecerem, até o máximo de cinco sessões por mês e de vinte por ano.

Parágrafo único. Os membros residentes fora do Distrito Federal perceberão uma ajuda de custo para despesas de viagem, arbitrada pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 16. Ao Observatório Nacional incumbe, dentro das possibilidades do seu aparelhamento, prestar ao Instituto Nacional de Tecnologia a cooperação que este lhe solicitar.

Art. 17. A qualquer órgão metrológico estadual, à razão de um, no máximo, por Estado, se o solicitar e se seu aparelhamento for julgado satisfatório, será delegado pelo Instituto Nacional de Tecnologia, e sob a inspeção técnica deste, o exercício, no território do respectivo Estado, das atribuições contidas nas alíneas f, g, i, j, k, l, m, n e o do art. 11, mais as seguintes:

- a) conservar os padrões estaduais, providenciando para a sua verificação periódica pelos padrões nacionais;
- b) providenciar, nos limites do Estado, para a orientação e organização do ensino da metrologia, em cooperação com o Instituto Nacional de Tecnologia e com as Universidades, Escolas e Institutos técnicos, existentes no país.

Parágrafo único. A delegação a que se refere este artigo poderá excluir o exercício das atribuições delegadas, na parte relativa a repartições federais ou estaduais e a empresas de concessão federal ou estadual.

Art. 18. A qualquer órgão metrológico municipal, à razão de um, no máximo, por município, se o solicitar à autoridade competente e se seu aparelhamento for julgado satisfatório, será delegado

o exercício, sob inspeção técnica, no território do respectivo município, das atribuições contidas nas alíneas *f*, *g*, *m*, *n* e *o*, do art. 11, mais as seguintes:

a) conservar os padrões municipais e providenciar para o seu exame e sua aferição periódica pelo órgão à cuja inspeção técnica estiver submetido.

b) inspecionar tecnicamente os órgãos ou entidades no exercício de atribuições metrológicas, para cuja inspeção técnica estiver satisfatoriamente aparelhado, a juízo do órgão metrológico de que dependa;

c) cooperar na tarefa da organização do ensino da metrologia, sob a orientação do órgão metrológico de que dependa.

§ 1.º A delegação a que se refere este artigo poderá excluir o exercício das atribuições delegadas, com relação a repartições federais ou estaduais e a empresas de concessão federal ou estadual.

§ 2.º Os órgãos metrológicos municipais deixarão de exercer, em relação a qualquer fabricante de medidas ou instrumentos de medir, ou empresa de serviços públicos, as atribuições a que este ou a esta tenham sido delegadas, nos termos dos arts. 19 e 20.

Art. 19. A qualquer fabricante de medidas ou instrumentos de medir, instalado no território nacional, se o requerer à autoridade competente, comprometendo-se a adquirir e inutilizar mensalmente selos para fins metrológicos de valor total igual ou superior ao mínimo fixado pelo regulamento, e desde que possua aparelhamento julgado satisfatório, será delegado, nos limites definidos neste artigo e seus parágrafos, o exercício da atribuição de examinar inicialmente seus produtos e de expedir os respectivos certificados de aprovação.

§ 1.º A atribuição de que este artigo trata será exercida sob o controle permanente do órgão ao qual incumbe a inspeção técnica do fabricante.

§ 2.º Os certificados a que se refere este artigo são válidos legalmente apenas para os fins do art. 4.º e devem, para isso, ser visados pelo órgão mencionado no parágrafo anterior.

Art. 20. A qualquer empresa que explore no território nacional serviços de utilidade pública, se o requerer à autoridade competente, comprometendo-se a adquirir e inutilizar mensalmente selos para fins metrológicos de valor total igual ao mínimo fixado pelo regulamento, e desde que possua aparelhamento satisfatório, será delegado o encargo de examinar inicialmente e aferir periodicamente medidas ou instrumentos de medir de determinadas categorias, utilizados em seus serviços, e de expedir os respectivos certificados.

§ 1.º As atribuições mencionadas neste artigo serão exercidas sob o controle permanente do órgão ao qual incumbe a inspeção técnica da empresa.

§ 2.º Os certificados a que se refere este artigo são válidos legalmente apenas para os fins dos arts. 4.º e 5.º e devem para isso ser visados pelo órgão mencionado no parágrafo anterior.

Art. 21. Os órgãos metrológicos competentes terão o prazo de 90 dias, contados da data da entrada do respectivo pedido, para conceder ou recusar a delegação do exercício de atribuições metrológicas que lhes foi pedida, nos termos das alíneas *i*, *j* e *k* do art. 11.

Parágrafo único. No caso de recusa da delegação solicitada, comunicar-se-ão ao solicitante os motivos que houverem determinado a recusa.

Art. 22. Os cargos técnicos dos vários órgãos executores serão desempenhados somente por pessoas que preencham as condições que o regulamento fixar.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 23. É nulo todo e qualquer documento, contrato, ou transação, em que haja inobservância do art. 2º ou de seus parágrafos.

Art. 24. Nos casos de infração de disposição contida no presente decreto-lei, em seu regulamento ou nas respectivas instruções, serão aplicadas aos infratores, pelos órgãos competentes, as penalidades previstas pelo regulamento, as quais poderão ser, isolada ou simultaneamente:

a) multa, até ao máximo de 1:000\$000 (um conto de réis) por infração;

b) apreensão, ou inutilização, de medidas ou instrumentos de medir.

Art. 25. O regulamento fixará as penalidades correspondentes a abusos, faltas e infrações cometidos por funcionários dos órgãos executores, as quais poderão ser, sem prejuízo da responsabilidade civil:

a) advertência;

b) multa, até ao máximo de 1:000\$000 (um conto de réis);

c) suspensão;

d) demissão.

Art. 26. Nos casos devidamente comprovados de deficiência técnica, abuso, fraude ou desrespeito ao presente decreto-lei, ao seu regulamento ou às respectivas instruções, por parte de determinado órgão ou entidade no exercício de atribuições metrológicas por delegação, esta poderá ser suspensa ou cassada, no todo ou em parte, pelo mesmo órgão que a houver concedido.

Art. 27. De qualquer penalidade imposta, ou confirmada, por determinado órgão executor do presente decreto-lei cabe recurso na forma que o regulamento estabelecer.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS PARA CUSTEAR A EXECUÇÃO DO PRESENTE DECRETO-LEI

Art. 28. Todo e qualquer exame ou aferição de medida ou instrumento de medir será executado, e o respectivo certificado entregue, pelo órgão competente, mediante pagamento, ao referido órgão, da taxa correspondente, cujo valor constará de tabela organizada pelo Instituto Nacional de Tecnologia, submetida à Comissão de Metrologia e aprovada pelo Governo.

§ 1º. Por proposta da Comissão de Metrologia, aprovada pelo Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, poderá ser concedida redução, ou isenção, da taxa de exame inicial, a favor de determinados tipos de medidas ou instrumentos de medir, de fabricação nacional, destinados à exportação.

§ 2º. Os exames, verificações e comparações suplementares a que se refere o art. 7º serão executados gratuitamente.

Art. 29. As taxas arrecadadas destinam-se obrigatória e exclusivamente a cobrir as despesas de instalação, funcionamento, me-

lhoramentos e outras, acarretadas aos órgãos executores mencionados art. 9º, e nas alíneas *a* e *b* do art. 10 pelo exercício de suas atribuições metrológicas.

Parágrafo único. O Instituto Nacional de Tecnologia periodicamente submeterá a revisão a tabela das taxas e das multas e fará as alterações necessárias, de modo que se mantenha o equilíbrio aproximado entre as quantias arrecadadas e as despendidas, em virtude de suas atribuições, pelos órgãos executores federais, estaduais e municipais.

Art. 30. Os certificados e recibos a que se refere este decreto-lei só serão válidos quando selados com estampilha federal de selo adesivo de valor fixado no regulamento aprovado pelo Governo.

Art. 31. Quando, nos termos dos arts. 17 e 18 deste decreto-lei, ficarem encarregados órgãos estaduais ou municipais da sua execução, será previamente estabelecido em acordo entre os respectivos Governos e o Governo Federal qual a renda que àqueles

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 32. Os arts. 2º, 4º, 5º, 7º, 8º, 19º, 20º, 23º, 24º e 28º, e seus parágrafos serão aplicados somente em época que será fixada pela Comissão de Metrologia, em qualquer caso, não antes de decorridos dois anos da data da publicação deste decreto-lei e um ano da data da publicação de seu regulamento.

Parágrafo único. Os dispositivos não mencionados neste artigo são aplicáveis imediatamente após a publicação do presente decreto-lei.

Art. 33. Os órgãos metrológicos estaduais e municipais, as empresas e os demais órgãos e entidades que desempenharem, na data da publicação do presente decreto-lei, qualquer função metrológica de caráter legal poderão continuar desempenhando as mesmas funções e obedecendo às mesmas normas, praxes, contratos, regulamentos, ou quaisquer disposições legais a que obedecerem na data citada, até à época mencionada no art. 32.

§ 1º Os órgãos e entidades a que se refere este artigo são considerados, para os fins do art. 30, do art. 31 e do § 1º do art. 35, como órgãos executores submetidos à inspeção técnica do órgão ao qual caberá delegar-lhes atribuições nos termos dos arts. 17, 18, 19 e 20.

§ 2º Os órgãos ou entidades mencionados neste artigo fornecerão ao Instituto Nacional de Tecnologia todos os elementos e dados estatísticos que este lhes pedir.

Art. 34. A aparelhagem material e pessoal necessária para a perfeita execução deste decreto-lei em todo o território nacional será instituída gradativamente, de acordo com as possibilidades dos órgãos executores indicados pelo art. 9º e pelas alíneas *a* e *b* do art. 10.

Parágrafo único. A aparelhagem mencionada neste artigo deverá estar completa no prazo máximo de 10 anos, a contar da data da publicação do presente decreto-lei.

Art. 35. Desde que hajam decorrido tres meses data da publicação deste decreto-lei, e até à época mencionada no art. 32, serão obrigatórias a aposição e inutilização, nos certificados ou re-

cibos de aferição expedidos nos termos do art. 33, de estampilha federal de selo adesivo de valor nominal igual a tantas vezes 5\$000 (cinco mil réis) quantos forem os instrumentos e as medidas ou jogos de dez pesos no máximo a que se refiram os mesmos documentos.

§ 1.º Enquanto vigorar o disposto neste artigo, caberá a cada órgão executor, nos termos dos arts. 17, 18 e 33, a renda que for estabelecida pelo processo definido no art. 31 do presente decreto-lei.

§ 2.º Nos casos de infração deste artigo, além de se exigir o seu imediato e rigoroso cumprimento, será aplicada a pena de multa, em valor igual a dez vezes o da infração, cabendo ação sumária para a respectiva cobrança executiva.

Art. 36. A Comissão de Metrologia se reunirá, a primeira vez, por convocação do diretor do Instituto Nacional de Tecnologia e antes de decorridos seis meses da data da publicação deste decreto-lei.

Parágrafo único. Enquanto a Comissão de Metrologia não houver organizado o seu regimento, suas reuniões serão presididas por um dos representantes do Instituto Nacional de Tecnologia.

Art. 37. O regulamento e as respectivas instruções deverão ser elaborados e publicados antes de decorridos dois anos da data da publicação do presente decreto-lei.

Art. 38. Para atender às despesas necessárias ao início da execução do presente decreto-lei e com a aquisição no estrangeiro de padrões e instrumentos de medir, fica aberto, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de 800:000\$000 (oitocentos contos de réis).

Art. 39. O Instituto Nacional de Tecnologia providenciará de modo que, antes da época mencionada no art. 32, esteja convenientemente aparelhado para dar início ao desempenho de todas as suas atribuições.

Parágrafo único. O Instituto, enquanto não estiver convenientemente aparelhado para efetuar os exames a que se refere a alínea j do art. 11, poderá delegar, a título precário, o exercício de atribuições, nos termos dos arts. 17 e 18, independentemente dos aludidos exames.

Art. 40. O regulamento para execução do presente decreto-lei será expedido dentro do prazo de noventa dias, contados da data de sua publicação.

Art. 41. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João Carlos Vital.

Gustavo Capanema.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 593 — DE 4 DE AGOSTO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 1.000 contos de réis, para combate à malária

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de mil contos de réis (1.000:000\$000) para atender às despesas (Serviços e Encargos) que se fizerem necessárias com o combate à malária nos Estados do Rio Grande do Norte e Ceará.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 594 — DE 4 DE AGOSTO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de réis 756:488\$400 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de setecentos e cinquenta e seis contos, quatrocentos e oitenta e oito mil e quatrocentos réis (756:488\$400) como reforço da verba I — Pessoal — VII — Inativos — Sub-consignação n. 33 do vigente orçamento daquele Ministério (anexo n. 4 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937.)

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 595 — DE 4 DE AGOSTO DE 1938

Modifica a taxa aduaneira do arseniato de chumbo

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, atendendo ao que lhe representou o Ministério da Agricultura e tendo ouvido o Conselho Federal de Comércio Exterior;

Considerando que o único emprego conhecido para o arseniato de chumbo, em larga escala, é o de inseticida para a lavoura, tendo vasta aplicação no combate às pragas do algodão;

Considerando que não ha produção nacional de tal inseticida nem de sua matéria prima na proporção das exigências da nossa agricultura;

Considerando que as preparações congêneres já gozam da taxa favoravel de \$200 por quilo, nos termos do art. 14 do Decreto-Lei n. 300, de 24 de fevereiro de 1938;

Decreta:

Art. 1.º O arseniato de chumbo de que trata a alínea 2ª do art. 1.014 da tarifa aduaneira que baixou com o Decreto n. 24.343, de 7 de julho de 1934, passa a ter as taxas de \$250 (duzentos e cinquenta réis) por quilo, peso real, tarifa geral, e \$200 (duzentos réis) por quilo, peso real, tarifa mínima.

Art. 2.º Gozarão das taxas acima os produtos que ainda se encontrarem sem despacho nos armazens das Alfândegas e demais estações fiscaes aduaneiras.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 596 — DE 4 DE AGOSTO DE 1938

Aprova o acordo para liquidação de créditos comerciais portugueses, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica aprovado o acordo firmado por intermédio do Banco do Brasil, em 8 de janeiro de 1936, com o Banco de Portugal, para a liquidação de créditos comerciais portugueses atrazados no Brasil, no total de £ 362.681-04-00 (trezentas e sessenta e duas mil seiscentas e oitenta e uma libras e quatro shillings).

Art. 2.º Até 31 de dezembro do corrente ano, o pagamento das prestações mensais de £ 7.555-17-02 correrá, como até então, à conta do crédito existente em "Depósitos de Diversas Origens", proveniente dos depósitos efetuados no Banco do Brasil e recolhidos ao Tesouro Nacional.

Art. 3.º Converter-se-á em renda eventual da União, em 31 de dezembro próximo, o saldo apurado no Depósito a que alude o artigo anterior, inserindo-se verba própria nos orçamentos de despesa do Ministério da Fazenda, a partir de 1939, para o resgate das prestações restantes.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 597 — DE 4 DE AGOSTO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de 5.000:000\$, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de cinco mil contos de réis (5.000:000\$000) à verba 5 — Obras, Melhoramentos, Aparelhamentos e Equipamentos — do vigente orçamento daquelle Ministério, a saber:

III — *Portos e Navegação:*

S/c. n. 7 — Estudos, dragagem, construção de cais, pontes de acostagem, etc., para ser aplicado na dragagem dos canais do Sangradouro e e Arroio Grande, na Lagoa Mirim, Estado do Rio Grande do Sul..... 2.000:000\$000

VI — *Estradas de rodagem:*

S/c. n. 13 — Construção de estradas de rodagem, prosseguimento de obras e estudos:

01) Construção da estrada Areias-Caxambú, inclusive o ramal de S. Lourenço.....	3.000:000\$000
	<hr/> 5.000:000\$000 <hr/>

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1938, 117° da Independência e 50° da Republica.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 598 — DE 4 DE AGOSTO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito suplementar de 400:000\$000 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Guerra, o crédito suplementar de quatrocentos contos de réis (400:000\$000), à verba 3 — Serviços e Encargos — Sub-consignação n. 6, do vigente orçamento daquelle Ministério (anexo n. 10 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937).

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS

Eurico G. Dutra

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 599 — DE 4 DE AGOSTO DE 1938

Autoriza a “Frigoríficos Nacionais Sul Brasileiros, Limitada” a contrair um empréstimo, em obrigações, até a quantia de réis 30.000:000\$000

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica a “Frigoríficos Nacionais Sul Brasileiros, Limitada”, com sede em Porto Alegre, autorizada a contrair um empréstimo, em obrigações ao portador (debêntures), até a importância de trinta mil contos de réis (30.000:000\$000), abonadas com hipoteca especial dos imóveis que possui e observadas as disposições da lei n. 177-A, de 15 de setembro de 1893, notadamente o art. 1.º, §§ 1.º, 2.º, 6.º e 7.º e arts. 2.º e 4.º, sendo as condições essenciais da emissão fixadas pela assembléia geral dos sócios, constituída na forma dos estatutos, devidamente registrados.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de agosto de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 600 — DE 5 DE AGOSTO DE 1938

Altera a classificação dos cargos de “Preparador” em estabelecimentos de ensino do Exército

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe é conferida pelo art. 180 da Constituição Federal e tendo em vista o estabelecido no parágrafo único do art. 9.º do decreto-lei n. 103, de 23 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Ficam classificados no padrão H, os cargos de “Preparador”, constantes das tabelas dos quadros I e III do Ministério da Guerra, anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936.

Art. 2.º Fica aberto o crédito suplementar de 6:000\$000 (seis contos de réis), para atender às despesas necessárias à execução deste decreto-lei.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 601 — DE 5 DE AGOSTO DE 1938

Dispõe sobre o provimento dos cargos de subdiretores das repartições da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências

O Presidente da República:

Considerando que os cargos de subdiretores dos quadros dos serviços devem ser exercidos em comissão; e

Considerando que os cargos de sub-diretores dos quadros das repartições da Prefeitura do Distrito Federal, pela amplitude e relevância das funções que lhe são atribuídas, se incluem entre os cargos de direção:

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e nos termos do art. 31, do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Os cargos de subdiretores dos quadros das repartições da Prefeitura do Distrito Federal serão providos, em comissão, por designação do Prefeito, mediante proposta dos respectivos Secretários Gerais, mantidas as demais disposições legais e regulamentares atinentes ao provimento dos referidos cargos.

Art. 2.º Aos atuais titulares efetivos dos cargos a que se refere o art. 1.º desta lei, ficam assegurados os direitos e vantagens em cujo gozo se encontram.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de agosto de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 602 — NÃO FOI PUBLICADO.

DECRETO-LEI N. 603 — DE 6 DE AGOSTO DE 1938

Subordina à Superintendência Geral de Educação de Saúde e Higiene Escolar da Secretaria Geral de Educação e Cultura, da Prefeitura do Distrito Federal, os serviços médicos e dentários das escolas técnicas secundárias, e dá outras providências

O Presidente da República:

Considerando que a Superintendência Geral de Educação de Saúde e Higiene Escolar da Secretaria Geral de Educação e Cultura, da Prefeitura do Distrito Federal, subordinada, diretamente, ao Secretário Geral, deve enfeixar todos os serviços de saúde e higiene da mesma Secretaria, incluídos os serviços médico e dentário das escolas secundárias;

Decretos-leis de 1938 — Vol. III

Considerando que é desnecessário o cargo de Superintendente de Educação e Assistência Dentária, uma vez que os dentistas chefes, orientando e fiscalizando o serviço, em geral, ficam subordinados, diretamente, à Superintendência Geral de Educação de Saúde e Higiene Escolar; e

Considerando a insuficiência do número atual de médicos assistentes das escolas técnicas secundárias;

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e nos termos do art. 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1º. Ficam diretamente subordinados à Superintendência Geral de Educação de Saúde e Higiene Escolar, da Secretaria Geral de Educação e Cultura, da Prefeitura do Distrito Federal, os médicos assistentes das escolas técnicas secundárias, que servirão às mesmas escolas, de acordo com a distribuição de serviço determinada por aquela Superintendência Geral.

Art. 2º. O quadro de médicos assistentes das escolas técnicas secundárias passa a constituir-se de seis (6) lugares.

Art. 3º. O atual médico assistente de educação física das escolas técnicas secundárias fica aproveitado no quadro de médicos assistentes das escolas técnicas secundárias.

Art. 4º. A despesa decorrente do aumento dos dois (2) novos cargos de médicos assistentes das escolas técnicas secundárias será efetuada pela Verba 26 — Departamento de Educação — do orçamento vigente, extinguindo-se os cargos de Superintendente de Educação e Assistência Dentária e de médico assistente de educação física das escolas técnicas secundárias, consignados na mesma verba.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VÁRGAS.

Francisco Campós.

DECRETO-LEI N. 604 — DE 8 DE AGOSTO DE 1938

Autoriza o Ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro a uma operação para compra de navios destinados ao Lloyd Brasileiro

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica o Ministro da Fazenda autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional na operação a ser realizada pelo Lloyd Brasileiro para pagamento à Sociedade Anônima Ansaldo, de dois navios a motor, destinados à sua frota.

Art. 2º. A operação de que trata o artigo antecedente, no valor de £944.000, além das despesas de juros, prêmios de seguros e demais onus decorrentes de contrato, compreende a entrega de cambiais negociáveis livremente em libras esterlinas.

Art. 3.º As despesas que o Tesouro Nacional venha a realizar em consequência da garantia outorgada em virtude deste decreto-lei, serão, oportunamente, levadas a débito do Lloyd Brasileiro e indenizadas mediante desconto nas subvenções.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima

DECRETO-LEI N. 605 — DE 9 DE AGOSTO DE 1938

Dispõe quanto à vigência do decreto-lei n. 510, de 22 de junho de 1938, que estendeu aos civis, em tempo de paz, o foro militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. O decreto-lei n. 510, de 22 de junho de 1938, entrará em vigor na data da publicação desta lei para todos os lugares onde, de acordo com o art. 2º, e parágrafo único, da Introdução do Código Civil, a sua vigência deveria ocorrer posteriormente, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 606 — DE 10 DE AGOSTO DE 1938

Dispõe sobre aplicação de dispositivos do Decreto-Lei n. 515, de 23 de junho de 1938 e subordinação dos trabalhos da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Os trabalhos da Comissão Mista Brasileiro-Boliviana, criada pelo art. 4º do Protocolo de 25 de novembro de 1937, subordinados, conforme o art. 9º do Decreto-Lei n. 515, de 23 de junho do corrente ano, ao Regulamento para Estudos e Construção aprovado pelos Governos do Brasil e da Bolívia em notas reversais de 24 de maio de 1938, se regerão, igualmente, pelas disposições e aplicação do Orçamento da mesma Comissão, também aprovado pelos dois Governos em notas reversais de 26 de maio citado.

Art. 2º. O disposto no art. 10 do decreto-lei n. 515, de 23 de junho do corrente ano, não se aplica aos casos urgentes, em que pela situação especial dos trabalhos, devam ser feitas designações a critério e sob a responsabilidade direta do engenheiro-chefe observada sempre a habilitação profissional.

Art. 3º. O disposto no parágrafo único do art. 10 do decreto-lei n. 515 citado, em relação aos extranumerários diaristas, é extensivo aos extranumerários mensalistas.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 607 — DE 10 DE AGOSTO DE 1938

Modifica disposições dos decretos ns. 24.036 e 24.763, de 26 de março e 14 de julho de 1934, sobre competência para o julgamento dos processos fiscais, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Das questões referentes às rendas internas, quando decididas em primeira instância, haverá recurso:

a) para o 1º Conselho de Contribuintes, se se tratar de leis sobre vendas e consignações, imposto de renda, imposto do selo, taxa de educação, e, bem assim, de questões relativas à fiscalização bancária;

b) para o 2º Conselho de Contribuintes, se se tratar de outros impostos, taxas e contribuições internas, bem como de outras leis e regulamentos fiscais do Ministério da Fazenda.

Art. 2º. O Conselho Superior de Tarifa compor-se-á de oito membros, de livre escolha e nomeação do Presidente da República, sendo quatro estranhos ao quadro do funcionalismo da Fazenda, como representantes dos contribuintes, e quatro escolhidos dentre o mesmo funcionalismo, aproveitando as especializações e competências.

§ 1º. O Conselho dividir-se-á em 1ª e 2ª Câmaras, cada uma com igual número de membros.

§ 2º. Cada uma das Câmaras terá uma Secretaria.

§ 3º. Na primeira reunião que se seguir ao dia 1º de agosto de cada ano, o Conselho, em sessão plena, elegerá, por escrutínio secreto e maioria de votos, o presidente e o vice-presidente, aos quais competirá, respectivamente, presidir aos trabalhos da 1ª e da 2ª Câmaras.

§ 4º. No impedimento ocasional do presidente de qualquer das Câmaras, substituí-lo-á o membro mais idoso dentre os presentes.

Art. 3º. Haverá quatro suplentes para o Conselho Superior de Tarifa, os quais suprirão as faltas ou impedimentos ocasionais dos membros efetivos.

Art. 4º. A 1ª Câmara compete o julgamento exclusivo dos recursos sobre classificação e valor de mercadorias e o dos de revisão de despachos atinentes a essa matéria, e à 2ª, o julgamento dos re-

curso sobre isenção e redução de direitos, armazenagem, contrabando e apreensão de mercadorias, falta de volumes manifestados, avaria, rótulos estrangeiros, revisão de despachos referentes a estes assuntos, e qualquer outra infração de leis ou regulamentos aduaneiros.

Art. 5º. Os recursos referidos no artigo anterior serão dirigidos ao Conselho Superior de Tarifa, cujo presidente os distribuirá à Câmara que houver de julgá-los.

Parágrafo único. A 1ª Câmara caberá o julgamento dos recursos que envolvam a competência de ambas.

Art. 6º. Junto a cada uma das Câmaras do Conselho Superior de Tarifa funcionará um representante da Fazenda Pública, com as mesmas atribuições conferidas pelos decretos ns. 24.036 e 24.763, de 26 de março e 14 de julho de 1934.

Art. 7º. O pedido de reconsideração ao Conselho Superior de Tarifa será resolvido pela própria Câmara que houver proferido o acórdão.

Art. 8º. O prazo para os pedidos de reconsideração a qualquer dos Conselhos será de vinte (20) dias, contados, no Distrito Federal, da data da publicação do acórdão no *Diário Oficial*, e, nos Estados, da data da intimação aos interessados.

Art. 9º. O Conselho Superior de Tarifa, quando em função consultiva, deliberará com as Câmaras reunidas e sob a presidência do Diretor das Rendas Aduaneiras, que, além do voto ordinário, terá o de qualidade.

Art. 10. Os Conselhos de Contribuintes e as Câmaras do Conselho Superior de Tarifa somente funcionarão quando reunida a maioria dos seus membros e decidirão por maioria de votos dos presentes, tendo os respectivos presidentes, além do voto ordinário, o de qualidade.

Art. 11. Aos presidentes dos Conselhos de Contribuintes e das Câmaras do Conselho Superior de Tarifa incumbe também estudar e relatar, como os demais membros, os recursos que lhes couberem na escala de distribuição.

Art. 12. A decisão de primeira instância favorável às partes, ou que desclassifique a infração capitulada no processo, qualquer que seja a lei ou regulamento fiscal, obriga a recurso *ex-officio*, salvo se a importância total em litígio não exceder de 2:500\$, ou se a decisão for proferida, em Comissão de Tarifa, pelos Inspetores das Alfândegas, sobre classificação ou valor de mercadorias.

Art. 13. Sempre que, por qualquer motivo, deixar de ser interposto o recurso *ex-officio*, cumpre ao funcionário que iniciou o processo, ou ao seu substituto no serviço, propor à autoridade prolatora da decisão a interposição do recurso.

Art. 14. Sob pena de preempção, o recurso voluntário será interposto dentro de vinte (20) dias, contados da data da intimação, mediante prévio depósito da quantia exigida.

§ 1º. Quando a importância total em litígio exceder de cinco contos de réis (5:000\$000), permitir-se-á, para interposição do recurso voluntário, fiança idônea, cabendo ao chefe da repartição julgar da idoneidade do fiador. O despacho que autorizar a lavratura do termo marcará o prazo entre cinco e dez dias para a sua assinatura.

§ 2º. Não se aceitará a indicação de fiador para a interposição de recurso, sem a sua expressa aquiescência.

§ 3º. Se o fiador não for julgado idônea, poderá o contribuinte, depois de devidamente intimado e dentro de um prazo igual ao que restava quando protocolada a respectiva petição, indicar outro fiador.

§ 4º. Não poderá ser fiador o que não estiver quite com a Fazenda Nacional.

§ 5º. Ficam ressalvadas as hipóteses do art. 229, § 7º, do decreto-lei n. 301, de 24 de fevereiro de 1938.

Art. 15. É obrigatório o prévio depósito ou fiança idônea, conforme o valor do litígio, quando o pedido de reconsideração aos Conselhos versar sobre cobrança de imposto, taxa ou qualquer contribuição fiscal, inclusive multa, exigidos no julgamento de recurso *ex-officio*, remetendo-se, para tal fim, o processo à repartição de primeira instância.

Art. 16. Escapam à competência dos Conselhos as questões relativas a restituições de impostos, taxas, quaisquer outras contribuições fiscais e multas de mora.

Art. 17. Nos casos de revisão de despachos ordenada pela Diretoria das Rendas Aduaneiras, incumbe o julgamento dos processos em primeira instância, aos inspetores das alfândegas respectivas, cabendo recurso da decisão para o Conselho Superior de Tarifa, por intermédio daquela Diretoria.

Art. 18. A taxa de 1% de que trata o decreto n. 24.763, de 14 de julho de 1934, paga em estampilhas pelos interessados nas petições de recurso e nos pedidos de reconsideração, será calculada sobre a diferença entre o que a parte pagou ou se propôs pagar e a exigida pelo Fisco.

Art. 19. As decisões por equidade são da competência privativa do Ministro da Fazenda.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, os Conselhos poderão, mediante parecer devidamente justificado, propor ao Ministro da Fazenda a aplicação do princípio de equidade, tendo em vista as informações que houverem prestado sobre os antecedentes do contribuinte as autoridades de primeira instância.

Art. 20. Compete ao Diretor das Rendas Aduaneiras autorizar, por iniciativa própria, inspeções reservadas nas repartições aduaneiras do país.

Art. 21. Dos acórdãos proferidos por maioria de votos os representantes da Fazenda Pública recorrerão para o Ministro da Fazenda, sempre que lhes pareçam contrários à prova dos autos ou à lei reguladora da espécie. A interposição do recurso far-se-á dentro do prazo de quinze (15) dias, contados da data de vista do processo, em sessão.

Art. 22. Haverá apenas uma numeração para os acórdãos das Câmaras do Conselho Superior de Tarifa, devendo constar dos mesmos a Câmara que os proferiu.

Art. 23. Os membros dos 1º e 2º Conselhos de Contribuintes exercerão suas funções por tres anos e os do Conselho Superior de Tarifa, por dois anos.

§ 1º. Far-se-á, anualmente, a renovação dos membros dos 1º e 2º Conselhos, pelo terço, e a dos membros do Conselho Superior de Tarifa, pela metade.

§ 2º. Para os efeitos do parágrafo anterior, o Governo indicará nas novas nomeações o tempo de exercício de cada conselheiro nomeado.

Art. 24. Publicada a pauta para o julgamento dos recursos, as Secretarias, sob pena de responsabilidade dos secretários, facilitarão aos conselheiros e representantes da Fazenda o exame dos processos e amostras.

Art. 25. Para consulta dos membros dos Conselhos e dos representantes da Fazenda Pública, cumpre aos secretários organizar:

- a) um índice, por matéria, dos acórdãos proferidos;
- b) um índice, por matéria, das decisões ministeriais proferidas nos recursos dos representantes da Fazenda Pública.

Art. 26. Prefere a qualquer outro o expediente relativo aos recursos interpostos pelos representante da Fazenda Pública.

Art. 27. Quando o acórdão anterior versar exclusivamente sobre preliminar e for deferido o pedido de reconsideração, os Conselhos julgarão imediatamente o mérito; e, caso não seja o recurso provido, admitir-se-á, ainda, excepcionalmente, pedido de reconsideração, obedecidas as demais prescrições legais.

Art. 28. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 23:750\$000 (vinte e tres contos setecentos e cincoenta mil réis), para atender, no corrente exercício, às despesas de "Pessoal" com o pagamento das seguintes gratificações mensais:

1:500\$000 a cada um dos novos membros do Conselho Superior de Tarifa e representante da Fazenda junto a uma das Câmaras do mesmo Conselho, e
250\$000 ao novo secretário.

Art. 29. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 608 — DE 10 DE AGOSTO DE 1938

Cria na Prefeitura do Distrito Federal o Instituto de Previdência do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica criada na Prefeitura do Distrito Federal, com personalidade jurídica, o Instituto de Previdência do Distrito Federal (I. P. D. F.):

Art. 2º. O I. P. D. F. tem por fim realizar funções de órgão de previdência e assistência social em benefício de seus contribuintes;

Art. 3º. São contribuintes obrigatórios do I. P. D. F.:

- a) os funcionários efetivos;
- b) os servidores contratados, interinos ou em comissão, com mais de dois anos consecutivos de exercício;
- c) os empregados do próprio Instituto.

Art. 4º. São contribuintes facultativos do I. P. D. F.:

- a) os servidores contratados, interinos ou em comissão, com menos de dois anos de exercício;
- b) os atuais contribuintes do Montepio dos Empregados Municipais que não estejam incluídos na letra a do art. 3º.

Art. 5º. Ao I. P. D. F. é incorporado o Montepio dos Empregados Municipais com todos os seus encargos ativos e passivos.

Parágrafo único. Até o início das operações do I. P. D. F. continuarão vigorando os encargos e vantagens dos contribuintes e beneficiários do Montepio dos Empregados Municipais.

Art. 6º. O prefeito do Distrito Federal designará uma comissão presidida pelo Secretário Geral de Finanças, com as seguintes atribuições:

a) realizar o censo de seus contribuintes, colhendo ao mesmo tempo todos os elementos indispensáveis aos serviços relativos ao pessoal da Prefeitura do Distrito Federal;

b) apresentar, no prazo de cento e vinte dias, um projeto de organização do I. P. D. F. tendo em vista a concessão a seus contribuintes de vantagens do tipo das concedidas aos servidores da União pelo decreto-lei n. 288, de 23 de fevereiro de 1938;

c) superintender a instalação dos serviços do I. P. D. F. e elaborar os projetos de regulamentos e regimentos necessários ao funcionamento do Instituto, após a aprovação do projeto de que trata o item anterior.

Art. 7º. Fica o prefeito autorizado a abrir, pela Secretaria Geral de Finanças, os créditos necessários à execução do presente decreto-lei, até a importância de duzentos e cinquenta contos de réis (250:000\$000).

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 609 — DE 10 DE AGOSTO DE 1938

Organiza os Comandos de Armas e dá outras providências

O Presidente da República usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e

Considerando que é necessário, ainda este ano, adaptar, à nova organização, as divisões de infantaria atualmente existentes;

Considerando que essa medida deve ser realizada sem acréscimo na despesa, já orçada para o Ministério da Guerra, no corrente ano decreta:

Art. 1.º Ficam organizadas, dentro das atuais Divisões de Infantaria, os Comandos de Armas — da Infantaria Divisionária e da Artilharia Divisionária — na forma do estabelecido no art. 10 da nova Lei de Organização dos Quadros e Efetivos do Exército ativo em tempo de paz.

§ 1.º A Infantaria Divisionária (I. D.) será constituída de 3 (tres) Regimentos de Infantaria ou 2 (dois) Regimentos de Infantaria e 3 (tres) Batalhões de Caçadores.

§ 2.º A Artilharia Divisionária (A. D.) será constituída por 3 (tres) unidades de Artilharia, Regimentos ou Grupos.

Art. 2.º Provisoriamente, a organização da infantaria Divisionária de cada Divisão e a séde do respectivo Quartel General serão as indicadas abaixo:

a) — Na 1ª D. I.:

Comando: Gen. Bda. Cmt.

Cap. assistente.

1º tenente ajudante de ordens, adjunto.

Quartel General: Vila Militar.

Tropa: 1º R. I.

2º R. I.

14º R. I.

b) — Na 2ª D. I.:

Comando: Gen. Bda. Cmt.

Cap. assistente.

1º tenente ajudante de ordens, adjunto.

Quartel General: Caçapava.

Tropa: 4º R. I.

5º R. I.

6º R. I.

c) — Na 3ª D. I.:

Comando: Gen. Bda. Cmt.

Cap. assistente.

1º tenente ajudante de ordens, adjunto.

Quartel General: Santa Maria.

Tropa: 7º R. I.

8º R. I.

7º B. C.

8º B. C.

9º B. C.

d) — Na 4ª D. I.:

Comando: Gen. Bda. Cmt.

Cap. assistente.

1º tenente ajudante de ordens, adjunto.

Quartel General: Belo Horizonte.

Tropa: 10º R. I.

11º R. I.

12º R. I.

e) — Na 5ª D. I.:

Comando: Gen. Bda. Cmt.

Cap. assistente.

1º tenente ajudante de ordens, adjunto.

Quartel General: Ponta Grossa.

Tropa: 13º R. I.

13º B. C.

14º B. C.

15º B. C.

Art. 3.º Provisoriamente, a organização da Artilharia Divisionária das 1ª e 3ª Divisões de Infantaria e a sede dos respectivos Quartéis-Generais serão as indicadas abaixo:

a) — Na 1ª D. I.:

Comando: Gen. Bda. Cmt.
Cap. assistente.
1º tenente ajudante de ordens, adjunto.

Quartel General — Distrito Federal.

Tropa: 1º R. A. M.
1º G. O.
1º G. A. Do.

b) — Na 3ª D. I.:

Comando: Gen. Bda. Cmt.
Cap. assistente.
1º tenente ajudante de ordens, adjunto.

Quartel General: Cruz Alta.

Tropa: 5º R. A. M.
6º R. A. M.
3º G. O.

Art. 4.º Constituirão, transitóriamente, tropa da Reserva Geral, adida as Divisões de Infantaria, as seguintes unidades:

a) À 1ª D. I.:

1º, 2º e 3º B. C.
I/2º R. A. M.
1º Btl. Trans.

b) — À 2ª D. I.:

4º, 5º e 6º B. C.

c) À 3ª D. I.:

9º R. I.
2º Btl. Pnt.

d) — À 4ª D. I.:

10º, 1ª/11º e 1ª/12º B/C.
1º Btl. Pont.

Parágrafo único. Os demais corpos de tropa que pertencem às atuais Divisões e não figuram na discriminação acima constituirão, transitóriamente, Tropas Divisionárias.

Art. 5.º A tropa dos Quartéis-Generais das Brigadas extintas constituirá a dos Quartéis-Generais de I. D. ou A. D., segundo distribuição a ser feita oportunamente.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Euclides G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 610 — DE 11 DE AGOSTO DE 1938

Assegura aos membros do Conselho Nacional do Trabalho e aos das Juntas Administrativas das Caixas de Aposentadoria e Pensões sujeitas ao regime do decreto número 20.465, de 1931, uma gratificação por sessão a que comparecerem, e dá outras providências

O Presidente da República:

Considerando que os membros do Conselho Nacional do Trabalho, órgão central disciplinador de todos os Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, servem em caráter gratuito, enquanto os dos Conselhos Administrativos dos Institutos e das Juntas Administrativas das Caixas de Aposentadoria e Pensões, salvo no número destas últimas, as que estão sujeitas ao regime do decreto n. 20.465, de 1 de outubro de 1931, são remunerados pelo desempenho de suas funções (decretos ns. 22.872, de 29 de junho de 1933, 24.273, 24.274 e 24.275, de 22 de maio, e 24.615, de 9 de julho de 1934, e 367, de 31 de dezembro de 1936, pelo que convem se assegure igualmente, àqueles que ainda não recebem, uma gratificação correspondente, dentro de certo limite, aos serviços que vêm prestando, e

Usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição

Decreta:

Art. 1º. Por sessão a que comparecerem, até ao máximo de oito por mês, perceberão os membros do Conselho Nacional do Trabalho a gratificação de 150\$000 (cento e cinquenta mil réis) e os das Juntas Administrativas das Caixas de Aposentadoria e Pensões sujeitas ao regime do decreto número 20.465, de 1 de outubro de 1931, a que lhes for fixada pelo Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 2º. Para despesas de representação, terá direito o presidente do Conselho Nacional do Trabalho à importância mensal de 1:000\$000 (um conto de réis) e os presidentes das Juntas Administrativas das Caixas a que se refere o artigo anterior à que lhes for arbitrada pelo Conselho Nacional do Trabalho.

Art. 3º. A despesa, com relação ao Conselho Nacional do Trabalho, correrá, no exercício de 1938, por conta do saldo da Quota de Previdência, à disposição do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, devendo, para o exercício de 1939, ser prevista no respectivo orçamento geral da República, e, com relação às Juntas Administrativas das Caixas de Aposentadoria e Pensões a que alude o art. 1º, por conta das suas receitas.

Art. 4º. O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

João Carlos Vital.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 611 — DE 11 DE AGOSTO DE 1938

Aprova a Convenção Internacional para a unificação do registro genealógico bovino e Protocolo de Assinatura, firmados em Roma, a 14 de agosto de 1936

O Presidente da República, nos termos do art. 180 da Constituição de 10 de novembro de 1937:

Resolve aprovar a Convenção Internacional para a unificação do registro genealógico bovino e Protocolo de Assinatura, firmados em Roma a 14 de agosto de 1936.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

Convenção Internacional de Unificação do Registo Genealógico Bovino

Roma, 14 de outubro de 1936.

O chanceler do Reich Alemão; o Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil; Sua Majestade o Rei dos Búlgaros; Sua Majestade o Rei da Dinamarca; o Presidente dos Estados Unidos da América do Norte; o Presidente da República Francesa; Sua Majestade o Sultão de Marrocos; Sua Alteza o Rei de Tunis; o Presidente da República de Guatemala; Sua Alteza Sereníssima o Regente do Reino da Hungria; Sua Majestade o Rei da Itália, Imperador da Etiópia; o Presidente da República da Letônia; o Presidente da República de Lituânia; o Presidente da República de Nicarágua; o Presidente da República do Paraguai; Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos; o Presidente da República da Polônia; o Conselho Federal da Confederação Suíça; o Presidente da República Tchecoslovaca; Sua Majestade o Rei da Iugoslávia.

Convention Internationale pour l'Unification des méthodes de tenue et de fonctionnement des Livres Généalogiques du Bétail

Rome, le 14 octobre 1936.

Le Chancelier du Reich Allemand; le Président de la République des États-Unis du Brésil; Sa Majesté le Roi des Bulgares; Sa Majesté le Roi de Danemark; le Président des États-Unis de l'Amérique du Nord; le Président de la République Française; Sa Majesté le Sultan du Maroc; Son Altesse le Bey de Tunis; le Président de la République de Guatemala; Son Altesse Sérénissime le Régent du Royaume de Hongrie; Sa Majesté le Roi d'Italie, Empereur d'Éthiopie; le Président de la République de Lettonie; le Président de la République de Lithuanie; le Président de la République de Nicaragua; le Président de la République du Paraguay; Sa Majesté la Reine des Pays-Bas; le Président de la République de Pologne; le Conseil Fédéral de la Confédération Suisse; le Président de la République Tchecoslovaque; Sa Majesté le Roi de Yougoslavie.

Considerando a importância capital que tem para a pecuária o **Registro genealógico bovino**, tanto do ponto de vista zootécnico como para as transações internacionais;

Considerando particularmente a necessidade, geralmente constatada, de se unificarem no plano internacional; a) a **organização dos Registros genealógicos bovinos**; b) os métodos destinados a assegurar a identificação dos animais; c) os métodos de provas de rendimento, e

Considerando também que é da maior utilidade fixar as informações que devem ser contidas obrigatoriamente nos certificados de origem e de rendimento empregados no comércio internacional;

Resolveram concluir uma Convenção com estes objetivos,

E, para esse fim, nomearam seus plenipotenciários:

O Chanceler do Reich Alemão:

O Conselheiro Ministerial Wilhelm Weber, do Ministério do Reich e da Prússia de Abastecimento e Agricultura.

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil:

O Sr. Luiz Simões Lopes, engenheiro-agrônomo, delegado junto ao Comité Permanente do Instituto Internacional de Agricultura.

Sua Majestade o Rei dos Búlgares:

Sua Excelência o Senhor Svétoslav Poménoff, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto a S. M. o rei da Itália, delegado junto ao Comité Permanente do Instituto Internacional de Agricultura.

Sua Majestade o Rei da Dinamarca:

O Sr. Hubert Wichfeld, Conselheiro da Real Legação em Roma.

Considérant l'importance capitale tant au point de vue zootéchnique qu'à celui des transactions internationales, que présentent pour l'élevage des Livres généalogiques du bétail;

Considérant en particulier le besoin généralement constaté que soient unifiées, dans le plan international: a) l'organisation des Livres généalogiques du bétail; b) les méthodes destinées à assurer l'identification des épreuves de rendement, et

Considérant également qu'il est de la plus haute utilité de fixer les renseignements que doivent obligatoirement contenir les certificats d'origine et de rendement employés dans le commerce international,

Ont décidé de conclure une Convention à cet effet.

En conséquence, ils ont désigné pour leurs plénipotentiaires, savoir:

Le Chancelier du Reich Allemand:

Le Conseiller Ministériel Wilhelm Weber, du Ministère du Reich et de Prusse pour l'Approvisionnement et l'Agriculture.

Le Président de la République des États-Unis du Brésil:

M. Luiz Simões Lopes, Ingénieur-Agronome. Délégué au Comité Permanent de l'Institut international d'Agriculture.

Sa Majesté le Roi des Bulgares:

Son Exc. M. Svétoslav Poménoff, Envoyé Extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près S. M. le Roi d'Italie, Délégué au Comité Permanent de l'Institut international d'Agriculture.

Sa Majesté le Roi de Danemark:

M. Hubert Wichfeld, Conseiller de la Légation Royale à Rome.

O Presidente da República dos Estados Unidos da América do Norte:

O Sr. John Clyde Marquis, delegado junto ao Comité Permanente do Instituto Internacional de Agricultura.

O Presidente da República Francesa:

O Sr. Alfred Massé, ex-ministro;

O Sr. Michel Augé-Laribé, delegado junto ao Comité Permanente do Instituto Internacional de Agricultura.

Sua Majestade o Sultão de Marrocos:

O Sr. Alfred Massé;

O Sr. Michel Augé-Laribé;

Sua Alteza o Bei de Tunis:

O Sr. Alfred Massé;

O Sr. Michel Augé-Laribé;

O Presidente da República de Guatemala:

O General Vitor Durán Mollinedo, Encarregado de Negócios em Roma.

Sua Alteza Sereníssima o Regente do Reino da Hungria:

Sua Excelência o Sr. Rodolfo de Márfly-Mantuano, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário a. r., delegado junto ao Comité Permanente do Instituto Internacional de Agricultura.

Sua Majestade o Rei da Itália, Imperador da Etiópia:

O professor Giacomo Acerbe, Barão de Aterno, Deputado delegado junto ao Comité Permanente do Instituto Internacional de Agricultura, Presidente do Comité Permanente do Instituto Internacional de Agricultura.

O professor Vittorino Vezzani, Deputado, Vice-Presidente da Corporação de Zootecnia, Director do Instituto de criação e industria de queijos do Piemonte.

Le Président de la République des États-Unis de l'Amérique du Nord:

M. John Clyde Marquis, Délégué au Comité Permanent de l'Institut international d'Agriculture.

Le Président de la République Française:

M. Alfred Massé, Ancien Ministre;

M. Michel Augé-Laribé, Délégué au Comité Permanent de l'Institut international d'Agriculture.

Sa Majesté le Sultan du Maroc:

M. Alfred Massé, précité;

M. Michel Augé-Laribé, précité.

Son Altesse le Bey de Tunis.

M. Alfred Massé, précité;

M. Michel Augé-Laribé, précité.

Le Président de la République de Guatemala:

Le Général Victor Durán Mollinedo, Chargé d'Affaires à Rome.

Son Altesse Sérénissime le Régent du Royaume de Hongrie:

Son Exc. M. Rodolphe de Márfly-Mantuano, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire c. r., Délégué au Comité Permanent de l'Institut international d'Agriculture.

Sa Majesté le Roi d'Italie, Empereur d'Ethiopie:

Le Prof. Giacomo Acerbe, Baron de l'Aterno, Député, Délégué au Comité Permanent de l'Institut international d'Agriculture, Président du Comité Permanent de l'Institut international d'Agriculture.

Le Prof. Vittorino Vezzani, Député, Vice-Président de la Corporation de la Zootecnie, Directeur de l'Institut pour l'élevage et l'industrie fromagère du Piémont.

O Presidente da República da Letônia:

Sua Excelência o Sr. Arnold Spekke, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto a S. M. o Rei da Itália, delegado junto ao Comité Permanente do Instituto Internacional de Agricultura.

O Presidente da República da Lituânia:

Sua Excelência o Sr. Voldemaras Carneckis, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto a S. M. o Rei da Itália, delegado junto ao Comité Permanente do Instituto Internacional de Agricultura.

O Presidente da República da Nicarágua:

O conde Maggiorino Capello, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto a Santa Sé.

O Presidente da República do Paraguai:

O Dr. Alessandro Bocca, advogado, delegado junto ao Comité Permanente do Instituto Internacional de Agricultura.

Sua Majestade a Rainha dos Países Baixos:

O Sr. J. J. L. van Rijn, delegado junto ao Comité Permanente do Instituto Internacional de Agricultura, Vice-Presidente do Comité Permanente do Instituto Internacional de Agricultura.

O Presidente da República da Polónia:

O Sr. Doleslaw Nikulski, delegado junto ao Comité Permanente do Instituto Internacional de Agricultura.

O Conselho Federal da Confederação Suíça:

Sua Excelência o Sr. Paul Ruegger, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto a S. M. o Rei da Itália, delegado junto ao Comité Permanente do Instituto Internacional de Agricultura.

Le Président de la République de Lettonie:

Son Exc. M. Arnold Spekke, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près S. M. le Roi d'Italie, Délégué au Comité Permanent de l'Institut international d'Agriculture.

Le Président de la République de Lithuanie:

Son Exc. M. Voldemaras Carneckis, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près S. M. le Roi d'Italie, Délégué au Comité Permanent de l'Institut international d'Agriculture.

Le Président de la République de Nicaragua:

Le Comte Maggiorino Capello, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près le Saint-Siège.

Le Président de la République du Paraguay:

Le Dr. Alessandro Bocca, Avocat, Délégué au Comité Permanent de l'Institut international d'Agriculture.

Sa Majesté la Reine des Pays-Bas:

Le Dr. J. J. L. van Rijn, Délégué au Comité Permanent de l'Institut international d'Agriculture, Vice-Président du Comité Permanent de l'Institut international d'Agriculture.

Le Président de la République de Pologne:

M. Boleslaw Mikulski, Délégué au Comité Permanent de l'Institut international d'Agriculture.

Le Conseil Fédéral de la Confédération Suisse:

Son Exc. M. Paul Ruegger, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près S. M. le Roi d'Italie, Délégué au Comité Permanent de l'Institut in-

O Presidente da República da Tchecoslováquia:

Sua Excelência o Dr. Frantisek Chvalkovsky, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto a S. M. o Rei da Itália, delegado junto ao Comité Permanente do Instituto Internacional de Agricultura.

Sua Majestade o Rei da Jugoslávia:

Sua Excelência o Sr. Jovan Douchich, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário junto a S. M. o Rei da Itália.

Os quais, reunidos em Roma, na sede e por iniciativa do Instituto Internacional de Agricultura, e depois de se comunicarem os respectivos Plenos Poderes, que foram achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

Artigo 1.

Em princípio, não poderá haver em cada Estado mais do que um Registro genealógico para uma mesma raça.

Entretanto, para atender a situações especiais, poder-se-ão admitir diversos Registros. No caso de já existirem diversos Registros, o Governo interessado dará conhecimento disso ao Instituto Internacional de Agricultura no prazo de seis meses a partir da data do depósito de seu instrumento de ratificação, se se tratar de um Estado signatário da presente Convenção e, se se tratar de um Estado que aderir, da data da adesão.

No caso em que, além do Registro ou Registros já existentes para uma mesma raça, for criado um novo, o prazo mencionado será de seis meses a partir da data da criação deste novo Registro.

No caso em que houver um só Registro para raças que têm características étnicas e funcionais diferentes, assim como para raças cuja área geográfica é particularmente extensa e que estão sujeitas

Le Président de la République Tchecoslovaque:

Son Exc. le Dr. Frantisek Chvalkovsky, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près S. M. le Roi d'Italie, Délégué au Comité Permanent de l'Institut international d'Agriculture.

Sa Majesté le Roi de Yougoslavie:

Son Exc. M. Jovan Douchich, Envoyé extraordinaire et Ministre plénipotentiaire près S. M. le Roi d'Italie,

Lesquels, à ce dûment autorisés, réunis à Rome, au siège et à l'initiative de l'Institut international d'Agriculture, et ayant échangé leurs pouvoirs, qui ont été reconnus réguliers, sont convenus de ce qui suit:

Article 1.

En principe il ne pourra y avoir dans chaque État qu'un seul Livre généalogique pour une même race.

Toutefois, pour tenir compte des situations spéciales, plusieurs Livres pourront être admis. Dans le cas où plusieurs Livres existent déjà, le Gouvernement intéressé doit le faire connaître à l'Institut international d'Agriculture dans le délai de six mois à dater du moment où il aura déposé son instrument de ratification, s'il s'agit d'un État signataire de la présente Convention et, pour les États adhérents dans la suite, de la date de leur adhésion.

Dans le cas où à côté du ou des Livres existants pour une même race, il en serait créé un nouveau, le délai susdit sera de six mois à dater du moment de la création de ce nouveau Livre.

Dans le cas du Livre unique pour les races possédant des caractéristiques ethniques et fonctionnelles différentes, de même que pour les races dont l'aire géographique est particulière-

a condições diferentes de clima, de habitat ou de alimentação suscetíveis de provocar diferenças de conformação, poderão ser abertas no mesmo Registro diversas Secções, cada uma correspondendo a um tipo de raça ou a uma região por ela povoada. A criação de diversos Registros e a abertura de Secções especiais num mesmo Registro não se poderão fazer sem autorização e somente sob o controle de órgão especial previsto na letra D) do Protocolo de assinatura anexo a esta Convenção, para a organização do Registro genealógico nacional, e disso será dado conhecimento ao Instituto Internacional de Agricultura.

Artigo 2.

Cada Registro terá tres indices idénticos:

- a) índice das declarações de nascimento;
- b) índice definitivo dos machos;
- c) índice definitivo das fêmeas.

Nos indices c) e b) inscrever-se-ão todas as informações relativas a cada animal, os resultados dos controles de rendimento e os prêmios obtidos pelo animal ou por seus ascendentes ou descendentes.

Artigo 3.

Alem dos tres indices previstos no art. 2º, e que terão carater obrigatório, os órgãos encarregados dos Registros genealógicos poderão instituir um "Livro de Ouro", ou "Livro de Elite", no qual se inscreverão os animais cujo rendimento, controlado oficialmente, atingir, em concursos ou no estábulo, um mínimo fixado previamente e sensivelmente superior ao normal. Quanto aos machos, a

ment étendue et qui sont soumises à des conditions différentes de climat, d'habitat ou d'alimentation susceptibles de provoquer des différences de conformation, il pourra être ouvert dans le même Livre plusieurs Sections correspondant chaque une à un type de la race ou à une région habitée par ladite race. La création du plusieurs Livres et l'ouverture de Sections particulières dans l'intérieur d'un même Livre ne pourra se faire qu'avec l'autorisation et sous le contrôle de l'organisation spéciale éprévue au point D) du Protocole de signature joint à la présente Convention, pour l'organisation du Livre généalogique national, et notification en sera faite à l'Institut international d'Agriculture.

Article 2.

Chaque Livre comportera des registres identiques au nombre de trois:

- a) Répertoire des déclarations de naissances;
- b) Répertoires définitif des males;
- c) Répertoire définitif des femelles.

Sur les registres b) et c) seront inscrits tous les renseignements intéressant chaque animal, les résultats des contrôles de rendements et les récompenses obtenues soit par lui, soit par ses ascendants, soit par ses descendants.

Article 3.

En dehors des trois Répertoires prévus à l'article 2 et qui devront avoir un caractère obligatoire, les organismes qui assureront la tenue des Livres généalogiques pourront instituer un "Livre d'Or" ou "Livre d'Elite", où seront inscrits les animaux dont le rendement officiellement contrôlé aura, dans les concours ou à l'étable, atteint un minimum préalablement fixé et dé-

inscrição far-se-á segundo os rendimentos obtidos por suas descendentes e, se possível, pelos de suas colaterais, e segundo a regra estabelecida nesta Convenção para a inscrições das fêmeas.

Deverão ser indicados não só o número das descendentes controladas, mas também o número dos descendentes inscritos nos índices b) e c).

Artigo 4.

Estando a abertura e encerramento dos Registros condicionados em cada Estado a considerações especiais e particulares, as condições de inscrição inicial deverão ser tanto mais severas e rigorosas quanto mais se afastarem da data da criação do Registro.

Artigo 5.

Enquanto a confirmação não estiver generalizada e não se estender a todos os países e a todas as raças, os animais inscritos pela descendência e destinados à exportação, trate-se de Registros abertos ou encerrados, deverão ser apresentados a uma autoridade competente, cuja designação compete a cada Estado. Esta autoridade será encarregada de se pronunciar sobre se estes animais correspondem aos tipos, características e qualidade de raça.

Quanto aos Registros nos quais se use a confirmação, é suficiente ter o animal sido confirmado.

Artigo 6.

Os animais a serem inscritos no índice das declarações de nascimento devem ser marcados por um processo que permita uma identificação fácil e segura (por exemplo a tatuagem, as incisões nas orelhas, as marcas de fogo nos

passant sensiblement la moyenne. L'inscription au "Livre d'Or" ou "Livre d'Élite", en ce qui concerne les mâles, se fera d'après les rendements obtenus par leurs descendantes et, si possible, ceux de leurs collatérales, et d'après la règle établie ci-dessus pour l'inscription des femelles.

On devra indiquer non seulement le nombre des descendantes contrôlées, mais aussi le nombre des descendants inscrits aux répertoires b) et c).

Article 4.

L'ouverture et la fermeture des Livres étant subordonnées dans chaque État à des considérations spéciales et particulières, les conditions d'inscription au titre initial devront être d'autant plus sévères et rigoureuses, que l'on s'éloignera davantage de la date de la création du Livre.

Article 5.

En attendant que la confirmation soit généralisée et étendue à tous les pays et à toutes les races, qu'il s'agisse de Livres ouverts ou fermés, les animaux inscrits au titre de la descendance et destinés à l'exportation devront être présentés à une autorité compétente, qu'il appartient à chaque État de désigner. Cette autorité sera chargée de se prononcer sur le point de savoir si ces animaux répondent aux types, caractéristiques et qualités de la race.

Pour les Livres qui pratiquent la confirmation, le fait pour un animal d'avoir été confirmé est suffisant.

Article 6.

Les animaux à inscrire dans le Répertoire des déclarations de naissances doivent être marqués par un procédé qui permette une identification facile et sûre (par exemple le tatouage, l'incision des oreilles, la prise des em-

chifres, ou tomando-se as impressões nasais ou labiais, ou por qualquer outro método novo que for reconhecido como eficaz para tal fim).

A enumeração precedente a respeito dos processos de marcação não é limitativa. Qualquer processo eficaz pode ser adotado.

Além disso deverão ser fornecidas todas as outras indicações suscetíveis de identificar o animal (por exemplo, o desenho do contorno das manchas, nas raças manchadas).

Artigo 7.

As autoridades encarregadas dos Registros genealógicos podem expedir certificados ou extratos das folhas individuais referentes a cada animal inscrito no Registro. Estes certificados individuais, para poderem ser comparados facilmente, deverão conter as informações que figuram no modelo anexo à presente Convenção.

Artigo 8.

Todos os certificados deverão indicar os índices a), b) ou c), do qual tenham sido extraídos.

Artigo 9.

Os certificados que acompanham o animal devem conter todas as indicações de sua folha individual respeito do *pedigree* (ascendência ou descendência inscrita nos índices b) e c), os rendimentos e, em geral, todas as informações exigidas pela presente Convenção e especialmente as que constam do modelo anexo a esta Convenção.

Artigo 10

Estas indicações devem ser certificadas pela assinatura da autoridade encarregada dos Registros, e da mesma forma devem ser certificadas todas as informações relativas a provas de rendimento ulteriores e inscritas posteriormente nos Registros.

preintes nasales ou labiales, la marque au feu sur la corne, ou toute autre méthode nouvelle qui serait reconnue efficace pour le but poursuivi).

L'énumération qui précède concernant les procédés de marquage n'a rien de limitatif. Tout procédé efficace pourra être adopté.

On devra fournir en outre toutes autres indications susceptibles d'identifier l'animal (par exemple le dessin du contour des taches pour les races tachetées).

Article 7.

Les autorités tenant les Livres généalogiques peuvent délivrer des certificats ou des extraits des feuilles individuelles concernant chaque animal inscrit dans le Livre. Ces certificats individuels, pour être facilement comparables, devront contenir les renseignements figurant au modèle annexé à la présente Convention.

Article 8.

Tout certificat devra porter l'indication des registres a), b) ou c) dont il aura été détaché.

Article 9.

Les certificats accompagnant l'animal doivent contenir toutes les indications de sa feuille individuelle concernant le *pedigree* (ascendance et descendance inscrite aux Répertoires b et c), les rendements et généralement tous renseignements exigés par la présente Convention et figurant notamment au modèle ci-annexé.

Article 10.

Ces indications doivent être certifiées exactes par la signature de l'autorité chargée de la tenue des Livres. Il en est de même de tous renseignements relatifs à des épreuves de rendement ultérieures et qui y seront portés par la suite.

Artigo 11.

O controle de rendimento será organizado pelos Registros Genealógicos ou por outras instituições especiais de pleno acordo com os primeiros, segundo princípios e métodos tão uniformes quanto possível. O controle de leite deve ser feito por controladores competentes e independentes sob a autoridade e garantia dos Registros genealógicos encarregados de inscrever os resultados nas folhas individuais. As informações a serem inscritas nas folhas individuais deverão sempre indicar, além da produção de leite e da quantidade de gordura nele contida, a periodicidade do controle, a duração deste a partir do sexto dia após o parto, o número de partos anteriores e a data do parto que se seguir ao último controle.

Artigo 12.

Os Estados signatários concordam em não reconhecer como gado de criação registrado senão os animais inscritos nos Registros genealógicos que se submeterem às disposições da presente Convenção. Além disso garantem a regularidade dos Registros e o funcionamento regular dos órgãos encarregados dos Registros e da expedição dos certificados.

Artigo 13.

Os Estados signatários comprometem-se a fazer conhecer ao Instituto Internacional de Agricultura quais os órgãos especialmente autorizados a autenticar oficialmente todos os certificados fornecidos pelo Registro genealógico para serem usados no comércio internacional.

Artigo 14.

É concedido aos Governos um prazo máximo de tres anos para que as Instituições encarregadas

Article 11.

Le contrôle de rendement sera organisé par les Livres généalogiques ou par d'autres institutions spéciales en plein accord avec eux, d'après des principes et des méthodes aussi uniformes que possible. Le contrôle laitier doit être fait par des contrôleurs compétents et indépendants sous l'autorité et la garantie des Livres généalogiques chargés de porter les résultats du contrôle sur les feuilles individuelles. En tout cas pour les animaux soumis à ce contrôle, les renseignements à porter sur les feuilles individuelles devront indiquer en plus de la production laitière et de la teneur en matière grasse du lait, la périodicité du contrôle, la durée de celui-ci à partir du sixième jour après le vêlage, le nombre des vêlages antérieurs et la date du vêlage ayant immédiatement suivi de dernier contrôle.

Article 12.

Les états signataires sont d'accord pour ne reconnaître comme bétail d'élevage enregistré que les animaux inscrits aux Livres généalogiques qui se conformeront aux dispositions de la présente Convention. Ils donnent l'assurance de la bonne tenue des Livres et du fonctionnement régulier des organismes tenant les Livres et délivrant les certificats.

Article 13.

Les états signataires s'engagent à faire connaître également à l'Institut international d'Agriculture les organismes spécialement habilités à authentifier officiellement tout certificat délivré par une Livre généalogique à l'usage du commerce international.

Article 14.

Un délai maximum de trois ans est accordé aux Gouvernements pour que les Institutions

dos Registros genealógicos se submetam a todas as prescrições da presente Convenção.

Este prazo será contado, em relação a cada Estado signatário, a partir da data do depósito do instrumento de ratificação, e, em relação aos Estados que aderirem, da data da adesão.

Artigo 15.

Em caso de controvérsia sobre a interpretação das cláusulas da presente Convenção ou de dificuldades de ordem prática para sua aplicação, os Estados interessados na controvérsia poderão, de comum acordo, solicitar ao Instituto Internacional de Agricultura que proceda a uma tentativa de conciliação.

Para esse fim, um Comité composto de tres técnicos, dois deles indicados pelos Estados interessados e o terceiro pelo Instituto Internacional de Agricultura, examinará a controvérsia. Este comité de técnicos apresentará um relatório, que será transmitido pelo Instituto internacional de Agricultura a cada um dos Países interessados, reservando-se aos Governos completa liberdade de acção ulterior. Os Governos comprometem-se a prover em comum as despesas da missão confiada aos técnicos.

Artigo 16.

Todas as notificações que decorrerem da presente Convenção serão dirigidas pelos Governos que aderirem ao Governo depositário da Convenção e ao Instituto internacional de Agricultura, os quais delas darão conhecimento aos Estados signatários.

Artigo 17.

A presente Convenção será ratificada o mais breve possível pelas Partes contratantes, e as ratificações serão depositadas junto ao Governo italiano.

tenant les Livres généalogiques se conforment à toutes les prescriptions de la présente Convention.

Ce délai commencera à courir, pour chaque État signataire, à partir de la date du dépôt de l'instrument de ratification et, pour les États qui adhéreront dans la suite, de la date de leur adhésion.

Article 15.

En cas de contestation sur l'interprétation des clauses de la présente Convention, ou de difficultés d'ordre pratique pour son application, les États intéressés à la contestation pourront, après accord entre eux, demander à l'Institut international d'Agriculture, de procéder à un essai de conciliation.

A ce effet, un Comité technique composé de trois experts, chacun des deux États intéressés désignant son expert et l'Institut international d'Agriculture le troisième, examinera le différend. Ce Comité déposera son rapport, que l'Institut international d'Agriculture notifiera à chacun des Pays intéressés, toute liberté d'action ultérieure des Gouvernements étant réservée. Les Gouvernements intéressés s'engagent à supporter en commun les frais de la mission confiée aux experts.

Article 16.

Toutes les notifications découlant de la présente Convention seront adressées par les Gouvernements adhérents au Gouvernement depositaire de la Convention et à l'Institut international d'Agriculture, qui en saisiront les États signataires.

Article 17.

La présente Convention sera ratifiée aussitôt que possible par les Pays contractants et les ratifications seront déposées auprès du Gouvernement italien.

O Governo italiano comunicará cada ratificação às outras Partes contratantes, assim como ao Instituto internacional de Agricultura.

Avis de chaque ratification sera donné par le Gouvernement italien aux autres Pays contractants, ainsi qu'à l'Institut international d'Agriculture.

Artigo 18.

Cada Parte contratante terá a faculdade de declarar, no ato do depósito do seu instrumento de ratificação, que condiciona a entrada em vigor da presente Convenção, no que se lhe refere, à applicação da Convenção por parte de certos países designados nominalmente.

A presente Convenção entrará em vigor quando tiver sido ratificada, incondicionalmente ou sob condições que tenham sido realizadas, pelo menos por cinco Países contratantes soberanos.

Neste caso, a Convenção entrará em vigor seis meses após a data do depósito da quinta ratificação.

Em relação a todas as outras Partes contratantes, a Convenção entrará em vigor seis meses após a data do depósito dos respectivos instrumentos de ratificação.

Artigo 19.

A presente Convenção ficará aberta à adesão dos Países não signatários.

A adesão será notificada por via diplomática ao Governo italiano, e por este às Partes contratantes, assim como ao Instituto internacional de Agricultura.

No texto da presente Convenção, a expressão "Países signatários" significa o conjunto das Partes contratantes e dos Países que aderirem posteriormente.

Artigo 20.

Qualquer País signatário pode, em qualquer época, notificar ao Governo italiano que a presente Convenção se applica a todas ou a uma parte de suas Colônias,

Article 18

Chaque Pays contractant aura la faculté de déclarer, au moment du dépôt de sa ratification, qu'il subordonne la mise en vigueur de la présente Convention, en ce que li concerne l'application de la Convention de la part de certains Pays nommément désignés.

La présente Convention entrera en vigueur lorsqu'elle aura été ratifiée au moins par cinq Pays souverains contractants, inconditionnellement ou sous des conditions qui se sont réalisées.

Dans ce cas, l'entrée en vigueur commencera six mois après la date du dépôt de la cinquième ratification.

Pour tous les autres Pays contractants la Convention entrera en vigueur dans un délai de six mois, au fur et à mesure du dépôt de leur ratification.

Article 19.

Les Pays qui ne sont pas parties contractantes à la présente Convention seront admis à y adhérer sur leur demande.

L'adhésion sera notifiée par la voie diplomatique au Gouvernement italien et par celui-ci aux Pays contractants, ainsi qu'à l'Institut international d'Agriculture.

Dans le texte de la présente Convention, les mots *Pays signataires* indiquent l'ensemble des Pays contractants et des Pays adhérents par la suite.

Article 20.

Tout Pays signataire peut, en tout temps, notifier au Gouvernement italien que la présente Convention est applicable à tout ou partie de ses Colonies.

Protetorados, Territórios sob mandato, Territórios submetidos à sua soberania ou autoridade, ou a todos os Territórios sob a sua suserania. A Convenção se applicará a todos os territórios designados na notificação. Na falta de tal notificação, a Convenção não se applicará a esses territórios.

O Governo italiano dará conhecimento dessa notificação aos outros Países signatários e ao Instituto Internacional de Agricultura.

Artigo 21.

O País signatário que quizer denunciar a presente Convenção, seja pela totalidade de seus territórios, seja somente por todas ou por parte de suas Colônias, Protetorados, Possessões ou Territórios mencionados no art. 20, notificará essa sua resolução ao Governo italiano, o qual dará conhecimento immediato aos outros Países signatários e ao Instituto Internacional de Agricultura, comunicando-lhes a data em que recebeu essa denúncia.

A denúncia não terá efeito senão em relação ao País que a tiver notificado ou às Colônias, Protetorados, Possessões ou Territórios mencionados no ato da denúncia, e somente um ano depois de ter sido recebida a notificação pelo Governo italiano.

Em firmeza do que, os Plenipotenciários acima referidos assinaram a presente Convenção em Roma, aos quatorze dias do mês de outubro de mil novecentos e trinta e seis, em um só exemplar, que será depositado nos Archivos do Ministério das Relações Exteriores da Itália.

Uma cópia certificada conforme será remetida por via diplomática e pelos cuidados do Real Ministério italiano das Relações Exteriores a cada um dos Países signatários da presente Convenção.

Pela Alemanha:

Wilhelm Weber.

Protectorats, Territoires sous mandat, Territoires soumis à sa souveraineté ou à son autorité, ou tous Territoires sous sa suzeraineté. La Convention s'appliquera à tous les territoires désignés dans la notification. A défaut de cette notification la Convention ne s'appliquera pas à ces territoires.

Le Gouvernement italien informera de cette notification les autres Pays signataires et l'Institut international d'Agriculture.

Article 21.

Le Pays signataire qui voudra dénoncer la présente Convention, soit pour la totalité de ses territoires, soit seulement pour tout ou partie de ses Colonies, Protectorats, Possessions, ou Territoires visés à l'article 20, devra le notifier au Gouvernement italien, qui en avisera immédiatement les autres États adhérents et l'Institut international d'Agriculture, en leur faisant connaître la date à laquelle il a reçu cette dénonciation.

La dénonciation ne produira ses effets qu'à l'égard du Pays qui l'aura notifiée ou des Colonies, Protectorats, Possessions ou Territoires visés dans l'acte de dénonciation, et cela seulement un an après que la notification en sera parvenue au Gouvernement italien.

En foi de quoi les Plénipotentiaires respectifs ont signé la présente Convention.

Fait à Rome, le quatorze octobre mil neuf cent trente-six en un seul exemplaire qui sera déposé dans les Archives du Ministère des Affaires Étrangères d'Italie.

Une copie, certifiée conforme, sera remise par la voie diplomatique et par les soins du Ministère royal italien des Affaires Étrangères à chaque Pays signataire de la présente Convention.

Pour l'Allemagne:

Wilhelm Weber.

Pelo Brasil:

Luiz Simões Lopes.

Pela Bulgária:

S. Poménoff ad. ref.

Pela Dinamarca:

R. Wichfeld ad. ref.
(Veja-se a reserva ao Protocolo de Assinatura).

Pelos Estados Unidos da América do Norte:

John Clyde Marquis.

Os Estados Unidos da América do Norte, embora concordando em princípio com o estabelecido no art. 12 da presente Convenção, reservam-se o direito de liberdade de ação quanto à sua entrada em vigor.

Pela França:

A. Massé a. r.
Michel Augé-Laribé.

Por Marrocos:

A. Massé a. r.
Michel Augé-Laribé.

Pela Tunísia:

A. Massé a. r.
Michel Augé-Laribé.

Pela Guatemala:

Victor Durán M. a. r.

Pela Hungria:

Rodolphe de Márffy-Mantuano.

Pela Itália:

Giacomo Acerbo.
Vittorino Vezzani.

Pela Letônia:

Dr. A. Spekke.

Pela Lituânia:

V. Carneckis a. r.

Pela Nicarágua:

Maggiorino Capello.

Pour le Brésil:

Luiz Simões Lopes.

Pour la Bulgarie:

S. Poménoff ad. ref.

Pour le Danemark:

R. Wichfeld ad. ref.
(voir réserve au Protocole de Signature).

Pour les Etats-Unis d'Amérique:

John Clyde Marquis.

The United States of America, although agreeing in principle to the provisions of article 12 of the present Convention, reserves the right to exercise its discretion with reference to their enforcement.

Pour la France:

A. Massé a. r.
Michel Augé-Laribé.

Pour le Maroc:

A. Massé a. r.
Michel Augé-Laribé.

Pour la Tunisie:

A. Massé a. r.
Michel Augé-Laribé.

Pour le Guatemala:

Victor Durán M. a. r.

Pour la Hongrie:

Rodolphe de Márffy-Mantuano.

Pour l'Italie:

Giacomo Acerbo.
Vittorino Vezzani.

Pour la Lettonie:

Dr. A. Spekke.

Pour la Lithuanie:

V. Carneckis a. r.

Pour le Nicaragua:

Maggiorino Capello.

Pelo Paraguai:

Alessandro Bocca.

Pelos Países Baixos:

J. J. L. van Rija a. r.

Pela Polônia:

B. Mikulski a. r.

Pela Suíça:

P. Ruegger.

Pela Tchecoslováquia:

F. Chvalkovaky a. r.

Pela Iugoslávia:

J. Douthich.

Pour le Paraguay:

Alessandro Bocca.

Pour les Pays-Bas:

J. J. L. van Rija a. r.

Pour la Pologne:

B. Mikulski a. r.

Pour la Suisse:

P. Ruegger.

Pour laTchécoslovaquie:

F. Chvalkovaky a. r.

Pour la Yougoslavie:

J. Douthich.

PROTOCOLO DE ASSINATURA

No ato de assinarem a presente Convenção, os Plenipotenciários abaixo-assinados fazem as declarações seguintes:

A) Embora considerando desejável uma organização internacional dos Registros genealógicos do gado equino, ovino e porcino, porém, considerando que para estas três espécies de gado se apresentam questões particulares e problemas que não estão suficientemente esclarecidos, os abaixo-assinados são de parecer que se limite provisoriamente ao gado bovino a aplicação da presente Convenção, deixando aos Países signatários o cuidado de propor posteriormente, se o julgarem conveniente, que se estenda a outras espécies de gado uma regulamentação inspirada na que foi proposta para os bovinos.

B) Os abaixo-assinados convidam, além disso, o Instituto Internacional de Agricultura a organizar em futuro próximo uma reunião de técnicos encarregados dos Registros genealógicos dos Países signatários da presente Convenção, afim de esclarecerem os detalhes da aplicação das medidas previstas pela Convenção, inclusive dos métodos e processos

PROTOCOLE DE SIGNATURE

Au moment de signer la présente Convention, les Plénipotentiaires soussignés font les déclarations suivantes:

A) Tout en regardant comme désirable une organisation internationale des Livres généalogiques des espèces chevaline, ovine et porcine, mais considérant que pour ces trois espèces se posent des questions particulières et des problèmes qui ne sont pas suffisamment au point, les soussignés sont d'avis de limiter provisoirement à l'espèce bovine l'application de la Convention intervenue, laissant aux Gouvernements adhérents le soin de proposer ultérieurement, s'ils le jugent à propos, d'étendre à d'autres espèces une réglementation inspirée de celle proposée pour les bovins.

B) Ils invitent en outre l'Institut international d'Agriculture à organiser dans un prochain avenir une réunion de techniciens chargés de la tenue des Livres généalogiques de Pays signataires de la présente Convention, afin d'éclaircir les détails de l'application des mesures prévues par la Convention, y compris l'unification des méthodes et

de controle de leite, e de apresentarem ao Instituto um projeto de recomendações a serem propostos aos Governos.

C) Os Governos signatários solicitam ao Instituto Internacional de Agricultura que proceda a um inquérito entre os Países signatários, ao expirar o quinto ano após a assinatura da presente Convenção, para saber se é oportuno convocar uma reunião de técnicos por eles nomeados, afim de propor aos mesmos Governos que sejam introduzidas na Convenção modificações julgadas necessárias à sua aplicação, ou que a Convenção seja completada.

D) É de desejar que, em cada Estado, seja encarregado um órgão especial de estabelecer princípios gerais relativos aos Registros genealógicos, e de fiscalizar seu funcionamento regular segundo os princípios firmados pela presente Convenção.

É conveniente que sejam representados nesse órgão, ao lado dos Ministérios interessados, os criadores e os zootécnicos.

Os Estados que instituírem esse órgão darão disso conhecimento ao Instituto Internacional de Agricultura, para que este informe aos Países signatários da Convenção.

E) O texto do certificado anexo à presente Convenção contém o mínimo das indicações necessárias. Os Estados têm a faculdade de lhes acrescentar as indicações que julgarem úteis. No que se refere à forma dos certificados, não é imposta a do modelo o anexo, mas é de desejar que os Estados a ela se conformem.

Pela Alemanha:

Wilhelm Weber.

Pelo Brasil:

Luiz Simões Lopes.

Pela Bulgária:

S. Poménoff ad. ref

procédés de contrôle laitier, et de présenter à l'Institut un projet de recommandations à proposer aux Gouvernements.

C) Les Gouvernements signataires prient l'Institut international d'Agriculture de procéder à l'expiration de la 5^{ème} année qui suivra la signature de la présente Convention à une enquête auprès des Gouvernements liée par cette dernière, pour savoir s'il y a lieu de convoquer une réunion d'experts nommés par eux, en vue de proposer auxdits Gouvernements d'apporter à la Convention les modifications qui auront paru nécessaires à l'usage, ou de la compléter.

D) Il est désirable que, dans chaque Etat, un organisme spécial soit chargé de poser les principes généraux relatifs à la tenue des Livres généalogiques et de veiller à leur fonctionnement régulier d'après les principes posés par la présente Convention.

Il est désirable que dans cet organisme, à côté des Ministères intéressés, les éleveurs et les zootechniciens soient également représentés.

Les Etats qui auront institué cet organisme en informeront l'Institut international d'Agriculture, pour que celui-ci en avise les Pays adhérents à la Convention.

E) La teneur du certificat annexé ne contient que le minimum des indications nécessaires. Les Etats ont la faculté d'y ajouter telles indications qu'ils jugeront utiles. En ce qui concerne la forme des certificats, le modèle annexé n'est pas imposé, mais il est désirable que l'on s'y conforme.

Pour l'Allemagne:

Wilhelm Weber.

Pour le Brésil:

Luiz Simões Lopes.

Pour le Bugarie:

S. Poménoff ad. ref

Pela Dinamarca:	Pour le Danemark:
<i>R. Wichfeld ad. ref.</i>	<i>H. Wichfeld ad. r.</i>
Sob reserva no que se refere ao índice das declarações de nascimento (art. 2, a).	Sous réserve en ce qui concerne le répertoire des déclarations de naissance (art. 2, a).
Pelos Estados Unidos da América do Norte:	Pour le Etats-Unis d'Amérique:
<i>John Clyde Marquis.</i>	<i>John Clyde Marquis</i>
Veja-se a reserva na assinatura da Convenção.	See reservation on signature to Convention.
Pela França:	Pour la France:
<i>A. Massé a. r.</i> <i>Michel Augé-Laribé.</i>	<i>A. Massé a. r.</i> <i>Michel Augé-Laribé.</i>
Por Marrocos:	Pour le Maroc:
<i>A. Massé a. r.</i> <i>Michel Augé-Laribé.</i>	<i>A. Massé a. r.</i> <i>Michel Augé-Laribé.</i>
Pela Tunísia:	Pour la Tunisie:
<i>A. Massé a. r.</i> <i>Michel Augé-Laribé.</i>	<i>A. Massé a. r.</i> <i>Michel Augé-Laribé.</i>
Pela Guatemala:	Pour le Guatémala:
<i>Victor Durán M. a. r.</i>	<i>Victor Durán M. a. r.</i>
Pela Hungria:	Pour la Hongrie:
<i>Rodolpho de Márfly-Mantuano.</i>	<i>Rodolpho de Márfly-Mantuano.</i>
Pela Itália:	Pour l'Italie:
<i>Ciacomo Acerbo.</i> <i>Vittorino Vezzani.</i>	<i>Ciacomo Acerbo.</i> <i>Vittorino Vezzani.</i>
Pela Letônia:	Pour la Lettonie:
<i>Dr. A. Spekke.</i>	<i>Dr. A. Spekke.</i>
Pela Lituânia:	Pour la Lithuanie:
<i>V. Carneckis a. r.</i>	<i>V. Carneckis a. r</i>
Pela Nicarágua:	Pour le Nicaragua:
<i>Maggiorino Capello.</i>	<i>Maggiorino Capello.</i>

Pelo Paraguai:

Alessandro Bocca.

Pelos Países Baixos:

J. J. L. van Rijn a. r.

Pela Polônia:

B. Mikulski a. r.

Pela Suíça:

P. Ruegger.

Pela Tchecoslováquia:

F. Chvalkovsky a. r.

Pela Iugoslávia:

J. Douthich.

Pour le Paraguay:

Alessandro Bocca.

Pour les Pays-Bas:

J. J. L. van Rijn a. r.

Pour la Pologne:

B. Mikulski a. r.

Pour la Suisse:

P. Ruegger.

Pour la Tchécoslovaquie:

F. Chvalkovsky a. r.

Pour la Yougoslavie:

J. Douthich.

CERTIFICADO DE REGISTRO GENEALÓGICO — EXTRATO DOS ÍNDICES

(A. B. ou C.)

Expedido a de de 19....

Expedido por sede país (parte contratante da Convenção Internacional dos Registros Genealógicos).

Nome do animal sexo Data do nascimento

Raça N. do Herdbook Data do registro

Criador Proprietário Sinais de identificação

Prêmios e recompensas

Ascendência

Descendência estabelecida como no verso

Pai		Mãe		Filhos	Filhas	Netos	Netas
.....
Avô	Avô	Avô	Avô
.....

Assinatura e carimbo da autoridade encarregada de autenticar e certificado

Assinatura do representante do Registro Genealógico

Rendimentos do animal sob n.

		Duração real do controle em dias (*)	Rendimentos controlados			Assinatura do representante do Registro Genealógico
N.	Data		Leite kg	Gordura kg	% de gordura	
1						
2						
3						
4						
5						
6						
.....						
.....						
.....						

(*) A partir do 6º dia após o parto.

Periodicidade do controle: dias.

CERTIFICAT DE LIVRE GÉNÉALOGIQUE — EXTRAIT DES REGISTRES.
(A. B. ou C.)

Délivré le.....19

Délivré par.....siège.....pays.....(adhérent à la Convention
Internationale des Livres Généalogiques).

Nom de l'animal.....sexe.....Date de naissance.....

Race.....N. au Herdbook.....Date de l'enregistrement.....

Eleveur.....Propriétaire.....Signes d'identification.....

Prix et récompenses.....

Ascendance

Descendance établie come à verso

Père

Mère

Fils:

Filles:

Petits-fils

Petites-filles.

Grand-père

Grand-mère

Grand-père

Grand-mère

Signature et timbre de l'autorité habilitée à authentifier le
certificat

Signature du représentant du Livre généalogique

Rendements de l'animal inscrit sous le n.....

Vêlage		Durée réelle du contrôle, en jours (*)	Rendements contrôlés			Signature du représentant du Livre généalogique
N.	Date		Lait kg.	Matière grosse kg.	% de matière grasse	
1						
2						
3						
4						
5						
6						
.....						
.....						
.....						

(*) A partir de 6ème jour après le véla.

Périodicité du contrôle:.....jours

Rendimentos das fêmeas ascendentes								Rendimentos das fêmeas descendentes do pai, sobre as quais tenham sido pedidas informações pelo proprietário.								
Grau de parentesco	N. do Registro genealógico	Parto		Duração real do controle dias (*)	Rendimentos controlados			Assinatura do representante do Registro Genealógico	N. no livro genealógico	Parto		Duração real do controle Dias (*)	Rendimentos controlados			Assinatura do representante do Registro genealógico
		N.	Data		Leite kg.	gordura kg.	% de gordura			N.	Data		Leite kg.	gordura kg.	% de gordura	
		1 2 3								1 2 3						
		1 2 3								1 2 3						
		1 2 3								1 2 3						
		1 2 3								1 2 3						
		1 2 3								1 2 3						
		1 2 3								1 2 3						

(*) A partir do 6º dia após o parto.

Periodicidade do controle dias.

Rendements des femelles ascendantes								Rendements de femelles issues du père pour lesquelles les renseignements ont été demandés par le propriétaire								
Degré de parenté	N. dans le Livre généalogique	Vêlage		Durée réelle du contrôle	Rendements contrôlés			Signature du représentant du Livre généalogique	N. dans le Livre généalogique	Vêlage		Durée réelle du contrôle	Rendements contrôlés			Signature du représentant du Livre généalogique
		N.	Date		jours (*)	Lait kg.	Matière grasse kg.			% de matière grasse	N.		Date	Lait kg.	Matière grasse kg.	
		1 2 3								1 2 3						
		1 2 3								1 2 3						
		1 2 3								1 2 3						
		1 2 3								1 2 3						
		1 2 3								1 2 3						
		1 2 3								2 2 3						

(*) A partir du 6^{ème} après le vêlage.

Périodicité du contrôle... jours.

Copie certifiée conforme.

DECRETO-LEI N. 612 — DE 12 DE AGOSTO DE 1938

Cria o Boletim do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica criada, no Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, uma publicação periódica com a denominação de Boletim do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal.

Art. 2º. O Boletim do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal formará em cada ano um volume, constituído por dois fascículos.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema

DECRETO-LEI N. 613 — DE 12 DE AGOSTO DE 1938

Prorroga o prazo para conclusão dos estudos do plano de aposentadorias e pensões a que se refere o art. 116 do decreto n. 22.872, de 29 de julho de 1933, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica prorrogado até 30 de junho de 1939, o prazo para a conclusão do estudo do plano de benefícios a que se refere o art. 116 do decreto n. 22.872, de 29 de julho de 1933, continuando, provisoriamente, a fazer-se o cálculo de todas as aposentadorias e pensões à razão de 70 % (setenta por cento) sobre a base de que trata o art. 67, respeitados os limites mínimos estabelecidos no § 1º do mesmo art. 67 e no art. 52 do decreto citado, enquanto não entrarem em vigor os coeficientes do plano atuarial de aposentadorias e pensões.

Art. 2º. Fica prorrogado por um ano o mandato dos membros do Conselho Administrativo do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

Art. 3º. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

João Carlos Vital

DECRETO-LEI N. 614 — DE 12 DE AGOSTO DE 1938

Abre um prazo de mora para pagamento de anuidades e taxas relativas à propriedade industrial e satisfação de exigências em processos de patentes e marcas, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, durante noventa dias, contados da data da publicação do presente decreto-lei, um prazo de mora, afim de que:

a) os concessionários ou cessionários de patentes de invenção e modelos de utilidade, que se acharem em atraso de pagamento de anuidades, possam restaurar os respectivos títulos;

b) os depositantes de pedidos de concessão de patente ou de melhoramento de invenção, modelo de utilidade, garantia de prioridade, e desenho ou modelo industrial, e de registro de marca de indústria ou de comércio, título de estabelecimento e nome comercial, cujos processos foram arquivados, ou incorreram em arquivamento, *ex-vi* do disposto no art. 6.º do decreto n. 22.990, de 26 de julho de 1933, possam restaurar os respectivos processos, satisfazendo as exigências feitas em despachos da Repartição competente, bem como pagar as taxas devidas.

Parágrafo único. A restauração prevista neste artigo não compreende as patentes de invenção e de modelos de utilidade já declaradas caducas, nos termos do art. 71 do regulamento aprovado pelo decreto n. 16.264, de 19 de dezembro de 1923, nem aquelas cuja caducidade tenha sido requerida até à data da publicação do presente decreto-lei.

Art. 2.º Aquele que quizer valer-se dos benefícios estabelecidos no artigo anterior deverá requerer ao Diretor do Departamento Nacional da Propriedade Industrial a restauração da respectiva patente ou processo, pagando, para esse fim, a taxa de 50\$000 (cincoenta mil réis) em selo, aposto à petição.

Art. 3.º O pedido de restauração, nos termos do artigo anterior, obedecerá às seguintes condições:

I. Tratando-se do pagamento da taxa de expedição de patentes de invenção ou modelos de utilidade, ou do de anuidade em atraso, far-se-á, primeiramente, uma publicação no *Boletim da Propriedade Industrial*, mencionando o título completo da invenção ou do modelo, o nome do inventor e o número e data da patente ou do respectivo termo de depósito.

II. Durante 30 dias, a partir da data da publicação a que se refere o inciso anterior, poderá qualquer interessado opor-se à restauração, provando achar-se o invento em uso ou exploração efetiva por terceiros.

III. Transcorrido o prazo fixado no inciso anterior e não tendo havido oposição, será a restauração concedida. No caso, porém, de verificar-se qualquer impugnação, será notificado a respeito o depositante ou titular da patente, pelo *Boletim da Propriedade Industrial*, e por via postal sempre que possível, para replicar, dentro do prazo de 30 dias, contados da data da respectiva publicação.

IV. Provado que a invenção ou modelo já é objeto de exploração por terceiro, não será concedida a restauração.

Art. 4.º A restauração de processos relativos a patente de invenção, melhoramento, modelo de utilidade, garantia de prioridade, desenho ou modelo industrial ainda sujeitos a exame prévio, e arquivados ou incursos em arquivamento, por falta de cumprimento de exigências regulamentares, poderá ser concedida independentemente dos prazos estabelecidos no presente decreto-lei.

Art. 5.º Os pedidos de restauração concernentes a processos de marca de indústria ou de comércio, título de estabelecimento, ou nome comercial, arquivados por falta de pagamento das taxas de expedição do certificado, ou por inobservância de exigências regulamentares só serão deferidos se o pedido inicial não infringir as leis vigentes nem ofender direitos de terceiro adquiridos em consequência do arquivamento do processo.

Art. 6.º Do despacho do Diretor que deferir ou indeferir o requerimento de restauração apresentado na conformidade deste decreto-lei poderá qualquer interessado recorrer para o Conselho de Recursos da Propriedade Industrial, dentro do prazo de 30 dias, contados da data da publicação do referido despacho no *Boletim da Propriedade Industrial*.

Art. 7.º Concedida definitivamente a restauração da patente de invenção ou modelo de utilidade, cujas anuidades estejam em atraso, serão estas cobradas com a multa de 30 % (trinta por cento) sobre o total da respectiva importância.

Art. 8.º O pagamento das importâncias correspondentes às anuidades, taxas e multas será feito por meio de selos adesivos, na forma da legislação vigente, dentro do prazo improrrogável de 10 dias, contados da data da competente notificação no *Boletim da Propriedade Industrial*.

Art. 9.º Ficarão automaticamente declaradas caducas, para todos os efeitos, dispensada a expedição da portaria de que trata o art. 71 do regulamento aprovado pelo decreto n. 16.264, de 19 de dezembro de 1923, as patentes a que se refere o art. 1.º cujos concessionários ou cessionários deixarem de solicitar no prazo marcado os benefícios do presente decreto-lei.

Parágrafo único. Nos livros de Registro Geral de Privilégios anotar-se-á a declaração da caducidade das patentes na conformidade deste artigo.

Art. 10. A partir da data da publicação do presente decreto-lei vigorarão, relativamente aos atos de propriedade industrial, as seguintes taxas:

I. Pela expedição do certificado de marca de indústria ou de comércio, título de estabelecimento, e nome comercial	150\$000
II. De cada classe que exceder a primeira, nos títulos de estabelecimento	20\$000
III. Pela averbação da transferência, ou da alteração do nome dos titulares, de marcas, de títulos de estabelecimento e de patentes de invenção	20\$000
IV. Pela certidão de alteração do nome dos proprietários de marcas, de títulos de estabelecimento, e de patentes	20\$000
V. Pela averbação dos contratos de exploração de patentes	50\$000
VI. Pelo pedido de prorrogação de prazo:	
Por 30 dias	10\$000
Por 60 dias	20\$000

- | | |
|---|---------|
| VII. Por pedido de caducidade de registro de marca, de título de estabelecimento e de nome comercial..... | 50\$000 |
| VIII. Pela vista de processo (exceto a que tiver por fim tomar conhecimento de exigências, de oposições e de recursos), quando solicitada pelo próprio requerente ou seu procurador | 2\$000 |
| IX. Pela anotação, nos livros de Registro Geral de Privilégios, dos documentos comprovantes do uso efetivo de invenção privilegiada | 5\$000 |

Parágrafo único. As taxas fixadas neste artigo serão pagas em selo adesivo, na forma do regulamento em vigor.

Art. 11. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João Carlos Vital.

DECRETO-LEI N. 615 — DE 12 DE AGOSTO DE 1938

Autoriza o ministro da Fazenda a dar a garantia do Tesouro Nacional a uma operação de crédito entre o Estado do Ceará e o Banco do Brasil

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. É o ministro da Fazenda autorizado a dar a garantia do Tesouro Nacional a um empréstimo a ser levantado pelo Estado do Ceará no Banco do Brasil, até o limite de 12.000:000\$000 (doze mil forma da legislação vigente, dentro do prazo improrrogável de 10 (dez) anos e condições outras de interesse de ambas as partes, que serão estipuladas no respectivo contrato.

Art. 2º. O produto do empréstimo destinar-se-á à execução das obras de melhoramentos no serviço de abastecimento de água da cidade de Fortaleza.

Art. 3º. O Estado do Ceará obriga-se a recolher ao Banco do Brasil:

a) à medida de sua arrecadação, toda a renda produzida pelo serviço de águas e esgotos da cidade de Fortaleza, a qual será depositada e retida numa conta vinculada ao contrato;

b) diariamente, a totalidade das rendas arrecadadas pelo Estado, destinando-se 10% das mesmas à "conta vinculada" e os 90% restantes a uma "conta de retirada livre", à disposição do governo estadual.

§ 1º. O saldo da "conta vinculada" será aplicado no pagamento de amortizações e juros, feitas as necessárias transferências para a conta do empréstimo nas datas dos respectivos vencimentos, entregando o Estado ao Banco, em dinheiro, o que faltar, caso o saldo daquela conta não baste para os pagamentos semestrais de amortização e juros.

§ 2º. A "conta vinculada" vencerá juros de 7 % ao ano e a de "retirada livre", os que forem acordados.

Art. 4º. O Estado do Ceará consignará em seus orçamentos verba própria para o serviço de amortização e juros do empréstimo que for contraído em virtude do presente decreto-lei.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 616 — DE 12 DE AGOSTO DE 1938

Extingue o Quadro de Professores do Ensino Elementar da Marinha de Guerra e dá outras providências

O Presidente da República:

Considerando as vantagens econômicas resultantes da designação de professores residentes no mesmo lugar da sede dos estabelecimento onde vão servir;

Considerando que dessa designação ao próprio ensino elementar por eles ministrado resultam ainda outras vantagens;

Considerando mais que a diversidade de estabelecimentos exige uma gradação maior na hierarquia dos professores elementares para que não venham estes, no mesmo lugar e em funções idênticas, perceber vencimentos muito acima dos que percebem seus colegas estranhos à Administração Federal;

Considerando tudo o mais que lhe expôs o Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, e

Usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1º. Entra em extinção o atual Quadro de Professores do Ensino Elementar da Marinha de Guerra, pelo impreenchimento das vagas que vierem a se verificar nesse Quadro.

Art. 2º. As funções ora atribuídas aos oficiais do Quadro de Professores do Ensino Elementar da Marinha passarão a ser oportunamente exercidas por professores civis extranumerários.

Art. 3º. Os vencimentos dos professores civis extranumerários do ensino elementar serão os estabelecidos no decreto n. 872, de 1 de junho de 1936, para Coadjuvante de Ensino, Auxiliar de Ensino e Assistente de Ensino.

Parágrafo único. As lotações dos estabelecimentos fixarão o número de professores de cada uma das denominações referidas.

Art. 4º. Os professores civis extranumerários ficarão sujeitos ao regime que for estabelecido nos regulamentos e regimentos internos das Escolas ou Cursos.

Art. 5.º Aos atuais oficiais do Quadro de Professores do Ensino Elementar continuarão asseguradas todas as honras, vantagens, regalias, isenções e privilégios de que se encontram em gozo, em virtude de Leis e Regulamentos até então em vigor.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 617 — DE 15 DE AGOSTO DE 1938

Autoriza a contratar, mediante concorrência pública, o estabelecimento de uma fábrica de aviões

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando a necessidade de rever e atualizar as condições aprovadas pelo decreto n. 22.374, de 20 de janeiro de 1933, para a instalação de uma fábrica de aviões, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro da Viação e Obras Públicas autorizado a contratar, mediante concorrência pública, a instalação e exploração de uma fábrica de aviões em Lagoa Santa, Estado de Minas Gerais, na conformidade das condições que com este baixam, assinadas pelo mesmo Ministro de Estado.

Art. 2.º A concorrência será procedida perante a comissão julgadora presidida pelo Ministro da Viação e Obras Públicas, e composta dos diretores da Aeronautica do Exército, da Aeronautica Naval e da Aeronautica Civil, e do diretor geral da Fazenda Nacional, assistidos por especialistas de sua escolha.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

Condições a que se refere o decreto-lei n. 617, desta data

Condição primeira:

A proposta deverá ser apresentada em envólucro fechado e lacrado, em tres vias, a primeira das quais devidamente selada, assinada por indivíduo, firma, sociedade ou empresa, nacionais, ou estrangeiras.

Em envólucro separado, o proponente apresentará os seguintes documentos:

I — Prova de idoneidade financeira e técnica; a idoneidade técnica poderá ser comprovada pela participação direta na indústria

de construção de aviões em outros países, ou pelo texto de contratos firmados com especialistas de reconhecida competência para a direção técnica da companhia brasileira que for constituída;

II — Compromisso de constituir uma companhia brasileira, com sede no Rio de Janeiro, para o fim de instalar e explorar, sem exclusividade, a indústria de construção de aviões e celebrar com o Governo um contrato que terá a duração de quinze (15) anos, contados da inauguração da fábrica, e obedecerá, na sua estrutura, às bases gerais que constarem do edital de concorrência;

III — Projeto de organização e de estatutos da companhia brasileira que se for constituir;

IV — Recibo da caução provisória de cinquenta contos de réis (50:000\$000), depositada no Tesouro Nacional.

No caso da proposta ser feita por companhia brasileira, já constituída para o mesmo ramo de indústria, a exigência dos incisos II e III poderá ser substituída pela apresentação dos atos de sua constituição, desde que a organização que possua se enquadre e não contrarie as disposições do edital.

Parágrafo único. As propostas deverão ser escritas em linguagem clara e em língua portuguesa, devendo os concorrentes declarar que se submetem a todas as condições estipuladas no edital. Não serão permitidas emendas, rasuras ou entrelinhas sem a competente ressalva, assim como não será tomada em consideração qualquer proposta que se limite a oferecer abatimentos ou vantagens sobre as outras. Os preços deverão ser escritos por extenso e em algarismos.

Condição segunda:

As propostas deverão conter:

I — O projeto e orçamento detalhados das construções, instalações e equipamento, com a especificação minuciosa e completa de todo o material e maquinismos empregados na fábrica, tipo, características e procedências;

a) os desenhos de conjunto serão feitos em escala compreendida entre 1/200 e 1/500, e as plantas de detalhe em escala compreendida entre 1/20 e 1/50, sendo o original em papel tela, a nanquim, e tres cópias heliográficas, perfeitamente nítidas, de cada planta; as convenções e a escala serão declaradas em legenda;

b) a descrição especificada do equipamento e as características das máquinas deverão corresponder fielmente aos desenhos e projetos, com indicações e explicações precisas;

c) todos os planos e documentos deverão ter a identificação dos concorrentes;

II — Enunciação clara e precisa das condições da proposta, de acordo com as bases do edital, e indicação explícita dos seguintes elementos necessários à apreciação das propostas:

a) importância anual da aquisição de aviões, hidroaviões e sobressalentes que o Governo deverá garantir no contrato, respeitado o limite máximo de quinze mil contos de réis (15.000:000\$000), fixado na condição sexta, inciso IV;

b) percentagem de benefício sobre o preço de custo para as compras e encomendas do Governo, respeitado o limite máximo admitido de 15 % (quinze por cento);

c) composição do preço de custo, discriminando claramente as seguintes parcelas:

- 1) custo direto;
- 2) despesas de fabricação;
- 3) despesas gerais;

explicando-se não só os elementos que as compõem e o regime de contabilidade e apuração a que ficam sujeitas, como também a fórmula pela qual se opera a depreciação das instalações e maquinismos;

III — Elementos e indicações outras, facultativas, e vantagens suplementares que, a critério dos candidatos, esclareçam ou beneficiem as suas propostas.

Condição terceira.

Os projetos referidos na condição precedente (inciso I), deverão obedecer, quanto à capacidade das instalações, e sob o ponto de vista técnico, aos requisitos seguintes:

I — A fábrica deve ser construída e equipada de modo que a sua capacidade produtiva normal, sob o regime de oito horas de trabalho diário, possa garantir, em qualquer emergência, a construção anual para o Governo, do seguinte material, sem embargo das encomendas particulares, nacionais ou estrangeiras, aceitas pela companhia:

Primeiro ano — total de 100.000 kg. de peso vazio dos aviões fabricados;

Segundo ano — total de 140.000 kg. de peso vazio dos aviões fabricados,

Terceiro ano — total de 200.000 kg. de peso vazio dos aviões fabricados;

(Entende-se por peso vazio o do planador com as instalações e equipamentos fixos, grupo moto-propulsor e reservatórios.)

II — As áreas, o equipamento e as instalações deverão ser previstos, tomando-se por base o padrão médio do avião de 2.000 kg. de peso vazio e admitindo-se a proporção de dois terços ($2/3$) de aviões de construção mixta (fuzelagem de aço, asas de madeira e revestimento de tela), e o terço restante ($1/3$) de construção inteiramente metálica:

a) as bases estabelecidas nos incisos I e II, precedentes, para orientação do projeto da fábrica, não implicam, por parte do Governo, qualquer obrigatoriedade na fixação dos tipos, toneladas ou porções do material a ser encomendado, nem restringem a faculdade, reservada no edital de concorrência, de rever o projeto escolhido (Condição quinta, inciso I), e de fazer executar, no decurso do prazo do contrato, as ampliações e alterações reputadas convenientes (Condição sétima, inciso V);

III — A disposição das instalações deverá prever a possibilidade de triplicar a produção por meio de trabalho contínuo e de aumentar, com o crescimento da área, a produção normal, sob o regime de oito horas de trabalho diário, de 200.000 kg. para 300.000 kg., dentro de um ano, contado da data em que fôr a companhia notificada pelo Governo;

IV — Todas as máquinas deverão ser providas de motores individuais, de preferência fazendo parte integrante delas;

V — As instalações deverão obedecer aos modernos preceitos de higiene, de segurança e conforto do pessoal, e possuir os dispositivos mecânicos para manobra e deslocamento de pesos, assim como o aparelhamento adequado à proteção contra acidentes e incêndios;

VI — Todas as máquinas que produzam poeiras de qualquer natureza e todos os locais viciados por gases prejudiciais ao pessoal e material serão providos de exaustores apropriados;

VII — O edifício da fábrica deverá ser protegido convenientemente contra a influência da atmosfera exterior, sendo a temperatura, a aeração e o estado de humidade relativa controlados nos locais em que tecnicamente seja isto necessário;

VIII — Serão previstos locais para as verificações e experiência do material e das peças trabalhadas, supridos de todas as facilidades e do necessário equipamento, não só para o trabalho dos inspetores da fábrica, como também para o dos inspetores do Governo;

IX — A iluminação artificial será projetada de modo a permitir o trabalho em todas as secções durante a noite e a manter, durante o dia a intensidade luminosa conveniente, tendo em vista as diferentes condições de nebulosidade atmosférica;

X — O tratamento e a armazenagem conveniente das madeiras utilizadas na construção aeronáutica serão feitos em estufas e depósitos, com controle de temperatura, humidade e circulação do ar;

XI — Os depósitos de materiais inflamáveis ficarão obrigatoriamente situados fora da fábrica;

XII — A fábrica deverá possuir usina eléctrica própria, posto médicos e de socorros urgentes, restaurante para o pessoal e campos de jogos.

Condição quarta:

O Governo fornecerá, a pedido dos interessados e mediante retribuição das despesas de papel e de cópia, as plantas do terreno destinado à localização da fábrica, que se encontram à disposição dos licitantes no Departamento de Aeronáutica Civil. Os dados meteorológicos e demais elementos necessários ao estabelecimento do projeto poderão ser aí encontrados ou obtidos.

Condição quinta:

A companhia brasileira já organizada ou que o proponente organizar, segundo a exigência da condição primeira, ficará sujeita às seguintes obrigações:

I — Edificar, equipar e manter em constante funcionamento a fábrica de aviões e hidroaviões, de acordo com os planos, desenhos, projetos, especificações, orçamentos e programas de organização apresentados com a proposta vencedora e aprovados pelo Governo, depois de feitas as alterações por este julgadas úteis, de comum acordo com o concorrente;

II — Aplicar na construção da fábrica e nas suas instalações, materiais de primeira mão e qualidade; aparelhar a fábrica exclusivamente com maquinismos e materiais de primeira ordem, novos, não usados ainda, com garantia de fabricação e que correspondam aos mais modernos preceitos da indústria e da técnica;

III — Construir na fábrica os aviões e hidroaviões que o Governo encomendar, desde que a companhia fique habilitada a adquirir ou o Governo forneça as licenças de fabricação e os desenhos de construção;

IV — Empregar na construção dos aviões os materiais e processos constantes das especificações oficiais brasileiras e, obrigatoriamente, o material nacional, quando existir, e o seu emprego tenha sido aprovado pelos órgãos técnicos do Governo;

V — Importar exclusivamente a matéria prima que não existir no país, e, esta mesma, em seu estado primitivo, como tubo, chapas

e vergalhões, ficando inteiramente vedada a importação de peças acabadas, salvo autorização excepcional e temporária que o Governo conceder, por seu arbítrio;

VI — Dar prioridade às encomendas do Governo, ficando a accitação, por parte da fábrica, das encomendas particulares, sujeitas ao prévio conhecimento da fiscalização e, se estrangeiras, à prévia e expressa autorização do Governo, mantida, além disso, a preferência para as encomendas nacionais;

VII — Sujeitar-se á fiscalização permanente do Governo, quer administrativa, quer técnica, através dos órgãos oficiais legalmente competentes, além daquela que cada Ministério exercer no tocante á execução das suas próprias encomendas;

VIII — Organizar devidamente a contabilidade financeira e industrial da fábrica, com os custos de produção precisamente especificados e classificados;

IX — Prestar pronta e regularmente todos os esclarecimentos que lhe forem reclamados pelo Governo e, bem assim, entregar semestralmente á fiscalização, segundo as normas por ela prescritas, o relatório circunstanciado dos serviços executados na fábrica, com todas as indicações convenientes;

X — Submeter-se ás tomadas de contas anuais que o Governo mandar proceder na forma das leis e instruções gerais em vigor, afim de apurar o capital invertido e o estado da respectiva conta, as despesas gerais e de custeio, assim como o custo real da produção, especificadamente:

a) os orçamentos apresentados pela companhia e aprovados pelo Governo serão tidos como máximos, e as despesas correspondentes só serão levadas ás respectivas contas depois de efetivamente feitas, e á vista dos documentos comprovantes do seu desembolso real;

XI — Manter secretos os desenhos, detalhes de construção e processos especiais de fabricação, salvo expressa autorização do Governo em contrário;

XII — Facultar e facilitar aos militares e civis designados pelo Governo a permanência na fábrica para instrução profissional, num máximo previsto de trinta (30) pessoas;

XIII — Observar, no mínimo, as seguintes percentagens de brasileiros em seus serviços, a partir da inauguração da fábrica:

Primeiro ano:

Direção geral, administrativa e comercial.....	50 %
Direção e serviços técnicos.....	30 %
Serviços comerciais, administrativos e auxiliares.....	75 %
Officinas	30 %

Segundo ano:

Direção geral, administrativa e comercial.....	50 %
Direção e serviços técnicos.....	30 %
Serviços comerciais, administrativos e auxiliares.....	75 %
Officinas	50 %

Terceiro ano:

Direção geral, administrativa e comercial.....	70 %
Direção e serviços técnicos.....	50 %
Serviços comerciais, administrativos e auxiliares.....	75 %
Officinas	70 %

Quarto ano:

Direção geral, administrativa e comercial.....	85 %
Direção e serviços técnicos.....	85 %
Serviços comerciais, administrativos e auxiliares.....	85 %
Officinas	85 %

a) quando julgar conveniente e durante o tempo que fixar, o Governo poderá permitir que, na direção e serviços técnicos, a percentagem de especialistas estrangeiros possa atingir 30 %;

XIV — Iniciar a construção da fábrica dentro dos sessenta (60) dias seguintes à data do registro do contrato pelo Tribunal de Contas, e terminar todas as obras e instalações no prazo de um (1) ano, quando a fábrica deverá entrar em pleno e efetivo funcionamento para a capacidade normal de produção prevista na condição terceira:

a) a companhia será multada em quinhentos mil réis (500\$000) por dia de atraso no início ou terminação dos trabalhos de construção da fábrica, multa que só poderá ser dispensada nos casos de força maior, devidamente comprovada, a juízo do Governo;

XV — Depositir no Tesouro Nacional uma caução de cem contos de réis (100:000\$000), destinada a garantir a execução do contrato, a qual será reduzida para cinquenta contos de réis (50:000\$000), após o primeiro semestre de funcionamento normal da fábrica;

XVI — Eleger seu domicílio legal, para todos os efeitos de direito, na cidade do Rio de Janeiro;

XVII — Sujeitar à decisão e aprovação do Governo os planos e orçamentos de quaisquer alterações, melhoramentos, ampliações e obras novas que a companhia julgue conveniente introduzir na fábrica após o primeiro ano de funcionamento e cuja despesa deva ser incorporada à conta de capital.

XVIII — Não transferir, em caso algum, a fábrica ou o contrato sem prévia e expressa autorização do Governo;

XIX — Por à disposição do Governo, quando este o exigir, em circunstâncias extraordinárias, todos os recursos, disponibilidades e aparelhamento da fábrica, podendo o Governo, se assim o preferir, ocupar temporariamente, na sua totalidade ou em parte, as instalações, serviços e o pessoal, mediante indenização que será calculada em face dos resultados médios do último triênio;

XX — Limitar o lucro nas encomendas do Governo à percentagem estabelecida na proposta:

a) nas encomendas do Governo, os preços de venda não poderão ser superiores aos preços do mercado para tipos similares, isto é, de potência semelhante, de peso semelhante, de tipo construtivo idêntico, e fabricados de acordo com exigências de especificações semelhantes.

Condição sexta:

O Governo assume as seguintes obrigações:

I — Fornecer o terreno necessário à instalação da fábrica, convenientemente preparado para receber as edificações;

II — Isentar de direitos aduaneiros todo o material necessário à construção, instalação e funcionamento da fábrica, máquinas, motores, matéria prima, etc., desde que não exista similar nacional e a respectiva importação tenha sido permitida e autorizada;

III — Isentar a companhia dos impostos que recaiam especial e diretamente sobre a indústria explorada, bem como, dos impostos de exportação, os aviões e partes fabricados para outros países;

IV — Assegurar à fábrica uma encomenda mínima anual de aviões, hidro-aviões e sobressalentes, cuja importância, em moeda brasileira, papel, deverá ser determinada pelos concorrentes nas suas propostas, importância que não poderá exceder o limite de quinze mil contos de réis (15.000:000\$000), previsto na condição segunda, inciso II:

a) os ajustes relativos às encomendas de aviões e hidro-aviões serão firmados dentro do terceiro trimestre de cada ano para fornecimento no ano seguinte;

b) o material encomendado deverá, tanto quanto possível, obedecer a tipos e qualidades que permitam a construção em série, com um rendimento industrial satisfatório;

c) os sobressalentes serão encomendados com os aviões a que se destinem;

d) as encomendas de tipos especiais ou de execução urgente poderão ser feitas em qualquer época;

e) o custo das formas especiais e exclusivas para fabricação e montagem de um novo tipo de avião será levado à conta da primeira série encomendada, passando à propriedade do Governo, que facultará à fábrica o direito de utilizá-las mediante ajuste;

V — Permitir à companhia, sem prejuízo das cláusulas contratuais, a aceitação de encomendas de terceiros, com o conhecimento da fiscalização e mediante expressa autorização do Governo, quando necessária:

a) o Governo reserva-se o direito de impedir a venda de tipos de aeronaves cujo uso julgue dever conservar de sua exclusividade;

b) no caso de encomendas de terceiros, a fiscalização direta do comprador só poderá ser exercida com expressa autorização do Governo;

VI — Padronizar e reduzir, tanto quanto possível, a variedade dos tipos de aviões e hidroaviões destinados à aviação militar e naval;

VII — Assegurar à companhia o benefício das leis que visem a proteção da indústria nacional;

VIII — Estender à companhia quaisquer favores não previstos no contrato, que o Governo vier a conceder a empresa similar, caso a companhia requeira tal medida;

IX — Garantir completa autonomia comercial e administrativa, salvo no que for prejudicial à ordem e à segurança públicas, ou contrariar as disposições do edital e do contrato;

X — Facilitar e promover a cooperação dos institutos e laboratórios técnicos federais, já existentes ou que venham a ser criados;

XI — Assegurar a utilização do campo de pouso terrestre de Lagoa Santa e das instalações de acesso ao plano d'água da lagoa, para experiência e saída das aeronaves fabricadas.

Condição sétima:

O contrato deverá possuir as seguintes regras e disposições gerais:

I — Em qualquer tempo, durante o prazo do contrato ou após a sua extinção, o Governo terá o direito de encampar ou comprar a fábrica;

a) o preço de compra não será inferior ao capital efetivamente investido na fábrica e reconhecido pelo Governo, deduzida a desvalorização calculada conforme o regime instituído no contrato

(condição segunda), e acrescida a indenização pelos lucros cessantes, mediante avaliação de comum acordo, tendo por base a média que se apurar durante a execução do contrato;

b) os materiais existentes no almoxarifado serão computados separadamente, pelo preço de aquisição;

II — O Governo poderá impor as seguintes multas:

a) de dois contos de réis (2:000\$000) a vinte contos de réis (20:000\$000), conforme o valor das encomendas em execução, por interrupção de dezesseis (16) a quarenta e oito (48) horas de trabalho da fábrica em um mês; de cinco contos de réis (5:000\$000) a cinquenta contos de réis (50:000\$000), conforme o valor das encomendas em curso, por interrupções compreendidas entre quarenta e oito (48) e cento e cinquenta (150) horas por mês;

b) de quinhentos mil réis (500\$000) a dez contos de réis (10:000\$000), e do dobro nas reincidências, por infração de qualquer das cláusulas do contrato para a qual não se tenha cominado multa especial.

As multas que não forem recolhidas ao Tesouro Nacional dentro do prazo de dez (10) dias serão descontadas da caução, que deverá ser integralizada dentro dos cinco (5) dias seguintes à intimação expedida para tal efeito. O recurso do ato de imposição da multa só terá andamento depois de efetuado o depósito do valor da multa.

Além das multas especificadas no edital e no contrato, a companhia ficará sujeita às penalidades e multas que forem estabelecidas nos ajustes de encomendas, que serão aplicadas de acordo com a legislação vigente;

III — O contrato poderá ser rescindido pelo Governo, independente de interpelação ou ação judicial, nos seguintes casos:

a) se os prazos estabelecidos para início e terminação das instalações da fábrica forem excedidos de mais de 50%;

b) interrupção dos trabalhos de fabricação por mais de 150 horas em um mês, salvo motivo de força maior, comprovado e reconhecido pelo Governo;

c) repetição de multas por infração reincidente da mesma cláusula contratual;

d) se a companhia contratante falir;

e) se a caução do contrato não for integralizada dentro do prazo prescrito no inciso precedente;

f) inobservância dos incisos III, IV, VI VII, VIII, IX, X, XI, XIII, XVI, XIX e XX, da condição quinta.

Em todos os casos de rescisão, nos termos do presente dispositivo, a caução reverterá em favor dos cofres públicos e a fábrica passará à propriedade da União, caso esta assim o entenda, observando o que estatuem as alíneas a) e b) do inciso I desta condição, no cálculo da indenização correspondente;

IV — No caso de desinteligência entre o Governo e a companhia sobre a interpretação e aplicação das cláusulas contratuais, a questão será resolvida por arbitramento, segundo as normas legais, ficando entendido que esse processo não poderá ser instituído para os casos de multa, rescisão, ou outros claramente resolvidos nas cláusulas do contrato.

Todas as questões judiciárias, originadas do contrato, em que a companhia for autora ou ré, serão decididas no foro brasileiro;

V — O Governo reserva-se o direito de fazer executar pela Companhia, mediante acôrdo, durante o prazo do contrato, as altera-

ções, ampliações, melhoramentos e obras novas, cuja necessidade a experiência haja indicado em relação à eficiência da fábrica e ao aperfeiçoamento e atualidade da indústria;

VI — Vigorará para todas as operações a moeda brasileira, papel;

VII — O Governo reserva-se o direito de adquirir aviões, hidro-aviões e sobressalentes pela forma e nos mercados que entender, garantindo apenas à Companhia a aquisição anual estabelecida na proposta de concorrência e no texto do contrato (condição segunda). As encomendas suplementares que houver de fazer à fábrica não constituirão obrigação ou compromisso, embora fiquem sujeitas ao regime geral convencionado no contrato.

Condição oitava:

No julgamento das propostas considerar-se-ão como elementos favoráveis:

a) a natureza, a qualidade e a eficiência das construções, instalações e equipamento;

b) condições técnicas e econômicas que assegurem vantagens reais para o país;

Como elementos desfavoráveis:

c) o valor da garantia da aquisição anual pedida pelo concorrente ao Governo;

d) agravação do preço de custo pelas quotas de benefício e depreciação.

Entretanto, o Governo decidirá livremente da preferência, tendo em vista a superioridade de todas as condições tomadas em conjunto e das garantias de ordem técnica e moral.

Condição nona:

O proponente escolhido perderá a caução depositada e quaisquer direitos decorrentes da preferência da proposta, caso a companhia que tenha organizado não assine o contrato dentro do prazo de sessenta (60) dias, a contar da publicação do resultado da concorrência no *Diário Oficial*, salvo motivo de força maior, reconhecido pelo Governo, que decidirá sobre a prorrogação pelo tempo que julgar necessário.

Se o contrato não for assinado no termo do prazo ou da prorrogação concedida, serão convidados, a juízo do Governo, os demais concorrentes na ordem de classificação que ficar estabelecida, sujeitos à mesma penalidade do primeiro classificado aqueles que se recusarem a assinar o contrato dentro dos prazos de que forem intimados.

Condição décima:

O Governo reserva-se o direito de aceitar, a seu juízo, a proposta que julgar mais conveniente ou anular a concorrência, recusando todas as propostas, sem que aos proponentes assista direito a qualquer reclamação.

Condição décima primeira:

O contrato só se tornará efetivo depois de aprovado definitivamente por ato do Presidente da República e registrado pelo Tribunal de Contas, não se responsabilizando o Governo se for denegada a aprovação ou recusado o registro.

Rio de Janeiro, 15 de agosto de 1938. — *João de Mendonça Lima*.

DECRETO—LEI N. 618 — DE 16 DE AGOSTO DE 1938

Dispõe sobre as substituições de funcionários em cargos públicos e funções gratificadas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º A substituição de funcionários em cargos públicos e funções gratificadas fica subordinada aos seguintes princípios gerais:

1.º Só haverá substituição remunerada no impedimento legal e temporário do ocupante de cargo isolado, cargo em comissão ou de funcionária que exercer função gratificada.

2.º Dar-se-á substituição automática, que não será remunerada, quando estiver prevista em lei, regulamento ou regimento.

Art. 2.º A substituição remunerada dependerá da expedição de ato da autoridade competente; a substituição não remunerada dependerá da expedição dos atos a que se refere este artigo.

Art. 3.º A substituição remunerada em cargo isolado terá lugar quando imprescindível, em face das necessidades do serviço, e recairá em pessoa estranha aos quadros do funcionalismo, a qual perceberá os vencimentos integrais do cargo.

Parágrafo único. O substituto será nomeado pelo Presidente da República e só poderá exercer o cargo enquanto durar o impedimento do seu ocupante, sem que nenhum direito lhe assista ao provimento efetivo no cargo.

Art. 4.º A substituição do ocupante do cargo em comissão será feita por decreto do Presidente da República, percebendo o substituto os vencimentos integrais do cargo, durante o tempo que o exercer.

Art. 5.º A gratificação de função caberá a quem realmente a exercer e nela estiver legalmente investido, salvo no caso de substituição automática, por motivo de férias, nojo e gala, em que o funcionário substituto e o substituído nada perceberão, além dos vencimentos de seus cargos.

Parágrafo único. Essa gratificação será percebida cumulativamente com os vencimentos do cargo efetivo do funcionário, obedecido o limite máximo da remuneração, previsto em lei e o disposto no art. 3.º do Capítulo VI, da Lei n. 284, de 28 de outubro de 1936.

Art. 6.º Quando o ocupante de cargo isolado ou cargo em comissão estiver, eventualmente, por motivo de férias, gala, nojo, pena disciplinar ou inquérito administrativo, impedido de exercer as respectivas funções, poderá ser designado, pela autoridade competente, para substituí-lo, um outro funcionário, ao qual nenhuma outra vantagem pecuniária será atribuída, além da de seu cargo.

Art. 7.º Ficam sem efeito todas as nomeações e designações decorrentes de decretos, portarias, despachos ou quaisquer outros atos que contrariarem os dispositivos deste decreto-lei.

Art. 8.º Ficam revogados a Lei n. 158, de 30 de dezembro de 1935 e o Decreto n. 642, de 14 de fevereiro de 1936.

Art. 9.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

João de Mendonça Lima.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

João Carlos Vital.

DECRETO--LEI N. 619 — DE 16 DE AGOSTO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de 5:760\$000, à verba que indica

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de cinco contos setecentos e sessenta mil réis (5:760\$000), à verba I — Pessoal; IV — Gratificação e auxílios; sub-consignação n. 19 — Serviços especiais; alínea 30, do vigente orçamento daquele Ministério, destinado a ocorrer, no corrente exercício, ao pagamento de 11 coadjuvantes para cursos noturnos nos Liceus Profissionais.

Rio de Janeiro, 16 de agosto de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema

A. de Souza Costa

DECRETO--LEI N. 620 — DE 17 DE AGOSTO DE 1938

Regula a organização de Entrepostos de Frutas e Hortaliças e cria o Entreposto do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que hodiernamente o problema do barateamento do custo da vida, porque este tem forte repercussão na ordem social e política de um povo, constitui dever precípua do Estado;

Considerando que constituem gêneros de primeira necessidade as frutas e hortaliças, vendidas a preços quasi proibitivos, e indispensáveis à dieta e higiene alimentar da população;

Considerando que a providência principal para o cumprimento daquele dever consiste na criação de entrepostos, que serão os órgãos reguladores do comércio interno de frutas e hortaliças;

Considerando que a instalação de entrepostos não só concorreria, nos centros de consumo, para o barateamento, classificação, padronização dos produtos sob controle oficial, como ainda, nos centros produtores, se refletiria como um estímulo ao alargamento das áreas culturais.

Decreta:

Art. 1.º Serão criados, nos principais centros de consumo do país, entrepostos, tendo por objetivo receber frutas e hortaliças e promover, sob classificação comercial, a sua venda, armazenagem e conservação.

Parágrafo único. Esses entrepostos ficarão diretamente subordinados à Diretoria de Organização e Defesa da Produção do Ministério da Agricultura.

Art. 2.º As frutas e hortaliças destinadas ao mercado, onde forem estabelecidos entrepostos, com exceção das incluídas no artigo 3.º terão pelos mesmos passagem obrigatória qualquer que seja a sua procedência.

Parágrafo único. Os produtos que forem julgados impróprios ao consumo e inaproveitáveis na indústria serão inutilizados pela fiscalização, não cabendo aos seus proprietários qualquer indenização.

Art. 3.º São dispensados da passagem pelo entreposto, mediante autorização prévia da Diretoria de Organização e Defesa da Produção, as frutas e hortaliças destinadas à industrialização e, bem assim, aquelas que forem vendidas, a varejo, diretamente pelos pequenos produtores cadastrados.

Art. 4.º Para fins estatísticos e de fiscalização, será criado o Registro de Fábricas de Doces e de Conservas, as quais assinarão termo de compromisso da remessa de um boletim diário, referente ao consumo dos produtos que aplicarem à sua indústria.

Parágrafo único. A falta de remessa do boletim referido ou a verificação de fraude ou de erros intencionais nos mesmos, importará na aplicação de multa, arbitrada pela Fiscalização na forma do art. 15 e, na reincidência, a ser cassada a autorização concedida.

Art. 5.º Para normalizar os suprimentos do mercado, as frutas e hortaliças serão armazenadas, sob fiscalização técnica, em câmaras frigoríficas apropriadas que funcionarão anexas ou próximas ao entreposto.

Parágrafo único. As câmaras frigoríficas, destinadas ao armazenamento de frutas e hortaliças já existentes e, bem assim, quaisquer entrepostos ou frigoríficos que venham a ser organizados, respectivamente por cooperativas ou por empresas, na forma do presente decreto-lei, ficarão sob a fiscalização do Ministério da Agricultura.

Art. 6.º Para regular funcionamento dos entrepostos e para fiel observância do art. 3.º, o Ministério da Agricultura na região em que forem eles instalados, providenciará sobre o levantamento de cadastro das propriedades que concorram para o abastecimento dos aludidos entrepostos.

Art. 7.º Salvo a taxa de frigorificação, fixada em instruções, nenhuma outra será cobrada sobre os produtos que transitarem pelos entrepostos para inspeção e classificação comercial que são obrigatórias.

Art. 8.º As operações de compra e venda, por atacado ou a varejo, efetuar-se-ão, no entreposto, mediante leilões oficiais cujo funcionamento será oportunamente regulamentado.

§ 1.º As vendas a varejo apenas serão permitidas a pequenos produtores devidamente cadastrados no Ministério da Agricultura e de preferência aos filiados a Cooperativas.

§ 2.º As vendas em leilão poderão concorrer quaisquer interessados no comércio de frutas e hortaliças.

Art. 9.º Os entrepostos de frutas e hortaliças que se organizarem no país obedecerão a plano previamente aprovado pelo Ministério da Agricultura.

Art. 10.º Será permitida a instalação de entrepostos criados por associações de classes, cooperativas de agricultores, com prévia aprovação do plano de instalação, da localização e das taxas e condições de funcionamento dos mesmos.

Art. 11.º Ainda às empresas que se proponham a construir frigoríficos modelo para armazenagens de frutas e hortaliças, serão concedidas isenções de impostos e facilidades para a importação da necessária aparelhagem de frio.

Art. 12.º As câmaras frigoríficas a que se refere o art. 5.º deste decreto-lei poderão, a juízo da Diretoria de Organização e Defesa da Produção ser cedidas a cooperativas de agricultores para a sua exploração comercial.

§ 1.º Essa exploração será concedida mediante termos de contrato no qual figurem as obrigações e as vantagens da concessionária.

§ 2.º As vantagens da concessionária limitar-se-ão à cobrança de taxas mínimas de armazenagens, constantes de tabela aprovada pelo Ministério, bem como da venda de gelo produzido.

§ 3.º As obrigações da concessionária, desde já, consistirão em manter as câmaras frigoríficas em perfeito estado de conservação e permanente funcionamento.

Art. 13.º O entreposto de frutas e hortaliças manter-se-á com os recursos obtidos pela arrecadação da taxa de setenta e cinco centésimos, por cento, (0.75 %) sobre o valor das operações de compra e venda realizadas.

§ 1.º Essa taxa refere-se a cada operação e recairá, em partes iguais, sobre o comprador e o vendedor, sendo reduzida à metade quando incidir sobre produtos recebidos de cooperativas ou a elas destinados.

§ 2.º Dentro do limite da arrecadação de taxas verificada, o Ministério da Agricultura poderá promover a criação de novos entrepostos nos Estados ou no próprio Distrito Federal.

Art. 14.º O entreposto receberá unidades ou grupos de unidades de produtos classificados e embalados de sorte que sua padronização e acondicionamento permitam, pela sua boa apresentação e integridade, maior valorização e melhor conservação.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura, em colaboração com associações de produtores, organizará as bases para classificação de produtos por espécie, qualidade, variedade, tipo e características convenientes.

Art. 15. Ficam terminantemente proibidos os jogos especulativos, a organização de "trusts" e as retenções de produtos dentro ou fora da área de distribuição.

Art. 16. A transgressão aos dispositivos deste decreto-lei importará na imposição de multa de 1:000\$000 a 10:000\$000, cobrável por executivo fiscal e, em caso de reincidência, na cassação da licença para negociar.

Parágrafo único. Dessas penalidades haverá recurso, dentro do prazo de trinta dias, para o Ministério da Agricultura.

Art. 17. Para orientação dos interessados o entreposto manterá um serviço de divulgação, por meio de boletins, sobre a cotação dos produtos e movimento dos leilões.

Art. 18. Compete exclusivamente aos interessados todo serviço de carga, descarga e transporte de produtos no entreposto.

Art. 19. O Governo mandará rever os impostos e taxas que estejam incidindo sobre frutas e hortaliças, visando a redução do seu valor aquisitivo.

Art. 20. O presente decreto-lei entrará em vigor na data da publicação do respectivo regulamento.

Art. 21. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 621 - - DE 18 DE AGOSTO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 36.272:792\$400, para pagamento de taxas de esgoto à The Rio de Janeiro City Improvements Company Limited, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de trinta e seis mil duzentos e setenta e dois contos, setecentos e noventa e dois mil e quatrocentos réis (36.272:792\$400), a vigorar nos exercícios de 1938 a 1945, para pagamento de diferenças verificadas entre a taxa de esgoto provisória paga no período de 30 de novembro de 1933 a 31 de dezembro de 1936 e a taxa definitiva fixada pelo Termo Aditivo de 2 de março de 1937, aprovado pelo decreto Legislativo n. 78, de 26 de maio deste mesmo ano.

Art. 2.º O pagamento a que se refere o artigo anterior será feito: — trinta e seis mil contos de réis (36.000:000\$000) em títulos da Dívida Pública, pelo valor nominal, e o restante, em dinheiro, realizado o mesmo pagamento, parceladamente, como segue: — no corrente ano de 1938, dois mil contos de réis (2.000:000\$000); nos anos de 1939 a 1944, cinco mil contos de réis (5.000:000\$000) até 15 de fevereiro de cada um deles; e em 1945, quatro mil duzentos e setenta e dois contos, setecentos e noventa e dois mil e quatrocentos réis (4.272.792\$400), compreendendo a parte em dinheiro.

Art. 3.º Fica o ministro da Fazenda autorizado a emitir, parceladamente, apólices da Dívida Pública Interna, nominativas ou ao portador, até a importância de trinta e seis mil contos de réis (36.000:000\$000), a juros de 5 % (cinco por cento) ao ano e prazo de 40 (quarenta) anos, para os fins de que trata o presente decreto-lei.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 622 — NÃO FOI PUBLICADO.

DECRETO-LEI N. 623 — DE 18 DE AGOSTO DE 1938

Aprova vários "acordos" celebrados entre a União e alguns de seus Estados

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados os acordos celebrados, em 5 de março de 1937 e 3 de abril do mesmo ano, nos termos da lei n. 199, de 23 de janeiro de 1936 e o decreto n. 23.793, de 23 de janeiro de 1934, entre o Governo da União e os Governos dos Estados de Pernambuco e Espírito Santo, respectivamente, para execução do Código Florestal no território dos mesmos Estados.

Art. 2.º Ficam igualmente aprovados os acordos celebrados, nos termos da lei n. 199, de 23 de janeiro de 1936, em 13 de janeiro, 5 de abril, 23 de abril, 30 de abril, 26 de maio, 11 de junho e 29 de junho de 1937, entre o Governo da União e os Governos dos Estados do Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Piauí, Mato Grosso, Minas Gerais e Paraíba, respectivamente, para execução dos serviços públicos relativos à classificação do algodão destinado ao comércio e consumo, bem como à fiscalização de descarregadores e prensas de algodão dentro do território dos mesmos Estados.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 624 — DE 18 DE AGOSTO DE 1938

Lei do Movimento dos Quadros de Oficiais em tempo de paz

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180, da Constituição Federal,

Decreta:

Lei do movimento dos quadros de oficiais em tempo de paz**I****PRINCÍPIOS GERAIS**

Art. 1.º A presente Lei do Movimento dos Quadros de Oficiais tem por fim regular a passagem dos oficiais pelas diferentes funções militares, tendo em vista satisfazer as necessidades do serviço e distribuir equitativamente os onus e vantagens dele decorrentes:

a) proporcionando a toda a oficialidade o indispensável e perfeito conhecimento da tropa, o completo desenvolvimento do hábito de comandar e a capacidade de instruir e administrar;

b) assegurar a presença constante nos Estados-Maiores, nos corpos, estabelecimentos e repartições militares, de um quadro mínimo, indispensável para manter a continuidade administrativa e a atividade eficiente dos diversos órgãos;

c) garantindo ao oficial, que sirva em locais de condições de vida precária, o direito de transferência para guarnições melhores, além de outras compensações.

II**CLASSIFICAÇÃO TERRITORIAL EM ZONAS E CATEGORIAS**

Art. 2.º Para os efeitos desta lei, os Estados e as guarnições são respectivamente grupados em 5 zonas e 6 categorias: as primeiras atendem aos interesses do serviço e as segundas tanto a esses interesses como aos dos oficiais:

§ 1.º As diversas zonas de serviço são assim constituídas:

1ª Zona — Rio Grande do Sul — Mato Grosso — Território do Acre — Amazonas — Pará.

2ª Zona — Paraná — Santa Catarina.

3ª Zona — Distrito Federal — Estado do Rio de Janeiro — São Paulo — Minas Gerais.

4ª Zona — Maranhão — Piauí — Goiás.

5ª Zona — Espírito Santo — Bahia — Sergipe — Alagoas — Pernambuco — Paraíba — Rio Grande do Norte — Ceará.

§ 2.º As diferentes categorias são:

1ª Categoria — Capital Federal — Niterói — Petrópolis (inclusive Estrela) — Juiz de Fora — São Paulo — Belo Horizonte — Curitiba — Porto Alegre — São Leopoldo — Fortaleza.

2ª Categoria — Taubaté — São João d'El-Rei — Santos Dumont — Itú — Caçapava — Pindamonhangaba — Rio Claro — Itajubá —

Pirassununga — Jundiá — Campinas — Campo Belo — Pouso Alegre — Tres Corações — Valença — Monte Belo — Santos — Vitória — Florianópolis — Joinville — São Salvador — Piquete.

3ª *Categoria* — Castro — Campo Grande — Itapetininga — Rio Grande — Caxias — Uruguaiana — Bagé — Jacutinga — Ouro Fino — Pirapó — Pau Grande — João Pessoa — Recife — Maceió — Aracajú — Natal — Macaé — Soledade — Cachoeira — Alegrete — Santana do Livramento — Jaguarão — Montenegro — Margem de Taquari — Uberaba.

4ª *Categoria* — Ouro Preto — Diamantina — Blumenau — Lapa — Rio Negro — Santa Maria — Cruz Alta — Ponta Grossa — Guarapuava — Belem — Dom Pedrito — São Gabriel — Santo Angelo — Rosário — Jaguarí — São Simão — Saican.

5ª *Categoria* — Ipameri — Aquidauana — Manaus — Cuiabá — Corumbá — Rincão de São Gabriel — São Borja — Quaraí — Mafra — São Francisco — Canguiri — Santiago do Boqueirão — Tres Lagoas — Terezina — Passo Fundo — Ponta Porá — Bela Vista — Varcia — Porto União — Lages — S. Luiz do Maranhão.

6ª *Categoria* — São Luiz das Missões — Óbidos — Porto Velho — Coimbra — Cáceres — Porto Murtinho — Santana do Parnaíba — Porto Esperança — Rio Branco — Rio Apa — Foz do Iguassú — Guajará Mirim — Vila Mato Grosso — Porto Taboado — Macapá — São Nicolau — Tereré — São Carlos — Barranco Branco — Porteira — Tocantins — Príncipe da Beira — Oiapoque — Cucuí — Tabatinga — Vila Bittencourt — Japurá — Içá.

§ 3.º Qualquer localidade não consignada na classificação do parágrafo anterior, será considerada como da categoria da guarnição mais próxima.

§ 4.º Sempre que venha a ser criada uma nova guarnição ou se modificarem as condições de vida de qualquer das atuais, terá ela classificada ou alterada a sua classificação pelo Exmo. Sr. Ministro da Guerra, ouvido o Estado-Maior do Exército.

III

QUADROS MÍNIMOS

Art. 3.º Em regra, todos os Estados-Maiores, corpos de tropa, estabelecimentos, repartições e outros quaisquer órgãos militares, devem estar com a totalidade dos oficiais correspondentes aos seus quadros.

A redução no efetivo dos quadros normais só é admissível por força das mutações na escala hierárquica e nas funções, ou de circunstâncias imperiosas, não devendo, tanto quanto possível, descer a menos de dois terços da totalidade desses quadros.

Parágrafo único. O efetivo mínimo de professores e instrutores nos estabelecimentos de ensino não poderá descer a menos de quatro quintos do total consignado nos respectivos quadros.

Art. 4.º No cômputo dos quadros mínimos só devem ser considerados oficiais prontos e separadamente:

- a) combatentes e os de cada espécie de serviço;
- b) nos corpos de tropa, cada grupo de postos (subalternos, capitães e oficiais superiores), que fazem parte do quadro do corpo;
- c) nos Estados-Maiores, cada agrupamento de funções (chefe e sub-chefe do E. M., chefe e sub-chefe de secção, adjuntos);
- d) nas repartições e estabelecimentos, será feito em relação à totalidade do quadro respectivo.

§ 1.º Em se tratando de comando (chefia ou direção), levar-se-á em consideração, no cômputo do quadro mínimo, a presença constante do comandante (chefe ou diretor) ou a do sub-comandante (sub-chefe ou sub-diretor).

§ 2.º O completamento dos quadros para atingir a totalidade dos efetivos previstos em tempo de paz, far-se-á rigorosamente na ordem seguinte:

Tropa, Estados-Maiores, órgãos especiais de serviços, repartições e estabelecimentos.

Para a tropa e os Estados-Maiores, será feito na ordem numérica das zonas e a partir da primeira.

IV

CONDIÇÕES DE SERVIÇO

Art. 5.º Todo oficial deverá servir durante a sua carreira militar, até o posto de tenente-coronel inclusive, obrigatoriamente:

— *O de Infantaria* — Na 1ª ou 4ª Zona ou na Foz do Iguassú (2ª Zona):

como subalterno (inclusive aspirante) — 2 anos;
como capitão — 1 ano;
como major ou tenente-coronel — 1 ano.

— *O de Cavalaria* — Na 1ª Zona:

como subalterno (inclusive aspirante) — 2 anos;
como capitão — 1 ano;
como major — 1 ano;
como tenente-coronel — 1 ano.

— *O de Artilharia* — Na 1ª ou 2ª Zona:

como subalterno (inclusive aspirante) — 2 anos;
como capitão — 1 ano;
como major ou tenente-coronel — 1 ano.

— *O de Engenharia* — Na 1ª ou 2ª Zona:

como subalterno (inclusive aspirante) — 2 anos;
como capitão — 1 ano;
como major ou tenente-coronel — 1 ano.

— *O de Aviação* — Fora da Capital Federal:

como subalterno (inclusive aspirante) — 2 anos;
como capitão — 1 ano;
como major ou tenente-coronel — 1 ano.

— *O dos Serviços* — Fora da 3ª Zona:

como subalterno (inclusive aspirante) — 2 anos;
como capitão — 1 ano;
como major ou tenente-coronel — 1 ano.

V

CLASSIFICAÇÕES — TRANSFERÊNCIAS — NOMEAÇÕES

Art. 6.º As classificações, transferências e nomeações de oficiais serão feitas:

- por necessidade do serviço;
- por interesse próprio;
- por conveniência da disciplina.

Parágrafo único. As classificações, transferências e nomeações por necessidade do serviço serão feitas exclusivamente:

- a) para completar os quadros de corpos, Estados-Maiores, repartições ou estabelecimentos;
- b) para satisfação das exigências do art. 5.º da presente lei;
- c) para o desempenho de certas funções expressas em leis ou regulamentos, que exijam requisitos especiais do nomeado;
- d) para atender solicitação do oficial interessado, depois de dois anos de ininterrupto serviço em guarnição de 6.ª categoria.

Art. 7.º O completamento dos quadros de uma guarnição far-se-á:

- a) pela designação de oficiais que tenham obrigatoriedade de servir na zona a que ela pertencer;
- b) na falta de oficiais nessas condições, e de solicitações de conformidade com a letra *d* do parágrafo único do art. 6.º, pela designação dos que sirvam há mais de dois anos em uma mesma guarnição.

§ 1.º A escolha de oficiais a serem designados para preenchimento de claros nas guarnições de 6.ª, 5.ª e 4.ª categorias será feita entre os que sirvam em guarnições de 1.ª, 2.ª e 3.ª, nessa ordem de categorias e a começar pelo mais antigo na guarnição.

§ 2.º Nenhum oficial, com menos de dois anos de oficialato, poderá ser designado para servir em guarnição de 6.ª categoria.

§ 3.º Na falta dos segundos tenentes com mais de dois anos de oficialato, serão designados para essas guarnições primeiros tenentes.

Art. 8.º Todo o oficial promovido será classificado em zona de serviço compulsório, de acordo com o art. 5.º.

Parágrafo único. Na falta de vaga, será ela aberta, com a transferência de oficial de igual posto, que já tenha satisfeito as exigências do art. 5.º.

Art. 9.º Só poderão ser designados para funções estranhas às de corpo de tropa e de Estado-Maior oficiais que já tenham cumprido as exigências de serviço estabelecidas pelo art. 5.º da presente lei.

§ 1.º Nenhum oficial combatente poderá permanecer por mais de 10 anos consecutivos afastado da tropa.

§ 2.º Nenhum oficial poderá servir por mais de 12 anos consecutivos na Capital Federal, qualquer que seja sua situação.

Art. 10. O oficial nas condições da alínea *d* do art. 6.º tem direito a solicitar transferência para outra guarnição de sua livre escolha.

Não havendo vaga, será ela aberta com a transferência do oficial que, há mais de dois anos ininterruptos, sirva na guarnição escolhida, a começar pelo mais antigo nessa mesma guarnição.

Parágrafo único. Na impossibilidade absoluta de abertura de vaga obedecendo ao critério deste artigo, será o solicitante disso cientificado e poderá, então, escolher outra guarnição, procedendo-se de modo análogo.

Art. 11. Os oficiais do Quadro de Estado-Maior serão movimentados pelo Estado-Maior do Exército.

Art. 12. O oficial transferido do quadro ordinário para o suplementar geral sem comissão determinada, permanecerá na guarnição onde se acha, até nova classificação ou nomeação.

Parágrafo único. Quando se tratar de oficial de posto superior ao do comando da guarnição, passará ele a aguardar nova classificação ou nomeação adido à guarnição mais próxima de comando superior ao seu.

Art. 13. O oficial que, por qualquer circunstância, atingir a primeira metade do quadro sem ainda ter satisfeito as exigências de arregimentação para efeito de promoção, tem o dever de solicitar a sua transferência ou classificação em zona compulsória, o que não lhe poderá ser negado.

Parágrafo único. Nenhuma reclamação poderá ser feita pelo oficial que, não tendo cumprido a obrigação imposta por este artigo, venha a sofrer restrições em seus direitos de promoção ao posto superior.

Art. 14. A transferência por conveniência da disciplina deverá ser feita, sempre que possível, para guarnição de categoria inferior àquela em que servia o oficial transferido.

§ 1.º Somente depois de devidamente punido pela falta, será o oficial transferido por conveniência da disciplina.

§ 2.º O oficial transferido por conveniência da disciplina, terá direito a passagens para si e sua família, bem como transporte para bagagem, sem direito a ajuda de custo.

Art. 15. O tempo de serviço em uma zona é contado do dia em que o oficial se apresentar na guarnição a que se destina.

§ 1.º Somente em serviço de justiça, inspeções, condução de contingentes, escoltas, comissões de serviço de remonta ou abastecimento, recebimento de numerário, captura de insubmissos e férias, por um prazo que não exceda de 60 dias em um ano (90 dias para os juizes dos Conselhos de Justiça), não se interrompe a contagem de tempo na Zona de Serviço.

§ 2.º No caso de deslocamento de tropa de uma Zona de Serviço para outra, será o serviço considerado:

- a) como na Zona da Sede, si o afastamento for inferior a 30 dias;
- b) como na Zona de Destino, e a contar do dia da partida no regresso, si o afastamento for superior àquele prazo.

VI

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 16. O oficial, durante os 3 primeiros anos em que permanecer em serviço em uma mesma guarnição de 6ª categoria, terá direito à cortagem desse tempo pelo dobro, para efeitos de transferência para a reserva ou reforma.

Parágrafo único. Terá, igualmente, direito ao acréscimo de um terço, em seu tempo de serviço, para efeitos de transferência para a reserva ou reforma, o oficial que, nas condições deste artigo, servir em guarnição de 5ª categoria.

Art. 17. Ao oficial, que, em virtude de classificação, transferência ou nomeação, tenha de mudar de guarnição, serão concedidos 30 dias de trânsito, para iniciar a viagem, a contar da data do desligamento do corpo, repartição ou estabelecimento onde esteja servindo.

§ 1.º O desligamento será feito:

a) no mesmo boletim que publicar a transferência, nomeação ou classificação, nos casos de não haver carga a passar, salvo si o oficial estiver em serviço de justiça;

b) dentro de 8 dias, nos demais casos, salvo si se tratar de oficial de administração em função de almoxarife, ou de oficial médico, na falta de outro médico militar na guarnição;

c) em prazo fixado no ato da transferência, nomeação ou classificação.

§ 2.º O prazo para desligamento do oficial em função de almoxarife é de 30 dias, a contar da publicação da transferência, nomeação ou classificação e o do médico até a chegada de um substituto.

§ 3.º Esgotados os prazos consignados nos parágrafos precedentes, será o oficial desligado e si ainda não houver terminado a passagem de carga, será nomeada pelo comandante do corpo, chefe da repartição ou do estabelecimento, uma comissão para sua conferência.

§ 4.º Dentro de uma mesma guarnição não haverá concessão de trânsito.

§ 5.º Poderão ser concedidos ao oficial chegado na guarnição de destino, até 8 dias de dispensa do serviço, para instalar-se.

§ 6.º Em caso de emergência, o Ministro da Guerra poderá suprimir ou reduzir os prazos referidos.

Art. 18. Serão responsabilizados pecuniária e disciplinarmente todos os oficiais ou funcionários que no corpo, repartição de origem ou repartição pagadora, de qualquer modo intervierem na confecção ou pagamento de folhas de vencimentos ou vantagens devidas aos oficiais que hajam esgotado os prazos de trânsito para seguir destino, consignados no art. 17 e seus parágrafos.

Parágrafo único. Igual sanção será aplicada ao comandante ou chefe que retardar por mais de 48 horas a publicação de ato oficial de transferência, nomeação ou classificação, que chegue ao seu conhecimento.

Art. 19. A publicação de ato de transferência, nomeação ou classificação, implica na cassação das férias ou dispensa de serviço em que se encontre o oficial.

Art. 20. A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 21. Para os efeitos da presente Lei serão computadas todas as frações de tempo já passadas pelos oficiais nas zonas de serviço compulsório.

Art. 22. Os acréscimos de tempo de serviço consignados no artigo 16 e seu parágrafo, só começarão a ser computados a partir de 1 de julho de 1938.

Vigorarão, até essa data, os consignados na Lei n. 23.825, de 2 fevereiro de 1934.

Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico Gaspar Dutra.

DECRETO-LEI N. 625 — DE 18 DE AGOSTO DE 1938

Aprova o acordo celebrado entre os Estados Caféeiros, em 17 de maio de 1938

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aprovado, em todos os seus termos, o acordo celebrado entre os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Parauá, Rio de Janeiro, Baía, Goiás e Pernambuco, a 17 de maio do corrente ano, na cidade do Rio de Janeiro, para a adoção de medidas e sugestões relativas à política cafeeira.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Acordo celebrado entre os Estados Caféeiros, em 17 de maio de 1938, a que se refere o Decreto-lei n. 625, de 18 de agosto de 1938

(Iniciado em 8 de maio de 1938 e terminado em 17 de maio de 1938)

ATA FINAL DOS TRABALHOS

Aos dezessete dias do mês de maio de mil novecentos e trinta e oito, na sede do Departamento Nacional do Café, à praça Mauá número sete, vigésimo andar, às quatorze horas, realizou-se, sob a presidência do Doutor Artur de Souza Costa, Ministro da Fazenda, a sessão de encerramento dos trabalhos da Conferência dos Estados Caféeiros, convocada pelo Senhor Ministro da Fazenda. A reunião fora instalada no dia oito do corrente mês, sob a presidência do Senhor Ministro da Fazenda, que expoz os fins da convocação, constantes dos seguintes itens: a) estabelecimento de uma Quota de Equilíbrio sobre a safra mil novecentos e trinta e oito — mil novecentos e trinta e nove, nos termos da cláusula décima terceira do Convênio Caféeiro de quatorze de maio de mil novecentos e trinta e sete; b) determinação de recursos financeiros ao Departamento Nacional do Café para atender os serviços da referida Quota; c) uniformização dos impostos estaduais que pesam sobre o café. Os Estados Caféeiros estiveram representados por Secretários de Fazenda e Delegados devidamente credenciados perante o Senhor Ministro da Fazenda, pela forma abaixo: Minas Gerais — Doutor Ovídio de Abreu, Secretário de Fazenda; Paraná — Doutor J. de Oliveira Franco, Secretário de Fazenda; Espírito Santo — Senhor Osvaldo Cruz Guimarães, Secretário de Fazenda; Rio de Janeiro — Senhor José Vieira de Resende e Silva, Secretário de Fazenda; São Paulo — Doutor Pergentino de Freitas, Delegado; Goiás — Doutor Benjamin da Luz Vieira, Delegado; Pernambuco — Doutor Alexandra Barbosa Lima Sobrinho, Delegado; Baía — Senhor Raul da Costa Lino, Delegado. Esses representantes dos Estados Caféeiros reuniram-se nos dias subsequentes, no mesmo local, sob a presidência do Doutor J. de Oliveira Franco, Secretário de Fazenda do Estado do Paraná, e

após vários estudos e detido exame dos elementos fornecidos pela presidência do Departamento Nacional do Café, chegaram às conclusões consubstanciadas nas cláusulas do acordo adiante transcrito: "Os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro, Paraná, Bafia, Pernambuco e Goiaz, por seus Secretários de Fazenda e Delegados infra assinados, reunidos nesta capital, nos dias nove a dezessete do mês de maio de mil novecentos e trinta e oito, sob a presidência do Senhor Ministro da Fazenda, Doutor Arthur de Souza Costa, presentes os Doutores Jaime Fernandes Guedes e Noraldino Lima, Presidente e Diretor do Departamento Nacional do Café — acordaram as medidas consubstanciadas nas cláusulas abaixo: Cláusula primeira — Considerando os elementos de que dispõem os Estados e as informações prestadas pelo Departamento Nacional do Café, a safra mil novecentos e trinta e oito — mil novecentos e trinta e nove é estimada em vinte e quatro milhões de sacas de café no máximo. Cláusula segunda — Nos termos da cláusula décima terceira do Convênio de quatorze de maio de mil novecentos e trinta e sete, o Departamento Nacional do Café fixará uma Quota de Equilíbrio sobre a safra mil novecentos e trinta e oito — mil novecentos e trinta e nove, mediante o pagamento de dois mil réis por saca de café de sessenta e meio quilos brutos, inclusive sacaria, a qual será de: a) 30 % (trinta por cento) para os cafés comuns — conforme já sugeriu o Conselho Consultivo do Departamento Nacional do Café em sua reunião de abril do corrente ano; b) 15 % (quinze por cento) para os cafés finos, com a descrição constante da indicação aprovada pelo mesmo Conselho em sessão de doze de abril do corrente ano e ampliada pelo projeto de Regulamento de Embarques elaborado pelo Departamento Nacional do Café para a safra mil novecentos e trinta e oito — mil novecentos e trinta e nove — tendo em vista a política que vem sendo seguida pelo Governo Federal para a melhoria da produção. Cláusula terceira — O produto mensal da arrecadação da quota de seis mil réis (6\$000) da taxa de doze mil réis (12\$000) a que se refere o parágrafo único do artigo sétimo do decreto-lei número dois, de treze de novembro de mil novecentos e trinta e sete, será atribuído aos Estados signatários do presente acordo proporcionalmente à razão existente entre as entradas dos cafés de produção de cada um nos portos de exportação e o total geral das entradas nestes. Cláusula quarta — As despesas com a Quota de Equilíbrio, inclusive pagamento, transporte e eliminação, que não poderão exceder de nove mil réis (9\$000) por saca, serão custeadas com os seguintes recursos: a) o produto da arrecadação da quota de seis mil réis (6\$000) atribuída ao Estado de São Paulo nos meses de novembro de mil novecentos e trinta e sete a março de mil novecentos e trinta e oito, inclusive; b) o produto da arrecadação da quota de seis mil réis (6\$000) atribuída aos demais Estados signatários deste acordo nos meses de novembro de mil novecentos e trinta e sete a junho de mil novecentos e trinta e nove, inclusive; c) o produto da venda da sacaria da Quota de Equilíbrio. Cláusula quinta — Do produto da arrecadação a que alude a alínea b da cláusula quarta, relativo aos meses de julho de mil novecentos e trinta e oito a junho de mil novecentos e trinta e nove, deduzida a quantia de mil e cem contos de réis (1.100.000\$000) mensais, o Departamento Nacional do Café entregará a cada um dos Estados signatários deste acordo, exceto São Paulo, quantia não excedente de quatro mil réis (4\$000) por saca de café. Cláusula sexta — Se a entrega aos Estados atingir o limite de quatro mil réis (4\$000) por saca, o saldo apurado após a distribuição de que trata a cláusula quinta será conservado na "Conta Especial" a que faz referência o parágrafo único do artigo sétimo do

decreto-lei número dois, citado. Cláusula sétima — O Serviço do empréstimo de vinte milhões de libras (£ 20.000.000), contraído pelo Estado de São Paulo continuará sob a responsabilidade exclusiva deste mesmo Estado e o Departamento Nacional do Café entregará para esse efeito o produto da arrecadação da quota de seis mil réis (6\$000) da taxa de doze mil réis (12\$000) do referido Estado nos meses de abril de mil novecentos e trinta e oito em diante, acrescido dos depósitos existentes nesta data no Banco do Brasil vinculados ao empréstimo, salvo a parte de aplicação diversa regulada pelo presente, completados esses recursos, se for necessário, por outros fornecidos pelo Estado de São Paulo. O produto da arrecadação da quota de seis mil réis (6\$000), da taxa de doze mil réis (12\$000) sobre saca de café, atribuído aos demais Estados na forma estabelecida na cláusula terceira deste acordo, será devolvido mensalmente, a contar de julho de mil novecentos e trinta e nove, pelo Departamento Nacional do Café, aos Estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Paraná, Bafa, Pernambuco e Goiás, para o fim de serem reduzidos nesses Estados os atuais tributos que pesam sobre o café, de modo a estabelecer-se, quanto possível, a uniformização dos mesmos tributos em todos os Estados produtores. Cláusula oitava — Continuam em vigor as disposições vigentes do Convênio Caféeiro de quatorze de maio de mil novecentos e trinta e sete que não colidirem com o presente acordo. Cláusula nona — O presente acordo será aprovado pelos Estados que o subscrevem, por decreto-lei dos respectivos Governos até o dia trinta e um do corrente mês." Para constar, eu Armando Pahim Neubern, servindo de Secretário, lavrei a presente ata que depois, de lida e aprovada vae por todos assinada. Rio de Janeiro, 17 de maio de 1938. — *A. de Souza Costa*. — *J. de Oliveira Franco*. — *Raul da Costa Lino*. — *Pergentino de Freitas*. — *Oswaldo C. Guimarães*. — *Benjamin da Luz Vieira*. — *Alexandre Barbosa Lima Sobrinho*. — *Valfredo Martins*, Diretor de Economia e Finanças, da Secretaria das Finanças do Estado do Rio de Janeiro, como representante deste, designado para assinar este acordo, conforme o ofício do Exmo. Sr. Interventor Federal, sob n. G. 1.432 desta data, dirigido ao Exmo. Sr. Ministro da Fazenda, e *Ovídio de Abreu*.

DECRETO-LEI N. 626 — DE 18 DE AGOSTO DE 1938

Revoga as alíneas "d" e "e" do decreto n. 22.872, de 29 de junho de 1933

O Presidente da República considerando que, em virtude do que dispõe o art. 2º da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935, se tornou variável a contribuição devida pelos associados ativos dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões subordinados ao Conselho Nacional do Trabalho, para a formação da respectiva receita, e que, nos termos do § 1º do mesmo artigo, cabe ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio fixar a percentagem a calcular sobre o vencimento dos referidos associados e a que corresponderá a aludida contribuição, cujo produto é mistér atinja um montante indispensável ao equilíbrio financeiro e econômico de cada instituição;

Considerando que, dos Institutos de Aposentadoria e Pensões existentes, é o dos Marítimos o único que, entre as parcelas de sua

receita, inclúe o pagamento de joia e de diferença de joia, cuja cobrança, dados os moldes em que é feita, constitue grande embaraço à contabilização, sendo preferível extinguir a competente rubrica, desde que se compense sua falta por meio da elevação da quota de contribuição, cuja fixação compete ao Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio; e finalmente,

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, Decreta:

Art. 1.º Ficam revogadas as disposições contidas nas alíneas *a* e *e* do art. 11 do decreto n. 22.872, de 29 de junho de 1933, que consideram a joia e a diferença de joia elementos de receita do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos.

Art. 2.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João Carlos Vital

DECRETO-LEI N. 627 — DE 18 DE AGOSTO DE 1938

Define os associados dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, estende o regime dessas instituições a determinados empregados e dá outras providências.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º São associados obrigatórios das Caixas de Aposentadoria e Pensões:

a) os empregados como tais definidos nos decretos ns. 20.465, de 1 de outubro de 1931, alterado pelo de n. 21.081, de 24 de fevereiro de 1932, e, com as alterações, torrado extensivo ao serviço de mineração, em geral, pelo de n. 22.096, de 16 de novembro de 1932, observadas as condições previstas nesses decretos e as alterações neste estabelecidas;

b) os empregados ou funcionários das mesmas Caixas (art. 14 da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935);

c) os empregados dos Sindicatos ou de associações dos profissionais das empresas vinculadas às mesmas Caixas, tanto de empregados como de empregadores;

d) os empregados das Cooperativas das empresas vinculadas às mesmas Caixas;

e) os professores das Escolas marítimas ou subvencionadas pelas empresas, ou Cooperativas, a que se refere a alínea anterior, e destinadas aos associados das Caixas, ou das Cooperativas, e pessoas de suas famílias;

f) os empregados das Contadorias Centrais ferroviárias, quando estranhos aos quadros do pessoal das empresas às mesmas filiadas.

Art. 2.º São associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos:

- a) os capitães, oficiais, marinheiros e demais pessoas, sem distinção de sexo ou categoria, que trabalhem, mediante vencimentos ou salários, a bordo de navios e embarcações arrolados, registrados, ou inscritos no país, nos serviços de navegação marítima, fluvial, lacustre, de portos e canais, a cargo da União, dos Estados, dos Municípios e de particulares nacionais ou estabelecidos no país;
- b) os empregados, sem distinção de sexo ou categoria, que exerçam funções nos escritórios ou em outros departamentos terrestres das empresas de navegação, diretamente relacionados tais escritórios, ou departamentos, com os serviços referidos na alínea anterior;
- c) os empregados, brasileiros ou estrangeiros, das empresas estrangeiras de navegação que funcionarem no país, mesmo sob a forma de agências, incluídos os matriculados nas Capitanias de Portos;
- d) os empregados das agências exclusivamente de serviços de navegação e os daquelas em que, havendo outros departamentos, prepondera o dos serviços marítimos;
- e) os empregados de estaleiros, diques, carreiras, oficinas de construção naval, garages, ancoradouros de reparos, ou guarda, de embarcações;
- f) todos quantos se hajam tornado associados do Instituto, de acordo com o art. 9º do decreto n. 22.872, de 29 de junho de 1933, artigo este que fica revogado;
- g) todos aqueles que prestem serviços na indústria da pesca (pescadores e profissões conexas);
- h) o presidente e os funcionários ou empregados do Instituto;
- i) os empregados dos Sindicatos ou de associações dos profissionais compreendidos neste artigo, tanto de empregados como de empregadores;
- j) os empregados brasileiros das agências e empresas brasileiras de navegação nos países estrangeiros;
- k) os empregados das Cooperativas administradas ou fiscalizadas por empresas compreendidas neste artigo;
- l) os professores e empregados das Escolas que, mantidas ou subvencionadas pelas empresas referidas na alínea anterior ou por Sindicato profissional marítimo, se destinem exclusivamente aos associados do Instituto ou pessoas de sua família.

Art. 3.º São associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários:

- a) os empregados que, sob qualquer forma de remuneração, prestem serviços a bancos, casas bancárias, casas de penhores, empresas de capitalização, cooperativas de crédito, sociedades de economia coletiva, sociedades mutualistas, Caixas Econômicas, Caixas de liquidação autônomas, empresas de administração ou venda de imóveis (estas quando operarem em empréstimos ou financiamentos), empresas para venda de títulos da Dívida Pública, excetuados, porém, os empregados do Banco do Brasil que, dentro dos 30 dias seguintes à instalação do Instituto, fizeram a opção prevista no art. 29 do decreto n. 24.615, de 9 de julho de 1934;
- b) o diretor-presidente e os funcionários ou empregados do Instituto, bem como os empregados dos Sindicatos e associações profissionais compreendidas neste artigo, tanto de empregados como de empregadores.

Art. 4.º São associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes:

a) os empregados que, sob qualquer forma de remuneração, prestem serviços aos estabelecimentos comerciais em geral, bem como:

I, os de oficina de reparos mantida pelo próprio estabelecimento comercial;

II, os dos escritórios de seguros privados, loterias e agências lotéricas, clubes de mercadorias, cooperativas de consumo, casas de câmbio e instituições ou agências de turismo;

III, os dos escritórios ou empresas de compra e venda de imóveis, ainda que rurais;

IV, os dos escritórios de propaganda e informações, de representações, comissões e consignações, de correlagens de qualquer natureza, de agentes da propriedade industrial, de mecanografia e cópias, de despachantes, de leiloeiros e de profissionais liberais;

V, os de farmácias, drogarias, hospitais, casas de saúde, policlínicas, consultórios, estabelecimentos fisioterápicos, instituições e associações de caridade, de beneficência, literárias ou culturais, fundações, instituições ou ordens religiosas (excluídos os que se dediquem ao culto ou trabalhem em razão de voto religioso);

VI, os das sociedades de radiodifusão e das empresas jornalísticas, excetuadas as oficinas gráficas;

VII, os dos estabelecimentos de ensino, educandários e asilos;

VIII, os das barbearias, salões de cabeleireiro, institutos de beleza, calistas, massagistas e manicuras;

IX, os dos açougues, peixarias, quitandas, leitarias, confeitarias, bares, cafés, botequins, restaurantes, pensões, hospedarias, hotéis, lavandarias, tinturarias, fotógrafos, edifícios de apartamentos, habitações coletivas e congêneres;

X, os dos estabelecimentos de espetáculos, de diversões públicas, casinos, clubes recreativos, associações esportivas;

XI, os dos postos de venda de gasolina e de lubrificação não explorados diretamente pelas empresas de petróleo;

b) o presidente, os diretores regionais e os funcionários empregados do Instituto, bem como os empregados dos Sindicatos e associações profissionais compreendidas neste artigo, tanto de empregados como de empregadores.

Art. 5.º São associados facultativos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciantes os comerciantes sob firma individual e os sócios administradores, ou gerentes, a que se referem os arts. 6º e 7º do regulamento aprovado pelo decreto n. 183, de 26 de dezembro de 1934, quer se tenham estabelecido antes, quer depois da publicação da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935.

§ 1.º A inscrição do associado de que este artigo trata far-se-á a seu requerimento, desde que prove não ser maior de 60 anos nem portador de moléstia incurável ou infecto-contagiosa.

§ 2.º As contribuições dos associados facultativos são devidas mensalmente, ficando automaticamente cancelada a inscrição daquele que se tiver atrasado por mais de tres meses consecutivos.

§ 3.º Os comerciantes a que se referem os artigos 6º e 7º do regulamento aprovado pelo decreto n. 183, de 26 de dezembro de 1934, e cujas inscrições foram mantidas após a expiração do prazo fixado no § 1º do art. 13 da lei n. 159, de 30 de dezembro de 1935, poderão, a qualquer tempo, tornar efetiva a sua exclusão do Instituto, não sendo, neste caso, devidas as contribuições anteriores nem restituídas as que houverem pago.

Art. 6.º A Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens e a Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Operários Estivadores passam a denominar-se, respectivamente, Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva.

Art. 7.º São associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas:

a) os empregados que, sob qualquer forma de remuneração, prestem serviços a trapiches, armazens de café, armazens reguladores, empresas de armazens gerais, empresas de armazens frigoríficos e entrepostos;

b) os trabalhadores avulsos em carga, descarga, arrumação e serviços conexos de quaisquer trapiches, ou armazens e depósitos;

c) os empregados das empresas de transportes terrestres não enumeradas neste decreto, das empresas de mudanças, das empresas funerárias, dos expressos e mensageiros;

d) os empregados das empresas de ônibus, excetuadas as que, na data da publicação do presente Decreto-Lei, já estiverem vinculadas a Caixa de Aposentadoria e Pensões;

e) os empregados das empresas distribuidoras de combustíveis, das garages e das cocheiras;

f) os motoristas de praça, carroceiros, carreiros, carreteiros, cocheiros, carregadores de carrinho de mão;

g) os trabalhadores avulsos em carga e descarga terrestre de carvão e minerais;

h) os empregados em serviços de mineração e perfuração de poços, excetuados os que trabalhem para empresas vinculadas a outro Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões, na forma deste Decreto-Lei;

i) o presidente e os funcionários ou empregados dos Sindicatos, Caixas de Acidentes e associações profissionais compreendidas neste artigo.

Parágrafo único. Não se compreendem nas alíneas deste artigo os empregados de empresas ou estabelecimentos vinculados a outro Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões, ocupados nos serviços da própria empresa ou estabelecimento, ou que pertençam ao quadro de empresas de navegação ou portuárias.

Art. 8.º São associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva:

a) os estivadores, ou trabalhadores em carga e descarga sobre água, que trabalhem, sob qualquer forma de remuneração, por conta própria, filiados a associações ou uniões, ou a serviço de empregador;

b) os conferentes, concertadores e separadores da estiva;

c) os trabalhadores avulsos em carga e descarga, sobre água, de carvão e minerais;

d) os carregadores de bagagens de passageiros, nos cais ou pontos de embarque e desembarque;

e) o Diretor-Presidente e os funcionários ou empregados do Instituto, bem como os empregados dos Sindicatos, Caixas de Acidentes e associações profissionais compreendidas neste artigo, tanto de empregados como de empregadores.

Parágrafo único. Não se compreendem nas alíneas deste artigo os empregados de empresas ou estabelecimentos vinculadas a outro Instituto ou Caixa de Aposentadoria e Pensões, ocupados nos serviços da própria empresa ou estabelecimento, ou que pertençam ao quadro de empresas de navegação ou portuárias.

Art. 9.º São associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários:

a) os empregados que, sob qualquer forma de remuneração, prestem serviços aos estabelecimentos industriais, tais como:

I, na indústria da madeira (beneficiamento, serraria, carpintaria, fabricação de artefactos de vime, junco e cortiça, tanarias e fabricação de barricas, preparação de pastas de celulose e congêneres);

II, na indústria textil (fiação, tecelagem, malharia, passamanaria e cordoaria, tinturaria e estamparia de fios e tecidos e semelhantes);

III, na indústria metalúrgica (siderurgia, metalurgia do ferro e outros metais, estamparia do ferro e outros metais, laminação e trefilação do ferro, galvanização, esmaltagem e semelhantes);

IV, na indústria química (fabricação de produtos químicos, fósforos, pólvora e explosivos, tintas, vernizes, esmaltes e corantes, extração e refinação de óleos vegetais e animais e atividades subsidiárias, fabricação de álcool industrial e outros solventes orgânicos, destilação de carvões, petróleos e derivados e congêneres);

V, na indústria do papel, papelão e respectivos artefactos;

VI, na indústria cerâmica e de produtos calcários para construção (fabricação de louça, porcelanas, vidro e artefactos, espelhos, lapidações e polimentos de vidros e cristais, material sanitário cerâmico, tijolos, telhas, manilhas, ladrilhos, azulejos e semelhantes, cimento, marmorarias e análogos);

VII, na indústria de couros, peles e respectivos artefactos;

VIII, na indústria da borracha (fabricação de pneumáticos, câmaras de ar, mangueiras, tubos, correias de transmissão, material isolante, artigos de ebonite e vulcanite, recauchutagem e semelhantes);

IX, na indústria da joalheria e gravação (estabelecimentos de lapidação, gravação e montagem de jóias);

X, na indústria do mobiliário (fabricação de móveis, tapetes, capachos e oleados, oficinas de decorações, de estufador e análogos);

XI, na indústria de confecções e vestuários;

XII, na indústria de aparelhamento elétrico (fabricação de aparelhamento elétrico em geral, de material rádio-telefônico, telegráfico e televisor, oficinas de reparação e congêneres);

XIII, na indústria de produtos farmacêuticos e de perfumarias;

XIV, na indústria gráfica (produção de livro, litografia, zincografia, fotogravura, encadernação, oficinas gráficas de jornais e revistas e congêneres);

XV, na fabricação e reparação de instrumentos e aparelhos especiais (relógios, cronômetros, instrumentos de física, astronomia, geodésia, material para medicina e cirurgia, balanças, máquinas e instrumentos de pesquisas e estudos, aparelhos fotográficos e cinematográficos, instrumentos de música e análogos);

XVI, na construção e reparação de máquinas e aparelhamento agrícola e industrial e de material de transporte;

XVII, na construção civil, hidráulica, instalação de luz, água, gás, esgotos (exceto quando a cargo de concessionários do respectivo serviço público), calefação e refrigeração de edifícios, instalação de usinas, fábricas e semelhantes);

XVIII, nas indústrias de transformação (transformação de produtos elaborados em geral, frigoríficos, beneficiamento em geral,

matadouros, xarqueadas, refinarias, usinas de laticínios, fabricação de manteiga, queijos, e cremes, padarias, fabricação de bebidas, cigarros, charutos, fumos de rolo, fumo desfiado, e análogos);

XIX, na indústria de exploração de salinas, pedreiras, barreiras e areais e de materiais de construção;

XX, nas indústrias alimentícias em geral;

b) o presidente e os funcionários ou empregados do Instituto, bem como os empregados dos sindicatos e associações profissionais, compreendidos neste artigo, tanto de empregados como de empregadores.

Art. 10. São considerados associados facultativos dos Institutos e Caixas de Aposentadorias e Pensões os empregadores, dirigentes, ou sócios, das empresas, firmas e estabelecimentos vinculados aos mesmos Institutos ou Caixas.

Art. 11. Salvo os casos especialmente regulados neste Decreto-Lei, desde que uma mesma firma, empresa, ou estabelecimento, exercite atividades compreendidas em mais de um Instituto de Aposentadorias e Pensões, a filiação dos respectivos empregados far-se-á ao Instituto que corresponder à atividade preponderante do empregador, assim considerada aquela para a qual concorram, mediata, acessória ou complementarmente, as demais atividades exercitadas.

Art. 12. O presente Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João Carlos Vital.

DECRETO-LEI N. 628 — DE 18 AGOSTO DE 1938

Abre pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 3.000:000\$000 para pagamento de juros de apólices da Dívida Pública Interna

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de tres mil contos de réis (3.000:000\$000), para atender ao pagamento (Dívida Pública) dos juros correspondentes ao 2° semestre do corrente exercício, das apólices emitidas nos termos do decreto-lei n. 501, de 16 de junho de 1938.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 629 — DE 18 DE AGOSTO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de 82:000\$000, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de oitenta e dois contos de réis (82:000\$000), como reforço à verba 1 — Pessoal — II — Pessoal Extranumerário — Sub-consignação n. 2, do atual orçamento daquele Ministério (Anexo n. 11, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937), para atender às necessidades do Serviço de Caça e Pesca.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Sousa Costa.

DECRETO-LEI N. 630 — DE 18 DE AGOSTO DE 1938

Sujeita ao pagamento do selo proporcional as liquidações de contratos de câmbio, qualquer que seja o documento apresentado

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1°. Ficam sujeitos ao selo proporcional, a que se refere a Observação constante da Tabela A, n. 12, do regulamento anexo ao decreto n. 1.137, de 7 de outubro de 1936, os documentos em geral, referentes à liquidação de contratos de câmbio, ainda que tais documentos tenham a forma de recibos, ordens telegráficas, ou qualquer outra.

Art. 2°. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 631 — DE 18 DE AGOSTO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 500:000\$000, para despesas extraordinárias (Serviços e Encargos) com a arrecadação da receita

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de quinhentos contos de réis (500:000\$000), para ocorrer às despesas com os serviços extraordinários de inspeções e outros, relativos à arrecadação da receita.

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo será distribuído ao Tesouro Nacional.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 632 — DE 18 DE AGOSTO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 175:004\$000, para pagamento de terras desapropriadas

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de cento e setenta e cinco contos e quatro mil réis (175:004\$000) para atender ao pagamento (Serviços e Encargos) das terras desapropriadas em virtude do decreto n. 15.561, de 12 de julho de 1922, e não incluídas no acordo celebrado anteriormente entre a União e os seguintes proprietários:

Manuel Pereira Pita	84:152\$000
Salgado & Ferraiol	18:146\$000
Frederico Kovarik	35:931\$000
Edmundo Jordão da S. Vargas	9:000\$000
Barão da Bocaina e outros	27:400\$000
Bernardo Soares	375\$000
	<hr/>
	175:004\$000
	<hr/>

Art. 2.º O crédito a que se refere o artigo anterior será posto à disposição do Procurador da República no Estado do Rio de Janeiro, de acordo com a sentença de desapropriação, para que a União se emita na posse das respectivas terras.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 633 — DE 18 DE AGOSTO DE 1938

Regula o exercício e define a responsabilidade do Pessoal Subalterno da Armada em exercício de função técnica

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º A responsabilidade pelo exercício das funções atribuídas ao Pessoal Subalterno da Armada fica subordinada à competência técnica para exercê-las e consequente dos cursos, e tirocínio profissionais.

Parágrafo único. O exercício de uma função, atribuída a uma determinada graduação por disposição legal, poderá ser cometida à imediatamente inferior, desde que nesta o graduado tenha todos os requisitos de acesso preenchidos e com a mesma responsabilidade que competir ao da graduação superior.

Art. 2.º A função de Mestrança, a bordo dos navios, nos Corpos e Estabelecimentos, corresponderá aos SO-MR ou excepcionalmente aos sub-oficiais de uma das Especialidades de Convés: AT, TM, SI e EP.

§ 1.º O exercício dessa função não emprestará a quem a exercer precedência hierárquica, a qual será sempre regulada pela antiguidade de graduação.

§ 2.º Os atuais Mestres efetivos em extinção continuarão a ter precedência hierárquica sobre todos os demais sub-oficiais dos diversos Quadros.

Art. 3.º Fica revogado o que sobre o assunto está previsto no Decreto n. 17.503, de 3 de novembro de 1926 e demais disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS

Henrique A. Guilhem

DECRETO-LEI N. 634 — DE 18 DE AGOSTO DE 1938

Fixa a organização da Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º A Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool terá a organização que lhe deu o art. 6º do Regulamento aprovado pelo decreto n. 22.981, de 25 de julho de 1933, percebendo os

delegados dos ministérios que dela participam os vencimentos do cargo efetivo no respectivo Ministério e mais a gratificação de sessão de que trata o artigo 14, letra "b", do mesmo regulamento.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de agosto de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS

Fernando Costa

João Carlos Vital

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 635 — DE 19 DE AGOSTO DE 1938

Institue uma delegação da Contadoria Central da República junto à Polícia Civil do Distrito Federal, e dá outras providências

O Presidente da República usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Funcionará junto à Polícia Civil do Distrito Federal uma delegação da Contadoria Central da República, a esta diretamente subordinada, e à qual caberá executar todos os serviços de escrituração e contabilidade públicas a cargo daquele Departamento, de acordo com as instruções expedidas pelo contador geral da República.

Art. 2.º Para o cumprimento deste decreto-lei, ficam criados e incluídos nas respectivas carreiras e classes do Quadro I do Ministério da Fazenda, os seguintes lugares:
Contador:

Classe K — 1

Classe J — 1

Classe I — 1

Classe H — 1

Guarda-livros:

Classe G — 2

Classe F — 2

Classe E — 2

—
Total 10
—

Com os vencimentos dos respectivos cargos.

Parágrafo único. Os cargos a que se refere o presente artigo serão preenchidos, conforme o caso, por promoção, dentre os funcionários do quadro atual, e por nomeação, de acordo com os preceitos legais vigentes.

Art. 3.º Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 51:000\$000 (cincoenta e um contos de réis), para atender às despesas do "Pessoal" com o pagamento dos vencimentos respectivos nos meses de agosto a dezembro do corrente ano.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 636 — DE 19 DE AGOSTO DE 1938

Dispõe sobre o prazo de validade de concursos realizados anteriormente à lei n. 284

O Presidente da Republica usanda da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Todos os concursos para cargos públicos federais, realizados anteriormente à vigência da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, e cujos prazos de validade hajam ou venham a expirar entre a data da referida lei e 31 de dezembro do corrente ano, ficam com a respectiva validade prorrogada até esta última data.

Art. 2.º Todos os concursos para cargos públicos federais realizados antes de entrar em vigor a citada lei, sem prazo de validade estipulado nos respectivos editais, terão essa validade terminada em 31 de dezembro deste ano.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Oswaldo Aranha.

João de Mendonça Lima.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

João Carlos Vital.

DECRETO-LEI N. 637 — DE 19 DE AGOSTO DE 1938

Transfere para o Ministério da Educação e Saúde o Colégio Militar do Ceará

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica transferido para o Ministério da Educação e Saúde, com todos os bens moveis e imóveis que o compõem, o Colégio Militar do Ceará, ora dirigido pelo Ministério da Guerra.

Parágrafo único. O Colégio Militar do Ceará, uma vez efetivada a transferência, passará a denominar-se Colégio Floriano.

Art. 2.º Será ministrada, obrigatoriamente, no Colégio Floriano, a instrução militar, de modo que os alunos terminem o curso secundário como reservista de 2.ª categoria.

Parágrafo único. O ministro da Guerra designará os instrutores necessários ao ensino militar no Colégio Floriano.

Art. 3.º Os professores vitalícios militares serão aproveitados em outros estabelecimentos de ensino do Ministério da Guerra.

Art. 4.º Todo o pessoal civil efetivo será transferido para o Ministério da Educação e Saúde. O pessoal extranumerário passará a ser administrado pelo Ministério da Educação e Saúde.

Parágrafo único. Aos atuais professores civis efetivos ficam asseguradas as vantagens que lhes confere o art. 14 do decreto-lei número 103, de 23 de dezembro de 1937.

Art. 5.º O Colégio Floriano concederá matrículas gratuitas nos mesmos termos em que as concede o Colégio Pedro II.

§ 1.º Serão reservadas, com gratuidade, a orfãos de militares, 20 % das matrículas.

§ 2.º Os filhos de militares, bem como os filhos de pais pobres e os que pertençam a prole numerosa, terão direito a um abatimento nas matrículas, pela forma que for estabelecida em regulamento.

Art. 6.º Os alunos do Colégio Floriano poderão continuar a usar o uniforme atual.

Art. 7.º O ministro da Guerra e o ministro da Educação e Saúde assinarão um contrato que regule, em todos os seus pontos, a transferência de que trata o presente decreto-lei.

Art. 8.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, mas o estabelecimento transferido entrará a ser dirigido pelo Ministério da Educação e Saúde a partir de 1 de janeiro de 1939.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 638 — DE 19 DE AGOSTO DE 1938

Suspende a execução do decreto n. 23.794, de 23 de janeiro de 1934

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere a Constituição Federal, decreta:

Art. 1°. Fica suspensa, até o fim do corrente ano, a execução do decreto n. 23.794, de 23 de janeiro de 1934.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de agosto de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 639 — DE 20 DE AGOSTO DE 1938

Modifica o decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1°. O decreto-lei n. 406, de 4 de maio último, fica modificado na seguinte forma:

a) suprimindo-se, no art. 1°, inciso III, as palavras: “de qualquer natureza”;

b) substituindo-se o art. 12 pelo seguinte:

“Art. 12. Os estrangeiros vindos para o Brasil em caráter temporário compreendem as seguintes categorias:

a) turistas, visitantes em geral e viajantes em trânsito; cientistas, professores, homens de letras e conferencistas;

b) representantes de firmas comerciais estrangeiras e os que vierem em viagem de negócios;

c) artistas, desportistas e congêneres.

Parágrafo único. Os estrangeiros classificados neste artigo poderão tornar permanente sua estada no território nacional, satisfeitas as exigências que forem estabelecidas no regulamento da presente lei.”

c) substituindo-se o art. 13 pelo seguinte:

“Art. 13. O desembarque dos estrangeiros em trânsito que tenham de demorar no país até trinta (30) dias só será permitido se apresentarem à autoridade consular brasileira, para o visto, o passaporte já legalizado pela autoridade consular do país a que se destinam.”

d) substituindo-se o art. 17 pelo seguinte:

“Art. 17. O agricultor ou técnico de indústria rural, quando houver ingressado no país prevalecendo-se da preferência da quota (art. 16), não poderá abandonar a profissão durante o período de quatro (4) anos consecutivos, contados da data do seu desembarque, salvo autorização do Conselho.”

e) substituindo-se o art. 22 pelo seguinte:

“Art. 22. Dentro do limite da quota, não havendo prejuízo à segurança nacional nem impedimento oposto pela Saúde e Imigração, e para o fim de legalização de documentos, poderá a Polícia autorizar, excepcionalmente, o desembarque de estrangeiros, mediante caução em dinheiro, correspondente ao preço da passagem de volta.

Parágrafo único. Findo o prazo concedido pela Polícia e não satisfeitas as exigências, será o estrangeiro repatriado, correndo a respectiva despesa por conta da caução.”

f) substituindo-se o art. 28 pelo seguinte:

“Art. 28. Dentro do prazo de trinta (30) dias, contados da data do desembarque, o estrangeiro deverá apresentar-se, para o registo, à autoridade policial competente.

§ 1º. Durante o prazo de quatro (4) dias, contados da data do desembarque ou entrada no território nacional, qualquer mudança de trabalho, emprego ou domicílio importará novo registo perante a autoridade policial, que dará ciência devida ao Conselho de Imigração e Colonização.

§ 2º. Se não houver mudança de trabalho ou emprego, o registo será apenas revalidado anualmente, até que se esgote o prazo.

§ 3º. Os estrangeiros atualmente residentes em território nacional deverão, também, registrar-se.”

g) substituindo-se o art. 29 pelo seguinte:

“Art. 29. Nenhum estrangeiro maior de dezoito (18) anos poderá residir ou exercer quaisquer atividades nas zonas urbanas do país, sem obter carteira de identidade fornecida pelos serviços policiais de identificação.”

h) suprimindo-se o parágrafo único do art. 29;

i) substituindo-se o art. 31 pelo seguinte:

“Art. 31. Os estrangeiros atualmente residentes no Brasil terão o prazo de um (1) ano para cumprimento do disposto nos arts. 28 e 29.”

j) substituindo-se o art. 33 pelo seguinte:

“Art. 33. Os empregadores farão constar do livro de registo dos empregados se forem estrangeiros, além de outras informações que o regulamento desta lei estabelecer, a nacionalidade e o caráter da admissão no território nacional.”

k) substituindo-se o art. 34 e seu parágrafo pelo seguinte:

“Art. 34. Nenhum estrangeiro admitido em caráter temporário poderá empregar-se no país, ressalvados os casos das letras b e c do art. 12.”

l) substituindo-se o art. 43 e seus parágrafos pelo seguinte:

“Art. 43. O estrangeiro que tenha entrado no Brasil legalmente em caráter permanente, e que dele se ausentar por prazo não superior a dois (2) anos poderá regressar mediante simples autorização da Polícia, constante de documento especial na forma do regulamento.

Parágrafo único. A validade dessa licença de retorno poderá ser prorrogada por mais um ano pela autoridade consular."

m) substituindo-se o art. 58 pelo seguinte:

"Art. 58. As operações de câmbio manual ou compra e venda de moedas em espécie só poderão ser efetuadas pelos estabelecimentos que se habilitarem na forma desta lei e seu regulamento.

Parágrafo único. As atuais casas de câmbio dessa natureza e as atuais agências de turismo cessarão seu funcionamento até 31 de dezembro do corrente ano."

n) substituindo-se o art. 59 e seu parágrafo pelo seguinte:

"Art. 59. A venda de passagens para viagens aéreas, marítimas ou terrestres só poderá ser efetuada pelas respectivas companhias, armadores, agentes, consignatários, e pelas agências autorizadas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na forma desta lei.

Parágrafo único. Os estabelecimentos que desejarem operar em câmbio manual ou venda de passagens deverão solicitar autorização ao Ministério da Fazenda, quanto à primeira parte, e ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, quanto à segunda, e só poderão funcionar depois de feita a prova de possuírem capital mínimo de 250:000\$ (duzentos e cinquenta contos de réis) e de fazerem a caução de 100:000\$ (cem contos de réis), no Tesouro Nacional, em moeda corrente ou apólices da dívida pública federal."

o) substituindo-se o art. 66 pelo seguinte:

"Art. 66. O estrangeiro que houver ingressado no país como agricultor ou técnico de indústrias rurais, prevalecendo-se da preferência da quota (art. 16), e for encontrado, dentro do prazo de quatro (4) anos contados da data de seu desembarque, fora das atividades a que se propôs, poderá ser expulso ou repatriado, sem prejuízo das demais sanções impostas por esta lei e seu regulamento."

p) substituindo-se o art. 67 pelo seguinte:

"Art. 67. O empregador estabelecido em zona urbana, que admitir empregado estrangeiro sem carteira de identidade policial, devidamente anotada, fica sujeito à multa de quinhentos mil réis a dois contos de réis (500\$ a 2:000\$), e ao dobro na reincidência.

Parágrafo único. O empregador estabelecido em zona rural que admitir empregado estrangeiro sem a exibição da carteira de identidade policial, devidamente anotada, ou certificado de inscrição perante autoridade policial competente, fica sujeito à multa de cem mil réis a quinhentos mil réis (100\$ a 500\$), e ao dobro na reincidência."

q) substituindo-se o art. 70 pelo seguinte:

"Art. 70. As multas serão impostas pelo diretor de Imigração e demais autoridades que superintenderem o serviço de fiscalização, de acordo com o que for estabelecido pelo regulamento desta lei."

r) incluindo-se, após o art. 70, os seguintes artigos, alterada a numeração dos subsequentes:

“Art. 71. Antes da decisão final do processo de expulsão por motivo de infração desta lei e seu regulamento, quando não haja prejuízo para a ordem pública, a segurança nacional, ou a estrutura das instituições, poderá a autoridade, a pedido do acusado, convertê-la em multa de um conto de réis (1:000\$000) e repatriamento.

Art. 72. Os estrangeiros que desembarcarem sob condição, e não comparecerem ao Serviço de Registo de Estrangeiros para cumprimento das formalidades exigidas, dentro do prazo de quarenta e oito (48) horas, contado do desembarque da embarcação, ficam sujeitos à multa de cem mil réis (100\$000), não havendo dolo.

Art. 73. As sociedades, firmas e particulares que deixarem de encaminhar aos núcleos ou colônias os estrangeiros introduzidos no país sob a sua responsabilidade, ficam sujeitos à multa de um conto de réis a dez contos de réis (1:000\$ a 10:000\$000), independente das despesas de repatriamento do estrangeiro, se essa medida se fizer necessária.

Art. 74. Todo indivíduo que se apresentar para admissão em território nacional em nome de outrem ou de indivíduo falecido; que procurar burlar esta lei e seu regulamento sob nome suposto ou fictício; vender ou oferecer à venda, sem ter para isto competência regulamentar, empregar ou tiver em seu poder, sem ser funcionário de repartição competente, ou falsificar impressos, carimbos, sinetes ou carteiras de identidade cujos modelos constem do regulamento desta lei; expedir, usar, possuir, obter, aceitar, ou receber documento, passaporte, ou visto para entrada em território nacional ou cumprimento das formalidades estabelecidas nesta lei e seu regulamento, sabendo ser o mesmo forjado, falsificado, alterado, feito falsamente ou sem o cumprimento das formalidades legais, ou obtido por meio de fraude ou ilegalmente, será detido, processado e sujeito à multa de um conto de réis a dez contos de réis (1:000\$000 a 10:000\$000), ou à pena de 2 a 4 anos de prisão; e mais à expulsão, se for estrangeiro.

Art. 75. É proibido o aliciamento de trabalhadores nacionais, com fins de emigração, sem autorização prévia, por escrito, do Conselho de Imigração e Colonização.

Pena: 2 a 4 anos de prisão

Art. 76. Os estrangeiros que deixarem de comunicar à autoridade policial competente qualquer mudança de residência ou emprego, ficam sujeitos à multa de dez mil réis (10\$000), ainda que não haja dolo.

Art. 77. Aquele que aliciar clandestinamente trabalhadores com o fim de levá-los, quer de uma para outra localidade do mesmo Estado, quer de um Estado para outro, fica sujeito à prisão celular de dois (2) meses a um (1) ano e multa de 500\$ a 2:000\$000.

Art. 78. Os estrangeiros atualmente residentes no Brasil que não se registarem dentro do prazo de um (1) ano da vigência desta lei, ficam sujeitos à multa de quinhentos mil réis (500\$000), ou expulsão, havendo dolo."

s) substituindo-se o art. 72 pelo seguinte:

"Art. Os encargos criados para a União pela execução desta lei serão custeados pela receita oriunda das seguintes fontes:

- a) selo de imigração;
- b) multas constantes desta lei;
- c) venda de lotes de terras pertencentes à União;
- d) prestações pagas pelos colonos nos núcleos, colônias e centros mantidos pela União."

t) substituindo-se no inciso 1 da tabela para cobrança do selo a palavra "pessoa" por "passaporte";

u) substituindo-se, nos incisos 5, 6 e 7 da mesma tabela, a palavra "visto" pela palavra "licença";

v) substituindo-se nas "Observações" da mesma tabela, o item 1 pelo seguinte:

"1) O selo a que se referem os incisos 1 e 7 será cobrado nos Consulados. O dos incisos 2, 3 e 4 no Departamento de Imigração; o dos incisos 5, 6 e 8 na Polícia, e o dos 9 e 10 no Ministério da Justiça."

Art. 2º. As atribuições conferidas ao Departamento de Imigração e à Diretoria de Terras e Colonização nesta lei, no decreto-lei n. 406, de 4 de maio de 1938, e no seu regulamento serão exercidas, respectivamente, pelo atual Departamento Nacional do Povoamento e pelo atual Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização.

Art. 3º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

João Carlos Vital.

DECRETO-LEI N. 640 — DE 22 DE AGOSTO DE 1938

Cria, no arquipélago de Fernando de Noronha, uma Colônia Agrícola, destinada à concentração e trabalho de indivíduos reputados perigosos à ordem pública, ou suspeitos de atividades extremistas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica criada, no arquipélago de Fernando de Noronha, ora sob a jurisdição do Governo Federal, uma Colônia Agrícola, destinada à concentração e trabalho de indivíduos reputados perigosos à ordem pública, ou suspeitos de atividades extremistas.

Art. 2.º Para a instalação e funcionamento da Colônia, poderá o Ministério da Justiça e Negócios Interiores utilizar, no todo ou em parte, o crédito aberto pelo Decreto-Lei n. 151, de 30 de dezembro de 1937, para as despesas de material e pessoal, e, bem assim, os recursos a que se refere a sub-consignação n. 3 — Justiça do Distrito Federal — 01) — I — Diversos — da verba 3 — Serviços e Encargos — do Anexo 4 do art. 3º do Decreto-Lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937.

Art. 3.º As obras que se tornarem necessárias à instalação da Colônia, bem como ao melhor aproveitamento dos imóveis existentes no referido local, poderão ser feitas sob o regime de adiantamento, na forma do art. 267, letra e do Regulamento Geral de Contabilidade Pública.

Art. 4.º Para a instalação e administração da Colônia, o Ministro da Justiça e Negócios Interiores baixará as instruções que julgar convenientes, e admitirá o pessoal extranumerário que for necessário. Poderá também designar para ali terem exercício funcionários da administração federal, atribuindo-lhes diárias e ajudas de custo.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Arthur de Souza Costa.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 641 — DE 22 DE AGOSTO DE 1938

Autoriza a Imprensa Nacional a promover a distribuição das suas edições por meio de revendedores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. A Imprensa Nacional fica autorizada a promover a distribuição das suas edições por meio de revendedores, aos quais concederá desconto arbitrado pelo diretor, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de agosto de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 642 — DE 24 DE AGOSTO DE 1938

Dispõe sobre o pagamento de dividas da antiga Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro S. A., decorrente de sentenças judiciais

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1°. Os pagamentos resultantes de sentenças judiciais proferidas em ações propostas contra a antiga Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro S. A., encampada pela União "ex-vi" da lei n. 420, de 10 de abril de 1937, serão efetuados na forma do artigo 95 da Constituição.

Art. 2°. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 643 — DE 24 DE AGOSTO DE 1938

Subordina o Instituto Federal de Ecologia ao ministro da Agricultura e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1°. O Instituto Federal de Ecologia Agrícola do Ministério da Agricultura, a que se refere o decreto n. 2.089, de 25 de outubro

de 1937, será directamente subordinado ao respectivo ministro de Estado e terá por fim coordenar e orientar todas as pesquisas relativas ao meio físico, com referência à agricultura.

Art. 2º. O Instituto Federal de Ecologia Agrícola com os próprios recursos promoverá as suas pesquisas no território nacional.

Art. 3º. O Instituto Federal de Ecologia Agrícola será constituído de:

- 1) Diretoria com 3 Secções Técnicas — 1ª Climatologia Agrícola — 2ª — Solos e Análises Vegetais e 3ª — Botânica Agrícola;
- 2) Observatório meteorológico-agrário central;
- 3) Horto Botânico-Agrário.

Art. 4º. O Instituto Federal de Ecologia Agrícola será instalado na Fazenda Aurora, de propriedade da União, no município de Nova Iguaçu, Estado do Rio de Janeiro.

Art. 5º. Os trabalhos do Instituto Federal de Ecologia Agrícola serão executados por funcionários pertencentes ao quadro único do Ministério da Agricultura, e por pessoal extranumerário admitido na forma da legislação em vigor.

Art. 6º. Fica creada, no referido quadro, a carreira de Agrônomo Ecologista, assim constituída:

5 — classe L

10 — classe K

Parágrafo único — O provimento desses cargos far-se-á nos termos da legislação em vigor.

Art. 7º. O Governo expedirá oportunamente o Regulamento do Instituto Federal de Ecologia Agrícola, assinado pelo ministro de Estado dos Negócios da Agricultura.

Art. 8º. Fica extinta a secção de Ecologia Agrícola do Instituto de Biologia Vegetal, passando todo o seu material para o Instituto Federal de Ecologia Agrícola.

Art. 9º. O Governo incluirá no orçamento da União para 1939, os recursos necessários à manutenção do Instituto Federal de Ecologia Agrícola.

Art. 10. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Revogam-se os artigos ns. 2, 3, 4, 5, 6 e 10, do decreto n. 2.089, de 25 de outubro de 1937, e as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de agosto de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 742 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1938

Dispõe sobre a nomeação de escrivães da Justiça do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os cargos de escrivães das varas cíveis, de orfãos e ausentes, provedoria e resíduos, dos feitos da fazenda pública, de registros públicos, e das pretorias cíveis, serão providos um terço, mediante concurso, por escrivães das varas criminaes, de acidentes no trabalho, de menores, das pretorias criminaes e, dois terços, por livre escolha do Governo.

Art. 2.º Os cargos de escrivães das varas criminaes, de acidentes no trabalho, de menores e das pretorias criminaes serão providos, um terço mediante concurso dentre os escreventes juramentados destas e de quaisquer das varas referidas no art. 1º e, dois terços, por livre escolha do Governo.

Art. 3.º As duas primeiras nomeações serão de livre escolha do Governo.

Art. 4.º Ficam revogados os arts. 3º e 4º do Decreto n. 18.848, de 16 de julho de 1929.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Negrão de Lima.

DECRETO-LEI N. 743 — DE 27 DE SETEMBRO DE 1938

Dispõe sobre pagamento de diárias e ajudas de custo aos membros do Conselho Nacional de Educação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica revogado o art. 12 da Lei n. 154, de 6 de janeiro de 1936.

Art. 2.º Os membros do Conselho Nacional de Educação, sejam ou não funcionários públicos, perceberão, quando residentes no Distrito Federal, diárias de 100\$000, e, quando residentes em outros pontos do país diárias de 200\$000, além de ajudas de custo equivalentes aos preços das passagens.

Art. 3.º As diárias, de que trata o artigo anterior, serão pagas na medida do comparecimento. Não serão pagas mais de vinte diárias em cada mês.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de setembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 744 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1938

Cria um cargo de Tesoureiro, padrão "D", no Quadro XIV, do Ministério da Viação e Obras Públicas

O Presidente da República, usando da atribuição que lho confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica criado um cargo de Tesoureiro, padrão "D" (Agência Postal Telegráfica de 1ª classe em São João da Boa Vista), no Quadro XIV — Diretoria Regional dos Correios e Telégrafos de São Paulo — do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 745 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1938

Transfere à Associação "Lar Proletário" a propriedade de um terreno da União, situado à rua Ricardo Machado, nesta capital, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica transferida gratuitamente à Associação "Lar Proletário" a plena propriedade de um terreno pertencente à União, situado à rua Ricardo Machado, nesta capital, com a área de 81.989m2,31, e as seguintes confrontações: 34m,90 no rumo (1938) de 3°12' NW, a partir da divisa com o prédio n. 138; 42m,15 no rumo de 1°23' NE, limitando estes 2 alinhamentos com terrenos de Fernando Fonseca Pinheiro; 85m,50 e 45m,55 nos rumos de, respectivamente, 66° 28' NE e 71° 17' NE, com os fundos dos terrenos dos prédios à rua Ricardo Machado, de quem de direito; 105m,70 no rumo 22° 58' NW, com quem de direito; 101m,20 e 67m,40 nos rumos de 60° 42' SW e 31°46' NW, com terrenos da S. A. Lameiro; 168m,10, 31m,10 e 186m,40, nos rumos de 62°07' SW, 28°58' NW e 63°37' SW, com quem de direito e com terrenos do Domínio da União; 214m,85 e 42m,55 nos rumos de 26°10' SE e 86°54' SE, com terrenos da União; 15m,10 no rumo de 3°06' NE com a rua Abílio; curva circular de 30m,30 de raio ângulo central 25,80°,01', desenvolvimento 136m,44, corda 47m,10, no rumo de 41°03' NE, com uma praça sem nome; e, finalmente, 211m,35 no rumo de 76°57' NE, com a rua Ricardo Machado.

Art. 2º. A Associação "Lar Proletário" utilizará a área total do terreno transferido exclusivamente na construção de habitações populares, de acordo com os seus estatutos.

Art. 3º. No ato de transferência se determinará:

- a) os prazos para as construções do terreno doado;
- b) as condições necessárias para que a cessão surta os resultados referidos no art. 2º;
- c) a reversão do terreno e das benfeitorias nele existentes, ou que venham a existir, para o Domínio da União, no caso de inobservância de qualquer dessas determinações;
- d) fiscalização necessária ao cumprimento das condições estipuladas.

Art. 4º. Fica a Associação "Lar Proletário" isenta dos impostos e taxas que possam incidir sobre as construções a que alude o artigo 2º.

Art. 5º. Uma vez pago o preço de aquisição de cada casa, pelo respectivo morador, ficará o imóvel instituído em bem de família, nos termos da legislação em vigor, dispensada a publicação de editais para tal fim.

Art. 6º. Mantida a doação ao "Lar Proletário" dos dois terrenos situados entre as ruas Alegria e Couto de Magalhães, antiga Baixada Fluminense, com as áreas de 9.384m² e 43.616m², respectivamente, e cuja transferência se fará, igualmente, de acordo com as determinações do art. 3º, ficam revogadas as demais disposições do decreto-lei n. 57, de 10 de dezembro de 1937 e quaisquer outras contrárias ao presente decreto-lei.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 746 — DE 28 DE SETEMBRO DE 1938

Dispõe sobre a realização de concursos nos estabelecimentos de ensino superior das Universidades equiparadas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica extensivo às Universidades equiparadas o disposto no decreto-lei número 271, de 12 de fevereiro de 1938.

Art. 2º. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de setembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 747 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 750:000\$000 para o Conselho Nacional do Petróleo

O Presidente da República, tendo em vista o que dispõe o art. 16, parágrafo único, do decreto-lei n. 538, de 7 de julho de 1938 e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de setecentos e cinquenta contos de réis (Rs. 750:000\$000), para atender, no corrente exercício, às despesas de instalação e custeio do Conselho Nacional do Petróleo, sendo:

Pessoal	200:000\$0
Material	550:000\$0
	<hr/>
	750:000\$0
	<hr/>

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 748 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1938

Dispõe sobre o pagamento de gratificação aos membros da Comissão de Eficiência do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. O pagamento da gratificação de função que compete aos membros da Comissão de Eficiência do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio pelo art. 16 do decreto-lei n. 579, de 30 de julho de 1938, correrá, no presente exercício, pela sub-consignação n. 4/01 — Gratificações especiais — Título IV — Gratificações e Auxílios — da verba 1 — Pessoal — do vigente orçamento da despesa do referido Ministério.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 749 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 85:550\$000, para liquidação de despesas (material) da Inspeção Geral de Iluminação

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de oitenta e cinco contos quinhentos e cinquenta mil réis (Rs. 85:550\$000), para liquidação dos compromissos decorrentes da mudança e instalação da Inspeção Geral de Iluminação, e aluguéis do novo prédio, na seguinte base:

Aluguéis de julho a dezembro de 1937	35:550\$0
Moveis e aparelhos	28:000\$0
Montagem e desmontagem, transporte e adaptação.....	15:000\$0
Instalação elétrica, de gás, etc.	7:000\$0
	<hr/>
	85:550\$0

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 750 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 9.866:000\$000, para aquisição de material ferroviário

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de nove mil, oitocentos e sessenta e seis contos de réis (Rs. 9.866:000\$000), destinado à aquisição dos seguintes materiais ferroviários:

<i>Para o trecho São Tiago — São Luiz:</i>	
116 kms. de linha, com os respectivos acessórios e	
26 aparelhos de mudança de via	5.472:000\$0
<i>Para o trecho D. Pedrito — Santana do Livramento:</i>	
93 kms. de linha, com os respectivos acessórios e	
24 aparelhos de mudança de via	4.394:000\$0
	<hr/>
	9.866:000\$0

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 751 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de 15:000\$000, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de quinze contos de réis (Rs. 15:000\$000), em reforço à Verba 2 — Material — III — Diversas Despesas — item 14) — Tribunal de Apelação do Distrito Federal — Sub-consignação n. 24, do atual orçamento daquele Ministério (anexo n. 4 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937).

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 752 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 62:594\$400, para pagamento à "The Amazon Telegraph Co. Ltd."

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de sessenta e dois contos, quinhentos e noventa e quatro mil e quatrocentos réis (62:594\$400), para atender ao pagamento devido (Material) à "The Amazon Telegraph Company Limited", pelo serviço de expedição de telegramas da extinta Justiça Eleitoral, no período de 1934 a 1937, inclusive.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 753 — DE 29 DE SETEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 668:000\$000, para construção de obras complementares do porto de São Borja

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de seiscentos e sessenta e oito contos de

réis (668:000\$000), para atender às despesas de construção de um edifício para a administração e de armazens para o porto de São Borja, no Estado do Rio Grande do Sul, como obras complementares às que estão sendo levadas a efeito no referido porto.

Rio de Janeiro, 29 de setembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 754 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1938

Cria a Caixa Reguladora de Empréstimos, dispõe sobre consignações em folha de pagamento dos servidores da Prefeitura do Distrito Federal e dá outras providências

O Presidente da República:

Considerando o interesse da administração pública na economia bem regulada de seus servidores;

Considerando a necessidade de eliminar as condições onerosas e vexatórias a que estão sujeitos os servidores da Prefeitura do Distrito Federal, quando obrigados a contrair empréstimos para atender a necessidades de emergência;

Considerando ser imprescindível fixar limites quer quanto à taxa de juros dos empréstimos, quer quanto a percentagem de desconto em vencimentos, para consignações;

Considerando, de outra parte, as condições de difícil recuperação em que ora se encontra o vultoso patrimônio do Montepio dos Empregados Municipais, cuja finalidade exige a sua imediata restauração em bases sólidas e usando a faculdade que lhe confere o art.180, da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criada na Prefeitura do Distrito Federal a Caixa Reguladora de Empréstimo (C. R. E.), que funcionará sob a superintendência do Secretário Geral de Finanças, até que, instalado o Instituto de Previdência do Distrito Federal, seja a este incorporada.

Art. 2.º A C. R. E. tem por fins:

a) proceder à liquidação dos empréstimos contraídos até a data deste Decreto-Lei, pelos servidores da Prefeitura do Distrito Federal, com o Montepio dos Empregados Municipais e, até a data do Decreto-Lei n. 312, com outras instituições autorizadas a efetuar empréstimos comuns, sem garantia hipotecária, mediante consignação em folha aos referidos servidores;

b) conceder empréstimos aos servidores da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 3.º A partir da data deste Decreto-Lei, só serão permitidos descontos, mediante consignação em folha, para os seguintes fins, a favor das entidades adiante enumeradas:

a) contribuições ou emolumentos fixados em lei e devidos à Prefeitura do Distrito Federal;

b) pagamento de quotas de subsistência devidas a cônjuges ou filhos em virtude de sentença judiciária;

c) amortização e juros de empréstimos devidos à C. R. E. nos termos deste Decreto-Lei;

d) pagamento de joia e mensalidades destinadas a fins de assistência médica, beneficência ou amparo de família, e devidos ao Montepio dos Empregados Municipais, à Assistência Médico Cirúrgica dos Empregados Municipais e a outras associações já existentes, de beneficência dos servidores da Prefeitura do Distrito Federal; e bem assim pagamento de alugueis descontados em favor do Montepio dos Empregados Municipais;

e) prestações de empréstimos, para aquisição ou construção de imóveis, devidas ao Instituto Nacional de Previdência e à Caixa Econômica;

f) prêmios de pecúlio e outras contribuições devidas ao Instituto de Previdência do Distrito Federal ou ao Instituto Nacional de Previdência;

g) pagamento, em liquidação, dos descontos autorizados e obrigatórios de que trata o Decreto-Lei n. 312, de 3 de março de 1938, devidos por serventuários federais que passam ao serviço da Prefeitura;

h) prestações para liquidação de empréstimos realizados posteriormente à data do Decreto-Lei n. 312, bem como de empréstimos com garantia hipotecária, e devidos a consignatários autorizados, com exceção do Montepio dos Empregados Municipais.

Parágrafo único. Os descontos a que se refere a alínea "d" deste artigo cessarão a partir do início das operações do I.P.D.F.

Art. 4º. A C. R. E. assumirá, com a garantia da Prefeitura do Distrito Federal, a responsabilidade da liquidação dos empréstimos a que se refere a letra a do art. 2º, apurando, à vista dos elementos fornecidos em obediência ao disposto no art. 2º do Decreto Municipal n. 6.219, a importância dos créditos à data deste decreto-lei, e procedendo ao respectivo pagamento, do modo seguinte:

a) em relação ao Montepio dos Empregados Municipais: feita a dedução de dez por cento (10 %) do valor total de seu crédito, será o saldo apurado resgatado em noventa e seis (96) prestações mensais uniformes, calculadas à taxa de juros de oito por cento (8 %) ao ano;

b) em relação a cada um dos demais consignatários: apurado o total dos créditos, à taxa de juros que tenha servido à operação, resgatará essa importância em vinte e quatro (24) prestações mensais uniformes, usando para o cálculo dessas prestações a mesma taxa de juros que para o dos créditos, limitada entretanto ao máximo de dez por cento (10 %) ao ano.

Art. 5º. Em virtude da operação procedida pela C.R.E., nos termos do artigo anterior, serão a seu favor descontadas mensalmente, em folha de pagamento, e até final resgate, as importâncias correspondentes às consignações dos serventuários cujos débitos foram encampados, calculadas essas novas consignações pelo modo seguinte:

a) a taxa de juros será a de oito por cento (8 %) ao ano;

b) o débito apurado de cada consignante experimentará uma redução correspondente a oito décimos (0.8) de seu estipêndio ou vencimento mensal, não podendo entretanto essa redução ser superior a vinte por cento (20 %) do próprio débito;

c) o débito resultante, pela aplicação do disposto na alínea "b", se superior a doze (12) vezes o estipêndio ou vencimento mensal será trazido a este limite por cancelamento do excedente;

d) o prazo de resgate será de tres (3), quatro (4), cinco (5) ou seis (6) anos, conforme seja o débito líquido após as deduções das alíneas "b" e "c", respectivamente;

I, igual ou inferior a duas vezes o estipêndio ou vencimento mensal do consignante;

II, superior a duas e igual ou inferior a tres e meia vezes;

III, superior a tres e meia e igual ou inferior a cinco vezes;

IV, superior a cinco vezes.

Art. 6º. A C. R. E. fará empréstimo em dinheiro aos servidores da Prefeitura nas seguintes condições:

a) juros de um por cento (1 %) ao mês;

b) prazo de um (1) a seis (6) semestres completos;

c) valor máximo da consignação incluindo consignações anteriores em vigor; vinte por cento (20 %) do estipêndio ou vencimento mensal.

Parágrafo único. Não será permitido liquidar um empréstimo para contrair novo antes de haver sido pago um terço (1/3) das prestações devidas, fixado, porém, o mínimo de quatro prestações.

Art. 7º. Poderá, também, a C. R. E. conceder empréstimos de emergência para o fim especial de atender a encargos decorrentes de funeral ou assistência médica não provida pela Assistência Médico-Cirúrgica dos Empregados Municipais.

§ 1º. O empréstimo de emergência será feito mediante prova verídica de sua necessidade, apurada no ato e também posteriormente à operação, à taxa de juros de meio por cento (1/2 %) ao mês e ao prazo máximo de vinte quatro (24) meses; não devendo exceder de vinte e cinco por cento (25 %) do estipêndio ou vencimento mensal do serventário, o valor máximo da consignação resultante, incluindo consignações anteriores em vigor.

§ 2º. O empréstimo de emergência obtido mediante prova fraudulenta, importa na reposição pelo serventário prestamista da importância indevidamente conseguida, e na pena de suspensão pelo prazo mínimo de um mês, com perda total dos vencimentos, tanto para o prestamista, como para o serventário da C. R. E., conivente na fraude, sem prejuízo da ação penal que no caso couber. Quando o prestamista for serventário inativo, além da reposição da quantia indevidamente recebida e da responsabilidade criminal que no caso couber, sofrerá a pena de perda total dos proventos da inatividade pelo prazo mínimo de um mês.

Art. 8º. No caso de falecimento do consignante, fica automaticamente extinta a dívida com o desconto realizado no mês anterior ao do óbito.

Art. 9º. É facultado à C. R. E. contrair empréstimos, com entidades autorizadas pelo Prefeito, ao juro máximo de dez por cento (10 %) ao ano, com a garantia da Prefeitura, para efetuar as operações de que trata a letra b do art. 2º.

§ 1º. Para início das referidas operações, bem como para atender às despesas de instalação e as de manutenção da C. R. E. no presente exercício far-lhe-á a Prefeitura um empréstimo em apólices municipais do Distrito Federal, até a importância total de oito mil contos de réis (8.000.000\$000), valor nominal.

§ 2º. A garantia da Prefeitura prevalecerá para as operações realizadas até a data da instalação do I. P. D. F., sendo substituída pela garantia deste Instituto, nas operações subsequentes.

Art. 10. A administração da C. R. E. será exercida por um Diretor Gerente, um Tesoureiro e um Contador, designados em comissão pelo Prefeito, mediante proposta do Secretário Geral de Finanças.

Parágrafo único. O quadro e os vencimentos do pessoal necessário aos serviços da C. R. E. serão fixados pelo Prefeito, no regulamento que expedir para o seu funcionamento.

Art. 11. Revogam-se as disposições em contrário.

Distrito Federal, 30 de setembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 755 — DE 30 DE SETEMBRO DE 1938

Prorroga até 31 de outubro de 1938 o prazo estabelecido no Decreto-Lei n. 150, de 30 de dezembro de 1937

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que perduram os motivos determinantes da providência adotada no Decreto-Lei n. 150, de 30 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 31 de outubro de 1938 o prazo fixado no Decreto-Lei n. 150, de 30 de dezembro de 1937, e já prorrogado até 30 de setembro do corrente ano pelo Decreto-Lei n. 532, de 1 de julho último.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de setembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Fernando Costa.

Francisco Campos.

RIO DE JANEIRO
IMPRESA NACIONAL
1939

COLEÇÃO DAS LEIS
DA
REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL
DE
1938

VOLUME IV
DECRETOS - LEIS
(OUTUBRO A DEZEMBRO)



— RIO DE JANEIRO —
IMPRENSA NACIONAL — 1939

ÍNDICE

1938

DECRETOS-LEIS

	Págs.
N. 756 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de outubro de 1938 — Cria as funções de Secretários de Estado da Viação e Obras Públicas e dá outras providências.....	3
N. 757 — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de outubro de 1938 — Autoriza a permuta de um terreno da União por outro pertencente à Prefeitura do Distrito Federal, e dá outras providências	4
N. 758 — GUERRA — Decreto-lei de 3 de outubro de 1938 — Autoriza a aquisição, pelo Ministério da Guerra, de um prédio em Belo Horizonte, destinado à instalação do Quartel-General da Infantaria Divisionária da 4ª Divisão de Infantaria.....	4
N. 759 — FAZENDA — Decreto-lei de 3 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de 700:000\$ à verba que especifica.....	5
N. 760 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 4 de outubro de 1938 — Suspende, até 31 de dezembro de 1938, o regime instituído no decreto-lei n. 144, de 29 de dezembro de 1937, para o serviço da linha de navegação aérea de Uberaba-Goiânia, a cargo da Viação Aérea São Paulo S. A.....	5
N. 761 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 4 de outubro de 1938 — Dispõe sobre o exame dos processos concernentes à cooperação financeira da União com as instituições culturais de ordem privada.....	6
N. 762 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 4 de outubro de 1938 — Declara extinto um cargo vago da classe K, da carreira de Oficial administrativo da Secretaria da Câmara dos Deputados.....	6

	Págs.
N. 763 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 4 de outubro de 1938 — Declara extinto um cargo excedente da classe G da carreira de Contínuo do Quadro único da Secretaria da Câmara dos Deputados....	7
N. 764 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 4 de outubro de 1938 — Cria cargos de Consul de 3ª classe..	7
N. 765 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 5 de outubro de 1938 — Modifica o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal, e dá outras providências..	7
N. 766 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de outubro de 1938 — Autoriza destaque de verba para melhor instalação da Colônia de Pescadores, de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.	9
N. 767 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 5 de outubro de 1938 — Retifica o art. 1º do decreto-lei n. 685, de 14 de setembro de 1938	9
N. 768 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de 37:311\$200 à verba que indica	10
N. 769 — TRABALHO — INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 6 de outubro de 1938 — Autoriza o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários a contratar com a Fundação Ataulpho de Paiva (Liga Brasileira contra a Tuberculose), a construção de um novo edifício no terreno onde está construída a sede social da referida fundação.	10
N. 770 — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de outubro de 1948 — Abre o crédito suplementar de 90:000\$000, à verba que especifica.	11
N. 771 — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 75:000\$000, para despesa de mudança e instalação do Conselho Federal de Comércio Exterior.....	11
N. 772 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 6 de outubro de 1938 — Prorroga até 31 de dezembro de 1938, o prazo a que se refere o art. 57, alínea d, do decreto-lei n. 288, de 23 de fevereiro de 1938.....	12
N. 773 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 329:000\$, para pagamento de pessoal.....	12
N. 774 — GUERRA — Decreto-lei de 7 de outubro de 1938 — Dispensa o requisito do art. 9º, letra a, do decreto-lei n. 38, de 2 de dezembro de 1937, aos oficiais do extinto Quadro de Intendentes	12

N. 775 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 7 de outubro de 1938 — Considera os motoristas de carros particulares associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, e dá outras providências.....	13
N. 776 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — RELAÇÕES EXTERIORES — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 7 de outubro de 1938 — Dispõe sobre especialização e aperfeiçoamento de funcionários públicos civis federais no estrangeiro, e dá outras providências.	14
N. 777 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 7 de outubro de 1938 — Cria, no Departamento Geral de Transporte, da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, da Prefeitura do Distrito Federal, quatro (4) lugares de Engenheiros-Chefes de Divisão e dá outras providências	16
N. 778 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de outubro de 1938 — Dispõe sobre o Instituto Nacional de Tecnologia.....	16
N. 779 — GUERRA — Decreto-lei de 11 de outubro de 1938 — Altera a organização provisória do Quadro de Oficiais de Administração do Exército, e dá outras providências.	18
N. 780 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de outubro de 1938 — Cria, no Ministério da Agricultura, uma Estação Experimental de Plantas Entomotóxicas, e dá outras providências.....	19
N. 781 — FAZENDA — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 12 de outubro de 1938 — Regula a comunhão de interesses entre portadores de debêntures..	20
N. 782 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 13 de outubro de 1938 — Transforma provisoriamente a Secção Estatística Territorial, da Diretoria de Estatística da Produção, no Serviço de Coordenação Geográfica, com as funções de secretaria geral do Conselho Nacional de Geografia e órgão técnico dos serviços geográficos da Comissão Censitária Nacional	24
N. 783 — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de outubro de 1938 — Concede uma pensão especial à viúva e uma filha menor de Manuel Carlos da Cunha, falecido em consequência de agressão no desempenho de seu cargo.....	25
N. 784 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 50:000\$, para as despesas iniciais da VIII Conferência Mundial de Educação.....	25

N. 785 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de outubro de 1938 — Altera a discriminação da sub-consignação n. 24 da Verba 24 — Material do atual organismo do Ministério da Educação.....	26
N. 786 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de 31.679:000\$, às verbas que especifica.....	27
N. 787 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de 616:371\$300, às verbas que especifica.....	28
N. 788 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério do Trabalho, o crédito especial de 8:129\$000, para pagamento de gratificações.....	28
N. 189 — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 13:862\$000, para pagamento de gratificações.....	29
N. 790 — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de outubro de 1938 — Autoriza a alienação de casas do Domínio da União a funcionários federais	29
N. 791 — RELAÇÕES EXTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de outubro de 1938 — Reorganiza o Ministério das Relações Exteriores	30
N. 792 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 17 de outubro de 1938 — Autoriza a requisição de adiantamentos nos casos que especifica, e dá outras providências.....	39
N. 793 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 18 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito de 50:000\$000, para despesas com a formatura de alunos de estabelecimentos da Universidade de Brasil	40
N. 794 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — RELAÇÕES EXTERIORES — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto de 19 de outubro de 1938 — Aprova e baixa o Código de Pesca.....	40
N. 795 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 19 de outubro de 1938 — Retifica o art. 4º do Decreto-lei n. 577, de 29 de julho de 1938	52
N. 796 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — GUERRA — MARINHA — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 19 de outubro de 1938 — Dispõe sobre a Comissão Censitária Nacional.....	52

Págs.

N. 797 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de 800:000\$000, para pagamento de gratificações.	53
N. 798 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 200:000\$000, para ocorrer à instalação do Serviço do Pessoal.	53
N. 799 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito suplementar de 1.117:700\$000, às verbas que especifica.	54
N. 800 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 20 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito suplementar de 29:500\$000, à verba que especifica.	56
N. 801 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei n. 801, de 21 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 2.000:000\$000, destinado à construção de edifícios para as Diretorias Regionais dos Correios e Telégrafos em Recife e Belem.	57
N. 802 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — EXTERIOR — Decreto-lei de 21 de outubro de 1938 — Dispõe sobre o Conselho Nacional de Cultura	57
N. 803 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 24 de outubro de 1938 — Cria o cargo de Corregedor na Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências.	58
N. 804 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — RELAÇÕES EXTERIORES — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 24 de outubro de 1938 — Prorroga o prazo de que trata o parágrafo único do art. 3º do decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938.	60
N. 805 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de 4.200:000\$000, para o custeio de diversas obras subordinadas à Inspeção Federal de Obras contra as Secas	60
N. 806 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 25 de outubro de 1938 — Eleva a alçada dos prefeitos civis da Justiça do Distrito Federal.	61
N. 807 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 25 de outubro de 1938 — Determina a forma de recolhimento, ao Banco do Brasil, dos bens a que se refere o decreto n. 24.230, de 12 de maio de 1934.	61

N. 808 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 26 de outubro de 1938 — Extingue um cargo da classe K da carreira de oficial administrativo do Quadro Único da Secretaria da Câmara dos Deputados.....	62
N. 809 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — RELAÇÕES EXTERIORES — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 26 de outubro de 1938 — Faz alterações no decreto-lei n. 406, de 4 de maio e no decreto n. 3.010, de 20 de agosto último.....	62
N. 810 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 26 de outubro de 1938 — Transforma em extintos os cargos excedentes das classes E e F da carreira de Mestre de Eletricidade, do Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas.....	63
N. 811 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de outubro de 1938 — Retifica o decreto-lei n. 645, de 25 de agosto de 1938.....	64
N. 812 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de outubro de 1938 — Manda ficar sem aplicação, no orçamento do Ministério da Agricultura, a importância de 640:000\$000 na verba que especifica e abre o crédito suplementar de igual quantia a outras verbas do mesmo Ministério.....	64
N. 813 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de outubro de 1938 — Autoriza o emprego de um saldo de 382:000\$000 nas obras de construção da Escola Técnica do Exército.....	65
N. 814 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito suplementar de 12.080:000\$000 à verba que especifica, e dá outras providências.....	65
N. 815 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de outubro de 1938 — Dispõe sobre a aplicação do saldo de uma dotação orçamentária do Ministério da Educação.....	66
N. 816 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 27 de outubro de 1938 — Estabelece medidas para a primeira edição dos conselheiros da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate.....	67
N. 817 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 50:000\$000, para a concessão de auxílio ao I Congresso Brasileiro de Otorrinolaringologia.....	68
N. 818 — FAZENDA — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 27 de outubro de 1938 — Prorroga por	

Págs.

60 dias o prazo para a vigência do art. 5º e parágrafo único do decreto-lei n. 710, de 17 de setembro de 1938..	68
N. 819 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 27 de outubro de 1938 — Faculta ao empregado dispensado, nas condições que estabelece, continuar a contribuir para a respectiva instituição de previdência social, e dá outras providências.....	68
N. 820 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 20:000\$000, para pagamento à Soiedade Rural do Triângulo Mineiro.....	70
N. 821 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — EDUCAÇÃO E SAÚDE — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — GUERRA — AGRICULTURA — FAZENDA — Faz diversas alterações nos orçamentos da despesa dos Ministérios da Justiça, Educação, Viação, Guerra e Agricultura, para o exercício de 1938	70
N. 822 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 120:000\$000, para aquisição de material destinado ao prosseguimento dos estudos da febre aftosa.	74
N. 823 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de outubro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 849:200\$100, para pagamento de auxílios devidos a empresas de fiação de seda nacional e à Inspetoria de Sericicultura de Barbacena.....	74
N. 824 — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de outubro de 1938 — Prorroga até 31 de dezembro de 1938 o prazo estabelecido no decreto-lei n. 150, de 30 de dezembro de 1937.	74
N. 825 — GUERRA — Decreto-lei de 28 de outubro de 1938 — Retifica a lei n. 534, de 7 de outubro de 1937, na parte relativa a área do terreno, mandado adquirir em Santana do Livramento, para o Ministério da Guerra.....	75
N. 826 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de outubro de 1938 — Modifica a lei n. 549, de 20 de outubro de 1937	75
N. 827 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 31 de outubro de 1938 — Transforma em cargos permanentes dois excedentes da carreira de Ajudante de Agente, do Quadro XXI do Ministério da Viação e Obras Públicas	77
N. 828 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de novembro de 1938 — Aprova as retificações feitas no regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo, a que se refere o decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938	77
N. 829 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 4 de novembro de 1938 — Autoriza a permuta de um terreno	

	Págs.
da União, situado em Blumenau, Estado de Santa Catarina, por outro, na mesma cidade.....	78
N. 830 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 4 de novembro de 1938 — Declara feriado nacional o dia 10 de novembro de 1938.....	78
N. 831 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de novembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de 2.309:000\$000 às verbas que especifica.....	79
N. 832 — GUERRA — MARINHA — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de novembro de 1938 — Regula as consignações feitas em folha de pagamento pelo pessoal militar dos Ministérios da Guerra e da Marinha.....	81
N. 833 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de novembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 61:290\$000, para pagamento do imóvel desapropriado.....	86
N. 834 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de novembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de 1.090:000\$000 à verba que especifica.....	87
N. 835 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de novembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito suplementar de 733:000\$000, à verba que especifica.....	87
N. 836 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 7 de novembro de 1938 — Extingue a Secretaria Geral do Interior e Segurança da Prefeitura do Distrito Federal, e dá outras providências.....	88
N. 837 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 8 de novembro de 1938 — Equipara os vencimentos do cargo de Inspetor Técnico da antiga Diretoria Geral de Assistência, da Prefeitura do Distrito Federal, aos de Sub-Diretores da atual Diretoria de Higiene e Assistência Médico-Hospitalares, da Secretaria Geral de Saúde e Assistência.....	89
N. 838 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de novembro de 1938 — Estende à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal o abono provisório a que se refere o Decreto n. 24.174, de 25 de abril de 1934.....	90
N. 839 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 8 de novembro de 1938 — Modifica a legislação do ensino.....	90
N. 840 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 8 de novembro de 1938 — Cria, no Quadro III, do Ministério da Educação e Saúde, um cargo de Diretor, em comissão do padrão L (Colégio Floriano).....	91
N. 841 — Decreto-lei n. 841 — Não foi publicado.	

Págs.

N. 842 — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de novembro de 1938 — Fixa os vencimentos dos membros da Comissão Executiva do Conselho Nacional de Política, e dá outras providências.	91
N. 843 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 9 de novembro de 1938 — Dispõe sobre a substituição eventual do Gerente da Administração do Porto do Rio de Janeiro.	92
N. 844 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 9 de novembro de 1938 — Regula a concessão de lotes de terra, nos núcleos coloniais custeados pelo Governo Federal, aos reservistas de primeira categoria do Exército.	92
N. 845 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — RELAÇÕES EXTERIORES — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 9 de novembro de 1938 — Dispõe sobre o desconto, em folha de pagamento, de quotas de subsistência de esposa e filhos.	93
N. 846 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 9 de novembro de 1938 — Institue o "Dia do Município", regula a sua celebração, e dá outras providências.	94
N. 847 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 9 de novembro de 1938 — Transforma em cargo de Almojarife o de Zelador da Secretaria do Tribunal de Apelação.	95
N. 848 — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de novembro de 1938 — Autoriza a cunhagem de 1.500:000\$000 em moedas de níquel.	95
N. 849 — FAZENDA — Decreto-lei de 9 de novembro de 1938 — Autoriza o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda a mandar cunhar na Casa da Moeda a importância de dez mil contos de réis (10.000:000\$000) em moedas divisionárias de "cupro-níquel"	96
N. 850 — FAZENDA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 11 de novembro de 1938 — Autoriza o aforamento de uma área de terreno no cais de Santa Rita e Cinco Pontas, da cidade do Recife.	97
N. 851 — RELAÇÕES EXTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de novembro de 1938 — Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 500:000\$000, para custear despesas com a 3ª Conferência Internacional Americana, a reunir-se em Lima.	98
N. 852 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — RELAÇÕES EXTERIORES — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 11 de novembro de 1938 — Mantém, com modificações, o decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934, e dá outras providências.	98

	Pags.
N. 853 — RELAÇÕES EXTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 11 de novembro de 1938 — Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito suplementar de 1.854:800\$000, e dá outras providências	103
N. 854 — FAZENDA — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 12 de novembro de 1938 — Dispõe sobre o serviço de loterias e dá outras providências.....	103
N. 855 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 12 de novembro de 1938 — Modifica o padrão de vencimentos do cargo de diretor do Colégio Universitário da Universidade do Brasil.	114
N. 856 — GUERRA — Decreto-lei de 12 de novembro de 1938 — Autoriza a entrega de um imóvel ao Governo de Santa Catarina.	115
N. 857 — GUERRA — Decreto-lei de 12 de novembro de 1938 — Retifica uma falha na carreira de operário de material bélico da classe G, Quadro I, do Ministério da Guerra, constante das tabelas anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, e do decreto n. 1.909, de 23 de agosto de 1937..	115
N. 858 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 14 de novembro de 1938 — Cria um cargo de engenheiro mecânico-eletricista, no Quadro I, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências.....	116
N. 859 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 16 de novembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito suplementar de 3.840:000\$000 à verba que especifica.	117
N. 860 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 16 de novembro de 1938 — Extingue um cargo vago na Secretaria do extinto Senado Federal.....	118
N. 861 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 16 de novembro de 1938 — Extingue um cargo no Quadro Único da Secretaria do extinto Senado Federal.....	118
N. 862 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 20:000\$000, para ocorrer às despesas de instalação da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal.....	118
N. 863 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de novembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de 50:000\$000, para auxiliar o Automovel-Clube do Brasil na organização do Congresso Nacional de Estradas de Rodagem.	119
N. 864 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 17 de novembro de 1938 — Autoriza, nas condições que estabelece, a cobrança, em prestações duodecimais,	

no exercício de 1939, dos impostos predial, territorial e de licença de localização, relativos aos exercícios anteriores a 1938, e dá outras providências.....	119
N. 865 — RELAÇÕES EXTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de novembro de 1938 — Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 200:000\$000, para despesas de viagem	122
N. 866 — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de novembro de 1938 — Autoriza a permuta do domínio útil de um terreno da União pelos terrenos atualmente ocupados pelo Centro Hípico Brasileiro e Clube Esportivo de Equitação.....	122
N. 867 — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de novembro de 1938 — Dispõe sobre o recolhimento da arrecadação federal ao Banco do Brasil, e dá outras providências.....	123
N. 868 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 18 de novembro de 1938 — Cria, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário.....	125
N. 869 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 18 de novembro de 1938 — Define os crimes contra a economia popular, sua guarda e seu emprego.....	126
N. 870 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 18 de novembro de 1938 — Reconhece, aos oficiais de justiça da extinta justiça federal o direito à disponibilidade e à aposentadoria, na forma do art. 182 da Constituição.	128
N. 871 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 18 de novembro de 1938 — Reorganiza a Secretaria Geral de Saúde e Assistência, da Prefeitura do Distrito Federal, fixa o seu quadro de pessoal e dá outras providências.	129
N. 872 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Transfere ao Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva e domínio útil de tres lotes pertencentes à União	134
N. 873 — GUERRA — Decreto-lei de 19 de novembro de 1938 — Autoriza a aquisição de um prédio no Estado do Rio Grande do Sul, para sede do Estabelecimento de Subsistência da 3ª Região Militar.....	135
N. 874 — FAZENDA — Decreto-lei de 21 de novembro de 1938 — Cria uma Caixa Econômica Federal, autônoma, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências.....	135
N. 875 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de novembro de 1938 — Dispõe sobre a fiscalização federal de todas as linhas e serviços da rede de viação férrea da "The Leopoldina Railway Company, Limited", relativa aos contratos de concessão celebrados entre essa companhia e os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, e dá outras providências.....	136

	Pags.
N. 876 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 23 de novembro de 1938 — Dispõe sobre criação de uma comarca no Estado do Piauí.....	137
N. 877 — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de novembro de 1938 — Abre o crédito especial de 100:000\$000, para ocorrer ao pagamento referente à ultimateção de obras e despesas de instalação do Departamento Administrativo do Serviço Público, deduzindo essa importância da verba atribuída, no orçamento vigente, ao extinto Conselho Federal do Serviço Público Civil.....	138
N. 878 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 23 de novembro de 1938 — Cria um Consulado de carreira em Viena e extingue o Consulado em Budapest.....	138
N. 879 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de novembro de 1938 — Torna sem aplicação a importância de 20:000\$000, na verba que especifica, do Ministério da Agricultura e abre o crédito de igual quantia para estudos de adaptação de motores a explosão do sistema de gasogênio.	139
N. 880 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 23 de novembro de 1938 — Cria um Consulado em Gdynia, República da Polônia	139
N. 881 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 23 de novembro de 1938 — Modifica o decreto-lei n. 680, de 12 de setembro de 1938.	140
N. 882 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 23 de novembro de 1938 — Dispõe sobre o pessoal docente do Colégio Universitário da Universidade do Brasil.....	140
N. 883 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de novembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 5:410\$000, para pagamento de diferença de vencimentos.	141
N. 884 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de novembro de 1938 — Autoriza o Ministério da Viação e contratar com o Comptoir des Acieries Belges o fornecimento de trilhos e acessórios para a Estrada de Ferro Central do Brasil, e dá outras providências.	141
N. 885 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de novembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito suplementar de 60:000\$000 à verba que especifica.	142
N. 886 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 24 de novembro de 1938 — Altera disposições do decreto-lei n. 592, de 4 de agosto de 1938, e estabelece os moldes por que se ha de organizar a Comissão de Meteorologia até à expedição do respectivo regulamento...	142

Pags.

N. 887 — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de novembro de 1938 — Aprova alterações feitas no regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo a que se refere o decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938.	145
N. 888 — MARINHA — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de novembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Marinha, o crédito suplementar de 7.720:000\$000 às verbas que especifica.	146
N. 889 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 24 de novembro de 1938 — Eleva à categoria de Embaixada a representação diplomática do Brasil na Colômbia.	147
N. 890 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 24 de novembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de 26.500:000\$000, à verba que especifica.	147
N. 891 — RELAÇÕES EXTERIORES — EDUCAÇÃO E SAÚDE — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — MARINHA — GUERRA — AGRICULTURA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 25 de novembro de 1938 — Aprova a Lei de Fiscalização de Entorpecentes.	148
N. 892 — GUERRA — Decreto-lei de 26 de novembro de 1938 — Torna extensiva à guarnição militar de Belem do Pará as vantagens estabelecidas no decreto-lei n. 64, de 14 de dezembro de 1937	166
N. 893 — FAZENDA — AGRICULTURA — Decreto-lei de 26 de novembro de 1938 — Dispõe sobre o aproveitamento agrícola da Fazenda Nacional de Santa Cruz e de outros imóveis da União	166
N. 896 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de novembro de 1938 — Concede um prêmio ao cientista Paulo Estevão de Berredo Carneiro, pela descoberta dos princípios ativos do "curare" e abre crédito especial para o respectivo pagamento.	171
N. 895 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de novembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 13:200\$, para pagamento de pessoal.	171
N. 896 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de novembro de 1938 — Abre, pelo Ministério do Trabalho, o crédito especial de 152:900\$, para despesas do Conselho de Imigração e Colonização.	172
N. 897 — FAZENDA — Decreto-lei de 26 de novembro de 1938 — Autoriza a alienação de um movel de propriedade da União.	172
N. 898 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — GUERRA — MARINHA — FAZENDA — RELAÇÕES EXTERIORES — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — AGRICULTURA —	

EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 27 de novembro de 1938 — Autoriza a construção de um mausoléu em homenagem aos oficiais e soldados que morreram na defesa da Pátria, contra o golpe comunista de 1935.....	172
N. 899 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de novembro — Retifica a classificação do cargo de Químico do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas....P.....	173
N. 900 — FAZENDA — Decreto-lei de 28 de novembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de 116.284:213\$400, às verbas que especifica.....	173
N. 901 — MARINHA — Decreto-lei de 28 de novembro de 1938 — Concede favores especiais a um sargento da Marinha de Guerra transferido para a inatividade.....	174
N. 902 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 29 de novembro de 1938 — Dispõe sobre a criação do Quadro de Enfermeiros no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal	175
N. 903 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 29 de novembro de 1938 — Extingue a 5ª Divisão Provisória do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal e dá outras providências.	175
N. 904 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 30 de novembro de 1938 — Proíbe a exportação de sementes de oiticica e promove medidas de amparo aos interesses dos produtores e industriais dessa matéria prima.....	176
N. 905 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 30 de novembro de 1938 — Prorroga o prazo a que se refere o art. 33 do Decreto-lei n. 791, de 14 de outubro de 1938.	177
N. 906 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 30 de novembro de 1938 — Cria uma Legação na Iugo-Eslávia.	177
N. 907 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 30 de novembro de 1938 — Cria um Consulado Privativo em Letécia, na Colômbia.....	178
N. 908 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 30 de novembro de 1938 — Suprime o Consulado em Belgrado.	178
N. 909 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 30 de novembro de 1938 — Cria um Consulado em Salto, Uruguai.	178
N. 910 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 30 de novembro de 1938 — Dispõe sobre a duração e condições do trabalho em empresas jornalísticas.....	179
N. 911 — FAZENDA — GUERRA — Decreto-lei de 1 de dezembro de 1938 — Concede um empréstimo de réis 9.000:000\$0 à Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra e dá outras providências.....	183

Pags.

N. 912 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de dezembro de 1938 — Retifica o artigo único do Decreto-lei n. 785, de 13 de outubro de 1938.....	183
N. 913 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de dezembro de 1938 — Dispõe sobre a cessão de terrenos destinados à construção da sede da Casa do Pequeno Jornaleiro, da cidade do Rio de Janeiro	184
N. 914 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de dezembro de 1938 — Dispõe sobre demissão e aposentadoria dos funcionários do Banco do Brasil.....	185
N. 915 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de dezembro de 1938 — Dispõe sobre o imposto de vendas e consignações, define a competência dos Estados para sua cobrança e arrecadação e dá outras providência.....	185
N. 916 — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de dezembro de 1938 — Dispõe sobre a aplicação do crédito suplementar aberto pelo Decreto-lei n. 759, de 3 de outubro de 1938.....	187
N. 917 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 120.000:000\$000, para aquisição de material rodante destinado à Estrada de Ferro Central do Brasil.....	187
N. 918 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 1 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de 300:000\$000 à verba que especifica.....	187
N. 919 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 1 de dezembro de 1938 — Altera o n. 2 do art. 13 da lei n. 537, de 11 de outubro de 1937, no tocante à aceitação do máximo do valor nos objetos de correspondência postal.	188
N. 920 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 1 de dezembro de 1938 — Organiza os serviços da Presidência da República.....	188
N. 921 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto de 1 de dezembro de 1938 — Cria taxa de inspeção sanitária a que ficam sujeitos os estabelecimentos que abatem animais para os mercados interestadual e internacional e manipulam ou por qualquer forma, industrializam produtos ou sub-produtos de origem animal.....	189
N. 922 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — RELAÇÕES EXTERIORES — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 2 de dezembro de 1938 — Regula a situação de mensalistas e diaristas que se acham em disponibilidade	192

N. 923 — FAZENDA — Decreto-lei de 2 de dezembro de 1938 — Cria um cargo, classe C, na carreira de datilógrafo do Quadro VIII do Ministério da Fazenda.....	193
N. 924 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 2 de dezembro de 1938 — Corrige falha encontrada na carreira de Motorista, do Quadro Único, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.....	193
N. 925 — GUERRA — MARINHA — Decreto-lei de 2 de dezembro de 1938 — Estabelece o Código da Justiça Militar	194
N. 926 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — AGRICULTURA — Decreto-lei de 5 de dezembro de 1938 — Dispõe sobre a constituição, funcionamento e fiscalização das sociedades cooperativas de seguros.....	253
N. 927 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 5 de dezembro de 1938 — Cria cargos na carreira de Inspetor de Previdência, no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.....	254
N. 928 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 6 de dezembro de 1938 — Extingue um cargo de Auxiliar de Portaria, padrão H, da Secretaria do extinto Senado Federal.....	254
N. 929 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 15.000:000\$0, para despesas (Serviços e Encargos) da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, e dá outras providências.....	255
N. 930 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 6 de dezembro de 1938 — Prorroga o prazo a que se refere o art. 1º do Decreto-lei n. 576, de 29 de julho de 1938.....	256
N. 931 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 6 de dezembro de 1938 — Dispõe sobre acréscimos de vencimentos de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, sem direito a acesso.....	256
N. 932 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 6 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, um crédito de 1:300\$000, suplementar à verba 2ª — Material — sub-consignação 17 do orçamento vigente.	257
N. 933 — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 7 de dezembro de 1938 — Estende aos cursos superiores de ensino agrícola e veterinário os dispositivos do decreto-lei n. 421, de 11 de maio de 1938, e dá outras providências.	257
N. 934 — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de dezembro de 1938 — Aprova alterações feitas no regulamento em vigor para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo...	258

N. 935 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 8:666\$700, para atender ao pagamento de vencimentos.....	259
N. 936 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de 290:991\$800 — para pagamento de diferenças de vencimentos.....	260
N. 937 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 8 de dezembro de 1938 — Dispõe sobre a aposentadoria dos capitães de navios nacionaes nas condições do art. 1º do decreto-lei n. 78, de 17 de dezembro de 1937, e não pertencentes ao Lloyd Brasileiro.....	260
N. 938 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — AGRICULTURA — Decreto-lei de 8 de dezembro de 1938 — Sujeito à autorização do Governo o funcionamento das sociedades constituídas para fins de mineração ou de aproveitamento industrial das águas e da energia hidráulica, e dá outra providência.....	261
N. 939 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de 400:000\$, às verbas que especifica.....	262
N. 940 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de réis 1.781:300\$, às verbas que especifica.....	263
N. 941 — FAZENDA — Decreto-lei de 8 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 113:600\$0 para atender à restituição de apólices e pagamento dos respectivos juros (Dívida Pública).....	264
N. 942 — FAZENDA — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — RELAÇÕES EXTERIORES — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 10 de dezembro de 1938 — Orça a Receita Geral e fixa a Despesa da União para o Exercício de 1939.....	265
N. 943 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 10 de dezembro de 1938 — Fixa os vencimentos dos presidentes dos Institutos de Aposentadoria e Pensões subordinados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.	267
N. 944 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de 25:000\$ à verba que especifica, e dá outras providências.....	268

N. 945 —	RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 10 de dezembro de 1938 — Eleva à categoria de Embaixada a representação diplomática do Brasil na Venezuela.....	268
N. 946 —	EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de dezembro de 1938 — Retifica o parágrafo único do art. 3 do decreto-lei n. 681, de 13 de setembro de 1938.	268
N. 947 —	JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 10 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de 90:597\$, à verba que especifica.....	269
N. 948 —	JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIACÃO E OBRAS PÚBLICAS — RELAÇÕES EXTERIORES — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 13 de dezembro de 1938 — Centraliza no Conselho de Imigração e Colonização as medidas constantes de diversos decretos em vigor, tendentes a promover a assimilação dos alienígenas.....	270
N. 949 —	EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 13 de dezembro de 1938 — Desapropriia faixa de terra necessária às obras de adução do Ribeirão das Lages ...	270
N. 950 —	RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 13 de dezembro de 1938 — Aprova o Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Lituânia, firmado no Rio de Janeiro, a 28 de setembro de 1937.....	271
N. 951 —	AGRICULTURA — Decreto-lei de 14 de dezembro de 1938 — Exige, para inscrição no concurso de habilitação para ingresso na Escola Nacional de Veterinária do Ministério da Agricultura, prova de ter o candidato concluído o curso complementar de medicina, previsto no art. 2º do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, e dá outras providências.....	279
N. 952 —	EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 14 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, os créditos que especifica.....	281
N. 953 —	FAZENDA — Decreto-lei de 15 de dezembro de 1938 — Autoriza a alienação de um imóvel de propriedade da União.	281
N. 954 —	RELAÇÕES EXTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 15 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de 87:096\$800, para pagamento dos vencimentos de 20 Cônsules de 3ª classe	281
N. 955 —	TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — AGRICULTURA — Decreto-lei de 15 de dezembro de 1938 — Torna obrigatórios a aquisição e consumo do trigo em	

grão, de produção nacional, pelas empresas moageiras do país e dá outras providências.....	282
N. 956 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 15 de dezembro de 1938 — Fixa os vencimentos anuais do pessoal dirigente da Caixa Reguladora de Empréstimos, da Prefeitura do Distrito Federal.....	283
N. 957 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 15 de dezembro de 1938 — Dispõe sobre o provimento dos cargos de direção do Instituto de Previdência do Distrito Federal e dá outras providências.....	284
N. 958 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 15 de dezembro de 1938 — Altera a disposição do art. 44 do decreto-lei n. 254 de 4 de fevereiro de 1938.	285
N. 959 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 17 de dezembro de 1938 — Cria um Consulado privativo em Santa Cruz de la Sierra.....	285
N. 960 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — RELAÇÕES EXTERIORES — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 17 de dezembro de 1938 — Dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, em todo o território nacional.....	286
N. 961 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de dezembro de 1938 — Dá nova redação ao n. I do art. 3º do decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938	286
N. 962 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 210:000\$000 (duzentos e dez contos de réis), para combate a peste.....	296
N. 963 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 17 de dezembro de 1938 — Aprova o plano e plantas referentes à ampliação do pátio da estação de Irajá, no ramal da Estrada de Ferro Rio do Ouro e declara a urgência da desapropriação do terreno necessário....	296
N. 964 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 19 de dezembro de 1938 — Suprime os limites fixados nos arts. 18, alínea "a", e 121, alínea "c", do regulamento anexo ao decreto n. 337, de 12 de setembro de 1935....	297
N. 965 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 20 de dezembro de 1938 — Cria o Museu da Inconfidência, na cidade de Ouro Preto, e dá outras providências.....	298

N. 966 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 21 de dezembro de 1938 — Modifica "Observações" constantes das tabelas anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936	298
N. 967 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — RELAÇÕES EXTERIORES — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 21 de dezembro de 1938 — Estabelece normas de caráter financeiro para o exercício de 1939, e dá outras providências.....	299
N. 968 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 21 de dezembro de 1938 — Fixa a divisão territorial administrativa e judiciária do Território do Acre.....	303
N. 969 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 21 de dezembro de 1938 — Dispõe sobre os recenseamentos gerais do Brasil.....	315
N. 970 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — GUERRA — MARINHA — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — RELAÇÕES EXTERIORES — AGRICULTURA — EDUCAÇÃO E SAÚDE — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 21 de dezembro de 1938 — Altera o decreto-lei n. 288, de 23 de fevereiro de 1933, e dá outras providências.....	318
N. 971 — RELAÇÕES EXTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 60:000\$, para os trabalhos preliminares de ligação ferroviária com o Paraguai.	321
N. 972 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 2.972:610\$500 para liquidação de dívidas relacionadas (Dívida Pública)	321
N. 973 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito suplementar de 759:923\$000, às verbas que especifica	321
N. 974 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 22 de dezembro de 1938 — Dispõe sobre o cálculo do imposto de licença para localização devido no Distrito Federal pelos estabelecimentos que menciona.....	323
N. 975 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de 66:460\$800 à verba que especifica, e dá outras providências.....	323
N. 976 — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de dezembro de 1938 — Prorroga por mais dois anos o prazo fixado no art. 2º do decreto n. 24.690, de 12 de julho de 1934.....	324

N. 977 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 22 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de 2.000:000\$, para auxílio ao Estado de Per- nambuco.	324
N. 978 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 22 de dezembro de 1938 — Autoriza o pagamento de subvenção relativa às linhas de navegação aérea Manaus-Porto Velho e Porto Velho-Rio Branco-Xapuri, por conta da verba 3ª, consignação 2-03) d) anexo 8 da vigente lei orçamentária.	324
N. 979 — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 21:400\$, para pagamento ao funcionário Octavio Gouvêa Bulhões	325
N. 980 — FAZENDA — Decreto-lei de 23 de dezembro de 1938 — Cria, no Ministério da Fazenda, o Serviço de Comuni- cações.	325
N. 981 — GUERRA — Decreto-lei de 23 de dezembro de 1938 — Modifica as tabelas do Quadro I, do Ministério da Guerra.	326
N. 982 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 23 de dezembro de 1938 — Cria novos órgãos no Ministério da Agricultura, reagrupa e reconstitue alguns dos já existentes e dá outras providências.	327
N. 983 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — Decreto-lei de 23 de dezembro de 1938 — Prorroga o prazo de ocupação de trechos da Rede de Viação Paraná Santa Catarina.....	331
N. 984 — NÃO FOI PUBLICADO.	
N. 985 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 27 de dezembro de 1938 — Autoriza o Diretor da Imprensa Nacional a efetuar permuta de máquinas com a firma V. Lambert & Comp., e dá outras providências.	331
N. 986 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 27 de dezembro de 1938 — Dispõe sobre a organização do Ministério Público Federal.....	333
N. 987 — GUERRA — MARINHA — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 27 de dezembro de 1938 — Dispõe sobre contagem de tempo de serviço dos mi- litares	339
N. 988 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 28 de dezembro de 1938 — Regula a aplicação do art. 149 da Constituição.....	340

N. 989 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério do Trabalho, o crédito especial de 185:000\$0, para custeio do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, e dá outras providências.....	340
N. 990 — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 1.320:641\$500, para indenização das benfeitorias existentes nos terrenos até então ocupados pelo Centro Hípico Brasileiro e Clube Esportivo de Equitação.....	341
N. 991 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 35:000\$000 para pagamento de prêmios de viagem a artistas brasileiros.	341
N. 992 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 2:460\$000 para pagamento de diferença de vencimentos.....	342
N. 993 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de réis 1.100:000\$000 às verbas que especifica.....	342
N. 994 — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1938 — Prorroga por mais 60 dias o prazo para vigência do art. 5º e parágrafo único do decreto-lei n. 710, de 17 de setembro de 1938.....	343
N. 995 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 523:400\$000, para despesas do Tribunal de Segurança Nacional, no exercício de 1939.....	343
N. 996 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto de 29 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 37:132\$000 para pagamento de indenização (Material).....	344
N. 997 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1938 — Altera a discriminação da Verba 1 Pessoal — Sub-consignação n. 2 Pessoal Extranumerário, do orçamento do Ministério do Trabalho.....	345
N. 998 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1938 — Prorroga a vigência do decreto n. 2.102, de 3 de novembro de 1937..	345
N. 999 — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de 1.680:000\$000, à verba que especifica.....	345

N. 1.000 — AGRICULTURA — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de 252:500\$, às verbas que especifica	346
N. 1.001 — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1938 — Prorroga até 31 de dezembro de 1939 o prazo estabelecido no decreto-lei n. 150, de 30 de dezembro de 1937, e dá outras providências.....	347
N. 1.002 — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1938 — Autoriza o Banco do Brasil a emitir letras hipotecárias pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, e dá outras providências sobre crédito agrícola.....	348
N. 1.003 — FAZENDA — Decreto-lei de 29 de dezembro de 1938 — Dispõe sobre o penhor agrícola, e dá outras providências.	349
N. 1.004 — Não foi publicado.....	349
N. 1.005 — RELAÇÕES EXTERIORES — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1938 — Cria um Consulado privativo em Monte Caseros, na República Argentina.....	350
N. 1.006 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1938 — Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático.....	350
N. 1.007 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 5.000:000\$000 (cinco mil contos de réis) para atender às despesas com o combate à malária, no Nordeste.....	356
N. 1.008 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1938 — Fixa o critério para a inclusão do Distrito Federal nos quadros da divisão territorial — administrativa e judiciária — da República, que vigorarão inalteradamente de 1 de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943.....	356
N. 1.009 — GUERRA — FAZENDA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de 2.058:104\$400 para pagamento de diferenças de vencimentos.....	357
N. 1.010 — GUERRA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1938 — Retifica o decreto-lei n. 548, de 9 de julho do corrente ano, que autorizou a compra, pelo Ministério da Guerra, de um terreno em Alegrete, na parte referente à área e ao preço do referido imóvel.....	358
N. 1.011 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de 63:600\$0, à verba que especifica.....	358

	Págs.
N. 1.012 — GUERRA — Decreto-lei de 30 de dezembro de 1938 — Dá a denominação de Regimento Antonio João ao atual 10º Regimento de Cavalaria Independência.....	359
N. 1.013 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1938 — Orça a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício de 1939....	359
N. 1.014 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de 10:000\$0, à verba que especifica.....	360
N. 1.015 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1938 — Revoga o decreto-lei n. 44, e dá outras providências.	361
N. 1.016 — AGRICULTURA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1938 — Autoriza o Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura a contratar com a Inspetoria Salesiana de Santo Afonso e Missões Salesianas do Rio Negro o serviço de observações meteorológicas em diversas localidades dos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso...	361
N. 1.017 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1938 — Corrige falha encontrada no Quadro I do Ministério da Educação e Saúde.....	362
N. 1.018 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1938 — Modifica o decreto-lei n. 357, de 28 de março de 1938, e dá outras providências.....	364
N. 1.019 — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1938 — Institue uma comissão especial para revisão de projetos de lei.....	364
N. 1.019-A — JUSTIÇA E NEGÓCIOS INTERIORES — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 1.913:498\$0, para fornecimento de fardamento.....	365
N. 1.020 — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1938 — Dispõe sobre o prazo de validade dos concursos prestados no Ministério da Fazenda.....	365
N. 1.021 — Não foi publicado.....	365
N. 1.022 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1938 — Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de 90:000\$000 para atender a despesas de ajuda de custo e de viagem.....	366
N. 1.023 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério do Trabalho, o crédito especial de réis	

Págs.

1.400:000\$0 para despesas do Conselho de Imigração e Colonização.	366
N. 1.023-A — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1938 — Transforma o Departamento Nacional do Povoamento em Departamento Nacional da Imigração e dá outras providências.	367
N. 1.024 — TRABALHO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1938 — Dispõe sobre a aplicação do crédito especial aberto pelo art. n. 38, do decreto-lei n. 592, de 4 de agosto de 1938.	369
N. 1.025 — EDUCAÇÃO E SAÚDE — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1938 — Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 6.000:000\$000, para a construção do edifício-sede do mesmo Ministério.	369
N. 1.026 — VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — FAZENDA — Decreto-lei de 31 de dezembro de 1938 — Altera o orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas, para 1939, sem aumento de despesa.	369

DECRETOS-LEIS DE 1938

DECRETOS-LEIS

1938

DECRETO-LEI N. 756 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1938

Cria as funções de Secretários dos Diretores de Contabilidade e do Pessoal, na Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Ficam criadas as funções de Secretário do Diretor do Pessoal, na Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, e as de Secretário do Diretor de Contabilidade da mesma Secretaria de Estado.

§ 1.º Exercerão as funções de Secretário, criadas neste decreto-lei, os funcionários designados pelos respectivos Diretores.

§ 2.º Competirá a cada um dos funcionários designados para desempenhar as funções instituídas no presente decreto-lei a gratificação anual de tres contos e seiscentos mil réis (3:600\$000).

Art. 2.º Fica aberto o crédito especial de um conto e oitocentos mil réis (1:800\$000) para ocorrer, no atual exercício, ao pagamento das gratificações a que se refere o § 2º do art. 1º, correspondentes ao período de 1 de outubro a 31 de dezembro do corrente ano.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 757 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1938

Autoriza a permuta de um terreno da União por outro pertencente à Prefeitura do Distrito Federal, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a permutar o terreno da União antigamente ocupado pelo edificio do Tesouro Nacional e medindo 59 metros na Avenida Passos, 107m,30 na Travessa das Belas Artes, 56m,40 na rua Ledo e 90m,10 no Beco do Tesouro, por outro, pertencente à Prefeitura do Distrito Federal, medindo 121 metros na Avenida Santos Dumont, 82 metros na Avenida Almirante Barroso, 121 metros na rua projetada entre a Avenida Almirante Barroso e rua Araujo Porto Alegre e 82 metros nesta última rua.

Art. 2.º O prédio destinado à instalação do Ministério da Fazenda será construído no terreno a ser incorporado ao patrimônio da União em virtude da autorização contida no artigo anterior.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 758 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1938

Autoriza a aquisição pelo Ministério da Guerra de um prédio em Belo Horizonte, destinado à instalação do Quartel General da Infantaria Divisionária da 4.ª Divisão de Infantaria

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Guerra autorizado a adquirir para a União, pela quantia de 327:389\$000 (trezentos e vinte e sete contos, trezentos e oitenta e nove mil réis), o prédio mobiliado e respectivo terreno de 30m,00 x 40m,00 situado à rua Santa Catarina n. 1.032, em Belo Horizonte, de propriedade do Sr. José de Rezende Costa e destinado à instalação do Quartel General da Infantaria Divisionária da 4.ª Divisão de Infantaria.

Art. 2.º As despesas com a aquisição correrão por conta dos saldos orçamentários recolhidos à Caixa Geral de Economias da Guerra.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Euclides G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 759 — DE 3 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de 700:000\$, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de setecentos contos de réis (700:000\$) à verba 1 — Pessoal, IV — Gratificações e Auxílios, sub-consignação n. 29—08, do orçamento vigente do mesmo Ministério.

Rio de Janeiro, 3 de outubro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 760 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1938

Suspende, até 31 de dezembro de 1938, o regime instituído no decreto-lei n. 144, de 29 de dezembro de 1937, para o serviço da linha de navegação aérea de Uberaba-Goiânia, a cargo da Viação Aérea São Paulo S. A.

O Presidente da República:

Considerando que, na execução do tráfego da linha aérea de Uberaba a Goiânia, contratada com a Viação Aérea São Paulo S. A., a necessidade de prover à segurança da linha obrigou a contratante ao emprego de avião de características superiores às exigências pelo decreto-lei n. 144, de 29 de dezembro de 1937, o que sobremodo veio onerar as condições de tráfego previstas nesse decreto;

Considerando a vantagem do emprego de avião provido de radiotelegrafia, em relação aos que não dispõem de tal aparelhagem; e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica suspenso, até 31 de dezembro do corrente ano, o regime instituído no decreto-lei n. 144, de 29 de dezembro de 1937, para o serviço da linha de navegação aérea de Uberaba a Goiânia, a cargo da Viação Aérea São Paulo S. A.

Art. 2.º A subvenção constante da sub-consignação n. 03, letra d, da verba 3 — anexo n. 8 da lei orçamentária vigente, será paga na razão de 5\$400 por quilômetro voado, desde que tenha sido verificado, nas viagens semanais realizadas a partir de 1 de agosto do corrente ano, o emprego de avião com capacidade dupla da prevista no contrato e dotado de radiotelegrafia.

Art. 3.º O Ministério da Viação e Obras Públicas proporá, antes de terminar o prazo fixado no art. 1.º, o novo regime contratual que fôr conveniente.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 761 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1938

Dispõe sobre o exame dos processos concernentes à cooperação financeira da União com as instituições culturais de ordem privada

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. O exame dos processos concernentes à cooperação financeira da União com as instituições culturais de ordem privada ficará, até que o Conselho Nacional de Cultura esteja organizado, a cargo do Conselho Nacional de Serviço Social.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 762 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1938

Declara extinto um cargo vago da classe K, da carreira de Oficial administrativo da Secretaria da Câmara dos Deputados

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica extinto um cargo vago da classe K, da carreira de "Oficial Administrativo", do Quadro Único da Secretaria da Câmara dos Deputados, a que se refere o art. 1.º da lei n. 384, de 23 de janeiro de 1937, em virtude da aposentadoria do respectivo titular.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 763 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1938

Declara extinto um cargo excedente da classe G da carreira de Contínuo do Quadro único da Secretaria da Câmara dos Deputados

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica extinto, por se achar vago, um cargo excedente da classe G da carreira de Contínuo do Quadro Único da Secretaria da Câmara dos Deputados.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1938, 117^o da Independência e 50^o da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 764 — DE 4 DE OUTUBRO DE 1938

Cria cargos de Consul de 3^a classe

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.^o Ficam criados, na carreira de Consul do Quadro Único do Ministério das Relações Exteriores, vinte (20) cargos de Consul de 3.^a classe J.

Art. 2.^o O preenchimento dos cargos iniciais referidos no artigo 1.^o e das vagas ora existentes na mesma categoria será de livre nomeação do Presidente da República, dentre os funcionários efetivos ou contratados do Ministério das Relações Exteriores, cujos lugares atuais ficarão automaticamente extintos.

Art. 3.^o Serão abertos os necessários créditos.

Art. 4.^o Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de outubro de 1938, 117^o da Independência e 50^o da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 765 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1938

Modifica o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.^o O atual efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal fica elevado de 12 Segundos Tenentes e 350 praças, de acordo com o quadro anexo.

Art. 2º. Ficam suprimidos no quadro da referida Corporação os seguintes lugares: 1 Capitão, 1 Primeiro Tenente e 3 Primeiros Sargentos.

Art. 3º. Os 3 Primeiros Sargentos a que se refere o art. 2º ficarão adidos ao respectivo quadro.

Art. 4º. O aumento decorrente dessas modificações, na importância de mil oitocentos e sessenta e dois contos seiscentos e dez mil e seiscentos réis (1.862:610\$600), vigorará a partir de 1 de janeiro vindouro.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1938. 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Classificação	ESTADO MAIOR		Assistência Pessoal	CONTADORIA	INTENDÊNCIA GERAL	SERVIÇO DE SAÚDE			Escola Profissional	ESCOLA DE RE-CRUTAS
	Secretaria	Arquivo				Médicos	Farmacêuticos	Dentistas		
OFICIAIS	General de Brigada ou Coronel Comandante									
PRAÇAS	Major secretário									
SOMA	1º tenente escrivão									
	2º tenente escrivão									
	Major dos ordens do Chefe de Polícia									
	Capitães ajudantes de ordens do Comando Geral									
	SOMA									
	Tenente Coronel Assistente									
	Capitão chefe da 1ª Secção									
	1º tenente chefe da 2ª Secção									
	1º tenente chefe da 3ª Secção									
	2º tenente auxiliar da 1ª Secção									
	SOMA									
	Tenente Coronel diretor									
	Major sub-diretor									
	Capitão pagador									
	Capitão chefe da Secção de Contabilidade e Expediente									
	Capitão chefe da Secção de Pensões									
	1os. tenentes escrivãos									
	2os. tenentes escrivãos									
	SOMA									
	Tenente Coronel diretor									
	Major sub-diretor									
	Capitão chefe da Secção de Expediente									
	Capitão chefe da Secção de Alfaiataria									
	1º tenente chefe da Secção de Fardamento									
	1º tenente chefe da 1ª Secção do Material									
	1º tenente chefe da 2ª Secção do Material									
	2º tenente escrivão dos bens móveis									
	SOMA									
	Tenente Coronel diretor									
	Major sub-diretor									
	Capitães									
	Capitão Bacteriologista									
	Capitão Radiologista									
	Capitão óculo-oto-rino-laringologista									
	1os. tenentes									
	Capitão diretor do Laboratório									
	1os. tenentes									
	2os. tenentes									
	1º tenente chefe do Gabinete									
	2os. tenentes									
	2os. tenentes secretário e almoxarife									
	1º sargento amanuense									
	2os. sargentos									
	3os. sargentos									
	Cabos desquadra									
	Soldados									
	1º sargento enfermeiro-mór									
	2os. sargentos									
	3os. sargentos									
	Cabos									
	SOMA									
	Sargentos ajudantes ou intendentes									
	1os. sargentos									
	2os. sargentos									
	3os. sargentos									
	SOMA									
	Capitão diretor									
	1º tenente intendente-secretário									
	2os. tenentes instrutores									
	1º sargento									
	2os. sargentos									
	3os. sargentos									
	Cabos desquadra									
	Soldados									
	Corneteiro e tambores									
	SOMA									
	SOMA GERAL									

Classificação	SEIS BATALHÕES DE INFANTARIA				REGIMENTO DE CAVALARIA			
	Oficiais		Sargentos		Oficiais		Sargentos	
OFICIAIS	Tenentes-Coronéis comandantes				Tenente Coronel comandante			
PRAÇAS	Majores fiscais				Major fiscal			
SOMA	Capitães ajudantes				Capitão ajudante			
	Capitães				Capitães			
	1os. tenentes				1os. tenentes			
	1os. tenentes intendentes				1º tenente intendente			
	2os. tenentes				2º tenente secretário			
	2os. tenentes secretários				1º tenente veterinário			
	2os. tenentes músicos				2º tenente veterinário			
	Aspirantes a oficial				Aspirante a oficial			
	Sargentos ajudantes				Sargento ajudante			
	Sargentos intendentes				Sargento intendente			
	Sargentos ajudantes músicos				Sargento ajudante músico			
	1os. sargentos amanuenses				1os. sargentos amanuenses			
	1os. sargentos				1os. sargentos			
	2os. sargentos				1º sargento picador			
	3os. sargentos				2os. sargentos			
	Cabos desquadra				3os. sargentos			
	Soldados				Cabos desquadra			
	Corneteiros mór				Soldados			
	Cabos corneteiros				Clarim-mór			
	Cabos tambores				Mestre ferrador			
	Corneteiros				Cabos corrieiros			
	Tambores				Cabos ferradores			
	1ª classe				Cabos veterinários			
	2ª classe				Cabo clarim			
	3ª classe				Clarins			
	SOMA				1ª classe			
					2ª classe			
					3ª classe			
					SOMA			

CORPO DE SERVIÇOS AUXILIARES		1ª COMPANHIA		
Classificação	Estado-Maior	Pelotão Extraordinário		
		Tropa		
	Major comandante	Pelotão do Comando Geral		
	Capitão sub comandante			
	1º tenente ajudante e secretário			
	2º tenente intendente			
	3º tenente auxiliar			
	SOMA			
	Sargento ajudante	Tropa	1ª SECCÃO	
	sargento intendente			
	1º sargento			
	10s. sargentos amanuenses			
	2º sargento			
	3º sargento			
	Cabos de esquadra			
	Soldados			
	Cabos — Ordenanças			
	Cabos — Zeladores			
	Soldados — Fachinas			
	SOMA			
	1º tenente comandante da companhia	1ª SECCÃO		
	2º tenente comandante da Seccão			
	1º sargento	Tropa		
	2os. sargentos			
	3os. sargentos			
	Cabos de esquadra			
	Soldados			
	2º sargento	Motoristas		
	3º sargento			
	Cabos			
	Soldados			
	Soldados			
	2º sargento	Condutores		
	3º sargento			
	Cabos			
	Soldados			
	Soldados			
	2º sargento	Tipógrafos		
	3º sargento			
	Cabos			
	Soldados			
	Soldados			
	SOMA			
	2º tenente comandante da Seccão	2ª SECCÃO		
	2os. sargentos	Tropa		
	3os. sargentos			
	Cabos de esquadra			
	Soldado			
	Soldados			
	Cabo	Alfaiates		
	Soldados			
	3º sargento			
	Cabo			
	Soldados			
	2º sargento	Ferraria		
	3º sargento			
	Cabos			
	Soldados — Corrieiros			
	Soldados — Estufadores			
	Soldados	Vulcanização		
	Cabo			
	Soldado — Torneiro			
	Soldados — Empalhadores			
	Soldados — Lustradores			
	Cabo	Pinturas de carros		
	Soldados			
	Cabo			
	Soldados			
	Cabo			
	Soldados	Segearia		
	Cabo			
	Soldados			
	Cabo			
	Soldados			
	Soldados	Niquelagem e Cromagem		
	Cabo			
	Soldados			
	Cabo			
	Soldados			
	Soldado — Concertador de máquina de escrever	Mecânica		
	Soldado — Relojoeiro			
	SOMA			
	SOMA GERAL			

CORPOS DE SERVIÇOS AUXILIARES		2ª COMPANHIA		SERVIÇO DE JUSTIÇA	
Classificação	3ª SEÇÃO			4ª SEÇÃO	
	Habilitação e Transmissões			Construções e Reparos	
1º tenente comandante da companhia					
2º tenente comandante da Seção					
1º sargento	Tropa				
2os. sargentos					
3os. sargentos					
Cabos desquadra					
Soldados					
2º sargento	Elétricitistas				
3º sargento					
Cabos					
Soldados	Telefonistas				
Cabos					
Soldados					
Cabo	Rádio-telegrafistas				
Soldados					
Soldados					
Soldados	Ascensoristas				
Cabos — Maquinistas					
Soldados — Maquinistas					
Soldados — Ajudantes	Usinas				
SOMA					
2º tenente comandante da Seção					
2os. sargentos	Tropa				
3os. sargentos					
Cabos desquadra					
Soldados					
3º sargento					
Cabos	Carpintaria				
Soldados					
Cabos					
Soldados	Pintura de prédios				
Cabo					
Soldados					
Cabo	Bombeiros				
Soldados					
Cabo					
Soldados	Pedreiros				
Soldados					
Soldados					
Soldados	Calceteiros				
Soldados					
Soldados					
Soldados	Calafates				
Soldados					
Soldados					
Soldados	Vidraceiros				
Soldados					
SOMA					
SOMA GERAL					
Auditor					
Promotor					
Advogado					
Escrivão					
Oficial de Justiça					
SOMA					
GRANDE TOTAL:					
Cavalos					
Muare					

DECRETO-LEI N. 766 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1938

Autoriza destaque de verba para melhor instalação da Colônia de Pescadores, de Angra dos Reis, Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição da República, e tendo em vista o disposto na alínea *b*, do art. 5º do decreto-lei n. 291, de 23 de fevereiro de 1938, decreta:

Art. 1º. Fica autorizado o destaque de quatrocentos contos de réis (400:000\$000) do saldo existente do crédito de tres mil contos de réis (3.000:000\$000), aberto com o decreto-lei n. 291, de 23 de fevereiro de 1938, para construções e instalações necessárias à melhor adaptação da colônia de pescadores de Angra dos Reis, no Estado do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. A importância acima referida fica distribuída à Pagadoria do Ministério da Agricultura, para os devidos fins, e será aplicada de conformidade com o plano que o Ministério estabelecer.

Art. 2º. Esse imóvel e suas instalações são de propriedade da União e serão cedidos para uso de associação de classe dos pescadores, de conformidade com instruções a serem baixadas pelo Ministro da Agricultura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1938, 117º da Independência e 50º da República

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 767 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1938

Retifica o art. 1º do decreto-lei n. 685, de 14 de setembro de 1938

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica retificado o art. 1º do decreto-lei n. 685, de 14 de setembro de 1938, no que diz respeito aos lotes 84 (oitenta e quatro) e 86 (oitenta e seis), que são declarados de utilidade pública, somente na parte compreendida entre o rio Campo Belo e a estrada de acesso ao planalto de Itatiaia, conforme consta da planta oficial.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1938, 117º da Independência e 50º da República

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 768 — DE 5 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saude, o crédito suplementar de réis 37:341\$2 à verba que indica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saude, o crédito de trinta e sete contos trezentos e quarenta e um mil e duzentos réis (37:341\$200), à verba 1^a, Pessoal, II — Pessoal extranumerário, sub-consignação n. 9, correspondente ao Colégio Pedro II — Internato, do vigente orçamento do mesmo Ministério, e de acordo com o decreto-lei n. 407, de 5 de maio de 1938.

Rio de Janeiro, 5 de outubro de 1938, 117^o da Independência e 50^o da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 769 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1938

Autoriza o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários a contratar com a Fundação Ataulfo de Paiva (Liga Brasileira contra a Tuberculose) a construção de um novo edificio no terreno onde está construída a sede social da referida Fundação

O Presidente da República:

Considerando os relevantes serviços prestados à coletividade pela Fundação Ataulfo de Paiva (Liga Brasileira contra a Tuberculose);

Considerando que o Estado, ao doar à referida Fundação, pela lei n. 81, de 23 de julho de 1935, o terreno em que a mesma tem a sua sede social, teve em vista permitir que a Liga Brasileira contra a Tuberculose, em se construindo ali um novo edificio, possa auferir renda imprescindível ao desenvolvimento de seus beneméritos serviços;

Considerando que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, financiando agora a construção de um novo imóvel no aludido terreno, realizará uma aplicação de capital garantida e também necessária para que possa arcar com seus planos de benefício;

Considerando que, na forma jurídica do condomínio, passando a pertencer às duas instituições a propriedade coletiva do imóvel, nos termos do decreto n. 5.481, de 25 de junho de 1928, oferece a ambas as instituições perfeitas garantias; e

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.^o Fica o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários autorizado a contratar com a Fundação Ataulfo de Paiva (Liga Brasileira contra a Tuberculose) a construção de um novo edificio no terreno onde está construída a sede social da referida Fundação, passando a pertencer às duas referidas instituições, sob o regime do condomínio, a propriedade coletiva do imóvel, nos termos do decreto n. 5.481, de 25 de junho de 1928, e nas bases que forem estabelecidas em contrato.

Art. 2.^o É concedida à Fundação Ataulfo de Paiva (Liga Brasileira contra a Tuberculose), nos termos da alínea *a* do art. 3.^o da lei n. 81, de 23 de julho de 1935, autorização para realizar a operação a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º A minuta do contrato definitivo será submetida à aprovação do Presidente da República.

Art. 4.º Serão isentos de impostos, taxas e emolumentos federais e municipais o terreno e o novo edificio a ser construido, nos termos deste decreto-lei, bem como os respectivos proventos ou renda, enquanto servirem aos interesses das instituições a que se refere o mesmo decreto-lei.

Art. 5.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 770 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1938

Abre o crédito suplementar de 90:000\$000, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto o crédito suplementar de noventa contos de (90:000\$000) em reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos — I — Diversos — Sub-consignação n. 1, do atual orçamento do Conselho Federal de Comércio Exterior (Anexo n. 2 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937).

Art. 2.º O crédito ora aberto será aplicado de conformidade com o disposto no art. 13 e respectivos parágrafos do decreto-lei n. 74, de 16 de dezembro de 1937.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 771 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 75:000\$000 para despesa de mudança e instalação do Conselho Federal de Comércio Exterior

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de setenta e cinco contos de réis (75:000\$000), destinado a atender às despesas (Serviços e Encargos) com a mudança do Conselho Federal de Comércio Exterior e sua instalação em nova sede.

Art. 2.º O presente crédito será aplicado de acordo com o que dispõe o art. 13 e respectivos parágrafos do decreto-lei n. 74, de 16 de dezembro de 1937.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1938, 117º da Independência e 50º da República

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 772 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1938

Prorroga até 31 de dezembro de 1938, o prazo a que se refere o art. 57, alínea "d", do decreto-lei n. 288, de 23 de fevereiro de 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74, alínea a, da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1938 o prazo marcado na alínea d, do art. 57, do decreto-lei n. 288, de 23 de fevereiro de 1938, para que a Comissão Organizadora do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado apresente relatório, acompanhado dos projetos de regulamentos e regimentos que deverão ser expedidos pelo Presidente da República.

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1938, 117° da Independência e 50° da República

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 773 — DE 6 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 329:000\$, para pagamento de pessoal

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de trezentos e vinte e nove contos de réis (329:000\$), para atender ao pagamento de cargos novos, criados pelo decreto-lei n. 267, de 11 de fevereiro de 1938, sendo:

Tribunal de Apelação	154:000\$0
Procuradoria do Distrito Federal	40:000\$0
Diretor do Pretório	23:000\$0
Escreventes Juramentados (16)	112:000\$0
	<hr/>
	329:000\$0

Rio de Janeiro, 6 de outubro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 774 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1938

Dispensa o requisito do art. 9°, letra "a", do decreto-lei n. 38, de 2 de dezembro de 1937, aos oficiais do extinto Quadro de Intendentes

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e atendendo a que se acha extinto o Quadro de Intendentes, decreta:

Art. 1.º Aos oficiais do extinto Quadro de Intendentes, para a promoção por merecimento, fica dispensado o requisito do curso exi-

gido pelo art. 9º, letra a, do decreto-lei n. 38, de 2 de dezembro de 1937.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 775 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1938

Considera os motoristas de carros particulares associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas e dá outras providências

O Presidente da República:

Considerando que o decreto-lei n. 651, de 26 de agosto de 1938, que deu nova organização à Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Trabalhadores em Trapiches e Armazens, transformando-a no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas, determina que sejam associados obrigatórios do mesmo Instituto os motoristas de praça;

Considerando, entretanto, que foram excluídos do amparo daquela instituição de previdência os motoristas de carros particulares e os respectivos ajudantes;

Considerando que, embora não compreendidos na legislação social referente aos demais trabalhadores em transportes terrestres, dadas as condições especiais em que prestam os seus serviços, é justo amparar os motoristas particulares contra os riscos da invalidez e da velhice, bem como proteger o futuro de suas famílias;

Considerando, também, que até à expedição do regulamento a que se refere o art. 12 do decreto-lei n. 651, de 26 de agosto de 1938, é necessário facultar ao Instituto a concessão das pensões aos beneficiários de seus associados inscritos, afim de que não resulte dano ao direito dos empregados transferidos de outros Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões, e

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição:

Decreta:

Art. 1.º São considerados associados obrigatórios do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas os motoristas e ajudantes de carros particulares.

Art. 2.º Ficam suspensas, até que entre em vigor o regulamento a que se refere o art. 12 do decreto-lei n. 651, de 26 de agosto de 1938, as determinações constantes das alíneas a e c do art. 126 do regulamento anexo ao decreto n. 1.557, de 8 de abril de 1937.

Art. 3.º Durante o prazo estabelecido no artigo anterior os valores dos benefícios de aposentadoria e pensões concedidos pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Empregados em Transportes e Cargas serão calculados, a título provisório, na forma dos arts. 75, 79 e 81 do regulamento aprovado pelo decreto n. 1.557, de 8 de abril de 1937.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 776 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1938

Dispõe sobre especialização e aperfeiçoamento de funcionários públicos civis federais no estrangeiro e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e atendendo à proposta formulada pelo extinto Conselho Federal do Serviço Público Civil, decreta:

Art. 1º. Serão anualmente enviados ao estrangeiro, de conformidade com as normas estabelecidas neste decreto-lei, funcionários públicos civis federais, para o fim de sua especialização e aperfeiçoamento em assuntos concernentes ao serviço público.

Parágrafo único. Essa especialização poderá ser feita pela frequência em cursos mantidos por instituições culturais, ou por estágio para observação direta em serviços públicos, ou, ainda, por ambas as formas referidas.

Art. 2º. O Departamento Administrativo do Serviço Público, logo que conhecidas as possibilidades orçamentárias, determinará, para cada ano, em instruções aprovadas pelo Presidente da República:

a) quais os ramos em que se devam especializar ou aperfeiçoar os funcionários;

b) qual a forma mais conveniente para especialização ou aperfeiçoamento em cada ramo (cursos ou estágios, sua época, duração e local);

c) qual o número de funcionários a designar e quais os auxílios financeiros a serem concedidos a cada um;

d) quais as obrigações desses funcionários.

Parágrafo único. Em qualquer hipótese, a época de partida do funcionário deverá ser estabelecida de forma a permitir, no país a que se dirigir, um período de adaptação não inferior a trinta dias nem superior a sessenta.

Art. 3º. Aprovadas as instruções a que se refere o artigo anterior, terá início o processo de seleção, que será conduzido pelo Departamento Administrativo do Serviço Público, na forma que determinar.

Art. 4º. O processo de seleção será orientado no sentido de se apurar:

a) conhecimento suficiente do idioma do país onde devam ser feitos os estudos;

b) conhecimento das matérias básicas necessárias ao bom aproveitamento do estudo a ser feito;

c) aptidões especiais para o estudo previsto.

Art. 5º. Terminado o processo de seleção, o Presidente da República designará, por indicação do Departamento Administrativo do Serviço Público, os funcionários a serem enviados.

Art. 6º. Do ato de designação constará, de acordo com o que tiver sido previamente estabelecido:

a) natureza e forma do estudo e local de sua realização;

b) épocas de partida e regresso;

c) duração da ausência e distribuição do tempo disponível;

d) obrigações do funcionário.

Art. 7º. O funcionário designado receberá, além dos seus vencimentos integrais, as seguintes subvenções, fixadas de acordo com a alínea d do art. 2º deste decreto-lei:

a) o *quantum* necessário ao transporte de sua pessoa ao local dos estudos e regresso ao Brasil, por companhia que mantenha serviço regular de passageiros; ou, quando mais conveniente, os próprios bilhetes de ida e volta;

b) o *quantum* necessário ao pagamento de matrícula e frequência nos cursos;

c) uma subvenção mensal, calculada sobre o período integral de ausência autorizada.

§ 1º. As quantias indicadas nas alíneas a e b deste artigo, bem como a subvenção que corresponder ao primeiro mês de ausência, serão entregues ao funcionário trinta dias antes da data de sua partida.

§ 2º. O pagamento do restante da subvenção será efetuado mensalmente pelo Representante Diplomático do Brasil no país respectivo, a partir do 31º dia de ausência autorizada, por saque contra a Delegacia do Tesouro em Londres, à conta do crédito que para esse fim lhe for distribuído e de acordo com a autorização que lhe for concedida para cada caso individual.

§ 3º. No caso de funcionário casado, a subvenção a que se refere a alínea c deste artigo será aumentada de cinquenta por cento.

Art. 8º. Será incluída anualmente, no orçamento do Ministério do Exterior, uma dotação destinada a fazer face às despesas decorrentes da execução deste decreto-lei.

Art. 9º. Os representantes diplomáticos e consulares do Brasil diligenciarão junto a Governos e instituições culturais para obter o máximo de facilidades à execução do plano de especialização e aperfeiçoamento dos funcionários federais e tomarão, dentro das respectivas jurisdições, a incumbência de receber e orientar os funcionários recém-chegados.

Art. 10. O oferecimento de bolsas de estudo, por instituições nacionais ou estrangeiras, poderá ser aproveitado na execução do plano, concedendo-se neste caso ao funcionário designado os recursos necessários para completar as vantagens instituídas no presente decreto-lei.

Art. 11. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falco.

DECRETO-LEI N. 777 — DE 7 DE OUTUBRO DE 1938

Cria, no Departamento Geral de Transporte, da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, da Prefeitura do Distrito Federal, quatro (4) lugares de Engenheiros-Chefes de Divisão e dá outras providências

O Presidente da República:

Considerando que, nos termos do art. 4º do decreto n. 6.131, de 15 de fevereiro de 1938, o Departamento Geral de Transporte, da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, compõe-se de quatro Divisões e uma Seção; e

Considerando a necessidade de provimento dos cargos correspondentes, afim de regularizar os serviços daquele Departamento;

Usando da faculdade que lhe conferem os arts. 180 da Constituição Federal, e 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Ficam criados, no Departamento Geral de Transporte, da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas, da Prefeitura do Distrito Federal, quatro (4) lugares de Engenheiros-Chefes de Divisão, correspondentes às quatro (4) Divisões mencionadas no art. 4º do decreto n. 6.131, de 15 de fevereiro de 1938.

Parágrafo único. Os vencimentos dos cargos mencionados neste artigo serão os mesmos que os dos cargos de Engenheiro-Chefe de Divisão do quadro da extinta Diretoria de Engenharia.

Art. 2.º O provimento dos cargos a que se refere o presente decreto-lei será feito por Engenheiros-Ajudantes do quadro da extinta Diretoria de Engenharia.

Art. 3.º Ficam suprimidos quatro (4) lugares de "Engenheiros-Ajudantes", cinco (5) de "Praticantes de Oficial" e um (1) de "Fotógrafo" no quadro da extinta Diretoria de Engenharia, um (1) de "Quarto Oficial" no quadro da Diretoria de Trabalho, Matas e Jardins, da Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de outubro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 778 — DE 8 DE OUTUBRO DE 1938

Dispõe sobre o Instituto Nacional de Tecnologia

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O Instituto Nacional de Tecnologia, órgão do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e que fica reorganizado por este decreto-lei, é subordinado diretamente ao Ministro de Estado, e tem por fim:

1º, estudar as matérias primas e os produtos nacionais para obter melhor conhecimento deles;

2º, promover a obtenção e o emprego, nas condições mais favoráveis, das matérias e produtos a que alude o item anterior;

3º, auxiliar, por todos os meios, a técnica e a indústria nacionais.

Parágrafo único. Para execução de seu programa, exercerá o Instituto dois tipos de atividades:

a) os estudos de pesquisa em procura de novos produtos, de novas técnicas ou de novos processos de fabricação;

b) os trabalhos de rotina na aplicação de processos já conhecidos, para a determinação de características de produtos.

Art. 2.º Ao Instituto, independentemente de outras atribuições compatíveis com a sua finalidade, incumbe:

I — Executar, nas condições estabelecidas pelo regimento e mediante a remuneração a que nele se faz referência, os ensaios que lhe sejam solicitados, fornecendo aos interessados os competentes certificados.

II — Fazer a publicação de seus trabalhos, para que tenham ampla divulgação nos meios técnicos nacionais e estrangeiros.

III — Manter sob sua guarda, de acordo com o que dispuser a lei nacional de pesos e medidas, os padrões nacionais de medida, aferir os padrões estaduais, fiscalizar as repartições estaduais de medidas, distribuir o selo metrológico, e desempenhar as demais incumbências que lhe tocarem em virtude dos dispositivos da referida lei.

IV — Encarregar-se, segundo os dispositivos legais relativos ao assunto e os contratos correspondentes, da fiscalização técnica dos contratos celebrados entre o Governo e as empresas industriais que aproveitem matéria prima nacional ou que gozem de favores aduaneiros para importar produtos e matérias primas estrangeiras.

V — Estabelecer, para submeter à aprovação do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, as características da gasolina e de outros produtos de importação.

VI — Proceder aos estudos necessários para determinar a existência de produtos nacionais similares aos estrangeiros que venham sendo importados.

VII — Promover, diretamente ou por meio da Associação Brasileira de Ensaio de Materiais, a Reunião Anual dos Laboratórios Nacionais de Ensaio, levando ao conhecimento do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio as resoluções nela votadas, afim de lhes dar caráter oficial obrigatório.

VIII — Opinar nos casos em que, para os efeitos da nacionalização do trabalho, seja necessário apurar si ha necessidade da chamada de técnicos estrangeiros.

IX — Estudar, por solicitação dos órgãos competentes, o material para uso nos serviços públicos, afim de serem fixados os respectivos padrões.

Art. 3.º O Instituto Nacional de Tecnologia terá um Diretor, nomeado, em comissão, pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Os vencimentos do cargo classificar-se-ão no Padrão P, devendo ser alteradas nesta conformidade as tabelas do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936.

Art. 4.º Os trabalhos do Instituto serão executados por funcionários, ocupantes de cargos do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e por pessoal extranumerário, admitido na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. A lotação dos funcionários será determinada no regimento.

Art. 5.º A carreira de Tecnologista, no Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, passará a ter a seguinte estrutura:

<i>Situação antiga</i>	<i>Situação nova</i>
.....	3 cargos de classe M (3 vagas)
5 cargos de classe L (2 excedentes)	7 cargos de classe L
7 cargos de classe K (3 excedentes)	10 cargos de classe K
8 cargos de classe J (6 vagas)	14 cargos de classe J (12 vagas).

§ 1.º O ingresso na carreira de Tecnologista far-se-á nos termos e pelo modo prescritos na legislação em vigor.

§ 2.º Para o acesso à classe *L* da carreira, será exigida habilitação em concurso de 2º grau, efetuado de acordo com as normas estabelecidas pelo Departamento Administrativo do Serviço Público.

§ 3.º O acesso às classes *M*, *K* e *J* obedecerá aos dispositivos legais em vigor.

Art. 6.º Os funcionários designados para chefiar as Divisões perceberão, cada um, a gratificação de função, anual, de 4:800\$000; os chefes de Seções e o Secretário do Diretor, a de 3:600\$000, anuais, cada um.

Art. 7.º Para atender, no presente exercício, ao pagamento das despesas previstas neste decreto-lei, fica aberto o crédito suplementar de 210:700\$000, sendo 182:700\$000 à sub-consignação 1 da consignação I — Pessoal permanente — da verba 1ª — Pessoal — do orçamento em vigor para o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, e 28:000\$000 à sub-consignação 5-01 da consignação IV — Gratificações e auxílios — da mesma verba.

Art. 8.º Ficam revogados os decretos ns. 22.750, de 24 de maio de 1933, e 24.277, de 22 de maio de 1934.

Art. 9.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de outubro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 779 — DE 11 DE OUTUBRO DE 1938

Altera a organização provisória do Quadro de Oficiais de Administração do Exército e dá outras providências

O Presidente da República:

Considerando que o decreto n. 14.385, de 1 de outubro de 1920, aprovou o Regulamento do Serviço de Intendência de Guerra, extinguiu o “Quadro de Intendentes” e criou o Corpo de Intendentes de Guerra computando dois quadros que tinham como finalidades:

a) direção e verificação “Intendentes de Guerra”;

b) gestão e execução “Oficiais de Administração”;

Considerando que a lei n. 5.632, de 31 de dezembro de 1928, que dispõe sobre o ensino militar, determina na letra *J* do item 3º do artigo 1º, que a instrução na Escola de Intendência é ministrada:

a) aos Intendentes de Guerra;

b) aos Oficiais de Administração;

c) ao aperfeiçoamento dos oficiais I. G. e Adm.;

Considerando que o decreto n. 18.995, de 21 de novembro de 1929, que aprovou o Regulamento para a Escola de Intendência, referindo-se à sua finalidade, especifica:

a) preparar oficiais para o Quadro de Intendentes de Guerra;

b) preparar oficiais para o Quadro de Administração do Exército (oficiais de Administração e Contadores);

Considerando, ainda, que desde o ano de 1928 o ensino professado na Escola de Intendência para o Quadro de Oficiais de Administração e para o de Contadores tem sido idêntico;

Considerando, mais, que o decreto n. 24.287, de 24 de maio de 1934, determina a fusão dos dois Quadros em um só sob a denominação de **Oficiais de Administração do Exército**;

Considerando, enfim, que é dever precípuo do Governo sanar as irregularidades verificadas nas promoções dos oficiais do Quadro de Administração do Exército, provenientes de anormalias verificadas nas leis citadas.

Decreta:

Art. 1.º Ficam revogadas as alíneas *a)* e *b)* do § 1.º do art. 67 do decreto n. 24.287, de 24 de maio de 1934.

Art. 2.º Os atuais primeiros tenentes, transferidos em 1931, 1933 e 1934, do Quadro de Administração de Intendência para o de Contadores e o oficial transferido, em 1934, do Quadro de Contadores para o de Administração de Intendência, ocuparão, no Almanaque, os lugares que lhes competiriam, dentro das respectivas turmas, si não se verificassem aquelas transferências.

Art. 3.º O Quadro de Oficiais de Administração do Exército terá, sem alteração no número de oficiais, a seguinte organização provisória:

Capitães	202
Primeiros tenentes	290
Segundos tenentes	275
Soma	767

Art. 4.º As promoções decorrentes da modificação trazida pelo art. 3.º do presente decreto-lei, obedecerão ao princípio de antiguidade absoluta de posto no Quadro de Oficiais de Administração do Exército, devendo, para isso, serem as turmas de Oficiais de Administração de Intendência e de Contadores, a partir de 1928, exclusive, colocadas no Quadro de Oficiais de Administração do Exército, uma após outra, em ordem cronológica, obedecendo-se dentro delas à ordem de merecimento intelectual.

Art. 5.º Para os fins do art. 61 do decreto-lei n. 556, de 12 de julho de 1938, far-se-á a absorção dos oficiais do Q. A.

Art. 6.º Das modificações de antiguidade e de colocação no Almanaque não decorrerão direitos a ressarcimento de preferência nem a qualquer pagamento de vantagens pecuniárias.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de outubro de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 780 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1938

Cria, no Ministério da Agricultura, uma Estação Experimental de Plantas Entomológicas e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma Estação Experimental de Plantas Entomológicas (E. E. P. E.) subordinada ao Serviço de Defesa Sanitária Vegetal, do Departamento Nacional de Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, tendo por finalidade o estudo, a experimentação e a multiplicação de plantas com propriedades insetícidas, especialmente das pertencentes ao gênero "*Lonchocarpus*", vulgarmente conhecida por "timbós".

Parágrafo único. A E. E. P. E. será instalada em local de fácil acesso, próximo a centro populoso, e que seja conveniente ao fim a que se destina.

Art. 2.º O estudo, a experimentação e a multiplicação das plantas com propriedades inseticidas visarão, principalmente, sua aplicação no combate às pragas da agricultura.

Art. 3.º A E. E. P. E. prestará assistência técnica aos cultivadores e lhes fornecerá sementes, estacas e mudas selecionadas, para o que disporá de campos de multiplicação, localizados em zonas cujas condições de meio físico e sociais propiciem o desenvolvimento e utilização das culturas.

Art. 4.º A E. E. P. E. terá a organização que constar de seu regimento, a ser baixado por decreto do Presidente da República.

§ 1.º Os trabalhos da E. E. P. E. serão atendidos por funcionários do Quadro Unico do Ministério da Agricultura, observada a lotação.

§ 2.º Para o desempenho de funções auxiliares poderão ser admitidos extranumerários, na forma da legislação em vigor.

Art. 5.º Fica destacada da verba 5, título I, sub-consignação n. 1, anexo 11, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937, a importância de 500:000\$0 (quinhentos contos de réis), para atender o pagamento das despesas de instalação e aparelhamento da E. E. P. E., inclusive, se se tornar necessário, para a aquisição de terras e realização de obras.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1938. 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 781 — DE 12 DE OUTUBRO DE 1938

Regula a comunhão de interesses entre portadores de debentures

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os empréstimos por obrigações ao portador (debentures) contraídos pelas sociedades anônimas, ou em comandita por ações, ou pelas autorizadas por leis especiais, criarão, quando tal condição constar do manifesto da sociedade e do contrato devidamente inscrito, uma comunhão de interesses entre os portadores dos títulos da mesma categoria, a saber, emitidos com fundamento no mesmo ato, subordinados às mesmas condições de amortização e juros, e gozando das mesmas garantias.

Art. 2.º Os atos relativos ao exercício dos direitos fundados nos contratos desses empréstimos ou nos títulos emitidos em virtude deles e cujos efeitos se estendam à coletividade dos seus portadores, ficam reservados às deliberações das Assembléias Gerais desses portadores (obrigacionistas) ou aos representantes por elas anteriormente designados; excluídas as ações individuais, salvo as exceções expressamente consignadas nesta lei.

Essas assembléias serão constituídas unicamente pelos portadores dos títulos da mesma categoria, e as suas deliberações não terão força obrigatória sinão para esses portadores.

Art. 3.º Podem ser objeto das deliberações da assembléia, regularmente convocada e constituída:

1.º todas as medidas de conservação, defesa e salvaguarda dos interesses comuns dos obrigacionistas;

2º, quaisquer modificações temporárias ou definitivas das cláusulas e estipulações do contrato de empréstimo, tais como:

a) suspensão, por prazo determinado, do pagamento dos juros e das amortizações anuais das obrigações emitidas, mediante incorporação desses juros ao capital do empréstimo, e aumento correlativo do valor de cada obrigação, ou emissão de novos títulos de valor correspondente à importância dos juros e das amortizações suspensas, amortizáveis em prazo determinado e vencendo ou não juros, ou dando apenas direito a juros variáveis, cumulativos ou não;

b) prorrogação do prazo de amortização do empréstimo;

c) substituição da amortização por sorteios pelo resgate dos títulos mediante compra em Bolsa;

d) supressão do prêmio das obrigações cujo reembolso se tenha contratado com tal vantagem;

e) substituição do pagamento dos juros fixos estipulados pelo de juros variáveis, cumulativos ou não;

f) redução da taxa de juros e do valor de cada obrigação;

g) novação, por substituição do devedor, em consequência de fusão ou incorporação da sociedade devedora a outra que assuma a responsabilidade da dívida;

3º, a nomeação de um ou mais representantes, permanente ou não, da coletividade dos obrigacionistas, com a incumbência de tomar, de sua própria iniciativa, as providências que as circunstâncias aconselharem, em bem dos interesses comuns, ou com delegação especial para praticar atos especificados no mandato conferido, inclusive intentar quaisquer processos, requerer a falência da sociedade ou representar a comunhão no processo de falência.

Art. 4.º A convocação da assembléa cabe à sociedade devedora sempre que aos seus administradores parecer necessário, mas deve ainda ser feita quando solicitada por escrito, e declarado o motivo e o objeto da convocação, por obrigacionistas que representem a vigésima parte do valor dos títulos em circulação, ou pelo representante dos obrigacionistas, nomeado em assembléa anteriormente realizada. Si a convocação não for feita dentro de 5 dias da data da apresentação do pedido, aos interessados é facultado requerê-la ao juiz de direito da comarca da sede respectiva, o qual, ouvida a sociedade, que terá o encargo das custas, poderá, por despacho, autorizar a convocação direta.

O pedido de convocação deverá ser sempre instruído com o certificado ou conhecimento de depósito dos títulos respectivos, feito no Banco do Brasil, ou em suas agências, ou, com o visto do fiscal respectivo, em qualquer outro estabelecimento bancário.

Art. 5.º Reunir-se-á a assembléa no lugar em que tiver sede a sociedade, quinze dias, pelo menos, após a data da primeira publicação do anúncio de convocação.

O anúncio designará o dia, o local e a hora da reunião, o objeto das deliberações, os estabelecimentos em que deverão os obrigacionistas efetuar o depósito dos títulos com que legitimam a sua qualidade, e, si a convocação se fundar em autorização judicial, mencionará este fato, com as indicações necessárias à sua verificação.

A publicação far-se-á por duas vezes no "Diário Oficial" ou na folha que, na sede da sociedade, for encarregada das publicações oficiais, e outras tantas em dois jornais dos de maior circulação no lugar em que a assembléa deva reunir-se.

Art. 6.º Quando a assembléa for convocada pela sociedade, presidirá-a o seu presidente, ou administrador por ela designado; quando convocada pelo representante dos obrigacionistas, este representante; quando por obrigacionistas, o obrigacionista designado pelo juiz no

despacho que autorizar a convocação. O presidente será assistido de dois secretários, que serão os dois maiores portadores de títulos que assistirem à reunião e aceitarem a incumbência.

Art. 7.º Os nomes e domicílios dos obrigacionistas presentes, ou dos seus representantes, com a indicação exata, por extenso, do número de obrigações de cada um, serão por eles lançados numa folha de presença, que será rubricada pelo presidente da assembléa e poderá ser examinada no ato por qualquer dos obrigacionistas presentes.

Essa lista deverá ser conferida com os certificados do depósito efetuado de conformidade com esta lei, os quais serão exibidos e verificados no ato.

Parágrafo único. A sociedade, que em todos os casos terá direito de comparecer à reunião, é obrigada a fornecer um certificado subscrito por seu presidente, com a indicação do número dos títulos em circulação.

Art. 8.º Das deliberações e ocorrências se lavrará ata circunstanciada, subscrita pelo presidente e secretários, por mais dois obrigacionistas presentes e pelo representante da sociedade devedora, se esta tiver comparecido à assembléa.

Parágrafo único. A ata, reconhecidas as firmas por tabelião, a folha de presença, as procurações e os exemplares dos jornais que tiverem publicado o anúncio, arquivar-se-ão juntamente no registro onde, de acordo com a lei, se tiver feito a inscrição do empréstimo (art. 5.º, letra a, n. VI, da lei n. 1.827, de 7 de fevereiro de 1924).

Art. 9.º As deliberações serão tomadas pela maioria das obrigações representadas na assembléa, salvo os casos especiais em que a lei exigir maioria especial.

Só são admitidos a votar os obrigacionistas que tiverem legitimado a sua qualidade com o depósito dos títulos de sua propriedade, pelo menos dois dias antes da data marcada para a reunião.

Os obrigacionistas ausentes poderão fazer-se representar por terceiros, sejam estes obrigacionistas, ou não. Cada obrigação dará direito a um voto.

Art. 10. Se na primeira reunião não houver número, marcar-se-á a segunda, com intervalo de 3 dias. Se na terceira reunião, após o mesmo intervalo, não for conseguido o número de portadores necessário para o acordo, entender-se-á que os obrigacionistas recusam formular ou aceitar proposta de acordo.

Art. 11. O acordo, no caso da comunhão dos devedoristas, sómente será válido se for accito por portadores que representem no mínimo 2/3 do valor total das obrigações emitidas e por acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do capital social.

Art. 12. As deliberações que alterem cláusulas do contrato de empréstimo deverão sempre ter o apoio de pelo menos 2/3 das obrigações em circulação e dependem, para se tornarem obrigatórias de homologação judicial, que não será negada se todas as formalidades e condições impostas na lei tiverem sido observadas, enviados previamente o representante do ministério público e, se o requerer ou o juiz julgar necessário, um representante dos devedoristas divergentes.

Parágrafo único. A homologação processar-se-á de acordo com o disposto quanto à concordata (decreto n. 5.746, de 9 de dezembro de 1929).

Art. 13. Quando a assembléa se reunir, por convocação da sociedade, para deliberar sobre proposta de modificação das cláusulas e estipulações do contrato de empréstimo, a proposta deverá ser acompanhada, pena de nulidade da deliberação, de uma exposição justificativa, com a afirmação expressa, subscrita pela diretoria, ou pelos responsáveis, da veracidade das informações prestadas, e de parecer

de dois peritos contadores que atestem a exatidão e fidelidade destas informações, em vista do exame da escrita e dos documentos que entenderem necessários para firmar o seu juízo.

Parágrafo único. Qualquer acordo para liquidação de empréstimo por obrigações (debentures) deverá corresponder a um pagamento não inferior ao que produziria, para os obrigacionistas, a liquidação da sociedade, deduzidas as despesas previstas da operação e o valor das dívidas privilegiadas por lei.

Art. 14. Os portadores designarão, por maioria dos presentes na reunião em que propuserem o acordo, ou na destinada a aprovar a proposta oferecida pela sociedade, um fiscal que, em seu nome, colabore com a diretoria ou liquidantes, na execução do acordo e que vigie por seus direitos e interesses.

Art. 15. O acordo, ainda que julgado por sentença, poderá ser desfeito ou rescindido, provando-se nulidade, fraude, simulação ou erro, por ação promovida dentro de um ano da sua data ou, quando for o caso, da homologação.

Art. 16. No caso de achar-se a sociedade em falência, logo após a verificação dos créditos, o acordo juntar-se-á aos autos respectivos para o fim de ser julgado por sentença.

Art. 17. Correm por conta da sociedade devedora todas as despesas de convocação das assembléias, com o depósito dos títulos e arquivamento das atas, e mais custas, no caso previsto no art. 4º.

Art. 18. Em caso de impuntualidade no pagamento dos juros e no reembolso das obrigações sorteadas, quando tal for o modo de amortização convenionado e ainda que no regime de comunhão, poderá qualquer obrigacionista demandar o seu pagamento ou requerer a falência da sociedade devedora se, dentro do prazo de 60 dias da data em que a impuntualidade se verificar, não tiver sido convocada, pela sociedade devedora, ou pelos obrigacionistas, ou ainda pelo representante destes, já anteriormente nomeado, a assembléia dos obrigacionistas, que deverá deliberar sobre a providência mais conveniente aos interesses comuns.

Esta disposição não compreende, porém, a hipótese em que a falta do pagamento for ato de ordem individual, que não interesse a coletividade dos obrigacionistas, caso em que a ação individual é admitida sem restrições.

Art. 19. Na falência da sociedade devedora, a representação e defesa dos direitos dos obrigacionistas da mesma categoria, com comunhão de interesses, compete ao obrigacionista que for ou tiver sido eleito para este fim pela assembléia geral.

Para este fim, deverão os obrigacionistas fazer o depósito dos seus títulos na forma prevista no art. 4º, remetendo uma duplicata do certificado de depósito ao representante designado.

Art. 20. No que diz respeito aos empréstimos por obrigações ao portador, contraidos no estrangeiro por sociedades nacionais, aplicar-se-ão, quanto à representação coletiva, a lei sob a qual foi o contrato celebrado e as convenções entre as partes sobre a matéria.

Art. 21. Para o efeito da constituição de *quorum* a que se refere esta lei são sempre excluídas do número das obrigações em circulação as pertencentes à sociedade.

Art. 22. Esta lei entrará em vigor trinta dias depois de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de outubro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 782 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1938

Transforma provisoriamente a Secção de Estatística Territorial, da Diretoria de Estatística da Produção, no Serviço de Coordenação Geográfica, com as funções de secretaria geral do Conselho Nacional de Geografia e órgão técnico dos serviços geográficos da Comissão Censitária Nacional

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição:

Considerando que, entre os trabalhos preparatórios do Recenseamento Geral da República, para 1940, já iniciados, constam importantes encargos de natureza geográfica, afetos ao Conselho Nacional de Geografia, um dos órgãos de superior direção do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (art. 9º do decreto-lei n. 237, ed 2 de fevereiro de 1938);

Considerando que o órgão técnico executivo central do Conselho Nacional de Geografia é a Secção de Estatística Territorial da Diretoria de Estatística da Produção do Ministério da Agricultura, à qual cabem os referidos trabalhos censitários de natureza geográfica (Resolução n. 39, de 20 de julho de 1938, da Assembléa Geral do Conselho Nacional de Geografia);

Considerando o pronunciamento da Comissão Censitária Nacional, no sentido de ser a referida Secção elevada urgentemente, em organização de emergência, à categoria de "Órgão central" incumbido da coordenação dos serviços geográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e, como tal, responsável pelos trabalhos censitários de caráter geográfico, cuja execução cumpre ser facilitada (Resolução n. 10, de 25 de agosto de 1938, da Comissão):

Decreta:

Art. 1º. A Secção de Estatística Territorial da Diretoria de Estatística da Produção, do Ministério da Agricultura, com a denominação do Serviço de Coordenação Geográfica, passa a constituir, provisoriamente, durante a execução do Recenseamento de 1940, o "órgão central" do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (art. 3º do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934) no sistema dos serviços geográficos.

Parágrafo único. A direção do Serviço cabe ao chefe da aludida Secção, na sua qualidade de Secretário Geral do Conselho Nacional de Geografia (§ 2º, art. 2º do decreto n. 1.527, de 24 de março de 1937) com as vantagens atribuídas às respectivas funções.

Art. 2º. Os funcionários efetivos e extranumerários da Diretoria de Estatística da Produção atualmente em exercício na Secção de Estatística Territorial ficam considerados à disposição do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, como elementos do quadro do Serviço de Coordenação Geográfica, equiparados aos requisitados na forma do art. 34 do Decreto n. 24.609.

Art. 3º. Todo o material permanente e de consumo ora à disposição da Secção de Estatística Territorial, fica cedido ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mediante inventário, para ser utilizado no Serviço de Coordenação Geográfica.

Art. 4º. O Serviço de Coordenação Geográfica será regulamentado pelo Conselho Nacional de Geografia, ouvida a Comissão Censitária Nacional.

Art. 5º. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística entrará oportunamente em entendimento com o Ministério da Agricultura, no sentido de tornar definitiva, na forma prevista no art. 7º do De-

crelo n. 24.609, de 6 de julho de 1934, e de acordo com as Resoluções n. 68, de 4 de julho último e n. 28, de 19 do mesmo mês, respectivamente do Conselho Nacional de Estatística e do Conselho Nacional de Geografia, a transformação ora realizada, como medida de emergência necessária à execução dos serviços censitários.

Parágrafo único. Enquanto não se realizar o acordo aqui previsto, onde se defina a colaboração permanente que o novo Serviço deva prestar aos serviços da Diretoria de Estatística da Produção, fica assentado que a referida Diretoria requisitará ao órgão central do Conselho Nacional de Geografia os trabalhos de cartografia e de estatística territorial de que carecer.

Art. 6.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1938. 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 783 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1938

Concede uma pensão especial à viúva e uma filha menor de Manuel Carlos da Cunha, falecido em consequência de agressão no desempenho de seu cargo

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º É concedida à viúva e uma filha menor do agente fiscal do imposto de consumo no interior do Estado do Maranhão, Manuel Carlos da Cunha, de acordo com o deliberado no processo protocolado no Tesouro Nacional sob o n. 23.439, de 1935, uma pensão mensal correspondente à metade dos vencimentos que percebia o mesmo funcionário na data do seu falecimento.

Art. 2.º A pensão de que trata o artigo precedente é devida a partir de 8 de março de 1932, correndo a despesa à conta da verba orçamentária destinada ao pagamento de "novas pensões".

Parágrafo único. A parte das pensões relativas aos exercícios já encerrados, será liquidada por "Exercícios findos", na forma da legislação em vigor.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1938. 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 784 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 50:000\$000 para as despesas iniciais da VIII Conferência Mundial de Educação

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de cinquenta contos de réis (50:000\$000) para aten-

der às despesas iniciais de publicidade (Serviços e Encargos) da VIII Conferência Mundial de Educação, a realizar-se em julho de 1939 nesta Capital sob os auspícios do Governo Brasileiro.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 785 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1938

Altera a discriminação da sub-consignação n. 24 da Verba 2—Material, do atual orçamento do Ministério da Educação

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Ficam feitas as seguintes alterações na sub-consignação n. 24 — Aluguel de casas ou salas, terrenos, foros e seguros da Verba 2 — Material, III — Diversas Despesas, do atual orçamento do Ministério da Educação e Saúde (anexo n. 6 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937):

01) — Secretaria de Estado:

De: 500:000\$000

Para: 557:400\$000

02) — Reitoria da Universidade do Brasil:

De: 120:000\$000

Para: 111:192\$000

03) — Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil:

De: 21:000\$000

Para: 18:000\$000

08) — Instituto Oswaldo Cruz:

De: 10:000\$000

Para: 7:200\$000

10) — Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional:

De: 30:000\$000

Para: 20:000\$000

13) — Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal:

De: 96:000\$000

Para: 86:000\$000

14) — Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal:

a) — Centros de Saúde

De: 120:000\$000

Para: 110:000\$000

15) — Serviço de Puericultura do Distrito Federal:

De: 200:000\$000

Para: 187:208\$000

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 786 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de 31.679:000\$, às verbas que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de trinta e um mil, seiscentos e setenta e nove contos de réis (31.679:000\$0) às seguintes verbas do atual orçamento do mesmo Ministério (Anexo n. 8 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937):

Verba 2 — Material

II — Material de Consumo

S/c. 8 —	Matérias primas, produtos manufaturados, etc.	
	08) Rede de Viação Cearense	100:000\$0
S/c. 9 —	Combustível, explosivos, etc.	
	07) Estrada de Ferro Central do Brasil	30.000:000\$
	10) Rede de Viação Cearense	79:000\$
		30.079:000\$0
		<hr/>
		30.179:000\$0

Verba 5 — Obras, Melhoramentos, Aparelhamentos e Equipamentos

III — Portos e Navegação

S/c. 7 —	Estudos, dragagem, construção de cáis, pontes de acostagem, etc.	1.500:000\$0
		<hr/>
		31.679:000\$0

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 787 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de 616:371\$3, às verbas que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de seiscentos e dezesseis contos, trezentos e setenta e um mil e trezentos réis (616:371\$300), para reforço das seguintes verbas do atual orçamento do mesmo Ministério (Anexo n. 11 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937):

Verba 1 — Pessoal

III — Pessoal adido e em disponibilidade

S/c. 3 — Pessoal em disponibilidade:

01) — Remunerações mensais dos funcionários em disponibilidade, etc. ...	16:371\$3
--	-----------

Verba 2 — Material

II — Material de Consumo

S/c. 24 — Sementes e mudas de plantas e material, etc.

02) — Departamento Nacional da Produção Vegetal	600:000\$0
---	------------

616:371\$3

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 788 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Trabalho, o crédito especial de 8:129\$0, para pagamento de gratificações

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de oito contos, cento e vinte e nove mil réis (8:129\$0), para atender, no corrente exercício, ao pagamento da gratificação que compete aos 4 chefes de seção do Serviço do Pessoal daquele Ministério, de acordo com o art. 15 do decreto-lei n. 204, de 25 de janeiro de 1938.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 789 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 13:862\$0, para pagamento de gratificações

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de treze contos, oitocentas e sessenta e dois mil réis (13:862\$0), para atender ao pagamento da gratificação que compete ao 1.º escriturário aposentado do antigo quadro do Tesouro Nacional, Alfredo José dos Santos, pela assinatura de Obrigações do Tesouro e de Apólices da Dívida Pública, em 1935, como membro da Junta Administrativa da Caixa de Amortização.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 790 — DE 13 DE OUTUBRO DE 1938

Autoriza a alienação de casas do Domínio da União a funcionários federais

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a alienar, mediante concorrência pública, a funcionários federais, os seguintes imóveis:

No Distrito Federal:

Prédio à rua Senador Bernardo Monteiro n. 180;
Prédio à rua Marechal Joffre n. 161;
Prédio à rua Araxá n. 132;
Prédio à rua Mearim n. 271;
Prédio à rua Itabaiana n. 57;
Prédio à rua Jaraguá n. 55;
Prédio à rua Pinto Martins n. 6;
Prédio à rua Mococa n. 24.

Em Petrópolis:

Prédio à rua Paula Barbosa n. 108.

Em São Paulo:

Prédio à rua Backer ns. 9 e 9-A;
Prédio à rua Pompéia n. 173;
Prédio à rua Pamplona n. 90;
Prédio à rua Pamplona n. 92;
Prédio à rua Pamplona n. 40.

Art. 2.º Alienar-se-á o imóvel se obtido na concorrência preço igual ou superior ao da avaliação oficial, procedida quando da sua incorporação ao domínio da União.

Art. 3.º Admitir-se-ão na concorrência quaisquer funcionários federais que não possuam bens de raiz e residam no local onde situado o imóvel.

Art. 4.º O pagamento poderá ser feito em 180 prestações mensais, mediante desconto em folha de pagamento e garantia hipotecária do imóvel transacionado.

Art. 5.º Aplica-se o disposto nos arts. 70 a 73 do Código Civil aos imóveis discriminadas no art. 1.º deste decreto-lei, concedendo-se-lhes igualmente isenção de impostos federais e municipais.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de outubro de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 791 — DE 14 DE OUTUBRO 1938

Reorganiza o Ministério das Relações Exteriores

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

CAPÍTULO I

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 1.º O Ministério das Relações Exteriores terá a seguinte organização:

- a) Secretaria de Estado;
- b) Missões Diplomáticas;
- c) Repartições Consulares;
- d) Serviço Jurídico;
- e) Serviço de Informações;
- f) Comissão de Eficiência.

Art. 2.º A Secretaria de Estado compreenderá:

I — Departamento Diplomático e Consular, constituído de:

- a) Divisão Política e Diplomática;
- b) Divisão Econômica e Comercial;
- c) Divisão de Fronteiras;
- d) Divisão de Atos, Congressos e Conferências Internacionais;
- e) Divisão do Cerimonial;
- f) Divisão de Cooperação Intelectual;
- g) Divisão Consular;
- h) Divisão de Passaportes;

II — Departamento de Administração, constituído de:

- a) Divisão do Pessoal;
- b) Divisão do Material;
- c) Divisão da Contabilidade;
- d) Divisão de Comunicações e Arquivo;
- e) Divisão da Biblioteca e Mapoteca;
- f) Secção de Mecanografia.

Parágrafo único. A constituição de cada Divisão ou Secção e as atribuições do respectivo pessoal serão fixadas no Regimento da Secretaria de Estado.

Art. 3º. As Missões diplomáticas compreendem:

- a) Embaixadas;
- b) Legações.

Art. 4º. As Repartições consulares compreendem:

- a) Consulados Gerais;
- b) Consulados;
- c) Consulados privativos.

Art. 5º. O Consultor Jurídico chefeará o Serviço Jurídico.

Art. 6º. As funções da Comissão de Eficiência são as reguladas na lei respectiva.

Art. 7º. Os trabalhos do Ministério das Relações Exteriores serão executados por funcionários pertencentes ao seu Quadro Único, e por pessoal extranumerário, admitido na forma da legislação em vigor.

Art. 8º. Fica organizado o Quadro Único do Ministério das Relações Exteriores, na forma da tabela anexa ao presente decreto-lei.

Parágrafo único. Os decretos dos funcionários cujos cargos tiverem sua classificação alterada pela referida tabela serão apostilados pelo Ministro de Estado.

CAPÍTULO II

DA SECRETARIA DE ESTADO

Art. 9º. O Ministro de Estado será substituído em seus impedimentos pelo Chefe do Departamento Diplomático e Consular, que terá a denominação de Secretário Geral.

Art. 10. Os Chefes de Departamento e de Divisão serão designados por decreto e escolhidos dentre os funcionários da carreira de "Diplomata".

Art. 11. O Ministro de Estado, no desempenho de suas funções, poderá ser auxiliado, pessoalmente, pelos funcionários que escolher do Quadro Único do Ministério das Relações Exteriores.

Parágrafo único. Em nenhum caso poderá aproveitar pessoas estranhas ao Ministério das Relações Exteriores.

CAPÍTULO III

DAS MISSÕES DIPLOMÁTICAS

Art. 12. As Missões diplomáticas brasileiras destinam-se a manter a harmonia e boa inteligência do Brasil com os Estados em que se acham acreditadas, e a zelar pela dignidade da Nação e do Chefe de Estado que representam, defendendo e fazendo valer os direitos e justos interesses do Brasil e dos brasileiros.

§ 1º. As Missões diplomáticas deverão orientar e secundar a ação de cada Repartição consular com sede no território de sua jurisdição.

§ 2º. Cabe exclusivamente à Missão diplomática manter correspondência direta, de interesse geral ou regional, com as autoridades principais do Governo junto ao qual esteja acreditada.

§ 3º. A Missão diplomática servirá de intermediação entre essas autoridades e as Repartições consulares de sua jurisdição.

Art. 13. O número, a categoria, a jurisdição e a sede das Missões diplomáticas, serão fixados por decreto do Executivo.

Art. 14. As funções de Embaixador serão exercidas por funcionários da classe "N" da carreira de diplomata e, excepcionalmente,

por brasileiros natos, maiores de 35 anos, de reconhecido mérito e com serviços notáveis prestados ao país, nomeados em comissão, com vencimentos dessa classe e representação do posto.

Parágrafo único. As funções de Embaixador cessarão com as do Chefe de Estado que tiver feito a nomeação.

Art. 15. As Legações serão chefiadas por funcionários das classes "N" e "M" da carreira de "Diplomata" com o título de Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário.

Art. 16. No desempenho de funções diplomáticas, os funcionários das classes "L" e "K" da carreira de "Diplomata", terão, respectivamente, a denominação de Primeiro e Segundo Secretário.

Art. 17. Aos funcionários da classe "L", da carreira de "Diplomata", colocados nos dois terços superiores, poderá o Ministro de Estado, ouvida a Comissão de Eficiência, conferir o título de Conselheiro, até o número total de doze.

Art. 18. Quando necessário, poderão ser designados funcionários da classe M, da carreira de "Diplomata", com a denominação de Ministro-Conselheiro, para ter exercício em Embaixadas.

CAPÍTULO IV

DAS REPARTIÇÕES CONSULARES

Art. 19. As Repartições consulares compete promover o comércio entre o Brasil e o distrito de sua jurisdição e proteger as pessoas e os interesses dos brasileiros.

Art. 20. As Repartições consulares manterão no desempenho de suas funções correspondência direta com as autoridades locais, dentro da respectiva jurisdição.

Art. 21. Os Consulados Gerais serão chefiados por funcionários da classe M, da carreira de "Diplomata", com a denominação de Consul Geral; os Consulados, por funcionários das classes "L" e "K", com a denominação de Consul.

Parágrafo único. Nos Consulados Gerais poderão servir funcionários da classe K, com a designação de Consul adjunto e, em qualquer Consulado de carreira, após a confirmação, os da classe J, com a designação de Vice-Consul.

Art. 22. Aos Cônsules privativos, ocupantes de cargos isolados, em comissão, padrão M, não se aplicam as disposições relativas aos funcionários da carreira de "Diplomata", podendo, entretanto, ser-lhes arbitrada uma gratificação, conforme o posto.

Parágrafo único. Os Cônsules privativos só podem servir em Consulados dessa natureza e não terão direito algum à transferência para cargos de carreira.

Art. 23. Haverá, também, Repartições consulares honorárias, com o título de Consulado e Vice-Consulado, que serão criadas ou suprimidas por decreto do Executivo.

§ 1.º As funções consulares honorárias serão exercidas por cidadãos brasileiros ou, na falta destes, por estrangeiros de comprovada idoneidade.

§ 2.º A nomeação desses serventuários honorários será feita por decreto, quando se tratar de Consulados, e por portaria, quando se tratar de Vice-Consulados.

§ 3.º A nomeação será feita por proposta do Consulado de carreira a que estejam subordinadas essas Repartições e encaminhada por intermédio da Missão diplomática.

§ 4.º As pessoas que desempenharem essas funções honorárias poderão ser dispensadas em qualquer ocasião.

Art. 24. O número, a categoria e a jurisdição das Repartições consulares serão fixados por decreto do Executivo.

CAPÍTULO V

DA REMUNERAÇÃO

Art. 25. A remuneração dos funcionários da carreira de "Diplomata" será composta de vencimentos, de acordo com a tabela anexa, ou de vencimentos e representação.

Art. 26. Perceberão apenas vencimentos os que não tenham ainda servido no exterior.

§ 1.º Receberão vencimentos e representação os que estejam no estrangeiro, ou ali já tenham servido por mais de quatro anos.

§ 2.º Os que estiverem servindo no estrangeiro terão representação variável, fixada em tabela especial, revista anualmente mediante decreto do Executivo, e estabelecida de conformidade com os índices do custo de vida.

§ 3.º Os funcionários nas condições do parágrafo anterior terão, mais, calculadas sobre a respectiva representação, as seguintes percentagens: 10 % (classes N e M) ou 15 % (classes L, K ou J), se forem casados ou servirem de arrimo a mãe viúva; e 5 %, por filho menor ou filha solteira, até o máximo de dois, que vivam em sua companhia ou cuja subsistência esteja a seu cargo.

Art. 27. Depois de servirem no estrangeiro por mais de quatro anos consecutivos, os funcionários da carreira de "Diplomata" quando em exercício ou em comissão no país, receberão uma representação correspondente a seu ordenado.

Art. 28. Aos funcionários em licença, licença-prêmio ou férias extraordinárias, são aplicáveis as disposições do artigo anterior.

CAPÍTULO VI

DOS DIREITOS

Art. 29. Os cargos constantes do Quadro Único do Ministério das Relações Exteriores só poderão ser providos por brasileiros natos.

Art. 30. A admissão à carreira de "Diplomata" será para a classe J, mediante concurso de provas ou de títulos.

Parágrafo único. A esse concurso só poderão concorrer candidatos do sexo masculino.

Art. 31. As promoções serão feitas de conformidade com a legislação geral, obedecendo, exclusivamente, ao critério do merecimento em relação às classes M e N.

Art. 32. Constituirá motivo de preferência, nas promoções por merecimento, a circunstância de já ter o funcionário desempenhado funções diplomáticas e consulares.

Art. 33. Os funcionários das classes M e N da carreira de "Diplomata", que contarem mais de dez anos de bons serviços prestados ao Ministério das Relações Exteriores, poderão ser, excepcionalmente, postos em disponibilidade, por conveniência do serviço público.

§ 1.º Esses funcionários contarão o tempo em que permanecerem em disponibilidade como de efetivo exercício de funções, e serão obrigados a desempenhar quaisquer funções para que forem designados.

§ 2.º Se não reverterem à atividade, no prazo máximo de cinco anos, serão aposentados compulsoriamente.

Art. 34. A aposentadoria compulsória ou por invalidez dos funcionários do Quadro Único do Ministério das Relações Exteriores será regulada pela lei geral, na base da respectiva remuneração no país.

§ 1.º Serão aposentados os funcionários da carreira de "Diplomata", independentemente de qualquer outro requisito ou formalidade, quando completarem 35 anos de efetivo exercício na carreira.

§ 2.º Serão compulsoriamente aposentados os funcionários da carreira de "Diplomata" que atingirem os seguintes limites de idade: Classe N — 65 anos; Classe M — 62 anos; Classe L — 60 anos; Classe K — 55 anos.

§ 3.º Se o reclamar o interesse público, o Governo poderá abrir exceção à regra estabelecida no § 1.º do presente artigo, para os funcionários da classe N da carreira de "Diplomata", baixando, para esse fim, decreto em que se justifique tal ato.

Art. 35. As férias ordinárias dos funcionários do Ministério das Relações Exteriores serão as da legislação geral.

§ 1.º Os funcionários das classes M e N da carreira de "Diplomata", que tiverem permanecido em exercício no estrangeiro durante quatro anos consecutivos, terão direito a quatro meses de férias extraordinárias, para serem gozadas no Brasil.

§ 2.º No ano em que tiverem gozado férias extraordinárias não terão direito a férias ordinárias.

§ 3.º Os Chefes de Missão diplomática ou de Repartição consular só poderão ausentar-se da região territorial sob sua jurisdição, em férias ordinárias, com prévia autorização da Secretaria de Estado.

§ 4.º As férias ordinárias ou extraordinárias não poderão ser reunidas a qualquer período em que o funcionário não tenha estado pelo menos seis meses em efetivo exercício no seu posto.

CAPÍTULO VII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36. Os funcionários da carreira de "Diplomata" só poderão casar com brasileiros natos e mediante prévia autorização do Ministro de Estado.

§ 1.º Só o Presidente da República poderá autorizar qualquer exceção a esta regra.

§ 2.º A transgressão deste artigo, devidamente comprovada, determinará a exoneração do funcionário.

§ 3.º Quando os rubentes forem funcionários públicos federais, um deles terá que se exonerar do cargo.

§ 4.º Ambos terão de firmar declaração, estabelecendo qual o atingido pelo disposto no parágrafo anterior.

Art. 37. A designação dos funcionários da carreira de "Diplomata" para o exercício de funções diplomáticas ou consulares será feita por decreto do Executivo.

Art. 38. Os funcionários das classes J, K, L e M, da carreira de "Diplomata", terão exercício no estrangeiro em número correspondente ao fixado para a lotação das respectivas Missões diplomáticas ou Repartições consulares.

Art. 39. Os funcionários da carreira de "Diplomata" terão, no país, a denominação da última função que tiverem exercido no estrangeiro.

Art. 40. As funções diplomáticas e consulares são incompatíveis com as de agente, delegado ou representante de qualquer firma ou sociedade, com sede no Brasil ou no estrangeiro.

§ 1.º Essa proibição abrange todas as sociedades ou agremiações de propaganda, permanentes ou temporárias, excetuando-se as de caráter exclusivamente cultural ou beneficente.

§ 2º. Os serventuários honorários não são abrangidos nessa proibição, devendo, no entanto, fazer declaração escrita sobre as organizações comerciais, culturais ou humanitárias de que façam ou venham a fazer parte.

Art. 41. Os funcionários das classes *J*, *K* e *L* da carreira de "Diplomata" deverão servir, efetivamente, dois a três anos em cada posto e, no máximo, seis anos consecutivos no estrangeiro.

Parágrafo único. A Secretaria de Estado é considerada posto para os efeitos deste artigo.

Art. 42. Os funcionários da carreira de "Diplomata" que permanecerem mais de três anos em exercício no país, perderão, automaticamente, o direito à representação, não se incluindo, entretanto, nesse prazo, o tempo em que tiverem servido como auxiliares do Presidente da República ou do Ministro de Estado das Relações Exteriores.

Parágrafo único. A juízo do Governo, ficarão, ainda, excetuados os Chefes de Departamento, Divisão ou Serviço.

Art. 43. A lotação de pessoal de cada órgão do Ministério será fixada por decreto do Executivo e revista periodicamente, ouvida a Comissão de Eficiência.

Art. 44. Nos regimentos, a serem baixados por decreto do Executivo, serão especificadas, para fiel cumprimento do disposto nesse decreto-lei, a organização e as normas reguladoras da atividade de cada um dos órgãos do Ministério.

Art. 45. Os cargos isolados de Conselheiros Comerciais, padrão *M*, do quadro único do Ministério das Relações Exteriores, são de livre nomeação do Presidente da República e serão exercidos, no estrangeiro, junto às Missões diplomáticas.

§ 1º. Os Conselheiros Comerciais terão as mesmas vantagens pecuniárias concedidas aos funcionários da classe *M* da carreira de "Diplomata" designados para exercer as funções de Consul Geral, sendo-lhes igualmente extensivos os benefícios assegurados àqueles funcionários pela legislação vigente, na parte relativa a férias e licenças.

§ 2º. A juízo exclusivo do Presidente da República, os Conselheiros Comerciais poderão ser transferidos para a carreira de "Diplomata" na classe correspondente ao seu padrão de vencimentos.

Art. 46. Revogam-se os decretos n. 19.592, de 15 de janeiro de 1934 e n. 24.239, de 15 de maio de 1934, e demais disposições em contrário.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 1º. Fica criado, no quadro único do Ministério das Relações Exteriores, um cargo isolado, de Conservador, padrão *M*, a cujo titular será confiada a guarda e conservação dos imóveis, bens e objetos artísticos do Ministério, no país e no estrangeiro.

Parágrafo único. A primeira nomeação para esse cargo deverá recair em funcionário da carreira de "Diplomata", que terá o título honorífico de Ministro.

Art. 2º. As promoções por antiguidade, para a classe *L* da carreira de "Diplomata", serão feitas, alternadamente, por funcionários provenientes das antigas carreiras diplomática e consular, tendo em vista a respectiva classificação de antiguidade.

Art. 3º. As promoções por merecimento recairão em funcionários que hajam atingido os primeiros 2/3 da ordem de antiguidade,

os quais serão computados em partes iguais de funcionários pertencentes às antigas carreiras diplomática e consular, na ordem da respectiva antiguidade.

Art. 4.º Fica assegurado aos atuais funcionários da classe J, da carreira de "Diplomata", com mais de 48 anos de idade, quando promovidos à classe K, o disposto na letra b do art. 173 do decreto número 24.113, de 12 de abril de 1934.

Art. 5.º A Comissão de Eficiência fará a revisão das indicações para promoção por antiguidade e das listas triplíces de merecimento, em obediência ao disposto neste decreto-lei.

Art. 6.º Fica abolido, para todos os efeitos, o uso de uniformes diplomáticos e consulares.

Art. 7.º Aplica-se aos atuais Embaixadores efetivos, padrão O (cargos extintos à medida que vagarem), o disposto no art. 34 e seus parágrafos, sobre a classe N.

Art. 8.º Para atender, no corrente exercício, às despesas previstas neste decreto-lei, fica aberto ao Ministério das Relações Exteriores o crédito suplementar de 135:250\$000 à subconsignação I, da Consignação I — Pessoal permanente, da Verba 1.ª — do respectivo orçamento em vigor.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de outubro de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

QUADRO ÚNICO DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Cargos em comissão:

1 Ministro de Estado....	Padrão X
1 Consultor Jurídico....	Padrão N
1 Consultor técnico.....	Padrão N
17 Consules privativos...	Padrão M

Cargos isolados:

8 Conselheiros Comerciais ..	Padrão M
1 Redator Chefe dos Anais	Padrão L
1 Conservador	Padrão M
1 Redator do Serviço de Informações . . .	Padrão L

Carreiras:

Arquivista

1	Classe H
Bibliotecário	

1	Classe H	1 excedente.
2	Classe G	1 vago, a ser preenchido quando se extinguir o excedente.

Calígrafo

1 Classe E

Cartógrafo

1 Classe I

Contínuo

5 Classe G 7 excedentes.

7 Classe F 7 vagos, a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.

Dactilógrafo

1 Classe G 5 excedentes.

2 Classe F 2 vagos, a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.

2 Classe E 2 vagos, a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.

3 Classe D 3 vagos, a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.

Diplomata**Situação atual**

Número de cargos	Carreiras de "Diplomata" e "Consul"	Classe	Número de cargos	Classe	Excedentes	Vagos
25	Ministros Plenip. de 1ª (6 vagos).....	N	25	N	—	6
15	Ministros Plenip. de 2ª	M	45	M	—	6
24	Cônsules Gerais....	M				
34	Primeiros Secretários	L	70	L	—	—
36	Cônsules de 1ª classe	L				
41	Segundos Secretários	K	90	K	—	1
48	Cônsules de 2ª classe	K				
75	Cônsules de 3ª classe	J	100	J	—	25

330

Observação:

Os cargos vagos da classe inicial serão preenchidos mediante concurso de provas, ou de títulos com o aproveitamento da dotação dos cargos extintos de Auxiliar de Consulado, à medida que vagarem; os cargos vagos da classe N serão preenchidos com a dotação dos cargos extintos de Embaixador, à medida que vagarem.

Fotógrafo

1 Classe F

Motorista

1 Classe G

1 Classe F

1 Classe E

Servente

3 Classe E 18 excedentes.

5 Classe D 5 vagos, a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.

6 Classe C 6 vagos, a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.

7 Classe B 7 vagos, a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.

Cargos e carreiras extintas:

6 Embaixadores Padrão O Extintos, à medida que vagarem.

33 Auxiliares de Consulado Padrão N Idem.

1 Contabilista Padrão K Idem.

1 Redator dos Anais.... Padrão I Idem.

1 Chefe de Portaria.... Padrão I Idem.

Eletricista

1 Classe G Carreira extinta. Feitas as promoções, serão suprimidos os cargos de menor vencimento. Para exercer essas funções, o Governo admitirá, oportunamente, extranumerários, na forma da legislação que vigorar.

1 Classe F

1 Classe E

Encadernador

1 Classe F Cargo extinto. Para exercer essas funções o Governo admitirá, oportunamente, extranumerários, na forma da legislação que vigorar.

Jardineiro

3 Classe D Cargo extinto. Para exercer essas funções o Governo admitirá, oportunamente, extranumerários, na forma da legislação que vigorar.

Lavador

1 Classe D Cargo extinto. Para exercer essas funções o Governo admitirá, oportunamente, extranumerários, na forma da legislação que vigorar.

Gratificação de função anual

Gratificação de função aos funcionários que auxiliarem, pessoalmente, o Ministro de Estado		68:400\$000
4 Auxiliares, sendo: Departamento Diplomático e Consular — 2, e Departamento de Administração — 2		4:800\$000 a cada um.
1 Chefe do Serviço de Comunicações e Arquivo		6:000\$000
1 Chefe da Secção de Mecanografia.....		2:400\$000
2 Contínuos, sendo: 1 para o Departamento Diplomático e Consular e 1 para o de Administração		1:800\$000 a cada um.
4 Vigias		2:400\$000 a cada um.
2 Ascensoristas		1:200\$000 a cada um.
1 Encarregado da oficina de encadernação e enteamento		2:400\$000
2 Serventes para o Serviço de Comunicações e Arquivo		1:800\$000 a cada um.

Cálculo para o crédito suplementar — De outubro a dezembro (3 meses)

6 Diplomatas, classe M	40:500\$000
2 Diplomatas, classe K	9:500\$000
4 Conselheiros Comerciais, padrão M...	27:000\$000
1 Conservador, padrão M	6:750\$000
6 Cônsules Privativos, padrão M.....	40:500\$000
1 Redatôr do Serviço de Informações, padrão L.	5:750\$000
1 Contabilista, classe K	4:750\$000
1 Chefe da Secção de Mecanografia (gratificação).	500\$000
	<hr/>
	135:250\$000

DECRETO-LEI N. 792 — DE 17 DE OUTUBRO DE 1938

Autoriza a requisição de adiantamentos nos casos que especifica e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. As despesas por conta do crédito aberto pelo decreto-lei n. 368, de 11 de abril de 1938, poderão ser realizadas por adiantamentos, na forma da legislação vigente, a juízo do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, dispensadas, porém, as exigências do decreto-lei n. 240, de 4 de fevereiro de 1938, podendo correr à conta da dotação para aquisição de material, o transporte de farinhas e outros produtos, destinados a experiências e distribuição, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de outubro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República,

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 793 — DE 18 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito de 50:000\$000 para despesas com a formatura de alunos de estabelecimentos da Universidade do Brasil

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de cincoenta contos de réis (50:000\$000), para ocorrer a despesas com a formatura de alunos dos estabelecimentos da Universidade do Brasil, no corrente exercício.

Rio de Janeiro, 18 de outubro de 1938, 117^o da Independência e 50^o da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa

DECRETO N. 794 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1938

Aprova e baixa o Código de Pesca

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e tendo em vista a necessidade que a prática demonstrou de serem modificadas as disposições atinentes à pesca, constantes do Código de Caça e Pesca, baixado pelo decreto n. 23.672, de 2 de janeiro de 1934, decreta:

Art. 1^o. Fica aprovado o Código de Pesca que com este baixa assinado pelos Ministros de Estado e cuja execução compete ao Serviço de Caça e Pesca, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura.

Art. 2^o. Fica revogado o decreto n. 23.672, de 2 de janeiro de 1934, na parte referente à pesca, o qual baixou o Código de Caça e Pesca.

Art. 3^o. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1938, 117^o da Independência e 50^o da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Erico De Lamare S. Paulo.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falção.

Código de Pesca a que se refere o Decreto-Lei n. 794, de 19 de outubro de 1938

CAPÍTULO I

DA PESCA E SEU EXERCÍCIO

Art. 1º. Os serviços de pesca em todo o Brasil, inclusive a administração, direção, fiscalização técnica do pessoal e material respectivos, a instrução especializada dos pescadores e sua organização profissional, e tudo mais que com a mesma se relacione no interesse da defesa da fauna e flora agrícolas e desenvolvimento de suas indústrias, ficam inteiramente subordinados ao Ministério da Agricultura pelo seu órgão competente — o Serviço de Caça e Pesca do Departamento Nacional da Produção Animal e sujeitos às determinações deste Código.

Art. 2º. Quanto às águas em que é exercida, a pesca se divide em *interior* e *marítima*, sendo esta subdividida em: litorânea, costeira e de alto mar.

§ 1º. A litorânea é a exercida nos portos, baías, enseadas, lagoas, lagos e braços de mar, canais e quaisquer outras bacias de água salgada ou salobra, ainda que só comuniquem com o mar durante uma parte do ano.

§ 2º. A costeira é a exercida até a distância de 12 milhas na perpendicular da costa.

§ 3º. A de alto mar é aquela que se exerce além das águas territoriais.

Art. 3º. A pesca interior é a exercida em lagos, lagoas e lagoas, açudes ou quaisquer depósitos d'água doce, nos rios e outros cursos d'água, bem como em canais sem nenhuma ligação com o mar.

Art. 4º. São do domínio público todos os animais e vegetais que se encontrem nas águas públicas dominicais, de acordo com a definição dos arts. 6º a 11 do Código de Águas, baixado com o decreto 24.643, de 10 de julho de 1934.

Art. 5º. Sómente aos brasileiros é facultado exercer e explorar profissionalmente a pesca e indústrias correlatas.

Parágrafo único. A exigência deste artigo é extensiva aos armadores de pesca e à administração das sociedades civis, comerciais ou industriais, que explorarem a pesca.

Art. 6º. É permitido o exercício da pesca em todo o território da República, mediante licença, a todos os brasileiros maiores de 16 anos.

§ 1º. Isenta-se dessas exigências a pesca de canço ou linha de mão, feita de terra.

§ 2º. Os infratores deste artigo serão punidos com multa de réis 50\$000 a 100\$000 (cincoenta a cem mil réis), elevada ao dobro na reincidência e apreensão do material de pesca utilizado.

CAPÍTULO II

DOS PESCADORES E SUAS ASSOCIAÇÕES DE CLASSE

Art. 7º. A matrícula de pescador profissional será concedida gratuitamente pelas repartições competentes do Ministério da Marinha, na forma das leis e regulamentos em vigor.

Art. 8º. Todo o pescador profissional é obrigado a fazer parte da colônia em cuja zona resida.

Parágrafo único. Si, por qualquer circunstância, não for possível o exato cumprimento do disposto neste artigo, será o pescador obrigado a fazer parte da colônia em cuja zona estacione habitualmente sua embarcação.

Art. 9.º As colônias de pescadores são agrupamentos de pescadores atuando numa mesma zona e constituídas, no mínimo, por 150 (cento e cinquenta) profissionais de pesca.

Parágrafo único. As colônias serão designadas pelo prefixo "Z", seguido do número de ordem que lhes couber no seu respectivo Estado e estabelecer-se-ão em zonas limitadas pelo Serviço de Caça e Pesca.

Art. 10. As colônias de pescadores de cada Estado formam uma Federação.

Art. 11. As federações estaduais e colônias do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro formam a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil, com sede e foro na Capital da República.

§ 1.º As colônias, federações e Confederação Geral dos Pescadores do Brasil ficam sujeitas à fiscalização, que no caso couber, do Serviço de Caça e Pesca.

§ 2.º As colônias do Distrito Federal e do Estado do Rio de Janeiro, pelo voto da maioria de seus presidentes, elegerão respectivamente um delegado para representá-las junto à Confederação.

Art. 12. As colônias, federações e a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil reger-se-ão por estatutos elaborados pela última e aprovados pelo Ministro da Agricultura, ouvido o Conselho de Pesca.

Art. 13. Aos Estados, que tiverem delegação de poderes para executar o Código de Pesca, fica facultado por seu serviço competente acompanhar a atuação das associações de classe dos pescadores, representando ao Serviço de Caça e Pesca federal.

CAPÍTULO III

DOS DEVERES DO PESCADOR

Art. 14. Constituem deveres do pescador:

a) observar fielmente os dispositivos deste Código e demais determinações legais sobre a pesca, assim como as instruções e decisões baixadas pelas autoridades competentes;

b) dar conhecimento à diretoria de sua colônia, para as devidas providências, de quaisquer infrações que verificar ou de que tiver ciência, praticadas contra as disposições deste Código ou instruções emanadas do Serviço de Caça e Pesca;

c) fornecer ao entreposto de pesca, ou na falta deste, à Diretoria da colônia, ao termo de cada pescaria, todos os dados relativos à quantidade e qualidade do pescado colhido, o lugar em que foi praticada e as ocorrências havidas em viagem;

d) zelar pela defesa e conservação da fauna e flora aquáticas;

e) cumprir fielmente os estatutos das colônias.

Parágrafo único. Os infratores deste artigo serão punidos com a multa de 50\$000 (cinquenta mil réis), elevada ao dobro na reincidência e apreensão da respectiva matrícula.

CAPÍTULO IV

DAS RESTRIÇÕES GERAIS À PESCA

Art. 15. É proibido pescar:

a) com redes ou aparelhos de qualquer espécie, tipo ou denominação nos lugares em que embarquem à navegação;

b) com redes ou aparelhos de espera que impeçam o livre trânsito das espécies da fauna aquática, nas barras, rios, riachos e canais ou a menos de cinco milhas de distância dos citados lugares;

c) com redes ou aparelhos de arrasto de qualquer espécie, tipo ou denominação, na pesca interior ou na litorânea;

d) com redes de arrasto (trawl) a menos de tres milhas da costa;

e) com redes de "arrastão de praia", na pesca litorânea ou na interior e nas proximidades das embocaduras dos rios;

f) com redes "traineiras" a menos de 200 metros das margens, nas bafas ou enseadas;

g) com dinamite ou qualquer explosivo;

h) com substâncias tóxicas;

i) a menos de 500 metros dos tubos de descargas dos esgotos;

j) à distância menor de 200 metros da montante ou jusante das cachoeiras, corredeiras, barragens e escadas para peixes;

k) com facho ou luz de qualquer natureza, quando tal processo possa causar embaraços à navegação;

l) em outros lugares interditados pelo Serviço de Caça e Pesca;

m) por meio de qualquer sistema ou processo que prejudique a criação ou procriação das espécies da fauna aquática, a juízo do Serviço de Caça e Pesca.

§ 1.º Os infratores deste artigo serão punidos com a multa de 100\$000 a 2:000\$000 (com mil réis a dois contos de réis), elevada ao dobro na reincidência.

§ 2.º A infração das alíneas "g" e "h" é considerada crime, ficando os seus infratores sujeitos às sanções da Consolidação das Leis Penais.

Art. 16. O lançamento de resíduos e detritos comprovadamente tóxicos nas águas interiores ou litorâneas será regulado por instruções emanadas do Serviço de Caça e Pesca.

§ 1.º É expressamente proibido o lançamento de óleos e produtos oleosos nas águas interiores ou litorâneas.

§ 2.º Os infratores deste artigo serão punidos com multa de 1:000\$000 a 5:000\$000 (um conto a cinco contos de réis), elevada ao dobro na reincidência.

Art. 17. É proibido colher, pescar, vender, comprar, transportar ou empregar em qualquer uso, espécies da fauna aquática em desacordo com o presente Código e as instruções emanadas do Serviço de Caça e Pesca.

Art. 18. Qualquer sistema de pesca pode ser, em determinada zona, região ou local, temporária ou definitivamente proibido pelo Serviço de Caça e Pesca.

Art. 19. As cercadas de peixe, fixas, de qualquer denominação (tais como currais, camboas, parís, cacurís, tapagens, coração, caçoal, curral duplo, curral em série), as estaqueadas e murruadas, são proibidas.

§ 1.º O material destinado à construção destas cercadas será apreendido e destruído.

§ 2.º Os infratores deste artigo serão punidos com multa de 500\$000 a 5:000\$000 (quinhentos mil réis a cinco contos de réis), elevada ao dobro na reincidência.

CAPÍTULO V

DOS APARELHOS DE PESCA

Art. 20. Quaisquer que sejam as denominações dadas nas diversas localidades aos aparelhos destinados á pesca, são os mesmos agrupados nas seguintes categorias:

- a) móveis;
- b) flutuantes;
- c) de arrasto;
- d) de pescas especiais.

§ 1.º Os aparelhos móveis são os mantidos temporariamente no fundo, por meio de pesos, chumbadas ou ancoroles.

§ 2.º Flutuantes são os que vão à mercê do vento, da corrente, da onda ou a reboque de embarcações, sem tocar o fundo.

§ 3.º Os de arrasto são os mergulhados no fundo por meio de pesos e arrastados de terra ou do mar.

§ 4.º Os de pescas especiais são os exclusivos a determinadas espécies de pescado.

Art. 21. São considerados aparelhos móveis:

- a) as redes de “espera” ou de “barrar”, de qualquer tipo, não podendo ter malhas inferiores a 30 mm.;
- b) os gradeados de qualquer espécie, os covos, malapis, cestas de junco, de palha ou flexa, de tela ou arame, com espaçamento mínimo de 40 mm.;
- c) cercadas móveis ou currais móveis com espaçamento mínimo de 50 mm.;
- d) linhas e espinheis.

Art. 22. Os aparelhos flutuantes devem ter malha mínima de 30 mm.

Art. 23. São considerados aparelhos de arrasto:

- a) as redes denominadas “arrastão de praia”, com malha mínima de 30 mm., seja qual for o seu tipo ou dimensão;
- b) as redes de arrasto para camarão “sele barbas”, com malha mínima de 12 mm.;
- c) a rede de arrasto “trawl”, com malha mínima de 30 mm. no “copo”.

Art. 24. São considerados aparelhos especiais de pesca:

I — As redes denominadas vulgarmente “traineiras”, de dois tipos:

- a) a “sardinheira” de malha mínima de 10 mm., no ensacador e de 25 mm. e 30 mm. nas armaduras superior e inferior;
 - b) a “traineira de malha larga” com 15 mm., de malha, no mínimo, no ensacador e 35 e 40 mm., no mínimo, nas armaduras.
- II — A rede denominada “cai-cai” ou “tróia”, com malhas mínimas de 20 mm., comprimento máximo de 80 metros.

III — Redes “candoblê” e “balão”, para camarão, com malhas mínimas de 12 mm.

IV — Tarrafas de fio fino:

- a) para peixe, com malha mínima de 15 mm.
- b) para camarão, com malha mínima de 12 mm., e carapuça de 10 mm.

Parágrafo único. O cerco das "traineiras" só poderá ser efetuado, quando a profundidade das águas for nitidamente superior ao calado das redes.

Art. 25. As malhas das redes serão medidas pela distância entre dois nós consecutivos do mesmo fio.

Parágrafo único. A rede tinta será medida depois do terceiro banho e a rede branca depois de uma permanência de 24 horas na água.

Art. 26. A infração dos arts. 21, 22, 23 e 24 será punida com multa de 50\$000 a 500\$000 (cincoenta a quinhentos mil réis), elevada ao dobro na reincidência com apreensão e destruição do aparelho.

CAPÍTULO VI

DAS EMBARCAÇÕES DE PESCA

Art. 27. As embarcações de pesca de qualquer natureza obedecerão à regulamentação das repartições competentes do Ministério da Marinha e às disposições do presente Código.

Art. 28. Toda embarcação de pesca trará na proa, de um e de outro bordo, a letra Z, seguida do número da colônia a que estiver filiado o seu proprietário, um sinal característico da empresa a que pertencer, seguido das letras indicativas do Estado onde estiver a sua sede.

§ 1.º A letra "Z", o número correspondente ao da colônia a que pertencer a embarcação e o indicativo do Estado serão reproduzidos na vela grande, em dimensões convenientes, e cor bem destacada.

§ 2.º Nenhuma embarcação de pesca poderá ter externamente desenhos, nomes ou letras, sinão os acima especificados, à exceção das movidas a vapor ou a motor, que poderão trazer na chaminé, além dos símbolos das empresas, um número de ordem determinado pela repartição competente para identificação em alto mar.

§ 3.º As embarcações de pesca de menos de 50 toneladas terão o costado pintado de cor uniforme.

Art. 29. Nenhuma embarcação de pesca poderá amarrar ou fundear sobre boias, redes ou instrumentos de pesca de outra embarcação, nem suspender ou verificar, sob qualquer pretexto, os aparelhos de outrem.

Art. 30. Ninguém poderá cortar as linhas de pesca de aparelhos alheios, sinão por força maior, cumprindo-lhe, neste caso, reatar as mesmas antes de as largar de novo.

Art. 31. As embarcações que concorrerem à pesca, em uma certa zona, não poderão lançar suas redes de modo a se prejudicarem mutuamente.

Art. 32. As embarcações de pesca é vedado o acesso a lugar circunscrito pelas redes de outra embarcação.

Art. 33. Num mesmo pesqueiro as embarcações maiores ocuparão o lado do barlavento das menores, em distância nunca inferior a 100 metros.

Art. 34. As tripulações das embarcações de pesca serão constituídas por dois terços de brasileiros natos, no mínimo.

Art. 35. As pequenas embarcações de pesca poderão transportar livremente as famílias dos pescadores, produto de pequena lavoura ou indústria doméstica.

Art. 36. O comandante, patrão de pesca ou mestre das embarcações destinadas à pesca deverá preencher os mapas fornecidos pelo Serviço de Caça e Pesca, entregando-os no fim de cada viagem ou semanalmente.

Art. 37. As embarcações de pesca, no curso normal das pescarias, tendo suas equipagens completas e devidamente registradas na repartição competente, poderão sair livremente dos portos a qualquer hora.

Art. 38. As embarcações estrangeiras e às nacionais guarnecidas por estrangeiros é proibido o exercício da pesca em águas territoriais brasileiras.

Parágrafo único. A infração deste artigo resultará na apreensão da embarcação, dos seus apetrechos de pesca e carregamento, como contrabando, e punida com as leis que regem a matéria.

Art. 39. O comando das embarcações de pesca costeira ou de alto mar só será permitido a pescadores que possuam ao menos carta de patrão de pesca, devendo ser dada preferência aos diplomados pelas escolas profissionais dirigidas pelo Serviço de Caça e Pesca ou por outras a elas equiparadas.

Parágrafo único. Tais diplomados poderão matricular-se nas repartições competentes ficando habilitados ao exercício de suas funções, em embarcações de pesca, dispensadas quaisquer outras exigências.

Art. 40. As embarcações de pesca terão as tripulações organizadas de acordo com as suas necessidades técnicas, a critério do Serviço de Caça e Pesca, obedecidas as disposições deste Código.

Art. 41. Nenhuma embarcação poderá ser empregada na pesca sem o certificado fornecido pelo Serviço de Caça e Pesca.

Parágrafo único. A diretoria do Serviço de Caça e Pesca baixará instruções sobre as exigências que as embarcações devem satisfazer para obtenção deste certificado.

CAPÍTULO VII

DOS MOLUSCOS, CRUSTÁCEOS, ESPONJAS E ALGAS

Art. 42. A exploração dos campos naturais de moluscos, bem como a de plantas aquáticas, só poderá ser feita dentro de condições especificadas pelo Serviço de Caça e Pesca.

Parágrafo único. Os infratores deste artigo serão punidos com multa de 50\$000 a 100\$000 (cincoenta a cem mil réis), elevada ao dobro na reincidência.

Art. 43. A descoberta de um campo natural de moluscos ou esponjas deverá ser comunicada, no prazo de 60 dias, ao Serviço de Caça e Pesca, discriminando-se sua situação e dimensões.

Art. 44. É permitido colocar aparelhos coletores de ostras nos bancos naturais e suas proximidades para coleta de material destinado à cultura desses moluscos em parques artificiais.

Art. 45. O Serviço de Caça e Pesca regulamentará o estabelecimento de parques para a cultura de ostras e mexilhões.

Art. 46. Ao Serviço de Caça e Pesca compete a fiscalização sanitária dos campos naturais e parques artificiais de moluscos.

Art. 47. O Serviço de Caça e Pesca poderá suspender a exploração em qualquer parque ou banco quando as condições tal justifiquem.

Art. 48. É proibido fundear embarcações ou lançar detritos de qualquer natureza sobre os bancos de moluscos devidamente demarcados.

Parágrafo único. Os infratores deste artigo serão punidos com multa de 50\$000 a 100\$000 (cincoenta a cem mil réis), elevada ao dobro na reincidência, independente de qualquer ação judiciária que no caso couber.

Art. 49. O Serviço de Caça e Pesca regulamentará a época e condições de exploração dos bancos e parques de cultura de moluscos.

Art. 50. Quem desejar instalar parques de cultura de moluscos ou crustáceos deverá submeter ao Serviço de Caça e Pesca o respectivo plano.

Art. 51. É proibido revolver o solo submerso, cortar as ervas e raízes, salvo por imperiosa necessidade de saneamento, a critério do Serviço de Caça e Pesca.

Parágrafo único. Os infratores deste artigo serão punidos com multa de 50\$000 a 100\$000 (cincoenta a cem mil réis), elevada ao dobro na reincidência.

Art. 52. O Serviço de Caça e Pesca publicará as instruções referentes a este Capítulo dentro do prazo de 6 meses da execução deste Código.

CAPÍTULO VIII

DAS LICENÇAS PARA AMADORES DE PESCA E CIENTISTAS

Art. 53. O exercício da pesca é permitido aos amadores brasileiros, mediante pagamento de uma licença anual de 20\$000 (vinte mil réis), válida até 31 de dezembro do ano civil.

§ 1º. O amador de pesca só poderá possuir embarcações arroladas na classe de recreio.

§ 2º. O amador de pesca, que de qualquer maneira negociar produto de sua pescaria, terá sua licença cassada e apreendidos os apetrechos de pesca encontrados em seu poder.

§ 3º. A licença referida poderá ser, nos Estados, fornecida pelas delegacias fiscais do Tesouro Nacional e coletorias federais, enquanto não se instalarem repartições do Serviço de Caça e Pesca.

Art. 54. Qualquer expedição artística ou científica, cujo programa se estenda à pesca, dependerá de prévia permissão do Serviço de Caça e Pesca federal.

Parágrafo único. O Conselho das Expedições Artísticas e Científicas do Brasil ouvirá previamente o Serviço de Caça e Pesca antes de autorizar as expedições em apreço.

Art. 55. Aplicam-se aos amadores estrangeiros as disposições do art. 53 e parágrafos, quando devidamente autorizados pelo Serviço de Caça e Pesca.

Art. 56. Fica instituído no Serviço de Caça e Pesca um registro especial para inscrição dos clubes ou associações de amadores de pesca, que poderão ser organizadas distintamente ou em conjunto com os de caça.

Parágrafo único. Tais clubes ou associações pagarão uma taxa de registro de 100\$000 (cem mil réis).

CAPÍTULO IX

DA PESCA INTERIOR

Art. 57. A pesca interior será regulada, em cada zona ou região, por instruções especiais expedidas pelo Serviço de Caça e Pesca.

Art. 58. Em benefício do repovoamento natural ou artificial das águas interiores, o Serviço de Caça e Pesca poderá interditar a pesca nos cursos d'água, lagoas, lagoas e lagunas, de água doce.

Art. 59. É expressamente proibido na pesca interior o emprego de "arrastão" de qualquer espécie, como de qualquer outro aparelho que, rascando o fundo, revolve o solo.

Parágrafo único. Os infratores deste artigo serão punidos com multa de 100\$000 a 500\$000 (cem a quinhentos mil réis), elevada ao dobro na reincidência.

Art. 60. A pesca interior só será praticada nas épocas determinadas pelo Serviço de Caça e Pesca.

CAPÍTULO X

DA PISCICULTURA E COMÉRCIO DE PEIXES VIVOS

Art. 61. O Serviço de Caça e Pesca regulamentará as estações de piscicultura federais, estaduais, municipais e particulares.

Art. 62. O Serviço de Caça e Pesca manterá um registro de piscicultores, cujas condições de inscrição serão reguladas por instruções organizadas pelo mesmo Serviço.

§ 1.º Aos piscicultores será concedida licença para negociar com peixes de sua criação, de acordo com as instruções do Serviço de Caça e Pesca.

§ 2.º Essas licenças serão concedidas mediante o pagamento anual da taxa de 100\$000 (cem mil réis).

Art. 63. É proibida a condução ou remessa para o exterior, de peixes vivos ou ovos, sem prévia autorização do Serviço de Caça e Pesca.

Parágrafo único. Os infratores deste artigo serão punidos com multa de 100\$000 a 1:000\$000 (cem mil réis a um conto de réis).

Art. 64. A importação, por particulares, de peixes vivos ou ovos, só será permitida com autorização do Serviço de Caça e Pesca.

Art. 65. A criação e cultura de anfíbios comestíveis ou de adorno obedecerão à mesma regulamentação do art. 62.

Art. 66. O comércio de anfíbios, peixes e crustáceos vivos será regulamentado pelo Serviço de Caça e Pesca.

Art. 67. O Serviço de Caça e Pesca instalará estações experimentais de biologia, tendo por fim:

a) realizar estudos referentes à biologia, propagação e defesa da fauna segundo as condições regionais;

b) fornecer aos interessados que se queiram dedicar à piscicultura todos os elementos e informações necessárias;

c) cuidar do povoamento ou repovoamento dos cursos d'água, tanques ou açudes, fornecendo ovos, alevinos ou adultos de espécies adaptáveis às condições da região;

d) observar quais as espécies que mereçam ser industrializadas e realizar os estudos referentes aos processos mais aconselháveis à sua conservação e aproveitamento industrial;

e) divulgar entre os industriais instruções concernentes ao melhor aproveitamento do produto e à sua consequente valorização comercial.

CAPÍTULO XI

DO REPOVOAMENTO E DEFESA DAS ÁGUAS INTERIORES

Art. 68. As represas dos rios, ribeirões ou córregos devem ter, como complemento obrigatório, obras que permitam a conservação da fauna fluvial, seja facilitando a passagem dos peixes, seja instalando estações de piscicultura.

§ 1º. O Serviço de Caça e Pesca, após detido estudo *in loco* determinará ao proprietário da represa quais as medidas a adotar para garantia da fauna fluvial.

§ 2º. Os infratores deste artigo serão punidos com multa de 1:000\$000 a 5:000\$000 (um conto a cinco contos de réis), sucessivamente elevada ao dobro, caso não tenham iniciado o cumprimento deste artigo dentro de 60 dias após a última multa.

CAPÍTULO XII

DO CONSELHO DE PESCA

Art. 69. O Conselho de Pesca, que por este ato fica creado, terá sede no Rio de Janeiro e compor-se-á de sete membros, indicados pelo Ministro da Agricultura e nomeados pelo Presidente da República:

- a) um zoólogo;
- b) um representante do Serviço de Caça e Pesca;
- c) um representante da Marinha de Guerra;
- d) um representante dos pescadores;
- e) um representante dos armadores de embarcações de pesca;
- f) um representante dos industriais de conservas de pescado; e
- g) um jurista especializado em direito marítimo.

Parágrafo único. O diretor geral do Departamento Nacional da Produção Animal poderá assistir às reuniões do Conselho e o diretor do Serviço de Caça e Pesca poderá tomar parte em todas as discussões do Conselho sem direito a voto.

Art. 70. Na constituição do Conselho de Pesca, o zoólogo e o representante do Serviço de Caça e Pesca serão indicados pelo diretor do mesmo Serviço, o representante da Marinha de Guerra pelo ministro referente e os demais, eleitos por seus sindicatos ou associações de classe.

Art. 71. O conselheiro que deixar de comparecer às reuniões do Conselho, por cinco (5) vezes consecutivas, sem causa justificada, é considerado resignatário, cumprindo ao Presidente levar o fato ao conhecimento do Ministro da Agricultura para o efeito de exoneração e substituição.

Art. 72. O Conselho de Pesca poderá requisitar um oficial administrativo do Ministério da Agricultura para seu secretário.

Art. 73. Ao Conselho incumbe:

- a) propor ao Ministro da Agricultura qualquer emenda ou alteração dos dispositivos do presente Código;
- b) emitir parecer sobre os assuntos de relevância que o Serviço de Caça e Pesca tenha de resolver, nos que lhe forem solicitados pelo Governo e aqueles enumerados por este Código;
- c) patrocinar os congressos de pesca;
- d) instituir prêmios de animação à pesca, à piscicultura e às indústrias correlatas, de acordo com o Ministro da Agricultura;
- e) organizar seu regimento interno.

Art. 74. Aos membros do Conselho, ao diretor do Serviço de Caça e Pesca e ao secretário do Conselho será paga, por sessão, uma gratificação igual à que percebem ou venham a perceber os membros dos demais conselhos do Ministério da Agricultura.

CAPÍTULO XIII

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 75. A fiscalização técnica da pesca obedecerá às instruções organizadas pelo Serviço de Caça e Pesca e será exercida em todo o território nacional por funcionários nomeados pelo Governo.

Art. 76. Os funcionários incumbidos da fiscalização da pesca, no exercício de suas funções, são equiparados aos agentes de segurança pública e oficiais de justiça, sendo-lhes facultado o porte de arma de defesa e cabendo-lhes, em relação à polícia de pesca, as mesmas atribuições e deveres consignados nas leis vigentes para aqueles funcionários.

Art. 77. A polícia civil fica obrigada a prestar auxílio na fiscalização da pesca, sempre que for requisitada por funcionário do Serviço de Caça e Pesca, no exercício do seu cargo.

Art. 78. Aos funcionários incumbidos da fiscalização da pesca fica assegurado o direito de prender e autuar os infratores deste Código.

§ 1.º A autorização supra é extensiva aos casos de desacato praticados contra estes mesmos funcionários.

§ 2.º Sempre que, no cumprimento deste Código, houver necessidade de ser praticada uma prisão de contraventor, deverá ser este recolhido à delegacia mais próxima, que o deterá, à disposição do Serviço de Caça e Pesca, para a formação do respectivo processo.

CAPÍTULO XIV

DAS INFRAÇÕES E DOS INFRATORES

Art. 79. Todas as infrações dos preceitos preventivos neste Código serão consideradas como contravenções e o contraventor punido com penas pecuniárias.

Art. 80. Os crimes cometidos no exercício da pesca e aqueles que com esta se relacionarem, serão punidos de acordo com os preceitos que lhes forem aplicáveis da Consolidação das Leis Penais.

Art. 81. Os contraventores presos em flagrante, que resistirem violentamente, serão sempre punidos com o grau máximo, salvo se forem primários.

Art. 82. O Serviço de Caça e Pesca poderá apreender as matrículas ou licenças dos pescadores, sempre que julgar conveniente, quando esses incidam mais de uma vez na mesma falta.

CAPÍTULO XV

DO PROCESSO

Art. 83. Os contraventores, autores ou cúmplices de crimes cometidos no exercício da pesca ou que com esta se relacionem, serão processados e julgados de acordo com os preceitos que lhes forem aplicáveis na Consolidação das Leis Penais.

Art. 84. A competência do juízo para conhecer das contravenções e crimes será regulada pelas leis de organização judiciária.

CAPÍTULO XVI

Art. 85. Os pescadores poderão organizar suas cooperativas de consumo, de crédito, de produção e outras modalidades, na forma da legislação vigente.

Art. 86. O Serviço de Caça e Pesca exercerá o controle nos entrepostos de pesca e fábricas de conserva de pescado, no sentido de exigir as boas condições sanitárias de suas instalações e da manipulação dos produtos.

Art. 87. É obrigatório o registro no Serviço de Caça e Pesca das empresas de pesca, fábricas de conserva ou de sub-produtos do pescado, bem como o do comércio do peixe fresco.

§ 1.º As condições exigidas para o registro constarão de instruções baixadas pelas autoridades competentes.

§ 2.º Aos proprietários que não satisfizerem as exigências deste artigo será aplicada multa de 500\$000 (quinhentos mil réis), e cassada a licença de funcionamento até seu cumprimento.

Art. 88. O Serviço de Caça e Pesca, a Confederação Geral dos Pescadores do Brasil e as federações poderão apreender a caderneta de matrícula de todo o indivíduo matriculado como pescador que não exerça a profissão, enviando-a ao Ministério da Marinha para a necessária baixa, salvo nos casos de doença, idade avançada ou exercício de cargos eletivos.

§ 1.º Cabe às colônias fornecer as relações dos pescadores matriculados e que não exerçam a profissão, para os efeitos do presente artigo.

§ 2.º Em caso de não cumprimento deste artigo o presidente da colônia incorrerá na multa de 200\$000 (duzentos mil réis) elevada ao dobro em caso de reincidência.

Art. 89. As providências do § 1.º do art. 19 competem ao Ministério da Marinha, com a colaboração dos Ministérios da Viação e da Agricultura.

Art. 90. O Governo Federal providenciará para a criação de Entrepostos de Pesca nas principais cidades litorâneas ou ribeirinhas do País.

§ 1.º A construção e exploração dos Entrepostos de Pesca poderá ser entregue aos governos estaduais.

§ 2.º O plano e regulamentação geral dos Entrepostos de Pesca serão feitos pelo Serviço de Caça e Pesca e aprovados pelo Conselho de Pesca.

§ 3.º A fiscalização dos entrepostos caberá ao Serviço de Caça e Pesca ou ao Governo Estadual, nos termos das leis e regulamentos em vigor.

Art. 91. O pescado a ser manipulado nas fábricas ou recolhido aos frigoríficos e destinado à exportação fica dispensado de passar pelos entrepostos.

§ 1.º Essa isenção será dada às fábricas e frigoríficos devidamente registrados e autorizados pelo Serviço de Caça e Pesca, cabendo-lhes fornecer ao mesmo a relação semanal das entradas e saídas.

§ 2.º O pescado poderá ser diretamente recolhido aos frigoríficos, mesmo quando destinado ao comércio local, ficando, porém, obrigatória a passagem pelos entrepostos, antes de ser entregue ao consumo.

§ 3.º Frigoríficos e fábricas ficam sujeitos à fiscalização do Serviço de Caça e Pesca, de acordo com a regulamentação geral dos entrepostos de pesca.

Art. 92. Cabe às associações dos pescadores pleitearem a concessão de terrenos de marinha para instalação das colônias e feitorias de pesca.

Parágrafo único. Tais pedidos serão encaminhados pelas Capitâneas dos Portos locais ao Serviço de Caça e Pesca que informará de sua conveniência e justificação.

Art. 93. Todo o serviço de carga e descarga das embarcações de pesca fica dispensado da interferência da Estiva e da Resistência.

Art. 94. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1938. — *Fernando Costa.*

DECRETO-LEI N. 795 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1938

Retifica o art. 4.º do Decreto-Lei n. 577, de 29 de julho de 1938

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica retificada a redação do art. 4.º do Decreto-Lei número 577, de 29 de julho de 1938, que passa a ser a seguinte:

“Art. 4.º Fica deduzida da sub-consignação 1, da consignação I — Pessoal permanente, da verba 1ª — Pessoal, do orçamento em vigor, para o Ministério da Agricultura, a importância de 30:800\$000 (trinta contos e oitocentos mil réis), da qual se concederá uma suplementação de 11:922\$600 (onze contos novecentos e vinte dois mil e seiscentos réis), à sub-consignação 5 — 01, da consignação IV — Gratificações e auxílios, da mesma verba.”

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 796 — DE 19 DE OUTUBRO DE 1938

Dispõe sobre a Comissão Censitária Nacional

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição e

Considerando que o Recenseamento Geral da República, em 1940, deve compreender levantamentos cujos resultados, além das finalidades próprias, terão de atender aos altos interesses da defesa do País e da sua descrição corográfica, bem como às necessidades da estatística internacional, e que, por outro lado, o êxito da operação depende de uma propaganda eficiente de seus objetivos, e

Atendendo à representação que, nesse sentido, fez a Presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em cumprimento de Resolução da Comissão Censitária Nacional,

Decreta:

Art. 1º. A Comissão Censitária Nacional, a que se refere o art. 3º, do Decreto-Lei n. 237, de 2 de fevereiro de 1938, serão incorporados, pela mesma forma e com iguais vantagens, mais os seguintes membros: o Secretário do Conselho Nacional de Geografia, o Diretor do Departamento Nacional de Propaganda e Difusão Cultural e tres representantes, respectivamente, do Estado Maior do Exército, do Estado Maior da Armada e do Ministério das Relações Exteriores.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de outubro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 797 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de 800:000\$0, para pagamento de gratificações

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de oitocentos contos de réis (800:000\$0), para atender, no corrente exercício, ao pagamento das gratificações que competem a professores e instrutores dos estabelecimentos de ensino, de acordo com o que dispõe o decreto-lei n. 103, de 23 de dezembro de 1937.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 798 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saude, o crédito especial de 200:000\$0, para ocorrer à instalação do Serviço do Pessoal

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saude, o crédito especial de duzentos contos de réis (200:000\$0), para

ocorrer ao pagamento das despesas de instalação do Serviço do Pessoal do mesmo Ministério, sendo cinquenta contos de réis (50:000\$0) para pessoal extranumerário e cento e cinquenta contos de réis (150:000\$0) para material.

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 799 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito suplementar de réis 1.117:700\$000, às verbas que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de mil, cento e dezessete contos e setecentos mil réis (1.117.700\$0) para reforço das seguintes verbas do atual orçamento daquele Ministério (anexo n. 6 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937):

VERBA 2 — MATERIAL

I — Material permanente

S/c. 1 — Mobiliários e móveis diversos, utensílios, etc.:

32) Serviço de Saude Pública do
Distrito Federal:

g) Preventório Paula Cândido 8:000\$0

33) Serviço de Assistência Hospitalar do Distrito Federal:

a) Hospital Estácio de Sá..... 5:000\$0 13:000\$0

S/c. 2 — Máquinas, motores, elevadores etc.:

32) Serviço de Assistência Hospitalar do Distrito
Federal:

a) Hospital Estácio de Sá..... 10:000\$0

II — Material de consumo

S/c. 7 — Artigos de expediente e de desenho, etc.:

33) Serviço de Saude Pública do
Distrito Federal:

g) Preventório Paula Cândido. 500\$0

34) Serviço de Assistência Hospitalar do Distrito Federal:

a) Hospital Estácio de Sá..... 5:000\$0 5:500\$0

S/c. 8 — Medicamentos, drogas, etc.:

16)	Serviço de Saude Pública do Distrito Federal:		
g)	Preventório Paula Cândido.	3:200\$0	
17)	Serviço de Assistência Hospitalar do Distrito Federal:		
a)	Hospital Estácio de Sá.....	100:000\$0	
b)	Hospital São Francisco de Assis	60:000\$0	
18)	Serviço de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal:		
d)	Colônia Gustavo Riedel.....	20:000\$0	183:200\$0

S/c. 9 — Combustível, lubrificantes, etc.:

08)	Instituto Oswaldo Cruz.....	3:000\$0	
12)	Serviço de Saude Pública do Distrito Federal:		
d)	Preventório Paula Cândido.	8:000\$0	
13)	Serviço de Assistência Hospitalar do Distrito Federal:		
a)	Hospital Estácio de Sá.....	10:000\$0	
b)	Hospital São Francisco de Assis	15:000\$0	
14)	Serviço de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal:		
c)	Colônia Gustavo Riedel.....	24:000\$0	60:000\$0

S/c. 10 — Vestuários e outros artefactos de tecido, etc.:

08)	Serviço de Saude Pública do Distrito Federal:		
d)	Preventório Paula Cândido..	10:000\$0	
09)	Serviço de Assistência Hospitalar do Distrito Federal:		
a)	Hospital Estácio de Sá.....	7:000\$0	
c)	Hospital Pedro II.....	4:000\$0	21:000\$0

S/c. 11 — Artigos de alimentação:

06)	Instituto Oswaldo Cruz	120:000\$0	
08)	Serviço de Saude Pública do Distrito Federal:		
d)	Preventório Paula Cândido..	80:000\$0	
09)	Serviço de Assistência Hospitalar do Distrito Federal:		
a)	Hospital Estácio de Sá.....	170:000\$0	
b)	Hospital São Francisco de Assis	285:000\$0	
c)	Hospital Pedro II	20:000\$0	
10)	Serviço de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal:		
d)	Colônia Gustavo Riedel	100:000\$0	
e)	Manicômio Judiciário	25:000\$0	800:000\$0

S/c. 15 — Ferragens, forragens e arreiaamentos:

01) Instituto Osvaldo Cruz	5:000\$0
	<hr/>
	1.097:700\$0

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

I — Diversos

S/c. 7 — Ajuda de custo e diárias abonadas a examinadores estranhos aos estabelecimentos, etc.:

06) Faculdade Nacional de Direito da Universidade do Brasil	20:000\$0
	<hr/>
	1.117:700\$0

RESUMO

Material:

Permanente	23:000\$0
Consumo	1.074:700\$0
Serviços e encargos	20:000\$0
	<hr/>
	1.117:700\$0

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 800 — DE 20 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito suplementar de réis 29:500\$000, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de vinte e nove contos e quinhentos mil réis (29:500\$000), para reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos — I — Diversos — Sub-consignação n. 13 — item 01) — Liceus Profissionais, do atual orçamento daquele Ministério (anexo n. 6 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937).

Rio de Janeiro, 20 de outubro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 801 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 2.000:000\$0, destinado à construção de edifícios para as Diretorias Regionais dos Correios e Telégrafos em Recife e Belem

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de dois mil contos de réis (2.000:000\$0), para atender à construção (Obras, Melhoramentos, Aparelhamentos e Equipamentos) de edifícios destinados às seguintes Diretorias Regionais dos Correios e Telégrafos:

Na Capital de Pernambuco	1.000:000\$0
Na Capital do Pará	1.000:000\$0
	<hr/>
	2.000:000\$0

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1938. 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Erico de Lamare São Paulo.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 802 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1938

Dispõe sobre o Conselho Nacional de Cultura

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1°. Do Conselho Nacional de Cultura, criado pelo decreto-lei n. 526, de 1 de julho de 1938, fará parte um representante do Ministério das Relações Exteriores, escolhido dentre os funcionários a que estiver afeto o serviço de cooperação intelectual.

Art. 2°. Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de outubro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 803 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1938

Cria o cargo de Corregedor na Justiça do Distrito Federal, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica criado, na Justiça do Distrito Federal, o cargo de Corregedor que será exercido por um desembargador do Tribunal de Apelação, escolhido pela forma e com as atribuições previstas neste Decreto-Lei.

Parágrafo único. A 5ª Câmara do Tribunal passará a se compor, como as demais, de tres desembargadores.

Art. 2º. Ao corregedor incumbe a inspeção e correição permanente dos serviços judiciários, inclusive o recebimento e processo das reclamações apresentadas contra os juizes ou funcionários auxiliares da Justiça.

Art. 3º. Compete-lhe verificar, ordenando a imediata correição ou providência adequada:

I — Si os cartórios e officios de Justiça têm todos os livros ordenados em lei, e devidamente selados, abertos, numerados, rubricados e encerrados, e são regularmente escripturados;

II — Si os autos, livros e papeis findos, ou em andamento, estão bem guardados, conservados, classificados e catalogados;

III — Si os feitos e escripturas são distribuidos na forma da lei, e si ha processos irregularmente parados;

IV — Si os emolumentos, selos, taxa judiciária e outros impostos e taxas, são regularmente cobrados, assim como as custas, nos estritos termos do respectivo regimento;

V — Si os officiais do Registro Civil criam dificuldades aos nubes que não se sujeitem a exigências ilegais;

VI — Si os juizes excedem os prazos legais;

VII — Si, finalmente, consta a prática de erros ou abusos que devam ser emendados, evitados ou punidos.

Art. 4º. As providências que determinar, ou as instruções que der aos funcionários, umas e outras em consequência de correições a que tiver procedido, serão expedidas mediante provimentos, ou despachos em inquéritos administrativos, devidamente registrados.

Art. 5º. Além das cominadas em lei especial, poderão ser impostas pelo corregedor as seguintes penas disciplinares:

- a) advertência, verbal ou por escripto;
- b) censura pública, constante do provimento;
- c) restituição de custas, na forma do regimento, e pagamento das de atos inúteis ou anulados;
- d) multa até 500\$000;
- e) suspensão até 3 meses.

§ 1º. Da applicação de qualquer pena caberá recurso, sem efeito suspensivo, para o Conselho de Justiça; as constantes das letras a, b e d, poderão ser impostas aos Juizes, sendo a de suspensão privativa do Conselho, e a de multa, applicada com recurso *ex-officio* e efeito suspensivo.

§ 2º. A multa será descontada em folha de vencimentos, e se o funcionário a que for applicada não receber vencimentos dos cofres públicos importará na suspensão até tres meses, si antes não efetuar o pagamento.

Art. 6º. Qualquer pessoa pode, verbalmente ou por escripto, denunciar ao corregedor abusos, erros ou omissões dos Juizes ou dos

funcionários auxiliares da Justiça, competindo-lhe processar e encaminhar ao Conselho de Justiça as denúncias relativas aos primeiros, si da competência do mesmo Conselho.

§ 1º. Verificando abusos ou irregularidades cometidas por funcionários da secretaria do Tribunal, membros e funcionários do Ministério Público, e da Polícia, o corregedor fará as comunicações necessárias ao Presidente do Tribunal, ao Procurador Geral e ao Chefe de Polícia, para os devidos fins.

§ 2º. Em todos os casos, e sem prejuízo da pena disciplinar que tiver aplicado, deverá o corregedor transmitir ao Procurador Geral do Distrito, os documentos necessários para a efetivação da responsabilidade criminal, sempre que verificar a existência de crimes e contravenções.

Art. 7º. O corregedor apresentará, anualmente, ao Conselho de Justiça, no correr do mês de janeiro, relatório circunstanciado do serviço de correições no ano anterior.

Art. 8º. Continua na competência do Conselho de Justiça o julgamento das reclamações para emendas de erros e de abusos, desrespeito e inversão tumultuária de atos e fórmulas da ordem legal dos processos em prejuízo do direito das partes, quando não caiba recurso regular (Código do Processo Civil, art. 1.195, e Decreto número 20.390, de 10 de setembro de 1934, art. 2º).

Art. 9º. O presidente, os vice-presidentes do Tribunal de Apelação e o corregedor, serão eleitos pelo mesmo Tribunal em sua última sessão do mês de dezembro; servirão por um biênio e poderão ser reeleitos uma vez.

§ 1º. O cargo de corregedor é de aceitação obrigatória, mas a reeleição poderá ser recusada.

§ 2º. O corregedor e os vice-presidentes tomarão parte nos julgamentos da competência do Tribunal pleno.

Art. 10. Fica extinta a Comissão Disciplinar de Justiça, passando as suas atribuições e arquivo para a Corregedoria, da qual servirá como secretário um escrivão, sem prejuízo das suas funções, designado pelo corregedor, que poderá ainda requisitar outros funcionários para auxiliar o respectivo serviço.

Art. 11. Nos julgamentos do Tribunal pleno é dispensável a convocação de juizes de direito nos casos de impedimento de qualquer desembargador, desde que haja *quorum* legal.

Art. 12. Em seus impedimentos ou faltas ocasionais, os desembargadores se substituem reciprocamente, os de uma Câmara pelos da outra congénere, na ordem de antiguidade, e somente quando, esgotadas as substituições reciprocas, não houver número suficiente para o julgamento do feito, serão convocados os de outras Câmaras, na respectiva ordem numérica. O mesmo critério se aplicará no tocante às Câmaras Conjuntas.

Art. 13. Si a primeira escolha para o cargo de corregedor não recair em qualquer dos atuais membros da 5ª. Câmara do Tribunal, terão eles o prazo de 10 dias, a contar da escolha, para requererem sua transferência para ocupar o lugar deixado na Câmara em que tinha assento o escolhido. Si mais de um o fizer, ou si, neste prazo, nenhum o tiver feito, o Tribunal pleno, por maioria de votos, determinará a transferência.

Art. 14. Os livros a que se refere o modelo n. 1 anexo ao decreto n. 18.542, de 24 de dezembro de 1928, poderão ter impressos

os respectivos assentos, observado o que dispõem os arts. 68, 81 e 91 do mesmo decreto.

Art. 15. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.
Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 804 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1938

Prorroga o prazo de que trata o parágrafo único do art. 3.º do decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e tendo ouvido o Conselho Nacional do Petróleo, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado por sessenta dias, a contar de 29 de outubro de 1938, o prazo de seis meses de que trata o parágrafo único do art. 3.º do decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Erico de Lamare São Paulo.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falção.

DECRETO-LEI N. 805 — DE 24 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de 4.200:000\$0, para o custeio de diversas obras subordnadas à Inspeção Federal de Obras contra as Secas

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito de 4.200:000\$0 (quatro mil e duzentos contos de réis), suplementar à sub-consignação número 14 — VII — Obras

Contra as Secas — Verba 5ª, do atual orçamento do mesmo Ministério, para atender às despesas com a conclusão da indenização das bacias hidráulicas dos açudes "Piranhas", "Condado", "S. Luzia" e "Riacho dos Cavalos", na Paraíba, e "General Sampaio", "Choró" e "Jaibara", no Ceará, e com o prosseguimento e intensificação dos trabalhos rodoviários em execução no Estado de Pernambuco.

Rio de Janeiro, 24 de outubro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Erico de Lamare São Paulo.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 806 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1938

Eleva a alçada dos pretores civis da Justiça do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Aos pretores do civil da Justiça do Distrito Federal competirá processar e julgar as causas contenciosas, ordinárias, sumárias, especiais e executivas, inclusive as oriundas dos julgados das Comissões Mixtas de Conciliação, Juntas de Conciliação e Julgamento e Conselho Nacional do Trabalho, de valor não excedente a vinte contos de réis, e os inventários até quinze contos de réis, ressalvada a jurisdição especial e privativa estabelecida nas leis em vigor.

Parágrafo único. A competência, ora atribuída aos pretores, não atinge as causas distribuídas anteriormente à vigência deste Decreto-lei.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 807 — DE 25 DE OUTUBRO DE 1938

Determina a forma de recolhimento, ao Banco do Brasil, dos bens a que se refere o decreto n. 24.230, de 12 de maio de 1934

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O depósito dos bens a que se refere o art. 2.º do decreto n. 24.230, de 12 de maio de 1934, será feito no Banco do Brasil, por ordem e à disposição do Juízo competente, em cada processo e logo que os depositários o recebam.

Parágrafo único. O recolhimento das rendas de bens em poder dos depositários se fará pela mesma forma, e à medida que forem recebidas.

Art. 2.º O levantamento de quaisquer quantias de dinheiro, ou de outros valores, referidos neste decreto-lei, dependerá de prévia autorização do juiz competente.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 808 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1938

Extingue um cargo da classe K da carreira de oficial administrativo do Quadro Único da Secretaria da Câmara dos Deputados

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica extinto um cargo vago da classe K da carreira de "Oficial Administrativo" do Quadro Único da Secretaria da Câmara dos Deputados, de que trata a lei n. 384, de 23 de janeiro de 1937.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 809 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1938

Faz alterações no decreto-lei n. 406, de 4 de maio e no decreto n. 3.010, de 20 de agosto último

O Presidente da República, tendo em consideração ponderações do Conselho de Imigração e Colonização sobre a conveniência de se fazerem modificações na tabela para a cobrança de taxas em vigor e a que se refere o art. 71 do decreto-lei n. 406, de 4 de maio último, e a tabela n. 2 a que se refere, também, o art. 215 do decreto n. 3.010, de 20 de agosto último, decreta:

Art. 1.º A tabela n. 2, a que se refere o art. 215 do decreto número 3.010, de 20 de agosto último, fica assim alterada:

1) Visto em passaporte de estrangeiros que se destinam ao Brasil, inclusive os portadores de licença de retorno, por passaporte:

a) 4\$000, ouro. — Turistas, quando não haja gratuidade constante de acordo; visitantes em geral; viajantes em trânsito; cientistas; professores; homens de letras e conferencistas; sacerdotes e membros de congregações religiosas; desportistas, profissionais e amadores;

b) 10\$000, ouro. — Representantes de firmas comerciais e os que vierem em viagem de negócio; artistas e congêneres. Todos os estrangeiros que vierem em caráter permanente, não especificados na alínea a;

c) estão isentos de emolumentos os agricultores e os técnicos de indústrias rurais.

7. Revalidação consular de licença de retorno — 4\$000, ouro.

Art. 2.º O selo de Imigração será emitido em estampilhas dos seguintes valores, de todos eles constando a palavra "Imigração" em caracteres visíveis:

20\$000, papel
100\$000, papel
500\$000, papel
4\$000, ouro
10\$000, ouro

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 810 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1938

Transforma em extintos os cargos excedentes das classes E e F da carreira de Mestre de Eletricidade, do Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 30, parágrafo único, e 34, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, decreta:

Art. 1.º Os cargos das classes E e F da carreira de Mestre de Eletricidade, do Quadro II do Ministério da Viação e Obras Públicas, ficam transformados de excedentes em extintos, à medida que vagarem e após as promoções respectivas.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 841 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1938

Retifica o decreto-lei n. 645, de 25 de agosto de 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. O cargo de "Professor de leitura à primeira vista, transporte e acompanhamento ao piano, na Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil", a que se referem as tabelas anexas ao decreto-lei n. 645, de 25 de agosto de 1938, passa a denominar-se "Professor Catedrático de leitura à primeira vista, transporte e acompanhamento ao piano, na Escola Nacional de Música da Universidade do Brasil" e fica classificado no padrão L.

Art. 2º. Para execução desse decreto-lei fica aberto o crédito suplementar de 800\$0 (oitocentos mil réis), à sub-consignação número 1, da consignação I — Pessoal permanente, da Verba I — Pessoal, do orçamento em vigor para o Ministério da Educação e Saúde.

Art. 3º. Este decreto-lei entrará em vigor a 1 de novembro de 1938, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 842 — DE 26 DE OUTUBRO DE 1938

Manda ficar sem aplicação, no orçamento do Ministério da Agricultura, a importância de 640:000\$0 na verba que especifica e abre o crédito suplementar de igual quantia a outras verbas do mesmo Ministério

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica sem aplicação, na verba 3 — Serviços e Encargos, I — Diversos, sub-consignação 8 — "Aquisição, etc"., do vigente orçamento do Ministério da Agricultura (anexo 11, do art. 3º, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937), a importância de 640:000\$0 (seiscentos e quarenta contos de réis).

Art. 2º. Fica aberto, pelo mesmo Ministério, o crédito suplementar de 640:000\$0 (seiscentos e quarenta contos de réis) como reforço às seguintes verbas do referido orçamento, e para atender às necessidades do Departamento Nacional da Produção Animal:

Verba 2 — Material, II — Material de consumo, sub-consignação 20 — Forragem, etc., quota 01 — D.N.P.A.	70:000\$0
Verba 5 — Obras, melhoramentos, etc. I — Diversos, sub-consignação 1 — Obras novas, etc. (para o D.N.P.A.)	570:000\$0
	<u>640:000\$0</u>

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 5.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 813 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1938

Autoriza o emprego de um saldo de 382:000\$000 nas obras de construção da Escola Técnica do Exército

O Presidente da República, usando da autorização que lhe confere a Constituição da República, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Guerra autorizado a aplicar, por conta da sub-consignação n. 5, inciso 01, verba 2.ª, n. 1 — Material Permanente — do respectivo orçamento para o corrente exercício, a importância de trezentos e oitenta e dois contos de réis (382:000\$000) nas despesas decorrentes do prosseguimento da construção da Escola Técnica do Exército.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 814 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito suplementar de réis 12.080:000\$000 à verba que especifica, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Guerra, o crédito suplementar de 12.080:000\$000 (doze mil e oitenta contos de réis) à Verba 1.ª — Pessoal, do vigente orçamento do mesmo Ministério (anexo n. 10 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937), sendo:

V — Outras Despesas de Pessoal

S/c. 20 — Substituições:

31) Do pessoal da Justiça Militar.... 80:000\$0

VII — Inativos

S/c. 24 — Vantagens dos oficiais reformados, inclusive a de vencimentos aos funcionários civis do Ministério, durante o período em que aguardam o julgamento definitivo de seus títulos de aposentadoria

12.000:000\$0

12.080:000\$0

Art. 2.º Ficam sem aplicação, nas dotações abaixo indicadas, do vigente orçamento de despesa do Ministério da Guerra, as seguintes importâncias:

Verba 1ª — Pessoal

I — Pessoal permanente

S/c. 1 — Quadro 1:

Em pessoal efetivo	1.000:000\$0
Em pessoal excedente	2.000:000\$0
	<hr/>
	3.000:000\$0

II — Pessoal Extranumerário

S/c. 15 — Pessoal Extranumerário:

Contratado	1.300:000\$0
------------------	--------------

IV — Gratificações e Auxílios

S/c. 15 — Auxílios especiais:

02) Diárias, gratificações e etapas de conformidade com o decreto número 23.867, de 9 de fevereiro de 1934..	200:000\$0
--	------------

V — Outras Despesas de Pessoal

S/c. 19 — Vencimentos:

03) Para atender ao pagamento das alterações e omissões nas tabelas e da diferença entre remunerações aos atuais funcionários (arts. 3º e 6º das Disposições Transitórias da Lei número 284, de 28 de outubro de 1936) e vencimentos do pessoal extranumerário que vier a ser admitido, em consequência da extinção de cargos efetivos	500:000\$0
--	------------

Total	<hr/> 5.000:000\$0 <hr/>
-------------	--------------------------

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 815 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1938

Dispõe sobre a aplicação do saldo de uma dotação orçamentária do Ministério da Educação

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica destacada do saldo ora existente na sub-consignação n. 4 "objetos históricos, etc", inciso 01, da verba 2 — "Material", Con-

signação n. I — Material permanente, do atual orçamento do Ministério da Educação e Saúde, o crédito de 8:000\$000 (oito contos de réis), para ocorrer, no vigente exercício, despesas necessárias e inadiáveis do Museu Histórico Nacional, omitidas no mesmo orçamento, sendo:

a) Telefones, telefonemas, telegramas, radiogramas e portes do correio	500\$0
b) Água, artigos de desinfecção, limpeza, asseio e higiene	7:500\$0
	8:000\$0

Parágrafo único. À conta do crédito acima serão pagas todas as despesas compreendidas na discriminação indicada, provenientes de compromissos assumidos pelo Museu Histórico Nacional a partir de janeiro do corrente ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 816 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1938

Estabelece medidas para a primeira eleição dos conselheiros da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate

O Presidente da República, considerando que a primeira eleição dos membros da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate não pode efetuar-se na época determinada pelo art. 24 do decreto-lei n. 375, de 13 de abril de 1938, por isso que, instalado a 15 de agosto, o Instituto, para o efeito do disposto no art. 16, parágrafo único, do mesmo decreto-lei, somente teve o seu regulamento aprovado pelo decreto n. 3.128, de 5 de outubro;

Considerando de toda a conveniência permitir que participe dessa eleição o maior número de produtores, industriais e comerciantes do mate, o que só será possível com a dilatação do prazo para o registro previsto no parágrafo único do art. 24 do citado decreto-lei, e

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição,

Decreta:

Art. 1.º A primeira eleição para conselheiros da Junta Deliberativa do Instituto Nacional do Mate realizar-se-á no mês de janeiro de 1939, segundo o processo estabelecido no art. 25 do regulamento aprovado pelo decreto n. 3.128, de 5 de outubro de 1938.

§ 1.º Só poderão votar nessa primeira eleição os eleitores registrados até 15 de dezembro de 1938.

§ 2.º A apuração dos votos será feita no terceiro domingo do mês de fevereiro de 1939.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 817 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 50:000\$000, para a concessão de auxílio ao I Congresso Brasileiro de Otorrinolaringologia

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 74 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de cincoenta contos de réis (50:000\$000), para ser aplicado como auxílio ao I Congresso Brasileiro de Otorrinolaringologia, reunido no Rio de Janeiro, no mês de outubro do corrente ano.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1938, 117^a da Independência e 50^a da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 818 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1938

Prorroga por 60 dias o prazo para a vigência do art. 5º e parágrafo único do decreto-lei n. 710, de 17 de setembro de 1938

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e atendendo a que as disposições contidas no art. 5º e parágrafo único do decreto-lei n. 710, de 17 de setembro deste ano, exigem, antes de aplicadas, um entendimento direto entre a Diretoria do Domínio da União e a Prefeitura do Distrito Federal, afim de que não sofram prejuizos o serviço público e a coletividade, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado por sessenta (60) dias o prazo para a vigência do art. 5º e parágrafo único do decreto-lei n. 710, de 17 de setembro último, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1938, 117^a da Independência e 50^a da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 819 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1938

Faculta ao empregado dispensado, nas condições que estabelece, continuar a contribuir para a respectiva instituição de previdência social, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Ao empregado de qualquer empresa, que dela for dispensado, é facultado continuar a contribuir para a instituição de

previdência social em que esteja inscrito, desde que a dispensa não haja sido fundada em crime por ele praticado, contrário à segurança nacional, à ordem política ou social, à segurança da pessoa ou ao direito de propriedade.

Parágrafo único. Para o fim previsto neste artigo, deverá o empregado fazer a devida declaração à Caixa ou Instituto respectivo, dentro do prazo de trinta dias, contados da data da dispensa.

Art. 2º. O associado que usar da faculdade de que o artigo anterior trata passará a pagar a sua contribuição em dobro, ficando com direito a todos os benefícios, menos o da aposentadoria ordinária.

Parágrafo único. O não pagamento das contribuições durante seis meses importará no cancelamento da inscrição, sem direito à restituição das contribuições pagas.

Art. 3º. Poderá o empregado, quando licenciado sem vencimentos, usar da faculdade concedida pelo art. 1º, pagando em dobro as contribuições devidas durante o período da licença.

Art. 4º. Ao empregado obrigatoriamente inscrito em mais de uma instituição de previdência social, por exercer mais de uma profissão, é permitido acumular os benefícios concedidos por essas instituições.

§ 1º. Quando as contribuições do associado tenham de ser calculadas sobre ordenados ou vencimentos superiores a 2:000\$000 ou os benefícios concedidos ultrapassem esta importância, serão umas e outros distribuídos proporcionalmente pelas instituições a que ele pertencer, guardado sempre o limite máximo de 2:000\$000 (dois contos de réis).

§ 2º. O associado inscrito em uma nova instituição deverá comunicar essa inscrição, dentro de 30 dias, contados da respectiva data, às demais instituições a que pertencer, sob pena de perder o direito a quaisquer benefícios.

§ 3º. O mesmo dever de que o parágrafo anterior trata, sujeito às mesmas sanções, cabe ao que, na data do presente decreto-lei, já se achar inscrito em mais de uma instituição.

Art. 5º. Tratando-se de funcionário, ou de extranumerário do serviço público, que exerça outras atividades profissionais, mas que seja contribuinte de instituição de previdência social especialmente mantida para funcionários públicos, poderá ele optar por esta, ficando dispensado de contribuir para as demais instituições a que pertença ou venha a pertencer.

Parágrafo único. No caso de querer contribuir para diversas instituições, deverá, dentro de 90 dias, fazer a comunicação a que se referem os §§ 2º e 3º do art. 4º, sob pena de incorrer na penalidade ali estabelecida.

Art. 6º. É lícita a acumulação dos benefícios das caixas de institutos de previdência social com os de aposentadoria e pensões concedidas pela União, Estados e Municípios, observado, porém, o limite máximo fixado no § 1º do art. 4º.

Art. 7º. As contribuições em atraso, a que se refere o parágrafo único do art. 2º, acrescidas de juros legais, serão descontadas da importância devida a título de benefício, ou de uma só vez, si o benefício for pago de uma vez, ou em seis prestações iguais, si o for em prestações mensais.

Art. 8º. Na hipótese do art. 1º, como na do art. 3º, a contribuição devida pelo Estado será a metade da contribuição do empregado.

Art. 9º. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 10. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falção

DECRETO-LEI N. 820 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 20:000\$000, para pagamento à Sociedade Rural do Triângulo Mineiro

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 20:000\$000 (vinte contos de réis para atender à despesa (Serviço e Encargos) com o pagamento da quota referente ao exercício de 1937, devida à Sociedade Rural do Triângulo Mineiro, em virtude do acordo celebrado, em 26 de novembro de 1936 e registado pelo Tribunal de Contas, em sessão de 16 de dezembro do mesmo ano, entre aquele Ministério e a Sociedade referida.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 821 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1938

Faz diversas alterações nos orçamentos da despesa dos Ministérios da Justiça, Educação, Viação, Guerra e Agricultura, para o exercício de 1938.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. No Orçamento do Ministério da Justiça e Negócios Interiores (Anexo n. 4 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937) ficam destacadas as importâncias a seguir, no total de quinhentos e sessenta e dois contos, trezentos e cinquenta mil réis (562:350\$0), para atender, no corrente exercício, às despesas de material da Penitenciária Agrícola do Distrito Federal, criada pelo decreto-lei n. 319, de 7 de março de 1938:

Verba 2 — Material

I — Material Permanente

S/c.	1 — Mobiliário e moveis, etc.	
	20) Polícia Civil do Distrito Federal	5:185\$0
S/c.	2 — Máquinas, motores, etc.	
	40) Polícia Civil do Distrito Federal	10:000\$0
S/c.	4 — Livros, documentos, etc.	
	11) Polícia Civil do Distrito Federal	1:500\$0

S/c. 7 — Aquisição, remonta, criação de animais.	
02) Polícia Civil do Distrito Federal	5:000\$0
S/c. 11 — Equipamento e arreelamento.	
01) Polícia Civil do Distrito Federal	1:000\$0

II — Material de Consumo

S/c. 12 — Artigos de expediente, etc.	
25) Polícia Civil do Distrito Federal	5:000\$0
S/c. 13 — Matérias primas, etc.	
07) Polícia Civil do Distrito Federal	34:665\$0
S/c. 14 — Combustível, lubrificantes, etc.	
08) Polícia Civil do Distrito Federal	12:000\$0
S/c. 15 — Artigos escolares, etc.	
06) Polícia Civil do Distrito Federal	1:500\$0
S/c. 17 — Medicamentos, drogas, etc.	
08) Polícia Civil do Distrito Federal	15:000\$0
S/c. 18 — Alimentação, dietas, etc.	
08) Polícia Civil do Distrito Federal	405:000\$0
S/c. 19 — Ferragem, forragem, etc.	
05) Polícia Civil do Distrito Federal	15:000\$0

III — Diversas Despesas

S/c. 24 — Água, asseio, etc.	
18) Polícia Civil do Distrito Federal	6:500\$0
S/c. 28 — Despesas miudas, etc.	
24) Polícia Civil do Distrito Federal	5:000\$0
S/c. 31 — Estivas, capatazias, etc.	
01) Polícia Civil do Distrito Federal	40:000\$0
	562:350\$0

Art. 2º. No orçamento do Ministério da Educação e Saúde, para o corrente exercício (Anexo n. 6 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937) ficam feitas as seguintes alterações:

Verba 1 — Pessoal

IV — Gratificações e Auxílios

S/c. 16 — Ajudas de custo e diárias.	
19) Delegacias Federais de Educação:	
De: 160:000\$0	
Para: 140:000\$0	
S/c. 19 — Serviços Especiais:	
acrescente-se o item n. 31 com a seguinte redação e importância:	
31) Para remuneração do pessoal da Escola de Farmácia, anexa à Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil	135:396\$3

V — Outras Despesas de Pessoal

S/c. 21 — Diferença entre remunerações aos funcionários, etc.	
---	--

01) Secretaria de Estado:

De 1.000:000\$0

Para: 864:603\$7

*Verba 2 — Material**I — Material Permanente*

S/c. 1 — Mobiliário e moveis diversos, etc.
acrescente-se o item n. 52 com a seguinte
redação e importância:

52) Comissão de Eficiência 12:000\$0

III — Diversas Despesas

S/c. 24 — Aluguel de casas, etc.
acrescente-se o item n. 24 com a seguinte
redação e importância:

24) Comissão de Eficiência 8:000\$0

Art. 3º. No orçamento do Ministério da Viação e Obras Públicas,
para o corrente exercício (Anexo n. 8 do decreto-lei n. 107, de
27 de dezembro de 1937) ficam feitas as seguintes alterações:

*Verba 4 — Pessoal**I — Pessoal Permanente*

S/c. 1 — Quadro I

Efetivo

De: 16.831:200\$0

Para: 16.318:800\$0

II — Pessoal Extranumerário

S/c. 43 — Pessoal extranumerário, etc.

08) Departamento Nacional de Estradas de
Rodagem.*Diaristas*

De: 7.500:000\$0

Para: 8.012:400\$0

Art. 4º. No orçamento do Ministério da Guerra, para o corrente
exercício (Anexo n. 10 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de
1937) ficam feitas as seguintes alterações:

*VERBA 2 — MATERIAL**I — Material Permanente*

S/c. 1 — Mobiliário e móveis diversos, etc.

10) Serviço de Intendência.

De: 150:000\$0

Para: 170:000\$0

S/c. 2 — Máquinas, motores, etc.

10) Serviço de Intendência.

De: 1.000:000\$0

Para: 1.020:000\$0

II — Material de Consumo

S/c. 11 — Artigos de expediente, etc.
10) Serviço de Intendência.

De: 1.000:000\$0
Para: 1.100:000\$0

S/c. 15 — Combustível, lubrificantes, etc.
03) Serviço de Intendência, etc.

De: 1.200:000\$0
Para: 1.180:000\$0

III — Diversas Despesas

S/c. 21 — Concertos e conservação em geral.
09) Serviço de Intendência.

De: 650:000\$0
Para: 750:000\$0

S/c. 22 — Despesas miúdas e de pronto pagamento:
09) Serviço de Intendência.

De: 200:000\$0
Para: 140:000\$0

S/c. 29 — Água, asseio, higiene, etc.
01) Serviço de Intendência.

De: 500:000\$0
Para: 430:000\$0

S/c. 30 — Aluguéis de casa.
01) Serviço de Intendência.

De: 450:000\$0
Para: 360:000\$0

Art. 5.º A sub-consignação n. 9 da Verba 3 — Serviços e Encargos do vigente orçamento do Ministério da Agricultura, modificada pelo art. 1.º do decreto-lei n. 478, de 8 de junho de 1938, passa a ter a seguinte redação:

Aquisição de material agrícola, avícola, de apicultura e de sericicultura, de máquinas destinadas ao estolamento de animais de grande porte; de vacinas e soros e de produtos de outra qualquer natureza para revenda a agricultores, creadores e proprietários de estabelecimentos que elaboram produtos de origem animal, sendo mil contos de reis (1.000:000\$000) para vacinas, soros e demais produtos e material de uso veterinário.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Gustavo Capanema.

João de Mendonça Lima.

Eurico G. Dutra.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 822 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 120:000\$ para aquisição de material destinado ao prosseguimento dos estudos da febre aftosa

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de cento e vinte contos de réis (120:000\$000), para aquisição de aparelhos e material de consumo necessários ao prosseguimento dos estudos referentes à febre aftosa.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 823 — DE 27 DE OUTUBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 819:200\$100, para pagamento de auxílios devidos a empresas de fiação de seda nacional e à Inspetoria de Sericicultura de Barbacena

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito especial de 819:200\$100 (oitocentos e dezenove contos, duzentos mil e cem réis), correspondente à diferença entre a arrecadação, em 1936, da taxa de 4% incorporada nos artigos da classe 7° da atual Tarifa Alfandegária e o crédito orçamentário respectivo, afim de ocorrer ao pagamento dos auxílios devidos às empresas de fiação de seda nacional legalmente habilitadas (3%) e à Inspetoria de Sericicultura de Barbacena (1%), deduzidas as despesas de fiscalização, conforme dispõe o decreto n. 17.247, de 17 de agosto de 1926.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 824 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1938

Prorroga até 31 de dezembro de 1938 o prazo estabelecido no decreto-lei n. 150, de 30 de dezembro de 1937

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que perduram os motivos determinantes da providência adotada no decreto-lei n. 150, de 30 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1938 o prazo estabelecido no decreto-lei n. 150, de 30 de dezembro de 1937, e já prorrogado pelos decretos-leis ns. 532, de 1.º de julho, e 755, de 30 de setembro do corrente ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 825 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1938

Relifica a lei n. 531, de 7 de outubro de 1937, na parte relativa a área do terreno, mandado adquirir em Santana do Livramento, para o Ministério da Guerra

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica relificado o art. 1.º da lei n. 531, de 7 de outubro de 1937, na parte relativa à área do terreno mandado adquirir pelo Ministério da Guerra nas proximidades do 5.º Grupo de Artilharia a Cavalos, em Santana do Livramento, a qual é de 132.833m²,32 (cento e trinta e dois mil oitocentos e trinta e três metros quadrados e trinta e dois decímetros quadrados) e não 136.000m², como consta do mesmo artigo.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 826 — DE 28 DE OUTUBRO DE 1938

Modifica a lei n. 549, de 20 de outubro de 1937

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Ficam alterados os arts. 21 a 26 da lei n. 549, de 20 de outubro de 1937, e acrescidos dois artigos nessa lei, nos termos seguintes:

“Art. 21. Para o cumprimento da presente lei e seu regulamentamento, ficam criadas, na Quarta Seção Técnica do Serviço de Fruticultura, do Ministério da Agricultura, as seguintes dependências:

a) um Laboratório Central de Enologia, com sede na Capital Federal;

b) tres Estações de Enologia, com sede nos Estados do Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais;

c) treze Sub-estações de Enologia, sendo quatro com sede no Estado do Rio Grande do Sul, duas no Estado de Santa Catarina, uma no Estado do Paraná, duas no Estado de São Paulo, duas no Estado de Minas Gerais, uma no Estado do Espírito Santo e outra no Estado de Goiás;

d) doze Postos de Análise Controle (laboratórios), sendo dois com sede no Estado do Rio Grande do Sul, um no Estado de Santa Catarina, um no Estado do Paraná, dois no Estado de São Paulo, um no Estado do Rio de Janeiro, um no Estado de Minas Gerais, um no Estado de Pernambuco, um no Estado do Espírito Santo, um no Estado da Bahia e outro no Estado do Pará.

Art. 22. Ficam criados cursos para divulgação, aperfeiçoamento e especialização de conhecimentos sobre viticultura e enologia, destinados, respectivamente, a viti ou vinicultores, técnicos e agrônomos.

Parágrafo único. Fica estabelecida uma gratificação de função de 9:600\$000 anuais, para o funcionário que for designado para ministrar esses cursos.

Art. 23. As tabelas do Quadro único do Ministério da Agricultura ficam alteradas de acordo com as que acompanham esta lei.

Art. 24. O orçamento da despesa para 1939 consignará dotação para os cargos criados por esta lei, para pagamento da gratificação de função estabelecida no parágrafo único do art. 22, para provimento de 25 vagas na classe "G" da carreira de Agrônomo D. N. P. V. e de 2 vagas na classe "G" da carreira de Químico D. N. P. V., do Quadro único do Ministério da Agricultura.

Art. 25. Como receita para atender às despesas do serviço federal instituído por esta lei, ficam criadas as taxas de \$005 por litro de vinho nacional produzido; \$005 por litro de vinho de frutos diversos; \$005 por litro de vinagres; \$050 por litro de aguardente de vinho ou grapa; \$100 por litro para os vinhos estrangeiros e outros derivados da uva, importados.

Art. 26. Fica aberto o crédito especial de 2.500:000\$000 para instalação das repartições criadas pelo art. 21 da presente lei.

Art. 27. É concedido um ano de prazo aos interessados para procederem à substituição dos rótulos, de modo a não contrariarem as disposições desta lei.

Art. 28. Revogam-se as disposições em contrário."

Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1938. 117" da Independência e 50" da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

SITUAÇÃO ANTIGA						SITUAÇÃO ATUAL					
Número de cargo	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	Número de cargo	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	vagos	Observações
—	—	—	—	—	2	Enologista	L K	—	2	As vagas da classe K dessa carreira serão privativas dos funcionários da classe J das carreiras de Agrônomos D. N. P. V. e Químico D. N. P. V., mediante concurso de 2º entrancimento ou cursos de especialização.
— 8 12 20 32	Almoxarife	I H G F E	1 2 3	— 1 8	—	— 8 12 20 32	Almoxarife	I H G F E	1 2 3	1 9	Vagos a serem preenchidos a medida que se extinguirem os excedentes e 1 com a dotação a que se refere este decreto-lei.
70 80 85 90	Agrônomo D. N. P. V.	J I H G	— — —	41 20 61	—	70 80 85 90	Agrônomo D. N. P. V.	J I H G	— — —	41 20 61	Os cargos vagos desta carreira serão preenchidos a medida que se extinguirem os excedentes desta e das carreiras especializadas de agrônomo; 25 vagos da classe G serão preenchidos com a dotação a que se refere o presente decreto-lei.
2 2 3 3	Químico D. N. P. V.	J I H G	— — —	2 2 3 2	— — —	2 2 3 3	Químico D. N. P. V.	J I H G	— — —	2 2 3 2	Os cargos das classes H, I e J serão preenchidos a medida que se extinguirem os excedentes da carreira de Químico Agrícola; os vagos da classe G serão preenchidos com a dotação a que se refere o presente decreto-lei.

DECRETO-LEI N. 827 — DE 31 DE OUTUBRO DE 1938

Transforma em cargos permanentes dois excedentes da carreira de Ajudante de Agente, do Quadro XXI do Ministério da Viação e Obras Públicas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam transformados em cargos permanentes os dois excedentes das classes B e C, da carreira de Ajudante de Agente, do Quadro XXI do Ministério da Viação e Obras Públicas, passando a mesma carreira, em consequência, a ter a seguinte estrutura:

— classe G — 1 excedente

1 classe F

1 classe E — 1 vago, a ser preenchido quando se extinguir o excedente

1 classe D

2 classe C

2 classe B

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de outubro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 828 — DE 1 DE NOVEMBRO DE 1938

Aprova as retificações feitas no regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo, a que se refere o decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovadas as retificações feitas no regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo, a que se refere o decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938, as quais a este acompanham, assinadas pelo Ministro da Fazenda.

Art. 2.º O *Diário Oficial* fará, dentro do prazo de 15 dias, a publicação do aludido decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938, com a incorporação das retificações ora aprovadas.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de novembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 829 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1938

Autoriza a permuta de um terreno da União, situado em Blumenau, Estado de Santa Catarina, por outro, na mesma cidade

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica o Ministério da Viação e Obras Públicas autorizado a permutar um terreno da União, situado em Blumenau, Estado de Santa Catarina, com a área de 542,32m², ocupado pela atual linha em tráfego da Estrada de Ferro Santa Catarina, por um outro com a área total de 687,50m², de propriedade de Hermann Weege e sua mulher, e situado entre as estacas 2.420+14 e 2.422+18, do trecho Itajaí-Blumenau, conforme tudo consta da planta em duas vias que a este acompanha, rubricadas pelo Diretor de Contabilidade da Secretaria de Viação e Obras Públicas, e do termo de acordo celebrado em 30 de junho de 1937 pela 7ª Fiscalização da Inspeção Federal das Estradas e aqueles proprietários.

Art. 2º. Além do terreno da União, mencionado no artigo anterior, Hermann Weege e sua mulher receberão a importância de 1:100\$000, em dinheiro, para indenização de um prédio existente no terreno de sua propriedade.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 830 — DE 4 DE NOVEMBRO DE 1938

Declara feriado nacional o dia 10 de novembro de 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que a data de 10 do corrente mês, primeiro aniversário da Constituição e da Fundação do Estado Novo, deve ser comemorada de maneira excepcional e nela exaltados a significação desse fato histórico e os princípios constitucionais que definem o novo regime instituído no país, decreta:

Artigo único. É declarado feriado nacional o dia 10 de novembro de 1938, em comemoração ao 1º aniversário do Estado Novo, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 4 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 831 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1938

*Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de 2.309:000\$0
às verbas que especifica*

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de dois mil trezentos e nove contos de réis (2.309:000\$0) para reforço das seguintes dotações do atual orçamento daquele Ministério (Anexo n. 4, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937):

VERBA 2 — MATERIAL

II — Material de Consumo

S/c. 14 — Combustível, lubrificantes, etc.:

05) Instituto 7 de Setembro.....	4:000\$0	
06) Patronato Agrícola Artur Bernardes	3:000\$0	
07) Patronato Agrícola Venceslau Braz	2:000\$0	9:000\$0
	<hr/>	

S/c. 16 — Vestuários e artigos de rouparia, etc.:

06) Patronato Agrícola Artur Bernardes	25:000\$0	
07) Patronato Agrícola Venceslau Braz	5:000\$0	30:000\$0
	<hr/>	

S/c. 18 — Alimentação, dietas, etc:

03) Escola João Luiz Alves.....	30:000\$0	
05) Instituto 7 de Setembro....	80:000\$0	
06) Patronato Agrícola Artur Bernardes	40:000\$0	
07) Patronato Agrícola Venceslau Braz	15:000\$0	165:000\$0
	<hr/>	
		204:000\$0
		<hr/>

III — Diversas despesas

S/c. 23 — Telefones, telegramas, etc.:

05) Departamento de Propaganda e Difusão Cultural	50:000\$0
	<hr/>
	254:000\$0

VERBA 3 — SERVIÇO E ENCARGOS

I — Diversos

S/c. 4 — Polícia Civil do Distrito Federal:

01) Despesas reservadas, sindicâncias e diligências, etc.	2.000:000\$0
---	--------------

VERBA 5 — OBRAS, MELHORAMENTOS, APARELHAMENTOS

E EQUIPAMENTOS

I — Diversos

S/c. 1 — Outras construções e obras novas, etc....	55:000\$0
	<hr/>
	2.309:000\$0
	<hr/>

Resumo:

Material:

Consumo	204:000\$0	
Diversas despesas	50:000\$0	254:000\$0
	<hr/>	
Serviços e encargos.....		2.000:000\$0
Obras, melhoramentos, aparelhamentos e equipamentos		55:000\$0
		<hr/>
		2.309:000\$0
		<hr/>

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1938, 117^a da Independência e 50^a da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos
A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 832 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1938

Regula as consignações feitas em folha de pagamento pelo pessoal militar dos Ministérios da Guerra e da Marinha

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Aos oficiais, aspirantes a oficial e aspirantes a intendente naval, sub-tenentes e sub-oficiais, amanuenses, sargentos e músicos, bem como aos funcionários com graduações militares, do Exército e da Marinha, ativos ou inativos, é permitido consignar em folha de pagamento a importância necessária à indenização de compromissos assumidos com as instituições designadas neste decreto-lei ou para os fins a que se refere o art. 2.º.

Parágrafo único. Aos cabos e taifeiros da Marinha é permitido estabelecer consignação para aluguel de casa, manutenção de família e pecúlio instituído no Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado.

Art. 2.º Só serão permitidas averbações de consignações para os seguintes fins:

- a) para pagamento de aluguel de casa de residência do consignante, mediante comprovação;
- b) aquisição de casa ou terreno;
- c) juros e amortização de empréstimos em dinheiro, por prazo superior a trinta dias;
- d) contribuição para beneficência, pecúlio ou pensão e mensalidade das instituições mencionadas no art. 8.º, item I — letras a e b e associações de classe mencionadas no item II do mesmo artigo;
- e) para pessoas da família do consignante durante a sua ausência da sede por mais de trinta dias.

Parágrafo único. Chamar-se-ão descontos autorizados os que se fizerem em virtude das consignações previstas neste artigo.

Art. 3.º São descontos obrigatórios e serão feitos em folha de pagamento:

- a) as quantias devidas à Fazenda Nacional;
- b) as contribuições para montepio;
- c) as indenizações devidas aos estabelecimentos fornecedores pertencentes ao Ministério da Guerra;
- d) as contribuições fixadas em lei a favor da Fazenda Nacional;
- e) a quota de subsistência de cônjuge ou filhos, determinada em sentença judiciária.

Art. 4.º A soma dos descontos autorizados (art. 2.º) com a dos descontos obrigatórios (art. 3.º) não poderá exceder de 30 % (trinta por cento) dos vencimentos do consignante.

§ 1.º Esse limite poderá ser elevado:

- a) até 60 % (sessenta por cento), quando se tratar de consignações a favor do Clube Militar e do Clube Naval, ou para pagamento de aluguel de casa ou de amortização e juros relativos a contratos para aquisição de casa ou terreno;
- b) até dois terços do vencimento para manutenção de família.

§ 2.º Em hipótese alguma o consignante poderá receber menos de um terço ($1/3$) dos vencimentos brutos que estiver efetivamente percebendo, salvo nos casos de privação parcial dos vencimentos.

Art. 5.º Os descontos obrigatórios têm preferência sobre os autorizados.

§ 1.º As importâncias devidas à Fazenda Nacional ou às pessoas de família (letra e do art. 3º), supervenientes a averbações já existentes, serão obrigatoriamente descontadas até o limite de dois terços dos vencimentos brutos.

§ 2.º Das reduções proporcionais que se fizerem necessárias para garantir a dedução integral dos descontos referidos neste artigo, serão assegurados aos consignatários os juros de mora decorrentes da dilatação dos prazos estipulados nos respectivos contratos. Tais alterações serão lançadas, obrigatoriamente, na ficha financeira do consignante e comunicadas em ofício aos consignatários interessados.

§ 3.º Verificada a hipótese do parágrafo anterior, só serão permitidas averbações de descontos autorizados que se referirem a reformas de contratos, quando a transação importar em redução da consignação averbada, em quantia não inferior a dez por cento (10 %) da mesma, sem prejuízo das restrições impostas no presente decreto-lei.

Art. 6.º Para os efeitos deste decreto-lei entendem-se por vencimentos, soldo e gratificação, ordenado e gratificação e proventos da inatividade.

Art. 7.º Ficam excluídos das percentagens consignáveis previstas neste decreto-lei, as gratificações especiais de qualquer natureza

Art. 8.º Podem ser consignatários:

I — Estabelecimentos oficiais:

a) o Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado;

b) as Caixas Econômicas Federais;

c) as Caixas de Construção de Casas dos Ministérios da Guerra e da Marinha;

d) a Previdência dos Sub-Tenentes e Sargentos do Exército.

II — Associações de classe:

a) Clube Militar;

b) Clube Naval;

c) Associações dos Sub-Oficiais da Armada;

d) Caixa Beneficente dos Sargentos da Marinha.

III — Particulares:

a) pessoas da família do consignante (letra e do art. 2º);

b) Proprietário ou locador de prédio para residência do consignante.

§ 1º. As Instituições constantes dos itens I e II funcionarão de acordo com os respectivos Estatutos ou Regulamentos, respeitados, sempre, os princípios deste decreto-lei.

§ 2º. As transações com as associações de classe constantes do item II deste artigo só poderão ser averbadas quando realizadas com os seus associados, que estejam compreendidos no art. 1º deste decreto-lei.

Art. 9º. A partir da data do presente decreto-lei, além dos descontos obrigatórios, só poderão ser averbadas novas consignações ou reformas em favor das instituições e pessoas enumeradas no artigo 8º.

Art. 10. As unidades administrativas do Exército e os navios, corpos, estabelecimentos e repartições da Marinha, reduzirão de um quarto (1/4) as consignações já averbadas para pagamento de empréstimo em dinheiro, afim de permitir o reajustamento nos limites estabelecidos neste decreto-lei, observada quanto aos juros, inclusive os de mora desde a publicação da lei n. 312, de 3 de março de 1938, a taxa máxima de 12 % ao ano, calculados pelo sistema "Price".

§ 1º. A redução de que trata este artigo não atingirá as obrigações contratuais anteriores ao Decreto-Lei n. 312 de 3-III-938, assumidas pelos consignantes praças de pret, dependentes de engajamento ou reengajamento, quando a dilatação de prazo da mesma decorrente, ultrapassar o tempo pelo qual estejam os mesmos obrigados a servir.

§ 2º. Os atuais consignatários apresentarão às unidades administrativas do Exército e à Diretoria de Fazenda da Marinha um extrato da conta corrente de cada consignante relativa a empréstimos em dinheiro cujos contratos estejam ainda em vigor, — discriminando:

- a) a data do início e da terminação do contrato;
- b) a importância total do contrato;
- c) a importância da consignação mensal;
- d) o saldo devedor do capital emprestado, em 30 de abril de 1938.

§ 2º. Os dados constantes do extrato da conta corrente de que trata o parágrafo anterior serão cotejados com os elementos existentes nas unidades administrativas do Exército e Diretoria de Fazenda da Marinha.

§ 4º. Nenhum pagamento será feito aos atuais consignatários enquanto não apresentarem os extratos de contas correntes exigidos no § 1º deste artigo, nem tão pouco serão devidos juros de mora pelo retardamento do pagamento das consignações descontadas anteriormente àquela apresentação.

§ 5º. Conhecido o saldo devedor do capital emprestado, será ele levado a débito do consignante na respectiva ficha financeira.

§ 6º. As consignações de que trata a letra *d* do art. 2º instituídas a favor das associações ou caixas não compreendidas no artigo 8º ficam canceladas e consideradas de nenhum efeito.

§ 7º. Ficam também canceladas as averbações para assinaturas e consignações não previstas nesta lei, mesmo que se trate de repartição pública.

§ 8º. O Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, as Caixas Econômicas Federais, as Previdências dos Sub-Tenentes e Sargentos do Exército e as associações de classe constantes do item II do art. 8º deste decreto-lei, darão preferência às propostas que visem a quitação dos contratos celebrados com as entidades não enumeradas no artigo 8º e já averbados, instituindo, para isso, um registro de forma a ser respeitada a ordem cronológica da entrada dos pedidos de empréstimos pela qual serão atendidos.

§ 9º. As entidades nominalmente citadas no parágrafo anterior darão igualmente preferência às propostas que visem ajustar às disposições deste decreto-lei os contratos em que forem partes e que já tenham sido averbados.

Art. 11. Os prazos para os empréstimos referidos na letra *c* do art. 2º serão de 6, 12, 18, 24, 36 ou 48 meses. A importância a emprestar será calculada em função da consignação, de modo que o capital mutuado acrescido dos juros respectivos, segundo a taxa e o prazo, seja amortizado por consignações mensais de 5\$000 e seus múltiplos, conforme a tabela anexa.

§ 1º. Os juros dos empréstimos referidos neste artigo e dos empréstimos para aquisição de casa ou terreno, não poderão exceder de 12 % ao ano, calculados pelo sistema "Price".

§ 2º. Só serão permitidas reformas de contratos, depois de decorrido o prazo mínimo de um quarto do tempo por que foram instituídos.

Art. 12. Os descontos autorizados já averbados que adicionados aos obrigatórios, depois de feita a redução do art. 10, venham a exceder a dois terços do vencimento do consignante, serão reduzidos proporcionalmente para se enquadrarem neste limite.

Parágrafo único. Sempre que houver consignação reduzida, só serão permitidas reformas de empréstimos, quando a transação importar em redução dessa consignação em quantia não inferior de 10 %.

Art. 13. Haverá nas unidades administrativas do Exército e da Diretoria de Fazenda da Marinha, uma ficha financeira para cada consignante e nela serão averbados, obrigatoriamente, todos os descontos obrigatórios e consignações autorizadas, não sendo permitido nenhum desconto em folha sem o implemento dessa formalidade, salvo para pagamento de rápidos concedidos por prazo inferior a 30 dias.

Parágrafo único. Os fiscais administrativos e os tesoureiros das unidades administrativas do Exército, os intendentes navais e os encarregados do respectivo serviço na Diretoria de Fazenda da Marinha, serão responsáveis pelas omissões que se verificarem nas fichas, desde que tenham concorrido para isso por falta de fiscalização ou deficiência nas averbações.

Art. 14. Os descontos autorizados serão suspensos pelas unidades administrativas ou pela Diretoria de Fazenda da Marinha:

a) Independente de qualquer comunicação, quando se realizar a última prestação exigida para a liquidação do contrato averbado;

b) mediante comunicação do consignatário, quando houver antecipação na liquidação do compromisso;

c) por solicitação do consignante, mediante provas de quitação, quando não tenha havido a comunicação de que trata a letra anterior.

§ 1º. Verificada a improcedência de qualquer desconto, a sua restituição será feita independentemente de requerimento do consignante, logo após a verificação do fato.

§ 2º. Será observado com relação aos descontos obrigatórios, no que lhes for aplicável, o que neste artigo se estabelece para os descontos autorizados.

§ 3º. As contribuições para beneficência, pecúlios ou pensões e mensalidades, só poderão ser suspensas ou alteradas mediante requerimento do consignatário, previamente autorizado pelo consignante, de acordo com os estatutos ou regulamentos das respectivas instituições, ou mediante prova de quitação.

§ 4º. No caso de interrupção de desconto, o prazo será dilatado pelo tempo necessário para pagamento das consignações em débito e dos juros de mora, quando estes forem exigíveis.

§ 5º. Os consignantes que tiverem sido demitidos, uma vez readmitidos ou nomeados para outros cargos federais, ficam obrigados ao pagamento das consignações interrompidas pela demissão, bem como o dos juros de mora, contados estes somente a partir da data da nomeação ou readmissão.

§ 6º. Os juros de mora serão cobrados pela mesma taxa dos empréstimos e incidirão sobre o saldo devedor do capital mutuado acusado na respectiva conta corrente.

§ 7º. Os juros de mora serão averbados mediante requerimento dos consignatários.

Art. 15. No caso de falecimento do consignante, fica automaticamente extinta a dívida com o desconto realizado no mês anterior ao do óbito, quando se tratar de compromisso relativo a empréstimos em dinheiro, de que trata a letra c do art. 2º.

Parágrafo único. Tais empréstimos, quando concedidos pelos Clubes Militar e Naval e Previdência dos Sub-Tenentes e Sargentos do Exército aos seus associados, terão as garantias dos seus atuais estatutos.

Art. 16. Continuam em vigor, até novas instruções, os modelos atuais e processos de escrituração adotados no serviço de consignações, no que não contrariem o presente decreto-lei.

Art. 17. Os atuais consignatários, não compreendidas as associações de classe constantes do item II do art. 8º deste decreto-lei, ficam obrigados a restituir os depósitos de terceiros, à medida que forem recebendo as importâncias relativas às consignações, deduzindo destas, apenas, os quantitativos para despesas indispensáveis ao seu funcionamento, desde que não se trate de organização bancária que explore outras atividades, e esteja sujeita à fiscalização sobre bancos e estabelecimentos congêneres.

Parágrafo único. A infração do que dispõe o presente artigo acarretará o imediato e definitivo cancelamento das consignações averbadas, sem prejuízo de outras sanções que forem cabíveis em face da legislação em vigor.

Art. 18. Ao consignante cabe o direito de antecipar a liquidação dos contratos, ficando isento dos juros relativos ao período antecipado.

Parágrafo único. Nos casos de liquidação antecipada, os consignatários ficarão obrigados a deduzir do saldo devedor as prestações descontadas e ainda não recebidas, desde que lhes seja feita a prova desses descontos, mediante "memorandum" das unidades administrativas do Exército ou da Diretoria de Fazenda da Marinha.

Art. 19. É terminantemente proibido fazer deduções de qualquer natureza no líquido acusado nos contratos de empréstimos, bem como retardar o pagamento por mais de dez dias depois de averbada a consignação.

Art. 20. A partir da data da presente lei não mais se aplicarão aos consignantes mencionados no art. 1º, as disposições do decreto n. 21.576, de 27 de junho de 1932, continuando em vigor, porém, com as alterações determinadas por este decreto-lei, os contratos firmados na vigência daquela lei.

Art. 21. É vedado aos consignatários contribuírem direta ou indiretamente com qualquer importância para os serviços relativos a consignações.

Art. 22. A presente lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1938. 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

A. de Souza Costa.

TABELA A QUE SE REFERE O ART. 11 DO DECRETO-LEI N. 832, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1938

Divisores fixos adotados para o cálculo dos empréstimos em dinheiro

Prazo de 6 meses	0,172548
Prazo de 12 meses	0,088849
Prazo de 18 meses	0,060982
Prazo de 24 meses	0,047073
Prazo de 36 meses	0,033214
Prazo de 48 meses	0,026334

Nota

Todos os estabelecimentos legalmente autorizados poderão emprestar as quantias fixadas em seus regulamentos ou estatutos, desde que observem a regra estabelecida na segunda parte do artigo 11. Nesse caso, para o cálculo do capital e juros respectivos, divide-se a importância da consignação a ser feita, pelo divisor fixo adotado, segundo o prazo; o quociente representa o capital mutuado, e a diferença entre esse capital obtido e o valor total do contrato, produto da consignação pelo prazo, será o total dos juros da operação.

Não serão admitidas, nas quantias correspondentes a capital ou juros, frações inferiores a cem réis (\$100), de acordo com o Decreto n. 21.135, de 9 de março de 1932.

DECRETO-LEI N. 833 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 64:290\$0 para pagamento do imóvel desapropriado

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de sessenta e quatro contos, duzentos e noventa mil réis (64:290\$0), para atender à despesa (Material) com o pagamento devido à Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro pela desapropriação de uma faixa de terra e parte de algumas dependência, levada a efeito *ex-vi* do decreto n. 17.994, de 25 de novembro de 1927, para a construção de uma passagem de nível na estação de Cascadura da Estrada de Ferro Central do Brasil.

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 834 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1938

*Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de
1.000:000\$0 à verba que especifica*

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de mil contos de réis (1.000:000\$0) à sub-consignação n. 1 item 01), letra *g*, da consignação n. 1. — Estradas de Ferro, da Verba 5 — Obras, Melhoramentos, Aparelhamentos e Equipamentos, do vigente orçamento do referido Ministério (Anexo n. 8, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937).

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 835 — DE 5 DE NOVEMBRO DE 1938

*Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito suplementar de réis
733:000\$0, à verba que especifica*

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de setecentos e trinta e tres contos de réis (733:000\$0) para reforço das seguintes dotações do atual orçamento daquele Ministério (Anexo n. 6, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937):

Verba 2ª — Material

II — Material de consumo

S/c. 8 — Medicamentos, drogas, etc.:

18) Serviço de Assistência a Psicopatas do Distrito Federal:

a) Hospital Psiquiátrico 40:000\$0

S/c. 9 — Combustíveis, lubrificantes, etc.:

01) Colégio Pedro II — Internato..... 5:000\$0

S/c. 11 — Artigos de alimentação:

02) Escola Ana Neri da Universidade do Brasil 30:000\$0

03) Colégio Pedro II — Internato..... 50:000\$0

10) Serviço de Assistência a Psicopatas
do Distrito Federal:

a) Hospital Psiquiátrico	500:000\$0		
b) Colônia Juliano Moreira	100:000\$0	600:000\$0	680:000\$0
			<u>725:000\$0</u>

III — Diversas despesas

S/c. 24 — Aluguel de casas ou salas, etc.:

01) Secretaria de Estado	8:000\$0
	<u>733:000\$0</u>

Resumo

Material:

Consumo	725:000\$0
Diversas despesas	8:000\$0
	<u>733:000\$0</u>

Rio de Janeiro, 5 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

*Gustavo Capanema.**A. de Souza Costa.*

DECRETO-LEI N. 836 — DE 7 DE NOVEMBRO DE 1938

Extingue a Secretaria Geral do Interior e Segurança, da Prefeitura do Distrito Federal, e dá outras providências

O Presidente da República:

Considerando que as Diretorias que compõem a atual Secretaria Geral do Interior e Segurança, da Prefeitura do Distrito Federal, pelos serviços que lhe são atribuídos, devem ficar diretamente subordinadas ao Prefeito;

Considerando, também, que, pelo Convênio Nacional de Estatística, o Distrito Federal se obrigou a manter um órgão especializado em estatística, sob a jurisdição direta do Prefeito;

Considerando, ainda, que pela relação existente entre os serviços pertinentes à Diretoria do Abastecimento e os serviços sanitários do Distrito Federal, é de toda vantagem a transferência da mesma Diretoria para a Secretaria Geral de Saúde e Assistência;

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e nos termos do art. 31, do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Fica extinta a Secretaria Geral do Interior e Segurança, da Prefeitura do Distrito Federal, passando, as Diretorias de Segurança, Interior, Estatística e Turismo e Propaganda, a funcionar diretamente subordinadas ao Prefeito.

Art. 2.º A Diretoria do Abastecimento da atual Secretaria Geral do Interior e Segurança passa a constituir dependência direta da Secretaria Geral de Saúde e Assistência, à qual fica subordinada.

Art. 3.º Os saldos das dotações orçamentárias do corrente exercício, referentes às verbas 7ª e 8ª, serão incorporadas à verba 2ª — Gabinete do Prefeito.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de novembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 837 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1938

Equipara os vencimentos do cargo de Inspetor Técnico da antiga Diretoria Geral de Assistência, da Prefeitura do Distrito Federal, aos de Sub-Diretores da atual Diretoria de Higiene e Assistência Médico-Hospitalares, da Secretaria Geral de Saúde e Assistência

O Presidente da República:

Considerando que o decreto municipal n. 4.252, de 8 de junho de 1933, extinguiu os cargos de Inspetores Técnicos da antiga Diretoria Geral de Assistência, cujos serviços passaram a ser exercidos pelos Sub-Diretores com correspondência de funções;

Considerando que, dos tres Assistentes Técnicos, dois passaram a perceber os vencimentos de Sub-Diretores, deixando, apenas, um, de ser beneficiado pelo citado Decreto, sendo declarado alido, com os vencimentos de Inspetor Técnico;

Considerando, ainda, o parecer do antigo Conselho Geral da Prefeitura do Distrito Federal, constante do processo, que opinou favoravelmente sobre o assunto, concluindo pela expedição de um decreto equiparando os vencimentos do Inspetor Técnico da antiga Diretoria Geral de Assistência aos vencimentos dos Sub-Diretores da atual Diretoria de Higiene e Assistência Médico-Hospitalares, na Secretaria Geral de Saúde e Assistência; e,

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180, da Constituição Federal, de 10 de novembro de 1937, e o art. 31, do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Os vencimentos do cargo de Assistente Técnico da antiga Diretoria Geral de Assistência, da Prefeitura do Distrito Federal, ficam equiparados aos do cargo de Sub-Diretores da atual Diretoria de Higiene e Assistência Médico-Hospitalares, da Secretaria Geral de Saúde e Assistência.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos

DECRETO-LEI N. 838 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1938

Estende à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros do Distrito Federal o abono provisório a que se refere o Decreto n. 24.174, de 25 de abril de 1934

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os oficiais, inferiores e praças da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, quando reformados, terão direito ao abono provisório a que se refere o art. 1.º do decreto número 24.174, de 25 de abril de 1934, a contar da data do ato que os reformar.

Parágrafo único. As despesas com o pagamento desse abono provisório, até que sejam registadas as concessões pelo Tribunal de Contas, correrão à conta da consignação orçamentária própria, destinada aos reformados das ditas corporações.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 839 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1938

Modifica a legislação do ensino

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam revogados o decreto n. 22.685, de 2 de maio de 1933, a lei n. 9-A, de 12 de dezembro de 1934, e a lei n. 14, de 29 de janeiro de 1935.

Art. 2.º Aos estudantes que, na data desta lei, já estejam aprovados em exames realizados nos termos do art. 100 do decreto número 21.211, de 4 de abril de 1932, é permitido, até o ano de 1941, concluir o curso secundário fundamental, em estabelecimentos sob inspeção permanente, uma vez que na cidade de seu domicílio não exista estabelecimento federal ou equiparado.

Art. 3.º Esta lei entrará em vigor no dia 1 de janeiro de 1939.

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 840 — DE 8 DE NOVEMBRO DE 1938

Cria, no Quadro III, do Ministério da Educação e Saúde, um cargo de Diretor, em comissão, do padrão L (Colégio Floriano)

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica criado, no Quadro III, do Ministério da Educação e Saúde, um cargo de Diretor, em comissão, do padrão L (Colégio Floriano).

Rio de Janeiro, 8 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 841 — NÃO FOI PUBLICADO.

DECRETO-LEI N. 842 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1938

Fixa os vencimentos dos membros da Comissão Executiva do Conselho Nacional de Petróleo e dá outras providências

PRIMEIRO

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto nos arts. 5°, parágrafo único, 6°, 16, parágrafo único, do decreto-lei n. 538, de 7 de julho de 1938, decreta:

Art. 1.º Os vencimentos do Presidente e demais membros da Comissão Executiva do Conselho Nacional do Petróleo, de que trata o ar. 6º do decreto-lei n. 538, de 7 de julho de 1938, ficam fixados nos seguintes padrões da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936:

Presidente da Comissão Executiva — Padrão R.

Vice-Presidente — Padrão Q.

Conselheiro — Padrão Q.

Parágrafo único. Os demais Conselheiros perceberão a diária de duzentos mil réis (200\$0), por sessão a que comparecerem, não podendo as mesmas exceder a quantia de um conto de réis (1:000\$0) por mês.

Art. 2.º O pagamento dos vencimentos e diárias referidos no artigo 1º, correrá, no presente exercício, por conta do crédito especial concedido pelo Decreto-Lei número 747, de 29 de setembro último.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 843 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1938

Dispõe sobre a substituição eventual do Gerente da Administração do Porto do Rio de Janeiro

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e atendendo ao que propôs o Ministro de Estado dos Negócios da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1.º Nos impedimentos eventuais do Gerente da Administração do Porto do Rio de Janeiro, o Conselho de Administração a que alude o art. 2.º, do decreto-lei n. 684, de 13 de setembro de 1938, terá a faculdade de eleger, em escrutínio secreto, dentre seus membros, o substituto do referido Gerente.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1938, 117.ª da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 844 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1938

Regula a concessão de lotes de terra, nos núcleos coloniais custeados pelo Governo Federal, aos reservistas de primeira categoria do Exército

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e:

Considerando a necessidade de estimular a prestação do serviço militar no Exército ativo;

Considerando a vantagem de encaminhar, para os núcleos coloniais, brasileiros que prestaram serviço militar e durante esse tempo tiveram boa conduta;

Considerando que já o § 2.º do art. 135 do decreto n. 15.934, de 22 de janeiro de 1923 (Regulamento do Serviço Militar) prescreve a concessão de lotes de terras nos núcleos coloniais aos reservistas de 1.ª categoria que requererem, fallando apenas tornar mais procurado o gozo dessa util medida;

Considerando que existem vários núcleos coloniais, creados e custeados pelo Governo Federal e outros em formação;

Decreta:

Art. 1.º Aos reservistas de 1.ª categoria, brasileiros natos, que tenham tido boa conduta durante o tempo do serviço militar, concederá o Governo, quando requererem e isentos de qualquer despesa, lotes de terras nos núcleos coloniais por ele custeados.

Art. 2.º A concessão será feita pela Repartição competente do Ministério da Agricultura, desde que o interessado requiera dentro de 3 (tres) anos após ter tido baixa do Exército.

Art. 3.º A distribuição será feita em ordem cronológica da entrada do requerimento, devidamente comprovadas, por parte do interessado, as condições de brasileiro nato, de reservista de 1.ª categoria e de boa conduta durante o tempo de serviço militar.

Art. 4º. Serão reservados nos núcleos coloniais próximos ao Rio de Janeiro ou aos centros populosos 5 % dos lotes, e nos demais núcleos 10 %, para satisfazer às exigências deste decreto-lei.

Parágrafo único. Esta reserva só vigorará enquanto os núcleos não forem emancipados.

Art. 5º. O concessionário não poderá realizar com o lote qualquer das seguintes transações: vender, hipotecar, transferir, alugar, dar em anticrese, permutar ou alienar de qualquer modo, direta ou indiretamente.

Art. 6º. São condições para ser mantida a concessão:

a) posse efetiva do lote, dentro do prazo de 60 dias, improrrogáveis;

b) moradia habitual no lote;

c) cultivá-lo e desenvolvê-lo, convenientemente, a juízo da administração do Núcleo.

Art. 7º. Na concessão dos lotes de que trata o art. 4º, compreendem-se as mesmas facilidades e vantagens atribuídas aos lotes normalmente concedidos aos imigrantes.

Art. 8º. Consideram-se satisfeitas as condições do art. 6º quando o concessionário deixar de cumprí-las por motivo de convocação para o serviço militar.

Art. 9º. Os concessionários de lotes, beneficiados por este decreto-lei, ficam sujeitos às penalidades e demais normas estabelecidas no Regulamento do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização do Ministério da Agricultura.

Art. 10. O título definitivo de propriedade será expedido após estarem cultivados 2/3 da área concedida.

Art. 11. Trinta dias antes do licenciamento das praças os comandantes ou chefes a que estiverem subordinadas darão a conhecer a elas o favor constante do presente decreto-lei.

Art. 12. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 845 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1938

Dispõe sobre o desconto, em folha de pagamento, de quotas de subsistência de esposa ou filhos

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que a quota de subsistência de esposa ou filhos não pode ficar adstrita a quaisquer limites, uma vez que o seu *quantum* é fixado em virtude das circunstâncias especialíssimas de cada caso,

Decreta:

Art. 1º. O desconto obrigatório da quota de subsistência de cônjuge ou filhos, determinada em sentença judiciária, ao qual se

refere o item IV do art. 3º do decreto-lei n. 312, de 3 de março de 1938, poderá exceder as percentagens fixadas no art. 4º e seu parágrafo único, do mesmo decreto-lei.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 846 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1938

Institue o "Dia do Município", regula a sua celebração e dá outras providências

O Presidente da República:

Considerando que, segundo decretos-leis já baixados pelos Governos Estaduais, a inauguração dos novos quadros circunseriçionais (judiciário-administrativos) deverá obedecer, nos respectivos Ambitos de jurisdição, ao ritual elaborado pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro;

Considerando que, segundo esse ritual, as solenidades inaugurais deverão realizar-se de modo inteiramente uniforme em todas as sedes municipais, revestindo-se do triplice caráter — histórico, jurídico e cultural —, o que lhes dará um alto significado na vida municipal do país, e assumindo também uma bela expressão nacionalista;

Considerando a proposta do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, apoiada pelo Conselho Nacional de Geografia, para que a data de 1 de janeiro de 1939, em que terão lugar essas solenidades na forma da parte final do artigo único do decreto-lei n. 522, de 18 de julho de 1938, seja oficialmente consagrada à exaltação do papel do Município na organização da Pátria Brasileira; e

Usando da faculdade que lhe conferê o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica instituída a festa nacional do "Dia do Município", a ser celebrada a 1 de janeiro dos anos de milésimo 9 e 4.

Art. 2º. A festa cívica do "Dia do Município" consistirá:

a) nas cerimônias de inauguração quinquenal dos quadros territoriais, a realizarem-se em todas as sedes municipais, na conformidade da legislação regional que prescreveu para essas solenidades as normas assentadas pelo Conselho Nacional de Geografia;

b) nos festejos populares que os Governos Municipais organizarem para esse fim;

c) nas sessões cívicas que o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro deliberou promover sob os auspícios dos Governos da União, do Distrito Federal, dos Estados e do Acre e com o concurso do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e demais instituições culturais, públicas e privadas, que a esse alto objetivo cívico queiram emprestar sua solidariedade.

Art. 3º. As sessões cívicas a que se refere a alínea c) do artigo precedente visarão exaltar o papel político, social e econômico dos Municípios, exprimindo, bem assim, em relação às comunidades municipais, não somente a solidariedade das órbitas superiores da organização político-administrativa do Estado Brasileiro, mas também o apreço das elites dirigentes da Nação.

Art. 4º. O presente decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 847 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1938

Transforma em cargo de Almozarife o de Zelador da Secretaria do Tribunal de Apelação

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica transformado em cargo permanente de Almozarife, classe G, o atual cargo extinto, quando vagar, de Zelador, padrão G, do Quadro VI, do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, constante das tabelas anexas ao decreto-lei n. 267, de 11 de fevereiro de 1938.

Art. 2º. O decreto de nomeação do ocupante do cargo mencionado no artigo anterior será apostilado, afim de ficar conforme com o disposto neste decreto-lei.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 848 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1938

Autoriza a cunhagem de 1.500:000\$000 em moedas de níquel

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a mandar cunhar, na Casa da Moeda, com os mesmos

diâmetros, pesos, composição e motivos estabelecidos no decreto número 565, de 31 de dezembro de 1935, a importância de mil e quinhentos contos de réis (1.500:000\$000) de moedas de níquel dos valores de \$100, \$200, \$300 e \$400; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 849 — DE 9 DE NOVEMBRO DE 1938

Autoriza o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda a mandar cunhar na Casa da Moeda a importância de dez mil contos de réis (10.000:000\$000) em moedas divisionárias de "cupro-níquel"

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda autorizado a mandar cunhar na Casa da Moeda a importância de dez mil contos de réis (10.000:000\$000) em moedas divisionárias de cupro-níquel, dos valores de \$400, \$300, \$200 e \$100.

Art. 2.º A cunhagem da importância mencionada no artigo anterior terá início imediatamente, devendo as respectivas peças conter o valor, peso, diâmetro, título e composição constantes do quadro seguinte:

Tolerância

Para mais ou para menos

Metal	Valor	Peso	Diâmetro	Composição	No peso	Na composição
	Rs.	Grs.	Milímetros	Milésimos	Gramas	Milésimos
Cupro	\$400	5,500	23		0,100	
	\$300	4,500	21	{ 750 cupro 250 níquel	0,100	10
	\$200	3,500	19		0,070	10
Níquel	\$100	2,500	17		0,070	

Art. 3.º O contorno das moedas obedecerá a uma linha sinuosa regular, acompanhando a sua circunferência.

Art. 4.º Salvo mútuo consentimento entre as partes interessadas, o poder liberatório das moedas mandadas cunhar por este decreto-lei é o seguinte:

\$400 até	\$8\$000
\$300 até	6\$000
\$200 até	4\$000
\$100 até	2\$000

Art. 5.º Nas faces de todas as moedas cunhadas na conformidade deste decreto-lei, serão estampadas composições comemorativas do primeiro aniversário da Constituição de 10 de novembro de 1937, observadas as instruções que, para esse fim, forem expedidas pelo Ministro de Estado dos Negócios da Fazenda.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 9 de novembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 850 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1938

Autoriza o aforamento de uma área de terreno no cais de Santa Rita e Cinco Pontas, da cidade do Recife

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que entre os prédios e trapiches desapropriados para a execução das obras de melhoramentos do Porto do Recife constam os situados à rua Padre Muniz ns. 241 e 261, antigos 63, 65 e 67, e à rua de Santa Rita n. 305, antigo 113, naquela cidade, nos quais funcionavam os estaleiros e depósitos pertencentes à sociedade Wilson, Sons & C.º Ltd., serviços por via marítima e com marinhãs aforadas;

Considerando que na desapropriação desses bens, feita mediante termo de acordo de 18 de janeiro de 1919 e escritura pública de 6 de fevereiro do mesmo ano, lavrada entre a Fiscalização do Porto do Recife e a referida sociedade, com a assistência de um representante da Fazenda Nacional, ficou assegurado a Wilson, Sons & C.º Ltd., além de uma indenização de 248:750\$000, o direito de aforar uma área de 9.950m², relativa a terreno situado no Cais de Santa Rita e Cinco Pontas, para novas instalações e pelo preço fixado no aviso n. 171, de 16 de julho de 1917, do Ministério da Viação e Obras Públicas;

Considerando, entretanto, a conveniência de subordinar o aforamento dessa área a determinadas condições restritivas do domínio útil do enfiteuta, que é uma entidade de direito privado, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Fazenda autorizado a aforar a Wilson, Sons & C.º Ltd. a área de 9.950 metros quadrados, no Cais de Santa Rita e Cinco Pontas, da cidade do Recife, com 254 metros de frente sobre o cais, onde atualmente se acham instalados seus armazens, trapiches, estaleiros de reparação naval e demais benfeitorias, sujeitando-se o aforamento às seguintes condições:

1.ª, subordinação às condições gerais que vigoram para a exploração do Porto do Recife;

2.ª, avaliação do domínio útil do terreno pelo valor na data da ocupação, e das benfeitorias ora existentes, pelo custo na época em que foram feitas;

3.ª, renúncia a qualquer reclamação sobre direitos ou indenizações que possam decorrer da escritura pública firmada a 6 de fevereiro de 1919 com a Fiscalização do Porto do Recife, salva a inde-

nização já acordada na importância de 248:750\$000, referente ao domínio útil dos terrenos, prédios e benfeitorias desapropriados em virtude dos Decretos ns. 6.738, de 14 de novembro de 1907 e 9.731, de 21 de agosto de 1912;

4ª, prévia autorização do Ministério da Viação e Obras Públicas para quaisquer obras novas a executar na área aforada.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 851 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 500:000\$000 para custear despesas com a 8ª Conferência Internacional Americana, a reunir-se em Lima.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de quinhentos contos de réis (500:000\$000), para atender a despesas (Serviço e Encargos) com a Oitava Conferência Internacional Americana, a reunir-se em Lima.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 852 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1938

Mantem, com modificações, o decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934 e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição e,

Considerando que o Código de Águas precisa ser adaptado às normas e objetivos da Constituição, decreta:

Art. 1.º Os decretos n. 24.643, de 10 de julho de 1934 (Código de Águas), n. 24.673, de 11 de julho de 1934, e o de n. 13, de 15 de janeiro de 1935, deverão ser aplicados com as modificações introduzidas neste decreto-lei.

Art. 2.º Pertencem à União as águas:

I — dos lagos, bem como dos cursos d'água em toda a sua extensão, que, no todo ou em parte, sirvam de limites do Brasil com países estrangeiros.

II — dos cursos d'água que se dirijam a países estrangeiros ou deles provenham.

III — dos lagos, bem como dos cursos d'água, em toda a sua extensão que, no todo ou em parte, sirvam de limites a Estados Brasileiros.

IV — dos cursos d'água, em toda a sua extensão, que percorram territórios de mais de um Estado brasileiro.

V — dos lagos, bem como dos cursos d'água existentes dentro da faixa de cento e cincoenta quilômetros ao longo das fronteiras.

Art. 3.º São públicas de uso comum, em toda a sua extensão, as águas dos lagos, bem como dos cursos d'água naturais, que, em algum trecho, sejam fluviáveis ou navegáveis por um tipo qualquer de embarcação.

Art. 4.º Ficam suspensas as transferências de atribuições feitas pela União aos Estados de São Paulo e de Minas Gerais pelos Decretos n. 272, de 6 de agosto de 1935, e n. 584, de 14 de janeiro de 1936, bem como pelos acordos aprovados pelos Decretos Legislativos n. 16, de 1 de agosto de 1936, e n. 35, de 3 de novembro de 1936.

Art. 5.º Dependem, em todo o tempo, exclusivamente, de autorização ou concessão federal o estabelecimento de linhas de transmissão ou redes de distribuição de energia.

Parágrafo único. As empresas, individuais ou coletivas, que transgredirem este dispositivo, ficarão sujeitas à multa de duzentos mil réis a vinte contos de réis diários até retirada do material ou legalização de sua situação, podendo ser o material apreendido desde que o seu custo atinja o valor da multa.

Art. 6.º Os aproveitamentos de quedas d'água destinados a serviços públicos, de utilidade pública ou ao comércio de energia só poderão ser concedidos a brasileiros, ou a Estados e Municípios ligados ou não em consórcio, ou a sociedades brasileiras organizadas na forma do artigo seguinte.

Art. 7.º As sociedades que se organizarem, exclusivamente ou não, para os fins do artigo anterior, deverão constituir-se obedecendo aos princípios seguintes:

I — Si a sociedade for de capitais:

a) as ações com direito a voto deverão ser nominativas, mesmo depois de integralizadas;

b) as ações constantes da alínea anterior só poderão pertencer a brasileiros ou à União ou a Estados e Municípios ou a sociedades organizadas de acordo com os diferentes itens deste artigo;

c) as sociedades de que trata este item poderão constituir parte de seu capital em ações preferenciais, na forma das leis vigentes, desde que aos seus portadores não seja reconhecido o direito de voto.

II — Si a sociedade for mixta:

a) os sócios solidaria e ilimitadamente responsáveis das comanditas simples ou por ações, bem como os sócios quotistas das sociedades de responsabilidade limitada, deverão ser brasileiros;

b) na comandita por ações, estas deverão ser nominativas e pertencerão a brasileiros ou à União ou Estados ou Municípios ou a sociedades organizadas de acordo com os diferentes itens deste artigo.

III — Si a sociedade for de pessoas, todos os sócios deverão ser brasileiros.

Parágrafo único. É indispensável, para o exercício dos poderes de gerência ou administração, a qualidade de brasileiro.

Art. 8.º Os aproveitamentos de energia hidráulica destinados à produção de energia para uso exclusivo de seus utentes serão autorizados ou concedidos, exclusivamente a brasileiros ou a sociedades organizadas no Brasil, devendo ser brasileiros seus diretores ou gerentes.

Parágrafo único. Os concessionários ou autorizados de que trata este artigo não poderão fazer o comércio de energia nem ceder energia a terceiros, mesmo a título gratuito, desde que, sendo pessoas morais, não estejam organizadas nas formas previstas no art. 7.º.

Art. 9.º Não sendo possível, por justo motivo, ao pretendente a uma concessão apresentar os projetos exigidos pelo art. 158 do decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934, poderá ser-lhe outorgada uma autorização de estudos, sendo-lhe reconhecido o direito às servidões necessárias à elaboração dos projetos.

Art. 10. Os proprietários ou possuidores dos terrenos marginais são obrigados a permitir aos autorizados a realização dos levantamentos topográficos e trabalhos hidrométricos, necessários à elaboração de seus projetos, inclusive o de estabelecer acampamentos provisórios para o pessoal técnico e operários, respondendo os autorizados pelo dano que causaram.

Art. 11. Para o efeito do § 1.º do art. 143 da Constituição, são aproveitamentos existentes:

a) os que foram manifestados ao Governo Federal de acordo com o art. 149 do decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934, ainda que fóra do prazo estipulado no citado artigo, desde que protocolados na Repartição técnica competente;

b) os que foram realizados por força do citado decreto número 24.643, de 10 de julho de 1934.

Art. 12. As empresas, coletivas ou individuais, que já apresentaram ao Governo Federal, dentro do prazo legal, documentos em cumprimento das exigências contidas no art. 149, do Código de Águas (decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934) e cujos processos não se ultimaram por deficiência dos documentos apresentados, poderão completá-los, sem penalidade, dentro do prazo de sessenta dias, contados a partir da data da publicação deste decreto-lei.

Art. 13. As empresas, individuais ou coletivas, que não completarem os documentos, dentro do prazo estipulado no artigo precedente, terão um prazo complementar de trinta (30) dias para o mesmo fim, ficando, porém, sujeitas à multa de duzentos mil réis (200\$000) por dia neste novo prazo, sendo a prova do recolhimento dessa multa ao Tesouro Nacional, condição de aceitação dos referidos documentos.

Art. 14. Cada empresa, coletiva ou individual, deverá enviar os documentos para completar o conjunto seguinte:

a) justificação judicial provando a existência e características da usina por testemunhas dignas de fé e a natureza e extensão de seus direitos sobre a queda d'água utilizada por documentos com eficiência probatória;

b) breve histórico da fundação da usina com os dados: Estado, Comarca, Município, Distrito, denominação do rio e da cachoeira ou desnível em que se achar a queda d'água aproveitada, com a declaração da descarga máxima e a altura de queda utilizada;

c) breve descrição das instalações destinadas à captação, produção, transformação, transmissão e distribuição de energia;

d) certidões dos contratos de fornecimento e respectivas tarifas, da constituição da empresa, capital social e administração;

e) tratando-se de sociedade anônima: relação nominal dos acionistas que compareceram à última assembléia geral da sociedade, quando as ações forem ao portador; lista dos subscritores de ações quando as mesmas forem nominativas;

f) tratando-se de sociedade em comandita por ações: relação nominal dos portadores das ações da comandita que compareceram à última assembléia geral; tratando-se de ações ao portador: lista dos subscritores das ações em comandita; quando nominativas: relação nominal dos sócios comanditários.

g) tratando-se de outras sociedades: relação nominal dos sócios respectivos.

Art. 15. As empresas individuais ou coletivas estrangeiras que, dentro dos prazos estipulados nos artigos 12 e 13 deste decreto-lei, não completarem os processos relativos ao art. 149, do decreto número 24.643, de 10 de julho de 1934, ficarão sujeitas à multa diária de vinte contos de réis (20:000\$000), tendo o Governo o direito de ocupar as instalações para captação, derivação, produção, transformação, logo que, a seu juízo, o montante da multa atinja o valor do capital realmente invertido nas mesmas.

Art. 16. As empresas, individuais ou coletivas brasileiras que, dentro dos prazos estipulados nos artigos 12 e 13 deste decreto-lei não ultimarem os processos relativos ao artigo 149 do decreto número 24.643, de 10 de julho de 1934, deverão, para continuar o aproveitamento, requerer autorização ou concessão ao Governo da União dentro do prazo suplementar de trinta dias, continuando a multa de duzentos mil réis (200\$000) diários.

Parágrafo único. Si dentro do prazo suplementar não tiverem requerido a autorização ou concessão por não estarem organizadas na forma dos arts. 7º e 8º, ou por qualquer outro motivo, ficarão sujeitas à multa diária de vinte contos de réis (20:000\$000) tendo o Governo o direito de ocupar as instalações para captação, derivação, produção e transformação, logo que, a seu juízo, o montante da multa atinja o valor do capital realmente invertido nas mesmas.

Art. 17. As empresas, coletivas ou individuais, que exploram a indústria de energia hidro-elétrica para quaisquer fins, estão sujeitas às normas de regulamentação instituídas no decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934, com as modificações introduzidas por este decreto-lei.

Art. 18. As empresas, coletivas ou individuais, que, por qualquer motivo, não satisfizeram o disposto no art. 202 e seus parágrafos do decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934, deverão, dentro do prazo de cento e vinte dias (120), requerer ao Governo Federal a assinatura de novos contratos, juntando ao requerimento os documentos seguintes:

I — certidão do despacho do Ministro da Agricultura deferindo ou mandando registrar o processo do manifesto, tratando-se de empresas que utilizam energia hidráulica;

II — certidão do inteiro teor dos contratos, no caso de empresas fornecedoras de energia adquirida a outras empresas.

Art. 19. As empresas, coletivas ou individuais, que exploram energia hidro-elétrica em serviços públicos, serviços de utilidade pública ou comércio de energia, e que não satisfizerem às exigências do artigo anterior, sofrerão redução nas tabelas de preço de energia que serão estipuladas, em cada caso, pelo Governo, não podendo o preço do kvh exceder a \$300 réis para usos domésticos e comerciais e a \$100 réis para força.

Art. 20. As empresas coletivas ou individuais que explorarem para uso exclusivo a indústria de energia hidro-elétrica e que

não satisfizerem as exigências do art. 18, ficarão sujeitas à multa diária de cem mil réis (100\$000) até que requeiram a assinatura de novos contratos.

Parágrafo único. Essa multa poderá ser relevada, por motivos ponderosos, a juízo do Governo.

Art. 21. As autorizações ou concessões de linhas de transmissão ou redes de distribuição para localidades ainda não servidas por energia elétrica só poderão ser outorgadas a brasileiros ou sociedades organizadas na forma do art. 7º.

Art. 22. Para os efeitos deste decreto-lei, é preciso que os brasileiros natos estejam quites com o serviço militar e que os brasileiros naturalizados o tenham realmente prestado.

Art. 23. A energia elétrica, obtida por meio da transformação da energia hidráulica ou térmica será produzida, para ser fornecida no território brasileiro, sob forma de corrente alternativa trifásica com a frequência de cinquenta (50) ciclos.

§ 1º. As disposições deste artigo incidem desde já sobre as ampliações nas instalações existentes de produção das empresas, individuais ou coletivas, que forneçam energia para serviços públicos, ou de utilidade pública ou façam sob qualquer forma o comércio de energia:

§ 2º. As disposições deste artigo incidem desde já sobre as ampliações das instalações de transmissão, transformação e distribuição para localidades ou zonas de uma mesma localidade ainda não servidas por energia elétrica.

§ 3º. Dentro do prazo improrrogável de oito (8) anos e de acordo com o Regulamento que foi baixado, as empresas individuais ou coletivas que, sob forma diferente, forneçam energia elétrica para serviços públicos, de utilidade pública ou façam o comércio de energia, deverão ter todas as suas instalações funcionando de acordo com o estipulado neste artigo.

§ 4º. O disposto neste artigo só admite exceções nos casos de usinas para uso exclusivo do autorizado ou concessionário e para indústrias especiais.

Art. 24. Continuam em pleno vigor em todos os seus termos os decretos de concessão e as portarias de autorização outorgadas de acordo com o decreto n. 24.643, de 10 de julho de 1934.

Art. 25. Cabe a execução deste decreto-lei ao Ministério da Agricultura por intermédio do Serviço de Águas ou da Repartição em que este se transformar.

Art. 26. Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 853 — DE 11 DE NOVEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito suplementar de réis 1.854:800\$0, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito suplementar de mil, oitocentos e cinquenta e quatro contos e oitocentos mil réis (1.854:800\$0) para reforço da Verba 3ª — Serviços e Encargos, sub-consignação n. 3 — item 01), do atual orçamento do referido Ministério (Anexo n. 5, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937), assim distribuído:

a) Setor Norte	927:400\$0
b) Setor Oeste	388:000\$0
c) Setor Sul	355:000\$0
d) Ponte Internacional sobre o rio Uruguai	184:400\$0
	<hr/>
	1.854:800\$0
	<hr/>

Art. 2.º O item 01) da sub-consignação a que se refere o artigo anterior, passa a ter a seguinte redação:

“Para custeio de despesas (Pessoal e Material) realizadas pelas comissões de limites, de caracterização de fronteiras e construção da ponte sobre o rio Uruguai, inclusive transporte, sujeitas a prestação de contas, nos termos dos decretos n. 21.266, de 8 de abril de 1932, e n. 24.485, de 28 de junho de 1934:”

Art. 3.º Fica sem aplicação na sub-consignação n. 2 — Pessoal Extranumerário, da Verba 1 — Pessoal, do orçamento do Ministério das Relações Exteriores, a importância de 1.854:800\$0, correspondente ao pessoal das “Comissões Mixtas”.

Art. 4.º As disposições do presente decreto-lei entram em vigor desde 1.º de janeiro do corrente ano, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1938. 117.ª da Independência e 50.ª da República

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 854 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1938

Dispõe sobre o serviço de loterias e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º O serviço de loteria, federal ou estadual, executar-se-á, em todo o território do País, de acordo com as disposições do presente decreto-lei.

Art. 2º. Os governos da União e dos Estados poderão atribuir a exploração do serviço de loteria a concessionários de comprovada idoneidade moral e financeira.

§ 1º. A loteria federal terá livre circulação em todo o território do País, enquanto que as loterias estaduais ficarão adstritas aos limites do Estado concedente.

§ 2º. A circulação da loteria federal não poderá ser obstada ou embaraçada por quaisquer autoridades estaduais ou municipais.

Art. 3º. A concessão lotérica, como derrogação das normas do Direito Penal, que proíbem o jogo de azar, emanará sempre da União, por autorização direta quanto à loteria federal ou mediante decreto de ratificação quanto às loterias estaduais.

Parágrafo único. O Governo Federal decretará a nulidade da concessão ratificada, no caso de transgressão de qualquer das suas cláusulas.

Das concessões

Art. 4º. É vedada a concessão de mais de uma loteria pela União ou pelos Estados.

Art. 5º. As concessões serão precedidas de concorrência pública.

§ 1º. As concorrências serão abertas, mediante edital publicado no órgão oficial da União, por prazo nunca inferior a 30 dias ou 90 no máximo.

§ 2º. Quando se tratar de concorrência para o serviço de loteria estadual, o edital deverá ser também publicado no respectivo órgão oficial, ou, em sua falta, no de maior circulação no Estado.

§ 3º. Cada concorrente apresentará, dentro dos 10 dias que antecederem a data fixada para a abertura das propostas, as provas de sua idoneidade e capacidade financeira.

§ 4º. Na concorrência para a loteria federal, o edital estipulará o pagamento mínimo a que se obrigará o concessionário anualmente, entre quota fixa e imposto de 5 % sobre as emissões, tomado por base o ano de maior arrecadação durante a vigência do último contrato.

Art. 6º. Provar-se-á a capacidade financeira pela propriedade de bens equivalente ao triplo do prêmio maior a que se refere o art. 9º, n. 4, deste decreto-lei.

Parágrafo único. Os bens a que alude o presente artigo deverão ser constituídos: 2/3 de imóveis, aceitos pela avaliação oficial, e o restante em títulos da dívida pública, federal ou estadual, pela cotação em bolsa.

Art. 7º. A concessão só será outorgada a brasileiros, ou firmas constituídas por brasileiros, excluídas as sociedades anônimas cujas ações não sejam todas nominativas.

Art. 8º. É expressamente vedada a renovação ou prorrogação de contratos, bem como a preferência em igualdade de condições.

Art. 9º. As concessões de loteria, federal ou estadual, subordinar-se-ão às seguintes condições:

- 1) prazo máximo de cinco anos;
- 2) distribuição da percentagem mínima de 70 % em prêmios, sobre cada emissão;
- 3) impossibilidade de exploração simultânea, direta ou indiretamente, de mais de um serviço lotérico pela mesma pessoa, física ou jurídica;

4) duas extrações por semana, com os prêmios maiores de 100:000\$000 a 2.000:000\$000, para a loteria federal, e uma extração, semanal ou quinzenal, com os prêmios maiores de 50:000\$000 a 1.000:000\$000, no caso de loterias estaduais;

5) emissão máxima, pela loteria federal, de 35.000 bilhetes para cada extração, e, pelas estaduais, de 6.000 por milhão de habitantes ou fração, fixado em qualquer caso o limite máximo de 35.000 bilhetes, salvo autorização especial para emissão em duas séries, as quais, entretanto, obrigatoriamente, serão do mesmo plano e se decidirão por um único sorteio, no mesmo dia;

6) pagamento do imposto de 5 % na forma do art. 13 e seus parágrafos.

Art. 10. É defeso ao concessionário modificar a sua firma ou transferir a concessão, sem prévio assentimento do poder concedente, exigida sempre a inalterável idoneidade moral do responsável e perfeita garantia financeira, pelo prazo restante do contrato.

Das cauções

Art. 11. O concessionário da loteria federal caucionará na Tesouraria Geral do Tesouro Nacional, até a véspera da assinatura do contrato, a importância de mil contos de réis (1.000:000\$000), para garantia da execução do serviço.

§ 1º. Aos Estados concedentes compete arbitrar a caução, indicando o lugar do seu recolhimento.

§ 2º. As cauções serão prestadas em moeda corrente, caderneta da Caixa Econômica ou do Banco do Brasil, revertendo em favor do poder concedente se por culpa do concessionário for rescindido o contrato.

§ 3º. O levantamento da caução a que se refere este artigo só terá lugar seis meses após a última extração e uma vez verificado que o concessionário cumpriu todas as obrigações contratuais.

Art. 12. Quando o prêmio maior ultrapassar o valor da caução, o concessionário fica obrigado a recolher, até oito dias antes do sorteio, a diferença verificada entre a caução e o prêmio.

§ 1º. O recolhimento da diferença a que alude este artigo será feito onde o poder concedente determinar, sob pena de imediata rescisão do contrato.

§ 2º. O direito à restituição da diferença pleiteada pelo concessionário da loteria federal provar-se-á com o certificado expedido pelo fiscal geral de Loterias.

§ 3º. Na hipótese de que trata o parágrafo anterior, far-se-á a restituição da diferença, quando devida, por simples despacho exarado pelo diretor das Rendas Internas no verso do conhecimento do depósito e nesse documento, que constituirá o comprovante da despesa, o concessionário passará recibo na forma legal.

Das contribuições

Art. 13. As loterias federal e estaduais ficam sujeitas ao pagamento do imposto de 5 % sobre a importância total de cada emissão, que deverá ser pago pelo respectivo concessionário, como único responsável perante o Erário Federal.

§ 1º. Nenhuma extração de loteria, federal ou estadual, será permitida sem que, até a véspera da data designada para o sorteio,

prove o concessionário o pagamento do imposto de 5 % sobre a mesma extração, exibindo ao fiscal o talão comprobatório do recolhimento.

§ 2.º Fica assegurado ao concessionário o direito de cobrar dos compradores de bilhetes a importância do imposto de que trata este artigo.

Art. 14. O concessionário da loteria federal recolherá mensal e adiantadamente, até o 15.º dia útil de cada mês, o duodécimo da quota fixa a que está obrigado, "ex-vi" do § 4.º do art. 5.º deste decreto-lei.

Art. 15. A título de contribuição para os serviços da Fiscalização Geral de Loterias, os concessionários respectivos recolherão ao Tesouro Nacional ou às suas Delegacias Fiscais, adiantadamente, até o dia 15 de janeiro de cada ano, as seguintes importâncias:

a) 100:000\$000 (cem contos de réis) — o concessionário da Loteria Federal;

b) 6:000\$000 (seis contos de réis) — cada um dos concessionários das loterias estaduais.

Art. 16. As contribuições previstas neste capítulo serão escrituradas como "Renda Extraordinária da União", na rubrica própria da lei orçamentária, destinando-se as de que tratam os arts. 13 e 14 a indenizar as despesas mantidas pelo Governo Federal com as obras de caridade e instrução em todo o País.

Das planos, agências e licenças

Art. 17. Não serão postos em circulação bilhetes de loteria cujos planos não tenham sido previamente aprovados pelo diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional, quando se tratar da loteria federal, ou pelo delegado fiscal no respectivo Estado, quando se tratar de loteria estadual.

Parágrafo único. A decisão será comunicada ao concessionário dentro de 15 dias da data da apresentação dos planos, considerando-se tacitamente aprovados se a autoridade não se houver manifestado dentro do referido prazo.

Art. 18. O concessionário da loteria federal manterá agências em todos os Estados da União e no Território do Acre e, em sua sede, lugar apropriado para venda direta de bilhetes ao público, sem ágio.

§ 1.º O concessionário poderá distribuir bilhetes aos revendedores por intermédio de suas agências.

§ 2.º A loteria federal comunicará à Fiscalização Geral de Loterias, antes de feita qualquer remessa de bilhetes, a nomeação dos seus agentes ou as alterações que com eles ocorram. *Multa de réis 1:000\$000 a 5:000\$000 e o dobro na reincidência.*

Art. 19. A loteria federal somente poderá apresentar plano com prêmio maior que o de dois mil contos de réis, mediante prévia autorização do Ministro da Fazenda e prestadas as garantias que forem exigidas.

Art. 20. Ninguém poderá distribuir, vender ou expor à venda bilhetes de loteria federal ou estadual sem ter sido previamente licenciado pela repartição federal competente, sob pena de multa igual ao valor da licença e o dobro na reincidência.

Art. 21. A licença será anual e paga em estampilhas do selo adesivo, na seguinte conformidade:

a)	para agências em cidades de mais de 500.000 habitantes	500\$0
b)	para agências em cidades de mais de 50.000 habitantes até 500.000	230\$0
c)	para agências em cidades de menos de 50.000 habitantes	100\$0
d)	para estabelecimentos fixos em cidades de mais de 50.000 habitantes	150\$0
e)	para estabelecimentos fixos em cidades de menos de 50.000 habitantes	50\$0
f)	para ambulantes	5\$0

Parágrafo único. Não obstante a concessão da licença federal, poderão os Estados sujeitar a colocação dos bilhetes das loterias, que concederem, a quaisquer outras licenças, taxas, impostos ou emolumentos.

Art. 22. Antes do fornecimento de bilhetes a revendedores, fixos ou ambulantes, as agências ou filiais lhes deverão exigir a prova de estarem devidamente registrados.

Dos bilhetes e dos prêmios

Art. 23. O bilhete de loteria, documento pelo qual alguém se habilita ao sorteio, é considerado, para todos os efeitos, título ao portador.

Art. 24. Os bilhetes ou serão inteiros ou divididos, mas sempre uniformemente, em meios, quintos, décimos, vigésimos e quadragésimos.

Art. 25. Cada bilhete ou fração consignará no anverso, além de outras declarações que o diretor das Rendas Internas ou o Governo do Estado determinar:

a) a denominação da loteria: "Loteria Federal do Brasil", e no caso de loteria estadual — "Loteria" seguida do nome do respectivo Estado;

b) o número com que concorrerá ao sorteio;

c) o preço de plano, do bilhete inteiro e o de cada fração, acrescidos do imposto de 5 % previsto no art. 9º, n. 6;

d) a declaração de ser inteiro, meio, quinto, décimo, vigésimo ou quadragésimo, e, sendo fração, o número de ordem desta.

Art. 26. Cada bilhete ou fração consignará no verso, além de outras declarações que o diretor das Rendas Internas ou o Governo do Estado determinar:

a) a indicação da lei e do contrato que autorizem a loteria;

b) o plano da loteria;

c) a indicação do lugar, dia e hora do sorteio;

d) a firma impressa do concessionário.

Art. 27. Os modelos de bilhetes da loteria federal dependem de prévia aprovação do fiscal geral de Loterias.

Art. 28. Far-se-á o pagamento do prêmio mediante apresentação e resgate do respectivo bilhete, desde que coincida exatamente com o canhoto do qual se destacou, e não ofereça vícios ou defeitos que prejudiquem a verificação de sua autenticidade.

Art. 29. Em hipótese alguma se admitirá a substituição de bilhetes postos em circulação, ainda que sob o pretexto de furto, destruição ou extravio.

Art. 30. O pagamento será imediato à apresentação do bilhete na sede da loteria, e dentro de 15 dias se em qualquer de suas agências.

Parágrafo único. O portador do bilhete que não for satisfeito no pagamento do prêmio apresentá-lo-á ao diretor das Rendas Internas do Tesouro Nacional, si se tratar da loteria federal, ou ao diretor do Tesouro do Estado, si se tratar de loteria estadual, os quais, ouvido o concessionário no prazo de 5 dias e verificada a ilegitimidade da recusa, fornecerão guia ao interessado para que receba no Tesouro Nacional ou no Estadual, conforme o caso, a importância devida.

Art. 31. No caso de receber o concessionário de uma loteria ordem judicial para não efetuar o pagamento de algum prêmio, será este depositado judicialmente, ficando assim ilidida a ação de cobrança contra o concessionário.

Art. 32. Os canhotos grampeados em massos de cem serão rubricados na primeira e última folha pelo fiscal geral de Loterias, ou pessoa por ele designada, e ficarão guardados em cofre de segurança pelo concessionário.

Das extrações

Art. 33. As extrações serão feitas, em sala franqueada ao público, pelo sistema de urnas transparentes e esferas numeradas por inteiro.

Art. 34. A loteria federal e as loterias estaduais serão extraídas nos dias designados pelo diretor das Rendas Internas.

Art. 35. Depois de postos os bilhetes em circulação, a extração só deixará de realizar-se ou será adiada, por deliberação do diretor das Rendas Internas.

Parágrafo único. No primeiro caso serão recolhidos os bilhetes e restituídos os respectivos preços, e no segundo avisar-se-á pela imprensa o novo dia designado para a extração.

Art. 36. Nenhuma loteria correrá em dia feriado no local de sua extração, que ficará adiada para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 37. As esferas referentes ao número e ao prêmio, saídas da urna, serão colocadas lado a lado no mesmo taboleiro.

Art. 38. Durante a extração da loteria federal, o fiscal geral de Loterias e o seu ajudante verificarão, uma a uma, as esferas postas nos taboleiros, para efeito de correção dos enganos porventura verificados em ata. A conferência relativa aos 5 prêmios maiores será feita imediatamente após o pregão, submetendo-se as respectivas esferas, antes de colocadas no taboleiro, ao exame das pessoas presentes.

Parágrafo único. Logo após a conferência definitiva feita pelo fiscal geral de Loterias e seu ajudante, serão os taboleiros com as esferas de número e do prêmio expostos ao público.

Art. 39. A ata, manuscrita ou dactilografada, será redigida durante a extração, consignando os números premiados à medida que saírem da urna. A lista impressa, entretanto, para maior facilidade de consulta, classificará os números premiados pela ordem numérica e em escala ascendente.

Parágrafo único. Somente a verificação feita em face da ata de prêmio.

Das loterias proibidas

Art. 40. Constitue jogo de azar, passível de repressão penal, a loteria de qualquer espécie não autorizada ou ratificada expressamente pelo Governo Federal.

Parágrafo único. Seja qual for a sua denominação e processo de sorteio adotado, considera-se loteria toda operação, jogo ou aposta para a obtenção de um prêmio em dinheiro ou em bens de outra natureza, mediante colocação de bilhetes, listas, cupões, vales, papéis, manuscritos, sinais, símbolos ou qualquer outro meio de distribuição dos números e designação dos jogadores ou apostadores.

Art. 41. Não se compreendem na disposição do artigo anterior:

a) os sorteios realizados para simples resgate de ações ou debêntures, desde que não haja qualquer bonificação;

b) a venda de imóveis ou de artigos de comércio, mediante sorteio, na forma do respectivo regulamento, sendo defeso converter em dinheiro os prêmios sorteados, ou concedê-los em proporção que desvirtue a operação fundamental de compra e venda;

c) os sorteios de apólices da dívida pública da União, dos Estados e dos Municípios, autorizados pelo Governo Federal;

d) os sorteios de apólices realizados pelas companhias de seguro de vida, que operem pelo sistema de prêmios fixos atuariais, desde que os respectivos regulamentos o permitam;

e) os sorteios das sociedades de capitalização, feitos exclusivamente para amortização do capital garantido, designado sempre para tal fim o último dia útil do mês;

f) os sorteios bi-anuais autorizados pelo decreto-lei n. 338, de 16 de março de 1938.

Parágrafo único. Para os sorteios de mercadorias e imóveis não se permitirá emissão de bilhetes, cupões ou vales ao portador, mas deverá constar de livro apropriado os nomes de todos os prestamistas, com indicação dos pagamentos feitos e por fazer.

Art. 42. É expressamente proibida a venda de títulos da dívida pública federal, estadual ou municipal, mediante sorteio ou bonificação, bem assim oferecer os mesmos títulos como prêmios em sorteios de propaganda. *Multa de 2:000\$000 a 5:000\$000 e o dobro na reincidência.*

Art. 43. A título de propaganda poderão os estabelecimentos comerciais, quando autorizados por carta patente, distribuir brindes aos seus clientes, mediante coleção de bilhetes, vales ou cupões sorteados, e desde que as respectivas cautelas sejam gratuitas e os prêmios de pequeno valor.

Art. 44. Compete ao diretor das Rendas Internas, no Distrito Federal, e aos delegados fiscais, nos Estados, conceder cartas patentes para funcionamento de clubes de mercadorias mediante sorteio.

Parágrafo único. Sempre que houver deturpação dos fins para que foi concedida a carta patente será cancelada pelo diretor das Rendas Internas, no Distrito Federal, e nos Estados, quando os respectivos delegados fiscais não tenham adotado essa providência.

Das contravenções

Art. 45. Extrair loteria sem concessão regular do poder competente ou sem ratificação de que cogita o art. 3°. *Penas: de 1 a 4 anos de prisão celular, multa de 5:000\$000 a 10:000\$000, além de perda para a Fazenda Nacional de todos os aparelhos de extração, mobiliário, utensílios e valores pertencentes à loteria.*

Art. 46. Introduzir no País bilhetes de loterias, rifas ou tómbolas estrangeiras, ou em qualquer Estado bilhetes de outra loteria estadual. *Penas: de 6 meses a 1 ano de prisão celular, multa de réis 1:000\$000 a 5:000\$000, além de perda para a Fazenda Nacional de todos os bilhetes apreendidos.*

Art. 47. Possuir, ter sob sua guarda, procurar colocar, distribuir ou lançar em circulação bilhetes de loterias estrangeiras.

Penas: de 6 meses a 1 ano de prisão celular, multa de 1:000\$000 a 5:000\$000, além de perda para a Fazenda Nacional de todos os bilhetes apreendidos.

Art. 48. Possuir, ter sob sua guarda, procurar colocar, distribuir ou lançar em circulação bilhetes de loteria estadual fora do território do Estado concedente. *Penas: de 2 a 6 meses de prisão celular, multa de 500\$000 a 1:000\$000, além de perda para a Fazenda Nacional dos bilhetes apreendidos.*

Art. 49. Exibir, ou ter sob sua guarda, listas de sorteios de loteria estrangeira ou de estadual fora do território do Estado concedente. *Penas: de 1 a 4 meses de prisão celular e multa de 200\$000 a 500\$000.*

Art. 50. Efetuar o pagamento de prêmio relativo a bilhete de loteria estrangeira ou estadual que não possa circular legalmente no lugar do pagamento. *Penas: de 2 a 6 meses de prisão celular e multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

Art. 51. Executar serviços de impressão ou acabamento de bilhetes, listas, avisos ou cartazes relativos a loteria que não possa legalmente circular no lugar onde se executem tais serviços. *Penas: de 2 a 6 meses de prisão celular, multa de 500\$000 a 1:000\$000, e inutilização dos bilhetes, listas, avisos e cartazes, além da pena de prisão aos proprietários e gerentes dos respectivos estabelecimentos.*

Art. 52. Distribuir ou transportar cartazes, listas ou avisos de loterias onde os mesmos não possam legalmente circular. *Penas: de 1 a 4 meses de prisão celular e multa de 200\$000 a 500\$000.*

Art. 53. Colocar, distribuir ou lançar em circulação bilhetes de loterias relativos a extrações já feitas. *Penas: as do art. 338 da Consolidação das Leis Penais.*

Art. 54. Falsificar, emendar ou adulterar bilhetes de loteria. *Penas: as do art. 258 da Consolidação das Leis Penais.*

Art. 55. Divulgar por meio de jornal, revista, rádio, cinema ou por qualquer outra forma, clara ou disfarçadamente, anúncio, aviso ou resultado de extração de loteria que não possa legalmente circular no lugar em que funciona a empresa divulgadora. *Penas: de multa de 1:000\$000 a 5:000\$000 aplicável aos proprietários e gerentes das respectivas empresas, e o dobro na reincidência.*

Parágrafo único. A Fiscalização Geral de Loterias deverá apreender os jornais, revistas ou impressos que inserirem reiteradamente anúncio ou aviso proibidos, e requisitar a cassação da licença para o funcionamento das empresas de rádio e cinema que, da mesma forma, infringirem a disposição deste artigo.

Art. 56. Transmitir pelo telégrafo ou por qualquer outro meio o resultado da extração de loteria que não possa circular no lugar para onde se fizer a transmissão. *Penas: de multa de 500\$000 a 1:000\$000.*

Parágrafo único. Nas mesmas penas incorrerá a empresa telegráfica particular que efetuar a transmissão.

Art. 57. As repartições postais não farão a remessa de bilhetes, listas, avisos ou cartazes referentes a loterias consideradas ilegais ou os de loteria de determinado Estado, quando se destinarem a outro Estado, ao Distrito Federal ou ao Território do Acre.

§ 1.º Serão apreendidos os bilhetes, listas, avisos ou cartazes encontrados em repartição situada em lugar onde a loteria não possa legalmente circular, devendo os funcionários efetuar, quando possível, a prisão em flagrante do contraventor.

§ 2.º Efetuada a prisão do contraventor, a coisa apreendida será entregue à autoridade policial que lavrar o flagrante. No caso de simples apreensão, caberá aos funcionários lavrar o respectivo auto, para pronunciamento das Recebedorias Federais no Rio de Janeiro e em São Paulo, ou das Delegacias Fiscais nos demais Estados.

§ 3.º Aos funcionários apreensores fica assegurada a vantagem prevista no parágrafo único do art. 62.

Art. 58. Realizar o denominado "jogo do bicho", em que um dos participantes, considerado comprador ou ponto, entrega certa quantia com a indicação de combinações de algarismos ou nome de animais, a que correspondem números, ao outro participante, considerado o vendedor ou banqueiro, que se obriga mediante qualquer sorteio ao pagamento de prêmios em dinheiro. *Penas: — de 6 meses a 1 ano de prisão celular e multa de 10:000\$000 a 50:000\$000 ao vendedor ou banqueiro, e de 10 a 30 dias de prisão celular ou multa de 200\$000 a 500\$000 ao comprador ou ponto.*

§ 1.º Incorrerão nas penas estabelecidas para vendedores ou banqueiros:

- a) os que servirem de intermediários na efetuação do jogo;
- b) os que transportarem listas com indicações do jogo;
- c) os que procederem à apuração de listas ou à organização de mapas relativos ao movimento do jogo;
- d) os que por qualquer modo promoverem ou facilitarem a realização do jogo.

§ 2.º Consideram-se idôneas para a prova do ato contravencional quaisquer listas com indicações claras ou disfarçadas, uma vez que a perícia revele se destinarem a perpetração do jogo do bicho.

§ 3.º Considerar-se-ão sempre em estado de flagrante delito os que possuírem estabelecimento onde habitualmente se realiza o jogo do bicho.

Art. 59. São inafiançáveis as contravenções previstas nos artigos 45 a 49 e 58 e seus parágrafos.

Art. 60. Constituem contravenções, puníveis com as penas do art. 45, o jogo sobre corridas de cavalos feito fora dos hipódromos, ou da sede e dependências das entidades autorizadas, e as apostas sobre quaisquer outras competições esportivas.

Parágrafo único. Consideram-se competições esportivas aquelas em que se classifiquem vencedores:

- a) pelo esforço físico, destreza ou habilidade do homem;
- b) pela seleção ou adestramento de animais, postos em disputa, carreira ou luta de qualquer natureza.

Do processo fiscal

Art. 61. O processo fiscal das contravenções a que se refere este decreto-lei, obedecerá às normas estabelecidas pelo Decreto-Lei número 301, de 24 de fevereiro de 1938.

Art. 62. Os bilhetes apreendidos em virtude de contravenção meramente administrativa serão conservados pela Fiscalização Geral de Loterias em invólucro fechado e lacrado, com as declarações necessárias.

Parágrafo único. Na hipótese de ser premiado qualquer dos bilhetes apreendidos, a Fiscalização Geral de Loterias providenciará a respectiva cobrança, ficando o produto em depósito no Tesouro Nacional ou suas Delegacias Fiscais, até decisão final do processo. Metade dos prêmios pertencerá aos apreensores que tiverem assinado o respectivo auto, e a outra metade será convertida em renda eventual da União.

Art. 63. Além das autoridades policiais, são competentes os funcionários da Fiscalização Geral de Loterias, os Delegados Fiscais

do Tesouro, os fiscais de Loteria, os coletores federais, os agentes fiscais do imposto de consumo, os fiscais dos clubes de mercadorias, os funcionários postais, os empregados ferroviários e os agentes do fisco estadual e municipal, para efetuar a prisão em flagrante quando ocorrerem as infrações deste decreto-lei puníveis com pena de prisão, apreender bilhetes, aparelhos e utensílios, e inutilizar listas, cartazes ou quaisquer papéis relativos a loterias clandestinas ou jogos proibidos.

Parágrafo único. No desempenho das atribuições previstas neste artigo, poderão os funcionários e autoridades, quando necessário, proceder a revistas pessoais, bem como arrombar portas ou móveis em estabelecimentos de comércio.

Da Fiscalização Geral de Loterias

Art. 64. A Fiscalização Geral de Loterias, diretamente subordinada à Diretoria das Rendas Internas do Tesouro Nacional, será exercida pelos seguintes funcionários, todos figurando no Quadro I do Ministério da Fazenda: um fiscal geral, padrão N (Cargo extinto quando vagar. Para exercer essas funções será oportunamente nomeado, em comissão, um funcionário do Ministério da Fazenda, atribuindo-se-lhe a gratificação anual de 12:000\$000); um escrivão, padrão J; um dactilógrafo, classe F; um servente, classe D; um ajudante, em comissão, com a gratificação de função de 9:600\$000 anuais.

Parágrafo único. Os cargos de dactilógrafo e servente ficam incorporados nas respectivas carreiras e classes do Quadro I, do Ministério da Fazenda.

Art. 65. Nos Estados em que existir concessão lotérica, haverá um fiscal regional de Loteria, subordinado à Fiscalização Geral e escolhido mediante proposta do delegado fiscal aprovada pelo diretor das Rendas Internas.

Parágrafo único. — O funcionário designado na forma deste artigo será dispensado das funções de seu cargo efetivo nos dias de extração da loteria e perceberá a gratificação mensal de 500\$000 (quinhentos mil réis) pelo exercício da comissão.

Art. 66. Mediante proposta do diretor das Rendas Internas e aprovação do Diretor Geral da Fazenda Nacional, será designado, mensalmente, dentre os funcionários efetivos do Ministério da Fazenda, o ajudante do fiscal geral de Loterias, o qual ficará dispensado do serviço de sua repartição nos dias de sorteio ou quando houver de substituir o fiscal geral.

Parágrafo único. Nenhum funcionário poderá ser designado para servir mais de uma vez por ano.

Art. 67. É facultado ao concessionário da Loteria Federal manter fiscais em todo o território do País, para os fins do art. 63, os quais serão designados pelo fiscal geral de Loterias, mediante proposta do concessionário.

Art. 68. Compete ao fiscal geral de Loterias:

- a) superintender todo o serviço da Fiscalização;
- b) distribuí-lo pelos seus auxiliares;
- c) abrir, rubricar e encerrar os livros da Fiscalização e dar as necessárias instruções para a escrituração dos mesmos;
- d) despachar os papéis dependentes de sua decisão e subscrever as certidões passadas pelo escrivão;
- e) mandar arquivar os papéis findos;
- f) assistir, com o ajudante, às extrações da loteria federal, examinando pessoalmente ou fazendo examinar por técnicos de sua confiança, os aparelhos empregados nas mesmas extrações;

g) velar pela estrita observância do contrato celebrado entre a União e os concessionários;

h) apreender ou fazer apreender os bilhetes indevidamente em circulação, quer expostos à venda, quer ocultos, bem como os ultimados ou em via de ultimação;

i) requisitar das autoridades policiais a força necessária para tornar efetivas quaisquer diligências regulamentares;

j) lavrar as designações dos fiscais mantidos pelos concessionários;

k) impedir, por todos os meios ao seu alcance, o curso de bilhetes de loterias estrangeiras, bem como o das estaduais fora dos limites dos Estados concedentes;

l) fornecer guias para o pagamento da quota fixa e do imposto proporcional de 5 % sobre o montante de cada emissão, da Loteria Federal;

m) fornecer o certificado para levantamento da caução, nos termos do § 3º do art. 11;

n) determinar os livros especiais que as empresas lotéricas devem possuir;

o) aprovar os modelos de bilhetes, na forma do art. 27;

p) apresentar ao diretor das Rendas Internas, no primeiro trimestre de cada ano, o relatório dos trabalhos e das mais importantes ocorrências concernentes ao ano anterior.

Art. 69. Compete ao ajudante:

a) auxiliar o fiscal geral e substituí-lo em suas faltas e impedimentos;

b) exercer, cumulativamente com o fiscal geral, as atribuições constantes das letras *f*, *g* e *h* do artigo anterior;

c) executar as atribuições ou serviços que lhe forem distribuídos pelo fiscal geral.

Art. 70. Compete ao escrivão:

a) escriturar os livros da Fiscalização e redigir a correspondência de que for incumbido;

b) incumbir-se do arquivo da repartição;

c) assistir às extrações das loterias;

d) executar as ordens que receber do fiscal geral ou do ajudante.

Art. 71. Compete ao dactilógrafo e ao servente, além das atribuições que lhes são próprias, executar quaisquer outros serviços internos determinados pelo fiscal geral.

Art. 72. Compete aos fiscais regionais:

a) apreender ou fazer apreender os bilhetes indevidamente em circulação, quer expostos à venda, quer ocultos, bem como os ultimados ou em via de ultimação;

b) requisitar das autoridades policiais a força necessária para tornar efetivas quaisquer diligências regulamentares;

c) impedir, por todos os meios ao seu alcance, o curso de bilhetes de loterias estrangeiras, bem como o das estaduais fora dos limites dos Estados concedentes;

d) fornecer guias para o pagamento do imposto proporcional de 5 % sobre o montante de cada emissão, da loteria estadual;

e) apresentar ao fiscal geral de Loterias, até o dia 31 de janeiro de cada ano, o relatório dos trabalhos e das mais importantes ocorrências concernentes ao ano anterior;

f) exigir a prova do pagamento do imposto de 5 %, na forma do art. 13, § 1º, impedindo a extração da loteria caso não tenha sido preenchida essa formalidade.

Disposições gerais

Art. 73. São nulas de pleno direito quaisquer obrigações resultantes de loterias não autorizadas.

Art. 74. Os estrangeiros que contravierem as disposições dos artigos 45 a 54 e 58 deste decreto-lei serão expulsos do território nacional, após o cumprimento da pena.

Art. 75. Os bilhetes da loteria federal estão isentos do imposto de vendas e consignações.

Art. 76. As despesas com o pagamento do pessoal da Fiscalização Geral de Loterias serão atendidas, no corrente exercício, à conta de crédito especial, consignando-se dotações próprias nos futuros orçamentos do Ministério da Fazenda.

Art. 77. Os livros e papeis pertencentes a concessionários de serviços lotéricos, e a quaisquer contratos ou casas onde se vendam bilhetes, poderão, em qualquer momento, ser examinados pelo fiscal geral de Loterias ou pelos funcionários expressamente designados pela autoridade competente.

Disposições transitórias

Art. 78. Contar-se-á, para todos os efeitos legais, o tempo de serviço já prestado na Fiscalização Geral de Loterias pelos funcionários referidos no art. 64.

Art. 79. Os atuais contratos de loterias, que não guardem conformidade com as prescrições do Decreto n. 21.143, de 10 de março de 1932, deverão ser adaptados aos preceitos do presente decreto-lei.

Parágrafo único. Para cumprimento do disposto neste artigo, a Fiscalização Geral de Loterias procederá, dentro do prazo de 60 dias da vigência deste decreto-lei, à revisão dos contratos atuais, à vista das cópias autenticadas remetidas pelos respectivos concessionários.

Art. 80. Fica revogada toda a legislação existente sobre loterias federais ou estaduais.

Art. 81. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Arthur de Souza Costa.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 855 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1938

Modifica o padrão de vencimentos do cargo de diretor do Colégio Universitário da Universidade do Brasil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O cargo de diretor, padrão L (Colégio Universitário, da Universidade do Brasil), fica transformado no de diretor, padrão N.

Art. 2.º Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, correndo a diferença de vencimentos no corrente exercício por conta

da dotação constante da verba 1, consignação V, sub-consignação 21, do orçamento do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 856 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1938

Autoriza a entrega de um imóvel ao Governo de Santa Catarina

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição da República, decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Guerra autorizado a entregar ao Governo do Estado de Santa Catarina o prédio e respectivo terreno, em Florianópolis, onde esteve aquartelado o 14.º Batalhão de Caçadores, afim de ser ali instalado um estabelecimento de ensino ou uma repartição estadual.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 857 — DE 12 DE NOVEMBRO DE 1938

Retifica uma falha na carreira de operário de material bélico da classe G, Quadro I, do Ministério da Guerra, constante das tabelas anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, e do decreto número 1.909, de 23 de agosto de 1937

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal:

Considerando que nos processos ns. 18.480, de 27 de setembro de 1937, 18.884, de 4 de novembro de 1935 e 14.532, de 11 de julho de 1938, da Secretaria de Estado da Guerra, o Supremo Tribunal Militar prestou parecer unânime, aprovado pelo Presidente da República e publicado no *Diário Oficial* de 28 de outubro findo, opinando no sentido de ser Hemetério Clautildes de Carvalho considerado promovido a operário de 1.ª classe da Fábrica de Cartuchos de Infantaria a partir de 28 de janeiro de 1933, com direito a todas as vantagens decorrentes;

Considerando que a promoção do interessado a operário de 1.ª classe, a partir daquela data, importa na sua inclusão na classe "G"

da carreira de operário de material bélico do Quadro I, do Ministério da Guerra, decreta:

Art. 1.º As tabelas do Quadro I, do Ministério da Guerra, anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936 e ao decreto n. 1.909, de 23 de agosto de 1937, na parte relativa á carreira de operário de material bélico, classe "G", vigorarão a partir de 1º de janeiro de 1937 com a correção constante da que acompanha a presente lei.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 12 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

MINISTÉRIO DA GUERRA — QUADRO I

Situação antiga Denominação do cargo — Repartição	Número de funcionários	Situação nova Nova denominação e linha de carreira — Observações
46. Operário de 1ª classe — Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.	55	Classe "G" — Carreira extinta. Feitas as promoções serão suprimidos os cargos de menos vencimentos. Para exercer essas funções o Governo admitirá, oportunamente, extranumerários, na forma da legislação que vigorar.
7. Operário de 1ª classe — Fábrica de Cartuchos de Infantaria		55 excedentes.

DECRETO-LEI N. 858 — DE 14 DE NOVEMBRO DE 1938

Cria um cargo de engenheiro mecânico-eletricista, no Quadro I, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e tendo em vista o que lhe propôs o Ministério da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1.º Fica criado, no Quadro I, do Ministério da Viação e Obras Públicas, um cargo de engenheiro mecânico-eletricista, padrão "L", para os serviços do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, atendida a despesa com a dotação orçamentária destinada ao cargo de que trata o art. 2.º.

Parágrafo único. O cargo de que trata este artigo será provido mediante aproveitamento de extranumerário do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, ao qual se aplicará o disposto no art. 5º da lei n. 467, de 31 de julho de 1937.

Art. 2º. Fica extinto, no referido quadro, um cargo da classe "L" da carreira de engenheiro, I. F. E. e D. N. E. R., criado pela lei n. 467, de 31 de julho de 1937.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 14 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 859 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito suplementar de 3.840:000\$0 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Guerra, o crédito suplementar de tres mil, oitocentos e quarenta contos de réis (3.840:000\$0) à verba 1ª — Pessoal do vigente orçamento de despesa do mesmo Ministério (Anexo n. 10, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937), sendo:

IV — Gratificações e Auxílios

S/c. n. 12 — Auxílio para alimentação		
01) — Diárias de 2\$ para o almoço dos oficiais, etc.	300:000\$0	
04) — Etapas aos oficiais de dia nos corpos, etc.	40:000\$0	340:000\$0
S/c. n. 13 — Ajudas de custo e diárias		
01) — Ajudas de custo a todo o pessoal do Ministério da Guerra	1.000:000\$0	
02) — Diárias a oficiais e funcionários, etc.	500:000\$0	1.500:000\$0
S/c. n. 14 — Condução e transporte		
01) — Condução e transporte		2.000:000\$0
		<u>3.840:000\$0</u>

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 860 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1938

Extingue um cargo vago na Secretaria do extinto Senado Federal.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica extinto um cargo da classe "D" da carreira de "Servente" do Quadro Único do pessoal da Secretaria do extinto Senado Federal, vago nos termos da lei n. 443, de 4 de junho de 1937.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Campos

DECRETO-LEI N. 861 — DE 16 DE NOVEMBRO DE 1938

Extingue um cargo no Quadro Único da Secretaria do extinto Senado Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica extinto um cargo, atualmente vago, na classe "M" da carreira de "Taquígrafo" do Quadro Único da Secretaria do extinto Senado Federal, a que se refere a lei n. 443, de 4 de junho de 1937.

Rio de Janeiro, 16 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS

Francisco Campos

DECRETO-LEI N. 862 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 20:000\$, para ocorrer às despesas de instalação da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de vinte contos de réis (20:000\$), para ocorrer às despesas (Serviços e Encargos) com a instalação da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal, criada pelo Decreto-Lei n. 803, de 24 de outubro de 1938.

Parágrafo único. O crédito de que trata este artigo será distribuído ao Tesouro Nacional e entregue, integralmente, ao De-

sembargador Corregedor, na forma do art. 1º, parte final, do decreto n. 5.059, de 9 de novembro de 1926.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 863 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de 50:000\$, para auxiliar o Automovel Club do Brasil na organização do Congresso Nacional de Estradas de Rodagem

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe é conferida pelo art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de 50:000\$, para auxiliar, no corrente ano, o Automovel Club do Brasil, na organização do Congresso Nacional de Estradas de Rodagem.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 864 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1938

Autoriza, nas condições que estabelece, a cobrança, em prestações duodecimais, no exercício de 1939, dos impostos predial, territorial e de licença de localização, relativos aos exercícios anteriores a 1938, e dá outras providências

O Presidente da República:

Considerando o interesse da Prefeitura do Distrito Federal na arrecadação de impostos, que lhe são devidos, de exercícios anteriores a 1938;

Considerando que essa cobrança pode ser feita, parceladamente, com evidente vantagem, inclusive para os contribuintes em débito;

Considerando, além disso, que adotando esse critério, já consagrado na execução da cobrança dos impostos predial, territorial e de licença de localização de estabelecimentos, atende o Governo, por outro lado, aos contribuintes que, no recenseamento imobiliário do Distrito Federal, manifestaram desejo de pagar, em prestações, a dívida daqueles impostos, e

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e nos termos do artigo 31 do Decreto-Lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1º. Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a mandar receber, em prestações duodecimais, no exercício de 1939, os impostos predial, territorial e de licença de localização, relativos aos exercícios de 1937 e anteriores, em débito para com a Fazenda Municipal.

§ 1º. Para gozar do favor concedido neste artigo, é indispensável que o contribuinte requeira previamente, até 31 de dezembro do corrente ano, o pagamento parcelado de seu débito, juntando prova de quitação dos mesmos tributos do exercício de 1938, e inicie esse pagamento a partir de janeiro de 1939.

§ 2º. O contribuinte que, no corrente ano, dentro do prazo que for marcado em editais da Secretaria Geral de Finanças, satisfizer, de uma só vez o seu débito do imposto predial, territorial ou de licença de localização, relativos aos exercícios anteriores a 1938, ficará dispensado do pagamento da multa de mora respectiva.

Art. 2º. Fica sustada, na data da publicação deste decreto-lei, a execução judicial de quaisquer dívidas provenientes do imposto predial, territorial ou de licença de localização, nela só se prosseguindo, a requerimento do representante judicial da Fazenda Municipal, no caso de não ser iniciado o pagamento parcelado ou feito o pagamento integral dentro do prazo estabelecido no art. 1º ou de falta de pagamento de qualquer das prestações subsequentes até final do exercício de 1939.

Art. 3º. Realizado o pagamento do débito total em atraso, na conformidade do art. 1º e seus parágrafos, terá o contribuinte quitação regular da Fazenda Municipal, e, em se tratando de dívida ajuizada, providenciará a Procuradoria da Fazenda do Distrito Federal, a requisição da Secretaria Geral de Finanças, o arquivamento do processo e a baixa na respectiva distribuição, dispensadas as custas vencidas e contadas.

Art. 4º. Ficam asseguradas aos serventuários da Prefeitura do Distrito Federal e da Justiça do Distrito Federal as percentagens legais sobre as importâncias arrecadadas na conformidade do art. 1º, em se tratando de dívidas ajuizadas.

Parágrafo único. As percentagens assim devidas serão pagas, mensalmente, de acordo com as folhas organizadas na Secretaria Geral de Finanças.

Art. 5º. A dívida atrasada dos exercícios de 1937 e anteriores, será:

a) unificada, para o efeito da cobrança parcelada, por tributo, incluídos neste os adicionais e multa de mora respectivos;

b) fracionada em duodécimos, cada duodécimo correspondendo a um doze avos da dívida unificada de cada tributo.

Art. 6º. A cobrança parcelada dos impostos atrasados far-se-á em uma ou mais prestações, até 12, na Secção de Cobradores da Diretoria de Receita.

Art. 7º. As prestações terão um desconto de 5% se os pagamentos dos conhecimentos correspondentes a cada prestação forem efetuados com antecipação da data indicada para pagamento.

§ 1º. Não terão desconto algum se os pagamentos forem realizados dentro dos prazos respectivos.

§ 2º. Terão um acréscimo de 5%, se os pagamentos forem feitos após o vencimento de cada prestação.

Art. 8º. No mês de janeiro de 1940 os cobradores devolverão à SDRI e SDIL, devidamente relacionados, os conhecimentos não pagos, cuja cobrança esteve a seu cargo no exercício anterior.

Art. 9º. A Diretoria de Receita emitirá certidões da dívida não paga, e após, inscritas, remetê-las-á à Procuradoria da Fazenda do Distrito Federal, para cobrança executiva.

Art. 10. O abono de pagamento parcial ou total será feito:

- a) na Diretoria de Receita, sobre os livros próprios;
- b) na Procuradoria, sobre os livros anuais de cobrança executiva.

Art. 11. Das guias para cobrança parcelada constará:

1º, no caso do imposto de licença para localização:

- a) a localização do estabelecimento;
- b) nome da firma, individual ou coletiva, empresa ou companhia responsável pelo débito;
- c) indicação da dívida global, incluídos os adicionais e multa de mora;
- d) indicação do duodécimo da dívida unificada correspondente a uma prestação;

- e) 1, com desconto de 5 %;
- 2, sem desconto;
- 3, com acréscimo de 5 %;

2º, quando se referir ao imposto predial ou territorial:

- a) a localização e natureza do imóvel;
- b) nome e residência do proprietário;
- c) indicação da dívida global, incluídos os adicionais e multa de mora;
- d) indicação do duodécimo da dívida global unificada, correspondente a uma prestação:

- 1, com desconto de 5 %;
- 2, sem desconto;
- 3, com acréscimo de 5 %.

Art. 12. O pagamento nas condições do § 2º do art. 1º desta lei, dos impostos em débito de qualquer exercício anterior a 1938, far-se-á na conformidade da legislação anterior aos decretos-lei ns. 157, de 1937, em se tratando de impostos predial e territorial, e 251, de 1938, se relativo ao imposto de licença de localização de comércio, indústria e profissão, dispensado, porém, no caso de dívida ajuizada, das custas devidas e contadas.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 865 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 200:000\$000, para despesas de viagem

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta.

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de duzentos contos de réis (200:000\$000), para atender às despesas (Serviços e Encargos) de ida e volta, permanência na Bolívia e despesas eventuais de representação dos dois membros da Comissão Brasileira de Petróleo, que vão àquele país tratar da elaboração definitiva da lei orgânica da respectiva Comissão Mista.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 866 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1938

Autoriza a permuta do domínio útil de um terreno da União pelos terrenos atualmente ocupados pelo Centro Hípico Brasileiro e Club Sportivo de Equitação

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica autorizado o Ministério da Fazenda a permutar o domínio útil dos terrenos que atualmente ocupam o Centro Hípico Brasileiro, na Praia Vermelha e o Club Sportivo de Equitação, na Avenida Bartolomeu de Gusmão, pelo domínio útil de uma área de 23.949m², pertencente à União e situada entre a rua Jardim Botânico e a Avenida Linen de Paula Machado, no bairro da Gávea, todos nesta Capital.

Art. 2.º As benfeitorias existentes nas duas áreas em cuja posse se encontram as referidas sociedades ser-lhes-ão indenizadas, de acordo com o preço que fixarem tres avaliadores designados, respectivamente, pela Diretoria do Domínio, Ministério da Guerra e pelos atuais ocupantes.

Art. 3.º O preço total das benfeitorias ficará no Banco do Brasil à disposição das sociedades interessadas, destinando-se exclusivamente ao custeio das obras de instalação que houverem de realizar no terreno cedido, de acordo com o plano que for previamente aprovado pela Diretoria do Domínio.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 867 — DE 17 DE NOVEMBRO DE 1938

Dispõe sobre o recolhimento da arrecadação federal ao Banco do Brasil e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. As rendas do Governo Federal continuarão a ser arrecadadas pelas repartições competentes nos termos da legislação em vigor.

Art. 2º. Ficam revogadas todas as disposições legais e regulamentares que permitem a permanência destas rendas no todo ou em parte nos cofres federais.

Art. 3º. A arrecadação do Governo Federal será recolhida ao Banco do Brasil em conta especial da "Receita da União".

Art. 4º. As Delegacias Fiscais, as Diretorias Regionais dos Correios e Telégrafos, os Serviços de Fundos Regionais, as Estradas de Ferro da União, as Alfândegas e as repartições da Capital Federal que remetem balanços à Contadoria Central da República recolherão, diariamente, à matriz do Banco do Brasil ou às suas Agências a arrecadação líquida do dia anterior.

§ 1º. A arrecadação líquida ou saldos de caixa das demais repartições federais será recolhida da seguinte forma:

- a) pelas Coletorias Federais às Delegacias Fiscais respectivas;
- b) pelas Mesas de Rendas, Postos e Registros Fiscais às Delegacias Fiscais ou Alfândegas a que estejam subordinados; e
- c) pelas Sucursais, Agências Postais e Telegráficas às Diretorias Regionais respectivas.

§ 2º. As repartições não arrecadoras, mas que eventualmente recebam rendas ou dinheiros sob qualquer título, farão os recolhimentos às Delegacias Fiscais, ao Tesouro Nacional ou às repartições arrecadoras mais próximas, no dia útil seguinte ao da arrecadação.

Art. 5º. Os prazos de recolhimento para as repartições mencionadas no § 1º do artigo anterior serão fixados pelas Diretorias das Rendas Aduaneiras e das Rendas Internas, mediante proposta das Delegacias Fiscais, em tabelas a que dará registro o Tribunal de Contas.

Art. 6º. A arrecadação do Governo Federal no exterior continuará a ser processada e recolhida na conformidade das leis e regulamentos em vigor.

Art. 7º. O recolhimento, na conta "Receita da União" será feito mediante guia em tres vias, nas quais o Banco do Brasil ou suas Agências passarão o competente recibo, devolvendo as 2ª e 3ª vias à repartição que efetuou o recolhimento.

Parágrafo único. As segundas vias serão remetidas às Contadorias Seccionais das repartições que efetuarem os recolhimentos, como documento de despesa do dia em que essas operações forem levadas a efeito. Os Serviços de Fundos Regionais e as Estradas de Ferro da União, que ainda não possuem Contadorias Seccionais, remeterão essas segundas vias, respectivamente, à Contadoria Seccional no Ministério da Guerra e às Contadorias Seccionais nas Delegacias Fiscais.

Art. 8º. O Banco do Brasil providenciará afim de que todos os recolhimentos feitos às suas Agências sejam imediatamente transferidos para a matriz do Rio de Janeiro, a crédito da conta "Receita da União".

Art. 9º. Fica aberta no Banco do Brasil a conta especial "Despesa da União", a cujo débito serão levados todos os pagamentos autorizados pelo Ministério da Fazenda, inclusive os relativos a suprimentos de que necessitarem as repartições federais para o pagamento de despesas orçamentárias, e os saques para restituição de depósitos, quando necessários.

Parágrafo único. O Ministério da Fazenda, para o fim indicado na parte final deste artigo, autorizará o Banco do Brasil a fazer, em cada caso, os necessários suprimentos às repartições que os solicitarem.

Art. 10. Em favor das repartições pagadoras da União no Distrito Federal e nos Estados, o Ministério da Fazenda autorizará o Banco do Brasil a conceder créditos mensais que não excederão de 1/12 da totalidade das despesas que tiverem de pagar durante o exercício financeiro, na base das distribuições de créditos orçamentários feitas pela Diretoria da Despesa Pública.

Parágrafo único. Por conta dos créditos abertos no Banco do Brasil, na conformidade deste artigo, sacarão as repartições beneficiadas os suprimentos de que necessitarem; liquidando-os o Banco e suas Agências a débito da conta "Despesa da União".

Art. 11. O Banco do Brasil providenciará afim de que todos os saques feitos às suas Agências na conta "Despesa da União" sejam imediatamente transferidos para a Matriz, a débito da mesma conta.

Art. 12. O Banco do Brasil enviará, diariamente, à Diretoria Geral da Fazenda Nacional, ao Tribunal de Contas e à Contadoria Central da República, os extratos das contas "Receita da União" e "Despesa da União", nos quais mencionará sempre o nome das repartições com que operar, além de outros elementos próprios de cada histórico, quer nos recolhimentos, quer nos pagamentos.

Art. 13. A escrituração dos "Depósitos" que a União arrecadar dar-se-á de acordo com os preceitos estatuídos no Código de Contabilidade e seu Regulamento, correndo a restituição dos mesmos por conta dos recursos proporcionados pela arrecadação geral, a débito dos respectivos títulos ou contas, ficando revogado o art. 23, do decreto n. 23.150, de 15 de setembro de 1933.

Parágrafo único. A conta "Depósitos de Terceiros", existente no Banco do Brasil, será encerrada, transferindo-se o seu saldo para a de "Receita da União".

Art. 14. Os saldos credores da conta "Receita da União" e os devedores da conta "Despesa da União" vencerão os juros que forem convencionados com o Banco do Brasil, contados e acumulados no fim de cada semestre civil, sendo os saldos para a contagem de juros encontrados pela comparação diária da receita com a despesa da União.

Art. 15. Os juros das contas referidas no artigo anterior e os das que forem abertas por determinação do Ministro da Fazenda, quer diariamente ao Tesouro Nacional, quer sob sua responsabilidade e garantia, não poderão ultrapassar a taxa de 6 % ao ano, capitalizados ou não por semestres civis.

Art. 16. As contas Receita e Despesa da União serão encerradas, por encontro de saldos, no fim de cada exercício financeiro, promovendo o Governo os meios ou as operações de crédito a que estiver autorizado para a liquidação do saldo, se devedor, e transferindo-se para a conta de "Liquidação", se credor.

Art. 17. A execução dos serviços decorrentes deste decreto-lei, por parte do Banco do Brasil, será feita mediante contrato firmado entre o Tesouro Nacional e o referido estabelecimento, aprovado por decreto do Governo.

Art. 18. O presente decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1939, ficando prorrogado até 31 de dezembro de 1938 o contrato assinado com o Banco do Brasil em 13 de agosto de 1936.

Art. 19. O Ministro da Fazenda baixará as instruções que se fizerem necessárias à fiel execução do presente decreto-lei.

Art. 20. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de novembro de 1938, 147° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 868 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1938

Cria no Ministério da Educação e Saúde a Comissão Nacional de Ensino Primário.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1°. Fica criada, no Ministério da Educação e Saúde, a Comissão Nacional de Ensino Primário, que se comporá de sete membros, escolhidos pelo Presidente da República, dentre pessoas notoriamente versadas em matéria de ensino primário e consagradas ao seu estudo, ao seu ensino ou à sua propagação.

Art. 2°. Compete à Comissão Nacional de Ensino Primário:

a) organizar o plano de uma campanha nacional de combate ao analfabetismo, mediante a cooperação de esforços do Governo Federal com os governos estaduais e municipais e ainda com o aproveitamento das iniciativas de ordem particular;

b) definir a ação a ser exercida pelo Governo Federal e pelos governos estaduais e municipais para o fim de nacionalizar integralmente o ensino primário de todos os núcleos de população de origem estrangeira;

c) caracterizar a diferenciação que deve ser dada ao ensino primário das cidades e das zonas rurais;

d) estudar a estrutura a ser dada ao currículo primário bem como as diretrizes que devam presidir a elaboração dos programas do ensino primário;

e) opinar sobre as condições em que deve ser dado nas escolas primárias o ensino religioso;

f) indicar em que termos deve ser entendida a questão da obrigatoriedade do ensino primário;

g) estudar a questão da gratuidade do ensino primário, opinando sobre as contribuições com que as pessoas menos necessitadas são obrigadas a concorrer para as caixas escolares, bem como sobre o destino a ser dado ao produto destas contribuições;

h) estudar a questão da preparação, da investidura, da remuneração e da disciplina do magistério primário de todo o país.

Art. 3°. A Comissão Nacional de Ensino Primário escolherá o seu presidente, o qual lhe dirigirá os trabalhos, como delegado do Ministro da Educação e Saúde, nas sessões a que este não comparecer.

Art. 4°. A Comissão Nacional de Ensino Primário terá caráter permanente e se reunirá obrigatoriamente pelo menos uma vez em cada mês.

Parágrafo único. Até que, a juízo do Ministro da Educação e Saúde, estejam concluídos os trabalhos de preliminar definição de todos os pontos consignados nos itens do art. 2º desta lei, reunir-se-á a Comissão Nacional de Ensino Primário duas vezes por semana quando menos.

Art. 5º. Aos membros da Comissão Nacional de Ensino Primário, si residentes no Distrito Federal, se pagarão diárias de trinta mil réis. Aos que residirem fora do Distrito Federal serão pagas diárias de cem mil réis, além de ajudas de custo equivalentes aos preços das passagens.

Parágrafo único. Aos membros que forem funcionários públicos, não serão contadas, para nenhum efeito, as faltas que derem ao seu serviço, por motivo de comparecimento aos trabalhos da Comissão Nacional de Ensino Primário.

Art. 6º. O Ministro da Educação e Saúde designará um dos funcionários efetivos do seu Ministério para executar o expediente da Secretaria da Comissão Nacional de Ensino Primário.

Art. 7º. O dia das sessões, a duração delas e a ordem de seus trabalhos constituirão matéria regimental.

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução desta lei, no corrente exercício, correrão por conta dos recursos constantes da sub-consignação 41 da verba 3 do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde.

Art. 9º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 869 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1938

Define os crimes contra a economia popular, sua guarda e seu emprego

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Serão punidos na forma desta lei os crimes contra a economia popular, sua guarda e seu emprego.

Art. 2º. São crimes dessa natureza:

I, destruir ou inutilizar, intencionalmente e sem autorização legal, com o fim de determinar alta de preços, em proveito próprio ou de terceiro, matérias primas ou produtos necessários ao consumo do povo;

II, abandonar ou fazer abandonar lavouras ou plantações, suspender ou fazer suspender a atividade de fábricas, usinas ou quaisquer estabelecimentos de produção, ou meios de transporte, mediante indenização paga pela desistência da competição;

III, promover ou participar de consórcio, convênio, ajuste, aliança ou fusão de capitais, com o fim de impedir ou dificultar, para o efeito de aumento arbitrário de lucros, a concorrência em matéria de produção, transporte ou comércio;

IV, reter ou açambarcar matérias primas, meios de produção ou produtos necessários ao consumo do povo, com o fim de dominar o mercado em qualquer ponto do país e provocar a alta dos preços;

V, vender mercadorias abaixo do preço de custo com o fim de impedir a concorrência;

VI, provocar a alta ou baixa de preços, títulos públicos, valores ou salários por meio de notícias falsas, operações fictícias ou qualquer outro artifício;

VII, dar indicações ou fazer afirmações falsas em prospectos ou anúncios, para o fim de subscrição, compra ou venda de títulos, ações ou quotas;

VIII, exercer funções de direção, administração ou gerência de mais de uma empresa ou sociedade do mesmo ramo de indústria ou comércio com o fim de impedir ou dificultar a concorrência;

IX, gerir fraudulentamente ou temerariamente bancos ou estabelecimentos bancários, ou de capitalização; sociedades de seguros, pecúlios ou pensões viciais; sociedades para empréstimos ou financiamento de construções e de vendas de imóveis a prestações, com ou sem sorteio ou preferência por meio de pontos ou quotas; caixas econômicas; caixas Raiffeisen; caixas mútuas, de beneficência, socorros ou empréstimos; caixas de pecúlio, pensão e aposentadoria; caixas construtoras; cooperativas; sociedades de economia coletiva, levando-as à falência ou à insolvência, ou não cumprindo qualquer das cláusulas contratuais com prejuízo dos interessados;

X, fraudar de qualquer modo escriturações, lançamentos, registros, relatórios, pareceres e outras informações devidas a sócios de sociedades civis ou comerciais, em que o capital seja fracionado em ações ou quotas de valor nominativo igual ou inferior a 1:000\$000, com o fim de sonegar lucros, dividendos, percentagens, rateios ou bonificações, ou de desfalcocar ou desviar fundos de reserva ou reservas técnicas.

Pena: prisão celular de 2 a 10 anos e multa de 10:000\$000 a 50:000\$000.

Art. 3º. São ainda crimes contra a economia popular, sua guarda e seu emprego:

I, celebrar ajuste para impor determinado preço de revenda ou exigir do comprador que não compre de outro vendedor;

II, transgredir tabelas oficiais de preços de mercadorias;

III, obter ou tentar obter ganhos ilícitos, em detrimento do povo ou de número indeterminado de pessoas, mediante especulações ou processos fraudulentos ("bola de neve", "cadeias", "pichardismo", etc.);

IV, violar contrato de venda a prestações, fraudando sorteios ou deixando de entregar a coisa vendida, sem devolução das prestações pagas, ou descontar destas, nas vendas com reserva de domínio, quando o contrato for rescindido por culpa do comprador, quantia maior do que a correspondente à depreciação do objeto;

V, fraudar pesos ou medidas padronizados em lei ou regulamento; possuí-los ou detê-los, para efeitos de comércio, sabendo estarem fraudados.

Pena: prisão celular de 6 meses a 2 anos e multa de 2:000\$000 a 10:000\$000.

Art. 4º. Constitue crime da mesma natureza a usura pecuniária ou real, assim se considerando:

a) cobrar juros superiores à taxa permitida por lei, ou comissão ou desconto, fixo ou percentual, sobre a quantia mutuada, além daquela taxa;

b) obter ou estipular, em qualquer contrato, abusando da presente necessidade, inexperiência ou leviandade da outra parte, lucro patrimonial que exceda o quinto do valor corrente ou justo da prestação feita ou prometida.

Pená: 6 meses á 2 años de prisão celular e multa de 2:000\$000 a 10:000\$000.

§ 1º. Nas mesmas penas incorrerão os procuradores, mandatários ou mediadores que intervierem na operação usurária, bem como os cessionários do crédito usurário que, cientes de sua natureza ilícita, o fizerem valer em sucessivas transmissões ou execução judicial.

§ 2º. São circunstâncias agravantes do crime de usura:

I, ser cometido em época de grave crise económica;

II, ocasionar grave dano individual;

III, dissimular-se a natureza usurária do contrato;

IV, ser praticado:

a) por militar, funcionário público, ministro de culto religioso; por pessoa cuja condição económico-social seja manifestamente superior á da vítima;

b) em detrimento de operário ou de agricultor; de menor de 18 anos ou de deficiente mental, interditado ou não;

V, a reincidência.

§ 3º. A estipulação de juros ou lucros usurários será nula, devendo o juiz ajustá-los á medida legal, ou, caso já tenha sido cumprida, ordenar a restituição da quantia paga em excesso, com os juros legais a contar da data do pagamento indevido.

Art. 5º. Quando qualquer dos crimes definidos nesta lei for praticado em nome de pessoa jurídica, o Ministro da Justiça e Negócios Interiores poderá interdi-tá-la, uma vez passada em julgado a sentença, sem prejuízo da sanção imposta aos responsáveis.

Art. 6º. Os crimes definidos nesta lei são inafiançáveis e serão processados e julgados pelo Tribunal de Segurança Nacional. Neles não haverá suspensão da pena nem livramento condicional.

Art. 7º. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação; revo-gadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 870 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1938

Reconhece, aos oficiais de justiça da extinta justiça federal, o direito á disponibilidade e á aposentadoria, na forma do art. 182 da Constituição

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Aos oficiais de justiça da extinta justiça federal que percebiam vencimentos fixos fica reconhecido o direito á disponibilidade e á aposentadoria na forma do art. 182 da Constituição.

Art. 2º. O cálculo das vantagens da disponibilidade ou da aposentadoria concedida de acordo com o artigo anterior far-se-á na base dos vencimentos fixos.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 871 — DE 18 DE NOVEMBRO DE 1938

Reorganiza a Secretaria Geral de Saude e Assistência, da Prefeitura do Distrito Federal, firma o seu quadro de pessoal e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e nos termos do art. 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1º A Secretaria Geral de Saude e Assistência da Prefeitura do Distrito Federal, fica assim organizada:

I — Gabinete.

II — Departamento:

- a) de Assistência Hospitalar;
- b) de Assistência Médico Social;
- c) de Proteção Sanitária Animal e Medicina Veterinária;
- d) dos Serviços Auxiliares.

III — O Gabinete compreende:

- a) Secretaria com Protocolo Geral, o Arquivo e Portaria;
- b) Divisão de Inspeção e Proteção à Saude;
- c) Divisão de Propaganda e Estatística.

IV — O Departamento de Assistência Hospitalar é constituído pelos hospitais de Pronto Socorro, Carlos Chagas, Getúlio Vargas, Miguel Couto, Jesus, Dispensários de Cascadura, do Meyer, da Ilha do Governador, de Sapê, de Campo Grande, da Ilha de Paquetá, Postos de Vargem Grande, de Guaratiba e Serviço de Salvamento.

V — O Departamento de Assistência Médico Social abrange o Asilo São Francisco de Assis, o Albergue da Boa Vontade, a Delegacia Social, a "Grêche" e os Cemitérios de Inhaúma, Irajá, Jacarépaguá, Santa Cruz, Ricardo de Albuquerque, Realengo, Campo Grande, Guaratiba, Ilha do Governador, Ilha de Paquetá, Piabas e Penha.

VI — O Departamento de Proteção, Sanitária Animal e Medicina Veterinária compreende duas divisões:

- a) Divisão de Proteção Sanitária;
- b) Divisão de Medicina Veterinária.

Fazem parte da primeira: Fiscalização de animais de consumo, Fiscalização do Leite, de Matadouros, de Peixarias e de Feiras.

A segunda é constituída pelos Instituto Pasteur, Hospital Veterinário, Laboratórios, Vacinação, Estação de Monta (defesa da raça), Fiscalização de locais em que forem tratados ou alojados animais e Cemitério de cães.

VII — O Departamento dos Serviços Auxiliares compreende tres divisões:

- a) Administrativa;
- b) Material;
- c) Obras e Instalações.

A primeira com as seguintes secções: Expediente e Contabilidade, Prontuário, Arrecadação.

A segunda com as seguintes secções: Comercial, Aquisição, Escrituração, Rouparia Geral.

A terceira consta da Secção Técnica e das Oficinas.

Art. 2.º Ficam extintos os quadros da ex-Diretoria Geral de Assistência Municipal, da ex-Inspetoria Veterinária e do Instituto Pasteur, passando os respectivos funcionários a constituírem o quadro da atual Secretaria Geral de Saude e Assistência, fixado por este decreto-lei e constante da tabela anexa.

§ 1.º Feito o aproveitamento de todos os funcionários dos quadros extintos, serão as vagas providas na forma da regulamentação a ser baixada.

§ 2.º Os funcionários providos em cargos de vencimentos inferiores, pela extinção dos cargos que ocupavam e em virtude das disposições do presente decreto-lei, perceberão, para todos os efeitos, a diferença entre os vencimentos do cargo extinto e os do cargo que passarem a exercer.

Art. 3.º Fica o Prefeito autorizado a regulamentar a Secretaria Geral de Saude e Assistência, de acordo com as disposições do presente decreto-lei.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor a partir de 1 de janeiro de 1939.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 18 de novembro de 1938. 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Quadro a que se refere o Decreto-Lei n. 871. de 18 de novembro de 1938

N.º	Cargos	Vencimentos	Total
<i>Pessoal superior, em comissão:</i>			
1	Secretário Geral		60:000\$0
1	Chefe do Gabinete		30:000\$0
2	Officiais de Gabinete	18:000\$0	36:000\$0
4	Diretores	33:600\$0	134:400\$0
<i>Pessoal técnico-administrativo, em comissão:</i>			
1	Chefe de Divisão de Propaganda — Estatística		31:600\$0
1	Chefe de Divisão de Proteção Sanitária Animal		31:600\$0

N.º	Cargos	Vencimentos	Total
1	Chefe de Divisão de Medicina Veterinária		31:600\$0
1	Chefe de Divisão de Inspeção e Proteção à Saúde		31:600\$0
1	Chefe de Divisão de Obras		31:600\$0
1	Chefe de Divisão Administrativa		31:600\$0
1	Chefe de Divisão de Material		31:600\$0
1	Chefe do Serviço de Salvamento		26:200\$0
1	Chefe do Albergue		26:200\$0
1	Chefe de Propaganda e Educação		24:000\$0
1	Chefe da Secção de Estatística		24:000\$0
5	Diretores de Hospital	28:800\$0	144:000\$0
1	Diretor do Asilo		28:800\$0
6	Chefes de Dispensário	26:200\$0	157:200\$0

Pessoal técnico efetivo:

12	Peritos da Divisão de Inspeção e Proteção à Saúde	24:000\$0	288:000\$0
37	Médicos Chefes	24:000\$0	888:000\$0
98	Médicos Assistentes	21:600\$0	2.116:800\$0
310	Médicos Sub-Assistentes	14:400\$0	4.464:000\$0
3	Dentistas	18:000\$0	54:000\$0
22	Dentistas Assistentes	12:000\$0	264:000\$0
8	Farmacêuticos	18:000\$0	144:000\$0
6	Farmacêuticos Assistentes	12:000\$0	72:000\$0
1	Veterinário Chefe		24:600\$0
6	Veterinários	14:400\$0	86:400\$0
5	Ajudantes de Veterinário	9:600\$0	48:000\$0

Auxiliares técnicos:

2	Auxiliares Técnicos de Histologia	6:000\$0	12:000\$0
1	Conservador de Material de Laboratório		7:200\$0
30	Auxiliares de Laboratório	6:000\$0	180:000\$0
3	Ajudantes de Laboratório	7:200\$0	21:600\$0
25	Auxiliares de Roentgenologia	6:000\$0	150:000\$0
4	Auxiliares do Serviço Anti-Rábico	6:000\$0	24:000\$0
30	Auxiliares de Farmácia	6:000\$0	180:000\$0
24	Praticantes de Farmácia	4:560\$0	109:440\$0
1	Fotógrafo		12:000\$0
1	Cinegrafista		12:000\$0
2	Auxiliares de Fotógrafo	7:200\$0	14:400\$0

Pessoal Administrativo Efetivo:

1	Assistente de Propaganda e Educação		21:600\$0
1	Ajudante Técnico de Estatística		16:500\$0
1	Ajudante Técnico de Investigação		16:500\$0
3	Auxiliares Técnicos de Estatística	13:200\$0	39:600\$0
2	Cartógrafos	9:600\$0	19:200\$0
1	Engenheiro Assistente		21:600\$0
1	Engenheiro Ajudante		18:000\$0
1	Arquiteto Ajudante		18:000\$0
1	Ajudante Técnico de Obras e Instalações		18:000\$0
1	Delegado Social		26:200\$0

N.º	Cargos	Vencimentos	Total
1	Sub-Delegado Social		24:000\$0
1	Ajudante de Delegacia Social		18:000\$0
12	Agentes Sociais	9:600\$0	115:200\$0
38	Investigadores	7:920\$0	300:960\$0
2	Administradores Chefes	25:200\$0	50:400\$0
9	Administradores Ajudantes	18:000\$0	162:000\$0
19	Administradores Auxiliares	12:000\$0	228:000\$0
20	Encarregados de Depósito de Material	8:400\$0	168:000\$0
3	Encarregados Chefes de Fiscalização	10:800\$0	32:400\$0
9	Encarregados de Fiscalização	8:400\$0	75:600\$0
9	Auxiliares de Fiscalização	4:800\$0	43:200\$0
8	Chefes de Serviço	24:000\$0	192:000\$0
16	Primeiros Officiais	16:500\$0	264:000\$0
26	Segundos Officiais	13:200\$0	343:200\$0
40	Terceiros Officiais	9:900\$0	396:000\$0
60	Quartos Officiais	8:250\$0	495:000\$0
70	Praticantes de Oficial	7:550\$0	531:300\$0
80	Escrivães	6:000\$0	480:000\$0
3	Agentes Comerciais	15:000\$0	45:000\$0
1	Instrutor do Serviço de Salvamento		9:600\$0
1	Chefe de Portaria		11:880\$0
1	Porteiro do Asilo		7:920\$0
5	Continuos	7:700\$0	38:500\$0

Pessoal de enfermagem:

5	Enfermeiros Chefes	10:800\$0	54:000\$0
1	Enfermeiro Dietético		10:800\$0
22	Enfermeiros Encarregados	7:800\$0	171:600\$0
8	Enfermeiros de Obstetrícia	6:600\$0	52:800\$0
52	Enfermeiros	7:260\$0	377:520\$0
20	Enfermeiros Sociais	5:940\$0	118:800\$0
130	Enfermeiros Adjuntos	5:940\$0	772:200\$0
165	Enfermeiros Auxiliares	4:560\$0	752:400\$0
268	Praticantes de Enfermeiro	4:200\$0	1.125:600\$0
1	Enfermeiro Chefe Veterinário		10:800\$0
7	Enfermeiros de Veterinária	6:000\$0	42:000\$0
4	Praticantes de Enfermeiro de Veterinária	4:200\$0	16:800\$0

Pessoal operário:

(Oficina)

1	Mestre Geral		14:400\$0
1	Mestre de Construção Civil		12:000\$0
1	Mestre de Mecânica		12:000\$0
1	Fundidor		7:260\$0
1	Modelador		7:260\$0
1	Torneiro		7:590\$0
1	Torneiro		7:260\$0
1	Carpinteiro Naval		7:260\$0
1	Calafate Naval		6:600\$0
1	Caldeireiro de Cobre		7:260\$0
3	Carpinteiros	7:230\$0	21:780\$0
7	Carpinteiros	6:600\$0	46:260\$0
14	Eletricistas	7:260\$0	101:640\$0
5	Eletricistas	6:600\$0	33:000\$0

N.º	Cargos	Vencimentos	Total
1	Ferramenteiro		7:260\$0
2	Limadores	7:260\$0	11:520\$0
2	Limadores	6:600\$0	13:200\$0
2	Marceneiros	7:260\$0	14:520\$0
3	Marceneiros	6:600\$0	19:800\$0
6	Ajustadores	7:260\$0	13:560\$0
3	Maquinistas	7:590\$0	22:770\$0
9	Maquinistas	7:260\$0	65:340\$0
5	Bombeiros	6:270\$0	31:350\$0
5	Bombeiros	5:940\$0	29:700\$0
1	Ferreiro		6:270\$0
1	Ferreiro		5:940\$0
1	Funileiro		6:270\$0
2	Lustradores	6:270\$0	12:540\$0
3	Lustradores	5:940\$0	17:820\$0
1	Cutileiro		6:270\$0
1	Cutileiro		5:940\$0
2	Encarregados de Material	6:600\$0	13:200\$0
1	Estofador		6:600\$0
2	Estofadores	6:270\$0	12:540\$0
1	Marmorista		6:600\$0
1	Soldador		6:600\$0
3	Apontadores	6:600\$0	19:800\$0
3	Serralheiros	6:600\$0	19:800\$0
14	Pedreiros	6:600\$0	92:400\$0
12	Pedreiros	6:270\$0	75:240\$0
4	Pintores	7:260\$0	29:040\$0
8	Pintores	6:600\$0	52:800\$0

Rouparia Geral:

2	Encarregados de Lavandaria	10:800\$0	21:600\$0
1	Encarregado de Confecção e Reparos		10:800\$0
1	Roupeira Encarregada		7:800\$0
9	Roupeiras	5:280\$0	47:520\$0
1	Ajudante de Lavandaria		6:600\$0
4	Auxiliares de Lavandaria	5:280\$0	21:120\$0
9	Lavadores de Roupa	4:200\$0	37:800\$0
14	Passadeiras	4:200\$0	58:800\$0
20	Costureiras	4:800\$0	96:000\$0
9	Ajudantes de Roupeira	4:620\$0	41:580\$0

Cozinha:

1	Encarregado de Cozinha		12:000\$0
1	Dispenseiro		6:000\$0
10	Cozinheiros	6:000\$0	60:000\$0
30	Ajudantes de Cozinha	4:800\$0	144:000\$0

Operários auxiliares e trabalhadores:

2	Fiscal do Serviço de Salvamento	7:200\$0	14:400\$0
80	Auxiliares do Serviço de Salvamento	5:400\$0	432:000\$0
35	Padoleiros	5:400\$0	189:000\$0
11	Cabineiros	5:940\$0	65:340\$0
30	Telefonistas	7:200\$0	216:000\$0

N.º	Cargos	Vencimentos	Total
6	Guardas	5:280\$0	31:680\$0
14	Guardas Auxiliares	4:200\$0	58:800\$0
12	Guardiães	4:200\$0	50:400\$0
6	Barbeiros-cabelereiros	4:200\$0	25:200\$0
2	Marinheiros	5:500\$0	11:000\$0
1	Mestre de Lancha	7:700\$0
2	Motoristas de Lancha	7:260\$0	14:520\$0
6	Vigias	5:280\$0	31:680\$0
3	Vigias	4:800\$0	14:400\$0
3	Vigias	4:200\$0	12:600\$0
1	Encarregado de Conservação do Hos- pital Veterinário	9:000\$0
1	Encarregado da Conservação do Canil	7:200\$0
1	Corrieiro	4:620\$0
1	Feitor de Cocheira	5:940\$0
1	Ferrador	5:280\$0
1	Guarda Portão do Hospital Veteriná- rio	4:620\$0
80	Serventes	5:940\$0	475:200\$0
900	Trabalhadores	4:200\$0	3.780:000\$0

DECRETO-LEI N 872 — DE 19 DE NOVENBRO DE 1938

Transfere ao Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva o domínio útil de 3 lotes pertencentes à União

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica transferido o domínio útil dos lotes ns. 44, 42 e 43, da Quadra 4 do Cais do Porto, ao Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva, que utilizará a respectiva área na construção de sua sede.

Art. 2º. A edificação referida no artigo anterior só se iniciará depois de celebrado entre o Instituto e a União o contrato de enfiteuse, na forma da legislação em vigor.

Art. 3º. Caducará a transferência de que se trata si a construção da sede do Instituto não ficar ultimada no prazo de cinco anos, a contar da vigência do contrato de enfiteuse.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1938. 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS

Waldemar Falcão

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 873 — DE 19 DE NOVEMBRO DE 1938

Autoriza a aquisição de um prédio no Estado do Rio Grande do Sul, para sede do Estabelecimento de Subsistência da 3ª Região Militar

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica o Ministério da Guerra autorizado a adquirir para a União, com destino ao Estabelecimento de Subsistência da 3ª Região Militar, um prédio de propriedade de Pedro Fernandes Teixeira, à rua 7 de Setembro, em Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º. As despesas com a aquisição, na importância de 400:000\$0 (quatrocentos contos de réis), correrão por conta das economias verificadas nos Estabelecimentos de Subsistência ora em funcionamento (1ª, 2ª, 3ª, 5ª e 9ª Regiões Militares), em parcelas proporcionais aos mesmos.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de novembro de 1938. 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 874 — DE 21 DE NOVEMBRO DE 1938

Cria uma Caixa Econômica Federal, autônoma, no Estado do Rio de Janeiro, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando a conveniência para o interesse público de ser amparado o desenvolvimento das Caixas Econômicas através das diversas circunscrições estaduais, pela autonomia dos seus serviços e negócios, de modo que seja possível a realização de operações próprias, pelo emprego útil e providente dos depósitos;

Considerando que sob essa inspiração foi baixado o Regulamento das Caixas Econômicas Federais, que acompanhou o decreto número 24.427, de 19 de junho de 1934;

Considerando que o art. 76, do referido Regulamento, já havia recomendado ao Conselho Superior das Caixas Econômicas que provesse a organização das Caixas Econômicas atualmente anexas às Delegacias Fiscais, na forma do citado Regulamento;

Considerando que a acumulação da economia popular e das reservas de capitais, no Estado do Rio de Janeiro, já aconselha a criação de uma Caixa Econômica Federal autônoma, que sirva a todos os habitantes da referida circunscrição, decreta:

Art. 1º. É criada uma Caixa Econômica Federal no Estado do Rio de Janeiro, que desde logo se constituirá das Filiais da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, existentes nas cidades de Niterói e Petrópolis.

Parágrafo único. A Caixa Econômica Federal ora criada terá a denominação de Caixa Econômica Federal do Estado do Rio.

Art. 2.º Em cumprimento do que determina o art. 76, parágrafo único, do Regulamento baixado com o decreto n. 24.427, de 19 de junho de 1934, fica autorizado o Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro a promover a transferência para a responsabilidade da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio dos depósitos escriturados em relação ao movimento das suas filiais citadas, nas cidades de Niterói e de Petrópolis.

Parágrafo único. No total desses depósitos serão consideradas todas as importâncias deles retiradas para inversão em operações de crédito, realizadas no Estado do Rio de Janeiro, que assim passarão à responsabilidade da Caixa Econômica criada por este decreto-lei.

Art. 3.º As providências necessárias à execução deste decreto-lei, depois de homologadas pelo Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais, serão reguladas nos termos de escritura a ser assinada pelo Presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Rio de Janeiro, em nome do referido Conselho, juntamente com o Presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica Federal do Estado do Rio.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de novembro de 1938. 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 875 — DE 22 DE NOVEMBRO DE 1938

Dispõe sobre a fiscalização federal de todas as linhas e serviços da rede de viação férrea da "The Leopoldina Railway Company, Limited", relativa aos contratos de concessão celebrados entre essa Companhia e os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, e dá outras providências

O Presidente da República, tendo em vista os preceitos dos artigos 15, n. VII, e 16, n. XI, da Constituição, e a situação da rede ferroviária da "The Leopoldina Railway Company, Limited", formada de um conjunto de linhas sob diversos regimes de concessão do Governo Federal e dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro e sujeita a tripla fiscalização, com encargos correspondentes a cada uma dessas concessões e dificuldades para a administração; e

Atendendo à necessidade da unificação do regime de fiscalização, aplicação de tarifas e outras providências no sentido de facilitar os transportes e permitir, da forma mais conveniente e econômica e escoamento da produção das imensas zonas servidas por essa importante rede de viação; ainda,

Considerando que, com o grande desenvolvimento dessa rede ferroviária, de ligação do Distrito Federal aos referidos Estados e ao do Espírito Santo, verifica-se a transformação dos característicos das primitivas concessões, de interesse regional ou local, afirmando-se, com maior relevância, os interesses de ordem geral que ao Governo Federal compete atender, sem prejuízo dos direitos dos Estados com fundamento nos respectivos contratos, e

Usando da atribuição que lhe confere o art. 180. da mesma Constituição, decreta:

Art. 1º. As linhas férreas e serviços da "The Leopoldina Railway Company, Limited", de concessão dos Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, ficarão, dentro de dez (10) dias da publicação deste decreto-lei, sob a fiscalização exclusiva do Governo Federal, cessando, na mesma data, a fiscalização dos Governos dos referidos Estados.

§ 1º. O Ministro de Estado da Viação e Obras Públicas designará uma comissão para proceder ao imediato inventário geral de todas as propriedades e benfeitorias pertencentes às ditas linhas férreas, com o seu valor aproximado, apresentando relatório circunstanciado do estado de conservação das linhas e edifícios, oficinas, linhas telegráficas e telefônicas, e material rodante e de tração, assim como as condições de exploração do tráfego e outras ocorrências acauteladoras dos interesses da União, podendo os Estados interessados designar representantes que acompanhem os trabalhos da referida comissão.

§ 2º. Enquanto não se processarem os acordos para a unificação dos contratos referidos no art. 2º e até que sejam transferidas para a União as concessões das linhas estaduais, a "The Leopoldina Railway Company, Limited" ficará sujeita, exclusivamente, às autoridades federais, respondendo perante as mesmas pelo cumprimento das obrigações constantes dos contratos ou quaisquer ajustes celebrados com os Governos de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, assegurando o Governo Federal aos ditos Estados os direitos e quaisquer vantagens decorrentes das respectivas concessões.

Art. 2º. Fica autorizada a revisão de todos os contratos celebrados entre a "The Leopoldina Railway Company, Limited" e a União e os Estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, no sentido da sua unificação, sob o controle federal.

Art. 3º. Ficam extensivos a toda a rede de viação da "The Leopoldina Railway Company, Limited" o regulamento geral dos transportes, a classificação geral das mercadorias e taxas acessórias aprovados pelo Governo Federal para vigorarem nas estradas de ferro filiadas à Contadoria Geral dos Transportes, bem como as tarifas gerais e especiais em vigor nas linhas federais.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima,

Arthur de Souza Costa,

DECRETO-LEI N. 876 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1938

Dispõe sobre criação de uma comarca no Estado do Piauí

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando as razões expostas pelo Interventor Federal no Estado do Piauí para a criação da comarca de Periperi, conforme solicitou o Tribunal de Apelação do mesmo Estado;

Considerando ainda achar-se em fase preliminar a definitiva fixação do quadro territorial administrativo e judiciário da República a que se refere o decreto-lei n. 311, de 2 de março do corrente ano.

Decreta:

Artigo único. Fica considerada criada, para todos os efeitos, a partir de 22 de julho de 1938, a comarca de Periperi, no Estado do Piauí, de que trata o decreto n. 105, da mesma data, baixado pela Interventoria Federal do mesmo Estado, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO—LEI N. 877 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1938

Abre o crédito especial de 100:000\$, para ocorrer ao pagamento referente à ultimação de obras e despesas de instalação do Departamento Administrativo do Serviço Público, deduzindo essa importância da verba atribuída, no orçamento vigente, ao extinto Conselho Federal do Serviço Público Civil

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, resolve:

Art. 1.º Fica aberto o crédito especial de cem contos de réis (100:000\$) ao D. A. S. P., organizado pelo decreto-lei n. 579, de 30 de julho de 1938, para o pagamento referente à ultimação das obras e despesas da sua instalação.

Art. 2.º Para fazer face à despesa decorrente do presente decreto, ficam deduzidas dos incisos 01) e 02), da sub-consignação 3 — Ajudas de custo e diárias — da Consignação III — gratificações e auxílios — da Verba I — Pessoal — do orçamento vigente do extinto C. F. S. P. C., respectivamente, as importâncias de quarenta e sessenta contos de réis (40:000\$ e 60:000\$000).

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa

DECRETO—LEI N. 878 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1938

Cria um Consulado de carreira em Viena e extingue o Consulado em Budapeste

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º É criado um Consulado de carreira em Viena, com as dotações constantes do orçamento vigente.

Art. 2.º É suprimido o Consulado de carreira em Budapeste, ficando o serviço consular na Hungria a cargo da Missão Diplomática.

Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha

DECRETO-LEI N. 879 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1938

Torna sem aplicação a importância de 20:000\$000, na verba que especifica, do Ministério da Agricultura e abre o crédito especial de igual quantia para estudos de adaptação de motores a explosão ao sistema de gasogênio

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica sem aplicação na verba 5 — Obras, etc., sub-designação 1 — Obras novas, etc., do orçamento vigente do Ministério da Agricultura (Anexo 11, art. 3º, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937) a importância de 20:000\$000 (vinte contos de réis).

Art. 2.º Fica aberto pelo mesmo Ministério o crédito especial de 20:000\$000 (vinte contos de réis), para o custeio de todas as despesas, inclusive de aquisição do material necessário, relativas aos estudos de adaptação de motores a explosão ao sistema do gasogênio.

Parágrafo único. O emprego da importância acima será feito sob a forma de adiantamento.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 880 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1938

Cria um Consulado em Gdynia, República da Polônia

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica criado um Consulado de carreira na cidade de Gdynia, República da Polónia.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 881 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1938

Modifica o decreto-lei n. 680, de 12 de setembro de 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal;

Considerando que, em virtude de reclamações surgidas por parte de interessados, faz-se mister acrescentar ao decreto-lei n. 680 disposições que melhor o apropriem ao ponto de vista de interessados no comércio exportador de frutas cítricas, sem alterar o fundamento do aludido decreto; e,

Considerando ainda, que não importa a forma da caixa de colheita, porém as suas dimensões, dentro de uma cubagem exata, decreta:

Artigo único. Fica autorizada a utilização das caixas de colheita em uso, quaisquer que sejam as suas dimensões e formato, durante os anos de 1939 e 1940, desde que, nos contratos entre citricultores e exportadores, fiquem claramente estipuladas as dimensões da caixa de colheita utilizada pelo comprador e declarado o excedente a ser pago pela diferença entre as cubagens da caixa referida e da caixa-padrão instituída pelo decreto-lei n. 680, de 12 de setembro de 1938.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 882 — DE 23 DE NOVEMBRO DE 1938

Dispõe sobre o pessoal docente do Colégio Universitário da Universidade do Brasil

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º O pessoal docente, admitido pelo Ministério da Educação e Saúde, atualmente em exercício no Colégio Universitário da Universidade do Brasil, é considerado extranumerário-contratado, a contar da data da respectiva designação até 31 de dezembro do corrente ano.

Art. 2.º A remuneração desse pessoal será a que consta do edital de concurso, publicado no "Diário Oficial" de 1 de abril último.

Art. 3.º Para pagamento da remuneração vencida e vincenda ficam destacadas do orçamento de despesa do Ministério da Educação e Saúde e incorporadas à verba — "Pessoal Extranumerário", num total de mil trezentos e sessenta contos novecentos e dezessete mil e duzentos réis, as seguintes importâncias:

Da verba 1.ª, consignação II, sub-consignação 9 — Delegacias Federais de Educação	500:000\$000
Da Verba 1.ª, consignação IV, sub-consignação 16 — alínea 19 — Delegacias Federais de Educação	140:000\$000
Da Verba 5.ª, consignação I, sub-consignação 9 — alínea 01 — Secretaria de Estado.....	720:917\$200
	1.360:917\$200

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 883 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 5:110\$000, para pagamento de diferença de vencimentos

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de cinco contos, quatrocentos e dez mil réis (5:110\$000) para atender ao pagamento (Pessoal) de diferença de vencimentos que compete a Benedito Gentil Coelho Furtado, por ter servido, em caráter provisório, na Recbedoria do Distrito Federal, no período de 14 de julho a 25 de julho de 1932.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 884 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1938

Autoriza o Ministério da Viação a contratar com o Comptoir des Acieries Belges o fornecimento de trilhos e acessórios para a Estrada de Ferro Central do Brasil e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e tendo em vista os pareceres dos Ministérios da Fazenda e da Viação e Obras Públicas constantes do processo n. 26.088-38-MV., decreta:

Art. 1.º Fica o Ministério da Viação e Obras Públicas autorizado a contratar, no corrente exercício, com o Comptoir des Acieries Belges o fornecimento de 500.000 metros de trilhos, tipo A. S. C. E., de 100 libras por jarda (49,600 por metro), acompanhados dos respectivos sobressalentes, destinados à Estrada de Ferro Central do Brasil.

Parágrafo único. O contrato será feito em libras esterlinas, até o máximo de £ 466.000 (quatrocentos e sessenta e seis mil libras esterlinas) e o pagamento efetuado, parceladamente, durante os exercícios de 1939 a 1943, em mil réis papel, calculado à taxa de câmbio do dia em que for liquidado, sem garantia, por parte do Governo Federal, de concessão de cambiais.

Art. 2.º Para os fins a que se refere o parágrafo único do artigo anterior será pelo Ministério da Viação e Obras Públicas incluída anualmente, no orçamento da despesa, durante cinco exercícios, a partir de 1939, a dotação de 8.400:000\$000 (oito mil quatrocentos contos de réis), até 1943, inclusive.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 885 — DE 24 DE NOVENBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito suplementar de 60:000\$0 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de sessenta contos de réis (60:000\$000), para reforço das seguintes dotações do vigente orçamento daquele Ministério (Anexo n. 6 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937:

Verba 2 — Material

II — Material de Consumo

S/c. 8 — Medicamentos, drogas, etc.	
22) Serviço Gráfico	50:000\$0
S/c. 9 — Combustíveis, lubrificantes, etc.	
17) Serviço Gráfico	10:000\$0
	<hr/>
	60:000\$0

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 886 — DE 24 DE NOVENBRO DE 1938

Altera disposições do decreto-lei n. 592, de 4 de agosto de 1938, e estabelece os moldes por que se há de organizar a Comissão de Metrologia até à expedição do respectivo regulamento

O Presidente da República:

Considerando que é mister estabelecer os moldes a que deve obedecer a organização da Comissão de Metrologia criada pelo art. 12 do decreto-lei n. 592, de 4 de agosto de 1938, e à cuja aprovação prévia terá de ser submetido o ante-projeto do regulamento a expedir para boa execução do mesmo decreto-lei;

Considerando que igualmente se impõe a alteração de alguns prazos por esse decreto-lei fixados, devido à impossibilidade material de se dar, dentro deles, rigoroso cumprimento a prescrições ali contidas;

Considerando, mais, a conveniência de retificar certas disposições cuja discrepância das devidas normas já está verificada no estudo a que se vem procedendo para a elaboração do referido anteprojeto; e, finalmente,

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, resolve:

Art. 1º. No decreto-lei n. 592, de 4 de agosto de 1938, fica reduzido a trinta dias o prazo fixado na alínea *a* do art. 13 e elevado a seis meses o estabelecido pelo art. 40.

Art. 2º. Fica substituída, no decreto-lei n. 592, de 4 de agosto de 1938, a redação do art. 1º e seus parágrafos, do § 1º do art. 2º, do § 3º do art. 4º, do § 2º do art. 5º, da alínea *b* do art. 11, do § 1º do art. 12, do § 1º do art. 33 e do art. 35 e seus parágrafos pela seguinte:

Art. 1º. São consideradas legais no Brasil as unidades baseadas no sistema métrico decimal e nas resoluções das Conferências Gerais de Pesos e Medidas reunidas por força da Convenção Internacional do Metro de 20 de maio de 1875.

§ 1º Os nomes, as definições e os símbolos das unidades a que se refere este artigo deverão constar do quadro que o Governo organizará e expedirá com o regulamento que aprovar para execução do presente decreto-lei.

§ 2º O quadro a que este artigo se refere será revisto periodicamente de acordo com o presente decreto-lei.

§ 3º Nas revisões periódicas do quadro atender-se-á às decisões das Conferências Gerais de Pesos e Medidas reunidas por força da Convenção Internacional do Metro.

Art. 2º, § 1º. É tolerado, no entanto, o uso de unidades diferentes das do sistema legal:

a) em todo documento outorgado até à época mencionada no art. 32;

b) em todo documento de importação ou exportação, ou relativo a coisas ou pessoas que existam, ou tenham origem, em país onde seja legal ou tolerado legalmente qualquer sistema de unidades diferente do referido no art. 1º;

c) em documentos de caráter meramente científico ou técnico, bem como em outros documentos que não sejam diretamente relacionados com transações comerciais, a juízo da Comissão de Metrologia a que se refere o art. 12.

Art. 4º, § 3º. Determinados tipos de medidas e instrumentos de medir poderão ser isentos da exigência do exame inicial, a juízo do Instituto Nacional de Tecnologia.

Art. 5º, § 2º. Poderão ser isentos da exigência de aferição periódica determinados tipos de medidas e instrumentos de medir, a juízo do Instituto Nacional de Tecnologia.

Art. 11, alínea *b*) elaborar, e rever periodicamente, o regulamento e as instruções do presente decreto-lei, o quadro de unidades legais e a tabela de taxas e multas, anexos uma e outro ao aludido regulamento.

Art. 12, § 1º. Os membros efetivos, designados ou eleitos pelas entidades que representam, são:

a) dois representantes do Instituto Nacional de Tecnologia;

b) um representante, por Estado, dos respectivos órgãos metroológicos estaduais aos quais haja sido delegado o exercício de atribuições metroológicas nos termos do art. 17;

c) um representante, por Estado, dos respectivos órgãos metroológicos municipais aos quais haja sido delegado o exercício de atribuições metroológicas nos termos do art. 18;

d) um representante do Observatório Nacional;

- e) um representante da Casa da Moeda;
- f) tres representantes das Universidades do país, professores de física;
- g) um representante do Ministério da Educação e Saude;
- h) um representante do Ministério da Guerra;
- i) um representante do Ministério da Marinha;
- j) um representante do Ministério da Viação e Obras Públicas;
- k) um representante do Ministério da Fazenda;
- l) um representante da Academia Brasileira de Ciências;
- m) um único representante de todos os fabricantes de medidas e instrumentos de medir como tais registrados no Instituto Nacional de Tecnologia;
- n) um representante da Associação das Empresas de Serviços Públicos;
- o) um representante da Federação das Associações Comerciais;
- p) um representante da Confederação das Indústrias.

Art. 33, § 1º. Os órgãos e entidades a que se refere este artigo são considerados como órgãos executores submetidos à inspeção técnica do órgão ao qual caberá delegar-lhes atribuições nos termos dos arts. 17, 18, 19 e 20.

Art. 35. A partir da data que for fixada no acordo a que alude o art. 31 e até à época mencionada no art. 32, serão obrigatórias a aposição e inutilização, nos certificados ou recibos de aferição expedidos nos termos dos arts. 17 e 18, de estampilha federal do valor nominal de 5\$000 (cinco mil réis).

§ 1º. Em determinados casos poderá ser expedido um único certificado para mais de uma medida ou instrumento de medir, de acordo com o que nesse sentido prescrever o regulamento.

§ 2º. Enquanto vigorar o disposto neste artigo, caberá a cada órgão executor, nos termos dos arts. 17 e 18, a renda que for determinada pelo processo definido no art. 31 do presente decreto-lei.

§ 3º. Nos casos de infração deste artigo, além de se exigir o seu imediato e rigoroso cumprimento, será aplicada a pena de multa, em valor igual a dez vezes o da infração, cabendo ação sumária para a respectiva cobrança executiva.

Art. 3º. A Comissão de Metrologia, criada pelo art. 12 do decreto-lei n. 592, de 4 de agosto de 1938, ficará organizada segundo dispõem os parágrafos do presente artigo, até que seja expedido o regulamento para execução do mesmo decreto.

§ 1º. Serão livremente designados pelos diretores dos respectivos estabelecimentos os representantes a que se referem as alíneas a, d e e do § 1º do art. 12 e, nas mesmas condições, indicados pelas respectivas corporações os mencionados nas alíneas l, o e p do mesmo parágrafo.

§ 2º. Ao diretor de cada órgão metrológico estadual ao qual haja sido delegado o exercício de atribuições metrológicas cabe a designação do respectivo representante.

§ 3º. Aos diretores dos órgãos municipais de cada Estado aos quais haja sido delegado o exercício de atribuições metrológicas incumbe proceder à eleição do representante respectivo.

§ 4º. A designação dos representantes dos Ministérios de Educação e Saude, da Guerra, da Marinha, da Viação e Obras Públicas e da Fazenda será feita pelos próprios Ministros, devendo recair, respectivamente: em um professor de Universidade do Brasil, em um professor de Escola Técnica do Exército ou técnico do Serviço Geográfico Militar, em um professor da Escola Naval ou técnico da Divisão de Hidrografia, em um técnico da Inspetoria de Iluminação ou de outra repartição diretamente interessada em assuntos metrológicos, e em um técnico em assuntos fiscais.

§ 5.º A designação dos representantes das Universidades do País competirá ao Presidente do Conselho Nacional de Educação e deverá recair em professores de física das mesmas Universidades.

§ 6.º O representante mencionado na alínea *m* do § 1.º do art. 12 será escolhido, em eleição, pelos fabricantes de medidas e instrumentos de medir como tais registrados no Instituto Nacional de Tecnologia.

§ 7.º A Associação das Empresas de Serviços Públicos cabe indicar o respectivo representante.

§ 8.º Os representantes da Associação de Empresas de Serviços Públicos, da Federação das Associações Comerciais e da Confederação das Indústrias poderão ser estranhos aos quadros das respectivas corporações, devendo, porém, em qualquer caso, recair a designação em técnico em assuntos metrológicos.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1938. 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 887 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1938

Aprova alterações feitas no regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo a que se refere o decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º O regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo, aprovado pelo decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938 e retificado pelo de n. 828, de 1 de novembro corrente, será observado com as seguintes alterações:

1 — Ao art. 4.º, § 13:

Substitua-se a alínea III, pela seguinte:

III. Toalhas para piso de banheiro, banho, rosto ou mão, por unidade:

1.º. De algodão puro ou com outra qualquer matéria, exceto o linho:

a) até 0m,50 de comprimento e 0m,25 de largura.....	\$040
b) de mais de 0m,50 até 0m,90 de comprimento e de largura até 0m,65.....	\$100
c) de mais de 0m,90 até 1m,20 de comprimento e até 0m,65 de largura	\$200
d) de mais de 1m,20 até 1m,50 de comprimento e até 0m,65 de largura	\$300
e) de mais de 1m,20 até 1m,70 de comprimento e de mais de 0m,65.....	\$100
f) de outras quaisquer dimensões, no comprimento ou na largura	\$800
2.º. De linho puro, de qualquer tamanho	1\$000
3.º. De linho com outra matéria, de qualquer tamanho..	\$500

2 — Substitua-se o art. 5º pelo seguinte:

Art. 5º. O imposto, quando cobrado por guia, incidirá sobre a soma dos pesos ou das medidas dos objetos constantes de cada guia.

Art. 6º. As alterações ora aprovadas serão incorporadas ao referido regulamento na publicação a que se refere o art. 2º do citado Decreto-Lei n. 828 de 1 de novembro corrente.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 888 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Marinha, o crédito suplementar de réis 7.720:000\$000 às verbas que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Marinha, o crédito suplementar de sete mil, setecentos e vinte contos de réis (Réis 7.720:000\$0) em reforço das seguintes dotações do atual orçamento daquele Ministério (Anexo n. 9 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937).

Verba 1ª — Pessoal

V — Outras Despesas de Pessoal

S/C. 22 — Substituições:

02) — Do pessoal da Justiça Militar	20:000\$0
---	-----------

VI — Pensionistas

S/C. 25 — Pensões provisórias, etc. ...	200:000\$0
---	------------

VII — Inativos

S/C. 26 — Aposentados, jubilados, reformados, etc.	5.500:000\$0	5.720:000\$0
---	--------------	--------------

Verba 2ª — Material

II — Material de Consumo

S/C. 7 — Combustível, lubrificantes, etc.

04) — Aviação Naval	230:000\$0
---------------------------	------------

S/C. 11 — Alimentação, dietas, etc. ...	1.500:000\$0
---	--------------

II — Diversas Despesas

S/C. 12 — Iluminação, força motriz, etc.

01) — Dependências da Marinha	250:000\$0
-------------------------------------	------------

S/C. 15 — Aluguéis de casa	20:000\$0	2.000:000\$0
----------------------------------	-----------	--------------

		<u>7.720:000\$0</u>
--	--	---------------------

Resumo:

Pessoal	5.720:000\$0
Material	2.000:000\$0
	<hr/>
	7.720:000\$0

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 889 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1938

Eleva à categoria de Embaixada a representação diplomática do Brasil na Colômbia

O Presidente da República: \

Tendo em vista as crescentes e cordiais relações de amizade existentes entre o Brasil e a Colômbia e desejando ainda mais desenvolvê-las, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica elevada à categoria de Embaixada a representação diplomática do Brasil na República da Colômbia.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 890 — DE 24 DE NOVEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de 26.500:000\$0, á verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de vinte e seis mil e quinhentos contos de réis (26.500:000\$0), à sub-consignação n. 43, item 09) — Estrada de Ferro Central do Brasil, da consignação II — Pessoal Extranumerário, da Verba 1ª Pessoal, do vigente orçamento do mesmo Minis-

tério (Anexo n. 8, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937).

Rio de Janeiro, 24 de novembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 891 — DE 25 DE NOVEMBRO DE 1938

Approva a Lei de Fiscalização de Entorpecentes

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 180 da Constituição de 10 de novembro de 1937:

Considerando que se torna necessário dotar o país de uma legislação capaz de regular eficientemente a fiscalização de entorpecentes;

Considerando que é igualmente necessário que a legislação brasileira esteja de acordo com as mais recentes convenções sobre a matéria:

Resolve decretar a seguinte Lei de Fiscalização de Entorpecentes, que vai assinada por todos os Ministros de Estado:

CAPÍTULO I

DAS SUBSTÂNCIAS ENTORPECENTES EM GERAL

Artigo I

São consideradas entorpecentes, para os fins desta lei e outras aplicáveis, as seguintes substâncias:

Primeiro grupo:

- I — O ópio bruto, o ópio medicinal, e suas preparações, exceto o elixir paregórico e o pó de Dover.
- II — A morfina, seus sais e preparações.
- III — A diacetilmorfina, diamorfina (Heroína), seus sais e preparações.
- IV — A dihidromorfinona, seus sais, (Dilaudide) e preparações.
- V — A dihidrocodeinona, seus sais (Dicodide) e preparações.
- VI — A dihidro-oxicodeinona, seus sais (Eucodal) e preparações.
- VII — A tebafina, seus sais e preparações.
- VIII — A acetilo-dimetilo-dihidrolebfina, seus sais (Acediconá) e preparações.
- IX — A benzilmorfina, seus sais (Peronina) e preparações.
- X — A dihidromorfina, seus sais (Paramorfan) e preparações.
- XI — A N-orimorfina (Genomorfina) e preparações.
- XII — Os compostos N-osimorfinicos, assim como outros compostos morfínicos de azoto pentavalente e preparações.
- XIII — As folhas de coca e preparações.
- XIV — A Cocaína, seus sais e preparações.
- XV — A eegonina, seus sais e preparações.

XVI — O cânhamo *cannabis sativa* e variedade *indica* (Maconha, meconha, diamba, liamba e outras denominações vulgares).

XVII — As preparações com um equivalente em morfina superior a 0g,20 por cento, ou em cocaína superior a 0g,10 por cento.

Segundo grupo:

I — A etilmorfina e seus sais (Dionina).

II — A metilmorfina (Codeína) e seus sais.

§ 1.º As substâncias a que se refere o 2º grupo deste artigo serão sujeitas às exigências estabelecidas para as do 1º grupo, no que diz respeito à fabricação, transformação, refinação, importação, re-exportação, aos registros previstos nesta lei e à aquisição pelos estabelecimentos farmacêuticos e hospitalares de qualquer categoria.

§ 2.º Ao *Diretor do Departamento Nacional de Saúde*, de acordo com a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, a que se refere o art. 41 desta lei, compete baixar instruções especiais, de caráter geral ou regional, sobre o uso e o comércio de entorpecentes, as quais serão elaboradas pela *Socção de Fiscalização do Exercício Profissional*.

§ 3.º Essas instruções serão susceptíveis de posteriores revisões, quando for considerado oportuno, podendo, em qualquer tempo, ser introduzidas na relação das substâncias discriminadas neste artigo as modificações que se tornarem necessárias pela inclusão de outras substâncias que tiverem ação terapêutica semelhante ou de especialidades farmacêuticas que se prestarem à toxicomania.

CAPÍTULO II

DA PRODUÇÃO, DO TRÁFICO E DO CONSUMO

Artigo 2º

São proibidos no território nacional o plantio, a cultura, a colheita e a exploração, por particulares, da Dormideira "*Papaver somniferum*" e a sua variedade "Album" (*Papaveraceae*), da coca "*Erythroxylum coca*" e suas variedades (*Erythroxilaceae*) do cânhamo "*Cannabis sativa*" e sua variedade "Indica" (*Moraceae*) (Cânhamo da Índia, Maconha, Meconha, Diamba, Liamba e outras denominações vulgares) e demais plantas de que se possam extrair as substâncias entorpecentes mencionadas no art. 1º desta lei e seus parágrafos.

§ 1.º As plantas dessa natureza, nativas ou cultivadas, existentes no território nacional, serão destruídas pelas autoridades policiais, sob a direção técnica de representantes do Ministério da Agricultura, cumprindo a essas autoridades dar conhecimento imediato do fato à Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes.

§ 2.º Em se tornando necessário, para fins terapêuticos, fará a União a cultura das plantas dessa natureza, explorando-as e extraindo-lhes os princípios ativos, desde que haja parecer favorável da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes.

Artigo 3º

Para extrair, produzir, fabricar, transformar, preparar, possuir, importar, exportar, reexportar, expedir, transportar, expor, oferecer, vender, comprar, trocar, ceder ou ter para um desses fins, sob qualquer forma, alguma das substâncias discriminadas no artigo primeiro,

é indispensavel licença da autoridade sanitária, com o visto da autoridade policial competente, em conformidade com os dispositivos desta lei.

Artigo 4.º

A Secção de Fiscalização do Exercício Profissional do Departamento Nacional de Saude é a única repartição autorizada a *conceder certificados e autorizações de importação, exportação e reexportação* de substâncias entorpecentes a drogarias, laboratórios, farmácias e estabelecimentos fabris, quites dos impostos respectivos, que depositarem na Caixa Econômica Federal, a importância que lhes for arbitrada como caução de 10:000\$000 a 30:000\$000 para responder por eventuais multas e custas processuais, bem como por outras cominações.

§ 1.º Não pode ser concedido certificado de importação a quem haja sofrido condenação em qualquer processo criminal, principalmente si o processo tiver por causa infração prevista nesta lei, nem a sociedade comercial de que faça parte.

§ 2.º Os importadores que na data da publicação da presente lei tiverem caução inferior à quantia mínima estabelecida neste artigo, terão o prazo de três meses para elevá-la ao que for arbitrado pela autoridade sanitária; findo este prazo, sem satisfazer tal determinação, cessarão os seus direitos como importadores de entorpecentes.

Artigo 5.º

Da recusa ou cassação do *certificado ou da autorização de importação* cabe recurso, dentro de 30 dias, para a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, cuja decisão é irrecurável.

Artigo 6.º

Nos pedidos de *certificados de importação* dirigidos à Secção de Fiscalização do Exercício Profissional, serão discriminadas a natureza, a proveniência e a quantidade de cada um dos produtos a importar, durante o ano, a que se referir o pedido, assim como o nome da firma exportadora.

Parágrafo único. Os requerimentos para a obtenção de *certificados de importação* de entorpecentes para o ano seguinte deverão ser apresentados até o dia 31 de dezembro.

Artigo 7.º

Deferido o pedido, será fornecido ao requerente, pela Secção de Fiscalização do Exercício Profissional, o *certificado de importação*, intransferível, em 4 vias, de acordo com o modelo que for aprovado pela Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes. Dessas vias a primeira e a segunda ficarão arquivadas respectivamente naquella Secção e no estabelecimento importador, sendo a terceira remetida ao exportador e a quarta à autoridade encarregada da fiscalização de entorpecentes no país de onde se fizer a importação. Do *certificado* constarão os nomes do importador e exportador, o prazo de importação, a natureza e a quantidade das drogas entorpecentes

que, a critério da autoridade sanitária, poderão ser importadas durante o ano mencionado.

Parágrafo único. Este certificado só terá valor durante o ano para o qual foi concedido.

Artigo 8.º

Para a importação parcial ou total das substâncias entorpecentes constantes do respectivo *certificado de importação*, deverá o interessado requerer licença à Secção de Fiscalização do Exercício Profissional, que lhe fornecerá para tal fim a *autorização de importação*, em quatro vias, que terão destino igual às do certificado de importação. Esta autorização de importação será visada pela autoridade policial competente.

Parágrafo único. Nesta autorização serão discriminados os nomes do importador e do exportador, com os respectivos endereços, país de procedência, prazo da importação, natureza e quantidade dos entorpecentes a importar, bem como as respectivas embalagens.

Artigo 9.º

As substâncias a que se refere o artigo primeiro desta lei só poderão ter ingresso no território nacional pela Alfândega do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. Em relação a tais substâncias é absolutamente proibido:

- a) o despacho à ordem ou em consignação;
- b) a importação por via postal ou aérea.

Artigo 10

As substâncias entorpecentes só poderão ser retiradas da Alfândega do Rio de Janeiro mediante apresentação, para cada despacho, da Guia para Retirar Entorpecentes da Alfândega do Rio de Janeiro, visada pela Secção de Fiscalização do Exercício Profissional.

§ 1.º Para esse fim o interessado apresentará à Secção de Fiscalização do Exercício Profissional a fatura consular e comercial referente a cada despacho, devendo nela constar, minuciosamente, a natureza, procedência (fabricante e exportador), origem (nos casos exigidos) e quantidade dos produtos, bem como o ano e o trimestre a que se refere a autorização, afim de ser visada a Guia para Retirar Entorpecentes da Alfândega do Rio de Janeiro.

§ 2.º Os representantes consulares no exterior, aos quais compete fiscalizar a exportação para o Brasil, só expedirão a fatura consular quando apresentada pelo exportador ou representante do importador brasileiro a necessária autorização devidamente autenticada pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil.

§ 3.º Nos casos de importação dos entorpecentes referidos nesta lei, a fatura comercial não poderá incluir em sua discriminação mercadoria de outra natureza.

§ 4.º As substâncias, objeto de comércio previstos nas disposições acima, deverão ter embalagem em volumes de tipo uniforme, com característicos e dizeres especiais que, à simples vista, demonstrem a sua natureza.

§ 5.º Os volumes com embalagem característica da importação de entorpecentes, quando recebidos nos armazens da Alfândega do

Rio de Janeiro, depois de preenchidas as formalidades usuais para recebimento de quaisquer mercadorias, serão guardados debaixo de chave, sob immediata responsabilidade do fiel do armazem.

§ 6.º A entrega de tais volumes para conferência e consequente desembaraço será feita mediante as cautelas fiscaes que forem mandadas adotar pela Inspetoria da Alfândega do Rio de Janeiro.

Artigo 11

Os destinatários das substâncias referidas no art. 1.º e seus parágrafos deverão, dentro do prazo de três meses da entrada da mercadoria na Alfândega, apresentar a licença necessária para retirá-las ou reexportá-las, sem o que serão elas apreendidas e incorporadas ao *stock* do Estado.

§ 1.º Não é permitida a retirada de amostras dessas substâncias, salvo para exames officiaes de laboratório ou para classificação do produto, mediante solicitação feita à Secção de Fiscalização do Exercício Profissional.

§ 2.º As partidas de diacetilmorfina (Heroína) que se encontrarem nas condições deste artigo serão inutilizadas ou transformadas em morfina ou codeína, a critério da autoridade competente, e incorporadas ao *stock* do Estado, caso convenha o respectivo aproveitamento.

Artigo 12

A Alfândega do Rio de Janeiro não permitirá a retirada de substâncias entorpecentes em quantidades excedentes às fixadas nas Guias para Retirar Entorpecentes da Alfândega do Rio de Janeiro.

Parágrafo único. Si a quantidade importada exceder a indicada na Guia para Retirar Entorpecentes da Alfândega do Rio de Janeiro, o importador não poderá retirar o excesso e será obrigado a reexportá-lo, dentro do prazo de 30 dias, findo o qual será o mesmo apreendido e incorporado ao *stock* do Estado, sem prejuizo das penalidades previstas na presente lei.

Artigo 13

As substâncias entorpecentes, destinadas a quem não possuir *certificado de importação*, serão consideradas contrabando e, como tal, apreendidas e incorporadas ao *stock* do Estado, ficando os responsáveis, sujeitos às penalidades previstas nesta lei, e prevalecendo, em relação às substâncias por esse motivo apreendidas, o estabelecido no § 2º do art. 11.

Artigo 14

Em livro próprio na Secção de Fiscalização do Exercício Profissional, serão abertos títulos com os nomes dos importadores, em que serão lançados os *certificados de importação* expedidos e as autorizações de importação respectivas, afim de se verificar a observância da limitação anual constante dos certificados.

§ 1.º Em caso de necessidade, plenamente justificada e reconhecida, pela Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, a

Secção de Fiscalização do Exercício Profissional poderá fornecer ao importador um *certificado de importação* suplementar.

§ 2.º A escrituração do livro referido, compreendendo a expedição dos certificados de importação e das autorizações de importação, deverá ser trimestralmente conferida e visada pela autoridade sanitária competente, que remeterá, obrigatoriamente, o balanço à Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes.

Artigo 15

Todo estabelecimento químico ou farmacêutico, que pretenda fabricar por via sintética ou extrativa, transformar ou purificar, substâncias entorpecentes, necessita licença especial da Secção de Fiscalização do Exercício Profissional, ouvida a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes.

Artigo 16

As vendas das substâncias referidas no art. 1.º, às drogarias, estabelecimentos farmacêuticos, hospitalares, de pesquisas, ensino e congêneres, assim como serviços médicos, só poderão ser feitas quando estes estabelecimentos estiverem regularmente licenciados, e mediante requisição em tres vias, assinadas, datadas e autenticadas pelos respectivos responsáveis, visadas pela autoridade sanitária local competente, obedecendo ao que for determinado nas Instruções baixadas pelo Departamento Nacional de Saúde.

§ 1.º Essas requisições deverão ser escritas legivelmente, em papel timbrado, com indicação do nome, sede e firma dos estabelecimentos comprador e vendedor, discriminação das substâncias requisitadas, suas quantidades e embalagens, claramente expressas, por extenso, sem rasuras ou emendas, qualquer alteração no seu teor só podendo ser feita pela autoridade sanitária que as visar.

§ 2.º As requisições deverão ser atendidas fielmente e *in-totum* ressalvadas as alterações que pelas autoridades sanitárias nelas forem introduzidas.

§ 3.º As substâncias a que se refere o art. 1.º, quando transportadas, deverão ser sempre acompanhadas por uma das vias da requisição, devidamente visada, à qual serão apostos os dizeres: "Guia de trânsito de entorpecentes". Esta guia servirá de prova da legalidade da operação comercial em execução.

§ 4.º Os entorpecentes quando transportados sem guia de trânsito ou rótulo farmacêutico, referido no § 3.º do art. 26, excetuados os destinados a uso de urgência, quando transportados por médicos, serão apreendidos, incorrendo os portadores e seus mandatários nas penas cominadas ao comércio ilegal de entorpecentes.

Artigo 17

As drogarias e estabelecimentos farmacêuticos, hospitalares, de pesquisas, ensino e congêneres, assim como os serviços médicos que comprarem, venderem ou consumirem as substâncias arroladas no art. 1.º, possuirão livro especial, autenticado pela autoridade sanitária competente, destinado ao registro do movimento daquelas substâncias.

§ 1.º Esses livros, de modelo adotado pelo Departamento Nacional de Saúde serão escritos pelos responsáveis ou seus auxiliares

sob sua imediata responsabilidade, devendo neles ser fielmente registrados, logo após cada entrada ou saída de entorpecentes, com todos os detalhes, quantidade, proveniência ou destino, nome do vendedor ou comprador, sede do estabelecimento vendedor ou comprador ou residências do consumidor, nome do signatário do documento que autorize a saída ou consumo e qualquer outro esclarecimento útil ou necessário.

§ 2.º Esses livros, que deverão ser escriturados com correção, sem rasuras ou emendas, assim como os comprovantes de legalidade, de entradas e saídas, mapas e balanços de entorpecentes do estabelecimento serão examinados pelas autoridades sanitárias competentes, em suas inspeções regulares ou para atender a requisições da Polícia ou da Justiça, inclusive o Ministério Público, independentemente de qualquer procedimento judicial, sendo facultada a assistência da autoridade requisitante.

§ 3.º Nos exames acima referidos, serão consideradas as perdas próprias da manipulação farmacêutica.

§ 4.º Nos casos de falência ou de liquidação judicial de estabelecimento farmacêutico, hospitalar ou de qualquer outro em que existam substâncias entorpecentes, cumpre ao Ministério Público, ou *ex-officio* ao Juízo por onde correr o feito oficial às autoridades sanitárias competentes para que promovam desde logo, medidas necessárias ao recebimento em depósito das substâncias arrecadadas ou arroladas no acervo da liquidação.

§ 5.º Os leilões judiciais e administrativos para venda das substâncias a que se refere o § 4.º e das especialidades farmacêuticas que as contenham só poderão ser realizados no Distrito Federal, com a presença de um representante da Secção de Fiscalização do Exercício Profissional, e nos Estados com a da autoridade sanitária competente, só podendo licitar profissionais que previamente demonstrem sua regular habilitação.

Artigo 18

Os estabelecimentos citados no art. 16 oficiais ou não, devem manter arquivados os documentos comprobatórios da aquisição e destino das substâncias entorpecentes de que trata a presente lei.

Parágrafo único. Os estabelecimentos hospitalares e de pesquisas são obrigados a comunicar à autoridade sanitária competente, dentro dos dez primeiros dias de cada mês, a quantidade de entorpecentes aplicada no mês anterior e o *stock* restante.

Artigo 19

São documentos comprobatórios de legitimidade de procedência dos *stocks*: a) as certidões ou quartas vias de despachos fornecidos pela Alfândega do Rio de Janeiro; b) as terceiras vias das Guias para Retirar Entorpecentes da Alfândega do Rio de Janeiro; c) as requisições expedidas e visadas pela Autoridade sanitária competente, quando se tratar de transações realizadas no país.

Artigo 20

Ressalvadas as quantidades mínimas de entorpecentes que, de acordo com as tabelas organizadas pelas autoridades sanitárias, deverão existir nos estabelecimentos farmacêuticos, estes não poderão

possuir em *stock* as substâncias enumeradas no art. 1º em quantidades superiores às suas necessidades durante seis meses. Em casos excepcionais, a critério da autoridade sanitária competente, tal *stock* poderá atingir no máximo às necessidades de um ano, cientificada a autoridade policial competente.

Artigo 21

As substâncias entorpecentes, existentes nos estabelecimentos devidamente autorizados, serão, obrigatoriamente, guardadas sob chave, em local exclusivamente destinado a esse fim.

Artigo 22

Nos estabelecimentos farmacêuticos, hospitalares, de pesquisas, de ensino e congêneres, oficiais ou não, serão observadas rigorosamente as determinações desta lei.

Artigo 23

O comércio interestadual de substâncias entorpecentes depende do preenchimento das condições prescritas nesta lei e das "Instruções" que forem baixadas, como ainda da apresentação de requisições devidamente visadas pelas autoridades sanitárias locais.

§ 1.º As requisições de entorpecentes, procedentes dos Estados para o Distrito Federal e de uns para outros Estados, deverão ser feitas em 4 vias, que devem satisfazer às exigências estabelecidas no art. 16 e seus parágrafos.

§ 2.º Essas requisições serão apresentadas ao serviço sanitário estadual, que visará as quatro vias, arquivando a primeira. As tres restantes serão remetidas pelo interessado ao estabelecimento fornecedor, que as apresentará para o "VISTO" no Distrito Federal, à Secção de Fiscalização do Exercício Profissional, e, nos Estados, à autoridade sanitária competente, que arquivará a segunda via. A terceira ficará arquivada no estabelecimento fornecedor, sendo aposto na quarta via um carimbo com os dizeres "*Guia de trânsito de entorpecentes*" para acompanhar a mercadoria e satisfazer as exigências das autoridades policiais e fiscais.

§ 3.º A autoridade sanitária que modificar uma requisição já visada pela autoridade sanitária de outro Estado, deverá comunicar a esta a modificação feita e as razões que a determinaram.

§ 4.º Mensalmente as autoridades sanitárias do Distrito Federal ou do Estado que remeter substâncias entorpecentes a outros Estados, enviarão às autoridades sanitárias destes uma relação da mercadoria enviada no mês anterior, com discriminação das substâncias remetidas, suas quantidades e embalagens, nomes e endereços dos destinatários, assim como indicação da autoridade sanitária que tiver visado em primeiro lugar cada requisição.

§ 5.º No caso de devolução de qualquer substância entorpecente constante dessas requisições, ficará o comprador obrigado a comunicar o fato à autoridade sanitária local, que, além de cientificar à autoridade sanitária de onde proceder a mercadoria, lhe fornecerá uma guia de trânsito. Fica também obrigado o vendedor, ao receber as substâncias devolvidas, a dar ciência da ocorrência à autoridade sanitária local.

Artigo 24

A Secção de Fiscalização do Exercício Profissional apresentará à Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, para que sejam enviados ao Comité Central Permanente do Ópio da Liga das Nações, dentro dos prazos fixados pelas Convenções Internacionais, estatísticas trimestrais ou anuais referentes à importação, transformação, consumo e *stock* das substâncias entorpecentes em todo o país, bem como a avaliação das quantidades dessas substâncias, necessárias ao consumo do Brasil para o ano seguinte.

§ 1.º As autoridades sanitárias estaduais e do Território do Acre organizarão, por trimestres a terminar no último dia de março, junho, setembro e dezembro, balanços da entrada, transformação, consumo e *stock* das substâncias entorpecentes em todo o território sob sua jurisdição, de acordo com o modelo e as instruções adotadas, enviando-os à Secção de Fiscalização do Exercício Profissional até o décimo dia útil de maio, agosto, novembro, fevereiro, respectivamente.

§ 2.º No Distrito Federal, os balanços trimestrais serão organizados pela Secção de Fiscalização do Exercício Profissional.

§ 3.º De qualquer desses balanços e mapas serão remetidas cópias à autoridade policial competente, sempre que esta o solicitar.

Artigo 25

Os membros da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes fornecerão ao respectivo presidente, até 31 de janeiro de cada ano, os dados necessários à elaboração do relatório anual a ser enviado ao Comité Permanente do Ópio da Liga das Nações, para efeito do cumprimento das Convenções Internacionais.

Parágrafo único. As autoridades policiais dos Estados e do Território do Acre ficarão também obrigadas a fornecer ao presidente da referida comissão dados completos sobre as ocorrências relativas a entorpecentes.

Artigo 26

A venda ao público de qualquer das substâncias compreendidas no art. 1.º desta lei e seus parágrafos só é permitida às farmácias e mediante receita de facultativo com diploma registado no Departamento Nacional de Saúde e no Serviço Sanitário local. Tais receitas serão feitas quando necessário, de acordo com as instruções baixadas sobre o uso de entorpecentes, em papel oficial, fornecido pela autoridade sanitária competente, acompanhadas da justificação do emprego do medicamento, devendo ser escritas em caracteres legíveis, com indicação precisa dos nomes, sobrenomes e residências do médico e do doente e data da prescrição.

§ 1.º Tais receitas não serão, em caso algum, restituídas, mas, ato contínuo registradas, com o respectivo número de ordem, em livro especialmente destinado a esse fim, aberto, rubricado e encerrado pela autoridade sanitária competente, ficando arquivadas na farmácia.

§ 2.º Onde não houver autoridade sanitária pertencente ao quadro do funcionalismo público, a abertura, rubrica e encerramento dos livros nesta lei previstos, compete ao juiz togado de primeira instância, mais antigo na comarca ou Termo.

§ 3.º Do rótulo comercial farmacêutico, que deverá ser sempre aposto aos frascos ou caixas que contenham medicamento entorpecente entregue ao consumidor, constarão as indicações da receita sobre o modo de usar o medicamento assim como os nomes do doente e do médico que o prescreveu e o número de ordem a que se refere o § 1.º.

§ 4.º O papel oficial para o receituário de entorpecentes obedecerá o modelo que for aprovado em "Instruções" especiais, sendo um dos segmentos destinado à justificação do emprego da medicação, que deverá ser feita pelo médico perante a autoridade sanitária.

§ 5.º O papel oficial para o receituário de entorpecentes será fornecido gratuitamente pela repartição sanitária local aos médicos, cirurgiões dentistas e veterinários que estiverem regularmente autorizados ao exercício da profissão, cumprindo à autoridade sanitária local providenciar, desde logo sobre o seu suprimento.

§ 6.º As receitas, que contenham substâncias entorpecentes, constantes do art. 1.º serão sujeitas à fiscalização das autoridades sanitárias, de acordo com a legislação vigente e Instruções baixadas pelo Departamento Nacional de Saúde e Serviços Sanitários Estaduais.

CAPÍTULO III

A INTERNAÇÃO E DA INTERDIÇÃO CIVIL

Artigo 27

A toxicomania ou a intoxicação habitual, por substâncias entorpecentes, é considerada doença de notificação compulsória, em caráter reservado, à autoridade sanitária local.

Artigo 28

Não é permitido o tratamento de toxicômanos em domicílio.

Artigo 29

Os toxicômanos ou os intoxicados habituais, por entorpecentes, por inebriantes em geral ou bebidas alcoólicas, são passíveis de internação obrigatória ou facultativa por tempo determinado ou não.

§ 1.º A internação obrigatória se dará, nos casos de toxicomania por entorpecentes ou nos outros casos, quando provada a necessidade de tratamento adequado ao enfermo, ou for conveniente à ordem pública. Essa internação se verificará mediante representação da autoridade policial ou a requerimento do Ministério Público, só se tornando efetiva após decisão judicial.

§ 2.º A internação obrigatória por determinação do Juiz se dará ainda nos seguintes casos:

- a) condenação por embriaguez habitual;
- b) impronúncia ou absolvição, em virtude de derimento do artigo 27, § 4.º, da Consolidação das Leis Penais, fundada em doença ou estado mental resultante do abuso de qualquer das substâncias enumeradas nos arts. 1.º e 29 desta lei.

§ 3.º A internação facultativa se dará quando provada a conveniência de tratamento hospitalar, a requerimento do interessado, de seus representantes legais, cônjuge ou parente até o 4.º grau colateral inclusive.

§ 4º. Nos casos urgentes poderá ser feita pela polícia a prévia e imediata internação fundada no laudo do exame, embora sumário, efetuado por dois médicos idôneos, instaurando-se a seguir o processo judicial, na forma do § 1º deste artigo, dentro do prazo máximo de cinco dias, contados a partir da internação.

§ 5º. A internação prévia poderá também ser ordenada pelo juiz competente, quando os peritos, por ele nomeados, a considerarem necessária a observação médico legal.

§ 6º. A internação se fará em hospital oficial para psicopatas ou estabelecimento hospitalar particular submetido à fiscalização oficial.

§ 7º. O diretor de estabelecimentos, que receba toxicômanos para tratamento, é obrigado a comunicar às autoridades sanitárias competentes, no prazo máximo de cinco dias, a internação do doente e a quantidade de droga inicialmente ministrada, informando quinzenalmente qual a diminuição feita na toxi-privação progressiva, bem como qualquer outra ocorrência que julgar conveniente participar.

§ 8º. Em qualquer caso de internação de toxicômanos em estabelecimentos públicos ou particular, a autoridade sanitária comunicará o fato à autoridade policial competente e bem assim ao representante do Ministério Público.

§ 9º. O toxicômano ficará submetido ao regulamento do estabelecimento em que for internado, e do qual não poderá sair sem que o médico encarregado do tratamento ateste a sua cura. Caso o toxicômano ou pessoa interessada reclame a sua retirada antes de completada a toxi-privação o diretor do estabelecimento particular comunicará essa ocorrência às autoridades sanitárias competentes, que imediatamente providenciarão para a transferência do doente para outro estabelecimento.

Essa transferência se fará mediante guia, em que serão consignadas todas as informações relativas ao tratamento e à permanência do enfermo no estabelecimento de onde se retirou.

§ 10. A autoridade sanitária competente deverá ser sempre científica da concessão de alta ao toxicômano, e, por sua vez, comunicará o fato, reservadamente, à autoridade policial competente, para efeito de vigilância.

§ 11. A autoridade sanitária competente poderá, a qualquer momento, solicitar do diretor do estabelecimento público ou particular as informações que julgar necessárias e tomar medidas que considerar úteis à fiscalização e tratamento do internado.

§ 12. Todo o estabelecimento público ou particular terá um livro de registro especial para toxicômanos, em que serão consignados os informes relativos à história clínica e ao tratamento.

§ 13. O toxicômano, que se julgar curado e não houver obtido alta, poderá, por si, ou por intermédio de terceira pessoa, reclamar da autoridade judiciária competente a realização de exame médico, por profissionais especializados.

§ 14. O estabelecimento particular que não cumprir as determinações estatuídas nesta lei para internação e tratamento dos toxicômanos será passível de multa de um conto de réis a cinco contos.

§ 15. Serão passíveis das penalidades previstas no art. 3º desta lei os estabelecimentos particulares que, não sendo sujeitos à *fiscalização oficial*, receberem toxicômanos para tratamento.

Artigo 30

A simples internação para tratamento bem como interdição plena ou limitada, serão decretadas por decisão judicial, pelo tempo que os peritos julgarem conveniente segundo o estado mental do internado.

§ 1º. Será decretada em procedimento judicial e secreto a simples internação para tratamento, si o exame pericial não demonstrar necessidade de limitação de capacidade civil do internado.

§ 2º. Em casos de internação prévia, a autoridade que a houver ordenado promoverá, pelos meios convenientes a custódia imediata e provisória dos bens do internado.

§ 3º. Decretada a simples internação para tratamento, o juiz nomeará pessoa idônea para acautelar os interesses do internado. A essa pessoa cuja indicação é facultada ao internado, ficam apenas conferidos os poderes de administração, salvo a outorga de poderes expressos nos casos e na forma do artigo 1.295 do Código Civil, quando o juiz a autorize, de acordo com o laudo médico.

§ 4º. A alta do internado só poderá ser autorizada pelo juízo que houver decretado a internação e mediante novo exame pericial, que a justifique.

§ 5º. A internação limitada importa na equiparação do interdito aos relativamente incapazes, assim como a interdição plena o equipara aos absolutamente incapazes, respectivamente na forma dos artigos 6º e 5º do Código Civil.

Artigo 31

A interdição limitada não acarretará a perda de cargo público, mas obrigatoriamente, o licenciamento temporário, para tratamento de saúde, de acordo com as leis em vigor.

Artigo 32

O processo de internação é sumário e da competência do Juízo de Orfãos, que nomeará, para esse fim, um perito, de preferência especializado em psiquiatria, cabendo a nomeação de outro perito ao representante do Ministério Público.

§ 1º. No processo funcionará um curador à lide, sempre que o internado ou interditado, seus representantes legais, cônjuge ou parente até o quarto grau inclusive, não hajam constituído advogado para defendê-lo.

§ 2º. No caso de divergência de laudo, será permitido ao advogado do internado ou ao curador à lide indicar terceiro perito, também especializado, que falará nos autos, no prazo de cinco dias, a contar da data de sua citação.

§ 3º. Em todos os termos do processo será ouvido o representante do Ministério Público, sob pena de nulidade.

CAPÍTULO IV

DAS INFRAÇÕES E SUAS PENAS

Artigo 33

Facilitar, instigar por atos ou por palavras, a aquisição, uso, emprego ou aplicação de qualquer substância entorpecente, ou, sem as formalidades prescritas nesta lei, vender, ministrar, dar, deter,

guardar, transportar, enviar, trocar, sonegar, consumir substâncias compreendidas no art. 1.º ou plantar, cultivar, colher as plantas mencionadas no art. 2.º, ou de qualquer modo proporcionar a aquisição, uso ou aplicação dessas substâncias — penas: um a cinco anos de prisão celular e multa de 1:000\$000 a 5:000\$000.

§ 1.º. Se o infrator exercer profissão ou arte, que tenha servido para praticar a infração ou que tenha facilitado — pena: além das supra indicadas, suspensão do exercício da arte ou profissão, de seis meses a dois anos.

§ 2.º. Sendo farmacêutico o infrator — penas: dois a cinco anos de prisão celular, multa de 2:000\$000 a 6:000\$000 — além da suspensão do exercício da profissão por período de tres a sete anos.

§ 3.º. Sendo médico, cirurgião dentista ou veterinário o infrator — pena: de tres a dez anos de prisão celular, multa de 3:000\$000 a 10:000\$000 além da suspensão do exercício profissional de quatro a dez anos.

Artigo 31

Sugerir ou procurar satisfação de prazeres sexuais, nos crimes de que trata esta lei, constituirá circunstância agravante.

Artigo 35

Ter consigo qualquer substância compreendida no artigo primeiro e seus parágrafos, sem expressa prescrição de médico ou cirurgião dentista, ou possuir em seus estabelecimentos, sem observância das prescrições legais ou regulamentares qualquer das referidas substâncias entorpecentes — pena: um a quatro anos de prisão celular e multa de 1:000\$000 a 5:000\$000.

Artigo 36

Aproveitar ou consentir que outrem se aproveite por qualquer motivo ou para qualquer fim, de estabelecimento, edificio ou local, de que tenha propriedade, direção, guarda ou administração, para aí facultar a alguém o uso ou guarda de qualquer substância entorpecente, sem as formalidades desta lei — penas as do art. 35, com aumento da terça parte.

Parágrafo único. O estabelecimento no qual se verifique, em reincidência, algum dos fatos previstos nos dispositivos supra, será fechado definitivamente pela policia, à requisição da autoridade sanitária, provadas a autoria, co-autoria ou cumplicidade dos seus diretores.

Artigo 37

O médico, cirurgião dentista ou veterinário que sem causa plenamente justificada, prescrever continuamente ou em doses exageradas as substâncias a que aludem o artigo 1.º e seus parágrafos desta lei, será declarado suspeito pela Secção de Fiscalização do Exercício Profissional, ou pela autoridade sanitária local, ficando o seu receituário sujeito à fiscalização especial e rigorosa. Verificadas, em inquérito administrativo, irregularidades no seu receituário, ser-lhe-á cassada a faculdade de prescrição das mesmas substâncias, sem prévia autorização sanitária, ficando as farmácias proibidas de aviar suas receitas sem o "visto" da autoridade sanitária local.

Artigo 38

Importar entorpecentes por via aérea, postal ou com inobservância de qualquer das formalidades da presente lei — pena: quatro anos de prisão celular, além das penas fiscais (art. 59, § 4º, da Consolidação das Leis Penais).

Parágrafo único. Os funcionários ou empregados de empresas de transporte que auxiliarem ou facilitarem a importação ou despacho de entorpecentes contra os dispositivos desta lei, ou neles consentirem, serão punidos como co-autores da infração.

Artigo 39

Ao responsável, à firma proprietária ou a qualquer pessoa que infringir qualquer dos artigos da presente lei ou das "Instruções" baixadas em virtude dela, excetuados aqueles com pena já prevista, será aplicada a multa de 100\$000 a 2:000\$000 e o dobro nas reincidências.

Artigo 40

As multas previstas nesta lei serão impostas pelas autoridades sanitárias competentes, de acordo com as respectivas legislações em vigor.

Artigo 41

Não satisfeitas as multas, nos prazos legais ou regulamentares serão as mesmas cobradas executivamente, independentemente de inscrição no Tesouro Nacional, no Distrito Federal, e nas Delegacias Fiscais, nos Estados.

Parágrafo único. A cobrança executiva será efetuada pelos Procuradores da República, seus adjuntos ajudantes, servindo de título habil o auto de infração.

Artigo 42

Em todos os casos desta lei, si o infrator exercer função pública será suspenso por tempo indeterminado, com perda de todos os vencimentos, logo que denunciado; si definitivamente condenado, além da pena correspondente à infração cometida perderá a função e se esta for em serviço ou repartição sanitária, a pena será majorada de uma sexta parte.

Artigo 43

Nos crimes previstos nesta lei, não terá lugar a suspensão da execução da pena nem o livramento condicional.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 44

A Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, criada pelo decreto n. 780, de 28 de abril de 1936, que fica mantido com as modificações nele introduzidas, terá a seu cargo o estudo e a fi-

xação de normas gerais, de ação fiscalizadora sobre o cultivo, extração, produção, fabricação, posse, oferta, venda, compra, troca, cessão, transformação, preparo, importação, exportação, re-exportação, bem como repressão do tráfico e uso ilícito de drogas entorpecentes, incumbindo-lhe todas as atribuições decorrentes dos objetivos gerais, visados pelo referido decreto, bem como zelar pelo fiel e cabal cumprimento da presente lei.

§ 1.º O Ministério das Relações Exteriores baixará o regulamento referente à organização, atribuições e funcionamento da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes.

§ 2.º Correrá por conta do orçamento do Ministério das Relações Exteriores a verba anual de 30:000\$000 para atender às despesas gerais da Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes.

Artigo 45

Nos Estados e no Território do Acre serão organizadas Comissões estaduais nos moldes do Comissão Nacional com jurisdição nos respectivos territórios, as quais se entenderão diretamente com a Comissão Nacional, a que ficam subordinadas e, excepcionalmente, nos casos de urgência, com as dos Estados vizinhos.

Parágrafo único. Das Comissões estaduais farão obrigatoriamente parte o Diretor do Serviço Sanitário Estadual, o Chefe da Segurança Pública, um representante do Departamento Nacional de Saúde, designado pelo respectivo Diretor, o Procurador Seccional da República e um representante da classe médica da Capital do Estado, escolhido em lista triplíce apresentada pelo Serviço Sanitário Estadual, à Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes.

Artigo 46

A Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes e as Comissões Estaduais gozarão, no território da República, de franquia postal telegráfica e radiotelegráfica, para tratarem de assunto urgente e afimente às suas funções e atividades.

Artigo 47

As autoridades sanitárias competentes poderão estabelecer, ouvida a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, a limitação do "stock" nos estabelecimentos devidamente autorizados, de qualquer das substâncias entorpecentes de que trata a presente lei.

Artigo 48

A Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes cabe coordenar todos os dados estatísticos e informativos colhidos no país, relativos às operações comerciais e às infrações aos dispositivos da presente lei, para fins de comunicação e permuta com as instituições estrangeiras e internacionais.

Artigo 49

A indústria, o comércio e o consumo das substâncias entorpecentes e congêneres, em qualquer de suas modalidades, ficam rigorosamente sujeitos às disposições constantes das Convenções Interna-

cionais relativas à matéria em que o Brasil seja Parte contratante, bem como as previstas na presente lei e nas Instruções aprovadas pela Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes.

Artigo 50

Os reponsaveis pelos estabelecimentos farmacêuticos de qualquer natureza são obrigados a apresentar à autoridade sanitária competente, até o 5º dia útil de cada mês, uma relação das vendas de entorpecentes efetuadas no mês anterior a outros estabelecimentos farmacêuticos, hospitalares, de pesquisas, ensino ou congêneres, assim como aos serviços médicos.

Artigo 51

Os responsáveis por estabelecimentos farmacêuticos de qualquer natureza são obrigados a apresentar à autoridade sanitária competente, até o 5º dia útil dos meses de janeiro, abril, julho e outubro, um balanço geral, correspondente ao trimestre anterior, relativo a substâncias entorpecentes e a especialidades farmacêuticas que as contiverem com as respectivas doses.

§ 1º. Além do balanço trimestral, os responsáveis por estabelecimentos farmacêuticos, de qualquer natureza, ficam obrigados a apresentar, à autoridade competente, até o dia 10 de janeiro de cada ano, improrrogavelmente, um balanço geral do movimento dos produtos entorpecentes, durante o ano anterior, com todos os esclarecimentos necessários.

§ 2º. A falta de remessa, nos prazos estipulados, dos mapas, relações e balanços referidos neste e nos artigos anteriores, acarretará, além das penalidades previstas no art. 39, a juízo da autoridade sanitária, e enquanto não for feita a remessa, a suspensão do "Visto" nas requisições de entorpecentes em que figure como comprador ou vendedor o estabelecimento faltoso.

Artigo 52

Os estabelecimentos farmacêuticos de qualquer natureza, situados fora do Distrito Federal, devem remeter os seus balanços em duplicata, dentro do prazo estipulado nesta lei, às autoridades sanitárias estaduais competentes, que, após a correção das irregularidades por ventura neles existentes, arquivarão uma das vias, encaminhando a outra à Seção de Fiscalização do Exercício Profissional, quando isso for solicitado.

Artigo 53

Os responsáveis pelo estabelecimento em que se fabriquem produtos ou especialidades farmacêuticas em cuja composição figurem entorpecentes, ficam obrigados a especificar nos balanços que apresentarem, as quantidades de drogas ou matérias primas estupefacientes adquiridas, vendidas ou utilizadas, e as quantidades e o destino dos produtos manufaturados com essas drogas ou matérias primas.

Artigo 54

Os balanços e relações de venda referidos nos artigos anteriores, que deverão ser perfeitamente exatos e fiéis, serão apresentados em

mapas de modelos aprovados pela autoridade competente, datados e assinados pelo respectivo responsável e pela firma proprietária do estabelecimento.

Artigo 55

Os dispositivos desta lei, referentes a balanços, relações de venda, mapas e estatísticas sobre entorpecentes, devem ser rigorosamente observados pelos estabelecimentos farmacêuticos e hospitalares oficiais (federais, estaduais e municipais), civis ou militares, bem como pelos estabelecimentos de ensino, de pesquisas e congêneres, devendo esses documentos ser remetidos à autoridade sanitária competente nos prazos previstos nesta lei.

Artigo 56

As altas autoridades sanitárias do Exército e da Marinha competirá a execução dos dispositivos aplicáveis da presente lei às forças armadas sob sua alçada, enviando anualmente à Secção de Fiscalização do Exercício Profissional um balanço geral de entrada, consumo e *stock* de entorpecentes em mapa de modelo aprovado pela Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes.

Artigo 57

As autoridades sanitárias, policiais ou alfandegárias organizarão estatísticas, registros e demais informes inerentes às suas atividades, com as observações e sugestões que julgarem pertinentes à elaboração do relatório que a Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes enviará, anualmente, ao Comité de Ópio de Genebra.

Parágrafo único. Os dados referidos neste artigo serão apresentados àquela Comissão, até 31 de janeiro.

Artigo 58

Toda a substância entorpecente, apreendida por infração de qualquer dos dispositivos desta lei será obrigatoriamente remetida pela autoridade que houver feito a apreensão à Secção de Fiscalização do Exercício Profissional, cabendo a esta providenciar sobre o seu arrolamento e incorporação ao *stock* do Estado.

Artigo 59

As máquinas e demais utensílios, que servirem para o preparo, comércio e uso clandestino de substâncias entorpecentes, serão igualmente apreendidas, e remetidas à Secção de Fiscalização do Exercício Profissional que providenciará sobre o seu destino.

Artigo 60

Os laboratórios ou fabricantes de produtos, preparações ou especialidades farmacêuticas, que contenham substâncias consignadas nas tabelas das "Instruções sobre o uso e comércio de entorpecentes", ficam obrigados a fazer registrar nos rótulos e bulas o respectivo teor de entorpecentes e a padronizar as embalagens das especialidades farmacêuticas que as contiverem, de acordo com o que estabelecer a Secção de Fiscalização do Exercício Profissional.

Artigo 61

É proibido, sob qualquer forma ou pretexto, distribuir amostras para propaganda de produtos ou especialidades farmacêuticas entorpecentes, só se permitindo anúncio dos mesmos em jornais científicos ou publicações técnicas.

Artigo 62

Os preparados oficiais e as especialidades farmacêuticas, sujeitos à fiscalização especial, pela sua natureza entorpecente, só poderão ser fabricados em laboratórios químico-farmacêuticos, providos de licença especial, anualmente renovada, concedida pela autoridade sanitária competente.

Parágrafo único. Tais estabelecimentos estão sujeitos às disposições constantes das Convenções internacionais relativas à matéria, em que o Brasil seja parte contratante, bem como às previstas na presente lei e nas "Instruções", que forem aprovadas pela Comissão Nacional de Fiscalização de Entorpecentes, ficando ainda obrigados a apresentar balanços especiais, dentro dos prazos previstos nesta lei.

Artigo 63

As autoridades sanitárias e policiais prestarão auxílio recíproco nas diligências que se tornarem necessárias ao bom cumprimento dos dispositivos desta lei, atendendo prontamente às solicitações que nesse sentido forem feitas.

Parágrafo único. As investigações procedidas por essas autoridades serão feitas sob sigilo até o encerramento das diligências e remessa dos autos a juízo, não podendo até então ser divulgada qualquer notícia a respeito.

Artigo 64

Não caberá ao infrator dos dispositivos da presente lei direito algum de reclamar indenização da Fazenda Nacional pela aplicação e execução do que determinam os seus artigos e parágrafos.

Artigo 65

Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 25 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

Gustavo Capanema.

Francisco Campos.

Henrique A. Guilhem.

Eurico Gaspar Dutra.

Fernando Costa.

João de Mendonça Lima.

Waldemar Falcão.

Arthur de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 892 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1938

Torna extensiva à guarnição militar de Belém do Pará as vantagens estabelecidas no decreto-lei n. 64, de 14 de dezembro de 1937

O Presidente da República, no uso das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, e atendendo a que o padrão de vida em Belém do Pará se equipara ao das localidades cujas guarnições percebem a gratificação adicional de 20 % estabelecida pelo decreto-lei n. 64, de 14 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Aos oficiais e praças do Exército que servem em Belém do Pará cabe o abono da quota adicional de 20 % de que trata o decreto-lei n. 64, de 14 de dezembro de 1937.

Parágrafo único. O pagamento dessa quota se efetuará a partir de 1 de julho do corrente ano.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 893 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1938

Dispõe sobre o aproveitamento agrícola da Fazenda Nacional de Santa Cruz e de outros imóveis da União

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição:

Considerando a necessidade de incentivar o aproveitamento da Fazenda Nacional de Santa Cruz e de outros imóveis da União situados na Baixada Fluminense e beneficiados pelas obras de saneamento que o Governo aí vem realizando;

Considerando que não tem dado bom resultado o regime de arrendamentos e aforamentos e que, por outro lado, do desenvolvimento da pequena propriedade nessa região deverão resultar vantagens consideráveis para o abastecimento da Capital da República e zonas adjacentes;

Considerando que é preciso pôr termo à ocupação indébita dessas terras, pertencentes à União por títulos inequívocos;

Decreta:

Art. 1.º Esta lei regula o aforamento, a desapropriação, a venda e a exploração agrícola das terras da Fazenda Nacional de Santa Cruz e de outras pertencentes à União.

Art. 2.º Os foreiros, arrendatários, possuidores, ocupantes e quantos se julguem com direito a qualquer porção de terras na Fazenda Nacional de Santa Cruz e em outros imóveis da União situados na Baixada Fluminense ficam obrigados a exhibir os títulos em que fundam o seu direito a uma das comissões especiais que, para esse fim, serão nomeadas pelo Presidente da República.

Parágrafo único. A exibição dos títulos será feita dentro do prazo de tres meses, marcado por editais publicados no "Diário Oficial" e em dois jornais de grande circulação.

Art. 3º. As comissões a que se refere o artigo anterior examinarão os títulos apresentados e decidirão quanto à sua legitimidade, remetendo em seguida os processos ao diretor do Domínio da União, que providenciará para o cumprimento das decisões.

§ 1º. O critério para o julgamento da legitimidade dos títulos, respeitado o disposto na presente lei, será o da lei n. 604, de 18 de setembro de 1850, e do regulamento aprovado pelo decreto número 1.318, de 30 de janeiro de 1854.

§ 2º. A Fazenda Nacional de Santa Cruz é a descrita no art. 1º do decreto de 25 de novembro de 1830, e os seus limites acham-se demarcados na planta anexa.

Art. 4º. Não apresentados os títulos, ou não reconhecidos como legítimos, a União se investirá *ipso facto* na posse das terras ressalvadas as preferências concedidas por esta lei.

Parágrafo único. Não caberá, em consequência do disposto neste artigo, ação judicial para reivindicação de domínio.

Art. 5º. A medida que as terras respectivas se tornarem necessárias aos serviços da União, os aforamentos existentes serão extintos nas seguintes condições:

1º, a União pagará:

a) quarenta vezes o valor da última taxa de foros aos que nunca tiverem feito transmissão do domínio útil das terras aforadas, compreendidos neste caso os possuidores por herança ou doação;

b) o valor equivalente ao pago pelo foreiro, quando tenha obtido, por compra, a concessão do aforamento, provada esta com a apresentação do recibo do pagamento do laudêmio;

2º, para o respectivo processo, quando não houver planta especial das terras, bastará cópia autêntica da inscrição que serviu de base para a concessão do aforamento.

Art. 6º. As terras cujos aforamentos caírem em comisso passarão para o domínio pleno da União, indenizadas as benfeitorias; podendo o foreiro adquirir o domínio direto, de acordo com o disposto no art. 13, uma vez pagos, também, os foros em atraso, e desde que não contrarie o plano de colonização estabelecido pelo Governo.

Parágrafo único. Ficam extintos os aforamentos que nesta data já tiverem caído em comisso, sendo lícito aos foreiros, ressalvado o disposto no art. 23, e dentro do prazo de seis meses, regularizá-los e adquirir o domínio pleno, deduzido do preço o valor das benfeitorias que tiverem realizado.

Art. 7º. A União investir-se-á, independentemente de qualquer formalidade e mediante o pagamento do preço da aquisição, de acordo com o art. 685 do Código Civil, na posse das terras que tenham sido objeto de venda ou cessão sem sua prévia audiência.

Art. 8º. Ao dono de benfeitorias que, embora sem título legítimo de propriedade, estiver cultivando, por si e regularmente, terras compreendidas na definição do art. 2º, fica assegurada preferência para a sua aquisição. Si não quiser gozar dessa preferência terá direito à indenização das benfeitorias.

Art. 9º. As benfeitorias serão indenizadas da seguinte forma:

1º, a avaliação far-se-á administrativamente, tomando-se por base, tanto quanto possível, o lançamento do imposto territorial no exercício anterior ao desta data;

2º, não havendo acordo quanto à avaliação por via administrativa, proceder-se-á à avaliação judicial.

Parágrafo único. Homologado o laudo, no caso do n. 1, e feito o pagamento, ou depósito da quantia arbitrada, a União entrará imediatamente na posse das terras, por mandado judicial de que não haverá recurso. Da mesma forma se procederá quando, no caso do n. 2, o interessado tentar embarçar a posse das terras pela União.

Art. 10. Não serão indenizadas, nem poderão ser removidas as benfeitorias feitas depois desta data por ocupantes de terras da União sem título legítimo.

Art. 11. As terras de que trata esta lei, excetuados os terrenos de marinha, e acrescidos, não poderão ser concedidas em aforamento; pena de nulidade.

Art. 12. Cabe à Diretoria do Domínio da União, com audiência prévia do Ministério da Agricultura e sem as formalidades de hasta pública, providenciar pela regularização das posses e venda das terras referidas no art. 2º.

Art. 13. O ocupante que possua em nome próprio, há mais de ano e dia, um trato de terras, com morada habitual e cultura efetiva, não sendo proprietário urbano ou rural, poderá adquirir até 20 hectares, devidamente demarcados.

Art. 14. As vendas a não ocupantes só serão feitas depois de organizados os planos de colonização pelo Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. Todos os processos em andamento ficam cancelados, não cabendo aos requerentes qualquer direito ou preferência.

Art. 15. As vendas serão sempre feitas a prazo, condicionadas à exploração agrícola, e de acordo com as seguintes normas:

1º, todos os contratos serão feitos com expressa proibição, sob pena de nulidade, de revenda em lotes cujas dimensões não se prestem à cultura, a juízo do Ministério da Agricultura;

2º, só em casos excepcionais, a juízo do mesmo Ministério, e tendo-se em vista, tão somente, as vantagens da exploração agrícola, poderão ser vendido a uma só pessoa mais de 20 hectares;

3º, a transferência dos contratos só poderá ser feita mediante anuência do Governo, condicionada à continuidade da exploração e à conservação da medida das áreas que se prestem a esta finalidade; de igual modo, nenhum proprietário poderá receber, a título oneroso ou gratuito, terras que, somadas às suas, excedam o limite indicado no item anterior;

4º, a falta do cumprimento de quaisquer das cláusulas do contrato importará a sua rescisão, investindo-se a União na posse das terras por mandado judicial, notificado o contratante;

5º, é facultado ao adquirente liquidar o débito, no todo ou em parte, antes do termo do contrato, e satisfeitas as suas condições.

Ser-lhe-à, nesse caso, concedido o seguinte abatimento:

a) de 1 % ao mês, sobre a quantia em débito, si o prazo restante for inferior a um ano;

b) de 12 % sobre a mesma quantia, si o prazo restante for igual ou superior a um ano;

6º, se o adquirente falecer deixando benfeitorias apreciáveis, ou cultura, e tiver pago pelo menos tres prestações, serão dispensadas, em favor da viúva e dos filhos, as prestações ainda não vencidas, expedindo-se em seu nome o título de domínio.

Art. 16. As propriedades legítimas e os terrenos aforados em dia com o pagamento de foros, quando necessários aos serviços da União, serão desapropriados, total ou parcialmente, na forma da lei, obedecendo a avaliação ao disposto no art. 5º.

Art. 17. Alegada urgência pela União, caso não se verifique acordo sobre a indenização e prévio pagamento do preço, será depositada a importância que for arbitrada por dois peritos nomeados pelo juiz entre engenheiros ou agrônomos.

§ 1º. Havendo desacordo entre os peritos, será calculado o valor médio entre as duas avaliações.

§ 2º. Depositada a importância, será imediatamente expedido e cumprido o mandado de imissão de posse, prosseguindo-se no processo de desapropriação pela forma estabelecida na legislação em vigor e procedendo-se a nova avaliação si a anterior não atender aos interesses de qualquer das partes.

§ 3º. Quando forem diversos os proprietários e distintas as propriedades, poder-se-ão, depois de feita a imissão plena, constituir processos em separado.

Art. 18. Não poderá ser tomada contra a União qualquer medida judicial que perturbe a livre disposição das terras a que se refere esta lei.

Art. 19. Aos proprietários que cumprirem o disposto nesta lei é concedida, por cinco anos, para suas terras e culturas, bem como para os produtos destas, e os veículos destinados ao seu transporte, isenção de todos os impostos e taxas devidos à União e à Prefeitura do Distrito Federal, inclusive o imposto territorial.

Com o mesmo fim, o Ministério da Agricultura fica autorizado a entrar em acordo com o Estado do Rio de Janeiro, mediante cessão de terras ou outras compensações.

Art. 20. Para cumprimento desta lei, a Diretoria do Domínio da União levantará, dentro de seis meses, as seguintes relações:

1ª, dos proprietários alodiais e dos foreiros com os respectivos títulos perfeitamente regularizados na data da publicação desta lei:

2ª, dos contratos de aforamento caídos em comisso;

3ª, dos simples arrendatários;

4ª, dos posseiros sem títulos, com as indicações que for possível obter sobre as benfeitorias;

5ª, das propostas de compra;

6ª, dos terrenos vagos que possam ser vendidos a não ocupantes.

Art. 21. O Ministério da Agricultura elaborará o plano de colonização e aproveitamento das terras, estabelecendo o regime adequado ao seu rendimento agrícola.

Art. 22. Não será passada carta de adjudicação ou de arrematação de terras referidas no art. 2º sem prévia audiência do Ministério da Agricultura.

§ 1º. São nulas de pleno direito a alienação, a arrematação ou a adjudicação feitas com inobservância do disposto neste artigo, não podendo ser transcritas as respectivas escrituras ou cartas, pena de multa de 5:000\$ a 10:000\$ de reis, para o oficial que efetuar a transcrição, e demissão no caso de reincidência.

§ 2º. Aquele que proceder contrariamente ao disposto neste artigo e seus parágrafos será civil e solidariamente responsável pelo prejuízo que de seu ato resultar, além das penas criminais em que incorrer.

Art. 23. As terras do Domínio da União a que se refere esta lei não poderão ser arrendadas nem transferidas sem que o Ministério da Agricultura declare previamente não serem necessárias à colonização.

Parágrafo único. O Ministério da Agricultura terá o prazo de 30 dias para opinar.

Art. 24. As avaliações a que se refere esta lei, salvo o disposto no art. 17, § 1º, serão sempre procedidas por engenheiros ou agrô-

nomos indicados pelas partes, desempatando um terceiro, nomeado pelo juiz, si necessário. As despesas e custas das diligências serão pagas pela parte que as requerer.

Art. 25. Será criado, na Diretoria do Domínio da União, um livro especial, onde serão lavrados todos os termos relativos a quaisquer transações sobre as terras a que se refere o art. 2º. Esses termos valerão como escritura pública e os seus traslados serão transcritos no Registo de Imóveis competente.

Art. 26. O Governo poderá, de acordo com as necessidades da execução de plano de colonização, estender as medidas constantes desta lei a outros imóveis do Domínio da União.

Art. 27. A presente lei entra em vigor na data de sua publicação; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

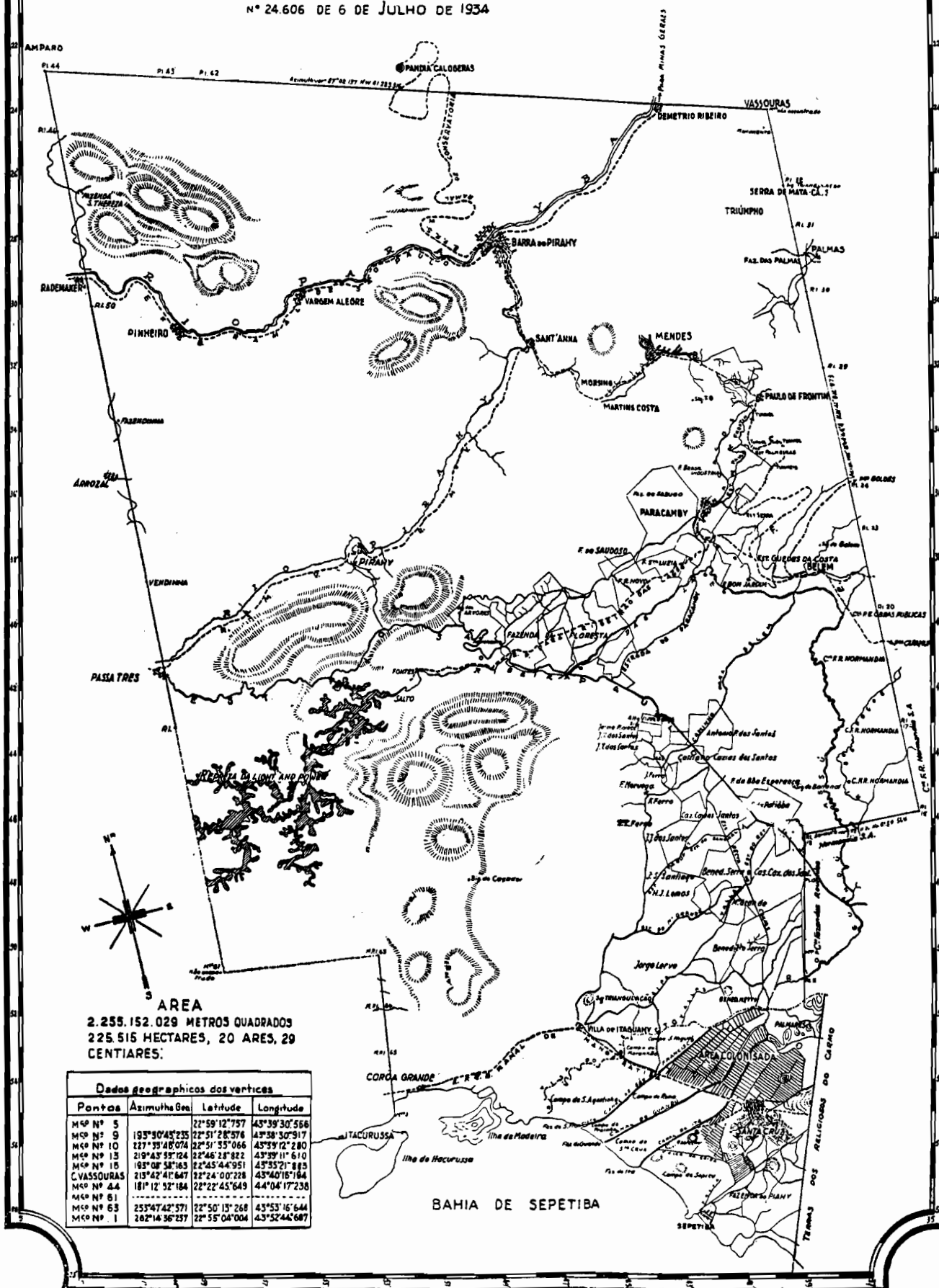
GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Fernando Costa.

MINISTERIO DA AGRICULTURA
D. N. P. V. S. I. R. C.

PLANTA CARTOGRAFICA DA FAZENDA NACIONAL DE SANTA CRUZ
EXECUTADA PELA COMISSÃO FUNDADORA DO NUCLEO
COLONIAL SANTA CRUZ EM CUMPRIMENTO AO DECRETO
Nº 24.606 DE 6 DE JULHO DE 1934



DECRETO-LEI N. 894 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1938

Concede um prêmio ao cientista Paulo Estevão de Berredo Carneiro, pela descoberta dos princípios ativos do "curare" e abre crédito especial para o respectivo pagamento

O Presidente da República, atendendo ao que expôs o Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º É concedido ao cientista Paulo Estevão de Berredo Carneiro o prêmio de 20:000\$000 pela descoberta dos princípios ativos do *curare*.

Art. 2.º Fica aberto, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de 20:000\$000 (vinte contos de réis) para ocorrer à despesa (Serviços e Encargos) com o pagamento do prêmio a que se refere o artigo anterior.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 895 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 13:200\$, para pagamento de pessoal

O Presidente da República, tendo em vista o disposto no art. 76. do decreto-lei n. 854, de 12 de novembro de 1938, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de treze contos e duzentos mil réis (13:200\$), para atender, nos meses de novembro e dezembro do corrente ano, ao pagamento do pessoal da Fiscalização Geral de Loterias, a saber:

1 Fiscal Geral — padrão N.....	6:200\$0
1 Escrivão — padrão J	3:000\$9
1 Dactilógrafo — classe F.....	1:400\$0
1 Servente — classe D.....	1:000\$0
1 Ajudante, em comissão — gratificação de função.....	1:600\$0
	<hr/>
	13:200\$0

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 896 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Trabalho, o crédito especial de 152:900\$, para despesas do Conselho de Imigração e Colonização

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de cento e cinquenta e dois contos e novecentos mil réis, para atender às despesas de instalação e custeio do Conselho de Imigração e Colonização no período de setembro a dezembro do corrente ano, sendo:

Pessoal	45:400\$0
Material	107:500\$0
	<hr/>
	152:900\$0

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 897 — DE 26 DE NOVEMBRO DE 1938

Autoriza a alienação de um imóvel de propriedade da União

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica autorizada a alienação, em concorrência pública, pelo preço mínimo da avaliação oficial já realizada, do prédio de propriedade da União situado à rua Pernambuco n. 42, antigo n. 2, na capital do Estado de São Paulo, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 898 — DE 27 DE NOVEMBRO DE 1938

Autoriza a construção de um mausoléu em homenagem aos oficiais e soldados que morreram na defesa da Pátria, contra o golpe comunista de 1935

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição; e

Considerando que os oficiais e soldados, mortos na revolução comunista de 27 de novembro de 1935, tombaram no campo da honra e, com as suas lições e os seus exemplos de fidelidade às nossas instituições tradicionais, se recomendaram ao reconhecimento da Nação, decreta:

Art. 1°. Os restos mortais dos oficiais e praças sacrificados na defesa da Pátria, contra o golpe comunista de 27 de novembro

de 1935, serão reunidos, no cemitério de São João Batista, em uma só sepultura e aí se construirá um mausoléu que perpetue a sua memória.

Art. 2º. O Ministro de Estado da Justiça e Negócios Interiores baixará as instruções adequadas à execução deste decreto, ficando aberto o crédito especial de 300:000\$ (trezentos contos de réis), para as despesas dele decorrentes e revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

A. de Souza Costa.

Oswaldo Aranha.

João de Mendonça Lima.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 899 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1938

Retifica a classificação do cargo de Químico do Quadro I do Ministério da Viação e Obras Públicas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica retificado para K o padrão J em que foi classificado, nas tabelas anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, o cargo, extinto, quando se vagar, de Químico, do Quadro I, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

Art. 2º. Esta retificação vigorará a contar de 1 de janeiro de 1937.

Art. 3º. Fica aberto o crédito especial de quatro contos e oitenta mil réis, para ocorrer ao pagamento da diferença de vencimentos, relativa a 1937 e 1938.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 900 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de 116.284:213\$400, às verbas que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de cento e dezesseis mil duzentos e oitenta e quatro

contos, duzentos e treze mil e quatrocentos réis (116.284:213\$) para reforço de dotações do vigente orçamento do mesmo Ministério (Anexo n. 3 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937), na seguinte base:

VERBA 2 — MATERIAL

III — *Diversas Despesas*

S/c. 15 — Iluminação, força motriz e gás:		
05) Caixa de Amortização.	4:600\$0	
S/c. 21 — Aluguéis de casas, arrendamento de terrenos, foros e seguros:		
05) Agências Fiscais:		
Itajaí	1:500\$0	5:500\$0

VERBA 6 — DÍVIDA PÚBLICA

II — *Dívida Flutuante*

S/c. 5 — Juros Diversos, Comissões e Corretagens:		
01) Juros de bilhetes e contas do Tesouro e despesas de comissões, corretagens e seguros de remessas de valores	103.000:000\$0	
S/c. 6 — Compromissos do Tesouro Nacional por intermédio do Banco do Brasil:		
02) Pagamento de promissórias e títulos a que se referem os contratos firmados em 1936, decorrentes dos acordos inglês e americano de 1935, vencíveis neste exercício	13.278:713\$4	116.278:713\$4
		116.284:213\$4

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 901 — DE 28 DE NOVEMBRO DE 1938

Concede favores especiais a um sargento da Marinha de Guerra trans-ferido para a inatividade

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 180 da Constituição, e

Considerando o que lhe expôs o Ministro de Estado dos Negócios da Marinha;

Considerando mais que o Primeiro Sargento Auxiliar Especialista Eletricitista n. 10.025 do Corpo de Marinheiros, Francisco Luiz do Es-

nirito Santo, ao ser alcançado pela compulsória recentemente instituída para as praças, sua avançada idade não lhe permitia encetar nenhuma outra carreira civil que lhe trouxesse uma certa compensação à perda sofrida nos seus vencimentos;

Considerando, finalmente, que o limite de mais de quarenta e seis (46) anos de serviço é realmente exceccional, talvez jamais atingida por qualquer praça em atividade constante, o que justifica um amparo especial do Estado, decreta:

Art. 1.º É concedida reforma, compulsória, ao Primeiro Sargento Auxiliár Especialista Eletricista n. 10.025 do Corpo de Marinheiros Francisco Luiz do Espírito Santo, no mesmo posto e com o soldo de Segundo Tenente, de conformidade com a legislação em vigor e ainda, nessa circunstância especial de contar mais de quarenta e seis (46) anos de bons serviços, tantas quotas de dois por cento (2 %) sobre o respectivo soldo, quantos forem os anos excedentes de trinta e cinco (35), respeitadas, porém, as restrições impostas pelo art. 33 do decreto-lei n. 197, de 22 de janeiro de 1938.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 28 de novembro de 1938, 117.º da Independência 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 902 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1938

Dispõe sobre a criação do Quadro de Enfermeiros no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica criado no Corpo de Bombeiros do Distrito Federal o Quadro de Enfermeiros, assim constituído: 1 Enfermeiro-Mór, com posto de Primeiro Sargento; 1 Enfermeiro de Primeira Classe, com posto de Segundo Sargento; 1 Enfermeiro de Segunda Classe, com posto de Terceiro Sargento; 2 Enfermeiros de Terceira Classe, com posto de Cabo e 8 Enfermeiros de Quarta Classe, com posto de Bombeiro de Primeira Classe.

Art. 2.º Considera-se suprimido o Quadro de Operadores Radiotelegrafistas do Corpo de Bombeiros, devendo ser as praças, que atualmente o compõem, incorporadas ao Quadro de Enfermeiros, ficando transferida, por efeito deste decreto-lei, a sub-consignação orçamentária respectiva, de forma a não se dar qualquer aumento de despesa.

Art. 3.º Este decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1938, 117.º da Independência e 50.ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 903 — DE 29 DE NOVEMBRO DE 1938

Extingue a 5.ª Divisão Provisória do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e considerando que a modalidade

adotada para a execução das obras de reforço do abastecimento de água do Distrito Federal, passada já a fase de projetos, reduziu sensivelmente os encargos atribuídos à 5ª Divisão Provisória do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, decreta:

Art. 1º. Fica extinta a 5ª Divisão Provisória do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, criada pelo decreto n. 21.630, de 14 de julho de 1932, incorporando-se os seus serviços e atribuições à 1ª Divisão do mesmo Serviço.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 904 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1938

Proíbe a exportação de sementes de oiticica e promove medidas de amparo aos interesses dos produtores e industriais dessa matéria prima

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e Considerando que a liberdade de exportação de sementes de oiticica não se tem revelado capaz de melhorar a situação de crise em que se encontra o mercado dessa matéria prima nacional;

Considerando que a ameaça de persistência da crise impõe a necessidade de medidas de amparo aos interesses dos produtores da dita matéria prima;

Decreta:

Art. 1º É proibida a saída de sementes de oiticica para o estrangeiro, em todos os portos nacionais, sob pena de multa de cinco a trinta contos de réis e o dobro nas reincidências, por infrator e por embarque.

Art. 2º O Ministério da Agricultura, por intermédio do serviço competente, providenciará no sentido da imediata organização, nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, dos produtores ou fornecedores de sementes de oiticica, pelo sistema de cooperativas e entrará em entendimentos com o Banco do Brasil para que este atenda ao financiamento, não só das cooperativas de produtores ou fornecedores organizadas, como das empresas industriais que se destinem ao beneficiamento das sementes, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 3º O Ministério das Relações Exteriores, em ação conjunta com o da Agricultura, promoverá a expansão do óleo da oiticica nas praças importadoras estrangeiras, tomando as providências que forem necessárias.

Art. 4º Enquanto perdurar a crise o Ministério da Agricultura providenciará junto aos governos dos Estados e municípios interessados na produção e industrialização das sementes de oiticica, para que seja suspensa a cobrança de quaisquer impostos ou taxas que incidem sobre a matéria prima e sobre os estabelecimentos industriais que trabalham no seu beneficiamento.

Art. 5º Das multas a que se refere o art. 1º impostas pela autoridade fiscal competente, caberá recurso para o Ministro da Agricultura, no prazo de cinco dias após a lavratura do auto de infração, mediante depósito prévio da importância da multa, em repar-

tição federal ou agência do Banco do Brasil, procedendo-se a sua cobrança por meio do executivo fiscal, no caso de recusa de pagamento, depois de feita a inscrição da dívida.

Art. 6.º O presente decreto-lei entrará em execução na data da sua publicação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1938, 117.º da Independência
50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 905 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1938

*Prorroga o prazo a que se refere o artigo 33 do Decreto-lei n. 791,
de 14 de outubro de 1938*

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica suspenso o prazo a que se refere o art. 33, do decreto-lei n. 791, de 14 de outubro de 1938, sempre que o funcionário em disponibilidade se achar exercendo funções no estrangeiro, pelo tempo que durarem as referidas funções.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1938, 117.º da Independência
e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 906 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1938

Cria uma Legação na Iugo-Eslávia

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e correspondendo ao ato de cortezia pelo qual o Governo da Iugo-Eslávia criou, no Brasil, Legação desse país, decreta:

Art. 1.º Fica criada uma Legação na Iugo-Eslávia, com sede em Belgrado.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1938, 117.º da Independência
e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 907 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1938

Cria um Consulado Privativo em Letícia, na Colômbia

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica criado um Consulado Privativo em Letícia, República da Colômbia.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 908 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1938

Suprime o Consulado em Belgrado

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. É suprimido o Consulado de carreira em Belgrado, ficando os Serviços Consulares a cargo da Legação na referida cidade.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 909 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1938

Cria um Consulado em Salto, Uruguai

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica criado um Consulado Privativo em Salto, República do Uruguai.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 910 — DE 30 DE NOVEMBRO DE 1938

Dispõe sobre a duração e condições do trabalho em empresas jornalísticas

O Presidente da República:

Considerando que as medidas de proteção ao trabalhador, no que dizem respeito ao horário e às condições de trabalho, já atingiram a maioria dos empregados, por meio de legislação especial;

Considerando que, entretanto, esse regime de proteção ainda não se estende de um modo geral aos que dedicam suas atividades às empresas jornalísticas;

Considerando que esses trabalhadores intelectuais são merecedores do amparo do Estado, tanto mais quando este deve à Imprensa valiosa colaboração na obra de progresso nacional e no engrandecimento do Brasil; e, finalmente,

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DOS ESTABELECIMENTOS E PESSOAS

Art. 1.º Os dispositivos do presente decreto-lei se aplicam aos que, nas empresas jornalísticas, prestem serviços como jornalistas, revisores, fotógrafos, ou na ilustração, com as exceções nele previstas.

§ 1.º Entende-se como jornalista o trabalhador intelectual cuja função se estende desde a busca de informações até à redação de notícias e artigos e à organização, orientação e direção desse trabalho.

§ 2.º Consideram-se empresas jornalísticas, para os fins deste decreto-lei, aquelas que têm a seu cargo a edição de jornais, revistas, boletins e periódicos, ou a distribuição de noticiário, e, ainda, as de radiodifusão em suas seções destinadas à transmissão de notícias e comentários.

Art. 2.º Não se compreendem no regime deste decreto-lei:

a) os empregados de escritório e de portaria aos quais se aplica, em matéria de duração do trabalho, o disposto no decreto n. 22.033, de 29 de outubro de 1932;

b) os gráficos sujeitos ao regime do decreto n. 21.361, de 4 de maio de 1932;

c) os empregados de estabelecimentos de natureza pública ou paraestatal.

CAPÍTULO II

DA DURAÇÃO DO TRABALHO

Art. 3.º A duração normal do trabalho dos empregados compreendidos neste decreto-lei não deverá exceder de cinco horas, tanto de dia como à noite.

Art. 4.º Poderá a duração normal do trabalho ser elevada a sete horas, mediante acordo escrito, em que se estipule aumento de ordenado, correspondente ao excesso do tempo de trabalho, e em que se fixe um intervalo destinado a repouso ou a refeição.

Parágrafo único. Para atender a motivos de força maior, poderá o empregado prestar serviços por mais tempo do que aquele permitido, neste decreto-lei. Em tais casos, porém, o excesso deve ser comunicado à Inspetoria do Departamento Nacional do Trabalho, ou às Inspetorias Regionais, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro de cinco dias, com a indicação expressa dos seus motivos.

Art. 5.º As horas de serviço extraordinário, quer as prestadas em virtude de acordo, quer as que derivem das causas previstas no parágrafo único do artigo anterior, não poderão ser remuneradas com quantia inferior à que resultar do quociente da divisão da importância do salário mensal por 150 (cento e cincoenta), para os mensalistas, e do salário diário por 5 (cinco), para os diaristas, acrescida de, pelo menos, 25 % (vinte e cinco por cento).

Art. 6.º Os dispositivos dos arts. 3.º, 4.º e 5.º não se aplicam àqueles que exercem as funções de redator-chefe, secretário, sub-secretário, chefe e sub-chefe de revisão, chefe de oficina de ilustração e chefe de portaria.

Parágrafo único. Não se aplicam, do mesmo modo, os artigos 3.º, 4.º, e 5.º aos que se ocuparem unicamente em serviços externos.

Art. 7.º A cada seis dias de trabalho efetivo corresponderá um dia de descanso obrigatório, que coincidirá com o domingo, salvo acordo escrito em contrário, no qual será expressamente estipulado o dia em que se deve verificar o descanso.

Art. 8.º Em seguida a cada período diário de trabalho haverá um intervalo mínimo de dez horas, destinado ao repouso.

Art. 9.º Será computado como de trabalho efetivo o tempo em que o empregado estiver à disposição do empregador.

CAPÍTULO III

DA FISCALIZAÇÃO

Art. 10. Para os efeitos da fiscalização da execução do presente decreto-lei, os empregadores são obrigados ao seguinte:

a) manter afixado em lugar visível de cada secção atingida por este decreto-lei um quadro discriminativo do horário de cada empregado que nela trabalhe, devendo o mesmo conter a indicação, quando tal ocorra, de se tratar de empregado em serviço externo;

b) manter um livro, ou relógio, de ponto, em que se consignem as horas de entrada, descanso e saída do pessoal em serviço interno ou a presença do de serviço externo quando a ela obrigado;

c) manter um livro de registo em que sejam anotados os dados referentes aos empregados relativamente à sua identidade, registo e carteira profissional, admissão, condições de trabalho, férias e obrigações das leis de acidentes, nacionalização e seguros sociais.

Parágrafo único. O Departamento Nacional do Trabalho expedirá os necessários modelos do quadro, livros de ponto e registo de que trata este artigo.

Art. 11. A fiscalização dos dispositivos deste decreto-lei compete não só ao Departamento Nacional do Trabalho e Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, por seus órgãos competentes, como ainda aos sindicatos profissionais, na forma do decreto n. 22.300, de 4 de janeiro de 1933.

CAPÍTULO IV

DO EXERCÍCIO DA PROFISSÃO JORNALÍSTICA

Art. 12. Somente poderão ser admitidos ao serviço das empresas jornalísticas como jornalistas, locutores, revisores e fotógrafos os que exhibirem prova de sua inscrição no Registro da Profissão Jornalística, a cargo do Serviço de Identificação Profissional do Departamento Nacional do Trabalho, no Distrito Federal, e das Inspetorias Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, nos Estados e Território do Acre.

Art. 13. Para o registro de que trata o artigo anterior, deve o requerente exhibir os seguintes documentos:

- a) prova de nacionalidade brasileira;
- b) folha corrida;
- c) prova de que não responde a processo ou não sofreu condenação por crime contra a segurança nacional;
- d) carteira profissional.

§ 1.º Aos profissionais devidamente registrados será feita a necessária declaração na carteira profissional.

§ 2.º Aos novos empregados será concedido o prazo de 60 dias para a apresentação da carteira profissional, fazendo-se o registro condicionado a essa apresentação e expedindo-se um certificado provisório para aquele período.

§ 3.º Para os empregados das empresas jornalísticas que editem publicações ou mantenham noticiário em língua estrangeira, será dispensável a prova da alínea a deste artigo, mantidas porém, com relação a essas empresas, as exigências da legislação vigente sobre nacionalização do trabalho e atividade de estrangeiros.

§ 4.º Salvo em se tratando de empregado de empresas a que alude o parágrafo anterior, não se concederá registro àqueles que prestem serviços remunerados a países estrangeiros ou a empresas constituídas com maioria de capital estrangeiro.

CAPÍTULO V

DAS PENALIDADES

Art. 14. A infração de qualquer dispositivo deste decreto-lei será punida com multa de 100\$000 (cem mil réis) a 1:000\$000 (um conto de réis), elevada ao dobro em caso de reincidência e aplicada, no Distrito Federal, pelo diretor do Departamento Nacional do Trabalho e, nos Estados e Território do Acre, pelos Inspetores Regionais do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Parágrafo único. A penalidade será sempre aplicada no grau máximo:

- a) si se apurar o emprego de artifício, ou simulação, para fraudar a aplicação deste decreto;
- b) si for admitido ao serviço jornalista não registrado na forma do art. 12.

Art. 15. O recurso de decisão que impuser penalidade e a cobrança das multas regulam-se pelo disposto no decreto n. 22.131, de 23 de novembro de 1932, e a lavratura dos autos de infração pelo decreto n. 22.300, de 4 de janeiro de 1933.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16. Continuam em vigor, para todos os empregados em empresas jornalísticas, sem embargo da distinção estabelecida no ca-

pítulo I deste decreto-lei, os dispositivos referentes a férias, previdência social, acidentes de trabalho e moléstias profissionais, nacionalização, estabilidade e quantos mais, em matéria de proteção e assistência ao trabalhador ou de previdência social, a eles se referem de modo especial, ou de modo geral se aplicam ao comércio e à indústria.

Art. 17. O Governo Federal, de acordo com os Governos Estaduais, promoverá a criação de escolas de preparação ao jornalismo, destinadas à formação dos profissionais da imprensa.

Parágrafo único. Criadas as escolas, de que trata este artigo, a inscrição no Registo da Profissão Jornalística só se fará, para os novos profissionais, em face dos diplomas do curso feito ou exames prestados em tais escolas.

Art. 18. Instalado o Registo da Profissão Jornalística, será estabelecido o prazo de 120 dias para a inscrição daqueles que já se encontrem no exercício da profissão.

Art. 19. Serão nulos de pleno direito quaisquer acordos destinados a burlar os dispositivos deste decreto-lei, sendo vedado aos empregadores rebaixar salários por motivo de sua vigência.

Art. 20. Não haverá incompatibilidade entre o exercício de qualquer função remunerada, ainda que pública, e o de atividade jornalística, sendo permitida a acumulação de proventos de aposentadoria ou pensão decorrentes de contribuição paga para as instituições de previdência social a que estejam sujeitas tais profissões, até ao máximo de 2:000\$000, observadas as disposições do decreto-lei n. 819, de 17 de outubro de 1938.

Art. 21. A empresa jornalística que deixar de pagar pontualmente, e na forma acordada, os salários devidos a seus empregados terá suspenso o seu funcionamento, até que se efetue o pagamento devido.

§ 1.º Para os efeitos do cumprimento deste artigo, deverão os prejudicados reclamar contra a falta de pagamento perante a autoridade competente, e, proferida a condenação, desde que a empresa não a cumpra, ou, em caso de recurso, não deposite o valor da indenização, a autoridade que proferir a condenação oficiará à autoridade judiciária competente para a matrícula.

§ 2.º Em igual pena de suspensão incorrerá a empresa que deixar de recolher as contribuições devidas às instituições de previdência social.

§ 3.º É considerado privilegiado, com precedência sobre os demais, o crédito dos empregados resultante de salários ou férias devidos, bem assim o de instituições de previdência social pelas contribuições que lhes couberem.

§ 4.º Considera-se como justa causa para a retirada do empregado, dando-lhe direito a reclamar as indenizações legais, o atraso no pagamento de salários devidos.

Art. 22. O presente decreto-lei entrará em vigor 60 dias depois de sua publicação, e dentro desse prazo expedirá o Departamento Nacional do Trabalho os modelos de que trata o art. 10, parágrafo único.

Art. 23. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 911 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1938

Concede um empréstimo de 9.000:000\$0 à Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica concedida à Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra um empréstimo de nove mil contos de réis (9.000:000\$0) afim de ser aplicado no financiamento de construções de prédios residenciais para as famílias dos oficiais e funcionários do referido Ministério.

Parágrafo único. O empréstimo de que trata o presente artigo será realizado pelo Tesouro Nacional da seguinte forma: 3.000:000\$0 (tres mil contos de réis) desde já e o restante em duas quotas anuais de 3.000:000\$ (tres mil contos de réis) cada uma, pagáveis até o dia 10 de março dos anos de 1939 e 1940.

Art. 2º. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de nove mil contos de réis (9.000:000\$0), a vigorar nos exercícios de 1938, 1939 e 1940, para ocorrer ao pagamento das quotas indicadas no parágrafo único do artigo anterior.

Art. 3º. A amortização do empréstimo efetuar-se-á em função dos pagamentos das prestações mensais devidas pelos mutuários cujos prédios forem construídos com os recursos provenientes deste decreto-lei, recolhendo a Caixa de Construções de Casas do Ministério da Guerra, mensalmente, ao Tesouro Nacional, a parte das consignações descontadas correspondente ao capital.

Art. 4º. Os recolhimentos efetuados na forma do artigo anterior serão classificados como renda extraordinária da União — indenizações, — e levados pela Contadoria Central da República, na escritura patrimonial, a crédito da conta da Caixa devedora.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1938. 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 912 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1938

Retifica o artigo único do Decreto-Lei n. 785, de 13 de outubro de 1938

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica retificada a redação do artigo único do decreto-lei n. 785, de 13 de outubro de 1938, que passa a ser a seguinte:

“Artigo único. Ficam feitas as seguintes alterações na sub-consignação n. 24 — Aluguel de casas ou salas, terrenos, foros e seguros da verba 2 — Material, III — Diversas Despesas, do atual

orçamento do Ministério da Educação e Saúde (Anexo n. 6 do Decreto-Lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937):

01) — Secretaria de Estado:

De: 500:000\$0
Para: 557:400\$0

02) — Reitoria da Universidade do Brasil:

De: 120:000\$0
Para: 111:192\$0

08) — Instituto Oswaldo Cruz:

De: 10:000\$0
Para: 7:200\$0

13) — Serviço de Aguas e Esgotos do Distrito Federal:

De: 96:000\$0
Para: 86:000\$0

14) — Serviço de Saúde Pública do Distrito Federal:

a) — Centros de Saúde.
De: 120:000\$0
Para: 114:208\$0

15) — Serviço de Puericultura do Distrito Federal:

De: 200:000\$0
Para: 170:000\$0".

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS,

Gustavo Capanema,

A. de Souza Costa,

DECRETO-LEI N. 913 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1938

Dispõe sobre a cessão de terrenos destinados à construção da sede da Casa do Pequeno Jornaleiro, da cidade do Rio de Janeiro

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. A título gratuito e perpétuo, são cedidos à Fundação Darcy Vargas — Casa do Pequeno Jornaleiro, os terrenos dos lotes de números 145 a 155 da Quadra 15 da zona portuária, situados à rua do Livramento, nesta Capital, com a área aproximada de 4.036m²,00, nos quais se construirão a sua sede e ambulatórios, tudo isento de qualquer imposto ou taxa, quer federal, quer municipal.

Art. 2º. Da escritura constará a cláusula de reversão ao pleno domínio da União dos terrenos e de todas as melhorias que neles

venham a ser feitas, no caso de se verificar o desvirtuamento dessa obra de assistência social.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1938. 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 914 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1938

Dispõe sobre demissão e aposentadoria dos funcionários do Banco do Brasil

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Os funcionários do Banco do Brasil poderão ser aposentados, independentemente de inspeção de saúde, quando ocorra interesse do serviço ou conveniência do regime.

Parágrafo único. A decretação dessa aposentadoria dependerá de prévia aprovação do Presidente da República.

Art. 2º. Os funcionários referidos no art. 1º são passíveis de demissão, si condenados a qualquer pena em virtude de crime praticado contra a segurança do Estado e a estrutura das instituições.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1938. 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 915 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1938

Dispõe sobre o imposto de vendas e consignações, define a competência dos Estados para sua cobrança e arrecadação e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e tendo em vista a imperiosa necessidade de dirimir dúvidas suscitadas na aplicação e cobrança do imposto de vendas e consignações, decreta:

Art. 1º. O imposto sobre vendas e consignações a que se refere a letra *d*, do n. 1, do art. 23 da Constituição Federal, é devido no lugar em que se efetuar a operação.

Parágrafo único. Para os efeitos fiscais considera-se lugar em que se efetua a operação (venda ou consignação) o em que tem sede o estabelecimento do vendedor ou consignante, seja matriz, filial, sucursal, agência ou representante, com depósito a seu cargo das mercadorias vendidas ou consignadas, salvo quando se tratar de

venda efetuada diretamente pelo próprio fabricante ou produtor, caso em que o lugar da operação será aquele onde foi fabricada ou produzida a mercadoria.

Art. 2.º Não estão sujeitas ao imposto as operações entre os vários estabelecimentos da mesma pessoa, bem como as realizadas entre esta e seus agentes ou representantes, observando-se, nos casos de consignação, os arts. 8.º e 9.º da lei n. 187, de 15 de janeiro de 1936.

§ 1.º Quando as mercadorias destinadas a venda ou consignação forem produzidas em um Estado e transferidas para outro pelo fabricante ou produtor, afim de formar estoque em filial, sucursal, depósito, agência ou representante, o imposto será pago adiantadamente, por ocasião da saída, ao Estado em cujo território foram produzidas.

§ 2.º Ao serem vendidas ou consignadas essas mercadorias no Estado para que foram transferidas, não será devido novo imposto por essa primeira operação feita pela mesma pessoa, natural ou jurídica, que as transferiu, se o preço da venda ou o constante da consignação for o mesmo que lhes houver sido atribuído no ato da transferência, conforme o disposto no parágrafo anterior. Se for maior o preço da venda ou consignação a diferença de imposto relativa ao excesso será devida ao Estado em que foram produzidas tais mercadorias.

§ 3.º No caso previsto no parágrafo anterior, o vendedor ou consignante declarará nas duplicatas, faturas, notas e outros documentos de venda ou consignação, haver sido o imposto pago ao Estado de origem, com indicação do documento comprovante da declaração.

Art. 3.º Para o efeito do disposto no artigo anterior e seus parágrafos, além dos livros da escrita especial, exigidos pelo art. 24 da lei n. 187, de 15 de janeiro de 1936, será obrigatório, tanto para o remetente como para o recebedor, o livro "Registro de Mercadorias Transferidas" em que será lançado o movimento de entrada e saída, com a indicação das marcas, procedência, destino, qualidade, quantidade e preço das mercadorias transferidas.

Parágrafo único. Quando o comerciante for agente ou representante de várias firmas ou sociedades que lhe façam transferência de mercadorias, deverá ter, em separado, para cada uma, o livro "Registro de Mercadorias Transferidas", e evitar confusão entre os estoques dos diversos remetentes.

Art. 4.º Aos Estados é permitido adotar outras medidas, para efeitos de fiscalização, inclusive estabelecer penalidades, sem contrariar as disposições deste decreto-lei.

Art. 5.º O simples erro do pagamento de imposto a um Estado, quando devido a outro, não dará lugar à imposição de qualquer multa, sendo o contribuinte obrigado apenas à satisfação do tributo, assegurado o direito à restituição do que pagou indevidamente.

Parágrafo único. O disposto neste artigo aplica-se aos casos pendentes.

Art. 6.º Este decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação e será transmitido telegraficamente aos Governos dos Estados para a sua imediata divulgação.

Art. 7.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 916 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1938

Dispõe sobre a aplicação do crédito suplementar aberto pelo Decreto-Lei n. 759, de 3 de outubro de 1938

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º O crédito suplementar de setecentos contos de réis (700:000\$), aberto pelo decreto-lei n. 759, de 3 de outubro de 1938, será distribuído à Casa da Moeda e aplicado no pagamento de despesas a que o mesmo se refere, já realizadas e a realizar no corrente exercício.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 917 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 120.000:000\$000, para aquisição de material rodante destinado à Estrada de Ferro Central do Brasil

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de cento e vinte mil contos de réis (Rs. 120.000:000\$0), afim de ocorrer à despesa com a aquisição de material rodante destinado à Estrada de Ferro Central do Brasil, feita a aplicação do crédito em quotas iguais, nos exercícios de 1939 a 1942.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 918 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de réis 300:000\$000 à verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de trezentos contos de réis (300:000\$000) à sub-consignação n. 13 — Construção de Estradas

de Rodagem, prosseguimento de obras e estudos, — item 05) — “Para prosseguimento dos trabalhos de construção da rodovia Porto Velho-Presidente Pena”, da Verba 5ª — Obras, Melhoramentos, Aparelhamentos e Equipamentos, do vigente orçamento do mesmo Ministério (Anexo n. 8 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937).

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 949 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1938

Altera o n. 2 do art. 13 da Lei n. 537, de 11 de outubro de 1937, no tocante à aceitação do máximo do valor nos objetos de correspondência postal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal; tendo em vista a sugestão apresentada pelo Departamento dos Correios e Telégrafos em ofício n. 14.278, de 12 de agosto do corrente ano, e o que mais consta do processo n. 19.474-1938 da Secretaria de Estado da Viação e Obras Públicas, decreta:

Art. 1º. Fica alterado o n. 2 do art. 13 da lei n. 537, de 11 de outubro de 1937, no tocante à aceitação do máximo do valor nos objetos de correspondência postal, que passará a ter a seguinte redação:

“N. 2. O premio do seguro será cobrado do seguinte modo: \$200 por 208000 ou fração dessa importância até o máximo de 1:000\$000, tanto para as cartas quanto para as encomendas, com exceção dos objetos postados de tesouraria a tesouraria das Diretorias Regionais dos Correios e Telégrafos, que poderão ser aceitos até o limite máximo de 100:000\$000”.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 920 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1938

Organiza os serviços da Presidência da República

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e considerando a necessidade de organizar os serviços administrativos da Presidência da República, decreta:

Art. 1º. A Presidência da República terá como órgãos auxiliares um Gabinete Militar e um Gabinete Civil, constituídos na forma do presente decreto-lei.

Art. 2º. O Gabinete Militar, composto de oficiais do Exército e da Armada, será chefiado por um oficial general e constará, além deste, de um sub-chefe e ajudantes de ordens, em número determinado pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Serão superintendidos pelo Gabinete Militar os serviços de segurança, as usinas elétricas, o policiamento e a estação rádio-telegráfica dos Palácios Presidenciais.

Art. 3º. O Gabinete Civil, chefiado pelo Secretário da Presidência da República, constará, além deste, de um Secretário Particular do Presidente, oficiais e auxiliares do Gabinete, em número determinado pelo Presidente da República.

Parágrafo único. Serão superintendidos pelo Gabinete Civil os serviços da Diretoria do Expediente, criada pelo decreto-lei número 24.796, de 14 de julho de 1934, de Intendência, de Mordomia, conservação dos objetos de arte, Estação Telegráfica, comunicações telefônicas e transportes.

Art. 4º. Os membros do Gabinete Militar e do Gabinete Civil perceberão gratificações de representação ou de função, arbitradas pelo Presidente da República. Quando os membros do Gabinete Civil não exercerem cargos remunerados pelos cofres públicos, perceberão, anualmente: 60:000\$0 o Chefe do Gabinete, 48:000\$0 o Secretário Particular do Presidente, 36:000\$0 os Oficiais e 24:000\$0 os auxiliares.

Art. 5º. Os funcionários necessários aos trabalhos dos Gabinetes, da Diretoria do Expediente e demais serviços da Presidência da República, serão requisitados, podendo ter gratificações fixadas pelo Presidente da República, ou admitidos como extranumerários na forma da legislação em vigor.

Art. 6º. As atribuições do Gabinete Militar e do Gabinete Civil e demais serviços da Presidência da República serão determinadas em regulamento.

Art. 7º. Deverão ser incluídas no orçamento as dotações necessárias para atender as despesas decorrentes do presente decreto-lei.

Art. 8º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1938. 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 924 — DE 1 DE DEZEMBRO DE 1938

Cria taxa de inspeção sanitária a que ficam sujeitos os estabelecimentos que abatem animais para os mercados interestadual e internacional e manipulam ou por qualquer forma, industrializam produtos ou sub-produtos de origem animal

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e;

Considerando que a inspeção sanitária de carne, leite e seus derivados, beneficia diretamente as empresas que manipulam esses produtos, garantindo-lhes as boas condições sanitárias dos mesmos, para a conquista de novos mercados no país e no estrangeiro;

Considerando que a inspeção sanitária de produtos de origem animal conduzida pelo Departamento Nacional da Produção Animal, deve ser ampliada e aperfeiçoados os seus métodos, visando um perfeito e integral controle sanitário de todos os produtos de origem animal elaborados para consumo humano;

Considerando que a ampliação desse serviço exige recursos pecuniários que devem ser fornecidos pelas próprias empresas dedicadas a esse ramo de atividade, na proporção da matança ou tonelagem do produto elaborado por cada uma delas;

Decreta:

Art. 1º. Fica criada a "Taxa de Inspeção Sanitária", a que estão sujeitos todos os estabelecimentos que abatem animais para exportação ou para o comércio interestadual e bem assim, todos os que elaboram ou industrializam produtos de origem animal, para consumo externo ou interestadual.

Art. 2º. A taxa a que se refere o artigo anterior é de 1\$000 (um mil réis) por cabeça, para bovinos e equídeos; \$500 (quinhentos réis) por cabeça, para suínos; \$300 (trezentos réis) por cabeça, por ovinos e caprinos e \$050 (cincoenta réis) por cabeça, para aves e coelhos.

Art. 3º. Para os estabelecimentos que manipulam o leite e seus derivados, a taxa de inspeção sanitária é de \$005 (cinco réis) por litro de leite; \$010 (dez réis) por quilo de caseína, lactose e outros derivados; \$025 (vinte e cinco réis) por quilo de creme e \$050 (cincoenta réis) por quilo de queijo, manteiga, leite condensado e leite em pó.

Art. 4º. Os produtos oriundos dos estabelecimentos de que tratam os arts. 107 e 112 do Regulamento aprovado pelo decreto n. 24.549, de 3 de julho de 1934 e artigo 193 do Regulamento aprovado pelo de n. 23.550, da mesma data, ficam igualmente sujeitos a taxa de \$050 (cincoenta réis) por quilo.

Parágrafo único. Os estabelecimentos registrados que adquiriram esses produtos para os beneficiar, industrializar ou armazenar, devem manter um livro especial do registro de entrada e saída desses produtos, onde conste a sua natureza, peso e procedência.

Art. 5º. Os proprietários ou responsáveis pelos estabelecimentos a que se referem os artigos anteriores, recolherão à repartição arrecadadora competente, até o quinto dia útil de cada mês, a taxa de inspeção sanitária correspondente, conforme seja o caso, ao número de animais abatidos, à produção verificada e aos produtos recebidos, no mês anterior, mediante guia de recolhimento visada pelo funcionário encarregado da inspeção sanitária animal.

Parágrafo único. Uma via do recibo de recolhimento deverá ser entregue ao funcionário encarregado da inspeção que a encaminhará a autoridade competente, do Ministério da Agricultura.

Art. 6º. O não cumprimento do disposto no art. 5º, implicará na retirada da inspeção, só voltando a funcionar o estabelecimento quando se houver este quitado com a Fazenda Nacional.

Art. 7º. Qualquer sonegação verificada será punida com multa correspondente ao décuplo da importância da taxa sonegada.

§ 1º. O proprietário ou responsável terá o prazo de dez (10) dias úteis, para recolher a multa à Fazenda Nacional, sob pena de lhe ser aplicado o que estatue o art. 6º da presente lei, sendo este prazo contado a partir da data em que tiver tido ciência da notificação.

§ 2º. O multado só poderá recorrer à autoridade superior após prévio depósito da multa que lhe houver sido imposta.

Art. 8.º As dotações orçamentárias de cada exercício, do Departamento Nacional da Produção Animal, do Ministério da Agricultura, serão acrescidas, obrigatoriamente nas consignações devidas, da importância da renda arrecadada pela taxa de inspeção sanitária, no exercício anterior, como determina o artigo 10 desta lei.

Art. 9.º Da renda produzida pela taxa da inspeção sanitária, 90 % destinam-se ao custeio e melhor aparelhamento do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, do Departamento Nacional da Produção Animal.

Art. 10. Essa importância será empregada no custeio da inspeção sanitária de produtos de origem animal a cargo do Ministério da Agricultura, visando não só dar-lhe maior eficiência como estimular o desenvolvimento e o aperfeiçoamento das respectivas indústrias.

§ 1.º A importância referida no presente artigo terá a seguinte aplicação:

a) 90 % para o custeio dos serviços de inspeção de produtos de origem animal, contrato de pessoal que for necessário a esses serviços, melhor aparelhamento e instalações de seus laboratórios regionais de análises, inspetorias regionais e outras dependências do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal;

b) 8 % outorgados aos próprios industriais, sob a forma de prêmios às empresas nacionais que, elaborando produtos de origem animal, mais se distinguirem no esmero de fabricação, aprimoramento de seus produtos, aperfeiçoamento de instalações para melhor aproveitamento da matéria prima, ou sob a forma de auxílio às empresas que lançarem com êxito novos produtos de origem animal no comércio internacional;

c) 2 % para o custeio de despesa, inclusive ajuda de custo, com viagem de especialização ao estrangeiro de técnicos do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal que realizarem estudos científicos originais de reconhecido valor.

§ 2.º Os prêmios previstos na letra b, deste artigo constarão de diplomas honoríficos, medalhas de ouro ou prata, aparelhos ou máquinas que melhorem as instalações industriais do estabelecimento premiado ou serão adjudicados em moeda corrente.

Art. 11. Si as quotas previstas nas letras b e c do artigo anterior não tiverem a aplicação determinada, poderão ser utilizadas na representação do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal em congressos internacionais, cujos trabalhos possam interessá-lo diretamente ou na concessão de prêmios de viagem, para aperfeiçoamento, a qualquer técnico de outro Serviço ou mesmo estrangeiro ao serviço público que realize trabalho original de real mérito e beneficiar diretamente a indústria de carnes e derivados ou de leite e produtos laticínios.

Art. 12. A concessão de prêmios a que se refere a presente lei será regulada em instruções especiais, baixadas pelo Ministério da Agricultura.

Art. 13. Ficam revogados o art. 7.º e seus parágrafos do decreto n. 24.550, de 3 de julho de 1934, e os arts. 110 e seus parágrafos do decreto n. 24.549, da mesma data, devendo os serviços extraordinários previstos nesses decretos ser executados pelo pessoal contratado por conta da dotação a que se refere a letra a do art. 10.

Art. 14. O pessoal a ser admitido no Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal será pago por conta da dotação prevista na letra a do art. 10 da presente lei, sendo que os salários não po-

derão ser superiores aos vencimentos de serventuários efetivos de funções equivalentes, de acordo com a legislação em vigor.

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 1 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 922 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1938

Regula a situação de mensalistas e diaristas que se acham em disponibilidade

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que os mensalistas e diaristas dos diversos Ministérios na situação de disponibilidade remunerada, são muitas vezes, quando determinado o seu aproveitamento em cargos equivalentes, julgados em condições de invalidez para o serviço público;

Considerando que as disposições regulamentares em vigor, ainda não prevêm, claramente, qual a medida que se deva adotar em casos tais;

Considerando que a legislação atual não determinou a transformação da disponibilidade em aposentadoria, para os mesmos serventuários, e

Considerando, finalmente, que é necessária a expedição de um ato que venha solucionar essa situação e sanar essa omissão, decreta:

Art. 1.º Os mensalistas e diaristas dos diversos Ministérios que, nesta data, estiverem em disponibilidade, seja qual for a sua remuneração, terão direito à aposentadoria com vencimento proporcional ao tempo de serviço, calculado sobre a remuneração que, efetivamente, percebiam no momento em que foram postos em disponibilidade, desde que sejam considerados inválidos em inspeção de saúde ou tenham atingido a idade de sessenta e oito anos.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Weldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 923 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1938

Cria um cargo, classe C, na carreira de dactilógrafo do Quadro VIII do Ministério da Fazenda

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica criado um cargo, classe C, na carreira de dactilógrafo, do Quadro VIII, do Ministério da Fazenda, passando a ser a seguinte a estrutura da mesma carreira:

- 1 classe G — 1 excedente.
- 1 classe F — 1 vago a ser preenchido à medida que se extinguirem os excedentes.
- 2 classe E — 2 vagos a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.
- 5 classe D — 2 excedentes.
- 16 classe C — 1 vago, a ser preenchido com a dotação do excedente já extinto.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 924 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1938

Corrige falha encontrada na carreira de Motorista, do Quadro Único, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que, pela comparação entre a “situação antiga” e a “situação nova” da carreira de Motorista, do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, se evidencia ter havido equívoco nas “observações” consignadas nas tabelas anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, em relação a essa carreira, decreta:

Art. 1.º Na coluna de “observações” das tabelas que acompanharam a lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, na parte referente à carreira de Motorista, do Quadro Único do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, substitua-se, no que diz respeito à classe F, a expressão: “2 vagos, a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes”, pela: 1 excedente, e acrescente-se, com relação à classe E, o seguinte: 3 vagos, a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 925 — DE 2 DE DEZEMBRO DE 1938 (*)

Estabelece o Código da Justiça Militar

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, resolve decretar o presente Código da Justiça Militar:

CÓDIGO DA JUSTIÇA MILITAR**Primeira parte****TÍTULO I****Da administração da Justiça Militar****CAPÍTULO I****DAS AUDITORIAS**

Art. 1.º Para a administração da Justiça Militar haverá, em cada Região, uma auditoria com jurisdição cumulativa no Exército e na Armada, exceto na 2ª onde haverá duas e na 3ª onde haverá tres, sendo que os processos relativos à Armada serão sempre atribuídos à primeira das auditorias dessas Regiões.

§ 1.º Na Capital Federal, sede da 1ª Região, haverá cinco auditorias, tres com jurisdição privativa para os processos do Exército e duas para os da Armada.

§ 2.º As auditorias de jurisdição privativa, quanto aos processos do Exército e as que tiverem jurisdição cumulativa para os do Exército e da Armada tomarão a denominação da Região Militar respectiva.

§ 3.º Quando mais de uma, na mesma Região, as auditorias serão designadas por ordem numérica, observando-se o mesmo a respeito das auditorias da Armada.

Art. 2.º Nas Regiões Militares em que houver uma única auditoria, a sede desta coincidirá com a da Região; nas em que houver mais de uma, a sede da 1ª coincidirá com a da Região; quanto às demais, suas sedes serão determinadas pelo Governo, de acordo com os limites que fixar.

Art. 3.º As auditorias sediadas na Capital Federal serão de 2ª entrância e, as demais, dos Estados, de 1ª entrância.

Parágrafo único. Além das auditorias referidas, haverá, com sede na Capital Federal, uma de 2ª entrância, denominada "Auditoria de Correição".

CAPÍTULO II**DAS AUTORIDADES JUDICIÁRIAS E SEUS AUXILIARES**

Art. 4.º São órgãos que administram a Justiça Militar:

I — O Supremo Tribunal Militar, em todo o país;

II — Os Conselhos de Justiça e Auditores, nas respectivas Regiões e auditorias.

Art. 5º. Tres são as categorias de conselhos:

- a) Conselho Especial de Justiça, nas auditorias, para processo e julgamento de oficiais, excetuados os generais;
- b) Conselho Permanente de Justiça, nas auditorias, para processo e julgamento de acusados que não sejam oficiais;
- c) Conselho de Justiça, nos corpos, formações e estabelecimentos do Exército, para processo de desertores e de insubmissos.

Art. 6º. Cada auditoria compor-se-á de um auditor, um promotor, um advogado, um escrivão, dois escreventes, um oficial de justiça e um servente.

Parágrafo único. Em cada auditoria haverá um suplente de auditor e um adjunto de promotor, exceto na auditoria de correição, onde não haverá promotor, advogado nem oficial de justiça.

Art. 7º. Além das autoridades de que tratam os artigos anteriores, haverá um procurador geral junto ao Supremo Tribunal Militar.

SECÇÃO I

Do Supremo Tribunal Militar

Art. 8º. O Supremo Tribunal Militar compor-se-á de onze juizes vitalícios com a denominação de Ministros, nomeados pelo Presidente da República, dos quais quatro escolhidos entre os generais efetivos do Exército, tres dentre os generais efetivos da Armada e quatro civis.

Parágrafo único. As vagas de ministros logados serão preenchidas da forma seguinte: metade do número de vagas, por brasileiros natos de notória competência jurídica e reputação ilibada, com prática forense de mais de dez anos, não devendo ter menos de trinta e cinco, nem mais de cinquenta e oito anos de idade, da livre escolha do Presidente da República; e, as restantes, por auditores e Procurador Geral da Justiça Militar, desde que tenham mais de trinta e cinco anos de idade e seis, pelo menos, de exercício em seus cargos.

Art. 9º. A eleição do presidente e vice-presidente do Supremo Tribunal Militar será regulada em seu regimento interno.

Art. 10. Os Ministros do Supremo Tribunal Militar serão compulsoriamente aposentados aos sessenta e oito anos de idade, ou por motivo de invalidez comprovada, sendo-lhes facultada a aposentadoria em razão de serviço público prestado por mais de trinta anos, e definido em lei, dos quais, para os militares, pelo menos, dois no exercício efetivo do cargo.

Art. 11. Os ministros militares continuarão a pertencer aos respectivos quadros ativos do Exército ou da Armada, se lhes não applicando a legislação sobre transferência para a Reserva.

CAPÍTULO III

DA COMPOSIÇÃO DOS TRIBUNAIS MILITARES

SECÇÃO II

Dos Conselhos de Justiça

Art. 12. O conselho especial de justiça compor-se-á do auditor e de quatro juizes militares de patente superior à do acusado ou de sua graduação militar sob a presidência de oficial superior ou

general, ou do mais antigo no caso de igualdade de posto. Para esse efeito, o auditor, em presença do promotor e do escrivão, procederá ao sorteio dos juizes.

§ 1º. Quando não for possível a organização do conselho por juizes militares de patente superior à do acusado, poderão dele fazer parte oficiais de igual patente e mais antigos de posto.

§ 2º. Os oficiais generais são excluídos do sorteio atinente à constituição dos conselhos de justiça para julgamento de oficiais até ao posto de capitão ou capitão-tenente inclusive, salvo no caso de falta absoluta de oficiais superiores.

§ 3º. O conselho especial de justiça será constituído para cada processo e se dissolverá logo depois de concluídos seus trabalhos, reunindo-se novamente por convocação do auditor, si sobrevier nulidade do processo ou do julgamento, ou alguma diligência ordenada pelo Supremo Tribunal Militar.

No conselho funcionarão, sempre que for possível, os mesmos juizes sorteados, si não houverem sido substituídos na forma da lei.

Art. 13. Além do auditor e de um oficial superior que será o presidente, o conselho permanente de justiça compor-se-á de três oficiais até a patente de capitão ou capitão-tenente.

§ 1º. Os conselhos permanentes de justiça funcionarão, em regra, na sede das auditorias, e a eles irão sendo submetidos os processos ocorrentes; e só funcionarão fora da sede, quando urgente necessidade da justiça o reclamar, mediante requerimento justificado do promotor e deferimento do auditor. Nesse caso, os conselhos compor-se-ão de oficiais da unidade ou estabelecimento a que pertencer o acusado, ou que tiver sua sede no lugar onde o acusado servir.

§ 2º. Esses conselhos permanentes de justiça, uma vês instituídos, funcionarão durante três meses consecutivos.

Art. 14. Os juizes militares para os conselhos especiais ou permanente de justiça serão sorteados dentre os oficiais do Exército ou da Armada, respectivamente, em serviço ativo e na jurisdição em que estiverem servindo.

Art. 15. Os conselhos de justiça, de qualquer natureza, que tenham de funcionar na sede da auditoria, constituir-se-ão, em regra, de oficiais que aí servirem, salvo as exceções previstas neste código. Só se recorrerá a oficiais de unidade ou de estabelecimento de parada fora da sede, quando o número de oficiais for insuficiente para a composição do conselho, excetuando-se, porem, os casos de processos referentes à Armada para cujos julgamentos os conselhos funcionarão na sede e com os oficiais que aí servirem.

Art. 16. Quando o acúmulo de serviço na sede das auditorias privativas do Exército for tal que impossibilite ao auditor e ao promotor de se transportarem para fora dela, o auditor convocará o respectivo suplente e o adjunto de promotor para funcionarem no conselho que se houver de organizar, fora da sede da auditoria. Esse conselho, assim organizado, se dissolverá, uma vês concluídos os processos a ele atribuídos, e que constarão da portaria de convocação do suplente de auditor.

§ 1º. Por acúmulo de serviço, poderá o auditor sortear conselhos extraordinários, que funcionarão na própria sede da auditoria com a intervenção do suplente de auditor e do adjunto de promotor, convocados pelo mesmo auditor. Esses conselhos se dissolverão logo após o julgamento dos processos enumerados na portaria de convocação.

§ 2º. Para qualquer desses dois casos de convocação do conselho, o auditor consultará o Supremo Tribunal Militar que decidirá como for conveniente.

Art. 17. Por conveniência da disciplina, da ordem pública ou do interesse da Justiça, poderá, excepcionalmente, ser desafiado o processo, mediante representação do órgão do Ministério Público ou do interessado ao Supremo Tribunal Militar, que, depois de ouvir o comandante da Região ou o Diretor Geral do Pessoal da Armada, conforme o caso, e o auditor da respectiva auditoria, sobre a necessidade da medida reclamada, designará a auditoria em que deva ser julgado o acusado.

Parágrafo único. Por igual motivo poderá o Ministro da Guerra submeter, sucessiva e separadamente, os processos de réus réus, sua necessidade.

Art. 18. Os conselhos de justiça nos corpos, formações ou estabelecimentos do Exército, para julgamento de desertores ou de insubmissos, serão constituídos por um capitão, como presidente, e dois oficiais, de preferência de patente inferior à do presidente, sendo relator o que se seguir em graduação ou antiguidade a este. Servirá de escrivão um sargento designado pela autoridade que houver nomeado o conselho.

§ 1º. A esses conselhos que funcionarão por um trimestre, serão submetidos, sucessiva e separadamente, os processos de réus de deserção ou insubmissão que tiverem sido capturados ou se tiverem apresentado.

§ 2º. Os juizes dos conselhos, para os processos crimes de deserção ou de insubmissão, serão nomeados segundo escala previamente organizada pelos respectivos comandantes de unidades ou chefes de estabelecimento. Os conselhos, para esse fim organizados, funcionarão na unidade ou no estabelecimento em que servir o acusado.

§ 3º. Caso não haja na unidade ou no estabelecimento oficiais em número suficiente para a formação do conselho, nos termos deste código, será o desertor ou o insubmisso julgado na unidade ou no estabelecimento mais próximo, em que puder ser formado o conselho, a critério do comandante da Região; para esse efeito o réu será transferido ou mandado adiar a essa unidade ou esse estabelecimento até ser julgado afinal.

§ 4º. Qualquer dos juizes, que funcione em conselho de deserção ou de insubmissão, poderá ser substituído pela autoridade nomeante, quando o exigirem os interesses do serviço militar e mediante a necessária justificação.

Art. 19. De tres em tres meses, na Capital Federal o Secretário Geral do Ministério da Guerra e o Diretor Geral do Pessoal da Armada e, nas Regiões Militares, exceção da primeira, os comandantes de Região e o comandante mais graduado de forças de Marinha, si as houver, organizarão relação de todos os oficiais em serviço ativo, com a graduação e a antiguidade de cada um e a designação do lugar onde estiverem servindo, devendo as Diretorias de Armas e Serviços, na Capital Federal, fornecer à Secretaria Geral do Ministério, até o dia dez (10) do último mês, as relações dos oficiais dos Quadros privativos em serviço na referida Capital e nos Estados que integram a 1ª Região. Esta relação será publicada em "Boletim do Exército" quando da alçada da Secretaria Geral e, no da Região, nas demais Regiões, e remetida ao auditor competente, entre os dias 10 (dez) e 20 (vinte) do último mês do trimestre.

§ 1º. Dessa relação serão excluídos os oficiais do Gabinete Militar do Presidente da República, Ministros de Estado, Chefe e

Sub-Chefe do Estado-Maior do Exército e da Armada, Inspetores e Diretores de Armas e Serviços e Diretor do Pessoal da Armada, Comandantes de Região, de Divisão e os oficiais que estiverem servindo em seus Gabinetes ou Estados-Maiores, Sub-Diretores de Ensino, Lentes, Professores, Instrutores, alunos das escolas ou cursos de aplicação profissional e os de que trata o art. 61, do decreto-lei n. 432, de 19 de março de 1938, durante o prazo estabelecido no dispositivo de lei citado, bem como os comandantes de guarnição.

§ 2º. Entre os dias vinte (20) e vinte e cinco (25) do último mês de cada trimestre, o auditor, na sede da auditoria, a portas abertas, presentes os juizes do conselho permanente do trimestre a terminar, o promotor e o escrivão, depois de lançar em cédulas os nomes dos oficiais relacionados e de os recolher a uma urna, sorteará os juizes militares para o conselho permanente de justiça a organizar-se.

§ 3º. Nas auditorias mixtas, o conselho permanente da Armada só será sorteado, para o mesmo trimestre dos conselhos permanentes do Exército, quando houver processo instaurado em que tenha de funcionar ou quando o interesse da justiça exigir.

§ 4º. Concluído o sorteio do conselho permanente ou especial, seu resultado será imediatamente comunicado pelo auditor à autoridade militar competente, para que esta, fazendo-o publicar em boletim, ordene o comparecimento dos juizes, às treze horas do primeiro dia útil do trimestre a iniciar-se ou do quinto dia útil, respectivamente, a contar da data do sorteio, na sede da auditoria ou no lugar onde tiver de funcionar o mesmo conselho. Do sorteio lavrar-se-á sempre uma ata, em livro próprio, com o respectivo resultado, certificando o escrivão, em cada processo, o sorteio e o compromisso dos juizes.

Art. 20. Existindo na relação a que se refere o artigo anterior apenas o número exato de oficiais a sortear serão estes considerados como sorteados.

Parágrafo único. No caso de deficiência de oficiais na sede para a composição do conselho, serão sorteados oficiais pertencentes a outra unidade da mesma Região, de preferência à mais próxima; esses oficiais ficarão durante o tempo do conselho adidos à unidade designada pela autoridade competente, no lugar onde tiver de funcionar o conselho para que foram sorteados.

Art. 21. Si a relação de oficiais não for remetida a tempo, servirá de base para o sorteio a relação anterior. A nova relação, quando enviada, aplicar-se-á aos sorteios subsequentes, dentro do trimestre.

§ 1º. A autoridade competente poderá remeter, *ex-officio* ou por solicitação do auditor, listas suplementares de oficiais, que no decurso do trimestre se hajam apresentado para servir na Região.

§ 2º. O oficial que tiver servido em um trimestre, ficará isento do sorteio para o trimestre imediato, salvo se não houver, na guarnição, oficiais para constituir o conselho.

Art. 22. Si não houver, na relação, oficiais em número suficiente para se constituir o conselho, será o acusado processado na Região mais próxima.

Parágrafo único. Na 3ª Região Militar, porém, o processo e o julgamento far-se-ão, sendo possível, em outras auditorias da mesma Região, preferentemente na mais próxima.

Art. 23. O oficial que estiver funcionando em um conselho não poderá ser sorteado para outro qualquer antes de findos os trabalhos daquele.

Art. 24. O official juiz de conselho permanente fica dispensado das outras funções militares durante todo o tempo de serviço judicial e o dos demais nos dias de sessão.

Art. 25. A substituição de official, juiz do conselho, só poderá ser feita havendo imperiosa necessidade do serviço ou da disciplina, e mediante requisição aos auditores das Regiões, pelo diretor da arma ou do serviço, na Capital Federal, e pelo Comandante da Região, nos Estados; na Armada, porém, a requisição será sempre pelo Diretor Geral do Pessoal.

Parágrafo único. Só poderão, entretanto, ser substituídos, no máximo, dois juizes componentes do conselho; caso, porém, se torne mister a substituição de mais juizes, essa requisição será feita ao auditor competente pelo Ministro da Guerra ou da Marinha.

Art. 26. Se for sorteado algum official que esteja no gozo de férias regulamentares ou no desempenho de comissão ou serviço fora da sede da Auditoria, e, por isso, não possa comparecer à sessão de instalação do conselho, será sorteado outro que o substitua definitivamente.

§ 1º. Será também substituído, de modo definitivo, o official que for preso ou responder a processo, ou faltar por motivo de demissão do Exército ou da Armada, deserção, licença para tratamento de saúde, transferência para a reserva ou reformado.

§ 2º. Tratando-se de nojo ou gala, o official, sorteado em substituição de outro, servirá pelo tempo da falta legal do substituído; no caso de suspensão, porém, substituirá o juiz impedido somente no processo em que a mesma ocorrer.

Art. 27. No dia em que o official faltar à sessão sem causa justificada e participada a tempo, perderá sua gratificação, descontada à vista da comunicação feita pelo auditor à repartição pagadora competente; no caso de reincidência sofrerá, mediante representação do auditor, além daquele desconto pecuniário, a pena de repreensão em boletim, imposta pela autoridade militar sob cujas ordens estiver servindo, provendo-se, nesse caso, à sua substituição mediante novo sorteio.

Parágrafo único. Si faltar o auditor, sem justa causa, será feito o desconto de sua gratificação, à vista de comunicação dirigida pelo presidente do conselho à repartição pagadora competente; faltando o promotor ou o advogado de officio, sem motivo justo, a comunicação para o desconto da gratificação será feita pelo auditor.

Art. 28. No concurso de mais de um acusado no mesmo processo, servirá de base à constituição do conselho a patente do mais graduado.

Parágrafo único. Si os acusados forem officiaes e praças, haverá um só conselho especial de justiça, perante o qual responderão a processo todos os imputados.

SECÇÃO III

Dos juizes, membros do Ministério Público e mais funcionários da Justiça Militar

Art. 29. Os membros do Ministério Público, os juizes e mais funcionários efetivos da Justiça Militar serão nomeados, pelo Presidente da República, na conformidade deste Código.

Art. 30. O procurador geral será escolhido entre doutores ou bacharéis em direito que tenham, pelo menos, oito anos de prá-

tica forense e sejam de reconhecido saber jurídico, reputação ilibada, e maiores de trinta e cinco e menores de cinquenta e oito anos de idade. É o chefe do ministério público e seu representante junto ao Supremo Tribunal Militar.

Art. 31. Os auditores e advogados de segunda entrância serão nomeados, respectivamente, dentre os auditores e advogados de primeira mediante lista triplíce, organizada em escrutínio secreto, pelo Supremo Tribunal Militar. No caso de empate considera-se classificado o mais antigo na entrância.

Art. 32. Os promotores de segunda entrância serão nomeados dentre os de primeira na forma estabelecida no artigo anterior.

Art. 33. Os auditores de primeira entrância serão nomeados, dois terços dentre os promotores, indicados nos termos do art. 32 e um terço mediante concurso de provas, dentre os bacharéis em direito com tres anos de prática forense.

Art. 34. Os promotores de primeira entrância serão nomeados dois terços dentre os advogados de segunda, também indicados em lista triplíce pelo Supremo Tribunal Militar, e um terço mediante concurso de provas, dentre os diplomados em direito, que tenham mais de dois anos de prática forense.

Art. 35. Os advogados de primeira entrância serão nomeados mediante concurso dentre diplomados em direito, na forma do artigo anterior.

Art. 36. Os concursos para o provimento dos cargos de auditor, promotor e advogado de primeira entrância, serão regulados no regimento interno do Supremo Tribunal Militar e valerão por dois anos.

Art. 37. Os suplentes de auditor serão nomeados, conforme o caso, por proposta do Ministro da Guerra ou da Marinha, dentre bacharéis em direito que tenham mais de quatro anos de prática forense, e servirão pelo prazo de quatro anos, podendo ser reconduzidos por igual prazo, ouvido previamente, num e noutro caso, o Supremo Tribunal Militar.

Parágrafo único. No interesse da justiça, o Presidente da República poderá prorrogar por sessenta dias os efeitos da nomeação ou da recondução.

Art. 38. Os adjuntos de promotor serão nomeados, por proposta do Ministro da Guerra ou da Marinha, dentre bacharéis em direito que tenham mais de dois anos de prática forense, ouvido o Supremo Tribunal Militar nas mesmas condições dos suplentes de auditor.

Art. 39. Os escrivães serão nomeados por proposta dos auditores, dentre os escreventes com exercício efetivo nos cartórios das respectivas auditorias.

Art. 40. Os escreventes e os oficiais de justiça serão nomeados mediante concurso, nas condições do art 36.

Art. 41. Os serventes serão nomeados na conformidade da legislação em vigor.

CAPITULO IV

DO COMPROMISSO, POSSE E EXERCÍCIO

Art. 42. Nenhum magistrado ou funcionário da Justiça Militar poderá tomar posse e entrar em exercício, antes de prestar compromisso de bem servir e sem que apresente, na secretaria do Supremo Tribunal Militar, os documentos seguintes:

- a) o respectivo título de nomeação, promoção ou remoção;
- b) caderneta ou certificado de serviço militar ou prova de estar isento desse serviço;
- c) diploma de bacharel em direito, nos casos em que for exigida essa condição para o exercício do cargo.

Parágrafo único. Tratando-se de promoção ou remoção, a posse se efetuará, mediante a simples apresentação do respectivo título e se completará com a comunicação feita, no prazo legal, de haver o funcionário entrado em exercício.

Art. 43. O compromisso será prestado:

- a) pelos ministros do Supremo Tribunal Militar, perante o Tribunal;
- b) pelo procurador geral, auditor, suplentes, advogados e secretários perante o presidente do Supremo Tribunal Militar;
- c) pelos promotores e adjuntos de promotores perante o Procurador Geral;
- d) pelos escrivães, escreventes e oficiais de justiça perante os respectivos auditores.

Art. 44. O prazo para o funcionário tomar posse e entrar em exercício será de 30 dias, a contar do conhecimento da publicação do ato no *Diário Oficial* ou no *Diário da Justiça*. Havendo legítimo impedimento, poderá o prazo ser prorrogado por mais quinze dias.

Parágrafo único. Não se verificando a posse ou não entrando o funcionário em exercício, dentro do prazo legal, considera-se automaticamente vago o cargo e de nenhum efeito a nomeação, promoção ou remoção.

Art. 45. Em caso de remoção, permuta ou promoção não há mister novo compromisso; basta que o funcionário comunique ao presidente do Supremo Tribunal Militar, ao procurador ou ao auditor, conforme o caso, que entrou em exercício.

CAPÍTULO V

DAS INCOMPATIBILIDADES E SUSPEIÇÕES

Art. 46. Não podem servir conjuntamente, juízes, membros do ministério público, escrivães e advogados que tenham entre si, ou uns com os outros, parentesco consanguíneo ou afim da linha ascendente ou descendente e, na colateral, até o terceiro grau.

§ 1.º Quando a incompatibilidade se der com o advogado é este que deve ser substituído.

§ 2.º No caso de nomeação, a incompatibilidade se resolve, antes da posse, contra o último nomeado ou contra o menos idoso se a nomeação for da mesma data; depois da posse, contra o que lhe deu causa; e se a incompatibilidade for imputada a ambos, contra o mais moderno.

Art. 47. Os cargos judiciários e os do ministério público são incompatíveis entre si, não podendo os auditores exercer quaisquer outros cargos ou funções públicas.

§ 1.º Os promotores só em comissão poderão exercer cargo ou função pública estranhos à justiça militar.

§ 2.º A aceitação de cargo incompatível importa a perda do cargo judiciário ou do ministério público e de todas as vantagens correspondentes, exceto as de monte-pio.

Art. 48. Aos ministros, aos auditores em efetivo exercício ou licenciados é defeso advogar em qualquer juízo; aos ministros e

auditores em disponibilidade, aos representantes do ministério público e aos suplentes de auditor convocados ou não, só o é no foro militar.

Art. 49. São nulos os atos praticados pelos auditores, membros do ministério público e funcionário da justiça depois que se tornarem incompatíveis.

Art. 50. Considera-se suspeito o juiz que:

a) for amigo íntimo, inimigo capital, ascendente, descendente, sogro, genro, irmão, cunhado, tio, sobrinho ou primo co-irmão do acusado ou do ofendido;

b) for diretamente interessado na decisão da causa;

c) tiver aconselhado alguma das partes ou se houver manifestado sobre o objeto da causa;

d) conhecer os fatos por ter funcionado no inquérito ou servido de perito;

e) tiver dado parte oficial do crime, houver deposto ou dever depor como testemunha;

f) for credor ou devedor do acusado ou do ofendido.

Art. 51. Em qualquer dos casos acima deverá o juiz declarar-se suspeito, embora o acusado não alegue a suspeição.

§ 1.º A suspeição, sob pena de responsabilidade e de nulidade do processo, será motivada e restrita aos casos enumerados no artigo antecedente.

§ 2.º A suspeição deve ser declarada "ex-officio" pela instância superior, desde que esteja patente dos autos.

Art. 52. Quando algum juiz for arguido de suspeito, a decisão de ser ou não procedente a suspeição será tomada pelos outros juizes do Conselho ou do Supremo Tribunal Militar, conforme a hipótese, e só pode ser arguida nos casos taxativamente previstos nesta lei.

Parágrafo único. Não poderá ser arguida nem aceita a suspeição, quando a parte desacatar, injuriar ou ofender o juiz, com o propósito de a motivar.

Art. 53. Aos membros do ministério público são extensivas as prescrições dos artigos precedentes no que lhes for aplicável.

CAPITULO VI

DAS SUBSTITUIÇÕES

Art. 54. Os ministros, auditores, membros do ministério público e funcionários auxiliares são substituídos nas suas faltas e impedimentos:

a) os ministros militares, mediante convocação do presidente do Supremo Tribunal Militar, por oficiais gerais do Exército e da Armada, respectivamente, escolhidos dentre os da lista enviada, de três em três meses, pelos Ministros da Guerra e da Marinha, e os ministros togados por auditores de 2ª entrância, convocados por ordem de antiguidade; a convocação só se fará, porém, se os membros efetivos restantes do Tribunal não constituírem número legal para deliberar;

b) os auditores pelos respectivos suplentes, salvo o auditor-corregedor, que será substituído, nos seus impedimentos legais, por um auditor de 2ª entrância, designado para esse fim pelo presidente do Supremo Tribunal Militar;

c) os juizes do conselho de justiça, permanente ou especial, mediante sorteio, e os de conselho de justiça para os crimes de deserção ou insubmissão, no Exército, mediante nomeação feita pela autoridade competente;

d) o procurador geral, pelo promotor de 2ª entrância mais antigo;

e) os promotores pelos respectivos adjuntos;

f) os advogados de officio por bacharéis em direito, nomeados interinamente pelo Presidente da República, ou por advogado *ad-hoc*, nomeado pelo auditor, na conformidade deste Código;

g) os escrivães pelos escreventes da respectiva auditoria, e na falta destes, por interinos nomeados pelo Presidente da República, ou *ad-hoc*, nomeados pelo auditor nas condições da alínea anterior;

h) os oficiais de justiça por pessoas nomeadas interinamente pelo Presidente da República, ou *ad-hoc* pelo auditor, nas condições acima estabelecidas.

Art. 55. Na falta do suplente efetivo será o auditor substituído por um suplente interino, nomeado pelo Presidente da República, ou por um auditor *ad-hoc*, nomeado pelo comandante da Região respectiva, mediante portaria em que se indicarão o processo ou processos em que deva funcionar.

§ 1.º Nas regiões em que, na mesma sede, houver mais de uma auditoria, os auditores, promotores, advogados, escrivães e oficiais de justiça se substituirão reciprocamente nas faltas e impedimentos ocasionais.

§ 2.º Ainda nessas Regiões, poderão o presidente do Supremo Tribunal Militar e o procurador geral, respectivamente, designar o suplente de auditor ou adjunto de promotor, da mesma Região, para substituir o que, por qualquer circunstância, não puder assumir o exercício em sua auditoria.

CAPÍTULO VII

DAS LICENÇAS E INTERRUPTÕES DO EXERCÍCIO

Art. 56. Os auditores, os membros do ministério público e os serventuários da Justiça Militar devem ter sua residência na sede da respectiva auditoria, não podendo ausentar-se desta, sinão com a devida licença ou permissão e por motivo de serviço.

§ 1.º O auditor e o promotor devem comparecer, nos dias úteis, à sede de suas auditorias, e aí permanecerem quatro horas consecutivas.

§ 2.º Os escrivães e oficiais de justiça são obrigados a permanecer, diariamente, cinco horas consecutivas, em seus cartórios, ou enquanto for necessário ao serviço público, exceto quando ocupados em diligências fora da auditoria.

Art. 57. As licenças ao Presidente e demais Ministros do Supremo Tribunal Militar e ao Procurador Geral da Justiça Militar serão concedidas na conformidade da lei.

Art. 58. São competentes para conceder licenças:

a) o Tribunal aos Ministros e Procurador Geral;

b) o Presidente do Supremo Tribunal Militar aos auditores, advogados, funcionários da secretaria e da portaria do Tribunal;

c) o Procurador Geral aos promotores e funcionários da respectiva secretaria;

d) os auditores aos escrivães, escreventes, oficiais de justiça e serventes.

Art. 59. As interrupções do exercício, sem licença regularmente concedida, não serão computadas na contagem de tempo para a antiguidade.

Art. 60. Os ministros do Supremo Tribunal Militar e o procurador geral terão dois meses de férias, que gozarão cumulativamente, nos meses de fevereiro e março.

Parágrafo único. Os demais funcionários terão, durante o ano, direito às seguintes férias, sem interrupção da administração da justiça: os auditores e os promotores 45 dias, os advogados e os escrivães 30 dias, os escreventes, oficiais de justiça e serventes, 15 dias.

Art. 61. As férias não gozadas num exercício não poderão ser acumuladas com as do exercício seguinte, salvo se tiverem deixado de o ser por motivo de serviço.

CAPÍTULO VIII

DOS DIREITOS E GARANTIAS DOS JUIZES, MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO E MAIS FUNCIONÁRIOS DA JUSTIÇA MILITAR — DA DISCIPLINA JUDICIÁRIA

Art. 62. Os auditores são juizes vitalícios e inamovíveis; não podem perder seu cargo senão em virtude de sentença judiciária, exoneração a pedido, ou aposentadoria compulsória aos sessenta e oito anos de idade ou em razão de invalidez comprovada, e facultativa nos casos de serviço público prestado por mais de trinta anos, na forma da lei. Não podem ser removidos senão a pedido, em virtude da promoção ou permuta, ou pelo voto de dois terços dos ministros do Supremo Tribunal Militar, por medida de interesse público.

Parágrafo único. A inamovibilidade assegurada aos auditores não exclue a obrigação de acompanharem as forças junto às quais tenham de servir.

Art. 63. O procurador geral e os representantes do ministério público perderão seus cargos somente em virtude de sentença judiciária ou quando provada falta grave, mediante processo administrativo, em que lhes seja assegurada ampla defesa, mandado instaurar pelo Supremo Tribunal Militar.

Parágrafo único. Essa mesma regra se aplicará, no tocante à perda de cargo dos demais funcionários da Justiça Militar que tiverem mais de dez anos de efetivo exercício no cargo. Se tiverem menos de dez anos de efetivo serviço, não poderão ser destituídos dos seus cargos, senão por justa causa ou motivo de interesse público.

Art. 64. É facultado aos juizes, membros do Ministério Público e mais funcionários da Justiça Militar o direito de renunciar à promoção.

Art. 65. Os juizes e os funcionários da Justiça Militar ficarão suspensos do exercício de suas funções, com perda de gratificação:

a) quando pronunciados ou condenados, se a condenação não importar a perda do cargo;

b) quando, sem causa justificada, deixarem o exercício do cargo ou não o reassumirem depois de finda a licença.

Art. 66. Os juizes, advogados de officio, escrivães e promotores são passíveis das seguintes penas disciplinares, impostas, respecti-

vamente, pelo Supremo Tribunal Militar, por intermédio do seu Presidente, e pelo Procurador Geral:

- a) advertência particular;
- b) censura reservada ou pública;
- c) suspensão do exercício até 30 dias, com perda de gratificação.

Parágrafo único. Essas penas serão aplicadas, não só quando a indisciplina ou ato de desrespeito for praticado contra o Supremo Tribunal Militar ou contra qualquer dos seus membros, como também quando cometido pelo promotor contra o Procurador Geral, sejam quais forem os meios usados.

Art. 67. O secretário e o pessoal da secretaria e portaria do Supremo Tribunal Militar ficarão sujeitos às penas prescritas no regimento interno do mesmo Tribunal.

Art. 68. Os escrivães e mais funcionários da Justiça Militar são passíveis das seguintes penas disciplinares, impostas pelos auditores perante quem servirem:

- a) advertência particular ou em portaria;
- b) censura reservada ou pública;
- c) suspensão até 30 dias, com perda de gratificação.

Art. 69. Incorrem nas penas estatuídas nos arts. 66 e 68, além da de demissão prevista neste Código, os juizes e funcionários da Justiça Militar, em todos os casos de negligência, falta de cumprimento de dever, irregularidade de conduta, desrespeito ou desatenção às ordens de seus superiores hierárquicos, descortesia no trato de seus companheiros ou das partes interessadas, no desempenho da função.

Art. 70. As penalidades estabelecidas neste código para os juizes e funcionários da Justiça Militar serão, quando aplicadas, transcritas nos respectivos assentamentos.

Art. 71. O juiz ou funcionário, a quem tiver sido imposta pena por falta disciplinar, poderá pedir sua reconsideração ou relevação à própria autoridade que a tiver aplicado.

Parágrafo único. Não é permitido segundo pedido de reconsideração ou relevação de pena disciplinar, pelo mesmo fato que a motivou.

Art. 72. O advogado nomeado ou constituído que, em petição, arrazoados verbais ou escritos, cotas ou quaisquer papéis forenses, deixar de guardar o respeito devido ao Supremo Tribunal Militar, ao Procurador Geral, ao Conselho de Justiça ou a qualquer dos juizes sofrerá a pena de suspensão de advocacia no fôro militar por um a seis meses, a qual será imposta pelo Supremo Tribunal Militar, "ex-officio", ao tomar conhecimento do processo ou mediante representação documentada do ofendido.

Art. 73. Os auditores, promotores, adjuntos, advogados e suplentes de auditores são obrigados a matricular-se no Supremo Tribunal Militar, dentro de 60 dias, contados da posse, devendo a matrícula conter o nome e a idade do requerente, data da primeira nomeação, posse e exercício, as interrupções e seus motivos.

Art. 74. Por antiguidade no cargo entende-se o tempo de serviço no mesmo deduzidas quaisquer interrupções, exceto:

- a) o tempo de férias regulamentares gozadas;
- b) o tempo de licença para tratamento de saúde até 12 meses em cada período de seis anos;
- c) o tempo marcado ao auditor removido para se transportar à nova circunscrição judiciária;
- d) o tempo de comissão em serviço inerente ao próprio cargo ou prestado à Justiça Militar;
- e) o tempo de suspensão do exercício em virtude de processo crime de que seja absolvido, e

f) o tempo de licença especial, na conformidade do decreto n. 42, de 15 de abril de 1935.

Art. 75. A antiguidade, em cada entrância, será regulada pela data da posse, e, se acontecer que essa data seja a mesma para dois ou mais, será mais antigo o que maior tempo de efetivo exercício tiver na entrância, no respectivo quadro. Verificada ainda a igualdade de condições, a preferência caberá ao que maior tempo tiver de efetivo exercício no cargo anterior, de serviço militar, de outro serviço público federal, ou de idade. Na apuração da antiguidade, na entrância, só se tomará em consideração o tempo de serviço aí realmente prestado, descontado todo e qualquer período em que o interessado tenha deixado o exercício do cargo, sejam quais forem os motivos, salvo para o desempenho de comissões próprias do cargo, autorizadas por lei ou regulamento, gozo de férias e de licença especial na conformidade do decreto n. 42, de 15 de abril de 1935.

Art. 76. O Supremo Tribunal Militar organizará, anualmente, e fará publicar no "Diário da Justiça", até 15 de janeiro, a lista de antiguidade dos auditores, promotores e advogados.

Art. 77. As reclamações contra a lista de antiguidade serão processadas e julgadas pelo Supremo Tribunal Militar, observadas as disposições seguintes:

a) a reclamação será apresentada na secretaria, ou posta no correio, dentro de 60 dias, contados da data da publicação da lista no "Diário da Justiça". Examinada pelo relator e discutida pelo Tribunal, poderá este julgá-la desde logo improcedente, por falta de fundamento, ou em caso contrário, mandará ouvir os interessados, marcando a cada um prazo razoável que não excederá de 60 dias;

b) findos os prazos marcados, com as respostas ou sem elas, procederá o Tribunal sua decisão.

Art. 78. Os ministros militares e os juizes militares dos conselhos de justiça, sempre que se reunirem, deverão estar fardados.

Art. 79. Os ministros, auditores, membros do ministério público e secretário, os escrivães, oficiais de justiça e continuos usarão, nas sessões e audiências, vestuários estabelecidos no regimento interno do Tribunal, sendo-lhes facultado também, quando a isso tenham direito, o uso de uniformes dos postos correspondentes, com as respectivas insígnias constantes do plano de uniformes militares.

Art. 80. No exercício das funções ha reciproca independência entre os órgãos do ministério público e os da ordem judiciária.

TÍTULO II

Da jurisdição e competência

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 81. A competência para os processos referentes aos crimes praticados no território nacional, salvo as exceções estabelecidas neste código, é determinada: 1º, pelo lugar do crime; 2º pelo lugar da unidade, flotilha ou estabelecimento em que estiver servindo ou for servir o acusado na ocasião do crime.

Art. 82. Os civis, co-réus em crime militar em tempo de paz, respondem no foro comum, salvo si se tratar de delito definido em lei contra a segurança externa do país ou contra as instituições militares.

Art. 83. Quando o militar cometer crime militar e crime comum, responderá por aquele no foro militar e por este no foro comum, salvo os casos previstos na lei em vigor.

Art. 84. Quando o delinquente for acusado de dois ou mais crimes cometidos em lugares diferentes, mas com uma só intenção, será competente para o processo o foro da Região onde houver cometido o crime mais grave. Si os crimes forem da mesma natureza, competente para o processo será o foro que primeiro tomar conhecimento de qualquer deles.

Art. 85. Para os crimes praticados em país estrangeiro ou a bordo de navio em viagem ou comissão, o foro competente será o da Capital Federal.

§ 1º. Si o navio for obrigado a demorar, por tempo suficiente para se fazer o processo, num porto intermédio que seja sede de auditoria, aí será julgado o acusado se for possível a constituição do respectivo conselho.

§ 2º. Si o crime ocorrer em território estrangeiro limítrofe, será o acusado processado e julgado pela auditoria da fronteira, cuja sede for mas próxima do lugar onde houver sido praticado o delito, e na qual sejam possíveis o processo e julgamento na conformidade deste Código.

Art. 86. Os militares do Exército e da Armada, que juntamente ou uns contra outros cometerem crime militar, serão julgados por um conselho constituído por oficiais pertencentes à classe da autoridade militar que tiver, em primeiro lugar, sobre ele providenciado.

Art. 87. A reforma, a transferência para a reserva, a suspensão do exercício das funções, a demissão, a exclusão e a expulsão do serviço militar, reguladas por leis e regulamentos especiais, não extinguem a competência do foro militar para o processo e julgamento dos crimes cometidos ao tempo de atividade no serviço.

Art. 88. O foro militar é competente para processar e julgar os crimes definidos em lei como militares:

a) os militares em serviço ativo no Exército e na Armada, dos diferentes quadros;

b) os oficiais da 1ª classe da reserva de 1ª linha e os reformados do Exército e da Armada, quando em serviço ou comissão de natureza militar;

c) os oficiais da 2ª classe da reserva de 1ª linha do Exército, nos termos do art. 17 do decreto legislativo n. 3.352, de 3 de outubro de 1917;

d) os oficiais da reserva da Armada, nas mesmas condições dos da 2ª classe da reserva do Exército de 1ª linha;

e) os oficiais e praças do Exército de 2ª linha, nos termos do art. 6º do decreto n. 13.040, de 29 de maio de 1918;

f) os reservistas do Exército de 1ª linha e os da Armada, quando mobilizados, em manobras ou em desempenho de funções militares;

g) os sorteados insubmissos;

h) os assemelhados do Exército e da Armada;

i) os civis, nos crimes definidos em lei que atentem contra a segurança externa do país ou contra as instituições militares;

j) os oficiais e praças das polícias, quando incorporadas às forças federais;

l) os militares e seus assemelhados quando praticarem crime nos recintos dos tribunais militares ou suas dependências, nos lugares onde estes funcionem, nas auditorias, nos quartéis, navios, aeronaves, embarcações, repartições e estabelecimentos militares e quando em serviço ou comissão de natureza militar, ainda que contra civis;

m) os militares da ativa em crime contra militares também da ativa, ainda que não sejam praticados em lugar militar, nem em razão de serviço ou da função militar.

Art. 89. São assemelhados os indivíduos que, não pertencendo à classe militar, exercem funções de caráter civil ou militar, especificadas em lei ou regulamentos, a bordo de navios de guerra ou embarcações a estes equiparadas, nos arsenais, fortalezas, quartéis, acampamentos, repartições, lugares e estabelecimentos de natureza e jurisdição militar e sujeitos por isso a preceitos de subordinação e disciplina previstos nas leis e regulamentos disciplinares.

Art. 90. Nas 1ª e 2ª Regiões, o auditor mais antigo distribuirá o serviço por ele e demais auditores, por ordem de entrada dos processos e observada a mais rigorosa equidade, sem dependência hierárquica.

CAPITULO II

DA COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL MILITAR

Art. 91. Ao Supremo Tribunal Militar compete:

a) processar e julgar originariamente os ministros do mesmo Tribunal, o procurador geral e os oficiais gerais do Exército e da Armada, sendo que estes últimos nos crimes militares e de responsabilidade; os juizes, os promotores, advogados de officio e escrivães, nos crimes de responsabilidade;

b) declarar o official do Exército ou da Armada indigno do officialato ou com elle incompativel, nos termos do art. 160, parágrafo unico da Constituição da República;

c) processar e julgar petições de *habeas-corpus*, quando a coação ou ameaça emanar de autoridade militar, administrativa ou judiciaria, ou junta de alistamento e sorteio militar;

d) conhecer dos recursos interpostos dos despachos do auditor e das decisões e sentenças dos conselhos de justiça;

e) julgar os embargos opostos a seus acordãos;

f) julgar os conflitos de jurisdicção, suscitados entre os conselhos de Justiça Militar;

g) mandar que se enviem, por cópia, ao auditor ou à autoridade civil, conforme a hipótese, as peças necessárias à formação da culpa, sempre que no julgamento de um processo encontrar indícios de novo crime ou de novo criminoso não processado;

h) remeter ao procurador geral da Justiça Militar ou à autoridade que competente for, para que se proceda na forma da lei, cópia dos documentos, quando, em autos ou papéis submetidos ao exame do Tribunal, descobrir crime de responsabilidade;

i) advertir, censurar, nos acordãos, os juizes inferiores e mais funcionários por omissão ou falta no cumprimento do dever; e suspender-lhes o exercicio das funções até trinta dias com perda de gratificação, quando se tratar de omissão ou falta grave;

j) resolver sobre a antiguidade dos auditores, promotores e advogados, organizando anualmente, as respectivas relações, e enviar ao Governo a lista, triplice a que se refere o art. 31 e seguintes, para a nomeação de auditores, promotores e advogados, e para efeito de promoção dos mesmos;

k) elaborar o seu regimento interno e organizar a sua secretaria, bem assim, conceder licença aos seus membros, aos juizes e serventuários que lhe são imediatamente subordinados;

l) conhecer, em grau de recurso, dos processos de officiais e praças oriundos dos Conselhos de Justiça das policias militares da União, nos termos da legislação vigente;

m) julgar os recursos de alistamento militar, na forma da legislação em vigor;

n) processar e julgar as revisões criminais de condenações proferidas pela Justiça Militar;

o) consultar, com seu parecer, as questões que lhes forem afetas pelo Presidente da República sobre economia, disciplina, direitos e deveres das forças de terra e mar e classes anexas, e que não se relacionem com assunto que possa vir a ser objeto de decisão do Tribunal;

p) expedir provimento em correição geral ou parcial;

q) eleger seu presidente e vice-presidente.

Art. 92. Nos casos em que possa vir a ser imposta ao réu a pena de trinta anos de prisão, o Supremo Tribunal Militar só funcionará com a presença de, pelo menos, tres juizes togados e quatro militares, alem do Presidente.

Art. 93. O Presidente não poderá tomar parte na discussão e votação das questões submetidas à decisão do Tribunal, salvo quando se tratar de matéria de carater administrativo, em que, alem de seu voto, terá o de qualidade no caso de empate.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DOS CONSELHOS DE JUSTIÇA PERMANENTE OU ESPECIAL

Art. 94. Ao Conselho de Justiça, permanente ou especial, compete:

a) processar e julgar os delitos previstos na legislação penal militar, com exceção dos atribuidos à competência privativa do Supremo Tribunal Militar e dos crimes de deserção de praças e de insubmissão;

b) converter em prisão preventiva a detenção do imputado, ordenada pela autoridade militar na fase do inquérito, quando o interesse da Justiça ou da disciplina o exigir; ou ordenar a soltura do acusado se não se verificarem essas condições, comunicando sua decisão, num ou noutro caso, à autoridade administrativa competente, por intermédio do presidente do conselho ou do auditor. No caso de haver prisão preventiva anteriormente decretada, poderá o Conselho ratificá-la ou revogá-la conforme as circunstâncias;

c) decretar a prisão preventiva do denunciado e conceder menagem, ouvido previamente o ministério público sobre a conveniência ou não da concessão;

d) decidir as questões de direito que se suscitarem durante a formação da culpa ou no julgamento;

e) receber as apelações e recursos, salvo o disposto no art. 101, letra L, deste Código.

Parágrafo único. Se do inquérito ou durante a fase da formação da culpa ficar apurada a doença mental do indiciado, mediante exame médico-legal, e se essa for anterior à infração e de natureza a diminuir a responsabilidade, o conselho, ouvido o órgão do ministério publico, declarará irresponsavel o mesmo indiciado.

Art. 95. Ao presidente do conselho de justiça compete:

a) presidir às sessões, propor as questões, apurar e proclamar o vencido;

b) nomear advogado ao acusado que o não tiver, e curador a acusado ausente ou de menor idade;

c) requisitar o comparecimento do acusado, quando preso, e das testemunhas, quando militares ou funcionários públicos;

d) lavrar auto de flagrante no exercício de suas funções contra os que praticarem delito;

e) prender os que assistirem às sessões com armas proibidas e mandá-los apresentar à autoridade competente.

Parágrafo único. No caso de omissão do presidente do conselho, o ofendido, na hipótese da letra *d* deste artigo, poderá reclamar do Presidente do Supremo Tribunal Militar que ordene a instauração do processo respectivo.

Art. 96. O presidente do conselho, além do voto deliberativo, terá o de qualidade, quando se verificar empate, salvo a hipótese do parágrafo único do art. 98.

Art. 97. Qualquer membro do conselho, inclusive o auditor, poderá reperguntar as testemunhas e solicitar as diligências que forem necessárias à elucidação dos fatos, ficando sempre o pedido da diligência sujeito à decisão do Conselho.

Art. 98. O Conselho poderá instalar-se ou funcionar desde que esteja presente a maioria de seus membros, inclusive o presidente e o auditor. O presidente do Conselho quando faltar será substituído pelo juiz que se lhe seguir em antiguidade ou posto, se for oficial superior.

Parágrafo único. Na sessão de julgamento final exige-se o comparecimento de todos os juizes.

Art. 99. As sessões do Conselho far-se-ão em dias úteis mediante convocação do presidente ou do auditor, e só poderão ser adiadas nos casos facultados neste Código por motivo legítimo, comprovado e expresso na ata. A sessão de julgamento, porém, será permanente.

Art. 100. Nenhuma ingerência no Conselho é permitida, sob pena de responsabilidade criminal, às autoridades militares qualquer que seja sua categoria ou o motivo invocado.

CAPÍTULO IV

DA COMPETÊNCIA DOS AUDITORES

Art. 101. Ao auditor, além do que lhe é atribuído neste Código, compete:

a) decidir sobre aceitação da denúncia e sobre pedido de arquivamento ou devolução do inquérito, representação, queixa ou documentos;

b) proceder, nos casos de direito e sendo possível, a exame do corpo de delito, se não houver sido feito no inquérito, e bem assim aos demais exames e diligências que se tiverem de realizar por deliberação do Conselho ou no exercício de suas atribuições, nomeando os peritos se necessário for;

c) requisitar das autoridades civis e militares as providências necessárias para o andamento do processo e esclarecimento do fato;

d) proceder, com a assistência do promotor e do escrivão, em ato público, ao sorteio dos oficiais que tiverem de servir em Conselho;

e) comunicar à autoridade, sob cujas ordens se achar, o acusado, todas as decisões definitivas do Conselho, e as do Supremo Tribunal Militar em grau de recurso, logo que delas tiver conhecimento;

f) qualificar e interrogar o acusado, inquirir e acarear as testemunhas;

g) servir de relator nos conselhos de justiça, redigir as sentenças e as decisões tomadas pelo Conselho, dentro do prazo de três dias;

h) processar e julgar as justificações que lhe forem requeridas para percepção de montepio e isenção do serviço militar;

i) advertir, censurar, suspender, até 30 dias, com perda de gratificação, ou promover a demissão, observados os preceitos legais, os funcionários nomeados por sua indicação;

j) expedir qualquer alvará, mandado de prisão, citação, intimação, busca e apreensão, em cumprimento de decisões do Conselho ou no exercício de suas próprias funções;

l) receber a apelação ou os recursos de decisões do Conselho, quando este já houver encerrado a sessão em que se houver proferido a sentença ou a decisão;

m) decretar a prisão preventiva no caso do § 3º do art. 156 deste Código;

n) convocar, nos casos da lei, o suplente de auditor e o adjunto de promotor;

o) remeter até 31 de janeiro de cada ano, à auditoria de correição, os autos dos processos findos;

p) apresentar ao presidente do Supremo Tribunal Militar, até fins de fevereiro de cada ano, um relatório da administração da justiça na auditoria e referente ao ano anterior;

q) fazer a polícia da respectiva auditoria e mandar lavrar auto de flagrante contra os que delinqüirem;

r) comunicar trimestralmente ao comandante da Região, ao Secretário Geral do Ministério da Guerra (e este ao comando da 1ª R. M.) e ao Diretor Geral do Pessoal da Armada o movimento da auditoria, especificando quais os reus presos, soltos e reveis, as datas da prisão e de entrada do processo em cartório, bem como quais os processos que não lhe foram restituídos por tais autoridades.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO E AUXILIARES DA JUSTIÇA MILITAR

Art. 102. Ao procurador geral, além do que se acha estatuído neste código, incumbe:

a) superintender todo o serviço do ministério público, expedir ordens e instruções aos promotores para o desempenho regular e uniforme de suas atribuições, tornar efetiva a responsabilidade dos mesmos e dos demais serventuários da justiça;

b) officiar nos recursos interpostos pelos promotores e submetidos ao conhecimento do Supremo Tribunal Militar, e naqueles em que, depois de examinados os autos pelos relatores, verificarem estes a necessidade de sua audiência;

c) requerer tudo quanto entender necessário para o julgamento das causas e interpor os recursos legais;

d) denunciar e acusar os reus nos crimes da competência originária do Supremo Tribunal Militar, e promover a cassação de patente nos casos em que o official se torne indigno do officialato ou com ele incompatível, nos termos da Constituição;

e) designar qualquer representante do ministério público para, mesmo fora de sua região, proceder a diligências e promover inquéritos, conforme aconselharem os interesses da justiça;

f) propor a nomeação dos adjuntos interinos de promotor;

g) apresentar, anualmente, até o mês de abril, aos Ministros da Guerra e da Marinha, um relatório estatístico criminal com as suas gestões que julgar necessárias ao interesse da justiça;

h) advertir, censurar ou suspender até 30 dias os promotores, adjuntos e funcionários da procuradoria, por faltas e omissões no cumprimento do dever.

Parágrafo único. O procurador geral terá assento no Tribunal, podendo tomar parte, sem direito de voto, na discussão dos assuntos da competência do Tribunal, em qualquer momento, antes, porém, de iniciada a votação.

Art. 103. Ao promotor incumbe:

a) solicitar à autoridade militar competente inquérito policial, desde que encontre nos processos submetidos ao seu conhecimento indício de outro crime;

b) denunciar os crimes, assistir ao processo e julgamento, promover todos os termos da acusação;

c) aditar a denúncia nos casos de direito;

d) arrolar testemunhas além das que tiverem sido ouvidas no inquérito, e substituí-las, até o máximo de tres, quando o interesse da justiça o exigir;

e) acusar os criminosos, promover sua prisão e execução das sentenças;

f) interpor os recursos legais;

g) recorrer obrigatoriamente para o Supremo Tribunal Militar das decisões de não recebimento da denúncia e das sentenças de absolvição, quando fundadas em dirimentes ou justificativas, ou quando se tratar de crimes funcionais ou de homicídio;

h) requisitar das repartições e autoridades competentes, dos arquivos e cartórios, as certidões, exames, diligências e esclarecimentos necessários ao exercício de suas funções;

i) funcionar, obrigatoriamente, nas justificações para percepção de montepio e meio soldo e isenção do serviço militar;

j) organizar e remeter, até 31 de janeiro, ao procurador geral a estatística criminal de sua promotoria durante o ano anterior e, trimestralmente, comunicar ao secretário geral do Ministério da Guerra, na Capital Federal, ao Comandante da Região e ao Diretor Geral do Pessoal da Armada a sua impressão sobre a criminalidade e falhas dos inquéritos e processos com os esclarecimentos que julgar necessários;

l) cumprir as determinações e instruções do procurador geral, relativas ao exercício das suas funções, e solicitar àquele os necessários esclarecimentos nos casos omissos ou duvidosos;

m) requerer, em qualquer fase do processo e nos termos deste código, a prisão preventiva dos imputados;

n) emitir parecer nas questões de direito criminal, que lhe forem submetidas pelo comando da Região ou pelo da Guarnição quando esta for sede de auditoria;

o) pedir o arquivamento do inquérito quando não houver crime a punir, ou a sua restituição à autoridade militar competente, quando houver apenas transgressão disciplinar a punir, dentro dos prazos do art. 190.

Art. 104. Aos suplentes e aos adjuntos compete substituir, respectivamente, os auditores e os promotores, quando convocados na conformidade deste Código.

Art. 105. Ao advogado de officio incumbe:

a) patrocinar, nos termos deste código, as causas em que forem acusadas praças no foro militar;

b) servir de advogado ou curador nos casos de direito;

c) promover a revisão dos processos e o perdão dos condenados nos casos em que a lei o permite;

d) requerer, por intermédio do auditor ou do conselho, as diligências e informações necessárias à defesa do acusado;

e) recorrer, obrigatoriamente, das sentenças condenatórias nos crimes de deserção e insubmissão.

Art. 106. Ao escrivão incumbe:

a) escrever em forma legal e de modo legível ou dactilografar os processos, mandados, precatórias, depoimentos, cartas de guia e mais atos próprios do seu officio;

b) passar procuração "apud-acta";

c) dar, mediante despacho do auditor, certidões "verbo ad verbum" ou em relatório que lhe forem pedidas e não versarem sobre assuntos secretos;

d) ler o expediente e os autos nas sessões do conselho, tomando nota de tudo quanto nelas ocorrer, para lavrar a ata respectiva, que tem de ser junta aos autos, na qual mencionará a hora em que começaram e terminaram os trabalhos;

e) fazer, em cartório, as notificações de despachos ordenados pelo auditor e das decisões do conselho;

f) acompanhar o auditor nas diligências do seu officio;

g) arquivar os livros e papeis para deles dar conta a todo tempo;

h) ter em dia a relação de todos os móveis e utensílios da auditoria, os quais ficarão a seu cargo;

i) reunir os dados necessários ao relatório anual do auditor e fazer a correspondência administrativa da auditoria;

j) ter sob sua guarda e responsabilidade os autos dos processos submetidos ao conselho e outros quaisquer autos e documentos existentes na auditoria;

l) rubricar os termos, atos e folhas de autos;

m) organizar o livro de tombo do cartório, com indicação do nome do réu, por ordem alfabética, espécie e número do processo e datas da entrada e remessa;

n) providenciar sobre o registo, em livro próprio das sentenças e decisões do conselho;

o) anotar, em livro próprio e por ordem alfabética, os nomes dos réus condenados e a data exata da conclusão das penas respectivas;

p) de seis em seis meses fornecer ao auditor, para os fins de direito, a relação de todos os processos que se acharem parados em cartório.

Art. 107. Ao escrevente incumbe auxiliar o escrivão, podendo ser encarregado de todo o serviço do cartório inclusive escrever ou dactilografar os depoimentos de testemunhas e os termos dos autos, sob a responsabilidade exclusiva do escrivão que os subscreverá.

Parágrafo único. Quando o depoimento de testemunha for dactilografado, o auditor rubricará todas as páginas do depoimento.

Art. 108. Aos oficiais de justiça incumbe:

a) fazer, na conformidade deste código, as citações ordenadas;

b) executar as ordens do auditor e do presidente do conselho, em matéria de serviço;

c) apregoar a abertura e o encerramento das sessões do conselho;

d) auxiliar o serviço nas auditorias;

e) fazer a chamada dos acusados e testemunhas.

Art. 109. Ao servente incumbe zelar pelo asseio e conservação dos móveis da auditoria e pela limpeza das dependências internas da mesma.

Art. 110. As atribuições do secretário e do sub-secretário do Supremo Tribunal Militar serão reguladas no regimento interno.

Parágrafo único. O regimento interno regulará também as atribuições e serviços da secretaria e portaria do Tribunal.

CAPÍTULO VI

DOS CONFLITOS DE JURISDIÇÃO

Art. 111. Tanto os conselhos, por meio de decisão, como o ministério público ou o acusado, mediante alegação fundamentada e escrita, poderão suscitar conflito de jurisdição.

Art. 112. Quando o conflito de jurisdição ocorrer entre conselhos de Justiça Militar, será resolvido pelo Supremo Tribunal Militar, observadas as disposições seguintes:

§ 1.º Tratando-se de conflito negativo de jurisdição, o conselho que, por último, se houver declarado também incompetente para conhecer da causa, remeterá desde logo, por intermédio do auditor, à Secretaria do Supremo Tribunal Militar, os autos do processo em que tiver ocorrido o conflito.

§ 2.º Distribuído o feito, o relator dará vista ao procurador geral para dizer de direito, seguindo-se o julgamento na forma do § 5.º.

§ 3.º Se se tratar de conflito de jurisdição positivo, distribuído o feito, o relator ou o Tribunal poderá ordenar, desde logo, se o julgar conveniente, que os autos do processo, em que se tiver suscitado o conflito, sejam requisitados e presentes à sessão do julgamento.

§ 4.º Caso não seja julgada necessária a requisição dos autos ou quaisquer informações ou diligências, distribuído o feito, o relator ordenará imediatamente que seja susinado o andamento do processo em causa até a decisão do conflito.

§ 5.º Recebidas as informações ou sem elas, se não houverem sido requisitadas, o Tribunal, ouvido o procurador geral e a exposição verbal do relator, decidirá o conflito até à sessão seguinte, salvo se a instrução do feito depender de diligências.

§ 6.º Lavrado o acordão, que conterá explicitamente os fundamentos da decisão, remeterá o secretário cópia dele a cada um dos conselhos em conflito, e, no caso em que tenham sido remetidos os autos ao Tribunal, os enviará sem demora ao conselho julgado competente.

Segunda parte

TÍTULO I

Dos atos preliminares do processo

CAPÍTULO I

DO INQUÉRITO POLICIAL-MILITAR

Art. 113. O inquérito policial-militar consiste num processo sumário em que ouvir-se-ão o indiciado, o ofendido e testemunhas em número não menor de tres, e far-se-ão, além do auto de corpo de delito nos crimes que deixam vestígio, quaisquer exames e diligências necessárias ao esclarecimento do fato e suas circunstâncias, inclusive a determinação do valor do dano.

Parágrafo único. Se o crime for dos que não deixam vestígios ou estes tiverem desaparecido, a autoridade militar, também a esse respeito, inquirirá as testemunhas para suprir, indiretamente, o corpo de delito.

Art. 114. O inquérito pode ser instaurado:

- a) *ex-officio* ou em virtude de determinação superior;
- b) a requerimento da parte ofendida ou de quem legalmente a represente;
- c) em virtude de requisição do ministério público, nos termos da letra a do art. 103 deste código.

§ 1.º O procedimento *ex-officio* compete à autoridade sob cujas ordens estiver o acusado, logo que ao conhecimento dela chegue a notícia do crime que a este se atribue.

§ 2.º A determinação para instauração do inquérito compete, observada a ordem hierárquica ou administrativa, ao superior ou à autoridade a que se refere o parágrafo anterior.

§ 3.º O requerimento e a requisição de que tratam as letras b e c serão dirigidos à autoridade militar sob cujas ordens servir o acusado.

§ 4.º Os Ministros da Guerra e da Marinha poderão avocar qualquer inquérito e designar a autoridade que do mesmo se encarregue.

Art. 115. A polícia militar será exercida pelos Ministros da Guerra e da Marinha, Chefes do Estado-Maior do Exército e da Armada, inspetores e diretores de Armas e Serviços, Diretor Geral do Pessoal da Armada, comandantes de regiões, divisões, brigadas, guarnições e unidades e comandos correspondentes na Marinha, chefes de departamentos, serviços, estabelecimentos e repartições militares e navais, por si ou por delegação a oficial.

§ 1.º Nos casos de indícios contra oficial, a delegação far-se-á a oficial de patente superior à do indiciado.

§ 2.º Para funcionar como escrivão no inquérito, a autoridade que o instaurou nomeará, por proposta do encarregado do mesmo, um sargento, se o indiciado não for oficial, ou um oficial subalterno ou capitão, se for o indiciado oficial.

§ 3.º Em casos excepcionais, a autoridade que instaurou o inquérito poderá, a pedido do encarregado do mesmo, solicitar que o promotor acompanhe as diligências.

§ 4.º O prazo para conclusão do inquérito é de trinta dias. Por motivos excepcionais, poderão prorrogá-lo os Inspetores e Diretores de Armas e de Serviços e os comandantes de região por mais vinte dias, e o Ministro da Guerra ou da Marinha pelo prazo que se fizer justificadamente necessário à sua conclusão. O pedido de prorrogação deve ser feito em tempo oportuno de modo a ser atendido antes da terminação do prazo.

Art. 116. Os comandantes de região, divisão, brigada, guarnição e unidade, e os de forças navais são responsáveis pela polícia na unidade de seu comando.

§ 1.º Sempre que um comandante de unidade instaurar um inquérito fará comunicação, por via hierárquica, ao comandante da região, divisão, brigada ou da força naval a que estiver subordinado, com sucinto relato do fato e designação do encarregado.

§ 2.º Os comandantes de região, divisão e brigada e os de forças navais poderão avocar a solução do inquérito.

Art. 117. Terminadas as diligências, o encarregado fará um relatório que constará de uma parte expositiva, dando sucinta informação de como os fatos se passaram, mencionando o local, dia e hora em que ocorreram, e fazendo a indicação sumária das provas colhidas; e de uma outra parte, conclusiva, em que apreciará o valor das provas, declarando, afinal, se ha falta a punir ou crime e, neste caso, si militar ou civil, e se pronunciando justificadamente sobre a conveniência da prisão preventiva quando esta se fizer necessária.

§ 1.º Si os fatos constantes das averiguações constituírem transgressão da disciplina militar proceder-se-á de conformidade com o disposto nos regulamentos disciplinares do Exército e da Armada, tornando-se desnecessária a remessa à auditoria. Nas Regiões devem ter os respectivos comandos, por via hierárquica, conhecimento do relatório e da solução que será publicada em boletim.

Na Armada, os autos em tais casos serão arquivados na secção de Justiça da Diretoria do Pessoal, publicando-se, da mesma forma, em boletim, a solução.

§ 2.º Se os fatos constituírem crime de competência dos tribunais militares serão os autos remetidos, por intermédio da autoridade mais graduada da região, ao auditor competente, que os mandará com vista ao promotor. Nas 1.ª e 2.ª Regiões, os autos serão remetidos ao auditor mais antigo.

§ 3.º Se os fatos constituírem crime ou contravenção da competência dos tribunais civis, serão os autos remetidos à autoridade competente, por intermédio da autoridade militar mais graduada da região.

§ 4.º Não se apurando no inquérito a existência de crime ou de transgressão, serão os autos remetidos à autoridade militar competente, que os enviará, dentro de prazo razoável, depois do devido exame e pronunciamento, à Auditoria de Correição para os fins de direito.

Art. 118. O relatório a que se refere o artigo anterior, no caso de concluir pela existência de crime, fará a indicação sumária das provas colhidas e indicará, ainda, as pessoas que tenham razão de saber do fato criminoso, além das já ouvidas no inquérito.

Art. 119. Os chefes dos Estados-Maiores do Exército e da Armada, os Inspectores e Diretores de Armas e Serviços, Comandantes de Esquadras e Diretor Geral do Pessoal da Armada, terão, quanto às forças e estabelecimentos deles dependentes, as mesmas atribuições conferidas, neste capítulo, aos comandantes de Regiões.

Art. 120. Poderá ser dispensado o inquérito em caso de flagrante delito, ou quando o fato e sua autoria já estiverem esclarecidos por documentos ou outras provas.

CAPÍTULO II

DA BUSCA E APREENSÃO

Art. 121. A autoridade competente, auditor ou encarregado do inquérito, quando for necessário ao interesse da justiça, procederá ou mandará proceder a exame e busca onde julgar conveniente, fazendo lavrar auto circunstanciado de tudo quanto observar, com descrição da localidade e indicação de quaisquer objetos suspeitos em relação ao crime. O auto será autenticado pela autoridade e assinado pelo menos, por duas testemunhas idôneas.

Art. 122. Para que a autoridade possa fazer exames domiciliares e buscas é preciso que haja, no lugar, indícios veementes ou fundada probabilidade da existência de vestígios, instrumentos ou objetos do crime, ou de aí se achar o criminoso ou seus cúmplices.

Art. 123. Os mandados de busca devem:

- a) indicar a casa pelo seu número, situação e nome do proprietário ou morador;
- b) descrever as cousas ou nomear a pessoa procurada;
- c) ser escritos pelo escrivão e assinados pela autoridade, com ordem de prisão ou sem ela.

Art. 124. A execução dos mandados compete aos oficiais de justiça, e, si na fase de inquérito, a militares nomeados *ad-hoc* pela autoridade que houver ordenado a busca e apreensão.

Art. 125. O encarregado da diligência será acompanhado de duas testemunhas que possam abonar e depor se for preciso, em justificação dos motivos que determinarem ou tornarem legal a entrada ou fizerem necessário o emprego da força, no caso de opposição ou resistência.

Art. 126. À noite, em casa alguma, proceder-se-á a exame ou busca.

Art. 127. Antes de entrar na casa deve o encarregado da diligência ler ao morador o mandado de busca, intimando-o a obedecer a sua execução.

§ 1.º Não sendo obedecido poderá arrombar a porta da casa e nela entrar, forçar qualquer porta interior, armário ou outro móvel ou cousa, onde se possa, com fundamento, supor escondido o que se procura.

§ 2.º Finda a diligência, lavrarão os executores um auto de tudo quanto houver ocorrido, no qual também nomearão as pessoas e descreverão as cousas procuradas e o lugar onde foram encontradas, assinando-o com as testemunhas presenciais.

Art. 128. Os mandados de busca também podem ser concedidos a requerimento da parte, com declaração das razões por que presume achar-se o criminoso ou o objeto, que tenha relação com o crime, no lugar indicado. Quando tais razões não forem logo justificadas por documentos ou apoiadas pela fama da vizinhança ou notoriedade pública ou por circunstâncias tais que constituam veementes indícios, exigir-se-á o depoimento de duas testemunhas, que deverão dar a razão da ciência ou presunção que têm de que a pessoa ou cousa está no lugar designado.

Art. 129. As buscas poderão ser decretadas *ex-officio*, por meio de portaria ou mandado, que será dispensado, quando se tratar de caso urgente, lavrando-se, porém, sempre, o auto especial com descrição do ocorrido.

Art. 130. As armas, instrumentos e objetos do crime serão autenticados pela autoridade apreensora, e conservados em juízo, para serem presentes aos termos da formação da culpa e do julgamento.

Art. 131. O auditor providenciará no sentido de se restituírem a seus donos os objetos ou valores, apreendidos aos criminosos, e os que tenham vindo a juízo, para prova do crime, uma vez que não haja impugnação fundada de terceira pessoa ou, por lei, não tenham sido perdidos para o Estado.

Parágrafo único. As armas do crime, se não forem de uso militar, serão, depois do julgamento do acusado, entregues à polícia civil para os fins de direito. Si de uso militar, serão devolvidas à autoridade militar competente.

CAPÍTULO III

DO CORPO DE DELITO E OUTROS EXAMES

Art. 132. Quando o crime for dos que deixam vestígios, a autoridade que proceder à diligência nomeará dois profissionais, c, em falta destes, duas pessoas de idoneidade e capacidade reconhecidas, que, sob compromisso de bem e fielmente desempenharem os deveres do cargo, se encarregarão de descrever, com todas as circunstâncias, tudo o que observarem em relação ao crime.

Parágrafo único. No caso de divergência dos peritos, a autoridade nomeará um terceiro para desempatar.

Art. 133. O exame de corpo de delito será feito *ex-officio*, ou a requerimento da parte, que terá direito a uma cópia autêntica do auto.

Art. 134. Os quesitos, a que os peritos tenham de responder, serão oferecidos pela autoridade que presidir a diligência. Ao ministério público, em fase processual, e à parte interessada, nesta fase ou no inquérito, é lícito oferecer os seus quesitos.

Art. 135. Concluídas as observações e exames, o escrivão reduzirá tudo a auto, que será assinado pela autoridade, peritos e duas testemunhas.

§ 1.º Podem os peritos, se as circunstâncias o exigirem, requerer prazo razoável para apresentarem as suas respostas.

§ 2.º Terminado o auto de corpo de delito, a autoridade, que presidiu a diligência, julga-lo-á, afinal, procedente para que surta os efeitos legais. No caso de julgá-lo improcedente, fundamentará sua decisão.

Art. 136. Toda vez que baixar a hospital ou enfermaria algum militar com sinais que autorizem a suspeita de crime, o diretor, ou quem a suas vezes fizer, providenciará de modo a proceder-se, dentro de 48 horas, o exame de corpo de delito, observadas as formalidades prescritas nos artigos anteriores. Quando não existirem vestígios ou estes tiverem desaparecido, a autoridade militar, encarregada do inquérito, indagará quais as testemunhas do crime e as fará vir à sua presença, inquirindo-as, sob compromisso, a respeito do fato, autoria deste e circunstâncias, quanto possível, minuciosas do crime.

Art. 137. O corpo de delito tem por complemento outros exames, tais como:

a) exame de sanidade;

b) autópsia;

c) exame de laboratório, de instrumentos e outros que forem necessários.

Art. 138. As regras concernentes ao corpo de delito são aplicáveis aos outros exames, de acordo com o estabelecido no decreto n. 16.670, de 17 de novembro de 1934.

Art. 139. Proceder-se-á a exame de sanidade quando o ofendido tiver alta do hospital ou enfermaria, ou, quando passados trinta dias do ferimento, lesão ou ofensa física, não estiver restabelecido. Os peritos, nesse caso, declararão a causa da prolongação do mal, se este resulta da ofensa física ou de circunstâncias especiais e extraordinárias, e se o ofendido apresenta perigo de vida.

Parágrafo único. Não tendo sido procedido ao exame de sanidade, o ministério público poderá requerê-lo, se o julgar necessário aos interesses da justiça.

Art. 140. Falecendo o ofendido, os peritos declararão a causa determinante da morte e todas as circunstâncias que observarem, verificadas por meio de autópsia.

Art. 141. O corpo de delito poderá ser feito em qualquer dia e hora, mesmo em domingo ou feriado, de modo que medeie o menor prazo possível de tempo entre ele e a perpetração de crime.

Art. 142. Nas diligências e exames que, a bem da justiça, se tenham de fazer nos navios, quartéis, estabelecimentos ou repartições públicas civis ou militares, as autoridades competentes dirigir-se-ão aos respectivos comandantes, diretores ou chefes, avisando-os do dia e hora em que terão de os efetuar.

Art. 143. O juiz não fica adstrito ao laudo pericial, e pode aceitá-lo ou rejeitá-lo no todo ou em parte. Si o rejeitar, mandará, caso possível, que se proceda a novo exame pelos mesmos ou por outros peritos.

Parágrafo único. É lícito ao juiz ordenar aos peritos esclarecimentos que julgar necessários.

Art. 144. Os peritos, que sem justa causa se recusarem a fazer o exame de corpo de delito ou qualquer exame complementar, serão multados em 50\$ a 200\$ pela autoridade que presidir ao ato.

Art. 145. A autoridade encarregada do inquérito, poderá, si preciso for, requisitar da Policia Civil todas as diligências e exames que se fizerem necessários para o esclarecimento do fato.

TÍTULO II

Da prisão e da menagem

CAPÍTULO I

DA PRISÃO EM FLAGRANTE DELITO

Art. 146. Qualquer pessoa pode, e os militares devem, prender quem for desertor ou estiver condenado, ou for encontrado cometendo crime, ou após a prática deste tentar fugir, perseguido pelo clamor público. Somente nestes dois últimos casos a prisão se considera feita em flagrante delito.

§ 1º. Apresentado o preso à autoridade militar, ouvirá esta, sobre o fato, o condutor e as testemunhas que o acompanharem, interrogando o imputado sobre as acusações que lhe são feitas, indagando o lugar e a hora em que se cometeu o crime, fazendo de tudo lavrar auto, por todos assinado.

§ 2º. Quando o acusado se recusar a assinar o auto de flagrante, ou não souber ou não puder assinar, será o mesmo assinado por duas testemunhas que o tenham visto lavrar.

§ 3º. Recolhido o acusado à prisão, proceder-se-á em seguida, si for o caso, a exame de corpo de delito, a busca para apreensão dos instrumentos do crime e a outras diligências necessárias ao esclarecimento do mesmo; feito o que se remeterá o processo, dentro de cinco dias, ao auditor competente, a cuja disposição passará o preso, comunicando-se o fato, por officio, à autoridade militar a que ele estiver subordinado.

Art. 147. A autoridade militar competente dará ao preso, dentro de 24 horas, nota de culpa, por ela assinada, contendo o motivo da prisão e os nomes do acusador e das testemunhas.

Art. 148. Quando o auditor competente, para o processo, verificar do auto de flagrante que o crime foi praticado para evitar mal maior ou em legítima defesa, poderá, depois de ouvir o ministério público, conceder ao réu liberdade provisória, mediante termo de comparecimento a todos os atos do processo, sob pena de ficar a concessão sem efeito.

CAPÍTULO II

DA PRISÃO POR MANDADO

Art. 149. Fora do flagrante delito, a prisão, antes da culpa formada, poderá ser ordenada em qualquer fase do processo, quando a ordem, a disciplina ou o interesse da justiça o exigir, ocorrendo em conjunto, ou isoladamente, as condições seguintes:

a) declaração de duas testemunhas, que deponham sob compromisso e de ciência própria, ou prova documental, de que resultem veementes indícios de culpabilidade;

b) confissão do crime.

Art. 150. A prisão preventiva será decretada por ordem escrita, podendo, nos casos urgentes, ser determinada por via telegráfica, ou por qualquer modo que torne certa sua decretação.

Art. 151. A ordem de prisão será expedida *ex-officio* ou a requerimento do ministério público.

Parágrafo único. A cópia do mandado de prisão equivalerá à nota de culpa.

Art. 152. A ordem de prisão requer, para sua legitimidade, o concurso das formalidades seguintes:

- a) que emane de autoridade competente;
- b) que seja escrita pelo escrivão e assinada pela autoridade;
- c) que nomeie a pessoa que deva ser presa, ou a designe por sinais que a façam conhecida do executor;
- d) que declare o motivo da prisão;
- e) que seja dirigida a quem for competente para executá-la.

Art. 153. Quando o acusado estiver fora da jurisdição da autoridade que decretar a prisão, será esta requisitada à autoridade competente da Região em que o mesmo se achar.

Art. 154. Se o acusado estiver em país estrangeiro, a prisão será requisitada de acordo com as regras do Direito Internacional.

Art. 155. Na execução de ordem de prisão, observar-se-á o seguinte:

a) o executor dar-se-á a conhecer e, lendo o mandado ao acusado, o intimará a acompanhá-lo;

b) somente, quando o acusado resistir ou procurar evadir-se, poderá o executor empregar violência ou força para efetuar a prisão;

c) se o acusado resistir com arma, de modo a por em risco a vida do executor, poderá este lançar mão dos meios necessários à sua defesa; e, em tal conjuntura, o ferimento ou morte do acusado é justificável. Esta disposição compreende as pessoas que auxiliarem a execução do mandado e as que prenderem alguém em flagrante, bem como, de outro lado, as que ajudarem a resistência do acusado ou o quiserem tirar do poder do executor;

d) se o acusado se introduzir em alguma casa, o executor intimará o respectivo morador a entregá-lo, mostrando a ordem de prisão e fazendo-se conhecer. Si não for imediatamente obedecido, chamará duas testemunhas e, sendo de dia, entrará à força, arrombando as portas, se preciso for; sendo de noite, tomará todas as saídas, declarará o prédio incomunicável e, logo que amanhecer, penetrará na casa, de tudo lavrando auto;

e) a entrada na casa é permitida, mesmo à noite, se, tendo nela entrado o acusado, de dentro pedirem socorro;

f) toda pessoa que se opuser, por qualquer forma, à execução do mandado, será presa e remetida à autoridade competente para os fins de direito.

Art. 156. Qualquer das autoridades referidas no art. 115 poderá ordenar a detenção ou prisão do indiciado durante as investigações policiais até trinta dias.

§ 1º. Si houver necessidade da detenção ou prisão do acusado por tempo superior a trinta dias, o comandante da região ou autoridade correspondente na Armada poderá prorrogar esse prazo por mais vinte dias, mediante solicitação fundamentada e por via hierárquica.

§ 2º. O encarregado do inquérito, depois das diligências procedidas, poderá ainda pedir a prisão preventiva do indiciado, nos termos do art. 149.

DECRETOS-LEIS

§ 3º. Si o indiciado não for official, o pedido será feito ao conselho permanente de justiça; e si for official, sê-lo-á ao auditor competente, que decidirá como de direito.

§ 4º. Nas 1ª e 2ª Regiões, o pedido será dirigido ao auditor mais antigo.

CAPÍTULO III

DA MENAGEM

Art. 157. A menagem poderá ser concedida nos crimes cujo máximo de pena for inferior a quatro anos de prisão.

Art. 158. A menagem será concedida: ao official, no acampamento, navio, cidade ou lugar em que se achar ou que lhe seja designado; e qualquer outro imputado, no interior do quartel, navio ou estabelecimento a que pertencer ou que lhe for designado.

§ 1º. Para a concessão de menagem, ter-se-ão em consideração a gravidade e as circunstâncias do crime, a graduação do acusado e seus precedentes e a segurança que o local da menagem possa oferecer contra a evasão do acusado.

§ 2º. O ministério público será previamente ouvido sobre a menagem, emitindo, no prazo de tres dias, parecer, não somente quanto à legalidade e à conveniência da concessão, como sobre o lugar em que deva ser gozada a menagem, informando-se a respeito, para esse fim, com a autoridade militar competente, quando o julgar necessário.

Parágrafo único. Nos casos em que for pedida informação à autoridade militar, o representante do ministério público emitirá seu parecer sobre a concessão da menagem 48 horas depois de recebida pelo mesmo a informação que lhe deverá ser prestada pela autoridade militar, dentro do mais breve prazo.

Art. 159. Si aquele a quem for concedida a menagem deixar de comparecer sem causa justificada a algum ato judicial para que tenha sido citado ou notificado, ou não puder ser citado ou notificado por se furtar a isso, ou se retirar do lugar que lhe for designado, será preso, e sem prejuizo das penas de ordem criminal em que incorrer, não poderá mais livrar-se solto.

§ 1º. Cessa a menagem com a sentença condenatória proferida pelo conselho de justiça ou pelo Supremo Tribunal Militar.

§ 2º. Ao reincidente e ao desertor não se concederá menagem.

TÍTULO III

Da prova em geral

CAPÍTULO I

DOS MEIOS DE PROVA

Art. 160. Constituem prova no processo criminal:

- a) as testemunhas;
- b) os documentos;
- c) a confissão, nos termos deste código;
- d) os indícios;
- e) o exame por peritos.

CAPÍTULO II

DAS TESTEMUNHAS

Art. 161. Na formação da culpa não poderão ser inquiridas menos de tres nem mais de seis testemunhas, alem das referidas e informantes.

Havendo mais de um indiciado, poderão ser ouvidas mais duas, acerca da responsabilidade daquele a respeito do qual não houverem depoito as testemunhas inquiridas.

Art. 162. O acusado poderá apresentar na formação da culpa até tres testemunhas de defesa. Si estas faltarem à sessão designada, não serão mais admitidas, salvo motivo de força maior comprovado, a juizo do conselho.

Art. 163. A testemunha que, salvo o caso de moléstia comprovada, deixar de comparecer no lugar, dia e hora marcados, será conduzida presa. O presidente do conselho solicitará, neste caso, à autoridade competente as diligências necessárias para a prisão da testemunha.

Parágrafo único. Si a testemunha for militar de patente superior à da autoridade notificante, será compelida a comparecer, sob as penas da lei, por intermédio da autoridade militar a que estiver imediatamente subordinada.

Art. 164. A testemunha deve declarar seu nome, idade, residência e condição, si é parente e em que grau, amigo, inimigo ou dependente de alguma das partes, e, sendo numerária ou referida, dizer, sob compromisso, o que souber e lhe for perguntado sobre o fato. Nenhuma pergunta que não tenha relação direta com este lhe poderá ser feita, devendo, porem, ficar consignadas, no termo da inquirição, as perguntas formuladas e a recusa do conselho.

§ 1º. A testemunha de acusação, antes de se dar incio à sua inquirição, no sumário de culpa, será lido o depoimento que houver prestado no inquérito. E si o reafirmar, no todo ou em parte, tomar-se-á por termo a sua declaração, a qual será assinada pelo presidente do conselho, o auditor, a testemunha, o réu ou seu advogado ou curador e pelo representante do ministério público.

§ 2º. Si a testemunha, em juizo, retificar ou aditar o depoimento que houver prestado no inquérito, depois de procedida sua leitura, constará do termo a que se refere o § 1º deste artigo a retificação ou aditamento que fizer.

§ 3º. Em seguida, proceder-se-á à reinquirição da testemunha, na conformidade deste código.

Art. 165. Não podem ser testemunhas de acusação ou de defesa o ascendente, descendente, marido ou mulher, sogro ou genro, irmão ou cunhado, tio ou sobrinho, primo co-irmão, inimigo ou amigo íntimo, credor ou devedor do acusado ou do ofendido, os peritos, os absolutamente incapazes ao tempo do fato ou do depoimento, os que tiverem interesse na causa e os que sobre o fato, por estado ou profissão, devam guardar segredo. Poderão, entretanto, ser ouvidas estas pessoas independentemente de compromisso, sendo reduzidas a termo as informações que prestarem, dando-lhe o juizo o crédito que merecerem.

Art. 166. Alem das testemunhas numerárias, serão inquiridas, sempre que for possível, as pessoas a que elas se referirem em seus depoimentos, sobre pontos essenciais do processo.

Art. 167. As testemunhas serão inquiridas cada uma de per si, de modo que uma não possa ouvir o depoimento das outras.

Art. 168. Podem as partes logo após a qualificação, opor **contradita** às testemunhas que lhes pareçam suspeitas de parcialidade ou indignas de fé, declarando e provando imediatamente as circunstâncias ou defeitos que justifiquem a contradita; podem ainda contestar afinal, produzindo sumariamente as razões que tiverem contra a verdade do depoimento.

Art. 169. O depoimento da testemunha será redazido a termo rubricado no inquérito pela autoridade que o presidir, e em juízo, pelo presidente do conselho e pelo auditor. Este termo será assinado pela testemunha, pelo réu e seu advogado, ou criador sendo o réu menor ou revel, e pelo promotor; quando a testemunha não puder ou não quiser assinar, nomear-se-á pessoa que por ela assine, e o seu depoimento será então lido na presença de ambos.

Art. 170. As testemunhas de acusação residentes fora da sede da auditoria em que se proceder a formação da culpa, poderão depor por meio de precatória, com citação das partes, as quais será lícito oferecer quesitos e representar-se por procurador.

§ 1.º A precatória deverá ser dirigida pelo auditor ao juiz local competente.

§ 2.º Tratando-se de testemunha que resida ou se encontre fora da região em que se proceder à formação da culpa, a precatória será enviada ao auditor da Região em que se encontrar a testemunha. Se a testemunha não residir na sede da auditoria, proceder-se-á na forma do § 1.º.

Art. 171. A precatória será acompanhada de cópia autêntica da denúncia e dos quesitos sobre que a testemunha deva ser inquirida, propostos pelo conselho e pelas partes.

Parágrafo único. Quando as partes forem representadas por procurador, no ato da inquirição poderão oferecer quesitos suplementares, se por eles houverem protestado perante o conselho, antes da expedição da precatória.

Art. 172. Se alguma das testemunhas tiver de ausentar-se da sede da auditoria, ou pela idade ou moléstia estiver na impossibilidade de prestar seu depoimento na sede, o conselho ou o auditor providenciará para que seja inquirida em qualquer dia e no lugar em que se achar, perante o acusado e o promotor.

Art. 173. O comparecimento de militar ou funcionário público, para qualquer processo, será requisitado ao respectivo chefe, pela autoridade que ordenar a intimação.

Art. 174. As testemunhas que divergirem em pontos essenciais, serão devidamente acareadas.

Art. 175. Quando a testemunha não souber falar a língua portuguesa, nomear-se-á um intérprete que, sob compromisso, se encarregue de traduzir as perguntas e respostas.

Parágrafo único. O depoimento da testemunha, sempre que possível, será também escrito no original pelo intérprete e junto aos autos. No caso da testemunha saber ler e escrever, esse depoimento ser-lhe-á apresentado para que ela o assine, se o julgar conforme.

Art. 176. As testemunhas civis da formação da culpa são obrigadas, enquanto não findar o processo, a comunicar ao conselho qualquer mudança de residência, sob pena de multa de 20\$ a 100\$, aplicada pelo conselho. As militares ficarão a disposição deste e não poderão se afastar da sede senão com seu assentimento, salvo se transferidas.

CAPÍTULO III

DOS DOCUMENTOS

Art. 177. Até o ato do interrogatório do acusado, podem as partes juntar aos autos os documentos que entenderem, uma vez que:

a) venham acompanhados da tradução autêntica, se os originais forem escritos em língua estrangeira;

b) sendo particulares, tragam a firma do signatário reconhecida por tabelião;

c) não tenham sido obtidos por meios criminosos.

Art. 178. As públicas formas ou extratos de documentos originais só farão prova quando conferidas com estes, na presença do auditor pelo respectivo escrivão ou por outrem para esse fim nomeado pelo auditor, citadas as partes, e lavrando-se termo da conformidade ou diferença encontrada.

Parágrafo único. As cópias de documentos oficiais e as certidões extraídas de notas públicas, de autos e de livros ou documentos oficiais, pelos tabeliães, escrivães e funcionários públicos competentes, fazem prova independentemente de conferência.

Art. 179. Arguido de falso um documento, se a falsidade for, por seus caracteres extrínsecos, certa e indubitável à primeira inspeção, mandará o conselho desentranhá-lo dos autos; e, se depender de exame, observará o processo seguinte:

a) mandará que o arguente ofereça prova da falsidade, no termo de tres dias;

b) findo este, terá a parte contrária termo igual para contestar a arguição e provar sua contestação;

c) conclusos os autos, com ou sem alegações finais que as partes poderão produzir em cartório, no prazo de dois dias para cada uma, o conselho decidirá definitivamente;

d) se decidir pela procedência da arguição, desentranhará o documento e mandará remetê-lo, com o processo de falsidade, ao Ministério Público competente. Essa remessa se fará, também, quando o conselho der por falso o documento;

e) se a decisão for pela improcedência, prosseguirá o processo os seus termos regulares.

Art. 180. Seja qual for a decisão, não fará caso julgado contra processo posterior de falsidade, civil ou criminal, que as partes possam promover.

CAPÍTULO IV

DA CONFISSÃO

Art. 181. Faz prova a confissão do acusado perante autoridade competente, se livre e acorde com as circunstâncias do fato.

Art. 182. Nos casos em que possa ser aplicada pena de morte ou de trinta anos de prisão, a confissão, nos termos do artigo anterior, sujeita o réu à pena imediatamente menor, se não houver outra prova do crime.

Art. 183. É expressamente vedado aos juizes e às partes procurar por meios violentos, obter do acusado a confissão do crime.

Art. 184. A confissão toma-se por termo nos autos, assinada pelo confidente, ou por duas testemunhas, quando ele não possa ou não saiba fazê-lo.

Art. 185. A confissão é retratável e divisível.

CAPÍTULO V

DOS INDÍCIOS

Art. 186. Para que os indícios provem a responsabilidade, uma vez que o fato e as circunstâncias constitutivas do crime estejam plenamente provados, é indispensável o concurso das condições seguintes:

- a) que sejam inequívocos e concludentes;
- b) que da sua combinação com as circunstâncias e peças do processo resulte tão clara e direta conexão entre o acusado e o crime que, segundo o curso ordinário das coisas, não seja possível imputar a outrem a autoria do crime.

TÍTULO IV

Do processo comum

CAPÍTULO I

DA AÇÃO PENAL E DA DENÚNCIA

Art. 187. A ação penal só pode ser promovida por denúncia do Ministério Público.

Art. 188. A denúncia deve conter:

- a) a narração do fato criminoso com suas circunstâncias;
- b) a qualificação do delinquente, ou seus sinais característicos se for desconhecido;
- c) as razões de convicção ou presunção da delinquência;
- d) nomeação das testemunhas, com indicação da profissão e residência, e número nunca menor de três nem maior de seis, e das informantes;
- e) o tempo e o lugar em que foi praticado o crime;
- f) a classificação do crime.

Art. 189. A denúncia não será aceita pelo auditor:

- a) se não tiver os requisitos e formalidades legais, especificados no artigo antecedente;
- b) se o fato narrado não constituir evidentemente crime militar ou se este estiver prescrito.

Art. 190. O prazo para o oferecimento da denúncia, em se tratando de réu preso, é de cinco dias, contados da data em que o promotor tiver vista dos autos do inquérito, e de dez dias, se o réu estiver solto ou for revel.

§ 1.º Se o representante do ministério público não oferecer a denúncia dentro do prazo legal, ficará sujeito à pena disciplinar que no caso couber, sem prejuízo da responsabilidade penal em que incorrer, competindo ao auditor providenciar no sentido de ser a denúncia oferecida pelo adjunto.

§ 2.º Se o ministério público julgar necessários, para oferecer a denúncia, investigações ou documentos complementares, ou novos elementos de convicção, poderá requisitá-los, mesmo por simples ofício, de qualquer autoridade ou funcionário.

§ 3.º Em casos excepcionais e mediante requerimento justificado do promotor, o auditor poderá prorrogar, até o triplo, o prazo de que trata este artigo.

Art. 191. Qualquer pessoa que tenha interesse direto pode representar por escrito à autoridade militar competente, fornecendo-

lhe todas as informações relativas ao fato criminoso e suas circunstâncias, com especificação de tempo, lugar e testemunha, fazendo acompanhar a representação, sempre que for possível, de documentos comprobatórios. Recebida a representação, ordenará a autoridade militar a abertura de inquérito policial.

AUXILIARES DE ACUSAÇÃO

Art. 192. A parte ofendida poderá intervir, para auxiliar o ministério público, assistindo a todos os atos do processo e do julgamento e nos recursos interpostos pelo ministério público, não podendo, porém, oferecer testemunhas além das arroladas.

§ 1.º A parte ofendida é permitido propor ao ministério público meios de prova, sugerir-lhe diligências, praticar todos os atos tendentes ao esclarecimento do fato criminoso, e requerer perguntas as testemunhas por intermédio do representante do ministério público.

§ 2.º Podem ser admitidos como auxiliares da acusação, na falta da pessoa ofendida, seus descendentes, ascendentes, irmão e conjuges.

§ 3.º Não pode ser admitido como auxiliar de acusação o co-réu do mesmo processo.

§ 4.º Sobre a admissão de auxiliar de acusação, será sempre e previamente ouvido o ministério público que dará as razões de sua impugnação, quando a fizer.

§ 5.º Do despacho que não admitir o auxiliar da acusação, não cabe recurso algum, devendo, em todo o caso, constar dos autos o pedido e as razões da decisão.

§ 6.º São competentes para decidir sobre a admissão do auxiliar da acusação: nos conselhos de justiça, o auditor; no Supremo Tribunal Militar, em processos originários, o relator do feito.

CAPÍTULO II

DA CITAÇÃO

Art. 193. Oferecida a denúncia com o auto de corpo de delito, ou sem ele por não ser necessário, o auditor mandará autoá-la e decidirá sobre sua aceitação ou rejeição.

§ 1.º Se recebida, o auditor designará dia e hora para a instauração do processo, fará o sorteio e convocação do conselho, e mandará que se façam as intimações das partes e as das testemunhas, sob as penas da lei.

§ 2.º Se o réu estiver preso será conduzido a juízo no dia e hora designados, e se estiver solto será citado.

§ 3.º Se o réu não tiver sido encontrado, a citação será feita por editais, com o prazo de dez dias, para se ver processar e julgar sob pena de revelia.

Art. 194. Poderá ser feita a citação:

a) por *mandado*, quando se tiver de efetuar em lugar da jurisdição da autoridade que a mandou fazer;

b) por *precatória*, quando tiver de ser feita fora da sede da auditoria a quem for requerida;

c) por *editais*, quando o citando estiver ausente, em lugar incerto ou não sabido.

Art. 195. O mandado, precatória ou edital, escrito pelo escrivão e assinado pelo auditor, deverá conter:

a) a indicação da autoridade que manda citar;

b) o nome do citando, seu posto ou emprego, ou seus sinais característicos se o nome for ignorado;

c) o objeto da citação;

d) o lugar, dia e hora, em que o citando deve comparecer.

§ 1º. A precatória conterá ainda a designação da autoridade a quem é dirigida.

§ 2º. Para o cumprimento da citação, por precatória, será concedido prazo razoável segundo as distâncias e facilidades de comunicações.

§ 3º. As citações serão sempre feitas de dia e com antecedência de vinte e quatro horas, pelo menos, do ato para que se é citado, com prévio pedido de vênua do oficial de justiça à autoridade militar sob cujas ordens estiver o citando.

§ 4º. O mandado de citação poderá ser impresso ou dactilografado e conterá, além de uma cópia da denúncia, o rol das testemunhas.

Art. 196. A citação feita no início da causa é pessoal. Para os demais termos do processo basta a citação do procurador constituído em juízo.

Art. 197. O citado declarará por escrito que está *ciente* da citação, e, si não souber, não puder, ou não quiser escrever, fará outrem por ele essa declaração, a convite do oficial da diligência e na presença de duas testemunhas que assinarão com o oficial.

Art. 198. O acusado preso assistirá a todos os termos do processo, inclusive ao sorteio do Conselho, se se tratar de oficial, salvo se por conveniência de ordem pública for dispensado seu comparecimento.

CAPÍTULO III

DA REVELIA

Art. 199. O réu, que estiver em lugar incerto ou não sabido, será citado por editais publicados na imprensa ou afixados em lugares públicos, pelo prazo de dez dias, para se ver processar e julgar sob pena de revelia; a citação para o julgamento será feita na pessoa do curador nomeado.

Art. 200. O réu que, estando solto e tendo sido pessoalmente citado, não atender, sem justa causa, ao chamado judicial para o início da formação da culpa ou que, sem justa causa em tempo oportuno comunicada, deixar de comparecer à sessão de cuja realização haja sido previamente cientificado, será, na sessão seguinte, se ainda não comparecer sem justificativa aceitável ao arbítrio do conselho, declarado revel; e, até que compareça ou se apresente ao juízo, seguirá o processo à sua revelia independentemente de citação por edital.

Art. 201. O réu revel, que comparecer, depois de iniciado o processo, acompanhá-lo-á no termo em que o mesmo se achar, não sendo lícita, por sua apresentação, a renovação ou repetição de qualquer termo do processo.

Art. 202. O presidente do conselho, logo que o réu seja considerado revel nos termos do art. 199, lhe nomeará um curador que se incumbirá de sua defesa até o julgamento, podendo interpor os recursos legais, excetuada a apelação de sentença condenatória, a qual somente poderá ser interposta depois de recolhido o réu à prisão e de haver este sido devidamente intimado da mesma sentença.

Parágrafo único. O prazo para a interposição da apelação, neste caso, é de cinco dias a contar da data da intimação da sentença ao réu.

Art. 203. Nenhum acusado por crime de deserção ou in-submissão será julgado à revelia.

CAPÍTULO IV

DA FORMAÇÃO DA CULPA

Art. 204. Na primeira reunião do conselho, o presidente, tendo à sua direita o auditor, à sua esquerda o juiz mais graduado e nos demais lugares os outros juizes, segundo as suas graduações ou antiguidades, o escrivão em mesa próxima ao auditor e o promotor em mesa separada, prestará em voz alta, de pé, descoberto, o compromisso que se segue, o qual será repetido pelos demais membros militares do conselho, sob a fórmula: "Assim o prometo". "Prometo apreciar com escrupulosa atenção os fatos que me forem submetidos e julgá-los de acordo com a lei e a prova dos autos".

Parágrafo único. Desse ato lavrará o escrivão certidão nos autos.

Art. 205. O acusado, ao comparecer, pela primeira vez, perante o conselho, ocupando lugar à frente deste, de pé, será perguntado sobre seu nome, filiação, idade, estado civil, profissão, posto ou graduação, nacionalidade, lugar do nascimento, se sabe ler e escrever e se tem advogado. As perguntas e respostas serão reduzidas a escrito sob o título de auto de qualificação.

Art. 206. Declarando o acusado ter menos de vinte e um anos de idade, e, não havendo nos autos prova em contrário, o presidente do conselho lhe nomeará curador, o qual se obrigará, sob compromisso, salvo se for advogado de ofício, a assistir ao acusado em todos os termos do processo até final julgamento, podendo interpor todos os recursos legais.

Parágrafo único. Se no correr da formação da culpa ficar provada a maioria do acusado, cessarão as funções do curador, sendo designado pelo presidente ao acusado um advogado para sua defesa. Essa prova de maioria não importa na invalidade dos atos praticados, nem impede que o advogado designado seja o mesmo que serviu de curador ao acusado, se este assentir.

Art. 207. Lavrado o auto de qualificação, serão inquiridas as testemunhas numerárias e informantes notificadas, às quais o escrivão lerá, antes, a denúncia.

Art. 208. Finda a inquirição das testemunhas da acusação, proceder-se-á à das de defesa, se forem apresentadas no ato.

§ 1º. As testemunhas de defesa serão inquiridas sobre quesitos verbalmente propostos pelo acusado, podendo o promotor ou qualquer dos juizes fazer sobre a matéria desses quesitos as perguntas que julgarem necessárias.

§ 2º. Se as testemunhas de defesa forem militares ou funcionários públicos e residirem no distrito da culpa, poderão ser requisitadas pelo conselho, a requerimento do réu.

§ 3º. Se, porém, o réu for processado fora do lugar do crime, poderão ser ouvidas por precatória as testemunhas de defesa que residirem no distrito da culpa.

Art. 209. Terminada a inquirição das testemunhas e não se fazendo necessária nenhuma outra diligência para a elucidação do fato ou para a boa marcha do processo, o auditor designará dia e hora para o interrogatório do réu.

Art. 210. No dia designado para o interrogatório, o auditor, presente o conselho com a totalidade ou a maioria dos juizes, fará ao réu as seguintes perguntas, às quais ele responderá de pé:

a) qual seu nome, naturalidade, idade, filiação, estado civil e residência;

b) qual seu posto, emprego ou profissão;

c) qual a causa de sua prisão;

d) onde estava ao tempo em que diz ter sido cometido o crime;

e) se conhece as pessoas que depuseram no processo e se tem alguma cousa a opor contra elas;

f) se tem algum motivo particular a que atribua a acusação;

g) se tem fatos a alegar ou provas que justifiquem ou mostrem sua inocência.

Art. 211. Se no interrogatório o acusado alegar fatos ou circunstâncias tendentes a justificar sua inocência ou que atenuem sua responsabilidade, poderá qualquer dos juizes do conselho, por intermédio do auditor, lembrar as perguntas, que a respeito desses fatos e circunstâncias parecerem convenientes para o melhor esclarecimento da verdade. O acusado a bem de sua defesa poderá deixar de responder às perguntas feitas.

Art. 212. Escritas as respostas, serão lidas ao acusado que as poderá retificar. O auto de interrogatório será assinado por todos os membros presentes do conselho, o acusado e seu advogado ou curador.

Parágrafo único. Se o acusado não puder ou não quiser assinar, far-se-á disso declaração logo em seguida ao auto do seu interrogatório e à assinatura do presidente do conselho e do auditor, e por ele assinarão duas testemunhas, às quais o auto será previamente lido.

Art. 213. Nenhum acusado, que compareça em juízo, será processado e julgado sem assistência de advogado. Se se tratar de réu menor ou revel, ser-lhe-á dado curador na conformidade deste Código.

Parágrafo único. O presidente do conselho nomeará advogado ou curador, conforme o caso, ao acusado que o não tiver.

Art. 214. A designação do advogado não inibe o acusado de fazer posteriormente escolha sua, desde que recaia em pessoa que satisfaça as condições exigidas pela lei para o exercício da advocacia. Se o escolhido aceitar, cessará a intervenção do advogado designado.

Art. 215. O acusado pode ter mais de um advogado, mas, se forem tantos que a intervenção de todos venha a alongar demasiado o processo ou o julgamento, poderá o presidente do conselho limitar o número dos que tenham de intervir em cada termo do feito e, bem assim, de tomar parte nos debates orais.

Parágrafo único. O acusado que prescindir de advogado poderá fazer pessoalmente sua defesa, salvo o caso do art. 198.

Art. 216. Toda vez que o curador ou advogado nomeado recusar o patrocínio da causa ou deixar de comparecer sem justa excusa, ou abandonar o processo, o presidente do conselho o multará em 50\$ a 200\$ e nomeará imediatamente outro.

Art. 217. Ao acusado preso será assegurado corresponder-se, verbalmente ou por escrito, com seu advogado ou curador, sobre assuntos de interesse exclusivo da causa.

Art. 218. As alegações escritas ou orais deverão ser feitas em termos convenientes ao decoro dos tribunais e sem ofensa às regras da disciplina, sob pena de serem riscadas por determinação do conselho as frases em que isto não se observe, ou de cassação da palavra pelo presidente do conselho.

Art. 219. Feito o interrogatório, suspender-se-á a sessão do conselho e o escrivão abrirá vista dos autos, sucessivamente, às partes por cinco dias:

a) ao promotor para fazer alegações em que, depois de apreciar a prova produzida, concluirá com o pedido de condenação ou desclassificação do crime, indicado sempre o grau da pena e a

lei que a impõe, com especificação das circunstâncias agravantes e atenuantes que houverem ocorrido;

b) ao réu, para apreciar a prova produzida e alegar o que convier à sua defesa.

Parágrafo único. Se houver mais de um réu, no processo, o prazo para as alegações escritas, tanto para a acusação quanto para a defesa, será de oito dias.

Art. 220. Findo o prazo para as alegações escritas, o escrivão fará os autos conclusos ao auditor, o qual se encontrar no processo irregularidades sanáveis ou falta de diligências que julgar necessárias, mandará saná-las ou preenchê-las. Se achar o processo devidamente preparado, designará dia e hora para o julgamento, cientificadas as partes e os juizes.

Art. 221. A formação da culpa será sempre pública, exceto quando o contrário resolver o conselho no interesse da ordem, da disciplina ou da justiça.

Art. 222. Salvo dificuldade insuperável, que se justificará nos autos com especificação dos motivos, a formação da culpa não excederá o termo de trinta dias.

Art. 223. Se, em processo submetido a seu exame, o conselho verificar a existência de outro crime, fará remessa das respectivas peças, por cópia autenticada, ao órgão do ministério público competente para os fins de direito, logo que transite em julgado a sentença.

Art. 224. O acusado ficará à disposição exclusiva do conselho, não sendo permitido à autoridade militar transferi-lo ou removê-lo para outro corpo ou presídio durante o processo e, quando c faça por motivo relevante, deverá fazer imediata comunicação ao auditor.

CAPÍTULO V

DO JULGAMENTO

Art. 225. No dia designado para o julgamento, reunido o conselho e presente o promotor, o presidente declarará aberta a sessão e mandará apresentar o réu que tem de ser submetido a julgamento.

§ 1.º Se o réu revel comparecer, caso não tenha se tornado revel depois do interrogatório, o auditor o interrogará e lhe perguntará se tem advogado; se declarar que o não tem, o presidente do conselho lho dará, cessando desde logo as funções do curador, podendo ser o mesmo nomeado advogado.

§ 2.º Se o réu revel for menor e sua menoridade só vier a ser comprovada na fase do julgamento, o presidente do conselho lhe nomeará curador que poderá ser o mesmo já nomeado.

§ 3.º Se o réu, estando preso, deixar de ser apresentado na sessão de julgamento, o presidente do conselho providenciará quanto ao seu comparecimento à nova sessão, que for para aquele fim designada.

§ 4.º Se o réu solto não comparecer, com excusa legítima a juízo do conselho, será o julgamento adiado para quando o mesmo conselho o determinar.

§ 5.º Se o réu solto, tendo sido cientificado quanto ao dia e hora da sessão de julgamento, deixar de comparecer sem causa legítima e justificada, será julgado à revelia, independentemente de publicação de edital de citação.

Art. 226. O presidente do conselho mandará que, iniciada a sessão de julgamento, o escrivão proceda à leitura das seguintes peças do processo:

- a) denúncia;
- b) auto de corpo de delito ou de qualquer exame pericial se os houver;
- c) interrogatório do réu;
- d) qualquer outra peça cuja leitura seja ordenada pelo presidente do conselho, a requerimento das partes ou dos juizes.

Art. 227. Terminada a leitura das peças do processo, dará o presidente a palavra ao promotor e, depois deste, ao defensor, para sustentarem suas alegações orais.

§ 1.º O prazo, tanto para a acusação como para a defesa, será de tres horas, no máximo.

§ 2.º O promotor e o defensor poderão replicar e treplicar em prazo não excedente de uma hora.

§ 3.º Se forem dois ou mais réus e diversos os defensores, cada um deles terá, por sua vez, e pela metade, os prazos acima estabelecidos.

§ 4.º Tanto o promotor como o defensor não poderão usar de palavras ofensivas e deverão, somente, apreciar o estrito valor jurídico das provas.

Art. 228. Findos os debates, o conselho passará a deliberar em sessão secreta, podendo desclassificar o delito desde que não altere a substância da acusação.

Qualquer juiz poderá examinar os autos e pedir ao auditor esclarecimentos sobre questões de direito, que se relacionem com o fato sujeito ao julgamento.

Art. 229. Em seguida o presidente convidará os juizes a se pronunciarem sobre a causa e a darem seus votos.

§ 1.º O primeiro a votar será o auditor, ao qual se seguirão os outros juizes, a começar do mais moderno e por último, o presidente.

§ 2.º Quando, pela diversidade de votos, não se puder constituir maioria para a aplicação de pena, entender-se-á que o juiz, que tiver votado por pena maior, terá virtualmente votado pela pena imediatamente inferior.

§ 3.º Proclamada a decisão, o auditor expedirá mandado de prisão contra o réu, se este for condenado, ou alvará de soltura se absolvido; presente o réu, ser-lhe-á dada voz de prisão pelo presidente do conselho, no caso de condenação.

Art. 230. As sentenças e as decisões do conselho serão sempre fundamentadas, redigidas pelo auditor e assinadas por todos os juizes; e, quando dactilografadas, também rubricadas pelo auditor.

Parágrafo único. Quer se trate de sentença ou decisão, poderá o juiz *vencido* justificar, por escrito, seu voto.

Art. 231. As sentenças e decisões do conselho serão lidas pelo auditor em pública audiência, e delas ficarão, desde logo, intimados o réu e o promotor, se presentes.

§ 1.º A intimação feita ao réu entende-se, também, como tendo sido ao seu advogado.

§ 2.º Se o réu for menor, a intimação será feita ao curador, e o prazo para a interposição de recursos correrá do dia e hora dessa intimação.

§ 3.º O escrivão lavrará nos autos, em todos os casos, as respectivas certidões de intimação com a indicação do dia e hora em que houver sido feita.

Art. 232. A intimação da sentença condenatória a réu revel, seu curador e ao promotor só se fará depois de recolhido o réu à prisão.

Art. 233. Os trabalhos do julgamento na sessão secreta não poderão, sob pena de nulidade, ser interrompidos por nenhum motivo estranho ao processo, salvo moléstia súbita de qualquer dos juizes, hipótese em que ficará o julgamento adiado.

Parágrafo único. Para repouso dos juizes, partes e advogados, é permitido ao presidente do conselho suspender, pelo tempo que julgar conveniente, a sessão, antes desta se tornar secreta.

Art. 234. O escrivão lavrará ata circunstanciada de tudo o que se passar na sessão para juntar aos autos logo depois da sentença.

Parágrafo único. É permitido que as atas de qualquer sessão sejam dactilografadas, reunindo-se as respectivas cópias em livro próprio e relativo a cada semestre.

Art. 235. São efeitos imediatos da sentença de condenação:

- a) ser o nome do réu lançado no rol dos culpados, em livro para esse fim destinado, o qual será rubricado pelo auditor;
- b) ser preso ou conservado na prisão;
- c) ficar o réu suspenso do exercício de todas as funções públicas;
- d) interromper a prescrição;
- e) privar o réu da gratificação a que tiver direito e que perderá definitivamente, se não for afinal absolvido.

Art. 236. Terão preferência para o julgamento:

- a) os réus presos;
- b) dentre os réus presos, os de prisão mais antiga;
- c) dentre os réus soltos e os revers, os de prioridade de processo.

TÍTULO V

Das questões incidentes

CAPÍTULO I

DA EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO

Art. 237. O juiz deve dar-se por suspeito nos casos prescritos no art. 50, e, se o não fizer, poderá ser arguido de suspeição por qualquer das partes interessadas na causa.

Art. 238. A suspeição por afinidade cessa pela dissolução do casamento que lhe deu causa, salvo sobrevivendo descendentes. Mas, ainda que dissolvido o casamento sem descendentes, o sogro, o padasto ou o cunhado não podem ser juizes nas causas em que forem interessados o genro, o enteado ou o cunhado.

Art. 239. A alegação de suspeição deve preceder a outra qualquer, sob pena de ficar prejudicada, salvo se o seu motivo for superveniente.

CAPÍTULO II

DA EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA

Art. 240. A incompetência de juiz deve ser alegada, verbalmente ou por escrito, antes da inquirição das testemunhas ou logo que o réu comparecer em juízo, por si ou por procurador.

Parágrafo único. Ouvido o promotor, o conselho decidirá sobre a incompetência arguida, na mesma sessão ou na imediata. Se se reconhecer incompetente, mandará que o processo seja remetido à

autoridade competente. Essa remessa, porém, não se fará antes de decorrido o prazo para o recurso. Se o conselho não reconhecer a incompetência alegada, prosseguirá na causa, como se a exceção não fora posta, fazendo constar do processo a exceção e a decisão.

Art. 241. Qualquer outra exceção será considerada matéria de defesa.

TÍTULO VI

Dos prazos ou termos

Art. 242. Todos os prazos assinados neste código correrão em cartório e serão contínuos e peremptórios, não se interrompendo por férias ou dias feriados supervenientes.

Art. 243. Quando o termo é fixado em certo número de dias, não se conta o dia em que começa, mas se conta aquele em que finda.

Art. 244. O termo findará no dia imediato, se o último dia for feriado ou domingo.

Art. 245. O termo fixado em número de horas correrá de momento a momento, desde a ciência da parte interessada ou de seu curador ou advogado. Se, porém, ocorrer que o termo, em tais condições, venha a extinguir-se em domingo ou feriado, observar-se-á a regra do artigo precedente.

Art. 246. A parte em cujo favor a lei prefixa um termo, poderá renunciá-lo, uma vez que daí não resulte prejuízo para a outra parte.

Art. 247. O conselho não concederá restituição do termo senão quando a parte não o tiver podido observar pelas seguintes causas comprovadas:

- a) falta ou dificuldade invencível de transporte;
- b) falta de notificação do termo, nos casos em que a lei o exige.

Art. 248. Não se concederá restituição do termo, se já estiver consumado o ato cujos efeitos se pretendem prevenir.

Art. 249. A terminação de qualquer prazo será sempre certificada nos autos pelo escrivão.

Art. 250. O escrivão não poderá conservar autos em cartório por mais de quarenta e oito horas, para cumprir qualquer despacho, ou continuá-los com vista às partes.

TÍTULO VII

Das nulidades

Art. 251. Haverá nulidade sempre que se der inobservância de uma formalidade que a lei expressamente exige como substancial.

Art. 252. São formalidades ou termos substanciais do processo:

- a) denúncia;
- b) o corpo de delito direto ou indireto, nos crimes que deixam vestígios;
- c) a citação do acusado para se ver processar e julgar;
- d) a inquirição de testemunhas em número legal;
- e) o extrato da fé de ofício ou dos assentamentos do acusado, contendo as datas de praça, engajamento, nascimento, promoção, serviços de guerra ou relevantes, ausência, deserção, captura ou apresentação, notas de alcance, comportamento, elogio e pena;

f) o interrogatório do acusado, salvo se se tratar de réu julgado à revelia;

g) a defesa e a acusação nos termos deste código;

h) a assistência de curador ao réu menor ou revel;

i) a audiência do ministério público nos casos previstos na lei;

j) o comparecimento do réu preso às sessões de inquirição das testemunhas, no processo, e à sessão do julgamento, salvo se, por conveniência de ordem pública, for dispensado pelo conselho de justiça;

l) o sorteio dos juizes e seu compromisso;

m) a sentença.

Art. 253. São também nulos os processos em que se verificar illegitimidade de parte, incompetência de juízo, suspeição, peita ou suborno de juiz.

Parágrafo único. A sentença proferida por conselho de justiça com juiz irregularmente investido, suspeito ou impedido, não anula o processo, salvo se a maioria se constituiu com seu voto.

Art. 254. O silêncio das partes, se se tratar de formalidade de seu exclusivo interesse, sana os atos nulos.

Art. 255. O ministério público não pode transigir sobre nulidades.

Art. 256. A nulidade proveniente da incompetência de juiz pode ser pronunciada, "ex-officio", em qualquer termo do processo.

Art. 257. Nenhum ato será declarado nulo, senão quando sua repetição ou retificação não for possível. Cumpre ao auditor, ao conselho, ou ao Supremo Tribunal Militar, em grau de apelação ou recurso, mandar proceder, "ex-officio" ou a requerimento do ministério público, a todas as diligências para ser sanada a nulidade.

Art. 258. A nulidade de um ato acarreta a dos atos sucessivos dele dependentes.

Art. 259. Os atos da formação da culpa, processados perante juízo incompetente, serão revalidados por termo de retificação, no juízo competente.

Art. 260. Sem prejuízo da ação penal em que incidir, será multado pelo Supremo Tribunal Militar, em 200\$ a 500\$, o juiz, o membro do ministério público ou qualquer funcionário da justiça que der causa à nulidade dos processos, por infração de disposição expressa no art. 252.

Tercceira parte

TÍTULO I

Dos processos especiais

CAPÍTULO I

DA DESERÇÃO EM GERAL

Art. 261. A deserção considerar-se-á consumada nos casos previstos no art. 117 do Código Penal Militar.

§ 1.º E também de oito dias o prazo para a apresentação do militar ausente, sem licença legal, nos casos dos ns. 3 e 6 do citado art. 117.

§ 2.º A deserção, mesmo de oficial, se consuma imediatamente nos casos previstos em os ns. 4 e 8 do citado art. 117, não se fazendo, por isso, mistér a publicação de editais.

Art. 262. Consumado o crime de deserção, a autoridade competente fará, sem demora, lavrar o respectivo termo de deserção.

§ 1.º Este termo juntamente com a cópia do boletim de exclusão, equivale à formação da culpa com efeito de prisão.

§ 2.º Se o acusado for oficial, deverá acompanhar o termo, além da cópia do boletim de exclusão, uma cópia do edital nos casos em que a publicação deste for exigida por lei.

DA DESERÇÃO DE PRAÇAS NO EXÉRCITO

Art. 263. Vinte e quatro horas depois de se verificar a ausência de alguma praça (cadete, sargento, graduado ou soldado) o comandante da respectiva sub-unidade apresentará uma parte circunstanciada a qual, encaminhada imediatamente ao comandante do corpo ou chefe do estabelecimento ou repartição, dará lugar à designação, feita em boletim, de dois oficiais de patente para assistirem o inventário dos objetos deixados e dos extraviados pelo ausente, e que será feito pelo comandante da sub-unidade, dele se lavrando um termo assinado por esse e pelas testemunhas.

§ 1.º Quando a ausência se verificar em sub-unidade isolada ou em destacamento, comandado por oficial de patente ou por inferior, o inventário será feito pelo próprio comandante da sub-unidade ou do destacamento, que o assinará com duas testemunhas idôneas, publicando-se em boletim no 1.º caso e, sendo oportunamente remetido ao comandante do corpo, no segundo caso.

§ 2.º Decorrido o prazo marcado em lei para constituir-se a deserção, o comandante da bateria, esquadrão ou companhia enviará ao comandante ou chefe, que competente for, uma parte acompanhada do inventário de que ficará cópia autêntica.

§ 3.º Recebida esta parte, o comandante ou chefe fará lavrar o termo de deserção, onde se mencionarão todas as circunstâncias do fato. Este termo será escrito pelo secretário do corpo ou por quem o substitua, e será assinado pelo comandante e duas testemunhas.

§ 4.º Assim comprovada a deserção do cadete, sargento, graduado ou soldado, será ele imediatamente excluído do serviço ativo, fazendo-se, nos livros respectivos, os devidos assentamentos e publicando-se, em boletim, o termo de deserção.

Art. 264. O comandante do corpo ou autoridade competente que tiver lavrado o termo de deserção, fa-lo-á arquivar acompanhada de cópia do boletim e de um extrato dos assentamentos contendo as datas de nascimento, praça, engajamento, promoção, ausência e alterações que possam influir no julgamento.

§ 1.º Reincluído que seja o cadete, sargento, graduado ou soldado, desertor, o comandante da unidade respectiva providenciará, com urgência, sob pena de responsabilidade, sobre a remessa dos papéis e mais documentos relativos à deserção ao conselho competente de que trata este código.

§ 2.º Se nesse conselho funcionar, como juiz, oficial que tenha dado a parte acusatória, assinado o respectivo termo de deserção ou de inventário, será ele substituído no processo em que se achar impedido.

§ 3.º O presidente do conselho, recebidos os documentos comprobatórios da deserção, fá-los-á autuar pelo escrivão. Em seguida, verificado à vista do extrato de assentamentos ser o acusado menor de 21 anos de idade, lhe nomeará curador, que será um oficial da mesma unidade. O curador nomeado prestará o compromisso, que constará dos autos, de bem defender o acusado.

§ 4.º Se o acusado for maior de vinte e um anos e não tiver advogado, o official da unidade designado pelo presidente do conselho se incumbirá de sua defesa, se não for o official que tiver dado a parte ou assinado o termo de deserção ou de inventário.

§ 5.º Se houver testemunhas de defesa, indicadas pelo réu, o presidente designará dia para serem as mesmas ouvidas perante o conselho, presente o réu e seu advogado ou curador. Se as testemunhas de defesa deixarem de ser, com justa causa, apresentadas pelo réu ao conselho no dia designado para a sessão, poderá o mesmo designar nova sessão para aquele fim ou determinar, desde logo, que prossigam os demais termos do processo, mandando os autos com vista ao advogado ou curador. Não se expedirá precatória à testemunha de defesa.

§ 6.º O curador ou advogado do réu, com vista dos autos, examinará suas peças e apresentará, dentro do prazo de tres dias, as razões de defesa.

§ 7.º Voltando os autos ao presidente, este designará dia e hora para o julgamento.

§ 8.º Reunido o conselho para esse fim, será o réu interrogado, em presença do seu advogado, ou curador se for menor, assinando com o advogado ou curador, após os juizes, o auto de interrogatório, lavrado pelo escrivão.

§ 9.º Em seguida, feita a leitura do processo pelo escrivão, o presidente do conselho dará, se lhe for pedida, a palavra ao advogado ou curador do réu, para que dentro do prazo máximo de trinta minutos apresente, oralmente, as novas razões de defesa que tiver, passando, logo após, o conselho a funcionar em sessão secreta.

§ 10. Terminado o julgamento, se o réu for condenado, o presidente do conselho fará expedir imediatamente a devida comunicação à autoridade competente; e, se for absolvido ou já houver cumprido o tempo de prisão que na sentença lhe houver sido imposta, providenciará, sem demora, para que o réu seja, mediante alvará de soltura, posto em liberdade, se por outro motivo não estiver preso. O relator, no prazo de quarenta e oito horas, redigirá a sentença que será assinada por todos os juizes.

§ 11. Dentro de igual prazo, após a assinatura da sentença, far-se-á a remessa dos autos à auditoria respectiva. O auditor, recebendo-os, mandará intimar o promotor e o advogado de officio, se o réu não tiver sido assistido por advogado de sua escolha, para, no prazo de quarenta e oito horas, interporem os recursos legais.

§ 12. Havendo recurso, será aberta vista, sucessivamente, pelo prazo de cinco dias, às partes para suas alegações; e, se não houver, o auditor, dentro daquele prazo, fará comunicação à autoridade militar competente de ter a sentença transitado em julgado.

Art. 265. Não sendo o desertor cadete, sargento, graduado ou soldado, o processo e julgamento do mesmo far-se-ão perante o conselho de justiça que competente for, observada a respectiva legislação vigente.

DA DESERÇÃO NA ARMADA

Art. 266. Vinte e quatro horas depois de se verificar a ausência de qualquer militar da Armada, desde que não seja official, o comandante do navio ou autoridade sob cujas ordens servir, mandará proceder ao inventário, designando um official que com duas testemunhas idôneas, de preferência também officiais, assistam ao ato.

§ 1.º Decorridos os dias marcados em lei para constituir-se a deserção, será enviada ao comandante do navio, ou à autoridade competente, uma parte acompanhada do inventário, de que ficará cópia autêntica.

§ 2.º Recebida esta parte, o comandante ou a autoridade competente fará lavrar o termo de deserção, no qual se mencionarão as circunstâncias do fato. Este termo será escrito pelo escrevente da Armada, que no ato for indicado, e será assinado pelo comandante e duas testemunhas.

§ 3.º Assim comprovada a deserção, será imediatamente excluído o desertor do serviço ativo, fazendo-se nos livros respectivos os competentes assentamentos e publicando-se, em boletim ou detalhe de serviço, o termo de deserção.

Art. 267. O comandante ou autoridade que tiver lavrado o termo de deserção remetê-lo-á em seguida, acompanhado do inventário, boletim ou detalhe de serviço, ao auditor competente.

§ 1.º O auditor, recebendo os papéis, mandará autuá-los pelo escrivão e abrir vista ao promotor pelo prazo de cinco dias.

§ 2.º O promotor verificará se foram cumpridas, pela autoridade militar, as exigências legais; se alguma formalidade ou exigência indispensável ao processo tiver sido omitida, requererá ao auditor providências para que a mesma seja satisfeita. Nada tendo a requerer, pedirá a citação do réu, se apresentado ou capturado, para se ver processar e julgar na conformidade deste código, transcrevendo-se, no mandado de citação, o termo de deserção.

§ 3.º Citado o réu, iniciar-se-á, em dia previamente designado a inquirição das testemunhas de acusação e defesa, se as houver.

§ 4.º Em seguida proceder-se-á ao interrogatório e julgamento do réu, observando-se, no que for aplicável, as formalidades estabelecidas neste código, para o julgamento.

DA DESERÇÃO DE OFICIAL NO EXÉRCITO OU NA ARMADA

Art. 268. Vinte e quatro horas depois de verificada a ausência de um oficial, o comandante ou a autoridade correspondente, sob cujas ordens ele servir ou autoridade superior, recebida parte circunstanciada chama-lo-á por editais publicados no "Diário Oficial" da União ou dos Estados ou, em sua falta, por qualquer meio de publicidade, inclusive em boletim para que se apresente dentro dos prazos marcados no art. 117 do Código Penal Militar.

§ 1.º Consumado o crime da deserção, lavrar-se-á um termo com todas as circunstâncias, que será assinado por duas testemunhas.

§ 2.º O comandante ou a autoridade competente, que tiver lavrado o termo de deserção, o remeterá acompanhado dos documentos de lei ao auditor respectivo, que, os recebendo, mandará autuá-los pelo escrivão e abrir vista ao promotor por cinco dias.

§ 3.º O promotor verificará se foram cumpridas as formalidades legais, e, se alguma tiver sido omitida, requererá o que for de direito.

§ 4.º Satisfeitas as formalidades legais, o processo será mandado arquivar, aguardando-se a prisão do desertor.

§ 5.º Ciente da prisão do desertor, mandará o auditor requisitar sua apresentação à auditoria em dia e hora designados, afim de ser processado e julgado.

Art. 269. No dia designado, presentes o auditor, o promotor, o réu e seu advogado, o auditor mandará proceder à leitura do processo, interrogará o réu que, neste momento, poderá oferecer

seus documentos de defesa e requerer inquirição de testemunhas até ao máximo de tres, sendo facultado ao promotor igual direito, observadas as prescrições deste código.

§ 1.º Terminada a instrução do processo, o auditor designará dia e hora para o julgamento, cientes as partes e requisitada a presença do réu.

§ 2.º Reunido o conselho de justiça, o auditor fará o relatório, observando-se o processo de julgamento prescrito neste código.

CAPÍTULO II

DA INSUBMISSÃO

Art. 270. Consumado o crime, o comandante da unidade ou estabelecimento sob cujas ordens tiver de servir o insubmisso, fará lavrar o termo de insubmissão. Esse termo será circunstanciado e nele se mencionarão o nome, filiação, naturalidade, sinais característicos (quando possuir), classe, chamada a que pertencer e data em que deveria apresentar-se; poderá ser impresso ou dactilografado; e equivale à formação da culpa, com efeito de prisão. Será assinado pela referida autoridade e por duas testemunhas.

§ 1.º O comandante ou autoridade competente, que tiver lavrado o termo de insubmissão, fará-o arquivar acompanhado dos demais documentos relativos à insubmissão.

§ 2.º Incluído o insubmisso o comandante do corpo ou autoridade competente providenciará, com urgência, sobre a remessa ao presidente do conselho dos papéis arquivados e dos que, a bem de sua defesa, o acusado apresentar.

§ 3.º De posse desses documentos o presidente do conselho procederá como foi estabelecido para os crimes de deserção, podendo, entretanto, julgar vários processos na mesma sessão.

Art. 271. O insubmisso que se apresentar ou for capturado tem direito ao quartel por menagem.

Parágrafo único. O insubmisso que não for julgado no prazo máximo de sessenta dias a contar do dia de sua apresentação ou captura, sem que para isso tenha dado causa, será posto em liberdade e responderá solto ao processo até a sentença final.

CAPÍTULO III

DO 'HABEAS-CORPUS'

Art. 272. Todo aquele que sofrer ou se achar na iminência de sofrer violência ou coação ilegal na sua liberdade de ir e vir, por ato de alguma autoridade militar, judiciária ou administrativa, ou de junta de alistamento e sorteio militar, poderá requerer ao Supremo Tribunal Militar uma ordem de *habeas-corpus*, por si ou por procurador.

§ 1.º A petição de *habeas-corpus* deve conter:

- a) o nome da pessoa que sofre ou está ameaçada de sofrer coação ou violência e o da autoridade que dela é causa ou autor;
- b) a declaração da espécie de constrangimento que sofre;
- c) em caso de ameaça de violência ou coação, as razões do seu temor;
- d) a assinatura do paciente ou impetrante ou de quem assinar a peça, por não saber ou não poder fazê-lo o paciente.

§ 2.º Apresentada a petição, o presidente do Tribunal a distribuirá a um dos ministros, que, verificando ser caso de *habeas-corpus*, requisitará imediatamente da autoridade indicada como coatora as informações relativas aos fatos alegados, as quais deverão ser dadas em prazo razoável, podendo também exigir-se a apresentação do paciente.

§ 3.º Com as informações ou sem elas, o relator submeterá o pedido a julgamento na primeira sessão e, praticadas as diligências que o Tribunal julgar necessárias, apreciará ele o pedido e decidirá como lhe parecer, restringindo-se, porém, ao ponto de vista da legalidade ou ilegalidade do ato, abstendo-se das razões de conveniência ou oportunidade de medidas autorizadas por lei e praticadas por autoridades competentes.

§ 4.º A ordem de *habeas-corpus* só poderá ser requerida, por qualquer pessoa em favor de outrem, em caso de prisão ou ameaça de prisão.

§ 5.º A autoridade ou qualquer pessoa que, de algum modo e em razão de sua função, embarçar ou procrastinar a expedição de ordem de *habeas-corpus*, informações sobre a causa da prisão, a condição e apresentação do paciente, ou sua soltura, será multada pelo Supremo Tribunal Militar na quantia de trezentos a seiscentos mil réis (300\$ a 600\$), além da sanção penal em que incorrer na forma da lei.

§ 6.º Nas punições disciplinares não cabe o *habeas-corpus*.

TÍTULO II

Do processo e julgamento dos crimes de competência do Supremo Tribunal Militar

Art. 273. No processo e julgamento dos crimes da competência originária do Supremo Tribunal Militar, apresentada a denúncia ao presidente, este procederá, na primeira sessão, ao sorteio de um conselho de instrução composto de três ministros, um do Exército, um da Armada e um togado, o qual funcionará sob a presidência do militar mais antigo, sendo o ministro togado o relator do processo.

Art. 274. Os ministros militares e o togado, de que trata o artigo antecedente, exercerão durante a fase da instrução, as atribuições que este código confere, respectivamente, aos juizes e auxiliares dos conselhos de justiça.

Art. 275. As funções do ministério público serão desempenhadas pelo procurador geral.

Art. 276. Reunido o conselho de instrução, procederá este segundo a forma do processo estabelecido para os crimes da competência dos conselhos de justiça. Terminada a formação da culpa, serão os autos apresentados ao presidente do Tribunal, que providenciará sobre o julgamento do acusado, na forma estabelecida no regimento interno do Supremo Tribunal Militar.

Art. 277. Nos crimes de responsabilidade, se a denúncia contiver os requisitos legais, o conselho de instrução, na primeira sessão mandará intimar o denunciado para responder dentro do prazo de quinze dias. Findo o prazo, com a resposta ou sem ela, se decidirá do recebimento ou não da denúncia.

§ 1.º A denúncia nesses crimes poderá vir desacompanhada do rol de testemunhas, se a mesma se fundar em documentos.

§ 2.º O denunciado não será previamente ouvido:

- a) quando estiver fora do país;
- b) se for ignorado o lugar de sua residência.

Art. 278. As decisões que puserem termo ao processo bem como as finais de condenação ou absolvição serão tomadas por maioria de votos do Tribunal, para o que, satisfeitas as diligências legais, se apresentarão os autos em mesa.

Art. 279. Os membros do conselho de instrução tomarão parte nos julgamentos do Tribunal. Os autos, porem, serão relatados pelo ministro togado a quem competir a distribuição e que não tenha feito parte do mesmo conselho.

Art. 280. Caberá recurso para o Tribunal das decisões que versarem sobre o não recebimento da denúncia, prisão preventiva e menagem.

Art. 281. Das decisões proferidas pelo próprio Tribunal não cabe recurso de apelação.

Art. 282. As diligências, que se fizerem necessárias, serão executadas de ordem do relator, por intermédio do auditor da Região, onde se devam realizar.

Art. 283. As funções de escrivão e de oficial de justiça serão desempenhadas, respectivamente, pelo secretário e pelo porteiro do Supremo Tribunal Militar.

TÍTULO III

Dos recursos em geral

CAPÍTULO I

Art. 284. Os recursos admitidos no presente código são os seguintes:

- a) recurso propriamente dito;
- b) apelação;
- c) embargos;
- d) revisão.

Art. 285. Não se conhecerá dos recursos que não forem fundados em disposição expressa deste código ou forem interpostos fora do prazo. Não ficarão, porem, prejudicados quando por erro, falta ou omissão das autoridades ou funcionarios não tiverem seguimento ou apresentação em tempo.

Art. 286. O ministério público não pode desistir de qualquer recurso que haja interposto.

Art. 287. Quaisquer questões de direito, que tenham surgido na formação da culpa e julgamento, poderão ser renovadas, preliminarmente, em grau de recurso.

DOS RECURSOS PROPRIAMENTE DITOS

Art. 288. Dá-se recurso propriamente dito da decisão em despacho:

I — Do auditor que:

- a) rejeitar a denúncia no todo ou em parte;
- b) indeferir o pedido de arquivamento, ou devolução do inquérito;
- c) julgar improcedente o corpo de delito ou outros quaisquer exames;
- d) não estando mais reunido o conselho, deixar de receber a apelação ou o recurso.

II — Do conselho de justiça que:

- a) concluir pela incompetência do conselho ou do foro militar;
- b) decretar ou não a prisão preventiva;
- c) conceder ou não a menagem;
- d) julgar extinta a ação penal;
- e) declarar irresponsável o acusado, se a decisão houver sido proferida antes do julgamento final;
- f) não receber apelação ou recurso.

Art. 289. Esses recursos não terão efeito suspensivo, salvo os das letras *a* e *b* do n. I e *a*, *d* e *e* do n. II, que seguirão sempre nos próprios autos com as razões e documentos que as partes juntarem no prazo legal.

Art. 290. Os recursos propriamente ditos serão interpostos dentro de quarenta e oito horas, contadas da data da intimação ou da publicação ou leitura da decisão em presença das partes, seus advogados ou curador, por meio de requerimento em que se especificarão as peças dos autos, de que se pretenda traslado para documentar o recurso.

Art. 291. Dentro de cinco dias, contados da interposição do recurso, deverá o recorrente juntar à sua petição ou aos autos do processo, conforme suba ou não em apartado, as razões e documentos que tiver, e se, dentro desse prazo, o recorrido pedir vista, ser-lhe-á concedida, também por cinco dias, contados daquele em que findar o prazo do recorrente, sendo-lhe permitido juntar documentos.

Art. 292. Com a resposta do recorrido ou sem ela, o conselho de justiça ou o auditor, dentro de três dias, poderá reformar a decisão ou mandar juntar ao recurso os traslados das peças dos autos que julgar convenientes para sustentação dele.

Art. 293. Os prazos concedidos ao recorrente e ao recorrido para juntar traslados e razões, poderão ser prorrogados por mais cinco dias, pelo conselho de justiça ou pelo auditor, se assim o exigirem a qualidade e quantidade dos traslados.

Art. 294. Reformando o auditor ou o conselho de justiça o despacho recorrido, poderá a parte prejudicada recorrer da nova decisão, quando, por sua natureza, dela caiba recurso.

Nesse caso os autos subirão imediatamente à instância superior, independentemente de novos arrazoados.

Art. 295. Sustentada pelo conselho de justiça ou pelo auditor a decisão recorrida, serão os autos remetidos ao Supremo Tribunal Militar dentro do prazo de quarenta e oito horas.

Art. 296. Distribuído o recurso, será o mesmo posto em mesa para o julgamento no prazo de duas sessões. Exposto o caso pelo relator e discutida a matéria, se o Supremo Tribunal Militar não ordenar diligência alguma, para maior esclarecimento, proferirá a decisão final.

Art. 297. Se o procurador geral pedir vista dos autos, ser-lhe-á concedida por três dias, ficando adiado o julgamento.

Art. 298. Publicada a decisão do Supremo Tribunal Militar, devem os autos ser devolvidos dentro de três dias ao juiz inferior, para cumprimento do acórdão.

CAPÍTULO II**DA APELAÇÃO**

Art. 299. Cabe apelação das sentenças definitivas ou com força de definitivas, proferidas pelos conselhos de justiça, salvo os casos de recursos previstos no capítulo antecedente.

Art. 300. Só podem apelar o ministério público e o réu.

Art. 301. A apelação será interposta por simples petição, dentro do prazo improrrogável de quarenta e oito horas, seguintes à intimação da sentença ou à sua leitura em sessão do conselho, na presença das partes ou de seu advogado ou curador.

§ 1.º Trafando-se de réu solto ou de réu revel, a apelação de sentença condenatória só poderá ser interposta se o réu se recolher à prisão.

§ 2.º O prazo, para a interposição da apelação de sentença condenatória do réu revel, é de cinco dias a partir da data em que o mesmo houver sido intimado da sentença, na conformidade deste Código.

Art. 302. Recebida a apelação, será aberta vista dos autos em cartório sucessivamente ao apelante e ao apelado, pelo prazo de cinco dias, para oferecerem suas razões.

Art. 303. A apelação subirá nos próprios autos, ainda que haja mais de um réu a respeito dos quais não tenha sido ainda julgado o processo.

Art. 304. O prazo para remessa da apelação será de quarenta e oito horas.

Art. 305. Interposta e recebida a apelação, com ou sem razões, serão os autos remetidos, diretamente, pelo auditor à secretaria do Supremo Tribunal Militar, dentro do prazo legal.

Art. 306. A apelação de sentença condenatória é sempre suspensiva; a de sentença absolutória nunca impedirá que o réu seja solto, salvo se a acusação versar sobre crime punido com mais de dez anos de prisão e não tiver sido unânime a decisão do conselho.

Art. 307. O processo da apelação no Supremo Tribunal Militar obedecerá às regras seguintes:

§ 1.º Recebidos os autos pelo secretário, que neles lançará o respectivo termo, serão distribuídos, sucessivamente, pelo Presidente do Tribunal, aos ministros relator e revisor.

§ 2.º O secretário, logo em seguida, abrirá vista dos autos ao procurador geral, nos casos em que o deva fazer.

§ 3.º Recebidos os autos do procurador geral, irão os mesmos aos ministros relator e revisor que, depois de convenientemente estudados, os apresentarão em mesa para os fins de serem oportunamente relatados.

§ 4.º Findo o relatório, poderá o réu, por si ou por advogado, fazer observações orais por tempo não excedente de vinte minutos. A presença do réu, entretanto, só será admitida se não for inconveniente ao interesse da ordem pública.

§ 5.º Discutida a matéria pelo Tribunal, proferirá este sua decisão. O Tribunal não é obrigado, desde que a isso não se oponha a prova dos autos, a ficar adstrito à classificação do delito, podendo alterá-la, sem todavia inovar a acusação.

§ 6.º Sendo do réu a apelação, não se poderá agravar a penalidade imposta.

§ 7.º Se o Tribunal anular o processo, mandará submeter o réu a novo julgamento, reformados os termos invalidados.

§ 8.º Será secreto o julgamento da apelação, quando se tratar de réu que se encontre solto.

Art. 308. Proferida a sentença condenatória, o Presidente do Supremo Tribunal Militar, comunicá-la-á, imediatamente, ao auditor respectivo, para que providencie, expedindo mandado de prisão ou como no caso couber.

Art. 309. No caso de absolvição, o Presidente do Supremo Tribunal Militar comunicá-la-á por telegrama ao respectivo auditor, afim de que providencie sobre a soltura do réu.

Art. 310. O secretário do Supremo Tribunal Militar remeterá ao auditor respectivo uma cópia do acórdão que condenou o réu para que a este e a seu advogado ou curador, conforme o caso, sejam feitas as devidas intimações.

§ 1º. Intimados o réu e seu advogado ou curador, será enviada ao secretário do Supremo Tribunal Militar, afim de ser junta aos autos respectivos, a certidão de intimação passada pelo oficial de justiça ou por quem tiver sido encarregado da diligência.

§ 2º. O procurador geral da Justiça Militar terá ciência nos próprios autos.

CAPÍTULO III

DOS EMBARGOS

Art. 311. As sentenças finais do Supremo Tribunal Militar poderão ser opostos embargos de nulidade, infringentes do julgado e de declaração.

Art. 312. Os embargos devem ser apresentados na secretaria do Supremo Tribunal Militar, quando o processo correr na 1ª Região Militar, ou nas sedes das auditorias respectivas, quando correr em outras Regiões, dentro do prazo de dez dias contados da data da intimação ou ciência das partes. Não se concederá vista para embargos.

Parágrafo único. Os auditores remeterão à secretaria do Supremo Tribunal Militar os embargos oferecidos, com a declaração da data de recebimento ou a devida comunicação de que, findo o prazo, não foram os mesmos oferecidos.

Art. 313. A ciência da decisão, manifestada de modo inequívoco pelo réu, suprirá a intimação para o fim de poder ele opor embargos.

Art. 314. A petição com os embargos será dirigida ao relator do processo. Os embargos podem ser articulados e acompanhados de quaisquer documentos.

Art. 315. Nos embargos de declaração, a parte requererá por simples petição, que se declare o acórdão ou se expresse o ponto que nele se houver omitido.

Art. 316. Do despacho do relator não recebendo os embargos dar-se-á ciência à parte.

Art. 317. O secretário, logo que receber os embargos, juntá-los-á por termo aos autos e os fará conclusos ao relator.

Art. 318. É de cinco dias o prazo para as partes impugnarem ou sustentarem os embargos.

Art. 319. A parte, que se considerar agravada com o despacho do juiz relator, poderá requerer, dentro de cinco dias, que ele apresente o feito em mesa para o despacho ser confirmado ou reformado pelo Tribunal, mediante processo verbal.

Parágrafo único. Na primeira sessão, após a interposição do agravo, será ele relatado e julgado. Não terá voto o juiz que houver proferido o despacho agravado.

Art. 320. O julgamento dos embargos obedecerá à mesma marcha do julgamento das apelações.

Art. 321. É permitido ao réu, por si ou por procurador, sustentar oralmente, perante o Supremo Tribunal Militar e após o relatório, os seus embargos ou a impugnação, sendo-lhe para isso concedidos vinte minutos, e se não ocorrer a circunstância do § 4º, do art. 307.

Art. 322. Não serão admissíveis embargos ao acórdão unânime ou quando proferido em grau de embargo.

CAPÍTULO IV

DO RECURSO DE REVISÃO

Art. 323. O recurso de revisão de sentença condenatória, nos processos da competência da Justiça Militar, será processado e julgado pelo Supremo Tribunal Militar, observadas as normas prescritas no seu regimento interno.

Art. 324. Caberá o recurso de revisão:

- a) quando a sentença tiver sido proferida por juiz incompetente ou no processo não se tenha guardado formalidade substancial, como tal declarada neste código;
- b) quando a sentença se fundar em prova ou documento falso ou for contrária à evidência dos autos;
- c) quando a sentença for contrária a texto expresso de lei;
- d) quando, depois da sentença, se descobrirem irrecusáveis provas de inocência do condenado.

Art. 325. A revisão poderá ser requerida pelo condenado ou seus ascendentes, descendentes ou cônjuge sobrevivente, e, nesse caso, reconhecer-se-á a injustiça da condenação, o Tribunal rehabilitará a memória do condenado.

Art. 326. Nos processos em que o Tribunal tenha decidido originariamente ou em grau de recurso, somente se admitirá a revisão de processo findo com fundamento na letra d do art. 324.

Art. 327. Não se conhecerá do recurso de revisão sem citação do dispositivo que o autorize, nem o recurso poderá ser repetido sob o mesmo fundamento.

Art. 328. Julgando a revisão, o Tribunal reformará a sentença para absolver ou impor a pena correspondente no respectivo grau e, se verificar a inobservância de formalidade substancial, limitar-se-á a julgar nulo o processo, ordenando sua renovação.

Art. 329. Em hipótese alguma poder-se-á agravar a pena imposta ao condenado.

Art. 330. Não haverá recurso contra decisão proferida em grau de revisão nem se admitirá *habeas-corpus* contra condenação proferida em processo findo.

Art. 331. No julgamento das revisões não haverá debate oral entre as partes.

TÍTULO IV

Da execução da sentença

CAPÍTULO I

Art. 332. O auditor, tendo a sentença transitado em julgado ou de posse da que tiver sido proferida pelo Supremo Tribunal Militar, fará extrair, pelo escrivão, uma guia que remeterá à autoridade militar competente para a execução.

Art. 333. A guia que será assinada e rubricada pelo auditor em todas as suas folhas, conterá:

- a) o nome, graduação, naturalidade, filiação, idade e estado civil do condenado;
- b) sua estatura e mais sinais por que se possa, fisicamente, distingui-lo;
- c) quaisquer declarações particulares que as circunstâncias aconselharem;
- d) o teor da sentença e a data em que terminar a pena.

Art. 334. De posse da guia, a autoridade militar designará o lugar para cumprimento da pena e remeterá o condenado ao diretor da prisão.

§ 1.º O diretor do estabelecimento em que tiver o réu de cumprir a pena, passará recibo na guia e a remeterá ao auditor para ser junto aos autos.

§ 2.º Nos estabelecimentos destinados à execução das penas, haverá um livro especial de registo das guias de sentença, no qual serão as mesmas anotadas em ordem cronológica de recebimento, com espaços convenientes para as indicações relativas a transferência e demais fatos concernentes ao condenado.

Art. 335. Se ao condenado for aplicada, além da pena de prisão, a de privação de exercício de alguma arte ou profissão ou de suspensão do emprego, o auditor providenciará para que seja cumprida a pena de suspensão ou privação da função ou do emprego depois de executada a de prisão.

Art. 336. Se for aplicada a pena de perda de emprego ou de patente ou de reforma, ou somente a pena de suspensão do emprego, o auditor, logo que a sentença passar em julgado, fará expedir mandado de intimação ao réu com o teor da sentença e comunicará o fato à autoridade competente.

Art. 337. Em caso de suspensão de emprego, ficará o condenado privado do respectivo exercício e da gratificação e vantagens decorrentes do mesmo, bem como de outra qualquer função pública que tenha, salvo se for de eleição popular; no caso de perda de emprego, deixá-lo-á imediata e definitivamente. A pena de perda de emprego ou de patente importa a de todos os direitos e vantagens decorrentes do emprego ou patente, salvo as vantagens do monte-pio.

Art. 338. O diretor do estabelecimento em que se achar o preso simplesmente delido ou em cumprimento da pena, deverá comunicar ao auditor o óbito, fuga ou qualquer interrupção que tiver o condenado na execução da pena, bem como a soltura, sendo os respectivos officios transcritos, em resumo, no livro de execução da sentença.

Art. 339. No caso de evasão do condenado, a autoridade competente comunicará o fato ao auditor da circunscrição judiciária por onde houver corrido o processo. Se, posteriormente, o réu se apresentar ou for capturado, a comunicação será feita ao mesmo auditor.

Art. 340. A prescrição da condenação será decretada pelo Supremo Tribunal Militar, "ex-officio" ou em virtude de representação do ministério público ou de requerimento da parte.

Art. 341. O auditor acompanhará, cuidadosamente, o cumprimento da pena de cada condenado, de forma que, no mesmo dia em que ela se tiver por cumprida, possa passar, mesmo por telegrama, o competente mandado de soltura.

Art. 342. Em todas as auditorias haverá um livro de execução de sentença, aberto e rubricado pelo auditor, com indicação do nome do sentenciado, do crime, da data da sentença, da guia da terminação da pena, da soltura e dos mais incidentes que forem comunicados, na conformidade do exigido por este código, relativamente ao condenado.

Art. 343. A pena de prisão, sempre que acarretar a perda de posto ou de patente logo que tenha passado em julgado a respectiva sentença, importará à exclusão do serviço militar e sujeitará o condenado ao cumprimento da pena em penitenciária civil.

Parágrafo único. Para o efeito deste artigo, computar-se-á o tempo de prisão simples em que for convertida a pena de prisão com trabalho, nos termos do art. 43 do Código Penal Militar.

Art. 344. Se à condenação sobrevier loucura do condenado, este só iniciará o cumprimento da pena quando recuperar a integridade de suas faculdades mentais.

§ 1.º Se a loucura ocorrer durante a execução da pena, esta ficará suspensa enquanto se mantiver a enfermidade, caso em que o condenado será recolhido a manicômio oficial.

§ 2.º O tempo de duração da loucura não será computado na execução da pena.

Art. 345. As penas de prisão com trabalho, que não importem perda de patente ou posto ou exclusão do serviço militar, serão cumpridas nos quartéis, fortalezas ou presídios militares, e sujeitarão o condenado a um regime de trabalho compatível com sua compleição física, instrução e educação moral. Não é permitido o regime penitenciário em comum desde que se haja organizado o regime celular.

Art. 346. A prisão preventiva e a menagem serão levadas em conta integralmente no cumprimento da pena. Não o será a menagem concedida em residência ou cidade.

Art. 347. O réu será posto em liberdade antes mesmo de proferida a sentença do Supremo Tribunal Militar, logo que o tempo de prisão atingir o máximo da pena cominada no artigo da lei em que o houver julgado incurso o conselho de justiça. Esta disposição, no que for aplicável, se observará também nos processos da competência originária do Supremo Tribunal Militar.

Art. 348. A sentença criminal passada em julgado será, por extrato, anotada na fé de ofício ou nos assentamentos do condenado. Esta nota não poderá ser trancada, salvo em caso de anistia.

TÍTULO V

Conselho de Justificação

CAPÍTULO I

Art. 349. O oficial do Exército ou da Armada, que for acusado oficialmente ou pela imprensa ou por qualquer meio lícito de publicidade, de haver procedido incorretamente no desempenho do cargo ou comissão, de ter tido conduta irregular, ou praticado ato que afete a honra pessoal, o pundonor militar ou o decore da classe, deverá justificar-se perante um conselho, que, a seu requerimento ou *ex-officio*, será nomeado pelo Diretor da Arma ou Serviço ou comandante da Região Militar, no Exército, ou pelo Diretor Geral do Pessoal, na Armada, ou pelos Ministros da Guerra ou da Marinha, se o justificante for oficial-general.

§ 1.º Se a autoridade nomeante for parte interessada no fato que der lugar à justificação, o conselho será nomeado pela autoridade mais graduada, e sem impedimento das referidas no preâmbulo deste artigo.

§ 2.º A autoridade competente para nomear o conselho de justificação poderá deixar de fazê-lo, se, pela natureza dos fatos arguidos, os precedentes do oficial acusado e a falta de consistência das arguições, julgar, desde logo, improcedente a acusação. Neste caso, a autoridade fundamentará sua decisão, publicando-a em boletim ou ordem do dia.

Art. 350. O conselho de justificação compor-se-á de três membros, todos oficiais de patente superior à do justificante. O con-

selho terá como presidente o oficial mais graduado ou mais antigo; o que se lhe seguir em posto ou antiguidade será o interrogante e, o mais moderno, o escrivão.

Parágrafo único. Se não puder ser todo o conselho constituído por oficiais de patente superior à do justificante, serão nomeados para completar o conselho, oficiais de igual patente, mais antigos.

Art. 351. Se o justificante for oficial-general, deverá ser o conselho de justificação presidido pelo Chefe do Estado-Maior do Exército ou da Armada, conforme o caso, e composto de mais dois generais da ativa, nomeados para fazerem parte do conselho, pelos respectivos ministros.

Parágrafo único. O presidente do conselho poderá requisitar um oficial de patente para o desempenho das funções de escrivão.

Art. 352. Reunido o conselho, no lugar, dia e hora previamente designados, segundo a convocação feita pelo presidente, será por este apresentada e lida ao conselho, caso não tenha este sido nomeado *ex-officio*, a petição do justificante, que deverá estar presente.

Art. 353. O oficial interrogante procederá, em seguida, à qualificação e ao interrogatório do justificante.

§ 1.º Podem os juizes do conselho fazer as perguntas que lhes parecerem necessárias ao esclarecimento dos fatos.

§ 2.º As respostas do interrogado serão escritas pelo oficial escrivão, à medida que forem dadas, no "auto de perguntas e interrogatório", o qual será assinado pelo interrogado e pelos membros do conselho.

§ 3.º Serão juntos ao processo todos os documentos oferecidos pelo justificante.

Art. 354. Declarando o interrogado que tem testemunhas que justifiquem seu procedimento, apresentará, no mesmo ato, o rol das testemunhas com indicação de seus nomes, profissão e residências, as quais o conselho mandará notificar para comparecerem em dia, hora e lugar que designar.

Art. 355. Presentes no dia, hora e lugar designados o justificante e as testemunhas, proceder-se-á à inquirição destas, lavrando-se de cada depoimento um termo que será assinado pela testemunha, pelo justificante e pelos membros do conselho.

Art. 356. Findas as inquirições das testemunhas, o presidente declarará encerradas as diligências e concluídas as formalidades do processo, do que será lavrado termo pelo escrivão.

Art. 357. Até proferir sua decisão, o conselho poderá receber, da pessoa que fez a acusação, os esclarecimentos escritos que por ela lhe forem fornecidos, acompanhados ou não de documentos.

Art. 358. Em seguida, o conselho passará a deliberar em sessão secreta, decidindo, por maioria de votos, se o requerente se justificou da acusação que lhe foi feita. A decisão deverá ser escrita pelo oficial escrivão e assinada por todos.

O juiz vencido poderá dar, por escrito, em continuação à sua assinatura, as razões de seu voto.

Art. 359. Lavrada a decisão com um termo de encerramento escrito pelo escrivão, o processo será remetido por officio à autoridade convocadora do conselho.

Art. 360. A autoridade convocadora do conselho decidirá, no prazo de dez dias, confirmando ou não, motivadamente, a decisão do conselho. Se reconhecer que o fato averiguado constitui crime, remeterá o processo ao auditor competente: se verificar a ocorrência de falta disciplinar ou de ato ou fato que ofenda a honra ou o dever militar, procederá na forma das leis e regulamentos mido decreto n. 24.804, de 14 de julho de 1934. No caso contrário, do Decreto n. 24.804 de 14-7-934. No caso contrário, mandará arquivar o processo.

Art. 361. O pronunciamento do conselho de justificação será publicado em boletim e constará da fé de ofício do justificante.

TÍTULO VI

Da Correição

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 362. Ao auditor-corregedor compete:

a) proceder à correição dos autos findos em 1ª instância, que serão remetidos anualmente, até o dia 31 de janeiro, à auditoria de correição;

b) percorrer, a seu critério ou por deliberação do Supremo Tribunal, as auditorias para o exame de processos em andamento e de livros e documentos oficiais existentes em cartório, de acordo com as necessidades do serviço, de modo que todas tenham, pelo menos, uma inspeção em cada período de três anos.

Art. 363. O auditor-corregedor apresentará, na 1ª quinzena de março de cada ano, ao presidente do Supremo Tribunal Militar, um relatório, em que apontará os erros, irregularidades e falhas processuais encontradas nos autos findos remetidos no ano anterior, afim de que o Supremo Tribunal Militar, atenta a natureza das faltas, puna disciplinarmente ou, se for o caso, promova a responsabilidade dos que a elas houverem dado causa.

§ 1.º Recebido o relatório, procederá o Supremo Tribunal Militar na forma do seu regimento interno.

§ 2.º No caso do Supremo Tribunal Militar, em virtude da falta apontada, julgar passível de pena disciplinar o funcionário que a ela houver dado causa, poderá esse Tribunal requisitar os autos respectivos, para o devido exame.

§ 3.º Não se tratando de falta grave, o Supremo Tribunal Militar, acentuando-a e corrigindo-a, baixará instruções de um modo geral para que a mesma se não repita.

Art. 364. Para o desempenho de suas funções, poderá o auditor-corregedor solicitar das autoridades judiciárias, administrativas ou militares, os esclarecimentos e informes que julgar necessários, e examinar todos os autos de processos parados, livros e documentos oficiais existentes nos cartórios das auditorias.

Art. 365. Se, durante a correição em autos findos ou na inspeção nos cartórios das auditorias, encontrar o auditor-corregedor fato grave que exija pronta solução, será este comunicado, imediatamente e circunstanciadamente, ao presidente do Supremo Tribunal Militar, para os fins de direito.

Art. 366. Incurrerá em pena disciplinar o auditor que, sem causa imediatamente comunicada ao auditor-corregedor, deixar de remeter à auditoria de correição em cada ano, até 31 de janeiro, os autos de processos findos no ano anterior.

Art. 367. O Supremo Tribunal Militar poderá proceder à correição parcial, na forma de seu regimento interno, a requerimento das partes, para o fim de serem corrigidos erros, abusos e formas tumultuárias de processos, cometidos por juizes e funcionários da Justiça Militar, desde que, para obviar tais fates, não haja recurso admitido neste código.

Art. 368. Toda vez que, na Auditoria de Correição, der entrada um processado com despacho de arquivamento, o auditor-corregedor procederá, preferentemente, à correição do mesmo, e, se julgar infundado o arquivamento, tenha ou não transitado em julgado, reme-

terá o processado com seu parecer, dentro de cinco dias, depois de procedida a correição, ao Supremo Tribunal Militar, para os fins de direito.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, as demais decisões de 1ª instância podem ser apreciadas pela auditoria de correição, excluídas as sentenças definitivas de absolvição ou condenação.

Art. 369. Ao escrivão da auditoria de correição compete, no que lhe for aplicável, tendo em vista a natureza de seu cargo, as mesmas atribuições dos escrivães da Justiça Militar.

TÍTULO VII

Da Justiça Militar em tempo de guerra

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 370. Na vigência de estado de guerra ou na zona de operações durante grave comoção intestina (art. 172, § 1º e 173 da Const. Fed.), os Ministros da Guerra e da Marinha, os comandantes-chefe das forças do Exército ou da Armada, respectivamente, nomearão os conselhos de justiça militar suficientes, os quais funcionarão, enquanto a necessidade do serviço o exigir, nos locais de operações, em território militarmente ocupado e para onde forem designados.

§ 1º. Para o julgamento de oficiais superiores, os conselhos serão compostos de coroneis ou capitães de mar e guerra, podendo ser o presidente um oficial-general.

§ 2º. Para os oficiais até o posto de capitão ou capitão-tenente e para os civis diplomados por academia superior do país, compor-se-ão os conselhos de maiores ou capitães de corveta e de capitão ou capitão-tenente, tendo sempre como presidente um oficial superior.

§ 3º. Para os que não forem oficiais, o conselho compor-se-á, além do auditor, de oficiais até a patente de capitão ou de capitão-tenente, sob a presidência de um oficial superior.

Art. 371. Os conselhos superiores de justiça, nomeados pelo Presidente da República com referenda dos Ministros da Guerra e da Marinha, conforme o caso, funcionarão como tribunais de segunda e última instância e compor-se-ão de tres membros sendo dois oficiais-generais da ativa e um juiz togado escolhido livremente dentre os auditores de segunda entrância, exercendo um dos promotores e um dos escrivães, também de segunda entrância, as funções, respectivamente, de procurador geral e de secretário.

Art. 372. O Conselho Superior de Justiça processará e julgará, originariamente, os oficiais-generais, na conformidade das regras deste código e restrições deste título.

Art. 373. Os oficiais nomeados deixarão suas funções logo que seu comandante receber a comunicação do auditor sobre a necessidade da reunião do conselho, sem prejuízo, porém, do serviço militar, se o lugar onde aquele tiver de funcionar, o permitir.

Art. 374. As substituições dos juizes serão feitas pela autoridade competente para a nomeação.

Art. 375. Os conselhos constituídos, na forma determinada nas disposições dos artigos anteriores, funcionarão até que se ulitem os processos dos crimes de sua competência.

Art. 376. Só serão criados conselhos superiores de justiça em caso de guerra externa, quando se fizer necessário acompanhar as forças em operações; fora desse caso, compete ao Supremo Tribunal

Militar processar e julgar originariamente os oficiais-generais e conhecer dos recursos interpostos das decisões do auditor e dos conselhos de justiça, observada a legislação de exceção.

Art. 377. Os auditores, promotores, advogados e demais funcionários acompanharão, nas operações de guerra, as unidades que lhes forem designadas, segundo as conveniências do serviço, provendo-se à substituição deles, na sede da auditoria, na forma do art. 54. Se somente uma parte das forças tiver de seguir, será acompanhada do auditor e promotor ou seu suplente e adjunto, advogados, escrivães e dos que forem livremente designados dentre os funcionários.

Art. 378. São extensivas ao tempo de guerra, externa ou civil, as disposições deste código e do regimento interno do Supremo Tribunal Militar, no que lhe for aplicável.

Art. 379. Nos casos estabelecidos neste título fica sujeito ao foro militar especial todo indivíduo nacional, naturalizado ou estrangeiro, militar, assemelhado ou civil, com ou sem prerrogativas militares, que praticar crime ou contravenção, militar ou comum, previstos na legislação em tempo de guerra.

Parágrafo único. Não haverá edital nos casos em que este código exige para o tempo de paz, o qual será substituído pela publicação em boletim.

Art. 380. No processo, observa-se-ão os prazos seguintes: para a apresentação da denúncia ou da defesa, interposição do recurso ou da apelação e sustentação deste, tres dias; para a formação da culpa, oito dias; para estudos dos autos pelo relatório, intervalo de uma sessão.

Nos demais casos, a metade dos prazos estabelecidos neste código.

Parágrafo único. As sentenças proferidas em segunda instância não são suscetíveis de embargos.

Art. 381. O condenado à morte será fuzilado.

Art. 382. A pena de morte proferida em última instância será executada logo depois de passar em julgado o acórdão.

Parágrafo único. Será permitido ao condenado receber os socorros espirituais.

Art. 383. O militar que tiver de ser fuzilado sairá da prisão vestido de uniforme comum e sem insígnias, e terá os olhos vendados no momento em que tiver de receber as descargas. As vozes de fogo serão substituídas por sinais.

Parágrafo único. O civil ou assemelhado será executado nas condições deste artigo, devendo deixar a prisão decentemente vestido.

Art. 384. Da execução da pena de morte lavrar-se-á ata circunstanciada que, assinada pelo executor e cinco testemunhas, será remetida ao Comandante-Chefe das Forças do Exército ou da Armada, para ser publicada em ordem do dia ou boletim.

TÍTULO VIII

Disposições gerais

CAPÍTULO ÚNICO

Art. 385. Os processos-crimes militares não são sujeitos a custas, emolumentos, selos ou portes de correio.

Parágrafo único. Os documentos oferecidos pelo réu serão selados, exceto os das praças.

Art. 386. Aos autos de processos criminais juntar-se-á, sendo possível, individuais dactiloscópicas dos acusados.

Art. 387. A polícia civil ou militarizada é obrigada a prestar todo o auxílio, inclusive o da força, às diligências legais que se tiverem de levar a efeito fora dos quartéis e dos estabelecimentos militares.

Art. 388. As penas pecuniárias, cominadas neste código, serão cobradas executivamente, e, em seguida, recolhidas ao erário federal. Tratando-se de juizes, militares, funcionários da Justiça Militar ou dos respectivos ministérios, a execução da pena pecuniária será feita mediante desconto na respectiva folha de pagamento.

Art. 389. Excluídas as praças, as justificações para a percepção de monte-pio e meio-soldo ou isenção do serviço militar e os recursos de *habeas-corpus* pagarão as custas fixadas no Regimento de Custas da Justiça Federal.

Art. 390. No caso de vagar uma auditoria terá direito à remoção para a mesma, entre os que a requererem antes de aberto concurso para seu preenchimento, o auditor mais antigo e de igual entrada à da auditoria vaga, desde, porém, que no exercício das suas funções não tenha sido punido por falta que o desabone.

Parágrafo único. O requerimento de remoção ou transferência poderá ser feito por telegrama e será sempre dirigido ao presidente do Supremo Tribunal Militar que, informando-o, o encaminhará ao Governo.

Art. 391. O tempo de serviço militar será integralmente computado para os efeitos de aposentadoria dos magistrados e funcionários da Justiça Militar.

Art. 392. O serviço judicial pretere a qualquer outro, salvo o disposto no art. 25.

Art. 393. Os trabalhos das Secretarias do Supremo Tribunal Militar e da Procuradoria Geral da Justiça Militar serão executados por funcionários pertencentes ao Quadro II, do Ministério da Guerra, e por pessoal extranumerário.

§ 1.º A nomeação dos funcionários e a admissão de extranumerários far-se-ão nos termos e pelo modo prescritos na legislação em vigor.

§ 2.º A Secretaria da Procuradoria Geral da Justiça Militar será chefiada, mediante designação do Procurador, por funcionário do Quadro II, do Ministério da Guerra, com a denominação de secretário, que terá direito à gratificação de funcão, anual, de 3:600\$ (tres contos e seiscentos mil réis).

Art. 394. Os autos não podem ser entregues com vista ou em confiança aos reus ou a seus advogados. É-lhes, porém, permitido o exame dos autos em cartório e a extração de notas e apontamentos necessários à defesa.

Art. 395. O auditor requisitará, diretamente, das companhias de transportes terrestres ou marítimos, nos termos da lei e para fins exclusivos do serviço judiciário, que serão declarados na requisição, passagens para si, juizes do conselho e demais funcionários da auditoria. O auditor terá franquia telegráfica para o serviço judiciário.

Art. 396. Os casos omissos neste código serão resolvidos de acordo com o direito comum.

Art. 397. Os acordãos do Supremo Tribunal Militar e os pareceres do procurador geral serão publicados no "Diário da Justiça", e nos boletins do Exército e da Armada.

Art. 398. A polícia das sessões é confiada ao presidente do Supremo Tribunal Militar ou do Conselho de Justiça, que poderá determinar o que for conveniente à manutenção da ordem e ao respeito devido aos juizes, cabendo-lhe requisitar, para esse fim, a necessária força pública que ficará inteiramente à sua disposição.

Art. 399. Os que assistirem às sessões manter-se-ão respeitavelmente e em silêncio, sendo-lhes vedada quaisquer manifestações de aprovação ou desaprovação.

§ 1º. Nos casos de transgressão, o presidente fará retirar da sala os transgressores que, si insistirem, serão presos e autuado na forma da lei.

§ 2º. Si em sessão o acusado injuria os juizes, testemunhas ou qualquer das pessoas presentes, ou perturbar, de qualquer forma, a boa ordem, será imediatamente retirada da sala e autuado, reconduzido à prisão si estiver anteriormente preso, prosseguindo-se no processo somente com a assistência do seu advogado.

§ 3º. Ao advogado, que nas sessões proceder de modo inconveniente e se tornar recalcitrante, aplicar-se-á o disposto no § 1º deste artigo, e o presidente nomeará outro defensor ao réu.

Art. 400. Os atuais ministros, auditores, representantes do ministério público e escrivães nomeados até a presente data, terão direito à contribuição para o monte-pio militar, de acordo com os respectivos postos honoríficos ou si o não tiverem atualmente, de acordo com os postos anteriormente, atribuídos as respectivos cargos.

Art. 401. Aos ministros togados, auditores, representantes do ministério público e mais serventuários da Justiça Militar são assegurados todos os direitos, vantagens e regalias concedidos pelas leis anteriores, em cujo gozo se acham.

Art. 402. No cumprimento das penas restritivas de liberdade, proferidas no foro militar, não se aplica a suspensão de execução de pena nem o livramento condicional.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 403. Enquanto existir o atual sub-procurador, que passa a ter exercício junto à Procuradoria Geral, compete-lhe:

a) substituir o procurador geral em suas faltas e impedimentos, e funcionar nos processos em que o procurador geral lhe delegar suas atribuições, especialmente nos de deserção e insubmissão;

b) emitir, durante as férias do procurador geral, pareceres, nos processos com vista à procuradoria geral;

c) proceder a diligência e promover inquéritos, em casos especiais, por designação do procurador geral, conforme aconselharem os interesses da justiça;

d) funcionar como representante do ministério público, junto à auditoria de correição.

Parágrafo único. Ao sub-procurador são mantidas todas as atuais vantagens.

Art. 404. Os oficiais de justiça em disponibilidade ou afastados do exercício, em razão do decreto n. 24.803, de 14 de julho de 1934, desde que nada haja que os desabone, voltarão à efetividade dos cargos respectivos por designação do Governo não podendo recusá-la, sob pena de perderem todos os direitos e vantagens inerentes a seu cargo.

Art. 405. Continuarão em disponibilidade, sem prejuízo das vantagens pecuniárias e garantias a que têm direito na forma da lei, os magistrados da Justiça Militar que não forem aproveitados em cargos idênticos.

Art. 406. Os atuais suplentes de auditor e adjunto de promotor, que tiverem, pelo menos, cinco anos de efetivo exercício em

seus respectivos cargos, concorrerão com os advogados dentro dos dois terços das vagas de promotor na forma do art. 34 deste Código.

Art. 407. Os conselhos de justiça, em geral, já constituídos, continuarão a funcionar até final julgamento, na conformidade da legislação anterior, como si não houvesse sido revogada.

Parágrafo único. Constituição, porém, dos novos conselhos de justiça far-se-á de acordo com as prescrições do presente Código.

Art. 408. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 2 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra

Henrique A. Guilhem.

DECRETO-LEI N. 926 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1938

Dispõe sobre a constituição, funcionamento e fiscalização das sociedades cooperativas de seguros

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Somente os seguros agrícolas, inclusive de indústrias rurais, e os de acidentes do trabalho poderão ser objeto de operações de sociedades cooperativas.

Art. 2.º As sociedades cooperativas de seguros contra acidentes do trabalho continuarão a reger-se pela legislação especial de seguros, quanto à constituição, autorização para funcionamento e fiscalização, e, supletivamente, pelos princípios gerais reguladores das sociedades cooperativas.

Parágrafo único. As sociedades cooperativas de seguros de acidentes do trabalho ficam sujeitas, logo que autorizado o seu funcionamento, a registo no Ministério da Agricultura, que deverá ser ouvido pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio antes das concessões de autorização.

Art. 3.º As cooperativas de seguros ficam isentas do pagamento da quota de fiscalização prevista no art. 22 do decreto-lei n. 581, de 1 de agosto de 1938.

Art. 4.º O Ministério da Agricultura, em colaboração com o do Trabalho, Indústria e Comércio, iniciará estudos técnicos, estatísticos e atuariais necessários à prática do seguro agro-pecuário.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 927 — DE 5 DE DEZEMBRO DE 1938

Cria cargos na carreira de Inspetor de Previdência, no Quadro Único, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam criados oito cargos na carreira de Inspetor de Previdência, no Quadro Único, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, passando a mesma carreira a ter a seguinte estrutura:

3 classe L — 10 excedentes.

4 classe K.

5 classe J — 3 vagos, a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.

6 classe I — 6 vagos, a serem preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.

8 classe H — 8 vagos, a serem preenchidos com a dotação concedida por este decreto-lei.

Art. 2.º Fica aberto o crédito suplementar de oito contos e oitocentos mil réis (8:800\$0) à verba 1 — Pessoal, I — Pessoal Permanente, sub-consignação n. 1, do anexo n. 7, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 5 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 928 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1938

Extingue um cargo de Auxiliar de Portaria padrão H, da Secretaria do extinto Senado Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica extinto, nos termos da lei n. 443, de 4 de junho de 1937, um cargo de Auxiliar de Portaria, padrão H, do Quadro Único do pessoal da Secretaria do extinto Senado Federal, vago em virtude de aposentadoria do respectivo titular, José Ferreira de Mesquita.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 929 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 15.000:000\$, para despesas (Serviços e Encargos) da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de quinze mil contos de réis (15.000:000\$), que terá a seguinte aplicação:

a) 5.000:000\$ (cinco mil contos de réis), na regularização do adiantamento de igual quantia feita em 1937 à Rede de Viação Paraná-Santa Catarina; e

b) 10.000:000\$ (dez mil contos de réis), na concessão de novo adiantamento à mesma Rede, destinado ao pagamento de seu pessoal e à liquidação dos compromissos assumidos com a "Importadora-Exportadora Gokes do Brasil" e a "Société Metallurgique D'Enghien Saint Eloi", vencidos, respectivamente, até dezembro de 1936 e junho de 1938.

Art. 2º. A importância a que se refere a letra *a* do artigo anterior será distribuída ao Tesouro Nacional, para a respectiva classificação da despesa e escrituração na Contadoria Central da República; e a importância indicada na letra *b*, distribuída à Delegacia Fiscal no Paraná, afim de ser entregue à Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, para estrita aplicação nos termos deste decreto-lei.

Art. 3º. A débito da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, na escrita patrimonial, levará a Contadoria Central da República a importância de 15.000:000\$ (quinze mil contos de réis), correspondente aos adiantamentos feitos e a serem indenizados com os transportes realizados ou a realizar em proveito do Governo Federal.

Art. 4º. Para os fins indicados no artigo antecedente, fica suspenso o pagamento, em espécie, de quaisquer contas de transportes da Rede de Viação Paraná-Santa Catarina, escriturando as repartições pagadoras as respectivas despesas a débito das verbas ou títulos próprios e a crédito de Movimento de Fundos com a Contadoria Central da República, que procederá à necessária escrituração nos sistemas financeiros e patrimonial.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 930 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1938

Prorroga o prazo a que se refere o art. 1º do decreto-lei n. 576, de 29 de julho de 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado, até o termo de sessenta dias contados da publicação desta lei, o prazo a que se refere o art. 1º do decreto-lei n. 576, de 29 de julho de 1938.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS,

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 931 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1938

Dispõe sobre acréscimo de vencimentos de oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal, sem direito a acesso

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que a Polícia Militar do Distrito Federal, como corporação auxiliar do Exército, por força dos regulamentos e da legislação em vigor criou determinadas exigências de natureza técnico-profissional-militar, para aprimoramento de seus quadros, visando o superior interesse do serviço público, sem atender a interesses individuais;

Considerando, entretanto, que cabe ao Governo não esquecer serviços relevantes e excepcionais, prestados por alguns oficiais que não podem mais, quer pelas condições de idade, quer pelas de saúde, acompanhar o desenvolvimento intelectual que ali se processa e ficaram impedidos de aspirar promoção aos postos imediatos;

Decreta:

Art. 1º. Aos maiores, capitães e 1ªs tenentes que, no exercício de suas funções, prestaram ou prestarem serviços relevantes até dezembro de 1939 e que contarem mais de 30 anos de praça, sem direito a promoção ao posto imediato, por falta de requisitos regulamentares, poderá ser concedido, a juízo do Governo, acréscimo de vencimentos, calculado em tantas vezes 5%, quantos forem os anos de serviço excedentes de 30.

§ 1º. O acréscimo de que trata este artigo, adquirido no serviço ativo, não poderá exceder de 30% do soldo e prevalecerá na reforma.

§ 2º. Em qualquer hipótese a importância das quotas somadas aos vencimentos do posto, não poderá exceder aos do posto imediato.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 932 — DE 6 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, um crédito de 1:300\$000, suplementar à verba 2ª. Material — sub-consignação 17, do orçamento vigente

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto pelo Ministério da Educação e Saúde o crédito de um conto e tresentos mil réis (1:300\$000) suplementar à verba 2ª — Material, III — Diversas despesas, sub-consignação 17, item 23 — Observatório Nacional do orçamento vigente.

Rio de Janeiro, 6 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 933 — DE 7 DE DEZEMBRO DE 1938

Estende aos cursos superiores de ensino agrícola e veterinário os dispositivos do decreto-lei n. 421, de 11 de maio de 1938, e dá outras providências

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º São extensivos aos cursos superiores de ensino agrícola e veterinário os dispositivos do decreto-lei n. 421, de 11 de maio do corrente ano, com as alterações constantes dos artigos que se seguem.

Art. 2.º O pedido de autorização para funcionamento de um curso superior de ensino agrícola ou veterinário será dirigido ao Ministro da Agricultura que, ouvida a repartição competente, submeterá, com parecer, à decisão do Presidente da República.

Parágrafo único. O Ministro da Agricultura determinará a realização das diligências necessárias à verificação do cumprimento das exigências da lei.

Art. 3.º Os requerimentos de reconhecimento de cursos de ensino agrícola ou veterinário serão dirigidos ao Ministro da Agricultura, que providenciará no sentido de ser feita, por uma comissão especial de tres membros, minuciosa verificação sobre a organização e funcionamento do estabelecimento.

§ 1.º Os requerimentos de reconhecimento serão examinados pela repartição competente do Ministério da Agricultura e, em seguida, submetidos, com parecer, pelo Ministro da Agricultura, à decisão do Presidente da República.

§ 2.º A fiscalização decorrente do reconhecimento caberá ao Ministério da Agricultura, por intermédio da repartição competente.

Art. 4.º Sendo cassado o reconhecimento federal de um curso superior de ensino agrícola ou veterinário, a autorização para seu funcionamento só poderá ser requerida na forma do art. 2º desta lei, decorrido um ano a contar da cassação do funcionamento.

Art. 5.º Os cursos superiores de ensino agrícola e veterinário, que, na data da publicação desta lei, estiverem funcionando sem reconhecimento pelo Governo Federal, deverão requerer este reconhecimento até 31 de dezembro de 1939.

Parágrafo único. Ficará proibido de funcionar o curso que não satisfizer a exigência deste artigo ou que tiver o seu pedido de reconhecimento denegado.

Art. 6.º Os estabelecimentos de ensino superior agrícola ou veterinário que, na data da publicação desta lei, estiverem funcionando sem reconhecimento do Governo Federal, mas cujos títulos expedidos tenham sido, até agora, registrados pelo Ministério da Agricultura, poderão expedir os respectivos diplomas aos alunos por eles formados até 1938.

Parágrafo único. Os diplomas conferidos de acordo com este artigo serão, quando requeridos, registrados no Ministério da Agricultura.

Art. 7.º As fiscalizações relativas ao reconhecimento federal dos cursos de ensino superior agrícola ou veterinário serão inteiramente gratuitas.

Art. 8.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 934 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1938

Aprova alterações feitas no regulamento em vigor para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º O regulamento para a arrecadação e fiscalização do imposto de consumo aprovado pelo decreto-lei n. 739, de 24 de setembro de 1938, retificado e alterado pelos de ns. 828 e 887, de 1.º e 24 de novembro de 1938, respectivamente, será observado com as seguintes alterações ao seu art. 4.º:

1 — Ao § 34, onde se lê:

(Selagem por guia, quando de produção nacional, cobrando-se o imposto por verba, na ocasião do despacho, quando de procedência estrangeira)

leia-se:

(Selagem direta quanto aos produtos a que se refere a alínea VI; quanto aos demais, selagem por guia, quando de procedência nacional e por verba, na ocasião do despacho, quando de procedência estrangeira.)

2 — Ao referido § 34, alínea IV:

Excluem-se as palavras: "medalhões para parede, molduras ou caixilhos para espelhos, para estampas, para quadros ou para retratos; e substituta-se a taxaçoão contida na referida alínea V pela seguinte:

Por 100 gramas ou fração, peso líquido..... \$200

3 — Ao mesmo § 34, acrescente-se, depois da alínea V, a seguinte alínea:

VI — Porta-retratos, medalhões, molduras ou caixilhos para espelhos, para estampas, para quadros ou para outros fins, de madeira, com ou sem aplicação ou ornato de massas plásticas ou de qualquer outro material, com o preço de venda, no varejo, marcado pelo fabricante:

Até o preço de 2\$000.....	\$050
De mais de 2\$000 até 5\$000.....	\$100
De mais de 5\$000 até 10\$000.....	\$500
De mais de 10\$000 até 25\$000.....	1\$000
De mais de 25\$000 até 50\$000.....	2\$500
De mais de 50\$000 até 100\$000.....	5\$000
De mais de 100\$000, por 100\$000 ou fração excedente.....	5\$000

4 — Ao mesmo § 34, após a nota 4ª, as seguintes notas:

5 — Não se compreende como moldura a vara, ornamentada ou não, destinada à confecção do caixilho.

6 — Os fabricantes dos produtos a que se refere a alínea VI são obrigados a marcar em cada unidade, por meio de carimbo ou de etiqueta colada à mesma, em caracteres bem visíveis, de altura não inferior a oito milímetros, o preço máximo de venda no varejo que serviu de base ao estampilhamento, pela seguinte forma:

"Preço no varejo até ...\$"; não podendo ditos produtos ser vendidos, quer pelo fabricante, quer pelo revendedor, por preço superior ao que foi marcado. *Multa de 1:000\$000 a 2:000\$000.*

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 935 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 8:666\$700, para atender ao pagamento de vencimentos

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de oito contos seiscentos e sessenta e seis mil e setecentos réis (8:666\$700), para atender ao pagamento

dos vencimentos (pessoal) que competem ao Bacharel Pedro Elói Cordeiro, Censor do Quadro II do referido Ministério, no período de 11 de junho a 31 de dezembro do corrente ano.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 936 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de 290:991\$800 para pagamento de diferenças de vencimentos

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de duzentos e noventa contos, novecentos e noventa e um mil e oitocentos réis (290:991\$800), que será distribuído à Diretoria de Fundos do Exército, para pagamento (Pessoal) de diferença de vencimentos a que, nos termos dos arts. 73, da Lei n. 4.632, de 6 de janeiro de 1923, e 158, n. VI, da de n. 4.793, de 7 de janeiro de 1924, fizeram jus, no período de 1923 a 1927, os empregados do extinto Arsenal de Guerra de Mato Grosso, dos Hospitais Militares de Cruz Alta e Bagé, e da Enfermaria-Hospital de Vila Velha.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 937 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1938

Dispõe sobre a aposentadoria dos capitães de navios nacionais nas condições do art. 1° do decreto-lei n. 78, de 17 de dezembro de 1937, e não pertencentes ao Lloyd Brasileiro

O Presidente da República, atendendo ao que expõe o Ministro de Estado dos Negócios do Trabalho, Indústria e Comércio e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Aos capitães de navios nacionais que, estando nas condições previstas no art. 1º do decreto-lei n. 78, de 17 de dezembro de 1937, não pertenciam ao quadro do Lloyd Brasileiro será assegurada, pelo Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, aposentadoria equivalente a 70 % (setenta por cento) das soldadas que percebiam quando em atividade.

Parágrafo único. Por soldadas entendem-se as importâncias sobre as quais incidiam ou incidiriam as contribuições para o Instituto a que alude este artigo, sendo a aposentadoria calculada sobre a última soldada percebida.

Art. 2.º As aposentadorias de que tratam o decreto-lei n. 78, de 17 de dezembro de 1937, e o presente são devidas, pelo Instituto de

Aposentadoria e Pensões dos Marítimos, desde a data em que haja cessado, por parte das empresas, o pagamento das soldadas, em virtude do desembarque por força do disposto no art. 149 da Constituição.

Art. 3.º O Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos reterá, no fim de cada exercício, a título de indenização pelos encargos que lhe atribuem o decreto-lei n. 78, de 17 de dezembro de 1937, e o presente, do saldo da "Quota de Previdência" que tiver de ser entregue ao Conselho Nacional do Trabalho, a diferença entre a soma das aposentadorias concedidas nos termos de ambos esses decretos-leis e o *quantum* dos benefícios a que, em função das contribuições já recolhidas ao Instituto e das condições peculiares de cada beneficiário, fariam jus os capitães referidos no art. 1.º deste decreto-lei.

§ 1.º Será retida, também, no corrente exercício, do saldo da "Quota de Previdência" referido neste artigo, a importância necessária para indenizar o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos do onus que lhe é imposto pelo art. 2.º do presente decreto-lei.

§ 2.º A fixação da importância da diferença que o Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Marítimos terá de reter, nos termos deste artigo, será fixada pelo Conselho Atuarial do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, ao qual o aludido Instituto fornecerá todos os dados que para esse fim lhe forem requisitados.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 5.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 938 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1938

Sujeita à autorização do Governo o funcionamento das sociedades constituídas para fins de mineração ou de aproveitamento industrial das águas e da energia hidráulica, e dá outra providência

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Dependem da autorização do Governo, para que possam funcionar, as sociedades que tiverem por objeto o aproveitamento industrial das minas ou jazidas minerais, das águas e da energia hidráulica.

Parágrafo único. As sociedades a que este artigo se refere, bem como quaisquer outras, de natureza industrial ou comercial, que, em razão dos seus objetivos, dependam de prévia autorização para funcionar ou exercer suas atividades, não poderão, sob pena de nulidade, entrar em função, nem praticar validamente ato algum, sinão depois de arquivados no Registro do Comércio, além de uma cópia autêntica do título de autorização, os estatutos ou contrato social, a lista nominativa dos subscritores, com indicação da nacionalidade e do número e natureza das ações de cada um, e, quando for devido, o certificado do depósito da décima parte do capital, e

de fazer no "Diário Oficial" da União e nos jornais do município de sua sede a respectiva publicação.

Art. 2º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 3º. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 939 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de 400:000\$, às verbas que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de quatrocentos contos de réis (400:000\$), para reforço das seguintes verbas do seu atual orçamento (Anexo n. 8, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937):

VERBA 2 — MATERIAL

II — Material de Consumo

S/c. 9 — Combustível, lubrificantes, etc:

11) Estrada de Ferro S. Luiz a Terezina....	200:000\$0
---	------------

VERBA 3 — SERVIÇOS E ENCARGOS

S/c. 7 — Serviços clínicos e de hospitalização:

01) Estrada de Ferro Central do Brasil.....	200:000\$0
	<hr/>
	400:000\$0

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 940 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de 1.781:300\$, às verbas que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de mil, setecentos e oitenta e um contos e trezentos mil réis (1.781:300\$0), para reforço das seguintes verbas do atual orçamento daquele Ministério (Anexo n. 4, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937):

VERBA I — PESSOAL

III — Pessoal Adido e em Disponibilidade

S/c. 12 — Disponibilidades 1:000\$0

IV — Gratificações e Auxílios

S/c. 24 — Auxílios especiais:

04) Imprensa Nacional:

a) Para pagamento de excesso de tarefa, etc. 200:000\$0

S/c. 26 — Serviços extraordinários (arts. 399 e 400 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública):

03) Imprensa Nacional 55:600\$0

VII — Inativos

S/c. 34 — Vencimentos dos oficiais e praças reformados do Corpo de Bombeiros..... 140:000\$0

396:600\$0

VERBA 2 — MATERIAL

II — Material de Consumo

S/c. 13 — Matérias primas, etc.:

10) Imprensa Nacional..... 1.200:000\$0

S/c. 14 — Combustível, lubrificantes, etc.:

04) Escola 15 de Novembro..... 7:500\$0

S/c. 16 — Vestuários e artigos de roupa, etc.:

04) Escola 15 de Novembro..... 8:000\$0

S/c. 17 — Medicamentos, drogas, etc.:

04) Escola 15 de Novembro..... 2:000\$0

S/c. 18 — Alimentação, dietas, etc.:

04) Escola 15 de Novembro..... 160:000\$0

III — *Diversas Despesas*

S/c. 22 — Iluminação, força motriz, etc.:

14) Pretorias	7:200\$0
	<hr/> 1.384:700\$0
	<hr/> 1.781:300\$0

Resumo

Pessoal 396:600\$0

Material:

Consumo	1.377:500\$0	
Diversas Despesas	7:200\$0	1.384:700\$0
	<hr/>	<hr/> 1.781:300\$0

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

*Francisco Campos.**A. de Souza Costa.*

DECRETO-LEI N. 941 — DE 8 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 113:600\$0 para atender à restituição de apólices e pagamento dos respectivos juros (Dívida Pública)

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de cento e treze contos e seiscentos mil réis (Rs. 113:600\$0), para aquisição de apólices a serem restituídas às firmas abaixo e pagamento dos respectivos juros, conforme decisão do Tribunal de Contas:

Companhia de Mineração e Metalurgia Brasil:

Para aquisição de 84 apólices da Dívida Pública Federal, do tipo de Diversas Emissões, ao portador, e do valor nominal de 1:000\$0, cada uma	68:040\$0	
Para pagamento de juros, relativos ao período de 1 de julho de 1931 a 30 de junho de 1938	29:400\$0	97:440\$0

Andrade & Normando:

Para aquisição de 10 apólices da Dívida Pública Federal, do tipo de Diversas Emissões, ao portador, e do valor nominal de 1:000\$0 cada uma	8:910\$0	
Para pagamento de juros, relativos ao período de 1 de julho de 1931 a 30 de junho de 1938	7:250\$0	16:160\$0
		<hr/>
		113:606\$0
		<hr/>

Rio de Janeiro, 8 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 942 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1938

Orça a Receita Geral e fixa a Despesa da União para o Exercício DE 1939

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1°. O Orçamento Geral da República dos Estados Unidos do Brasil, para o exercício de 1939, estima a Receita em quatro milhões, setenta mil, novecentos e sessenta e nove contos de réis (4.070.969:000\$0) e calcula a Despesa em quatro milhões, sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e nove contos, quinhentos e tres mil e oitocentos réis (4.065.499:503\$8).

Art. 2°. A Receita, conforme o anexo n. 1, será realizada com o produto do que fôr arrecadado, sob os seguintes títulos:

RENDA ORDINÁRIA

I — Rendas Tributárias	2.950.850:000\$0	
II — Rendas Patrimoniais	37.383:000\$0	
III — Rendas Industriais	467.992:000\$0	
IV — Diversas Rendas	188.500:000\$0	3.644.725:000\$0

RENDA EXTRAORDINÁRIA 426.244:000\$0

Total Geral da Receita 4.070.969:000\$0

Art. 3º. A Despesa, conforme os anexos ns. 2 a 14, distribuir-se-á da seguinte forma:

ANEXOS	Fixa	Variável	Total
2. Presidência da República, Departamento Administrativo do Serviço Público, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, e Conselho Federal de Comércio Exterior, de Imigração e Colonização, Nacional do Petróleo e de Segurança Nacional.....	1.563:400\$0	17.966:260\$0	19.529:660\$0
3. Ministério da Fazenda.....	587.652:383\$0	651.091:200\$0	1.238.743:583\$0
4. Ministério da Justiça e Negócios Interiores.....	88.026:483\$0	60.285:058\$0	148.311:541\$0
5. Ministério das Relações Exteriores.....	10.723:800\$0	50.086:894\$0	60.810:694\$0
6. Ministério da Educação e Saúde.....	76.253:286\$0	229.419:349\$8	305.672:635\$8
7. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.....	12.068:320\$0	100.107:242\$0	112.175:562\$0
8. Ministério da Viação e Obras Públicas.....	201.670:676\$0	792.946:378\$0	994.617:054\$0
9. Ministério da Marinha.....	117.596:872\$0	179.964:405\$0	207.561:277\$0
10. Ministério da Guerra.....	440.738:323\$0	319.960:830\$0	760.699:153\$0
11. Ministério da Agricultura.....	36.441:360\$0	90.936:984\$0	127.378:344\$0
Total.....	1.572.734:903\$0	2.492.764:600\$8	4.065.499:503\$8

Art. 4º. Fazem parte do presente decreto-lei, ao qual ficam integrados, os anexos que o acompanham, de ns. 1 a 11, especificando a Receita com a respectiva legislação, e explicando a Despesa, dividindo-a em fixa e variável, a sua rigorosa especialidade (*).

Art. 5º. Fica o Ministro da Fazenda autorizado a realizar as operações de crédito que se fizerem necessárias para antecipação da Receita, até o máximo de quinhentos mil contos de réis (500.000:000\$0).

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

Francisco Campos.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 943 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1938

Fixa os vencimentos dos presidentes dos Institutos de Aposentadoria e Pensões subordinados ao Ministério do Trabalho Indústria e Comércio

O Presidente da República, atendendo ao que expôs o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. São fixados em 5:000\$ (cinco contos de réis) os vencimentos mensais dos presidentes dos Institutos de Aposentadoria e Pensões dos Bancários, dos Comerciantes, dos Empregados em Transportes e Cargas, da Estiva, dos Industriários e dos Marítimos, subordinados ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 2º. O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

(*) As tabelas explicativas, referidas neste artigo, estão publicadas no Suplemento do *Diário Oficial* de 15 de dezembro de 1938.

DECRETO-LEI N. 944 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de 25:000\$ à verba que especifica, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de 25:000\$ (vinte e cinco contos de réis) à verba 2, II — Material de consumo, sub-consignação 8, alínea 22, Serviço Gráfico.

Art. 2º. Fica sem aplicação, na dotação constante da verba 2, II — Material de consumo, sub-consignação 7, alínea 13, Colégio Universitário, de 85:000\$, a importância de 25:000\$ (vinte e cinco contos de réis).

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 945 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1938

Eleva à categoria de Embaixada a representação diplomática do Brasil na Venezuela

O Presidente da República:

Tendo em vista as crescentes e cordiais relações de amizade entre o Brasil e a Venezuela e desejando ainda mais desenvolvê-las, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica elevada à categoria de Embaixada a representação diplomática do Brasil na República de Venezuela.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 946 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1938

Retifica o parágrafo único do art. 3 do decreto-lei n. 681, de 13 de setembro de 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica retificada a redação do parágrafo único do art. 3º do decreto-lei n. 681, de 13 de setembro de 1938, que passa a ser a seguinte:

Parágrafo único. Ficam destacadas da sub-consignação n. 21, alínea 29, da verba 2ª, e da sub-consignação n. 3, alínea 22, da ver-

ba 3ª, do vigente orçamento do Ministério da Educação e Saúde, respectivamente, as importâncias de 8:300\$ e 5:000\$, para custeio dos Anais da Faculdade de Medicina de Porto Alegre, no ano de 1938.

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 947 — DE 10 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de 90:597\$, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de noventa contos, quinhentos e noventa e sete mil e quinhentos réis (90:597\$), para reforço das seguintes dotações, do atual orçamento daquele Ministério (Anexo n. 4, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937):

VERBA 2 — MATERIAL

I — Material Permanente

S/c. 1 — Mobiliários, móveis diversos, utensílios, etc.:

15) Tribunal de Apelação do Distrito Federal 32:750\$0

III — Diversas Despesas

S/c. 29 — Ligeiros reparos no edificio, etc.:

04) Ligeiros reparos, etc..... 57:847\$5

90:597\$5

Rio de Janeiro, 10 de dezembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 948 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1938

Centraliza no Conselho de Imigração e Colonização as medidas constantes de diversos decretos em vigor, tendentes á promover a assimilação dos alienígenas

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que são complexas e exigem a cooperação de vários órgãos da administração pública as medidas capazes de promover a assimilação dos colonos de origem estrangeira e a completa nacionalização dos filhos de estrangeiros, medidas constantes dos decretos-lei n. 383, de 18 de abril de 1938, n. 406, de 4 de maio de 1938, n. 639, de 20 de agosto de 1938, n. 868, de 18 de novembro de 1938 e decreto n. 3.010, de 20 de agosto de 1938;

Considerando a necessidade de centralizar e dirigir a aplicação dessas medidas; decreta:

Art. 1.º As medidas tendentes a promover a assimilação dos alienígenas, constantes dos decretos-lei n. 383, de 18 de abril de 1938, e seu regulamento; n. 406, de 4 de maio de 1938; completado pelo de n. 639 e regulamentado pelo de n. 3.010, ambos de 20 de agosto de 1938; e decreto-lei n. 868, de 18 de novembro de 1938, serão dirigidas e centralizadas pelo Conselho de Imigração e Colonização, que designará para essa função especial um de seus vice-presidentes.

Art. 2.º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

João de Mendonça Lima.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 949 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1938

Desapropria faixa de terra necessária às obras de adução do Ribeirão das Lages

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica desapropriada por utilidade pública, de acordo com o disposto no art. 590, § 2º, n. III do Código Civil e no art. 3º, ns. 4 e 5, do regulamento aprovado pelo decreto n. 4.956, de 9 de setembro de 1903, a faixa de terra existente entre as ruas Senador Pedro Velho

e Alice no Distrito Federal, com cinco metros de largura e 151,41 metros de extensão, figurada na planta que com este baixa, rubricada pelo diretor do Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal, necessária como complemento das obras de adução do Ribeirão das Lages.

Art. 2.º Para a posse imediata dessa faixa de terra é declarada a urgência da desapropriação, nos termos do art. 41 do regulamento citado no artigo anterior.

Art. 3.º A despesa decorrente da desapropriação do imóvel correrá à conta do crédito de cinco mil contos de réis (5.000:000\$000) aberto pelo decreto-lei n. 422, de 11 de maio de 1938.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 950 — DE 13 DE DEZEMBRO DE 1938

Aprova o Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Lituânia, firmado no Rio de Janeiro, a 28 de setembro de 1937

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil nos termos do art. 180 da Constituição de 10 de novembro de 1937;

Resolve aprovar o Tratado de Extradicação entre o Brasil e a Lituânia, firmado no Rio de Janeiro a 28 de setembro de 1937.

Rio de Janeiro, 13 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

TRATADO DE EXTRADIÇÃO ENTRE OS
ESTADOS UNIDOS DO BRASIL E A
LITUÂNIA

TRAITÉ D'EXTRADITION ENTRE LES
ETATS UNIS DU BRÉSIL ET LA
LITHUANIE

O Presidente dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da República da Lituânia, animados do desejo de tornar mais eficaz a cooperação dos respectivos países na luta contra o crime, resolveram celebrar um tratado de extradição e, para esse fim, nomearam seus Plenipotenciários, a saber:

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, o senhor Mário de Pimentel Brandão, Ministro das Relações Exteriores,

Le Président des Etats-Unis du Brésil, et le Président de la République de Lithuanie désireux de coopérer à la lutte contre les malfaiteurs, ont résolu de conclure la présente Convention d'Extradition et, à cette fin, ont nommé leurs Plenipotentiaires, à savoir:

Le Président de la République des Etats-Unis du Brésil, Monsieur Mario de Pimentel Brandão, Ministre des Affaires Etrangères,

O Presidente da República da Lituânia, o senhor Jonas Aukštuolis, Enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da Lituânia nos Estados Unidos do Brasil,

Os quais, depois de haverem exibido os seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma, convieram no seguinte:

Artigo Primeiro

As Altas Partes Contratantes obrigam-se, nas condições estabelecidas pelo presente Tratado e de acordo com as formalidades legais vigentes em cada um dos dois países, à entrega reciproca dos indivíduos que, processados ou condenados pelas autoridades judiciárias de uma delas, se encontrarem no território da outra.

Quando o indivíduo for nacional do Estado requerido, este não será obrigado a entregá-lo.

§ 1.º Não concedendo a extradição do seu nacional, o Estado requerido ficará obrigado a processá-lo e julgá-lo criminalmente pelo fato que se lhe impute, se tal fato tiver o caráter de delito e for punível pelas suas leis penais.

Caberá nesse caso ao Governo reclamante fornecer os elementos de convicção para o processo e julgamento do inculcado; e a sentença ou resolução definitiva sobre a causa deverá ser-lhe comunicada.

§ 2.º A naturalização do inculcado, posterior ao fato delituoso que tenha servido de base a um pedido de extradição, não constituirá obstáculo a esta.

Artigo II

Autorizam a extradição as infrações a que a lei do Estado requerido imponha pena de um ano ou mais de prisão, compreendi-

Le Président de la République de Lithuanie, Monsieur Jonas Aukštuolis, Envoyé Extraordinaire et Ministre Plénipotentiaire de Lithuanie aux Etats-Unis du Brésil,

Lesquels après avoir vérifié leurs pleins pouvoirs trouvés en bonne et due forme sont convenus des articles suivants:

ARTICLE PREMIER

Les Hautes Parties Contractantes s'engagent conformément aux règles prévues par cette Convention, et d'accord avec les lois en vigueur dans chacun des deux pays, à se livrer réciproquement les individus accusés ou condamnés par les autorités judiciaires de chacune d'Elles, qui se trouveraient sur le territoire de l'autre.

Quand l'individu sera national de l'Etat requis, celui-ci ne sera pas obligé de le livrer.

§ 1er. En refusant l'extradition de son national, l'Etat requis sera obligé de l'inculper et de le juger pour le fait qui lui est imputé, si un tel fait a les caractères d'un délit puni par ses propres lois pénales.

Il appartiendra dans ce cas au Gouvernement requérant de fournir les pièces à conviction pour le procès et le jugement de l'inculpé, et la sentence ou décision définitive sur la cause devra lui être communiquée.

§ 2eme. La naturalisation de l'inculpé postérieure au fait délictueux qui aura servi de base à une demande d'extradition, ne constituera pas un obstacle à ladite extradition.

ARTICLE II

Les infractions qui donneront lieu à l'extradition seront celles auxquelles les lois de l'Etat requis imposent une peine d'au moins

das não só a autoria ou co-autoria, mas também a tentativa e a cumplicidade.

un an de prison; seront considérées comme infraction non seulement la participation directe ou indirecte à un délit, mais encore la tentative et la complicité.

Artigo III

Quando a infração se tiver verificado fora do território das Altas Partes Contratantes, o pedido de extradição poderá ter andamento se as leis do Estado requerente e as do Estado requerido autorizarem a punição de tal infração, nas condições indicadas, isto é, cometida em país estrangeiro.

Artigo IV

Não será concedida a extradição:

a) quando o Estado requerido for competente, segundo suas leis, para julgar o delito;

b) quando, pelo mesmo fato, o delinquente já tiver sido ou esteja sendo julgado no Estado requerido;

c) quando a ação ou a pena já estiver prescrita, segundo as leis do Estado requerente ou requerido;

d) quando a pessoa reclamada tiver que comparecer, no Estado requerente, perante tribunal ou juízo de exceção;

e) quando o delito for puramente militar ou político, ou de natureza religiosa, ou disser respeito à manifestação do pensamento nesses assuntos, contanto que, nessa última hipótese, não importe em propaganda de guerra ou de processos violentos para subverter a ordem política ou social.

§ 1.º A alegação do fim ou motivo político não impedirá a extradição, si o fato constituir principalmente infração da lei penal comum.

Neste caso, concedida a extradição, a entrega do extraditando ficará dependente do compromisso, por parte do Estado requerente, de que o fim ou motivo político não concorrerá para agravar a penalidade.

ARTICLE III

Quand l'infraction aura été réalisée hors du territoire des Hautes Parties Contractantes, la demande d'extradition pourra être prise en considération si les lois de l'Etat requérant et celles de l'Etat requis autorisent la punition d'une telle infraction, dans les circonstances indiquées c'est à dire commise en pays étranger.

ARTICLE IV

L'extradition ne sera pas accordée:

a) Quand l'Etat requis sera compétent d'après ses lois pour juger le délit;

b) Quand, pour le même fait, le délinquant aura déjà été jugé, ou sera en instance de l'être, par l'Etat requis;

c) Quand l'action ou la peine aura été prescrite, selon les lois de l'Etat requérant ou de l'Etat requis;

d) Quand l'individu réclamé devrait comparaître devant un tribunal d'exception de l'Etat requérant;

e) Quand le délit sera purement politique ou militaire ou de nature religieuse, ou s'il a trait à la manifestation de la pensée sur ces sujets, pourvu que dans cette dernière hypothèse il ne constitue pas de la propagande pour la guerre ou de procédés violents visant bouleverser l'ordre politique et social.

§ 1er. L'allégation d'un but ou d'un motif politique n'empêchera pas l'extradition si le fait constitue principalement une infraction à la loi pénale ordinaire.

Si dans ce cas l'extradition est accordée, la remise de l'extradé sera subordonnée à la promesse de l'Etat requérant que le but ou le motif politique ne sera pas pris en considération pour aggraver la pénalité.

§ 2.º Não serão reputados delitos políticos os fatos delituosos que constituírem franca manifestação de anarquismo ou visarem subverter as bases de toda organização social.

§ 3.º A apreciação do carater do crime caberá exclusivamente às autoridades do Estado requerido.

Artigo V

O pedido de extradição será feito por via diplomatica ou, por exceção, na falta de agentes diplomáticos, diretamente, isto é, de Governo a Governo; e será instruído com os seguintes documentos:

a) quando se tratar de simples acusados: cópia ou traslado autêntico do mandado de prisão ou ato de processo criminal equivalente, emanado de juiz competente;

b) quando se tratar de condenados, cópia ou traslado autêntico da sentença condenatória.

Essas peças deverão conter a indicação precisa do fato incriminado, o lugar e a data em que o mesmo foi cometido, e ser acompanhadas de cópia dos textos das leis applicáveis à espécie e dos referentes à prescrição da ação ou da pena, bem como de dados ou antecedentes necessários para comprovação da identidade do indivíduo reclamado.

§ 1.º As peças justificativas do pedido de extradição serão, quando possível, acompanhadas de sua tradução, na língua do Estado requerido.

§ 2.º A apresentação do pedido de extradição por via diplomática constituirá prova sufficiente da autenticidade dos documentos apresentados em seu apoio, os quais serão, assim, havidos por legalizados.

Artigo VI

Sempre que o julgarem conveniente, as Partes Contratantes po-

§ 2ème. Ne seront considérés délits politiques les faits délictueux qui constitueront une indubitable manifestation d'anarchisme ou qui viseront à bouleverser les bases de l'organisation sociale.

§ 3ème. L'appréciation du caractère du délit appartiendra exclusivement aux autorités de l'Etat requis.

ARTICLE V

La demande d'extradition sera faite par la voie diplomatique, ou, exceptionnellement, à défaut d'agents diplomatiques, directement, c'est à dire de Gouvernement à Gouvernement, et sera accompagnée des documents suivants:

a) Quand il s'agira d'un délinquant non condamné: copie ou traduction authentique du mandat d'arrêt ou de l'acte de procédure criminelle équivalent, émané du juge compétent;

b) Quand il s'agira d'un condamné: copie ou traduction authentique du jugement avec ses attendus.

Ces pièces devront contenir l'indication précise du fait reproché, du lieu et de la date où il fut commis, et être accompagnées, de la copie des textes des lois applicables à l'espèce et des textes se référant à la prescription de l'action ou de la peine, ainsi que les données nécessaires pour établir l'identité de l'individu réclamé.

§ 1er. Les pièces justificatives de la demande d'extradition seront, autant que possible, accompagnées de leur traduction dans la langue de l'Etat requis.

§ 2ème. La présentation de la demande d'extradition par la voie diplomatique constituera une preuve suffisante de l'autenticité des documents présentés à son appui, et dans ce cas ils seront tenus pour légalisés.

ARTICLE VI

Toutes les fois qu'elles le jugeront nécessaire, les Parties

derão solicitar, uma à outra, por meio dos respectivos agentes diplomaticos ou diretamente, de Governo a Governo, que se proceda à prisão preventiva do inculcado, assim como à apreensão dos objetos relativos ao delito.

Esse pedido será atendido, uma vez que contenha a declaração da existência de um dos documentos enumerados nas letras *a* e *b* do artigo precedente e a indicação de que a infração cometida autoriza a extradição, segundo este Tratado.

Nesse caso, se dentro do prazo máximo de sessenta dias, contados da data em que o Estado requerido receber a solicitação da prisão preventiva do indivíduo inculcado, o Estado requerente não apresentar o pedido formal de extradição, devidamente instruído, o delito será posto em liberdade, e só se admitirá novo pedido de prisão, pelo mesmo fato, com o pedido formal de extradição, acompanhado dos documentos referidos no artigo precedente.

Artigo VII

Concedida a extradição, o Estado requerido comunicará imediatamente ao Estado requerente que o extraditando se encontrará à sua disposição.

Se dentro de sessenta dias, contados de tal comunicação, o extraditando não tiver sido remetido ao seu destino, o Estado requerido dar-lhe-á liberdade e não o deterá novamente pela mesma causa.

Artigo VIII

O Estado requerente poderá enviar ao Estado requerido com previa aquiescência deste, agentes devidamente autorizados, quer para auxiliarem o reconhecimento da identidade do extraditando, quer para o conduzirem ao território do primeiro.

Tais agentes, quando no território do Estado requerido, ficam

Contractantes pourront se demander l'une à l'autre, par l'intermédiaire de leurs agents diplomatiques respectifs, ou directement, de Gouvernement à Gouvernement, qu'il soit procédé à l'arrestation provisoire de l'inculpé, ainsi qu'à la saisie des objets se rapportant au délit.

Cette demande pour être prise en considération devra être accompagnée de l'un des documents énumérés sous *a*) et *b*) de l'article précédent, et de l'indication que l'infraction commise autorise à l'extradition, conformément à cette Convention.

Dans ce cas, et si dans un délai maximum de quatre-vingt dix jours à partir de la date à laquelle l'Etat requis a reçu la demande d'arrestation provisoire de l'individu inculpé, l'Etat requérant ne présenterait pas la demande formelle d'extradition, dûment instruite, le détenu sera mis en liberté, et une nouvelle demande d'arrestation, pour le même fait ne sera admise qu'avec la demande formelle d'extradition, accompagnée des documents indiqués à l'article précédent.

ARTICLE VII

L'extradition accordée, l'Etat requis communiquera immédiatement à l'Etat requérant que l'individu faisant l'objet de l'extradition est à sa disposition.

Si dans les quatre-vingt dix jours à partir de la date de ladite communication l'extradition n'a pas reçu un commencement d'exécution, l'Etat requis rendra la liberté au délinquant et ne le retiendra plus à l'avenir pour le même fait.

ARTICLE VIII

L'Etat requérant pourra envoyer à l'Etat requis, d'accord avec celui-ci des agents dûment autorisés, pour aider à l'identification de l'extradé ou pour le conduire au territoire du premier.

Ces agents sur le territoire de l'Etat requis seront subordonnés

subordinados às autoridades destes, mas os gastos que fizerem correrão por conta do Governo que os tiver enviado.

aux autorités de celui-ci, mais leurs dépenses courront pour le compte du Gouvernement qui les aura envoyés.

Artigo IX

ARTICLE IX

A entrega de um indivíduo reclamado ficará adiada, sem prejuízo da efetividade da extradição, quando grave enfermidade intercorrente impedir, que, sem perigo de vida, seja ele transportado para o país requerente, ou quando ele se achar sujeito à ação penal do Estado requerido, por outra infração, anterior ao pedido de detenção.

La remise de l'individu réclamé sera ajournée, mais l'extradition sera maintenue, quand une grave maladie empêchera que, sans danger pour sa vie, l'individu soit transporté au pays requérant, ou quand il sera soumis à une action pénale de l'Etat requis, pour une autre infraction antérieure à la demande d'arrestation.

Artigo X

ARTICLE X

O indivíduo que, depois de entregue por um ao outro dos Estados contratantes, lograr subtrair-se à ação da justiça e se refugiar no território do Estado requerido, ou por ele passar em trânsito, será detido, mediante simples requisição diplomática ou consular, e entregue, de novo, sem outras formalidades, ao Estado ao qual já fora concedida a sua extradição.

L'individu qui, après avoir été livré par l'un ou l'autre des Etats contractants parviendra à se soustraire à l'action de la justice et à se réfugier sur le territoire de l'Etat requis, ou à le traverser, sera détenu sur simple réquisition diplomatique ou consulaire et livré de nouveau, sans autres formalités, à l'Etat auquel avait été déjà accordée son extradition.

Artigo XI

ARTICLE XI

O inculcado, que for extraditado em virtude deste tratado, não poderá ser julgado por nenhuma outra infração cometida anteriormente ao pedido de extradição, nem poderá ser re-extraditado para terceiro país que o reclame, salvo se nisso convier o Estado requerido ou se o extraditado, posto em liberdade, permanecer voluntariamente no Estado requerido por mais de trinta dias, contados da data em que tiver sido solto. Em todo caso, deverá ele ser advertido das consequências a que o exporia sua permanência no território do Estado onde foi julgado.

L'inculpé qui sera extradé en vertu de cette Convention ne pourra être jugé pour aucune autre infraction commise antérieurement à la demande d'extradition, ni ne pourra être livré à un troisième pays qui le réclamerait, à moins que l'Etat requis ne soit consentant, ou si l'extradé, mis en liberté, demeure volontairement sur le territoire de l'Etat requis pour plus de trente jours, à compter de la date à laquelle il aura été mis en liberté. En tout cas, il devra être averti des conséquences auxquelles l'exposerait son séjour sur le territoire de l'Etat, où il a été jugé.

Artigo XII

ARTICLE XII

Todos os objetos, valores ou documentos que se relacionarem com o delito e, no momento da prisão,

Tous les objets, valeurs ou documents, qui présenteront quelque rapport avec le délit, et qui

tenham sido encontrados em poder do extraditando, serão entregues, com este, ao Estado requerente.

Os objetos e valores que se encontrarem em poder de terceiros e tenham igualmente relação com o delito serão também apreendidos, mas só serão entregues depois de resolvidas as exceções opostas pelos interessados.

A entrega dos referidos objetos, valores e documentos do Estado requerente, será efetuada ainda que a extradição, já concedida, não se tenha podido realizar, por motivo de fuga ou morte do inculpado.

Artigo XIII

Quando a extradição de um indivíduo for pedida por mais de um Estado, proceder-se-á da maneira seguinte:

a) se se tratar do mesmo fato, será dada preferência ao pedido do Estado em cujo território a infração tiver sido cometida;

b) se se tratar de fatos diferentes, será dada preferência ao pedido do Estado em cujo território tiver sido cometida a infração mais grave, a juízo do Estado requerido;

c) se se tratar de fatos distintos, mas que o Estado requerido reputa de igual gravidade, a preferência será determinada pela prioridade do pedido.

Artigo XIV

O trânsito pelo território das Altas Partes Contratantes de pessoa entregue por terceiro Estado à outra parte, e que não seja da nacionalidade do país de trânsito, será permitido, independentemente de qualquer formalidade judiciária, mediante simples solicitação, acompanhada da apresentação, em original ou em cópia autêntica, do documento pelo qual o Estado de refúgio tiver concedido a extradição.

Essa permissão poderá, no en-

au moment de l'arrestation auront été trouvés en possession de l'extradé, seront livrés en même temps que celui-ci, à l'Etat requérant.

Les objets et valeurs qui seront trouvés en possession de tiers et qui présenteront quelque rapport avec le délit seront saisis également, mais ne seront livrés qu'après qu'auront été résolues les exceptions opposées par les intéressés.

La remise desdits objets, valeurs et documents, à l'Etat requérant, sera effectuée même si l'extradition déjà accordée n'aurait pu être réalisée du fait de la fuite ou de la mort de l'inculpé.

ARTICLE XIII

Quand l'extradition d'un individu sera réclamée par plus d'un Etat, on procédera de la manière suivante:

a) s'il s'agit du même délit on accordera la préférence à l'Etat sur le territoire duquel l'infraction aura été commise;

b) s'il s'agit de délits différents, la préférence sera donnée à l'Etat sur le territoire duquel aura été commise l'infraction la plus grave, selon l'opinion de l'Etat requis;

c) s'il s'agit de délits différents, et que l'Etat requis estimera d'égale gravité, la préférence sera déterminée par la priorité de la demande.

ARTICLE XIV

Le transit par le territoire des Hautes Parties Contractantes d'un délinquant livré à un Etat tiers, et qui ne sera pas de la nationalité du pays de transit, sera autorisé sans aucune formalité judiciaire, sur simple demande, accompagnée de la présentation de l'original ou de la copie authentique du document par lequel l'Etat dans le territoire duquel le délinquant s'était réfugié, a accordé l'extradition.

Cette permission pourra cepen-

tanto, ser recusada, desde que o fato determinante da extradição não a autorize, segundo este Tratado ou quando graves motivos de ordem pública se oponham ao trânsito.

dant être refusée quand le délit qui est à la base de l'extradition n'est pas de ceux pour lesquels l'extradition est accordée, aux termes de la présente Convention, ou quand de graves raisons d'ordre public s'opposent au transit.

Artigo XV

ARTICLE XV

Correrão por conta do Estado requerido as despesas decorrentes do pedido de extradição, até o momento da entrega do extraditando aos guardas ou agentes devidamente habilitados do Governo requerente, no porto ou ponto da fronteira do Estado requerido que o Governo deste indique; e por conta do Estado requerente as posteriores à dita entrega, inclusive as de trânsito.

Seront au compte de l'Etat requis les dépenses qu'entraînera la demande d'extradition jusqu'au moment de la remise de l'extradé aux gardes ou agents dûment habilités du Gouvernement requérant, dans le port ou au poste de frontière de l'Etat requis que le Gouvernement de celui-ci indiquera, et seront au compte de l'Etat requérant les dépenses postérieures à ladite remise, étant incluses celles relatives au transit.

Artigo XVI

ARTICLE XVI

Negada a extradição de um indivíduo, não poderá ser de novo solicitada a entrega deste pelo mesmo fato a ele imputado.

Lorsque l'extradition d'un individu aura été refusée, elle ne pourra être à nouveau sollicitée pour le même délit.

Quando, entretanto, o pedido de extradição for denegado sob a alegação de vício de forma e com a ressalva expressa de que o pedido poderá ser renovado, serão os respectivos documentos restituídos ao Estado requerente, com a indicação do fundamento da denegação e a menção da ressalva feita.

Mais quand la demande d'extradition sera rejetée pour vice de forme, et avec la réserve expresse que cette demande pourra être renouvelée les documents joints à la demande seront rendus à l'Etat requérant avec l'indication du motif du refus et la mention de la réserve faite. Dans ce cas l'Etat requérant pourra renouveler sa demande après en avoir corrigé le vice de forme.

Nesse caso, o Estado requerente poderá renovar o pedido, contanto que o instrua devidamente, dentro prazo improrrogável de sessenta dias.

Artigo XVII

ARTICLE XVII

Quando a pena applicavel à infração for a de morte, o Estado requerido só concederá a extradição sob a garantia, dada por via diplomatica pelo Governo requerente, de que tal pena será convertida na imediatamente inferior.

Quand la peine applicable à l'infraction sera la peine de mort, l'Etat requis n'accordera l'extradition que contre la garantie, qui lui sera donnée par l'Etat requérant et par voie diplomatique, que cette peine sera convertie en celle immédiatement inférieure.

Artigo XVIII

Ao indivíduo cuja extradição tenha sido solicitada por um dos Estados contratantes, ao outro, será facultado o uso de todas as instâncias e recursos permitidos pela legislação do Estado requerido.

Artigo XIX

O presente Tratado será ratificado, depois de preenchidas as formalidades legais de uso em cada um dos Estados contratantes, e entrará em vigor um mês após a troca dos instrumentos de ratificação, a efetuar-se na cidade de Rio de Janeiro no mais breve prazo possível.

Cada uma das Altas Partes Contratantes poderá denunciá-lo em qualquer momento, mas os seus efeitos só cessarão seis meses depois da denúncia.

Em fé do que os Plenipotenciários acima nomeados firmaram o presente Tratado em dois exemplares, cada um dos quais nas linguas portuguesa e francesa e neles apuseram os seus respectivos selos.

Rio de Janeiro, em 28 de Setembro de 1937.

Mario de Pimentel Brandão.

Jonas Aukstulius.

ARTICLE XVIII

L'individu dont l'extradition sera sollicitée par un des Etats contractants aura à sa disposition les instances et recours prévus par la législation de l'Etat requis.

ARTICLE XIX

La présente Convention sera ratifiée après l'accomplissement des formalités légales en usage par chacun des Etats Contractants, et entrera en vigueur un mois après l'échange des instruments de ratification qui aura lieu dans la ville de Rio de Janeiro dans le plus bref délai possible.

Chacune des Hautes Parties Contractantes pourra la dénoncer à n'importe quel moment, mais ses effets ne cesseront que six mois après la dénonciation.

En foi de quoi les Plénipotentiaires ont signé la présente Convention, rédigée en deux exemplaires, tous deux en langues portugaise et française et ils y ont apposé leurs sceaux respectifs.

DECRETO-LEI N. 951 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1938

Exige, para inscrição no concurso de habilitação para ingresso na Escola Nacional de Veterinária do Ministério da Agricultura, prova de ter o candidato concluído o curso complementar de medicina, previsto no art. 2º do Decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição: e,

Considerando que o decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, estabeleceu no art. 2º que o ensino secundário compreenderá dois cursos seriados: fundamental e complementar;

Considerando que a inscrição ao exame vestibular para ingresso na Escola Nacional de Veterinária do Ministério da Agricultura é feita mediante prova, quanto à parte didática, de ter sido o candidato apenas aprovado no 5º ano do Colégio Pedro II ou estabelecimento

de ensino secundário sob inspeção federal permanente, isto é, possuindo somente o curso fundamental, quando para os demais institutos de ensino superior são exigidos, obrigatoriamente, os dois cursos seriados que constituem o ensino secundário:

Considerando que, dessa forma o candidato habilitado é matriculado na Escola Nacional de Veterinária sem haver completado o curso secundário e, por conseguinte, sem os conhecimentos básicos mínimos que devam ser exigidos a quem vai iniciar o curso preparatório para o exercício da profissão;

Considerando que se deve estabelecer para o curso de medicina veterinária as exigências já estabelecidas na legislação em vigor para os demais cursos superiores;

Considerando que ao ser baixado o decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934 que aprovou o Regulamento do Departamento Nacional da Produção Animal do Ministério da Agricultura, por onde se rege a Escola Nacional de Veterinária, já se achava em vigor o decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932 que consolidou as disposições sobre a organização do ensino secundário;

Considerando que não é aconselhável, no momento, a instituição do curso complementar especial para os candidatos ao curso de medicina veterinária e que, por outro lado, o curso complementar de medicina preenche as finalidades que se tem em vista, dada a correlação existente entre os dois cursos no que se refere à parte fundamental dos mesmos e, finalmente,

Considerando que é necessário e mesmo indispensável elevar a cultura geral dos futuros candidatos ao curso da Escola Nacional de Veterinária do Ministério da Agricultura:

Decreta:

Art. 1.º A admissão ao 1º ano da Escola Nacional de Veterinária do Ministério da Agricultura e demais estabelecimentos de ensino veterinário equiparados, reconhecidos, ou sob regime de fiscalização, far-se-á mediante aprovação no *curso de habilitação* que passará a substituir o exame vestibular a que se refere o art. 335 do Regulamento do D. N. P. A., aprovado pelo decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934, com as modificações aprovadas pelo decreto n. 24.540, de 3 de julho de 1934.

Art. 2.º Para a inscrição no curso de habilitação a que se refere o artigo anterior deverá o candidato apresentar, além das provas exigidas nas alíneas *a*, *b* e *c*, do art. 338 do Regulamento aprovado pelo decreto n. 23.979, a de ter concluído o curso complementar de medicina, previsto no art. 6º do decreto n. 21.241, de 4 de abril de 1932, feito no Colégio Universitário ou instituição equivalente, oficial ou oficialmente reconhecida.

Art. 3.º No cumprimento do disposto no art. 1º deste decreto-lei, serão observados os dispositivos constantes de decretos, regulamentos, normas e instruções baixadas pelo Ministério da Educação e Saúde.

Art. 4.º Os candidatos que hajam terminado o 5º ano do curso ginasial até 1938, inclusive, são dispensados das exigências estabelecidas nos artigos anteriores, ficando sujeitos ao regime de exame vestibular consoante o disposto no art. 338 do Regulamento do D.N.P.A., aprovado pelo decreto n. 23.979, de 8 de março de 1934.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 952 — DE 14 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, os créditos que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de cinco mil contos de réis (5.000:000\$000), para atender ao pagamento de subvenções concedidas às instituições assistenciais e culturais, de acordo com o decreto-lei n. 527, de 1 de julho de 1938.

Art. 2.º Fica aberto, pelo mesmo Ministério, o crédito suplementar de trezentos contos de réis (300.000\$000) para reforço da Verba 3 — Serviços e Encargos — Subconsignação 59 — Despesas diversas com o desenvolvimento das atividades educativas em todo o país (anexo n. 6 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937).

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 953 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1938

Autoriza a alienação de um imóvel de propriedade da União

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica autorizada a alienação, ao Governo do Estado da Bahia, do prédio, em reconstrução, onde funcionou a Delegacia Fiscal do Tesouro Nacional no mesmo Estado, situado à rua Chile, na cidade do Salvador.

Art. 2.º O imóvel será vendido pelo seu preço atual, avaliado em 970:000\$000, obrigando-se o Governo do Estado a indenizar à União a importância já paga aos contratantes das obras de reconstrução e responsabilizando-se, ainda, pelos compromissos restantes do contrato.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 954 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de 87:096\$800, para pagamento dos vencimentos de 20 Cônsules de 3.ª classe

O Presidente da República, tendo em vista a autorização contida no art. 3.º do decreto-lei n. 764, de 4 de outubro último e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição vigente, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores, o crédito especial de oitenta e sete contos, noventa e seis mil

e oitocentos réis (87:096\$800), para atender a despesas de "Pessoal", com o pagamento dos vencimentos de vinte (20) Cônsules de Terceira classe, classe J, da carreira de "Consul", do quadro único do referido Ministério, relativos ao período de 4 de outubro a 31 de dezembro do corrente ano.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 955 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1938

Torna obrigatórios a aquisição e consumo do trigo em grão, de produção nacional, pelas empresas moageiras do país e dá outras providências

O Presidente da República:

Considerando a necessidade de medidas que venham assegurar, em período de instalação, a possibilidade de fixação da produção econômica do trigo nacional e seu consumo;

Considerando a vantagem de uma distribuição proporcional desse produto a todos os moinhos do país, afim de que a cada um caiba a quota correspondente à sua capacidade moageira real, tendo em vista a média de produção quinquenal;

Considerando, igualmente, a necessidade do levantamento estatístico anual da produção, para que a distribuição dessas quotas seja feita de maneira equitativa;

Considerando que ao Governo Federal compete amparar todas as iniciativas que venham beneficiar a balança econômica do país, e, sendo o trigo, sob todos os aspectos, um produto de indiscutível importância, impõe-se a garantia do seu aproveitamento, tendo-se em consideração o seu custo de produção, a fixação dos respectivos preços, e outras providências adequadas;

Considerando, ainda, a insuficiência da produção de trigo nacional para abastecimento e, portanto, a necessidade da adição de sucedâneos, da mesma forma que para os trigos estrangeiros; e finalmente,

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição.

Decreta:

Art. 1.º Ficam todas as empresas moageiras existentes, ou que venham a existir, no país obrigadas a adquirir e consumir o trigo em grão, de produção nacional.

Art. 2.º As empresas a que alude o artigo anterior são obrigadas a adicionar ao trigo nacional o sucedâneo adotado pelo Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, subordinado ao Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, na mesma base estabelecida para os trigos de procedência estrangeira.

Art. 3.º Para o efeito de distribuição de quotas, será anualmente feito, em ocasião oportuna, pelo Serviço de Fomento da Produção Vegetal, do Ministério da Agricultura, o levantamento estatístico de toda a produção tritícola brasileira.

Parágrafo único. As quotas a que se refere este artigo serão proporcionais à capacidade de produção real de cada moinho, tendo-se em vista a média da produção quinquenal do moinho, e proporcionais, também, ao total do trigo produzido anualmente no país.

Art. 4.º Fica fixado em \$600, pelo prazo de tres anos, o preço mínimo de aquisição, por quilo, do trigo nacional, em grão, ensacado, variando, nos anos seguintes, a critério do Governo, tendo-se em vista a oscilação dos preços do produto e o custo da produção do trigo nacional.

Parágrafo único. O preço a que se refere este artigo deverá ser pago pelos moageiros, obrigatoriamente, no ponto de embarque do produto.

Art. 5.º As transgressões de dispositivos do presente decreto-lei serão punidas com multa de 10:000\$000 (dez contos de réis) a 50:000\$000 (cincoenta contos de réis).

§ 1.º Na reincidência, impor-se-á ao transgressor a pena de cancelamento do seu registro de comércio e das licenças que lhe houverem sido concedidas; e, tratando-se de sociedade anônima, ser-lhe-á cassada a autorização para funcionar.

§ 2.º Compete ao Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas impor a pena de multa, sendo facultado o recurso para o Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, dentro do prazo de dez dias, contados da publicação do respectivo ato.

Art. 6.º Fica o Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas autorizado a fazer o controle e a limitação de entrada, em território nacional, da farinha de trigo e do trigo em grão, mediante a aprovação do Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio.

Art. 7.º Desde que surjam fatores contrariando as previsões feitas, o Governo adotará, por sugestão do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, a quem compete velar pela observância do presente decreto-lei, as medidas que se tornarem necessárias.

Art. 8.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 956 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1938

Fixa os vencimentos anuais do pessoal dirigente da Caixa Reguladora de Empréstimos, da Prefeitura do Distrito Federal

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, de 10 de novembro de 1937, e de acordo com o ar.º 31, do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Ficam fixados, de acordo com a tabela seguinte, os vencimentos anuais do pessoal dirigente da Caixa Reguladora de Empréstimos, da Prefeitura do Distrito Federal:

Diretor	51:000\$0
Tesoureiro	42:000\$0
Contador	42:000\$0

Art. 2.º O Prefeito, mediante proposta do Secretário Geral de Finanças, baixará instruções para o funcionamento inicial da Caixa Reguladora de Empréstimos, as quais vigorarão até a incorporação dessa Caixa ao Instituto de Previdência do Distrito Federal.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 957 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1938

Dispõe sobre o provimento dos cargos de direção do Instituto de Previdência do Distrito Federal e dá outras providências

O Presidente da República:

Considerando o disposto no art. 6.º do decreto-lei n. 608, de 10 de agosto de 1938;

Considerando a urgente necessidade de dar início às operações do Instituto de Previdência do Distrito Federal, dada a situação anômala em que se encontra o Montepio dos Empregados Municipais;

Considerando a impossibilidade de elaborar apressadamente o regulamento desse Instituto, em face dos resultados do censo do pessoal da Prefeitura, os quais revelaram grande disparidade de condições de remuneração e funções;

Considerando, finalmente, que a correção dessa disparidade embora já iniciada, com os estudos da reorganização administrativa e do reajustamento do funcionalismo, exigiria uma demora prejudicial aos interesses dos atuais contribuintes do Montepio dos Empregados Municipais; e,

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, de 10 de novembro de 1937, e o art. 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º A Comissão de que trata o art. 6.º do decreto-lei n. 608, de 10 de agosto de 1938, presidida pelo Secretário Geral de Finanças, será composta, além deste, por quatro (4) membros, os quais exercerão simultaneamente e em comissão, as funções de Presidente, Secretário, Contador e Tesoureiro do Instituto de Previdência do Distrito Federal.

Art. 2.º Ficam fixados, de acordo com a tabela seguinte, os vencimentos anuais do pessoal dirigente do Instituto de Previdência do Distrito Federal:

Presidente	60:000\$0
Secretário	42:000\$0
Tesoureiro	42:000\$0
Contador	42:000\$0

Art. 3.º Os trabalhos a que se refere o art. 6.º do citado decreto-lei n. 608, serão feitos de acordo com os planos de reorganização administrativa da Prefeitura.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 958 — DE 15 DE DEZEMBRO DE 1938

Altera a disposição do art. 44 do decreto-lei n. 251, de 4 de fevereiro de 1938

O Presidente da República:

Considerando que as guias expedidas pelas Delegacias Fiscais, para o transporte de carvão e lenha no Distrito Federal, com o fim de se colher a prova da procedência desses artigos, contribue de modo prático e eficaz para a defesa das matas do mesmo Distrito;

Considerando ser perfeitamente razoavel a exigência de uma taxa para expedição de tais guias, por se tratar apenas de remunerar um serviço prestado, não infringindo essa contribuição o disposto no art. 25 da Constituição Federal, pois incide com perfeita igualdade, assim nos artigos de produção do Distrito Federal, como nos de procedência de outros Estados;

Considerando que a revogação do decreto municipal n. 4.612, de 2 de janeiro de 1934, decretada pelo art. 44 do decreto-lei n. 251, de 4 de fevereiro de 1938, não envolve a do art. 97 daquele diploma, artigo que diz respeito, não ao imposto de licença para a localização de estabelecimentos no Distrito Federal, mas a uma simples taxa de objeto diverso e distinto; e,

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal de 10 de novembro de 1937, e o art. 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1º. Na revogação do decreto municipal n. 4.612, de 2 de janeiro de 1934, declarada pelo art. 44 do decreto-lei n. 251, de 4 de fevereiro de 1938, não se compreende a do art. 97, daquele decreto, o qual permanece inteiro em vigor.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 959 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1938

Cria um Consulado privativo em Santa Cruz de la Sierra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica criado um Consulado privativo em Santa Cruz de la Sierra, República da Bolívia.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 960 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1938

Dispõe sobre a cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública, em todo o território nacional

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. A cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública (União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios), em todo o território nacional, será feita por ação executiva, na forma desta lei.

Por dívida ativa entendem-se, para esse efeito, a proveniente de impostos, taxas, contribuições emultas de qualquer natureza; foros, laudêmios e alugueres; alcances dos responsáveis e reposições.

Parágrafo único. A dívida proveniente de contrato será cobrada pela mesma forma, quando assim for convencionado.

Art. 2º. Considera-se líquida e certa quando consistir em quantia fixa e determinada, a dívida regularmente inscrita em livro próprio, na repartição fiscal.

§ 1º. A certidão da dívida deverá conter:

- a) a sua origem e natureza;
- b) a quantia devida;
- c) o nome do devedor e, sempre que possível, o seu domicílio, ou residência;
- d) o livro, folha e data em que foi inscrita;
- e) o número do processo administrativo, ou do auto de infração, quando deles se originar a dívida.

§ 2º. A dívida proveniente de alcance ou de contrato, inclusive a de alugueres, foros e laudêmios, não precisa ser inscrita previamente.

Art. 3º. A ação será proposta no foro do domicílio do réu; se não o tiver, no de sua residência, ou no do lugar onde for encontrado.

Parágrafo único. A Fazenda poderá escolher o foro quando houver mais de um réu, ou quando este tiver mais de um domicílio; bem assim, propor a ação no foro do lugar em que se praticou o ato ou ocorreu o fato que deu origem à dívida, embora nele não mais resida o réu, ou, ainda, no foro da situação dos bens, quando a dívida deles se originar.

Art. 4º. A ação poderá ser proposta contra:

- I — o devedor;
- II — os sucessores, herdeiros ou legatários, *in solidum*, dentro das forças da herança, ou do legado;
- III — a massa falida;
- IV — o fiador;
- V — o responsável, na forma da lei, por dívida da firma ou sociedade;
- VI — o sucessor no negócio, por dívida do antecessor, quando a ela obrigado;

- VII — os sócios do devedor, nas arrematações e vendas de bens havidos da Fazenda;
- VIII — o devedor do devedor, quando, no ato da penhora, confessar a dívida e assinar o auto;
- IX — o adquirente, quando a dívida gravar a coisa adquirida;
- X — o comprador ou possuidor de bens alienados em fraude de execução.

Art. 5º. As dívidas relativas ao mesmo devedor, desde que conexas ou consequentes, serão cumuladas em um pedido, glosadas as custas de qualquer procedimento que tenha sido indevidamente ajuizado.

Parágrafo único. As contas, certidões e documentos, embora ajuizados, poderão sempre ser emendados ou substituídos por outros que forem para esse fim enviados pela repartição competente.

DA CITAÇÃO

Art. 6º. A citação inicial, que será requerida em petição instruída com a certidão da dívida, quando necessário, far-se-á por mandado para que o réu pague incontinenti a importância da mesma; se não o fizer, pelo mesmo mandado se procederá à penhora.

No caso do art. 2º, § 2º, a petição inicial será instruída com a conta do alcance, definitivamente julgada, ou com o contrato e a conta feita de acordo com ele e visada pela autoridade competente.

§ 1º. Não encontrado, ou se ocultando o devedor, pelo mesmo mandado se procederá ao sequestro, independentemente de justificação. Se dentro em dez dias não for ainda encontrado para ser intimado, o que o oficial certificará, a citação far-se-á por edital; findo o prazo deste último, converter-se-á o sequestro em penhora.

§ 2º. Do mandado e do auto da diligência dar-se-á contra-fé ao réu.

Art. 7º. A citação inicial far-se-á na pessoa do réu, ou do seu representante legal. Mas, a do marido dispensa a da mulher; a desta, quando a dívida for pessoal, a do marido; a de um sócio, ou administrador, a dos demais, quando a dívida for da sociedade; a do administrador da coisa comum, no caso de condomínio, a dos demais condôminos, e a do inventariante, bem como a do cônjuge sobrevivente ou dos herdeiros, detentores de herança, a dos demais interessados, quando a dívida for do espólio.

Art. 8º. O mandado conterá cópia da petição e do despacho, a cominação, o prazo para a defesa e seu início, o local onde funciona o juízo, e as assinaturas do escrivão e do juiz.

Art. 9º. Quando não encontrar o citando onde deva ser citado, mas ciente de que se encontra no território da jurisdição do juiz, o oficial portador do mandado marcará desde logo hora certa para a citação, ao fim de 48 horas, independentemente de nova diligência ou despacho.

Art. 10. A citação far-se-á por edital se o citando não for conhecido, ou estiver fora do território da jurisdição do juiz, ou em lugar ignorado, incerto ou inacessível, ou, ainda, no estrangeiro, o que dois oficiais do juízo certificarão.

Parágrafo único. Quando a ação não for proposta no foro do domicílio ou da residência do réu, a citação será feita por precatória, se o mesmo estiver em lugar certo e sabido, fora do território da jurisdição do juiz.

Art. 11. Do edital de citação, além dos requisitos do mandado, constará o prazo, que o juiz, atendendo a peculiaridades locais, fixará de dez a noventa dias.

§ 1º. O edital será afixado no local do costume, na sede do Juízo, e publicado tres vezes pelo menos, na forma do art. 72, devendo juntar-se aos autos os exemplares do jornal em que for inserta a publicação.

§ 2º. Decorrido o prazo, que começará a correr da data da primeira publicação, será a parte havida por citada, expedindo-se o mandado de penhora.

Art. 12. A citação inicial será feita à propria parte, ou a procurador com poderes especiais; ou, ainda, na pessoa do administrador, gerente, feitor ou preposto, quando a dívida se originar de ato por estes praticados.

Parágrafo único. As intimações far-se-ão na pessoa do mandatário judicial do réu ou, quando revel, sob pregão em audiência.

DA PENHORA

Art. 13. A penhora deverá recair em bens que bastem para pagamento do principal, juros e custas.

Art. 14. O auto de penhora, pena de responsabilidade de quem e lavrar, conterá:

- I — a data e o local que for feita;
- II — o nome do réu;
- III — a descrição clara e precisa da coisa penhorada, de modo que se possa seguramente identificar;
- IV — o nome e a assinatura do depositário;
- V — qualquer outra circunstância relevante, pertinente à diligência;
- VI — a assinatura do oficial que o lavrar.

Art. 15. A coisa penhorada será sempre depositada em mãos do executado, quando imóvel.

Recaindo a penhora sobre coisa movel, títulos ou dinheiro, porá o depósito fazer-se em mãos do devedor, se for idôneo e a isto se não opuser previamente o rprstant da Fazenda. Caso contrário, farse-á o depósito em mãos do depositário oficial, onde houver, e, se não houver, de depositário nomeado pelo juiz.

DA DESPESA E SUA IMPUGNAÇÃO

Art. 16. O réu deduzirá a sua defesa por meio de embargos, dentro em dez dias contados da data da penhora, ou no caso do artigo 10, parágrafo único, da entrada da precatória no cartório do Juízo deprecante. Nesse prazo deverá alegar, de uma só vez e articuladamente, toda a matéria útil à defesa, indicar ou requerer as provas em que se funda, juntar aos autos que constarem de documentos e, quando houver, o rol de testemunhas, até cinco.

Parágrafo único. Quaisquer exceções, dilatórias ou peremptórias, serão arguidas como preliminares dos embargos, e juntamente com estes processadas e julgadas.

Art. 17. Nos processos desta natureza não se admite reconvenção ou compensação.

Art. 18. O escrivão dará vista dos autos ao representante da Fazenda, pelo prazo de dez dias, para impugnar a defesa, e indicar ou requerer as provas que julgar necessárias, juntar aos autos as

que constarem de documentos e, se houver, o rol das testemunhas, até cinco.

DA INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Art. 19. Com a defesa e a impugnação, se houver, o escrivão fará os autos conclusos ao juiz, o qual, ordenando o processo, e depois de verificar se as partes são legítimas e estão legalmente representadas, proferirá despacho, dentro em dez dias, para:

- I — mandar suprir as irregularidades ou nulidades, dentre estas decretando as que forem insanáveis;
- II — decidir qualquer matéria estranha ao mérito da causa, mas cujo conhecimento ponha termo ao processo;
- III — ordenar, de ofício ou a requerimento das partes, os exames, vistorias, diligências e outras provas indispensáveis à instrução da causa;
- IV — conhecer do mérito da causa si o réu for revel ou a defesa tiver sido apresentada fora do prazo legal.

Parágrafo único. Para o suprimento de irregularidades ou nulidades, ou a realização de qualquer diligência, o juiz marcará prazo que não deverá ser superior a dez ou a trinta dias, caso o ato houver de se realizar dentro ou fora da jurisdição, podendo ser excepcionalmente prorrogado, por duas vezes, no máximo, si o exigirem as circunstâncias do caso ou peculiaridades locais.

Art. 20. Ao proferir o despacho a que se refere o artigo anterior, o juiz poderá, cominando pena de desobediência:

- I — ordenar o comparecimento pessoal do réu, testemunhas e peritos à audiência de instrução e julgamento;
- II — ordenar a produção ou o exame de documentos que se achem em poder do réu ou de terceiros;
- III — requisitar quaisquer esclarecimentos ou informações a repartições públicas ou a particulares.

Art. 21. O juiz, salvo as limitações decorrentes desta lei, terá ampla liberdade na direção da prova, ficando ao seu arbitrio ordenar, de ofício, a sua produção, concedê-la ou denegá-la, ampliá-la ou restringi-la, com o fim de assegurar à causa uma decisão rápida e conforme à justiça. Mas a prova, para elidir a dúvida, deverá ser inequívoca.

Art. 22. Quando o despacho a que se refere o art. 19 não puser termo a processo, quando conclusos os autos por estarem findos os prazos nele marcados, ou ainda si não houver que tomar qualquer das providências referidas nos arts. 19 e 20, o juiz designará, para um dos dez dias imediatos, hora para a audiência de instrução e julgamento da causa.

Art. 23. Na audiência de instrução e julgamento o representante da Fazenda e o do réu farão, oralmente e dentro do prazo de quinze minutos para cada um, a sustentação de suas razões e a apreciação da prova produzida. Antes do debate o juiz, si entender conveniente, ouvirá os depoimentos do réu, das testemunhas e dos peritos. Afinal, proferirá a sentença.

§ 1º. Do que ocorrer na audiência, e especialmente da sentença, o escrivão fará, por escrito, um resumo, que juntará aos autos depois de autenticado pelo juiz.

§ 2º. Si o juiz não se julgar habilitado a proferir, desde logo, a sentença, poderá determinar que os autos lhe sejam conclusos, afim de proferi-la, por escrito, dentro em dez dias, a contar da audiência.

Art. 24. A causa deverá ser julgada pelo próprio juiz que ordenar o processo (art. 19).

Parágrafo único. Quando, por impedimento legal, não se verificar a identidade da pessoa física do juiz que ordenou o processo com a do que presidir a audiência de instrução, poderá este determinar outras diligências, que entender necessárias para formar sua convicção, marcando a seguir nova audiência, na forma prevista no art. 22.

DA AVALIAÇÃO

Art. 25. Julgada subsistente a penhora, proceder-se-á à avaliação dos bens penhorados.

Art. 26. Quando não houver avaliadores privativos, a avaliação será feita por dois avaliadores designados pelo juiz, um dos quais indicado pelo representante da Fazenda.

Art. 27. Os avaliadores procederão à diligência dentro em dez dias, prorrogáveis até noventa, a arbítrio do juiz, quando si houver de atender a peculiaridades locais; fornecendo-lhes o escrivão cópia autenticada do auto de penhora e do despacho de designação, o que certificará nos autos.

Art. 28. Os avaliadores consignarão no laudo as circunstâncias relevantes que justifiquem a estimação dada à coisa.

Art. 29. A avaliação não se repete, salvo erro ou dolo dos avaliadores ou existência de onus ou defeito da coisa até então desconhecido.

Art. 30. Em caso de divergência entre os avaliadores tomar-se-á como base o preço médio.

Art. 31. Não dependem de avaliação os títulos de crédito que tiverem cotação oficial, e os bens de valor tão exíguo que não comporte despesas judiciais. O representante da Fazenda, até a expedição de editais para a arrematação, juntará aos autos prova da cotação, no primeiro caso, e, no segundo, estimará o preço.

DA ARREMATACÃO, ADJUDICAÇÃO E REMISSÃO

Art. 32. Concluída a avaliação, com a juntada do laudo serão os autos conclusos ao juiz para a designação, dentro em 48 horas, de dia, hora e local para a arrematação, em hasta pública, dos bens penhorados.

Parágrafo único. Os títulos de dívida pública serão vendidos na forma da lei.

Art. 33. A arrematação será precedida de editais, afixados no local do costume, na sede do juízo, e publicados na imprensa tres vezes pelo menos, devendo a última publicação ser feita em dia próximo ao fixado para a praça.

Parágrafo único. Os editais indicarão:

I — a natureza e o estado dos bens; sendo imóveis, sua situação, característicos e confrontações;

II — o preço da avaliação;

III — o dia, hora e local da praça.

Art. 34. O prazo, contado da primeira publicação, será de trinta dias para a primeira praça e de dez para a segunda, quando se tratar de bens imóveis; metade, si forem moveis.

Atendendo a peculiaridade locais, o juiz poderá fixar no dobro estes prazos.

Art. 35. Para a primeira arrematação tomar-se-á por base o preço da avaliação; para a segunda, esse preço com redução de 20 %.

Art. 36. Não havendo licitantes à primeira praça, proceder-se-á à segunda, observadas as formalidades e a redução previstas nos artigos anteriores; si o mesmo ocorrer novamente, serão os bens vendidos pelo maior lance.

Parágrafo único. O arrematante, em qualquer caso, deverá garantir o lance com o sinal correspondente a 20 % do seu valor.

Art. 37. A Fazenda poderá requerer a adjudicação dos bens levados à praça, após o último pregão, caso não encontrem licitantes. A adjudicação será feita pelo preço do maior lance, ou pelo da avaliação, com o abatimento de 40 %, quando, na segunda praça, não tiver havido licitantes.

Art. 38. Até a assinatura do auto de arrematação ou de adjudicação, o réu, o seu cônjuge, os seus descendentes ou ascendentes poderão remir todos ou alguns dos bens praceados, por preço igual ao maior lance oferecido, ou ao da avaliação si não tiver havido licitantes.

Parágrafo único. A remissão não poderá ser parcial quando houver licitante para todos os bens.

Art. 39. A arrematação, a adjudicação e a remissão serão reduzidas imediatamente a auto circunstanciado, que será homologado por sentença dentro em 48 horas.

Parágrafo único. Qualquer impugnação concernente a esses atos deverá ser alegada antes da assinatura do respectivo auto, e dele constar. Si relevante, o juiz recebê-la-á como embargos, na forma dos arts. 16 e seguintes.

Art. 40. Si o arrematante, ou seu fiador, não pagar dentro em 48 horas o preço da arrematação, perderá, em benefício da execução, o sinal a que se refere o art. 36, parágrafo único, voltando de novo à praça os bens executados.

Art. 41. Em favor daquele que arrematar, requer a adjudicação ou remir os bens praceados será extraída a respectiva carta depois que transitar em julgado a sentença que homologar a arrematação, a adjudicação ou a remissão, ou julgar os embargos opostos a estes atos.

DOS EMBARGOS DE TERCEIRO

Art. 42. O terceiro ao mesmo tempo senhor e possuidor dos bens penhorados poderá, até a assinatura da carta de arrematação, adjudicação ou remissão, alegar e provar o seu direito, por meio de embargos, opostos dentro em cinco dias, contados da data em que teve ciência do ato que lhes der lugar, e processados e julgados, em auto apartado, na forma prevista nos arts. 16 e seguintes.

Art. 43. Os embargos opostos no juizo deprecado antes da devolução da precatória serão nele processados e julgados.

Art. 44. O juiz poderá dar aos embargos efeito suspensivo da causa principal, si desde logo instruídos com prova documental inequívoca.

DOS RECURSOS

Art. 45. Nos processos para cobrança da dívida ativa são admissíveis somente os seguintes recursos:

I — agravo de petição da decisão que:

- a) indeferir a petição inicial;
- b) puser termo ao processo nos casos do art. 19;
- c) julgar os embargos do réu opostos à ação, à arrematação ou à adjudicação;
- d) julgar os embargos opostos à remissão;
- e) julgar os embargos de terceiro senhor e possuidor;
- f) julgar o concurso de credores;
- g) decidir, depois de findo o processo, sobre a contagem de custas, percentagens ou emolumentos;

II — carta testemunhavel;

III J — recurso extraordinário.

Art. 46. O agravo de petição, que terá efeito suspensivo, deverá ser interposto dentro em cinco dias de ciência do despacho ou sentença.

Art. 47. As razões do recurso e sua impugnação serão deduzidas, por escrito, no juízo recorrido, tendo cada parte para isto o prazo de cinco dias.

Art. 48. As razões do recurso o recorrente só poderá juntar prova documental.

Parágrafo único. Si o recorrido juntar prova documental, o recorrente sobre ela deverá falar, em 48 horas, antes da conclusão dos autos ao juiz.

Art. 49. A matéria de que o juiz tenha conhecido, mas de cuja decisão não caiba recurso, poderá ser novamente alegada quando a parte recorrer.

Art. 50. Não reformando o juiz a decisão agravada, o escrivão remeterá os autos ao tribunal superior.

Art. 51. Si o juiz reformar a decisão agravada, o recorrido, quando da nova decisão couber agravo, poderá requerer, dentro em 48 horas, e independentemente de qualquer outra diligência ou arazoado, a remessa dos autos à instância superior.

Art. 52. A remessa dos autos deverá ser feita dentro em 48 horas, e independentemente de traslado, quando o juiz e o tribunal superior funcionarem na mesma cidade; caso contrário, dentro do prazo que o juiz fixar, até o máximo de 10 dias, e extraído traslado das peças principais.

Art. 53. Da decisão que julgar improcedente a ação, o juiz recorrerá, de officio, para o Supremo Tribunal Federal, si a dívida for da União, ou para o respectivo Tribunal de Apelação, si dos Estados ou Municípios, do Distrito Federal, ou dos Territórios.

Art. 54. O recurso de officio será interposto por simples declaração do juiz, na própria sentença, assegurado à parte o direito de ser ouvida na instância superior.

DA CARTA TESTEMUNHAVEL

Art. 55. A carta testemunhavel tem por fim tornar efetivo o agravo ou o recurso extraordinário cuja interposição ou cujo seguimento houver sido denegado. Deverá ser requerida ao escrivão dentro em 48 horas da denegação do recurso ou da do seu seguimento, indicando o requerente, desde logo, as peças que deverão ser trasladadas. Extraído o traslado dentro de 10 dias, será a carta processada pela forma prevista para o recurso denegado.

Parágrafo único. Si o agravo estiver expressamente autorizado, o Presidente do Tribunal, ouvido previamente o juiz, poderá determinar a suspensão do andamento da causa, até o julgamento da carta.

DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO

Art. 56. O recurso extraordinário será interposto, processado e julgado pela forma processual vigente.

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 57. A competência para conhecer e julgar a ação para a cobrança da dívida ativa da Fazenda Pública, nos Estados, será privativamente de juizes que estiverem no gozo das garantias de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos.

Art. 58. A incompetência do juízo para conhecer do feito não determinará a nulidade dos atos processuais probatórios e ordenatórios, desde que a parte não a tenha arguido.

Reconhecida a incompetência, serão os autos remetidos ao juízo competente, onde prosseguirá o feito.

Art. 59. A cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda não poderá ser submetida ao juízo arbitral.

Art. 60. A Fazenda, na cobrança da sua dívida ativa, não está sujeita a concurso de credores, nem a habilitação de crédito em falência, concordata, ou inventário.

Parágrafo único. A dívida da União prefere qualquer outra, em todo o território nacional, e a dos Estados prefere a dos Municípios. Somente entre a União, Estados, Municípios, Distrito Federal e Territórios poderá versar o concurso de preferência.

Art. 61. A ação regulada nesta lei corre durante as férias forenses e o seu julgamento prefere qualquer outra de natureza cível, em ambas as instâncias.

Art. 62. A instância não se interrompe. No caso de falecimento do réu, ou perda de sua capacidade civil, o juiz, logo que disso tenha conhecimento, nomeará curador à lide, até que se apresente o representante legal do réu.

Parágrafo único. Os atos praticados da data do falecimento à investidura do curador à lide poderão ser por ele ratificados ou impugnados.

Art. 63. O conflito de jurisdição suscitado pelo réu não suspende o andamento do feito, que correrá até a avaliação inclusive.

Art. 63. Os prazos marcados nesta lei correrão em cartório, e independentemente de intimação às partes, salvo nos casos de re-

curso. Quando terminarem em domingo ou dia feriado, entendem-se prorrogados até o dia útil seguinte.

Art. 65. Os atos e termos judiciais para os quais esta lei não fixar outro prazo deverão ser praticados ou lavrados dentro em 48 horas.

Parágrafo único. Pela inobservância de qualquer prazo o juiz, ou o tribunal superior, poderá impor pena ao responsável.

Art. 66. o oficial de justiça deverá efetuar dentro em 10 dias as diligências que lhe forem ordenadas. Si não o fizer deverá disto cientificar a parte, pena de responsabilidade.

Art. 67. A cobrança da dívida ativa da União incumbe aos seus procuradores, quando a ação for proposta no foro do Distrito Federal ou no das capitais dos Estados ou do Território do Acre; nos demais casos, aos membros do Ministério público estadual e do Território do Acre, dentro dos limites territoriais fixados pela organização judiciária para o seu exercício, quando a ação for proposta noutro foro.

Art. 68. As petições, arrazoados ou atos judiciais praticados pelos representantes da União perante as justiças dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre, não estão sujeitos a selos, emolumentos, taxas ou contribuições de qualquer natureza.

Art. 69. A Fazenda, quando vencida, não ficará sujeita a pagar custas aos serventuários do juiz.

Parágrafo único. As custas relativas aos atos requeridos pela Fazenda serão pagas quando esta receber o que lhe for devido; as relativas aos atos requeridos pela outra parte, quando esta recorrer, e até a remessa dos autos, sob pena de deserção. As demais custas só poderão ser exigidas depois da Fazenda haver recebido o que lhe for devido.

Art. 70. As custas, percentagens ou emolumentos de qualquer natureza serão sempre calculados sobre o valor da dívida, e não poderão exceder do dobro desta, quando paga até a sentença inclusive.

Art. 71. Quando a penhora, a avaliação, a arrematação ou outra diligência for feita por precatória, o juiz deprecado se limitará a praticar as medidas expressamente deprecadas, mandando juntar aos autos as alegações ou documentos que forem oferecidos pelas partes.

Parágrafo único. As precatórias serão devolvidas independentemente de traslado.

Art. 72. As publicações de editais determinadas nesta lei serão feitas em jornal local, dentre os de maior circulação, salvo onde houver órgão oficialmente encarregado de divulgar o expediente forense.

Parágrafo único. Si dentro do território da jurisdição do juiz, e a seu critério, não se editar jornal regularmente, as publicações serão feitas no órgão oficialmente encarregado de divulgar o expediente forense na capital do Estado.

Art. 73. Não se admitirá recurso algum, na instância superior, contra o julgamento confirmatório da decisão recorrida e proferido no agravo ou na carta testemunhável destinada a torná-lo efetivo.

Parágrafo único. Si a parte vencida for a Fazenda, a decisão só será irrecorrível quando unânime.

Art. 74. Nas causas para cobrança de dívida ativa de valor inferior a dois contos de réis, só haverá recurso ordinário si a Fazenda for vencida no todo ou em parte.

Parágrafo único. O juiz recorrerá de officio si a decisão envolver matéria constitucional.

Art. 75. As disposições desta lei são aplicáveis aos processos pendentes, não se permitindo, depois de sua vigência, outros termos e atos além dos por ela admitidos, nem que sejam processados por forma diversa da que por ela é regulada.

§ 1º. As ações já distribuídas ou propostas, nos Estados e no Território do Acre, mas em que não tiver sido proferida sentença, serão remetidas, dentro em quinze dias da data em que entrar em vigor a presente lei, aos juizes competentes, nos termos do art. 3º.

§ 2º. Ficam suspensos os prazos e demais termos processuais das causas em curso, que recommearão a correr, depois de intimada a parte, no juizo para onde houverem sido remetidas.

Art. 76. As justiças dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre, enquanto não for promulgado o Código de Processo Civil, aplicarão subsidiariamente, no processo e julgamento das causas a que se refere esta lei, a legislação vigente.

Art. 77. Esta lei entrará em vigor, em todo o território nacional, no dia 1 de janeiro de 1949, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Erico De Lamare São Paulo.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 961 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1938

Dá nova redação ao n. I do art. 3º do decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal e tendo ouvido o Conselho Nacional do Petróleo e, outrossim,

Considerando que o item I do art. 3º do decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938, limita às ações ordinárias a forma de constituição do capital das empresas que se organizarem para explorar a indústria da refinação do petróleo importado ou de produção nacional;

Considerando que o decreto n. 21.536, de 15 de junho de 1932, permite a constituição de parte do capital das sociedades anônimas por ações preferenciais;

Considerando que o objetivo visado pelo decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938, de nacionalizar a indústria do petróleo ficará assegurado mediante a exigência de pertencerem a brasileiros natos e serem nominativas as ações das empresas que se organizarem para explorar essa indústria, quer sejam ordinárias, quer preferenciais, decreta:

Art. 1.º Fica assim redigido o item I do art. 3.º do decreto-lei n. 395, de 29 de abril de 1938:

"I — capital social constituído exclusivamente por brasileiros natos, em ações nominativas";

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 962 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 210:000\$000 (duzentos e dez contos de réis), para combate a peste

O Presidente da República usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 210:000\$000 (duzentos e dez contos de réis), para ocorrer a despesas com o serviço de combate à peste bubônica.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 963 — DE 17 DE DEZEMBRO DE 1938

Aprova o plano e plantas referentes à ampliação do pátio da estação de Irajá, no ramal da Estrada de Ferro Rio do Ouro e declara a urgência da desapropriação do terreno necessário

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam aprovados o plano e as plantas que a este acompanham, rubricados pelo diretor de Contabilidade da Secretaria de

Estado da Viação e Obras Públicas, referentes à ampliação do pátio da estação de Irajá, no ramal da Estrada de Ferro Rio do Ouro, da Estrada de Ferro Central do Brasil, e, em consequência, desapropriado, nos termos do art. 8º do Regulamento que baixou com o decreto n. 5.956, de 9 de setembro de 1903, art. 590, § 2º n. II do Código Civil, e art. 122 n. 14 da Constituição, o terreno com a área de 9.616m²,51, compreendido no referido plano e de propriedade da Luiz de Sousa.

Art. 2.º Nos termos do art. 40 combinado com o art. 41 do citado Regulamento fica declarada a urgência dessa desapropriação.

Art. 3.º A despesa com a desapropriação a que se refere o artigo 1º deste decreto, deverá correr à conta do crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 227, de 1 de fevereiro deste ano.

Rio de Janeiro, 17 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Erico De Lamare São Paulo.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 964 — DE 19 DE DEZEMBRO DE 1938

Suprime os limites fixados nos arts. 18, alínea "a", e 121, alínea "c", do regulamento anexo ao decreto n. 337, de 12 de setembro de 1935.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Ficam suprimidos os limites fixados pela alínea *a* do art. 18 do regulamento anexo ao decreto n. 337, de 12 de setembro de 1935, que manda aplicar em títulos de renda federal parte dos saldos disponíveis da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Operários Estivadores, ora Instituto de Aposentadoria e Pensões da Estiva, e pela alínea *c* do art. 121 do mesmo regulamento, que determina a ocasião em que poderão ser concedidas as pensões aos herdeiros dos associados da referida instituição.

Art. 2.º O presente decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 19 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 965 — DE 20 DE DEZEMBRO DE 1938

Cria o Museu da Inconfidência, na cidade de Ouro Preto, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica criado em Ouro Preto, o Museu da Inconfidência, com a finalidade de colecionar as coisas de vária natureza relacionadas com os fatos históricos da Inconfidência Mineira e com seus protagonistas e bem assim as obras de arte ou de valor histórico que constituam documentos expressivos da formação de Minas Gerais.

Art. 2º. O Museu da Inconfidência será instalado no edifício histórico doado à União para este efeito pelo decreto-lei estadual, n. 144, de 2 de dezembro de 1938.

Art. 3º. Os despojos dos Inconfidentes trasladados para Ouro Preto por iniciativa do Governo Federal serão transferidos definitivamente para o Museu da Inconfidência.

Art. 4º. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional elaborará o projeto das obras de adaptação do edifício mencionado no art. 2º desta lei e bem assim o da organização técnica e administrativa do Museu da Inconfidência.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 20 de dezembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Copanema.

DECRETO-LEI N. 966 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1938

Modifica "Observações" constantes das tabelas anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. As funções gratificadas de Chefe de Divisão, Chefe de Departamento, Assistente Técnico do Diretor e Chefe do Gabinete do Diretor da Estrada de Ferro Central do Brasil, previstas no Quadro II das tabelas anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, serão exercidas por funcionários efetivos da carreira de "Engenheiro", do aludido quadro, livremente escolhidos e designados pelo Diretor da mesma Estrada.

Parágrafo único. Se a designação recair nos atuais ocupantes efetivos dos cargos de Chefe de Divisão, padrão P, e Engenheiro-Chefe, padrão P, extintos quando vagarem, não terão os mesmos direitos às gratificações de função em apreço.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 967 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1938

Estabelece normas de carater financeiro para o exercicio de 1939, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando a necessidade de estabelecer medidas de carater financeiro para a execução do Orçamento Geral da República no exercicio de 1939, e, bem assim, de adotar outras providências de natureza correlata a bem dos interesses nacionais, decreta:

Art. 1.º Durante o exercicio de 1939, é vedado:

a) abrir créditos suplementares antes de decorrido o primeiro semestre, salvo caso de absoluta inadiabilidade da despesa, a juízo do Presidente da República;

b) abrir créditos especiais no primeiro trimestre.

Art. 2.º Ficam subordinadas à prévia autorização do Presidente da República as despesas que tenham de ser realizadas à conta das seguintes dotações constantes da lei de meios para o exercicio de 1939:

Ministério da Fazenda

Verba 5

I — Diversos

Sub-consignação n. 1.....	2.500:000\$0
---------------------------	--------------

Ministério da Justiça

Verba 3

I — Diversos

Sub-consignação n. 4, 01).....	3.000:000\$0
--------------------------------	--------------

Verba 5

I — Diversos

Sub-consignação n. 1.....	300:000\$0
	<u>3.300:000\$0</u>

Ministério do Exterior

Verba 2

I — Material Permanente

Sub-consignação n. 4, 01) a e b.....	3.000:000\$0
--------------------------------------	--------------

Ministério da Educação e Saúde

Verba 2

I — Material Permanente

Sub-consignação n. 5.....	1.100:000\$0
---------------------------	--------------

Verba 3

I — Diversos

Sub-consignação n. 14.....	7.000:000\$0
Sub-consignação n. 15.....	2.000:000\$0
Sub-consignação n. 16.....	1.800:000\$0
Sub-consignação n. 20.....	10.000:000\$0
Sub-consignação n. 22.....	5.000:000\$0
Sub-consignação n. 23.....	7.000:000\$0
Sub-consignação n. 24.....	1.200:000\$0
Sub-consignação n. 25.....	4.000:000\$0
Sub-consignação n. 26.....	1.500:000\$0
Sub-consignação n. 27.....	1.500:000\$0
Sub-consignação n. 32.....	1.000:000\$0
Sub-consignação n. 33.....	1.000:000\$0
Sub-consignação n. 44.....	10.000:000\$0

Verba 5

I — Diversos

Sub-consignação n. 1.....	500:000\$0
Sub-consignação n. 2.....	2.000:000\$0
Sub-consignação n. 3.....	5.000:000\$0
Sub-consignação n. 4.....	200:000\$0
Sub-consignação n. 5.....	400:000\$0
Sub-consignação n. 6.....	150:000\$0
Sub-consignação n. 7.....	250:000\$0
Sub-consignação n. 8.....	300:000\$0
Sub-consignação n. 9.....	600:000\$0
Sub-consignação n. 10.....	5.400:000\$0
Sub-consignação n. 11, 01) e 02).....	6.000:000\$0
Sub-consignação n. 12.....	800:000\$0
Sub-consignação n. 13.....	10.000:000\$0
Sub-consignação n. 14.....	3.000:000\$0
Sub-consignação n. 15.....	700:000\$0
Sub-consignação n. 16.....	300:000\$0
	<hr/>
	90.100:000\$0

Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio

Verba 3

I — Diversos

Sub-consignação n. 6, 05).....	1.000:000\$0
Sub-consignação n. 7.....	1.500:000\$0
Sub-consignação n. 9.....	1.087:400\$0
	<hr/>
	3.587:400\$0

Ministério da Viação e Obras Públicas

Verba 2

I — Material Permanente

Sub-consignação n. 6, 01) e 02).....	350:000\$0
--------------------------------------	------------

Verba 5

I — Secretaria de Estado

Sub-consignação n. 1.....	1.600:000\$0
II — Estradas de Ferro	
Sub-consignação n. 2, 01), 02), 03) e 04).....	52.238:000\$0
Sub-consignação n. 3, 01) e 02).....	15.000:000\$0
III — Correios e Telégrafos	
Sub-consignação n. 6.....	2.000:000\$0
IV — Portos e Navegação	
Sub-consignação n. 7.....	15.000:000\$0
V — Obras de Saneamento	
Sub-consignação n. 8.....	15.000:000\$0
VI — Estradas de Rodagem	
Sub-consignação n. 9, 01) a 10).....	15.500:000\$0
VII — Obras Contra as Secas	
Sub-consignação n. 10.....	20.000:000\$0
	<u>136.688:000\$0</u>

Ministério da Marinha

Verba 5

I — Diversos

Sub-consignação n. 1.....	18.000:000\$0
Sub-consignação n. 2.....	1.000:000\$0
Sub-consignação n. 4.....	2.000:000\$0
Sub-consignação n. 6.....	2.000:000\$0
	<u>23.000:000\$0</u>

Ministério da Guerra

Verba 5

I — Diversos

Sub-consignação n. 1.....	15.000:000\$0
Sub-consignação n. 2.....	30.000:000\$0
	<u>45.000:000\$0</u>

Ministério da Agricultura

Verba 3

I — Diversos

Sub-consignação n. 25.....	3.000:000\$0
Sub-consignação n. 26.....	500:000\$0
Sub-consignação n. 32.....	5.000:000\$0
Sub-consignação n. 33.....	2.500:000\$0

Verba 5

I — Diversos

Sub-consignação n. 1.....	6.000:000\$0
	<u>17.000:000\$0</u>

§ 1.º Quando se tratar de obras, deve o pedido de autorização ser instruído convenientemente, juntando-se orçamento discriminativo da despesa.

§ 2.º Em se tratando de despesas não decorrentes de obras, poderão os pedidos de autorização, devidamente justificados, abranger períodos trimestrais, semestrais ou anuais, ou mesmo determinado período de tempo em que os serviços devam ser realizados.

Art. 3.º É defeso aos Estados e aos Municípios emitir títulos de sua dívida pública, interna ou externa, sem prévia autorização concedida em decreto-lei do Governo Federal.

Art. 4.º Fica o Ministro da Fazenda autorizado a estabelecer um regime especial para o serviço de combate ao contrabando e de repressão aos defraudadores das rendas públicas.

Art. 5.º Dentro do prazo de seis meses, a contar da data da publicação deste decreto-lei, deverão ser revistos todos os contratos de que resultem onus para a União, especialmente os que obrigam a concessão de favores aduaneiros e subvenções, afim de se apurar se estão sendo atendidas as obrigações estipuladas, com vantagens para a comunidade brasileira.

Art. 6.º Ficam restringidos os favores de isenção ou redução de impostos de qualquer natureza, amparados pela legislação em vigor, aos casos de absoluta necessidade, a juízo do Presidente da República.

Art. 7.º São considerados nulos todos os atos de admissão de pessoal extranumerário, expedidos sem autorização expressa do Presidente da República, ficando os responsáveis obrigados a indenizar a Fazenda Nacional das despesas resultantes de tais admissões, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei.

Art. 8.º Deverão os Ministros de Estado submeter à aprovação do Presidente da República, dentro de 60 dias da data da publicação deste decreto-lei, a relação das autoridades ou chefes de serviço subordinados às respectivas Secretarias de Estado, que tenham direito ao uso de automóveis oficiais, com a indicação dos motivos que justifiquem a concessão.

Parágrafo único. A relação a que se refere este artigo, será anexada uma demonstração dos veículos existentes, de passageiros ou de carga, com a indicação da data em que foram adquiridos, marca, preço e respectivo estado de conservação.

Art. 9.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Erico De Lamare São Paulo.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 968 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1938

Fixa a divisão territorial administrativa e judiciária do Território do Acre

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A divisão territorial fixada nesta lei para o Território do Acre vigorará de 1 de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943.

Parágrafo único. Não se compreende na proibição do art. 16 do decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938, os atos interpretativos de linhas divisórias que vierem a tornar-se necessários.

Art. 2.º O Território do Acre fica dividido em sete comarcas, sete termos, sete municípios e quatorze distritos, na forma dos anexos ns. 1 e 2.

Art. 3.º As autoridades competentes tomarão as medidas administrativas apropriadas para que, em cada cidade (sede municipal), no dia 1 de janeiro de 1939, em ato público solene, se declare efetivamente em vigor o quadro territorial fixado nesta lei, no que concernir:

- a) às circunscrições (distritos, município, termo e comarca) que tiverem sede na mesma cidade;
- b) aos demais distritos que integrarem o respectivo município.

§ 1.º A solenidade prevista neste artigo obedecerá ao ritual constante do anexo n. 3 e será presidida pelo Juiz de Direito, ou, no caso de impedimento, sucessivamente, pelo Juiz do Termo, pelo Prefeito Municipal e pelo Secretário da Prefeitura, cabendo a substituição deste à mais alta autoridade policial que se encontrar na cidade.

§ 2.º Da ata da solenidade, a autoridade que a houver presidido enviará duas cópias autenticadas ao Diretório Regional de Geografia, em Rio Branco, destinando-se uma a figurar em arquivo próprio, e a outra a ser enviada ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; cabendo ao Diretório Regional providenciar para a publicação de todas as atas no órgão oficial do Território.

Art. 4.º Os distritos judiciários e administrativos constantes do quadro anexo ao decreto n. 43, de 29 de março de 1938, do Governador do Território, ficam desde já considerados zonas, cujos limites, sem prejuízo da divisão distrital constante desta lei, serão fixados pelo Governador, até o dia 31 de março de 1939, de acordo com a sua distribuição por distritos e os novos limites inter-municipais e inter-distritais.

Art. 5.º Ficam extintos os cargos de Juiz Municipal do 2º e 3º termos da comarca de Rio Branco e dos segundos termos das de Sena Madureira e Cruzeiro do Sul, e os dos respectivos Escrivães e demais funcionários ou serventuários, bem como os de Adjunto de Promotor dos segundos termos das comarcas de Xapuri e Seabra.

Art. 6.º São criados, no Quadro VII do Ministério da Justiça e Negócios Interiores, constante das tabelas anexas à lei n. 28, de 28 de outubro de 1936, dois cargos de Juiz de Direito, padrão P, e dois de Promotor Público, padrão N, para as comarcas de Brasília e Feijó.

Parágrafo único. Os cargos de Juiz de Direito e de Promotor, criados por esta lei, serão providos, de acordo com indicação do Tribunal de Apelação, respectivamente, com Juizes Municipais e Adjuntos de Promotor de cargos extintos.

Art. 7.º Os juizes de cargos extintos que não forem aproveitados ficarão em disponibilidade, com vencimentos integrais.

Art. 8.º Os atuais Juizes Municipais dos segundos termos das comarcas de Xapuri e Seabra passarão a denominar-se, respectivamente, Juiz Municipal do termo da comarca de Brasília e Juiz Municipal do termo da comarca de Feijó; sendo os seus títulos apostilados pelo Ministro da Justiça e Negócios Interiores, mediante requerimento.

Art. 9.º São criados, para as comarcas de Brasília e Feijó, e com os vencimentos dos cargos da mesma categoria constantes do citado Quadro VII, dois cargos de Oficial de Justiça e dois de Escrivão do Juri.

Parágrafo único. Esses cargos serão providos com funcionários ou serventuários de cargos extintos, de igual categoria, conforme indicação do Juiz de Direito da comarca respectiva.

Art. 10. Os feitos findos ou em curso serão remetidos ao juízo competente, de acordo com a nova divisão judiciária, afim de serem arquivados, ou processados e julgados na forma da legislação em vigor.

Parágrafo único. A remessa de que trata este artigo será feita até 31 de janeiro de 1939, sob a responsabilidade e direção do juiz respectivo.

Art. 11. A contar de 1 de janeiro, ficam suspensos os prazos e demais atos processuais das causas em andamento nos termos extintos, recomeçando a correr no juízo para onde houver sido remetido o feito, depois de assinado em audiência o prazo restante.

Art. 12. Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

QUADRO DA DIVISÃO TERRITORIAL, ADMINISTRATIVA E JUDICIÁRIA DO ACRE PARA O QUINQUÊNIO DE 1939 — 1943

Circunscrições exclusivamente judiciárias				Circunscrições exclusivamente administrativas				Circunscrições simultaneamente administrativas e judiciárias				Sedes das circunscrições				Categorias
A — Comarcas		B — Termos		C — Municípios		D — Distrito		Sedes das circunscrições								
Número d ordem	Nome	Número de ordem	Nome	Número de ordem	Nome	Número de ordem	Nome	Número de ordem	Nome	Nome						
1	Brasília (1)	1	Brasília	1	Brasília (2)	1	Brasília	1	Brasília (3)	Cidade						
2	Cruzeiro do Sul (4)	2	Cruzeiro do Sul	2	Cruzeiro do Sul	2	Cruzeiro do Sul	2	Cruzeiro do Sul	Cidade						
3	Feijó (5)	3	Feijó	3	Feijó (6)	6	Feijó	6	Feijó (3)	Cidade						
4	Rio Branco (7)	4	Rio Branco	4	Rio Branco	7	Rio Branco	7	Rio Branco	Canal						
5	Seabra (8)	5	Seabra	5	Seabra (9)	8	Plácido de Castro	8	Plácido de Castro	Vila						
6	Sena Madureira (10)	6	Sena Madureira	6	Sena Madureira	9	Porto Acre	9	Porto Acre	Vila						
7	Xapuri (11)	7	Xapuri	7	Xapuri (12)	10	Seabra	10	Seabra	Cidade						
						11	Foz do Jordão	11	Foz do Jordão	Vila						
						12	Sena Madureira	12	Sena Madureira	Cidade						
						13	Castelo	13	Castelo	Vila						
						14	Xapuri	14	Xapuri	Cidade						

Nota — Os 72 distritos judiciários e administrativos que aparecem no anexo ao decreto territorial n. 43, de 29 de março de 1938, são mantidos, ou como distritos, já incluídos no quadro ou como zona, devendo fazer-se a delimitação destas na forma do art. 4º deste decreto-lei. As sedes dos distritos que passam a «zonas» perdem a categoria de vila.

- (1) Criada com o termo de Brasília, desmembrada da comarca de Xapuri.
(2) Criado com parte do município de Xapuri.
(3) Tinha anteriormente a categoria de vila.
(4) Perdeu o termo de Humaitá, que foi extinto, sendo o seu território anexado ao termo de Cruzeiro do Sul.
(5) Criada com o termo de Feijó, desmembrado da comarca de Seabra.
(6) Criada com parte do município de Seabra.
(7) Perdeu os termos de Porto Acre e Plácido de Castro, que foram extintos, sendo os seus territórios anexados ao termo da sede.
(8) Perdeu o termo de Feijó, elevado a comarca.
(9) Perdeu parte do território para formar o município de Feijó.
(10) Perdeu o termo de Castelo, que foi extinto, sendo o seu território incorporado ao termo de Sena Madureira.
(11) Perdeu o termo de Brasília, elevado a comarca.
(12) Perdeu parte do território para formar o município de Brasília.

ANEXO N. 2

LIMITES MUNICIPAIS E DIVISAS INTER-DISTRITAIS EM QUE SE BASEIA O QUADRO TERRITORIAL ADMINISTRATIVO E JUDICIÁRIO DO TERRITÓRIO DO ACRE.

I — Município de Brasília (n. 1).

a) Limites municipais:

1. *Com o Município de Sena Madureira:*

Começando no rio Iaco, no ponto de intersecção com o meridiano da nascente do rio Chambuiaco, desce o Iaco até a sua confluência com o córrego Jaguaribe, sobe por este córrego até sua cabeceira; daí por uma reta em direção à cabeceira do Rio do Ouro, afluente esquerdo do rio Xapuri, até alcançar o divisor das vertentes dos rios Xapuri e Iaco.

2. *Com o Município de Xapuri:*

Começando no divisor de águas dos rios Iaco e Xapuri, na intersecção da reta que une as cabeceiras dos córregos Jaguaribe e Rio do Ouro, segue por esta linha até alcançar a cabeceira do Rio do Ouro e por este até a sua confluência no rio Xapuri; prossegue por este rio até a confluência do ribeirão Riozinho; sobe por este ribeirão até a intersecção da reta leste-oeste, originada da cabeceira do córrego Filipinas; continua por esta linha e desce pelo córrego Filipinas até a sua foz, à margem esquerda do rio Acre; sobe por este rio até a foz do córrego Igarapé do Porvir, à margem direita do rio Acre e por este córrego até a sua cabeceira; daí continua em linha reta até a cabeceira do ribeirão Ina e deste ponto segue em outra reta até a cabeceira do rio Chipamanu.

3. *Com a República da Bolívia:*

Começando na nascente principal do rio Chipamanu, segue pelo limite entre o Brasil e a Bolívia até a foz do arroio Iaverija no rio Acre.

4. *Com a República do Perú:*

Começando no rio Acre ou Aquiri, no ponto em que o dito rio pela margem direita ou austral recebe o arroio Iaverija, segue pelo limite entre o Brasil e o Perú até o ponto de intersecção do meridiano da nascente principal do rio Chambuiaco (afluente da margem direita do rio Purús) com o rio Iáco.

b) Divisas inter-distritais:

Só ha um distrito.

II — Município de Cruzeiro do Sul (n. 2).

a) Limites municipais:

1. *Com o Estado do Amazonas:*

Começando na cabeceira do rio Javari, segue pela linha geodésica que liga esse ponto à foz do Bení, até a sua intersecção com o ribeirão Riozinho da Liberdade, afluente da margem direita do Jurua.

2. Com o Município de Seabra:

Começando na intersecção da linha geodésica acima referida com o ribeirão Riozinho da Liberdade, segue este até a sua nascente e daí continúa pelo divisor de águas dos rios Gregório e Juruá até a intersecção de uma reta leste-oeste em direção à cabeceira do ribeirão Rio Branco do Juruá; segue esta linha até a cabeceira do ribeirão Rio Branco do Juruá e daí por outra reta alcança a cabeceira do córrego Grajaú; deste ponto segue em linha reta até a confluência do córrego Pedro Gomes com o rio Tejo; sobe pelo rio Tejo até a foz do córrego Machadinho, e por este até a sua cabeceira; finalmente, prossegue em reta até a cabeceira do rio Breu, afluente do Juruá.

3. Com a República do Perú:

Começando na cabeceira principal do rio Breu, segue pelo limite entre o Brasil e o Perú até a nascente principal do rio Jaquirana ou Alto Javari.

b) Divisas inter-distritais:

1. Entre os distritos de Japuim e Cruzeiro do Sul:

Começando na fronteira com a República do Perú, no entroncamento do divisor de águas dos rios Azul e Paraná dos Mouras, segue por este divisor até defrontar a cabeceira do córrego São Bento; desce até esta cabeceira e daí por uma reta sul-norte atinge a linha geodésica de limites com o Estado do Amazonas.

2. Entre os distritos de Cruzeiro do Sul e Humaitá:

Começando na fronteira com a República do Perú, no divisor de águas entre as vertentes dos rios Ucaiale, do lado peruano, e Juruá Mirim, do lado brasileiro, desce este rio até sua foz no Juruá; desce pelo Juruá até a foz do rio Valparaíso, sobe por este até a cabeceira e daí por uma reta alcança a cabeceira do ribeirão Riozinho da Liberdade.

3. Entre os distritos de Humaitá e Taumaturgo:

Começando na fronteira com a República do Perú, no divisor de águas entre as vertentes do rio Ucaiale, do lado peruano e a cabeceira do Paraná do Ouro, do lado brasileiro, desce o Paraná do Ouro até sua foz, sobe pelo rio Juruá até a confluência com o córrego Grajaú, finalmente, por este córrego até a sua cabeceira.

III — Município de Feijó (n. 3).

a) Limites municipais:

1. Com o Município de Seabra:

Começando na fronteira da República do Perú, no ponto de intersecção de uma reta sul-norte que encontra a cabeceira do Murú, segue pela referida reta até a cabeceira do Murú, descendo pelo curso deste rio até a foz do córrego Conceição, à margem direita; prossegue por uma reta em direção à cabeceira do córrego Acaraú e pelo curso deste córrego até a intersecção da linha geodésica de limite com o Estado do Amazonas.

2. *Com o Estado do Amazonas:*

Começando no córrego Acaraú, afluente do rio Tarauacá, na intersecção da linha geodésica traçada da nascente do rio Javari à foz do rio Bení, segue por esta linha até o rio Moaco.

3. *Com o Município de Sena Madureira:*

Começando no rio Moaco, na intersecção com a linha geodésica de limite com o Estado do Amazonas, sobe este rio até sua cabeceira e daí alcança o divisor de águas dos rios Purús e Embira; segue por este divisor até defrontar a leste a nascente principal do córrego Santa Rosa, prossegue por uma reta oeste-leste até alcançar a cabeceira deste córrego.

4. *Com a República do Perú:*

Começando na nascente principal do córrego Santa Rosa, segue pelo limite do Brasil com o Perú até defrontar, ao norte, a cabeceira do rio Murú.

b) Divisas inter-distritais:

Só há um distrito.

IV — Município de Rio Branco (n. 4).

a) Limites municipais:

1. *Com o Município de Sena Madureira:*

Começando no divisor de águas dos rios Iaco e Acre, no ponto de intersecção da linha leste-oeste originada da cabeceira do córrego Spalha ou São Francisco, afluente do ribeirão Riozinho de Rio Branco, segue por este divisor e continua pela separação das vertentes dos rios Iaco e Antimarí até defrontar a cabeceira do córrego Sucuniná, afluente do Purús, e prossegue por este córrego até a intersecção da linha geodésica de limite com o Estado do Amazonas.

2. *Com o Estado do Amazonas:*

Começando no córrego Sucuniná, no ponto de intersecção da linha geodésica traçada da cabeceira do rio Javari à foz do Bení, segue por esta linha até o rio Abunan.

3. *Com a República da Bolívia:*

Começando no rio Abunan, junto à povoação acreana de Porto Fiscal, no ponto em que o encontra a reta que vai da confluência do Bení e do Mamoré, formadores do rio Madeira, à nascente principal do rio Jaquirana ou Alto Javari, sobe pelo álveo do Abunan até a boca do rio Rapirran, pelo qual continua até à sua nascente principal.

4. *Com o Município de Xapuri:*

Começando na fronteira com a República da Bolívia, cabeceira do rio Rapirran, alcança o divisor de águas dos rios Rapirran e Chipamanu, segue por este divisor até defrontar a cabeceira do córrego Itú, desce por este córrego até sua foz no rio Acre; daí, atravessando o rio Acre, segue em reta leste-oeste até encontrar o ribeirão Cai-

porá; segue por este ribeirão até a sua cabeceira e continua por uma reta sul-norte até o córrego Mapinguari, continuando por esse córrego até sua nascente e daí por uma reta leste-oeste até o ribeirão São Francisco ou Spalha, subindo por este ribeirão até sua cabeceira; daí por uma reta leste-oeste até o divisor dos rios Acre e Iaco.

b) Divisas inter-distritais:

1. Entre os distritos de Rio Branco e Porto Acre:

Começando no divisor de águas das vertentes do rio Iaco e cabeceiras do rio Antimari, desce a esta cabeceira, alcança o divisor de águas do Antimari com Riozinho de Rio Branco, segue por este divisor até o entroncamento do divisor dos ribeirões Riozinho de Rio Branco e Andirá e continua por este último divisor até defrontar a cabeceira do córrego Glória; desce por este até sua foz no rio Acre e prossegue por este até a boca do córrego Bom Destino, sobe por este córrego até sua cabeceira e por uma reta oeste-leste alcança o rio Iquirí.

2. Entre os distritos de Rio Branco e Plácido de Castro:

Começando no rio Rapiarran, na foz do Igarapé Mitarran, sobe por este até sua cabeceira; deste ponto por uma reta sul-norte alcança o rio Iquirí e desce por este até a intersecção de uma reta este-oeste que passe pela nascente do córrego Bom Destino.

3. Entre os distritos de Porto Acre e Plácido de Castro:

Começando no rio Iquirí, no ponto de intersecção da linha este-oeste, que passa pela nascente do córrego Bom Destino, desce pelo Iquirí até a linha geodésica de limite com o Estado do Amazonas.

V — Município de Seabra (n. 5).

a) Limites municipais:

1. Com o Município de Cruzeiro do Sul:

Começando na fronteira da República do Perú, na cabeceira do rio Breu, segue por uma reta em direção à cabeceira do córrego Machadinho, desce por este rio até a sua foz e prossegue pelo curso do rio Tejo até a confluência com o córrego Pedro Gomes; daí continua por uma reta em direção à cabeceira do córrego Grajaú e desta por outra reta em direção à cabeceira do ribeirão Rio Branco do Jurua; deste ponto alcança em reta oeste-leste o divisor de águas dos rios Branco e Gregório e segue por este divisor até alcançar a cabeceira do ribeirão Riozinho da Liberdade; finalmente, desce por este ribeirão até a intersecção da linha geodésica de limite com o Estado do Amazonas.

2. Com o Estado do Amazonas:

Começando na intersecção do ribeirão Riozinho da Liberdade com a linha geodésica traçada da cabeceira do rio Javari à foz do rio Bení, segue por esta linha até o córrego Acaraú, afluente oriental do rio Tamaucá.

3. Com o Município de Feijó:

Começando no córrego Acaraú na intersecção com a linha de limite com o Estado do Amazonas, sobe por este córrego até sua cabe-

ceira, deste ponto segue em linha reta até a foz do córrego Conceição, afluente oriental do rio Murú, daí continua pelo Murú até a sua cabeceira e, finalmente, por uma reta norte-sul atinge a fronteira.

4. Com a República do Perú:

Começando na intersecção da reta norte-sul que passa pela cabeceira do Murú com o divisor de águas dos rios Embira e Curanio ou Curumaú, segue pelo limite entre o Brasil e a República do Perú até a nascente do rio Breu, afluente da margem direita do rio Juruá.

b) Divisas inter-distritais:

1. Entre os distritos de Jordão e Seabra:

Começando na cabeceira do ribeirão Riozinho da Liberdade, alcança o divisor de águas entre este ribeirão e o rio Gregório, desce até a cabeceira do córrego Moinho e pelo seu curso até a respectiva foz; sobe o rio Gregório até a foz do Embaubá e sobe por este córrego até sua cabeceira; daí continua por uma reta em direção à cabeceira do rio Acurauá e deste ponto prossegue por outra reta norte-sul até encontrar o córrego Catuquira, descendo pelo seu curso até a foz; sobe pelo rio Tarauacá até a foz do córrego Paraná São Luiz; continua por este córrego até a intersecção de uma linha oeste-leste em direção à cabeceira do córrego Muruzinho, prossegue por esta linha e desce pelo Muruzinho até sua foz no rio Murú.

VI — Município de Sena Madureira (n. 6):

a) Limites municipais:

1. Com o Município de Feijó:

Começando na nascente principal do córrego Santa Rosa, deste ponto, em reta sul-norte, alcança o divisor de águas dos rios Embira e Purús; segue por este divisor de águas até atingir a cabeceira do rio Moaco; continua pelo curso deste rio até sua intersecção com a linha geodésica de limite com o Estado do Amazonas.

2. Com o Estado do Amazonas:

Começando na intersecção do rio Moaco com a linha geodésica, traçada da nascente do rio Javari à foz do Beni, segue por esta linha até a sua intersecção com o córrego Sucuniná.

3. Com o Município de Rio Branco:

Começando na intersecção da linha geodésica referida com o córrego Sucuniná, sobe por este córrego até sua cabeceira, alcança o divisor de águas dos rios Iaco e Acre, segue por este divisor até atingir a linha leste-oeste, originada da cabeceira do ribeirão Spalha ou São Francisco, afluente do ribeirão Riozinho de Rio Branco.

4. Com o Município de Xapuri:

Começando no divisor de águas dos rios Iaco e Acre, na intersecção da linha leste-oeste originada da cabeceira do córrego Spalha ou São Francisco, afluente do rio Riozinho de Rio Branco, segue por este divisor até a intersecção de uma linha traçada da cabeceira do córrego Rio do Ouro, vertente do rio Xapuri, à cabeceira do córrego Jaguaribe, vertente do rio Iaco.

5. *Com o Município de Brasília:*

Começando no divisor de águas dos rios Iaco e Xapurí, no ponto de intersecção de uma linha traçada da cabeceira do córrego Jaguaribe à cabeceira do córrego Rio do Ouro, segue por esta linha até a dita cabeceira do córrego Jaguaribe, desce o curso deste córrego até sua foz do rio Iaco e sobe por este até a intersecção do meridiano da nascente do Chambuiaco, fronteira com a República do Perú.

6. *Com a República do Perú:*

Começando na intersecção do rio Iaco com o meridiano da nascente principal do rio Chambuiaco, afluente da margem direita do rio Purús, segue pelo limite do Brasil com a República do Perú até a nascente principal do rio Santa Rosa ou Curinaá, afluente da margem esquerda do rio Purús.

b) Divisas inter-distritais:

1. *Entre os distritos de Castelo e Sena Madureira:*

Começando no divisor de águas dos rios Chandles e Iaco, na intersecção do meridiano que passa pela nascente do Chambuiaco, segue por este divisor até o entroncamento com o divisor de águas dos rios Chandles e Caelé. Prossegue por este último divisor até intersecção da linha geodésica de limite com o Estado do Amazonas.

VII — Município de Xapurí (n. 7).

a) Limites municipais:

1. *Com o Município de Sena Madureira:*

Começando no divisor de águas entre os rios Iaco e Xapurí, no ponto de intersecção de uma reta que vai da cabeceira do córrego Jaguaribe, afluente oriental do Iaco, à cabeceira do ribeirão rio do Ouro, afluente ocidental do Xapurí, segue por este divisor até a intersecção da linha leste-oeste que parte da cabeceira do ribeirão Spalha ou São Francisco, afluente do riozinho de Rio Branco.

2. *Com o Município de Rio Branco:*

Começando no divisor de águas dos rios Iaco e Acre, na intersecção da linha leste-oeste originada da cabeceira do ribeirão Espalha ou São Francisco, segue por esta linha até o referido ribeirão, continuando por este até a intersecção da linha leste-oeste, que parte da cabeceira do córrego Mapiungari; prossegue por esta linha e pelo afluente do córrego Mapiungari até a intersecção da linha sul-norte que parte da nascente do ribeirão Caipora; continua por esta linha, e, em seguida pelo ribeirão Caipora até a intersecção da linha leste-oeste que vem da foz do córrego Itú, afluente oriental do Acre; acompanha esta linha até a foz do Itú e sobe por este córrego até sua cabeceira; daí alcança o divisor de águas dos rios Acre e Chipamanu; prossegue por este divisor até encontrar o divisor das águas dos rios Chipamanu e Rapirran, descendo deste divisor até as cabeceiras deste último rio.

3. Com a República da Bolívia:

Começando na cabeceira do rio Rapiirran, segue em linha reta até a foz do rio Chipamanu e sobe por este rio até a sua nascente principal.

4. Com o Município de Brasília:

Começando na cabeceira do rio Chipamanu, segue por uma reta até a cabeceira do córrego Igarapé Grande Porvir; segue o curso deste córrego até a sua foz na margem direita do Acre, e pelo curso do Acre até a foz do córrego Filipinas, à sua margem esquerda; sobe pelo córrego Filipinas até sua cabeceira e daí continua por uma reta leste-oeste até encontrar o ribeirão Riozinho de Xapurí; prossegue por este até sua foz no rio Xapurí sobe este curso d'água até a boca do Rio do Ouro, pelo qual prossegue, até atingir sua cabeceira; continua pela reta que liga a cabeceira do rio do Ouro à do rio Jaguaribe, terminando na intersecção desta reta com o divisor de águas dos rios Xapurí e Acre.

b) Divisas inter-distritais.

Só ha um distrito.

ANEXO N. 3

Ritual aprovado pelo Conselho Nacional de Geografia, para a celebração das solenidades cívicas que, na forma da legislação sobre o assunto, assinalarão a entrada em vigor, a 1 de janeiro de 1939, do novo quadro territorial administrativo e judiciário da República.

I

Onde e quando se realizarão as solenidades

As sessões cívicas que se realizarão a 1 de janeiro de 1939 para instalar ou confirmar as circunscrições administrativas e judiciárias da República, com os limites, a constituição e a categoria previstos nas leis regionais que houverem dado execução à lei orgânica nacional promulgada sob n. 311, a 2 de março de 1938, e publicada, no *Diário Oficial* de 7 do mesmo mês, terão lugar, em todas as sedes das circunscrições municipais brasileiras já instaladas ou por instalar, às 15 horas, no salão nobre do "forum" ou, onde não houver, na Prefeitura Municipal.

II

Quem presidirá a solenidade

Em cada uma das localidades que se devam confirmar ou investir nos foros de cidade como sedes de município, a solenidade de efetivação do novo quadro territorial se realizará sob a presidência do Juiz de Direito, ou, na sua falta, do Juiz do Termo (ou Juiz Municipal), na falta deste, pelo Prefeito Municipal, e no impedimento eventual deste, pelo Secretário da Prefeitura ou, finalmente, pela mais alta autoridade policial presente na cidade.

A aprovação destas instruções pelos Governos competentes, valerá por uma delegação expressa às autoridades aqui mencionadas para promoverem, na ordem indicada, a solenidade inaugural do novo quadro territorial.

III

Os objetivos da solenidade

A solenidade, cujo ritual estas instruções visam fixar, tem:

- um sentido jurídico;
- uma finalidade histórica; e
- um significado cívico.

Juridicamente, ficam todas as circunscrições a que se referir o ato, e com os nomes e a constituição territorial que a lei lhes houver atribuído, investidas de modo efetivo nos competentes foros, passando as localidades de igual denominação que lhes sirvam de sede, às categorias e prerrogativas correspondentes.

Sob o ponto de vista histórico, as sessões cívicas em apreço solenizarão devidamente o início da vigência do novo quadro territorial. Os acontecimentos dessa natureza, sem embargo de constituírem fatos de grande relevo tanto na história regional como na história nacional, pois sobre eles repousa toda a organização política, administrativa, social e econômica da vida nacional, não tinham até agora a consagração que mereciam, e nem deixaram, via de regra, o competente registro nos anais da história pátria. Mas, a partir de 1 de janeiro de 1939, cada circunscrição do quadro territorial brasileiro terá, na ata da solenidade aqui regulada, a certidão do seu registro histórico, o qual, já pela sua solenidade e natural repercussão, já pela publicidade que a lei lhe assegura, nunca se apagará dos arquivos pátrios.

Como objetivo cívico, finalmente, as solenidades inaugurais do novo quadro territorial visarão a confraternização entre todos os grupos sociais brasileiros. Dando motivo à solenidade a outorga escalonada de diferentes parcelas de autonomia e das prerrogativas correlatas, as comunidades interessadas, ao mesmo tempo que se poderão solidarizar e rejubilar sem qualquer dissonância de sentimento pelo auspicioso evento, também se sentirão penetradas pelo espírito de hierarquia, de ordenada distribuição das responsabilidades e regalias na escala dos valores que demarcam o campo social, e assim, aprendendo a cultivar os justos sentimentos grupais vão-se também apercebendo da submissão harmoniosa desses sentimentos a outros mais altos e mais altruístas, e, portanto, mais nobres, que aproximam e fundem os corações, as inteligências e as vontades na integração da “grande alma” da Pátria comum. É, pois, de um significado culminante sob o ponto de vista cívico que se vão revestir as solenidades aqui previstas, uma vez que elas interessarão a todo o território nacional, a todos os brasileiros sem distinção alguma, realizando-se no mesmo dia e na mesma hora, com a mesma finalidade e o mesmo rito, como expressão de uma só vontade e um só sentimento — a vontade de construir o Brasil maior e o sentimento filial que deseja ver o Brasil cada vez melhor.

IV

Em que consistirá a solenidade

As autoridades administrativas e judiciárias locais se esforçarão por despertar pelos meios adequados (larga publicidade, festejos populares, solenidades religiosas, passeatas cívicas, etc.) o maior interesse da população, e especialmente da infância e juventude, pelo evento que se vai celebrar, fazendo com que todos bem compreendam a tríplice significação da solenidade.

Para assistir a esta, portanto, devem ser convidadas todas as autoridades civis, militares e eclesiásticas, representantes de todas as corporações e as pessoas gradas de todo o território a que se referir o ato inaugural a ser celebrado.

No momento da solenidade, formada a mesa que a presidir à sombra da bandeira nacional, aberta a sessão, todos ouvirão ou cantarão, de pé, o hino nacional.

A seguir o Presidente pronunciará precisamente as seguintes palavras, a que fica dado um sentido ritual-cívico, histórico e jurídico:

"Na forma da lei, e de acordo com o rito previsto tendo em mira a salvaguarda jurídica dos interesses do Povo, o resguardo da tradição histórica da Nação e a solidariedade que deve unir todos os brasileiros em torno dos ideais superiores de uma Pátria una e indivisível, bem organizada para bem defender-se, culta e progressista para fazer a felicidade dos seus filhos, eu, (declarar a qualidade), em nome do Governo do Território, declaro confirmados para todos os efeitos, no quadro territorial desta Unidade da Federação Brasileira, segundo o disposto na lei orgânica federal n. 311, de 2 de março de 1938, e no decreto-lei federal n. (1) de de dezembro do mesmo ano, todas as circunscrições que têm por sede esta localidade, que conserva (ou ora recebe) os foros de cidade, bem assim os demais distritos do município, ficando as respectivas sedes investidas ou mantidas na correspondente categoria de vila. (2)

Assim fique registado na História Pátria, para conhecimento de todos os brasileiros e perpétua lembrança das gerações vindouras.

Honra ao Brasil uno e indivisível!

Paz ao Brasil rico e forte!

Glória ao Brasil desejoso do bem e do progresso nos melhores sentimentos de solidariedade humana!"

Será dada depois a palavra a um orador oficial, previamente escolhido, que proferirá uma oração cívica alusiva ao acontecimento.

Seguir-se-á a leitura da ata da solenidade (cujo modelo consta do capítulo VI destas instruções), terminada a qual o Presidente assinará o competente original, declarando encerrada a sessão e convidando os presentes a deixarem também a sua assinatura nesse importante documento histórico.

V

Formalidades complementares

O original da ata será cuidadosamente guardado no arquivo do Governo municipal.

(1) Os modelos já devem ser distribuídos com esses claros preenchidos.

(2) Se o município tiver de ficar com um único distrito, suprima-se esta última parte da frase: "bem assim os demais, etc."

Do seu texto e assinaturas, porem, o Secretário tirará duas cópias, que o Presidente autenticará com a sua rubrica em todas as páginas, enviando-as, sob registo, ao Diretório Regional de Geografia para os fins de publicidade no órgão oficial do Estado e devido arquivamento na forma da lei.

VI

Modelo da ata da solenidade

Em livro ou caderno especial, o Secretário *ad-hoc* caligrafará com antecedência a seguinte ata a ser lida no final da solenidade e assinada logo após o seu encerramento:

Ata da sessão solene inaugural do Quadro Territorial da República no quinquênio de 1939-1943, realizada na cidade de..... do Território do Acre

A primeiro de janeiro de mil novecentos e trinta e nove, no edificio..... (do Forum ou Paço Municipal), nesta cidade de..... (o nome), do Território do Acre, sob a presidência do senhor (o nome), (o cargo), na forma da lei, reuniram-se em sessão solene as autoridades e pessoas gradas abaixo assinadas, com numerosa assistência popular, para o fim de se declarar efetivamente em vigor para todos os efeitos a partir desta data e até trinta e um de dezembro de 1943, o novo quadro territorial da República fixado para o Território, pelo decreto-lei n. de ... de dezembro de 1938, na conformidade das normas gerais firmadas pela lei orgânica nacional n. 311, de 2 de março do mesmo ano, na parte referente às circunscrições que teem por sede esta cidade (*se o municipio tiver mais de um distrito, acrescentar — e aos demais distritos que compõem o seu municipio*). Aberta a sessão e de pé toda a assistência, foi ouvido (ou cantado) o Hino Nacional, seguindo-se uma vibrante salva de palmas. O Senhor Presidente, ainda de pé a assistência, pronuncia então em voz clara e pausada as seguintes palavras inaugurais — “Na forma da lei, e de acordo com o rito previsto, tendo em mira a salvaguarda jurídica dos interesses do Povo, o resguardo da tradição histórica da Nação e a solidariedade que deve unir todos os brasileiros em torno dos ideais superiores de uma Pátria una e indivisível, bem organizada para bem defender-se, culta e progressista para fazer a felicidade dos seus filhos, eu, (declarar a qualidade), em nome do Governo do Território, declaro confirmados para todos os efeitos, no quadro territorial desta Unidade da Federação Brasileira, segundo o disposto na lei orgânica federal n. 311, de 2 de março de 1938, e no decreto-lei n. (3) de de dezembro de 1938, todas as circunscrições que teem por sede esta localidade, que conserva (ou — ora recebe) os foros de cidade, bem assim os demais distritos do municipio, ficando as respecti-

(3) Estes claros devem ser preenchidos previamente nos modelos distribuidos.

(4) Se o municipio tiver de ficar com um único distrito, suprima-se a última parte da frase, a saber, “bem assim os demais etc.”

vas sedes investidas ou mantidas na correspondente categoria de vila (4). Assim fique registrado na História Pátria, para conhecimento de todos os brasileiros e perpétua lembrança das gerações vindouras. Honra ao Brasil uno e indivisível! Paz ao Brasil rico e forte! Glória ao Brasil desejoso do bem e do progresso nos melhores sentimentos de solidariedade humana! Três prolongadas salvas de palmas aplaudiram e festejaram o momento em que entrou em vigor o novo quadro territorial, exprimindo ao mesmo tempo a solidariedade do alto pensamento da fórmula ritual pronunciada. Sentando-se, a seguir, a Mesa e toda a Assistência, o Senhor Presidente deu a palavra ao Senhor (nome), (qualidade), que proferiu expressiva alocação alusiva aos fins e ao sentido da solenidade, sendo calorosamente aplaudido. O Senhor Presidente, a seguir, agradece à Assistência o seu comparecimento, cujo alto significado cívico enaltece, declarando encerrada a sessão e convidando os presentes a ouvirem a leitura desta ata, a qual, depois de lida foi assinada pelo Senhor Presidente e pelas demais autoridades e pessoas gradas presentes ao ato. Eu, (nome), (qualidade), funcionando como Secretário *ad-hoc*, escrevi esta ata e a li ao termo da sessão solene cuja realização aqui se registra. Cidade de, primeiro de janeiro de mil novecentos e trinta e nove. O Presidente,

(Assinatura do Presidente)

(Seguem-se as demais assinaturas)."

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 1938. — *Max Fleiuss*, relator.
— *Moreira Guimarães*. — *H. Canabarro Reichardt*.

DECRETO-LEI N. 969 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1938

Dispõe sobre os recenseamentos gerais do Brasil

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição e nos termos do art. 3º do decreto-lei n. 237, de 2 de fevereiro de 1938, decreta:

Art. 1º. Realizar-se-á decenalmente, no dia 1 de setembro dos anos de milésimo zero, o recenseamento geral do Brasil.

§ 1º. Cada recenseamento abrangerá em censos distintos realizados simultaneamente, os aspectos demográficos, econômicos e sociais do País especificados no regulamento que for para esse fim expedido.

§ 2º. O regulamento estabelecerá o processo para a coleta dos dados censitários relativos aos brasileiros residentes no estrangeiro ou temporariamente ausentes do País na data do recenseamento.

Art. 2º. Todo aquele que exercer função pública, civil ou militar, federal, estadual e municipal, inclusive representação diplomática ou consular, fica obrigado, sob as penas cominadas na lei penal, a prestar as informações e auxílios que lhe forem regularmente solicitados para a operação censitária.

Art. 3º. As empresas e sociedades que gozem de favores dos cofres públicos não poderão recusar a colaboração que, na forma do regulamento, lhes for solicitada para preparo ou execução do recenseamento, sob pena da multa de um a cinco contos de réis.

Art. 4º. Todos os indivíduos, civilmente capazes, domiciliados, residentes ou em trânsito no território nacional, bem como os brasileiros ausentes no estrangeiro e as pessoas jurídicas estabelecidas ou representadas no País, são obrigados a prestar as declarações que lhes forem solicitadas para os fins do recenseamento, incorrendo, em caso de recusa, silêncio, sonegação, falsidade ou emprego de termos evasivos ou irreverentes, nas seguintes penas:

§ 1º. Si o infrator for pessoa jurídica:

a) multa de um a vinte contos de réis, nos casos de sonegação, falsidade ou emprego de termos evasivos ou irreverentes na declaração prestada;

b) multa de duzentos mil réis a cinco contos de réis, no caso de recusa ou silêncio, com intimação para apresentar, dentro de 48 horas, a declaração exigida. Esgotado o prazo e persistindo a infração, será aplicada nova multa de um a cinco contos de réis.

§ 2º. Si o infrator for pessoa física:

a) multa de cem mil réis a um conto de réis, nos casos de sonegação, falsidade ou emprego de termos evasivos ou irreverentes na declaração prestada;

b) detenção pessoal, no caso de recusa ou silêncio, como meio compulsório para prestar a declaração solicitada, instaurando-se ao cabo de 24 horas, si persistir, processo penal pelo crime de desobediência.

§ 3º. Si o infrator for pessoa de que trata o § 2º do art. 1º será imposta, e inscrita no Tesouro Nacional para os efeitos legais, a multa de duzentos mil réis.

§ 4º. O regulamento determinará a competência para a imposição e o processo de aplicação das penas previstas neste artigo e no anterior.

Art. 5º. As declarações prestadas para a execução do recenseamento, ressalvadas as que se destinarem expressamente a fins de cadastro, terão o caráter confidencial, não podendo ser objeto de divulgação, que as individualize ou identifique, nem fazer prova contra o declarante.

§ 1º. A disposição final do artigo não impede, entretanto, que a declaração sirva de comprovante para aplicação das penalidades impostas nos termos deste decreto-lei.

§ 2º. O regulamento determinará as penas disciplinares, que serão aplicadas ao pessoal do Serviço do Recenseamento, por infração do disposto neste artigo, sem prejuízo da responsabilidade criminal que no caso couber.

Art. 6º. O Governo providenciará para que, na época do recenseamento, não se efetuem deslocamentos de massas demográficas, inclusive forças de terra e mar, nem se promovam medidas de profunda repercussão econômica, ressalvados os casos de força maior.

Art. 7º. Cada recenseamento decenal terá o seu plano organizado e será assistido durante toda a sua execução pela Comissão Censitária Nacional, instituída nos anos de milésimo oito, tendo por sede a Capital da República, mandato normal de cinco anos, prorrogável a critério do Governo, e, no máximo, quinze membros, um dos quais como seu Presidente.

§ 1º. A Comissão Censitária Nacional terá a constituição que lhe atribuir o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, no qual ficará integrada, para todos os efeitos, devendo entretanto a extensão

dos seus poderes e a escolha dos seus membros ser confirmadas por ato do Poder Executivo.

§ 2º. A Comissão fará publicar no *Diário Oficial* as suas decisões, das quais deverão constar as razões que as justifiquem ou esclareçam sua finalidade.

Art. 8º. A Comissão Censitária Nacional será auxiliada:

a) em cada Unidade da Federação, por uma Comissão Regional composta de tres membros, inclusive o delegado regional como seu presidente nato;

b) em cada município, por uma Comissão Censitária Municipal, também composta de tres membros, tendo como presidente o respectivo prefeito.

Parágrafo único. Essas comissões terão a constituição e os encargos que lhes atribuir o regulamento da operação censitária.

Art. 9º. Será igualmente instituído nos anos de milésimo oito e integrado no sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o Serviço Nacional de Recenseamento ao qual, sob a responsabilidade técnica e administrativa do Presidente da Comissão Censitária Nacional, que será o seu Diretor, caberá a execução de todos os trabalhos censitários, desde a fase preliminar até a publicação dos resultados definitivos após a sua aprovação por ato da aludida Comissão, ratificado pelo Governo.

§ 1º. Em cada Unidade da Federação o Diretor do Serviço Nacional do Recenseamento será representado por um delegado regional auxiliado este pelos delegados seccionais que forem necessários, um e outros de sua livre escolha e imediata confiança.

§ 2º. No Município, a execução dos serviços ficará a cargo de um delegado municipal, proposto pelo delegado regional a cuja jurisdição pertencer o município.

§ 3º. O pessoal necessário à execução do recenseamento será admitido, após prévia verificação de capacidade técnica, e dispensado livremente pelo Diretor do Serviço ou mandatário seu, para esse fim expressamente autorizado.

§ 4º. Extinto o Serviço Nacional do Recenseamento, por conclusão dos trabalhos censitários os respectivos arquivos e instalações serão incorporados ao patrimônio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Art. 10. O Serviço Nacional do Recenseamento gozará:

a) de franquia postal, telegráfica, telefônica, radio-telegráfica ou radiotelefônica nas redes oficiais ou nas que estejam obrigadas de qualquer forma ao serviço oficial;

b) das facilidades de transporte terrestre, marítimo, fluvial e aéreo concedidas a serviços públicos;

c) de isenção de selo nos documentos comprovantes de despesas de locomoção, carreto ou quaisquer outras de pronto pagamento, bem como nos recibos de quitação de vencimentos, salários, ajuda de custo diárias, gratificação ou qualquer outra forma de pagamento por prestação de serviço.

Art. 11. O orçamento das despesas de cada recenseamento, abrangendo todo o decurso da operação censitária, será organizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, para prévio conhecimento e aprovação do Governo.

§ 1.º A dotação correspondente a cada exercício financeiro constará do respectivo orçamento da despesa, com título próprio, para ser entregue ao Instituto, de acordo com o disposto na alínea I do art. 24 do decreto n. 24.609, de 6 de julho de 1934, sob a forma de auxílio, em quotas semestrais antecipadas.

§ 2.º Respeitadas as normas da legislação do Instituto, a Comissão Censitária Nacional deliberará sobre a distribuição do crédito concedido para a execução do recenseamento, bem como sobre a prestação de contas das despesas efetuadas com pessoal, material e quaisquer outros encargos.

Art. 12. Fica instituído, nos termos deste decreto-lei, o Serviço Nacional de Recenseamento ao qual compete proceder ao recenseamento geral do Brasil, em 1940, de acordo com as bases aprovadas pelo decreto-lei n. 237, de 2 de fevereiro de 1938.

§ 1.º O regulamento, que for expedido oportunamente, determinará a matéria a ser incluída nos instrumentos de coleta dos censos demográficos, econômico e social, nos seus diversos aspectos, bem como a organização do Serviço Nacional de Recenseamento.

§ 2.º O regulamento estabelecerá as normas de admissão, formas do pagamento e atribuições do pessoal do recenseamento, o regime disciplinar e, ainda, restritivamente, os casos em que, em virtude da unificação dos serviços estatísticos no sistema do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o exercício de função censitária, por titular de cargo das organizações de estatística, possa ser considerado, para os efeitos de remuneração, serviço suplementar consequente da função principal.

§ 3.º Os funcionários da Secretaria Geral do Instituto ou dos serviços federais de estatística nele integrados, postos à disposição da Comissão Censitária Nacional, na forma da legislação em vigor, poderão perceber, além dos vencimentos do cargo efetivo, uma gratificação por serviços extraordinários.

Art. 13. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos

DECRETO-LEI N. 970 — DE 21 DE DEZEMBRO DE 1938

Altera o decreto-lei n. 288, de 23 de fevereiro de 1938, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º A administração do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Estado, criado pelo decreto-lei n. 288, de 23 de fevereiro de 1938, será exercida por um Presidente, assistido por quatro diretores.

Parágrafo único. Haverá ainda um Conselho Fiscal, composto de cinco membros.

Art. 2.º Os cargos de Presidente e Diretor do I. P. A. S. E. são considerados de confiança do Governo e providos por decreto do Presidente da República.

§ 1.º A escolha poderá recair em empregado para-estatal, ou funcionário público que perderá a remuneração do seu cargo, mas terá direito à contagem de tempo na classe e no serviço público, como se estivesse em efetivo exercício.

§ 2.º O Presidente perceberá a remuneração mensal de cinco contos de réis e cada Diretor a de quatro contos, além da percentagem sobre os lucros, fixada no Regulamento.

Art. 3.º Os membros do Conselho Fiscal, funcionários públicos ou não, serão de livre escolha do Presidente da República e nomeados pelo prazo de tres anos, podendo ser reconduzidos.

Parágrafo único. Caberá a cada membro do Conselho Fiscal a gratificação de 200\$ por sessão a que comparecer, até o máximo de cinco por mês.

Art. 4.º Compete ao Presidente:

- a) superintender a administração, os negócios e as operações do I. P. A. S. E.;
- b) organizar os serviços baixando as respectivas instruções ou alterando-as quando necessário;
- c) preparar os orçamentos e prestar contas da administração;
- d) admitir os empregados do I. P. A. S. E., dispensá-los e impor-lhes penalidades de acordo com o Regulamento;
- e) representar o I. P. A. S. E. diretamente ou por delegação;
- f) usar do direito de recurso na forma do Regulamento.

Art. 5.º Compete aos Diretores exercer a direção dos serviços que lhes estiverem afetos, na forma estabelecida no Regulamento.

Art. 6.º Compete ao Conselho Fiscal:

- a) deliberar, aprovando ou não, a proposta orçamentária do I. P. A. S. E. e suas modificações;
- b) proceder a tomada das contas do I. P. A. S. E. através do exame de seus balancetes, balanços ou mediante inspeção direta;
- c) deliberar, aprovando ou não, as propostas do Presidente, quanto ao quadro do pessoal e respectivas remunerações.

Art. 7.º O Conselho Fiscal reunir-se-á no mínimo duas vezes por mês, ou quando convocado, pelo respectivo presidente ou pelo do Instituto, que poderá comparecer às suas sessões para prestar esclarecimentos.

Art. 8.º Os empregados do I. P. A. S. E. serão admitidos pelo Presidente, mediante concurso de provas, de títulos ou de provas e títulos, exceto quando se tratar de funções de confiança da administração.

Art. 9.º O I. P. A. S. E. manterá e auxiliará a manutenção de obras de assistência social em benefício dos servidores do Estado.

Art. 10. Para os fins do artigo anterior será consignada no orçamento do I. P. A. S. E. uma dotação, cuja importância será constituída por uma percentagem da arrecadação de contribuições obrigatórias e de uma parte dos lucros anuais verificados no balanço.

Art. 11. São considerados contribuintes obrigatórios do I. P. A. S. E. na forma da letra c do art. 3.º do decreto-lei n. 288, os empregados de serviços para-estatais, não sujeitos a regime próprio de previdência, sendo suas contribuições as mesmas estabelecidas para os servidores do Estado, obrigadas as respectivas instituições a contribuir para o I. P. A. S. E. nas mesmas condições que o Tesouro Nacional.

Art. 12. Entre os beneficiários dos contribuintes a que se refere o art. 8.º do decreto-lei n. 288, compreende-se não só o menor de 21 anos, como também o filho, legítimo ou reconhecido, com qualquer idade, julgado inválido, ao qual será concedida uma pensão, pagável enquanto durar a incapacidade.

Art. 13. O contribuinte obrigatório do I. P. A. S. E. demitido após dois anos de serviço, em consequencia de falta cometida, terá assegurado beneficios saldados de família e pecúlio, de acordo com o Regulamento, perdendo os correspondentes à aposentadoria.

Art. 14. Encerrado o exercício, o lucros anuais apurados serão distribuído, na forma do Regulamento, de acordo com os seguintes itens:

I — Lucros provenientes de mortalidade e desvios nas leis básicas adotadas:

a) 65 % para o fundo especial de melhoria dos benefícios distribuídos;

b) 35 % para reforço das dotações orçamentárias para os fins consignados no art. 10.

II — Lucros decorrentes da aplicação do capital:

a) 30 % para obras de assistência social ou auxílio a instituições de interesse coletivo;

b) 20 % para auxílios destinados a estudos ou trabalhos de racionalização do Serviço Civil Federal e de seleção e aperfeiçoamento dos servidores do Estados;

c) 30 % para os mesmos fins da letra a do item I;

d) 20 % para percentagens e gratificações ao Presidente, Diretores e empregados do I. P. A. S. E.

III — Lucros decorrentes da economia, nas despesas de administração:

a) 65 % para os fins da letra a do item I;

b) 35 % para percentagens e gratificações ao Presidente, Diretores e empregados do I. P. A. S. E.

Art. 15. O Presidente do I. P. A. S. E. assumirá, logo que nomeado, a gestão dos negócios do extinto Instituto Nacional de Previdência, cumprindo-se o disposto no art. 51 do decreto-lei n. 288, citado.

Parágrafo único. Até ser aprovado o Regulamento do I. P. A. S. E., será mantido, em relação aos benefícios, e encargos, o regime atualmente em vigor.

Art. 16. As despesas decorrentes da execução deste decreto-lei serão atendidas pelo saldo do crédito a que se refere o art. 58 do decreto-lei n. 288, de 23 de fevereiro de 1938.

Art. 17. Os trabalhos da Comissão Organizadora do I. P. A. S. E., nomeada em virtude do disposto no art. 57 do decreto-lei n. 288, até expedição do Regulamento, deverão prosseguir sob a orientação do Presidente do I. P. A. S. E.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 21 de dezembro de 1932, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilherm.

Eurico De Lamare São Paulo.

Oswaldo Aranha.

Fernando Costa.

Gustavo Capanema.

Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 971 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Exterior, o crédito especial de 60:000\$, para os trabalhos preliminares de ligação ferroviária com o Paraguai

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério das Relações Exteriores o crédito especial de sessenta contos de réis (60:000\$000) para ocorrer às despesas (Serviços e Encargos) de pessoal e material, no país e no estrangeiro, da Comissão encarregada de proceder a reconhecimentos, explorações e outros estudos concernentes à ligação ferroviária com o Paraguai.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 972 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 2.972:610\$500 para liquidação de dívidas relacionadas (Dívida Pública)

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de dois mil novecentos e setenta e dois contos seiscentos e dez mil e quinhentos réis (2.972:610\$500), para liquidação de dívidas de exercícios anteriores, relacionadas no processo n. 78.980-38, do Tesouro Nacional.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 973 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito suplementar de réis 759:923\$00, às verbas que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito suplementar de setecentos e cinquenta e nove contos nove-

centos e vinte e tres mil réis (759:923\$000), para reforço das seguintes dotações do actual orçamento daquele Ministério (Anexo n. 6, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937):

Verba 1 — Pessoal

IV — Gratificações e Auxílios

S/c. 19 — Serviços Especiais:

04) Desdobramento de turmas na Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil	82:223\$0
---	-----------

Verba 2 — Material

II — Material de Consumo

S/c. 8 — Medicamentos, drogas, etc.:

16) Serviço de Saude Pública do Distrito Federal	
f) Hospital São Sebastião	10:000\$0

S/c. 9 — Combustíveis, lubrificantes, etc.

02) Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil	5:700\$0	
16) Serviço de Transportes, etc..	400:000\$0	405:700\$0

S/c. 11 — Artigos de alimentação:

08) Serviço de Saude Pública do Distrito Federal	
c) Hospital S. Sebastião	100:000\$0

III — Diversas Despesas

S/c. 17 — Iluminação, força motriz e gás:

06) Faculdade Nacional de Medicina da Universidade do Brasil	12:000\$0	
28) Serviço de Águas e Esgotos do Distrito Federal	150:000\$0	162:000\$0
		677:700\$0
		759:923\$0

Resumo:

Pessoal	82:223\$0
Material	677:700\$0
	759:923\$0

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 974 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1938

Dispõe sobre o cálculo do imposto de licença para localização devido no Distrito Federal pelos estabelecimentos que menciona

O Presidente da República:

Considerando justificável a estipulação de condições especiais de tributação para os teatros e cinemas, dadas suas finalidades educativa e artística; e para os hotéis e pensões, tendo em vista sua influência na indústria local de turismo; e

Usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e de acordo com o art. 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937, decreta:

Art. 1.º Para os fins do disposto no art. 3.º, letra *a* do decreto-lei n. 251, de 4 de fevereiro de 1938, não será computada a quarta parte do valor locativo mensal dos teatros, cinemas, hotéis e pensões.

Art. 2.º O dispositivo anterior será aplicado a partir do exercício corrente.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 975 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de réis 66:460\$800 à verba que especifica e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de sessenta e seis contos quatrocentos e sessenta mil e oitocentos réis (66:460\$800) em reforço da verba 2 — Material, III — Diversas Despesas, sub-consignação n. 36 — Aluguéis de casa, arrendamento de terrenos, foros e seguros, item 01) — Departamento Nacional da Produção Animal, do atual orçamento daquele Ministério (Anexo n. 11, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937).

Parágrafo único. O crédito a que se refere este artigo será distribuído ao Tesouro Nacional e aplicado na regularização dos pagamentos feitos ao Banco do Brasil pelo arrendamento da "Cabana Cinco Cruzes".

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 976 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1938

Prorroga por mais dois anos o prazo fixado no art. 2º do decreto n. 24.690, de 12 de julho de 1934

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado por mais dois (2) anos, a contar de 12 de julho de 1939, o prazo fixado para que as casas de penhores atualmente existentes no país liquidem suas operações; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 977 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de 2.000:000\$, para auxílio ao Estado de Pernambuco

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de dois mil contos de réis (2.000:000\$), para auxílio ao Estado de Pernambuco e a ser aplicado na construção de uma Penitenciária e de colônias para correccionais.

Art. 2º. Fica sem aplicação, no crédito especial aberto pelo decreto-lei n. 151, de 30 de dezembro de 1937, a importância de dois mil contos de réis (2.000:000\$000).

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 978 — DE 22 DE DEZEMBRO DE 1938

Autoriza o pagamento de subvenção, relativa às linhas de navegação aérea Manaus-Porto Velho e Porto Velho-Rio Branco-Xapuri, por conta da verba 3ª, consignação 2-03) d) anexo 8 da vigente lei orçamentária

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe conferem os arts. 180 e 69, § 2º, da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica o Ministério da Viação e Obras Públicas autorizado a ordenar por conta dos saldos apurados nas dotações da verba 3ª do anexo 8 do orçamento vigente subordinados à consigna-

ção n. 2-03 letra *d*, — Departamento de Aeronáutica Civil, as despesas com o pagamento das subvenções, no corrente exercício, pelas viagens, realizadas, mediante autorização do Governo, nas linhas de navegação aérea de Manaus a Porto Velho, após o restabelecimento do tráfego pela "Panair do Brasil, S. A." e de Porto Velho-Rio Branco-Xapurí, estabelecida pelo "Sindicato Condor Limitada".

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Érico De Lamare São Paulo.

DECRETO-LEI N. 979 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 21:400\$, para pagamento ao funcionário Octavio Gouvêa Bulhões

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto o crédito especial de vinte e um contos e quatrocentos mil réis (21:400\$) para atender ao pagamento correspondente a 200 dólares mensais, no período de junho a dezembro de 1938, devido ao funcionário Octavio Gouvêa Bulhões, que se acha em Washington fazendo curso de especialização na "American University".

Rio de Janeiro, 22 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 980 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1938

Cria, no Ministério da Fazenda, o Serviço de Comunicações

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1°. Fica criado, no Ministério da Fazenda, diretamente subordinado ao Diretor Geral da Fazenda Nacional, o Serviço de Comunicações, afim de proceder ao recebimento, registro, guarda, distribuição e expedição de correspondência.

Art. 2°. O Presidente da República expedirá, mediante decreto, o Regimento em que serão especificadas as atribuições e normas reguladoras das atividades do órgão criado por este decreto-lei.

Art. 3°. O Chefe do Serviço de Comunicações será designado, pelo Diretor Geral da Fazenda Nacional, dentre funcionários públicos efetivos e perceberá a gratificação de função, anual, de 6:000\$ (seis contos de réis).

Art. 4°. Para atender, no corrente exercício, ao pagamento da gratificação de função a que se refere o artigo anterior, fica aberto

o crédito suplementar de 1:000\$ (um conto de réis) à sub-consignação 23-01, da consignação IV — Gratificações e Auxílios, da verba I — Pessoal, do orçamento em vigor para o Ministério da Fazenda.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 981 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1938

Modifica as tabelas do Quadro I, do Ministério da Guerra

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e

Considerando que o decreto-lei n. 857, de 12 de novembro de 1938, ao consignar a inclusão do operário do material bélico do Quadro I. do Ministério da Guerra, Hemetério Clautildes de Carvalho, na classe G, da referida carreira, de acordo com parecer do Supremo Tribunal Militar, deixou de retirá-lo da classe F, a que pertencia, decreta:

Art. 1.º As tabelas do Quadro I, do Ministério da Guerra, anexas à lei n. 284, de 28 de outubro de 1936 e ao decreto n. 1.909, de 23 de agosto de 1937, na parte relativa às classes "G" e "F" da carreira de Operário do Material Bélico, vigorarão, a contar de 1 de janeiro de 1937, com as correções constantes das que acompanham a presente lei.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Situação antiga	Situação nova	
46 Operários de 1ª classe — Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.	— Classe G	55 excedentes
9 Operários de 1ª classe — Fábrica de Cartuchos de infantaria		
60 Operários de 2ª classe — Arsenal de Guerra do Rio de Janeiro.	99 Classe F	25 vagos
14 Operários de 2ª classe — Fábrica de Cartuchos de infantaria		

DECRETO-LEI N. 982 — DE 23 DE DEZEMBRO DE 1938

Cria novos órgãos no Ministério da Agricultura, reagrupa e reconstitue alguns dos já existentes e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

CAPÍTULO I

DOS NOVOS ORGÃOS

Art. 1º. Ficam criados, no Ministério da Agricultura, subordinados diretamente ao Ministro de Estado, os seguintes órgãos:

I — Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agrônomicas, compreendendo:

- a) a atual de Agronomia, da D. E. A., do D. N. P. V.;
- b) atual Instituto Química Agrícola, do D. N. P. V.;
- c) Instituto de Ecologia Agrícola, atual Instituto Federal de Ecologia Agrícola;
- d) Instituto de Experimentação Agrícola, integrado pelas atuais secções de experimentação dos serviços de Fomento da Produção Vegetal, de Plantas Têxteis, de Fruticultura e de Café, do D. N. P. V., bem como pelas estações e campos experimentais dos referidos serviços e parte do atual IBV, do D. N. P. V.

II — Serviço de Publicidade Agrícola, compreendendo as secções existentes relativas a publicidade.

III — Serviço de Economia Rural, compreendendo a atual Diretoria de Organização e Defesa da Produção, e as diversas secções de padronização e beneficiamento.

IV — Serviço Florestal, integrado pela atual Segunda Secção — Reflorestamento e Hortos Florestais, do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização, do D. N. P. V., e Jardim Botânico, do Instituto de Biologia Vegetal, do mesmo Departamento.

V — Serviço de Meteorologia, em que se transforma o atual Instituto de Meteorologia, do Departamento de Aeronáutica Civil, do Ministério da Viação e Obras Públicas.

VI — Departamento de Administração, constituído por:

- a) Divisão do Pessoal, atual Serviço do Pessoal;
- b) Divisão de Contabilidade, compreendendo as secções de exame e processo da receita e despesa, orçamento, fiscalização e escrituração, da atual Diretoria de Contabilidade;
- c) Divisão do Material, compreendendo a secção de material da atual Diretoria de Contabilidade e parte da Portaria da Secretaria de Estado;
- d) Divisão de Comunicações, compreendendo o Protocolo e parte da Portaria da Secretaria de Estado e o Arquivo subordinado à Diretoria de Contabilidade;
- e) Tesouraria, em que se transforma a Pagadoria da Diretoria de Contabilidade;
- f) Biblioteca, compreendendo todas as bibliotecas do Ministério da Agricultura.

Art. 2º. Fica criada, no Departamento Nacional da Produção Vegetal, a Divisão de Terras e Colonização, constituída pela atual Terceira Secção — Colonização, do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização, do aludido Departamento.

Art. 3º. O Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas tem por fim:

- a) ministrar o ensino agrícola;
- b) orientar, dirigir e coordenar todas as pesquisas que visem a individualização dos fatores naturais e artificiais da produção agrícola;
- c) aumentar e melhorar o rendimento das plantas cultivadas, modificando, no sentido positivo, o meio físico: clima e solo e criando, mediante seleção e cruzamento, os tipos das diferentes variedades de plantas cultivadas, particularmente adaptáveis às diferentes regiões.
- d) ordenar todos os fatores da produção agrícola, com o fim de adaptar a agricultura ao ambiente, aumentando e melhorando as colheitas.

Art. 4º. Ao Serviço de Publicidade Agrícola compete divulgar todas as atividades que interessem ao Ministério.

Art. 5º. O Serviço de Economia Rural e destina a:

- a) fomentar e fiscalizar o cooperativismo rural;
- b) difundir a prática da contabilidade agrícola;
- c) fazer a padronização dos preços agrícolas;
- d) promover a adoção de quaisquer outras medidas que visem a economia rural.

Art. 6º. Ao Departamento de Administração compete orientar e coordenar a ação dos diversos órgãos que o compõem, aos quais incumbe:

- a) à Divisão do Pessoal a coordenação sistemática dos assuntos relativos aos funcionários e extranumerários, bem como a execução e fiscalização das medidas de caráter administrativo, econômico e financeiro que a seu respeito forem adotadas;
- b) à Divisão de Contabilidade a contabilização das despesas do Ministério.
- c) à Divisão do Material executar ou fiscalizar a aquisição, registro, guarda e distribuição do material, bem como a limpeza e conservação dos edifícios;
- d) à Divisão de Comunicações o recebimento, distribuição, arquivo e expedição da correspondência;
- e) à Tesouraria efetuar e receber os pagamentos;
- f) à Biblioteca a aquisição, registro e guarda dos livros e publicações de interesse para o Ministério.

Art. 7º. O Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas será dirigido por um Diretor, padrão P, em comissão, escolhido entre pessoas reconhecidamente especializadas nos assuntos que constituem a finalidade do Centro.

§ 1º. Cada Instituto que compõe o Centro será dirigido por um Diretor, padrão N, em comissão.

§ 2º. A E. N. A. será dirigida, mediante designação do Presidente da República, por um Professor Catedrático, ao qual caberá a gratificação de função, anual, de 9:600\$000.

Art. 8º. O Serviço de Publicidade Agrícola será dirigido por um Diretor, padrão N, em comissão.

Art. 9º. Os Serviços de Economia Rural, Florestal, de Colonização e Terras e de Meteorologia serão dirigidos, cada um, por um Diretor, padrão O, em comissão.

Art. 10. O Departamento de Administração será dirigido por um Diretor, padrão P, em comissão, escolhido entre pessoas com reconhecida especialização em assuntos de administração pública.

Parágrafo único. As Divisões do Pessoal, de Contabilidade, do Material, de Comunicações e a Biblioteca serão dirigidas por fun-

cionários designados pelo Ministro de Estado, sendo atribuída a cada um dos tres primeiros a gratificação de função, anual, de 9:600\$, e, a cada um dos dois últimos, a de 6:000\$000.

CAPÍTULO II

DO REAJUSTAMENTO E RECONSTITUIÇÃO DE ÓRGÃOS JÁ EXISTENTES

Art. 11. Os Serviços do Departamento Nacional da Produção Animal passam a denominar-se Divisões.

Art. 12. A Escola Nacional de Veterinária, do D. N. P. A., subordinar-se-á diretamente ao Ministro de Estado.

Art. 13. Os Serviços de Fomento da Produção Mineral e de Águas, do Departamento Nacional da Produção Mineral, denominar-se-ão Divisões, e o Geológico e Mineralógico, do mesmo Departamento, Divisão de Geologia e Mineralogia.

Art. 14. A Divisão de Águas do D. N. P. M., fica incorporada a atual 1ª seção — Irrigação, do Serviço de Irrigação, Reflorestamento e Colonização, do D. N. P. V.

Art. 15. O D. N. P. V. fica constituído das Divisões de Fomento da Produção Vegetal, de Terras e Colonização e de Defesa Sanitária Vegetal.

§ 1º. A Divisão de Fomento da Produção Vegetal compreenderá, além de outras, as seções dos atuais Serviços de Fomento da Produção Vegetal, de Fruticultura de Plantas Têxteis e do Café, do D. N. P. V., que tratam de assuntos relativos a fomento agrícola.

§ 2º. A Divisão de Defesa Sanitária Vegetal é o atual Serviço de Defesa Sanitária Vegetal.

§ 3º. Os Chefes das seções de Café, Fruticultura e Plantas Têxteis, da Divisão de Fomento da Produção Vegetal, perceberão, cada um, a gratificação de função, anual, de 9:600\$000.

Art. 16. A atual Diretoria do Ensino Agrícola, do D. N. P. V., passa a denominar-se Superintendência do Ensino Agrícola, subordinada diretamente ao Ministro.

Parágrafo único. A Superintendência do Ensino Agrícola será dirigida por um Superintendente, Padrão N, em comissão.

Art. 17. O atual Gabinete de Arquitetura e Engenharia denominar-se-á Seção de Arquitetura e Engenharia, subordinada diretamente ao Ministro.

Art. 18. Passa ao Serviço de Estatística da Produção a atual Diretoria de Estatística da Produção.

CAPÍTULO III

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19. Deverão ser baixados, mediante decreto do Presidente da República, os Regimentos dos diversos órgãos do Ministério da Agricultura.

Art. 20. Os trabalhos do Ministério da Agricultura serão executados por funcionários, pertencentes a seu Quadro Único, e por pessoal extranumerário, admitido na forma da legislação em vigor.

Art. 21. As tabelas anexas a este decreto-lei substituem, na parte a que se referem, as do Quadro Único, do Ministério da Agricultura, e I, do Ministério da Viação e Obras Públicas, e, integralmente, as do Quadro V, deste Ministério, o qual fica, assim, suprimido.

Art. 22. Os Ministérios da Viação e Obras Públicas e da Agricultura providenciarão de modo que, na segunda quinzena do mês de dezembro do corrente ano, estejam escolhidos os funcionários que devam acompanhar os serviços meteorológicos, tendo em vista os cargos que passam a integrar o Quadro Único do Ministério da Agricultura.

Parágrafo único. A transferência se processará na conformidade do art. 20, § 1º, do Regulamento de Promoções.

Art. 23. Até 31 de dezembro do corrente ano, não será declarada a extinção de cargos considerados excedentes nas tabelas que acompanham este decreto-lei.

Parágrafo único. Os decretos de extinção dos excedentes a que se refere este artigo serão expedidos após 1º de janeiro de 1939, e produzirão efeito, para o fim do artigo 9º, inciso III, do regulamento expedido com o decreto n. 2.290, de 28 de janeiro de 1938, a contar da data da vacância do excedente.

Art. 24. O Ministro deverá despachar diretamente com os respectivos Diretores todos os papéis em que tenha que opinar ou decidir.

Art. 25. O presente decreto-lei entrará em vigor em 1 de janeiro de 1939.

Art. 26. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

Ministério da Agricultura

QUADRO ÚNICO

CARGOS EM COMISSÃO

Situação antiga						Situação nova					
N. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	N. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
1	Diretor Geral (Dep. Nac. Prod. Animal).....	P	—	—	Único (Agric.)	1	Diretor Geral (Dep. Nac. Prod. Animal).....	R	—	—	—
1	Idem (Dep. Nac. Prod. Mineral).....	P	—	—	Único (Agric.)	1	Idem (Dep. Nac. Prod. Mineral).....	R	—	—	—
1	Idem (Dep. Nac. Prod. Vegetal).....	P	—	—	Único (Agric.)	1	Idem (Dep. Nac. Prod. Vegetal).....	R	—	—	—
1	Diretor (Dir. Contabilidade).....	N	—	—	Único (Agric.)	—	—	—	—	Extinto
1	Idem (Serviço Pessoal).....	N	—	—	Único (Agric.)	—	—	—	—	Extinto
—	—	—	—	—	1	Diretor Geral (Centro Pesq. Agron.).....	P	—	—	Criado
—	—	—	—	—	1	Idem (Dep. de Administração).....	P	—	—	Criado
1	Diretor (Inst. Biol. Animal).....	N	—	—	Único (Agric.)	1	Diretor (Inst. Biologia Animal).....	O	—	—	—
1	Idem (Serv. Fom. Prod. Animal).....	N	—	—	Único (Agric.)	1	Idem (Divis. Fom. Prod. Animal).....	O	—	—	—
1	Idem (Serv. Insp. Prod. Orig. An.).....	N	—	—	Único (Agric.)	1	Idem (Divis. Insp. Prod. Orig. An.).....	O	—	—	—
1	Idem (Serv. Det. San. Animal).....	N	—	—	Único (Agric.)	1	Idem (Divis. Det. Sanit. Animal).....	O	—	—	—
1	Idem (Serv. Caca e Pesca).....	N	—	—	Único (Agric.)	1	Idem (Divis. Caca e Pesca).....	O	—	—	—
1	Idem (Lab. Cent. Prod. Mineral).....	N	—	—	Único (Agric.)	1	Idem (Lab. Cent. Prod. Mineral).....	O	—	—	—
1	Idem (Serv. Águas).....	N	—	—	Único (Agric.)	1	Idem (Divis. Águas).....	O	—	—	—
1	Idem (Serv. Geol. e Miner.).....	N	—	—	Único (Agric.)	1	Idem (Divis. Geol. e Min.).....	O	—	—	Criado
1	Idem (Serv. Fom. Prod. Min.).....	N	—	—	Único (Agric.)	1	Idem (Divis. Fom. Prod. Min.).....	O	—	—	—
1	Idem (Serv. Det. San. Vegetal).....	N	—	—	Único (Agric.)	1	Idem (Divis. Det. San. Vegetal).....	O	—	—	—
1	Idem (Serv. Fom. Prod. Vegetal).....	N	—	—	Único (Agric.)	1	Idem (Divis. Fom. Prod. Vegetal).....	O	—	—	—
—	—	—	—	—	1	Idem (Divis. e Terras Col.).....	O	—	—	Criado *
1	Diretor (Serv. Fruticultura).....	N	—	—	Único (Agric.)	—	—	—	—	Extinto.
1	Idem (Serv. Plantas Têxteis).....	N	—	—	Único (Agric.)	—	—	—	—	Idem.
1	Idem (Serv. Tec. do Café).....	N	—	—	Único (Agric.)	—	—	—	—	Idem.
1	Idem (Serv. Irrig. Reil. e Colom.).....	N	—	—	Único (Agric.)	1	Diretor (Serv. Economia Rural).....	O	—	—	—
1	Diretor (Dir. Org. Det. Produção).....	N	—	—	Único (Agric.)	1	Idem (Serv. Floresta).....	O	—	—	Criado.
—	—	—	—	—	1	Idem (Serv. Meteorologia).....	O	—	—	Idem.
—	—	—	—	—	1	Idem (Serv. Public. Agrícola).....	N	—	—	Idem.
1	Diretor (Inst. Biol. Vegetal).....	N	—	—	Único (Agric.)	1	Idem (Inst. Exp. Agrícola).....	N	—	—	—
1	Diretor (Inst. Química Agric.).....	N	—	—	Único (Agric.)	1	Idem (Inst. Química Agric.).....	N	—	—	—
—	—	—	—	—	1	Diretor (Inst. Ecologia Agric.).....	N	—	—	Criado.
1	Diretor (Dir. Ensino Agrícola).....	N	—	—	Único (Agric.)	1	Superinten. (Sup. Ensino Agrícola).....	N	—	—	—
1	Diretor (Dir. Est. Produção).....	N	—	—	Único (Agric.)	1	Diretor (Serv. Est. Produção).....	N	—	—	—
1	Inspeção Geral (Serv. Tec. Café).....	M	—	—	Único (Agric.)	2	Ajudante de pagador.....	—	—	—	Extinto.
2	Ajudante de pagador.....	H	—	—	Único (Agric.)	8	Assistente (Esc. Nac. Veterinária).....	H	—	—	—
8	Assistente (Esc. Nac. Veterinária).....	H	—	—	Único (Agric.)	—	Idem (Esc. Nac. Agronomia).....	H	—	—	—
16	Idem (Esc. Nac. Agronomia).....	H	—	—	Único (Agric.)	16	H	—	—	—
—	(*) Extinto quando vaga.	—	—	—	—	—	—	—	—	—

CARREIRAS PERMANENTES

Situação antiga						Situação nova					
N. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	N. de Cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
1 8 12 20 33	ALMOXARIFE	1 1 H G F E	1 2 3	— — 1 — 5	1 — Vição U'nico — Agric. U'nico — Agric. U'nico — Agric. U'nico — Agric.	1 8 12 20 33	ALMOXARIFE	1 1 H G F E	1 2 3	— — 1 — 5	Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes, aproveitada a dotação dos já extintos.
1 2 2 1 2 2	BIBLIOTECÁRIO	1 1 H H G F E	— 3 — 1	— — — — 1	U'nico — Agric. U'nico — Agric. U'nico — Agric. 1 — Vição U'nico — Agric. U'nico — Agric. U'nico — Agric.	1 2 2 2 3	BIBLIOTECÁRIO	1 1 H G F E	— 4 — 1	— — — — 2	Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes, aproveitada a dotação dos já extintos.
10 3 12 4 5 14 7 8	CALCULISTA	G G F F F E E	1 1 — — — — —	— 3 1 1 1 —	1 — Vição V — Vição 1 — Vição U'nico — Agric. 1 — Vição V — Vição U'nico — Agric.	13 21 29	CALCULISTA	G F F E	2 — 4	— 4 1	Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes, aproveitada a dotação dos já extintos.
20 1 30 1 45 2 65	DACTILOGRAFO	G G G F F F E D D	3 1 2 95 — — —	— — — 1 45 2 51	1 — Vição V — Vição U'nico — Agric. V — Vição U'nico — Agric. V — Vição U'nico — Agric.	22 32 46 67	DACTILOGRAFO	G F F E D	2 96 — —	— — 46 53	Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes, aproveitada a dotação dos já extintos.

Situação antiga						Situação nova					
N. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	N. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
2 5 6 6 1 6 1 —	DESENHISTA	K J I H H G G F	— 7 — 2 — — — 1	— — — — 5 — —	Único — Agric. Único — Agric. Único — Agric. Único — Agric. Único — Agric. Único — Agric. Único — Agric.	2 5 0 7 7 —	DESENHISTA	K J I H H G G F	— 7 — 2 — — — 1	— — — — 5 —	Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes, aproveitados a dotação dos já extintos.
1 1 2 2 3 5	ENGENHEIRO (D. A. C.)	N M L K I	— — — — 1	— — — — —	I — Vição I — Vição I — Vição I — Vição I — Vição	1 1 2 2 5	ENGENHEIRO METEOROLOGISTA	N M L K I	— — — — 1	— — — — —	
26 3 28 6 30	ESCRITURÁRIO	G F F E E	45 — — — —	— — 24 — 20	Único — Agric. I — Vição Único — Agric. I — Vição Único — Agric.	26 31 36	ESCRITURÁRIO	G F F E E	45 — — — —	— 24 — 20	Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes, aproveitados a dotação dos já extintos.
1 4 1 5 3 6 9 14 10	METEOROLOGISTA	L K K K I I I H H	— 2 — — — — 1 2 —	— — — 2 — — — 4	I — Vição I — Vição V — Vição I — Vição V — Vição I — Vição V — Vição I — Vição V — Vição	2 5 8 15 23	METEOROLOGISTA	L K K I I H	— 2 — — — — — 1	1 — — 2 — — — 1	Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes, aproveitados a dotação dos já extintos.
Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes, aproveitados a dotação dos já extintos.											

Situação antiga						Situação nova					
N.º de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	N.º de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
1 1 2 8 11 21 21 21	OBSERVADOR METEOROLÓGICO	I I H G F E D C	— — — 12 — — — —	— — — — 11 — — 1	1 — Vição Idem Idem Idem Idem Idem Idem Idem	1 1 2 8 11 14 18 23	OBSERVADOR METEOROLÓGICO	I I H G F E D C	— — — 12 — 7 3 —	— — — — 11 — — 3	Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.
Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.											
8 22 1 34	OFICIAL ADMINISTRATIVO	L K K I	— — — —	— — — —	U'nico — Agric.) U'nico — Agric.) I — Vição U'nico Agric.)	8 23 35	OFICIAL ADMINISTRATIVO	L K K I	— 1 — —	— — — 1	a ser preenchido quando se extinguir o excedente.
44 3 54 5		I I H H	— — — —	— — — —	U'nico — Agric.) I — Vição U'nico — Agric.) I — Vição	47 59		I I H H	— — — —	— — — —	
25 3 40 1 65 2 1 90 1 1	SERVENTE	E E D D D C C C B B A	7 — — — 85 — — — —	— — 28 — — — — 70 — — 1	U'nico — Agric.) I — Vição U'nico — Agric.) I — Vição U'nico — Agric.) I — Vição U'nico — Agric.) V — Vição U'nico — Agric.) V — Vição V — Vição	23 42 68 92	SERVENTE	E D D C C C B B A	8 — — 85 — — — — —	— 29 — 71 —	Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes, aprovada a dotação dos já extintos.

Situação antiga						Situação nova			
N. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	N. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Observações
1 3 1 1 1 1	MECÂNICO	H G G F E	— 1 — — —	— — 1 — —	Único — Agric. Único — Agric. — Vição — Vição — Vição V — Vição	1 5 — 2	MECÂNICO	H G — E	Carreira extinta. Feitas as promoções, serão suprimidos os cargos de menor vencimento. Para exercer essas funções o Governo admitirá, oportunamente, extranumerários, na forma da legislação que vigorar.
1 1	MECÂNICO METEOROLOGISTA	J I	— —	— —	I — Vição I — Vição	1 1	MECÂNICO METEOROLOGISTA	J I	Carreira extinta. Feita a promoção, será suprimido o cargo de menor vencimento. Para exercer essas funções o Governo admitirá, oportunamente, extranumerários, na forma da legislação que vigorar.
1	Secretário — Instituto Regional do Nordeste (extinto, quando vagar).....	K	—	—	I — Vição	1	Secretário	K	Extinto, quando vagar.
1	Chefe de Portaria — Departamento de Aeronáutica Civil (extinto, quando vagar).....	G	—	—	I — Vição	1	Chefe de portaria.....	G	Extinto, quando vagar.
1	Chefe de Divisão — 6:000\$, anuais (gratificação de função).....	—	—	—	I — Vição	—	—	—	Extinta.

CARREIRAS E CARGOS EXTINTOS

Situação antiga					Situação nova			
Carreira ou cargos	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	N. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Observações
CARPINTEIRO	—	—	—	1 — Viagem	—	—	—	Incorporado ao Quadro único do Ministério da Agricultura.
MARCENEIRO	—	—	—	1 — Viagem	—	—	—	Incorporado ao Quadro único do Ministério da Agricultura.
MECÂNICO	—	—	—	1 — Viagem	—	—	—	Incorporado ao Quadro único do Ministério da Agricultura.
MECÂNICO METEOROLOGISTA	—	—	—	1 — Viagem	—	—	—	Incorporado ao Quadro único do Ministério da Agricultura.
SECRETÁRIO (INST. REG. NORDESTE)	—	—	—	1 — Viagem	—	—	—	Incorporado ao Quadro único do Ministério da Agricultura.
CHEFE DE PORTARIA (DEP. AER. CIVIL)	—	—	—	1 — Viagem	—	—	—	Incorporado ao Quadro único do Ministério da Agricultura.
Chefe de Divisão — 6:000\$, anuais (gratificação de função	—	—	—	1 — Viagem	—	—	—	Incorporado ao Quadro único do Ministério da Agricultura.

Quadro V foi incorporado ao Quadro único do Ministério da Agricultura.
retos-leis de 1938 — Vol. IV — Pág. 330 — 9 —

Ministério da Viação e Obras Públicas

QUADRO I

CARREIRAS PERMANENTES

Situação antiga						Situação nova					
N. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	N. de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
3 5 9 —	ALMOXARIFE	1 H G F	2 — 3	— 3 2	1 1 1 1	2 5 9 —	ALMOXARIFE	1 H G F	2 — 3	— 3 2	1 incorporado ao Quadro único do Ministério da Agricultura.
	Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.						Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.				
1 1	BIBLIOTECÁRIO	1 H	—	—	1 1	1 —	BIBLIOTECÁRIO	1 —	—	—	Incorporado ao Quadro único do Ministério da Agricultura.
	CALCULISTA						—	—	—	—	Incorporado ao Quadro único do Ministério da Agricultura.
18 19 22 26	DACTILÓGRAFO	G F E D	29 11 —	— — 20	1 1 1 1	18 19 21 24	DACTILÓGRAFO	G F E D	26 11 —	— — 19	3 incorporados ao Quadro único do Ministério da Agricultura.
	Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.						Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.				
5 10 11	DESENHISTA	1 H	— 5	— —	1 1 1	5 10 10	DESENHISTA	1 H	— 5	— —	1 incorporado ao Quadro único do Ministério da Agricultura.
12	Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.	G	—	3	1	11	Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.	G	—	3	Idem

Situação antiga						Situação nova					
N.º de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Quadro	N.º de cargos	Carreira ou cargo	Classe ou padrão	Excedentes	Vagos	Observações
3	ENGENHEIRO (D. A. C.)	N	—	—	1	2	ENGENHEIRO (D. A. C.)	N	—	—	1 Incorporado ao Quadro único do Ministério da Agricultura. Idem. 2 Incorporados ao Quadro único do Ministério da Agricultura. Idem. 5 e 1 ex., incorporados ao Quadro único do Ministério da Agricultura.
4		M	—	—	1	3		M	—	1	
4		L	—	—	1	3		L	—	—	
6		K	—	—	1	4		K	1	—	
12		J	—	—	1	6	O cargo vago da classe L, será preenchido quando se extinguir o excedente da Classe J.				
51	ESCRITURÁRIO	G	39	—	1	47	ESCRITURÁRIO	G	43	—	3 Incorporados ao Quadro único do Ministério da Agricultura. 6 Idem.
51		F	—	6	1	48		F	—	6	
52	Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.	E	—	33	1	50	Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.	E	—	37	
11	OFICIAL ADMINISTRATIVO	L	—	—	1	10	OFICIAL ADMINISTRATIVO	L	—	—	1 Incorporado ao Quadro único do Ministério da Agricultura. 3 Idem. 5 Idem.
27		K	—	—	1	26		K	—	—	
43		J	—	—	1	43		J	—	—	
66		H	—	9	1	63		H	—	9	
73	Os cargos vagos serão preenchidos com a dotação dos excedentes já extintos nesta carreira.					70	Os cargos vagos serão preenchidos com a dotação dos excedentes já extintos nesta carreira.				
25	SERVENTE	E	30	—	1	22	SERVENTE	E	34	—	3 e 1 ex., incorporados ao Quadro único do Ministério da Agricultura. 1 Incorporado ao Quadro único do Ministério da Agricultura. 2 Idem.
30		D	23	—	1	29		D	23	—	
31		C	—	22	1	31		C	—	22	
36		B	—	36	1	36		B	—	36	
	Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.						Os cargos vagos serão preenchidos à medida que se extinguirem os excedentes.				

DECRETO-LEI N. 983 — DE 23 DEZEMBRO DE 1938

Prorroga o prazo de ocupação de trechos da Rede de Viação Paraná Santa Catarina

O Presidente da República, usando das atribuições que 'he conferem os arts. 74 e 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado, a partir de 1 de julho de 1934 e até ulterior deliberação do Governo, de acordo com as cláusulas 37 e 27, respectivamente, dos contratos a que se referem os decretos 11.905, de 19 de janeiro de 1916 e 16.259, de 12 de dezembro de 1923, celebrados com a Companhia Estrada de Ferro São Paulo — Rio Grande, o prazo que vigorou até 30 de junho de 1934, *ex-vi* do decreto número 23.660, de 28 de dezembro de 1933, de ocupação dos trechos de Itararé a Marcelino Ramos — da linha Itararé — Rio Uruguai e o de Hansa a São Francisco, da linha de São Francisco; observadas as instruções baixadas com o decreto 19.601, de 19 de janeiro de 1931.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 23 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

DECRETO-LEI N. 984 — NÃO FOI PUBLICADO.

DECRETO-LEI N. 985 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1938

Autoriza o Diretor da Imprensa Nacional a efetuar permuta de máquinas com a firma V. Lambert & Comp., e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica o Diretor da Imprensa Nacional autorizado a realizar com a firma V. Lambert & Comp. a permuta de máquinas inservíveis naquela Repartição pelas constantes da proposta da referida firma na forma dos arts. 2º e 3º.

Art. 2º. A Imprensa Nacional cederá à firma V. Lambert & Comp., ao preço de trezentos e noventa e um contos e trezentos mil réis (391:300\$), as seguintes máquinas:

- Duas (2) máquinas de fundição, com o respectivo balancim;
- Duas (2) máquinas de numerar;
- Uma (1) guilhotina;
- Tres (3) prensas;
- Duas (2) máquinas de ilhoses;
- Quatro (4) impressoras Phoenix;
- Dois (2) prelos para provas "Bogenforst";
- Quatro (4) máquinas de um (1) cilindro "Joanisberg";

Seis (6) máquinas universal AA, "Albert Frankental";
 Cinco (5) máquinas de 2 cilindros "Marinoni";
 Seis (6) máquinas tipo verticais "Work-Planeta";
 Uma (1) rotativa pequena "Marinoni" 1904;
 Uma (1) máquina litográfica "Grand Aigle-Marinoni";
 Uma (1) máquina de cortar cantos "Wansfeld";
 Um (1) lote de motores danificados e reostatos danificados.

Art. 3º. Em compensação a firma V. Lambert & Comp. fornecerá à Imprensa Nacional, pelo preço de quatrocentos e quatorze contos e quinhentos mil réis (414:500\$), as seguintes máquinas, que serão postas no local, funcionando, com a garantia de tres anos:

Duas (2) máquinas tipográficas de dupla revolução, automáticas de fabricação "Marinoni-Ed. Lambert", Paris, novas, com os seguintes característicos:
 Formato 56 x 76 cms.;
 Com tres (3) rolos tocadores;
 Margeador automático;
 Retificadores micrométricos;
 Contador de folhas;
 Acertador automático de folhas;
 "Taquets" de margem, etc.;
 Equipamento elétrico;
 Velocidade 3.300 exemplares por hora;
 Dimensões 2,75 x 1,80 cms.;
 Força motriz de 4 HP.;
 Peso 4.000 quilos.

Um (1) prelo automático "Hunter Penrose Ltd", novo, com os seguintes característicos:

Formato 72 x 35 cms.;
 Com quatro (4) rolos impressores;
 Mesa de tinta;
 Com motor elétrico.

Uma (1) máquina de costurar livros "Nartini" — Suíça, nova, modelo ACME II, com o sistema de agulha patenteado, formato 28 x 42 cms., cosendo com linha e também com tela e cadaço, de grande simplicidade e variação ilimitada de pontos de costura e mudança rápida de formato;

Produção 4.200 costuras por hora;
 Com seu motor de 1/5 HP. e todos os pertences.

Uma (1) dobradeira "Spiess" nova, de fabricação "Georg Spiess" — Lipsia, inteiramente automática, último modelo, com os seguintes característicos:
 Formato 56 x 76 cms.

- 1º. Bolsas patenteadas que têm a propriedade de evitar as falsas dobras e a maculagem das impressões ainda frescas e assegura, assim, um aumento de rendimento e segurança da máquina;
- 2º. Mesa patenteada de direção das folhas com pequenas roldanas em forma de escova;
- 3º. Saída envezada patenteada de reduzido espaço;
- 4º. Margeador automático "Sang Rotary" a sucção, de pilha redonda, com bomba rotativa e seu motor diretamente acoplado.

Força motriz 2 e 1/2 HP.

Um (1) molde plano "Hunter Penrose Ltd", novo, marca "Extra Heavy" para estereotipia plana, com os seguintes característicos:

Formato 375 x 500 mms.

Dimensões 0,750 x 1,125 mms.

Uma (1) máquina de alcear livros "Brehmer" ou similar, com 12 estações, nova, de último modelo.

Dois (2) aparelhos de costura:

Velocidade de 60 a 125 operações por minuto;

Força motriz 3 HP.

Uma (1) máquina de capear livros, automática, nova, fabricação J. & J. Ledeuil — Paris — tipo "Super Roman" patenteado, com margeador, sucçores e dispositivo de colagem dos lados dos livros, com os seguintes característicos:

Formato — altura máxima 295 mms.;

altura mínima 160 mms.;

espessura máxima 34 mms.;

espessura mínima 4 mms.;

Produção 2.600 exemplares por hora;

Dimensões 2m x 2,60 cms.;

Peso aproximado 1.700 quilos;

Força motriz 2 HP.

Duas (2) caldeiras para fundição de metal, capacidade de 300 quilos, aquecimento a gás.

Art. 4º. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de vinte e tres contos e duzentos mil réis (23:200\$) para ocorrer ao pagamento (Material) à firma V. Lambert & Comp. da diferença verificada no fornecimento de máquinas de que tratam os artigos precedentes.

Art. 5º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 986 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1938

Dispõe sobre a organização do Ministério Público Federal

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

DA ORGANIZAÇÃO

Art. 1º O Ministério Público Federal será exercido:

I — Pelo Procurador Geral da República;

II — Pelos Procuradores Regionais da República;

III — Pelo Procurador da Propriedade Industrial;

IV — Pelos Procuradores Adjuntos;

V — Pelos Promotores de Justiça dos Estados e do Território do Acre, quando representarem em juízo a Fazenda Federal.

Art. 2.º Os membros efetivos do Ministério Público Federal serão nomeados pelo Presidente da República. O Procurador Geral exercerá o cargo em comissão, devendo a escolha recair em pessoa que reúna os requisitos exigidos para Ministro do Supremo Tribunal Federal, e os Procuradores Regionais, o Procurador da Propriedade Industrial e os Procuradores Adjuntos, em caráter efetivo, escolhidos entre os bachareis em direito com cinco anos, pelo menos, de prática forense.

Art. 3.º Cada Estado da Federação, o Território do Acre e o Distrito Federal constituir-se-á numa Região, onde terá exercício, pelo menos, um Procurador Regional.

Art. 4.º Um Procurador Regional e dois dentre os Procuradores Adjuntos poderão ter exercício junto ao Procurador Geral, por designação deste.

Art. 5.º Os membros efetivos do Ministério Público Federal terão as garantias e vantagens que a Constituição assegura aos demais funcionários.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 6.º O Procurador Geral funcionará junto ao Supremo Tribunal Federal. Como Chefe do Ministério Público Federal representa, perante a administração e a justiça nacional, os direitos e interesses da União.

Art. 7.º São atribuições do Procurador Geral:

I — Velar no que couber pela execução da Constituição, leis, decretos, regulamentos e tratados federais;

II — Exercer a ação pública e promovê-la até final em todas as causas da competência do Supremo Tribunal Federal;

III — Comunicar ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, para os fins do art. 96, parágrafo único, da Constituição, a declaração de inconstitucionalidade de lei proferida pelo Supremo Tribunal Federal;

IV — Pronunciar-se sobre a conveniência, oportunidade ou legalidade da intervenção federal, no caso do art. 9º, letra f, da Constituição; sobre os pedidos de pagamento, na forma do art. 95, parágrafo único, da Constituição;

V — Pronunciar-se sobre os litígios que se processarem no Supremo Tribunal Federal entre nações estrangeiras e a União ou os Estados;

VI — Prover as causas que a União haja de propor contra o Governo ou a Fazenda Pública de qualquer dos Estados, ou do Distrito Federal e defender os direitos da União nas que lhe mover qualquer dos seus membros;

VII — Suscitar, nos casos submetidos ao seu conhecimento, os conflitos entre o Governo da União e o dos Estados;

VIII — Intervir, oralmente e sem limitação de prazo, após a defesa da parte ou o relatório do feito, além do pronunciamento por escrito mediante vista dos autos nos casos previstos em lei, na discussão de quaisquer processos ou causas, criminais ou civis, julgados originariamente ou em grau de recurso pelo Supremo Tribunal Federal;

IX — Oficiar, mediante vista dos autos, nas causas em que a União ou pessoas incapazes figurarem como autores, reus, assistentes ou oponentes; nas questões referentes ao estado de pessoa; nos pedidos

de extradição, de homologação de sentença estrangeira e de "exequatur"; nos recursos extraordinários, e nos conflitos de jurisdição;

X — Requisitar da autoridade competente as diligências, certidões e quaisquer esclarecimentos necessários para o regular desempenho de suas funções;

XI — Dar posse a membros do Ministério Público e providenciar sobre a sua substituição, na forma da lei;

XII — Conceder licença até um ano e férias aos membros e funcionários do Ministério Público Federal;

XIII — Apresentar ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores, até quinze de fevereiro, relatório das atividades do Ministério Público Federal durante o ano anterior;

XIV — Ministar instruções e conselhos aos membros do Ministério Público Federal e resolver consultas destes sobre o exercício de suas funções e dúvidas concernentes ao serviço.

Art. 8º. Os Procuradores Regionais, como advogados da União, defenderão os seus interesses perante a Justiça dos Estados, do Distrito Federal e do Território do Acre, servindo nos feitos mediante distribuição, quando forem mais de um na Região.

Art. 9º. São atribuições dos Procuradores Regionais:

I — Propor quaisquer ações e requerer as diligências que se tornarem necessárias à defesa dos interesses da União e seguir-lhes os termos, na forma da lei;

II — Intervir como assistente ou oponente e requerer, quando conveniente, o seu desforamento para a comarca da Capital do Estado, nas causas propostas perante outros juizes;

III — Promover desapropriações por necessidade ou utilidade pública federal, incorporação de bens aos próprios nacionais, e arrematações de objetos depositados nos cofres públicos, quando não forem levantados dentro do prazo de cinco dias, si a isso não se opuserem as partes interessadas;

IV — Suscitar conflitos de jurisdição;

V — Oficiar mediante vista dos autos em mandados de segurança requeridos contra autoridade federal ou autarquias criadas pela União;

VI — Interpor recursos extraordinários, nas causas em que o interesse da União lhe não destine a posição de autora ou ré, assistente ou oponente;

VII — Funcionar nos processos de especialização de hipoteca de imóveis dados em fiança pelos exatores da Fazenda Nacional;

VIII — Assistir e oficiar nas habilitações e justificações em matéria civil de sua atribuição, ou para o efeito de naturalização, no fóro do Distrito Federal, das capitais dos Estados e do Território do Acre;

IX — Oficiar no cumprimento de cartas precatórias e rogatórias;

X — Interpor e arrazoar os recursos legais das decisões e sentenças proferidas nos processos cíveis ou administrativos em que devam funcionar;

XI — Promover a execução de sentenças favoráveis à União;

XII — Funcionar na Junta de Sorteio Militar, no Conselho Penitenciário e em comissões que a lei estabelecer ou o Procurador Geral designar;

XIII — Dirigir-se diretamente aos representantes da administração pública federal, estadual ou municipal, bem como às entidades públicas, requisitando documentos, esclarecimentos, ou quaisquer outras providências necessárias à defesa dos direitos e interesses da União;

XIV — Representar às autoridades superiores contra atos das inferiores que forem ofensivos à Constituição, a lei ou tratado federal, ou que redundem em oposição a sentença ou denegação de seu cumprimento; comunicar ao Procurador Geral todos os atos dessa natureza de que tiver conhecimento e as providências tomadas;

XV — Cumprir as determinações do Procurador Geral relativas ao exercício de suas funções e remeter-lhe, até quinze de janeiro de cada ano, relatório circunstanciado de todo o serviço da Região, dando notícia da situação dos feitos e dos resultados do serviço.

Parágrafo único. O Procurador Regional designado na forma do art. 4º terá as atribuições que lhe forem delegadas, e os pareceres que elaborar serão contra-assinados pelo Procurador Geral.

Art. 10. São atribuições do Procurador da Propriedade Industrial:

I — Representar a União, no Distrito Federal, nas ações que se referirem a nulidade e caducidade de patentes de invenção, modelos de utilidade, desenhos e modelos industriais e marcas de indústria e de comércio;

II — Prestar ao Procurador Geral e aos representantes da União, nos Estados, as informações necessárias à sua defesa nas ações a que se refere o item anterior.

Parágrafo único. As funções do Procurador da Propriedade Industrial no Ministério Público não importam dispensa de outras que lhe sejam cometidas por lei.

Art. 11. São atribuições dos Procuradores Adjuntos:

I — Funcionar, por delegação dos Procuradores Regionais, nas causas em que a União for autora, ré, assistente ou oponente;

II — Promover o andamento das ações para a cobrança da dívida ativa da União;

III — Assistir a provas, vistorias, arbitramentos, exames e inquirições que se fizerem no curso das causas, e nesses atos requerer tudo quanto for necessário;

IV — Distribuir os mandados para cobrança judicial da dívida ativa aos oficiais de justiça;

V — Rubricar as guias expedidas pelos cartórios para recolhimento aos cofres públicos das dívidas cobradas em juízo.

Parágrafo único. O Procurador Adjunto, designado na forma do art. 4º, se encarregará do andamento e da baixa dos feitos em que a União seja interessada, submetidos a decisão do Supremo Tribunal Federal.

Art. 12. Os Promotores de Justiça terão, relativamente a cada processo a seu cargo, as atribuições conferidas aos Procuradores Regionais.

§ 1.º Nas comarcas onde houver mais de um Promotor de Justiça a cobrança da dívida ativa da União se fará por intermédio do titular privativo, onde houver, ou por distribuição, em caso contrário.

§ 2.º Os Promotores de Justiça não podem delegar as funções de membros do Ministério Público Federal.

Dos impedimentos

Art. 13. Os membros do Ministério Público Federal, sob pena de perda do cargo, são proibidos de:

a) requerer, advogar ou aconselhar contra qualquer pessoa jurídica pública, salvo em defesa da União;

b) exercer procuratórios perante qualquer repartição pública federal, estadual ou municipal, ou advocacia em favor de concessionários de serviço público;

c) contratar com os governos federal, estadual ou municipal, direta ou indiretamente, por si ou como representantes de outrem; dirigir bancos, companhias, empresas ou estabelecimentos, sejam ou não subvencionados; requerer ou promover a concessão de privilégios, garantia de juros ou outros favores semelhantes, exceto o privilégio de invenção própria.

Parágrafo único. Os promotores de Justiça dos Estados e do Território do Acre, quando representarem em juízo a Fazenda Federal, não poderão, por qualquer forma, pleitear, aconselhar ou advogar contra a União.

Art. 14. Os membros do Ministério Público Federal deverão dar-se por suspeitos, e si não o fizerem, poderão como tal ser recusados por qualquer parte, nos casos seguintes:

1º, si com a parte ou seu procurador tiverem parentesco, direto ou afim, em qualquer grau, e colateral até o 3.º grau, inclusive;

2º, si forem credor ou devedor, tutor, curador, amigo íntimo, ou inimigo capital de alguma das partes;

3º, si por qualquer modo forem interessados na causa;

4º, si tiverem intervindo na causa como advogados ou árbitros, ou houverem aconselhado alguma das partes sobre o seu objeto.

§ 1.º A suspeição não será admitida quando a parte a provocar.

§ 2.º Não obstante as razões de suspeição de que tratam os números anteriores, o representante da União requererá as primeiras citações e proporá as causas em juízo, si da demora puder advir prejuízo àquela; e se dará por impedido para o seu seguimento.

Art. 15. Nas licenças ou ausências prolongadas ou férias os membros do Ministério Público Federal serão substituídos, de preferência, por Procurador Regional ou Adjunto.

§ 1.º Nos impedimentos ocasionais os Procuradores Regionais se substituirão mutuamente, e os Procuradores Adjuntos igualmente se substituirão uns aos outros.

§ 2.º Onde houver um só Procurador Regional os Promotores de Justiça da Capital o substituirão, na ordem da numeração dos cargos, nos impedimentos ocasionais, e, nas licenças e férias, enquanto o Governo Federal não designar outro substituto.

Art. 16. Os membros do Ministério Público ficam sujeitos às seguintes penas disciplinares, conforme a natureza da falta praticada no exercício de suas funções:

I, advertência particular;

II, censura por portaria reservada ou publicada no "Diário da Justiça";

III, dispensa das interinidades e comissionamentos;

IV, suspensão com perda total dos vencimentos.

Parágrafo único. As penas disciplinares serão impostas pelo Procurador Geral, mas para a aplicação da penalidade do inciso IV faz-se necessário processo sumário em que se consigne a falta e a defesa do funcionário.

Art. 17. As penalidades previstas no artigo anterior não excluem a demissão, de acordo com a legislação em vigor. O processo administrativo a que se refere a letra c do art. 156 da Constituição será presidido pelo Procurador Geral.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. A União será citada, inicialmente, na pessoa do Procurador Geral, quando a causa for de competência originária do Supremo Tribunal Federal e, nas demais, na pessoa dos Procuradores Regionais.

Art. 19. Os membros do Ministério Público são responsáveis solidariamente com a Fazenda Nacional, por quaisquer prejuízos decorrentes de negligência, omissão ou abuso no exercício de suas funções.

Art. 20. Não podem os Procuradores transigir, comprometer-se, confessar, desistir ou fazer composições, a menos que estejam especialmente autorizados pelo Procurador Geral.

Parágrafo único. Sempre que os Procuradores julgarem conveniente, deverão representar confidencialmente ao Procurador Geral, para que este, opinando a respeito, obtenha do poder competente a necessária autorização para transigir, confessar, desistir ou fazer composições.

Art. 21. As férias dos membros efetivos do Ministério Público Federal serão de quarenta e cinco dias, por ano, e, quando possível, deverão ser contemporâneas das férias dos juizes ou tribunais perante os quais funcionarem.

Art. 22. A prisão ou detenção de membro do Ministério Público Federal, em qualquer circunstância, inclusive no estado de emergência ou no de guerra, será imediatamente comunicada ao Procurador Geral e ao Ministro da Justiça, pena de responsabilidade da autoridade que não o fizer.

Art. 23. Os Procuradores Regionais e Procuradores Adjuntos não poderão ausentar-se de sua Região sem licença do Procurador Geral.

Art. 24. Todas as causas em que a União for interessada serão obrigatoriamente fichadas ou registadas em livros próprios das Procuradorias Regionais, com as especificações do andamento das mesmas.

Art. 25. A cobrança da dívida ativa da União continuará a cargo dos Procuradores Regionais, nas Capitais dos Estados do Território do Acre e no Distrito Federal; quando a ação houver de ser proposta noutro fôro, será confiada aos Promotores de Justiça.

Art. 26. As certidões e outros documentos destinados à cobrança da dívida ativa, encaminhados aos Procuradores Regionais, serão distribuídos aos Promotores, imediatamente após o seu registro.

Art. 27. Os Promotores manterão constante contacto com os Procuradores Regionais, informando-os sobre o andamento dos feitos e consultando-os sobre o que julgarem conveniente.

Art. 28. Os Promotores de Justiça remeterão anualmente, até 3 de janeiro de cada ano, aos Procuradores Regionais, um relatório circunstanciado de suas atividades, como representantes da União.

Art. 29. Os Promotores de Justiça perceberão, da dívida ativa federal que ajuizarem e por seu intermédio for recebida, a seguinte percentagem:

- a) dez por cem até os primeiros cem contos de réis;
- b) cinco por cem sobre o que exceder de cem até quinhentos contos de réis;
- c) dois por cem sobre o que exceder de quinhentos até mil contos de réis;
- d) um por cem sobre o que exceder de mil contos de réis.

Art. 30. As percentagens só serão distribuídas depois de efetiva e definitivamente percebidas pela União as importâncias a que se referiram.

Art. 31. As percentagens que cabem aos Promotores pela cobrança da dívida ativa serão pagas pela coletorias federais locais, mediante folha organizada pelo escrivão e visada pelos Procuradores Regionais.

Parágrafo único. Si essa certidão não conferir com o que consta na respectiva Coletoria, o coletor federal suspenderá o pagamento e comunicará o fato ao Procurador Regional e às autoridades superiores.

Art. 32. O recolhimento da dívida cobrada se fará nas coletorias federais do interior, mediante guia do escrivão do feito, em quatro vias, uma das quais deverá ser remetida aos Procuradores Regionais logo após o recolhimento, para cancelamento da dívida.

Art. 33. Os Promotores de Justiça que mostrarem desídia ou descaso na defesa dos interesses da União, mediante representação fundamentada dos Procuradores Regionais, poderão ser dispensados das funções do Ministério Público Federal, por portaria do Procurador Geral, sem prejuízo de outras sanções em que incorrerem. No caso de dispensa, as causas a seu cargo serão confiadas ao Promotor da comarca mais próxima ou passarão diretamente aos Procuradores Regionais, si na comarca não houver outro promotor.

Art. 34. Os coletores federais no interior dos Estados comunicarão ao Procurador Regional qualquer irregularidade que ocorra no serviço de cobrança da dívida da União.

Art. 35. Os Procuradores Regionais representarão às autoridades competentes contra qualquer funcionário federal, estadual ou municipal, cuja atuação seja nociva aos interesses da União, podendo promover e acompanhar os processos criminais adequados à punição.

Art. 36. O Procurador Geral tem ampla franquia postal e telefônica; os Procuradores Regionais e Adjuntos, para todo o serviço de defesa dos interesses da União, e os Promotores de Justiça, para o que se relacione com a cobrança da sua dívida ativa.

Art. 37. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 987 — DE 27 DE DEZEMBRO DE 1938

Dispõe sobre contagem de tempo de serviço dos militares

O Presidente da República, no uso da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1.º O tempo que os militares passaram ou vierem a passar afastados de suas funções, em consequência de ferimentos recebidos em combate ou moléstia adquirida em campanha, deverá ser computado como se o oficial ou a praça o houvesse passado no exercício das funções que desempenhava no momento de ser afastado e na respectiva zona.

Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

Henrique A. Guilhem.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 988 — DE 28 DE DEZEMBRO DE 1938

Regula a aplicação do art. 149 da Constituição

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Aos brasileiros naturalizados que em 10 de novembro de 1937 estavam exercendo as atividades reservadas no art. 149 da Constituição aos brasileiros natos, fica marcado o prazo de 3 anos, a contar da data desta lei, para deixarem o seu exercício; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, em 28 de dezembro de 1938, 117^a da Independência e 50^a da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 989 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Trabalho, o crédito especial de 185:000\$0, para custeio do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.^o Fica aberto, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de cento e oitenta e cinco contos de réis (185:000\$), para despesas de instalação e manutenção do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, incluídos os compromissos já assumidos, sendo:

Pessoal	25:000\$0
Material	160:000\$0

Art. 2.^o O crédito de que trata o artigo antecedente, será distribuído ao Tesouro Nacional, ficando à disposição do Chefe do Serviço de Fiscalização do Comércio de Farinhas, condicionada, porém, a sua aplicação ao prévio recolhimento de igual quantia do adiantamento feito ao Agrônomo Cafeicultor L. Dr. Júlio César Covelo, por conta do crédito aberto pelo decreto-lei n. 368, de 11 de abril de 1938.

Art. 3.^o Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938, 117^a da Independência e 50^a da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 990 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de 1.320:641\$500, para indenização das benfeitorias existentes nos terrenos até então ocupados pelo Centro Hípico Brasileiro e Clube Esportivo de Equitação

O Presidente da República, tendo em vista o disposto no decreto-lei n. 866, de 17 de novembro de 1938, e usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito especial de mil, trezentos e vinte contos, seiscentos e quarenta e um mil e quinhentos réis (1.320:641\$500), para ocorrer à despesa (Serviços e Encargos) com a indenização das benfeitorias existentes nos terrenos até então ocupados pelo Centro Hípico Brasileiro, na Praia Vermelha, avaliadas em setecentos e trinta contos, quatrocentos e sessenta e um mil e quinhentos réis (730:461\$500) e pelo Clube Esportivo de Equitação, na Avenida Bartolomeu de Gusmão, avaliadas em quinhentos e noventa contos, cento e oitenta mil réis (590:180\$000).

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 991 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação, o crédito especial de 35:000\$000 para pagamento de prêmios de viagem a artistas brasileiros

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de trinta e cinco contos de réis (35:000\$000) para atender ao pagamento de prêmios (Serviços e Encargos) aos seguintes artistas brasileiros:

Joaquim da Rocha Ferreira

Diferença do prêmio de viagem à Europa, concedido em 1936	11:000\$0
<i>Euclides da Fonseca</i>	
Prêmio de viagem ao interior do país, concedido em 1936	24:000\$0
	<hr/> 35:000\$0 <hr/>

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETOS-LEIS

DECRETO-LEI N. 992 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 2:460\$000 para pagamento de diferença de vencimentos

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de dois contos, quatrocentos e sessenta mil réis (2:360\$000) para atender ao pagamento (Pessoal) da diferença de vencimentos que compete ao bacharel Bento Ribeiro, no período de 1 de janeiro de 1937 a 9 de janeiro de 1938, como escrivão da classe G, do Quadro II do referido Ministério.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 993 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de réis 1.100:000\$000 às verbas que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de mil e cem contos de réis (1.100:000\$000) para reforço das seguintes dotações daquele Ministério (Anexo n. 4, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937):

Verba 2 — Material

II — Material de Consumo

S/c. n. 18 — Alimentação, dietas, etc.

- | | |
|---|------------|
| 08) — Polícia Civil do Distrito Federal (para despesas da Penitenciária Agrícola do Distrito Federal, em reforço do destaque feito pelo decreto-lei n. 821, de 27 de outubro de 1938) | 100:000\$0 |
|---|------------|

Verba 3 — Serviços e Encargos

I — Diversos

S/c. n. 4 — Polícia Civil do Distrito Federal:

- | | |
|---|--------------|
| 01) — Despesas reservadas, sindicâncias e diligências, etc. | 1.000:000\$0 |
| | 1.100:000\$0 |

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 994 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938

Prorroga por mais 60 dias o prazo para vigência do art. 5° e parágrafo único do decreto-lei n. 710, de 17 de setembro de 1938

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e atendendo a que perduram os motivos enunciados no decreto-lei n. 818, de 27 de outubro deste ano, decreta:

Artigo único. Fica prorrogado por mais sessenta (60) dias o prazo para a vigência do art. 5° e parágrafo único do decreto-lei n. 710, de 17 de setembro último, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 995 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 523:400\$000, para despesas do Tribunal de Segurança Nacional, no exercício de 1939

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de quinhentos e vinte três contos e quatrocentos mil réis (523:400\$000), para atender às despesas com o funcionamento do Tribunal de Segurança Nacional, durante o exercício de 1939, na seguinte conformidade:

Pessoal:

a) — Juizes e Procurador	344:400\$0	
b) — Adjuntos de Procurador, Secretaria, Cartório e Portaria	100:000\$0	
c) — Gratificações (arts. 399 e 400 do Regulamento Geral de Contabilidade Pública)	10:000\$0	
d) — Auxílio para fardamento	3:000\$0	457:400\$0

Material:

a) — Artigos de expediente	12:000\$0	
b) — Combustíveis, lubrificantes e material para lubrificação, limpeza e conservação de máquinas e aparelhos de qualquer natureza; acessórios e pertences para máquinas e viaturas..	12:000\$0	
c) — Iluminação, força motriz e gás	1:000\$0	
d) — Telefones, telefonemas, telegramas, radiogramas e portes do correio	6:000\$0	
e) — Água, asseio e higiene; artigos para limpeza e desinfecção; taxas de esgoto e lixo	3:000\$0	
f) — Despesas miudas e de pronto pagamento	12:000\$0	
g) — Publicações, diligências e eventuais (cumprimento de precauções nos Estados)	20:000\$0	66:000\$0
		<hr/> 523:400\$0

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 996 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito especial de 37:132\$000 para pagamento de indenização (Material)

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito especial de trinta e sete contos, cento e trinta e dois mil réis (37:132\$000), para pagamento de indenização devida à firma Virgílio de Aguiar & Cia. pela desapropriação de 31.950m² de terras de sua propriedade, levada a efeito em 1919, para ampliação da Estrada de Ferro Teresópolis, no Município de Magé, conforme consta do processo protocolado no Tesouro Nacional sob o n. 39.889-38, realizando-se o pagamento depois de lavrada a respectiva escritura.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 997 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938

Altera a discriminação da Verba 1 Pessoal — Sub-consignação n. 2 Pessoal Extranumerário, do orçamento do Ministério do Trabalho

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. A Verba 1 — Pessoal — II Pessoal Extranumerário, Sub-consignação n. 2, do atual orçamento do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Anexo n. 7 do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937) passa a ter a discriminação abaixo, ficando sem efeito as modificações a que se referem os decretos-leis ns. 433, de 19 de maio de 1938 e 545, de 8 de julho de 1938.

Mensalistas	4.533:900\$0
Diaristas	60:000\$0
Tarefeiros	269:700\$0
	<hr/>
	4.863:600\$0

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Waldemar Falcão.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 998 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938

Prorroga a vigência do Decreto n. 2.102, de 3 de novembro de 1937

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica prorrogada, até 15 de janeiro de 1940, a vigência do crédito especial de mil, oitocentos e sessenta contos de réis (1.860:000\$000), aberto pelo decreto n. 2.102, de 3 de novembro de 1937, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 999 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de réis 1.680:000\$000, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Fazenda, o crédito suplementar de mil seiscentos e oitenta contos de réis (1.680:000\$),

para reforço da Verba 1 — Pessoal, do atual orçamento do mesmo Ministério (Anexo n. 3, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937), sendo:

V — Outras Despesas de Pessoal

S/c. 32 — Para atender ao pagamento de diferença entre remunerações, etc.	180:000\$0
--	------------

VII — Inativos

S/c. 35 — 02) Novas aposentadorias	1.500:000\$0
	<u>1.680:000\$0</u>

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 1.000 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de réis 252:500\$, às verbas que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Agricultura, o crédito suplementar de duzentos e cinquenta e dois contos e quinhentos mil réis (252:500\$), para reforço das seguintes dotações do atual orçamento daquele Ministério (Anexo n. 11, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937):

VERBA 1 — PESSOAL

IV — Gratificações e Auxílios

S/c. 8 — Ajudas de custo e diárias:

02) Departamento Nacional da Produção Animal	50:000\$0	
03) Departamento Nacional da Produção Vegetal	100:000\$0	
04) Departamento Nacional da Produção Mineral	50:000\$0	200:000\$0

VERBA 2 — MATERIAL

III — *Diversas Despesas*

S/c. 33 — Iluminação, força motriz,
etc.

01) Secretaria de Estado	13:500\$0	
02) Departamento Nacional da Produção Animal	15:000\$0	
15) Diretoria de Estatística da Produção	3:700\$0	32:200\$0
		<hr/>

S/c. 34 — Telefones e telefonemas,
etc.

01) Secretaria de Estado..	8:800\$0	
02) Departamento Nacional da Produção Animal	2:000\$0	
03) Departamento Nacional da Produção Vegetal	9:500\$0	20:300\$0
		<hr/>
		252:500\$0
		<hr/>

RESUMO

Pessoal	200:000\$0
Material	52:500\$0
	<hr/>
	252:500\$0
	<hr/>

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 1.001 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938

Prorroga até 31 de dezembro de 1939 o prazo estabelecido no decreto-lei n. 150, de 30 de dezembro de 1937, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica prorrogado até 31 de dezembro de 1939 o prazo estabelecido no decreto-lei n. 150, de 30 de dezembro de 1937, e já prorrogado pelos decretos-leis ns. 359, de 31 de março, 532, de 1 de julho, 755, de 30 de setembro, e 824, de 28 de outubro, todos do corrente ano.

Art. 2.º Durante a vigência deste decreto-lei não corre a prescrição das dívidas por ele abrangidas.

Art. 3.º Para os efeitos deste decreto-lei, consideram-se agricultores as pessoas físicas ou jurídicas que se dedicam profissionalmente, por conta própria e com fins de lucro, à exploração agrícola, mesmo extrativa, à criação ou invernagem de gado, ainda quando associem a estas atividades o beneficiamento ou transformação industrial dos respectivos produtos.

Parágrafo único. Beneficiam-se das disposições do presente decreto-lei as pessoas físicas ou jurídicas que em 31 de dezembro de 1933 exerciam, ou posteriormente vieram a exercer as atividades previstas neste artigo.

Art. 4.º Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 1.002 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938

Autoriza o Banco do Brasil a emitir letras hipotecárias, pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, e dá outras providências sobre crédito agrícola

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Fica o Banco do Brasil autorizado a emitir, pela Carteira de Crédito Agrícola e Industrial, letras hipotecárias, afim de efetuar empréstimos a agricultores, para pagamento, na referida espécie, de dívidas contraídas até 31 de dezembro de 1937 e garantidas por hipoteca.

Parágrafo único. As letras hipotecárias serão ao portador, negociáveis em bolsa, dos valores de 100\$000, 200\$000, 500\$000, 1:000\$000 e 5:000\$000, ao prazo máximo de vinte anos (20); e, da data da entrega até a data do resgate, vencerão juros de 5 % ao ano, pagáveis por meio de cupões, de seis em seis meses, em 31 de julho e 31 de janeiro.

Art. 2.º Os empréstimos serão efetuados aos devedores que se ajustarem com os respectivos credores para o pagamento em letras hipotecárias, pelo valor par e sem interferência de corretor, até a importância de 75 % dos bens imóveis que constituem a garantia, avaliados pelo Banco do Brasil, segundo o critério do seu valor venal e das condições de sua exploração e rendimento.

Parágrafo único. Efetuado o pagamento, operar-se-á por ele e independente de qualquer outra formalidade, não só em relação ao Banco do Brasil, como a terceiros, a subrogação legal deste em todos os privilégios e garantias do primeiro credor, relativamente à dívida.

Art. 3.º Os juros, comissões e demais cláusulas ou condições dos empréstimos serão os que o Banco do Brasil adotar em seus estatutos e no regulamento que for aprovado pelo Ministro da Fazenda, para as operações resultantes deste decreto-lei.

Art. 4.º O serviço de juros e amortização dos empréstimos poderá ser atendido com Letras Hipotecárias, ao par.

Art. 5.º O resgate das letras e o pagamento dos respectivos cupões se efetuará nas praças da sede e das filiais do Banco do Brasil.

Parágrafo único. As letras e os cupões resgatados serão enviados à Carteira devidamente inutilizados.

Art. 6.º As letras hipotecárias que o Banco do Brasil emitir gozarão da isenção constante do art. 1.º do decreto-lei n. 221, de 27 de janeiro de 1938.

Art. 7.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 1.003 — DE 29 DE DEZEMBRO DE 1938

Dispõe sobre o penhor agrícola e da outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º A preferência que resultar da prioridade de inscrição hipotecária, ainda que em execução a hipoteca, não prejudicará o penhor rural constituído em garantia de operações da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Art. 2.º O penhor rural contratado com a Carteira não poderá ser anulado como ato em fraude de credores ou de execução, porque, antes de sua constituição, tenham sido protestados títulos do devedor.

Art. 3.º As estradas de ferro e demais empresas de transporte, os armazens gerais e de depósitos, os comissários e outras pessoas que transportem, guardem, comprem ou, de qualquer forma, recebam produtos agrícolas ou pecuários, ficam obrigados a prestar à Carteira, por escrito, as informações que lhe forem necessárias para conhecimento ou verificação de quaisquer ocorrências que interessem à regularidade e segurança de suas operações. As pessoas que prestarem declarações inexatas ou incompletas, as que injustificadamente demorem a dar as informações que lhes forem solicitadas e as que se recusarem a prestá-las incorrerão em multa de 1:000\$000 a 10:000\$000, imposta pelo Ministro da Fazenda e elevada ao dobro no caso de reincidência.

Art. 4.º O presente decreto-lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 29 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 1.004 — NÃO FOI PUBLICADO.

DECRETO-LEI N. 1.005 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1938

Cria um Consulado privativo em Monte Caseros, na República Argentina

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Fica criado um Consulado privativo em Monte Caseros, na República Argentina.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Oswaldo Aranha.

DECRETO-LEI N. 1.006 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1938

Estabelece as condições de produção, importação e utilização do livro didático

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição, decreta:

CAPÍTULO I

DA ELABORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Art. 1º. É livre, no país, a produção ou a importação de livros didáticos.

Art. 2º. Para os efeitos da presente lei, são considerados livros didáticos os compêndios e os livros de leitura de classe.

§ 1º. Compêndios são os livros que exponham, total ou parcialmente, a matéria das disciplinas constantes dos programas escolares.

§ 2º. Livros de leitura de classe são os livros usados para leitura dos alunos em aula.

Art. 3º. A partir de 1 de janeiro de 1940, os livros didáticos que não tiverem tido autorização prévia, concedida pelo Ministério da Educação, nos termos desta lei, não poderão ser adotados no ensino das escolas preprimárias, primárias, normais, profissionais e secundárias, em toda a República.

Parágrafo único. Os livros didáticos próprios do ensino superior independem da autorização de que trata este artigo, nem estão sujeitos às demais determinações da presente lei, mas é dever dos professores orientar os alunos, afim de que escolham as boas obras, e não se utilizem das que lhes possam ser perniciosas à formação da cultura.

Art. 4º. Os livros didáticos editados pelos poderes públicos não estarão isentos da prévia autorização do Ministério da Educação, para que sejam adotados no ensino preprimário, primário, normal, profissional e secundário.

Art. 5º. Os poderes públicos não poderão determinar a obrigatoriedade de adoção de um só livro ou de certos e determinados livros para cada grau ou ramo de ensino, nem estabelecer preferências entre os livros didáticos de uso autorizado, sendo livre aos diretores, nas escolas preprimárias e primárias, e aos professores, nas escolas normais, profissionais e secundárias, a escolha de livros para uso dos alunos, uma vez que constem da relação oficial das obras de uso autorizado, e respeitada a restrição formulada no artigo 25 desta lei.

Parágrafo único. A direção das escolas normais, profissionais e secundárias, sejam públicas ou particulares, não poderão, relativamente ao ensino desses estabelecimentos, praticar os atos vedados no presente artigo.

Art. 6º. É livre ao professor a escolha do processo de utilização dos livros adotados, uma vez que seja observada a orientação didática dos programas escolares.

Parágrafo único. Fica vedado o ditado de lições constantes dos compêndios ou o ditado de notas relativas a pontos dos programas escolares.

Art. 7º. Um mesmo livro poderá ser adotado, em classe, durante anos sucessivos. Mas o livro adotado no início de um ano escolar não poderá ser mudado no seu decurso.

Art. 8º. Constitue uma das principais funções das caixas escolares, a serem organizadas em todas as escolas primárias do país, com observância do disposto no art. 130 da Constituição, dar às crianças necessitadas, nessas escolas matriculadas, os livros didáticos indispensáveis ao seu estudo.

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO

Art. 9º. Fica instituída, em caráter permanente, a Comissão Nacional do Livro Didático.

§ 1º. A Comissão Nacional do Livro Didático se comporá de sete membros, que exercerão a função por designação do Presidente da República, e serão escolhidos dentre pessoas de notório preparo pedagógico e reconhecido valor moral, das quais duas especializadas em metodologia das línguas, três especializadas em metodologia das ciências e duas especializadas em metodologia das técnicas.

§ 2º. Os membros da Comissão Nacional do Livro Didático não poderão ter nenhuma ligação de caráter comercial com qualquer casa editora do país ou do estrangeiro.

§ 3º. Os membros da Comissão Nacional do Livro Didático perceberão, por sessão a que comparecerem, a diária de cem mil réis, limitado, porém, a um conto de réis, o máximo dessa vantagem em cada mês.

Art. 10. Compete à Comissão Nacional do Livro Didático:

a) examinar os livros didáticos que lhe forem apresentados, e proferir julgamento favorável ou contrário à autorização de seu uso;

b) estimular a produção e orientar a importação de livros didáticos;

c) indicar os livros didáticos estrangeiros de notável valor, que mereçam ser traduzidos e editados pelos poderes públicos, bem como sugerir-lhes a abertura de concurso para a produção de determinadas espécies de livros didáticos de sensível necessidade e ainda não existentes no país;

d) promover, periodicamente, a organização de exposições nacionais dos livros didáticos cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei.

Art. 11. O expediente administrativo da Comissão Nacional do Livro Didático ficará a cargo de uma secretaria, que será dirigida por um secretário, designado pelo Ministro da Educação, dentre os funcionários efetivos de seu Ministério.

Parágrafo único. Todo o demais pessoal, efetivo ou extranumerário, da Secretaria da Comissão Nacional do Livro Didático será constituído na forma da lei.

CAPÍTULO III

DO PROCESSO DE AUTORIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Art. 12. A autorização para uso do livro didático será requerida pelo interessado, autor ou editor, importador ou vendedor, em petição dirigida ao Ministro da Educação, à qual se juntarão três exemplares da obra, impressos ou dactilografados, acompanhados, nesta última hipótese, de uma via dos desenhos, mapas ou esquemas, que da mesma forem parte integrante.

Parágrafo único. É vedado aos membros da Comissão Nacional do Livro Didático requerer autorização para uso de obras de sua autoria.

Art. 13. As petições de autorização serão encaminhadas à Comissão Nacional do Livro Didático, que tomará conhecimento das obras a examinar, segundo a ordem cronológica de sua entrada no Ministério da Educação.

§ 1.º Com relação a cada obra, a Comissão Nacional do Livro Didático proferirá julgamento, mencionando os motivos precisos da decisão e concluindo pela outorga ou recusa da autorização de seu uso.

§ 2.º A Comissão Nacional do Livro Didático poderá, na sua decisão, indicar modificações a serem feitas no texto da obra examinada, para que se torne possível a autorização de seu uso. Nesta hipótese, deverá a obra, depois de modificada, ser novamente submetida ao exame da Comissão Nacional do Livro Didático, para decisão final.

§ 3.º Do julgamento não unânime da Comissão Nacional do Livro Didático, caberá recurso para o Ministro da Educação, que dele decidirá, ouvido o Conselho Nacional de Educação.

§ 4.º Resolvida a matéria por qualquer das formas dos parágrafos anteriores, será a solução publicada, e comunicada ao interessado. A publicação e a comunicação de que a obra teve o uso autorizado farão menção do número do registro de que trata o art. 17 desta lei.

Art. 14. Quando a Comissão Nacional do Livro Didático autorizar o uso de um livro, à vista de originais dactilografados, deverá formular ao autor ou ao editor recomendações quanto à sua impressão.

Parágrafo único. Depois de impresso, deverá o livro ser submetido novamente ao exame da Comissão Nacional do Livro Didático, para as necessárias verificações.

Art. 15. Sempre que a Comissão Nacional do Livro Didático julgar conveniente, poderá solicitar o parecer de especialistas a ela estranhos, para maior elucidação da matéria sujeita ao seu exame.

Art. 16. As reedições de livros didáticos, cujo uso tenha sido autorizado, poderão ser feitas, caso não incluam importantes adições ou alterações, independentemente de nova petição, mas deverão

ser comunicadas à Comissão Nacional do Livro Didático; caso sejam nelas incluídas tais adições ou alterações, a petição de nova autorização deverá ser feita, na forma desta lei.

Art. 17. De cada livro, cujo uso for autorizado, fará a Comissão Nacional do Livro Didático, registo especial, devidamente numerado, de que constem todas as indicações a ele relativas, inclusive um sumário de sua matéria.

Art. 18. O Ministério da Educação fará publicar, no "Diário Oficial", em janeiro de cada ano, a relação completa dos livros didáticos de uso autorizado, agrupados segundo os graus e ramos do ensino, e apresentados, em cada grupo, pela ordem alfabética dos autores.

Parágrafo único. A menção de cada livro será acompanhada de todas as indicações a que se refere o art. 17 desta lei.

Art. 19. Os livros didáticos, cujo uso tenha sido autorizado na forma desta lei, deverão conter na capa, impresso diretamente ou por meio de etiqueta, os seguintes dizeres: Livro de uso autorizado pelo Ministério da Educação. Em seguida, entre parêntesis, declarar-se-á ainda o número do registo feito pela Comissão Nacional do Livro Didático, pela maneira seguinte: (Registo n. ...).

CAPÍTULO IV

DAS CAUSAS QUE IMPEDEM A AUTORIZAÇÃO DO LIVRO DIDÁTICO

Art. 20. Não poderá ser autorizado o uso do livro didático:

- a) que atente, de qualquer forma, contra a unidade, a independência ou a honra nacional;
- b) que contenha, de modo explícito ou implícito, pregação ideológica ou indicação da violência contra o regime político adotado pela Nação;
- c) que envolva qualquer ofensa ao Chefe da Nação, ou às autoridades constituídas, ao Exército, à Marinha, ou às demais instituições nacionais;
- d) que despreze ou escureça as tradições nacionais, ou tente deslustrar as figuras dos que se bateram ou se sacrificaram pela pátria;
- e) que encerre qualquer afirmação ou sugestão, que induza o pessimismo quanto ao poder e ao destino da raça brasileira;
- f) que inspire o sentimento da superioridade ou inferioridade do homem de uma região do país, com relação ao das demais regiões;
- g) que incite ódio contra as raças e as nações estrangeiras;
- h) que desperte ou alimente a oposição e a luta entre as classes sociais;
- i) que procure negar ou destruir o sentimento religioso, ou envolva combate a qualquer confissão religiosa;
- j) que atente contra a família, ou pregue ou insinue contra a indissolubilidade dos vínculos conjugais;
- k) que inspire o desamor à virtude, induza o sentimento da inutilidade ou desnecessidade do esforço individual, ou combata as legítimas prerrogativas da personalidade humana.

Art. 21. Será ainda negada autorização de uso ao livro didático;

- a) que esteja escrito em linguagem defeituosa, quer pela incorreção gramatical, quer pelo inconveniente ou abusivo emprego de termos ou expressões regionais ou da gíria, quer pela obscuridade do estilo;
- b) que apresente o assunto com erros de natureza científica ou técnica;

c) que esteja redigido de maneira inadequada, pela violação dos preceitos fundamentais da pedagogia ou pela inobservância das normas didáticas oficialmente adotadas, ou que esteja impresso em desacordo com os preceitos essenciais da higiene da visão;

d) que não traga por extenso o nome do autor ou dos autores;

e) que não contenha a declaração do preço de venda, o qual não poderá ser excessivo em face do seu custo.

Art. 22. Não se concederá autorização, para uso no ensino primário, de livros didáticos que não estejam escritos na língua nacional.

Art. 23. Não será autorizado o uso do livro didático que, escrito em língua nacional, não adote a ortografia estabelecida pela lei.

Art. 24. Não poderá ser negada autorização para uso de qualquer livro didático, por motivo de sua orientação religiosa.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 25. A partir de 1 de janeiro de 1940, será vedada a adoção de livros didáticos de autoria do professor, na sua classe, do diretor, na sua escola, e de qualquer outra autoridade escolar de caráter técnico ou administrativo, na circunscrição sobre que se exercer a sua jurisdição, salvo se esse livro for editado pelos poderes públicos.

Art. 26. Fica proibida a prática de atos de propaganda favorável ou contrária a determinado livro didático, dentro das escolas.

Parágrafo único. A proibição deste artigo não impede que autores, editores e livreiros, ou representantes seus, remetam exemplares de obras de uso autorizado, bem como circulares, prospectos ou folhetos explicativos sobre as mesmas, aos professores, ou aos diretores das escolas.

Art. 27. É vedado a professores ou a quaisquer outras autoridades escolares de caráter técnico ou administrativo tornarem-se agentes ou representantes de autores, editores ou livreiros, para venda ou propaganda de livros didáticos, ainda que tais atos se pratiquem fora das repartições ou estabelecimentos em que trabalhem.

Art. 28. Uma vez autorizado o uso de um livro didático, o preço de sua venda não poderá ser alterado, sem prévia licença da Comissão Nacional do Livro Didático.

Art. 29. Serão impostas as seguintes penalidades:

a) ao autor ou editor que, violando a disposição da segunda parte do art. 16 desta lei, fizer constar do livro didático, a declaração de uso autorizado e a todo aquele que incluir essa declaração em livro cujo uso não tenha sido autorizado, ou violar o disposto nos arts. 26 e 28 desta lei, a multa de um conto de réis a cinco contos de réis;

b) aos infratores da proibição constante do parágrafo único do art. 5.º, ou dos arts. 25 e 27 desta lei, e ainda aos diretores das escolas preprimárias ou primárias e aos professores das escolas normais, profissionais ou secundárias, que, a partir de 1 de janeiro de 1940, admitirem no ensino de sua responsabilidade, livros didáticos de uso não autorizado, a multa de cem mil réis a dois contos de réis, se não forem empregados públicos, ou, se o forem, a suspensão por quinze a sessenta dias.

§ 1.º Nas reincidências, serão os infratores punidos com o dobro da multa, nos casos da alínea a deste artigo.

§ 2.º A reincidência, nos casos da alínea *b* deste artigo, acarretará aos responsáveis a exoneração do cargo ou função que ocuparem.

Art. 30. As penalidades de que trata o artigo anterior serão aplicadas, com relação aos particulares e aos empregados públicos federais, pelas autoridades federais, e, com relação aos empregados públicos estaduais e municipais, respectivamente pelas autoridades estaduais e municipais.

Art. 31. As autoridades federais, estaduais e municipais, prestarão umas às outras o necessário auxílio para a perfeita vigilância do cumprimento desta lei.

Art. 32. Da imposição de uma penalidade por qualquer autoridade federal, estadual ou municipal, caberá recurso, uma vez, para a autoridade imediatamente superior, se a houver, dentro do prazo de vinte dias contados da data da respectiva comunicação à parte interessada.

Art. 33. Será proibido o funcionamento do estabelecimento particular de ensino que não determinar o afastamento dos responsáveis pela reincidência nos casos da alínea *b* do art. 29 desta lei.

Art. 34. Será apreendida a edição dos livros didáticos, que contiverem a declaração de uso autorizado pelo Ministério da Educação, sem que essa autorização tenha sido concedida.

Art. 35. Verificando que, apesar de não ter o uso autorizado, circula no país livro didático, que, por incidir numa ou mais das hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 desta lei, seja manifestamente pernicioso à formação espiritual da infância ou da juventude, a Comissão Nacional do Livro Didático, em exposição circunstanciada, o denunciará ao Ministro da Educação, o qual, aceitos os fundamentos da denúncia providenciará a apreensão da respectiva edição.

Art. 36. Aos livros didáticos escritos na língua nacional, editados até a data da publicação da presente lei, não será negada a autorização de uso, pelo fato de não adotarem a ortografia oficial.

Parágrafo único. Todavia, a partir de 1 de janeiro de 1941, não poderão ser usados, nos estabelecimentos de ensino de todo o país, livros didáticos escritos na língua nacional, que não adotarem a ortografia oficial, sob pena de apreensão, a ser mandada fazer pelo ministro da Educação.

Art. 37. Os exemplares de livros didáticos, impressos ou dactilografados, e os desenhos, mapas ou esquemas, de que trata o art. 12 desta lei, não são sujeitos ao selo previsto no n.º 60, da tabela B, que acompanha o regulamento aprovado pelo decreto n.º 1.137, de 7 de outubro de 1936.

Art. 38. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão, em 1939, por conta dos recursos constantes da sub-convinação 26, da verba 3, do orçamento do Ministério da Educação já decretado para aquele exercício.

Art. 39. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação no "Diário Oficial", e será divulgada pelos órgãos oficiais dos governos dos Estados e do Território do Acre.

Art. 40. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1938, 117.º da Independência e 50.º da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 1.007 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de réis 5.000:000\$000 (cinco mil contos de réis) para atender às despesas com o combate à malária, no Nordeste

O Presidente da República usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Educação e Saúde, o crédito especial de 5.000:000\$000 (cinco mil contos de réis), para atender às despesas com o combate à malária, transmitida pelo "Anopheles gambiae", nos Estados do Nordeste.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 1.008 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1938

Fixa o critério para a inclusão do Distrito Federal nos quadros da divisão territorial — administrativa e judiciária — da República, que vigorarão inalteradamente de 1 de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, e

Considerando que o decreto-lei n. 311, de 2 de março de 1938 que dispõe sobre a divisão territorial do País, estabeleceu que somente por leis gerais quinquenais poderá ser modificado o quadro territorial — administrativo e judiciário — de qualquer Unidade da Federação, tanto na delimitação e categoria dos seus elementos, quanto na respectiva toponímia (art. 16);

Considerando a competência do Governo Federal em face do disposto no § 1° do mesmo artigo, combinado com o art. 19, da referida lei, bem assim o que propôs o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

Considerando que o decreto-lei n. 522, de 28 de junho último, prorrogou até 31 de dezembro próximo o prazo para a fixação, em primeira lei quinquenal e de acordo com as normas sugeridas pelo Conselho Nacional de Geografia, os novos quadros territoriais das Unidades Políticas;

Considerando que as dificuldades práticas para a harmonização das numerosas divisões territoriais vigentes no Distrito Federal não permitiram o integral preavalecimento da sistematização estabelecida pelo decreto-lei n. 568, de 14 de julho de 1938, revogado parcialmente pelo decreto-lei n. 570, de 22 do mesmo mês e ano;

Considerando, entretanto, a conveniência de ser executada a lei n. 311, no que se refere ao Distrito Federal, de maneira que, mesmo para as subdivisões territoriais não previstas naquele diploma, se atenda à sua correspondência com uma divisão primária fundamental, tanto para os fins administrativos como para os fins judiciários;

Considerando, finalmente, a necessidade de se classificarem as unidades desse circunscriçionamento primário, tendo em vista a sua

densidade predial média, pelas categorias de — urbanas, suburbanas e rurais, para o fim de todos os levantamentos estatísticos e censitários do município, decreta:

Art. 1º. No quadro territorial — administrativo e judiciário — da República, que vigorará de 1 de janeiro de 1939 a 31 de dezembro de 1943, e para os fins da lei orgânica n. 311, de 2 de março de 1938, o Distrito Federal será computado como uma unidade, no que se refere tanto às comarcas, e termos, quanto aos municípios e distritos.

Art. 2º. A divisão em “zonas”, a que alude o art. 2º da lei n. 311, de 2 de março de 1938, ficará correspondendo às circunscrições judiciárias das atuais Pretorias, com a delimitação constante do decreto n. 12.356, de 10 de janeiro de 1917.

Art. 3º. O Ministério da Justiça designará, até 20 de janeiro próximo, uma comissão constituída de um representante da organização judiciária do Distrito Federal e de dois técnicos, um dos quais designado pelo Governo Municipal e o outro pelo Conselho Nacional de Geografia, a qual apresentará à aprovação do Governo, até 31 de maio, um projeto de decreto-lei assentando uma divisão primária em circunscrições ou “sub-zonas”, que possa servir de base comum a todos os fins da organização administrativa e judiciária, de acordo com os princípios da lei n. 311.

§ 1º. Decretada essa divisão primária, até 30 de junho de 1939, o Governo Municipal, dentro do prazo de 90 dias, e tendo em vista a densidade predial média das unidades respectivas, baixará um ato classificando-as em “urbanas”, “suburbanas” e “rurais”, para fins de todos os levantamentos estatísticos e censitários relativos ao Distrito Federal.

§ 2º. Essa distribuição, todavia, não impedirá que a área de cada “sub-zona” se diferencie segundo sua efetiva urbanização e valorização, tendo em vista os interesses do fisco municipal.

Art. 4º. O presente decreto entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 1.009 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de 2.058:104\$400 para pagamento de diferença de vencimentos.

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Guerra, o crédito especial de dois mil e cinquenta e oito contos, cento e quatro mil e quatrocentos réis (Rs. 2.058:104\$400) para atender ao pagamento de diferença de vencimentos que compete ao pessoal da Brigada Militar do Rio Grande do Sul, relativamente ao período de 18

de outubro a 9 de novembro de 1937, quando a mesma esteve à disposição do Governo Federal.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 1.010 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1938

Retifica o decreto-lei n. 548, de 9 de julho do corrente ano, que autorizou a compra, pelo Ministério da Guerra, de um terreno em Alegrete, na parte referente à área e ao preço do referido imóvel

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil, no uso das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1°. Fica retificada para 2.734.116 metros quadrados a área do terreno, denominado Granja Masgrau, em Alegrete, mandando adquirir pelo Ministério da Guerra, por decreto-lei n. 548, de 9 de julho do corrente ano.

Art. 2°. Como consequência da retificação da área constante do artigo anterior, fica o preço da aquisição do terreno reduzido para 102:500\$000 (cento e dois contos e quinhentos mil réis).

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 1.011 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Viação, o crédito suplementar de 63:600\$0, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Viação e Obras Públicas, o crédito suplementar de sessenta e três contos e seiscentos mil réis (Rs. 63:600\$0) para reforço da Verba 1 — Pessoal — II — Pessoal Extranumerário — Sub-consignação n. 43, item 03) — Men-decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937).

Decreto-Lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937).

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

João de Mendonça Lima.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 1.012 — DE 30 DE DEZEMBRO DE 1938

Dá a denominação de Regimento Antonio João ao atual 10º Regimento de Cavalaria Independência

O Presidente da Republica, considerando:

Que o nome de Antônio João está gloriosamente ligado ao passado histórico do atual 10º Regimento de Cavalaria Independente, aquartelado em Bela Vista (Estado de Mato Grosso), em cujas fileiras serviu o imortal heroi de Dourados;

Que contribuir para a maior exaltação do nome de quem, com tanta bravura e espírito de sacrificio, defendeu o solo pátrio, é fazer obra de patriotismo, de gratidão nacional e de estímulo às mais nobres virtudes militares;

Decreta:

Art. 1º. O atual 10º Regimento de Cavalaria Independente passa a denominar-se **Regimento Antônio João**.

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 30 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Eurico G. Dutra.

DECRETO-LEI N. 1.013 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1938

Orça a receita e fixa a despesa do Distrito Federal para o exercício de 1939

O Presidente da República usando a faculdade que lhe conferem o art. 180 da Constituição Federal e o art. 31 do decreto-lei n. 96, de 22 de dezembro de 1937,

Decreta:

Art. 1º. O Orçamento Geral do Distrito Federal para o exercício de 1939 estima a Receita em 424.330:000\$000 (quatrocentos e vinte e quatro mil e trezentos e trinta contos de réis) e calcula a Despesa em 423.365:677\$000 (quatrocentos e vinte e três mil trezentos e sessenta e cinco contos, trezentos e setenta e sete mil réis).

Art. 2º. A Receita, conforme o Anexo n. 1, será realizada com o produto do que for arrecadado sob os seguintes títulos e sub-títulos:

I — Renda ordinária:

a) Renda dos Tributos	326.020:000\$000
b) Renda dos Serviços Municipais.....	49.350:000\$000
c) Renda do Patrimônio	8.840:000\$000
Total da Renda Ordinária	384.180:000\$000

II — Renda extraordinária:

a) Cobrança da Dívida Ativa	38.700:000\$000
b) Produtos de Operações de Crédito (a realizar) ..	?
c) Diversas Rendas	1.450:000\$000
Total da Renda Extraordinária	40.150:000\$000

Art. 3º. A Despesa, conforme Anexo n. 2, que contem sua discriminação por itens para cada órgão de acordo com os Anexos sob os ns. 3 a 9, distribuir-se-á da seguinte forma:

Anexos	Fixa	Variável	Totais
3. Administração do Distrito Federal	1.004:808\$0	34.110:082\$0	35.114:890\$0
4. Tribunal de Contas do Distrito Federal	1.270:840\$0	151:502\$0	1.422:342\$0
5. Secretaria Geral de Finanças . .	65.812:122\$0	61.442:097\$2	127.254:219\$2
6. Secretaria Geral de Educação e Cultura	47.552:980\$0	38.633:118\$9	86.186:398\$9
7. Secretaria Geral de Saúde e Assistência	29.044:830\$0	15.959:811\$8	45.004:641\$8
8. Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas	61.948:151\$0	45.950:668\$1	107.898:819\$1
9. Órgãos diversos..	15.086:506\$0	5.397:860\$0	20.484:366\$0
Totais	221.720:237\$0	201.645:440\$0	423.365:677\$0

Art. 4º. Fazem parte do presente decreto-lei, ao qual ficam integrados, os Anexos que o acompanham de ns. 1 a 9, especificando a *Receita* e discriminando a *Despesa*, fixa e variável, na sua rigorosa especialização, com indicação da respectiva legislação.

Art. 5º. Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a realizar as operações de crédito que se tornarem necessárias para a antecipação da Receita até o máximo de 50.000:000\$000 (cincoenta mil contos de réis).

Art. 6º. Fica o Prefeito do Distrito Federal autorizado a aplicar, em melhoramentos públicos, o saldo que vier a verificar-se na execução deste decreto-lei.

Art. 7º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

DECRETO-LEI N. 1.014 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito suplementar de 10:000\$0, à verba que especifica

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito suplementar de dez contos de réis (10:000\$0), em reforço da Verba 1 — Pessoal — VII — Inativos — Subconsigna-

ção n. 34 — Vencimentos de oficiais e praças reformadas do Corpo de Bombeiros, do atual orçamento daquele Ministério (Anexo n. 4, do decreto-lei n. 107, de 27 de dezembro de 1937).

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 1.015 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1938

Revoga o decreto-lei n. 44, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1°. Fica revogado o decreto-lei n. 44, de 7 de dezembro de 1937.

Art. 2°. As escolas de agronomia e veterinária do país, reconhecidas pelo Governo Federal, conferirão, aos alunos que terminarem os seus cursos, os mesmos títulos e diplomas que são conferidos pelas Escolas Nacionais de Agronomia e Veterinária, criadas, respectivamente, pelos decretos ns. 23.857 e 23.858, de 4 de fevereiro de 1934, e que servem de padrão àquelas.

Art. 3°. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 1.016 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1938

Autoriza o Serviço de Meteorologia do Ministério da Agricultura a contratar com a Inspetoria Salesiana de Santo Afonso e Missões Salesianas do Rio Negro o serviço de observações meteorológicas em diversas localidades dos Estados do Amazonas, Pará e Mato Grosso

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1°. Fica o Serviço de Meteorologia, do Ministério da Agricultura, autorizado a contratar com a Inspetoria Salesiana de Santo Afonso e Missões Salesianas do Rio Negro a execução do serviço de observações meteorológicas nas seguintes estações: Cuiabá, Campo Grande, Corumbá, Santa Cruz (General Carneiro), Presidente Martinho, Coxipó e São Luiz de Cáceres, no Estado de Mato Grosso; Conceição do Araguaia e Alto Tapajoz, no Estado do Pará; Manaus, São Gabriel do Rio Negro, Taracua, Jauarete-Cachoeira, Humaitá, Barcelos e Porto Velho, no Estado do Amazonas.

Parágrafo único. Por motivo de absoluta conveniência técnica do serviço, poderão as estações meteorológicas, acima referidas, ser removidas ou substituídas por outras dentro do mesmo Estado.

Art. 2º. A importância e as condições de pagamento dos serviços serão estipuladas de acordo com o equipamento técnico das estações meteorológicas, correndo as despesas por conta da competente dotação orçamentária.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Fernando Costa.

DECRETO-LEI N. 1.017 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1938

Corrige falha encontrada no Quadro I do Ministério da Educação e Saúde

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 2º e seu parágrafo, do Capítulo VI, da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, decreta:

Art. 1º. As tabelas do Quadro I do Ministério da Educação e Saúde, na parte relativa à classe F da carreira de Foguista e as classes G das de Maquinista-marítimo e Patrão, ficam substituídas, a contar de janeiro de 1937, pelas que acompanham o presente decreto-lei.

Art. 2º. Fica aberto o crédito especial de 41:536\$0, para ocorrer ao pagamento da diferença de vencimentos a que fazem jus, daquela data à presente, os funcionários cuja classificação é retificada por este decreto-lei.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938, 117ª da Independência e 50ª da República.

GETULIO VARGAS.

Gustavo Capanema.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

Situação nova			Situação antiga	
7	Foguistas	Inspetoria de Marinha Mercante	7	FOGUISTA Classe F
2	Foguistas	Instituto Oswaldo Cruz.....	3	Classe E
1	Foguista	Hospital São Francisco de Assis		
8	Maquinista ou motoristas	Inspetoria de Marinha Mercante	9	MAQUINISTA MARÍTIMO Classe H
1	Maquinista sanitário.	Inspetoria de Marinha Mercante	1	Classe G
1	Maquinista	Inspetoria de Marinha Mercante		
8	Mestres	Inspetoria de Marinha Mercante	8	PATRÃO Classe H

Carreira extinta. Feitas as promoções serão extintos os cargos de menor vencimento. Para exercer essas funções o Governo admitirá, oportunamente, extranumerários, na forma da legislação que vigorar.

Carreira extinta. Feitas as promoções serão extintos os cargos de menor vencimento. Para exercer essas funções o Governo admitirá, oportunamente, extranumerários, na forma da legislação que vigorar.

Cargos extintos. Para exercer essas funções o Governo admitirá, oportunamente, extranumerários, na forma da legislação que vigorar.

DECRETO-LEI N. 1.018 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1938

Modifica o decreto-lei n. 357, de 28 de março de 1938, e dá outras providências

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1º. Passa a denominar-se Departamento de Administração o órgão criado pelo decreto-lei n. 357, de 28 de março de 1938.

Art. 2º. Os Serviços de Pessoal, de Contabilidade e de Material, do referido Departamento, passam a denominar-se Divisões de Pessoal, de Contabilidade e de Material.

Art. 3º. As funções de Diretor das Divisões do Pessoal, de Material e de Contabilidade, serão exercidas por funcionários públicos efetivos, designados pelo Presidente da República, os quais perceberão, além de seus vencimentos, a gratificação de função estabelecida no art. 3º do decreto-lei n. 357, de 28 de março de 1938.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS
Gustavo Capanema.

DECRETO-LEI N. 1.019 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1938

Institue uma comissão especial para revisão de projetos de lei

O Presidente da República, usando a atribuição que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Art. 1º. Fica instituída uma comissão especial e permanente, para o fim de rever, do ponto de vista constitucional e da técnica legislativa, os projetos de decretos-leis e regulamentos a serem expedidos pelo Governo.

Art. 2º. A Comissão será composta do Consultor Geral da República, Consultor Jurídico do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Consultor Jurídico do Ministério da Justiça e Negócios Interiores e do Ministro da Justiça e Negócios Interiores, que a presidirá e baixará instruções para o seu funcionamento.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938, 117º da Independência e 50º da República.

GETULIO VARGAS.
Francisco Campos.
Waldemar Falcão.

DECRETO-LEI N. 1.019-A — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério da Justiça, o crédito especial de 1.913:498\$0, para fornecimento de fardamento

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, o crédito especial de mil novecentos e treze contos quatrocentos e noventa e oito mil réis (1.913:498\$0), para ocorrer às despesas (Material) com o fornecimento de fardamento aos seguintes funcionários e guardas subordinados à Inspetoria Geral de Polícia:

Inspetoria da Guarda Civil:

Uniformes para 1.163 homens.....	1.132:860\$0
Inspetoria do Tráfego:	
Uniformes para 500 homens.....	484:916\$0
Polícia Especial:	
Uniformes para 224 homens.....	218:680\$0
Inspetoria da Polícia Marítima e Aérea:	
Uniformes para 95 homens.....	77:042\$0
	<hr/>
	1.913:498\$0

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

Francisco Campos.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 1.020 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1938

Dispõe sobre o prazo de validade dos concursos prestados no Ministério da Fazenda

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Art. 1.º Os concursos realizados no Ministério da Fazenda anteriormente à vigência da lei n. 284, de 28 de outubro de 1936, para provimento de cargos iniciais das diversas carreiras, e a que se referem os arts. 1º e 2º do decreto-lei n. 636, de 19 de agosto deste ano, vigorarão até 31 de dezembro de 1939; revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS.

A. de Souza Costa.

DECRETO-LEI N. 1.021 — NÃO FOI PUBLICADO.

DECRETO-LEI N. 1.022 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de 90:000\$000 para atender a despesas de ajuda de custo e de viagem

O Presidente da República, usando das atribuições que lhe confere o art. 180 da Constituição Federal, decreta:

Artigo único. Fica aberto ao Ministério da Viação e Obras Públicas o crédito especial de 90:000\$000 (noventa contos de réis), equivalente a £ 1.000, para atender às despesas de ajuda de custo e viagem com a ida do Major Edmundo Macedo Soares e Silva à Europa, para fazer estudos referentes à siderurgia com aplicação de matérias primas nacionais.

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS

João de Mendonça Lima

A. de Souza Costa

DECRETO-LEI N. 1.023 — DE 31 DE DEZEMBRO DE 1938

Abre, pelo Ministério do Trabalho, o crédito especial de 1.400:000\$0 para despesas do Conselho de Imigração e Colonização

O Presidente da República, usando da faculdade que lhe confere o art. 180 da Constituição, decreta:

Artigo único. Fica aberto, pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, o crédito especial de mil e quatrocentos contos de réis (1.400:000\$0), para as despesas, no exercício de 1939, do Conselho de Imigração e Colonização com os serviços de registo de estrangeiros, sendo:

Pessoal Extranumerário	480:000\$0	
Material:		
Permanente	240:000\$0	
Consumo	543:000\$0	783:000\$0
Eventuais		137:000\$0
		<u>1.400:000\$0</u>

Rio de Janeiro, 31 de dezembro de 1938, 117° da Independência e 50° da República.

GETULIO VARGAS

Waldemar Falcão

A. de Souza Costa